

# VI COLÓQUIO NACIONAL HISTÓRIA CULTURAL E SENSIBILIDADES

## Sertões: histórias e memórias

André Vicente e Silva



ISBN 978-85-92861-70-4

# ANAIS ELETRÔNICOS

REALIZAÇÃO



APOIO

GOVERNO FEDERAL  
MINC - MEC



PLANO DE  
CULTURA  
DA UFRN

MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES MINC/MEC

ANPUH  
RN

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

DED  
DELETRAS  
CERES

CONTÁBIL  
Assessoria Júnior



PIMENTA DO REINO  
RESTAURANTE  
Pimenta do Reino



Imagem da capa  
“Lixo”, de André Vicente e Silva

A Comissão Organizadora e o Comitê Científico não se responsabilizam pela qualidade dos resumos apresentados pelos autores, no que toca aos aspectos redacionais e de normalização de trabalhos acadêmicos.

HELDER ALEXANDRE MEDEIROS DE MACEDO  
JOEL CARLOS DE SOUZA ANDRADE  
(organizadores)

**VI Colóquio Nacional  
História Cultural e Sensibilidades  
Sertões: histórias e memórias**

UFRN ■ CERES ■ Campus de Caicó CAICÓ-RN ■ 07 a 11 de novembro de  
2016

**ANAIS ELETRÔNICOS**

ISBN 978-85-92861-70-4

CAICÓ  
2016

## **COORDENAÇÃO GERAL**

Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo – UFRN

Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade – UFRN

## **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Prof. Dr. Abrahão Sanderson F. Nunes da Silva – UFRN

Prof. Dr. Almir de Carvalho Bueno – UFRN

Prof. Dr. Antônio Manoel Eládio Júnior - UFRN

Prof. Dr. Evandro dos Santos - UFRN

Prof. Ms. Elton John da Silva Farias - UFRN

Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo – UFRN

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jailma Maria de Lima - UFRN

Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade – UFRN

Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior - UFRN

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juciene Batista Félix Andrade – UFRN

Prof. Dr. Lourival Andrade Júnior - UFRN

Prof. Dr. Muirakytan Kennedy de Macêdo - UFRN

Prof. Ms. Victor Rafael Limeira da Silva – UFRN

## **COMITÊ CIENTÍFICO**

Prof. Dr. Almir de Carvalho Bueno – UFCG

Prof. Dr. Evandro dos Santos – UFRN

Prof. Dr. Fábio Mafra Borges – UFRN

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto – UFCG

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha – UFCG

Prof. Dr. João de Castro Maia Veiga Figueiredo –ICS/UL

Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior – UFRN

Prof. Dr. Lourival Andrade Júnior – UFRN

Prof. Dr. Muirakytan Kennedy de Macêdo – UFRN Prof. Ms.

Arthur Luis de Oliveira Torquato – IFRN

Prof. Ms. Diego Marinho de Gois – UFOPA

Prof. Ms. Elton John da Silva Farias – UFRN

Prof. Ms. Jeferson Candido Alves – UFRN/USP

Prof. Ms. Renato Marinho Brandão Santos – IFRN/Uminho – Portugal

Prof. Ms. Rosenilson da Silva Santos – UERN/UnB

Prof. Ms. Victor Rafael Limeira da Silva – UFRN

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Margarida Oliveira Alveal – UFRN

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juciene Batista Félix Andrade – UFRN

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juciene Ricarte Cardoso – UFCG

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Olívia Moraes de Medeiros Neta – UFRN

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Paula Rejane Fernandes – UFRN

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Idalina Maria Almeida de Freitas – UFRN

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jailma Maria de Lima – UFRN

## **ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS**

Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo – UFRN

Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade - UFRN

## **COLABORAÇÃO TÉCNICA**

Bárbara Sayonara de Souza



# SUMÁRIO

Apresentação .....	4
Programação .....	6
Lista de Simpósios temáticos .....	10
ST A construção dos espaços coloniais .....	17
ST Artes e linguagens na História .....	106
ST Culturas políticas, poder e imprensa no Brasil República .....	196
ST História do corpo .....	304
ST História, historiografia e memória dos sertões .....	305
ST O Brasil Império .....	356
ST História Cultural e o sagrado.....	506
ST Micro-história .....	598
ST Os estudos da subalternidade e decolonialidade na História .....	747
ST Pluralidades e relações étnicas no Brasil.....	759
ST Possibilidades de usos dos arquivos pessoais para o estudo de intelectuais.....	802
ST História, educação e sensibilidades .....	854
ST Patrimônio cultural e sertão .....	874
ST Por uma história do urbano, por uma história das sensibilidades .....	1.022

# APRESENTAÇÃO

O VI Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, que ocorre anualmente na UFRN, campus de Caicó, tem por objetivo envolver alunos da graduação, pós-graduação e professores que discutam as temáticas da História Cultural e das Sensibilidades na UFRN e em outras universidades brasileiras e na Rede Básica de Educação. O apoio a este evento se justifica porque o Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades pretende dar mais visibilidade às novas possibilidades de estudos históricos e com eles os novos objetos que nos possibilitam olhar o mundo de lugares anteriormente inacessíveis aos profissionais de História e, a partir disto, estas temáticas poderão ser desenvolvidas na educação básica de forma mais eficiente. Para termos cada vez mais a presença de professores da rede básica, o evento não cobra a inscrição destes profissionais e incentiva a participação dos mesmos não somente como ouvintes, mas como apresentadores em simpósios temáticos.

O evento já possui cinco edições (2011, 2012, 2013, 2014 e 2015) e, da avaliação constante dos mesmos pelos docentes e discentes participantes, sentimos cada vez mais a necessidade de ampliar os seus módulos e de convidar mais professores de universidades brasileiras para debater seus trabalhos e dialogar com profissionais de diversos núcleos de pesquisa de todo o país e com professores da educação básica. Nos anos anteriores, tivemos a participação de professores/pesquisadores e acadêmicos de vários estados brasileiros (RN, CE, PI, SP, GO, PB, PE, SC, RS, PR, DF, ES, BA e RJ), e de Portugal e México. Já passaram pelo evento, nas 4 edições, mais de 2.000 participantes do Brasil, América Latina e Europa. É o segundo maior evento com esta temática no Brasil e o maior evento de História do Rio Grande do Norte.

Por outro lado, o evento, enquanto ação de extensão, se coaduna com a política de interiorização universitária proposta pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRN (PDI/2010-2019) e articulação ao Plano de Cultura da UFRN – Mais Cultura Nas Universidades (MinC/MEC), em seus diversos programas. Em interação com outros Departamentos busca-se fomentar a acessibilidade, através da interpretação em LIBRAS (Departamento de Educação/CERES e CAENE) e tradução para língua estrangeira (Departamento de Letras/CERES).

Em 2016, pela primeira vez, o evento encontra-se atrelado a uma temática específica, de modo a congrega a produção e esforços de pesquisa dos grupos de pesquisa História, Cultura e Poder e Corpo: práticas e discursos, do Departamento de História do CERES (UFRN). A temática escolhida, Sertões: histórias e memórias, se coaduna com a perspectiva de compartilhar

diferentes experiências que permitam um rico debate sobre as múltiplas noções da ideia de sertão. Com isto, vislumbra-se dessacralizar os olhares unilaterais que nomeiam o sertão, em especial, o do semiárido nordestino como o lugar da seca, da miséria e da estagnação. Deseja-se desconstruir estes lugares, sem deixar de levar em conta também as perspectivas de permanências e descontinuidades históricas, da tradição, do moderno e do pós-moderno. Portanto, a partir dos sertões do Seridó teremos um rico encontro com os estudiosos dos sertões do Brasil!

A identidade visual do evento, em 2016, traz a tela Lixo, de autoria do artista caicoense André Vicente e Silva, que também é Historiador e Especialista em História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

*Prof. Joel Carlos de Souza Andrade*  
*Prof. Helder Alexandre Medeiros de Macedo*  
*organizadores*

# PROGRAMAÇÃO

## 07 DE NOVEMBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA

14:00h – **Credenciamento**

Local: Laboratórios de História – UFRN-CERES

14:00h – **Simpósios Temáticos**

Local: Salas de Aula dos Blocos D e B – UFRN-CERES

19:00h – **Solenidade de Abertura do Evento** (com interpretação em LIBRAS)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ângela Maria Paiva Cruz – Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes – Pró-Reitora de Extensão

Prof. Dr. Jorge Tarcísio da Rocha Falcão – Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Rubens Maribondo do Nascimento – Pró-Reitor de Pós-Graduação

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teodora de Araújo Alves – Coordenadora do Comitê Gestor do Plano de Cultura da UFRN

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Kelly de Araújo – Diretora do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERESUFRN)

Prof. Dr. Almir de Carvalho Bueno – Chefe do Departamento de História (CERES-UFRN)

Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade – Coordenador do Evento

Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo – Coordenador do Evento

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Margarida Oliveira Alveal – Presidente da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Norte (ANPUH-RN)

**Local:** Auditório do CERES-UFRN

**Apresentação cultural**

Filarmônica Onze de Dezembro, de Carnaúba dos Dantas – Regência do Maestro Márcio Dantas

Local: Auditório do CERES

19:30h – **Conferência Magna** (com interpretação em LIBRAS)

**Cidades e sertões**

**Conferencista:** Prof. Dr. Gilmar Arruda – Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina – UEL

**Mediador:** Prof. Dr. Almir de Carvalho Bueno – Departamento de História (CERES-UFRN) Local: Auditório do CERES-UFRN

## 08 DE NOVEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA

08:00h – **Mesa-redonda**

**História e as religiões afro-brasileiras**

**Expositores:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dilaine Soares Sampaio – Departamento de Ciências da Religião – Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Prof. Dr. Lourival Andrade Júnior – Departamento de História (CERES-UFRN); Prof. Ms. André Luís Nascimento de Souza – PPGH/UFRN

**Mediador:** Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior – Departamento de História (CERES-UFRN)

Local: Anfiteatro do CERES-UFRN

14:00h – **Simpósios Temáticos**

Local: Salas de Aula dos Blocos D e B – UFRN-CERES

19:00h – **Palestra**

***Política, Escravatura e Feitiçaria em Angola (Sécs. XVIII e XIX)***

**Palestrante:** Dr. João de Castro Maia Veiga Figueiredo – Investigador – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL)

**Mediador:** Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade – Departamento de História (CERES-UFRN)

Local: Auditório do CERES-UFRN

#### **09 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA**

08:00h – **Mesa-redonda**

***Historiografia, memórias e sertões***

**Expositores:** Prof. Dr. Francisco Fabiano de Almeida Mendes – UERN; Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto (UFCG); Prof. Dr. Evandro dos Santos – Departamento de História (CERES)

**Mediador:** Prof. Dr. Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins – Departamento de História (UERN – Mossoró)

Local: Anfiteatro do CERES-UFRN

14:00h – **Simpósios Temáticos**

Local: Salas de Aula dos Blocos D e B – UFRN-CERES

18:30h – **Atividade cultural**

– Inauguração da ***Cordelteca da UFRN*** e apresentação de cordelistas do Seridó

Local: Hall do Auditório do CERES-UFRN

20:00h – **Diálogo**

***A literatura de cordel no Brasil***

**Debatedores:** Gonçalo Ferreira da Silva – Presidente da Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLC); Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosilene Alves de Melo – Departamento de Ciências Sociais (UFCG)

**Mediador:** Prof. Dr. Lourival Andrade Júnior – Departamento de História (CERES-UFRN) Local:

Auditório do CERES-UFRN

#### **10 DE NOVEMBRO DE 2016, QUINTA-FEIRA**

08:00h – **Exibição de documentário**

***Seridó: um sonho de Azevêdo***

**Comentadores:** Valdir Oliveira – Escritor, jornalista e produtor do documentário; Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo – Departamento de História (CERES-UFRN)

**Local:** Anfiteatro do CERES-UFRN

09:00h – **Mesa-redonda**

***Sítios a céu aberto no semiárido potiguar: apropriações territoriais e paisagens culturais pré-históricas***

**Expositores:** Prof. Dr. Fábio Mafra Borges – Departamento de História (CERES-UFRN); Prof. Dr.



Valdeci dos Santos Júnior – Departamento de História – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN); Prof.<sup>a</sup> Ms. Mônica Almeida Araújo Nogueira – Doutoranda em Arqueologia – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

**Mediador:** Prof. Dr. Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva – Departamento de História (CERES-UFRN)

**Local:** Anfiteatro do CERES-UFRN

**Programação Cultural**

14:00 – **Exibição de documentários**

*Camões dos Lusíadas e dos cordeis*

**Comentadores:** Valdir Oliveira – Escritor, jornalista e produtor do documentário; Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade e Prof. Dr. Lourival Andrade Júnior – Departamento de História (CERES-UFRN)

**Local:** Anfiteatro do CERES – UFRN

16:00 – **Exibição de documentário**

Da Serra ao Seridó – vivências em um Brasil de contrastes

**Comentador:** Fernando Leão – Cineasta e diretor do documentário

**Local:** Anfiteatro do CERES – UFRN

19:00h – **Bate papo com historiadores e lançamento de livros**

Local: Hall do Auditório do CERES-UFRN

20:00h – **Palestra**

*Pré-História do Nordeste do Brasil*

**Palestrante:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Gabriela Martin Ávila – Departamento de Arqueologia (Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE)

**Mediador:** Prof. Dr. Fábio Mafra Borges – Departamento de História (CERES-UFRN) **Local:**

Auditório do CERES-UFRN

**11 de novembro de 2016, sexta-feira**

08:00h – **Palestra**

*As estradas de ferro no Nordeste: jogos do político e impactos econômicos e culturais*

**Palestrante:** Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha – Unidade Acadêmica de História (CH-UFCG)

**Mediador:** Prof. Ms. Elton John da Silva Farias – Departamento de História (CERES-UFRN)

**Local:** Anfiteatro do CERES-UFRN

13:30h – **Mesa-redonda**

*Livros didáticos e História da Arte e do Design: intersecções possíveis*

**Expositores:** Prof. Dr. João Batista Gonçalves Bueno – Departamento de História (Universidade Estadual da Paraíba – UEPB); Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciene Lehmkuhl – Departamento de Design – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

**Mediador:** Prof. Dr. Antônio Manoel Elíbio Júnior – Departamento de História (CERES-UFRN)

**Local:** Anfiteatro do CERES

15:30h – **Mesa-redonda**

*Narrativas, Natureza e Cultura – as viagens científicas e a elaboração de discursos sobre índios/as, negros/as e “mestiços/as” na Amazônia de meados do século XIX*

**Expositores:** Prof. Ms. Victor Rafael Limeira da Silva – Departamento de História (CERES-UFRN); Prof. Dr. José Otávio Aguiar – Departamento de História (Universidade Federal de Campina Grande – UFCG)

**Mediador:** Prof. Dr. Muirakytan Kennedy de Macêdo – Departamento de História (CERES-UFRN)

Local: Anfiteatro do CERES-UFRN

19:00h – **Conferência de Encerramento (com interpretação em LIBRAS)**

*A Invenção do Nordeste e outras artes 20 anos depois*

**Conferencista:** Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior – Departamento de História (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – UFRN)

**Mediador:** Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó – Unidade Acadêmica de História (CH-UFCG)

Local: Auditório do CERES-UFRN

# LISTA DE SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

## 1 – A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS COLONIAIS: CONQUISTADORES, INDÍGENAS, MESTIÇOS, ESCRAVOS E INSTITUIÇÕES

Coordenadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Margarida Oliveira Alveal (carmenalveal@uol.com.br) – Departamento de História (CCHLA-UFRN) e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juciene Ricarte Cardoso (jucieneufcg@gmail.com) – Unidade Acadêmica de História (UFCG)

**Resumo:** O simpósio tem por finalidade congregar trabalhos de História e áreas afins que discutam a construção, consolidação, formação e transformações do espaço colonial e os diversos agentes e agências. Trabalhos que percebam a construção desse espaço enquanto uma construção histórica e derivado de um processo, e não algo naturalizado serão bem vindos para dialogar diferentes interpretações.

**Abstract:** The symposium aims to bring together the History of work and related fields to discuss the construction, consolidation, training and transformation of the colonial space and its various agents and agencies. Papers that see the construction of this space as a historically constructed and process derived from, not something naturalized are welcome to bring us different interpretations.

## 2 – ARTES E LINGUAGENS NA HISTÓRIA: PESQUISAS, ESCRITAS, DESAFIOS, POSSIBILIDADES

Coordenadores: Prof. Ms. Elton John da Silva Farias – Departamento de História (CERES-UFRN) e Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha – Departamento de História (UFCG)

**Resumo:** Este Simpósio Temático busca reunir textos que atentem para a análise de certos procedimentos metodológicos no lidar com as diversas linguagens artísticas para a pesquisa histórica (a exemplo de Música Popular ou Erudita, Cinema, Televisão, Fotografia, Artes Plásticas, Literatura, Dança, Teatro, etc.) na compreensão da historicidade referente tanto ao conteúdo das obras estudadas quanto às suas questões de ordem estética e/ou de recepção e interpretação de seus significados. Busca, portanto, reunir trabalhos que, em sua escrita, unam o ofício do historiador à estética das artes sem abrir mão da diktat acadêmica, como diria Paul Ricoeur, dando espaço à pluralidade de linguagens e temáticas de pesquisa que estejam em sintonia com a renovação historiográfica vigente nas últimas décadas.

**Abstract:** This thematic symposium seeks to bring together texts that attempt to analyze certain methodological procedures in dealing with the various artistic languages for historical research (like Pop and Classical Music, Movies, Television, Photography, Visual Arts, Literature, Dance, Theatre, etc.) to understand history with regard to both the content of the works studied and their aesthetics, as well as to the reception and interpretation of their meanings. It seeks, therefore, to gather studies that, in their writing, unite the role of the historian to the aesthetics of the arts without sacrificing the academic diktat, as said by Paul Ricoeur, giving space to the plurality of languages and research themes that are aligned with the historiographical renewal prevailing in recent decades.

## 3 – CULTURAS POLÍTICAS, PODER E IMPRENSA NO BRASIL REPÚBLICA

Coordenadores: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jailma Maria de Lima (jailmalima@ig.com.br) – Departamento de

História (CERES-UFRN) e Prof. Ms. Arthur Luis de Oliveira Torquato (arthur.torquato@ifrn.edu.br) (IFRN)

**Resumo:** O simpósio visa congregar trabalhos que abordem aspectos da história política brasileira durante o período republicano em suas diversas vertentes. Assim, objetiva a realização de discussões tanto de cunho teórico-conceituais ligadas as relações da cultura política, do poder e das suas relações com a imprensa, quanto de questões ligadas a dimensão da política partidária e das ações cotidianas dos atores políticos.

**Abstract:** This symposium aims to bring together works that address aspects of the Brazilian political history during the republican period in its various forms. Thus, it seeks to yield both theoretical and conceptual discussions related to of cultural political relations, to power and its relations with media, as well as issues related to the dimensions of party politics and the everyday actions of political actors.

#### 4 - HISTÓRIA CULTURAL E O SAGRADO

Coordenador: Prof. Dr. Lourival Andrade Júnior (lourivalandradejr@yahoo.com.br) - Departamento de História (CERES-UFRN)

**Resumo:** Este simpósio temático pretende reunir pesquisas que discutam as diversas formas de re (ligações) entre o homem e o sagrado em suas mais variadas manifestações sensíveis, gestuais, orais e materiais. Festas, ritos, orações, africanidades, processos mediúnicos, catolicismo oficial e não oficial, cristianismo ocidental e oriental e manifestações não cristãs fazem parte do que pretendemos discutir.

**Abstract:** This thematic symposium aims to bring together researches that investigate the various forms of (re) linkage between man and the sacred in its various sensitive, gestural, oral and material manifestations. Festivals, rites, prayers, Africanities, psychic processes, official and unofficial Catholicism, Eastern and Western Christianity and non-Christian demonstrations are all part of what we intend to discuss.

#### 5 - HISTÓRIA DO CORPO: PRÁTICAS, INSTITUIÇÕES, SENTIDOS E SABERES

Coordenador: Prof. Dr. Muirakytan Kennedy de Macêdo (muirakytan@uol.com.br) - Departamento de História (CERES-UFRN)

**Resumo:** O simpósio acolhe pesquisas que têm como foco o corpo humano em suas múltiplas formas históricas. Serão discutidas as práticas corporais gestuais, laborais, sexuais, religiosas (batismo, casamento e morte), esportivas e estéticas, assim como os significados dados ao corpo no tempo histórico. Consideram-se também como pertinentes ao debate desse simpósio pesquisas no âmbito dos saberes (científicos ou não) e suas instituições que contemplam a dimensão corporal como seu objeto e fim: medicina, sanitarismo, saúde pública, urbanismo, demografia, estudos de gênero e raça, cuidados na saúde e na doença, teologia, religiosidades, hospitais, asilos e clínicas.

**Abstract:** This symposium welcomes research that focus on the human body in its various historical forms. Labor, sexual, religious (baptism, marriage and death), gestural body practices, sports and aesthetics, as well as the meanings given to the body in historical time, will all be discussed. It is also considered relevant to discuss this symposium research in the context of knowledge (scientific or not) and its institutions that include body size as its object and purpose: medicine, sanitarism, public health, town planning, demography, gender studies and race, care in health and disease, theology, religiousness, hospitals, nursing homes and clinics.

## **6 – HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E SENSIBILIDADES**

Coordenadores: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juciene Batista Félix Andrade (jucieneandrade@yahoo.com.br) – Departamento de História (CERES-UFRN); Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Olívia Morais de Medeiros Neta (olivianeta@gmail.com) – Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação (CCHLA-UFRN)

**Resumo:** O simpósio visa congregar trabalhos que reflitam sobre questões relacionadas às práticas educativas, à cultura escolar e às pesquisas que dão ênfase à constituição das diferenças culturais no âmbito das relações de ensino-aprendizagem e suas sensibilidades. Assim, visamos discutir aspectos ligados as práticas do cotidiano escolar, aos recursos didáticos, aos currículos e processos avaliativos, às identidades e diferenças culturais, às questões étnicas e de gênero, às estratégias pedagógicas na construção das sensibilidades.

**Abstract:** This symposium aims to bring together works that reflect on issues related to educational practices, school culture and research that emphasize the creation of cultural differences within the teaching-learning relationships and their sensibilities. Thus, we aim to discuss aspects related to the practices of everyday school life, to learning resources, curriculum and evaluation processes, to identities and cultural differences, ethnic and gender issues, and teaching strategies used in the construction of sensitivities.

## **7 – HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIAS DOS SERTÕES**

Coordenadores: Prof. Dr. Evandro dos Santos (evansantos.hist@gmail.com) – Departamento de História (CERES-UFRN) e Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto (nassausiegen@yahoo.com.br) – UFCG (Cajazeiras)

**Resumo:** Este simpósio temático pretende congregar trabalhos que busquem discutir os sertões como um espaço construtor de identidades e suas múltiplas composições historiográficas e histórico-culturais. É com esta preocupação que aceitaremos trabalhos que tratem de questões relacionadas aos seguintes temas: conceitos, historiografias, memórias e biografias, tradição e folclore, cancionero, poesia e literatura de cordel, literatura regionalista e outras que fogem a este rótulo, seca e água, mitologias e crenças, amores, espertezas, bandidos, heróis e anti-heróis na tessitura poética (no sentido de gerar, criar, produzir) do espaço-sertão. Estas artes de nomear, pensar, visualizar, enredar, crer e compor tornam os sertões um espaço privilegiado para gerar outras sensibilidades e relações perante o outro.

**Abstract:** This thematic symposium aims to bring together works that seek to discuss the Sertões as a space builder of identities and their multiple historiographical and cultural-historical compositions. It is with this concern that we will accept papers that address issues related to the following topics: concepts, historiography, memoirs and biographies, tradition and folklore, “cancioneiro”, poetry and “cordel” literature of, regionalist literature and others that escape this label, draughts and water, mythologies and beliefs, love, cunning, bandits, heroes and antiheroes in poetic tessitura (in order to generate, create, produce) of the Sertão. These arts of naming, thinking, viewing, entangling, believe and compose make the Sertão a privileged space to generate other sensitivities and relationships with the other.

## **8 – MICRO-HISTÓRIA: PERSPECTIVAS RECENTES**

Coordenador: Prof. Dr. Almir de Carvalho Bueno (almirbueno@uol.com.br)- Departamento de História (CERES-UFRN)



**Resumo:** O Simpósio pretende acolher trabalhos que discutam as experiências e as perspectivas da abordagem micro-histórica na primeira década do século XXI, particularmente os que sejam frutos de reflexões a partir de pesquisas desenvolvidas no âmbito das universidades brasileiras.  
**Abstract:** This symposium aims to accommodate papers that investigate the experiences and perspectives of micro-historical approach in the first decade of this century, particularly those that result from reflections of research undertaken within Brazilian universities.

### **9 – O BRASIL IMPÉRIO: TRAMAS, CONEXÕES E OUTRAS HISTÓRIAS**

Coordenadores: Prof. Ms. Jeferson Candido Alves (jefersonalves@usp.br) – Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS/USP) e Prof. Ms. Rosenilson da Silva Santos (rosenilsonasantos@yahoo.com.br) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/UNB)

**Resumo:** A primeira edição deste Simpósio Temático ocorreu no ano de 2014 por ocasião do VI Encontro Estadual de História da ANPUH/RN, na cidade de Assú. Naquela ocasião reunimos pesquisadores e trabalhos que trataram de diversos temas no recorte do oitocentos. Nossa proposta é darmos continuidade às discussões ali iniciadas e ampliar o espaço de debate e divulgação de pesquisas, reunindo comunicações sobre a história do Brasil Império, que têm ganhado fôlego na historiografia brasileira. Neste sentido serão bem-vindos trabalhos sobre poder e cultura, cidadania e direitos, territórios e fronteiras, relações sociais, políticas e econômicas, cotidiano e família, tendo como recorte o período Imperial.

**Abstract:** The first edition of this Thematic Symposium took place in 2014 during the VI Meeting of State History of ANPUH / RN in the city of Assu. At that time, we gathered researchers and works that dealt with different subjects of the nineteenth century. We proposal to continue the discuss started then and to expand the space for discussion and dissemination of research, bringing together studies about the history of the Brazilian Empire, which has gained space in Brazilian historiography. In this regard, we will welcome studies on power and culture, citizenship and rights, territories and borders, social, political and economic relations, and everyday life and family of the Imperial period.

### **10– OS ESTUDOS DA SUBALTERNIDADE E DECOLONIALIDADE NA HISTÓRIA: PESQUISA E ENSINO**

Coordenadores: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Idalina Maria Almeida de Freitas (idaestevam@gmail.com) e Prof. Ms. Victor Rafael Limeira da Silva (vlimeiradasilva@gmail.com) – Departamento de História (CERESUFRN)

**Resumo:** O simpósio visa abrigar pesquisas, estudos, notas, ensaios e demais produções de conhecimento, que privilegiem as narrativas de negro/as, indígenas, LGBTTI e praticantes de tradições afroameríndias, a partir de uma perspectiva interseccional, como possibilidade de discussão no campo da pesquisa, ensino e das escritas históricas, bem como demais ciências humanas e sociais. Importante pontuar que tais produções têm configurado propostas de conhecimentos descolonizadoras que privilegiam epistemes diversas, considerando que esses saberes estão em todos os lugares, em muitos modos de vida e formas de escrita de si mesmo e do “outro”.

**Abstract:** This symposium aims to house research, studies, notes, essays and other productions of knowledge, that favor the narratives of blacks, indigenous, LGBTTI (lesbians, gays, bisexuals, transgender, and transsexuals) and practitioners of afro amerindian traditions, from an intersectional perspective, as a possibility for discussion in the research, education and historical writings fields, as well as other human and social sciences. It is important to point out that such

productions have set up proposals for decolonizing knowledge that favor different “epistemes” considering that this knowledge is everywhere, in many ways of life and forms of writing on oneself and of the “outer”.

### **11 – PATRIMÔNIO CULTURAL E SERTÃO: DIVERSIDADES, PRÁTICAS, POLÍTICAS E GESTÕES**

Coordenador: Prof. Dr. Fábio Mafra Borges (fabiomafraborges@gmail.com) – Departamento de História (CERES-UFRN)

**Resumo:** A diversidade tipológica do que chamamos de Patrimônio Cultural tem crescido exponencialmente, nas últimas décadas. A ideia de localidades, comunidades e populações sem bens culturais – que possam ser considerados Patrimônios Cultural – tem, gradativamente, caído por terra. Nesse sentido, a gestão patrimonial, levada a cabo pelas instituições de preservação – IPHAN, tende timidamente a ultrapassar os limites dos grandes centros urbanos e abarcar os espaços e as regiões outrora relegados a segundo plano. Ou ainda, desconsideradas, quando o assunto é gestão patrimonial. Partindo dessa constatação, o presente simpósio temático tem como objetivo agregar os trabalhos e pesquisas que considerem esses bens culturais, dispersos pelo espaço geográfico e sociocultural que denominamos, Sertão, localizado, em sua maior porção, no Nordeste brasileiro. Sítios arqueológicos – pré-históricos e históricos, centros urbanos, paisagens culturais, lugares de memória, saberes e fazeres, festividades, entre outros, são alguns dessas manifestações culturais, que urgem sua preservação e ativação social. Logo, discutir modelos, políticas e práticas de gestão patrimonial, desse amplo acervo cultural sertanejo, é o principal objetivo dos debates previstos.

**Abstract:** The typological diversity of what we call cultural heritage has grown exponentially in recent decades. The idea of localities, communities and populations without cultural goods – which might be considered Cultural Heritage – has gradually fallen to the ground. In this sense, asset management, carried out by conservation institutions – IPHAN, timidly tends to push the boundaries of large urban centers and cover the spaces and regions once relegated to the background, or even ignored when it comes to asset management. Based on this finding, this thematic symposium aims to aggregate the work and research that consider these cultural assets scattered throughout the geographical and socio-cultural space called Sertão, located for the most part, in northeastern Brazil. Archaeological sites – prehistoric and historic, urban centers, cultural landscapes, places of memory, knowledge and practices, festivities, among others, are some of these cultural manifestations, urging their preservation and social activation. Thus, the main objective of the planned debates is to discuss models, policies and asset management practices of this broad cultural heritage of the Sertão.

### **12– PLURALIDADES E RELAÇÕES ÉTNICAS NO BRASIL: CULTURA, EDUCAÇÃO, RACISMO E SOCIEDADE**

Coordenador: Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior (josejuniorufrn@gmail.com) – Departamento de História (CERES-UFRN)

**Resumo:** Nas últimas décadas muito se tem debatido sobre as questões étnicas e raciais no Brasil, principalmente depois da Lei 10.639/03 e 11.645/08 que tornou obrigatório o ensino da História da África e da cultura afro-brasileira e indígena em todos os segmentos de ensino, desde a educação básica até as universidades. Discutir as relações étnico-raciais que construíram esse país, logo, deveria ser uma obrigação de todos os cidadãos, não importando sua origem ou etnia. São esforços que não apenas se somam na luta contra o racismo, a intolerância, as desigualdades, como também na consolidação da democracia, da promoção da cidadania e no reforço à igualdade social e racial. Porém, os desafios para enfrentar estas desigualdades sociais e étnicas no país

ainda são grandes e desafiadores. Neste sentido, este simpósio temático tem como objetivo agregar e discutir trabalhos de graduandos e pós-graduandos que estejam pesquisando ou que tenham concluído pesquisa sobre questões étnicas no Brasil, acrescidas dos múltiplos aspectos culturais (danças, músicas, vestimentas, hábitos alimentares, linguagens etc.), ensino (inclusão, exclusão na educação), sociais (trabalho, moradia, violência, sexualidade), racismos (preconceitos, intolerâncias) e as pluralidades que fazem parte do país.

**Abstract:** In recent decades much has been discussed about ethnic and racial issues in Brazil, especially after the Law 10.639/03 and 11.645/08, which made the teaching of African history and African-Brazilian and indigenous culture compulsory in all educational levels, from elementary education to college. Discussing the ethnic-racial relations that built this country, thus, should be an obligation of all citizens, regardless of their origin or ethnicity. Such efforts not only add to the fight against racism, intolerance, inequality, but also to the consolidation of democracy, the promotion of citizenship and the empowerment of social and racial equality. However, the challenges to address these social and ethnic inequalities in the country they are still great and challenging. Hence, this thematic symposium aims to aggregate and discuss graduate studies of undergraduate and graduate students who are researching or have completed research on ethnic issues in Brazil that are related to multiple cultural aspects (dance, music, clothing, eating habits, languages etc.), education (inclusion, exclusion), society (work, housing, violence, sexuality), racism (prejudice, intolerance), and pluralities that are part of the country.

### **13- POR UMA HISTÓRIA DO URBANO, POR UMA HISTÓRIA DAS SENSIBILIDADES**

Coordenador: Prof. Ms. Renato Marinho Brandão Santos (renatombs@hotmail.com) – IFRN/Uminho – Portugal

**Resumo:** Enquanto campo privilegiado do exercício da cultura, a cidade pode ser tomada por diferentes leituras. Portanto, este simpósio temático visa abarcar trabalhos que tratem das seguintes abordagens: usos e práticas dos espaços citadinos, suas representações e memórias, suas sociabilidades, educabilidades e sensibilidades (comportamentos, amores, medos, violência, lazeres, memórias, etc).

**Abstract:** While being a privileged field for the exercise of culture, the city can be taken for different readings. Thus, this thematic symposium aims to encompass works that address the following approaches: uses and practices of city spaces, their representations and memories, their sociability, education and sensitivities (behaviors, loves, fears, violence, leisure, memories, etc.).

### **14- POSSIBILIDADES DE USOS DOS ARQUIVOS PESSOAIS PARA O ESTUDO DE INTELLECTUAIS**

Coordenadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Paula Rejane Fernandes (paulafdes@gmail.com) – Departamento de Ciências Sociais e Humanas (CERES-UFRN)

**Resumo:** Os documentos de um arquivo pessoal tem como objetivos comprovar alguma ação de indivíduos bem como representá-los. No caso de intelectuais e/ou artistas, os arquivos pessoais ajudam a entender como era o seu processo de criação, seu círculo de amizade, suas expectativas e anseios bem como contribui para inseri-los dentro do tempo no qual viveram (ver CAMARGO, 2009; ARTIÈRES, 1998; RIBEIRO, 1998). Diante disso, este simpósio temático tem por intuito ser um espaço de discussão a respeito das possibilidades de uso dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa nos estudos sobre intelectuais.

**Abstract:** The documents of a personal archive aims to demonstrate some action of individuals and to represent them. In the case of intellectuals and/or artists, personal files help us to

understand their creative processes, their friendships, and their expectations and desires, as well as to contribute to insert them within the time in which they lived (see CAMARGO, 2009; ARTIÈRES, 1998; Ribeiro, 1998). Hence, this thematic symposium is meant to be a space for discussion about the possibilities of use of personal files as a source of research studies about intellectuals.

## AS DESCRIÇÕES DE JEAN DE LÉRY SOBRE AS TERRAS DO BRASIL (SÉCULO XVI)

Célia Cristina Ribeiro da Costa<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Nas vésperas das grandes navegações na Europa, estavam acontecendo várias transformações nas cidades com as reformas protestantes. Havia um cheiro de inimizades pairando no ar, começa a ocorrer separação de grupos cada vez mais próximos da corte, com o crescimento de huguenotes na França. Diante disto, na França João Calvino adere a religião protestante seguida pelos preceitos das teses de Martinho Lutero, só que seguia uma dinâmica ao qual o homem precisaria adotar uma vida de labuta e que buscasse sempre uma melhoria. Sobre essas perspectivas, a expedição da França Antártica estava ruindo mesmo no seu início. Precisava de ajuda para se reerguer, só que às vésperas de grandes mudanças, o rei Henrique II não estava apto para ajudar o Cavaleiro de Malta. Quando o sobrinho de Villegagnon Bois-Le-Comte vai até a França em busca de homens de guerra para ajudar na Colônia que se pretendia construir, o rei mesmo com toda cordialidade, informa que não pode ajudá-los, pois estava passando por grandes endividamentos com o Duque de Guise e os banqueiros em Florença. Sem a ajuda dos nobres, desesperado, esperando por um milagre que ajudasse a sua caminhada do seu projeto de colônia, Durand de Villegagnon decide pedir a ajuda de Calvino, um antigo colega de universidade. Queria homens e embarcações para continuar sua empreitada nas terras do Brasil (DORIA,2012).

Decidido a convencê-lo que estava disposto a seguir a nova religião e procurava fixar uma colônia protestante, da qual o povo pudesse ser livre para acompanhar seus preceitos religiosos, no caso de exílio. Com a aceitação de Calvino em ajudar a Villegagnon, este organiza uma esquadra de embarcações seguida por quatorzes genebrinos que buscavam um novo lar, por dois pastores, mais o artesão e sapateiro de 22 anos chamado Jean de Léry, o autor da obra “Viagem à terra do Brasil” - um dos relatos mais fascinantes de viagem sobre o Brasil quinhentista. Partiu para o “Novo Mundo” no dia 19 de Novembro de 1556 (SANTOS, 2008), porém, só publicou a publicar sua obra 20 anos depois de sua viagem e exploração no Novo Continente. Léry têm a

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de História, cursando o sétimo período, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, também é bolsista do programa institucional de bolsa de iniciação à docência desde o ano de 2014. Pesquisa a área do período colonial, principalmente sobre as obras de viagens dos cronistas do século XVI. Trabalha como auxiliar de professor na rede básica de ensino na Cidade de Mossoró-RN. Email: celiacristina92@hotmail.com.



infelicidade de perder as primeiras anotações, as reescrevendo e chegando a perdê-las, só podendo publicá-la quando sua cópia foi encontrada. Nesse período, a França estava passando pelas guerras de reformismo, criada pelos conflitos entre protestantes e católicos, com a mais conhecida noite de São Bartolomeu, um episódio ocorrido no ano de 1572, reprimindo o protestantismo engendrado pelos reis franceses, que eram católicos. Houve vários assassinatos na cidade de Paris, no dia de São Bartolomeu.

Defronte de suas expectativas de realizar todos os princípios regidos pela sua religião e suas convicções através da experiência de viagem Léry seguirá as proposições abordadas na sua obra, enfatizando as querelas sobre as gentes do Brasil, sua flora e fauna. Como este faz suas representatividades, comparando-os com as vistas idealizadas e suas convicções previstas com a vivência por cerca de um ano com os povos indígenas- tupinambás. Seguindo os seus argumentos acerca desses povos e das suas peculiaridades abraçadas com as comparativas dos conhecimentos advindos da Europa.

Por conta dessa curiosidade se faz tantos questionamentos sobre essas narrativas. Em como foi construída? Que idealizações fizeram com que homens contassem sobre o novo? Jean de Léry, nos demonstra na sua descrição tantos contrapontos e desejos revelados. Do porquê da sua expulsão do forte de Coligny por Nicolas Durand, Sua estadia ao lado dos índios Tupinambás. Tudo isso numa obra cheia de imaginários e representações. Da qual, buscaremos expressar nessa pesquisa sobre as suas construções acerca da sua afirmativa contra o desvio de André Thévet retratando o continente Americano, e o desvio do evangelho de Villegagnon.

A premissa disto é reconhecer que tudo pode se tornar fonte histórica para uma construção e conhecimento de um passado remoto. Assim, conduziremos para as conjecturas dessa obra e análise de cada abordagem trazida pelo autor sobre as grandes navegações e sua importância para a construção de uma nova realidade. Seguida pelos anseios exploratórios de Jean de Léry, sobre as terras do Brasil.

## **O ÊXTASE MARAVILHOSO: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O NOVO**

As maravilhas vistas desde as caravelas quando os europeus se aproximaram das terras desconhecidas se voltaram primeiramente para a idealização de uma visão do paraíso terreal, aquele disposto pelo jardim do Éden, tão veemente descrito na bíblia, de Adão e Eva. Uma

predisposição para uma criação imaginária estava disposta em qualquer relato de viagem, seguida das continuidades sobre as perspectivas que a mais tardar se encontraria em frente ao apropriação exposta pelo já visto e conhecido. Uma comparação, ou comparações foram se construindo cada vez mais, quando procuravam preparar uma representação sobre as terras do Brasil. Assim Jean de Léry, nosso autor em questão, buscava expor na sua narrativa esses preceitos maravilhado diante de tanto estranhamento:

Não existem na América quadrúpedes, aves, peixes ou outros animais completamente idênticos aos da Europa; não vi tampouco árvores, ervas ou frutas que não divergissem das nossas, à exceção da beldroega, do manjeriço e do feto que vive em vários lugares, como pude observar nas excursões que fiz pelas matas e campos do país. Por isso, quando a imagem desse novo mundo, que Deus me permitiu ver, se apresenta a meus olhos, quando revejo assim a bondade do ar, a abundância de animais, a variedade de aves, a formosura das árvores e das plantas, a excelência das frutas e em geral as riquezas que embelezam essa terra do Brasil, logo me acode a exclamação do profeta no salmo 104: Ó seigneur Dieu, que tes oeuvres divers sont merveilleux par le monde univers: Ó que tu as tout par grande sagesse! Bref, la terre est pleine de ta largesse (LÉRY,2007, p.181).

Por detrás de suas linhas, estavam os seus pensamentos de um estudioso da religião reformada, de uma convicção arquitetada pelos ideais da “nova igreja”, e propostas cercadas de âmbitos predestinados para uma continuidade específica sobre o que se queria daquele lugar e daquela gente. Não se tinha uma pretensão de catequização dos indígenas diante dos preceitos protestantes, nem tampouco, os menosprezarem pela sua diferença, já que se via diante daqueles uma predisposição instaurada pela virilidade e força. Uma gente saudável, que significava uma apropriação de mão-de-obra para o trabalho pesado.

As distinções começaram a ser percebidas através da vivência com o outro, uma alteridade de procedência eurocêntrica passou a ser acompanhada pelos desígnios de uma visão embasada na diferença em comparativo com a do europeu. Seguindo os pensamentos de Léry abordados na sua obra, nos fazendo identificar as alteridades e dissidências envoltas de questionamentos propostos pelo mesmo: a maravilha de um ser construído pelos preceitos de uma vida regida pelo apropriação das coisas vãs? Uma idolatria pelo ser advindo da natureza? A nudez exposta pela ingenuidade, ou falta de pudor? Essas perguntas nos fazem pensar nesse encantamento trazido nos escritos de viagem, na contradição tão apropriada pelos viajantes e suas visões como sujeito

e seu objeto de estudo, ou de escrita. Parece até meio constrangedor perceber nas palavras de Jean de Léry que esse maravilhamento seguia as ordens do universo e assim como tudo advindo do maravilhoso, existiria o seu oposto, a obscuridade dos devaneios alheios, que não seriam próprios de si, mas do outro desconhecido, inigualável a uma criatura monstruosa. Sendo que nosso autor não creria nisso, que os “selvagens” fossem monstros, mas ao passo que, também não fossem civilizados tal qual os homens da Europa.

O maravilhoso mundo fantasiado pelos antigos, imaginados por criaturas fantásticas, condizia com os vistos, na realidade pelos navegadores do século XVI? Essa pergunta nos leva a pensar em como esse Novo Mundo foi descrito, e as suas investigações se revelam nas narrativas da literatura de viagem, tão fortemente escrita para ser abstraída pelo público leitor. Queriam mostrar um mundo ao qual não estavam acostumados, um desconhecido, estranho, mas que tivesse suas singularidades parecidas com o conhecido europeu. A cultura passou a ser utilizada pelo que já se tinha conhecimento. Léry, assim como os outros cronistas, visaram expor suas ideias do desconhecido, com a bagagem trazida da Europa, do que ele tinha conhecimento. Jean Marcel França indaga que:

Os agentes principais desse verdadeiro processo de construção do Brasil pelo europeu foram, sem sombra de dúvidas, os viajantes, sobretudo aqueles, que, ansiosos para “ilustrar os seus compatriotas”, mas também para caírem na estima do público, resolveram escrever e publicar as suas impressões de viagem. Mas quem eram, afinal, esses “construtores” do Brasil na Europa? Em que condições e com que intuito passaram pelo país? Que parte dele tiveram diante dos olhos? Quando e onde publicaram seus escritos? Para quem escreviam? Que alcance tiveram seus escritos? (FRANÇA,2012, p.99-100).

Conduzindo para a construção dos primeiros olhares do europeu através do desconhecido, levado para a França, por Léry, uma imagem inovadora, já enfatizada por tantos outros. A proporção que este conhecia as novas terras, levou cada vez mais imaginações sobre esta, repercutindo para os habitantes do Velho Mundo uma série de imagens, conceitos e expectativas acerca do lugar e de sua gente (FRANÇA,2012, p.99). Nada mais interessante acerca dos deslumbramentos visualizados na chegada se torna nessa descrição relatos que nos fazem pensar sobre, o porquê desse vislumbre? Qual fator maior lhes chamaram a atenção? Apenas por conta da natureza exuberante, de uma gente desconhecida, ou de uma particularidade própria de cada

um? Seria estranho perceber que essas exacerbações os levaram ao rol da fama dos autores privilegiados na Europa, ou daqueles que só levaram a fama de malgradados e invejosos. A descrição dos viajantes os levaram para algum lugar. Se sabe que nosso autor Jean de Léry, foi mal visto pelos católicos, e benquisto pelos homens da nova religião protestante.

Esses preceitos os levam a lugares próprios de sua vivência, do seu cotidiano e da vida deixada antes da ida ao Novo Continente. Tais determinações nos fazem perceber que esse maravilhamento exposto assim por Sergio Buarque de Holanda, no seu livro: “a Visão do Paraíso” (HOLANDA,2000) como o paraíso terreal no Novo Mundo seria aquele visto por todos, mas cada um o veria de certa visão específica do seu lugar de fala. Não seria diferente com as narrativas de Léry, já que esse fazia parte de uma nova religião, tinha seus próprios pensamentos acerca do mundo ao qual vivia, uma fé renovada. E por isso seria de esperar que tivesse tido um olhar dinamizado diante desse mundo maravilhado por todos. A palavra têm um sentido próprio nessas narrativas de viagens, as proporções dadas a elas, só serão possíveis de acordo, com os seus leitores. Michael de Certeau enfatiza que:

Prender-se também ao que o escrito diz da palavra. Mesmo que sejam o produto de pesquisas, de observações e de práticas estes textos permanecem relatos que um meio se conta. Não se pode identificar estas “lendas” científicas com a organização das práticas. Mas, indicando a um grupo de letrados o que “devem ler”, recompondo as representações que eles se dão, estas “lendas” simbolizam as alterações provocadas numa cultura pelo seu encontro com uma outra. As experiências novas de uma sociedade não desvelam sua “verdade” através de uma transparência destes textos: são aí transformadas segundo as leis de uma representação científica própria da época: Desta maneira, os textos revelam uma “ciência dos sonhos”; formam “discursos sobre o outro”, a propósito dos quais se pode perguntar o que se conta *aí*, nesta região literária sempre decalada com relação ao que se produz de diferente (CERTAU,1982, p.189-190).

Embasados nos discursos de cada narrativa, pode-se entender as pretensões de cada um. Jean de Léry, supostamente procurava nas suas palavras idealizar uma imagem própria de suas representações trazidas da Europa pelos seus estudos e seu lugar como calvinista. Tudo se dá, ao passo que esse maravilhoso vislumbre se torna mais voltado para a natureza, e os nativos, mas ao qual, demonstra um maravilhamento estranho. Em exemplo disto, ele nos demonstra tantas “apropriações” idealizadas que as próprias palavras nos deixam um imaginário exposto pelo descrito, que nos torna mais próximos dos ideais, que Certeau identifica como uma “ciência dos

sonhos”, tão apropriado para esses textos, por se tratar de uma viagem ao imaginário do outro, e as memórias dos que este conhece. Vejamos o que Léry fala sobre uma narrativa contada a ele por um nativo:

Não quero omitir a narração que ouvi de um deles de um episódio de pesca. Disse-me ele que, estando certa vez com outros em uma de suas canoas de pau, por tempo calmo em alto mar, surgiu um grande peixe que segurou a embarcação com as garras procurando virá-la ou meter-se dentro dela. Vendo isso, continuou o selvagem, decepei-lhe a mão com uma foice e a mão caiu dentro do barco; e vimos que ela tinha cinco dedos como a de um homem. E o “monstro”, excitado pela dor pôs a cabeça fora d’água e a cabeça, que era de forma humana, soltou um pequeno gemido. Resolva o leitor sobre se se tratava de um tritão, de uma sereia ou de um bugio marinho, atendendo a opinião de certos autores que admitem existirem no mar todas as espécies de animais terrestres. Enquanto a mim, embora não desminta a existência de tais coisas, direi francamente que durante nove meses de navegação em alto mar sem pôr o pé em terra senão uma vez, e ainda por ocasião das viagens costeiras que fiz, nada vi semelhante. Entre a infinidade de peixes que apanhamos nunca deparei com nenhum que tivesse fisionomia humana (LÉRY,2007,164).

Vendo que as suas distinções do maravilhamento percorrem um discurso do outro e das representações visadas no inconsciente exposto para que os seus leitores tirassem as suas próprias conclusões acerca do que o mesmo ouviu e escreveu. As determinadas “apropriações” das crônicas de viagens nos levam a questionar sobre se esse navegador se propõe a descrever um imaginário seu e dos outros, para que as pessoas que leem sua narrativa, possam perceber as visões do mesmo e daquele outro ser desconhecido da comunidade europeia. Tão discutido e debatido nos livrescos literários do século XVI. Toda sua obra localiza-se nesse percurso: maravilhamento do estranho visto pelo outro, e por si mesmo. Assim, não se pode deixar de analisar as suas palavras sem tentar “encontrar” nas entrelinhas o que ele quis realmente dizer, interpretando a vida do “selvagem americano”.

Nos levando a crê num discurso feito pelas considerações criadas para enfatizar o maravilhoso mundo do “outro”, visto por François Hartog como um espelho de si mesmo, que tudo se passa, nas *Histórias*, antes de tudo, entre quatro marcas, ou operações: *eu ví, eu ouvi* mas também *eu digo, eu escrevo* (HARTOG,1999, p.228). Que seria o mesmo, das diversas abordagens ao qual nosso autor apresenta na sua obra. Enfatizando o que viu, ouviu ou disse e escreveu. Aquilo seria as idealizações expostas pelo mesmo e assim dividida entre si e as pessoas



envolvidas na sua descrição, de tal modo, com os seus leitores, sujeitos passivos, mas de grande importância para o relato de viagem se tornar possível de existir, e, por conseguinte, as impressões do “Novo Mundo” tornarem-se vistas.

### **COMPARAÇÕES: QUERELAS SOBRE O NOVO E O VELHO**

Aqui procuramos identificar as apropriações que Jean de Léry nos conduz para as comparações anexadas nas linhas da sua obra, ao qual este demonstra que o desconhecido pode se tornar mais próximo do conhecido no Velho Mundo. Onde os seres atribuídos se tornam expostos por uma diferenciação ao qual o novo ao passo que começa a entrar em contato com os referenciais do europeu pode se tornar um velho Mundo. Disposto a percorrer as incoerências de uma civilidade contrária ou “inferior”, em um lugar maravilhoso, mas exposto a criaturas “estranhas”. Edmundo O’Gorman destaca que:

O ser atribuído às novas terras, o da possibilidade de chegar a ser outra Europa, encontrou sua fórmula adequada na designação de “novo mundo” que, desde então, é empregado como sinônimo de América. De fato, essa designação indica, rigorosamente, a diferença específica que individualizou, na ordem histórica, a “quarta parte” do mundo perante o conjunto das outras três partes, correlativamente designadas, como um todo, de “velho mundo”. O significado de ambas as designações é transparente, porque se, em sua acepção tradicional, “mundo” quer significar a porção do orbe terrestre providencialmente designado para a habitação do homem, a América mostrou ser, literalmente, um mundo novo no sentido de uma ampliação não previsível da velha casa ou, se se preferir, da inserção nela de uma parcela da realidade universal, considerada até então como domínio exclusivo de Deus (O’GORMAN,1992, p.198).

Representa uma construção desse mundo desconhecido, que aos poucos vai se tornando mais próximo do continente europeu. Se torna uma nova parte da terra antes não conhecida, tornando-se tão próxima aos preceitos universais, mas ao mesmo tempo, precisava ser pesquisada. Para isto essa “quarta parte” do mundo foi sendo exposta em narrativas e pela oralidade dos viajantes se tornando mais vista. Para que isso tomasse uma proporção ideal foram necessárias muitas alternativas, que não eram individualizadas diante do novo, mas buscada por todos uma distinção sobre uma realidade paralela ao qual os europeus estavam vivendo, e se pretendia compreender aquele lugar antes pensado como inabitável.

Jean de Léry na sua viagem as terras do Brasil, se propõe a essa empreitada, anotando tudo visto. As comparações foram muitas, mas uma especificidade sua em relação aos outros cronistas pode ser reconhecida através do seu interesse pelo estudo da língua do outro, considerado ainda como “selvagem”. Esse se propôs a descrever e aprender a linguagem utilizada pelos povos tupinambás, no tempo vivido ao lado da vida destes. Essa especificidade se encontra na sua descrição com um dicionário revelado em um “Colóquio de entrada ou chegada ao Brasil, entre a gente do país chamada tupinambá e tupiniquim, em linguagem brasílica e francesa”, restaurado, traduzido e anotado por Plínio Airosa. Sendo considerado um dos mais valiosos documentos quinhentistas para o estudo do tupi-guarani brasílico (LÉRY,2007, p.271).

Embasado nesses preceitos, nosso viajante enfatiza que os conhecimentos tidos e trazidos por ele seriam completamente diversos daqueles que poderia conhecer, tanto que distingue o encontrado do já conhecido. Mas como este os compara se os distancia? As comparações deste se tornam impensáveis de não existirem, já que os nossos cronistas utilizavam deste método para aproximar o desconhecido dos seus leitores. Por conta disto, a medida que este caracteriza, os torna perto, com o propósito de aproximá-los da sua narração. Sendo capaz de um discurso universal, que envolve a intertextualidade de ambos os clássicos, afirmando o valor da erudição como um modo de organizar o conhecimento da época. Elaborando assim suas distinções dos antigos para os modernos, e propondo uma análise apropriada para a sua descrição de viajante, vivendo no período ao qual estava anexado. Em que esse primeiro olhar, em relação a si mesmo, torna-se fundador do que haverá de ser dito na sua obra, transparece o que o objetivo será depois observado e influencia o próprio olhar do destinatário-leitor (CRISTOVÃO,2003, p.24).

Esse mesmo olhar do nosso navegador francês, tanto vê aquilo que está na sua frente, quanto o que não se encontra presente. Visualiza as abordagens seguidas pelo mundo exótico brasileiro. É aquele que opina em tudo, que julga, qualifica e relata, filtra e opina, comparando os seus determinados olhares diante daquilo exposto aos seus olhos:

Quanto ao javali do país, que os selvagens denominam *taíassú*, embora semelhante aos das nossas florestas pela cabeça, pelas orelhas, pernas e pés, tem os dentes muito compridos, curvos e pontiagudos, o que os torna perigosíssimos. É mais magro, descarnado; tem um grunhido espantoso e apresenta nas costas uma deformidade notável, uma abertura natural, como a do golfinho na cabeça, por onde sopra, respira e aspira quando quer. E para que não se imagine ser isso

uma coisa extraordinária direi que o autor da “História Geral das Índias” afirma existirem na Nicarágua, perto do reino da Nova Espanha, porcos com o umbigo no espinhaço, os quais devem ser da mesma espécie dos que acabo de descrever (LÉRY, 2007, p.137).

Enfatizando um animal ao qual existia na Europa, mas que era totalmente diverso, o comparando com a descrição de outro autor, para manter a veracidade da sua narrativa sobre este animal, tão “extraordinário”, assim como Léry mesmo enfatiza. Disposto a transcorrer e exibir as representações sobre os seres distintos, mas como já foi exposto, os aproximando dos seus leitores. É quando se têm uma imagem munida pelos ideais propícios para as comparações do “belo e perfeito”, mas que se torna quase surreal da própria realidade. Os efeitos de um paraíso terreal convence-os a perfeição que durante séculos foi buscado, que nos fins do século XV e XVI, chegou a ser identificado com as terras recém-descobertas, mas que ao passar dos séculos, foi se transformando, sobretudo no século XVII, onde o Paraíso vai se demudando em Purgatório (BELMONTE, 2013, p.38).

Essa transformação se passa no decorrer das diversas abordagens aos quais os viajantes transcorrem diante do maravilhamento quando se chega ao desconhecido, mas que vai se tornando cada vez mais próximo de uma visão tão fantástica que os códigos mundanos, em comparado com o paraíso, vão se tornando cada vez mais específicos. E ao passo que se tornam confusos em compreender as transformações que estariam ocorrendo, com o advento da invenção da imprensa, com os livros sendo publicados, num mundo ao qual, se estava inserido um índice de analfabetismo muito elevado, aqueles que tinham conhecimento, buscavam em novas narrativas trazidas das grandes navegações, muitas aventuras que pudessem proporcionar-lhes uma saída da vida monótona que se tinham em pleno século XVI. Quais poderiam ser as vantagens de uma fantasia para o imaginário europeu? Como se apropriavam do desconhecido nas leituras de viagens?

Esses questionamentos fazem pensar nas viagens de Marco Polo, ao qual, já se tinha trazido para a Europa uma visão de outras sociedades diversas, em que se pensava nas continuidades das grandiosidades de suas narrativas (POLO,1985). Por isto que os escritos modernos se beneficiaram desse preceito trazido dos clássicos, enfatizando o velho já conhecido no novo que nunca havia visto. Essas distinções e aproximações fizeram parte das grandes obras de viagens. Mas Léry nos demonstra que isso parte do que se quer dar destaque aos olhos dos que

escrevem. Por conta de sua narrativa pode-se ter maior conhecimento de linguagem alheia do outro. E em contrapartida, proporcionou para o mundo europeu uma visão, que não estavam acostumados em ver nas descrições da América: se verem dentro do outro. Não há dúvida que as transformações ocorridas se devem ao fato desses relatos e as comparações idealizadas pelos navegantes, tanto em vista do outro como de uma visão que buscava a aproximação sempre existente em qualquer período da História. Os bárbaros sempre foram bárbaros, selvagens sempre selvagens, e civilizados sempre civilizados. Isso sempre se passou, pois os que eram diferentes de si mesmo, eram vistos como estranhos. Então essa estranheza foi se agregando a aproximação de um olhar para dentro da própria civilidade, ao qual se compreendia como sendo a correta, com os ideais de uma religião.

Essas formas de ver o mundo foram regradas pelo eurocentrismo, voltados para os mais adiantados, dotados de boa-fé e inteligência, e olhando o outro como atrasado e diabólicos. As comparatividades se tornaram a opção recorrente para que os leitores vissem no imagético um desconhecido se tornar cada vez mais igual a si mesmo. Uma busca infundável por mais leitores e pela idealização de reconhecimento visada pelos que estavam com a pena na mão. As proximidades trouxeram também um outro aspecto nos métodos das crônicas de viagens: a singularidade de distorção. Tão constante em qualquer escrito dos viajantes, ao passo que se tinham uma exposição de um ser que parecia “surreal” de existência, como se comparar um ser com outro que não tinham tanta semelhança? E os exemplos que olhavam uma criatura com diversas características abruptas de seres existentes na Europa? Isso era recorrente. Podemos perceber em “As Singularidades da França Antártica” de André Thévet, assim como na “Viagem à terra do Brasil” de Jean de Léry. Como qualquer outra leitura do período, era característico apropriar-se do que se tinha conhecimento. Uma das visões da estranheza vista por Léry como enfática de ser descrita era do animal que nunca se via comendo:

O maior, chamado de Hay pelos selvagens é do tamanho de um cão-d'água grande e sua cara de bugio se assemelha a um rosto humano; tem o ventre pendurado como o da porca prenhe, o pelo pardo-escuro como lã do carneiro preto, a cauda curtíssima, as pernas cabeludas como as do urso e as unhas muito longas (LÉRY, 2007, p.144).

Distorcendo uma única imagem por diversos seres conhecidos, enfatizando a questionamentos de experiência por uma criatura tão “bizarra” que se é caracterizada com qualidades diversas. Visto que os leitores não buscavam a uma dissemelhança, e muito menos a uma igualdade de aparência, mas a uma imagem que lhes fosse mais válida de ser creditada, aceito que os escritores do período, não buscavam mostrar uma verdade naquilo que se narravam, mas uma verossimilhança, com a realidade vivida e imposta aos seus conterrâneos. Embora isso se devesse aos aspectos recorrentes dos conhecimentos levados para o mundo euro-americano, aspecto de efervescências nas caravelas em busca do tesouro perdido, um ‘Eldorado’ tão buscado e venerado de ser encontrado. Se via naquelas terras inócuas, tanto terreal quanto paraíso, a versatilidade, de visões esplendidas, encontradas em seu interior, mais tardar, pelos ameríndios, uma imagem do inferno na terra, as casualidades, vivências e rituais canibais, o moqueamento<sup>2</sup> de corpos, em rituais de satanismo, visto pelos europeus como um escrúpulo que iam contra todos os preceitos de civilização e de paraíso.

Ali se via a imagem de uma terra que estaria perdida, esplendida aos olhos dos estudiosos, que acreditavam numa Atlântida, uma cidade perdida, que estaria cheia de riquezas e seria encontrada nos confins da floresta amazônica, ao lado de mulheres guerreiras: as Amazonas. Tudo isso chamavam a atenção de quem lesse ou ouvisse pelos outros as histórias trazidas dos confins do desconhecido. Seria tão extraordinário poder perceber que aqueles homens normais, que faziam parte da própria Europa quinhentista de tantos outros, pudessem realizar essas narrativas, de terem a coragem de viajar para tão longe só pelos princípios dos outros, e por si mesmo, como foi o caso de Jean de Léry, com suas descrições, visando não somente um reconhecimento de uma empreitada, mas a realização de um sonho, que seria a criação de uma colônia para os protestantes calvinistas, para poderem ser livres das leis regradadas, impostas pela igreja católica.

Em que se pese as compressões através das controversas ou até mesmo preceitos regradados pelos próprios convênios livres de comparativismos e deformações, o novo se tornou mais presente nas leituras dos europeus, tanto quanto os clássicos do período grego. As regras não se fazem mais para os viajantes, e para Jean de Léry, que buscava o óbvio por meio de suas próprias

---

<sup>2</sup> Sinônimo de moqué, que era um aparelho de assar carne, utilizado pelos indígenas, que serviam para assar a carne humana de seus inimigos nas festas de comemoração pela sua vitória.

ideias do indígena, da flora e fauna desse Mundo Novo, sendo reconhecida como a quarta parte do mundo pelos europeus. A busca pelas querelas, se tornavam cada vez mais apreciadas nos relatos de viagens, e Léry, demonstra muito mais sobre os tupinambás e sua vivência com eles, em relação ao seu modo de viver e de ser.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através das crônicas de viagens podemos conhecer acerca do que foi esse período ao qual as pessoas saíram da Europa para embarcar em aventuras num ambiente desconhecido por eles. As propostas elaboradas nesse trabalho teve a pretensão de demonstrar como essa obra adquiriu relevância para a construção da História Colonial. Adentra as diversas abordagens regidas em momentos ao qual a França passava por reformas religiosas e de transformações.

Assim, procuramos mostrar como as literaturas de viagens são importantes para a pesquisa histórica, através de suas representações e imaginário, retratados nos escritos de Jean de Léry. O que se propôs foi uma pequena análise desta fonte para se perceber os acontecimentos quando os primeiros europeus aportaram nas terras brasileiras.

## **REFERÊNCIAS**

BELMONTE, Alexandre. *Saudades do Novo Mundo- A aventura de Jean de Léry*. Ed. Mundo contemporâneo. 1ª edição. Rio de Janeiro-RJ. 2013.

CRISTOVÃO, ARAÚJO, Fernando (coord.), João Davi Pinto. *“Deslumbramento, horror e fantasia. O olhar ingênuo na Literatura de Viagens”*. In: *O olhar do viajante-Dos navegadores aos exploradores*. Almedina, Centro de literatura de expressão portuguesa da Universidade de Lisboa, L3. FCT, Coimbra. 2003.

CERTEAU, Michel de. *“Os sistemas do sentido: O escrito e o oral.”* In: *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes; Ver. Técnica. [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982.

DORIA, Pedro. 1565- *Enquanto o Brasil nascia: a aventura de portugueses, franceses, índios e negros na fundação do país*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaios sobre a representação do outro*. Tradução: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

O’GORMAN, Edmundo. 1906- *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. Trad. de Ana Maria Martinez Corrêa, Manoel Lelo Bellotto. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

POLO, Marco. *O livro das Maravilhas; a descrição do mundo*. Porto Alegre. L e MP, 1985.

SANTOS, Breno Machado dos. *Jean de Léry: O Montaigne dos Viajantes*. Revista Eletrônica Cadernos de História, Vol., ano 3, nº 1, Abril de 2008.

[www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria](http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria)

**FONTE UTILIZADA**

LÉRY, Jean de. *Víagem à Terra do Brasil*. Trad. e Notas: Sergio Milliet. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 2007.

## A RESISTÊNCIA INDÍGENA NA COLONIZAÇÃO DO SERTÃO NORDESTINO 1650 A 1720

Ivo Fernandes de Sousa\*

### INTRODUÇÃO

O Sertão, nesta época aqui era percebido como a região do recôncavo baiano o interior da Capitania Real da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, conhecido como “o Sertão de fora” e os estados de Maranhão e Piauí conhecidos como o “sertão de dentro”, que no início a sua colonização deu-se pela ocupação do litoral, onde foi introduzido pelo colonizador português a atividade açucareira, tendo toda essa área litorânea sido ocupada pelos canaviais para a produção do açúcar, que demandavam uma longa extensão de terra para a monocultura da cana-de-açúcar, fato esse que dificultava o convívio dessa cultura com qualquer outra que fosse introduzida, por falta de espaço, foi devido a impossibilidade de convívio de cultivo da cana, associada a necessidade que os engenhos tinham, que eram movidos a tração animal, mais necessariamente o boi, que se deu o avanço do processo de colonização em direção ao sertão, pois nas tentativas de junção das duas atividades os bois acabam invadindo os canaviais comprometendo assim com isso a produção do principal produto de exportação do Brasil para Europa que era o açúcar, para se ter uma idéia da importância comercial que tinha o açúcar nessa época é preciso atentarmos para o fato que: “Em 1612, os engenhos movidos a boi e água, envia, anualmente, a Pernambuco vinte e dois barcos de açúcar” (ARRUDA, 2007, p. 47), sendo o açúcar o principal produtor de riqueza na Colônia, para sanar essa dificuldade viu-se na necessidade de procurar novos territórios para a introdução do rebanho bovino, já que o mesmo era necessário como força motriz dos engenhos, além de ser utilizado para a produção de leite, carne e couro usado nas roupas, chapéus e botas, salientando que por decreto real “em 1701, uma Carta Régia de D. Pedro II proibia a criação de gado a menos de 10 léguas do litoral” (*apud* GUEDES, 2006, p. 97), foi a partir desse decreto real e também a necessidade de se buscar novas áreas para a produção pecuária que os olhos do capitalismo expansivo colonial se voltou para o interior da capitania,

---

\* Autor: Ivo Fernandes, graduando em História pela UEPB, e pesquisador pelo CNPQ, <http://lattes.cnpq.br/2067839557975139>. E-mail: Historivo@hotmail.com



onde esse processo de expansão adquiriu também um sentido de aventura mística, pois, esse avanço levaria não só a civilização os gentios como também a fé católica a;

Um espaço misterioso, mítico, perigoso, uma terra onde habitavam seres hostis, não civilizados, despossuídos de valores e princípios da justiça, cristandade e estabilidade. Para tanto, o sertão era conhecido como espaço a ser dominado e conquistado pela “onda” civilizatória.

Esse território era percebido como mais um lugar a ser conquistado pelo avanço colonial, onde a sua ocupação se deu no “passo do gado”. Sendo a pecuária uma atividade que demandava uma longa faixa de terra para o estabelecimento de currais e áreas de pastos para o gado, esse movimento de expansão avançou pelo Agreste logo chegando ao Sertão, já que esse por sua vegetação rasteira característica da caatinga oferecia a vantagem de que não necessitava de ser desmatada para abrir espaço para a passagem do gado, sem falar que a produção pecuarista foi amplamente estimulada quando os produtos derivados dessa passaram a adquirir valores de exportação, quebrando com isso o monopólio do açúcar nas exportações. Percebemos com isso que a colonização do Sertão teve não só uma motivação econômica como também uma motivação social, política e religiosa em garantir a ocupação e posse dessas terras pelos aliados da coroa portuguesa nessas áreas.

A Coroa portuguesa apoiou esse processo de interiorização, pois a mesma tinha interesse que esse processo consolidasse seu domínio sobre os novos territórios do interior, que estava sendo ameaçada, pela presença de tribos indígenas hostis, que com a ocupação do litoral marcharam para o interior, com a formação de quilombos por escravos fugitivos, além de tudo isso pelos piratas franceses e holandeses e foi exatamente devido às guerras holandesas pela posse das terras da colônia que esse processo de expansão colonial tem um impulso e começa a se interiorizar, já que “*os holandeses não se fixaram no interior. Mas a realizaram penetrações por meio das quais tanto ultrapassaram a Serra da Capoeira, como alcançaram as vizinhanças e futura Vila e Cidade de Areia*” (ARRUDA, 2007. P. 57), estavam estes interessados em contrabandear as riquezas do sertão, e não só isso como também estabelecer definitivamente em território luso-brasileiro para deterem a produção e o comércio de açúcar com a Europa, como é colocado no livro *Olinda restaurada*, a começar pela região do sertão de Pernambuco. Esse processo de interiorização na colônia foi estimulado pelo governo português também pela falta

que a coroa tinha de recursos para financiar a ocupação dessas e a produção de bens que trouxessem lucros para ela, foi devido essa dificuldade financeira que a mesma autorizou a expansão colonial pelos senhores de engenhos, pessoas com os recursos necessários para financiar a ocupação desse espaço e o estabelecimento de atividades rentáveis, já que as capitâneas não tinham condições financeiras para arcar com os custos da ocupação, em se tratando dessa dificuldade com a qual os capitães donatários se deparavam temos o relato do capitão donatário de Pernambuco: “Supriu D. Duarte, a falta de recursos apelando para empréstimos sempre conseguidos a duras penas e juros elevados, procurando trazer pessoas que possuíssem bens e fossem capazes de montar e dirigir engenhos de açúcar” (AQUINO, 1988; P. 10), em conseguir fundo para seu processo de expansão colonial, percebemos com esse aspecto as dificuldades enfrentadas pelo governo português na colonização, bem como a tentativa de cada capitão em contornar essa dificuldade estabelecendo o domínio da coroa sobre o território sertanejo. Em se tratando da Capitania Real da Paraíba temos o relato de que:

Em 1657 a Câmara da Paraíba declarava que os rendimentos da capitania não davam sequer para alimentar durante um mês a tropa de 600 soldados que lhe chegara do Recife em 1654 e 1665, e pedia que se seguisse ali o exemplo de Itamaracá, Rio Grande e Ceará, cujos contingentes eram mantidos com os rendimentos de Pernambuco,

## **GUERRAS PELA POSSE DA TERRA**

O Sertão Nordeste já era habitado por inúmeras tribos diferentes entre si, que eram nômades, que viviam em constante movimento por esse território em busca de locais que fossem favoráveis ao seu estabelecimento temporário, muitas delas nesses avanços do nomadismo acabavam entrando em guerra umas com as outras para afirmar seu domínio sobre regiões estratégicas principalmente em tempos de seca, percebemos que este território já era ocupado por populações diversas, e que esse processo de avanço colonial foi percebido como:

O mais importante processo da segunda metade do século XVII e início do século XVIII. Como conseqüência imediata dessa expansão houve o acirramento dos contatos interétnicos entre os colonizadores e os índios que ocupavam a região.

Percebemos por meio do trecho que nesse movimento de expansão de colonização, os colonizadores se deparam com inúmeras tribos diferentes convivendo nesse território, onde percebemos a heterogeneidade dos povos indígenas sertanejos, que já tinham sua organização social, modo de vida e governo consolidado fatos esses que dificultaram a inserção dessas no sistema colonial, muitas delas reagiram de formas diferentes ante o homem branco, pois, enquanto algumas procuram estabelecer alianças com os colonizadores, outras irão oferecer resistência à ocupação de seu território já que a;

Guerra fazia parte de seus costumes – tinha uma tradição militar original, adaptada ao seu meio natural: era um bom corredor, carregador de fardos, abridor de veredas, farejador de índio inimigo, certeiro no alvo e suportava dias de jejum como ninguém.

E resistiram, deflagrando com isso um longo conflito pela posse do território sertanejo onde o sangue de inúmeros nativos e luso-brasileiros foi derramado, demonstrando com isso a violência que marca a expansão colonial e a consolidação do domínio de um, sobre o espaço do outro, foi nesse território onde se deu o levante indígena contra o avanço colonizador chamado a Guerra dos bárbaros, fato antes desprezado pela historiografia tradicional que não deu importância a esse evento, registrando o mesmo de forma lacunar, mais que, vem ganhando destaque com a renovação da historiografia através da abordagem da História Indígena que lançou novos olhares sobre esse evento.

A interiorização da colonização do Sertão foi um processo marcado pela violência, pois, alguns colonizadores nessa conjuntura além de promoverem a ocupação dessas terras e a conseqüente expulsão das tribos nativas ainda promoviam o extermínio e captura dos rebeldes sobreviventes para serem usados como escravos, gerando com isso, mais conflitos ainda, onde esses povos nativos irão reagir a esse processo por meio da fuga para regiões onde não fossem ameaçados pelo homem branco, ou entrando em conflito direto com o colonizador, com o objetivo de garantir a posse sobre esse território, percebemos o índio aqui como um agente produtor do espaço, disposto a resistir a essa ocupação, nem que para isso tenha que sacrificar a própria vida.

## RESISTÊNCIA ARMADA: GUERRA DOS BÁRBAROS

O conflito também conhecido como Confederação dos Cariris e Levante dos Tapuias, foi deflagrado em 1687, sendo esse resultado de inúmeras querelas anteriores entre índios e colonos, que se deu de uma forma tão intensa que chegou a ameaçar a vila vizinha que era a capital do Rio Grande do Norte, e deixa evidente a insatisfação dos povos indígenas sertanejos bem como o seu posicionamento com o processo de ocupação das terras, o extermínio, e a escravização dos índios pelos colonos, esse levante se torna relevante aqui, pois marca a capacidade que os nativos tinham de resistência. Essa reação se deu de forma violenta, onde diversos povos indígenas como os pega, os Janduí conhecida como “A mais valorosa e pertinaz na sua defesa, e ódio dos portugueses” (*apud* ENNES p.25, 2000), os Corema, os Icó, os Panati, os Paiacu e os Sucurus representante de tribos que habitavam o Sertão, e se uniram e passaram a oferecer resistência ao processo de expansão colonial sertaneja e lutaram contra as atrocidades que vinham sendo cometidas pelo colonizador, pois pela ótica colonial, os índios que não oferecerem resistência deveriam ser incorporados a esse processo de domínio do sertão, e seus conhecimentos sobre a região, utilizado pelo colonizador em seu favor, mas aqueles que resistirem deveriam ser exterminados ou escravizados, abordando essa questão temos o relato de Pedro Puntoni sobre o conflito:

O que vimos no decorrer da Guerra dos Bárbaros foi uma nova orientação política do Império português, levada a termo pelos seus agentes coloniais com o fim de produzir o extermínio das nações indígenas do Sertão norte. Diferente do século XVI, quando, em contato com os grupos Tupis da costa e no contexto de afirmação do domínio, estas guerras objetivavam o extermínio total e não a integração ou submissão (...). No Sertão setentrional, muito ao contrário, as guerras aos índios neste momento, por razões estruturais da forma da evolução desta economia e do processo colonizador, longe de serem guerras de conquistas e submissão de novos trabalhadores aptos ao manejo do gado, eram tendencialmente guerras de extermínios, “de limpeza de território”

Por serem considerados como inimigos do Império português os índios que entraram em conflito com os colonizadores colocaram um obstáculo aos interesses coloniais, é perceptível no trecho supracitado que o processo de avanço colonial passa a encarar o povo nativo como um problema a consolidação do domínio português sobre essas terras, e os índios rebelados passam a serem encarados como inimigos do reino português, fator esse que contribuiu para a extinção

de inúmeras tribos que habitavam o Sertão, pois mesmo os índios que sobreviveram a esse acabaram migrando para outras áreas do Sertão;

As guerras entre colonizadores e índios no Sertão norte podem ser divididas em três grandes áreas, a saber: o Sertão do recôncavo baiano que foi a região pioneira da expansão colonial no Sertão do norte; o Sertão das capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará, o chamado “Sertão de fora”, cujos conflitos acentuam-se a partir da década de 1680; e o Sertão das capitanias do Maranhão e Piauí, chamado “Sertão de dentro”. Como se observa, a guerra dos bárbaros representou um conjunto de conflitos que variou no tempo e no espaço, envolvendo uma heterogênea gama de povos indígenas que resistiram, na forma de guerra à expansão colonial.

Percebemos por meio do trecho acima citado que essa resistência não foi um evento isolado e exclusivo em um território e por uma única tribo, com a expansão colonial e a ameaça vigente de perder seus territórios, tribos rivais estabelecem aliança estratégica e entraram em conflito contra um inimigo comum;

O ponto alto da “Guerra dos Bárbaros” se dá na região do Açú, no Rio Grande do Norte e entre os povos Tarairús, destacaram-se os Janduí que, desde o período da ocupação holandesa, utilizavam a estratégia da aliança com os flamengos se colocando contra os portugueses.

Vemos com isso a quebra do paradigma do índio pacífico e submisso, que vai entregando todas as riquezas aos colonizadores, a resistência foi marcada por um sentimento de coletiva insatisfação e de negação dos índios frente aos interesses coloniais, pois, a expansão nessas áreas para a criação de gado estava ameaçando o modo de vida dessas tribos, que viam o rebanho bovino a tomar as áreas que antes eram ocupadas por animais que lhes serviam de caça, e em reação a isso chegavam a matar os bois no pasto acirrando ainda mais os ânimos entre índios e colonos. Testemunha do momento o capitão de infantaria Antônio Borges, nos passa uma idéia de como se deu esse conflito quando diz “o levante dos ditos bárbaros em q matarão m.<sup>ta</sup> gente e grande quantidade de gado e cavalgaduras. (*apud* GUEDES, 2006 p. 133), percebemos com isso a intensidade e impacto causado pelo levante, que atesta a miscigenação cultural, pois, nesse conflito as “táticas de guerra européias foram amplamente apropriadas por esses índios que aprenderam a manejar armas e usar o cavalo” (ALMEIDA, 2010, p.65), o que causou a perda de

peças e animais, mais o mesmo em seu relato não aborda os danos sofridos pelos índios, tendo sido esse levante o causador de preocupações sociais, econômicas e estratégicas, pois, devido ao contato desses índios com os holandeses eles aprenderam como usar armas de fogo e o cavalo em combate, e na área econômica que devido ao conflito a produção da pecuária estava comprometida, pois os trabalhadores foram remanejados para as forças de combate que ao saber do ocorrido o Conselho Ultramarino pede ao rei que tome providências, preocupados em restabelecer os lucros da coroa, foi esse um conflito que repercutiu além-mar, causando preocupação à coroa quanto a sua posse sobre esses territórios foi enviado pelo governador geral de Pernambuco as tropas que estavam disponíveis para auxiliar a capitania que estava em conflito. O que colocou fim ao conflito foi uma expedição pelo sertão liderada por Domingos Jorge Velho que capturou o líder da tribo Janduí enfraquecendo com isso o levante. A Guerra dos Bárbaros não foi um simples conflito regional, esse conflito reflete mais ainda os interesses do capitalismo colonial entrando em choque como direito a posse legítima da terra que tinha esses habitantes, que não foram simplesmente entregando tudo o que tinha nas mãos do homem branco e que ofereceram uma resistência a esse processo com o objetivo de consolidar sua posse sobre a terra.

### **ALIANÇAS INDÍGENAS: COVARDIA OU ESTRATÉGIA BEM PENSADA?**

Para entendermos esse ponto do processo da expansão colonial pelo sertão é preciso ir além da dualidade presente na historiografia tradicional de encarar esses contatos entre nativos e colonos pelos binômios na história de dominador e dominado, conquistador e conquistado, colonizador e colonizado, pois isso vem ao longo dos anos demonstrando a superioridade da cultura branca, católica, e européia que prevaleceu sobre a indígena, pagã e nativa; pois com isso “A história das diversas etnias foi, dessa forma, gradualmente desprovida de juízos e valores próprios aos sentimentos cristãos, que são específicos da cultura ocidental, e não universais” (*apud* CARDOSO E VAINFAS; 1997, p. 322) devemos perceber que esses contatos foram os responsáveis por um processo de miscigenação cultural, onde os índios se utilizaram dessas alianças para sobressaírem em um ambiente que estava sofrendo um intenso processo de transformação eles vão traçar estratégias sendo essas definidas como:

Por essa capacidade de transformar as incertezas da história em espaços legíveis. Mas é mais exato reconhecer nessas “estratégias” um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio.

Por meio do trecho citado percebemos como foi avançada a percepção dos nativos, que, ao invés de se colocarem contra o avanço colonial, eles se colocaram a favor, alargando suas fronteiras étnicas conquistando para si espaços de poderes na nova ordem e entrando em contato com a cultura do colonizador absolvendo o que lhes era útil para assegurar a continuidade de sua existência em um ambiente que estava em um acelerado processo de transformação.

Anteriormente citamos o fato dos índios Janduí que em contato com os holandeses passaram a usar armas de fogo e cavalos em seus combates, mais a partir daqui analisaremos o saber-fazer indígena, que ao contrário a tribo citada ao invés da rebelião preferiu se aliar ao colonizador nesse processo. Percebemos que foi por meio de alianças com os povos nativos que o processo de interiorização da colonização do sertão se deu de forma mais rápida, pois, os nativos colocavam ao dispor dos colonizadores seus conhecimentos sobre a geografia da região, os colonos utilizaram inúmeras veredas abertas pelos índios na mata para sua penetração, usaram os seus conhecimentos sobre plantas medicinais, curso dos rios e também introduziram na sua alimentação hábitos indígenas como o consumo da farinha, e frutos conhecidos pelos índios, e também o uso da rede nas horas de descanso, sobre a atuação indígena na colonização temos o testemunho de que:

Não se limitavam os índios apenas á emboscadas e assaltos em que eram mestres consumados mais, como narra frei Calado, preparavam também armadilhas, fojos e estrepes que deitavam pelos caminhos e veredas. Entre os “muitos ardis de guerra” que usavam, refere Diogo Lopes de Santiago uns carros que “serviam de trincheira” às tropas de Camarão : “uns carros emadeirados como uma manta ou máquina de guerra”. Levavam-na “diante de si com mosquetaria e outro instrumentos de guerra.

Vemos nessa conjuntura que não houve dominador e dominado que na verdade o que houve foi um processo de troca cultural onde os dois envolvidos souberam alargarem as suas fronteiras para consolidar o domínio sobre o espaço sertanejo podemos dizer que “A história dessa expansão foi marcada pela resistência dos indígenas ao avanço colonial, mais igualmente resultou em alianças de muitos povos indígenas com os colonizadores” (GUEDES, 2006; p.122); e



são essas alianças que nos interessam por representarem uma resistência pacífica dos índios por meio das quais eles irão assegurar sua influência sobre o espaço sertanejo

A partir desse e de muitos exemplos similares podemos inferir que a situação de contato interétnico no sertão da Paraíba foi muito além das ações bélicas que envolveram colonizadores e índios. Os índios do sertão dessa forma formularam diferentes estratégias de resistência e inserção e inserção no “mundo colonial”

Uma forma de inserção foi exatamente o estabelecimento de alianças com os colonos, percebemos aqui o pensamento estratégico dos nativos sertanejos, pois, essas alianças os colocaram em contato com armas mais avançadas que a deles, uma língua diferente, promoveu o aprendizado da escrita e conhecimento das leis reais, onde esse aprendizado de “ler e escrever o português, por exemplo, foi instrumento eficaz para alguns deles, sobretudo lideranças, que reivindicavam suas mercês ao Rei” (ALMEIDA, 2010, p.91) e com tudo isso a garantia de assegurar o seu domínio sobre o espaço, percebemos o saber-fazer que envolveu essas alianças por parte dos índios, é preciso:

Entender a dinâmica dessas alianças é imprescindível para a compreensão das estratégias de sobrevivências cultural dos índios do sertão na medida em que estes se inseriram como atores importantes no cenário da conquista colonial do sertão do norte. Do ponto de vista dos colonizadores ter aliados índios no sertão foi a um só tempo uma maneira de dispor de mão-de-obra e também de contar com um braço armado importante para a manutenção da ordem interna e para as pretensões do Império português contra os seus inimigos externos.

As principais tribos que se tem conhecimento que estabeleceram alianças com os colonizadores no sertão foram às tribos Janduí, que participou nos combates da Guerra dos Bárbaros, percebemos com isso a flexibilidade dessa tribo, que em determinado momento da colonização resistiu chegando ao confronto violento e agora ao invés de reagir da mesma forma estabelecem uma aliança, e também os Arirús e Panati, a resistência indígena foi tão intensa ao processo de expansão, que teve cidade que só foi fundada com o estabelecimento de uma aliança com a tribo local sendo que esse acordo era de grande interesse dos colonizadores como exemplo disso temos:



A outro dia, pela manhã cedo, logo os índios se pusseram às pulhas (como é seu costume) em um teso alto, defronte da nossa cerca, além do alagadiço, com os quais, por se entender serem da gente de Braço-de-Peixe, o general, que desejava ter a paz com eles, e apartá-los dos petiguares, e reconciliarem-se do mal, que na morte de cento e tantos homens de Gaspar Dias de Ataíde, e Francisco de Caldas, na serra, havia pouco, com razão tinha feito, mandou descer todos da cerca.

Com essa aliança os colonizadores não estavam simplesmente garantindo a posse sobre um território por meio da paz com a tribo local, mais também estavam garantindo com isso auxílio para o trabalho de expansão territorial e os índios com isso garantiam sua inserção nesse processo e a garantia de sua sobrevivência, percebe-se aqui a flexibilidade que os nativos tiveram nesse contato e estabeleceram com isso seu espaço de influência dentro da área dos colonizadores estabelecendo um domínio compartilhado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Muito além da imagem que está consolidada nas páginas dos livros didáticos do nativo percebemos que o índio, principalmente o sertanejo foi um agente ativo no processo de colonização e não apenas um expectador passivo, ele foi um elemento essencial no processo de formação do território sertanejo, quando resistiu demonstrou bravura frente ao homem branco que estava a se apossar de sua terra, quando se aliou a esse, buscou através dessas alianças manter seu domínio sobre o território, portanto podemos afirmar que o nativo ofereceu duas formas resistência ao processo civilizador português a paz e a guerra, e nessa conjuntura os povos que eram caracterizados por sua barbárie, rusticidade e paganismo passam por um processo de miscigenação, onde não só absolveram da cultura branca mais também souberam influenciar essa cultura por meio de seus saberes e, é esse movimento que os nativos irão fazer que nos interessa, pois demonstra a capacidade do mesmo de fazer uma leitura do ambiente no qual estavam inseridos e vemos aqui que, longe da figura estática que permeiam as páginas da historiografia tradicional esse povos flexibilizaram seu estilo de vida construindo através disso redes sociais e políticas dentro do espaço colonial assegurando a sua existência. Há ainda muito a ser escrito sobre a História dos nativos e principalmente repensar o índio como um ser que foi importante na produção do espaço colonial não só sertanejo como brasileiro.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Contatos interétnicos entre povos indígenas e colonizadores no sertão da capitania real da Paraíba, entre os séculos XVI e XVIII. *In* APOLINÁRIO & SOUZA. (Orgs.). **Diálogo interdisciplinares entre fontes documentais e pesquisa histórica**. 21. Ed. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

AQUINO, Aécio Vilar de. **Filipéia, Frederica, Paraíba: Os cem primeiros anos da vida social de uma cidade**. João Pessoa, Editora Universitária, UFPB, 1988.

AZIZ, N. Ab' Saber [et. Al.] **História geral da civilização brasileira, 1 A época colonial, do descobrimento à expansão territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **História geral da civilização brasileira, 1 A época colonial, 2. Administração, economia, sociedade**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CARDOSO E VAINFAS, Ciro Flamario e Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 16 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22. Ed. Petrópoles, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

HISTÓRIA DA CONQUISTA DA PARAÍBA. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial v. 73, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630/1654**. Rio de Janeiro, Forense- Universitária; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

QUEIROZ GUEDES, Paulo Henrique Marques de. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2006.

## LAÇOS E INTERESSES NOS ARREDORES DAS CAPELAS DE SÃO GONÇALO, SANTO ANTÔNIO E UTINGA (RIO GRANDE - 1694-1739)

Iris Isabelle Carvalho Cavalcanti<sup>3</sup>

... e das cordas da viola São Gonçalo fez seu guia... Uruaçu guarda seus mártires, foi na Utinga onde tudo começou...<sup>4</sup>  
COELHO, Nelson.

### INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de repovoamento da localidade atual de São Gonçalo do Amarante no período denominado de reconquista após a expulsão dos holandeses em 1654. Pretende-se traçar o perfil dos primeiros conquistadores que se estabeleceram nesta região após a retomada da capitania pelos portugueses e o estabelecimento de redes entre eles, bem como entender os laços e interesses desses primeiros moradores do que hoje é o município de São Gonçalo do Amarante. Almeja-se analisar de modo mais específico o estabelecimento dos sesmeiros Pascoal Gomes de Lima, Bento Correia da Costa e Roque da Costa Gomes na localidade. A base documental em fontes primárias é baseada nas cartas de sesmarias disponíveis na Plataforma Sesmarias do Império Luso-brasileiro (SILB) e nos registros de batismos, no qual foi disponibilizado pelo Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS), nos termos de vereação e nos termos de provisões do Senado da Câmara do Natal.

Os primeiros habitantes de origem portuguesa na região de São Gonçalo do Amarante chegaram na primeira metade do século XVII<sup>5</sup>. Devido aos ataques acontecidos em Cunhaú, e posteriormente em Uruaçu, no ano de 1645, os habitantes de toda a Capitania do Rio Grande ficaram aterrorizados e parte deles fugiram para Paraíba ou Pernambuco.

Os poucos habitantes que ficaram no Rio Grande, após o ataque de Cunhaú, mais precisamente nos povoados próximos ao que hoje é o território de São Gonçalo do Amarante, principalmente os que habitavam na região de Utinga foram levados juntos com os que já

---

<sup>3</sup> Discente do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientador: Profa. Dra. Carmen Alveal – Departamento de História (UFRN). Pesquisa apoiada pela CAPES. E-mail: cavalcantib07@gmail.com.

<sup>4</sup> COELHO, Nelson. *Songa. Songa também dá coco*. 1999.

<sup>5</sup> ARAÚJO, Manuel Nazareno Nogueira de. *História de São Gonçalo* – 2.ed. – Fortaleza : Editora IMEPH, 2015.

estavam na localidade de Uruaçu para o Castelo Ceulen (Forte dos Reis Magos).<sup>6</sup> Este evento é conhecido até os dias de hoje como os Mártires de Uruaçu.

Com as pessoas que foram mortas nestes dois ataques juntamente às pessoas que fugiram devido à ocorrência destes, a Capitania do Rio Grande ficou devastada. Os primeiros estudos historiográficos apontam que houve uma escassez de aproximadamente 70% da população de toda Capitania, permanecendo menos da metade de toda a sua população.<sup>7</sup>

Com a expulsão dos flamengos, em 1654, houve um processo de repovoamento do Rio Grande. O processo teve dois objetivos principais: tentar impedir novas invasões, por meio da povoação, aumentando assim a quantidade de pessoas na Capitania e conseqüentemente aumentando a quantidade de pessoas dispostas a lutar por ela, bem como fazer com que o Rio Grande voltasse a abastecer as outras Capitanias do Norte.<sup>8</sup> Essas outras Capitanias detinham uma maior produção de açúcar, por meio principalmente da produção de farinha e da criação do gado, o que ocasionaria uma das guerras mais sangrentas do período colonial no Brasil, denominada pejorativamente como a Guerra dos Bárbaros.<sup>9</sup> Tal guerra foi fruto desse processo de interiorização do Rio Grande, empurrando os índios cada vez mais para o ocidente.<sup>10</sup>

## **OS RECONQUISTADORES**

A partir da análise de cartas de sesmarias e registros de batismo, bem como outras fontes primárias, foi possível perceber o protagonismo de três homens na região em estudo: Pascoal Gomes de Lima, Bento Correia da Costa e Roque da Costa Gomes. Os três possuíam sesmarias, dois destes senhores possuíam escravos e tinham alta rotatividade nas capelas de São Gonçalo, Santo Antônio, Nossa Senhora do Socorro em Utinga e a Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, por

---

<sup>6</sup> ARAÚJO, Manuel Nazareno Nogueira de. História de São Gonçalo – 2.ed. – Fortaleza : Editora IMEPH, 2015.

<sup>7</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte – MEC, 1955. TAVARES DE LIRA, Augusto. História do Rio Grande do Norte. Brasília, Natal: Fundação José Augusto, 1982.

<sup>8</sup> In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil holandês. Recife: CEPE, 2004. Tomo I: A Economia Açucareira.

<sup>9</sup> PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: HUCITEC, 2002.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. A Guerra dos Bárbaros: Resistência e Conflitos no Nordeste Colonial. Recife: FUNDARPE, 1990.

<sup>10</sup> CAVALCANTI, Helaine de Moura. III Encontro Internacional de História Colonial. Do flamengo ao bárbaro: o processo de restauração da capitania do Rio Grande. 2010.

se encontrarem presente em vários momentos de celebrações nestas Igrejas. Além disso, possuíam patentes militares e cargos camarários.

A partir das sesmarias disponibilizadas no site da Plataforma SILB e partindo do pressuposto de que estas antigas capelas situavam-se onde hoje estão as Igrejas Matriz dessas localidades, pôde-se, com base nestas informações, fazer um georreferenciamento aproximado de onde seriam basicamente os povoados de São Gonçalo, Santo Antônio e Utinga, suas sesmarias e suas capelas.

MAPA 1:



Fonte: Mapa elaborado pela autora com base no site <http://www.silb.cchla.ufrn.br/> e no programa *Google Earth*.

Com base nesses dados pode-se perceber que apenas a localidade de Utinga tinha senhores possuidores de sesmarias próximas a sua capela, já as localidades de São Gonçalo e Santo Antônio não possuía nenhuma sesmaria nas suas proximidades, pelo menos no período estudado, de acordo com a SILB. Essas informações mostram claramente que geralmente as sesmarias situavam-se em locais mais distantes das capelas, onde se concentravam o maior número de moradores. Cruzando-se as movimentações das três capelas, percebe-se que a que menos possuía registros de batismos é a capela de Nossa Senhora do Socorro em Utinga,<sup>11</sup> de acordo com Renata

<sup>11</sup> Livros de batismos, *Cunhaú, São José de Mipibú, Mamanguape, Camaratuba, Natal.*

Assunção<sup>12</sup>, o que corrobora que essa região era menos povoada que as demais. Leva-se em consideração também que a Capela de Santo Antônio possuía a segunda maior movimentação de celebrações da Capitania para este período, perdendo apenas para a Matriz de Nossa Senhora da Apresentação<sup>13</sup>

Devido às poucas fontes encontradas sobre essas sesmarias, surgem questões a serem indagadas. A sesmaria RN 0045<sup>14</sup>, localizada no povoado de Guanduba e Jacaré-mirim foi concedida ao alferes Pascoal Gomes de Lima, no dia 12 de agosto de 1706. Segundo o que o Senhor Pascoal afirma em sua petição, estas terras já lhe pertenciam anteriormente ao período holandês e foram doadas a ele pelo seu sogro Pedro Gonçalves, após seu casamento com Elena Berenguer, em 25 de abril de 1628. Porém, de acordo com o discurso do sesmeiro em sua petição, o documento de concessão da sesmaria foi perdido no período holandês, como aconteceu neste período.

Muitos habitantes da Capitania do Rio Grande fugiram para as capitanias vizinhas para fugir dos ataques acontecidos no período holandês, e alguns retornaram para o Rio Grande quando se sentiram seguros, o que pode ser o caso do alferes Pascoal Gomes de Lima, devido ao fato de Manuel Nazareno Nogueira de Araújo, no seu livro História de São Gonçalo, citar que o mesmo veio do Vale do Serinhaém, em Pernambuco, na década de 1690.<sup>15</sup>

A sesmaria RN 0072<sup>16</sup>, localizada no povoado de Utinga, foi doada para o coronel Bento Correia da Costa no dia 24 de abril de 1709 e pode ser a mesma terra doada a Roque da Costa Gomes em 28 de março de 1735, a sesmaria RN 0415<sup>17</sup>. Essa possibilidade foi tirada após a análise da petição de Roque da Costa Gomes, quando ainda era alferes. No documento, o mesmo alegou já ser possuidor destas terras há mais de 15 anos quando as comprou do coronel Bento Correia da Costa. Por este motivo é uma possibilidade serem as mesmas terras, já que as duas são na

---

<sup>12</sup> COSTA, Renata Assunção. “Porta do céu”: O processo de cristianização da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681- 1714). 2015.

<sup>13</sup> COSTA, Renata Assunção. “Porta do céu”: O processo de cristianização da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681- 1714). 2015.

<sup>14</sup> A Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso-Brasileiro) é uma base de dados que disponibiliza on-line as informações das sesmarias concedidas pela Coroa portuguesa no mundo atlântico, e encontra-se disponível em [www.silb.cchla.ufrn.br](http://www.silb.cchla.ufrn.br). RN - 0045

<sup>15</sup> ARAÚJO, Manuel Nazareno Nogueira de. História de São Gonçalo – 2.ed. – Fortaleza : Editora IMEPH, 2015.

<sup>16</sup>Plataforma SILB – RN 0072

<sup>17</sup>Plataforma SILB – RN 0415



localidade de Utinga. Porém como na carta de sesmaria do alferes Roque da Costa Gomes não possui a quantidade de léguas pode se supor também que o coronel Bento Correia da Costa poderia ter vendido apenas uma parte da sesmaria RN 0072, ou poderia estar tratando-se de terras próximas.

De acordo com os documentos encontrados na SILB também se pode perceber que estes dois sesmeiros, o coronel Bento Correia da Costa e o então alferes Roque da Costa Gomes, possuíam interesses em outras localidades do Rio Grande. O coronel Bento Correia possuía duas concessões de sesmarias no Assú e já o alferes Roque da Costa possuía uma sesmaria na região que atualmente é Areia Branca no Rio Grande do Norte e um chão de terra na cidade do Natal.

Esses dados mostram que estes senhores detinham uma influência não somente no povoado em que moravam, mas também em outras regiões da capitania do Rio Grande, como na cidade do Natal. É possível inferir que eles tinham certa vivência política na cidade, visto que as instituições administrativas da Coroa estavam instaladas em Natal, fato que acarretaria a presença mais eminente deles na cidade, necessitando, dessa forma, de terras na região. Essa ideia é corroborada conforme o quadro abaixo, em que mostra que os três sesmeiros ocuparam cargos na Câmara da cidade do Natal:

**Quadro 1 – Cargos no Senado da Câmara da cidade do Natal (1694-1741)**

<b>SESMEIRO</b>	<b>CARGO NA CÂMARA</b>	<b>ANO</b>
Pascoal Gomes de Lima	ALMOTACÉ	1694
	ALMOTACÉ	1696
	ALMOTACÉ	1697
	ALMOTACÉ	1699
Bento Correia da Costa	PROCURADOR	1714
	VEREADOR	1716
Roque da Costa Gomes	JUÍZ ORDINÁRIO	1709
	ALMOTACÉ	1710
	JUÍZ ORDINÁRIO	1741

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no *catálogo dos livros de termos de vereação do Senado da Câmara da Cidade de Natal. IHGRN.*

Baseado neste quadro, pode-se notar que apesar de esses sesmeiros não serem moradores da cidade do Natal, os mesmos tinham presença no Senado da Câmara do Natal. A atuação do

alferes Pascoal Gomes de Lima no Senado da Câmara de Natal também é notória, pois o mesmo possuiu o cargo de Almotacé durante quatro mandatos, nos anos de 1694, 1696, 1697 e 1699. Nos anos de 1786 e 1789, o nome Pascoal Gomes de Lima também aparece nos termos de vereação como camarário, com o cargo de Almotacé, porém devido à extensão do tempo, pode ser um filho com o mesmo nome ou talvez outro descendente.

A influência de Bento Correia da Costa seguia até o Senado da Câmara de Natal, no qual o mesmo foi camarário por dois mandatos, nos cargos de procurador e vereador, nos anos de 1714 e 1716 respectivamente.

O nome de Roque da Costa Gomes aparece nos termos de vereação como Juiz Ordinário, Vereador e posteriormente novamente como Juiz Ordinário, nos anos de 1709, 1710 e 1741 respectivamente, o que levanta certa dúvida se era o mesmo Juiz Ordinário no ano de 1741, devido ao largo período de tempo. Igualmente, no caso do alferes Pascoal Gomes de Lima, supõe-se que pode ser um de seus descendentes.

Além disso, foi possível encontrar nas fontes que estes sesmeiros ocuparam também patentes militares, demonstrando uma efetiva atuação em serviços prestados à Coroa e, conseqüentemente, suas vantagens em angariar terras na capitania do Rio Grande:

**Quadro 2 – Patentes militares (1702-1743)**

<b>SESMEIRO</b>	<b>PATENTE</b>	<b>Data aproximada que recebeu a patente</b>
Bento Correia da Costa	- Coronel de infantaria da ordenança da ribeira do Assú;	1702-1707
	- Coronel de cavalaria do Assú.	1702-1707
Roque da Costa Gomes	- Patente de Sargento-mor;	1702-1707
	- Capitão-mor.	1738-1743

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos *livros de carta e provisões do Senado da Câmara de Natal e das sesmarias urbanas*.

Não foi encontrado nenhum registro de patente de Pascoal Gomes de Lima nos livros de carta e provisões do Senado da Câmara de Natal e chãos de terras. Mas em algumas fontes, Pascoal é citado como alferes, o que leva a pensar se ele recebeu essa patente na sua localidade de origem,



que Manuel Nazareno Nogueira de Araújo no seu livro História de São Gonçalo afirma que o mesmo era oriundo do Vale do Serinhaém, em Pernambuco.<sup>18</sup>

Para Bento Correia da Costa, há dois registros de patente dadas ao sesmeiro na primeira década do século XVIII, o primeiro registro como coronel de infantaria da ordenança da ribeira do Assú<sup>19</sup> e o segundo como coronel de cavalaria também do Assú,<sup>20</sup> o que mostra mais um interesse desse sesmeiro nessa região, o que pode significar que o coronel foi de alguma importância na guerra contras os índios.

De acordo com os livros de cartas e provisões do Senado da Câmara da cidade do Natal, Roque da Costa Gomes recebeu a patente de Sargento-mor<sup>21</sup> na primeira década do século XVIII, bem como pediu a dispensa do posto de Capitão-mor<sup>22</sup> entre os anos de 1708-1713, porém somente a partir do ano de 1743 que aparece o registro de duas marcas de Capitão-mor<sup>23</sup> para Roque da Costa. O que pode ter acontecido é o fato de não se ter registrado a patente de Capitão-mor no período anterior a sua dispensa e apenas após quando foi dado pela segunda vez esta patente que foi notado o erro.

Devido à grande presença da Igreja Católica no Brasil Colonial, havia uma “obrigação” social de se estar presente nos rituais católicos da Igreja. Por isso encontra-se uma grande quantidade de fontes nos diversos livros da Igreja, onde se depara com os nomes destes sesmeiros nos registros de batismos, como mostra o quadro abaixo:

---

<sup>18</sup> ARAÚJO, Manuel Nazareno Nogueira de. História de São Gonçalo – 2.ed. – Fortaleza : Editora IMEPH, 2015.

<sup>19</sup> Registro de uma patente do posto de Coronel de infantaria da ordenança da ribeira do Assú passada a Bento Correia da Costa. Fundo documental do IHGRN caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 4 (1702-1707) fl. 32v.

<sup>20</sup> Patente do posto de Coronel de cavalaria do Assú que mandou lavrar o capitão-mor para Bento Correia da Costa. Fundo documental do IHGRN caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 4 (1702-1707) fl. 49v.

<sup>21</sup> Registro de uma patente de Sargento-mor desta Capitania conferida a Roque da Costa Gomes pelo Capitão General de Pernambuco. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas de provisões do Senado da Câmara. Livro 4 (1702-1707) fl. 66v.

<sup>22</sup> Registro de uma petição de Sargento-mor Roque da Costa Gomes, pedindo dispensa do posto do Capitão-mor. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas de provisões do Senado da Câmara. Livro 5 (1708-1713) fl. 104v.

<sup>23</sup> Registro de duas marcas de Capitão-mor Roque da Costa Gomes. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas de provisões do Senado da Câmara. Livro 8 (1738-1743) fl. 96.

**Quadro 3 – Batismos com a presença dos sesmeiros (1694-1714)**

SESMEIRO	CAPELA DE SÃO GONÇALO		CAPELA DE SANTO ANTÔNIO		CAPELA DE UTINGA		MATRIZ		OUTRAS	
	ESCRAVO	LIVRE	ESCRAVO	LIVRE	ESCRAVO	LIVRE	ESCRAVO	LIVRE	ESCRAVO	LIVRE
PASCOAL GOMES DE LIMA	1	1	-	2	-	-	-	-	-	2
BENTO CORREIA DA COSTA	-	-	1	2	-	1	-	4	-	-
ROQUE DA COSTA GOMES	-	-	-	3	-	-	-	1	-	1

Fonte: Quadro produzido pela autora baseado no livro de registros de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, sob a guarda do IAHGP (1681-1714)

Pascoal Gomes de Lima, casado com Elena Berenguer Barbosa, filha de Pedro Gonçalves Oliveira, além de senhor de terras também era senhor de escravos, como os registros de batismos mostram. Pascoal Gomes de Lima tinha seus interesses alastrados pelas capelas de São Gonçalo e de Santo Antônio, na qual batizou seus filhos e foi padrinho de algumas crianças, dentre elas Manuel, filho de Damiana, sua escrava.

Bento Correia da Costa, casado com Jacinta Pereira, era possuidor de escravos, pois se encontra nos registros de batismos como padrinho do filho de uma escrava sua, o que mostra como era recorrente o caso do senhor apadrinhar os próprios escravos. Percebe-se também que os laços de Bento Correia da Costa se alastravam não somente nos povoados de São Gonçalo, Santo Antônio e Utinga, pois o Bento aparece nos registros de batismos batizando seus filhos na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, na cidade do Natal, bem como padrinho de uma criança em particular, no ano de 1711, de nome Rosa Maria, filha de José Barbosa de Souza e Luísa Rodrigues de Sá. Nessa ocasião foi madrinha junto com o mesmo a Dona Rosa Maria Nogueira, filha do Capitão-mor André Nogueira da Costa, o mesmo Capitão-mor que lhe concedeu a sesmaria RN 0072 na região de Utinga, no ano de 1709.

Não se sabe se este senhor de terras, Roque da Costa Gomes é possuidor de escravos, pois nos registros de batismos das Missões Populares (1681-1714)<sup>24</sup> analisados não se tem registro do mesmo batizando nenhum escravo. Porém, de acordo com o mesmo registro, pode-se perceber que o mesmo tinha influência além dos povoados de São Gonçalo do Potengi, Santo Antônio do Potengi, Utinga e da Cidade do Natal, pois Roque Gomes é encontrado nos registros de batismos, sendo padrinho de Vicente, filho de Tomásia, mulata escrava do Coronel Gonçalo da Costa Faleiro, na capela de Jundiáí.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base na análise dos documentos podem-se perceber as concessões de sesmarias nessa região como um suposto procedimento de retomada de terras pela Coroa portuguesa, compreender as dinâmicas de concessões ou de recebimentos de terras como influenciadas pelo seu meio social. Supõe-se também a formação de possíveis laços ou redes de interesses com intensão ou não e beneficiar-se por meio do processo de obtenção de mercês.

Entende-se que apesar das localidades estudadas, pertencentes hoje a São Gonçalo do Amarante, não serem grandes centros de sociabilidade, os mesmos continham moradores de prestígio da Capitania do Rio Grande, que detinham grande influência, não apenas nos povoados que habitavam, mas além destes.

Pode-se perceber a presença destes homens bons em diversas instituições da Coroa portuguesa, no Senado da Câmara de Natal, com patentes militares, conseguindo concessões de sesmarias e sendo padrinhos de filhos de pessoas distintas do meio social da Capitania do Rio Grande nesse período.

### **REFERÊNCIAS**

**Livros de batismos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714). Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco (IAHGPE).**

**Catálogo dos Livros de Termos de Vereação. Arquivo: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Fundo: Senado da Câmara de Natal. Série: Livro de Termos de Vereação.**

---

<sup>24</sup> COSTA, Renata Assunção. “Porta do céu”: O processo de cristianização da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681- 1714). 2015.

Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara.

**Plataforma SILB - Sesmarias do Império Luso-Brasileiro. Disponível em:**  
<http://silb.cchla.ufrn.br/> . Acesso em: 12 dez 2016.

ARAÚJO, Manuel Nazareno Nogueira de. História de São Gonçalo – 2.ed. – Fortaleza : Editora IMEPH, 2015.

CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte – MEC, 1955.

CAVALCANTI, Helaine de Moura. III Encontro Internacional de História Colonial. Do flamengo ao bárbaro: o processo de restauração da capitania do Rio Grande. 2010.

COSTA, Renata Assunção. “Porta do céu”: O processo de cristianização da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681- 1714). 2015.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil holandês. Recife: CEPE, 2004. Tomo I: A Economia Açucareira.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. A Guerra dos Bárbaros: Resistência e Conflitos no Nordeste Colonial. Recife: FUNDARPE, 1990.

PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: HUCITEC, 2002.

TAVARES DE LIRA, Augusto. História do Rio Grande do Norte. Brasília, Natal: Fundação José Augusto, 1982.

## ALMOTACÉS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE ENTRE 1672 E 1719

Kallyany Santayne Pinto da Silva

### INTRODUÇÃO

Por meio deste estudo inicial pretende-se traçar o perfil dos homens que exerceram a função de almotacés na capitania do Rio Grande entre 1672 e 1719, conhecendo suas ocupações, se estes exerciam cargos camarários, postos militares; além de conhecer os que possuíam sesmarias para desta forma entender que atribuições poderiam ser requisitadas para o exercício da almotacaria. A partir dos dados obtidos, analisar o perfil destes e observar sua trajetória como almotacé e a ascensão de alguns a partir desta função, observando o ingresso destes na câmara posteriormente.

Para isto, foram utilizadas fontes referentes aos Termos de Vereação do Senado da Câmara do município do Natal <sup>25</sup>entre 1672 a 1719, em que os nomes e ocupação de todos os almotacés nomeados pelo conselho durante este período foram tabulados, observando-se se estes possuíam cargos camarários antes e depois da almotacaria.

A partir dos dados obtidos, gráficos foram elaborados para que fossem feitas as análises dos perfis encontrados. Dos que exerceram a função de almotacé mais de três vezes foi feita uma nova tabulação, traçando o perfil dos que possuíam sesmarias. Os dados referentes aos sesmeiros foram obtidos por meio da plataforma SILB. Desta forma, percebeu-se a trajetória política de alguns almotacés que se destacaram e que a iniciaram através desta atividade.

Os almotacés exerciam um papel importante na dinâmica administrativa da cidade.<sup>26</sup> Eram responsáveis por fiscalizar as construções que ocorriam nesta, bem como verificar se os preços cobrados por produtos no comércio como peixes, carnes e sal eram vendidos conforme o estabelecido pela câmara, bem como se as ordens pertinentes a esta atividade estavam sendo obedecidas pelos moradores.

---

<sup>25</sup> Para o período de 1720 a 1750, Kleyson Bruno Chaves Barbosa tem trabalhado com a temática da câmara da cidade do Natal, obtendo resultados quanto aos oficiais que a compunham neste período, diferente do apresentado neste artigo, pois se refere aos almotacés, que não eram oficiais da câmara, embora fossem nomeados pelos conselhos desta.

<sup>26</sup> Esta atividade ainda é muito pouco conhecida, apesar da produção de trabalhos referentes à temática da administração dos espaços coloniais e seus agentes.

Além disso, observavam se os pesos e as medidas utilizadas estavam padronizados de acordo com o estabelecido pelo conselho. As penas aos infratores variavam de acordo com o delito cometido e estas eram executadas através de correições, sob as quais os almotacés eram encarregados e enviados tanto na cidade do Natal quanto em outros lugares na capitania.

As medidas eram afiladas<sup>27</sup>, ou seja, verificadas para que estivessem conforme o padrão estabelecido. Para isto, eram também nomeados afiladores para que esta norma fosse cumprida. Caso fossem ser comercializados produtos sem a devida licença e medidas determinadas, haveria uma punição através de multa. É possível observar através do documento transcrito abaixo que era necessário obter uma licença para o comércio na capitania. As medidas observadas como padrão já estavam estabelecidas, ficando os almotacés responsáveis por executá-las e fiscalizar as atividades comerciais na cidade.

edital ordenando que cada pessoa de qualquer qualidade e condição que fosse que quisesse vender *fazendas secas* só poderia fazê-lo sob licença, sendo obrigado a ter vara e côvado *afilados*, caso contrário pagariam de pena na primeira vez 4\$000 réis, e na segunda ficaria ao alvitreda Câmara; quem quisesse vender vinhos e aguardentes teria suas medidas *afiladas*; e antes de comerciarem, os *Almotacés* dariam um ramo verde na porta da Câmara, caso contrário incorreriam nas penas acima.<sup>28</sup>

É possível observar através deste trecho referente à venda de fazendas secas a forma como estas eram organizadas, sendo necessária a obtenção de licença para comercializar produtos na cidade. Além disso, o comércio obedecia a regras quanto às medidas a serem aferidas, obedecendo a um padrão. Os almotacés, nomeados pela câmara, ficavam responsáveis por fiscalizar os estabelecimentos comerciais através de correições, sendo que antes eram publicados editais contendo as regras a serem obedecidas.

Percebe-se também na documentação referente aos termos de vereação do Senado da Câmara, no período de 1672 a 1815, quanto ao tempo de atuação, que estes eram nomeados por

---

<sup>27</sup> Eram afiladores aqueles que afilavam os pesos, ou seja, que as aferiam. Retirado de Dicionário Raphael Bluteau, disponível no site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <<<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/afilador>>>. Acesso em: 1 nov. 2016>>.

<sup>28</sup> Trecho de documento referente ao Termo de Vereação do Senado Câmara da cidade do Natal, de 06 de janeiro de 1673. Disponível em: IHGRN. *Catálogo dos livros de termos de vereação*: Senado da câmara de Natal. Termo 0024. 06/01/1673. FL(s) 012.

dois ou três meses e os que exerciam cargos na câmara geralmente teriam que exercer esta função no ano seguinte ao seu mandato. Estes poderiam ser nomeados para outras localidades, de acordo com a necessidade. No documento transcrito abaixo em que se dá a nomeação dos almotacés Manuel da Silva Vieira, João Costa de Almeida e Francisco Rodrigues Coelho, observa-se o período de exercício ao qual foram designados.

Elegeram *Almotacés* o sargento-mor MANUEL DA SILVA VIEIRA e os capitães JOÃO COSTA DE ALMEIDA e FRANCISCO RODRIGUES COELHO para servir dois meses cada; acordaram que as pessoas que vendiam aguardentes, vinhos e *fazendas* secas e molhadas, assim como os que exerciam *offícios*, tirassem suas licenças no prazo de um mês, com penas acertadas pelos oficiais anteriores; o Procurador-tesoureiro tenente ANTÔNIO GONÇALVES CABRAL comunicou que havia impostos e condenações atrasados de lotes de gado que saiu da Capitania sem licença e de tudo o mais que se devia ao Conselho e pediu que mandassem passar mandado executivo para cobrança; decidiram se reunir no domingo seguinte para fazerem Vereação pelos inconvenientes que ocorreram.<sup>296</sup>

No trecho acima é possível observar a nomeação dos almotacés e o tempo em que estes exerceriam a função. Os almotacés descritos possuíam patentes militares, assim como a maioria dos almotacés que foram nomeados para este período. A presença destes militares era importante para o processo de conquista da capitania do Rio Grande principalmente depois da Guerra dos Bárbaros.

Além disso, havia a cobrança de impostos que eram feitas pelos almotacés, bem como a cobrança de multas atrasadas. Por meio dos dados obtidos da tabulação dos nomes e ocupações dos almotacés, entre o período de 1672 a 1719, foram encontradas 140 pessoas nomeadas com o cargo de almotacé na cidade do Natal. Dentre estes, 107 exerciam postos militares, representando 76% do total. Dentre os oficiais, 44 tiveram o posto de capitão, 10 foram sargento-mor, 31 eram alferes, 10 tenentes, cinco tenentes-coronéis, 4 coronéis, dois comissários gerais da cavalaria e dois ajudantes. O gráfico abaixo mostra a porcentagem em relação aos postos ocupados por estes militares. Através destes dados é possível fazer alguns questionamentos sobre os requisitos que poderiam interferir na nomeação destes almotacés.

---

<sup>29</sup> IHGB. Catálogo dos livros de termos de vereação: Senado da câmara de Natal. Termo 0125. 05/07/1679. FL(s) 029v.

É possível observar por meio destes dados a quantidade de militares que exerceram a almotaxaria e os postos que estes ocupavam, em que a maioria era capitão ou alferes. A participação destes era de suma importância para a conquista da capitania. Ao mesmo tempo, percebe-se a presença destes na câmara exercendo diferentes cargos e construindo uma carreira nesta. O gráfico abaixo apresenta dados quantitativos quanto à porcentagem dos postos militares ocupados por almotacés na cidade do Natal entre 1672 e 1719.<sup>30</sup>

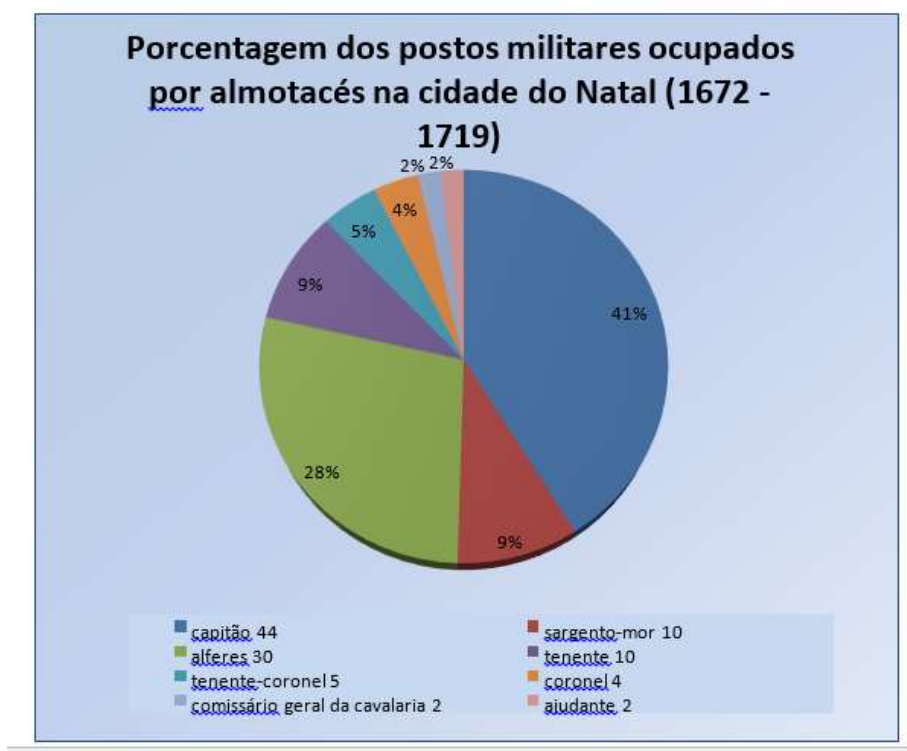


Figura 1 - Gráfico referente apenas aos almotacés que exerciam postos militares e suas respectivas patentes (1672- 1719)<sup>31</sup>

Através da tabulação dos dados obtidos dos termos de vereação da cidade do Natal no período estudado, é possível inferir que muitos almotacés exerceram esta função mais de uma vez. Dentre os que exerceram cinco vezes estavam :Felipe da Costa e Francisco Pinheiro Teixeira. Já Francisco de Oliveira Banhos, Manuel Gonçalves Branco, Manuel de Melo e Albuquerque e Gregório de Oliveira e Melo foram nomeados quatro vezes. Dos nomes que se destacaram ao

<sup>30</sup> Gráfico elaborado pela autora.

<sup>31</sup> Fonte: Gráfico elaborado pela autora baseado nos dados obtidos dos Termos de Vereação da cidade do Natal.



exercer o cargo por três vezes estavam: Simão da Rocha Caminha, Teodósio Grassiman, Belchior Simões, Cipriano Lopes Pimentel, Manuel de Faria, José de Amorim, Cosme da Silveira, Manuel Soares Raposo da Câmara, João Leite de Oliveira e Manuel Fernandes de Melo.

Dentre os almotacés três foram escrivães sendo: Francisco de Oliveira Banhos, Domingos Dias de Barros e Estevão Velho de Melo. Durante o período observado, os dois últimos não exerciam postos militares. Estevão Velho de Melo tornou-se almotacé em 1713, porém em 1714 foi nomeado escrivão da fazenda Real.

Os seguintes gráficos apresentam os dados coletados nos documentos referentes aos termos de vereação do Senado da Câmara de Natal, do período de 1672 a 1719 no que se refere à rotatividade em relação à função que exerciam como almotacé e à entrada destes na câmara de Natal, bem como a trajetória que estes desempenhavam.

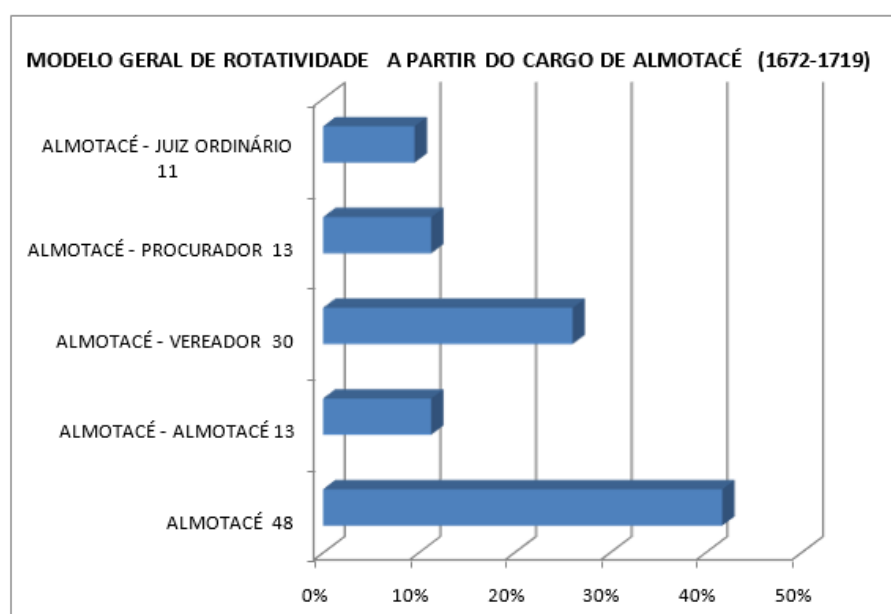


Figura 2 - Modelo geral de rotatividade considerando os almotacés que ingressaram em apenas um cargo na câmara municipal do Natal e daqueles que foram apenas almotacés.<sup>32</sup>

Por meio dos dados apresentados no gráfico acima, é possível notar que 26 % dos 140 almotacés ingressaram na câmara e tornaram-se vereadores, enquanto 42 % exerceram uma única vez e 11% foram apenas almotacés. A maioria foi nomeada como almotacé uma única vez

<sup>32</sup> Gráfico elaborado pela autora baseado nos dados obtidos dos Termos de Vereação da cidade do Natal.

e o exercício da almotacaria poderia não ser o suficiente para facilitar a entrada na câmara como oficial.

O gráfico abaixo mostra um modelo de rotatividade a partir do cargo de almotacé para o exercício de diferentes funções na câmara da cidade do Natal como oficiais desta, mostrando a construção de uma trajetória política.

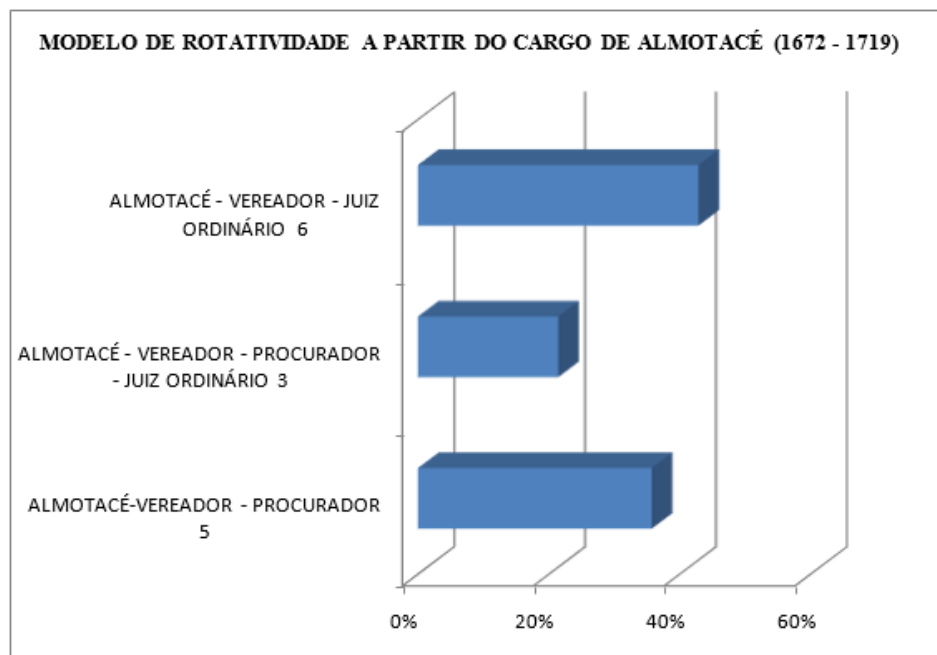


Figura 3 - Modelo de rotatividade considerando os almotacés que tiveram uma trajetória envolvendo mais de um cargo na câmara municipal do Natal.<sup>33</sup>

Quanto à rotatividade no exercício de funções na câmara, percebe-se que poucos conseguiram passar por mais de um cargo, em um sentido crescente em relação à importância do cargo. Apenas 3 dos 14 oficiais conseguiram ter uma trajetória mais longa. Foram traçados os perfis dos almotacés que mais foram nomeados ou que tiveram uma trajetória mais longa.

Dos almotacés que mais foram nomeados estavam: Felipe da Costa, (almotacé nos anos de 1685, 86,87,89 e 93) alferes, sendo promovido para capitão em 1687, porém em 1689 retorna ao posto de alferes; Francisco Pinheiro Teixeira (almotacé em 1710, 12,13,15 e 19), capitão, porém

<sup>33</sup> Gráfico elaborado pela autora baseado nos dados obtidos dos Termos de Vereação da cidade do Natal.

perde o posto, e em 1712 toma posse sem ser capitão; e Francisco de Oliveira Banhos, além de capitão, era escrivão da câmara entre 1672 e 1696.

Dentre os que mais tiveram nomeações estava também Manuel Gonçalves Branco. Alferes em 1686 e promovido a capitão em 1716. É possível observar uma trajetória em sua carreira, pois iniciou como almotacé em 1686, tornou-se procurador em 1690, sendo nomeado juiz ordinário em 1693. Além disso, Manuel Gonçalves Branco e Antônio Lopes de Lisboa eram um dos poucos a possuir barco na capitania. Estes eram utilizados para o transporte de sal quando estava em falta. No trecho abaixo, retirado do Catálogo de livros e termos de vereação da cidade do Natal em 1711, é apresentada a notificação feita aos capitães anteriormente citados quanto à necessidade de que trouxessem sal em seus barcos devido a falta deste.

Notificaram os capitães ANTÔNIO LOPES DE LISBOA e MANUEL GONÇALVES BRANCO para que trouxessem em seus barcos sal que estava em falta. Caso não atendessem, buscariam melhor solução; agendaram Vereação para 02 de Julho.<sup>34</sup>

Manoel Gonçalves Branco retornou ao cargo de procurador em 1698 e retornou ao cargo de juiz ordinário em 1716. Percebe-se que aqueles que exerciam cargo na câmara, no ano seguinte eram designados a servir como almotacés, como parte de sua obrigação na vereança.

Outro nome que obteve destaque foi o de Manuel de Melo e Albuquerque<sup>3536</sup> tornou-se vereador em 1709 e era capitão, sendo depois promovido para tenente, coronel e comissário geral da cavalaria (1712). Este se alternava entre o cargo de vereador e o exercício de almotacé no ano seguinte à sua vereança. O mesmo solicitou e recebeu duas sesmarias na capitania do Rio Grande. A primeira foi concedida em 1701 e a segunda em 1709. Posteriormente, o mesmo recebeu uma sesmaria em Pedra Preta em 1739 (BR 0480) e em 1740 (RN1005).

Cipriano Lopes Pimentel era morador da capitania do Rio Grande e capitão. Exerceu a função de almotacé por duas vezes na década de 1680 e uma no ano de 1690. Posteriormente

---

<sup>34</sup> IHGB. Catálogo de livros e termos de vereação: Senado da câmara de Natal. Termo 0576. 18/06/1711. FL(s) 042v.

<sup>35</sup> Dados coletados da plataforma SILBI que podem ser encontrados no sítio <<<http://www.silb.cchla.ufrn.br/sesmaria/RN%200954>>>. Acesso em: 27 out.2016. Fonte: Fundo documental do IHGRN, Caixa 01 de Cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 5 (1708-

<sup>36</sup>), fl. 48v.

tornou-se vereador em 1693 e juiz ordinário em 1696. Este também solicitou uma sesmaria ao governo geral no rio Jaguaribe, em 25 de janeiro de 1681<sup>37</sup>, no ano em que se tornou almotacé, juntamente com Teodósio Grassiman, Francisco Dornellas, Lourenço Alvares de Matos, Francisco Valadares, Geraldo do Rego Borges, Carlos Barbosa Pimentel, Gregório Grassiman de Abreu, Manuel da Cunha, Manuel de Abreu Freitas, Manuel da Costa Rego, Tomé Lopes Navarro e Manuel de Abreu Soares. Estes requereram as terras apresentando-se como homens beneméritos e com a justificativa de que possuíam o cabedal necessário. (DIAS, Patrícia. 2015. p.79)<sup>38</sup>

Conseguiu obter a sesmaria no mesmo ano<sup>39</sup>, sendo que das requeridas, recebeu três léguas de comprimento por uma légua de largura, haja vista que o provedor- mor da Real Fazenda, Antonio Lopes de Ulhoa ter dito que nem todos os suplicantes possuíam rendimentos o suficiente. Além disso, as terras solicitadas ficavam mais distantes, já próximas às últimas povoações da capitania do Rio Grande. Outra observação que pode ser feita é de que o procurador da Fazenda Real, constando apenas o nome Andrada, teria informado ao Governador Geral Roque da Costa Barreto de que as terras para serem concedidas deveriam ser mais próximas, devido à atividade pesqueira.

Outro nome de destaque foi Teodósio Grassiman. Morador da capitania do Rio Grande, casado com Ana Paula Barbosa. Requereu também uma sesmaria como foi citado anteriormente. Este foi tenente em 1680, tornando-se capitão de cavalos em 1687 e promovido a comissário geral da cavalaria posteriormente. Possuía sete sesmarias, três no Rio Grande e quatro no Ceará. Percebe-se através dos documentos dos termos de vereação que este teve uma trajetória política maior na câmara, em que foi vereador, procurador e juiz ordinário. Iniciou como procurador (1674), depois exerceu por duas vezes a função de vereador (1676 e 1679) e depois foi empossado juiz ordinário em 1687, sendo que em 1710 não pôde exercer novamente o cargo por estar no Ceará. Teodósio Grassiman enquadra-se no perfil dos que exerceram o cargo de almotacé após ter cumprido seu mandato na câmara no ano anterior.

---

<sup>37</sup> Fonte: Carta de sesmaria doada em 25 de janeiro de 1681 a Florenço Dornellas e demais companheiros no rio Jaguaribe. Arquivo Nacional, Codice 427, fl. 183 – 184v. RN1261.

<sup>38</sup> DIAS, Patrícia de Oliveira. Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676 – 1725). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2015. p. 79.

<sup>39</sup> Fonte: Arquivo Nacional, Codice 427, fl. 183 - 184v.

José de Amorim era alferes, iniciou como almotacé em 1686, sendo nomeado novamente em 1687 e 1690. Tornou-se vereador em 1692 e 1694 e procurador em 1696, porém foi impedido de exercer o posto. Em 1697 foi nomeado novamente procurador, exercendo o cargo. Foi eleito por barrete em 1710 para a função de juiz ordinário. Observa-se também para este uma trajetória de ascensão quanto aos postos que exerceu na câmara.

Manuel Soares Raposo da Câmara, foi tenente e depois capitão em 1719, sendo nomeado procurador em 1718, exercendo a função de almotacé por três vezes antes disto. João Leite de Oliveira era capitão, tornado-se almotacé nos anos de 1712, 1713 e 1718 sem exercer cargo na câmara durante o período estudado. Manuel Fernandes de Melo torna-se almotacé (1716-17) um ano depois de ser nomeado vereador e fez o mesmo quando retorna à função de vereador em 1718.

Dos que não exerciam postos militares, porém que se tornaram almotacés mais de uma vez estão: Manuel Gonçalves Pimentel; Manuel Monteiro e João Martins de Sá. A maioria que exercia o cargo de almotacé mais de uma vez exercia algum posto militar. Dos que não tinham e conseguiam exercer esta função mais de uma vez, ou que conseguiam ingressar na câmara era de famílias que detinham certo prestígio na capitania.

#### CONSIDERAÇÕES

Por meio desta pesquisa inicial, ainda em andamento, é possível obter algumas informações sobre o exercício da almotacaria na cidade do Natal, capitania do Rio Grande no período de 1672 a 1719. Os dados obtidos revelam que a maioria destes eram militares. Além de administrar a capitania, era necessário protegê-la para o processo de conquista da terra.

A ascensão à câmara e tornar-se oficial desta era difícil. E mais ainda era construir uma trajetória passando por todos os cargos, mesmo servindo como almotacé. Ser almotacé poderia ser compreendido também como porta de entrada para a câmara, mas não seria o suficiente. Os dados obtidos pela tabulação mostram que a maioria era nomeada uma única vez, ou mesmo quando ascendiam à câmara, tornavam-se vereadores. Poucos eram os que chegavam a ser juízes ordinários. Mais difícil ainda era construir uma trajetória passando por todos os cargos.

Por fim, os almotacés eram de suma importância para manter o ordenamento na cidade, quanto ao que se refere ao comércio, construção e higiene sanitária. Porém, faz-se necessário

um estudo mais aprofundado quanto ao perfil destes e quanto às suas atribuições, como forma de tentar compreender a dinâmica na administração da cidade do Natal no período estudado.

#### **FONTES**

IHGRN. Catálogo dos livros de termos de vereação: Senado da câmara de Natal.

IHGRN. Catálogo dos livros de termos de vereação: Senado da câmara de Natal. Termo 0024. 06/01/1673. FL(s) 012.

IHGRN. Catálogo dos livros de termos de vereação: Senado da câmara de Natal. Termo 0125. 05/07/1679. FL(s) 029v.

IHGRN. Catálogo de livros e termos de vereação: Senado da câmara de Natal. Termo 0576. 18/06/1711. FL(s) 042v.

Plataforma SILBI. Disponível em :  
<<[Fundo documental do IHGRN, Caixa 01 de Cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 5 \(1708-1713\), fl. 48v.](http://www.silb.cchla.ufrn.br/sesmaria/RN%200954.>> Acesso em: 27 Out. 2016.</p></div><div data-bbox=)

Carta de sesmaria doada em 25 de janeiro de 1681 a Florenço Dornellas e demais companheiros no rio Jaguaribe. Arquivo Nacional, Codice 427, fl. 183 – 184v. RN1261.

#### **REFERÊNCIAS**

ALVEAL, C. M. O. Os desafios da governança e as relações de poder na capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In: MACEDO, Helder Alexandre de; SANTOS, Rosenilson da Silva. *Capitania do Rio Grande*. Natal; João Pessoa: EDUFRN; Idéia, 2013.

BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves; OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. Para Adlém dos Espaços da Cidade de Natal (1720 – 1759): Administração camarária na Capitania do Rio Grande. *Revista Ultramares*. 2016, Vol. 5, n. 9, jan-jun. pp. 204 – 227.

DIAS, Patrícia de Oliveira. *Onde fica o sertão rompem-se as águas*: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676 – 1725). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2015. p. 79.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Almuthasib*: considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. *Rev. bras. Hist.* [online]. 2001, vol.21, n.42, pp.365-395.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. 4 ed. Natal: Flor de Sal, 2015.

## **A CRISE DE 1724: CONFLITOS E DISPUTAS DE PODER NA CAPITANIA DO RIO GRANDE A PARTIR DAS ELEIÇÕES CAMARÁRIAS**

Kleyson Bruno Chaves Barbosa<sup>40</sup>  
Marcos Arthur Viana da Fonseca<sup>41</sup>

Desde a chegada de José Pereira da Fonseca para assumir o ofício de capitão-mor do Rio Grande, em 1722, a elite local representada na câmara do Natal manteve um clima de animosidade contra o nomeado régio. A posse de José Pereira da Fonseca (1722-1728) ocorreu em um clima conturbado na capitania, visto que o capitão-mor antecessor, Luís Ferreira Freire (1718-1722), ter sido assassinado e pairar a suspeita de que os responsáveis pelo crime haviam sido um grupo de camarários. No ano de 1724, ocorreu uma intensa disputa pelo cargo de juiz ordinário na câmara do Natal, que mobilizou os homens bons da capitania do Rio Grande, revelando tensões e rachaduras entre a própria elite local, nas quais o capitão-mor envolveu-se, a fim de costurar a sua governabilidade, apoiando uma das facções envolvidas nessa disputa pelo poder camarário.

É sobre essa conflituosa eleição para o cargo de juiz ordinário de 1724, registrada em três fontes documentais, utilizadas e analisadas ao longo deste texto (Arquivo Histórico Ultramarino – Rio Grande do Norte; Termos de Vereação da Cidade do Natal; e Livros de registros de cartas e provisões do Senado da Câmara do Natal), que este trabalho abordou, percebendo não somente os espaços de poder em disputa, o cargo de juiz ordinário e a própria câmara do Natal, mas a estruturação de alianças para a manutenção do poder. Portanto, por meio deste conflito, pretende-se analisar tais questões através de duas instâncias governativas no Império ultramarino português, a figura do capitão-mor da capitania do Rio Grande, e a câmara municipal na cidade do Natal. Nisto, envolveram-se questões como os interesses das elites locais e as disputas por cargos que envolviam espaços de poder e influência. Além disto, entende-se que tal conflito revelou a existência de bandos na capitania do Rio Grande, que diante da possibilidade

---

<sup>40</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Margarida Oliveira Alveal. O autor integra o Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS) da UFRN.

<sup>41</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Margarida Oliveira Alveal. O autor integra o Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS) da UFRN.

de perda do poder, revelaram todo seu potencial belicoso ao buscarem a legitimação de uma hegemonia política na capitania (FRAGOSO, 2003, p. 11-35). Aproveitando-se dessas fraturas locais, o capitão-mor do Rio Grande, José Pereira da Fonseca, que possuía um histórico de inimizade com os camarários, buscou associar-se a um dos bandos, no intuito de garantir a sua governabilidade dentro da capitania do Rio Grande.

### **CÂMARAS MUNICIPAIS E O GOVERNO DA CAPITANIA**

A historiografia sobre o Império Ultramarino Português deu bastante relevância para as relações entre os poderes locais na América portuguesa, sobretudo entre as relações que envolviam os servidores régios e a administração destes domínios no Ultramar. A historiografia aponta a necessidade, nem sempre constante, dos oficiais indicados pela Coroa em negociarem ou discutirem com estes grupos. Estas negociações, alianças ou até mesmo as pressões a que os oficiais régios eram submetidos, foram as condições que uma parte da historiografia denominou de condições de governo ou governabilidade. Esta governabilidade consistiria na capacidade de vice-reis e governadores de contemporizarem com os poderes locais, viabilizando desta forma a sua autoridade sobre as capitanias em que deveriam governar.

Segundo Charles Boxer, o Senado da Câmara e as irmandades de caridade e confrarias locais, destacando-se a Santa Casa da Misericórdia, teriam sido as instituições que contribuíram para moldar as diversas colônias do império ultramarino português. Os membros dessas instituições partilhavam históricos semelhantes, constituindo, a grosso modo, as elites coloniais, e, portanto, garantindo uma continuidade que outros funcionários régios, que tinham tempo de serviço estipulado, como governadores, bispos e magistrados não conseguiam deter, visto este caráter transitório (BOXER, 2002, p. 296). As câmaras municipais poderiam ser ferozes adversárias dos nomeados da Coroa, sobretudo em questões que lhe dissessem respeito. Segundo este autor, “ao contrário do que às vezes se afirma, as câmaras coloniais raramente se tornavam meros carimbos ou capachos, incapazes de criticar os altos funcionários do governo, fossem vice-reis ou juízes do mais alto tribunal” (BOXER, 2002, p. 298).

Ainda sobre a capacidade de negociação dos colonos, Russell-Wood enfatizou as câmaras municipais como o principal órgão negociador que representava os interesses locais. As câmaras agiam como representantes das principais famílias do local e eram capazes de exercer pressão



sobre os governadores e vice-reis. Os governadores que ignoravam a capacidade de articulação e de comunicação deste órgão com a Coroa acabavam por incorrer em “risco próprio [...] O malogro de um governador em negociar ou acomodar interesses locais poderia provocar uma repreensão régia ou levar à sua destituição” (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 187-250). Segundo o autor, os governadores “entendiam que o mandato de três anos no cargo os deixavam em posição pouco vantajosa frente aos colonos, e que eles necessitavam de potencial humano para implementar a vontade régia” (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 187-250).

Para o caso do Rio de Janeiro, Bicalho conseguiu observar embates ao longo dos séculos XVII e XVIII, da chamada “nobreza da terra”, que representava os poderes locais de uma localidade e representantes oficiais régios, notadamente, governadores e ouvidores, que procuravam intrometer-se nas eleições camarárias, visto esta elite não permitir a entrada de outros indivíduos, como os comerciantes portugueses. A partir disto, a autora percebeu que essa interferência “nas eleições municipais criou um amplo campo de conflitos entre os integrantes da *nobreza* local e os representantes do poder central” (BICALHO, 2003, p. 373).

A câmara era um importante espaço de poder, fixada em locais que eram dotados de municipalidade, e os oficiais que a compunham estavam impelidos a administrar esta localidade na qual a câmara se vinculava, tendo também que se articular com outras instâncias governativas do império ultramarino português, e servindo como um elo de ligação entre a metrópole e a colônia, a fim de transporem as ordens emitidas, assim como na padronização do sistema burocrático português. Sobre isto, Maria Fernanda Bicalho, afirmou que as câmaras coloniais utilizavam recorrentemente canais de comunicação que fossem diretos com o rei, sem recorrer a intermediação, por meio de petições ou representações, para solucionar problemas nos mais diversos lugares do ultramar. Essa comunicação, incentivada pela coroa, representava um mecanismo de controle por parte da própria metrópole, servindo também para administrar da melhor forma possível a colônia e resolver os conflitos existentes (BICALHO, 1999, p. 480-482).

Corroborando com tais posicionamentos, João Fragoso afirmou que um governador, para conseguir realizar uma boa administração, tinha de ter, obviamente, apoio de um dos bandos de sua época. Este conceito de bandos deve-se ser compreendido, pois ele é chave para se entender o jogo político analisado neste trabalho. De acordo com Fragoso, os bandos resultavam dos embates entre as facções nobres, um termo medieval luso. Os bandos buscavam a hegemonia

política ou a sua manutenção, por meio de uma teia de alianças que as famílias integrantes de um bando criavam entre si e também com outros grupos sociais. Dessa forma, as melhores famílias, nessas disputas, garantiam algo fundamental para sua existência que era a cumplicidade de outros estratos sociais, assim como a legitimação da própria hierarquia estamental. Conforme visto nos benefícios que os camarários obtinham por exercerem tais cargos, no caso dos bandos, à facção vencedora, os benefícios da economia do bem comum eram usufruídos, e, assim, um maior conforto entre seus pares. Portanto, entende-se o porquê das lutas entre bandos nobres (FRAGOSO, 2003, p. 11-35).

Visto isto, observa-se o quão difícil era lidar com essas elites locais, sendo preciso saber negociar, para exercer o ofício nos lugares que os capitães-mores haviam sido nomeados. No caso de José Pereira da Fonseca, este encontrou forte oposição dos oficiais da câmara do Natal, que mesmo diante do clima de instabilidade causado pelo assassinato do capitão-mor anterior, não cessaram a pressão sobre o governante da capitania. As eleições de 1724, desta forma, ocorreram em um momento de clima tenso e instável na capitania.

#### **MAGOTES E BASILISCOS: A CRISE DE 1724**

No dia 23 de novembro 1723, como de costume, foi realizada na cidade do Natal a abertura do pelouro, contendo o nome dos oficiais eleitos para atuarem durante o ano de 1724. Este era o tipo de eleição realizada para os cargos de oficiais das câmaras municipais no império ultramarino português, que no caso da câmara de Natal, precisava ser preenchida por três vereadores, dois juizes ordinários, e um procurador. A cada três anos, três listas eram elaboradas pelos homens bons<sup>42</sup> da cidade, sendo cada lista guardada em um pelouro, bola de cera, que eram, por sua vez, guardadas em um cofre. No ano anterior a cada ano de vigência dos oficiais, realizava-se um sorteio, no qual a lista sorteada correspondia aos oficiais do ano seguinte.

Para o ano de 1724 foram eleitos para o cargo de juiz ordinário, o comissário geral José de Oliveira Velho e o alferes Antônio da Silva de Carvalho; para o cargo de vereador, o coronel Carlos de Azevedo do Vale e os capitães Félix Barbosa de Araújo e Hilário de Castro Rocha; e, por fim, para o cargo de procurador e tesoureiro, o sargento-mor Gregório de Oliveira e Melo.

---

<sup>42</sup> Representavam os homens dotados de cabedal, que se destacavam em uma localidade, e eram considerados de “melhor qualidade”, e, portanto, aptos a votarem nas eleições municipais.

<sup>43</sup> No dia seguinte da abertura do pelouro, os oficiais eleitos foram notificados para que fossem empossados em janeiro de 1724; e seis dias após, em 28 de novembro, mandou-se solicitar as cartas de usança para que os oficiais fossem empossados. <sup>44</sup> Deve-se lembrar que a capitania do Rio Grande era subordinada judicialmente à capitania da Paraíba, que era a cabeça da comarca<sup>45</sup>, e, portanto, para que os oficiais assumissem na câmara de Natal, estes precisavam da emissão das cartas de usança que eram expedidas pelo ouvidor-geral, que possuía como sede a cidade da Paraíba (MENEZES, 2006, p. 11-25). Esse oficial régio também fazia visitas, as correições, a fim de vistoriar o que era realizado pelos camarários<sup>46</sup>, e era requerido para averiguar o processo do pelouro, embora nem sempre fosse possível estar presente nesse momento, assim como era de sua responsabilidade emitir ou não a carta que garantia o acesso a um posto camarário em Natal.

Adentrando o ano de 1724, no dia 25 de fevereiro, foi realizada uma eleição de barrete, que consistia em uma eleição extraordinária, a fim de eleger um oficial para ocupar o cargo de outro que havia sido eleito, mas impedido por algum motivo. Assim, elegeu-se o comissário geral de cavalaria Manuel de Melo de Albuquerque, para substituir o juiz ordinário eleito, sargento-mor Antônio da Silva de Carvalho, que segundo a documentação, estava impedido de assumir o cargo por motivo de crime, embora não tenha sido especificado qual crime ele havia cometido<sup>47</sup>. Esta eleição de barrete foi o motivo para que nos meses seguintes se instaurasse uma crise política na capitania do Rio Grande<sup>48</sup>.

Manuel de Melo de Albuquerque era natural de Olinda, capitania de Pernambuco, tendo sido soldado, alferes, e tenente, e vindo à capitania do Rio Grande, ocupou os postos de capitão, em 1706, e tenente-coronel, em 1711, até se tornar comissário geral, neste mesmo último

---

<sup>43</sup> LOPES, Fátima Martins. Catálogo dos Livros de Termos de Vereação da Cidade do Natal (1674-1823). Documento 0902. fls. 030-031v.

<sup>44</sup> Ibid. Documentos 903 e 905. Fls. 030v-031v.

<sup>45</sup> Nas relações de subordinação das Capitanias do Norte, submetiam-se político-militarmente à capitania de Pernambuco, a capitania do Ceará desde 1656, a capitania do Rio Grande desde 1701, e a da capitania da Paraíba desde 1755. Judicialmente, a Ouvidoria geral da Paraíba foi criada em 1688, estando a capitania do Rio Grande e do Ceará a ela subordinadas, sendo que em 1723 foi criada uma ouvidoria própria para o território do Ceará. Havia ainda a Ouvidoria geral de Pernambuco, que abrangia a comarca de Alagoas e Itamaracá, essa última em meados do século XVIII, quando deixou de se submeter à Ouvidoria da Paraíba.

<sup>46</sup> LOPES, Fátima Martins. Catálogo dos Livros de Termos de Vereação da Cidade do Natal (1674-1823). Documento 0921. fls. 037v-038.

<sup>47</sup> Ibid. Documento 0909. fls. 032v-033

<sup>48</sup> Ibid. Documento 0911. Fls. 033v-034; 0917, fls. 036.

ano<sup>49</sup>. Morador na cidade do Natal, veio a falecer no ano de 1745. Entre 1710 e 1745, este indivíduo esteve constantemente presente entre postos da câmara de Natal. Em 1709, foi escolhido como juiz ordinário provisório. Por meio do sistema de barrete, foi escolhido como vereador (1711, 1712, 1713, 1714 e 1716), vindo a finalmente ter sido escolhido por eleição de pelouro para atuar como vereador em 1717, 1718 e 1721. Foi convocado ainda para assumir o cargo de vereador em 1722. Toda essa experiência o levou a ser eleito por barrete para ser juiz ordinário em 1724 (SILVA FILHO, 2014). Portanto, durante 35 anos ininterruptos, até a sua morte, Manuel de Melo de Albuquerque esteve exercendo cargos importantes na cidade do Natal, ligados ao poder camarário, acumulando um conhecimento e influência crescentes, que o fazia ser escolhido para ocupar cargos de destaque, como no ano de 1724.

Após receber a carta de usança do ouvidor da Paraíba Manuel da Fonseca e Silva, Manuel de Melo de Albuquerque foi empossado como juiz ordinário da câmara do Natal no dia 06 de abril. Dois meses após a sua posse, seu filho, Caetano de Melo de Albuquerque, foi eleito como almotacé para os meses de julho e agosto, ingressando na câmara pela primeira vez, no dia primeiro de julho. Manuel de Melo Albuquerque foi casado Dona Eugênia Rodrigues de Sá, filha do padre e vigário de Natal Doutor Simão Rodrigues de Sá, os quais tiveram três filhos, entre eles, Caetano de Melo de Albuquerque. Provido no ano de 1716 com uma patente de alferes, no final do mesmo ano, Caetano de Melo de Albuquerque chegou a capitão de infantaria de ordenança da cidade do Natal, e no ano seguinte tornou-se Secretário do Governo do Rio Grande, pelo capitão-mor da capitania do Rio Grande, Domingos Amado<sup>50</sup>. Sua ascensão foi mais uma vez rápida, tornando-se sargento-mor em 1723<sup>51</sup>.

---

<sup>49</sup> Registro da patente de comissário geral de Cavallaria passada a Manuel de Mello de Albuquerque. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 5 (1708 – 1713). Fl. 87; Registro de patente do posto de Capitão de cavallos das ribeiras de Goyaninha, Cunhahú, e mepebú passada a Manoel de Mello e Albuquerque. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 4 (1702 – 1707). Fl. 107.; Registro da Patente do Tenente Coronel Manoel de Mello de Albuquerque. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 5 (1708 – 1713). Fl. 82v

<sup>50</sup> Registo de hum mumbramento do posto de Alferes de hua companhia de Cavallos proveo na forma de Catheano de Mello de Albuquerque em 4 de agosto de 1716. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara livro 06 (1713-1720) FL. 58v; Registo de hua patente de capitão no que foi provido Chateano de Mello Albuquerque Cahetano em 30 de dezembro de 1716. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara livro 06 (1713-1720) FL. 59v.; Registo de hua provisão de secretario deste governador Cahetano de Mello Albuquerque. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara livro 06 (1713-1720). fl. 60v.

<sup>51</sup> Registo de uma patente de Sargento mor em que foi provido Caetano de Mello Albuquerque. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). Fl. 92.

Embora Manuel de Melo de Albuquerque tenha sido empossado como juiz ordinário em vereação de 06 de abril de 1724, Antônio da Silva de Carvalho não desistiu de reaver o cargo para o qual havia sido eleito, mas que fora impugnado sob alegação de crime. Assim, cerca de quatro meses depois, em 08 de agosto, Carvalho apresentou-se à câmara, com carta de usança do ouvidor da Paraíba, garantindo-lhe que se fizesse posse e ele pudesse atuar como juiz ordinário naquele ano. Tinha-se assim um imbróglio. Não era possível haver três juízes ordinários, pois além destes dois, o juiz ordinário José de Oliveira Velho, segundo juiz eleito para aquele ano, já havia sido empossado anteriormente, sem nenhum motivo de impedimento.

O caso mobilizou a cidade do Natal, entrando em cena o capitão-mor do Rio Grande, José Pereira da Fonseca. No dia seguinte, os camarários decidiram enviar uma carta ao próprio capitão-mor para esclarecerem sobre a posse de Antônio da Silva de Carvalho e cobrarem satisfações sobre as atitudes realizadas por Pereira da Fonseca a respeito desta questão. De acordo com a carta, os camarários declararam serem homens letrados, e, por isso, pediram auxílio ao “ex-ouvidor do Maranhão”, João Mendes de Aragão, que estava de passagem por Natal, indo em direção à capitania de Pernambuco (FEIO, 2003). Assim, recorrendo a uma alçada maior na jurisdição da justiça, argumentaram que o impasse seria resolvido por uma instância letrada e competente, sendo o que ele decidisse o entendido como melhor solução para o caso. Entretanto, o juiz ordinário José de Oliveira Velho foi contrário à esta decisão, e o capitão-mor José Pereira da Fonseca, envolveu-se nessa questão camarária, enviando homens de infantaria e ordenanças às ruas da cidade. Para os camarários, a decisão do capitão-mor era uma intromissão em responsabilidades que competiam à câmara do Natal, causando tumultos na cidade, além da saída do próprio ouvidor, que diante desta atitude, e do questionamento de Oliveira Velho, preferiu não se envolver neste imbróglio, e partiu da cidade. Assim, os camarários lembravam a competência de cada uma das instâncias, câmara e governo da capitania, e que a alçada nesse caso que os camarários deveriam se reportar era a da ouvidoria da Paraíba, e não a do capitão-mor do Rio Grande. Além disso, pediam para que Pereira da Fonseca não agisse com parcialidades

nesse caso, como parecia estar favorecendo o grupo de Antônio da Silva de Carvalho e de José de Oliveira Velho<sup>52</sup>.

No mesmo dia, 09 de agosto, o capitão-mor do Rio Grande respondeu à carta dos camarários da cidade do Natal, justificando-se que havia colocado a infantaria na cidade do Natal para manter a paz e o sossego da cidade, visto ser essa a função dele, e a situação exigir tal atitude. Segundo ele, este litígio apresentava parcialidades pelos próprios camarários da cidade do Natal, e se ele não procedesse de tal maneira, a capitania poderia entrar em convulsões. Dessa forma, relembrou também as competências de cada instância. Se aos camarários cabiam a justiça, a ele cabia manter a ordem, a paz, e a quietação na capitania do Rio Grande<sup>53</sup>. Não satisfeitos com a resposta curta do capitão-mor, os camarários escreveram novamente uma carta a este funcionário régio. Relataram novamente o caso ocorrido, e acrescentaram que os parentes de Antônio da Silva de Carvalho, com homens e armas, haviam causado violências e tumultos na cidade, a fim de empossá-lo como juiz ordinário. Aconselhavam que Pereira da Fonseca agisse com benignidade e se cercasse de pessoas idôneas, pois as que ele escolhia para se aconselhar eram as mais vis que existiam naquela localidade. Utilizando-se de um tom diplomático, neste momento, os camarários procuravam minimizar as acusações realizadas em carta anterior contra o capitão-mor, entretanto, constantemente criticavam o governo do capitão-mor ao longo dos anos e atitudes dele realizadas sobre diversas matérias<sup>54</sup>.

Três dias depois, em 11 de agosto, um termo de requerimento foi apresentado por Antônio da Silva de Carvalho, demonstrando que mesmo sem haver impedimento, a câmara não o havia aceitado com a carta de usança passada pelo ouvidor da Paraíba, o que veio a requerer em presença dos oficiais e com destaque ao juiz ordinário José de Oliveira Velho, que lhe apoiava, sendo assim, finalmente, deferida sua posse, o que inabilitava Manuel de Melo de Albuquerque de exercer o posto de juiz ordinário, visto que Carvalho havia sido o eleito por pelouro. No mesmo dia, José Pereira da Fonseca respondeu a segunda carta que os camarários haviam lhe enviado

---

<sup>52</sup> Registo de uma carta que se escreveu os officiaes do Senado da Camara ao Capitam mor desta Capitania José Pereira da Fonseca sobre a posse do Juiz Antonio da Silva de Carvalho. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). fl. 102

<sup>53</sup> Resposta da carta a cima. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). Fl. 103.

<sup>54</sup> Registo de uma carta que se escreveu ao Capitam mor José Pereira sobre o juiz Antonio da Silva de Carvalho. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). Fl. 107

justificando sua forma de agir neste acontecimento pelo fato de os camarários antecessores terem assassinado Luís Ferreira Freire, o capitão-mor anterior. Dessa forma, o capitão-mor agia no intuito de evitar que o mesmo fim lhe ocorresse. Acusou ainda os camarários de serem parciais a Manuel de Melo de Albuquerque, um dos responsáveis pelo assassinato de Ferreira Freire. Para José Pereira da Fonseca, as suas atitudes não causavam danos à população, mas a protegia dos *basiliscos* que compunham o grupo camarário<sup>55</sup>.

Imediatamente, os oficiais responderam às acusações feitas por José Pereira da Fonseca de serem os responsáveis pelo assassinato de Ferreira Freire. Além disso, descrevem seus leais serviços a Sua Majestade, sempre agindo como leais vassalos, na guerra contra o gentio bárbaro, de forma humilde e não parcial.<sup>56</sup> Em carta dos próprios camarários enviada ao rei no ano seguinte, no dia 21 de julho, eles ainda acrescentaram, ao relatar tal caso, que o grupo de José Pereira da Fonseca, forçou a posse de Antônio da Silva de Carvalho, com armas, homens, e ameaças de prisões, tendo uma carta de usança do ouvidor da Paraíba, a quem tinham ludibriado. Afirmaram que o capitão-mor do Rio Grande deu o prazo de três dias para que o ex-ouvidor do Maranhão saísse da cidade, o que teria efetivamente causado a sua saída, escandalizando a população. Embora eles tivessem enviado cartas ao capitão-mor no momento, para amenizar a situação, e o mesmo tivesse pedido desculpas, recolhendo a infantaria que havia posto na cidade, três dias após, conforme visto, Antônio da Silva de Carvalho foi empossado como juiz ordinário<sup>57</sup>.

Apesar desta posse, Manuel de Melo de Albuquerque não desistiu de continuar a ser juiz ordinário da câmara da cidade do Natal. Assim como Carvalho, recorreu ao ouvidor da Paraíba, no intuito de garantir sua posse, o que de fato conseguiu, visto que no final do mês, em 31 de agosto, apresentou um despacho do ouvidor-geral, para que fosse mantido no cargo, o que foi reconhecido como juiz ordinário segundo a ata de vereação desse dia.<sup>58</sup> No mesmo dia, os camarários enviaram uma carta ao juiz ordinário José de Oliveira Velho, que estava no sertão a

---

<sup>55</sup> Resposta da carta a tras. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). Fl. 109.

<sup>56</sup> Registo de uma carta do Capitam mor em resposta atraz. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). Fl. 110.

<sup>57</sup> Carta que se escrevo a Sua Maggestade sobre o juiz intruso Antonio da Silva de Carvalho, e insolências que sobre a mesma matéria obrou o capitão-mor Jose Pereira da Fonseca. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). Fl. 145.

<sup>58</sup> LOPES, Fátima Martins. Catálogo dos Livros de Termos de Vereação da Cidade do Natal (1674-1823). Documentos 0915, fls. 035-035v; 0929, fls. 041-043; 0930, fls. 043-044; 0931, fls. 044-044v.



realizar devassas, para que comparecesse à Câmara, a fim que o litígio fosse finalmente solucionado. Contrário à posse de Manuel de Melo de Albuquerque, o juiz ordinário José de Oliveira Velho ordenou que o escrivão da câmara, Bento Ferreira Mousinho, assim como os outros oficiais, não obedecessem tal requerimento de Albuquerque. Entretanto, os membros da câmara não acataram este mandato de José de Oliveira Velho, empossando Albuquerque, e deliberando que Velho prosseguisse, então, com as devassas no sertão que estava realizando<sup>59</sup>.

Dessa forma, novamente os ânimos foram reacquecidos na capitania, no início do mês de setembro. Em primeiro de setembro, o capitão-mor José Pereira da Fonseca enviou uma carta à Câmara afirmando que havia sido informado pelo juiz ordinário José de Oliveira Velho sobre o modo injusto como havia ocorrido a posse de Manuel de Melo de Albuquerque. Acusando novamente os camarários de serem parciais, afirmou que Albuquerque não deveria ter sido empossado, mas que eles deveriam esperar a vinda do ouvidor da Paraíba para solucionar o caso. Assim, nem Albuquerque nem muito menos Antônio da Silva de Carvalho poderiam servir como juízes ordinários, até que o litígio fosse resoluto. Apenas José de Oliveira Velho que poderia ocupar o posto, por enquanto. Pereira da Fonseca os acusou de estarem agindo contra a justiça<sup>60</sup>.

Respondendo esta carta no mesmo dia, os camarários informaram que consideravam a informação repassada por José de Oliveira Velho ao capitão-mor do Rio Grande como falsa, pois mostravam o despacho do próprio ouvidor da Paraíba que garantia a posse de Melo de Albuquerque. Descreveram a boa conduta de Albuquerque nos meses em que atuou como juiz ordinário, em oposição a Antônio da Silva de Carvalho, que agiria sempre de forma criminosa. Assim, acusavam, por sua vez, o juiz ordinário José de Oliveira Velho de ser parcial, juntamente com o capitão-mor José Pereira da Fonseca em favor do juiz ordinário impedido, Antônio da Silva de Carvalho<sup>61</sup>.

Sobre o bando que José Pereira da Fonseca buscou se aliar e proteger, um dos principais envolvidos, Antônio da Silva de Carvalho era sargento-mor de ordenanças, tendo atuado como vereador em 1710, e almotacé em 1711. Na documentação das vereações, percebe-

---

<sup>59</sup> Ibid. Documento 0932, fls. 044v-0445.

<sup>60</sup> Registo de uma carta que escreveu o Capitão mor José Pereira da Fonseca sobre que não andesce o juiz ordinario Manoel de Mello Albuquerque ao [?].Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). Fl. 121v.

<sup>61</sup> Resposta da carta a cima. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). Fl. 121v



se uma citação constante às terras na Ribeira da cidade do Natal pertencentes a ele, e que poderiam elucidar o porquê de ele ter sido impedido de assumir o cargo na câmara em 1724. Desde 1709 até 1719, Antônio da Silva de Carvalho foi notificado sobre a passagem da ribeira que existia em suas terras concedidas como data de sesmaria. Os envolvidos com a travessa de canoas utilizavam uma parte dessas terras para transitar da Ribeira para o outro lado do rio Potengi, entretanto, Carvalho impedia tais passagens, o que resultou em penalidades para ele. Em 1719, as queixas ainda continuavam, e Carvalho foi penalizado por tais descumprimentos.<sup>62</sup> Portanto, este pode ter sido o motivo de impedimento alegado como crime, para que ele não viesse a assumir o cargo para o qual havia sido eleito. Já o comissário geral José de Oliveira Velho, juiz ordinário também em 1724, havia sido vereador em 1711 e em 1715, sendo almotacé nos anos seguintes a estes cargos, conforme previa as Ordenações a respeito das câmaras. Velho recebeu uma concessão no Assú, no ano de 1735, alegando para receber a terra que estava de posse dela há cerca de 40 anos, portanto, desde o período da chamada *Guerra dos Bárbaros*. Já o próprio capitão-mor do Rio Grande, José Pereira da Fonseca, esteve neste cargo entre 1722 e 1728. Antes de assumir o cargo no Rio Grande, José Pereira da Fonseca havia servido por 33 anos em diversas localidades, “sendo elas, Pernambuco, Angola e Bahia, ocupando os cargos de praça de soldado, sargento-supra, alferes ajudante e capitão de infantaria do terço pago que serviu de guarnição da praça de Olinda” (OLIVEIRA, 2014, p. 97-110). Era um elemento exógeno em meio a homens bons que estavam na capitania há um considerável tempo, tendo que negociar com estes e lidar com as relações de poder existentes na capitania do Rio Grande. Assim, este era o grupo que José Pereira da Fonseca buscou se aliar, e que além destes, existia uma rede de parentela, que os apoiavam, com homens e armas, conforme observado na documentação.

Já o outro bando, representando a Câmara em sua maioria, o escrivão da câmara Bento Ferreira Mousinho, e o comissário geral Manuel de Melo de Albuquerque, ainda em carta do dia primeiro de setembro enviada à José Pereira da Fonseca, afirmavam que os camarários haviam sido sempre cumpridores fieis da justiça, em oposição ao que ele havia afirmado. Pediam que o grupo do capitão-mor, de Antônio da Silva de Carvalho e seus aparentados deixassem em paz e

---

<sup>62</sup> Catálogo dos Livros de Termos de Vereação da Cidade do Natal (1674-1823). Documentos 0486, fl. 001v; 0488, fls. 002-002v; 0490, fls. 003-003v; 0496, fls. 006-007; 0566; fls. 036v-037; 0770, fl. 131v; 0811, fls. 001-001v; 0818, fls. 004-004v.

sosego a capitania, visto o motim que realizavam ser prejudicial para a população, como já havia ocorrido no governo de Luís Ferreira Freire. Por fim, confiavam que Deus e El Rei resolveriam tal situação<sup>63</sup>. Dessa forma, o clímax do conflito tinha sido atingido, e o tom diplomático entre o capitão-mor e os camarários não era mais sentido, pois os bandos posicionavam-se de forma claramente oposta. Cada bando acusava o outro de agir de forma parcial, contra a justiça, e apoiando um dos juízes ordinários envolvidos em tal conflito. Ressalta-se a importância deste cargo, que era o presidente da Câmara, sendo o mais importante, visto ser o responsável pelo aspecto judicial em primeira instância no nível local.

Três dias depois, em 04 de setembro de 1724, chegou-se ao ponto de os camarários apelarem para o governador de Pernambuco, instância a qual a capitania do Rio Grande se submetia. Argumentaram em vereação que o capitão-mor José Pereira da Fonseca, o juiz ordinário José de Oliveira Velho e um grupo liderado por ambos cometiam insolências na capitania. Chegaram a solicitar ao sargento-mor José de Moraes Navarro, muito provavelmente integrante do seu bando, que realizasse a detenção do sargento Pedro Mendes de Moraes e do soldado Fradique Correa da Costa, que seriam integrantes do bando do capitão-mor. Portanto, percebe-se que embora, inicialmente neste conflito, o bando do capitão-mor e de Antônio da Silva de Carvalho possa ter intimidado o bando de Manuel de Melo de Albuquerque, fazendo-o recuar, na medida em que o ouvidor da Paraíba chancelou a posse deste último, estes últimos souberam reagir, e demonstraram também que possuíam relações com diversas instâncias na capitania que pudessem garantir a sua hegemonia política. Além desta medida de detenção, Manuel de Melo de Albuquerque prorrogou o prazo de almotacé do seu filho, Caetano de Melo de Albuquerque, que havia sido eleito apenas para julho e agosto. Assim, José Pinheiro Teixeira da Cunha eleito para ser almotacé em setembro e outubro teve seu mandato revogado, acusado de questionar de forma acintosa a decisão da câmara de apoiar Melo e Albuquerque, e não ao seu parente Antônio da Silva de Carvalho.

Além disto, o bando dos Albuquerque tinha um trunfo contra o capitão-mor José Pereira da Fonseca, que souberam utilizar nesse momento em específico, a fim de desmoralizar a conduta deste governante na capitania do Rio Grande. No mesmo dia 04 de setembro de 1724,

---

<sup>63</sup> Resposta da carta a cima. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 - 1728). Fl. 121v.

Caetano de Melo de Albuquerque, filho de Manuel de Melo de Albuquerque, que havia assumido o posto de tesoureiro dos defuntos e ausentes quatro meses antes, trouxe à tona a informação que o seu antecessor, o tenente-coronel Antônio Henriques de Sá, confirmado pelo escrivão do tribunal Sebastião Cardoso Batalha, e assinado pelo capitão-mor José Pereira da Fonseca, que este último havia pego de empréstimo 200 mil réis do tribunal, o que era contra as Ordenações Filipinas, e resultava em penalidades.<sup>64</sup> Entretanto, temendo as violências do capitão-mor, Caetano de Melo de Albuquerque argumentou que havia aceitado a contas do tesoureiro antecessor. Percebe-se, desta forma, que os discursos dos oficiais da câmara, ao afirmarem constantemente o fato de serem iletrados, e por isso estarem sujeitos a cometerem erros relacionados a interpretação e aplicação da lei, não encontrava veracidade com a prática. Embora pudessem ser iletrados, o bando de Manuel de Melo e Albuquerque, a facção camarária predominante, conheciam muito bem as Ordenações Filipinas, utilizando títulos específicos ao acusarem o capitão-mor de cometer crimes e irregularidades.

Dois dias após a carta-queixa ter sido escrita, em 06 de setembro, ela foi enviada ao governador de Pernambuco por meio do escrivão Bento Ferreira Mousinho, denunciando os “revoltosos” José Pereira da Fonseca e José de Oliveira Velho. Esta viagem durou cerca de um mês, segundo registro de vereação do dia 21 de novembro. Aproveitando-se da viagem do escrivão, um dia após, em 07 de setembro, José Pereira da Fonseca emitiu uma portaria para que José de Oliveira Velho permanecesse na cidade. Dessa forma, buscava ir novamente contra o posicionamento dos oficiais de deixarem Manuel de Melo de Albuquerque como juiz ordinário na cidade, e José de Oliveira Velho como juiz ordinário a fazer devassas nos sertões. Provavelmente, uma forma de, na argumentação de Fonseca, contrapor os desmandos dos Albuquerque. Entretanto, conforme pôde se observar no resto do ano, Manuel de Melo de Albuquerque continuou a ser o juiz ordinário da câmara do Natal no ano de 1724. Ainda no dia 21 de novembro, os camarários fizeram questão de registrar novamente os fatos ocorridos anteriormente e “as fortes pressões e intimidações exercidas pelo Capitão-mor da Capitania, José Pereira de Afonseca e o Juiz Ordinário comissário geral José de Oliveira Velho e seu grupo, com armas e *estros* de

---

<sup>64</sup> De acordo com o Livro 2 das Ordenações Filipinas, no Título 51, era expressamente proibido que tesoureiros emprestassem qualquer quantia do dinheiro pertencente à Coroa. A pena para as pessoas que emprestassem ou tomassem por empréstimo seriam a perda do ofício, o sequestro dos bens e o degredo para a África por 4 anos. CÓDIGO *Filipino ou Ordenações e leis do Reino de Portugal*. Lv.2. tít. 51, p. 482-483.

homens de guerra”, que procuravam forçar a posse do sargento-mor Antônio da Silva de Carvalho, sem êxito efetivo, mas apenas por um momento<sup>65</sup>. Nesta conjuntura, o bando dos Albuquerque demonstrou ser mais poderoso, garantindo sua hegemonia política na capitania.

## **CONCLUSÕES**

Percebe-se que os camarários buscaram construir um discurso que deslegitimasse o governo de José Pereira da Fonseca, descrevendo as ações do capitão-mor de modo que o qualificasse como incapaz de governar, sempre ávido por acumular recursos, e não para a sua real função na capitania do Rio Grande, assim como teria ocorrido com seus antecessores. Em oposição, o capitão-mor acusou os camarários de serem os verdadeiros limitadores da ação dos capitães-mores nesta capitania, obrando tudo de forma maligna, e, assim, os locais é que impossibilitavam o sossego e a paz nesta localidade. Por meio do caso de 1724, percebe-se que foram formados bandos e facções políticas dentro da própria câmara do Natal, o que, então, demonstra-se que este não era um grupo homogêneo. A aliança de José Pereira da Fonseca ao grupo de José de Oliveira Velho e Antônio da Silva de Carvalho revelou-se, portanto, como uma estratégia para que este pudesse construir uma governabilidade na capitania, visto a fragilidade desta percebida desde o governo do seu antecessor. José de Oliveira Velho e Antônio da Silva de Carvalho, por sua vez, viam na figura do capitão-mor, e no poder de armas que este tinha, um aliado para conter os mandos do outro bando local, representando por Manuel de Melo de Albuquerque. Entretanto, este grupo, que tinha também por participante o escrivão da câmara, Bento Ferreira Mousinho, demonstrou tecer relações com outros grupos sociais e realizar jogos políticos mais eficazes, mantendo a posse de Manuel de Melo de Albuquerque como juiz ordinário no ano de 1724 na cidade do Natal.

## **FONTES**

LOPES, Fátima Martins. Catálogo dos Livros de Termos de Vereação da Cidade do Natal (1674-1823). (no prelo).

CÓDIGO *Filipino ou Ordenações e leis do Reino de Portugal*. Lv.2. tít. 51, p. 482-483.

---

<sup>65</sup> Ibid. Documentos 0934, fls. 046-046v; 0936, fls. 047-047v; 0937, fls. 047v-048.

Registro da patente de comissário geral de Cavallaria passada a Manuel de Mello de Alburquerque. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 5 (1708 – 1713). Fl. 87

Registro de patente do posto de Capitão de cavallos das ribeiras de Goyaninha, Cunhahú, e mepebú passada a Manoel de Mello e Albuquerque. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 4 (1702 – 1707). Fl. 107.

Registro da Patente do Tenente Coronel Manoel de Mello de Albuquerque. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 5 (1708 – 1713). Fl. 82v

Registo de hum mumbramento do posto de Alferes de hua companhia de Cavallos proveo na forma de Catheano de Mello de Albuquerque em 4 de agosto de 1716. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara livro 06 (1713-1720) FL. 58v

Registo de hua patente de capitão no que foi provido Chateano de Mello Albuquerque Cahetano em 30 de dezembro de 1716. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara livro 06 (1713-1720) FL. 59v.

Registo de hua provisão de secretario deste governador Cahetano de Mello Albuquerque. Fundo documental do IHGRN. Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara livro 06 (1713-1720). fl. 60v.

Registo de uma patente de Sargento mor em que foi provido Caetano de Mello Albuquerque. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). Fl. 92.

Registo de uma carta que se escreveo os officiaes do Senado da Camara ao Capitam mor desta Capitania José Pereira da Fonceca sobre a posse do Juiz Antonio da Silva de Carvalho. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). fl. 102

Resposta da carta a cima. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). Fl. 103.

Registro de uma carta que se escreveo ao Capitam mor José Pereira sobre o juiz Antonio da Silva de Carvalho. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). Fl. 107

Resposta da carta a tras. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). Fl. 109.

Registo de uma carta do Capitam mor em resposta atraz. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). Fl. 110.

Carta que se escrevo a Sua Magestade sobre o juiz intruso Antonio da Silva de Carvalho, e insolências que sobre a mesma matéria obrou o capitão-mor Jose Pereira da Fonseca. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). Fl. 145.

Registro de uma carta que escreveo o Capitam mor José Pereira da Fonceca sobre que não andesce o juiz ordinario Manoel de Mello Albuquerque ao [?].Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). Fl. 121v.

Resposta da carta a cima. Fundo documental do IHGRN. Caixa 02 de cartas e provisões do Senado da Câmara. Livro 7 (1720 – 1728). Fl. 121v

## **REFERÊNCIAS**

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, Marina Fernanda. As fronteiras da negociação: as Câmaras municipais na América portuguesa e o poder central. In: NADARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria; e IOKOI, Zilda M. G. **Anais do Simpósio Nacional da ANPUH, História e Fronteiras**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP/ ANPUH, 1999. pp. 480-482.

BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FEIO, David Salomão Silva. **O nó da rede de “apaniguados”**: oficiais das câmaras e poder político no Estado do Maranhão (primeira metade do século XVIII). 2013. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém.

FRAGOSO, João L. R. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói**, v. 8, n. 15, p. 11 - 35, 2003.

MENEZES, Mozart Vergetti de. **Jurisdição e poder nas Capitânicas do Norte (1654-1755)**. Saeculum – Revista de História. [14]; João Pessoa, jan./jun. 2006. pp. 11-25.

OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. Muitos soldados, poucos fidalgos: os candidatos ao governo do Rio Grande (1700-1751). **Historien (Petrolina)**. ano 5. n. 10. Jan/Jun 2014: 97-110. p. 104.

*RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. Revista Brasileira de História [online]. 1998, vol.18, n.36, pp.187-250.*

SILVA FILHO. José Rodrigues. **Padre Simão Rodrigues de Sá, um patriarca de batina**. II Encontros Coloniais. Natal, de 29 a 30 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/encontroscoloniais-lehs/publicacoes.html> Acesso em: 07 jul. 2015.

## **UM NOVO OLHAR SOBRE AS FAMÍLIAS DO SERIDÓ: UNIÕES DE “MESTIÇOS” ESCRAVIZADOS E FORROS NA FREGUESIA DA GLORIOSA SANTANA DO SERIDÓ, A PARTIR DE REGISTROS PAROQUIAIS (SÉCULOS XVIII-XIX)**

Isac Alisson Viana de Medeiros<sup>66</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Entendemos que a formação da sociedade do Seridó se deu em decorrência de dinâmicas de mestiçagens, (PAIVA, 2015) no contexto do processo de ocidentalização das terras da América (MACEDO, 2007; 2013), na qual, segundo a problematização feita por Serge Gruzinski, se misturaram homens, imaginários e formas de vida oriundos das quatro partes do mundo conhecido – América, Europa, África e Ásia –, gerando indivíduos “mestiços” (GRUZINSKI, 2001, p. 62). Deste modo, buscamos confrontar ou pelo menos preencher lacunas deixadas por uma historiografia mais tradicional, onde autores ligados ao IHGRN (Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte)<sup>67</sup> contam um processo de povoação da Capitania do Rio Grande do Norte formado exclusivamente por pessoas possuidoras de uma qualidade branca e de origem portuguesa, excluindo a participação de negros, índios e mestiços.

No entanto, autores contemporâneos<sup>68</sup> já apontam em suas pesquisas, dados que comprovam a participação de pessoas não brancas na formação da sociedade do Seridó. Esse fato contribui para que seja dado um novo olhar a esses sujeitos e que possamos buscar entender a imensa complexidade presente em nosso recorte espacial e temporal. Para isso, um dos passos iniciais remete-se a perceber aspectos que tangem à qualificação desses sujeitos, ou seja, à forma que eram identificados e classificados em meio àquela sociedade, de acordo com a lógica

---

<sup>66</sup> Discente do Curso de Licenciatura em História – UFRN-CERES-Campus de Caicó. E-mail para contato: [isac.alisson.bsi@gmail.com.br](mailto:isac.alisson.bsi@gmail.com.br).

<sup>67</sup> Nos referimos a autores como Manuel Dantas; José Augusto Bezerra de Medeiros; Jayme da Nóbrega Santa Rosa; Olavo de Medeiros Filho que são anteriores a constituição do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e, dessa forma, suas pesquisas carecem de um método científico bem elaborado (de acordo com os critérios atuais), no entanto tal fato não diminui a importância dos seus trabalhos para o entendimento de parte do passado da região do Seridó.

<sup>68</sup> Nos referimos a autores à exemplo de BORGES, 2000; ARAÚJO, 2003; MACÊDO, 2005, 2007; MACEDO, 2013 que fazem parte de uma historiografia mais atual que busca uma reinterpretação do passado colonial deixado pela historiografia clássica.



empregada no período estudado. Desta forma, segundo Eduardo Paiva, quando levamos em consideração as características utilizadas para denominar um sujeito como “cabra”, “mulato” ou “pardo” é necessário entender que as mesmas vão muito além da perspectiva de “cor”, “raça” ou “condição” e, sim através de um conjunto destas somadas a tantas outras características entendidas e aplicadas pela sociedade em meio às dinâmicas de mestiçagens. (PAIVA, 2015) Sendo assim, no que tange à nomeação desses grupos populacionais, é necessário antes levar-se em consideração um conjunto complexo de fatores, tais quais: relações (familiares, de parentesco e profissionais), condições (econômicas, políticas, sociais, religiosas e étnicas), a ascendência, a naturalidade, os privilégios e as aptidões (RUSSELL-WOOD, 2005). A esses conjuntos de vários fatores, damos o nome de “qualidade” (PAIVA, 2015), conceito este que será abordado em nosso artigo.

Sendo assim, buscando perceber a complexidade desse universo social ao qual nos referimos e, deste modo, levando em consideração os fatores aqui abordados, o trabalho problematizará a seguinte questão: **Como se estabelece em termos quantitativos e qualitativos, as famílias “mestiças” escravizadas e libertas na Freguesia do Seridó, nos percursos dos séculos XVIII e XIX?**

Para tornamos possível a resolução de nossa problemática faremos uso de registros paroquiais – divididas em batismo, casamento e óbito<sup>69</sup>. Essas características fazem com que nossa fonte, segundo Barros (2012) seja compreendida no que tange ao quesito *qualidade* como de ordem cultural visto que o conteúdo presente no interior dos livros de registros são os que conferem importância a nossa pesquisa. Assim, entendemos que para tornar possível o estabelecimento de perfil demográfico e a reconstituição de núcleos familiares formados por mestiços livres e cativos, bem como a análise da relação entre suas qualidades e condições, no âmbito da Freguesia do Seridó, estes documentos conferem importância imprescindível.

As fontes paroquiais possuem um caráter fundamental em nossa pesquisa, pois sendo as mesmas de posição *direta* elas provêm de maior proximidade com o nosso objeto de estudo, nos permitindo o acesso à população de mestiços envolvidos nas tradições cristãs da Freguesia do Seridó, sem que passem por filtros que estivessem fora da temporalidade e da norma exercida

---

<sup>69</sup> Somam um total de 4904 registros divididos em (6) seis tomos, dois para cada tipo, que vão de 1788 a 1838.



em nosso recorte. Afinal, desde a sua padronização<sup>70</sup> e obrigatoriedade<sup>71</sup>, essa tipologia documental ganhou caráter social e cronológico, permitindo ao historiador fazer uso de uma dupla função dos mesmos, individual e coletiva. (BASSANEZI, 2009, p. 146) Desta forma, “cada indivíduo é registrado com suas características pessoais e em cada momento da sua existência e cada um deles integra uma série cronológica de eventos, que cobrem uma localidade fisicamente bem demarcada – a paróquia”. (HAMEISTER; NADALIN, 2007). O que nos permite tanto uma abordagem quantitativa quanto qualitativa em nossa pesquisa.

Em respeito à localização dessas fontes, toda a documentação pode ser encontrada nas dependências da Casa Paroquial de Santana (Caicó-RN), ainda possuindo cópias digitais no Labordoc (Laboratório de Documentação Histórica do Ceres UFRN).

Já em relação às abordagens, no que diz respeito ao tratamento das fontes, utilizaremos a História Serial e a Quantitativa<sup>72</sup>, entendendo não ser possível desvincular ambos os métodos devido à natureza de nossas fontes (como mencionado no item anterior). As características do nosso corpo documental exigem o uso desses modelos para que possa ser estudado com mais precisão através da análise de dados e formação de gráficos e tabelas com os resultados obtidos, para que dessa forma possamos elaborar perfis quantitativos e qualitativos de nossa amostra pesquisada e que consigamos as respostas para a nossa problemática.

## **UM OLHAR ALÉM DAS “VELHAS FAMÍLIAS DO SERIDÓ”: AGRUPAMENTOS FAMILIARES DE “MESTIÇOS” ESCRAVOS E FORROS**

Como dito na introdução deste artigo muito tem se discutido em obras clássicas da historiografia norte rio grandense acerca do povoamento desse território. No entanto, quando trata-se desse processo tais autores trazem uma história branca, de origem portuguesa, sem a presença de outras camadas da população – índios, negros e “mestiços” – que participaram do

---

<sup>70</sup> Segundo Barros (2012) a padronização de nossas fontes indica que as mesmas são compreendidas como fontes seriais onde uma mesma estrutura de produção repete-se, alterando-se apenas as informações contidas em cada documento.

<sup>71</sup> O fato da fonte ser um documento de teor obrigatório para a população da época faz com que a mesma seja entendida, conforme Barros (2012) como possuidora de uma intencionalidade involuntária por parte daqueles que aparecem nessa tipologia documental.

<sup>72</sup> No que tange o cenário regional, tais abordagens são utilizadas por autores à exemplo de Muirakytan Macêdo e Helder Macêdo; já de um ponto de vista mais amplo temos exemplos de autores como Eduardo Paiva, Roberto Guedes e Márcia Amantino que também fazem uso da História Serial e Quantitativa em seus respectivos trabalhos.

desenvolvimento da capitania do Rio Grande do Norte. Como exemplo podemos citar Olavo de Medeiros Filho, autor de *Velhas famílias do Seridó* e José Augusto que escreveu *Seridó*. O título desses trabalhos já demonstra a intenção de tratar a respeito da região mencionada. Seguindo a ideologia do IHGB (ao qual faziam parte), buscavam a criação de uma identidade nacional para o recente domínio português e, deste modo, torna-se compreensível à forma de escrita de sujeitos pertencentes a seu devido tempo.

Nesse aspecto, podemos perceber na fala destes autores, que ao mencionar em suas obras a respeito de assuntos voltados a população, família e pessoas, há uma imensa exclusão de sujeitos não brancos. Tudo é feito aos moldes de uma história positivista, contada a partir dos olhos do outro – o português. Olavo de Medeiros Filho, ao falar dos primeiros agrupamentos familiares na capitania do Rio Grande do norte afirma que:

No Seridó, as primeiras famílias ali instaladas, cuja lembrança se impôs pela perpetuação genealógica regular, somente aparecem após o ano de 1720. Certamente, antes dessa data, as rústicas condições ambientais reinantes somente permitiram a fixação do homem desacompanhado de família. (MEDEIROS FILHO, 1983, p. 4)

Certamente, as famílias indígenas não eram consideradas na análise do autor, o importante em seu discurso era enfatizar o elemento desbravador, a importância da conquista. Ainda a respeito das famílias seridoenses no olhar de autores clássicos, José Augusto elenca um conjunto de famílias que teriam dado origem ao processo de povoação da região do Seridó e as colocam de forma hierarquizada, pondo-as como as principais para o desenvolvimento da região. Para isso, destina no terceiro capítulo de sua obra *Seridó* (1980) uma sequência de tópicos intitulados com os sobrenomes desses grupos<sup>73</sup>.

Obviamente, não seria possível encontrarmos a presença de índios, “afrodescendentes” ou mestiços nessas obras, principalmente em relação a sujeitos escravizados ou forros. Os motivos para isso se dão tanto pela intenção desses autores (já mencionada aqui), como no próprio entendimento do conceito de família para a época. Segundo as palavras de Muirakytan Macêdo: “Em uma sociedade em que a pureza de sangue chancelava a linhagem familiar, ser

---

<sup>73</sup> Araújo Pereira, Dantas Correia, Azevedo Maia, Batista, Medeiros, Linha dos Rocha, Linha dos Vasconcelos, Lopes Galvão, Bezerra de Menezes, Fernandes Pimenta, Pereira Monteiro e Nóbrega.

escravo eximia a necessidade de sobrenome ou de pertencimento familiar”. (MACÊDO, 2015, p. 183) No caso de libertos ou forros, acontecia a partir do ganho da nova condição, a inserção de um sobrenome que poderia ser o da família do seu antigo senhor ou outro escolhido pelo mesmo, no entanto, esse fator não o absolvía de sua procedência étnica e, assim, o mesmo ainda era considerado uma “camada baixa” do ponto de vista social. Assim, percebemos que as características estamentais da própria sociedade criam obstáculos para o estudo de famílias marginais na época, transformando tal tarefa em um processo gradativo e demorado.

No entanto, em nossa posição atual, nos resta (mesmo com todo o respeito e gratidão a obra de nossas gerações passadas) preencher essas lacunas deixadas para o nosso tempo, de modo a contribuir para a escrita da história do Rio Grande do Norte (e do Brasil). Em nossa historiografia contemporânea, muito tem se discutido acerca dos sujeitos esquecidos por nossos anteriores. Autores como Helder Macedo já nos apresentam dados importantes acerca de populações indígenas e mestiças no Seridó. Temos ainda o próprio Muirakytan Macêdo como uma importante referência a essa nova etapa de nossa história, como um dos primeiros a enfatizar a presença de índios, negros, mestiços, escravos e forros. Porém, ao se abordar acerca da família de pessoas escravizadas e libertas, pouco tem se encontrado e é a respeito dessa temática que pretendemos dar nossa contribuição, dando voz a esses sujeitos e situá-los no processo de povoação da capitania do Rio Grande do Norte, em especial a Freguesia de Santana do Seridó. Sendo assim, pretendemos ampliar as relações familiares no nosso recorte para algo mais além das “velhas famílias do Seridó” tão bem enfatizadas até aqui.

## **CASAMENTO**

Tendo em vista que o objetivo desse artigo destina-se a analisar uniões familiares de “mestiços” escravizados e libertos da Freguesia do Seridó, torna-se necessário estabelecer um ponto inicial. Desta forma, ao confrontar a historiografia que estuda escravidão no período colonial, autores à exemplo de Muirakytan Macêdo (2015) e Douglas Libby (2005) falam sobre a importância do casamento como início da família na América portuguesa. Afinal, em uma sociedade que desconsidera como família as uniões indígenas existentes, ao ponto que enfoca o caráter importado da Europa, ou seja, o modelo familiar cristão, acabamos por ter na colônia um corpo social em que religião e Estado se misturam e, deste modo, o casamento torna-se de forma

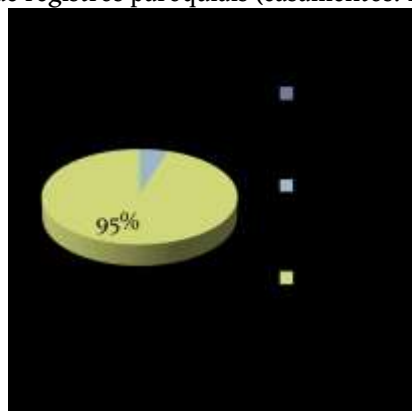
oficial o início da família, onde um casal, aos olhos de Deus e dos homens se une para formar uma constituição familiar. A respeito disso, Muiraytan Macêdo afirma que: “A família é formada por uma união que deve ser regulada socialmente para que seja dada legitimidade à aliança.” (MACÊDO, 2015, p. 200)

Mesmo sendo importado da Europa, tal modelo também se abrange para as populações indígenas, “africanas” e “mestiças”, assim como a população escrava. Tendo uma conotação sagrada o casamento passa a se tornar bem mais que um direito, chegando a atingir até mesmo um status de obrigação e, dessa forma, até mesmo a população escravizada deveria se adequar a norma cristã. A Igreja não toleraria nem mesmo que os escravos vivessem uniões ilegítimas. A respeito das uniões entre escravos e forros o autor informa que:

Segundo as determinações das *constituições primeiras da Bahia* publicadas em uma carta pastoral em 1710 – documento que tentava adequar as resoluções do Concílio de Trento (1545-1563) à realidade colonial –, o matrimônio de escravos com pessoas cativas ou livres era um “direito divino e humano”. Além de afirmar que os senhores não poderiam proibir-lhes o matrimônio, defendiam a indissolubilidade da família, de forma que os casais não poderiam ser separados na venda da escravaria. Os argumentos em favor desse tipo de casamento eram que os escravos continuariam a servir seus senhores da mesma forma e que reproduziriam a escravaria sobre o abrigo das normas cristãs. (MACÊDO, 2015, p. 205)

Sendo assim, para chegarmos à análise de nosso objeto, tomamos como ponto de partida o início da constituição familiar de nosso período, ou seja, o casamento. Nesse sentido, primeiramente voltamos o nosso olhar para a nossa documentação referente aos registros matrimoniais. O gráfico abaixo mostra os resultados equivalentes aos casamentos realizados na Freguesia do Seridó no período de 1788-1821.

Gráfico 1 - Quantidade de casamentos coletados na Freguesia do Seridó a partir de registros paroquiais (casamentos: 1788-1821)



Podemos perceber que ao total, tivemos a disposição 1.116 registros, sendo que cada um deles é respectivo a uma união, ou seja, temos um casal para cada registro. Levando em consideração o nosso recorte (casais (ou famílias) em que pelo menos um membro apresente uma qualidade “mestiça”<sup>74</sup> acompanhada da condição de escravo (a) ou forro (a)) apenas 54 casais (cerca de 5%) encaixaram-se em nossa condição de análise. Assim, podemos notar que a população casada de “mestiços” forros ou escravos mostrou-se bastante reduzida se comparada ao geral. No entanto, ao analisar nossa documentação, pudemos perceber que seria possível aumentar nossa base de dados a partir das outras tipologias de documentos paroquiais. Isso porque tanto nos registros de batizado como nos de óbito há espaços dedicados à parentela do registrado. No caso do primeiro é comum que apareçam acompanhados dos nomes dos pais da criança, as suas respectivas qualidades e condições. Da mesma forma, nos registros de óbito, o mesmo pode ocorrer em relação aos pais e cônjuge do morto. A tabela abaixo reflete o resultado dessa pesquisa.

Tabela 1 - Quantidade de casamentos coletados na Freguesia do Seridó a partir de registros paroquiais (1788-1838)

Tipologia	Quantidade
Casamento	54
Batizado	3
Óbito	10
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>

<sup>74</sup> No caso do nosso recorte espacial, a Freguesia do Seridó, as qualidades de “mestiços” mais frequentes em nossa documentação são as de pardo, cabra e mulato.

Mesmo utilizando toda a documentação referente a registros paroquiais disponível (cerca de 4.904 no total) os resultados foram abaixo do esperado. Somados aos 54 casais encontrados nos casamentos pudemos adicionar apenas mais três tirados dos batismos e 10 dos obituários, chegando a um total de 67 casais encaixados em nosso recorte. Em seguida era necessário saber com quem essa população se casava, em outras palavras, a respeito da qualidade desses sujeitos, como eram feitas as uniões? Quais qualidades se casavam? Existia um padrão mais frequente? Havia uma grande variedade de tipos de uniões? Para todas essas questões eram necessárias respostas para que pudéssemos entender melhor a complexidade da família colonial de “mestiços” da Freguesia do Seridó. Para responder tais questões analisamos as qualidades dos sujeitos dispostas nos casais verificados aqui. Tal análise foi feita de maneira a organizar a qualidade dos homens e mulheres que formavam esses casais. A tabela abaixo mostra os resultados obtidos dessa pesquisa.

Tabela 2 - Qualidade dos “mestiços” escravizados e alforriados na Freguesia do Seridó a partir de registros paroquiais (casamentos: 1788-1821)

CASAIS	QUANT.	CASAIS	QUANT.	SIGLAS
PAH+NIM	4	INH+CAM	1	▶ PAH=PARDO HOMEM
PAH+CAM	1	PAH+NEM	1	▶ NIM=NÃO INDICADO MULHER
PAH+INM	2	PRH+PAM	3	▶ CAM=CABRA MULHER
CRH+PAM	2	CAH+NEM	1	▶ INM=ÍNDIA MULHER
PAH+PAM	25	MUH+GGM	1	▶ CRH=CRIOLO HOMEM
INH+PAM	1	GGH+CAM	1	▶ PAM=PARDA MULHER
NIH+PAM	3	CRH+CAM	2	▶ INH=ÍNDIO HOMEM
GAH+PAM	1	PRH+CAM	1	▶ NIH=NÃO INDICADO HOMEM
NIH+CAM	2	PAH+CRM	1	▶ GAH=GENTIO DE ANGOLA HOMEM
MUH+MUM	1	MUH+GAM	1	▶ MUH=MULATO HOMEM
GAH+CAM	1	CRH+MUM	1	▶ MUM=MULATA MULHER
CAH+CAM	3	MUH+NIM	1	▶ CAH=CABRA HOMEM
PRH+CAM	2	CAH+MUM	1	▶ PRH=PRETO HOMEM
CAH+CRM	1	PAH+PRM	1	▶ CRM=CRIOLA MULHER
CAH+GGM	1	<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	▶ GGM=GENTIO DE GUINÉ MULHER
				▶ NEM=NEGRA MULHER
				▶ GGH=GENTIO DE GUINÉ HOMEM
				▶ GAM=GENTIO DE ANGOLA MULHER
				▶ PRM=PRETA MULHER

Os resultados acima estão organizados da seguinte forma: as colunas intituladas de *casais* possuem as siglas que indicam as várias formas que as uniões foram qualificadas. Para diferenciar

os inúmeros enlaces utilizamos as duas primeiras letras para indicar a qualidade e a terceira como referência ao gênero (o significado das siglas consta ao lado da tabela). Assim podemos analisar as mais diversas combinações possíveis. Nos casos em que aparece a sigla NIM (NÃO INDICADO MULHER) e NIH (NÃO INDICADO HOMEM) fazem menção às vezes em que a qualidade não aparecia no documento, não sendo possível a sua qualificação. Já nas colunas intituladas *quant.* se referem ao número de casais que se encaixam a sua respectiva sigla. Explicada a metodologia, podemos perceber que há uma grande variedade de tipos de uniões (no que tange a qualidade) na Freguesia do Seridó. A grande campeã no quesito de quantidade se deu ao casamento entre “pardos”, onde dos 67 totais, 25 foram dessa qualidade. Esses dados ajudam a comprovar resultados de pesquisas anteriores<sup>75</sup> que apontam para um maior número de “pardos” na Freguesia do Seridó, que nos remetem a entender essa qualidade como mais suscetível a miscigenação no recorte temporal por nós analisado. Em relação às demais uniões, podemos perceber uma grande variedade e complexidade nas mesmas. Em segundo lugar na nossa contagem ficou o casamento entre *pardo homem e mulher não indicada* com apenas quatro exemplos. Todos os demais ficaram de três a baixo, sendo a grande maioria de apenas um caso único, que não se repetiu. Isso mostra por um lado a grande dinâmica que existiu entre as uniões de “mestiços” escravizados e forros como também a grande maioria notória de “pardos” existentes na Freguesia do Seridó.

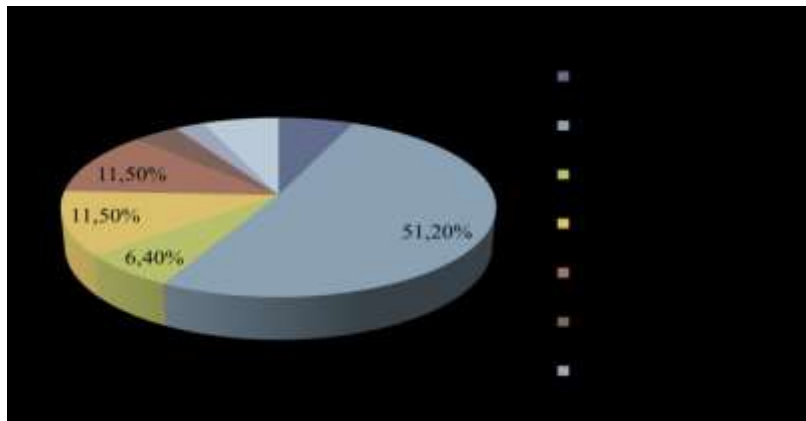
Em seguida, com o objetivo ainda de entender a forma em que ocorriam essas uniões, buscamos analisar a condição desses sujeitos que se casavam, na tentativa de compreender uma possível lógica social entre os habitantes da Freguesia do Seridó. A partir disso, elaboramos um gráfico que indica a maneira em que ocorreram (no que tange a condição dos sujeitos) os matrimônios em nosso recorte.

---

<sup>75</sup> Ver MEDEIROS, 2016.



Gráfico 2 - Condições dos “mestiços” escravizados e alforriados casados da Freguesia do Seridó a partir de registros paroquiais (1788-1838)



A partir do gráfico acima podemos observar que a grande maioria das uniões entre “mestiços” escravizados e/ou alforriados da Freguesia do Seridó se estabeleceu de homem escravo e mulher escrava, cerca de 51,2% do total contabilizado; em segundo lugar ocorreu o empate entre os casamentos de homem e mulher forros com o enlace de homem escravo e mulher forra, constando 11,5% do total. Tais dados nos ajudam a revelar características importantes da norma social da Freguesia do Seridó. Quando relacionamos estes resultados à historiografia destinada a escravidão do período colonial brasileiro, uma série de autores à exemplo de Muirakytan Macêdo (2015); Eduardo Paiva (2015); Roberto Guedes (2008) e Douglas Libby (2005) irão falar sobre as características estamentais do período, onde a sociedade regula as uniões para que as mesmas ocorram entre iguais, dessa forma pode ocorrer com mais “facilidade” uma estabilização do sistema vigente, alterando o mínimo possível a hierarquia social dos sujeitos que o compõe. Sobre esse aspecto, Muirakytan Macêdo afirma que:

As maquinações sobre a nupcialidade da prole já começavam muito antes da idade núbil, pois, para a família se alargar de maneira política e economicamente sustentável, era preciso que fosse um casamento entre pares. A igualdade de qualidade social, a fortuna e a idade eram termos de uma equação sempre intercambiáveis. (MACÊDO, 2015, p. 201)



Lógico que o autor estar se referindo a casamentos de pessoas “brancas” e livres, que ocupavam uma “elevada” posição na hierarquia social, no entanto, nos parece correto supor que o mesmo se aplicava as “camadas mais baixas”. Entendendo que para um escravo o seu principal objetivo de vida era a obtenção da liberdade, casar-se com alguém próximo ou superior a si na hierarquia social era a opção mais lógica, do contrário a luta por seu objetivo seria dificultada. Os dados acima mostram que essa lógica foi seguida na Freguesia do Seridó durante o nosso recorte temporal analisado. Ao perceber que mais da metade das uniões estudadas são pertencentes a casamentos entre escravos e que depois disso aparecem os casamentos entre forros, vemos que essa igualdade foi perseguida por esses sujeitos, que apesar de buscarem objetivos diferentes que a elite “branca”, também acabam seguindo a lógica estamental do período.

Ainda, no caso em que os dados acabaram fugindo dessa “igualdade social”, ou seja, nos casamentos de homens escravos com mulheres forras que assim como o enlace entre forros totalizaram 11,5% do total, a historiografia do período consegue encontrar explicações para o ocorrido. Nesse sentido, Macêdo afirma que essa união era mais possível, isso porque: “Ancorando-se o fogo familiar na figura masculina, o casal assim constituído agregava mão de obra para o proprietário da fazenda, pois a mulher liberta era incorporada ao trabalho do marido”. (MACÊDO, 2015, p. 206) Ainda, do ponto de vista da estratégia escrava pela busca da alforria, o casamento do escravo com uma forra seria visto com bons olhos, pois a sua prole nasceria livre, e assim facilitaria a busca da família pela liberdade de todos os membros. Nesse sentido podemos supor que o motivo de tal união se mostrar em uma quantidade relativamente superior, abaixo apenas do matrimônio entre escravos, deve-se ao fato de ser interessante tanto para os senhores quanto para a escravaria.

## **ENFIM AS FAMÍLIAS MESTIÇAS, POIS NÃO SÓ DE FAMÍLIAS “BRANCAS” FORMA-SE O SERIDÓ**

Tendo analisado a fase inicial da estabilização da família no período colonial (o casamento), nos resta entender como caracterizavam-se esses agrupamentos familiares compostos por “mestiços” escravizados ou forros.

No entanto, quando nos referimos à família colonial é necessário antes pensarmos algumas questões. Como explicado no início deste artigo, o termo família (dentro do período por nós estudado) foi utilizado para denominar apenas um tipo de agrupamento: àquele formado por pessoas “brancas” e de origem portuguesa. Esse foi o foco de uma historiografia positivista que muito ainda reflete no campo historiográfico de hoje. Freyre, com o clássico *Casa Grande & Senzala* chega a apresentar uma família “mestiça” a qual, segundo o autor iria originar a identidade brasileira. (FREYRE, 2006 [1933]) No entanto, esse modelo popularizado por Freyre e que acabou se propagando em grande escala pela historiografia brasileira remete-se a Família Patriarcal tradicional. A partir deste paradigma freyriano a família brasileira se daria a partir de um poder centralizado na figura paterna (à qual todo o restante dos membros eram dependentes), possuidora de influência sobre toda a comunidade e solidariedade entre parentes. (SILVA, 2015)

Porém, nos últimos anos vem se percebendo uma nova abordagem acerca da família colonial. Apesar de o modelo patriarcal não ser negado (e nem poderia, pois é inegável a sua existência) já se é possível analisar outros tipos de famílias no período colonial da história brasileira. Segundo Gian Carlo de Melo Silva:

Com todo esse poder em seu entorno, o modelo patriarcal não existiu sozinho na época colonial, afinal existiram outras formações que exerceram papel importante na construção do cotidiano e da sociedade colonial de outrora. O espaço colonial foi habitado e formado a partir de “famílias” num sentido bem plural, com diversas formações, congregando conquistadores, nativos e escravos. Núcleos que existiram a partir dos contatos culturais possibilitados pelas conquistas do século XVI e que formaram famílias mestiças, que compreendem não só uniões que possuíram indígenas, mas toda uma leva de formações familiares que existiram no espaço colonial. (SILVA, 2015, p. 124)

A partir desse novo olhar nos é apresentado um universo bem mais dinâmico e complexo, repleto de estratégias que buscam uma melhor condição e busca por poder. No momento em que se abre a perspectiva para novos padrões e moldes familiares vemos surgir a nossa frente uma nova remessa de agentes históricos que ao receberem voz acabam por enriquecer ainda mais o campo historiográfico. A respeito dessa nova perspectiva Rangel Netto afirma que:

A constatação de um grande número de uniões familiares não sancionadas pela Igreja, envolvendo homens e mulheres brancos, pretos, crioulos e mestiço, livres, libertos e escravos, possibilitou verificar na sociedade colonial o surgimento de um fenômeno populacional caracterizado pela união familiar de pessoas desiguais com comportamentos herdados de culturas múltiplas e de condições sociais variáveis. Ou seja, uma família formada por pessoas que provinham de diferentes etnias e localidades e que também tinham níveis socioeconômicos e culturais diversos. (CERCEAU NETTO, 2010)

No entanto, apesar desse leque de oportunidades abertas a historiografia do período colonial, pouca atenção tem sido dada a família “mestiça” de escravos e forros. Ainda, esse modelo familiar quando é mencionado, é feito de forma a englobá-lo no modelo antigo, como extensão da família patriarcal. Buscamos aqui, fecharmos nosso olhar para esses sujeitos, tornando-os protagonistas de uma história direcionada ao passado dos mesmos e entender um pouco do universo familiar de “mestiços” escravizados e libertos da Freguesia do Seridó. Nesse sentido, buscamos contribuir mesmo que minimamente para a historiografia colonial.

Dando continuidade a análise de nossos dados, após verificar as famílias que se encaixam em nosso recorte, ou seja, agrupamentos familiares em que pelo menos um dos membros apresente uma qualidade “mestiça” acompanhada da condição de escravo ou forro, pudemos analisar 67 casais que se enquadraram nessas condições. No entanto, essa amostra pode ser expandida quando ampliamos nosso olhar para os filhos gerados nas uniões da Freguesia do Seridó. Isso porque casais que possuem qualidades não consideradas “mestiças”, a que Paiva (2015) nomeia como “puras”, ou seja, “branca”, indígena e “preta”, podem gerar uma prole mestiça e assim se enquadrar em nosso recorte. Assim como, as uniões ilegítimas ou os casos em que não se foi possível à identificação paterna e que deste modo não aparecem na primeira análise dos casamentos, porém, aqui podem ser verificados. Ainda existem situações em que não se tinha a qualidade dos pais no registro, mas, sim, a da criança e a mesma se encaixando em nosso recorte, essa família também foi contabilizada em nossa análise. Portanto, assim pudemos ampliar o número de sujeitos analisados a respeito das famílias de “mestiços” escravizados ou libertos da Freguesia do Seridó. O quadro abaixo mostra os resultados de nosso levantamento.

Tabela 3 - Qualidade dos membros das famílias de “mestiços” escravizados e alforriados pertencentes da Freguesia do Seridó a partir de registros paroquiais (1788-1838)

Qualidade dos membros das famílias													
Posição Familiar	Pardo	Cabre	Mulato	mulho	preto	Não indicado	Criolo	Gento de Angola	Gento de Guiné	Negro	Mestiço	TOTAL	
Pai	20	7	4	3	5	12	5	2	1	0	0	59	
mãe	42	16	4	2	1	22	5	1	2	3	0	98	
filho	11	1	1	0	0	7	0	0	0	0	1	21	
filha	17	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	21	
TOTAL	90	24	9	5	6	45	10	3	3	3	1	199	

Podemos observar na tabela acima que a primeira coluna representa a posição familiar que o sujeito exerce; na primeira linha estão alocadas as qualidades encontradas em nossa pesquisa e a última coluna, assim como a última linha exibem os números totais de nossa quantificação. Explicada a metodologia, primeiramente é interessante notar a presença de qualidades não “mestiças”. Como já foi explicado e justificado o fato delas estarem presentes basta reforçar a atuação das mesmas. Afinal, em uma pesquisa que destina-se a ter a mestiçagem como objeto de estudo, seria estranha a presença de sujeitos não mestiços, no entanto é a respeito de situações como essa que Paiva (2015) se refere ao tratar do conceito de *dinâmicas de mestiçagem*. Segundo o autor:

No espaço comum formavam-se verdadeiras redes de contatos e de informações, que envolviam gente de “qualidades” e “condições” diversas, propiciando o surgimento de relações afetivas, de famílias, amizades e negócios, assim como a circulação de ideias e informações de todos os tipos, além de potencializar o vigor das misturas biológico-culturais.” (PAIVA, 2015, p. 32)

Assim, apesar de não serem “mestiços” esses sujeitos acabavam se relacionando com os próprios e se incluindo no universo da mestiçagem, o que demonstra a forte complexidade do período e, desta forma, tornando obrigatória a presença dos mesmos em nosso estudo. Dando continuidade também torna-se interessante observar a grande maioria de mães (98) em relação a pais (59). Isso ocorre devido ao fato da nossa documentação, em especial os registros de batismos, muitas vezes não apresentarem os nomes dos pais das crianças, sendo o filho considerado de ordem *natural*, ou seja, ilegítimo. No entanto, autores que estudam nossos

recortes espacial e temporal à exemplo de Muirakytan Macêdo (2015) atentam ao fato de uma maioria feminina na região do Seridó durante o período por nós estudado e talvez esse fato venha a contribuir para esses dados.

Em relação as qualidade desses sujeitos, percebemos novamente uma grande maioria de “pardos” (90) seguidos de “cabras” (24) e “mulatos” (9). Como já dito, pesquisas anteriores já apontaram para essa maioria de sujeitos qualificados nos documentos como “pardos” e nesse estudo isso não mudou. A qualidade “parda” continua a mostrar-se como mais suscetível a mestiçagem e aparecendo em maior número nas pesquisas. Atrás dela, aparecem os *não indicados* (45), ou seja, aqueles em que não se foi possível identificar a qualidade e, que do contrário, poderiam muito bem estar engrossando ainda mais as fileiras dos “pardos”. Ainda, se fecharmos nosso olhar apenas para a prole dessas famílias ainda existe essa grande maioria parda. Tanto a respeito de meninos ou meninas somaram um total de 21 crianças de cada gênero, sendo que para os primeiros, 11 eram pardos e 7 não indicados. Para as meninas, 17 eram pardas e 4 não indicadas.

À exemplo do que fizemos na análise dos casamentos, optamos por repetir no estudo das famílias em geral e verificamos também a condição dos sujeitos envolvidos em relações familiares no nosso recorte. O quadro abaixo mostra como se deu nossa pesquisa.

Tabela 4 - Condição dos membros das famílias de “mestiços” escravizados e alforriados pertencentes à Freguesia do Seridó a partir de registros paroquiais (1788-1838)

Condição dos membros das famílias					
Posição Familiar	Ferro(a)	Escravo(a)	Não indicado	Livre	TOTAL
Pai	18	51	10	0	79
mãe	26	62	10	1	99
filho	2	11	4	0	17
filha	3	11	5	2	21
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>135</b>	<b>29</b>	<b>3</b>	<b>216</b>

Feita no mesmo modelo e seguindo a mesma metodologia da anterior, a tabela acima mostra como foram registradas as condições de toda a população envolvida em nosso recorte temático. Percebemos sem muita surpresa que grande maioria pertence aos escravizados (135)

sendo os forros (49) bastante inferiores, que nem chegam sequer à metade do número de cativos. Ainda tivemos 29 não indicados e 3 pessoas qualificadas como livres. O interessante se dá ao fato de todas serem do sexo feminino, uma mãe e duas filhas. Por último também vale a pena salientar a grande maioria de mães (99) em relação aos pais (79) que apesar de diminuir ainda se mostra bastante superior.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para dar conclusão a esse texto, entendemos como necessário algumas explicações ao leitor. Primeiramente, para aqueles mais atentos, fica claro que nossa pesquisa ficou inconclusa. Para o pouco espaço e tempo que tivemos disposição para a produção deste artigo não foi possível analisarmos mais a fundo o nosso objeto de pesquisa. Em primeiro lugar, passando por um processo de autocrítica, entendemos que os nossos núcleos familiares analisados ficaram muito curtos (em sua maioria, apenas casais ou casais com apenas um filho). Isso se deveu a natureza de nossas fontes que diante de um primeiro olhar só nos permitiu essa perspectiva. No entanto, acreditamos que o cruzamento dessas fontes, tanto entre elas, como também com outras tipologias que já temos a disposição (cartas de alforria e inventários post-mortem) nos permitirão abranger o nosso olhar e conseguir montar núcleos familiares mais complexos e até mesmo “reconstruir” algumas trajetórias de vida.

Outro ponto que buscaremos melhorar no prosseguimento da pesquisa se remete a uma análise mais qualitativa. Nesse primeiro momento acabamos ficando muito presos a parte de quantificação, o que sem dúvida consideramos importante para um primeiro estágio, afinal nos permite ter uma melhor noção da realidade “mestiça” estudada em nosso recorte. No entanto, entendemos que ao nos propormos para o estudo de uma nova perspectiva acerca do Seridó colonial é obrigatório que façamos uma expansão do olhar e, deste modo, apenas números não bastam. Portanto, a partir de agora daremos mais importância a análises de trajetórias de vida na tentativa de entender os mais variados contextos possíveis em que essas famílias de “mestiços” escravizados e libertos se enquadraram no âmbito social em meio às dinâmicas de mestiçagem.

## REFERÊNCIAS

- AMANTINO, Márcia. **Jesuítas, negros e índios**: As mestiçagens nas fazendas inacianas do Rio de Janeiro no século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Amablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010, p. 81-101..
- AUGUSTO, José . **Seridó**. Brasília: Centro gráfico do senado federal.
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. Mouseion, Canoas, n. 12, mai/ago. 2012, p. 129-159.
- BARROS, José D' Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005
- BASSANEZI, María Silvia. **O historiador e suas fontes**. In: Os eventos vitais na reconstituição da história. São Paulo: Contexto, 2010.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 51.ed. Rio de Janeiro: Global, 2006.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989a.
- GINZBURG, Carlo. **O nome e o como**: troca desigual e mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989b. p. 169-91.
- GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo**: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPRJ, 2008.
- LIBBY, Douglas Cole. Voltando aos registros paroquiais de minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. Minas Gerais, Brasil: 2005.
- LOPES, Michele Soares. **Do cativo a liberdade**: mecanismos de manumissões na ribeira do Seridó. Caicó-RN: 2008.
- M. D. Hameister, op. Cit.; S. O. Nadalin, João, Hans, Johann, Johannes: **dialética dos nomes de batismo numa comunidade imigrante**. Revista História Unisinos, São Leopoldo, 2007.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX). 2013. 360f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.



MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais**: Patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó. (Séc. XVIII) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: EDUFRN, 2007.

MEDEIROS, Isac Alisson Viana de. **Um estudo sobre a liberdade**: perfil da população de mestiços forros na Freguesia do Seridó (séculos XIII-XIX). VI Encontro Estadual de História da ANPUH/RN. Natal/RN, 26 a 29 de julho de 2016. (Tema: “Contra os preconceitos: história e democracia”). Disponível em: < <http://www.rn.anpuh.org/2016/anais.html> >. Data de acesso: 29 de novembro de 2016.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas Famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

NETTO, Ranguê Cerceau. **Populações e mestiçagens**: A família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Amablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010, p. 165-185.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo**: uma história lexical da Ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: Estratégias de resistências através dos testamentos. 3. Ed. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2009.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Gian Carlo de Melo. **Alguns caminhos para entender a “família” no período colonial**. In: PAIVA, Eduardo França; CHAVEZ, Manuel F. Fernández; GARCIA, Rafael M. Pérez (Orgs). **De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos – escravidão e mestiçagens**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2015. p. 123-137.



## **A ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES NA PARAHYBA DO NORTE: OS TERÇOS DE HOMENS BRANCOS, PRETOS E PARDOS (1766-1800)**

Jessyka Alves de F. Sá<sup>76</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O ano é 1816, o lugar é a capital do então Reino do Brasil e a sociedade é escravista e extremamente hierarquizada. Apesar disso, Jean Baptiste Debret imortalizou uma cena que pode causar bastante estranhamento, trata-se do embarque de tropas de homens negros para Montevidéu, no contexto da guerra contra Artigas<sup>77</sup>. Na pintura a seguir, podemos ver a revista das tropas que seriam embarcadas para Montevidéu, do lado esquerdo, de pé estão D. João, D. Pedro e D. Miguel; sentadas Carlota Joaquina e as demais princesas e ao centro o General Carlos Frederico Lecor e seu Ajudante-de-ordens.



---

<sup>76</sup> E-mail: [jessyka.historia@gmail.com](mailto:jessyka.historia@gmail.com)

<sup>77</sup> A guerra contra Artigas se estendeu de 1816 a 1820 e basicamente foi um conflito entre a Liga Federal Uruguaia e o Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves por áreas pertencentes ao Uruguai estratégicas para o domínio da navegação do Rio da Prata.

É provável que muitos conheçam a utilização dos “braços armados” de homens negros, inclusive, escravizados em momentos de guerra, como o que é retratado na imagem ou como já é de amplo conhecimento no contexto da Guerra contra o Paraguai<sup>78</sup> (1865-1870). Porém, muitos desconhecem que desde os primórdios do Período Colonial homens negros desempenharam funções militares em forças institucionalizadas, ou seja, reconhecidas pela Coroa Portuguesa.

São essas experiências que nos interessam e para compreendê-las analisaremos os primeiros passos dessas forças militares e nesse sentido surge uma primeira questão norteadora: Como um pequeno Reino da Península Ibérica conseguiu estabelecer um Império Ultramarino? Um dos percursos de pesquisa para compreender isso reside, precisamente, na preponderância do serviço das armas. Esse serviço que esteve ligado tanto no Reino quanto no ultramar a concessões régias de mercês, honras, distinções e privilégios foi essencial para a sustentação da monarquia portuguesa de além-mar. Dessa forma, esse artigo tem como intento compreender a organização e importância do serviço de armas na América Portuguesa. Ponto de partida para um entendimento mais aprofundado acerca da implementação dos Terços de Homens Pretos e Pardos (também havia o de brancos) na Parahyba, que é o objeto da pesquisa.

Na influência da História Social Inglesa Thompsoniana o protagonismo é dos homens pretos e pardos componentes desses Terços, no sentido de compreender suas experiências e o que motivava ou desmotivava o engajamento militar, assim como perceber como esse engajamento afetava a vida desses homens em diversos aspectos, como o social e o econômico. A partir de pesquisa bibliográfica, percebe-se, por exemplo, o dinamismo das motivações para o engajamento. De acordo com Kalina V. Silva, inicialmente, no século XVII, eram aceitos homens escravizados e as organizações de homens pretos ainda não institucionalizadas serviam de estratégia para conseguir a liberdade, com a institucionalização, em 1766, somente homens livres (via de regra) eram aceitos. No que se refere às fontes primárias, os documentos manuscritos provenientes do Acervo Histórico Waldemar Bispo Duarte e organizados em um banco de dados, demonstram, por outro lado, os aspectos desmotivadores para o engajamento: a falta de recursos nos Terços e o impedimento que os mesmos significavam ao trabalho remunerado, visto que o engajamento era um serviço voluntário.

---

<sup>78</sup> Jorge Prata de Sousa discute essa participação no seu livro: *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*.

## DE PORTUGAL PARA A *TERRA BRASILIS*: A ORGANIZAÇÃO MILITAR

Como anteriormente mencionado, a pintura de Debret pode causar estranheza por colocar em cena tropas de homens negros a serviço da Coroa em pleno século XIX, numa sociedade escravista totalmente consolidada. Isso significa, entre outras coisas, que a relação entre a cor da pele negra e a condição jurídica de escravizado era direta e imediata; essa relação, inclusive, ainda ocupa o imaginário da maioria das pessoas que não se detêm a um estudo mais aprofundado sobre a sociedade brasileira até 1888. Esse estranhamento, todavia se desfaz quando observamos a gênese da inserção dos homens negros nas forças militares.

E é esse ponto, ou seja, da gênese dessas forças que se interpenetra à questão de como um pequeno Reino da Península Ibérica consolidou um Império Ultramarino. Dois fatores são cruciais nesse aspecto, primeiramente a diminuta população de Portugal e, em segundo lugar os “significados” de fazer parte da “gente de armas”, que vai se modificando à medida que Portugal opera a sua expansão marítima e comercial. Acerca dessas duas questões o trabalho de Humberto Baquero Moreno<sup>79</sup> traz indícios importantes. No século XV Portugal operava a sua expansão marítima e comercial, ‘e com isso a necessidade de proteção dos territórios conquistados se colocava, porém havia um impedimento: a diminuta população; como podemos perceber por meio do deferimento da petição, do ano de 1460, do Município de Marvão, na qual o rei D. Afonso V constatando que a vila estava despovoada reduz de quinze para dez o número de besteiros<sup>80</sup> do conto; outro exemplo é a Carta Régia de 12 de julho de 1468, na qual o rei atende a solicitação vinda da Vila de Lourinhã, a qual expunha a impossibilidade de formar o número solicitado de besteiros, e decide pela redução de dez para seis.

Para além dessa questão, havia um outro fator complicador que vai se irradiar até o século XVII e residia no apego da população portuguesa ao imaginário do “serviço de armas” medieval. Então, para instigar a reflexão sobre esse ponto uma pergunta interessante é: o que significava se ocupar do “serviço da guerra” na Portugal de fins da Idade Média? Primeiramente, significava

---

<sup>79</sup> Moreno (1934-2001) foi um historiador português, especialista em História Medieval, conhecido pela sua magistral dissertação, intitulada: *A Batalha de Afarrobeira. Antecedentes e significado histórico* (1973). O trabalho aqui utilizado é um artigo, intitulado: **A organização Militar em Portugal nos séculos XIV e XV**.

<sup>80</sup> De acordo com o Dicionário da Língua Brasileira, trata-se daquele que anda ou atira com besta (PINTO, Luiz Maria da Silva. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/02254100#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 6 nov. 2016).

fazer parte de um seletivo grupo, pois a nobreza (*bellatores*) é quem detinha o direito exclusivo do uso de armas e da prática da guerra, ressalta-se que isso não significa que somente a nobreza guerreava, visto que o “serviço das armas” era obrigatório aos homens com menos de 60 anos capazes de pegar em armas (GOMES, 2009).

Porém, os diferentes tipos de serviços relativos à guerra e os privilégios atrelados aos mesmos demonstram que há uma intensa conexão entre a hierarquia social e os postos ocupados no “serviço das armas”. Para que a afirmação fique menos abstrata, evoca-se os tipos de “serviço de armas” no medievo, explicitados por Gomes (2009, p. 42), eram eles: *Apelido* (força defensiva, na qual todos os homens deveriam comparecer: cavalaria nobre, cavalaria vilã, peões, membros, membros das ordens militares e do clero regular e secular), *Fossado* (força ofensiva, contava com os cavaleiros-vilões que tinham direito ao saque, observado o pagamento do quinto de guerra) e a *Anúduva* (trabalho na construção de obras militares, composta pelos cavaleiros-vilões - na posição de supervisão do trabalho dos peões - e peões). Um exemplo pertinente é o do cavaleiro-vilão, estava entre os “homens bons” e tinha direito ao espólio de guerra, esse privilégio estava atrelado à exigência de dispor de bens suficientes para ser possuidor de seu próprio cavalo.

Outro fator significativo é que a reunião dessas forças só se dava em momentos de ameaça iminente e em virtude do chamado do monarca ou do senhor de terras e logo se desfazia com o fim da ameaça ou do conflito. Ou seja, eram forças provisórias, o que as difere frontalmente das forças militares da atualidade que têm caráter permanente.

Com essas discussões fica perceptível que mobilizar uma força permanente era algo que colidia com a tradição do serviço de guerra, a nobreza se sentia igualada aos outros estamentos da sociedade e isso era inaceitável, para além disso mesmo os mais pobres não viam com bons olhos a ideia de um corpo permanentemente organizado para fins bélicos, era contra o que era costumeiro.

Porém, com a expansão marítima e com os avanços de novas tecnologias militares, principalmente, no que se refere à utilização de armas de fogo portáteis a necessidade de mobilização e treinamento vão se exasperando. Gomes (2009) aponta com mais detalhes essas mudanças:

[...] a crescente importância tática da infantaria, diminuindo a primazia medieval da cavalaria; a renovação da arquitetura militar com o surgimento e predomínio da fortaleza abaluartada renascentista; o aumento da competição bélica entre as monarquias europeias; o grande crescimento dos contingentes mobilizados; e o surgimentos de novas formas de conscrição, disciplina, treinamento e, financiamento e administração (p. 54).

Ou seja, apesar da resistência, em função do apego às tradições militares medievais; a Europa dos séculos XVI-XVII vai passar por transformações que serão entendidas, inclusive, como uma Revolução Militar (aprofundar conceito).

Como já foi colocado em discussão concomitante a expansão marítima e comercial a necessidade por braços armados permanentes aumenta, assim como se modificam as tecnologias bélicas, aumentando a necessidade de treinamento; por outro lado havia resistências advindas do apego a tradição medieval e, para além disso, Portugal contava com uma população pequena, em exemplos anteriores demonstramos que muitas vezes o número homens para o serviço de armas era diminuído pelo próprio monarca, visto a alegação da população de que em função do pequeno número de moradores não havia como atender ao número exigido inicialmente.

Dessa forma, retornamos para a questão: Como esse pequeno reino conseguiu então dominar um Império Ultramarino de tão grande extensão? Primeiramente, é importante destacar que, inicialmente, Portugal adotou o sistema de feitorias, ou seja, basicamente a invasão, até a década de trinta do Quinhentos, concentrava-se no litoral, com a construção de feitorias que serviam como ponto estratégico de armazenamento dos produtos explorados, no caso da América Portuguesa, o pau-brasil. Além de outros fatores que não são o objeto essencial desse estudo, chegamos aquele que é essencial para a compreensão da organização das forças militares na Paraíba: o uso de homens negros escravizados, libertos ou livres nas forças militares.

## **A ORIGEM DAS MILÍCIAS DE HOMENS NEGROS**

O mito de origem dessas forças reside na guerra contra os holandeses no Nordeste, em função da ocupação empreendida pelos mesmos, entre 1624 e 1654. Em Pernambuco, Henrique Dias, um crioulo forro, arregimentou voluntariamente homens negros para lutar em favor da expulsão dos holandeses, dessa forma em 1633 Henrique comanda uma milícia formado por outros negros forros; é provável que a fama da liderança brava de Dias, além da própria necessidade de braços armados fez com que muitos senhores de engenho entregassem

escravizados para compor essa Milícia, assim 1647 a Milícia de Henrique Dias contava com 300 soldados, sendo tanto africanos quanto crioulos, e tanto cativos quanto forros (SILVA, 2003, p. 158).

Essas informações acerca da sociogênese dos primeiros “Henriques”, fornece indícios importantes sobre o significado do engajamento para os escravizados, fica perceptível que a intenção era alcançar a liberdade, ou seja, é possível entender a inserção nessa força como uma das estratégias para conquistar a alforria. Mas Kalina Silva (2010), alerta que o significado do engajamento para os homens negros foi algo dinâmico, então se até as primeiras décadas do século XVIII havia a participação de cativos, no sentido de conseguir a alforria; em meados do mesmo século isso se modifica e passam a compor os Terços de Henriques, principalmente, negros forros e livres. Isso se exaspera, principalmente, em 1766 data na qual através de Carta Régia foram institucionalizados os Terços de Henriques e criou-se o de Pardos.

Há alguns pontos importantes nessa discussão que merecem aprofundamento. Primeiro, dizer que o significado do engajamento se dinamizou é muito vago, como o trabalho nos terços era voluntário, ou seja, não havia remuneração (via de regra), era necessário que os milicianos tivessem uma forma de sustento. O aumento da população negra livre e liberta ao longo do século XVIII, favoreceu essa dita “dinamização”, tanto porque esteve na Capitania de Pernambuco e suas anexas, entre meados do século XVIII e inícios do XIX, a camada mais numerosa de homens de cor livres da América Portuguesa, como afirma Luiz Geraldo Silva (2003); quanto pelo desenvolvimento da sociedade urbana canavieira, em fins do século XVII (SILVA, 2002).

Em segundo lugar, ressalta-se a questão da institucionalização dos terços, ora a origem dessas forças remonta ao início do século XVII, mas foi somente no século seguinte que ocorreu a institucionalização, exatamente, 133 anos após a sua organização. Essa morosidade guarda importantes pistas acerca das relações entre milicianos e autoridades. Como já foi discutido, em seus primórdios, os terços de Henriques contavam com cativos, com o fim da guerra contra os holandeses, no entanto, muitos senhores que haviam doado seus escravizados os queriam de volta e aí reside um impasse entre a Coroa que mantém esses terços e os senhores que querem o retorno de suas “posses”. Então se por um lado a Coroa reconhece os serviços dos Henriques, por outro lado compra a liberdade dos cativos para não por em contestação a ordem escravocrata. Nesse sentido, também é importante destacar que quanto menos momentos belicosos ocorrem,

menor é a possibilidade de uso do engajamento militar por parte dos cativos como forma de obter a alforria.

Além da eficiência e bravura que se tornou célebre, outros fatores explicam a permanência dessa força militar controversa que em plena a sociedade escravocrata abria um espaço de sociabilidade e ascensão social para homens negros. No entanto, é importante destacar que a permanência dessas forças não é somente o resultado da necessidade eminente de Portugal, mas também das pressões dos homens negros para a sua continuidade, a começar por Henrique Dias que solicitou a continuidade da sua milícia mesmo após a guerra contra os holandeses, no que foi atendido, nesse momento a decisão era de que a duração das tropas seria a mesma da duração da vida de seu fundador. Mas como é conhecido, as tropas de Henriques ultrapassaram a vida de seu fundador.

Enfim, percebe-se que diante da controversa apontada acerca da manutenção dessas tropas, prevaleceram a necessidade de braços armados; o fato dos negros aterrorizarem os inimigos, em função da imagem difundida de que eram “selvagens” e “ferozes” em campo de batalha; o fato de que essas tropas também eram uma forma de controlar essa parcela da população considerada perigosa e por fim, a ação dos homens negros, muitos deles que chegando a altos postos militares ou não, percebiam naquelas tropas um importante espaço de sociabilidade.

Diante disso, as inicialmente tropas de Henriques ou Milícias de Henriques foram institucionalizadas, em 1766, quando também se institucionalizaram os Terços de Homens Pardos, e passaram a ser denominadas Terços de Henriques, uma nova mudança viria em 1796 com um Decreto que passava a organizar as forças militares em Regimentos e seu fim só se deu com a criação da Guarda Nacional, em 1831. É importante destacar que mesmo com o fim dessas forças militares com recortes etnicorraciais, de acordo com o estudo consagrado de Jeanne Berrance de Castro houve uma absorção dos homens negros que compunham os Regimentos de Henriques e de Pardos pela Guarda Nacional. Na Paraíba, há Listas nominativas que demonstram os primeiros esforços para a organização das Companhias da Guarda Nacional que trazem, inclusive, a informação sobre se os homens alistados haviam servido nas extintas Milícias ou Ordenanças (SÁ, 2013, p. 5).



## INDÍCIOS ACERCA DA ORGANIZAÇÃO DAS TROPAS NEGRAS NA PARAÍBA

A Paraíba foi uma das capitânicas essenciais ao Projeto colonizador português, baseado na produção do açúcar e dessa forma a necessidade de proteção, assim como de controle da população ficava iminente. Nesse sentido, os referidos terços de pretos e pardos figuraram como uma importante instituição tanto para a população negra quanto para a Coroa.

Os primeiros sinais da organização das tropas negras na Paraíba datam de 1687, por meio do trabalho de Kalina Vanderlei Silva (2003) que traz informações sobre a origem das tropas solicitadas para a Guerra do Açúcar. No referido ano, 300 homens de Pernambuco e Paraíba retirados de duas Companhias da de Camarão e de Henriques, formaram uma expedição para lutar na Guerra do Açúcar. Se em 1687 essa tropa já estava organizada a ponto de enviar homens para lutar em outro território é provável que o esforço inicial para sua mobilização date de pelo menos das duas décadas anteriores. No ano seguinte 100 soldados pretos formaram com outros homens a Expedição de Manoel de Abreu Soares (SILVA, 2003, p. 262-264).

No século XVIII, com a interiorização acontecendo e sendo erigidas vilas, percebe-se a organização de tropas de homens negros em Pombal, considerada o primeiro núcleo de habitação do Sertão e elevada a Vila em 1766. No quadro abaixo, resumimos as informações sobre a localização das tropas de homens negros na Paraíba:

Quadro 1 - Localização espacial das tropas auxiliares de homens negros na Paraíba sob jurisdição de Pernambuco no século XVIII

Tropa	Localidade
Forasteiro dos Homens Pardos	Pombal, PB
Terço dos Pardos	Paraíba
Companhia do Terço Velho Auxiliar dos Pardos	Santo Amaro da Mata (Companhia), Paraíba (Terço)
Terço Auxiliar de Henriques	Paraíba

Fonte: Silva (2003, p. 146-147).



No contexto da institucionalização desses Terços que se dá por Carta Régia de 1766, é possível perceber nas ações do capitão-mor da Paraíba Jerônimo José de Mello e Castro (no poder de 1764 a 1797) esforços para cumprir o determinado por ordem real, assim ele: “creou os terços auxiliares, a saber: de cavalaria dois, e de infantaria o de pardos e o de Henriques de homens pretos, e reorganizou com dez companhias o de brancos [...]” (CAMPOS, 1867, p. 84).

Lamentavelmente os documentos disponíveis no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte (o arquivo público do Estado da Paraíba) fornecem poucos indícios para a compreensão da organização dos Terços de Pretos e Pardos para o século XVIII<sup>81</sup>, por outro lado para a primeira década do Oitocentos, conservaram-se muitos documentos referentes aos Regimentos de Pretos e Pardos, principalmente, requerimentos de soltura.

Apesar dessa escassez no século XVIII, é interessante destacar que através da pesquisa documental foi possível perceber uma intensa troca de correspondências entre os governadores da Paraíba e Pernambuco, no que se refere a questões militares.

Pernambuco era a capitania central que arregimentava recrutas a pedido da Coroa, o teor de muitas das correspondências entre o capitão-mor governador da Paraíba e o de Pernambuco se refere a pedidos de recrutas da Paraíba para Pernambuco. Em 6 de novembro de 1775, Jozé Cezar de Menezes acusa o recebimento de 20 recrutas decorrentes de ordem real e os pedidos se repetem a ponto do governador de Pernambuco reconhecer a prontidão de Jerônimo Jozé de Mello e Castro em arregimentar homens e afirmar que sua vontade eram não mais exigir isso, mas a necessidade da Coroa tinha que ser atendida.

No século XVIII, apenas dois documentos se referem aos Terços de Pretos e Pardos, um deles é bastante interessante por demonstrar que também no caso das forças auxiliares havia um fluxo de soldado para Pernambuco, mas outro fator fica bastante evidente, trata-se de certo ar de desconfiança em relação aos mesmos, um trecho da correspondência do governador de Pernambuco<sup>82</sup> alerta sobre a necessidade de vigiar os ditos terços:

---

<sup>81</sup> Destacamos que a pesquisa documental para a escrita da dissertação, intitulada: *Para além do cativo: as milícias de homens pretos e pardos na Paraíba (1766-1817)* ainda está em andamento.

<sup>82</sup> Carta de Jozé Cezar de Menezes Capitão-mor Governador de Pernambuco ao da Paraíba Jerônimo Jozé de Mello e Castro, acusando recebimento de recrutas. 06 de novembro de 1775. Caixa 001 (1771-1799). Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte.

[...] ficando Vossa Senhoria obrigado a ter a mayor vigilância sobre os mesmos terços, mandando-os disciplinar para no caso de haver alguma necessidade possam ser uteis ao serviço de Sua Magestade.

Sobre a primeira década do século XIX, constata-se uma maior quantidade de documentos conservados acerca dos Regimentos de Homens Pretos e Pardos e na sua maioria são requerimentos de soltura. Há muitos casos de prisão por faltar a revista, ou por descumprimento de ordens. A maior incidência é sobre prisões de soldados que faltaram a revista, alegando principalmente que faltaram por causa do desempenho de atividade profissionais. Afinal, eles precisavam desempenhar atividades remuneradas. No quadro abaixo destacamos ofícios de militares, o que fica perceptível apesar da pouca amostragem é que na maioria são oficiais mecânicos:

**Quadro 2-Atividades econômicas de militares na Paraíba (1800-1823)**

Nome	Corpo Militar	Posto Militar	Atividade Econômica
Antonio Pereira	-----	Alferes	Lavrador(legumes)-tem cativos
João do Rozario	Tropa de Linha	Soldado	Pescador
João Nicolau		-----	Pescador
Joze Maria do Nascimento	Tropa de Linha	Soldado	Pescador
Manoel Lins	Tropa de Linha	Soldado	Pescador
Francisco Ferreira	Tropa de Linha	Soldado	Pescador
Manoel Ferreira	Tropa de Linha	Soldado	Pescador
Antonio Lourenço	Regimento de Henriques	Furriel	“suas lavouras”
Rome Pereira	Regimento de Henriques	Soldado	“suas lavouras”
Francisco de Assis Pereira Rocha	Reg. Da Inf. Da Milícia de Homens Brancos	Alferes	Advogado
Thomas d’Aquino Costa e Cirne	Regimento de Caçadores	Tenente	Lavrador* (tem cativos e canoas).

Quadro Elaborado pela autora, por meio das informações obtidas em pesquisa nos documentos do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte – 1800-1823. \*Proprietário de terras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O intento deste trabalho concentrou-se em compreender as origens da organização militar em Portugal para que fosse possível perceber permanências e rupturas na transplantação da estrutura portuguesa para a *terra brasilis*, o que fica evidente é que diante da sua diminuta população Portugal arregimentou nativos e escravizados para servirem de braço armado.

E os homens negros utilizaram esse importante espaço de sociabilidade tanto para alcançar a liberdade quanto para ascender socialmente. É possível perceber através da documentação analisada o esforço para a organização dessas tropas, assim como a forte incidência de faltas e deserções, fato que forçava as autoridades a estarem permanentemente em busca de recrutas.

## **REFERÊNCIAS**

CAMPOS, Elpídio de. Felix Antônio Ferreira de Albuquerque: dados para a sua biografia. RIHGP (vol 10), 1946, p. 47-53.

CASTRO, Jeanne Berrance de. A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, INL, 1977.

COTTA, Francis Albert. Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. As Milícias D'el Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista. 2009. 358 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SÁ, Jessyka A. de Figueirêdo. A população negra na Guarda Nacional da Paraíba (1831-1840). XXVIII Simpósio Nacional de História. ANPUH-RN, 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364651730\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnpuh-RNJessykaSa.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364651730_ARQUIVO_ArtigoAnpuh-RNJessykaSa.pdf)> Acesso: 11 dez. 2016.

SILVA, Kalina Vanderlei. Nas solidões vastas e assustadoras: A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.

\_\_\_\_\_. Nas solidões vastas e assustadoras: os pobres do açúcar e a conquista do Sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. 2003. 362 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SOUSA, Jorge Prata de. Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: MAUAD, ADESA, 1996.

## UM NOVO OLHAR SOBRE A HISTÓRIA: AS IMAGENS COMO FONTE HISTORIOGRÁFICA E RECURSO DIDÁTICO NAS AULAS DE HISTÓRIA

Jucilainy Alves de Oliveira<sup>1</sup>

### AS IMAGENS FOTOGRÁFICAS E FÍLMICAS COMO FONTE HISTÓRICA

Antes mesmo da invenção da escrita, na pré-história o homem já registrava seu cotidiano e crenças através da imagem, as denominadas pinturas rupestres, eram uma forma de expressão e comunicação. Hoje somos rodeados pelos diversos tipos de imagens que vão desde a pintura em aquarelas a fotos digitais, é inegável sua importância na sociedade contemporânea. Diante disso, este artigo trata a relevância da imagem fílmica para a historiografia e o ensino de história. A proeminência da imagem nos estudos históricos é breve, situada no período entre o final dos anos 70 e início dos anos 80, para o historiador essas perspectivas foram reconhecidas com a Nova História<sup>2</sup>, onde o cinema também passou a ser tratado como um agente transformador da história e como registro histórico, tornando-se uma tendência de pesquisa ou um documento histórico. Com base em Mauad (2016) é nesse período que é lançada a obra precursora no Brasil em 1976, a coleção de Jacques Le Goff e Pierre Nora que ganhou o nome de História Novas Abordagens, Novos Objetos e Novos Problemas, com o único texto dedicado à imagem, o de Marc Ferro, em que pesa o seu caráter precursor, limitava-se a tratar o filme como uma “contra-análise da sociedade”. Com esse texto o filme começa a ser mais debatido no campo historiográfico como uma fonte primária e/ou objeto de estudo.

(...) o filme pode tornar-se um documento para pesquisa histórica na medida em que articula ao contexto histórico e social que o produz um conjunto de elementos intrínsecos à própria expressão cinematográfica. Essa definição é o ponto de partida que permite tirar o filme do terreno das evidências: ele passa a ser visto como uma construção que, como tal, altera a realidade através de uma articulação entre a imagem, a palavra, o som e o movimento. (FERRO, 1977, p. 86)

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Orientador: Prof. Dr. André Victor Cavalcanti Seal da Cunha – (FAFIC/UERN). E-mail: jucyalves88@hotmail.com

<sup>2</sup> A chamada escola dos Annales fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, impulsionou um movimento historiográfico que se constitui em torno do período acadêmico francês Annales d'histoire économique et sociale, tendo se destacado por incorporar novos métodos das Ciências Sociais à História. (BURKE, 1992, p. 07).

O uso do filme como objeto ou fonte histórica é um debate recente. De acordo com Kornis (1992) a produção cinematográfica passou a ser importante para a construção do conhecimento histórico a partir da década de 70. A aceitação deste recurso resulta do abandono da concepção de História da Escola Metódica, positivista que reduzia as novas linguagens ao caráter ilustrativo, afinal muitos historiadores por um longo período ignoraram as imagens tecnológicas, causando uma desvalorização deste recurso. Primordialmente, os filmes eram vistos como empecilhos, uma produção destinada meramente à diversão popular, não proporcionando uma especificidade histórica onde se priorizava os documentos escritos. A partir da fundação da Escola dos *Annales* que história passou a ser vista e problematizada com novos olhares, mas como os documentos escritos, os filmes também merecem uma análise:

O filme possui um texto visual - que merece, assim como o texto escrito, uma análise interna- e, como artefato cultural, possui sua própria história e um contexto social que o cerca. (KORNIS, 1992, p. 246).

Como qualquer outro documento, um longa ou curta-metragem tem seus problemas, suas extensões e sua subjetividade, por isto, deve-se analisá-lo internamente e externamente. Ao utilizar um filme, uma fotografia ou mesmo um documento canônico como fonte histórica, o historiador deve problematizá-lo e perceber suas nuances. Como as fontes escritas documentais, as iconográficas mantêm vestígios humanos e tem o seu teor de parcialidade, mas isso não os torna menos significativo para compreender a história da humanidade.

Então, o problema principal denominado pelos historiadores segundo Mauad (2016) é a questão metodológica de fundamentar a fotografia como documento, visto que apesar da abertura do fim do século XX ainda persiste em alguns âmbitos um predileção pelos documentos escritos, percebível pelo interesse surgido pela iconografia apenas recentemente. Mas com a ênfase na história cultural de fenômenos socialmente significativos e temporalmente referenciados, começou a se aprofundar no tratamento mais completo da imagem. A fonte histórica não fala por si só, é necessário que perguntas lhes sejam feitas, ao ser problematizada e contextualizada não como um pano de fundo, mas como indícios, vestígios, restos e pistas do passado.

As imagens visuais, como documentos/ monumentos, permitem-nos conhecer, por ângulos pouco habituais, a urdidura das relações sociais. No entanto, não basta olhar, é fundamental estranhar. (Idem p. 37)

Dois conceitos importantes que Barthes discute é *studium* que é o que o espectador ver explícito na imagem, o obvio e o que faz nos interessar pela foto de maneira diversifica, é o que visualizamos perfeitamente. Já o *punctum* que seria o acaso, o detalhe que causa uma ferida, o gosto e/ou não gosto, um contraste para quem observa, é aquilo que iria além do que o olhar pode capturar, é algo que denominamos de real, o Tempo, que vai além do detalhe, denominado “isso-foi”. Para o autor, na visão do espectador a imagem é a representação pura “não é uma lembrança, uma imaginação, uma reconstituição (...) mas o real no tempo passado: a um só tempo o passado e o real.” (1984, p.124), que seria a morte, tal e acabada.

Já no cinema Barthes diferencia por compará-lo ao mundo real e transmitir um sentido de vida que fluía naturalmente, ou seja, “o personagem que sai dela continua a viver: um campo cego duplica incessantemente a visão parcial” (idem, p. 86), ao contrário da fotografia que não se teria essa expectativa de futuro, é a imobilização do tempo. O historiador se interessaria não apenas pelo *studium*, mas principalmente pelo *punctum* o que há por trás da imagem, o oculto, que seria para nós mais verdadeiro. É quando a imagem torna-se pensativa, tonar-se ativa, é com base nesse olhar que devemos reconhecer o que está além da superfície, do estaticismo artístico, um objeto de estudo, com histórias e memórias, além do nosso olhar, buscando as intenções do auto, o que nos punge “basta sua presença para mudar minha leitura, que se trata de uma nova foto que olho, marcadas pelos meus olhos com um valor superior”. (Idem, p. 68) nesse sentido a imagem não seria mais uma qualquer, mas o objeto, a fonte para o historiador. Visto que alguns historiadores temem essa aproximação história e arte, com receio de o conhecimento histórico ser confundido com arte e/ou literatura, mas como afirma Kossoy:

A fotografia não está enclausurada a condição de um registro iconográfico, isento dos cenários, personagens e fatos das mais diversas naturezas que configuramos infinitos assuntos a circundar os fotógrafos, onde quer que se movimentem. (2001, p. 49).

Em seu livro *História & Fotografia* Kossoy discerne que a fotografia é carregada de intencionalidades e pode ter sido captada numa atmosfera arquitetada com uma finalidade documental, claro que isso não a isenta de seus valores estéticos. A imagem é um testemunho, uma criação do fotógrafo, um filtro cultural e não meramente um documento congelado no passado, pois é necessário também buscar saber “de seu autor, o fotógrafo, e da tecnologia que lhe proporcionou uma configuração característica e viabilizou seu conteúdo”. (Idem, p.75).

Diante disso passamos a dialogar mais com outras disciplinas como antropologia, para conhecermos melhor a sociedade, com as novas abordagens, um interesse em conhecer a cultura popular, a história vista por baixo. A imagem vista como uma ilustração, ou fonte secundária, passou a ser trabalhada e problematizada com base nesses novos olhares, uma necessidade de ir além dos documentos escritos e registros oficiais, buscando um viés social e cultural como afirma Burke:

... eles voltaram-se para a antropologia em busca de uma maneira alternativa de vincular cultura e sociedade, uma forma que não reduzisse a primeira a um reflexo da segunda ou a uma superestrutura, como o glacê de bolo. (2005, p. 56)

Com a ênfase na história Cultural, diversificou o campo dos estudos históricos, tornando-se necessário que o historiador utilize os conceitos de outras áreas de conhecimentos ao trabalhar as imagens historicamente, visto que “exige o conhecimento de questões relativas a outras áreas, bem como uma postura voltada à inovação e ao trabalho interdisciplinar”. (FERREIRA, 2009, p. 196). Porém é preciso que o mesmo delimite seu objeto de trabalho para não confundi-lo com o sociólogo, antropólogo, jornalista e outros profissionais. Essa necessidade de estabelecer fronteiras entre a história e outras áreas é que por muito tempo foram vistas como barreiras na historiografia, mas essa proximidade é inevitável e nos apropriamos de conceitos de geógrafos, economicistas e outros em nossas pesquisas. Pois atualmente como afirma Burke “a ênfase tende a cair nas fronteiras como lugares de encontros ou zonas de contato” (2005, p. 153), este seria o caso de história e ficção, por exemplo.

O filme é um produto cultural, artefato da sociedade, e envolve a linguagem cinematográfica como um todo (câmera, enquadramento, atores, iluminação e etc.) e um contexto social que o cerca, ou seja, é algo que transforma, interpreta e recorta o “real”. (KORNIS,

1992). Como um produto da cultura, não está livre do condicionamento social da sua época, mesmo sendo uma obra fictícia, revela discursos, comportamentos e visões da sociedade.

A indústria cultural, as transformações nas estruturas de comunicação têm sido percebidas de forma paradoxal. Vale ressaltar ainda, de forma mais ampla, que a intenção primordial da indústria cinematográfica não é servir como uma fonte histórica verdadeira para o telespectador, mas sim, a obtenção de lucro, como um produto cultural que busca a aceitação do público. E isso inevitavelmente converge na historiografia, com a primazia da indústria cinematográfica são diversas produções fílmicas que podem ser objetos de estudo, para possibilitar a reflexão sobre as transformações no tempo e no espaço, como o próprio Martín-Barbero explana:

... a dessublimação da arte, não é senão a outra face da degradação da cultura, já que num mesmo movimento a indústria cultural banaliza a vida cotidiana e positiviza a arte. Mas a dessublimação da arte tem sua própria história, cujo ponto de partida se situa no momento em que a arte consegue desprender-se do âmbito do sagrado em virtude da autonomia que o mercado lhe possibilita. (2001, p. 67)

Não se pode de forma alguma acreditar que um diretor ou roteirista produz um filme sobre determinado tema contando fielmente o que se passou, por isso é necessário desprender-se do “sagrado” que visa a verdade absoluta, e proporcionar ao fato a compreensão que este é uma reconstrução do passado com uma “boa dose de ficção” nos documentários e filmes etnográficos, pois o mesmo primeiramente é arte e possui autonomia para banalizar os fatos de acordo com seus objetivos e os anseios da sociedade capitalista. Percebe-se a extensão que uma imagem pode ter ao exaltar um fato histórico, algo que não pode ser sentido do mesmo modo através dos textos, sendo transformada numa “conversão histórica” como relata Le Goff (1994, p. 472):

Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória, de uma amnésia coletiva, que se exprime desajeitadamente na moda *retro*, explorada sem vergonha pelos mercadores de memória desde que a memória se tornou um dos objetos da sociedade de consumo que se vendem bem.



A mídia, principalmente a televisiva, tem o poder de distorcer, (re)construir e perpetuar a memória histórica, e sabe se utilizar dessa característica muito bem, centrando-se nas questões retro que mais atraem e/ou manipulam seu público alvo. Isto pode ser visto como uma problemática contemporânea, onde a sétima arte pode ser compreendida meramente como uma retrospectiva, reconstrução ou ilustração do passado. Este é o poder midiático de proliferar discursos e apresentar fenômenos sociais e históricos, tornando-se um (re)produtor de saberes. É necessário perceber de que maneira as práticas, as redes discursivas podem constituir determinadas configurações históricas e culturais. Foucault mostra o poder que o discurso carrega:

(...) suponha que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada materialidade. (2001, p. 9)

As imagens ficam na memória, muito mais tempo que simples palavras, como enfatiza o ditado popular “uma imagem vale mais que mil palavras”, isto é vivenciado com êxtase na atualidade. Essas relações de poder mídia/telespectador causam muitos encontros e desencontros na historiografia. Como isso implica na legitimação dos conhecimentos historiográficos? O discurso tem o poder de valorizar ou refutar pessoas, perpetuar conceitos e preconceitos e a própria noção de verdade. Esta é uma problemática que um historiador pode correr ao escolher este objeto, pois no cinema, a realidade se estabelece com grande força, sendo esta ilusória ou não. Mesmo o filme sendo vinculado ao presente, reforça através de elementos históricos da visão do autor a legitimidade de uma memória coletiva, por isso é imprescindível compreender a conjuntura histórica, política e social da época que foi produzida a obra.

Ao se utilizar o filme como objeto de estudo, é essencial salientar o fato de que esse é uma produção coletiva, que envolve expectativas, desejos, concepções de mundo de um grande número de agentes, entre diretores, produtores, atores e responsáveis pelo estúdio no qual está sendo realizado o filme, bem como financiadores. (FERREIRA, 2009, p. 190).

De acordo com FERREIRA (Idem) muitas vezes o filme é percebido tal qual o fato passado, compreendendo as produções como a história em si, equivocando-se e perdendo-se no limite entre ficção e história. Não pode se desmerecer a pesquisa histórica que muitos produtores fazem na busca de aproximar o cinema do verossímil, mas que os objetivos da produção fílmica e historiográfica são divergentes. Diante da explosão de produções que são exibidas atualmente, a imagem tem um grande impacto na sociedade, por isso é importante o historiador refletir os conteúdos, as imagens e os seus significados.

### **O FILME COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA**

As tecnologias digitais de comunicação e informação estão possibilitando muitas mudanças no contexto sociocultural e isso reflete nas escolas. Com os novos espaços de interação e de aprendizagem, surgiram tantas modificações que o professor deve estar em constante aperfeiçoamento, pois a educação ultrapassou os limites da sala de aula. O professor de história teve que ir além do livro didático, utilizando novas ferramentas pedagógicas, metodologias e abordagens.

A imagem é muito presente no cotidiano das pessoas, o filme está vinculado realidade da nossa sociedade contemporânea. Por muito tempo a escola Metódica, positivista reduzia as novas linguagens ao caráter ilustrativo, afinal muitos historiadores por um longo período ignoraram as imagens tecnológicas, causando uma desvalorização deste recurso. Primordialmente, os filmes eram vistos como empecilhos, uma produção destinada meramente à diversão popular, não proporcionando uma especificidade histórica e didática, como afirma Bittencourt (2004, p.372):

A televisão, (...), foi por muito tempo considerada por vários educadores empecilho ao aprendizado ou concorrente incômodo e difícil de ser vencido no processo de educação escolar. Apenas recentemente a escola tem iniciado uma aproximação mais realista com esses instrumentos de comunicação.

Como na historiografia, também nas escolas os professores tinham certo receio de utilizar o filme como recurso didático, apesar de hoje ser bastante comum sua inserção em sala de aula. Com a ênfase atual na História-Problema, não se pretende fazer dessa uma disciplina que diz tudo, mas que se aprofunda naquilo que diz; a interdisciplinaridade, que aproximou definitivamente a História das Ciências Sociais; a nova noção de fonte histórica, rompendo com

a vertente positivista que reconhecia como válidos somente os documentos oficiais para abrir um diálogo amplo com a cultura material e, por fim, a noção de fato histórico como resultado de uma construção, rompendo com a hipótese historicista de que são verdadeiros e independentes da pesquisa e da escrita do historiador, pois prefere reconhecer que toda historiografia é resultante de uma interpretação crítica que o pesquisador fará de documentos das mais diversas formas por ele próprio obtidos (BARROS, 2010).

Nessa perspectiva, o uso do filme como recurso didático é viável, porém, não pode ser o mero substituto de textos, nem ser visto como aula expositiva. Para o professor é conveniente trabalhar com produção cinematográfica, pois de certo modo nos aproximamos do passado, porém, ela deve ser problematizada para não tornar-se verdade única de um fato histórico, mas uma interpretação de quem a produziu. Como afirma Aquino (2005, p. 5):

o cinema necessariamente não tem este compromisso com a veracidade argumentação do fato histórico/ processo histórico. Algumas modificações feitas nos filmes na produção fílmica incorporam questões contemporâneas ao momento histórico. Para instigar a atenção do telespectador.

Essa relação passado/presente pode propor situações conflitantes ao aluno de questionamentos a cerca do cinema e o seu papel no processo, estimulando sua criticidade, tornando-o sujeito ativo, participativo na sala de aula. Embora possam ser utilizados para trabalhar questões relacionadas ao ensino de História, devem ser considerados como artefatos de comunicação que apresentam uma linguagem artística própria, com suas singularidades, diferenciada da linguagem escrita, ainda privilegiada, embora não menos importante, no ambiente escolar.

O foco do ensino é a mediação do ensino-aprendizagem, onde o discente é um agente ativo, crítico, com experiência de vida e isso implica na apreciação do filme por parte do mesmo, uma vez que, é necessário identificar claramente o ofício ou função social do professor de história é formar o cidadão crítico e esclarecer o homem político.

Embora o cinema seja um dos elementos constitutivos de uma nova metodologia para o ensino de História, está submetido à escolha do mestre valer-se dele ou não, ficando por demais em segundo plano, e quando não, repassado dentro dos limites de uma formação que não considerava o filme como ferramenta de ensino. Os recursos didáticos são fundamentais em

uma aula, por isso, um filme torna-se um documento visual que pode suggestionar uma boa reflexão sobre os aspectos “históricos” ou causar distorções do objetivo desejado, depende de um novo olhar do docente, pois de acordo com Viglus “educar pelo cinema é ensinar a ver diferente. É educar o olhar. É decifrar os enigmas da modernidade na moldura do espaço imagético.” (s/d, p.5) O intuito do docente é proporcionar o desenvolvimento do saber crítico no educando, interpretando além das imagens, para isso o professor deve conduzir uma reflexão consciente do aluno, preparando-se anteriormente para ter uma postura clara em sala de aula.

Algumas dificuldades são enfrentadas pelo professor ao utilizar os filmes na sala de aula, principalmente o pouco espaço de tempo de duração de 1h/aula, visto que no ensino fundamental ou médio, são poucas aulas de história semanais, não ultrapassando quatro horas/aulas, para isso seria interessante uma metodologia específica como utilizar os “recortes” de um longa-metragem para focar nos objetivos específicos da aula. O professor pode tanto nos textos escritos, como no filme fazer recortes e ser apresentados não integralmente aos alunos, mas apenas as partes que interessam ao tema a ser estudado. Os denominados dossiês cinematográficos que passam por um processo chamado de desmontagem do filme, onde o mesmo pode ser subdividido em vários blocos, selecionando as partes a serem exibidas, como os documentos escritos, os filmes também merecem uma análise. (BITTENCOURT, 2004)

O uso do cinema no ensino de História pode contribuir para a construção de competências necessárias para o aprendizado histórico, para o aluno desenvolver uma formação histórica. No entanto, não basta incorporar o vídeo nas atividades escolares, é preciso entendê-lo, não como mais um e moderno recurso didático pedagógico, mas como um fundamento, o qual pode contribuir para uma nova forma de construir o conhecimento (PRETTO, 2013). Diante desse aspecto, entende-se a necessidade de se estabelecer alguns passos, como o planejamento didático e a avaliação do processo, que podem contribuir para uma melhor utilização desse recurso no processo educativo, o que não pode se dar sem ocorrer uma ampla contextualização dessa metodologia. Contudo, compreende-se que para esse processo se efetivar é preciso situá-lo num amplo planejamento tanto dos professores como outros profissionais da escola, para que a sua intencionalidade educativa seja colocada em ação. Visto que os próprios alunos veem o filme como distração e não como parte do aprendizado. Nesse sentido, pouco se pode contribuir para uma análise crítica e reflexiva, tanto das tecnologias quanto da educação.

Ao utilizar o filme em sala de aula, o professor de História deve estar atento para problematizar e levar os alunos a refletir sobre os significados apresentados, para ir além das relações do filme com conteúdos específicos, considerando que na maioria das vezes, eles não foram produzidos com o objetivo de ensinar a História acadêmica. Cabe aos docentes saberem utilizar com criatividade esses recursos midiáticos para tornarem suas aulas atrativas e incitar os alunos a se colocarem como sujeitos históricos, ou seja, construtores do conhecimento.

## **ÚLTIMAS PALAVRAS**

Algumas problemáticas ainda permanecem no campo historiográfico, principalmente em torno da fidedignidade, questões de memória e tempo que necessitam ser discutidos para que se faça uso e pesquise historicamente as fontes iconográficas principalmente na nossa região, onde as produções na área são tão escassas e seriam de extrema valia para a história potiguar.

Os historiadores devem se “desmontar” de conceitos pré-concebidos ao utilizar as imagens em suas pesquisas, não minimizá-la a mera ilustração dos documentos escritos e nem esquecer as intencionalidades e contextualizações de sua produção. (MAUAD, 2016)

No ensino de história as imagens aliada às novas tecnologias, tem como papel principal o desenvolvimento de um saber crítico e consciente por parte de nossos alunos onde eles têm a oportunidade de tornarem-se sujeitos analíticos e construtores do seu próprio conhecimento. O filme possui um valor como documento histórico, podendo ser objeto de pesquisa e análise, além de uma ferramenta pedagógica nas aulas de História, pois a visualização abrange todos os sentidos do aluno e torna-se uma maneira mais prazerosa do aluno aprender. Os filmes apresentam caráter formativo e pedagógico ao por em circulação significações, formas de ver, agir, sentir e se relacionar no e com o mundo, configurando-se como mediadores de aprendizagens que vão além das relações com conteúdos.

Ao utilizar uma imagem e/ou filme, o historiador deve estar atento para problematizar e refletir sobre os significados apresentados numa foto ou na tela do cinema. Ainda existe muito para trilhar na historiografia na relação da imagem como fonte e/ou objeto de estudo, são perspectivas e conceitos que necessitam serem trabalhados com novos olhares, novas perspectivas e novas abordagens.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AQUINO, Edineide Dias de. **Cinema em foco: uma abordagem cinematográfica/historiográfica no ensino de história.** In: [http://www.anpuhpb.org/anais\\_xiii\\_eeph/textos/ST%2005%20%20Edineide%20Dias%20de%20Aquino%20TC.PDF](http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2005%20%20Edineide%20Dias%20de%20Aquino%20TC.PDF) Acesso em 10/04/2016.

BARROS, José Costa D'Assunção. **A Escola dos Annales:** considerações sobre a História do Movimento. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD, Dourados, jul/dez, 2010.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre fotografia.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História:** Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Francesa da historiografia:** a Escola dos Annales 1929-1989. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

FERRO, Marc. **Cinema e História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERREIRA, Letícia Schneider. **O cinema como fonte da história: elementos para discussão.** MÉTIS: história & cultura – v. 8, n. 15, p. 185-200, jan./jun. 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2001.

KORNIS, Mônica Almeida. **História e Cinema:** um debate metodológico. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 10, 1992, p. 237-250.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MAUAD, Ana Maria. **Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas.** Revista Maracanan, publicação dos docentes do PPGH-UERJ, vol. 12, nº 14, p. 33-48, jan./jun. 2016.

LE GOFF, J. **História e memória.** 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

PRETTO, Nelson De Lucca. **Uma escola sem/com futuro.** Salvador: EDUFBA, 2013.

VIGLUS, Darcy. **O filme na sala de aula:** um aprendizado prazeroso. Disponível: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1532-8.pdf>> Acessado em 22 de jul. 2015.

## **DA SERRA AO SERIDÓ - VIVÊNCIAS EM UM BRASIL DE CONTRASTES: A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO DA MEMÓRIA ORAL ATRAVÉS DO SUPORTE AUDIOVISUAL**

Fernando de Oliveira Leão<sup>3</sup>

### **UMA OFICINA AUDIOVISUAL QUE SE TRANSFORMOU EM IDEIA PARA UM FILME**

Em outubro de 2011, aconteceu a oficina de audiovisual para os alunos do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Campus Caicó. O convite para ministrar a mesma foi feito pelo professor-historiador Lourival Andrade Jr.

A viagem de carro de Natal ao Seridó teve como destino a cidade de Caicó. Começou-se a perceber ali uma grande fonte de inspiração e possíveis experiências futuras. Foi alertado que a paisagem iria mudar pelo caminho, até a chegada ao sertão potiguar, lugar onde seria ministrada a oficina aos universitários. Realmente aconteceu a mudança. Uma nova experiência estava a se apresentar.

O trabalho com os alunos resultou em pequenos vídeos, que versaram sobre figuras da cidade e também sobre monumentos históricos. A base das obras eram o tema regional e as entrevistas *in loco*, já que uma das propostas foi retratar memórias através da oralidade. Os estudantes tiveram auxílio também na edição final dos curtas. Assim, se pode iniciar uma troca de experiências entre pessoas de regiões tão distintas geograficamente do Brasil.

Nascido na região serrana do Estado de Santa Catarina, mais precisamente na cidade de Lages (município famoso pelo pinhão<sup>4</sup> e pelo frio intenso no inverno), Fernando Leão já havia realizado documentários relacionados à memória para a RBS TV Santa Catarina – afiliada da Rede Globo no Estado<sup>5</sup>.

Foi justamente quando estava retornando do Seridó para Lages que surgiu a ideia de proposta para uma nova empreitada conjunta. Foi notável a aproximação presente em algumas vivências da região do interior do Rio Grande do Norte com as da Serra Catarinense. Para uma

---

<sup>3</sup> Graduado em Jornalismo, especialista em Novas Mídias, Rádio e TV. Atualmente Técnico em Audiovisual do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – campus Vacaria.

<sup>4</sup> Semente da araucária, colhida no mês de abril e que pode ser feita na panela ou na chapa. Tem uma festa anual realizada em sua homenagem - a Festa Nacional do Pinhão.

<sup>5</sup> Dentre eles, “Coxilhas” (2008) e “Serra Catarinense” (2012), ambos disponíveis no youtube para visualização completa.



peessoa que se condiciona a contar histórias através de suportes audiovisuais, tornou-se uma ideia presente a ser concretizada através de um projeto conjunto. Em mais uma conversa, foram ressaltados os pensamentos e as maneiras com que eles poderiam tomar forma em um filme do gênero documentário. O projeto nasceu então a partir dessa premissa: a aproximação entre as vivências de personagens do Seridó e da Serra Catarinense.

Como a intenção era aproveitar o verão no Rio Grande do Norte e o inverno em Santa Catarina, o tempo entre pensar o projeto no todo e começar a pré-produção foi breve. Em menos de três meses (de novembro a janeiro) foi trabalhado o pré-roteiro, na verdade um guia em tópicos daquilo que havia sido discutido. Como a previsão inicial era rodar em fevereiro e parte de março de 2012, foi pensada uma equipe pequena (no máximo 5 pessoas), além do uso de equipamentos próprios para captação de imagem e som.

O que mais importava para os proponentes era poder registrar as vivências dessas pessoas que não têm voz em TV aberta, quando muito meros coadjuvantes em reportagens justificadas através de sonoras<sup>6</sup>. Uma das referências para a produção foi o cineasta Eduardo Coutinho<sup>7</sup> e sua visão sobre o filme documentário.

(...) os filmes que eu faço estão preocupados com a história cotidiana, a história com h pequeno, a história do povo miúdo. Não estou preocupado em fazer filme sobre a Revolução de 64, a História do Brasil, a história dos presidentes (...). Não estou interessado em filme histórico desse tipo. O que me interessa é a vida cotidiana das pessoas, as pessoas anônimas.<sup>8</sup>

Interessante perceber também como um projeto de documentário pode mudar ao longo de sua caminhada. A obra, batizada antes mesmo de sua produção, foi chamada de “Da Serra ao Seridó - Vivências em um Brasil de Contrastes”.

Para que se pudesse produzir com uma equipe pequena, foram convidados dois alunos que haviam passado pela oficina ministrada em outubro de 2011. Os dois, estudantes da UFRN: Raiana Neysa de Medeiros Macedo e Ronillo Azevedo. A primeira ficou com a tarefa de produtora

---

<sup>6</sup> Como é chamado o depoimento de um entrevistado em uma reportagem padrão de TV.

<sup>7</sup> Conhecido principalmente pelo documentário “Cabra Marcado para Morrer”, Coutinho realizou vários filmes, dentre eles: “Santo Forte”, “O Fim e o Princípio” e “Edifício Master”. Seus filmes se tornaram referências para documentaristas do mundo todo. Faleceu em 2014.

<sup>8</sup> Em:< <https://www.youtube.com/watch?v=VtTVSYwHiBU>.> Acesso em: 11 de julho de 2016.



e assistente de direção e o segundo com o som direto e assistência de produção. A equipe de campo ficou assim formada com os 4 integrantes (de início havia se pensado em cinco): Fernando Leão – direção e fotografia, Lourival Andrade Jr. – entrevistas e roteiro, Raiana Neysa e Ronillo Azevedo. Contornou-se assim a questão de o filme ser uma produção de baixo orçamento (cabe salientar aqui que aconteceria ainda a segunda etapa de filmagens na Serra Catarinense em conjunto com a produtora local Ladjane Cristina Dal Vesco – mais precisamente no inverno daquela região, em julho de 2012).

Antes da filmagem propriamente dita, aconteceu uma reunião entre a pequena equipe para relacionar pontos que haviam sido elencados no pré-roteiro, através de tópicos. Como Raiana e Ronillo eram nativos do Seridó, ela moradora de Cruzeta na época e ele de Currais Novos, puderam ajudar na concepção das propostas finais, indicando inclusive possíveis entrevistados para a obra.

O método de abordagem e comportamento da equipe foi previamente acordado, uma vez que os dois alunos eram iniciantes no processo e era importante que as fontes procuradas não perdessem o “frescor” da novidade. A produção foi de casa em casa, de cidade em cidade à procura dos personagens - pessoas que tivessem uma vivência diretamente ligada ao seu “chão” e saíssem dali apenas a passeio, nunca para morar em outra região. É claro que para um filme assim isso se tornou uma grande aposta, ao que chamamos de documentário de busca e observação.

O documentário, mais do que o filme de ficção, reproduz o campo simbólico. Não é um fiel reproduzidor da realidade, mas tem uma ligação estreita com as características presentes no seu estrato de realidade. No entanto, ao reelaborar as formas de produção simbólica, pode-se transfigurar, perdendo a característica de busca de transcrição da realidade e tornando-se uma espécie de observação. (LUCENA, 2012, p. 109).

Figura 1 – Dona Maria, de Acari, sendo entrevistada pela equipe.



Fonte: Raiana Neysa.

## PERSONAGENS

Uma das grandes motivações de se produzir um documentário neste formato é a possibilidade de manter uma memória sempre viva. Personagens que normalmente não estão nos compêndios da História, mas que são determinantes nas práticas cotidianas de suas comunidades são focalizados de forma a dar visibilidade a seus gestos e falas, ou seja, dando espaço para que suas sensibilidades sejam percebidas pelo grande público.

Como mudar e conquistar uma história múltipla, na qual cada um tenha a palavra? Talvez esse desafio passe pelo simples entendimento de que toda pessoa tem uma história e de que esta história tem valor. Num mundo entrelaçado pela tecnologia, todos podemos gerar e acessar informações. Se pudéssemos fazer circular as nossas histórias, de forma não centralizada, talvez traríamos de volta a memória ao nosso cotidiano, recuperando o papel dos *griots* – os antigos guardiões e contadores de história nos povos africanos. Já disseram que cada ser humano é uma biblioteca, fonte singular de conhecimento. Saber ouvir cada um, compondo as diferentes visões, revela-se assim um exercício básico de cidadania – parte essencial da aprendizagem e desenvolvimento humano. (THOMPSON, 2005, p. 9-10)

Estar com mais de cinquenta pessoas e seus mais variados espaços de atuação foi um dos desafios na construção desta narrativa. Em que medida corpos tão distantes geograficamente

poderiam, em alguma medida, se encontrarem? O cinema possui esta mágica: colocar no mesmo espaço e tempo pessoas que tão distantemente vivem suas vidas e que provavelmente nunca se encontrariam. A Serra Catarinense e seus serranos, que vivem tanto na cidade como nos campos da Coxilha Rica, emocionam com suas vivências.

Adentrar a casa do senhor Luiz Camargo, que infelizmente não se encontra mais entre nós, foi devastador. Um homem devoto incondicional de Nossa Senhora Aparecida e envolto em suas produções de rosários e terços, bem como de cuias para chimarrão, nos recebe e nos surpreende. O seu choro constante ao falar de sua Nossa Senhora e de seu lugar, a Coxilha Rica. O pedido, quase que implorando, olhando para nós e através de nós para a câmera ligada, para ser enterrado em sua terra e não no cemitério da cidade. Saímos tocados e embebedos de suas lágrimas sinceras. O documentário ainda não estava finalizado e fomos surpreendidos com a partida do “manhoso” Luiz Camargo! Suas memórias estão gravadas e seu pedido, imortalizado na imagem, cumpriu-se. Este homem simples do planalto catarinense está imortalizado e enterrado entre os seus. (ANDRADE Jr., 2015)

Da mesma forma que a chegada à Coxilha Rica, na Serra Catarinense, foi difícil, por conta da falta de estradas e no dia da gravação, além do frio intenso, no Seridó potiguar, a chegada em alguns dos narradores também foi complicada e inusitada. Dona Maria mora no alto de uma serra no município de Acari. Vive com o marido em uma casa simples, sem energia elétrica e sem água encanada, vive no “sossego”. A subida iniciou muito cedo, pela manhã, e depois de uma caminhada íngreme entre cardeiros, xique-xiques e coroas de frade, chegamos a sua residência. Ela não sabia sobre a ida da equipe. A porta fechada e um aviso sobre a porta escrito em um pedaço de papelão: “Sejam Bem-Vindos”. A simpatia de Dona Maria, desde o momento em que surgiu na porta/panela. Ao descrever o amor por aquele lugar, que ao longe se observava um belo Pau d’Arco florido, se misturava ao cheiro do café e da feijoada que estava sendo preparada no fogão a lenha em sua cozinha. Suas histórias na serra e na lida com a terra se misturavam com sua habilidade em curar por meio de rezas. Dona Maria é uma conhecida rezadeira, benzedeira, mulher de fé.

Ainda utilizando o espaço do sertão e seus narradores, é importante destacar o quanto a imagem imortalizada pelo documentário, servirá de arcabouço para entendermos as sensibilidades que se embrenham nas vivências sertanejas. Seu Henrique surpreende com seu conceito de “cavaleriano” se contrapondo ao de “tropeiro”, que faz refletir sobre determinados

pressupostos que parecem já consolidados e que de repente são colocados em xeque por aqueles que vivenciaram a prática da lida sertaneja. Luzia que canta sem enxergar, ou melhor, que enxerga o mundo por meio de muitos outros sentidos. O seu “sentir o cheiro da chuva” e seu canto afinado e calcado no preciosismo se funde com a chuva que realmente caía, inusitadamente, no sertão semiárido. Sentir este sertão, também está na alma de Davina que pintando as cercas de pedra, a jurema e toda a flora da caatinga faz penetrar nas entranhas deste espaço da seca, mas também na alegria das festas de padroeiros e das fogueiras juninas. Viver no meio do gado, da “criação” e longe da cidade urbanizada é também o desejo de Seu Deca Marinheiro. Seus olhos brilhantemente azuis inundam a câmera. O seu aboio preenche o espaço da cena e se dilui com o som do chocalho do gado que se aproxima. Dona Dadi Calungueira é a personagem do imponderável. Seus bonecos (calungas) levam para o lúdico e ao mesmo tempo para a realidade de muitos artistas que, mesmo mostrando um valor imensurável de sua arte, vivem com dificuldade e se equilibram entre a vontade de fazer e as limitações financeiras. Ela, em um momento, sai, deixa a cadeira vazia e retorna trazendo um pequeno menino Jesus, segundo ela, centenário, para mostrar sua fé. Tem medo do espiritismo, mas vê espíritos. Seus bonecos, que em outras regiões são conhecidos como mamulengos ou bonecos de luva, para Dona Dadi são calungas. Ganham vida em suas mãos. Duas artes por alguns minutos se encontram e se fundem: o cinema e o teatro de formas animadas. Um casamento que junta a permanência da arte cinematográfica e a efemeridade do teatro.

Casamento. Dona Iraci e Seu Plácido. Unidos por décadas, ele quase surdo e ela em sua performance transformam a equipe em meros espectadores de seus falares. Um amor do jeito deles. Uma união de gestos e vozes estridentes, regados pelas fumaça do cachimbo de Dona Iraci. A câmera a serviço do tudo neles. Um sorriso que toma o espaço da Comunidade Jucuri, conhecida como dos Tripeiros em Florânia/RN. Uma rede, uma cadeira, uma varanda. Um cenário pronto e uma história de encontro entre este casal sertanejo e o cinema.

## **O CURTA SE TRANSFORMA EM UM LONGA**

Para um projeto que iniciou como curta-metragem, Da Serra ao Seridó acabou alterado em sua duração por conta do número de entrevistados que foi encontrando pelo caminho. As idas de casa em casa resultaram em muitas indicações. Cada personagem tinha suas memórias a serem

contadas e orientava a equipe na percepção de encontro com outros possíveis entrevistados que teriam histórias interessantes a rememorar. Resultado: entre Serra e Seridó a produção entrevistou 54 (cinquenta e quatro) pessoas. Numa base de 20 (vinte) a 30 (trinta) minutos cada conversa filmada, chegou-se em um material bruto de cerca de 27 (vinte e sete) horas só de entrevistas, excetuando-se aí as cenas de apoio, como as paisagens e os personagens em seus ambientes de vivência.

Resulta daí que certos documentários se definem em suas pós-produções, mais precisamente na decupagem<sup>9</sup> das entrevistas e na montagem.

O documentário é também resultado de um processo criativo do cineasta, marcado por várias etapas de seleção, comandadas por escolhas objetivas desse realizador. Essas escolhas orientam uma série de recortes, entre a concepção e a edição final do filme, que marcam a apropriação do real por uma consciência subjetiva. (PUCCINI, 2009, p. 15).

Não que isso seja regra ou fosse pensado com antecedência pela produção de Da Serra ao Seridó. O que aconteceu é que, ao chegar à ilha de edição e rever o material, o diretor resolveu assistir a todas as conversas e ao separar o que achava mais interessante para a obra, se deu conta de que estava já com mais de 3 (três) horas só de entrevistas-memórias dentro da linha do tempo do projeto de edição<sup>10</sup>. Momento que normalmente se torna angustiante, principalmente para um produtor independente: ter que escolher entre quem entra e quem fica de fora da montagem final do filme. As decisões foram tomadas em conjunto com a produtora Raiana Neysa, que acabou se tornando assistente de montagem, ao evidenciar com um segundo olhar a importância de certos depoimentos e as vivências buscadas através da memória oral.

Outra decisão importante e arriscada foi tomada: resolveu se utilizar o mínimo de imagens de apoio e focar diretamente nas memórias, histórias de vida daquelas pessoas. O diretor é um grande fã de Eduardo Coutinho e não teve muitas dúvidas ao “banciar” a resolução que tornaria as imagens de apoio (nas várias cidades foram rodadas cenas nas praças, igrejas, instituições diversas e também ambientes naturais) entradas em cada bloco de entrevista. Bloco porque o filme se tornou um encontro com personagens, mostrando antes deles um ou dois

---

<sup>9</sup> Neste caso, a seleção das falas dos entrevistados que entraria na montagem final da obra.

<sup>10</sup> O software (programa) utilizado para a montagem foi o Adobe Premiere CS6.

planos do lugar onde vivem e o ambiente que os cercam. Assim, dos 54 (cinquenta e quatro) entrevistados, a montagem apresentou 14 (quatorze) pessoas: 40 (quarenta) ficaram de fora. Um mal necessário, uma vez que a duração ainda não estava agradando a equipe.

Para a equipe que passou pelo forte calor do sertão e pelo clima gelado do inverno sulino, a finalização de um trabalho desses reforça cada vez mais o sentimento de que o plano rodado num depoimento, a cena de apoio recortada e inserida, aqueles momentos vividos junto aos entrevistados são parte integrante desta arte tão cativante para nós – o Cinema. E que, independente do valor dispensado, ele reacenda o fazer autoral na essência acreditada por nós: a de que um filme é vida pulsante, registro eterno das memórias de como éramos, somos e ainda podemos ser.

#### **REFERÊNCIAS**

ANDRADE Jr., Lourival. **Entrevista para o diretor Fernando Leão**. Caicó, RN: 2015.

BEZERRA, Cláudio. **A personagem no documentário de Eduardo Coutinho**. Campinas, SP: Papyrus, 2014.

LUCENA, Luiz Carlos. **Como fazer documentários: conceito, linguagem e prática de produção**. São Paulo: Summus, 2012.

PUCCINI, Sérgio. **Roteiro de documentário: Da pré-produção à pós-produção**. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

THOMPSON, Paul. **História Oral: patrimônio do passado e espírito do futuro** *in* História Falada: Memória, rede e mudança social. São Paulo, SP: SESC, 2005.

## **IDEOLOGIA E VIOLÊNCIA DE ESTADO NA FÁBULA 'A REVOLUÇÃO DOS BICHOS' DE GEORGE ORWELL**

Marco Aurélio Dantas Nepomuceno<sup>11</sup>

### **GEORGE ORWELL – UM SOCIALISTA LÚCIDO**

George Orwell nasceu em 1903, na Índia e estudou em colégios tradicionais na Inglaterra. Jornalista, crítico e romancista, é um dos mais influentes escritores do século XX. Dentre suas publicações estão *A Revolução dos Bichos*, *Na pior em Paris e Londres*, *A Flor da Inglaterra*, 1984, *como Morreram os Pobres* e *outros ensaios*. Morreu de tuberculose em 1950.

A narrativa de Orwell nasce através de suas experiências traumáticas em meios a Guerra civil e os desdobramentos da Revolução Russa. Em 1936 lutou na Espanha contra o fascismo do General Franco que almejava criar um regime totalitário apoiado pelas forças reacionárias de Hitler e Mussolini. Para entendermos melhor a escrita desencantada e niilista do autor inglês faz-se necessário um mergulho no contexto histórico, no sentido de situar o espaço na qual nasce a escrita de Orwell.

Em 1936 com a eclosão da guerra Civil espanhola já temos o prenúncio do que iria ser mais tarde o maior conflito que a humanidade presenciou: a segunda Guerra mundial. Temos então a ascensão da Alemanha nazista, da Itália fascista e do Imperialismo Japonês fazendo do mundo um barril de pólvoras. A humanidade assiste assim as luzes do progresso iluminista galgadas na modernidade se apagarem de um dia para o outro. Estamos falando da Era das catástrofes como atestou o historiador inglês Eric Hobsbawm. Reforçando ainda o sentimento de terror e angústia dessa época assistem-se os mais terríveis mecanismos de poder e extermínio criados pelo homem moderno: os campos de concentração. Nesse sentido, a literatura que emerge nesse momento de conflito, delírio, absurdo e incertezas é denominada de Literatura do Trauma ou Testemunho estético, pois o artista produz seu texto em situações limite. Em outras palavras seu texto ganha contornos jurídicos na medida em que sente a necessidade de expor uma verdade pra fora, como extirpar a dor, metaforicamente falando. George Orwell, portanto assistiu assim como seus

---

<sup>11</sup> Professor da UECE - Universidade Estadual do Ceará. E-mail: [dantasaurelio@hotmail.com](mailto:dantasaurelio@hotmail.com).



contemporâneos europeus todo esse clima de desencanto e desespero no qual a violência não era apenas perpetrada pelo fascismo ou nazismo, mas acima de tudo pelo totalitarismo de esquerda representado na poderosa União Soviética que figurava como a grande força "redentora das desigualdades sócias",figurando como o Estado proletário que daria certo e que serviria de modelo a outros Estados no sentido de vencer os fascismos e as injustiças. Entretanto o que se viu após a Revolução de 1917 foi um Estado totalitário e violento que sob a alcunha do discurso coletivista cometeu os mais variados abusos e atrocidades principalmente aos dissidentes do regime, seja no âmbito político, ideológico e até mesmo cultural.

Na época de Guerra fria o mundo exalava uma mentalidade maniqueísta onde se exigia um posicionamento do intelectual, seja este de direita e esquerda. O simples fato de neutralidade dava a entender que o artista figurava na primeira esfera, sendo rechaçado por seus pares. Em compensação a ala esquerdista estava composta por escritores que defendiam o Estado Stalinista e em suas obras disseminavam louvores a tal sistema. O clima de ódio era frequente. Escritores como Maiakovski e Albert Camus foram rechaçados por seus escritos denunciarem os horrores e os abusos de poder do regime comunista na URSS.

George Orwell também figurava entre os escritores que se desencantaram com o regime comunista do leste, não perdendo, contudo seu entusiasmo pelo socialismo democrático de linha mais moderada. A influência de Orwell na cultura contemporânea, tanto popular quanto política, perdura até os dias de hoje. Vários neologismos criados por ele, assim como o termo **orwelliano**-palavra usada para definir qualquer prática social ou autoritária- já fazem parte do vernáculo popular.

## **LITERATURA E TRAUMA**

Literatura do trauma ou literatura do testemunho trata-se da análise de gêneros literários específicos das Épocas das Catástrofes.<sup>12</sup>Nesse sentido podemos aqui elencar várias obras que nasceram durante os períodos mais catastróficos da humanidade cuja tensão estava implícita em suas narrativas: *O Estrangeiro* de Albert Camus, *Entre Quatro Paredes* de Sartre, *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley, *1984* e *A Revolução dos Bichos* de George Orwell.

---

<sup>12</sup> Ver o Capítulo *A Era das Catástrofes*, in: *A Era Dos Extremos*. Hobsbawn.



O século XX traz consigo as incertezas políticas e ideológicas na qual os mais extremados fascismos tanto de direita como de esquerda davam as rédeas no sentido de guiar a sociedade para um futuro ainda incerto. É a época das incertezas, do niilismo, da descrença tanto espiritual como ideológica. Assiste-se assim as contradições da modernidade na qual as luzes que foram galgadas durante o projeto iluminista do século XVIII se apagam, fazendo surgir o lado sombrio das guerras mundiais, dos carrascos e por conseguinte dos campos de concentração.

A arte, portanto que emerge nesse espaço de tensão e incertezas representará a morte e o lado desfigurado do mundo. Não mais um mundo racional, perfeito como a imagem da Belle Époque, mas narrativas de trevas, conflitos e incertezas. No campo da literatura a narrativa dá-se com as problemáticas existenciais dos personagens. É o caso de Merseault no *Estrangeiro* de Camus que não se enquadra nem aceita o mundo a sua volta e acaba tendo uma morte trágica e absurda. Huxley em *Admirável Mundo Novo* nos coloca a frente de uma visão pessimista do mundo moderno na qual os personagens são máquinas manipuláveis de um regime totalitário. Orwell na *Revolução dos Bichos* nos mostra através de animais rebeldes como os regimes socialistas também assumem a marca do terror no sentido de manter a ordem estabelecida. Essa literatura que se encontra situada em tal época, assume assim, uma característica ética, no sentido de levar o “real” a falar e testemunhar, pois o sujeito que escreve nesse momento de dor figura como um sobrevivente de uma situação limite:

Literatura de testemunho é um conceito que, nos últimos anos, tem feito com que muitos teóricos revejam a relação entre literatura e “realidade”. O conceito de testemunho desloca o “real” para uma esfera da sombra: testemunha-se, via de regra, algo excepcional e que exige um relato. Esse relato não é só jornalístico, reportagem, mas é marcado também pelo elemento singular do “real” (SILVA, 2013, p.47).

A experiência traumática é para Freud, aquela que não pode ser assimilada enquanto ocorre. Os exemplos de eventos traumáticos são batalhas e acidentes: o testemunho seria a narração não tanto desses fatos violentos, mas da resistência à compreensão dos mesmos<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> É o caso do romance *A Peste* de Albert Camus escrito de forma alegórica. O tema se passa na cidade litorânea de Argel onde uma peste de ratos coloca a cidade de quarentena exterminando a maioria dos moradores. A obra na verdade faz uma referência a ocupação nazista à França a partir de 1940.

Assim sendo, essa literatura que nasce a partir dessas experiências traumáticas de conflito assume um estatuto, sobretudo ético na medida em que seu autor sente a necessidade de escrever para ‘aliviar sua dor’. É como se no texto estivesse contida uma defesa quase jurídica no qual a denúncia do fato assumisse uma importância para a escrita. Na medida em que tratamos da literatura de testemunho escrita a partir de Auschwitz, a questão do trauma assume uma dimensão e uma intensidade inauditas. Ao pensar nessa literatura, redimensionamos a relação entre linguagem e o real: não podemos mais aceitar o “vale tudo” dito pós-moderno que acreditou ter resolvido essa complexa questão ao afirmar simplesmente que “tudo é literatura/ficção”.

Dessa forma, faz sentido enquadrar a *Revolução dos Bichos* nessa espécie de gênero literário, pois seu autor, assim como os demais artistas que presenciaram situações extremas, viveu os infortúnios da Segunda Guerra e, sobretudo das contradições do regime soviético que sob o lema do discurso igualitário perpetrou os mais terríveis abusos, expurgos e carnificinas se igualando aos regimes fascistas de extrema direita. Orwell lutou ao lado dos militantes soviéticos contra os fascistas de Franco na Espanha em 1936, levando inclusive um tiro na garganta que ultrapassou as costas o que acarretou quase a perda total de sua voz. Do leste o escritor ouvia rumores dos crimes de Stalin através dos expurgos de Moscou<sup>14</sup> e da construção das temíveis Gulags<sup>15</sup> onde os dissidentes do regime comunista eram enviados para trabalhos forçados, cujo intuito era a *Degradação de sua condição humana*<sup>16</sup> até a morte. Portanto, é através dessa situação-limite que nasce a obra de George Orwell, num clima de terror e incredulidade na qual a obra do escritor, situada em tal época de conflito só poderia revelar o “testemunho da dor”.

## **IDEOLOGIA E TERROR NA GRANJA SOLAR**

A *Revolução dos Bichos* foi escrita em 1943. Nessa época George Orwell já se apresentava descontente com os rumos que a União Soviética apresentava. Os crimes da Stalin já eram percebidos em boa parte da Europa, principalmente os expurgos de Moscou que se tratava de

---

<sup>14</sup> Referência aos julgamentos públicos dos dissidentes políticos do regime soviético. Muitos foram exterminados a mando de Stalin, como o caso de Trotsky assassinado no México.

<sup>15</sup> Campos de Concentração para trabalhos forçados geralmente construídos em locais longínquos e frios na Sibéria por exemplo. Lá eram enviados não apenas presos de ordem política, mas artistas e intelectuais que não seguiam o modelo estético autorizado pelos censores do Estado comunista, no caso o realismo social.

<sup>16</sup> Para uma maior informação acerca do referido conceito Ver: *Origens do Totalitarismo* de Hannan Arendt.

processos públicos impetrados aos dissidentes do regime comunista soviético. Além da denúncia contra o terrorismo de Estado comunista, um fato peculiar chamou a atenção de Orwell antes de escrever a referida obra. Numa visita a uma cidade interiorana da Inglaterra o autor se depara com uma cena impactante de violência contra um animal:

Os detalhes concretos da história só me ocorreriam depois, na época em que morava numa cidadezinha, no dia em que vi um menino de uns dez anos guiando por um caminho estreito um imenso cavalo de tiro que cobria de chicotadas cada vez que o animal tentava se desviar. Percebi então que, se aqueles animais adquirissem consciência de sua força, não teríamos o menor poder sobre eles, e que os animais são explorados pelos homens de modo muito semelhante á maneira como o proletariado é explorado pelos ricos. (ORWELL, 2007, p.145)

Portanto, além dos ecos que denunciavam o totalitarismo soviético pela Europa, esse foi um dos pequenos detalhes que impulsionou a escrita de denúncia de Orwell.

A obra é uma fábula num tom cômico e jocoso, na qual os animais após muitos anos de exploração e sofrimento por parte dos donos da fazenda Solar resolvem numa atitude de revolta expulsar os homens e realizam uma revolução na localidade, fazendo dela uma sociedade igualitária na qual a irmandade era o lema entre eles. Os condutores da Revolução são dois porcos, Napoleão, o mais radical, tecnocrata e autoritário e Bola de Nova, este mais moderado e com características humanistas no que se refere ao tratamento com os outros bichos que os ajudaram na insurreição á fazenda e por conseguinte na tomada de poder. A Revolução então é consolidada e o modelo político denominado de “animalismo” é posto como o elemento principal que norteará a ordem da fazenda, numa alusão ao sistema socialista.

A Granja sob o comando dos porcos passa por um processo de mudanças políticas e na mentalidade, pois a coletivização dos recursos naturais e materiais é seguida por uma forte ideologia de Estado, no qual os animais deveriam seguir. Nesse sentido, é estabelecido sete mandamentos a serem obedecidos na granja, como passagens quase que religiosas:

- 1- Qualquer coisa que ande sob duas pernas é inimigo
- 2- O que andar sob quatro pernas, ou tiver asas, é amigo.
- 3- Nenhum animal usará roupa.
- 4- Nenhum animal dormirá em cama.

- 5- Nenhum animal beberá álcool.
- 6- Nenhum animal matará outro animal.
- 7- Todos os animais são iguais. (ORWELL, 2007, p.25)

Assim sendo, essas normas construídas pela mentalidade dos porcos guiarão a massa de animais, impondo um modelo estatal a ser seguido por todos, onde qualquer dissidência a tais lemas será passível das mais terríveis punições. Esses lemas, portanto, não funcionavam para a classe privilegiada, no caso os porcos, que sob o pretexto de *Líderes da Revolução* conseguiam burlar essas regras, ou até mesmo apaga-las para benefício próprio. Na medida em que os mandamentos não eram cumpridos efetivamente, outros animais começam a se posicionarem contra a Revolução, como o próprio Bola de Neve um dos guias da Insurreição. Essas atitudes de resistência, na visão de Napoleão deveriam ser sufocadas, no sentido de manter a ordem e a marcha da Revolução, ou seja, algo típico dos regimes totalitários, que através de expurgos e do terror tentam manter sua existência. A granja Solar assim assume estatuto de um Estado burocrático, racional e, sobretudo policialesco:

Napoleão decretou uma ampla investigação sobre as atividades de Bola de Neve. Com seus cachorros em atitude de alerta, saiu e fez uma cuidadosa inspeção nos galpões da fazenda, com os outros animais a segui-lo a uma distância respeitosa. A pequenos intervalos, Napoleão parava e farejava o chão em busca de Bola de Neve, cuja presença, segundo disse, podia perceber pelo faro. Cheirou cada canto, no celeiro, no estabulo, nos galinheiros, na horta, encontrando vestígios de Bola de Neve em toda parte. (ORWELL, 2007, p.25)

Temos assim, a representação histórica do que ficou conhecido como os temíveis processos de Moscou, onde os divergentes do Estado soviético foram punidos com a morte ou enviados para os Gulags na região fria da Sibéria.

Os julgamentos – espetáculo “colocariam um fim de uma vez por todas nas infrações subversivas contra as funções do Estado soviético”, disse Stalin. Kamenev, Zinoviev e outros 14 réus apareceriam nos primeiros desses julgamentos. O grupo já havia sido acusado pelo assassinato de Kirov. Eles então foram acusados de associação com Trotsky a fim de formar uma organização terrorista que deporiam Stalin do poder para afinal executá-lo. As técnicas dos interrogatórios incluía o “espancamento, tortura, fazer os prisioneiros ficarem em pé ou sem

dormir por dias a fio e ameaçar de prender ou executar os familiares dos prisioneiros” (CAWTHORNE, 2012, p.153).

Assim como os prisioneiros políticos que tiveram seus destinos selados pelo poder de Stalalin, o personagem Bola de Neve também sofreu o peso do terror por ordem de Napoleão. Bola de Neve, um dos idealizadores e condutores da Revolução que expulsou os fazendeiros e a tirania que perdurou anos, agora era um foragido, uma lenda no imaginário dos animais. Despereceu inexplicavelmente acredita-se que tenha sido executado a mando de Napoleão, tal como no caso de Trotsky, morto no México, a mando de Stalin. O Estado totalitário para perpetuar sua existência buscava sempre dois mecanismos de poder: a Ideologia e o terror. A ideologia, seja de direita ou de esquerda atua no sentido de entorpecimento das massas, pela propaganda efetuada pelos meios de comunicação ou através dos discursos inflamados de seus líderes exaltados<sup>17</sup>. O terror tem por função aniquilar as vozes dissidentes, expurga-las, enxotá-las do convívio social. Nisso, são criados os mais temíveis mecanismos de violência como as torturas, fuzilamentos ou espaços da morte como os campos de concentração ou câmeras de gás. Hannan Arendt em seu clássico *Origens do Totalitarismo*, nos dá uma ideia clara do conceito do Terror:

A diferença fundamental entre as ditaduras modernas e as tiranias do passado está no uso do terror não como meio de extermínio e amedrontamento dos oponentes, como instrumento corriqueiro para governar as massas perfeitamente obedientes. O terror, como conhecemos hoje, ataca sem provocação preliminar, e suas vítimas são inocentes até mesmo do ponto de vista do perseguidor. Esse foi o caso da Alemanha nazista, quando a campanha do terror foi dirigida contra os judeus, isto é., contra pessoas cujas características comuns eram aleatórias e independentes da conduta individual específica.(ARENDRT, 2007, p. 26).

O estabelecimento de um regime totalitário requer a representação do terror como instrumento necessário para a realização de uma ideologia específica, e essa ideologia deve obter a adesão de muitos, até mesmo da maioria, antes que o terror possa ser estabelecido.

A granja Solar agira sob a liderança dos porcos que imputavam o terror era um território onde as vozes discordantes eram eliminadas e massacradas para o bom funcionamento das engrenagens do sistema animalista. A adesão e o culto dos demais animais à figura paternalista

---

<sup>17</sup> Hitler, Stalin e Mussolini discursavam durante quatro ou cinco horas para suas massas exaltadas.

de Napoleão eram visíveis. Agora depois dos expurgos e das cenas de violência todos os animais conclamavam num voz dissonante e exaustiva discursos como: “Napoleão tem sempre razão”, “Humano bom é Humano morto”, “duas pernas mal, quatro patas bom”.

Nesse sentido, o policialismo da revolução era, além da doutrinação ideológica, um instrumento de poder que garantia através da força e intimidação a consolidação dos porcos na condução da nova fazenda. A granja dos bichos agora era um espaço do medo e da vigilância:

Havia chegado uma época em que ninguém ousava dizer o que pensava, em que cachorros rosnadores e malignos perambulavam por toda parte e todos eram obrigados a ver camaradas feitos em pedaços após confessar os crimes mais chocantes. Não tinham em mente ideias de rebelião ou desobediência. (ORWELL, p. 72).

O tempo na Granja solar passa e com ela as contradições da Revolução e os privilégios da alta cúpula são visíveis. Os porcos assim passam a obter os benéficos que os outros animais desconheciam como dormir em camas, comprar equipamentos de som como rádio, comer sobre a mesa à semelhança dos humanos, e adarem de chicote na mão, expressando a simbologia do terror do mandonismo, no sentido de intimidar o animal “transgressor”, etc. Os prazeres mais comuns dos humanos são adquiridos, como o hábito de fumar charutos ou beber uísque, onde cada noitada era resultado de confusões e badernas entre os próprios porcos. A revolução assim ganhava contornos de violência e acima de tudo de banalidade, na medida em que o terror e os privilégios dos idealizadores do animalismo eram escancarados aos olhos dos demais animais que se questionavam acerca dos meandros tomados da Revolução. Quitéria então pergunta a Benjamin acerca dos mandamentos que foram corrompidos:

‘Os sete mandamentos são os mesmos de sempre Benjamin?’

Pela primeira vez Benjamin consentiu em quebrar sua norma, e leu para ela o que estava escrito na parede. Nada havia, agora, senão um único mandamento que dizia:

TODOS OS BICHOS SÃO IGUAIS, MAS...

ALGUNS BICHOS SÃO MAIS IGUAIS QUE OS OUTROS. (ORWELL, 2007, p.106).

A obra se encerra com uma reunião entre os porcos e os humanos, marcada pelos primeiros. À medida que o tempo passa a política do *Animalismo é contaminada* por um processo

de abertura liberal na qual os porcos buscarão estabelecer transações comerciais com os odiados “duas pernas”. Nessa noite é oferecido um banquete aos humanos no sentido de selar agora uma união na qual a paz seria consolidada. Nos primeiros ecos da madrugada os demais animais que estão no celeiro acordam com barulhos de algazarras e de copos quebrados, dando a entender que no local da festa se passava atos de briga e pancadas. Ao chegarem à janela para visualizarem o que estava acontecendo, os animais se chocam com a cena: já era impossível distinguir quem era homem, quem era porco. (ORWELL, 2007, p.112).

### **Conclusão**

Na *Revolução dos Bichos* o escritor Inglês George Orwell apresenta uma visão pessimista e aterradora dos mecanismos de poder da política estatal, seja ele atrelado aos ideais de direita ou esquerda. Na verdade o que se observa na pequena fábula são as falências e fraquezas humanas onde os condutores da Revolução são representados como feras num processo de animalização do humano.

Hoje, passadas seis décadas de profundas transformações da face do mundo, esta pequena obra-prima resiste intacta como trabalho de fantasia em torno dos mecanismos do poder, no qual os diversos animais que levam à corrosão dos ideais igualitários e sua transformação em tirania.

### **Referências**

ARENDDT, Hanann. **Origens do Totalitarismo**. Companhia das Letras. São Paulo, 2006.

NIGEL, Catwthorne. **Os Crimes de Stalin**. Madras. São Paulo, 2012.

ORWELL, George. **A Revolução dos Bichos**. Companhia das Letras. São Paulo, 2007.

SELIGMAN, Marcio. **História Memória Literatura: O Testemunho Na Era das Catástrofes**. Editora Unicamp. São Paulo, 2013.

## **A LITERATURA DE FOLHETIM COMO FONTE DE PESQUISA: UM DIÁLOGO METODOLÓGICO ENTRE CARLO GINZBURG E ROGER CHARTIER**

Danielle Christine Othon Lacerda<sup>18</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A proposta deste trabalho é analisar a literatura de folhetim oitocentista como fonte de pesquisa para a compreensão das práticas de leitura e dos mecanismos de apropriação dos leitores à luz do método do paradigma indiciário, proposto por Carlo Ginzburg e as abordagens metodológicas discutidas por Roger Chartier para a história da leitura.

O presente estudo é resultado de um levantamento preliminar sobre o percurso metodológico da pesquisa de mestrado em andamento do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro que objetiva compreender os mecanismos de apropriação dos romance-folhetim góticos franceses pelos leitores cariocas e lisboetas na segunda metade do século XIX, dentro de uma perspectiva comparativa.

A circulação de romances, notadamente de origem francesa, no período oitocentista, no Brasil e em Portugal, é motivo de estudo de diferentes áreas do conhecimento, como Letras, Sociologia e História, a partir de diferentes abordagens e novos olhares. Esta diversidade proporciona análises em diferentes dimensões como o estudo específico do texto literário em sua dimensão formal e sua recepção, a análise dos diferentes discursos produzidos, o estudo sobre a circulação de livros e impressos, assim como a análise do mercado editorial, que envolve livreiros, editores e tipografias e partes envolvidas no processo de produção, ou mesmo o estudo sobre a formação de leitores, os locais de acesso à leitura.

Entre as diferentes formas de apresentação dos textos literários do século XIX, como o romance, a crônica e a poesia, destaca-se o romance-folhetim, amplamente disseminado nas páginas dos jornais mais populares entre as sociedades oitocentistas.

---

<sup>18</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisa apoiada pela CAPES. E-mail: daniellelacerda@yahoo.com.br.



Para evidenciar esta análise, utilizamos como corpus documental o romance-folhetim *Noites de Cemitério*, do autor francês Leon Gozlan, publicado no *Jornal do Commercio* de 01 jan a 21 mar de 1850 (52 edições).

Também foram analisadas as seções Anúncios, Comunicações e Avisos de forma a identificar aspectos que podem ser considerados para compreender a apropriação desta leitura, assim como identificar a circulação do romance em livro.

O corpus analisado encontra-se depositado na Biblioteca Nacional, na seção de Manuscritos, Obras Raras e Obras Gerais e no Real Gabinete Português de Leitura no RJ.

## A LITERATURA DE FOLHETIM

O estabelecimento de uma cultura literária ao longo do século XIX no Brasil fortalece-se pela ligação entre a literatura e a imprensa neste período. A análise dos jornais da época demonstra que o interesse pela literatura se fortalecia e se disseminava entre a sociedade, tendo em vista a contínua publicação de anúncios vultuosos nas últimas páginas dos jornais sobre lançamentos e vendas de livros, notadamente, de romances traduzidos. E principalmente, pelo uso da seção Folhetim na primeira página do jornal destinado usualmente para publicação de romances seriados.

De origem francesa, a seção Folhetim ou originalmente *feuilleton*, surgiu na primeira metade do século XIX e era destinada a assuntos diversos, como afirma MEYER (1996, p. 30-31). Para aumentar as vendas do jornal, o francês Émile de Girardin, proprietário do jornal *La Presse* de Paris, teve a ideia de utilizar o espaço do Folhetim para publicar um novo modelo narrativo ficcional, o romance “fatiado”, em série, para ser publicado em edições diárias no jornal.

Os romances destinados a esse propósito não eram simplesmente ficções particionadas em capítulos publicados em sequência. Este tipo de romance, conhecido como romance-folhetim, adquiriu características estéticas próprias, tendo por base o gênero popular do romance. Uma destas características é o “corte” da narrativa com o intuito de sugerir uma continuidade, procedimento que estabeleceu a famosa fórmula do *La suite au prochain numéro*<sup>19</sup>, que seria replicado nos jornais brasileiros com o termo “*continua*” no fim do capítulo. Para atrair o leitor,

---

<sup>19</sup> “O capítulo seguinte no próximo número”, tradução nossa. *Le Petit roman-feuilleton: paraissant une fois par semaine*, 17 mar de 1878, 5<sup>me</sup>, N° 177, p. 18.

o “corte” era acompanhado de determinadas estratégias narrativas geradoras de suspense e de curiosidade para o leitor.

Exemplo deste tipo de estratégia pode ser observada no trecho a seguir do romance-folhetim *As Noites de Cemitério*, do autor francês Leon Gozlan, publicado pelo *Jornal do Commercio* em 1850. Ao fim do capítulo, observa-se o citado “corte” da narrativa que tinha o intuito de causar o suspense e a suscitar a curiosidade do leitor:

(...) – Estas três sepulturas entram em uma só historia. Esta que vêdes, continuou o cavaleiro *De Profundis* sacando da algibeira uma chave e empurrando a tampa do tumulo de mármore branco cuja extensa e amorosa inscrição acabavão de ler, esta não contém pessoa alguma.

- Pessoa alguma, dizeis, cavaleiro? Estaria vazia esta sepultura?

- Sempre esteve.

- E lady Glenmour, condessa de Wisby?

- Não está ahi.

- Como! Então nunca foi depositada neste sepulcro?

- Nelle passou uma noite.

- E estava viva?

- Viva!

- Fazeis-me tremer...

- Escutai.

FIM DO PRÓLOGO.

(*Continua*.)<sup>20</sup>

Outras características da estética do romance-folhetim que garantia a continuidade da narrativa, era possibilidade de estender o texto por meses, quando da aceitação do público, por meio do retorno ao passado narrados em episódios passados, o anúncio de algo que ainda irá acontecer, complicações na intriga, esclarecimentos inusitados e toda a possibilidade de estratégias que pudessem alongar a narrativa. Atitude comum entre os escritores, que geralmente eram remunerados por capítulo (NADAF, 2002, p. 20-21).

A produção do folhetim, por vezes, voltava-se aos anseios do leitor e aos interesses do editor. Não era incomum o autor compartilhar o desenrolar da narrativa com os leitores. Em certas ocasiões, os leitores chegavam a solicitar, mediante cartas direcionados ao autor para “ressuscitar personagens mortos, salvar inocentes e oprimidos, reabilitar bandidos e prostitutas”

---

<sup>20</sup> *Jornal do Commercio*, 03 jan de 1850, Ano XXV, N. 3, p. 1, seção Folhetim. Importante destacar que optamos por manter a grafia original em todos os trechos citados das fontes primárias.

(NADAF, 2002, p.27-28). Outro recurso bastante peculiar era a aproximação do autor junto ao leitor. Recurso bastante utilizado pelos folhetinistas era “conversar” com o leitor, com a finalidade de chamar a atenção do leitor para alguma explicação de situações apresentadas na narrativa, tecer divagações ou mesmo para preparar o leitor para o início da narrativa ou de alguma ação a ser realizada<sup>21</sup>.

A ideia implementada por Girardin em 1836 adquiriu tamanho sucesso que tal modelo rapidamente se espalhou para outros países. No Brasil, o romance-folhetim é inaugurado pelo *Jornal do Commercio* em 1838<sup>22</sup>. Tal novidade, proporcionou igual euforia no público leitor brasileiro, e por consequência, estabeleceu-se no país o mesmo modelo de “indústria do folhetim” (NADAF, 2002, p. 32).

O panorama cultural e social brasileiro do Rio de Janeiro, porta de entrada para as novidades, a modernidade e novas ideias, presenciava uma forte dominação dos modos de vida francês.<sup>23</sup> Hallewell (2012, p.156) destaca que desde a política, a educação e os costumes sociais foram influenciados pela modelo *à la française*. Tal preferência, favoreceu a vinda de livreiros e profissionais do mercado editorial franceses, que ao chegar ao Brasil, percebiam um mercado promissor no segmento de impressos.

Assim, como ressalta Ferreira (2011, p.42), “a presença de livreiros franceses se agregou a existência de profissionais portugueses e brasileiros, provocando transformações quanto à ampliação do público leitor em formação”. Tal fato, aliado a outras análises, como a observação do contínuo volume de anúncios de livreiros e editores publicados diariamente nos principais jornais cariocas, evidenciam que não há razão para tratar o público-leitor brasileiro no século XIX como um público incipiente. Tal argumento, por muito tempo utilizado pela historiografia,

---

<sup>21</sup> O escritor Machado de Assis fazia uso corrente deste recurso, ao estabelecer um diálogo com o leitor, em seus diversos contos e romances. Como exemplo, ver o conto *Questão de Vaidade*, disponível em <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/contos/macn013.pdf>.

<sup>22</sup> Segundo Meyer (1996, p. 32) o romance-folhetim na imprensa brasileira teve início com a publicação do romance *O Capitão Paulo*, de Alexandre Dumas, publicado no período de 31 de outubro a 27 de novembro de 1838 pelo *Jornal do Commercio*. Entretanto, segundo Nadaf (2002, p. 212) a novela foi publicada em uma seção vertical denominada “Variedade”. Apenas no ano seguinte, o jornal destina uma seção específica para este fim, a seção Folhetim.

<sup>23</sup> O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1996, p. 52) explica que a dominação não é simplesmente o poder de uma classe pela outra, mas um conjunto complexo de ações que atuam numa rede cruzada de limitações nos campos de poder. Assim, entendemos que a classe dominante no período, formada por intelectuais e pela elite ilustrada foi a principal disseminadora da cultura e dos ideais da burguesia francesa no Brasil ao longo do século XIX.

tinha por base apenas no levantamento de número de alfabetizados, nos censos oficiais realizados a partir de 1872.

A nova abordagem para a compreensão do universo de leitores, proposta pelo historiador francês Roger Chartier, presente ao longo de sua obra sobre o estudo da história dos leitores e da leitura, demonstra que a prática da leitura não se restringe ao grupo de alfabetizados. Quando Chartier (2004, p. 173) argumenta sobre as multiplicidades de uso do livro, entende-se que “as modalidades de ler são, elas próprias, múltiplas, diferentes segundo as épocas, os lugares, os ambientes”. Tal assertiva, amplia sobremaneira as possibilidades de análise e interpretação historiográfica, ao considerar que a leitura não precisa ser considerada uma prática individual, solitária e exclusiva de alfabetizados, ao contrário disto, a prática da leitura ocorre não apenas de forma individual, mas imbricam-se a fala e a escrita, considerando a leitura coletiva como parte das práticas de leitura e como consequência, o ouvinte é igualmente um leitor.

Neste sentido, cabe compreender que os campos da historiografia vêm se renovando por meio de novos olhares e ruptura de paradigmas, desde a “revolução” provocada pela “Escola dos *Annales*” no início do século XX pelos precursores Marc Bloch e Lucien Febvre ao propor diversificadas abordagens para o “fazer História” como a interdisciplinaridade, a problematização da História e a multiplicidade de interesses, além da política (BARROS, 2014, P.170-171). Nos anos de 1970, Jacques Le Goff e Pierre Nora organizaram uma coletânea de ensaios<sup>24</sup> elaborados por historiadores com o propósito de divulgar novos caminhos da pesquisa história, com a finalidade de propor novas possibilidades metodológicas, novas abordagens e novos objetos para a construção historiográfica. Nessa obra, literatura é tratada tanto no ensaio de Jean Starobinski (1976a, p. 134), que ressalta a necessidade de um olhar apurado para as múltiplas ligações da obra literária como fonte histórica, combinando-se com seus antecedentes, os recursos de linguagem, formas literárias recebidas, crenças, conhecimentos que ela critica. Já Roger Chartier é decisivo ao tratar sobre as mudanças de perspectivas da análise do livro como objeto de estudo na historiografia (1976b, p.109).

Na década de 80, resultado de uma nova percepção acerca do método historiográfico e de da discussão de novos problemas, surgem novas abordagens no segmento da História Cultural,

---

<sup>24</sup> LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *Faire de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1974. 3 vols.

desenvolvidos principalmente por historiadores como Michel Certeau, Edward Thompson, Lynn Hunt, Carlo Gizburg e Roger Chartier.

Para compreender os propósitos na nova História Cultural, Chartier (2002, p.16-17) afirma que:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social e construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.

#### **PERCURSO METODOLÓGICO PARA ANÁLISE DE TEXTOS LITERÁRIOS**

Dentro de seu projeto historiográfico, Roger Chartier, tornou-se um expoente no campo da cultura escrita, notadamente sobre como a literatura produzem significados para um grupo social em determinado tempo e lugar, em contraponto com as análises puramente textuais, num modelo reducionista de modelos linguísticos e à crítica literária.

Assim, os estudos de Chartier no campo da História Cultural propiciou o desenvolvimento de noções fundamentais em sua obra, *representações e apropriação*. Estas noções concebem o entendimento de que o homem atribui significados à sua própria realidade, às suas práticas e a si mesmo, originando a cultura, não sendo redutíveis às intenções dos produtores dos discursos e das regras, e no caso do ato de ler, esta “não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto, nem os comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulá-los (CHARTIER, 2002, p. 136).

Diante disto, Chartier (2014, p.46-47) destaca que a recente interdisciplinaridade entre a história, a crítica textual e sociologia cultural propõe:

Compreender como as apropriações particulares e inventivas dos leitores, ouvintes ou espectadores dependem de uma combinação dos efeitos de significados buscados pelos textos, usos, sentidos impostos pelas formas de sua publicação e competências e expectativas que governam a relação de cada comunidade interpretativa com a cultura escrita.

Com base neste propósito, o autor percorre diversos caminhos para alcançar esta compreensão. Chartier (2011, p.77-70) alerta para as dificuldades da história da leitura, tanto pelo fato da escassez de vestígios diretamente relacionados aos leitores como pela complexidade em interpretar os vestígios indiretos. Assim, de forma pragmática, tal empreendimento não é impossível quando o pesquisador se propõe a explorar as possibilidades que estão além da análise textual dos escritos e da busca por fontes produzidas pelos leitores. A princípio, é preciso compreender que o texto, por si só, não produz significados, sendo necessário compreender que as distintas formas de apreensão da leitura se faz por meio de diferentes suportes e formas distintas de leitura.

Neste sentido, a leitura torna-se uma “prática criadora, inventiva, produtora”, não se anulando no texto lido, como se o sentido, ou a voz do autor, estabelecesse o sentido a ser apreendido pelo leitor. O outro aspecto a ser considerado, e um dos pontos essenciais para compreender as abordagens às fontes por Chartier, é de que a ação de ler que fornecem distintas significações ao texto escrito:

Situam-se no encontro de maneiras de ler, coletivas e individuais, herdadas ou inovadoras, íntimas ou públicas e de protocolos de leitura depositados no objeto lido, não somente pelo autor que indica a justa compreensão do texto, mas também pelo impressor que compõe as formas tipográficas, seja com um objetivo explícito, seja inconscientemente, em conformidade com os hábitos de seu tempo<sup>25</sup>.

Para compreender como uma sociedade de determinado período apreendem o que leem, no caso, textos literários, cabe levar em conta a materialidade com a qual o texto escrito tornou-se concreto, seja por meio de impressos, transmissão oral ou mesmo, por meio de uma apresentação teatral. Uma vez que as intervenções feitas por revisores, editores nos textos, independente da ciência ou não do autor contribuem para as apropriações particulares e inventivas dos leitores, ouvintes ou espectadores (CHARTIER, 2014, p. 47).

Assim, quanto aos cuidados na análise de textos literários para a historiografia, convém compreender que a literatura se relaciona com o contexto social e histórico, assim como os gêneros literários “que determinam a formação do público leitor, com seus gostos e

---

<sup>25</sup> CHARTIER, 2011, p.77-70.

sensibilidades, e que por outro lado, eles também se alteram de acordo com a mudança do suporte material dos textos” (FERREIRA, 2009, p73).

## **A INVESTIGAÇÃO INDICIÁRIA OU SEMIÓTICA DE GINSBURG**

Tendo por base as novas abordagens de análise historiográfica discutidas pelos historiadores da terceira geração, o historiador italiano Carlo Ginsburg oferece uma nova forma de perceber aspectos que poderiam passar despercebidos numa análise corriqueira das fontes. Tal método, é uma importante ferramenta para os historiadores que lidam com os aspectos mais frágeis da história da leitura.

No seu conhecido ensaio *Raízes de um Paradigma Indiciário*<sup>26</sup>, Ginzburg discute um paradigma já conhecido pelas ciências sociais, cujo método é analisar e compreender com base em pistas e sinais, diante de um processo dedutivo, Para o historiador italiano, com este método, é possível interpretar e analisar as fontes de difícil acesso ao conhecimento histórico.

O ensaio mencionado trata de traçar uma genealogia do paradigma indiciário, desenvolvido em meados do século XIX, mediante três personagens reais e fictícios, Sigmund Freud, Sherlock Holmes e Giovanni Morelli, ligados por um mesmo processo metodológico de investigação. Ginzburg (1989, p.150-151) destaca que é por meio das pistas, ou “sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli)”, é possível identificar e analisar minúcias e detalhes, de forma a permitir a construção de um diagnóstico, termo derivado da ciência médica, posto que os três casos citados por Ginzburg, estão relacionados com o “modelo de semiótica médica”. Freud, Morelli e o autor de Sherlock Holmes, Conan Doyle, eram médicos. Neste sentido, a análise médica utilizada para identificar doenças por meio de sintomas que poderiam confundir ou mesmo, serem irrelevantes ao leigo, possibilitam ao médico traçar um diagnóstico de doenças, por vezes de difícil identificação.

Desta forma, Ginzburg, ao traçar um paralelo entre os procedimentos operacionais dos sujeitos citados, estabelece uma relação com a semiótica, que se firmava no final do século XIX, nas ciências sociais. Ao discorrer sobre o paradigma indiciário, Ginzburg demonstra que o modelo é uma ferramenta possível para a análise histórica. O historiador não apenas analisou

---

<sup>26</sup> GINZBURG, 1989, p.143-179.



historicamente o modelo como o utilizou em suas próprias pesquisas<sup>27</sup>. O autor cita ainda várias situações onde o paradigma indiciário foi amplamente utilizado que permitiu “reconstruir trocas e transformações culturais” (GINZBURG, 1989, p.177-178) e que permitiram a compreensão de fenômenos gerais como a visão de mundo de uma sociedade.

Assim, compreende-se que “por trás desse paradigma indiciário ou divinatório, entrevê-se o gesto talvez mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escuta as pistas da presa”, ou seja, a análise de aspectos mais irrelevantes que antes passariam despercebidos complementam e por vezes, trazem novas significações para fatos históricos já analisados.

No caso do paradigma indiciário proposto por Ginsburg na compreensão da história da leitura pode-se traçar alguns percursos como Ir além do texto, do documento, necessário examinando os pormenores mais negligenciáveis, detalhes que não seriam observados, inclusive as ausências que foram excluídas por algum motivo e no caso da análise textual, o paradigma indiciário restitui suas qualidades individuais e os contextos em que foi produzido e suas condições de produção.

#### **APLICAÇÃO DOS CONCEITOS PROPOSTOS POR CHARTIER E GINSBURG NA ANÁLISE DE ROMANCES-FOLHETINS COMO FONTE HISTÓRICA**

Na pesquisa em curso, pretende-se verificar o papel decisivo do mercado editorial, assim como dos dispositivos originadores do *habitus*<sup>28</sup> da prática de leitura como aspectos principais dos mecanismos de apropriação dos folhetins góticos franceses pelos leitores no século XIX. Para este trabalho, o *corpus* é formado pelo romance-folhetim *Noites de Cemitério*, do autor francês Leon Gozlan, publicado no *Jornal do Commercio* no período de 01 janeiro a 21 março de 1850, contabilizando 52 edições do periódico. Também foram analisadas as seções Anúncios, Comunicações e Avisos de forma a identificar aspectos que podem ser considerados para compreender a apropriação desta leitura, assim como identificar a circulação do romance em livro.

---

<sup>27</sup> Para compreender a aplicação do método do paradigma indiciário por Ginsburg, ver as obras do autor, *Queijos e Vermes* e *Andarilhos do Bem*.

<sup>28</sup> Com base num dos principais conceitos desenvolvidos por Bourdieu, entende-se por *habitus* como o princípio gerador das práticas, sendo constituído por um sistema de imposições conscientes (BOURDIEU, 1996, p.13-23).



Embora o objetivo principal da pesquisa não seja desenvolver uma análise especificamente textual do romances-folhetim selecionado, deve-se considerar que a construção da narrativa foi realizada em lugar e tempo distintos à época da recepção da obra pelo público leitor brasileiro, posto vez que tal romance foi escrito pelo autor francês anos antes à publicação traduzida em língua portuguesa. Entretanto, cabe compreender os fatores catalizadores da construção da narrativa pelo autor, sem se ater à análise crítica do texto, de forma a contextualizar o modelo narrativo, de forma a diferenciar “as referências estéticas, os modelos de representação e as interdições sobre as quais a literatura é confeccionada”, como afirma Barthes (2004, p. 64), considerando que os textos adquirem múltiplas interpretações e que o leitor é o lugar onde se inscrevem as múltiplas escrituras do texto.

Léon Gozlan (1803-1866) foi um escritor francês bastante prolífico, escreveu diversos romances-folhetins e dramas e comédias para o teatro. Uma delas, *Tributos da mocidade*, foi traduzida por Machado de Assis. Percebe-se que o autor brasileiro apreciava as obras de Gozlan, fato retratado no importante artigo escrito em 1873 sobre o panorama da literatura brasileira, no trecho a seguir transcrito:

Os nomes que principalmente seduzem a nossa mocidade são os do período romântico; os escritores que se vão buscar para fazer comparações com os nossos, — porque há aqui muito amor a essas comparações — são ainda aqueles com que o nosso espírito se educou, os Vítor Hugos, os Gautiers, os Mussets, os Gozlan, os Nervals<sup>29</sup>.

Seus romances e peças teatrais tratavam de diversos temas como era comum entre os escritores franceses, principalmente, aqueles que escreviam romances-folhetins. Embora tenha sido amigo de Theophile Gauthier e Charles Nordier, grandes representantes da literatura gótica e fantástica do início do século XIX na França, Gozlan não pode ser considerado um escritor exclusivamente de temática gótica. Entretanto, seu romance-folhetim *Noites de Cemitério* adquire características da literatura gótica oitocentista, cuja narrativa inclui uma atmosfera sombria, castelo, melodrama, cenas no cemitério, uma morta-viva. Sem deixar de incluir, como era o usual do folhetim, o melodrama, o herói e os agentes do mal. O romance lançado em 1845 teve boa repercussão em Paris, como menciona o biógrafo de Gozlan, Eugène Mirecourt menciona

---

<sup>29</sup> Jornal *O Novo Mundo*, 24/03/1873

que o autor não negligenciou o livro pelo teatro, pelo contrário, a partir de 1843 lança diversas obras, inclusive “*Le Nuits du Père-Lachaise dont le succès fut immense*”<sup>30</sup>(MIRECOURT, 1858, p. 55).

Para compreender como uma narrativa de aspectos sombrios teve aceitação pelo público brasileiro, é importante observar como se procedeu a circulação da obra, assim como sua materialidade. Assim, optamos por analisar a obra traduzida, publicada no folhetim do *Jornal do Commercio*, com o título *As Noites de Cemitério* e publicada de janeiro a março em 1850. Interessante notar que a publicação em folhetim precedeu a publicação traduzida em livro, inclusive a edição portuguesa.

Sendo assim, é preciso ter em mente que o mesmo texto adquire diferentes significados mediante os diferentes dispositivos de leitura. Tem-se no quadro a seguir a relação das edições traduzidas para o português na década de 50, que circularam no Rio de Janeiro:

Quadro 1. Relação das traduções do romance *Les Nuits de Père La Chaise* na década de 1850.

Título	Ano	Local	Tradutor	Editora/ Tipografia
<i>Les Nuits de Père La Chaise</i>	1845	Paris	Edição original	A. Lemerle, Librairie-Editeur
As Noites do Cemitério	1850	Rio de Janeiro	s.n.	Jornal do Commercio
O Cemitério do Père-Lachaise	1851	Lisboa	J. G. de Sá Vianna	Typographia Rollandiana
Segredos de um Cemitério	1851	Porto	s.n.	Typographia da Revista

Fonte: próprio autor.

A análise material do texto, que inclui o tipo e a abrangência do suporte e a disposição do texto neste suporte, podem suscitar pistas da receptividade da obra. No caso da obra analisada, o romance é uma tradução para o português, disposta no formato de folhetim, publicada pelo periódico de maior circulação e importância na sociedade carioca oitocentista. Por três meses corridos, o *Jornal do Commercio* publicou em 52 edições o romance em sua totalidade, que consiste na disposição do folhetim no rodapé, frequentemente nas duas primeiras páginas do periódico, distribuído em sete colunas. Ao comparar com o original, identificamos que todos os capítulos foram publicados na sequência correta, suprimindo apenas o título do capítulo “*Tancredi*” (p.1-17) do terceiro volume da obra original, cujo texto foi incorporado ao capítulo

<sup>30</sup> “*Les Nuits du Père-lachaise cujo sucesso foi imenso*”. (tradução própria).

XXVIII, da edição 60 de 01 de março de 1850. A continuidade do texto, com apenas algumas interrupções devido ao aumento de notícias oficiais e políticas, aliado ao fato de que o folhetim discorreu até o seu término, demonstram o interesse do público pelo folhetim.

A circulação do romance em formato de livro pode ser verificada em diferentes anúncios da edição publicada pela Typographia da Revista no Porto. Em 08 de março de 1857, o *Jornal do Commercio* publicava o anúncio “Bonitos Romances, Rua da Quitanda n. 190. Sendo: Os Segredos de um cemitério, 2 vols., 1\$600”.

Um outro aspecto que pode ser observado nas edições dos jornais verificados e que podem ser considerados indícios e pistas para ajudar na compreensão sobre os motivos de que romances de temática sombria, como *Noites de Cemitério* tiveram boa aceitação, é observar quais ideias e assuntos estavam circulando no momento que pudessem estar relacionados ao tema. Num primeiro momento, percebe-se que as temáticas relacionadas ao inexplicável, sobrenatural ou questões além da razão, mas que tentavam explicar-se de forma científica, como o magnetismo animal, o sonambulismo e a homeopatia e os primórdios do Espiritismo, podem ter sido relevantes fatores que influenciaram o princípio gerador do *habitus* para leitura de romances de tendências sombrias. Diversos anúncios foram identificados no *Jornal do Commercio*, nos anos de 1850, sobre a aplicação e uso do magnetismo e da homeopatia<sup>31</sup>.

## CONCLUSÃO

A análise do romance-folhetim *Noites de Cemitério*, publicado no primeiro trimestre de 1850 pelo *Jornal do Commercio*, buscou atender os cuidados destacados por Chartier quanto à análise da materialidade do texto, as noções de apreensão e representação, aliado à investigação minuciosa dos indícios e sinais, como propõe Ginsburg. Desta forma, foi possível traçar um panorama da circulação deste romance e os meios de apreensão pelos leitores cariocas em meados do oitocentos.

A despeito das possibilidades interpretativas diante das questões mais difíceis de se responder relacionadas ao “como” e ao “porquê” dos leitores optarem por ler determinado tipo de texto, torna-se uma pesquisa estimulante e ou mesmo tempo instigante. No caso deste

---

<sup>31</sup> A título ilustrativo, ver as edições do *Jornal do Commercio*, n. 76 de 17/03/1850, p.4 e n. 229, de 22/08/1850, p.4.

trabalho, estabeleceu-se um percurso metodológico baseado na relação entre a materialidade do texto e a identificação e análise dos sinais que possam indicar pistas que ampliem e enriqueçam a pesquisa.

Lembramos que o folhetim é uma seção disponibilizada pelos jornais para publicação, primordialmente, de romances seriados<sup>32</sup>. Assim, um dos primeiros aspectos a serem observados é o posicionamento do jornal perante à sociedade, seus interesses comerciais, políticos e sociais. Segundo Tânia de Luca (2005, p. 40) “será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”, assim como o local do jornal que foi publicado, qual seção, se o assunto foi retomado ou esquecido, e ainda, identificar quem são os produtores do discurso, a quem se destina e em qual contexto se produzia. Além disso, a autora destaca ainda a necessária análise crítica da materialidade, tendo em vista a grande variedade na aparência dos periódicos. Observar os tipos de papel utilizados, impressão, considerar as condições técnicas da época, uma vez que “as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de sua circulação” (LUCA, 2005, p. 32).

Dito isto, o percurso metodológico na pesquisa com textos literários como suporte, é preciso fazer perguntas elementares sobre quem eram os escritores selecionados, com quem se relacionavam, seu papel no meio social e literário, qual realidade social e histórica em que vivia, quais representações de mundo em sua obra e como esta circulava na sociedade, além de conhecer a recepção crítica e desenvolver estratégias para a análise textual, sem que esta, torne-se uma análise de crítica literária, de forma que possa compreender as articulações entre o contexto (exterior) e o texto (interno).

Por fim, é preciso ter em mente que a reconstrução e interpretação de uma sociedade pretérita, por si só, já é um trabalho minucioso na busca por fontes, auxiliado pela análise e interpretação de discursos, muitas vezes dúbios. Assim, compreender os motivos pelos quais as pessoas liam determinada literatura, vai além do trabalho de identificar os tipos de textos disponíveis no mercado. Há vários caminhos para tentar reconstruir a história da leitura, mas nunca será na sua totalidade, tendo em vista que ler determinado romance requer também

---

<sup>32</sup> A seção folhetim também era utilizada na publicação de crônicas, resenhas e variedade. Entretanto, a publicação da literatura de folhetim tenha se tornado a principal referência desta seção nos jornais.

compreender um aspecto da individualidade dos sujeitos. Tais sujeitos não estão mais entre nós para questioná-los, e só o acaso poderia apresentar documentos escritos por leitores repletos de críticas ou resenhas de suas leituras. Por outro lado, tal dificuldade torna tal pesquisa ainda mais instigante, o que propicia novos caminhos oferecidos por historiadores como Roger Chartier e Carlo Ginzburg. Outros olhares, além da análise textual, como a materialidade do texto e o estudo sobre o papel do mercado editorial, bem como identificar aspectos que passariam despercebidos, e que estão muitas vezes, ao redor do objeto pesquisado.

### **Fontes**

*Jornal do Commercio*, edições de 01 janeiro a 21 março de 1850 (52 edições).

GOZLAN, Léon. *Nuits du Père La Chaise*. Paris: A. Lamerle, Librairie-Éditeur, 1845.

GOZLAN, Léon. O Cemitério do Père-Lachaise. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1851.

MIRECOURT, Eugène de. Gozlan; Champfleury. Paris: Gustave Havard, Éditeur, 1858.

### **Referências**

BARTHES, Roland. O Rumor da Língua. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel, 2002.

\_\_\_\_\_. Do Livro à Leitura. In: Práticas de Leitura. 5. ed. São Paulo: Estação liberdade, 2011.

\_\_\_\_\_. Leituras e leitores na França do Antigo Regime. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. A Mão do Autor e a Mente do Editor. São Paulo: Unesp, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva S.A., 2003.

\_\_\_\_\_. Razões Práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus. 1996. p. 35-52.

FERREIRA, Antônio Celso. A Fonte Fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2011, p.61-92.

FERREIRA, Tânia M. T. Bessone da Cruz. Comércio de livros: livreiros, livrarias e impressos. Revista Escritos, Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Ano 5, nº 5, 2011. P.41-52. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero05/artigo03.php>>. Acesso em: 15 out. 2016.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976(a).

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976(b).

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005.

## **A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE LOCAL ATRAVÉS DAS PÁGINAS DA COLEÇÃO MOSSOROENSE: NOTAS PARA UMA HISTÓRIA DO LIVRO E DOS PROCESSOS DE LEITURA EM MOSSORÓ/RN**

Francisco Dantas Souza Neto<sup>33</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Em *Fahrenheit 451*<sup>34</sup>, romance distópico publicado em 1953, o autor Ray Bradbury criou uma sociedade na qual a posse de livros é considerada ilegal, e quando encontrados são queimados pelos bombeiros. Os indivíduos que optaram pelo refúgio desenvolveram técnicas capazes de memorizar uma série de livros, todo o seu amplo conteúdo, cada pequena palavra, e assim perpetuar essas memórias para as próximas gerações, isso até que o livro seja novamente autorizado e essas memórias possam ser transcritas. Bradbury escreveu essa obra no início da Guerra Fria, e, assim como consta no posfácio, tentou expor seu apreço por livros e bibliotecas. Mas o autor acabou por, também, realizar uma crítica à sociedade americana hedonista de seu tempo e à supressão do pensamento reflexivo. Por esse exemplo inicial, mesmo que proveniente de uma obra de ficção científica, ainda assim podemos apreender sobre o papel do livro na construção cultural e social de um espaço determinado.

Assim, entendemos o livro, bem como os processos de leitura, como partes do sistema comunicacional de uma sociedade. Nesse ponto, o historiador norte-americano Robert Darnton nos alerta que "os meios de comunicação possuem uma história, mas que os historiadores a negligenciam"<sup>35</sup>. Além da evidente autocrítica, o trecho serve para salientar o quanto significativa a pesquisa sobre os meios de comunicação (televisão, cinema, música, rádio, e o próprio livro) podem ser úteis para o alargamento do campo da História, dando a ver uma leitura na maneira como os homens se apropriam das linguagens que conflitam no seu cotidiano e, a partir disso, de como representam a si e ao outro. No caso específico do livro e do seu caráter plural, destacamos ainda o seguinte apontamento de Darnton:

---

<sup>33</sup> Discente do 7º período da Licenciatura em História na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Orientando da professora Dra. Paula Rejane Fernandes

<sup>34</sup> BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. São Paulo. 2. ed. Globo, 2012.

<sup>35</sup> DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

A leitura não se desenvolveu em uma só direção, a extensão. Assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais em diferentes épocas. Homens e mulheres leram para salvar suas almas, para melhorar seu comportamento, para consertar suas máquinas, para seduzir seus enamorados, para tomar conhecimento dos acontecimentos de seu tempo, e ainda simplesmente para se divertir.<sup>36</sup>

Por essas breves linhas, intentamos que a *Coleção Mossoroense* se insere nesse quadro comunicacional, por uma perspectiva da história do livro e da leitura. Criada por Jerônimo Vingt-un Rosado Maia, em 1949, a coleção é considerada o maior apanhado de títulos publicados no país, tratando basicamente de temas relacionados ao Estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente centrado na cidade de Mossoró<sup>37</sup>. Temáticas sobre a seca e o campo da agricultura, por exemplo, são recorrentes nas publicações da coleção.

Destarte, a *Coleção Mossoroense*, além de compor uma página de suma importância para a construção cultural da urbe a qual se insere, se mostra como uma ferramenta para o conhecimento sobre os espaços da cidade, da maneira como ela se representa, ou seja, de como compõe o quadro do “país de Mossoró”, nos lançando questionamentos tais como: nas maneiras como uma editora, seu mentor Vingt-Un Rosado, os escritores e seus textos (os livros) desenvolveram caminhos para pensar sobre Mossoró e sobre sua autonomia diante outras regiões. Entendemos essas questões como essenciais para a construção da problematização do presente trabalho.

Assim, a editora não foi responsável apenas por criar um emaranhado de livros, mas de fornecer subsídios para que a cidade de Mossoró desenvolvesse um sistema identitário ao longo da segunda metade do século XX. Identidade está que não podemos esquecer estar profundamente ligada ao nome da família Rosado, importante oligarquia política local, que também projetou seu nome e formas de influência através dos escritos da editora. Dessa

---

<sup>36</sup> DARNTON, Robert. *História da Leitura*. In: Burke, Peter (org). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*: São Paulo: Editora Unesp, 2011.

<sup>37</sup> Ao longo de sua trajetória, a *Coleção Mossoroense* dividiu suas obras em 10 séries, de “A” a “J”, sendo distribuídos da seguinte forma: A: Folhetos de grande formato; B: Plaquetas; C: Livros; D: Cordéis; E: periódicos; F: Memorial dos Mossoroenses; G: Falas e Relatórios do Presidente da Província do RN; H: Cadernos de Areia Branca; I: Cadernos de Carnaúba dos Dantas; J: Ruas e Patronos de Mossoró.



maneira, os livros da Coleção, além de se prestar à uma missão de desenvolvimento cultural da urbe, são linguagens que, idealizadas por homens, não podem fugir do campo político.

Com esses fatores em campo, o presente texto delineia alguns objetivos a serem explorados: procurar tratar a editora *Coleção Mossoroense* por uma perspectiva comunicacional, ligando-a a uma História da leitura em Mossoró. Por esse sentido, procura-se questionar, mesmo com os entraves presentes para quem pesquisa sobre a história do livro, como se deu a leitura das obras publicadas pela coleção ao longo do tempo, ou seja, sua recepção pela população e por outros intelectuais (jornalistas, escritores), criando novas relações sociais através do livro. Nessa mesma linha, podemos questionar a coleção enquanto um processo literário de longa data, com suas mudanças internas e externas.

Para tanto, faz-se necessário problematizar a escrita de intelectuais que se debruçaram sobre a própria trajetória da *Coleção Mossoroense*, tendo algumas edições da série B, as plaquetas, como fonte inicial para entender questões de recepção da editora, a imagem de Vingt-un, e o declínio das publicações e da própria Fundação Vingt-un Rosado. Essas questões perfazem algumas das minhas inquietações sobre a formação da editora, bem como seu “declínio” no campo social e até mesmo na esfera da leitura da cidade de Mossoró.

A leitura de obras de historiadores como Roger Chartier e Robert Darnton se fazem necessárias para entender o campo da história do livro. Mesmo que com perspectivas diferentes, suas pesquisas perfazem a base para os estudos sobre os processos de leitura. A obra do inglês Raymond Williams também se mostra de suma importância, uma vez que há em seus escritos o debate sobre produtos culturais. Por fim, ainda como base, temos os textos da historiadora Paula Rejane Fernandes, que desenvolve pesquisas sobre a maneira como a *Coleção Mossoroense* edificou o imaginário sobre o seu criador.

## **OS TEMPOS DA COLEÇÃO MOSSOROENSE**

A expressão “país de Mossoró” é atribuída ao criador da coleção, Jerônimo Vingt-un Rosado Maia. Assim, a frase exalta Mossoró enquanto “terra da liberdade, da resistência e do conhecimento”, num exercício de autonomia na construção duma imagem que destacasse a cidade de diante outras regiões, que produzisse a urbe enquanto “nação”. Dessa forma, ao longo do tempo, muito se produziu sobre essa imagem, e diferentes linguagens foram utilizadas para reforçar essa identidade de Mossoró (o teatro, as festas cívicas, para citar

alguns exemplos), não apenas para construir esta esfera da cultura mossoroense, mas também para atender aos anseios de jogos políticos e das forças estabelecidas. Escrever sobre a trajetória da *Coleção Mossoroense* mostra-se de suma importância para entender a construção histórica de Mossoró, principalmente a partir da segunda metade do século XX. A coleção nasce da “estruturação da Biblioteca Municipal da cidade de Mossoró, pelos idos de 1948, associado ao idealismo do professor Vingt-Un [...]”<sup>38</sup>.

Em primeiro momento, a coleção teve o patrocínio da Prefeitura Municipal de Mossoró, durante o período que vai de sua criação até o ano de 1973. De acordo com uma plaqueta escrita por Jerônimo Vingt-um Rosado Maia Neto, em agosto de 2002, durante esse primeiro tempo foram editados 293 títulos. No segundo momento, sob operação da ESAM (Escola Superior de Agricultura de Mossoró) junto com a Fundação Guimarães Duque, foram editados 1.888, isso entre 1974 a 1994. Sob esse episódio em particular, ele escreveu a seguinte passagem, o que não deixa de ser uma leitura sobre a forma de condução dos interesses de seu avô:

Quando viajava a serviço da ESAM, meu avô sempre fazia uma caçada em busca de recurso para publicar livros. Além de defender os muitos interesses da Escola. O mais longo ‘chá de cadeira’ foi o que lhe deu Djalma Nina Rodrigues, chefe de gabinete do INCRA, ‘chá de cadeira’ que durou 06 horas, mas naquele dia, ele semeou uma amizade com o presidente Lourenço Vieira da Silva, que carregou para a escola de Mossoró tantos benefícios.<sup>39</sup>

O que podemos chamar de “terceiro tempo” da coleção, teve início sob o comando da Fundação Vingt-um Rosado, que corresponde os anos de 1995 à 2002, com 1.454 títulos editados.

Os diferentes escritores reunidos por Vingt-um durante esse quadro temporal reforçaram o sentido de expressões criadoras de uma identidade cultural para Mossoró, mas através de seus livros. Entendemos então que o texto, e a sua conseqüente leitura, são assim apreciados e ressignificados por diferentes sujeitos no tempo, não estando dissociados das relações de poder. As publicações da *Coleção Mossoroense* perfazem assim os interesses de

---

<sup>38</sup> COELHO, Joana D’Arc Fernandes. **A Coleção Mossoroense** – Fragmentos de Sua História. Fundação Guimarães Duque. (Coleção Mossoroense, Série “B”, Nº 2490. 2003).

<sup>39</sup> ROSADO, Jerônimo Vingt-um. **Três tempos da Coleção Mossoroense**. Fundação Guimarães Duque. (Coleção Mossoroense, Série “B”, Nº: 2166, Agosto de 2002).

um grupo, o que certamente modifica a relação que o escritor e sua obra desenvolvem com o leitor e com a sua concepção dos espaços que o cercam.

Vingt-Un se mostrou assim como o principal idealizador de uma série de livros, ricas documentações históricas, que fornecem uma representação não apenas sobre suas ideias para a cultura, mas para si mesmo. Como nos explica Paula Rejane Fernandes, Vingt-Un se projetou através da Coleção Mossoroense, desenvolveu um “exercício autobiográfico”<sup>40</sup> tanto no espaço privado quanto no público. Nas palavras da historiadora, por meio da Coleção, Vingt-Un “publicou obras sobre si mesmo, sobre sua família, sobre Mossoró e sobre o semiárido”<sup>41</sup>.

Nesse sentido, a coleção aqui tratada é um elemento que configura e reconfigura as representações sobre Mossoró. Suas produções literárias possibilitam o olhar para a criação de uma espécie de “individualização” da cidade. Sobre essa questão, parece pertinente, em primeiro lugar, as palavras da historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1945 – 2009):

[...] Uma cidade se individualiza com relação às outras, ela personifica atitudes e modos de existir, dos homens e do meio ambiente, transformando-se no tempo, alterando a superfície do seu espaço, mas, apesar de todas as transformações que, inexoravelmente sofre, uma cidade deve encontrar seus deuses.<sup>42</sup>

De tal forma, a *Coleção Mossoroense* ajudou a reforçar os mitos acerca de Mossoró e sua história, empreendendo um reforço na imagem de “capital da cultura”, individualizando-a e expandindo a influência para as regiões vizinhas. Nessa esfera, devemos entender que os livros também pode ser tomados como mecanismos criadores de estratégias, palavras impressas que constroem símbolos, que recebidas de maneira acrítica torna o processo de um grupo dominante mais silencioso e, assim, mais efetivo.

Contudo, mesmo com a ideia de individualização do espaço mossoroense em relação a outras regiões, ainda podemos pensar que a coleção foi responsável por criar um circuito

---

<sup>40</sup> FERNANDES, Paula Rejane. A Escrita de si do intelectual Jerônimo Vingt-Un Rosada Maia: arquivos pessoais e relações de poder na cidade de Mossoró (RN) – 1920 – 2005. Vitória, 2014. Tese (doutorado) Universidade Federal do Espírito Santo. p. 90

<sup>41</sup> Idem. p. 90

<sup>42</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades Visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol. 27. n. 53, Jan-jun., 2000

comunicacional de leitura em Mossoró. Assim, seguindo as palavras de Raymond Williams, “os meios de comunicação são, eles mesmos, meios de produção.”<sup>43</sup> Ou seja, “são sempre social e materialmente produzidos e, obviamente, reproduzidos”<sup>44</sup>.

Entender esse ponto é assim fundamental para o estudo sobre as formações dos grupos que conduzem esse círculo. Há regimentos internos, particularidades e formas de se comunicar com a sociedade que não escapam a uma organização a uma editora como a *Coleção Mossoroense* e a um tipo de instituição formal como a Fundação Vingt-Un Rosado. Estas questões perpassam também sobre a complexidade e os conflitos de sua formação literária com relação à Mossoró. Ainda nas palavras de Williams:

[...] os grupos especializados são os únicos que se ajustam facilmente na categoria familiar de sociedade aberta ou plural. Esses grupos podem, adequadamente, ser descritos em termos de associação livre no seio de uma diversidade cultural aceita de maneira geral, muito embora se deva registrar que, mesmo aqui, em muitos casos, a diversidade é instituída por essas iniciativas, mais do que preparadas para elas, e que, nos casos de determinados ramos de uma arte, as iniciativas frequentemente implicam algum conflito local significativo.<sup>45</sup>

Entendemos que a *Coleção Mossoroense* não está dissociada das relações sócias de produção, constituindo uma forma de trabalho humano no tempo, com suas modificações internas e externas, especificamente submetida à três instituições diferentes em sua trajetória e, portanto, produzindo – quantitativa e qualitativamente – de maneira diferenciada. A coleção, enquanto uma instituição de obras diversas separadas por diferentes séries, é assim um meio de não apenas destacar as conquistas de Mossoró, mas de estabelecer um vínculo, uma conexão com os leitores e entre eles para com o seu lugar. Essas práticas dão a ver uma leitura sobre os modos de recepção das obras, de como elas eram pensadas em seu momento de publicação e a uma dinâmica interpretativa durante o tempo feita por diferentes sujeitos.

Os estudos sobre os processos de recepção tornam-se, nesse contexto, essenciais para

---

<sup>43</sup> WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

<sup>44</sup> WILLIAMS, Raymond. Idem. p. 69.

<sup>45</sup> WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

entender a *Coleção Mossoroense* como não apenas uma complexa organização de livros, mas como um meio de comunicação, e, portanto, com uma dimensão histórica. Os textos da coleção, além do objetivo cultural edificado por seu criador, tem claros objetivos políticos, atingindo diferentes públicos e certamente produzindo outras formas de mobilidade literária em uma cultura dita popular, leituras estas passíveis de diferentes modos de registros. Nas palavras de Roger Chartier:

[...] é preciso, portanto, reconhecer a tensão importante entre as intenções explícitas ou implícitas, que levam a propor um texto a leitores numerosos e as formas de recepção deste texto, que se estendem, frequentemente, a registros completamente diferentes.<sup>46</sup>

Para esclarecer um pouco algumas dessas questões já propostas, temos uma plaqueta escrito por América Rosado, intitulada *Repercussões da Coleção Mossoroense*, de 1995. A plaqueta apresenta alguns comentários que se mostram de suma importância para compreender a coleção em seu próprio espaço, Mossoró, mas também suas repercussões em Natal e em outros territórios do país, ou seja, de como fora recebida por alguns escritores e intelectuais e a relação destes com Vingt-Un Rosado. Em seu escrito, ela destaca que a coleção editou livros de interesse nacional, sendo seus títulos bem procurados pelas universidades brasileiras.

Entre os depoimentos abarcados por América Rosado, destaca-se o de Jaime Hipólito Dantas, jornalista e escritor, que fora um dos primeiros nomes publicados pela Coleção:

É de ver que com pouco essa fauna editorial emplacará seus 41 anos de existência e ninguém dirá que não seja algo de espantar em termos já nem se diga de Mossoró ou de Nordeste, mas até de Brasil. E mais digno de nota ainda é que quem deu início a essa luta há 37 anos é o mesmo herói que a frente dela o encontra e que não é outro senão Vingt-Un Rosado (O Poti, 01.06.1986)<sup>47</sup>

O fragmento em destaque nos remete a uma percepção sobre o nível de alcance da

---

<sup>46</sup> CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Culturais**, Rio de Janeiro, Vol 8, nº 16, 1995, p. 179-192

<sup>47</sup> ROSADO, América. **As Repercussões da Coleção Mossoroense**. EFRN/UNED de Mossoró (Coleção Mossoroense, Série "B", Nº 1291, Agosto de 1995).

*Coleção Mossoroense*, além heroicizar seu mentor. É relevante notar nessa plaqueta que, mesmo prestando uma identidade cultural para Mossoró, de individualizar a urbe diante de outras regiões, os escritos da coleção foram também cooptados por leitores diversos fora de Mossoró, assumindo uma posição plural e estabelecendo uma comunicação, um certo vínculo por assim dizer, que poderia conflitar e/ou complementar os estudos em outros locais.<sup>48</sup> Nesse ponto, ainda é pertinente a proposição do geógrafo brasileiro Aziz Nacib Ab'Saber, de que a coleção é uma referência no estudo sobre as secas no Nordeste.

Seguindo essa linha, ainda na mesma plaqueta escrita por América Rosado, temos o seguinte comentário de Raimundo Nunes, datado de 1985:

Fato inédito na história editorial brasileira: Sem dotações orçamentárias regulares, sem fundos de destinação específica, sem qualquer outra forma de financiamento ou doação disciplinada em lei ou regulamento, Vingt-Un comanda uma fabulosa massa de publicações. Já se aproximando de oitocentos títulos editados, disseminando cultura regional. A 'Coleção Mossoroense' e a 'Fundação Guimarães Duque' que dirige com a proficiência do mestre, a probidade do justo, a obstinação do idealista, atestam a portentosa tarefa realizada e ao mesmo tempo inconclusa, porque sua pertinência não respeita obstáculos e seu ideário desconhece fronteiras.<sup>49</sup>

As linhas anteriores se referem ao que podemos chamar de um segundo tempo da coleção, mas dá a ver um certo caráter “todo poderoso” do texto, como diz Chartier. Possibilita uma leitura externa sobre o seu contexto de inserção. No caso específico da Coleção Mossoroense, em muitos casos o número das edições foi reduzido e os poucos títulos foram editados mesmo com a ausência de adequações financeiras para tal intento, como pode ser visto mais recentemente com os diversos problemas estruturais da Fundação Vingt-Un Rosado e o descaso do poder público.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> A presença da Coleção Mossoroense na 11ª Bienal Internacional do Livro, realizada em São Paulo no ano de 1990, também elucida uma vontade de seus organizadores de mostrar essas produções em outros locais. De acordo com Paulo Medeiros Gastão, a missão “seria levar a Coleção Mossoroense para ser exposta e divulgada da forma mais abrangente que poderíamos conceber. A coragem estava acima de nossas possibilidades” (Série “B” – Número 824 – Ano: 1990). Uma narrativa quase idílica, digamos.

<sup>49</sup> ROSADO, América. **As Repercussões da Coleção Mossoroense**. ETRN/UNED de Mossoró (Coleção Mossoroense, Série “B”, Nº 1291, Agosto de 1995).

<sup>50</sup> É necessário explicar que boa parte do acervo da Coleção Mossoroense está hoje alocada no Museu Municipal Lauro da Escócia.

A coleção tornou-se, assim, ainda mais fragmentada em seu próprio lugar de origem. Por consequência, interpretamos que ocorreu uma decadência, apesar de não predominante, em termos de uma cultura do livro e da leitura em Mossoró, e documentos com importante valor histórico e literário para a região são por vezes pouco conhecidos, seja por falhas dos poderes locais quanto da própria população em uma procura de entender sua formação.

Seguindo essa ideia, temos o escrito do jornalista Dorian Jorge Freire (1933 – 2005), publicado originalmente em 1994 através do jornal *Gazeta do Oeste*, e posteriormente em formato de plaqueta com o título *A Morte da Coleção Mossoroense*, em 1997. Nele, tece um comentário sobre o discurso de Vingt-Un para a XX Noite da Cultura de Mossoró:

Mataram aos poucos e muitos a cultura, segundo Vingt-Un. Executaram o Museu da Memória para que fosse tudo esquecido. Depois atingiram com a metralhadora giratória a notável Coleção Mossoroense, retirando-lhe o papel. Botaram na rua as Academias Mossoroenses de Letras e Norte-riograndense de Ciências e a União Brasileira de Escritores – e fez-se ouvir a frase nazista: ‘quanto eu ouço a palavra cultura, saco logo meu revólver’. Acéfala a Fundação Guimarães Duque, que não é bom homenagear cabeças. Apelou-se inutilmente para os governos municipal e estadual, para o irmão de Dix-Sept aqui, ali para o filho de Otto e neto de Felipe Guerra. Inutilmente... Nem a comunidade da cultura, a inteligência, respondeu ao ultraje. Preferiu encolher-se e ficar com sua indignaçãozinha escondida. Cadê o protesto das duas Academias, do ICOP, da Universidade, nada, necas. ‘A Morte da Coleção Mossoroense não moveu Mossoró’. Sequer foi sabida por Mossoró. Assim termina uma obra que surpreendia os povos civilizados.<sup>51</sup>

Interpretamos que o relato demonstra a insatisfação com as instituições na maneira de condução do campo cultural mossoroense. Porém, não devemos deixar em branco o radicalismo e um romantismo caracteristicamente exacerbado, até mesmo pelo uso do termo “morte”, o que seria até mesmo um descrédito ao poder de circulação dos livros, como se os produtos culturais não passassem por diferentes formas ao longo do tempo. E afinal, quem são esses “povos civilizados” de que fala?

---

<sup>51</sup>FREIRE, Dorian Jorge. *A Morte da Coleção Mossoroense*. Fundação Vingt-Un Rosado. (Coleção Mossoroense, Série “B”, Nº 1422, Setembro de 1997).



Já em janeiro de 2001, Caio Cezar Muniz publica o texto *Coleção Mossoroense: é hora de parar?* no qual destaca a trajetória de Vingt-Un à frente da coleção, delegando culpabilidade à população de Mossoró, aos intelectuais e os homens da cultura que não valorizam os livros de sua terra, o povo que não sabe reconhecer os seus heróis. Aqui, interpreta-se que sua narrativa consegue ser um pouco mais radical que a apresentada anteriormente, mas ainda assim de suma pertinência na análise de como os escritores e outras pessoas por trás da coleção pensavam sua relação com a cidade. Sobre essa “hora de parar”, destacamos a seguinte parte:

É assim, as vezes, que vejo a luta do professor Vingt-un Rosado à frente da sua Coleção Mossoroense, essa que tem repercussão nacional e internacional, que é reconhecida por alguns veículos do centro-sul do País, mas que muitos mossoroenses tentam convencer-me de que nem sabem que existe.

Não saber da existência da Coleção Mossoroense, em Mossoró, é não saber que esta é a maior coleção de títulos publicados no Brasil (mais de 3000 publicações), é ignorar que mais de 1200 escritores têm seus trabalhos publicados bem aqui, embaixo dos seus narizes. É, em suma, virar as costas para a sua própria cultura, e isso é inadmissível.<sup>52</sup>

Não deixa de ser um paradoxo interessante no que corresponde à esfera cultural, com mais precisão aos processos de leitura. Os livros, ao menos de acordo com a fala do Caio César Muniz durante aquele período, são bem mais reconhecidos fora de Mossoró. Evidente que é um escrito também romantizado, exaltando a imagem de Vingt-Un, aqui caracterizado como maior que a cidade.<sup>53</sup> Mas atentamos que a coleção aqui estudada pode ser lida como uma das responsáveis por cunhar a ideia de Mossoró enquanto um país, por prestar a uma individualização que, também paradoxalmente, à comunica para outros espaços vizinhos. Os entraves em sua produção evidenciam o esquecimento não dos *heróis*, mas de escritos que auxiliaram na formação cultural do espaço.

Mas de uma forma ou de outra, devemos dizer que os livros sobrevivem. Os mais

---

<sup>52</sup> MUNIZ, Caio César. *Coleção Mossoroense: É Hora de Parar?* Fundação Vingt-Un Rosado. (Coleção Mossoroense, Série “B”, Nº 1911, Janeiro de 2001).

<sup>53</sup> Reforça a imagem de “mecena”, como consta na plaqueta de América Rosado.



diversos escritos são deslocados de seu lugar, e sua materialidade<sup>54</sup> carrega um poder de convencimento capaz de produzir outros discursos e modificar o arranjo de sociabilidades determinadas. São sempre partilhados, dando a ver um conflito entre estratégias literárias que perfaz um circuito complexo de escritores, editores e leitores. Assim, novamente recorreremos à Chartier, quando o historiador francês nos diz que “o que é necessário reconhecer são as circulações fluidas, as práticas partilhadas que atravessam os horizontes sociais”<sup>55</sup>.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assim, a trajetória da Coleção Mossoroense se insere nesse breve quadro discutido nas páginas anteriores. Suas publicações criaram um circuito comunicacional que não apenas foi responsável por distribuir a imagem do “país de Mossoró” individualizando a cidade, mas também de comunicar essa esfera cultural para outros locais. Vingt-Un, o mentor ou “mecena”, como chamado por América Rosado, foi o principal articulador desses textos, num exercício que também tinha claras proporções políticas e ideológicas.

Dessa maneira, procurou-se pensar como a editora fora recebida ao longo de seus três tempos, sua formação e a fragmentação atual, interpretando como uma instituição que não consegue mais reforçar os mitos sobre Mossoró. A baixa procura por seus autores e textos por parte da população pode caracterizar uma perda em termos literários e históricos, que dá a ver uma deficiência no ganho de conhecimento da sua própria construção cultural.

Os livros possibilitam o diálogo entre os homens, as mentalidades de uma época, as percepções sobre o espaço. A leitura, de maneira individual ou coletiva, é produtora de sentidos, de interesses e temáticas diversas que, e, de qualquer forma, uma atividade mediada, e também sempre compartilhada com nossos ancestrais, como diz Darnton. Assim, os livros não são estáticos, são produtos culturais que comunicam discursos, ideologias, sendo seus

---

<sup>54</sup> Esse ponto abarca questões relacionadas às formas de mediação editorial, mais precisamente na forma de divulgação do texto ao público, que pode ir do impresso à digitalização, o que também modifica a maneira como entendemos nossas produções no tempo. Para tanto, não compete à presente comunicação construir mais profundamente esse debate, uma vez que o inverso poderá ocorrer em pesquisas futuras.

<sup>55</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 134.

textos submetidos à diferentes formas durante o tempo, “da revolução de Gutenberg em meados de 1450”<sup>56</sup> até o que podemos chamar de revolução digital, com os *ebooks*<sup>57</sup>. Portanto, são produtos que sofrem suas variações durante o tempo, procurados, moldados pelo homem, seja para melhor entender a realidade ou como um ponto de refúgio e recriação dos imaginários.

## REFERÊNCIAS

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. São Paulo. 2. ed. Globo, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Culturais**, Rio de Janeiro, Vol 8, nº 16, 1995, p. 179-192

COELHO, Joana D’Arc Fernandes. **A Coleção Mossoroense – Fragmentos de Sua História**. Fundação Guimarães Duque. (Coleção Mossoroense, Série “B”, Nº 2490. 2003).

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, Robert. História da Leitura. In: Burke, Peter (org). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**: São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FERNANDES, Paula Rejane. **A Escrita de si do intelectual Jerônimo Vingt-Un Rosada Maia: arquivos pessoais e relações de poder na cidade de Mossoró (RN) – 1920 – 2005**. Vitória, 2014. Tese (doutorado) Universidade Federal do Espírito Santo

FREIRE, Dorian Jorge. **A Morte da Coleção Mossoroense**. Fundação Vingt-Un Rosado. (Coleção Mossoroense, Série “B”, Nº 1422, Setembro de 1997).

MUNIZ, Caio César. **Coleção Mossoroense: É Hora de Parar?** Fundação Vingt-Un Rosado. (Coleção Mossoroense, Série “B”, Nº 1911, Janeiro de 2001).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades Visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol. 27. n. 53, Jan- jun., 2007.

---

<sup>56</sup> CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1998

<sup>57</sup> Temáticas que poderiam ser mais bem exploradas em pesquisas futuras

ROSADO, América. **As Repercussões da Coleção Mossoroense**. ETRN/UNED de Mossoró (Coleção Mossoroense, Série “B”, Nº 1291, Agosto de 1995).

ROSADO, Jerônimo Vingt-um. **Três tempos da Coleção Mossoroense**. Fundação Guimarães Duque. (Coleção Mossoroense, Série “B”, Nº: 2166, Agosto de 2002).

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## UM MUNDO EM NOTAS: A CULTURA MUSICAL DO MAESTRO FELINTO LÚCIO DANTAS

Wennya Kênnya de Souza Araújo<sup>58</sup>

### INTRODUÇÃO

Devido a uma enorme apreciação por música, surgiu o desejo de pesquisar sobre a Associação Maestro Felinto Lúcio Dantas, desde sua origem em 1987 até os dias atuais. No entanto, após algumas sondagens sem sucesso, percebemos que as fontes não eram suficientes para o seu desenvolvimento. Esse era o desenho inicial da minha proposta que, não demorou muito, em razão dos prazos, foi transformada em um estudo de caso. Isso significou, basicamente, restringir o campo de observação a um indivíduo ao invés de um coletivo mais expressivo.

Com isso, as problematizações que envolvem nosso trabalho de pesquisa historiográfica giraram em torno da idealização da imagem de Felinto Lúcio Dantas, maestro seridoense que dá nome à Associação. Ao ver o tamanho do reconhecimento de Felinto Dantas através dos jornais, buscamos fazer algumas entrevistas para conhecer mais profundamente sua participação na sociedade seridoense. Além de leituras de produções locais, como *Carnaúba dos Dantas - Terra da Música* (DANTAS, 1989); *A desfolhar saudades* – uma biografia de Tonheca Dantas (GALVÃO, 1998); *O plantador de sons: vida e obra de Felinto Lúcio Dantas* (GUANAIS, 2001) e *Ritmos, sons, gostos e tons do patrimônio imaterial de Carnaúba dos Dantas* (MACÊDO, 2005), que colaboraram para o aprofundamento dos discursos que foram criados sobre o maestro Felinto e como estes se consolidaram na memória coletiva potiguar, constatando sua importância, não só no campo musical, como no campo social e político.

Como objetivo geral, buscou-se analisar as narrativas sobre o maestro Felinto Lúcio Dantas, através do discurso biográfico e memorialístico, além de refletir como se articulam os espaços de memória e as narrativas sobre o maestro.

Desse modo, verdade e discurso tecem o realismo da biografia, o que instiga uma investigação sobre sua reconstituição histórica: os fatos, acontecimentos e as fontes (orais,

---

<sup>58</sup> Discente do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientador: Prof. Dr. Joel Carlos Andrade de Souza – Departamento de História (UFRN). E-mail: wennyakennya@outlook.com

escritas e visuais). Assim, com uma análise de documentos singulares, esta pesquisa buscará contribuir para a reflexão sobre a particularização do músico Felinto Lúcio Dantas, criada, principalmente, a partir da apropriação de materiais de arquivos e pela valorização da história e memória oral, realizada pelas lembranças e redes de memória coletiva.

Pretende-se realizar uma tentativa biográfica e memorialística, operando sobre a estrutura que liga relatos pessoais do vivido e rememorado a uma interpretação consistente, capaz de compreender, desvendar e enunciar sua trajetória como maestro de rigor. Permitindo assim, construir o vivido através de palavras, imagens, discursos.

### **“FELINTO LÚCIO DANTAS: A SAGA DE UM MAESTRO-AGRICULTOR”**

A história de vida é uma narração biográfica de acontecimentos que um ator social realiza para justificar suas ações e condições presentes. Falar de história de vida é, pelo menos, pressupor que uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história (BOURDIEU, 2005, p. 183).

Com a pretensão de uma análise histórica, este estudo permitirá enxergar, a partir de uma perspectiva coletiva, a trajetória de um homem narrado como simples, austero e disciplinado, que levava uma vida sóbria e equilibrada, no sertão potiguar, mantendo os velhos costumes sertanejos com que edificara seu caráter.

Felinto Lúcio Dantas nasceu em 23 de março de 1898, no Sítio Carnaúba de Baixo, interior do Rio Grande do Norte, sétimo filho de Manoel Lúcio de Macedo e Jesuína Emília de Jesus<sup>59</sup>. Teve uma infância aprazível e harmoniosa, juntamente com seus pais e irmãos. Ainda muito jovem, ajudou seu pai na propriedade da família, trabalhando na agricultura e na criação de gado. Conforme o Jornal do Brasil, ao longo da vida conviveu com a pobreza e a dificuldade da vida no campo, porém alimentava sua alma e dos que rodeavam sua presença com sentimentos bons.

Na época do seu nascimento, o Seridó não tinha sofrido o impacto da civilização moderna, nem tampouco os traços da industrialização, entretanto o Riacho das Carnaúbas, como descreve Guanais (2001, p. 43), já começava a esboçar um tímido povoado. Em fins do século XIX para início do século XX, a pequena vila possuía, aproximadamente, 20 casas, uma pequena capela

---

<sup>59</sup> Avós paternos: Estevão José de Macedo e Adriana Francelina da Conceição; e maternos, Joaquim José Dantas e Josefa Maria do Espírito Santo.

dedicada a São José, uma escola e já havia organizado sua primeira banda de música, a “Banda Carnaubense”, que encontrou um campo bastante fértil no solo carnaubense, o que lhe deu o título de “Terra da Música”.

No ano de 1911, Felinto já adolescente, aos 13 anos de idade, recebeu seus primeiros letramentos com o parente Manoel Guimarães Dantas, depois ampliados com estudos na Escola Particular do Professor Antônio Azevedo Filho. Com coragem e determinação, Felinto não se limitou a aprender apenas a ler e escrever. Todavia, desenvolveu um bom gosto pelas letras e assim manuseou seus escritos ao longo de sua vida. Diante disto, sua filha Cecília, testemunha esse momento:

Nunca frequentou escola. Foi alfabetizado aos 13 anos por um amigo e vizinho e essa alfabetização resultou de um trato feito como amigo: os dois trabalhavam preparando o leito do rio para o plantio de batatas e cada letra do alfabeto custaria a papai três pás de areia no leirão. E assim ele aprendeu o alfabeto. Tempos depois ele frequentou umas aulas como Sr. Antônio, professor na antiga casa dos Azevedo<sup>60</sup>.

Autodidata, gostava muito de ler, principalmente livros de *História Universal* e do Brasil, além de ser versado em Geografia. Carregava, a todo o momento, sua pequena caderneta de anotações, onde deixou uma surpreendente quantidade de referências de conhecimento universal, cópias de citações famosas e informações que lia ou ouvia. Seu neto Carlos Guedes, acrescenta: “(...) ele tinha uma cadeira preguiçosa na área e ficava sentado lá, lendo livrinho de *bang bang* que era outra paixão dele, acho que todos os livros de *bang bang* ele tinha e lia”<sup>61</sup>.

Felinto Dantas demonstrou desde cedo tendências artísticas, em especial a musical, influenciado pelo gosto musical de seus pais e parentes próximos. A música representaria um complemento e uma intensificação das sensações e estéticas do trabalho no campo. Em 1915, assistiu aos primeiros ensaios de uma valsa de seu primo, Tonheca Dantas<sup>62</sup>, intitulada “Royal

---

<sup>60</sup> MEDEIROS, Cecília Maria Dantas de. Entrevista concedida a Wênnya Kênnya de Souza Araújo. Carnaúba dos Dantas, 23 jul. 2016.

<sup>61</sup> CÂMARA, Carlos Guedes. Entrevista concedida a Wênnya Kênnya de Souza Araújo. São José do Seridó, 09 jul. 2016.

<sup>62</sup> Antônio Pedro Dantas, conhecido como Tonheca Dantas (1871–1940) nasceu em Carnaúba dos Dantas, filho de João José Dantas e da escrava alforriada Vicência Maria do Espírito Santo. Foi músico, compositor e maestro, sendo autor de uma obra de mais de mil peças musicais. Ver: GALVÃO, Cláudio. *A desfolhar saudades* – uma biografia de Tonheca Dantas. Natal: Departamento Estadual de Imprensa/Gráfica Santa Maria, 1998.

Cinema” e tocada pela Banda de Acari. Impressionado pela delicadeza de cada toque, decidiu que seria músico.

Maravilhado com o que viu e ouviu, pediu ao mestre Pedro Arboés Dantas<sup>63</sup>, seu padrinho, que lhe ensinasse a arte de Santa Cecília e, com poucas lições, aprendeu a tocar algumas músicas com desenvoltura, através de um clarinete artesanal, confeccionado de pereiro, chaves de latão e abafadores de sola, feitos por Mamede de Azevedo Dantas. Felinto relata à TV Universitária, como se deu o processo de aprendizagem:

Eu comecei como todo mundo. Primeiro as lições preliminares. Depois, as lições de solfejo. Do solfejo, para instrumento. De instrumento, passei para composição, compor, essa coisa... Depois, quando comecei a dirigir banda de música, a consequente regência, não é? E foi só isso e acabou-se. Mas nunca fiz nada que prestasse dentro dessa coisa toda até hoje<sup>64</sup>.

Como se pôde observar neste registro, estes foram os impulsos iniciais para a formação musical e profissional do personagem. Não obstante sua relação próxima com a música, influenciado pelo gosto musical de seus familiares, só despertou para esta arte na adolescência, e como um complemento à vida do campo, não como profissão.

Em 1918, casou-se com a jovem Antônia Jacinta de Medeiros, residente em Acari, nascendo deste enlace quatorze filhos, sendo o último um natimorto de dois meses, que causou a morte de sua primeira esposa. Felinto Dantas, após dois meses de viuvez, em 27 de dezembro de 1935, contraiu casamento pela segunda vez com Delzira de Medeiros Dantas, sobrinha de Antônia Jacinta, e deste casamento provieram dezesseis filhos. Nos dois relacionamentos, Felinto gerou trinta filhos, dos quais sobreviveram apenas quatorze.

Apesar da grande pole, Felinto Dantas, em depoimento à TV Universitária, declarou que ao ser pai pela 30ª vez ainda não estava satisfeito, queria mais.

---

<sup>63</sup> Pedrinho Arboés como era conhecido, era um homem simples e temente a Deus. Brillhou na música como compositor de vários dobrados, valsas, tangos e músicas clássicas. Suas composições não foram conservadas. Ver: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; DANTAS, Expedita Maria; MEDEIROS, Anna Jacinta Dantas de Medeiros e Márcio Dantas de. INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS III: FORMAS DE EXPRESSÃO. *Mneme: Revista de humanidades*, Caicó, Rn, v. 7, n. 18, p.112-195, 18 out. 2005. Semestral. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/323/296>>. Acesso em: 06 out 2016. p.123

<sup>64</sup> Depoimento à TV Universitária – 1982. Ver: GUANAIS, Danilo. *O plantador de sons: vida e obra de Felinto Lucio Dantas*. Natal: Fundação José Augusto, 2001. p. 16.

Eu não sei como se sucedeu, eu era acanhado demais (...). Eu casei duas vezes, a primeira vez foi com uma moça ali de Acari, muito boa, de família. Quando foi em 35 ela morreu, casei com essa outra, e das duas nasceram trinta filhos, mas eu achei pouco, queria mais. Agora desses trinta só tem quatorze vivos<sup>65</sup>.

Muito sistemático, após o nascimento das filhas, não as permitia usar calça comprida ou blusa de alcinha. Tinha o casamento como princípio fundamental, não era favorável à traição, muito menos à separação, só se fosse a último caso.

Devido ao tempo morado no campo e aos costumes adquiridos de seus pais, Felinto Lúcio habitualmente acordava entre as 03h30min e 04h da manhã. Enquanto sua mulher preparava o café, sentava-se de frente a uma mesinha do seu quarto e ia escrever suas composições. Durante o café da manhã, não dispensava diariamente três tapiocas com cinco ovos estrelados. Após a refeição, pegava seu bisaco, foice e chapéu e se dirigia para o sítio Carnaúba de Baixo, onde trabalhava até às 9 horas. Em seguida, retornava para casa onde tomava um banho, uma dose de cachaça (chamada de branquinha) e deitava no chão da sala para tirar um cochilo ou escrever. Como nos diz o depoimento de sua neta Maria Célia:

Caminhei muitas vezes no sítio com ele, era desse jeito: ele ia, mas dizia não converse comigo, e nisso a gente andava três, quase quatro quilômetros a pé e quando vinha um carro parando para dar carona mandava eu ir para o barranco para não aceitar. Ele ia o caminho todinho quieto, chegava no sítio, trabalhava na terra e quando voltava, tomava um banho, acendia o pé de burro e começava a escrever<sup>66</sup>.

Danilo Guanais (2001, p. 31), em seu escrito acrescenta que, beirando às 10h da manhã, Felinto se preparava para o almoço, servido rigorosamente às 11 horas, estivesse quem estivesse à mesa, sendo o atraso punido com a não participação na refeição. Quem se atrasasse, dependia sempre da tolerância de Dona Delzira, que guardava escondido no forno, um prato reservado àquele que chegasse tarde. O jantar do agricultor era servido às 17 horas e o mesmo dava preferência a uma boa coalhada com rapadura.

---

<sup>65</sup> CARNAÚBA DOS DANTAS RN 1982 FELINTO LÚCIO DOM ADELINO DANTAS. Realização do Programa "Memória Viva". 46'14"min. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=F5je-v4X\\_ec](https://www.youtube.com/watch?v=F5je-v4X_ec)>. Acesso em: 15 out. 2016.

<sup>66</sup> CÂMARA, Maria Célia Medeiros. Entrevista concedida a Wênnya Kênnya de Souza Araújo. Carnaúba dos Dantas, 23 jul. 2016.



Felinto cumpria esses rituais acima citados, diariamente, com exceção do domingo, dia que ficava em casa para cuidar da contabilidade da venda de leite e para preparar de antemão o caderno da semana seguinte.

### **A religiosidade na trajetória de Felinto Dantas**

Carnaúba dos Dantas/RN sempre foi, desde sua fundação, uma cidade religiosa, principalmente por influência inicial dos seus primeiros habitantes<sup>67</sup>. Felinto respeitava a vocação religiosa familiar, e o soar dos sinos significava a hora de se dirigir aos ofícios religiosos, qualquer que fosse a hora, com exceção da noite.

Um homem de muita fé e profundamente religioso. Devoto de Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora do Carmo. Conhecia a Bíblia Sagrada e contava muitas passagens. Quando ia assistir a missa, levava sua própria cadeira nos ombros e, chegando à Igreja, sentava-se próximo ao altar e não conversava com ninguém, a atenção voltava-se para o ato litúrgico.

Pela regularidade de suas visitas à Igreja, conheceu o Bispo Dom José Adelino Dantas, com quem estabeleceu uma grande amizade, e dessa, fez surgir à ideia de compor missas e novenas em latim. Desta parceria de amizade, surgiram missas e novenas belíssimas. Além da Igreja, ele contava praticamente todos os dias com a visita do Bispo em sua casa e passavam horas em prosa. Em um jornal da região, quando o Bispo Dom Adelino Dantas é interrogado a falar sobre o maestro-sertanejo, destaca:

Filinto procede de uma raça forte, herdeira do nome e da fama da velha gente seridoense, tangedora de gado, cavadora de açude, plantador de vazante. (...) Indo ou vindo (do trabalho) caminha solfejando baixinho ou mentalmente ou projeto de novena ou dobrado. (...) Não conheço nem sei se alguém conhece o acervo musical de mestre Filinto e por isso não me arrisco a analisar a escola que ele adotou nem a gama rica de sua arte melódica. (...) Seus dobrados e marchas quase sempre desabrocharam numa “overture” delicada, anunciadora de beleza bucólica, para ganhar alturas, depois em impulsos fortes e vivos, dignos de uma explosão wagneriana<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> Antônio Dantas de Maria casou-se com Hermínia Maria da Conceição, com quem teve oito filhos. Pouco antes de morrer, pediu a sua mulher que se encarregasse de instalar em terras de sua propriedade uma capela em honra a São José, isto devido à preocupação que tinha com o desenvolvimento do povoado que via crescer junto aos seus e que estava privado de sua casa de orações desde que a antiga casa de São José ruiu. Ver: GUANAIS, Danilo. *O plantador de sons: vida e obra de Felinto Lucio Dantas*. Natal: Fundação José Augusto, 2001. p. 41.

<sup>68</sup> Artigo de jornal sem identificação, retirado do arquivo pessoal de Terezinha Dantas (*in memoriam*).

Felinto Lúcio Dantas e Dom José Adelino Dantas, eram músicos, parentes e acima de tudo amigos. Foram grandes cooperadores do Plano Cultural Carnaubense (1977-1982), homens que cultivaram a espiritualidade tanto na música como na alma. Ambos não valorizavam ao poder, honrarias terrenas, nem a prestígios pessoais e sociais, reconheciam que tudo isso iria passar, e que só ficariam as boas lembranças revertidas em ações em prol dos seres humanos.

Aqui, percebemos a relação entre música, sociedade e religião. Para Felinto Dantas, a música sacra servia para elevá-lo até Deus, e esse fenômeno estabelecia a tênue relação que a expressão musical juntamente com as manifestações religiosas fazia desse personagem um *corpus* de conhecimentos, costumes, princípios e ações, ligado às práticas religiosas que seguia.

Felinto escreveu muitas músicas sacras, entre elas: novenas, pais-nossos, ave-marias, missas, etc. Teve a felicidade em saber que uma Ave Maria musicada de sua autoria, tinha sido tocada na Capela Sistina, no Vaticano, em uma grande solenidade. Em decorrência disto, chegou a receber uma carta do Secretario do Estado do Vaticano e uma benção papal enviada por João Paulo II, datada de 6 de julho de 1979 e que chegou em suas mãos por intermédio da Nunciatura Apostólica do Brasil<sup>69</sup>.

Guanais aborda que em sua invenção melódica, principalmente dentro das obras sacras, Felinto privilegiou o movimento em graus conjuntos e os arpejos, ao invés de grandes saltos ou cromatismos exagerados. “Felinto Lucio decidiu tornar-se pai daqueles gêneros que servissem verdadeiramente à Igreja, criando para cada momento cristão, de uma terra embasada na tradição cristã, dezenas de obras, entre Ladainhas, missas, novenas, hinos e outras obras de menor envergadura” (GUANAIS, 2001, p. 84).

A igreja foi o centro social que mais estimulou a vocação do maestro. Nela, descobriu o universo da música sacra, e dedilhou novenários e missas, compondo aproximadamente 185 obras completas, entre sacras e profanas, que até hoje são executadas pelos músicos do país.

---

<sup>69</sup> Transcrito do livro “De Líricos e de Loucos”, edição CLIMA, 1980. Ver: Jornalzinho do Sebo Vermelho. Ano VI. Nº 31 março/1996.

## A Vida Política de Felinto Lúcio Dantas

Além de músico e agricultor, aos 34 anos trabalhou como funcionário da Inspetoria de Obras contra as Secas – IFOCS<sup>70</sup>, com o cargo de Apontador e residência em Gargalheiras – município de Acari. Um ano depois, em 1933, foi transferido para um trecho entre Currais Novos e Angicos, assumindo o mesmo cargo. Ao término do trabalho, volta a Gargalheiras em 1934 e reassume seu cargo. Após meses de licença, Felinto Dantas pede exoneração e vai morar em Acari.

Guanais (2001) relata que por volta de 1934, Felinto alistou-se no Movimento Integralista, por influência do prestígio de Monsenhor Walfredo Gurgel e juntamente com ele, expandiram o movimento pelo Seridó, passando a constituir a “Província Integralista do RN” (GUANAIS, 2001, p. 23).

Na cidade de Acari-RN, Felinto Dantas desempenhou entre 1944 e 1968 a função de Secretário da Prefeitura, e de 05 de janeiro de 1947 a 21 de janeiro de 1948, exerceu o cargo de Prefeito Interino da cidade, em substituição ao Dr. Sérvulo Pereira de Araújo. Sua filha Cecília destaca: “trabalhou como secretário da Câmara Municipal de Acari e por um curto período foi prefeito interino no governo de José Varela. Saía a pé duas vezes por semana para Acari e não seguia pela estrada, ia por um caminho próprio ao lado da serra”.<sup>71</sup> Ainda no mesmo seguimento, foi Secretário Administrativo da Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas no período de 1954 a 1982.

Enquanto Secretário assinou inúmeras licenças da Prefeitura Municipal, entre as que tivemos contato: reconheceu como Utilidade pública a Casa de Menores Tomaz Sebastião de Acari (6 de dezembro de 1952), fixou o preço das sepulturas nas paredes do Cemitério Público da cidade (9 de abril de 1953), fixou licenças sobre produtos agrícolas (12 de julho de 1955), estabeleceu denominação de logradouros – a exemplo da Praça Coronel Cipriano Pereira de Araújo, que era a antiga Praça Presidente Getúlio Vargas (5 de abril de 1956), entre outras.

---

<sup>70</sup> Órgão criado pelo Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com o nome de Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS). A IOCS foi o primeiro órgão federal criado com o objetivo de sistematizar o combate às secas periódicas que assolavam a região Nordeste. Nesse contexto, a IOCS nasceu fruto de uma articulação política que envolveu dirigentes dos estados do Nordeste e intelectuais preocupados com o embaraço que o atraso dos sertões representava para seu projeto de uma nação moderna. Disponível em: <<http://www.dnocs.gov.br/>>. Acesso em 27 set 2016.

<sup>71</sup> MEDEIROS, Cecília Maria Dantas de. Entrevista concedida a Wênnya Kênnya de Souza Araújo. Carnaúba dos Dantas, 23 jul. 2016.

No período que foi Secretário da Prefeitura de Acari, também mostrou apoio a obras da cidade de Carnaúba dos Dantas, a exemplo da Biblioteca Pública da referida cidade, exposta diante de uma carta dirigida a Donatilla Dantas em 27 de setembro de 1948<sup>72</sup>, demonstrando interesse e admiração pela cultura da terra natal.

Um patriota autêntico era seguidor das ideologias defendidas por Monsenhor Valfredo Gurgel e devido à amizade acompanhava os partidários de Geraldo Galvão. Extremamente conhecido no ambiente político, adquiriu muito respeito pelos governantes e apesar de todo reconhecimento não o demonstrava. Como ele era uma figura ilustre, o político próximo a ele ganhava muitos votos e em outra parte tinha aqueles como Lavoisier Maia e Tarcísio Maia, que o apreciavam como amigo próximo. Célia Câmara acrescenta: “Outra figura, a de José Agripino, inúmeras vezes sentou a mesa com vovô para juntos tomarem café, eram muito amigos independente de partido político”<sup>73</sup>.

Apesar de ser lembrado como figura política, não era adepto a trajes especiais, como de costume. Não fazia uso de paletó nem gravata, sua roupa preferida era calça caqui e blusa de pijama, seu cinto era um cordão e nos pés gostava mesmo de sapatos confortáveis, ou o velho chinelo de rabicho. Sobre política e políticos, ele declarou, certa vez: “- Eu não sou político, mas gosto de todos”<sup>74</sup>.

### **A Música em Felinto Lúcio Dantas**

Pelos idos de 1913, com seus 15 anos de idade, o jovem Felinto Lúcio Dantas, recém “letrado” e ouvinte assíduo das retretas do mestre Tonheca Dantas, ouve pela primeira vez a música Royal Cinema, tocada pelo músico Irineu Espínola. Maravilhado com o que viu e ouviu, pediu a Pedro Arboés Dantas (Pedrinho) também mestre de música e compositor, que lhe ensinasse suas primeiras lições. Pouco a pouco, aprendeu a tocar algumas músicas com desenvoltura através de um clarinete artesanal. Como relata Cecília Medeiros:

---

<sup>72</sup> DANTAS, Donatilla. CAPÍTULO XII – A música do hino a Carnaúba dos Dantas e o maestro Felinto Lúcio Dantas. *Carnaúba dos Dantas – Terra da Música*. Brasília: H.P. Mendes, 1989.

<sup>73</sup> CÂMARA, Maria Célia Medeiros. Entrevista concedida a Wênnya Kênnya de Souza Araújo. Carnaúba dos Dantas, 23 jul. 2016.

<sup>74</sup> GUANAIS, Danilo. *O plantador de sons: vida e obra de Felinto Lucio Dantas*. Natal: Fundação José Augusto, 2001. p. 60.

Despertou o interesse pela música aos 15 anos, depois de ouvir a valsa de seu primo Tonheca Dantas, Royal Cinema. Recebeu suas primeiras lições com Pedro Arboés e as primeiras notas foram tiradas em um clarinete feito de pereiro com chaves de latão, confeccionado por Mamede Azevedo. Mais tarde o seu 1º instrumento oficial: um trombone, que um irmão tinha tirado em uma rifa. Contudo, continuou vivendo da agricultura e de tocatas que fazia<sup>75</sup>.

Todas as noites, no sítio Carnaúba de Baixo, estudava à luz trêmula de um candeeiro, e dentro de mais ou menos um mês, já sabia a parte essencial da teoria. Havia, porém, um problema: o clarinete não se afinava como os outros e Felinto Dantas teve que tomar emprestado 50\$000 (cinquenta mil réis) para a compra de um instrumento seminovo. Em pouco tempo fez sua primeira composição, o dobrado “Estréia” (1917) e logo depois sua primeira valsa “Culpa e Perdão” (1919).

Assim, depois de intenso processo e muitas dificuldades, era o início de sua escalada musical, prosseguindo, com êxito, o seu objetivo de desvendar os segredos da harmonia, deixando para a posteridade uma coletânea de valsa, dobrados, marchas, mazurcas. Porém, sua preferência era para os temas sacros, como novenários e missas, inclusive uma em latim, dedicada a Santa Cecília.

Danilo Guanais (2001) nos diz que, por aquela época, o dobrado era a forma natural onde se manifestava o espírito inventivo de quase todo jovem compositor na região do Seridó. Além disso, o compositor encontra neste gênero um componente psicológico de fácil associação ao vigor e ao temperamento masculino. Já na valsa, por ser métrica ternária e relacionada à doçura, era tipicamente feminina.

Assim, além das personagens que mereceram a manifestação de devoção carinhosa de uma composição, Felinto Dantas dedicou a cada filho um dobrado, e para cada filha, uma valsa. Sua última composição foi a valsa dedicada a sua segunda esposa, D. Delzira Dantas, que embora composta em 1981, só tornou-se conhecida após a morte do maestro em 1986.

Na sua peculiar simplicidade, dizia o compositor seridoense ter composto menos de mil e mais de cem músicas. Esse modesto autodidata jamais recebeu dinheiro por qualquer composição e afirmava categórico “não fazer continência a dinheiro e sim ao caráter”.

---

<sup>75</sup> MEDEIROS, Cecília Maria Dantas de. Entrevista concedida a Wênnya Kênnya de Souza Araújo. Carnaúba dos Dantas, 23 jul. 2016.

Felinto Dantas também colaborou como regente por muito tempo dos Corais sacros das Igrejas dos municípios de Acari e Carnaúba dos Dantas. Por apresentar características bastante fortes e também por sua capacidade intelectual.

No anonimato de Carnaúba dos Dantas/RN, Felinto Dantas foi descoberto pelo MOBRAL<sup>76</sup>, em 1975, através de sua Coordenação Estadual no Rio Grande do Norte, quando na oportunidade foi lançada no país uma coletânea de LP de 12 particulares, com dobrados, valsas e hinos sacros.

Este foi o primeiro passo no sentido do florescimento da obra do maestro. E deste fato em diante, sua obra passou a ser preservada, copiada e catalogada pelo próprio compositor.

Segundo Danilo Guanais (2001), Felinto assinou um contrato de edição, registro e gravação com o MOBRAL, que inclui os dobrados 1, 54, 55, 56, 59 e 60, as valsas “Vitorinha”, “Vanuza carvalho”, “Cecília Maria Dantas”, “Lúcia Dantas”, “Nilda Dantas”, “Maria de Fátima Dantas”, “Terezinha Dantas”, “Adélia”, “Culpa e Perdão” e “Valsa Centenária de Caicó”, o Hino à cidade de Carnaúba dos Dantas/RN, a Missa nº 1, a mazurca “Maria Célia” e a Canção da Normalista, além das novenas 1 a 11.

Com a publicação das partituras, Felinto Lucio aparece finalmente na forma criativa dos seus 80 anos, estreando sua música em disco, através de um álbum duplo que, tendo por título seu nome, Felinto Lúcio Dantas, permite conhecer uma parte da sua obra profana (dobrados e valsas) e religiosa (Missa de Santa Cecília e Ladainha de Nossa Senhora).

Em Natal, o lançamento do álbum do maestro aconteceu no dia 07 de agosto de 1977 no Palácio Potengi, numa cerimônia solene, patrocinada pelo Governador Tarcísio Maia e prestigiada por um grande número de amigos e admiradores de Felinto Dantas. Célia Câmara destaca em sua fala, como o maestro era sistemático:

Uma das últimas vezes que ele viajou, quando foi para o MOBRAL, ele foi a única pessoa que quebrou a regra do Palácio do Governo em Natal, pois ia ser o lançamento do primeiro LP dele e Tarcísio Maia esteve lá em casa junto com Lourdinha Guerra informando que ele deveria comparecer, vestindo um paletó e de acordo com a ocasião e ele saltou: não vou não, pois isso eu não visto. Tarcísio

---

<sup>76</sup> O Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Seu objetivo era erradicar o analfabetismo no Brasil num curto espaço de tempo. Tinha forte influência do Método Paulo Freire, pois utilizava “palavra geradora”, que consistia em palavras pesquisadas com os alunos, para educar. Ver: BRASIL, Cristiane Costa. *História da Alfabetização de Adultos: de 1960 até os dias de hoje*. Disponível em: <<https://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCostaBrasil.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2016.

muito seu amigo disse: Não Lourdinha, ele vai do jeito que ele é. E foi mesmo, entre todas as autoridades ele é o único a estar de camisa de botões<sup>77</sup>.

Após a repercussão do MOBREAL em 1977, o maestro Felinto Lúcio Dantas passou a ser reconhecido como uma figura de destaque na música brasileira e seridoense, além de ter adquirido muito respeito e admiração por parte de políticos e figuras sociais do Rio Grande do Norte e de outros estados.

Com seu trabalho reconhecido por boa parte do país, mais um enredo sobre a vida do maestro é lançado. Em 1982, Felinto Lúcio Dantas juntamente com o autor de *Homens e Fatos do Seridó Antigo*<sup>78</sup>, Dom José Adelino Dantas, participaram da gravação de depoimentos para o programa "Memória Viva" da TV Universitária<sup>79</sup>. Neste momento, porém, o repertório se fez por ele mesmo, (re)contando histórias que perpassaram sua vida.

Mais uma vez, fica clara a presença de uma figura simples e humilde, no repertório de memória destacado sobre o maestro. Como aborda Certeau (1998, p. 161), a memória mediatiza transformações espaciais e segundo o modo do “momento oportuno” (Kairós), ela produz uma ruptura instauradora. Sua estranheza torna possível uma transgressão da lei do lugar.

Diante do documentário, é possível interpretar os fatos individuais e peculiares da vida do maestro, além de valorizá-lo. E ainda possui uma linguagem acessível sobre o tema, tornando-se um veículo de impulsão para o desenvolvimento cultural.

Felinto Dantas, apesar da grande notoriedade após os repertórios acima citados, continuava a plantar feijão e fazer música. Estava com seus oitenta anos e os sons lhe revelavam, com tal clareza que as criações do personagem há muito são transcritas para naipes de orquestra sinfônica sem dificuldade e com muita beleza..

Mais uma vez, fica clara a presença de uma figura simples e humilde, no repertório de memória destacado sobre o maestro. Como aborda Certeau (1998, p. 161), a memória mediatiza

---

<sup>77</sup> CÂMARA, Maria Célia Medeiros. Entrevista concedida a Wênnya Kênnya de Souza Araújo. Carnaúba dos Dantas, 23 jul. 2016.

<sup>78</sup> DANTAS, Dom José Adelino. *Homens e Fatos do Seridó Antigo*. Garanhuns: O monitor, 1961.

<sup>79</sup> CARNAÚBA dos Dantas-Rn 1982 Felinto Lúcio & Dom José Adelino Dantas. Realização de Tv Universitária. Natal - Rn, 1982. (48 min.), son., P&B. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=F5je-v4X\\_ec](https://www.youtube.com/watch?v=F5je-v4X_ec)>. Acesso em: 17 abr. 2016.



transformações espaciais e segundo o modo do “momento oportuno” (Kairós), ela produz uma ruptura instauradora. Sua estranheza torna possível uma transgressão da lei do lugar.

Aqui, a memória retornada sobre ele faz-nos observar que vivemos a aceleração da história, e que ela produz, cada vez mais rapidamente, um passado morto, a percepção geral de algo desaparecido, como destaca Pierre Nora.<sup>80</sup>

Desconhecido quase uma vida inteira, no anonimato da pequena Carnaúba dos Dantas/RN, o maestro deixou sua marca para a posteridade. Embora por pouco tempo tenha aproveitado seu sucesso, fora acometido por uma grave doença no ano de 1983.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No universo das práticas musicais, gestos, comportamentos, sons, palavras e cores, tornam-se, portanto, formas básicas de expressão e decodificação dos sentimentos e ideias. Felinto Lúcio Dantas não foi somente um lavrador/músico, mas um homem culto, que sabia latim, entendia profundamente de História Universal, gostava de conversar sobre religião, fazendo sempre citações constantes de textos da Bíblia.

O autodidatismo do maestro carnaubense surpreendeu a muitos. Trazia dentro de si qualidades morais de um verdadeiro artista que, embora desconhecido por muitos anos, demonstra até hoje características indelévels. Felinto, na sua dita simplicidade, possuía estilo próprio e construiu uma carreira criativa e honesta, com uma formação puramente seridoense com influências apenas da religiosidade tradicional familiar.

Os olhares construídos sobre ele, durante a pesquisa, inspiram discursos diferentes em relação aos aspectos historiográficos da narrativa e suas possibilidades de entendimento do passado. Suas composições, seus escritos, suas palavras e suas ideias, permitiram que Felinto Lúcio se tornasse um maestro de renome do Seridó Potiguar. Sua destreza e determinação fizeram com que os que mantiveram contato com suas melodias e harmonias, saíssem prontos para dar vida a novas músicas e novos saberes.

---

<sup>80</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, São Paulo, v. 10, p.7-28, 1993. Tradução: Yara Aun Khoury. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 31 maio 2016.p.7.



Por fim, termino convidando a todos a conhecer a história do maestro Felinto Lúcio Dantas. Sua ausência física não apagou a beleza e a sensibilidade de suas composições, ao contrário, ultrapassaram o limite estadual e regional, e fazem parte do repertório de incontáveis bandas de música. Sua presença é constante, como fonte de inspiração.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. (org.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BRASIL, Cristiane Costa. *História da Alfabetização de Adultos: de 1960 até os dias de hoje*. Disponível em: <https://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCostaBrasil.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DANTAS, Dom José Adelino. *Homens e Fatos do Seridó Antigo*. Garanhuns: O monitor, 1961.

DANTAS, Donatilla. *Carnaúba dos Dantas - Terra da Música*. Brasília: H.P. Mendes, 1989.

GALVÃO, Cláudio. *A desfolhar saudades – uma biografia de Tonheca Dantas*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa/Gráfica Santa Maria, 1998.

GUANAIS, Danilo. *O plantador de sons: vida e obra de Felinto Lucio Dantas*. Natal: Fundação José Augusto, 2001.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; DANTAS, Expedita Maria; MEDEIROS, Anna Jacinta Dantas de Medeiros e Márcio Dantas de. INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS III: FORMAS DE EXPRESSÃO. *Mneme: Revista de humanidades*, Caicó, Rn, v. 7, n. 18, p.112-195, 18 out. 2005. Semestral. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/323/296>>. Acesso em: 09 maio 2016.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, São Paulo, v. 10, p.7-28, 1993.

Tradução: Yara Aun Khoury. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 31 maio 2016.

*RITMOS, sons, gostos e tons do patrimônio imaterial de Carnaúba dos Dantas/ Helder Alexandre Medeiros de Macêdo (Organizador)*. Caicó: Nelograf, 2005. Professor Universitário - UFRN

## **EM MEIO A ESCRITOS E RABISCOS: A PRODUÇÃO TEATRAL DO “IMPREVISÍVEL DIRETOR BRASILEIRO” LUÍS ANTONIO MARTINEZ CORRÊA**

Cássia Abadia da Silva<sup>81</sup>

A relação dos pesquisadores com os documentos, com o arquivo não é apenas da ordem do racional, os documentos emocionam, mexem com a sensibilidade do pesquisador, os documentos se tornam mais ou menos relevantes, se tornam dignos de eleição, de escolha, de seleção, de recolha, de registro e de citação pela emoção que causam no pesquisador, pelo impacto sensível que exercem sobre quem os lê. A ideia de que a relação com o documento é apenas da ordem do racional é uma mitificação. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013: 12)

Os documentos de arquivo não diferem de outros documentos pelo seu aspecto físico ou por ostentarem sinais especiais facilmente reconhecíveis. O que os caracteriza é a função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou um organismo (público ou privado), servindo-lhes também de prova. Instrumentos e produtos das ações de indivíduos e instituições, tais documentos continuam a representá-las mesmo quando as razões e os agentes responsáveis por sua criação se transformaram ou deixam de existir. (CAMARGO, 2009: 28)

### **DO “ENCANTAMENTO” A CONSTRUÇÃO DO OBJETO**

Para ser historiador é preciso ter ousadia, coragem, gostar de desafios e aventuras, estar aberto a outras possibilidades, deixar se apaixonar por pessoas e coisas que talvez não tenham nenhuma ligação temporal, ou mesmo com suas experiências pessoais, mas que nos levam inevitavelmente ao encontro delas como é caso de nosso de pesquisa de doutorado, que aqui apresentamos seus primeiros suspiros.

A primeira epígrafe com que iniciamos esse texto diz muito sobre a construção e a relação com nosso objeto de estudo, sobre a escolha de trabalhar com o arquivo pessoal. Foi pela sensibilidade e emoção que alguns materiais de pesquisa nos suscitaram durante o desenvolvimento da pesquisa de mestrado que nos levou a considerá-los “dignos de eleição, de escolha, de seleção, de recolha, de registro e de citação” (como diz o historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior) para a pesquisa do doutorado.

---

<sup>81</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Doutoranda pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (PPGHI/UFU). Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kátia Rodrigues Paranhos. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig). E-mail: cassia.hist@gmail.com

Iniciamos a pesquisa de mestrado com a intenção de estudar o texto teatral *O percevejo*, escrito em 1928/1929 pelo poeta russo Vladímir Maiakóvski (1893-1930), o texto ganhou uma publicação em formato de livro no Brasil só em 2009, pela Editora 34. E essa era a edição que pretendíamos trabalhar, no entanto alguns detalhes dessa publicação nos chamou a atenção para a encenação brasileira deste texto.

A referida publicação é a tradução realizada pelo diretor brasileiro, Luís Antonio Martinez Corrêa (1950-1987), cotejada com original por Boris Schnaiderman que também fez o posfácio da obra, e é no posfácio do livro que conhecemos os detalhes sobre a encenação de *O Percevejo*, levada a cena em 1981 no Rio de Janeiro (teatro Dulcina) e em 1983 em São Paulo (Sesc Pompéia) foi aí que surgiu nosso interesse em conhecer mais essa encenação.

Já sabendo da existência de alguns registros sobre a encenação, assim como do esforço dos envolvidos para realizá-la, decidimos que o foco da pesquisa de mestrado seria a adaptação brasileira de *O percevejo*, produzida por Luís Antonio Martinez Corrêa conjuntamente com interessantes personalidades da cultura brasileira, tais como Helio Eichbauer, Caetano Veloso, Dedé Veloso, os irmãos Maurício e Guel Arraes, Ney Costa Santos entre outros.

Em meio à falta de trabalhos acadêmicos sobre a encenação de *O percevejo* ou mesmo sobre Luís Antonio tivemos que nos desdobrar para conseguir fontes e documentos, consultamos acervos de importantes instituições de guarda de materiais sobre artes, dentre elas o Centro Cultural São Paulo (CCSP) e a Fundação Nacional de Artes (Funarte-RJ). Em seus acervos encontramos alguns materiais, mas faltava localizar o arquivo pessoal do diretor, que com certeza guardava muitas preciosidades.

Uma alternativa for realizar entrevistas, conversas com aqueles que foram próximos a Luís Antonio, assim como aqueles que participaram da produção e encenação de *O percevejo*. Diante de todas as falas e demais registros documentais, ficamos mais instigados a adentrar ao universo criativo de Luís Antonio, conhecer quem era jovem promissor que nos fim dos anos (19)80 era um dos mais comentados e conhecidos diretores teatrais no campo do teatro musical.

Contudo uma questão nos rondava: como fazer isso? Uma das possibilidades (talvez a mais viável e a que procuramos seguir) foi propor explorar sua produção como Aurélio Michiles (amigo próximo do diretor e integrante do grupo Pão & Circo dirigido por Luís) nos salientava em uma conversa,

Você vai ter que trabalhar bastante no seu projeto, pegar as facetas do Luís, descobrir o que formou ele de fato, talvez ir em Araraquara. Difícil falar, dizer quem ele era, tem que ser através das peças, mas as peças não são filmadas, você vai ouvir só os relatos das pessoas que participaram, que viram, algumas fotos, mas, como que ele trabalhava, como ele se relacionava, o que ele pensava, não sei, não sei, era uma pessoa muito trabalhadora. (MICHILES, 2015)

Nossa curiosidade e interesse pela produção de Luís Antonio e por sua trajetória a cada encontro, a cada material que deparávamos eram aguçados, sentíamos uma profunda ligação, como se fizéssemos parte daquela história, daqueles fatos, ia crescendo mais e mais a certeza de que havíamos encontrado uma nova paixão, uma nova diversão, um novo desafio, um novo objeto de pesquisa.

Foi também em entrevista com a irmã de Luís Antonio, Maria Helena Martinez Corrêa que finalmente descobrimos que todo o acervo do diretor, o que sobrou dele, foi doado a Funarte do Rio de Janeiro, uma espécie de (des)encontro, já que havíamos consultado a instituição e essa por sua vez não nos forneceu essa informação.

Ao conhecermos o acervo do Arquivo “Martinez Corrêa”, ficamos mais encantados, diante inúmeras caixas e pastas que guardavam restos e fragmentos de toda uma carreira, de toda uma significativa produção teatral que de certa forma foi relegada, esquecida pela historiografia brasileira. Já conhecendo um pouco da trajetória (que apresentaremos daqui a pouco) de Luís Antonio, “impactados” por aquele arquivo, propomos estudar em nossa pesquisa de doutorado a trajetória artística do teatrólogo.

### **O “IMPREVISÍVEL DIRETOR BRASILEIRO”**

Afinal quem era o “imprevisível diretor brasileiro” de que a crítica tanto falava em revistas e jornais?

Luís Antonio Martinez Corrêa nascido em 1950 em Araraquara/SP foi um homem de teatro que dedicou incansavelmente em prol de tal arte, desde sua adolescência até sua prematura morte. Vítima de um assassinato bárbaro em 1987, aos 37 anos, tendo 15 anos de carreira de teatro profissional, o diretor, dramaturgo, ator, professor e tradutor, Luís Antonio Martinez Corrêa deixou importantes contribuições para o teatro, assim como para a cultura brasileira.

Tendo se apaixonado desde muito cedo pelo teatro, Luís Antonio logo se insere neste meio, ainda na adolescência começa a participar de experiências teatrais em grupos de estudantes como ator e depois como cenógrafo e diretor.

Depois se transfere para São Paulo, onde passa trabalhar com o irmão Zé Celso no Teatro Oficina no início da década de 1970, é neste período que ele cria os primeiros laços e relações no meio teatral e também seu grupo teatral Pão & Circo, dirige encenações como: *Cypriano e Chantala- lan* que é uma criação coletiva e *O Casamento do pequeno-burguês* de Bertold Brecht, ambas em 1972, a última foi a primeira grande realização cênica reconhecida pela crítica e pelo público, o grupo realizou outras temporadas da peça tanto em São Paulo, no Rio de Janeiro como no exterior (Itália, Suíça, França e Alemanha).

É no Rio de Janeiro que Luís Antônio e o grupo Pão & Circo vai realizar outras produções como: *Titus Andrônico* de William Shakespeare (1975), em 1976 há o rompimento dos integrantes do grupo e Luís Antonio parte para outros projetos: *Ópera do malandro* de Chico Buarque (1978), com várias temporadas e sucesso de público, 1981 e 1983 temos *O percevejo* de Vladímir Maiakóvski que é visto como um amadurecimento cênico do diretor, *Hino da fonte da vida* de Mário de Andrade em 1982. Nesta época passa a lecionar em cursos de teatro (CAL, Unirio), produzindo uma grande quantidade de encenações com seus alunos, para um grande público ainda temos: *As desgraças de uma criança* de Martins Penna (1983), *Theatro Musical Brasileiro I 1860/1914* (1985), *Mahagonny* de Bertold Brecht e Kurt Weill e *Amor por anexins* de Arthur Azevedo em 1986 e sua grande obra final *Theatro Musical Brasileiro II 1919/1945* em 1987.

Contudo, passados quase trinta anos de sua morte pouco sabemos sobre ele, a primeira referência e também a mais comum é a de irmão mais novo, do então ator e diretor teatral Zé Celso (José Celso Martinez Corrêa), nome (re)conhecido no cenário cultural do país, não só por sua postura política, mas por sua intensa e irreverente produção teatral no Teatro Oficina. É neste espaço que Zé Celso rememora o irmão todos os anos, como nos conta: “tudo que se refere à memória do Luís é importante em minha sobrevivida à dele, todos os anos dia 23 de dezembro às 14:30 horário do assassinato de Luís, fazemos no Oficina um rito-espetáculo em memória dele” (CORRÊA, 2015).

Esse ato de rememorar Luís Antonio, assim como sua produção parece não ter sido incorporado a historiografia do teatro brasileiro, notamos que há uma ausência, uma lacuna, um

profundo silêncio em relação ao diretor e o seu trabalho, o máximo que podemos encontrar são rápidas citações sobre algumas encenações realizadas por ele em obras de caráter panorâmico. Estas citações chamam a atenção para a presença e a contribuição do diretor para o teatro musical, principalmente com suas últimas peças: *Theatro Musical Brasileiro 1860-1914* (1985) e *Theatro Musical Brasileiro 1914-1945* (1987), além de *Ópera do malandro* (1978).

Além disso, o que temos são as críticas, algumas (poucas) publicadas posteriormente em formato de livros e acessível a um grande público, no entanto, a grande maioria destes escritos ficaram encerrados nas páginas dos jornais e revistas, ou nas narrativas daqueles que conviveram com Luís como essa do cenógrafo Helio Eichbauer,

Dos jovens diretores de teatro, Luiz Antônio Martinez Corrêa foi quem mais gostei de conhecer e com quem mais gostei de trabalhar no Rio de Janeiro. Muito estudioso, inventivo e apaixonado por sua profissão, apresentou sua bela montagem do Casamento do pequeno burguês, de Bertold Brecht, nos anos de 1970 (com cenários e figurinos de Analú Prestes), e em seguida convidou-me para cenografar e criar os figurinos da tragédia Titus Andronicus, de Willian Shakespeare, também no Teatro Ipanema, com ótimo elenco. Saíamos da praia para os ensaios salgados e sacudindo a areia. Às vezes lançávamos sobre esteiras no palco, numa comunhão ritual. (EICHBAUER, 2013: 265)

Deste modo, temos buscado pensar a trajetória do teatrólogo Luís Antonio Martinez Corrêa considerando suas propostas, iniciativas, inovações em seus trabalhos cênicos, tendo em vista que ele (Luís) “não foi um vanguardeiro que pegou o bonde da estética do rompimento dos anos 70 como emblema de trabalho. Foi arrebatado na sua individualidade” (MACKSEN, 1987), é justamente essa individualidade que temos a intenção de evidenciar com nosso trabalho.

## **O ARQUIVO MARTINEZ CORRÊA E OS USOS DOS ARQUIVOS PESSOAIS**

Nós historiadores cada vez mais partilhamos nossas pesquisas, teorias e metodologias com aqueles que também estão inseridos nos mesmos grupos, nos mesmos eventos, que compartilham as mesmas discussões, conseqüentemente nos fechamos para oportunidades de outros olhares e contribuições para nossa formação e para nossos objetos.

Foi uma feliz descoberta o *Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades*, apesar de estar na sua sétima realização, só agora viemos a conhecer o evento. Primeiramente ficamos muito instigados, além do tema geral “história cultural e sensibilidades” fazer parte da nossa

formação e dos nossos escritos, ficamos também pensando sobre uma das propostas de simpósio temático, referente às “Possibilidades de usos de arquivos pessoais para o estudo de intelectuais”.

Muito embora, tenhamos como principal fonte de pesquisa o arquivo pessoal do diretor Luís Antonio Martinez Corrêa, ainda não tínhamos detido com mais profundidade nas discussões e debates sobre arquivo pessoal. Apesar da distância do evento e do pouco domínio sobre esse tema decidimos nos inscrever e conhecermos um pouco mais sobre os trabalhos e assuntos pesquisados nesta aérea.

Visitando nossas memórias sobre arquivo pessoal logo nos lembramos sobre as leituras acerca de documentos e fontes, sendo que muitos historiadores ficaram restritos aos documentos/fontes considerados oficiais, tidos como objetivos e verdadeiros, deste modo eliminando o arquivo pessoal com suas subjetividades.

O trabalho do historiador com arquivo privado está ligado à ampliação dos materiais e objetos de pesquisa, como nos diz Angela de Castro Gomes,

A descoberta dos arquivos privados pelos historiadores em geral está, por conseguinte, associada a uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a qual, por sua vez, tem que renovar sua prática incorporando novas metodologias, o que não se faz sem uma profunda renovação teórica, marcada pelo abandono de ortodoxias e pela aceitação da pluralidade de escolhas. Isto é, por uma situação de marcante e clara diversidade de abordagens no “fazer história”. (GOMES, 1998: 122)

Um novo modo de “fazer história” que nos permite debruçar sobre instituições e personalidades públicas e privadas, coisas e pessoas que ficaram no rodapé da escrita da história, o uso de arquivo pessoal nos proporcionou diálogos e empréstimos de conceitos e temas de várias áreas e autores como também destaca Gomes.

Importante também são as contribuições de Ana Maria de Almeida Camargo, que usamos logo no início deste texto como uma das epígrafes, o texto “Arquivos pessoais são arquivos” primeiramente chama atenção para algo que parece obvio, que o ato de reunir materiais, de guardar peças sobre si e sobre os outros por uma pessoa ou instituição ao longo do tempo são arquivos, assim como qualquer outros de qualquer caráter.



A segunda coisa que consideramos relevante é que autora indaga a própria denominação de arquivos pessoais,

Convém examinar, inicialmente, o sentido da expressão “arquivos pessoais”. Embora se admita seu uso na comunidade arquivística brasileira, o mais correto seria dizer *arquivos de pessoas* (desta ou daquela pessoa, tratada individualmente) ou de categorias ocupacionais (de estadistas, de literatos, de cientistas etc.), ao menos para não conflitar com três situações distintas, igualmente questionáveis, em que o ímpeto é aplicado. (CAMARGO, 2009:30)

Outro aspecto que também nos toca é o do alargamento da concepção de que o trabalho com o arquivo pessoal não são para apenas os de (auto)biografia, mas que são e podem ser usados para uma infinidade de pesquisas de diferentes temáticas e abordagens.

Interessante e simples é definição de arquivos pessoais que encontramos no site de uma das principais instituições (no Brasil) que guardam e trabalham com esse tipo de arquivo, o Centro de Documentação e Pesquisa de história Contemporânea do Brasil (CEPDOC),

De uma maneira geral, as pessoas guardam documentos que testemunham momentos de sua vida, suas relações pessoais ou profissionais, seus interesses. São cartas, fotografias, documentos de trabalho, registros de viagens, diários, diplomas, comprovantes e recibos ou simplesmente “papéis velhos”. Esses documentos, quando tomados em conjunto, podem revelar não apenas a trajetória de vida, mas também gostos, hábitos e valores de quem os guardou, constituindo o seu arquivo pessoal. (CEPDOC)

Além de arquivo pessoal nos deparamos com outro termo que nos parece próximo, o de arquivo privado, do que diz o Centro de Documentação e Informação da Funarte (CEDOC), local de guarda do arquivo “Martinez Corrêa”. Na sua “política de aquisição e desenvolvimento de acervos de arte e cultura” podemos conhecer um pouco sobre como é composto o arquivo privado da instituição, como podemos notar na seguinte passagem:

Constituído de personalidades ligadas, sobretudo, às artes cênicas. Parte dos arquivos é de procedência institucional porque é originária do Projeto Memória das Artes Cênicas, ocorrido entre o final dos anos 1970 e o ano de 1987, realizado pelas instituições extintas, o Serviço Nacional de Teatro (SNT, 1937-1979), o Instituto Nacional de Artes Cênicas (Inacen, 1981-1987) e a Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen, 1987-1990). Outros arquivos foram adquiridos por meio



de doações espontâneas, feitas pelas famílias das artistas ou pelo titular; e também há um universo obtido por compra. (CEDOC/Funarte, 2014)

O arquivo “Martinez Corrêa” se encaixa na categoria de adquirido por meio da doação, a qual foi feita pela família e digamos que não foi muito espontaneamente, foi um caso de urgência e de necessidade. Após a morte (em dezembro de 1987) do diretor (como nos conta a irmã Maria Helena M. Corrêa) “tudo” que ele guardava foi levado para duas salas do Teatro Villa-Lobos, passados poucos meses estourou um cano no prédio, o que causou infiltrações no local onde estava guardado o acervo pessoal de Luís Antonio.

O *Jornal do Brasil* trazia em sua edição de 23 de março de 1988 essa triste notícia anunciada como “Memória ameaçada”, completada pela ênfase do texto “O arquivo de Luiz Antonio Martinez Correa sofre com inundação no Teatro Villa Lobos”, o texto informava a grande preocupação da família, pois,

Tudo estava encharcado, principalmente as cartas que ele trocou com os amigos na Europa, gente de teatro, cinema, exilados políticos, nas quais fazia críticas de teatro, cinema e a situação no país. Muitas dissolveram-se na inundação, como alguns uns livros de teatro que tiveram suas páginas desmanchadas. (*Jornal do Brasil*, 1988)

O texto fala que a irmã Maria Helena levou o acervo para seu apartamento para tentar salvar, “preservar” o acervo de Luís que guardava “pesquisas de todas as peças encenadas pelo irmão – como **Teatro Musical I e II, O percevejo, O casamento do pequeno burguês**. Tudo isso, mais centenas de livros, discos, partituras, fitas”. (*Jornal do Brasil*, 1988)

Os familiares ainda fazem um apelo pedindo ajuda ao governo tanto para um local de guarda, assim como de recursos para preservar o que tinha restado do acervo,

Estamos precisando urgentemente de um espaço para guardar o material e de pessoas especializadas na sua organização e catalogação. Precisamos do apoio do governo, pois trata-se de uma providência urgente. (*Jornal do Brasil*, 1988)

A inundação do acervo de Luís Antonio nos faz pensar sob quais condições um arquivo se constitui, é ilusão acreditarmos que os arquivos permanecem tais quais o seu criadores deixaram,

é preciso saber lidar com o “feitiço” que também tipo de arquivo pode causar nos pesquisador, como nos fala Angela de Castro Gomes,

Por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelaria seu produtor de forma “verdadeira”: aí ele se mostraria “de fato”, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros. (GOMES, 1988:125)

Em nosso caso foram várias as interferências, as intempéries e destruições que o acervo sofreu. Primeiramente eram as recordações, os materiais de trabalho, as paixões de um homem de teatro que foi de palco do assassinato de seu dono, antes mesmo de recuperar esse trauma foi deslocado para o outro local como “representação”, memórias, fragmentos de quem o produziu, ali com inundação foram levadas mais algumas de suas partes e por fim, após cicatrizar algumas feridas de mais um golpe a constituição do arquivo “Martinez Corrêa” que diz reproduzir a organização como o original, agora nos perguntamos: o que é esse original? Nos causa incômodo essa concepção de que o arquivo privado ser tomado como uma “prova”, “verdade”, assim como qualquer outro material eles não são absolutos.

Todo esse processo de transformação de guardados pessoais a arquivo pessoal demonstra as operações que passam para se constituírem um arquivo, como nos chama atenção mais vez Durval Muniz,

Sabemos que os arquivos são constituídos, que nascem tanto daquelas operações de acúmulo e guarda e de documentos, de classificação, nomeação, acondicionamento, de dados conjuntos de documentos, como também destas operações de seleção, separação, ordenamento, distribuição, e até mesmo de atividade de descarte, destruição e adulteração de documentos. O arquivo e os documentos se fabricam, tanto quanto as narrativas que deles se utilizam. (ALBUQUERQUE JR., 2013:25)

Podemos dizer que o arquivo “Martinez Corrêa” sofreu muitas das operações citadas por Durval Muniz em sua constituição. O apelo que família tinha feito na reportagem do *Jornal Brasil*, por um local de guarda e preservação demorou um pouco para ser atendido, e até hoje digamos que não foi atendido completamente.

Antes de chegarem à última moradia aqueles sofridos materiais passou por mais um percalço, Maria Helena nos conta que fez uma cópia de boa parte do acervo e enviou a casa da cultura de Araraquara, a qual leva o nome do diretor, na esperança que originais pudessem um dia ir para lá, no entanto quem os recebeu não os achou adequados e acabaram queimados.

Depois dessa investida em vão finalmente foram doados a Funarte, contudo como consta no inventário do arquivo não se sabe com precisão quando os materiais chegaram à instituição, a única coisa que se sabe é que em 1993/4 a irmã, Maria Helena foi contratada pela instituição para fazer uma primeira organização do acervo, o inventário também aponta que algumas de suas peças do acervo foram descartadas por não “contemplarem à política de aquisição da instituição”.

Sobre as práticas seleção, organização e descarte que as instituições de guarda de arquivos fazem, podemos nos remeter ao que diz Ana Maria de Almeida Camargo,

No caso de escritores, artistas plásticos, cientistas políticos e outros indivíduos cuja produção tenha alcançado a “nobreza cultural” de que nos fala Bourdieu, as instituições de custódia manifestam nítida preferência pelos documentos remanescentes dos estágios anteriores e das versões da obra: esboços, minutas, rascunhos, originais, matrizes, negativos etc. A suposição de que tais documentos possam oferecer indícios da gênese e do desenvolvimento dos processos de criação, conhecimento e tomada de decisões passa então a justificar a cisão entre o que se julga extremamente relevante para a pesquisa (a obra e suas formas) e o que é secundário, a ponto de ser descartado. Muitas das operações seletivas que integram o protocolo de aquisição chegam a rejeitar *in limine* certas espécies, destituindo o conjunto de parcelas que ajudariam a compor uma representação mais completa da trajetória do ente produtor. (CAMARGO, 2009: 29)

Sobre o “Arquivo Martinez Corrêa” para nós pesquisadores são uma grande perda esses descartes, mesmo que tenha uma lista contendo relacionado o material que foi descartado, que não consta no inventário, o conjunto do que restou do original seria importante para compreender e “compor uma representação mais completa da trajetória” do diretor.

Segundo o inventário o arquivo possui 4.566 documentos que estão em diferentes idiomas e em vários formatos, que compreende um recorte temporal “incerto” de 1965-1993 e são materiais que compreendem até o dia da morte do diretor, sendo que alguns foram encontrados na mesa de trabalho, no geral o arquivo é formado por “cartas, anotações manuscritas, textos teatrais, material de pesquisa, recortes de jornais, fotografias, etc.”, que “mostra a intensa

dedicação do artista na elaboração de um espetáculo, além de revelar alguns pontos do comportamento da famosa ‘geração de 70’’. (Inventário, 2013).

No arquivo há uma parte intitulada: “póstumos”, que são depoimentos e materiais diversos coletados por Maria Helena junto aos amigos, pela ocasião da inundação que sofreu o acervo no Teatro Villa Lobos, no entanto consultando as demais caixas e pastas do acervo podemos encontrar esses materiais misturados aos outros, o que pode confundir e causar enganos àqueles que consultarem o arquivo sem muito conhecimento dele.

Cabe ressaltar que o processo de catalogação foi terminado apenas em 2013 e segundo o inventário “pode-se considerar o tratamento do arquivo completo” menos as fotografias que estão em tratamento em setor especializado, no entanto não precisa de muita consulta para constatar que o material carece de uma atenção especial, de uma restauração urgente, ele está muito sujo, muito deteriorado o que nos faz questionar sobre que tipo de tratamento foi esse, assim como a conservação e preservação do arquivo para qual tanto lutou a família de Luís Antonio Martinez Corrêa, principalmente a irmã Maria Helena.

Quanto a nossa pesquisa estamos na fase de explorar, de conhecer com mais precisão o arquivo, o acesso nos limita um pouco, pois a política de reprodução só permite que essa seja feita por meio de registros fotográficos, mas isso não tem sido nada, perto do trabalho que estamos tendo para manusear esses materiais que são tão frágeis e em péssimas condições, nos preocupa sua futura existência, esperamos que ele ainda tenha forças para resistir.

Apesar das dificuldades e dos desafios em trabalhar com esse arquivo pessoal, também é muito prazeroso e como diz Angela de Castro Gomes, “contudo, talvez como uma criança, eu considere esses lugares mais interessantes para pesquisa histórica”. (GOMES, 1988:127).

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 15, n. 26, jan.-jun. 2013, p.7-28.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do arquivo público mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, jul-dez 2009.

CEDOC. Política de aquisição e desenvolvimento de acervos de arte e cultura. Rio de Janeiro: Funarte, 2014.

EICHBAUER, Helio. *Cartas de marear: impressões de viagem, caminhos de criação*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998, p.121-127.

SILVA, Cássia Abadia. *Anarquia, beleza e magia: Luís Antonio Martinez Corrêa e O percevejo na cena brasileira*. 2016. 188 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

Site CEPDOC: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em 2 dez. 2016.

#### **FONTES**

CORRÊA, José Celso Martinez. Entrevista concedida à autora. São Paulo, 7 de abril de 2015.

Inventário do Arquivo Martinez Corrêa. Rio de Janeiro: Funarte, 2013.

LUIZ, Macksen. Do porão ao musical. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1987.

MAIAKÓVSKI, Vladímir. *O percevejo*. Tradução de Luís Antonio Martinez Corrêa, cotejo com original russo e posfácio de Boris Schnaiderman. São Paulo: Editora 34, 2009.

MICHILES, Aurélio. Entrevista concedida à autora. São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

## A IDEALIZAÇÃO DA MULHER EMANCIPADA A PARTIR DO TEATRO DE PEDRO CATALLO

Beatriz Ribeiro de Andrade<sup>82</sup>

Para uma introdução acerca da temática e da análise da peça “Uma mulher diferente” de Pedro Catallo, se faz necessário organizar a análise em uma contextualização, enredo da peça e uma análise focada na peça já à partir de uma ótica situada no espaço e no tempo.

A priori foi escolhido um foco a tratar da mulher nesse período dentre os anos 20 e 40 no sudeste do Brasil, no que se refere à volta da mulher ao lar “massacrada” por uma leva de discursos vindos de autoridades (legislativas, médicas e religiosas) para certificar-se do sucesso desse objetivo não só de uma elite, mas também sendo disseminada dentro do ambiente de trabalho urbano, a exemplo, das fábricas, ou seja, do universo operário brasileiro existente na região sudeste.

Então temos por início um período anterior que foi necessária a saída da mulher do lar por necessidade do veloz avanço industrial e da carência de trabalhadores, porém ao mesmo tempo que se necessita do trabalho feminino nas fábricas o imaginário burguês impõe um modelo “correto” de família dentro dos moldes do discurso também, religioso, transformando a mulher numa pecadora ao momento que deixa o lar para ir trabalhar, e da mesma forma fazendo ela temer, por exemplo, um trabalho noturno por sua fragilidade, imoralidade, e impulsos masculinos, e não apenas nesse sentido também se baseia em uma educação diferenciada, porque apesar da mulher está no mesmo ambiente masculino nesse momento, a educação dela se faz voltada para a esfera privada transformando-a em um expoente mais inexperiente em um ambiente masculino que foi educado desde sempre para tal função. E se faz esse pensar em relação aos discursos a partir também dessa citação de Margareth Rago (2014).

Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. Todo discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize. Não é a mulher esta carne fraca, presa fácil das paixões, que sucumbe sem resistências ao olhar insistente ou galanteios

---

<sup>82</sup> Graduanda – UFCG.

envaidecedores do sedutor? Vários procedimentos estratégicos masculinos, acordos tácitos, segredos não confessados tentam impedir sua livre circulação nos espaços públicos ou a assimilação de práticas que o imaginário burguês situou nas fronteiras entre a liberdade e a interdição.  
(RAGO, 2014, p.89)

Certamente esse impasse também se faz pelo resultado de uma construção do feminino a partir de olhares masculinos, dentro do mito de uma mulher materna e devota, frágil e delicada, persistente na mentalidade social desse período se faz nas diferentes classes sociais, através da diferente educação feminina, sendo muitas vezes suporte de discursos médicos ao falar do corpo feminino como mais frágil e uma mente mais inconstante pela sua variação hormonal, além de um discurso legislativo no qual proibia, por exemplo, o trabalho noturno feminino nas fábricas, exatamente por essa fragilidade já “comprovada” cientificamente. Levando em consideração que meados do século XIX foi um período muito persistente no uso científico para perpetuar diferentes formas de dominação não apenas no que diz respeito a gênero, então por essa noção entendemos que as classes da sociedade que existiam nas margens estavam ali sendo cruelmente atingidas por diversos discursos concretos e autenticados o suficientes para serem cada vez mais difíceis de combater.

E não se limitando ao discurso burguês de uma elite dominante, vemos por uma perspectiva não apenas de classe, mas no próprio movimento operário que também “fuzila” o espaço feminino com um discurso masculino de uma mulher sensível e explorada associada ao ideário de uma “tecnologia inconsciente”, contribuindo assim para a manutenção da própria situação masculina de operário, explorado, também em uma diferente esfera, e até quando havia presença feminina nos movimentos operários tinha discursos além dos próprios operários, de intelectuais internacionais com autoridade para influenciar movimentos diretamente aqui no Brasil, a exemplo desta citação que Rago(2014) fez de Friedrich Engels.

Retratando a miserável situação das classes trabalhadoras na Inglaterra, Engels também mostrava como o trabalho feminino nas indústrias “desorganizava inevitavelmente a família, e esta desorganização tem, no estado atual desta sociedade assente na família, as consequências mais desmoralizantes, tanto para os pais quanto para os filhos”. O sistema fabril, para ele impedia ainda que a mulher aprendesse os trabalhos domésticos e se tornasse uma boa dona de casa.  
(RAGO, 2014, p.94)



E é a partir desta grande quantidade de ataques de diferentes esferas para o retorno da mulher ao ambiente do lar, se faz dificuldade até mesmo no ambiente de resistência, de se por “onde bem entender”, seja no lar, na fábrica, ou no bar. Essa desunião da classe operária resultado de dificuldades de aceitação do gênero feminino nessa esfera, se faz resultado do porque a mulher nesse período se fazia ausente até mesmo num ambiente de protesto, e resistências nos movimentos sindicais e operários devido ao ambiente ser também mandado todo por vozes masculinas, desde o jornal impresso que seria a mídia bastante relevante no período, até as vozes de próprios líderes de movimento, e mesmo quando se fazia movimentação feminina com resultados positivos os próprios jornais tratavam de reafirmar a imagem feminina sempre de fragilidade e de frágeis vítimas do capitalismo, e não de mulheres fortes e organizadas também para o ambiente de militância. Devido a isso Rago(2014) se refere ao porque de pouca presença feminina nesse engajamento.

Em geral, a recusa das mulheres em participar das organizações sindicais ou partidárias foi vista como inconsciência política, tanto pelos militantes quanto pela produção acadêmica, ao menos até muito recentemente. Talvez se possa indagar se esta atitude de descomprometimento com instituições políticas, controladas por figuras masculinas, não tenha significado uma certa compreensão dos obstáculos intransponíveis com que se defrontava a mulher, não só na fábrica, mas também na família.  
(RAGO, 2014, p.101)

E na continuação de uma contextualização, se faz necessária a importância de quem é o autor dessa peça, e em que local social se faz presente, o escritor da peça Pedro Catallo começou sua carreira teatral no final da década de 20, quando o mesmo trabalhava numa oficina de calçados. Catallo foi um homem de origem italiana vindo da Argentina desembarcando diretamente em São Paulo, tendo tido sua vida no teatro adiada, talvez, pelas diversas prisões decorrentes de sua militância anarquista, além desse fator a datação de suas peças tornam-se um desafio pois as coleções de jornais anarquistas nem são sempre completas, dificultando saber a data exata de estreias, além da data em que realmente foi produzido o texto dramático. Porém é de grande importância destacar em Maria Thereza Vargas (2009).

Uma coisa é certa: a dramaturgia de Catallo foi sempre um prolongamento, quando não uma junção aos seus afazeres e à sua militância. Como ,aliás,

prescreviam os libertários. Era, portanto, uma dramaturgia que não se desvinculava do trabalho cotidiano, como tiveram ocasião de ressaltar seus companheiros.  
(VARGAS, 2009,p.23)

Deve-se associar a peça em questão, “Uma mulher diferente”, à clara militância anarquista do Pedro Catallo em relação também a sua visão diferente no que diz respeito ao ser mulher, defendendo nesse período uma ideia corajosa e revolucionária do que seria uma mulher emancipada nesse espaço, tendo estimativa de conhecimento da peça apenas no anos de 1940, mas tendo o teor de sua produção teatral desde o ano de 1928. Sempre relacionando com os ideais libertários relacionados às diferentes formas de relações, não apenas amorosas mas dentro de um ambiente de trabalho, e de relações sociais formais. Tendo nessa produção uma escancarada literatura engajada e com intenções além de artísticas, também política, no que diz respeito a noção de poder no âmbito social, desde a instituição do matrimônio, o local de autoridade de um burguês, até a posição do gênero masculino sobrepondo-se ao gênero feminino.

Pois como já visto anteriormente o ideal do masculino sobrepondo-se faz dominante até mesmo nas esferas dos movimentos dos trabalhadores sindicais, que poderiam dizer-se mais engajados e interessados em uma luta em prol dos marginalizados, o que não ocorre com a figura da mulher, que está a todo tempo sendo “esmagada” por discursos de dominação desde o seu corpo até a sua mentalidade, como se ela não pudesse ser dona de si, e o Pedro Catallo, representando uma parcela dentro do movimento anarquista, vem dentro dessa realidade chocar, revoltar e quebrar a ideia de uma mulher que não é dona de si, nem mesmo em um ambiente que se faz parecer avanço no campo das ideias revolucionárias do dito período. Ideia essa avançada, porém trazida por um simples artesão de sapatos, altamente engajado na luta da emancipação feminina, sendo esta apenas mais uma produção teatral que se faz uso dessa temática, formando na realidade uma trilogia que circula a temática da mulher como foco complementando com as duas outras peças chamadas: “A insensata” e “O coração é o labirinto”. Formando uma trilogia de ideais que circularam e impressionaram esses anarquistas, sempre trazendo a mulher como ser pensante que se impõe e se faz donas de si, sempre tendo a “última palavra” nas cenas. Nos trazendo a noção desse movimento anarquista, que se fez a frente dessa causa, quando diversas outras esferas representavam a mulher apenas como mera companheira

da imagem de um homem forte e de palavras revolucionárias, sendo apenas um segundo plano, apenas complemento, nunca como uma protagonista, o que se faz chocante nesse texto dramático.

E é nesta questão anarquista que se faz diferenciar dos outros discursos que estão em torno da defesa do gênero feminino, nota-se a partir desse trecho da Margareth Rago (2014)

Os anarquistas defendem a libertação da mulher em todos os planos da vida social, desde as relações de trabalho até as familiares. Nesse ponto, a crítica que Izabel Cerruti endereça às feministas ligadas à Revista Feminina deixa clara a posição libertária com relação ao significado do conceito de emancipação. Segundo aquela revista, a mulher deveria lutar para conseguir independência política, o direito de voto e de participação no processo eleitoral. Para as anarquistas citadas, evidentemente, esta proposta não é libertadora, uma vez que se restringe a lutar por conquistas estritamente políticas e ainda porque aceita e justifica a própria moral burguesa.  
(RAGO, 2014, p.133)

Então temos por necessário fazer uma breve fala acerca do enredo da peça para se entender o engajamento, a peça “Uma mulher diferente” escrita pelo Pedro Catallo, o que podemos por chamar de uma comédia dramática, se passa em torno da vida da personagem Elena, que se tem início por um dilema no que diz respeito a uma “armação” organizada pelo seu patrão, Ricardo, perdidamente apaixonada pela Elena e sem pensar provoca a prisão do pai de Elena para por nas mãos de Elena a liberdade do seu pai, e em troca de tal liberdade Elena teria que “se entregar” aos braços de Ricardo. Com toda sua frieza, e ceticismo em relação a superestimada virgindade, Elena aceita entregar-se a Ricardo, para ver seu pai livre de acusações injustas, para limpar a honra de seu pai. Porém ao não negar a verdade ao seu pai sobre como ele conseguiu sua inocência, ele se envergonha totalmente da filha, com toda a desonra que ela teria provocado a ele, pois a virgindade representaria para ele a honra da família que eles formavam, e mais ainda pelo fato de Elena não aceitar o pedido de casamento de Ricardo para “consertar” o equívoco, pois essa era sua intenção desde o início, porém para Elena não se passou de negócios, e não sentia um sentimento sequer pelo patrão.

Em um segundo momento, Elena acha melhor se isolar e sair de perto do pai para evitar a desonra a qual ele se referia, por gostar demais do seu pai, então hospedou se na casa de Ludovico, uma figura que representa um homem virtuoso, sem necessitar sequer de uma crença, sendo

claramente ateu, porém por uma proposital incoerência, sendo músico da Igreja, não se importando onde estaria tocando, pois segundo ele tocaria da mesma forma em qualquer ambiente que houvesse um piano, é um indivíduo que se demonstra bastante azarado e cético, porém de caráter ideal na ótica do autor, que recebe Elena mesmo sabendo que a vizinhança faria comentários maldosos a respeito de sua integridade por dar lar a uma “mulher desonrada”. Nesse mesmo ambiente se encontra a grande crítica a instituição da Igreja Católica, quando se representa o padre André, que se mostra um homem bom porém com hábitos inapropriados para seu ofício ao ser insinuados abusos de sua parte em relação a doméstica que trabalhava na casa do Ludovico, a Valeriana, representante de uma esfera de mulher trabalhadora, porém inocente e alienada na sua posição, sem noção da realidade e dos abusos que estava a sofrer, “desbocada” porém com a noção apenas de honestidade, sem ter a noção sóbria de Elena a respeito da independência que a mulher poderia ter em relação ao homem , por exemplo.

No momento final da peça, temos um encontro final entre os personagens, após uns dois anos, agora se relembra o que faz Elena sair da casa do seu grande amigo Ludovico, e ir trabalhar e viver em um orfanato da cidade, ela teria engravidado no episódio com Ricardo, e resolve privar seus próximos da desonra, tempos depois ela sai no jornal por causa de uma “promoção” que conquistara, que agora receberia um cargo de chefia na direção do orfanato, e com a divulgação desse anúncio, se atrai boa parte dos personagens que rodearam sua realidade no enredo dessa história.

Elena agora encontra se mãe solteira, porém dá atenção igual para todas as crianças do orfanato, e também se estabeleceu em um feliz relacionamento amoroso com um médico do orfanato, mas sempre recusando os pedidos de casamento de seu amado, por achar que o matrimônio estragaria qualquer relação, quando ela justifica com a seguinte fala: “ Porque o matrimônio destrói a candidez e a beleza que envolve as almas que se querem bem. O matrimônio confunde o amor com a cozinha, as contas com o idílio, as premências grosseiras da vida com a ternura sequiosa dos sentimentos, tornando tudo banal e sem encantos.”

Encontramos então nessa peça, um apanhando bastante plural de críticas direcionadas, desde as instituições associadas à igreja representada pela não apologia ao casamento, até a figura do padre “tarado”, além da crítica de um burguês que acredita poder comprar o amor do

que julga ser o amor da sua vida. Vê-se além da crítica uma apologia muito forte ao que se refere a umas das ideologias dentro dos movimentos anarquistas, que seria a noção do amor livre.

Dentro da edição organizada pela Maria Thereza Vargas (2009), que contém uma coletânea de peças anarquistas, temos esse trecho de uma fala do próprio Pedro Catallo referente a sua intenção no que diz respeito a essa peça em especial.

A escolha deste tema deve-se ao fato de cremos que o teatro deve responder a uma finalidade humana e instrutiva, sem acomodações sociais e sem preconceitos de espécie alguma. Pensamos, com este critério, contribuir para a emancipação da mulher, que se encontra ainda acorrentada a uma enfadonha disciplina físico-moral que lhe determina vida restritiva e prejudicial. De todas as restrições que suporta, a virgindade é, sem dúvida, a mais preocupante, posto que leva-a crer que todo seu valor pessoal, quer seja moral, intelectual ou profissional, reside nessa minúscula e dispensável membrana anatômica. Eis por que tão grande legião de moças, vencidas pelo ímpeto da natureza, vejam diante de si, como justo castigo, o refúgio da prostituição.  
(VARGAS, 2009, p.161)

E nessa breve fala, fica explícita a intenção de tal peça, pois é algo notável, que nada nesta escrita é por acaso, cada personagem representa uma crítica ou apologia, uma noção de ideal de caráter e sobriedade acerca da realidade e de seu ideal.

Compreende-se nesta peça a noção de que a mulher ainda há muito o que conquistar, pois um texto que foi publicado apenas em 1940, ainda ter “tabus” bastante enraizados na mentalidade da sociedade brasileira, onde ainda existe uma extrema valorização de uma “simples membrana anatômica”, na qual existe uma enorme leva de hipocrisia em instituições de poder representada por uma religião, pelo capital ou pelo próprio estado. Sendo intencional dentro dessa ideologia a aversão e a não apologia a qualquer instituição de poder, que impõe, nesse caso, limites ao corpo e ao intelecto de um indivíduo do sexo feminino. E por fim, destacando-se a valorização da importância da linguagem artística do próprio teatro não só como forma de uma educação alternativa, mas de militância bastante forte, e presente em diversos movimentos, sendo de singular relevância dentro do estudo das mesmas.

**REFERÊNCIAS**

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinas: Brasil 1890-1930.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

VARGAS, Maria Thereza. **Antologia do Teatro Anarquista.** São Paulo: Editora WMF Martins fontes, 2009.

## (RE)VISITANDO A HISTÓRIA POLÍTICA: UMA BREVE PERSPECTIVA TEÓRICA

Aline Marques da Silva<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Pensar a política é pensar relações de poder, de força, de consentimento, de favores, de amizades e inimizades, enfim, é pensar numa gama de possibilidades de relações que sempre perpassam por interesses público e privado, mas acima de qualquer motivação política encontramos a força motriz que rege o pensamento político de nossa sociedade: o poder. Refletir sobre tal relação de poder político é perceber como ele se espraia por toda uma seara social/cultural histórica, e analisar como ele está imbricado dentro das práticas da cultura política paraibana, regional ou nacional, faz parte da investigação historiográfica. Para Angela de Castro Gomes

(...) o conceito de política foi, portanto, ampliado, constituindo-se em instância autônoma e estratégica para a compreensão da realidade social, até por que a ideia é a de que as relações de poder são intrínsecas (sic) às relações sociais. Dessa forma, as relações de poder excedem o poder do Estado, e as relações políticas excedem o campo do político institucional. A categoria política se expande e suas fronteiras tornam-se mais fluidas e móveis. *Quanto ao poder, inclusive o poder do Estado, não se trata mais de pensá-lo apenas como força, coerção ou manipulação, mas igualmente como legitimidade, adesão e negociação (...)*. (GOMES, 2013, p. 30-31, grifo nosso)

Percebemos na citação acima quando a autora explica objetivamente como a partir do conceito de *política* e de *poder* entendemos como funciona e o que é o *Estado*. Ao argumentar sobre *política* compreendemos também o que ela nos chama atenção sobre o que é o *poder*, e sobre a relação de/entre ambos, frente às relações sociais, fazendo-nos, portanto, perceber como as relações políticas não ocorrem apenas de cima para baixo numa hierarquia que não possibilita o diálogo social, ou seja, do Estado para os grupos políticos organizados localmente, ou seja, a sociedade civil.

---

<sup>1</sup> Aluna mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba – PPGH/UFPB. Orientador: Paulo Giovani Antonino Nunes – Departamento de História (UFPB). Pesquisa apoiada parcialmente pela CAPES. E-mail: alinemarqueshistoria@gmail.com.

O avanço das conquistas dos direitos – políticos, sociais e civis – mas não tudo ao mesmo tempo como também com os retrocessos, possibilitou a organização da sociedade a nível local em torno das relações políticas, e a percepção do Estado enquanto representante de dado poder em que foi modificado historicamente ao longo do tempo o modo de como ambos se relacionavam, e uma das transformações importantes advinda com o Estado Democrático foi a abertura para o diálogo entre essas duas esferas sociais, que propuseram alterações significativas na participação popular na política estatal (CARVALHO, 2013).

Percebendo tais alterações no âmbito social ao decorrer da história brasileira, principalmente no período denominado republicano, que se faz necessário alguns questionamentos sobre o cotidiano das relações políticas que perpassam a sociedade brasileira, como por exemplo, se desde o Império e perpassando a primeira república os candidatos às Assembleias e ao Senado tinham renda mínima estipulada, não se pode esperar que os eleitos em 1945 a 1964, fossem diferentes desse padrão imperial, nem que os eleitores se portassem de maneira tão destoante daquilo que foi incorporado sócio politicamente em um curto espaço de tempo? Mesmo com todas as transformações de ordem constitucional e institucional e os parâmetros fossem outros, ou pelo menos parcialmente outros, socialmente a cultura política que já havia sido apropriada pelos eleitores, em que só os oligarcas é quem têm as condições de governar, ainda vigoram até hoje em muitos dos casos.

Cabe saber também, que o foco deste texto não é o Estado em si, com sua soberania ou ausência dela, mas como os grupos políticos locais, que atuaram de forma significativa dentro do Estado e formando o Estado, exerceram sua cidadania política e influenciaram nas relações e transformações da municipalidade local que de certa maneira foram direcionados pela cultura política com a qual se identificavam, ou agiu dentro dela direcionando-a.

Corroborando tal reflexão, lembramos o que Max Weber diz sobre a política e como nos conduz a certo entendimento necessário sobre o conceito político e suas relações políticas quando o autor nos afirma que por política podemos entender “o conjunto de esforços feitos visando a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado” (WEBER, 2003[1918], p. 60), e está divisão que se processa no interior do que entendemos que seja o Estado, se dá também por meio dos grupos políticos que se



organizam localmente, para buscar e defender seus direitos de inserção e participação na política.

Observamos também quando René Rémond assinala ao dizer que “o Estado jamais passa de instrumento da classe dominante; as iniciativas dos poderes públicos, as decisões dos governos são apenas a expressão da *relação de forças*” (RÉMOND, 2003[1988], p. 20, grifo nosso) e que conseqüentemente resultam de relações de poder, e que transcorre a sociedade civil, ora manipulando-a como também negociando e aderindo-a para a permanência no controle deste Estado enquanto instrumento, e não mais a excluindo totalmente de suas decisões como dantes. Vejamos o que Francisco Iglésias diz a respeito:

Ao longo da trajetória da nação brasileira, de 1822 a 1984, naturalmente é variável o comportamento do povo e do Estado. Nossa história política não é uma linha reta vertical, afirmadora dos direitos públicos e individuais. É oscilante, na busca de prerrogativas oficiais ou particulares. Ora é o Estado que avança, ora é o povo. Este é quase sempre contido, pois *a máquina estatal, óbvia expressão dos interesses do grupo dominante*, está sempre alerta e consegue deter qualquer arrancada mais audaciosa. Na medida em que os interesses amadurecem, mudam de natureza, passando do agrícola ao industrial, do comercial ao financeiro; com o reconhecimento de diferentes privilégios e direitos populares, a linha avança ou recua. *Quando a aspiração do grande número não representa perigo para a ordem estabelecida*, havendo coincidência entre estado e o povo, pelo amadurecimento do quadro social, afetado pela constante metamorfose que leva às várias faces do processo, *há um consenso nas mudanças, naturalmente verificadas*. E a nação caminha. Se não há, o comum é o retrocesso, com aumento da repressão policial e de todos os fatores coercitivos. (IGLÉSIAS, 1985, p. 126, grifo nosso)

Pensando nesta perspectiva de estudo sobre as relações de poder, lembramo-nos do que Jacques Le Goff constatou ao sugerir os questionamentos sobre o poder enquanto relação política entre estado/sociedade, o que chama nossa atenção a perceber que “a este propósito (...) as análises feitas pelos historiadores políticos em termos de ‘Poder’ vão além das que são feitas em termos de ‘Estado’ e ‘Nação’”, pois tais análises ampliam o horizonte de possibilidades na pesquisa “sejam estas (...) estudos tradicionais ou tentativas de enfrentar à questão a partir de um novo ângulo visual” (LE GOFF, 1983[1972], p. 227).

## **CONCEITUANDO A HISTÓRIA POLÍTICA E SEUS OBJETOS**

Entretanto, é importante assinalar que nosso campo de pesquisa convencionou-se chamá-lo de Nova História Política a partir da década de 1970, mas principalmente pós 1980, e que hoje quase cinquenta anos depois, já não está tão nova assim. Devemos tal renovação a historiadores como Le Goff [1972], Juliard [1974], Rémond [1988], Berstein [1998] na França; Falcon [1997], Gomes [2005] e Motta [2009] aqui no Brasil, autores estes que nos darão subsídios para (re)pensar não só a História Política e seus possíveis objetos, como também dialogar com o conceito de Cultura Política.

Le Goff no ensaio “A política será ainda a ossatura da história”, nos aponta os motivos pelos quais a história política teve o seu auge no século XIX, e por que no século XX foi de certa forma relegada ao ostracismo historiográfico, e como por meio da sociologia, geografia, como também e não menos importante a antropologia, a história política iniciou o seu processo de anistia na produção historiográfica, por demonstrar-se relevante e extremamente necessária para se compreender a organização das sociedades, assim como as outras áreas ou correntes historiográficas, que juntas formam um todo na História. Ao se referir a década de 1972, período em que escreve o ensaio, o autor evidencia a crise da história política e demonstra os caminhos pelos quais ela pode se renovar ao dizer:

(...) [para que] se possa falar de uma certa crise no momento presente da história política, é também verdade que os aspectos e as abordagens políticas adquirem cada vez maior importância nas ciências humanas. Não apenas a nova ciência da politologia põe hoje à disposição os seus próprios conceitos, vocabulário e métodos, mas também a geopolítica, (...) a sociologia política e, (...) a antropologia política, todas elas dão a história política alimento e apoio. (LE GOFF, 1983[1972], p. 241, grifo nosso).

Nessa perspectiva, já podemos observar que ao voltar à cena, a história política deixa para trás o seu caráter absolutista de compreender e narrar a história dos grandes fatos e dos grandes homens, e se anteriormente era enaltecido, este mesmo homem passaria a ser questionado e os grandes fatos diluídos. Abre-se, portanto, diálogo com as demais ciências humanas, trilhando o caminho inverso daquele feito no século XIX. Mas a isso Le Goff chama nossa atenção e afirma que o cadáver da velha história política precisa ser sepultado, mas deixando fora do túmulo àquilo que é e sempre será útil e necessário.

Não podemos dispensar uma cronologia dos acontecimentos políticos nem as biografias dos grandes homens. A despeito dos progressos da democracia, a história política será sempre, não só, mas também, a história dos grandes homens. (LE GOFF, 1983[1972], p. 241)

Com o devido cuidado para não cair numa história política factual e enaltecadora, seria importante em primeiro lugar evidenciar que esse “grande homem” é também, e primeiramente, um homem comum, sendo que se refere àquele que despontou como liderança em seu bairro ou em sua cidade, devido ao seu carisma e poder de liderança. Mas não podemos deixar fora da análise que na maioria das vezes, a depender do momento ou do lugar estudado, essa liderança que desponta é detentor do poder econômico – com variações nas relações de poder – e intelectual – a depender da região em que exerce tal poder. A questão que nos provoca dentro da nova história política é a de percorrer os caminhos de como as lideranças políticas se articulavam entre si e dentro da sociedade, sem a necessidade do enaltecimento, dos heroísmos.

O que não podemos negar é a existência desse homem, ou mulher, que se destaca politicamente na liderança de um bairro, cidade, ou estado, pois ele é real, é histórico e é detentor do controle de certas transformações sociais e culturais, mas sem nunca deixarmos de observar que esse homem, ou mulher, não está só, ele ou ela atua dentro de um grupo político, que é quase sempre na mesma medida, detentor de tal poder que perpassa do público ao privado, e sem deixar de levar em conta que esse grupo atua dentro do meio social, interagindo direta ou indiretamente com a população local. E este caminho perpassa por uma linha muito tênue, onde qualquer escorregadela pode nos levar aos caminhos da velha história política. Jacques Julliard sobre a volta do político e o crescimento da tomada de consciência do homem sobre o seu papel nas sociedades modernas no diz que:

Se, inspirando-nos numa fórmula de Trotski sobre a revolução, definirmos a história política como a história da *intervenção consciente e voluntária dos homens em todos os domínios onde são resolvidos os seus destinos*, podemos considerar os esforços crescentes da humanidade para dominar um destino que ela até agora, sobretudo, sofreu, como uma extensão do papel e do campo de aplicação política. (JULLIARD, 1974, p.183, grifo nosso)

Tal consciência nessa tomada de decisão por parte do homem faz dele intrinsecamente um ser político, e propagador de transformações na sociedade. E não apenas isso, conscientemente

o homem passa a lutar para deter o poder seja ele político, econômico, social ou cultural, ou atuando em mais de uma dessas áreas, o homem consciente de sua função na sociedade em que atua transforma-se em um agente propagador de modificações do meio em que vive, e influencia positivo ou negativamente na vida das demais pessoas com as quais convive. Pensando nesta perspectiva, em que a história política ao se renovar muda o foco da questão e teórico/metodologicamente insere o estudo do poder e das relações de poder, como foco de análise e discurso, Le Goff nos alertou sobre os motivos necessários de incluir o poder nas pesquisas de uma nova história política, visando principalmente diferenciá-la da velha história política factual e psicologizante.

(...) Finalmente, ao passo que o termo <<política>> sugeria a ideia de coisa superficial, o termo <<poder>> evoca centro e profundidade. Perdido em seu fascínio de história de superfície, a história política, transformando-se na história do poder, torna-se história de profundidade. Esta reabilitação verbal corresponde à evolução mental pressagiada por Marc Bloch, que algum tempo antes de sua morte [1944] escrevia: “Haveria muito a dizer a propósito da palavra ‘político’. Por que razão haveria de ser sempre tomada como sinônimo de superficial? Não será acaso uma história inteiramente, como é perfeitamente legítimo que seja, na evolução de modos de governo e no destino dos governados, obrigada a procurar compreender a partir de dentro os factos que escolheu como objeto de seu estudo?”. (LE GOFF, 1983[1972], p. 228, grifo nosso).

Portanto, assim como as demais áreas de saber atuantes dentro do campo historiográfico, a história política torna-se legítima na escolha de seus objetos e temas de análise, além de abranger as possibilidades impensáveis até aquele momento de variados e inúmeros temas que se faziam necessários em compor os seus estudos, que ao se renovar metodologicamente, trouxe para si o respeito e a dignidade que lhe haviam sido retirados por conta da má fama de seu passado pedante. Em 1974, no artigo “A política”, Julliard sugere e indica tal renovação do político, e diz que a história política não é factual em si, mas o que a faz factual é o método aplicado a sua pesquisa. E analisando a época em que escreve o texto diz que:

(...) está tomando o sentido inverso o movimento de desapareço dos pesquisadores com relação ao campo político. Considerado até aqui com desconfiança e desprezo, esse campo toma novamente os seus direitos, à medida que os nossos contemporâneos tomam consciência de sua importância e de sua autonomia. (JULLIARD, 1974, p. 182).

Julliard aponta que já em 1965 e 1969 a produção de René Rémond neste “retorno” da história política na utilização de métodos de pesquisa e produção advindos da ciência política e da sociologia, que utilizados por ele permitiu “introduzir na história política uma dialética da continuidade e da transformação, da estrutura e da conjuntura, dialética que lhe faltava até aqui” (p. 184-185). Cita também Annie Krigel que produz uma história política de caráter etno-sociológico do Partido Comunista Francês (PCF) inserindo-a nesse processo de renovação político historiográfico (p.185). A história política, portanto, em sua renovação metodológica faz com que seu fôlego na pesquisa e na busca de novos objetos, tome o lugar de onde antes habitava apenas uma “respiração curta a que parecia destinada por causa de sua dedicação aos acontecimentos” (p.185).

E tal retorno/renovação se deu de forma sistemática quando em 1988, René Rémond e um grupo de historiadores do político reunidos por ele, lançam a coletânea “Por uma História Política”, consagrando assim o ressurgimento da política como temática possível de ser analisada e escrita, agora com nova metodologia e novos objetos. Tal renovação não se deu apenas na França, mas os historiadores franceses conseguiram sistematizar com maior eficácia os trabalhos em torno da nova história política (BORGES, 1991/2, p. 8, 16).

Rémond (2003[1988]) ressalta a importância da história política como peça fundamental para que seja adquirida a compreensão do todo social. O autor afirma também que tal retorno iniciou-se a partir do momento em que perceberam que as guerras não se desencadearam apenas por fatores econômicos ou sociais, mas por a política ter uma “incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais; contribuíram para dar crédito à ideia de que o político” tem “uma consistência própria” e, portanto, dispõe de “certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social”, e se tratando diretamente do aspecto econômico, percebeu-se “que a relação entre economia e política não era de mão única” e que o Estado ao tomar determinadas decisões políticas, poderiam modificar incisivamente “o curso da economia para melhor e para pior” (RÉMOND, 2003[1988], p. 23).

Rémond vai destacar também outro aspecto que influenciou de maneira decisiva o “leque” das opções de objetos a serem estudados pela história política.

Outra coisa atuou no mesmo sentido para reintegrar os fatos políticos ao campo de observação da história: a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado. (...) À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram um após os outros, para os domínios da história política. (RÉMOND, 2003[1988], p. 23-24)

Sobre a renovação epistemológica que a história política sofreu, e que Rémond indica, permitiu que nós historiadores do político, deixasse de ser atrelado apenas a uma escrita da história na curta duração, onde tudo se resumia a datas específicas, e que segundo o autor fazia a “festa dos calendários”, tal renovação permitiu a abertura para se fazer a história política na média (uma década ou mais) e na longa duração, e diz que “ se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração” (RÉMOND, 2003[1988], p. 35-36), e é dentro desse período longo que o autor insere a noção de cultura política, e como por meio dela as práticas se transformam sem deixar de carregar consigo as permanências que perpassam durante todo o tempo histórico.

Sobre a renovação da história política no Brasil, Vavy Pacheco Borges traça de forma sistemática o caminho pelo qual percorreu tal renovação, sendo que ao mesmo tempo descreve como a história política era produzida no Brasil e por quais vertentes direcionava-se, principalmente por meio do marxismo gramsciano e a terceira geração dos *Annales* (BORGES, 1991/2, p. 7-18).

O “retorno” da história política que se deu por meio e a partir de sua renovação teórico metodológica surge também com a renovação de outras áreas do campo historiográfico. A primeira geração dos *Annales* inicia o processo de renovação da escrita da História em 1929 com Marc Bloch e Fernand Braudel, ambos tiveram como sopro de inspiração os escritos de Karl Marx, mas sem segui-lo teoricamente, trouxeram a perspectiva da produção historiográfica, privilegiando o econômico e o social ao mesmo tempo em que criticava a história política. Pode-se dizer que as sugestões de renovação da história política na França aconteceram por dentro dos *Annales*, mas com a terceira geração. Portanto, em meados da segunda metade do século XX estava se definindo uma nova história cultural, que a muito iria inspirar esse tal “retorno” das temáticas inseridas no campo do político, mas a esse respeito Tânia de Luca tem uma ressalva interessante.

No lugar de “retorno” do político parece mais apropriado usar revivescência ou renovação, uma vez que não se prescinde das contribuições teórico-metodológicas alcançadas nas últimas décadas, (...) mas também as aproximações e cruzamentos entre os âmbitos da História Cultural, que está no centro das renovações historiográficas, e da História política, na sua acepção renovada expressas em termos de política cultural e cultura política (...). (LUCA, 2008, p. 115)

## **TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO: CULTURA POLÍTICA**

Não apenas é encontrado na história cultural o estudo sobre o simbólico e suas representações, incorporações, elaborações, na história política ele se faz presente. O ser político também pode ser entendido por meio dessa dimensão simbólica. Podemos pensar a partir da atuação política do homem, pensando a política como uma das formas cifradas de representação do mundo, produzindo seus discursos desde a sua atuação de líder bairrista a um vereador dentro da câmara municipal, a um deputado estadual atuando dentro da Assembleia Legislativa.

O homem como ser social, cultural e mais especificamente como ser político, que ao produzir imagens de si ou de outros, como líder ou como herói, marca a cultura política de uma sociedade muito mais profundamente do que apenas aquilo que podemos alcançar do que ficou sobre eles nos registros e de sua atuação que encontramos nas fontes. O simbólico, muitas vezes, não tem o seu significado gravado, esboçado nos registros materiais, físicos. A dimensão simbólica está para além dos registros, dos arquivos, das atas, dos jornais, em fim, daquilo que sobreviveu a passagem do tempo.

Para Sandra Pesavento, a Nova História Política se definiria a princípio como uma terceira corrente que se apresenta nos domínios da história cultural, pois para a autora:

(...) a História Cultural não exclui a política de suas análises, como apontam alguns de seus críticos. Pelo contrário, o campo do político tem demonstrado ser um dos mais ricos para o estudo das representações, com o que se pode mesmo afirmar que a História Cultural trouxe novos aportes ao político, colocando questões renovadoras e sugerindo novos objetos. Não seria demais falar em uma verdadeira renovação do político trazida pela História Cultural (PESAVENTO, 2003, p. 75).

Constatações a parte, pois para Sandra Pesavento tudo é história cultural, e não é essa a discussão que permeia essa pesquisa, o que cabe aqui a nos interessar e a observarmos, é que o



conceito de cultura política foi desenvolvido primeiramente pelos cientistas sociais norte-americanos Almond e Verba<sup>2</sup> na década de 1960, posteriormente foi apropriado pela História Política renovada, como um conceito que amplia o universo de leituras, mas devendo ser aplicado apenas em análises que contemplam um longo período de tempo, pois ele define projetos dos grupos políticos/sociais que tendo uma leitura de seu passado, transformam suas ações no presente, para um projeto de futuro mais ou menos definido e intencional, as rupturas que acontecem nesse longo período podem ser definidas como sendo frutos das disputas entre as várias culturas políticas que se fazem presentes em meio à sociedade. Mas retornando o pensando a essa “paz” instaurada entre a História Cultural e a História Política, arriscamo-nos a afirmar, que o responsável por tamanha proeza é o conceito de Cultura Política. Sandra Pesavento faz a seguinte leitura sobre esse diálogo:

Se a História Cultural visa atingir as representações, individuais e coletivas, que os homens constroem sobre o mundo, a História Cultural do Político difundiu-se, tendo como uma de suas preocupações centrais a definição de uma cultura política. Esta corresponderia ao conjunto das representações que nutrem um grupo no plano político, ou, como diz Jean-François Sirinelli, uma visão de mundo partilhada, uma leitura comum do passado, uma projeção no futuro a ser vivido em conjunto (PESAVENTO, 2003, p. 76).

Sabendo os motivos pelos quais se convencionou chamar nosso campo de pesquisa de Nova História Política, pois dentre outras coisas, foi ampliado o leque de fontes, objetos e temáticas, como também a inserção do conceito de Cultura Política como ponte de diálogo, uma espécie de intersecção com a história cultural. E para darmos continuidade à reflexão sobre o conceito de Cultura Política, atentaremos para o que diz Angela de Castro a respeito.

(...) a constituição de uma cultura política demanda tempo, sendo um conceito que integra o universo de fenômenos políticos de média e longa duração. Uma

---

<sup>2</sup> Esta expressão surge primeiramente com os cientistas sociais norte-americanos Gabriel Almond e Sidney Verba por meio de uma pesquisa publicada em 1963. O conceito Cultura Política foi constituído a partir do primeiro estudo político comparativo, intitulado *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries* (*A cultura cívica: atitudes políticas e democracia em cinco países*), onde estavam diretamente interessados em examinar os aspectos subjetivos relacionados as orientações políticas no âmbito de estudos políticos sobre a sociedade de massas contemporânea, para tal fim definiram *Cultura Política* como “a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações de sua população”. Para saber mais sobre o conceito ver José d’Assunção Barros, *História social e retorno do político*, 2012, p. 30-33. Como também o *Dicionário de Política*, 2010, p. 306-308.



postulação que não exclui a existência de movimentos e de transformações no interior de uma cultura política, mas que adverte para o fato de eles não serem nem rápidos, nem contingentes, nem arbitrários, havendo pontos mais resistentes e outros mais permeáveis. Dentro da mesma chave – da mudança e da singularidade –, os historiadores insistem na diversidade de culturas políticas existentes em qualquer sociedade. Competindo entre si, complementando-se, entrando em rota de colisão, a multiplicidade de culturas políticas não impediria, contudo, a possibilidade de emergência de uma cultura política dominante, em certo lugar, em certas conjunturas. (GOMES, 2005, p. 31)

O período entre 1945 a 1964 no Brasil não teria, portanto, como cultura dominante uma Cultura Política Liberal/Democrática, porque os vários atores, tanto a direita quanto a esquerda, não tinham muito apreço pela democracia, portanto, estariam muito mais próximas de uma disputa de/entre culturas políticas, do que da existência de alguma que predominasse fazendo esmaecer as demais<sup>3</sup>. Contudo, para entender tais disputas durante o período democrático, precisamos lembrar que este advém de um período onde uma Cultura Política mais autoritária e ao mesmo tempo com forte caráter nacionalizante, deixou marcas consideráveis: o Estado Novo.

Percebemos que durante o período de governo de Getúlio Vargas (1930-1945) um dos aspectos que se tornaram prioridade em sua política cultural foi a fabricação do “Estado Nação”, e com muito mais ênfase durante do Estado Novo (1937-1945). Constatamos também que a propagação de uma Cultura Política Autoritária/Nacionalista com fortes aspectos de recuperação de um passado nacional (GOMES, 2007, p. 52-61) esteve presente em seus discursos, em suas elites intelectuais, nos meios de comunicação (principalmente o rádio) e em seus programas de governo vinculados ao caráter nacionalizante na perspectiva de homogeneização do Estado Nacional Brasileiro.

Quando Gomes vem nos dizer das práticas políticas encontradas na Cultura Política do Estado Novo, poderíamos utilizar a mesma citação para definir em muitos aspectos, com nuances mais e menos evidentes a depender do governo, do estado e/ou dos municípios, as práticas políticas exercidas durante o período democrático.

(...) Tampouco implica minimizar a violência física e simbólica do aparelho de Estado, facilmente detectadas pela ação da polícia política, da censura, da permanência de padrões clientelistas na organização da administração pública e,

---

<sup>3</sup> Sobre disputas entre diversas culturas políticas confrontando-se entre si ver Angela de Castro Gomes, 2007, p.48.

também, da participação no poder do Estado dos setores agrários, ainda que não com a mesma força e prestígio. (GOMES, 2007, p. 45)

Portanto, podemos afirmar que, a partir do estudo e análise do período democrático que comporta os anos de 1945 a 1964, o Estado Novo deixa o legado acima citado, para a nossa tão aspirada democracia. O que poderíamos dizer também é que, tais aspectos podem ser considerados como alguns dos fatores que deram margem, para que o Golpe de 64 ocorresse. Percebemos também essa não disponibilidade de nossas elites políticas e intelectuais a uma Cultura Política Liberal/Democrática ao ver que a constituição de 1946 deixa intocados os pontos cruciais de um Estado Autoritário de Direito.

A restauração democrática de 1945, (...) não produziu uma substituição radical dos grupos no poder, embora exigisse uma reformulação político-institucional. Desse modo, se em 1945 foi deposto o presidente Vargas, na liderança do processo de redemocratização do país manteve-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a formulação da Carta Constitucional de 1946 que deixou praticamente intacto em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo. (CITTADINO, 1998, p. 28)

Pensando em tais intermeios políticos e nas disputas e divergências das diversas culturas políticas que habitam o seio nacional brasileiro desde sua formação político/administrativa, ressaltamos que o conceito de Cultura Política tende a gerar ação política, mas também, como é colocado na longa duração, pode passar a impressão de imobilismo, ou seja, a ideia de que nada muda. Tal conceito proporciona discussões densas e contínuas e que nos apresenta inúmeras possibilidades de leitura e análise. No entanto o que podemos entender por este termo segundo Serge Berstein, Cultura Política é:

(...) um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. Pode-se concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que ai ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento da história. (BERSTEIN, 2009, p.31).

Utilizamos do conceito de cultura política e o exploramos, na busca em compreender como várias culturas políticas estavam em constante disputa por espaço de atuação neste “tempo democrático”, dentre elas podemos citar a republicana, liberal/democrática, comunista/socialista, coronelista/autoritária, etc. Serge Berstein ao citar Jean-François Sirinelli sobre Cultura Política nos afirma que a mesma é “(...) uma espécie de código e (...) um conjunto de referenciais, formalizados no seio de um partido ou mais largamente difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política” (BERSTEIN, 2009, p. 31).

Rodrigo Patto Sá Motta aborda o conceito de cultura política e o caracteriza como “(...) um conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos.” (MOTTA, 1996, p. 95). E mais adiante Rodrigo Motta exemplifica dizendo que o conceito se estabelece “(...) quando em tradições que são reproduzidas por várias gerações. O conceito não se aplica a fenômenos superficiais e passageiros” (MOTTA, 1996, p. 95).

#### **ASPECTOS DE DISPUTAS LOCAIS QUE REMONTAM A UMA *DEMOCRACIA OLIGÁRQUICA***

Sabemos que as disputas entre grupos políticos pela hegemonia do poder local, estadual e/ou nacional se faz presente desde que a humanidade se difundiu em civilizações, em sociedades hierarquicamente organizadas. Mamanguape/PB, em meados do século XX também teve tais grupos disputando a hegemonia administrativa municipal. A família Fernandes de Lima, muito mais e por muito mais tempo que a família Lundgren, esteve assentada na esfera municipal e estadual de poder.

Os irmãos Arthur Lundgren e Frederico Lundgren – imigrantes suecos – chegaram a Mamanguape em 1917, onde compraram primeiramente os engenhos Três Rios e Preguiça, iniciando assim, a construção do que viria a ser *Fábrica de Tecidos Rio Tinto*, inaugurada em outubro de 1924 tornou-se o maior fluxo econômico da cidade de Mamanguape<sup>4</sup>, deixando de ser o único apenas em 1940, com a inauguração da *Usina Monte Alegre* propriedade da família Fernandes de Lima.

---

<sup>4</sup> Rio Tinto emancipa-se de Mamanguape apenas em dezembro de 1956, pelo projeto de lei nº 55/56 do então deputado estadual Eduardo de Alencar Ferreira.

Eduardo de Alencar Ferreira – genro de Artur Lundgren – fora prefeito em Mamanguape nos anos de 1935-1940, nomeado pelo Interventor Federal Argemiro de Figueiredo, e no ano de 1951 tornou-se prefeito eleito pelo voto direto, conquistou duas legislaturas consecutivas em 1954 e em 1958 em âmbito estadual. Hercílio Alves Ferreira Lundgren – neto de Artur Lundgren – angariou a legislatura na Assembleia Legislativa Estadual em 1951, e no ano de 1963 foi eleito o segundo prefeito da cidade de Alhandra/PB. Posteriormente, ambos não se candidataram a nenhum cargo eletivo na Paraíba.

Em 1940 os irmãos Fernandes de Lima retornaram do Rio de Janeiro à Mamanguape, comprando alguns engenhos na região, unificando-os e transformando-os em indústria de açúcar, a que deram o nome *Usina Monte Alegre*. Ao retornarem a Mamanguape e inserindo-se na esfera econômica e política do município enfrentam a hegemonia que até então pertencia única e exclusivamente aos Lundgren, pois até 1940 a região do Vale do Mamanguape não possuía família que tributasse relevante peso ao poderio dos proprietários da Companhia de Tecidos Rio Tinto – CTRT.

É exatamente em 1940 que José Fernandes de Lima é nomeado prefeito de Mamanguape pelo interventor federal Rui Carneiro<sup>5</sup>, sucedendo, portanto, Eduardo de Alencar Ferreira, e angariando para si e conseqüentemente para a sua família o poder econômico e político local. Permanece no cargo até 1945, sendo nomeado mais uma vez em 1946 pelo governador Odon Bezerra Cavalcanti<sup>6</sup>, e em 1947 assume a administração do município como prefeito eleito pelo sufrágio universal, terminando o mandato em 1950, pois foi eleito deputado estadual neste mesmo ano, com onze legislaturas consecutivas até 1990, quando concluiu seu último mandato na Assembleia Legislativa Estadual em 1994.

João Fernandes de Lima – seu irmão – teve apenas um mandato estadual de 1947 a 1950, quando foi candidato a vice-governador de José Américo, foi eleito e exerceu interinamente o governo do Estado enquanto o chefe do executivo estadual José Américo de Almeida fora

---

<sup>5</sup> Rui Carneiro atuou como Interventor Federal de 16 de agosto de 1940 até 15 de julho de 1945, e foi substituído por Samuel Vital Duarte (julho de 1945 a novembro de 1945) que foi sucedido por Severino Montenegro (novembro de 1945 a fevereiro de 1946).

<sup>6</sup> Odon Bezerra Cavalcanti atuou como Interventor Federal de fevereiro de 1946 a setembro de 1946, e foi substituído por José Gomes da Silva (setembro de 1946 a março de 1947), enquanto se definia as eleições estaduais, que aconteceram em 1947, em cujo sufrágio foi eleito Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo (março de 1947 a janeiro de 1951).

nomeado ministro no segundo governo Vargas (1951 a 1954), posteriormente alçou candidaturas a deputado federal ficando como suplente por alguns mandatos. Ambos os irmãos foram presidentes da Assembleia Legislativa, como também governadores interinos. Manoel Fernandes de Lima foi inserido na política local elegendo-se prefeito no ano de 1959 e retornando ao executivo municipal em 1968, terminando o mandato e não retornando ao poder político, pelo menos de forma direta, em cargos eletivos.

Temos a *priore*, duas famílias que se destacam econômico e politicamente dentro da cidade de Mamanguape, mas que formam grupos oligárquicos distintos de alguns que já conhecemos dentro da produção historiográfica, como os Britos e Gaudêncios, por exemplo, que atuaram na região do cariri da Paraíba<sup>7</sup>. As duas famílias se enfrentaram pelo poder político municipal por um curto período de tempo (1940-1961), pelo menos é o que podemos constatar pelo número de candidaturas. A família Lundgren não se empenhou tanto quanto os Fernandes de Lima pelo poder político em Mamanguape, concentrando-se principalmente no poder econômico tanto na Paraíba quanto em Pernambuco<sup>8</sup>, mas empenhou-se o suficiente para poder emancipar o distrito de Rio Tinto/PB no ano de 1956.

Hélio Jaguaribe (1985) ao discutir sobre a República Velha, identifica como uma República Democrática de caráter Oligárquico, em que os grupos políticos e familiares estão em constantes disputas pelo controle do poder estatal, e classifica o período entre 1930-1964 como uma Democracia de Massas. Institucionalmente e a nível nacional podemos até encontrar tais aspectos, mas o que ocorre na política local ainda são as práticas de uma *Democracia Oligárquica*, onde os interesses privados e familiares se sobrepõem aos direitos civis, políticos e sociais da população de um modo geral, portanto encontramos assim no período citado anteriormente, as características de uma Cultura Política Brasileira que estava sendo gestada desde o Império, e que foi acentuadamente estabelecida ao longo da Primeira República.

---

<sup>7</sup> Sobre a trajetória política de tais oligarquias, ver: Márcio Macêdo Moreira “Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960)”. Dissertação (mestrado em História/UFPB).

<sup>8</sup> Eram herdeiros e proprietários da Fábrica de Tecidos Paulista e proprietários da rede de lojas Pernambucanas fundada no Recife/PE em 1908.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pequena discussão que acabamos de apresentar tem o intuito de demonstrar como a renovação da história política e o uso do conceito de cultura política pode nos direcionar a um estudo sobre as práticas locais de grupos oligárquicos em um período (1945-1964) considerado institucionalmente em âmbito nacional como democrático. De maneira alguma foi o intuito desse trabalho aprofundar a discussão sobre as práticas locais que caracterizam a possibilidade de uma democracia oligárquica nesse período, mas apontar para a possibilidade de sua existência, e que será aprofundado em trabalho posterior, mas não terá caráter de esgotar o debate, apenas de suscitar-lo a questionamentos.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 17-57.

GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) **Culturas políticas**. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

IGLÉSIAS, Francisco. Momentos democráticos na trajetória brasileira. IN: JAGUARIBE, Helio... [et al.]. **Brasil, sociedade democrática**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985, p. 125-222.

JAGUARIBE, Helio... [et al.]. **Brasil, sociedade democrática**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.  
JULLIARD, Jacques. “A Política”. In Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995[1974], p. 180-196.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A história política e o conceito de cultura política**. IN: X Encontro Regional de História da AMPUH/MG. LPH: Revista de História. Nº 6, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003[1988].

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

## **UMA MULHER, MIL FACETAS E VIRTUDES: MARIA DO CÉU PEREIRA FERNANDES E SUAS CONTRIBUIÇÕES Á POLÍTICA NORTE-RIO-GRANDENSE (DÉCADA DE 1930)**

Andrei Matheus da Silva Garcia<sup>9</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Com os avanços nos direitos conquistados pelas mulheres na sociedade contemporânea, e pelo espaço que vão adquirindo em todas as esferas das dimensões humanas. Neste início de século XXI, vários pesquisadores, principalmente mulheres, tem se debruçado sobre questões importantes concernentes a este grupo historicamente relegado a segundo plano. Uma dessas pesquisadoras, Louise Tilly (1990), atuando nos Estados Unidos, a qual aborda a importância adquirida pelas mulheres neste país, e ainda promove uma discussão conceitual sobre gênero e feminismo. No Brasil, Mary Del Priore, a qual, organiza a obra *História das Mulheres no Brasil* (2000) remonta ao período colonial e aborda histórias, nas quais as mulheres assumem o posto central das mesmas, e apresentam suas contribuições, formas de ver o mundo, suas práticas e representações, nos convidando a adentrar a um espaço do universo feminino, que nos é, ainda, desconhecido.

Estas pesquisadoras, ligadas as universidades conduzem pesquisas científicas, que demonstram e revelam a necessidade e importância de se promover debates, os quais propiciam reflexões necessárias e importantes, acerca de como se construiu e se moldou os modelos representativos da mulher contemporânea. Neste sentido, segundo Isabel Cristine Machado de Carvalho, há a percepção de que “a pesquisa histórica se revela como um campo fértil na investigação do cotidiano, trazendo contribuições fundamentais para a reflexão e compreensão de questões contemporâneas”. (CARVALHO, 2013, p. 123). Diante do exposto até aqui, pretendemos nos orientar pelas questões colocadas por essas autoras, uma vez que, as discussões promovidas pelas mesmas obtiveram bastante respaldo na academia, no tocante, a construção de novos olhares, os quais, abarcam muito mais perspectivas, que aquelas apoiadas na concepção

---

<sup>9</sup> Discente do Curso de Licenciatura em História – UFRN-CERES-Campus de Caicó. E-mail para contato: andreimgarcia@outlook.com.



‘tradicional’ sobre as mulheres, a qual, seu espaço é o interior da casa e sua função é apenas a reprodução.

Nos tempos atuais, por seu turno, mostra-nos, o quanto a mulher se fez presente na área política. Seja ela prefeita, governadora, senadora, e mesmo, a Presidente da República, a expansão da atuação feminina na política ganhou força e proporcionalidade nos últimos anos. Contudo, a representatividade feminina, em pleno século XXI, ainda é ínfima, se comparada aos homens. Neste sentido, a Procuradoria especial da mulher do Senado Federal, realizou uma pesquisa, a qual, abordava a participação feminina na política, nas eleições presidenciais de 2014. Os resultados, mostrados na cartilha “Mulheres na política” (2014) demonstram que as mulheres, estão sim, interessadas em participar dos rumos da política nacional, porém, a passividade dos partidos e, por conseguinte, a falta de apoio, tem impedido as mesmas de tomarem os rumos políticos.

Estudos importantes nesse tocante, nos conduzem o olhar para questões inerentes a essa ‘ascensão’ feminina a espaços, notadamente marcados, pela presença e ‘força’ masculina. A pesquisa realizada pelos autores Luiz Fernando Visconsi e Anatieli Aparecida Fiabane (2016), pretendeu ser uma revisão histórica e política, na qual, mostrou como lideranças femininas atuaram e ganharam espaços no cenário constitucional e, a posteriori, o interesse das mesmas nas causas políticas até os dias atuais (VISCONTI E FIABANE, 2016, p. 24). Esta pesquisa nos será de muita valia, para nos auxiliar no entendimento de, como as mulheres obtiveram espaço no cenário político, nas assembleias constituintes de todo o país e, por conseguinte, conseguiram ter ‘voz’ ativa, nas tomadas de decisões, no tocante as mesmas e ao povo, de maneira geral.

A nível local, existem obras que tratam sobre Maria do Céu Pereira Fernandes, de Eva Cristini Barros e Edilma Cortez (2003, 2004, 2005), contudo, essas obras versam, em sua grande maioria, sobre a produção intelectual da mesma, no jornal o Galvanópolis. A autora Isabel Cristine Machado (2013), destaca a importância de Maria do Céu, na sociedade currais-novense, através de sua atuação como diretora e escritora no jornal supracitado. A autora, divide as publicações de Maria do Céu, em categorias. Estas categorias, segundo a autora, surgem e ressurgem, do agrupar e reagrupar, e tendo humildade como técnica, para não deixar que esse processo não escape por completo (CARVALHO, 2013, p. 3). Uma pesquisa foi realizada no acervo de

monografias da UFRN, e comprovamos a inexistência, de estudos específicos sobre a participação de Maria do Céu na política norte-rio-grandense, e seus desdobramentos.

A discussão historiográfica que aqui se pretende ocorrer estará inserida no campo da História Cultural. O enquadramento do projeto neste campo justifica-se, segundo a discussão promovida por José D'Assunção Barros, pois “ao existir, qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura, sem que para isto seja preciso ser um artista, um intelectual, ou um artesão”. (BARROS, 2003, pág. 146). Desta forma, “a História Cultural enfoca não apenas os mecanismos de produção dos objetos culturais, como também os seus mecanismos de recepção”. (BARROS, 2003, pág. 146). Diante do que fora supracitado, este campo historiográfico abrange diversas possibilidades de se compreender o que são culturas, e quais os desdobramentos destes diversos conceitos arrolados a polissêmica definição de cultura. Desta forma, buscaremos trabalhar tendo como norte, à relação – dicotômica, por vezes - mulher/política, na década de 1930. Neste sentido, utilizaremos dois tipos de fontes: as jornalísticas e uma entrevista. As jornalísticas, se dividem em quatro: O Galvanópolis, com quatro editoriais, e com apenas um, os jornais Ordem, A Razão e A república. Além destes, utilizaremos uma entrevista realizada pelo jornalista e pesquisador Luiz Gonzaga Cortez com Maria do Céu Pereira Fernandes, no ano de 1987.

Metodologicamente, nos dará suporte, a análise do discurso, de Michel Pêcheux (1969). Partindo do pressuposto, de que o objeto de análise deixa de ser a frase e passa a ser o discurso (BRASIL, 2011, p. 172), tomaremos posse dos discursos de Maria do Céu, tanto nos jornais, quanto na Assembleia e, em seguida, analisaremos os desdobramentos provocados por tais anunciações e, por conseguinte, abordaremos as representações construídas a partir destes discursos.

### **POLÍTICA NORTE-RIO-GRANDENSE NOS ANOS 1930**

Nos é necessário abordar os rumos que a política norte-rio-grandense tomava no período em questão, para entendermos a entrada de Maria do Céu, neste sistema diametralmente organizado e, com alto grau de complexidade e combatividade. A política norte-rio-grandense, assim como em grande parte do Brasil, seguia um modelo estrutural bem definido. As disputas geradas entre as elites e grupos políticos, notadamente rivais, se valiam de várias artimanhas e subterfúgios para alcançar os seus objetivos. Em “Coronéis e Oligarquias na Primeira República”

(1992)<sup>10</sup>, José Antonio Spinelli, nos mostra, claramente, os arranjos, as táticas, técnicas e formas de conduções dos coronéis e grupos políticos se utilizavam para conduzir suas ações.

Contudo, o quadro político rio-grandense, polarizada pelas oligarquias Maranhão, representando o litoral, que ‘reinou’ sobre o Rio Grande do Norte durante muito tempo, e o que foi chamado de “Sistema Político do Seridó”, no qual, deram os rumos, José Augusto e Juvenal Lamartine, e que não se organizou do dia para a noite. Spinelli traça um quadro que abrange uma temporalidade de mais de quarenta anos, na qual, esta compreendida a formação e a dilatações das disputas políticas surgidas a luz da época.

Para isso, o autor, para o período compreendido entre 1889 e 1930, enumera vários fatores, que por sua vez, qualificam a Primeira República como sendo “transitório” e sendo um “Estado burguês”, nos dizeres de Antonio Spinelli (1992) e Edgard Carone (1975). Isto posto, destacamos alguns pontos que se fizeram sentir fortemente na Primeira República:

“A debilidade do mercado nacional, fracamente integrado, acarretando uma relativa autonomia dos vários subsistemas regionais e/ou estaduais; a complementaridade de interesses entre agricultura e indústria, em condições de dependência da segunda à primeira, formando uma unidade contraditória; a subordinação do capital industrial ao capital agromercantil, o que supõe ao mesmo tempo identidade e contradição; a inserção subordinada e “dependente” da economia nacional no sistema econômico mundial capitalista, como exportadora de bens primários e importadora de capitais e bens industrializados; a propriedade da terra como eixo da organização social. (SPINELLI, 1992, pág. 6).

Percebemos, dessa forma, que não somente no Rio Grande do Norte, mas em regiões do país como São Paulo e Minas Gerais, desde os idos de 1890, que a ‘instituição’ do federalismo, deu margens para que oligarquias obtivessem muito poder, e fizesse fortuna, o que lhes daria, subordinadamente, bastante poder para realizar ações segundo as suas necessidades. Surgiu, então, a disputa da oligarquia Maranhão e seus interesses, com os dos “coronéis” do Seridó. Segundo Antonio Spinelli, o problema da sucessão de Alberto Maranhão, no governo do Estado, em 1913, fez com que o entrechoque se tornasse inevitável. A força, a qual, os “coronéis” tinham fez com que problemas passassem a surgir no domínio da oligarquia dominante. Os próprios

---

<sup>10</sup> Este trabalho, foi publicado inicialmente em 1992 pela CCHLA, em Natal sob o título de Da oligarquia Maranhão à política do Seridó; O Rio Grande do Norte na Velha República. A nova versão, conta com a apresentação de Almir de Carvalho Bueno, o qual, é professor Titular do Departamento de História do Ceres/UFRN, Caicó.

Maranhão, confirmaram, que, no seio do partido republicano, havia “elementos” que não apoiavam sua forma de governo (Maranhão apud Chaves, 1919).

Estas disputas, muitas vezes, levadas pela ‘emoção’ e para o lado pessoal dos personagens envolvidos nos acontecimentos. Por vezes, confusões e violência davam a tônica das disputas. Spinelli cita o caso de um comício realizado por José da Penha<sup>11</sup>, o qual foi impedido pelo capitão Zacarias Neves<sup>12</sup>, o que gerou distúrbios na estação Ferroviária, da cidade de Nova Cruz. Penha foi retirado do Estado do Rio Grande do Norte, através de um *habeas corpus*<sup>13</sup>, porém, seu trabalho rendeu frutos e o deputado José Augusto, neto do antigo “coronel” José Bernardo, segundo informa Spinelli, deu continuidade ao trabalho iniciado por seu avô e reorganizou o “Sistema Político do Seridó”, que se desarticulou quando o velho coronel morreu, em 1907. Isto posto, há uma transição do poder centralizado do litoral ao interior. Intrinsecamente, houve a translocação do sistema econômico, quando a cotonicultura substituiu o açúcar como principal elemento de exportação do Estado, o que foi impulsionado pela Primeira Guerra Mundial.

O embate de forças entre as facções rivais no Rio Grande do Norte, tomou proporções enormes, pois o poder centralizado nas mãos do grupo dominante, fez surgir contendidas, que alavancou o surgimento de oposições possuidoras de condições iguais para a ‘luta’. Neste sentido, Antonio Spinelli (1992) citando Edgard Carone (1975), sucinta a diferença entre os Estados ricos e os “menos ricos”, e a forma que ambos tinham de resolver questões vitais para a retenção e a busca pelo poder político.

“Naqueles, havia maior equilíbrio entre as várias facções e famílias oligárquicas e, por isso, a estrutura partidária era mais forte, funcionando as comissões centrais dos Partidos Republicanos como elemento moderador entre as correntes em luta; ao passo que, nos últimos, “o controle do grupo ou família é quase absoluto”. (LINDOSO apud CARONE, 1992, pág. 13).

---

<sup>11</sup> Era Deputado Estadual no Ceará, porém nascido no Rio Grande do Norte. Sua intenção era organizar uma campanha “Salvacionista”, livrando, assim, o Estado da oligarquia Maranhão. LINDOSO, José Antonio Spinelli. “O declínio da oligarquia Maranhão e a ascensão do “Sistema Político do Seridó”. In: **Coronéis e Oligarquias na Primeira República**. Natal, CCHLA, 1992. Pág 20.

<sup>12</sup> Militar da polícia de Pernambuco, responsável pela captura do cangaceiro Antonio Silvino e seu bando, em 1914. \_\_\_\_\_ Natal, pág. 20, 1992.

<sup>13</sup> O *habeas corpus* em questão, foi impetrado pela Assembleia Legislativa cearense, junto ao Supremo Tribunal Federal. \_\_\_\_\_ Natal, pág. 20, 1992.

Portanto, ao adentrarmos no mundo político norte-rio-grandense, nos deparamos com as práticas notadamente específicas, a qual, cada ator/sujeito e grupo político, colocava em prática, para ter vantagem sobre os rivais. Nos parece, essas práticas faziam parte de uma possível cultura política, como nos mostra Roger Chartier (1990), e que, desenvolveu-se nos primeiros anos da República. Esse conjunto de elementos – traições, buscar apoio político, maltratar e difamar os rivais – se alojam num arcabouço de instrumentos que regiam os costumes das oligarquias, não somente com relação umas às outras, mas, principalmente, com relação ao povo – seja nas cidades ou no campo.

### **MARIA DO CÉU PEREIRA FERNANDES: PRÁTICAS POLÍTICAS.**

Na Currais Novos dos anos 1930, onde as assertivas: civilização, progresso, higiene, educação, disciplina, ordem, urbanização e estruturação se faziam ouvir e sentir aos quatro cantos da mesma, as práticas de figuras femininas como Maria de Céu Pereira nos revelam, como nos informa Isabel Carvalho: “as maneiras de agir, pensar e sentir no interior dos conflitos e tensões da vida cotidiana do meio social de sua época”. (CARVALHO, 2013, p. 123).

Michel de Certeau (1982), por sua vez nos exprime a ideia de uma tendência que privilegia a relação do historiador, com o vivido, o passado, no qual, este estudioso se debruça. Além disso, ele manifesta as condições de “ressuscitar” ou mesmo reviver este passado (CERTEAU, 1982, pág. 41). Para tanto, buscar tal reconstituição organiza-se mais no campo do não-dito circunscrito às entrelinhas da documentação, da qual, temos posse. Obviamente, não buscamos ressuscitar passado algum, mas revitalizá-lo, atualizando-o com informações ‘esquecidas’ ou mesmo, negligenciadas pela historiografia oficial.

À luz da época, muitos ideais, concretamente carregados de teor machista, correspondia ao arcabouço de ideias patriarcais, as quais, buscavam vetar a participação das mulheres nesse novo contexto sociopolítico, surgido após os acontecimentos de outubro de 1930. Contudo, tal discurso não se mostrava homogêneo. Os seus idealizadores, frequentemente, contradiziam-se. Se a favor da participação da mulher na política e na vida pública de Currais Novos, ou antagônicos a tal ideia, tais intelectuais, que se proclamavam de “modernistas” promoveram – voluntaria ou involuntariamente – a construção de imagens, representações e significados para si e para as mulheres.

O lugar ‘pronto’ e ‘natural’, no qual, a mulher deveria estar e conformar-se a ele - o interior da casa - não deveria ser questionado e, simplesmente, aceitado por elas. Neste sentido, até a própria Maria do Céu, em editorial lançado ao 22 de novembro de 1931 intitulado “Onde nosso campo de atividade”, engendra-se ao discurso masculino, colocando-se a favor da manutenção da família e do lar, e reforçando o papel da mulher na sociedade: “(...) É, pois no estreito ambiente do lar que a mulher deve empregar sua atividade”. (FERNANDES, 1931, pág 1). A mesma, ainda afirma que seria uma “aberração”, que a mulher tivesse as mesmas condições de direitos que o homem. “Dizem que as coisas melhorarão quando a mulher for permitida a comunhão absoluta de todos os direitos do homem. Que aberração. Então ela deve trabalhar num campo de ação que oferece verdadeiro antagonismo ao seu valor intrínseco?” (FERNANDES, 1931, p. 1).

Percebemos, neste sentido, que tal fala não se dirigiu de um homem para as mulheres, mas, de uma mulher, que detinha meios e poderes para expressar-se numa sociedade dominada pelo patriarcado. Neste sentido, houve o que Foucault (2008) chamou de Redistribuições recorrentes, nas quais, novos passados surgem e são contados, novas formas de encadeamento e, conseqüentemente de poder surgem e dão margem ao que não foi dito ou deixado de canto. “Assim, as descrições históricas se ordenam necessariamente pela atualidade do saber, se multiplicam com suas transformações e não deixam, por sua vez, de romper com elas próprias.” (FOUCAULT, 2008, p. 5). Assim como nos diz Mario Martins Viana Júnior “Acreditamos que o exercício da reconstrução histórica dessa realidade, não somente contribui para desfazer estereótipos, mas para pensar o mundo atual de modo plural”. (VIANA JÚNIOR, 2010, p. 1 e 2).

Em meio a efervescência inerente aos anos 1930, as mudanças propalavam-se, numa velocidade assustadoramente inequívocas. Ocorriam, nas cidades, nos campos, nos interiores e em todos os espaços que pudessem ser transformados pelo homem.

Isto posto, quando analisamos os escritos de Maria do Céu Pereira Fernandes, nos editoriais do Galvanópolis e os seus discursos na Câmara dos Deputados norte-rio-grandenses, percebemos, que tal modernidade não correspondia, apenas, aos ditames de seus idealizadores. Correspondia ao processo de organização de novas mentalidades, nos dizeres de Isabel Cristine e Eva Barros (2004), mentalidades estas, as quais, continham em si um novo corpo cultural - permeado de signos - e movido por uma lógica interna da sociedade e um novo tipo de racionalismo (CRISTINE E BARROS apud de Souza, pág. 1).

As mulheres, grupo social definitivamente relegado a papéis secundários durante séculos, nas sociedades humanas, passaram a desempenhar papéis importantíssimos. Passaram a ser agentes de seu próprio destino. Foram pioneiras. Muito embora, a luz da época, os ditames sociais, intrinsecamente atrelados aos da Igreja Católica, tendessem a orientar e, muitas vezes, tolher as ações femininas. Contudo, numa época, na qual, a palavra Revolução era difundida largamente, mudanças de cunho social e político passaram a ocorrer sem precedentes, na então curta experiência republicana. Mesmo os artistas da época sentiam a necessidade de se falar sobre a política. Cada um expressando seus sentimentos, paixões e visões.

Dessa forma, trocavam correspondência Câmara Cascudo e Mario de Andrade, como nos mostra Edna Maria Rangel de Sá, em “Câmara Cascudo e Mario de Andrade nos anos 30: Desafios da Política e da Pesquisa sob tensão (2013). A mesma analisou 47 cartas trocadas pelos dois artistas, os quais, exprimem todo o seu sentimento acerca dos amigos, dos quais, não se tem notícias. Dos rumos do país e da condição deles próprios, enquanto classe intelectual. Maria do Céu estava inserida neste rol de “intelectuais progressistas”.

Face ao quadro aqui exposto, buscar-se-á apresentar a construção das representações, contribuições e importância de Maria do Céu Pereira Fernandes, na política norte-rio-grandense, dos anos 1930.

No decorrer da década de 1930, Maria do Céu, passa a ser conhecida, pelas figuras constituintes da política norte-rio-grandense, como José Augusto e Juvenal Lamartine, os quais, a convidaram para se fazer presente as fileiras do recém-criado, Partido Popular. O convite, feito pelos supracitados senhores, é perpassado pela mesma, em entrevista concedida ao Programa Memória Viva, da UFRN, no ano de 1983. Os detalhes do convite, são narrados pela mesma a seguir:

“Todos eles tinham a indicação do meu nome. Até Dinarte Mariz opinou. Ele era também do Partido Popular. Fui perguntar ao papai o que ele achava. Ele disse: eu acho que você deve aceitar. Aí eu aceitei. Meu namorado, na época, Aristófanes Fernandes, ainda não era casado com ele, também aceitou muito bem. Ele já era político e se entusiasmou.” (FERNANDES, 1983).

O ingresso na vida política, foi marcado pelo que Isabel Cristini chamou de “Espírito de liderança” que possuía Maria do Céu. Contudo, não foi bem visto pelos “remanescentes do



tradicionalismo”. (CORTEZ, 1987, pág. 1). Contudo, percebemos que, as contribuições de Maria do Céu, já haviam se iniciado, anos antes da sua entrada no mundo político. Tal afirmação pode parecer bastante forte ao ser proferida, contudo, encontra respaldo nas afirmações proferidas pela ex-deputada, como nesta passagem da entrevista ao jornalista Luiz Gonzaga:

“Naquele tempo, eu fazia o que queria. Lia livros proibidos, inclusive sobre comunismo e Freud. Sobre comunismo, por exemplo, eu li muito, mas não aceitei a ideologia. Mas sobre a receptividade da minha candidatura posso dizer que os remanescentes do tradicionalismo não aceitaram. Houve um certo impacto no começo, mas depois a Igreja aceitou. Não houve choque nenhum, todos aceitaram”. (CORTEZ, 1987, p. 1).

Seu pai, o “Coronel” Vivaldo Pereira, não demonstrou muito entusiasmo ao ser noticiado pela filha, de que entraria na vida política. Contudo, a mesma, seguiu adiante com seus planos.

“Eu tinha 24 anos naquela época. Sou de novembro de 1910. Papai não queria que eu fosse candidata, mas não tomei conhecimento porque o que eu fazia era o que achava certo. Veja bem, em 1934, eu tinha amigos e amigas, o que não era comum naquele tempo. Com amigos, eu passeava e viajava. Você já pensou uma mulher de 24 anos passear na cidade com amigos? (CORTEZ, 1987, p. 1).

Analisando a fala de Maria do Céu ao jornalista, percebemos a criação de uma imagem, uma representação de si mesma. Uma imagem de mulher forte que, mesmo tendo nascido e criada em uma época, na qual, o homem mandava em tudo e todos, Maria, representava-se a si mesma como uma mulher que tudo fazia, tudo podia. Para Louise Tilly, a construção desta representação, é possível, ao passo que:

“Suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder. Mas, sobretudo porque, para o historiador, em função do processo permanente de estruturação social, (...) as mulheres vivem e atuam no tempo.” (TILLY, 1990, p. 3).

A percepção de tal pujança, demonstrava ser Maria do Céu, uma mulher que se destacava das mulheres de seu tempo e espaço. O Jurista Mario Moacyr Porto, em atitude de total reverência, exprime-se, de maneira íntima, ao descrever a ex-deputada como:



“Morena, olhos vivos, irrequieta, bonita para os meus olhos. Sensível, de emoção fácil, inteligência incomum. Uma mulher em tom sustentado. Conflitava de certo modo, com o comportamento das moças do seu tempo, submetidas a uma severa disciplina doméstica, imposta pela Igreja. Lia muito, ainda que livros censurados pelos preconceitos do tempo (CARVALHO apud PORTO, 2013, p. 4).

Tal descrição, poderia suscitar no leitor, um sentimento de representação, de maneira que daria a entender, poderia significar obtenção de uma ‘caricatura’, ou mesmo, uma imagem produzida, que poderia substituir outras imagens das mulheres, centralizada na pessoa de Maria do Céu. Neste sentido, Sandra Makowiecky diz que: “a representação é um processo pelo qual institui-se um representante que, em certo contexto limitado, tomará o lugar de quem representa.” (MAKOWIECKY, 2003, p. 4).

Diante de tal quadro, partiremos agora, para a análise das contribuições da ex-deputada, tomando por base a entrevista a Luiz Gonzaga Cortez e dois discursos proferidos na Câmara dos Deputados do Rio Grande do Norte, nos anos de 1935 e 1936.

Nas eleições de 1934, Maria do Céu, compondo as linhas do Partido Popular, foi eleita para ocupar o cargo de Deputada Estadual. Obteve uma margem de votos impressionante aos padrões da época, um total de 12.058. Seu partido, em disputa com o rival, a Aliança Social, partido de Café Filho, e que fora criado às vésperas daquelas eleições, para disputar com o Partido Popular, as cadeiras da Câmara dos Deputados. Em outubro de 1934, as eleições aconteceram, marcada pela violência, dando vitória a Aliança Social. Contudo, como nos informa Regina Bressane:

“Os resultados das urnas, acusados de fraudulentos, deram a vitória à Aliança Social. No mês de novembro, um grupo da Aliança Social liderado por Benedito Saldanha invadiu a redação do jornal *A Razão*, do Partido Popular. No mês de dezembro, após nova invasão, ocorreu o empastelamento do jornal. Diante da situação de tensão, em 3 de fevereiro de 1935 foram realizadas eleições suplementares, ocorrendo mais uma vez irregularidades na apuração, que garantiram a vitória da Aliança Social. O Partido Popular recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral que determinou o reexame das urnas, através do qual se constatou que cerca de 17 mil votos haviam sido anulados na primeira oportunidade. Com a nova apuração, o Partido Popular elegeu 14 deputados estaduais e três deputados federais, enquanto a Aliança Social elegeu 11 deputados estaduais e dois deputados federais — João Café Filho e Francisco Martins Veras. (BRESSANE, 2009).

Diante de tal empasse, no dia 3 de fevereiro de ano seguinte, eleições complementares, deram, por sua vez, a vitória ao Partido Popular, que elegeu 14 deputados – Maria do Céu, a única mulher do pleito entre eles – contra 11 da Aliança Social. Em 1935, meses depois de ser eleita deputada, acontece em Natal o movimento chamado de Intentona Comunista, que sobre o qual, Maria do Céu dá o seu parecer:

“Até gostei de ter havido a revolução comunista. Eu gostei que os comunistas tivessem se rebelado. Gostei porque eles eram idealistas, mas não porque quisesse participar, não. O Brasil estava se tornando horrível. Lendo o livro “Olga”, de Fernando Morais, a gente fica sabendo como os comunistas eram idealistas, mas não tinham meios, coitados, de dominar o Brasil.” (CORTEZ, 1987, p. 2).

O posicionamento da ex-deputada, mostra-nos que, a mesma em conforme com os motivos da revolução, se solidarizava com o Levante comunista, por acreditar nas ideias que os mesmos tinham. Tais ideais, segundo ela, poderiam tirar o povo de uma situação que era calamitosa. Essa conformidade de ideais, reitera, Maria do Céu, revelava traços que eram parecidos, com a forma que a mesma enxergava o fazer política, nos anos 1930. “Naquele tempo se pensava em fazer alguma coisa pelo povo, mas isso já era utópico. Quando se entra no governo, a gente pensa muito pelos pobres. As campanhas eram bonitas. Fazíamos campanhas e comícios em cima de caminhões. E assim a gente falava para o povo e pedia votos.” (CORTEZ, 1987, p. 2 e 3).

Desta feita, percebemos tal apreço pela revolução comunista, como um posicionamento político de Maria do Céu. Contudo, assim ela não o fez a luz da época. “Casada, procurando aproveitar uma outra situação, escondendo o real, aprendi a “engolir” alguns fatos, a aparentar outra coisa, aquilo que não estava mais vivendo. Quase fico maluca (risos)”. (CORTEZ, 1987, p. 2).

A sua capacidade de alocação, bem documentada nos jornais o Galvanópolis de Currais Novos, e A República, de Natal, e já citada capacidade de liderança, se caracterizaram como elementos atrelados à Maria do Céu. Segundo João Batista Machado (2006), a deputada realizou

palestras e congressos no interior do Estado, nos quais defendia a participação feminina na vida pública, apoiando a FBPF.<sup>14</sup>

Outra notável contribuição da ex-deputada, refere-se a inclusão da palavra Deus, no preâmbulo da Constituição do Rio Grande do Norte. Elevando a voz aos seus colegas, a então deputada inicia explicando os motivos que a conduziram para realizar tal discurso, a ponto de a mesma “sentir tolherem sê-me as palavras ao medo de não poder sobre ela convenientemente dissertar”. (A ORDEM, 1936, p. 1). A sua justificativa para tal proposta de emenda, deu-se pois: “para que ela, a nossa Carta Magna que vai traçar a diretriz para os nossos homens de governo, que vai ser o caminho pelo qual nosso querido Estado irá à meta de luz que é o anseio máximo de seus ilustres filhos, seja promulgada “Em nome de Deus Todo Poderoso”. (A ORDEM, 1936, p. 1).

Tal discurso, e seu conteúdo queriam atingir, naturalmente, seus objetivos. Contudo, contou com resistência de colegas da ex-deputada, como registrado nesta passagem: “Diz ele que, contrário à invocação do nome de Deus no limiar da Constituição, justifica seu ponto de vista com o argumento de que tal Carta vai acobertar judeus e pagãos, tal estatuto Político, vai assegurar a liberdade de cidadãos de todos os credos religiosos.” (A ORDEM, 1936, p. 2). Percebemos que, as disputas concernentes da inclusão ou não do nome de Deus, já revelavam uma preocupação com o laicismo do Estado e seus desdobramentos. Neste sentido, tal documento, nos revela da mesma forma, aquilo que Michel Pêcheux (1975) afirmou, ao resignificar o conceito de formação discursiva. Tal conceito, segundo Luciana Leão Brasil (2011) diz que o sujeito é o resultado aferido da relação existente e indissociável, entre a História e a ideologia. Isto posto, o sujeito histórico, Maria do Céu Pereira Fernandes, argumentando sobre sua produção - a inclusão do nome de Deus na Constituição do rio Grande do Norte - permeada por um sentido notadamente religioso, contava com a ação da Providência Divina, para que iluminasse seus colegas e a si mesma, objetivando amelharem provisões de caráter manual. Neste sentido, Eni Orlandi, aponta que este tipo de discurso, mesmo estando arrolado ao campo político, assume a característica de ser um discurso lúdico, no qual, a polissemia está inserida no contexto, e relacionada diretamente, com os interlocutores (BRASIL apud ORLANDI, 2007, p. 9).

---

<sup>14</sup> Federação brasileira pelo Progresso Feminino. Fundando em 1922, o movimento, nacionalmente organizado e articulado por Berta Lutz, atuou, principalmente, na defesa dos direitos das mulheres, concernentemente, ao direito do voto feminino. Promoveu inúmeros debates e campanhas acerca de questões fundamentais das mulheres. Foi extinto em 1937, quando se instaurou no Brasil, o Estado Novo.

No entanto, a importância de da inserção de tal elemento, refere-se, antes ao povo, e as ações políticas, que deveriam ser concebidas e direcionadas a ele. “Amai vosso próximo como a vós mesmos, – por que não dar ao povo que nos mandou legislar em seu nome a prova maior do nosso reconhecimento legislando em nome do seu, do nosso Deus Todo Poderoso?” (A ORDEM, 1936, p. 3).

Os anseios políticos de Maria do Céu Pereira Fernandes, desta forma, palpavam-se em duas instâncias: na religiosa, a qual, a ex-deputada deixou claro no discurso acima analisado, e na área social.

Encerrou o seu mandato como deputada, em fins de 1937. Posicionava-se de maneira radicalmente contra o Estado Novo, regime ditatorial do então presidente Getúlio Vargas, que fechou o Congresso Nacional e cassou o seu mandato (CARVALHO, 2013, p. 129).

Desta maneira, podemos inferir que, Maria do Céu, era uma mulher bastante influente. Além de ser pioneira, ao adentrar o espaço da Câmara de Deputados, como deputada eleita, a mesma seguia uma ‘realidade’ pública, e se juntava a um escopo de mulheres do Rio Grande do Norte, como Alzira Soriano, Celina Guimarães Vianna, além de inúmeras outras pelo Brasil a fora, tais como, Carlota Pereira, em São Paulo e Antonieta de Barros, em Florianópolis. Tais mulheres, conseguiram, de fato, romper com as rédeas do poder masculino, atrelado a permanência feroz do patriarcado, para ascenderem a carreiras políticas – ainda que curtas. Maria do Céu, uma mulher considerada diferenciada pelos seus pares, permeou o imaginário de intelectuais contemporâneos, como Moacyr Porto, Juvenal Lamartine e José Augusto, e estudiosos e pesquisadores, como Eva Barros e Isabel Cristini, de forma que, ao se remeterem a ela, construíram uma memória, que ao mesmo tempo revela traços, marcas e características da personagem, e, por conseguinte, acabam por suscitar questionamentos remetentes a tal memória construída. Ao passo que, a construção da representação de Maria do Céu, enquanto, uma figura ativa na vida social, política, artística de Currais Novos, se faz presente nas abordagens aqui destacadas. Uma mulher de pensamento e ações fortes. Foi capaz de arregimentar o apoio de seus opositores, para obter a aprovação de seus projetos na Câmara de Deputados.

Desta feita, as contribuições e ações de Maria do Céu, arrolaram características, que se fizeram presentes na vida política norte-rio-grandense daquele momento.

### **Referências**

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidade e abordagens**/ José D'Assunção Barros. 5. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. In: **Textos de História**, vol. 11, nº 1/2, 2003. p. 145 – 168.

BRASIL, Luciana Leão. **Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva**. In: *Linguagem – Estudos e pesquisas*. Vol 15, nº 1, 2011.

BRESSANE, Regina. **Aliança Social do rio Grande do Norte**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-social-rio-grande-do-norte>. Acesso em: 23 de agosto de 2016.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República** [recurso eletrônico]: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895) / Almir de Carvalho Bueno. – Natal, RN: EDUFRN, 2016. 314 p.: 8,34 MB; PDF.

BURITI, Iranilson. **Espaços de Eva: a mulher, a honra e a modernidade no Recife dos anos 20 (século xx)**. Disponível em: **Revista História Hoje**. São Paulo, Nº 5, 2004. ISSN 1806.3993.

CARVALHO, Francismar Alex Lopez de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. In: **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, 2005 p. 143-165.

CARVALHO, Isabel Cristine Machado de. **Mulher e imprensa: as práticas jornalísticas de Maria do Céu Pereira Fernandes (década de 1930)**. In: **Revista Científica das Escolas de Comunicação e Artes e Educação**. Ano II, nº 2, jun/nov 2013. p. 123 – 136.

CÂMARA BARROS, Eva Cristini Arruda. CORTEZ, Edilma da Silva. In: **Imprensa periódica currais-novense: fonte privilegiada do Ideário da Modernidade (1920 a 1930)**, III Congresso Brasileiro de História da Educação. Disponível em <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/495.pdf>. ACESSO 03 de Agosto de 2015.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª ed. Algés: Difel, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Mundo como representação**. Disponível em: <http://http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>. Acesso: 25 de outubro de 2016.

DE SÁ, Edna Maria Rangel. **Câmara Cascudo e Mário de Andrade nos anos 30: Desafios da Política e da Pesquisa sob tensão.** In: Imburana – revista do Núcleo de Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses/UFRN. nº 7, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber** /Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. Problema e problemática. In: \_\_\_\_\_. **A construção do saber: metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MACHADO, João Batista. **Resgate da Memória Política.** Natal-RN, Departamento Estadual de Imprensa, 2006. Págs. 307-310.

MAKOWIECKY, Sandra. **Representação:** A palavra, a ideia, a coisa. In: CPICH, nº 57, págs. 1 – 25, 2003.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso.** In: GADET & HAK (org). Campinas: Ed. Unicamp, 1969.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. Unicamp, 1975.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, Iara Maria Carvalho Medeiros dos; BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara. **Sob o signo da modernidade:** a produção intelectual de Maria do Céu Pereira no Seridó norte-rio-grandense (1931-1932). Encontro Nacional de História/ Encontro Estadual de História, nº 5, 2004. Recife. *Anais...* Universidade Federal do Pernambuco. 2004, p. 1 – 13.

SPINELLI, José Antônio. Coronéis e Oligarquias na primeira república. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó;** O Rio Grande do Norte na Velha República. Natal: CCHLA, 1992. Págs. 1 – 31.

TILLY, Louise A. **Gênero, História das mulheres e História Social.** Disponível em: <http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/07/G%C3%AAnero-hist%C3%B3ria-das-mulheres-e-hist%C3%B3ria-social-Louise-A.-Tilly.pdf>. p. 29 – 62. Acesso em 04 de agosto de 2015.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins. **As mulheres na expansão material de Fortaleza nos anos de 1920 e 1930.** 2009. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2009.

## "O MELHOR GOVERNO DE TODOS OS TEMPOS"<sup>15</sup>. O MITO QUE SE CRIOU EM TORNO DA IMAGEM DE ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (1935-1940)

Waniéry Loyvia de Almeida Silva<sup>16</sup>

### INTRODUÇÃO

O título do presente artigo se baseia em uma das várias definições positivas que existem acerca do político paraibano, Argemiro de Figueiredo. De uma maneira específica, a denominação “o melhor administrador de todos os tempos”, de autoria do também político e líder oligarca, Marcos Odilon Ribeiro Coutinho, contida em seu livro *Poder, Alegria dos Homens (1965)*, coincide com uma visão quase que unanime quando se pensa a respeito do ex-governador e interventor, Argemiro de Figueiredo.

Talvez, para um leitor leigo sobre o assunto, e que não tenha a menor afinidade com o tema aqui proposto, tal afirmativa soe apenas como uma “*definição tendenciosa*”, se partimos do pressuposto que o autor do livro onde reside tal afirmativa, pertenceu ao grupo político liderado por Figueiredo na década de 30. De fato, se essas imagens positivas a respeito do interventor, se restringissem apenas aos seus correligionários, amigos pessoais e admiradores, não haveria necessidade de alardes investigativos. Entre tanto, o caso é que estranhamente (ou não), - e eis o que queremos entender - Argemiro de Figueiredo teve o seu estilo de governo e administração reconhecido e saudado até mesmo por aqueles que se consideravam “*seus inimigos políticos*”<sup>17</sup>.

Nos predispomos aqui a analisar a máquina propagandística criada por Argemiro de Figueiredo, que foi capaz de “fabricar” no *imaginário social* da época, a imagem de benfeitor, salvador e ótimo administrador, que permanece viva ainda nos dias atuais, e que fora capaz de conquistar até mesmo os adversários de seu tempo.

---

<sup>15</sup> Palavras do ex-constituente estadual de 1935 Aluizio Afonso Campos à historiadora Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes Santana, 1995, p. 157.

<sup>16</sup> Discente do Curso de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovanni Antonino Nunes - Departamento de História (UFPB). Pesquisa apoiada pela CAPES. E-mail: loyviaalmeida@hotmail.com

<sup>17</sup> “Apesar de discordar da política do Sr. Argemiro de Figueiredo, não há como se negar que foi um brilhante administrador.” (Depoimento de José Joffily à Martha Santana, 1993, p. 157).



Os caminhos para traçar a propaganda e mitificação de Argemiro de Figueiredo se sustentam no conceito de *cultura política*, entendida aqui como um conjunto de tradições, crenças e símbolos, partilhada por um povo/nação, que comunga de um passado e tem projetos para um futuro (MOTTA, 2009), sendo necessário esclarecer que este trabalho se atrela também em certo aspecto, a uma história considerada “*elitista*”, mas que nem por isso deixa de ser necessária a compreensão historiográfica. Por esse motivo tal artigo se encaixa no campo da *nova História Política*, tendo esta rompido definitivamente com o factismo, fatalismo e historicismo, se aproximando da *nova História Cultural*, conseguindo assim alargar seu horizonte de perspectivas, onde o que antes não lhe dizia respeito, agora passa ser de total importância.

[..] sob a influência enfim de teorias que sistematizavam e legitimavam a intervenção do Estado, a política se apoderou de toda espécie de problemas que não lhe dizia respeito inicialmente, e com os quais a história política jamais tivera antes, portanto, de se preocupar. (REMOND, 2003, p. 23 e 24).

Dentro dessa perspectiva encontramos no discurso político do governador/ interventor, e nos discursos vinculados pela imprensa estatal e os outros jornais aliados do governo (*A Imprensa* – Jornal da Arquidiocese da Paraíba e *A Voz da Borborema* – Jornal de Campina Grande, cujo dono era o irmão mais velho de Argemiro de Figueiredo), uma das bases de sustentação da sua propaganda política.

Tal discurso é permeado pelas condições que permitem a criação de um mito político apontadas por Raoul Girardet (1987), como sendo: a ideia de conspiração e um herói/salvador.

É bem evidente que a coincidência não é fortuita, se é precisamente nesses períodos de intermitência da legitimidade, nesses momentos de desequilíbrio, de incerteza ou de conflito que estão cronologicamente situados aos apelos mais veementes à intervenção do herói salvador. (GIRARDET, 1987, p. 89).

Através do poder das palavras que circulavam na imprensa paraibana, nós já referidos jornais, queremos entender os mecanismos e as engrenagens que fizeram possível a fabricação do Argemirismo<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup>Definição dada a liderança exercida por Argemiro de Figueiredo dentro da Paraíba. Ver Martha Santana, 1999, p. 173.



## O SURGIMENTO DE ARGEMIRO DE FIGUEIREDO NO MEIO POLÍTICO

Argemiro de Figueiredo nasceu em 09 de março de 1901, na Fazenda Baixa Rica (Campina Grande), sendo fruto do segundo casamento do Coronel Salvino Gonçalves de Souza Figueiredo – homem influente e bastante respeitado na época. Por parte de mãe, Figueiredo herdou de dona Luísa Viana de Figueiredo<sup>19</sup>, o nome e a tradição familiar.

Seus admiradores buscaram criar uma epopeia em torno de seu nascimento, como é o caso de Naughton Araújo (2000), quando afirma que sua chegada a este mundo poderia ser vista como “um produto trazido pela providencia, não para ser vendido<sup>20</sup>, mas para ser doado ao povo.” (p. 35).

Percebemos no emprego das palavras ditas pelo autor, a necessidade de criar uma aura mística em torno de nosso personagem, desde o seu nascimento, uma ideia de herói/salvador, que – teoricamente - desde sempre, se viu predestinado a fazer para o que nasceu.

De qualquer forma, predestinado ou não, o fato é que Figueiredo herdou a tradição política do seu seio familiar, não sendo nenhum pouco alheio aos meandros e engrenagens que faziam o campo político de seu tempo, girar.

Formado em Direito pela Faculdade do Recife, onde já se destacava pela oratória, sendo convidado para ser o orador oficial de sua turma, passou a advogar logo que retornou para sua terra natal, até entrar definitivamente na política: “Em 1928, em Paraíba (a capital tinha esse nome) com o Dr. Otacílio de Albuquerque e o Dr. João da Matta, fundam o Partido Democrático.” (ARAUJO, p. 43).

Seus posicionamentos políticos valeram-lhe um rompimento com seu pai e seu irmão mais velho, Acácio Figueiredo<sup>21</sup>, aproximando-o do então escolhido Presidente de Estado, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, o qual lhe nutria grande valor e admiração:

Sua indicação para preencher uma cadeira na Assembleia foi um ato de justiça do meu partido, premiando a inteligência e os serviços de um moço que, estou certo, em qualquer momento e quaisquer que sejam as asperezas da luta, saberá honrar

---

<sup>19</sup> Dona Luísa Viana era descendente da tradicional família paraibana *Borges da Fonseca* e prima legítima de *Aristides Lobo*, um dos participantes da Proclamação da República. Ver <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/figueiredo-argemiro-de>

<sup>20</sup> Argemiro de Figueiredo nasceu em um Sábado, dia de feira em Campina Grande, ver ARAUJO, 2000, p. 35.

<sup>21</sup> O rompimento se deu apenas no âmbito político, uma vez que os envolvidos continuaram convivendo de forma amistosa. Ver ARAUJO, 2000, P. 43.

o mandato do povo paraibano. (Trecho da Carta de João Pessoa à Argemiro de Figueiredo)<sup>22</sup>.

Eleito deputado estadual com as bênçãos do chefe local, Figueiredo não passou muito tempo exercendo tal cargo. Entretanto, antes que seu mandato fosse cassado como o dos demais, devido a tomada de poder por Getúlio Vargas (o movimento que se iniciou com o assassinato de João Pessoa só chegou ao fim em outubro daquele mesmo ano, quando o Presidente em exercício – Washington Luís foi deposto), conseguiu se afirmar com sobriedade, com uma oratória convincente e uma retórica menos arrebatada (MELLO, 2000, p. 09).

A chefia do estado não demorou em ser tirada das mãos do vice-presidente, Álvaro de Carvalho, passando as mãos de José Américo de Almeida – Secretário do Interior de João Pessoa – que se tornou o *vice-rei do Norte*. “Álvaro de Carvalho era um governo fraco. Quem assumiu a direção de tudo de fato foi o secretário do interior. José Américo de Almeida.” (Argemiro de Figueiredo)<sup>23</sup>.

De fato, José Américo passou a ditar as regras do jogo político a partir de então. Chamado por Getúlio Vargas a ocupar a pasta de viação e obras públicas, entregou a chefia do estado a um dos mais revolucionários das primeiras horas na Paraíba, o senhor Anthenor Navarro<sup>24</sup>.

Durante a interventoria de Navarro, Argemiro de Figueiredo teve uma breve participação, bem como outros políticos e distintos paraibanos, na confecção de “Os Problemas e Necessidades da Paraíba”, uma espécie de livro/relatório, encomendado pelo interventor em exercício, afim de fazer um estudo de caso sobre o Estado.

Fatalmente no dia 26 de abril de 1932, Anthenor Navarro e mais exaltado revolucionário da Paraíba morreu em um trágico acidente aéreo. Desse modo, o governo do estado acabou passando para as mãos de Gratuliano de Brito, oligarca e primo legítimo de José Américo de Almeida.

Durante a interventoria de Gratuliano de Brito, Figueiredo ocupou a pasta de Secretário da Justiça e Interior, tornando-se o segundo em comando e conseguindo assim expandir sua influência e prestígio, construindo uma base aliada forte, que o levou a ser o escolhido de José Américo para as eleições governamentais em 1935.

---

<sup>22</sup> Ver TEJO, 2001, p. 24.

<sup>23</sup> Entrevista concedida ao jornalista William Tejo, 2001, p. 30.

<sup>24</sup> A esse respeito, ver Martinho dos Santos Neto, 2007.

## O DISCURSO E A PROPAGANDA A SERVIÇO DA CONSTRUÇÃO DE UM MITO

Quando dos acontecimentos tumultuosos de outubro de 1930, muitos políticos – paraibanos – apressaram-se em si auto afirmar enquanto revolucionários. O debate sobre o que realmente foi outubro de 1930, hoje já sanado, mostrou que o que acontecera, não foi efetivamente uma *revolução*, mas algo mais parecido com uma reforma autocrática-burguesa (MARTINS, 1986), onde se preservou as mesmas estruturas arcaicas do jogo de poder, as quais a elite dominante sabia a eficiência, trocando-se apenas os jogadores políticos.

O coronelismo e oligarquias demonstraram ter “fôlego de gato”. As mudanças quantitativas operadas foram perfeitamente integradas às novas formas de dominação que os “coronéis” conseguiram constituir. A mudança assumiu caráter de metamorfose e os “coronéis” e as oligarquias mudaram apenas de roupa. Em essência, antes mesmo de morrer, o milagre da ressurreição se operou. (GURJÃO, 1993, p. 52).

Argemiro de Figueiredo foi um desses homens que sobreviveram ao “*vendaval pós-revolucionário*”, trazidos a baile para substituir os políticos decrépitos da Primeira República. Figueiredo também foi um daqueles que passaram a evocar a memória de João Pessoa, para se legitimar entre seus *pares* e a população, tendo apresentado e votado a favor do projeto de lei que mudava o nome da capital (SILVA, 2002).

Entretanto, por mais que sua lealdade à memória do mártir paraibano constituísse motivo para sua indicação a algum cargo de prestígio, visto que ele enquanto órfão do político assassinado reivindicava junto com outros, os espólios deixados pelo morto, apenas isso não seria o suficiente para explicar a sua indicação ao pleito de governador.

Ao nosso ver, não um, mas um conjunto de fatores somados levaram a predileção de José Américo por Argemiro de Figueiredo, em detrimento do seu próprio primo, Gratuliano de Brito, que esperava ser lançado como candidato<sup>25</sup>. Alguns desses fatores podemos apontar como sendo: sua facilidade em transitar entre a situação e a oposição – e isso se deve – de acordo com o advogado e jornalista Joacil de Brito (1986) – a sua disposição a não guardar magoas; a sua postura sempre conciliatória e ao julgamento errôneo feito por José Américo de Almeida, de que Figueiredo seria uma marionete em suas mãos, o que logo se provou o inverídico, uma vez

---

<sup>25</sup> Ver SOUSA NETO, 2016.

“Perspicaz, o Ministro deve ter entendido claramente que Argemiro não seria um títere em suas mãos.” (SYLVESTRE, 1993, p. 193).

Figueiredo foi eleito de forma indireta com a maioria dos votos, e em seu discurso de posse a sua postura um tanto conciliadora demais, acabou por desagradar a José Américo

[...] Assumo o poder sob o reflexo da solida confiança que me depositaes, e que é o bastante para me fazer assegurar-vos, com serenidade e firmeza, que havemos de vencer.

Vencer conduzindo o Estado a realizar a sua grande missão jurídica e social.

Vencer promovendo o melhoramento das condições econômicas, physicas, intellectuaes e moraes do povo.

Vencer como vencem os povos organizados pela paz, pelo trabalho fecundo e pela Justiça sem imperfeições.

Vencer esquecendo os erros e os desvios de outrora, os ódios que dividem, as vinganças que destroem, as luctas que enfraquecem e as divergências que esterelizam.

[...] <sup>26</sup>

O rompimento e afastamento entre ambos tornou possível a ascensão do *Argemirismo*, que permitiu ao então governador cooptar novos e velhos adversários políticos, tornando-se uma liderança quase que hegemônica dentro do Estado, sendo-lhe oposição apenas os municípios de Itabaiana e Umbuzeiro (SANTANA, 1999, p. 232).

Graças ao apoio das várias facções oligárquicas, Argemiro de Figueiredo conseguiu consolidar-se a frente do Executivo. A sua legitimação era então “fabricada” através do discurso político e da imagem propagandística construída pelos jornais. Eis que começava assim a surgir o mito de um herói/salvador contra uma perturbadora conspiração.

O discurso político, que procura obter a adesão do público a um projeto ou a uma ação, ou a dissuadi-lo de seguir o projeto adversário, insiste mais particularmente na *desordem social* da qual o cidadão é vítima, na *origem do mal* que se encarna em um adversário ou um inimigo, e na *solução salvadora* encarnada pelo político que sustenta o discurso. A desordem social é apresentada como um estado de fato ou como um estado potencial: no primeiro caso, trata-se de criar um estado de expectativa que obriga e vislumbra a possibilidade da existência de um mal e o desencadear de um temor gerador de angustia. (CHARAUDEAU, 2013, p. 91).

---

<sup>26</sup> Trecho do Discurso de Posse de Argemiro de Figueiredo. 25, de janeiro de 1935. Ver SYLVESTRE, 1993.

O discurso Argemirista se baseou na *ameaça vermelha, ou perigo de Bolchevização*, para explicar as violações dos direitos individuais do cidadão e dar início a um dos períodos de maior repressão no Estado. Se as relações entre a interventoria e a classe trabalhadora vinham sendo pacíficas até meados de 1934, durante o governo de Gratuliano de Brito (GURJÃO, 1993), a mesma coisa não se pode afirmar do período seguinte.

Enquanto mantinha uma política clientelística para com as oligarquias, Figueiredo utilizava-se do mandonismo para com as classes subalternas, situação que só veio a piorar a partir das greves desencadeadas em 1935 e a tentativa de golpe comunista em novembro desse mesmo ano. Várias pessoas foram presas e levadas para “prisão do buraquinho”, onde eram submetidas diariamente a penosas condições, sendo que “dessa forma pode se inferir a carência de seriedade do relatório da polícia, uma vez que suas argumentações basearam-se em depoimentos extraídos sob tortura.” (GURJÃO, 1993, p.168).

Todavia, os jornais amenizavam o que acontecia, tentando transparecer uma imagem de “homogeneidade” no povo paraibano, a fim de não fazer transparecer as resistências ao projeto político *Argemirista*, que pouco a pouco eram silenciadas pela máquina estatal. O discurso oficial dos jornais, tanto A União, quanto o da Arquidiocese Paraibana, A Imprensa, deformava a visão dos paraibanos em relação ao socialismo, fazendo com que esses temessem até mesmo o que não existia – no caso, não havia um movimento socialista organizado na Paraíba nesse momento.

Por outro lado, se associava a imagem do governante paraibano a modernização. Essa era uma outra faceta do discurso político *Argemirista*: o discurso modernizador. De acordo com José Luciano Aires (2015), Argemiro de Figueiredo se preocupava mais com “obras de pedra e cal”. Durante a sua interventoria inúmeras escolas foram construídas e outras tantas reformadas, com destaque para o prédio do Instituto de Educação – Atual Lyceu Paraibano. Ruas foram pavimentadas e alargadas, se fez uma reurbanização do Parque Solón de Lucena e criação de uma escola para menores infratores; além da dinamização da economia com a implantação do ciclo do sisal e investimento em outras culturas que não só o algodão e o açúcar.<sup>27</sup>

De acordo com Walter Benjamin, a modernidade capitalista provocou uma perda no senso de humanidade e de experiências, perda da noção de tempo e de espaço, criando assim o que ele

---

<sup>27</sup> Todas essas e outras obras do Governo Argemiro de Figueiredo podem ser encontradas no álbum *5 Anos de Governo* (1940).

chama de *fantasmagorias*. A experiência aqui passou a ser um bem de consumo não durável, uma vez que diante dessa modernização implantada pelo capital, tudo se transforma em mercadoria.

Com a perda do velho sentido de “aura”, a modernidade preconizou um sentido novo, “a aura da mercadoria”, desde então, o que se pôde perceber é a exclusão e a ilusão de que se deixa levar pelas *fantasmagorias*. Essa nova aura criada a partir do processo de modernização conservadora trazida para Paraíba no governo de Argemiro de Figueiredo, constitui-se como um dos fatores que explicam a omissão do lado negativo da sua interventoria, e a perpetuação dos pontos positivos em relação a mesma.

Um outro ponto muito importante nessa construção foram as datas comemorativas, que ganharam um sentido bastante pedagógico, pois “ensinava” a população paraibana, o que ela precisava aprender: respeito e lealdade para com os seus líderes. O calendário festivo do Argemirismo consistia em:

**Calendário festivo em Argemiro de Figueiredo**

Mês	Festa
Janeiro	Aniversário o governo Argemiro de Figueiredo. Aniversário de José Américo de Almeida. Natal de João Pessoa. Dia do Município.
Março	Aniversario natalício de Argemiro de Figueiredo.
Abril	Dia de Tiradentes. Dia da Juventude (Aniversário de Getúlio Vargas)
Maiο	Dia do Trabalho. Festa das Arvores e das Aves. Dia da Constituição Estadual. Comemorações do 24 de maio (Riachuelo).
Junho	Batalha de Tuyuti.
Julho	Homenagens a João Pessoa. Centenário de Carlos Gomes.
Agosto	Fundação da Paraíba. Dia do Soldado.
Setembro	Dia da Independência. Dia da Arvore.
Outubro	Dia das Crianças. Semana de Educação. 104 anos da Força Pública. Aniversário da “Revolução” de 1930. Dia do empregado do comércio.
Novembro	Proclamação da República. Dia da Bandeira. Aniversário do Estado Novo. Comemorações pelos que combateram os comunistas em 1935.
Dezembro	Natal dos Pobres. Aniversário de José Batista de Melo. Festa das Crianças.

FONTE: *A União; Revista Manaíra e Revista Ilustração* apud Aires, 2015, p. 26.

Adotando a máxima Varguista, Figueiredo geralmente anunciava obras públicas que pretendia fazer pelo estado no decorrer dessas festividades. Nesse momento, ficava evidente a dinâmica esperada pelo governante, a qual a população teria que adotar, denominada por Ângela de Castro Gomes como: *Dar/receber/retribuir*<sup>28</sup>.

<sup>28</sup> Ou seja, a população recebia os benefícios sem questionar e em troca ficaria sob permanente tutela e vigia do Estado.

## CONCLUSÃO

A interventoria de Argemiro de Figueiredo foi um dos períodos mais controversos da história paraibana. Se de um lado temos uma série de fatores colocados em prática e que associados levaram a dinamização e crescimento da economia paraibana, do outro temos a centralização, o autoritarismo e o uso da violência como força coercitiva sempre que necessário para manter “a ordem”.

A visão positiva sobre Argemiro de Figueiredo transcendeu o tempo e reverbera ainda nos dias de hoje na memória coletiva de quem viveu em seu tempo. Grande parte disso se deu por conta do grande investimento propagandístico, que o governador/interventor paraibano fez durante os anos em que esteve a frente do Executivo. A modernização do Jornal a União e A Imprensa, juntamente com a criação da Rádio Tabajara fizeram com que sua imagem fosse difundida por todo o Estado, criando o mito em torno da sua imagem. Visto como um “benfeitor”, Figueiredo reproduziu na Paraíba a doutrinação vigente no restante do País, graças a implantação do Estado Novo.

Apoiador do golpe que levou Getúlio Vargas a se tornar ditador no Brasil, Argemiro de Figueiredo conseguiu se manter no cargo, com a incumbência de assegurar a paz e a lealdade aos chefes de governo por parte dos paraibanos. A centralização de 1937 abriu espaço para o desenvolvimento, modernização e o fim dos regionalismos – o que para Oliveira Vianna, (2005) ideólogo do Estado Novo, era a causa do atraso brasileiro – mas também deu margem para violação dos direitos individuais, para o uso da coerção e repressão em níveis máximos.

Todavia, o mito de salvadores e heróis continuam se perpetuando na história, tanto em relação a Vargas quanto em relação a Argemiro de Figueiredo. O que nos parece, que talvez seja a hora de buscar novas referências teóricas metodológicas para traçar uma nova visão a cerca desse assunto.

## REFERÊNCIAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. 2. Ed. – João Pessoa: Editora do CCTA, 2015.

\_\_\_\_\_. **A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)**. Campina Grande: EDUFPG, 20013.



AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Ebook Brasil, [1938], 2002.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. Traducción de Eduardo L. Suárez. México. Fondo de Cultura Económica, 1993

ARAÚJO. Naughton Rocha França de. **Argemiro de Figueiredo (um esboço de sua vida)**. Série Histórica. Campina Grande: Editora A União, 2000.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. – João Pessoa, 2012.

BARBOSA, João Batista. Santa Cruz e o Jornal do Povo: uma contribuição à história das lutas sociais na Paraíba. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1985.

BEIRED, José Luís Bendicho. **Sob o signo da nova ordem: Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Loyola/História Social USP, 1999.

BENJAMIN, Walter. Paris, a capital do século XIX, 1982.

\_\_\_\_\_. O Narrador. In: Obras escolhidas: **Magia e Técnicas Arte e Política**. São Paulo: Ed Brasiliense. 1998.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In. Para uma história cultural. RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs.). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. In. Política e cultura. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA – Ogão da Associação Nacional dos Professores Universitários de História – São Paulo. ANPUH/Marco Zero, Vol. 12, n° 23/24, setembro 91/agosto 92.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**. São Paulo: Unesp, 2° edição, 2009.

\_\_\_\_\_. O Estado Novo: O que trouxe de novo? In. **O Brasil Republicano (vol. 2)**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. FERREIRA, JORGE e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). – 2° ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Estado Novo: novas histórias. In. **Historiografia brasileira em perspectivas**. FREITAS, Marcus César (org). 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Os arquivos da polícia política brasileira: intolerância, repressão e resistência. In. **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira (orgs.). – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **A ameaça vermelha: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937)** / Faustino Teatino Cavalcante Neto. – Recife: O autor, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso Político; tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. – 2. ed. 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

FAUSTO, Bóris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. A Revolução de 1930. In **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.  
FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In. O populismo e sua história: debate e crítica. FERREIRA, Jorge, organização. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In. **O Brasil Republicano (vol. 1)**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. FERREIRA, JORGE e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). – 2º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FILHO MEDEIROS, João. **82 horas de subversão** (Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte). Natal, 1980.

GARCIA, Nelson Jahr. **Propaganda: Ideologia e Manipulação**. Versão eBook Digital RocketEdition, 1999.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

\_\_\_\_\_. Oliveira Vianna: o Brasil do insolidarismo ao corporativismo. In. **Os intelectuais do antiliberalismo: alternativas à modernidade capitalista**. LIMONCIC, Flávio e MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, organizadores. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B. e GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). – Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

\_\_\_\_\_. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In. **Repensando o Estado Novo**. PANDOLFI, Dulce (org). – Rio de Janeiro, FGV, 1999.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1994.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória Política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JULLIARD, JACQUES. A política. In. **História: novas abordagens**. LEE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.); tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro. F. Alves, 1976.

LAMOUNIER, Bolivar. **Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação**. In: FAUSTO, Boris (Org.), História Geral da Civilização Brasileira, T.3, Vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

LEE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução Bernardo Leitão [et.al] – Campinas, Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

\_\_\_\_\_. “A Política: será ainda a ossatura da História? ” In. O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval (1972). Lisboa: Edições 70, 1975.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In. **Usos e abusos da história oral**. AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes, Coordenadoras – 8. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEVILLAIN, Phillippe. Os protagonistas da biografia. In. **Por uma história política**. RÉMOND, René (org.); Tradução Dora Rocha. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Ediotra FGV, 2003.

LUNA, Maria de Lemos. **José Américo de Almeida**. Paraíba: Nomes do Século. Série Histórica, nº 17. João Pessoa: A União, 2000.

MAIO, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. In. **O Brasil Republicano (vol. 2)**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. FERREIRA, JORGE e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). – 2° ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARTINS, Luciano. A revolução de trinta e seu significado político. In. **A Revolução de 30: Seminário Internacional**. Brasília: UNB, 1980.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. Imprensa oficial – João Pessoa, 1956.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Os italianos na Paraíba** – da Capital ao Interior. João Pessoa: Editora A União, 2006.

\_\_\_\_\_. **Nos Tempos de Felix Araujo** - Estado Novo, Guerra Mundial e Redemocratização - 1937/47. João Pessoa: SEC-PB/IPHAEP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Trajatória política e eleições em Argemiro de Figueiredo**. João Pessoa, 2001.

\_\_\_\_\_. **A revolução estatizada**: um estudo sobre a formação do centralismo em 30. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 1992.

\_\_\_\_\_. Conservantismo social, afirmação política e pulsão oratória em Argemiro de Figueiredo. In. **Argemiro de Figueiredo** (um esboço de sua vida). Série Histórica. Campina Grande: Editora A União, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). – São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In. **Autoritarismo e cultura política**. ABREU, Luciano de Aronne de e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). – Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.

\_\_\_\_\_. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In. **Culturas políticas na história: novos estudos**. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). – Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. – 1º ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In. **Projeto história**. São Paulo, nº 10, 1993.

OLIVEIRA, Vianna. **Instituições Políticas Brasileiras**, [1949]. – Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In. **O Brasil Republicano (vol. 2)**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. FERREIRA, JORGE e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). – 2º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. [Entre le peuple et la nation: les intellectuels et la politique au Brésil]. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Joacil de Brito. **Argemiro de Figueiredo - A Oratória do seu Tempo**. 1986, A União Editora/SEC, João Pessoa.

\_\_\_\_\_. Um mestre da eloquência. In. **Argemiro de Figueiredo - Discursos Parlamentares**. João Pessoa, A União, 1977.

RÉMOND, René. Uma história presente. Os protagonistas da biografia. In. **Por uma história política**. RÉMOND, René (org.); Tradução Dora Rocha. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Ediotra FGV, 2003. SANTANA, Martha M. F. de C. e Morais. **Poder e Intervenção Estatal: Paraíba (1930- 1940)**. João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1999.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do estado**: a interventoria de Anthenor Navarro (1930-1932). – João Pessoa, 2007.

SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. **O poder político de José Américo de Almeida**: a construção do americanismo (1928-1935) / Bárbara Bezerra Siqueira Silva.- João Pessoa, 2015.

SILVA, Waldir Porfírio. **Bandeiras Vermelhas**: a presença dos comunistas na Paraíba (1900 a 1960). – João Pessoa: Textoarte, 2003.

\_\_\_\_\_. Argemiro de Figueiredo: um parlamentar, da Revolução de 1930 ao Senado da República. In. **História e debate na Assembléia da Paraíba**. João Pessoa, 2002.

SOUSA NETO, Bento Correia de. **O governo interventorial e relações de poder na Paraíba pós 1930**: a administração de Gratuliano de Brito (1932-1934). – João Pessoa, 2016.

SYLVESTRE, Josué. **Da Revolução de 30 à Queda do Estado Novo**. Campina Grande: Editora Senado Federal, 1993.

TEJO, William. **Argemiro**: Confidências de um líder. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2001.

TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro**. Ebook Brasil, 3ª edição. [1982], 2002.

#### **FONTES**

Revista de informação de informação Legislativa. Brasília, Vol. 20, nº 77 jan./mar. 1983.

Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182018>.

Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo. Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba. Brasil, 1938. Disponível em: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP).

5 Anos de Governo. Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba. Brasil, 1940. Disponível na Biblioteca Atila Almeida, Universidade Estadual da Paraíba (Campus I).

## **TERRITÓRIOS EM CONFRONTO: CATÓLICOS E ESPÍRITAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA PARAIBANA (1890 / 1930)**

José Pereira de Sousa Júnior<sup>29</sup>

Este artigo apresenta o quadro religioso da Província da Parahyba do Norte ao longo da primeira República no que diz respeito aos confrontos ideológicos e religiosos entre católicos e espíritas, tendo como fontes de pesquisa o *Jornal A Imprensa Catholica* e o *Jornal do Commercio*. Por sua vez, a Igreja Católica buscava refazer-se após a separação oficial do Estado e da instauração de uma República laica, aspectos estes que se tornaram ponto de confronto direto entre o Estado republicano e a Igreja romana, representada pelos Bispos e Arcebispos brasileiros.

Neste momento, temos a chegada do espiritismo em solo brasileiro e sua expansão para diversas províncias, chegando à Paraíba em fins do século XIX como uma religião cuja codificação foi realizada pelo educador francês Hypollyte Leon Denizard Rivail, cujo pseudônimo tornou-se conhecido por Allan Kardec em 1857. A nova religião sofreu grande oposição em um contexto histórico no qual o catolicismo tinha grande presença, numa clara demonstração de poder e intolerância religiosa. Assim, estes embates se prolongaram por toda primeira República paraibana e por décadas posteriores.

No Brasil, apesar das inúmeras transformações ocorridas entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX, entre elas o fim do regime de padroado e a institucionalização do estado laico, não se pode negar a grande influência do fator religioso como um dos principais componentes de mudanças vivenciadas pela sociedade brasileira e, em especial a paraibana na primeira República.

E dentro deste contexto, temos o espiritismo. Mas, quando surgiu o espiritismo? Onde? E quem o criou? Quais são suas características? Quando chegou ao Brasil? E na Paraíba? Porque a Igreja passou a combatê-lo? Nas páginas a seguir tentaremos descortinar estas perguntas, sem fazer juízo de valor ou mesmo produzir um discurso tendencioso.

---

<sup>29</sup> Professor substituto – UFRN.

O Espiritismo<sup>30</sup> surgiu oficialmente na França, em 1857, com a publicação do “Livro dos Espíritos” por Allan Kardec, pseudônimo do pedagogo Frances Hippolyte Léon Denizard Rivail, (1804 – 1869) reconhecido por espíritas e não-espíritas como codificador<sup>31</sup> de um corpo teórico filosófico, religioso e científico que parte de pressupostos científicos e religiosos, tais como a imortalidade da alma, a pluralidade das vidas e a existência de Deus.

Kardec, foi um intelectual oriundo do famoso Instituto de Educação Pestalozzi, Yverdon, Cantão de Vaud, na Suíça, onde teria adquirido o hábito da investigação e da liberdade de pensamento, qualidades que iriam ser bastante úteis na sua vida intelectual. Afeito pelo ensino, revelou-se um dos discípulos mais fervorosos do pedagogo suíço cujas inspirações partiram, sobretudo, das doutrinas de Jean-Jacques Rousseau. Assim como seu mestre, Rivail (Kardec) também acreditava em uma ciência da educação, fundamentada a partir da natureza humana e não a partir de crenças sobrenaturais. A educação regeneraria o homem, livrando-o das misérias sociais e individuais.

Oriundo da França, o Espiritismo, logo que chegou ao Brasil, angariou seus primeiros adeptos entre imigrantes franceses e membros da classe média, habitualmente intelectuais, médicos, jornalistas e comerciantes. Disseminando-se, a princípio, entre a classe média urbana, teve a influência de suas práticas e visões de mundo, substancialmente aumentada ao longo dos anos. Um aspecto relevante para o entendimento da história do Espiritismo foi a tentativa, desde seu início, de inserir-se, simultaneamente, em dois campos: o científico e o religioso. Desde Kardec, o Espiritismo tem buscado se apresentar como uma doutrina de bases científicas e com implicações ético-religiosas.

Segundo Arribas (2010), a colônia de imigrantes franceses no Rio de Janeiro na fase imperial, teve papel importante para a propagação do espiritismo em terras brasileiras, eram

---

<sup>30</sup> **Espiritismo** - é a doutrina revelada pelos Espíritos Superiores, através de médiuns, e organizada (codificada), no século XIX, por um educador francês, conhecido por Allan Kardec. O Espiritismo é, ao mesmo tempo filosofia, ciência e religião. **Filosofia**, porque dá uma interpretação da vida, respondendo questões como “**de onde eu vim**”, “**o que faço no mundo**”, “**para onde irei depois da morte**”. **Ciência**, porque estuda, à luz da razão e dentro de critérios científicos, os fenômenos mediúnicos, isto é, fenômenos provocados pelos espíritos e que não passam de fatos naturais. **Religião**, porque tem por objetivo a transformação moral do homem, revivendo os ensinamentos de Jesus Cristo, na sua verdadeira expressão de simplicidade, pureza e amor.

<sup>31</sup> O termo codificador significa: reunir normas em forma de código, compilar, coligir, transformar em sequência de sinais adequados determinados códigos. É nesse sentido que os espíritas titulam Allan Kardec de o “codificador do espiritismo”. Segundo os espíritas, foi Allan Kardec quem codificou as mensagens ditadas pelos espíritos em cinco livros denominados “livros da codificação”.



compostas de jornalistas, comerciantes e professores. As ideais espíritas estavam entrelaçadas com princípios políticos, religiosos e filosóficos e aos poucos foi conquistando simpatizantes de diferentes graus sociais na corte, fato este que começou a incomodar os representantes do clero que passaram a combater o movimento espírita ainda embrionário em terras brasileiras.

Os primeiros movimentos do espiritismo no Brasil começaram no Ceará, com o Sr. Catão da Cunha, quase no mesmo tempo que na França. Porém, a propaganda da doutrina espírita só ganhou impulso a partir de 1865, na Bahia, com o Grupo Familiar do Espiritismo, que foi o primeiro centro espírita kardequiano do Brasil, de conhecimento público. Esse centro foi dirigido pelo Luís Olímpio Telles de Menezes<sup>32</sup>, que era membro do Instituto Histórico da Bahia.

Quatro anos depois, ele criou o primeiro jornal espírita do Brasil, intitulado *O Echo d'Além Túmulo*, que o próprio dirigiu. Esse periódico era impresso na tipografia do Diário da Bahia e chegou a ter circulação no exterior. Porém, o tempo de vida do periódico foi curto. A Igreja Católica tratou de impedir a expansão do espiritismo na Bahia que, gradativamente, foi se enfraquecendo<sup>33</sup>.

Este jornal participou das lutas políticas em que vivia o país, engajando-se declaradamente na campanha abolicionista e na luta pela liberdade de culto e tolerância religiosa. *O Eco de Além-Tumulo* pretendia contribuir no processo de liberdade de consciência que estava em curso no país e manter um diálogo com os diferentes credos. Desde 1860 o Brasil vivia em clima de intensa disputa política em torno da questão da liberdade de culto. De um lado os católicos lutando para manter o catolicismo como religião oficial e para não dar espaços para outras formas religiosas e de outro lado liberais, republicanos, maçons, protestantes exigindo liberdade de culto e a separação da Igreja do Estado. Os espíritas alinharam-se neste bloco, na busca por mais espaço e expansão de seus pensamentos religiosos, filosóficos, sociais e científicos.

---

<sup>32</sup> O jornalista Luís Olympio Telles de Menezes nasceu na Bahia na cidade de Salvador. Iniciou uma fracassada carreira militar, depois se dedicou ao magistério e as letras. Em 1849, com um grupo de amigos funda um jornal A época literária, preocupado com as discussões científicas, literárias e históricas. De 1861 a 1865 exerce a função de tesoureiro do Instituto Histórico da Bahia. Foi também colaborador do Diário da Bahia. Em 1875 muda-se para o Rio de Janeiro e morre em 1893 numa situação de extrema pobreza.

<sup>33</sup> Sobre esse momento inicial da História do Espiritismo no Brasil, Cf. **Os intelectuais e o espiritismo** de Ubiratan Machado; **Da elite ao povo**, de Sylvia Damazio; e **As Religiões do Rio**, de João do Rio.

Com todo esse ambiente, o espiritismo brasileiro atraía cada vez mais as críticas da Igreja, que propunha uma série de medidas para esclarecer os seus seguidores contra os erros do espiritismo. Os católicos ficaram horrorizados com as primeiras mensagens espirituais divulgadas pelos grupos espíritas que criticavam as injustiças, a escravidão e aceitavam todos os meios para repelir a opressão e a injustiça. Diz uma das mensagens: “*A revolução é o sagrado direito de um povo oprimido...*” (MACHADO, 1996, p.99)

Nesta época, o arcebispo baiano D. Manoel Joaquim da Silveira redigiu uma carta em junho de 1867, criticando as mensagens e as traduções de Menezes. Para ele, só através das duras críticas é que a Igreja poderia por termo à loucura espírita. Segundo a informação de Vieira, os católicos consideravam o espiritismo uma ameaça, assim como viam a maçonaria e o protestantismo. “Ademais, para cumular, a nação estava agora invadida pelos ‘adoradores do demônio’, que se denominavam Espíritas. Esses seguidores de Allan Kardec encontravam-se no país, e o Arcebispo fora forçado a emitir uma carta pastoral para acalmar o espírito católico do Império” (VIEIRA, 1980, p. 246).

O arcebispo D. Manoel Joaquim da Silveira advertia os católicos contra os perigos da doutrina da pré-existência da alma e da reencarnação, invocando a autoridade das escrituras. Chegava a falar do espiritismo como a negação do cristianismo. Durante muito tempo o arcebispo e Menezes discutiram sobre o espiritismo. Dentro deste contexto podemos perceber como já ia se delineando o ambiente hostil entre católicos e espíritas que durariam décadas no Brasil, influenciando outros bispos, como foi o caso da Paraíba na figura de Dom Aauto de Miranda, como veremos nas páginas seguintes.

Por sua vez, a imprensa católica elaborava argumentos contra os espíritas e noticiava as discussões dos intelectuais. A repercussão nos jornais católicos e não católicos sobre as polêmicas eram grandes. Quando o *Jornal Comércio* em 1875 noticiou a primeira tradução completa do *Livro dos Espíritos* de Allan Kardec para o português, feita por Joaquim Carlos Travassos, a polêmica aumentou. A Igreja dizia que o Espiritismo era um desrespeito ao Evangelho e ao espírito cristão, pois as ideias de revolução, de religiosidade natural, de fé raciocinada teriam efeitos nefastos sobre a ordem pública, a família e as tradições, atingindo toda a sociedade.

Para MALDONADO (2015), os espíritas se esforçavam em demonstrar que seus princípios eram resultados de pesquisas sérias. Nessa luta, Bittencourt Sampaio procurava dar forças aos

argumentos de seriedade e defendia o respeito ao espiritismo. No entanto, a observação de que o espiritismo era fábrica de loucos, reforçada por dois grandes intelectuais brasileiros, Machado de Assis e José de Alencar, seria repetida por muitos católicos empenhados em mostrar a origem demoníaca do espiritismo.

De acordo com dados de *O Reformador*, o mais antigo periódico de divulgação da doutrina espírita no Brasil, em 02 de agosto de 1873 era fundada no Rio de Janeiro, a Sociedade de Estudos Espíritas Grupo Confúcio, primeiro núcleo espírita da capital e que posteriormente deu origem á Sociedade de Estudos Espíritas Deus, Cristo e Caridade, em 1876.

O ano de 1875 foi especialmente importante para o movimento espírita, registrando fatos significativos. Entre eles, a publicação da *Revista Espírita*, sob a direção de Antônio da Silva Neto, além da primeira edição de *O Livro dos Espíritos*, traduzido por Joaquim Carlos Travassos e editado pela editora Garnier. Ainda neste ano, são publicados pela mesma editora, *O Livro dos Médiuns e O Céu e o Inferno*. Em 1876, a Livraria Garnier também publicou o *Evangelho segundo o Espiritismo*, igualmente traduzido por Travassos.

Porém, foi o aspecto religioso do espiritismo que mais floresceu nesta época, e por dois motivos. Em primeiro lugar, o lado religioso funcionava melhor para uma população ligada a um cristianismo que, em geral, convivia tranquilamente com curandeiros, benzedeiros e cartomantes. Em segundo, o mais importante líder entre os espíritas depois de Allan Kardec e antes de Chico Xavier, o ex-deputado Adolfo Bezerra de Menezes<sup>34</sup>, concordava com os místicos. Mas teve também o talento de não dispensar os científicos. A Federação Espírita do Brasil, criada em 1884 pelo fotógrafo português Augusto Elias da Silva, seria presidida duas vezes pelo doutor Bezerra de Menezes, que também fora deputado federal e estimulou a publicação de livros e textos de cunho acadêmico. (FERNANDES, 2008, p. 79)

Percebemos então, que a hierarquia católica começa a ficar preocupada com o movimento de pessoas entre a Igreja e os Centros Espíritas, o que para o clero era inconcebível um católico

---

<sup>34</sup> Adolfo Bezerra de Menezes nasceu no Ceará em 1831 e morreu no Rio de Janeiro em 1900, iniciou a carreira como médico-cirurgião do Exército. Em 1861 foi eleito vereador municipal pelo partido liberal, afasta-se do exército para servir à política. Seis anos depois é eleito deputado geral. Em 1880 é eleito presidente da Câmara e deputado pelo Rio de Janeiro. Em 1883, levanta vários problemas referentes a cidade do Rio de Janeiro: a poluição da Guanabara, o favelamento da cidade, a falta de rigor na fiscalização para a melhoria da qualidade da carne (defesa do consumidor) e outras. Foi um abolicionista que apontou graves questões sociais da emancipação dos escravos, do comércio e da indústria. Em 1886 afasta-se da política e vai dedicar-se ao espiritismo. De 1886 a 1893, com o pseudônimo de Maxwell, escreve no jornal *O Paiz*, dirigido por Quintino Bocaiúva.

frequentar um centro espírita, sob tudo porque este trânsito poderia ameaçar a perda de fieis para o espiritismo, ameaçando a hegemonia da Igreja Católica.

Desse modo, era necessário combatê-lo e, assim a Igreja passou a fazer. Sobre esta reação comenta França (2010), o combate ao espiritismo havia se tornado uma questão de patriotismo aos olhos da Igreja, combater o espiritismo era equivalente a ser um bom patriota, afinal, o que estava em jogo era a constituição do Brasil como nação, desse modo, não poderia permitir a religião oficial que o nefasto espiritismo continuasse a enganar pessoas ingênuas e a produzir loucos pelo país (FRANÇA, 2010, p. 104).

Assim como nas províncias da Bahia, Ceará e Rio de Janeiro, na Paraíba as primeiras notícias do movimento espírita remontam a década de 80 do século XIX tanto na capital a Parahyba do Norte (atual João Pessoa) como na cidade de Areia, localizada no Brejo paraibano. Isto se deve no nosso entendimento, a maior divulgação do espiritismo, impulsionado, também, pela publicação dos livros da codificação kardequiana para o português, o que facilitou o acesso de um numero cada vez maior de pessoas as leituras espíritas.

Tudo começou nos idos de 1916. A Parahyba do Norte era a capital da então Parahyba. Uma época em que poucas se “atreveriam” a falar, frequentar e praticar o Espiritismo. Eram os destemidos e audaciosos, de raciocínio largo, que liam, dialogavam, conhecia a Doutrina Espírita. Não havia ainda um núcleo ou centro espírita, mas o livro Espírita estava ali, garantindo a ousadia para se ultrapassar as fronteiras do preconceito. As dificuldades foram inúmeras para os desbravadores, mas o desafio era maior.

O que existiam eram apenas “Sessões de Caridade”, que aconteciam em residências onde eram atendidos os necessitados. Naquelas sessões a mediunidade aflorava em pessoas simples e sinceras, produzindo os mais extraordinários fenômenos de cura, vidência, clarividência, psicografia, psicofonia que maravilham e assombravam de estupefação a todos os presentes.

Foi na residência do cidadão Manoel Alves de Oliveira que se realizavam uma dessas “Sessões de Caridade”, onde eram atendidas pessoas de todas as condições sociais, com a doutrinação de espíritos enfermos, o passe, a água fluidificada e o consolo da Doutrina dos Espíritos. Mas foi ali, naquele lar, que um reduzido número de pessoas resolveu fundar um grupo de estudos espíritas.

Em agosto de 1922 foi fundada a primeira revista Espírita na Paraíba, o que renovou os conceitos sobre o Espiritismo na então província Parahyba do Norte. Era editada pela FEPB e intitulava-se *O Além*. Para o Movimento Espírita da Paraíba, era uma novidade editorial. O primeiro diretor da revista foi o bel. Diógenes Caldas; redator secretário José Pereira da Silva (Sr. Zuza); redatores professores: Eduardo Medeiros, Francisca Moura, Sizenando Costa, João Coelho, Floripes Pessoa e Eugênio Ribas Neiva. Gerente – Manoel Rabelo.

Não existe comprovação de até quando foi editada a revista, mais se presume que a partir de 1924 foi suspensa a sua circulação porque o então governador Sólon de Lucena, deixou a presidência da Província, sendo o mesmo um simpatizante e financiador da revista. Foram poucos anos de divulgação da Doutrina Espírita pela revista *O Além*, mas, com certeza plantou a sementeira para a divulgação das ideias espíritas e incentivo para outros centros que aos poucos foram espalhando-se pela Paraíba.

Neste interim, Silva (2006) nos informa sobre a criação de outro espaço espírita conhecido inicialmente como União Espírita Deus, Amor e Caridade fundada em 1931, e a partir de 1959, como Casa da Vovozinha, funcionando até os dias de hoje na capital paraibana. Este centro foi fundado num momento de grave crise social, política e econômica da sociedade brasileira e paraibana, vivia-se a pós-revolução de 1930, os ânimos políticos ainda se encontravam exaltados e o país atravessava crises de âmbito político e econômico, começava o que ficou conhecido na história como período Vargas (1930 – 1945).

Em Campina Grande, segundo Câmara (1988), o movimento espírita teve início em maio de 1926, com a fundação da *Sociedade Espírita Sólon de Lucena*, no mesmo ano foi fundada outra com o nome de Centro Santo Agostinho. Em Fevereiro de 1933 ocorreu a fusão dos dois centros espíritas, dando origem a *União Espírita Cristã*. Em outubro de 1943 temos a fundação da *Liga Espírita Campinense*, composta pelos centros José de Alencar e Luz, Amor e Caridade e dirigido por João Miguel de Moraes.

O movimento espírita na Paraíba não teve vida fácil, seja no aspecto material ou religioso. Vejamos por que. Com a ascensão de D. Adauto a Diocese da Paraíba em 1892, iniciou-se uma ação constante do clero contra o movimento espírita paraibano, criando dificuldades a sua expansão, divulgação e prática. De acordo com Luiz Gonzaga e Souza Lima (1979), os núcleos espíritas eram

bastante numerosos na Paraíba, contanto com muitos bacharéis, professores, jornalistas e funcionários públicos, inclusive com a presença de familiares de D. Aduato.

Ainda segundo Lima, D. Aduato em visita a cidade de Areia no ano de 1887 na condição de professor seminarista (em Olinda- PE), aproveitou-se de sua estada para realizar discursos contra a prática espírita, asseverando ser o espiritismo uma nefasta superstição, marcada pelo fanatismo e pela ignorância religiosa.

Quando D. Aduato torna-se Bispo da Paraíba, a rejeição e perseguição ao espiritismo e seus adeptos fica mais ostensiva. Neste embate contra o movimento espírita, a Igreja vai utilizar o jornal semanal *A Imprensa Catholica*, criado em 1893 pela Diocese paraibana. Além de ser utilizado para a divulgação das crenças católicas, reafirmar o poder e a importância da igreja na vida dos cidadãos paraibanos, este jornal também foi utilizado ao longo de sua existência jornalística para combater de forma contundente o espiritismo.

Em 26 de novembro de 1900, o jornal vai transcrever uma nota que fora divulgado no jornal *Mensageiro do Coração de Jesus*, em Itú – SP, informando que o Papa Leão XIII reformara o índice dos livros proibidos e lançara outros decretos, entre eles, um que condenava quem publicasse, lesse ou conversasse sobre o espiritismo, correndo o risco de ser lançado ao fogo do inferno. Isso demonstra o clima de medo que a igreja despertava na sua população, ameaçando lançar no fogo do inferno aqueles que teimassem em divulgar e praticar o espiritismo.

O editorial da *Imprensa Catholica* datado de 24 de agosto de 1902, firmava a posição da igreja no que diz respeito a prática espírita, na qual condenava não só o espiritismo, como também seus adeptos, pois a igreja entendia que o espiritismo representava um perigo a saúde mental humana, e que poderia levar o indivíduo a praticar distúrbios sociais, provocados pela mediunidade ou espíritos trevosos, daí a recomendação da igreja para que seus adeptos se afastassem da “seita” espírita, sob a alegação de irem para o inferno.

Os confrontos entre católicos e espíritas entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do XX, denotam a luta constante dos espíritas em busca de espaço numa sociedade em que o catolicismo era a religião hegemônica e as teorias evolucionistas eram dominantes nas esferas científicas e intelectuais. As práticas espíritas, nesse contexto, se situavam na interseção das vertentes religiosas e científico.

Esse entendimento fundamenta-se nos escritos de Pierre Bourdieu. Nosso interlocutor defendeu a existência de campos científicos, religiosos, políticos, intelectuais e artísticos. Nesses campos existem, interiormente, uma “[...] luta pela imposição de uma definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo.” (BOURDIEU, 2004, p. 122). No campo se enfatiza a dimensão dos conflitos, no qual os jogadores fazem usos de estratégias, buscando definir regras que determinam o que é legítimo.

Neste sentido, os embates entre católicos e espíritas tornam-se campos antagônicos de poder, em que ambos vão fazer uso das estratégias que dispõem para legitimar seu espaço. Sob a influência desse pressuposto teórico, compreende-se, então, que os espíritas assumiram a posição de um novo jogador em busca de reconhecimento na sociedade brasileira. Eram embates para a obtenção da legitimidade no espaço público e social das práticas espíritas. Como os espíritas defendiam uma doutrina que se definia como um sistema científico, filosófico e moral (religioso), seus embates foram nos campos científico, intelectual e religioso.

Após a mudança de regime de governo no Brasil, além de continuarem buscando seu espaço social com a Igreja, o movimento espírita teve que buscar o reconhecimento enquanto matriz religiosa com o Estado Brasileiro. Isso porque após a promulgação do Código Penal de 1890, o espiritismo foi criminalizado como sendo um crime contra a tranquilidade pública no capítulo dos crimes contra a saúde pública, em seus artigos 156, 157 e 158, sobretudo, no artigo 157.

De forma textual, o **artigo 157** dizia que praticar o *espiritismo*, a magia e seus sortilégios, usar talismã e cartomancia, para despertar sentimento de ódio ou amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim para fascinar e subjugar a credulidade pública, a pena seria de prisão de um a seis meses e multa de 100 a 500\$000 reis; Já no **artigo 158**, era vedado ministrar ou prescrever como meio curativo, para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeiro. Neste caso a pena seria de seis meses de reclusão e multa de 100 a 500\$000 reis.

Diante desse quadro, vale á pena insistir nas modificações ocorridas na atuação e no discurso da Federação Espírita Brasileira – FEB – que logo se dimensionaram para fazer frente á nova situação política daquele momento. Se antes da República os espíritas recebiam ataques



constantes da imprensa, do clero, reclamações de médicos e mesmo acusações de charlatanismo, foi somente a partir de 1890 com a aprovação do Código Penal<sup>35</sup>, que os espíritas passaram a sofrer judicialmente processos condenatórios.

Dentro deste contexto nada amistoso entre o espiritismo e o clero, temos ainda a pressão da classe médica brasileira temerosa da disseminação sem controle do curandeirismo, passa a fazer pressão juntamente com a Igreja para que os legisladores elaborem um Código Penal em que possa conter as chamadas praticas mágicas e o espiritismo, além dos rituais de magia e adivinhações.

Diante de tal fato a Federação Espírita Brasileira (FEB) vai reclamar junto ao Ministro da Justiça á época, que era Campos Sales. A argumentação da Federação Espírita remetia-se ao cerceamento da liberdade dos espíritas legisladas no artigo 157 do Código Penal. Para a FEB<sup>36</sup>, a criação do artigo foi considerada uma atitude arbitrária, intolerante e legislado envolto de ignorância sobre o que realmente seria o espiritismo. E sendo uma prática religiosa, era incoerente a sua criminalização, com a garantia do livre exercício religioso contido no Decreto 119-A de 1890.

No intuito de fazer uma contraofensiva e ao mesmo tempo uma defesa do espiritismo no Brasil, a FEB vai utilizar-se do Jornal *O Reformador*, situado no Rio de Janeiro para defender-se dos ataques que sofria e das punições previstas no Código Penal de 1890. Para a FEB, os artigos 157 e 158 que se acham no capítulo – Dos crimes contra a saúde pública – eram sinais evidentes de que seu autor desconhecia por completo o assunto sobre o qual legislou, ou seja, o espiritismo.

No período de 1881 a 1910 houve diversas perseguições policiais ao espiritismo, sendo proibidas as sessões de muitos grupos espíritas. A Federação Espírita publicou em seu jornal *O Reformador* e reuniu artigos de jornais da imprensa não espírita acerca das perseguições promovidas contra os espíritas que militavam no interior do país. Os locais onde se realizavam as sessões espíritas eram apedrejados e às vezes os perseguidores colocavam até bombas e dinamites para destruir os lugares de reuniões.

Além da agressividade do código, a reação do clero era mais intensa, à medida que o espiritismo se difundia na sociedade. Não eram apenas as elites intelectuais e as classes baixas

---

<sup>35</sup> O Código Penal de 1890 estabelecia nos artigos 156, 157 e 158 punições ás práticas mágicas, ao curandeirismo, ao charlatanismo e ao espiritismo.

<sup>36</sup> FEB – Federação Espírita Brasileira. Criada em 1884, cujo objetivo era preservar a unidade doutrinária e reunir de modo institucional os adeptos da pratica espírita dispersos por inúmeros centros espíritas.

que aderiam ao espiritismo, as classes médias também. O fenômeno desencadeou uma contra ofensiva da Igreja, com os mesmos argumentos de sempre, tratando o espiritismo como obra do demônio. Sem dúvida, com o advento da República, o embate entre os espíritas e a Igreja se acentua, revelando por parte da Igreja segundo Miceli um esforço “de revidar aos argumentos e às versões anticlericais, de resistir ao proselitismo dos concorrentes maçons, protestantes e espíritas.” (MICELI, 1988, p. 53)

Em de janeiro de 1891, foi publicada no Jornal do Comércio uma coluna intitulada “*O novo código e o espiritismo*”, assinada pela FEB. A intenção da Federação ao publicar esse artigo, era rebater as acusações de charlatanismo e exploração da boa fé alheia que o espiritismo acabou sofrendo com as proposições de do advogado João Baptista Pereira, que simplificou as práticas espíritas à arte de curar e afirmou serem os espíritas especuladores e expropriadores. Procuraram, também, reafirmar princípios da doutrina espírita, procurando não limitá-la à arte de curar, mas, também a compreensão de mundo, orientação de vida, conduta moral e princípios de amor, bondade e caridade para como próximo, ou seja, princípios estes, contidos também na religião católica.

Mesmo com o Código Penal de 1890 e as perseguições realizadas a espíritas e aos centros por estes frequentados, o espiritismo não arrefeceu, continuou a crescer e espalhar-se por dezenas de cidades brasileiras. Sobre isso, o historiador/pesquisador da Igreja Scott Mainwaring (1989, p. 53) comenta que a expansão do espiritismo tornou aparente e preocupante para a Igreja o que era na verdade algo irreversível, pois a Igreja não estava efetivamente atingindo as massas, e isto estava contribuindo para o declínio do seu monopólio religioso, fato este que causava grande incômodo a sua hierarquia. Portanto, execrar os espíritas e, também protestantes tornou-se lugar-comum dentro da Igreja Católica.

Em artigo intitulado *O que é um espírita* e publicado no Jornal a Imprensa Catholica de 1921 na Paraíba, o clero tenta definir o que seja um espírita de fato, e começa a fazer adjetivações preconceituosas e comparações a outras religiões, colocando ao final como praticantes de seitas satânicas e diabólicas. A tentativa de definição situa-se nestes termos.

Sim, afinal que é o espírita – catholico? Não, porque catholico é só o que acceita integralmente os ensinamentos da Egreja Catholica, e Ella condemna o espiritismo como seita e diabolica. Mas o espírita será christão? Tambem, não;

porque christão significa discípulo de christo, e Jesus Christo proíbe e reprova formalmente o diabolismo, que nada mais é do que o espiritismo. Então o espírita será judeu? Ainda, não; mas, pior que judeu; porque ao judeu, como se ver na Bíblia, era proibido severamente evocar as almas dos mortos, e o espírita faz o que nenhum judeu podia fazer. (...) Eis o que é espírita, um hereje, um apostata, um excommungado, indigno de ter ingresso no lugar santo durante a vida; indigno da sepultura sagrada após a morte; indigno dos sufrágios da Igreja por toda a eternidade. (AEPB – Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Serie Jornais. JORNAL A IMPRENSA BI-SEMANARIO CATHOLICO – Parahyba - Quarta-feira, 19 de outubro de 1921 - ANNO XIX n.19)

Como vemos a reação do clero é agressiva e mais intensa, à medida que o espiritismo difundia-se na sociedade. O fenômeno desencadeou uma contra ofensiva da Igreja e, usando os mesmos argumentos de sempre, tratava o espiritismo como obra do demônio. No discurso católico presenciamos uma aspereza do tratamento dado ao espiritismo sem maior diálogo e tolerância.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Provavelmente, os espíritas acreditavam que a proclamação da República e de um Estado Laico deveria ter levado a uma maior liberdade e diálogo entre as diferentes correntes de pensamento religioso e filosófico. Porém, o que vemos na nossa pesquisa, é contra ataques duríssimos em direção ao movimento espírita paraibano, e a criação de um estado de terror e medo que é incutido no seio da sociedade.

As questões até apresentadas sobre os embates entre católicos e espíritas, nos remete a refletir sobre a atuação do espiritismo no Brasil e em particular, na Paraíba. Nossa interpretação nos leva a acreditar, que o espiritismo seguindo o modelo das grandes religiões, também desenvolveu peculiar capacidade de apresentar interpretação coerente do mundo, explicando a posição dos indivíduos nas estruturas de estratificação social e orientando a conduta moral, social e religiosa de seus integrantes, assim como fazia/faz o catolicismo.

È verdade porem, que devido á relevante posição atribuída pela religião espírita á caridade e a fraternidade, como também a assistência espiritual e a educação dos seus participantes, os aspectos científicos tenham ficado no primeiro momento em segundo plano, porém, não podemos descartar a importância dos fenômenos mediúnicos que foram exaustivamente estudados desde a codificação.

No nosso entendimento, o espiritismo foi igualmente capaz de preencher certas expectativas do pensamento racional vigente, possibilitando investigações de ordem comprobatória a respeito do próprio fenômeno mediúnic, por exemplo. A rejeição ao dogma católico e a adoção de procedimento sistemático na formação da doutrina espírita mostraram-se compatíveis com as aspirações intelectuais e de um número significativo da sociedade. Talvez seja compreensivo para a época pesquisada, o desconforto gerado no seio do clero com o surgimento e expansão da doutrina espírita, cada campo religioso evocando pra si sua relevância e atuação dentro da sociedade. Daí, os embates da fé.

#### **REFERENCIAS**

ALMEIDA, Angélica Aparecida Silva de. *Uma fábrica de loucos: psiquiatria x espiritismo no Brasil (1900-1950)* - Campinas, São Paulo, Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

ARRIBAS, Célia da Graça. *Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira*. São Paulo: Alameda, 2010. (p. 124).

BRANDÃO, Sylvana (Org.). *História das religiões no Brasil*. Recife: UFPE, 2004, 3v.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. *Gênese e Estrutura do Campo Religioso*. In: Bourdieu, Pierre. Sérgio Micelli (org.), 5 ed. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2004.

CAMARGO, Cândido. *Católicos, Protestantes, Espíritas*. 1973. Petrópolis, Vozes.

CÂMARA, Epaminondas. *Datas e notas campinenses*. Campina Grande, PB: Edições Caravela, 1988.

FIGUEIREDO, Francisco Severiano de (Org.). *Anuario Ecclesiastico da Parahyba do Norte*. Parahyba do Norte: Torre Eiffel, 2 v., 1919.

\_\_\_\_\_. *A Diocese da Paraíba*. Tipografia A Imprensa, 1906.

FERNANDES, Paulo César da Conceição. *As origens do espiritismo no Brasil: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850 - 1914)*. Brasília - UNB. PPGS. Dissertação de Mestrado, 2008.

HENRIQUES, Dom Adauto Aurélio de Miranda. *Cartas Pastorais 1894 / 1935*. Paraíba do Norte. Arquidiocese da Paraíba. AEPB - Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: Hipótese para uma interpretação*. Petrópolis; Editora Vozes. 1979.

LIMA, Francisco. *D. Adauto: subsídios bibliográficos*. 2ª Edição (1855 / 1915). João Pessoa: Editora Unipê, 2007. Vol.1.

\_\_\_\_\_. *D. Adauto: subsídios bibliográficos*. 2ª Edição (1915 / 1935). João Pessoa: Editora Unipê. 2007. Vol.2.

MARIZ, Celso. *Apanhados Históricos da Paraíba*, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2ª edição, 1980;

MACHADO, Ubiratan. *Os intelectuais e o espiritismo: de Castro Alves a Machado de Assis*. Niterói: Lachartre, 1996.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil – 1916/1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MALDONADO, Elaine Cristina. *Machado de Assis e o Espiritismo*. Jundiaí – São Paulo, Paco Editorial. 2015.

MARIA, Júlio. *A Igreja e o povo*. São Paulo: Loyola, 1983.

\_\_\_\_\_. *A Igreja e a República*. Brasília: Ed. da UnB, 1981.

MONTEIRO, Paula. *Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil*. Novos Estudos – CEBRAP. 2006.

SILVA, Creusa Ribeiro da. *Práticas educativas no movimento espírita: Um Estudo Sobre a Casa da Vovozinha*. Dissertação de Mestrado, João Pessoa, UFPB, PPGE. 2006.

## MEMÓRIAS EM PAPEL: OS INTELLECTUAIS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE O CANGAÇO EM MOSSORÓ DURANTE A DÉCADA DE 1970

Antonio Robson de Oliveira Alves<sup>37</sup>

Francisco Fábio dos Santos Bezerra<sup>38</sup>

Francisco de Assis Sousa Junior<sup>39</sup>

### OS INTELLECTUAIS MOSSOROENSES

É certo que a escrita e a leitura fazem parte de uma densa e complexa relação que partem de mentalidades e particularidades dispares, tanto dos que escrevem, como dos que leem. Perscrutar a abstrusidade imanente na relação entre o que escreve e o que lê certamente é um desafio, pois ambos figuram ações subjetivas (o ato de refletir, problematizar e questionar) e objetivas (escrever, discursar, etc.), e é nesse intrincado vínculo que notamos os mistérios<sup>40</sup> que percorrem essas práticas.

Destarte, somos impelidos a refletir sobre os aspectos que denotam uma similitude entre o escritor e o seu leitor. Nesse viés é importante entendermos que tanto escritor, como leitor, possuem um aspecto convergente: o lugar social<sup>41</sup>. Ambos possuem raízes em espaços que lhes concede influencias, os fornecendo crédito e pujança. Esse lugar transcende o físico e o objetivo, transitando nas áreas da subjetividade humana, sendo, nesse viés, um espaço simbólico e representativo. São múltiplas as intervenções desse lugar, pois esse faz parte indissociável da cultura humana em suas ligações com os costumes e práticas que influenciam os homens em seus

---

<sup>37</sup> Discente do curso de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

<sup>38</sup> Discente do curso de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

<sup>39</sup> Discente do curso de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

<sup>40</sup> Robert Darnton, delinea alguns pontos bastante cruciais sobre o denso solo da leitura, elencando fatores que fazem da ação subjetiva de ler um impetuoso terreno misterioso. Sendo assim, o historiador que busca compreender os padrões de leitura de determinados agrupamentos culturais dispares do seu, precisa, em primeiro momento, entender que o modo de interpretação de mundo desse grupo faz parte da sua maneira de ler esse mundo. Assim sendo, suas percepções do seio social que lhes abarca está concatenado as suas leituras. Porém, Darnton nos alerta para o traiçoeiro perigo de não sabermos lhe dá com as características desses leitores, pois antes de buscarmos saber o que eles liam, devemos compreender quem eles são, enquanto sujeitos advindos de experiências sociais e interlocuções culturais. Destarte, primeiro sabe-se quem são, depois o que leem e posteriormente como compreendiam o que liam. Ver: DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: presente, passado e futuro. Tradução: Daniel Pellizari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 231p.

<sup>41</sup> Não está se afirmando que ambos possuem um lugar físico igual, mas que são influenciados por um lugar, seja esse institucional, cultural, político, dentre outros.

discursos e ações. Está vinculado as inferências políticas que perfazem a dinâmica humana de escolhas e postura. Assim sendo, podemos inferir que o lugar social, no âmbito da relação entre o leitor e o escritor, possui uma importância crucial para compreendermos as ligações e predisposições que enumeram-se entorno desses sujeitos.

Consoante ao exposto, devemos buscar entender mais concisamente sobre ambos os agentes até então percorridos: escritor e leitor. Nesse intento, começaremos refletindo sobre o escritor, ou como será comumente chamado, intelectual. Mas não o faremos de modo esparso, dissociando-o de um lugar espacial. Dito isso, buscaremos compreender como os intelectuais mossoroenses durante a década de 1970 (e outros usados por estes) perpetraram um discurso que tinha como intuito, em suas variantes, massificar uma memória sobre o cangaço em Mossoró/RN, denotar prestígio aos líderes estaduais e municipais, dentre outros desígnios.

Dessa feita a produção que iria se arregimentar através das mãos e convicções dos intelectuais em Mossoró, tinham um respaldo mais amplo, firmado nos preceitos e prerrogativas do cenário destoante em que o Brasil se achava: envolto de múltiplas confabulações no campo político, cultural e social. Assim,

As décadas dos anos 1950 e 1960 proporcionaram muitos encontros geracionais no campo intelectual e muita efervescência no campo político. Foi um período em que fazer ciência social equivalia a “pensar o Brasil”, dar expressão própria ao País, tarefa colocada em disputa por todos naquele momento. Um período em que as divergências teóricas, metodológicas e interpretativas tinham uma espécie de “tema agregador”, a saber, como superar o atraso econômico, cultural e social do País. (RIBEIRO, 2011, p. 1;2)

Nesse âmbito pensar uma nacionalidade permeada por características comuns que uniam a nação dentro de especificidades homogêneas, tornou-se uma ação que conciliava os denominados intelectuais brasileiros. Para isso, podemos olhar também, para o alvorecer, na década de 1930, de obras cruciais para uma compreensão da identidade brasileira, transmitidas através dos escritos de Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*<sup>42</sup> (1933), Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*<sup>43</sup> (1936) e, posteriormente, Caio Prado Júnior, em *Formação do*

---

<sup>42</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. [52.ed.] – São Paulo: Global, 2013

<sup>43</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. – 26. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995



*Brasil Contemporâneo*<sup>44</sup> (1942), nesse mesmo âmbito, podemos citar a “criação das primeiras *Faculdades de Filosofia* – as da USP e da antiga UDF (sucedida pela FNFi da antiga Universidade do Brasil)<sup>45</sup>. Nesse vasto arsenal de ideários proeminentes, fica evidente que o brasileiro em suas multifacetadas expressões era o objeto de estudo mais recorrente. Entender a gênese de sua identidade, as questões que elencam-se entorno de sua figura ambígua, seria nesse momento a preocupação desses intelectuais.

Nesse cenário nacional, onde as dúvidas e questionamentos sobre o que de fato seria um brasileiro, encontra no intelectual o difusor de uma nacionalidade<sup>46</sup> comum, seja na história política, com os escritos de Afonso Arinos de Melo Franco, onde esse discorre sobre a nação ser, em última instância, uma atitude política<sup>47</sup>, ou na história literária que traria na ambiguidade dos escritos de Antônio Cândido<sup>48</sup> e Afrânio Coutinho<sup>49</sup>, conjeturas sobre a produção intelectual versadas no final do século XVIII e início do XIX. Dessa forma, o amago das incertezas que permeavam o espírito dos brasileiros colidem com os personagens cruciais nesse momento: os intelectuais. Nesse cenário, devemos refletir sobre os espaços que detinham essas figuras, pois

---

<sup>44</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>45</sup> FALCON, Francisco José Calazans. **A identidade do Historiador**. Estudos Históricos, v. 17, p 7 – 31, 1996, p. 9

<sup>46</sup> Sobre o *nacionalismo* e os atores (povo e os próprios intelectuais) que pensavam em uma unidade, ver: NAXARA, Marcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do trabalhador nacional 1870/1920**. Dissertação de Mestrado: UNICAMP, 1991.

<sup>47</sup> O Autor busca mostrar que conforme o território brasileiro ia sendo delimitado, com a formação de uma mentalidade luso-brasileira e, também, um sentimento pujante de independência política em relação a Portugal, devido a decadência da mineração, iriam caracterizar um sentido mais conciso de nacionalidade, para o processo que se arregimentaria posteriormente, a independência. Esse processo seria marcado por uma forte influência da vida política europeia, contribuindo, nessa efervescência, para um sentimento de nacionalidade. Ver: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Problemas políticos brasileiros**. Rio de Janeiro, José Olympio 1975.

<sup>48</sup> Antônio Cândido nos informa que foi no decorrer do século XVIII que houve um movimento onde envolvia a existência do “autor-obra-público”. Antônio Cândido infere que foi através dos “arcades mineiros, as últimas academias e certos intelectuais *ilustrados*, que surgem homens de letras formando conjuntos orgânicos e manifestando em graus variáveis a vontade de fazer literatura brasileira”. Nesse sentido, Cândido evidencia que o desejo de fazer literatura não está vinculado a metrópole, ao contrário, denota o sentimento nacional imanente nestes homens. Ver: CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)**. 3ª ed. São Paulo, Martins, 1929, 2ª. v. p. 25

<sup>49</sup> Em detrimento aos ideários de Antônio Cândido, Afrânio Coutinho recua a ação de intelectuais no Brasil, para os primórdios da ocupação portuguesa. Nos escritos de Coutinho somos informados, segundo a sua tese que desde quando os portugueses pisaram em solo estrangeiro (Brasil) esses tornaram-se homens novos, os concedendo desejo de dissociarem-se do solo português e se firmarem enquanto brasileiros, sendo assim, criou-se uma nacionalidade, nascendo no desejo de romper com os laços portugueses e criar, com isso, novos no solo do Brasil. Ver: COUTINHO, Afrânio. **Conceito de literatura brasileira**. Rio de Janeiro/Brasília, Pallas/INL, 1976

compreendemos que os ideários defendidos e perpetrados por esses, fazem parte de suas influências e tendências, nesse viés, os

Os vários intelectuais de tendências políticas diversas apostaram na mesma ideia e se agruparam tanto dentro do próprio Estado (ministérios, secretarias, instituições etc.), como em instituições que buscavam estabelecer um diálogo com ele como partidos políticos de diversas tendências (Partido Comunista Brasileiro, Ação Integralista etc.) e a própria Igreja. (LINO, 2007, p. 164)

Com isso, notamos o apego das instituições aos intelectuais. Sua relação intrínseca com os partidos e instituições denota duas questões essenciais: o uso de sua escrita para sacralizar os ideários das instituições, assim como as ideologias dos partidos e, no caso do intelectual, sua relação se dá, no uso de sua influência dentro desses espaços, para firmar-se perante seus pares, assim como, angariar pujança para exercer seu papel de influenciador.

É nessa relação de interesses múltiplos que podemos citar o caso mais recorrente nas décadas de 1910 e 1920, na primeira república<sup>50</sup>, onde os intelectuais dependiam em grande medida da rede de relações sociais e familiares, nas quais o seu papel dava-se como mentor e difusor dos proeminentes chefes familiares que usavam das letras e influência desses intelectuais para angariar cargos públicos e exercer seu mando nas zonas limítrofes de seu potentado. Posteriormente nos idos de 1930, é exigido do intelectual outros dispositivos que vão além de sua retórica, como é o caso dos diplomas escolares, caracterizando, nesse prisma, uma acentuada elevação na concorrência no campo dos intelectuais<sup>51</sup>.

Dentro do panorama apresentado nos é exposto alguns momentos onde a figura do intelectual apresenta-se como crucial na formação de ideários, na construção identitária e na cristalização de memórias. É nesse âmbito onde podemos inserir os intelectuais que iriam se formar na então cidade bastante diversificada e ainda em formação de Mossoró. Essas figuras no cenário municipal iriam desempenhar um papel simbólico crucial no decurso da história de

---

<sup>50</sup> Quanto ao período denominado de primeira república e os aspectos relacionados principalmente ao Coronelismo, ver: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo, editora Alfa-Omega, 1976. Conferir também: [RESENDE, Maria Efigênia Lage de](#). O processo político na Primeira República e o Liberalismo Oligárquico. In: NEVES, L. A.; FERREIRA, J. (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Belo Horizonte: Civilização Brasileira, 2003, v. V.1, p. 89-120.

<sup>51</sup> É o que nos informa MICELI, Sergio. **Poder, sexo e letras na República Velha**; estudo clínico dos anatólios, São Paulo, Perspectiva, 1977. \_\_\_\_\_ **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 - 1945)**. São Paulo, Difiel, 1979.

Mossoró no que concerne sua expansão cultural e na formatação das memórias advindas dos momentos históricos para uma linguagem rica em heroísmos, denotando bravura e coragem aos personagens desses eventos. Esses intelectuais escrevem e falam de espaços bastante singulares, fazem parte de grupos seletos e da elite política e econômica municipal, concedendo, diante disso, robustez as suas palavras.

Para compreendermos a gênese da atuação dos intelectuais em Mossoró, devemos entender o florescer econômico e a ascensão comercial que está cidade enfrentou durante o século XIX, em especial nos anos de 1857 e 1877, sendo, nesse último ano, o momento chave na dinâmica comercial e crescimento demográfico de Mossoró. Esse crescimento deu-se devido as secas que castigavam e assolavam os solos do norte<sup>52</sup>. Nesse cenário a cidade de Mossoró tornou-se o reduto da esperança de milhares de flagelados que fugiam da fome e miséria que assolavam as cercanias<sup>53</sup>. Esse elevado aumento na cidade fez com que surgisse uma elite comercial, pois

Essa “invasão” à cidade vai determinar o caráter comercial da cidade e fortalecer essa burguesia comercial. Primeiro, porque o governo central vai concentrar todos os recursos no combate à seca da região na cidade de Mossoró, o que vai beneficiar o comércio local, já que os gêneros alimentícios para distribuir entre as vítimas da seca eram comprados no comércio local. (SILVA, 2004, p. 66)

---

<sup>52</sup> Vários trabalhos buscaram discutir as ações e as políticas públicas por parte do Governo Federal no auxílio aos flagelados ante as condições desoladoras e causticantes em que estes encontravam-se. Assim, em: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “**Falas de Astúcia e de Angústia: A seca no imaginário - de problema a solução (1877-1922)**”. (Dissertação de Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987. Somos informados sobre as políticas emergenciais por parte do Governo e as dificuldades em que estas ações encontravam em ter acesso a esses flagelados. Também, através do trabalho de NEVES, Frederico de Castro. **O discurso ocultos dos retirantes das secas**. Raízes, v.33, n. 2, jul-dez/2013. Esse autor evidencia “discursos” díspares sobre as secas de 1877 à 1879, assim como em alguns anos singulares que também enfrentaram as secas, notando divergências na percepção desses momentos por parte dos camponeses (flagelados) e das lideranças políticas e econômicas desse período. Já durante o século XX, somos informados de mais uma seca rigorosa ocorrida nestes solos, em especial, no Ceará, a de 1932, ver: RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. – Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. \_\_\_\_\_  
**Engenhos da memória: narrativas da seca no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

<sup>53</sup> No ano de 1877 as ruas estavam tomadas por desempregados, cujo a função principal era evidenciar a miséria gritante e degradante em que estavam submetidos e que a seca veio instituir. Nas palavras de Felipe Guerra e Theóphilo Guerra, “existiam em Mossoró, no fim de dezembro, cerca de vinte e cinco mil pessoas, cuja a ocupação única era terem fome, e morrerem de miséria ou de peste e que a tudo expunham-se para receber um litro de farinha”. Ver: GUERRA, Felipe; GUERRA, Theóphilo. **Secas contra a secca**. Rio de Janeiro: Cruz Coutinho, 1909. p.

Perante o auxílio perpetrado pelo Governo central e contribuindo no enriquecimento ainda mais proeminente dos comerciantes mossoroenses, podemos citar também o uso da mão de obra dos próprios flagelados, como nos informa Brasília Carlos Ferreira:

Terminada a seca, os comerciantes dispõem de grandes capitais, com os quais passariam a investir em outras atividades econômicas, como, por exemplo, na indústria de sal... Data de 1877 a exploração regular das salinas locais, montada em dois pilares, os capitais concentrados a partir do comércio e a mão-de-obra retirante que é incorporada às salinas como força de trabalho quase garantida. (FERREIRA, 2000, p. 43)

Dessa feita, dois fatores iriam consolidar a elite comercial mossoroense: a miséria e as ações por parte do governo central em sanar tais disparidades enviando recursos para a cidade e estes iriam se firmar nas mãos de uma elite pequena, assim como através da exploração da mão de obra dos flagelados, a qual era de fácil aquisição e abundante. É nesse emaranhado de dissoluções turvas onde o discurso de mudanças e inovação surgiria como princípio de avanço e mutabilidade.

Através do resplandecer dessa elite comercial e dos discursos que iriam se arregimentar, especialmente no decurso da década de 1920<sup>54</sup>, onde o lema seria inovação e mudança, nota-se um engajamento por parte da elite comercial em manter seu apogeu. Nesse momento a figura de destaque em Mossoró seria o patriarca da família *Rosado*<sup>55</sup>, Jerônimo Rosado, atuando de forma firme em busca de mudanças no setor social da cidade, evidenciando com suas ações, uma política “assistencialista e paternalista num período histórico onde esta estratégia garantia votos em época de eleição”<sup>56</sup>. Jerônimo Rosado, seria então, o benfeitor do desenvolvimento em que

---

<sup>54</sup> Essa década marca o declínio do comércio mossoroense, tendo em vista a proeminência que outras cidades obtinham no cenário regional, como é o caso de Campina Grande na Paraíba. Essa mudança trouxe bastante preocupação para os comerciantes locais, os quais para garantirem o mantimento das benesses, buscaram meios para expandir as fronteiras de suas relações comerciais, uma dessas alternativas seria a criação das ferrovias, as quais seriam a garantia de sucesso e também mudança e progresso para a cidade.

<sup>55</sup> A família Rosado tornou-se alvo de várias pesquisas que buscaram evidenciar como essa família utilizou-se de artifícios políticos e sociais para manter seu comando em Mossoró, além desse poder em solo municipal, essa família mantém-se, até os dias atuais, como uma das mais antigas oligarquias estaduais, onde os seus membros já ocuparam vários cargos públicos importantes no Estado. Para conhecer a genealogia da família, ver: ROSADO, Vingt-un. **Informação genealógica sobre alguns Rosados**. Mossoró: ESAM/FGD, 1982. Coleção Mossoroense. Também: GALVÃO, Hélio. **Dix-sept Rosados**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, ESAM, 1982. (Col. Mossoroense, v. CLXXXIX). E para dentro desse debate compreender como os laços familiares detém pujança e exercem influencias, ver: LEMESHE, Maria Auxiliadora. **Família tradição e poder**. São Paulo: Anablume, 1995.

<sup>56</sup> SILVA, Lemuel Rodrigues. Op., Cit, p. 81

Mossoró estava se inserindo, onde a estrada de ferro, assim como o abastecimento de água seriam os grandes prenunciadores do desenvolvimento municipal sob as mãos dessa figura que tornar-se-ia uma lenda e herói<sup>57</sup>.

É nesse período de mutações no município que em 1927 ocorre a tentativa de assalto por parte do bando chefiado por Lampião a essa cidade. Tal fator moveu o olhar das autoridades estaduais, para este município, denotando um valor não apenas econômico (já existente), mas também simbólico, que seria louvado e lembrado comumente. Nesse sentido, devemos mover nosso olhar para o poder político que administrava a cidade, o prefeito Rodolfo Fernandes. Sua atuação dentro desse evento não só definiu um momento chave na história mossoroense (resistente e aguerrida), como concedeu título de heroísmo a este homem.

Já na década de 1930, posterior ao ataque, algumas obras começam a ensaiar um esboço do que aconteceu, exemplo disso temos os escritos do cearense Leonardo Mota em sua obra intitulada *No tempo de Lampião*<sup>58</sup>, o autor busca enfatizar os principais momentos do embate em que levou a derrota do bando e vitória dos mossoroenses sob a tessitura de Rodolfo Fernandes. É através dos escritos de Leonardo Mota que posteriormente autores como Raimundo Nonato e Câmara Cascudo iriam basear suas obras, discutindo as informações que Mota apresenta em seu discurso, assim como, elencar outros pareceres sobre o evento. Nesse período outra oligarquia distinta floresce em Mossoró, os *Fernandes*.

Sob a liderança dos Fernandes, Mossoró viveu um momento de crescimento estável, todavia alguns intelectuais, como o jornalista e cronista João Batista Machado, denotam a Rafael Fernandes, interventor local durante os anos de 1937 até 1943, um valor imprescindível para o desenvolvimento local<sup>59</sup>. Nesse contexto, ainda próximo ao acontecido da tentativa de assalto de Lampião a Mossoró, nota-se uma escrita ainda carregada de estigmas fortes sobre o cangaceiro, o qual era retratado como cruento e abominável. Tais imagens são remontadas para engendrar uma caricatura do cangaceiro sanguinário e desumano, denotando aos vencedores o papel inverso: corajosos e ordeiros.

---

<sup>57</sup> Sobre Jerônimo Rosado e suas ações, ver: CASCUDO, Luís da Câmara. **Jerônimo Rosado**: uma ação brasileira na província. Rio de Janeiro: Pongetti, 1967. E para entender o processo de heroísmo e civilismo através da figura do político, ver: WEBER, Max. **A política como vocação**. São Paulo. Martins Fontes. 2002

<sup>58</sup> MOTA, Leonardo. **No tempo de Lampião**. 2. ed. Fortaleza. Imprensa Universitária do Ceará, 1967.

<sup>59</sup> Machado afirma que o governo de Rafael Fernandes se configurou como “um governo convencional”. Ver: MACHADO, João Batista. **Política no atacado e varejo**: a memória da república no RN. Natal: CERN, 1993. p. 49

Conforme o cenário se alastrava, tanto a família Rosado como os Fernandes firmavam-se como as principais oligarquias municipais e entre as principais dentro do Estado. O quadro político no Brasil configurava-se pelo Estado Novo<sup>60</sup>, sendo Getúlio Vargas o então presidente. Ambas as famílias estavam alicerçadas sob uma estrutura econômica que lhes garantia a manutenção do poder<sup>61</sup> e a preservação desse. Nesse âmbito, os discursos que eram proferidos, nesse momento, tinham como intuito buscar aludir prestígio a ambas as famílias, remontando a necessidade da cidade manter-se unida, em conformidade com os dias da resistência.

A década de 1940 é importante dentro do cenário político local, a qual seria resultado das confluências que se figuravam em âmbito nacional. Destarte, segundo Lemuel Rodrigues:

A década de 1940, em Mossoró, foi marcada, assim como no restante do país, por profundas transformações resultantes do final da Segunda Guerra Mundial, e o discurso liberal democrático do pós-guerra na Europa chegava até o Rio Grande do Norte influenciando as lideranças políticas do Estado. Velhas e novas lideranças incorporavam o discurso de redemocratização como forma de se adaptarem à nova conjuntura. PSD e UDN incorporavam as lideranças mais expressivas do Estado, e Mossoró, com os Rosados, não poderia ficar de fora; os velhos perrepostas eram agora udenistas; renovar o discurso para permanecer no poder, prática tão bem executada pelas oligarquias nordestinas. (IDEM, p. 97)

Nessa mesma conjuntura, em 1948, é inaugurado um dos episódios que marcariam de forma contundente a história de Mossoró: a eleição de Dix-sept Rosado para prefeito de Mossoró. A partir de então a família Rosado iria firmar-se no poder, revolvendo-se conforme as necessidades do momento, evidenciando uma característica bastante singular dessa família: a adaptabilidade às situações que estão à tona.

Esse contexto é importante para compreendermos as dissoluções iminentes neste cenário de confabulações. É nesse intrincado jogo político de influências e luta pelo poder que nasce o *Boletim Bibliográfico*, ou como é conhecido em nossa contemporaneidade, *Coleção mossoroense*. Criada por Jerônimo Vingt-un Rosado Maia no ano de 1949, tinha como principal objetivo tornar

---

<sup>60</sup> Sobre o período denominado de Estado Novo, ver: CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). **O Brasil Republicano**. O Tempo do Nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 107-143. Para compreender alguns aspectos referente a massa trabalhadora e os desdobramentos da política de assistencialismo durante o Estado Novo, ver: FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**. O imaginário popular (1930-1945). 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. v. 1. 158p.

<sup>61</sup> SILVA, Lemuel Rodrigues. Op., Cit, p. 97



público as pesquisas e os documentos sobre a cidade de Mossoró, do próprio Estado do Rio Grande do Norte, assim como abordar temas relacionados ao próprio sertanejo, como as secas e seus desdobramentos. Mesmo diante de temas multifacetados, nota-se que a Coleção mossoroense serviu para conclamar os feitos históricos de Mossoró e também, enunciar a relação deste com a família Rosado. Esse processo evidencia a escrita de si próprio perpetrada por Vingt-un Rosado. Então, essa escrita é um “exercício autobiográfico, por meio do qual, Vingt-un Rosado se escrevia no espaço público e produzia representações públicas sobre si, sobre sua família e sobre Mossoró”. (FERNANDES, 2014, p. 89)

A Coleção mossoroense torna-se, nesse contexto, uma fonte crucial quando nos remetemos a olhar para Mossoró e os eventos históricos que essa cidade vivenciou. É através das publicações dessa coleção que nota-se um alvorecer cultural nessa cidade. Sua relação com a história parece, diante das variadas publicações, algo imanente a esta cidade, que indica a permanência heroica dos feitos exuberantes. Dentro desse cenário a história de Mossoró passa por mãos de escritores associados a elite política e econômica. Os intelectuais que iriam escrever traços da história mossoroense tinham como lugar institucional as paredes imagéticas dos Rosado. Nesse sentido as pesquisas que iriam se arregimentar perpassam por influências advindas do lugar de sua produção, e esse lugar, segundo Michel de Certeau, é um espaço de produção sócio-econômico, político e cultural. Esse lugar possui determinações próprias, nesse sentido, a escrita que nasce nesse espaço está submetida a imposições, ligada a privilégios e enraizada em particularidades<sup>62</sup>.

Compreender as tramitações simbólicas inerentes nessas relações dos escritores de Mossoró torna-se o amago de nossos esforços. É nesse sentido que a relação entre os intelectuais e a elite política local seria a pedra angular do modo pelo qual o passado é evocado em Mossoró. O olhar para o passado viria através dos escritos de homens como Câmara Cascudo em sua obra *Flor dos Romances Trágicos*<sup>63</sup> (1966) e Raimundo Nonato em *Lampião em Mossoró*<sup>64</sup> (1955), tais obras refletiam a pujança mossoroense em detrimento dos nefários cangaceiros. Era apresentado

---

<sup>62</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65

<sup>63</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **Flor de Romances trágicos**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1982

<sup>64</sup> NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró**. 6ª ed. Mossoró. Fundação Vingt-un Rosado. V.1489. Série C, 2005. Coleção Mossoroense.



o bom, em detrimento do mal, o herói na lúgubre batalha contra o vilão, mas resistindo e saindo vitorioso desse embate.

Essas obras tinham respaldo preciso por parte da elite mossoroense e a circulação dessas eram singulares na cidade, pois faziam parte da leitura dos munícipes, e tinham como espaço de amparo a Biblioteca Municipal e o Colégio Diocesano, difusores da literatura local e regional. Esse contato entre as obras e, por conseguinte, dos intelectuais, marca um diálogo profundo entre estes; assim, suas visões de mundo e a maneira que pensavam as práticas culturais remetem ao espaço que abarca suas escritas. Esse lugar unificador torna possível determinadas investigações e outras obsoletas<sup>65</sup>. Diante dessas características que tornam o grupo de intelectuais em Mossoró unido e com distinta homogeneidade, podemos citar a prática de elogios que eram mutuamente distribuídos entre estes, assim como, em suas obras, corriqueiramente haviam ávidas citações dos amigos intelectuais. Essa prática é pensada e problematizada por Pierre Bourdieu, onde tais ações podem ser nomeadas como círculo de elogios múltiplos<sup>66</sup>, que através da reciprocidade de referências tornam mais concretas e fixas os ideários defendidos pelos seus pares.

Ao perscrutarmos as décadas que remetem o constructo da memória sobre o cangaço e sua relação com Mossoró, podemos nomear desde a década de 1930 até o final de 1960, como pesquisas e obras esporádicas, que buscavam sintetizar os eventos ocorridos em 1927, atribuindo aos resistentes mossoroenses pujança e honradez. Essas décadas são importantes, assim como a criação da Coleção mossoroense que está dentro desse contexto, na formulação e propagação de ideários como: “Mossoró cidade da resistência” e também, “O país de Mossoró”. Porém, é a partir da década de 1970 que nota-se uma guinada vultosa nesses ideários. É nesse momento chave onde a ação de intelectuais como Raimundo Nonato, Raul Fernandes e Lauro da Escóssia emitem a relação entre os escritos desses homens, a memória produzida através desses e o uso dessas memórias como forma de mantimento e propagação do poder político, pelas elites locais desse período.

---

<sup>65</sup> ORELLANA, Rodrigo Castro. **Michel de Certeau: História e Ficção**. Revista de Filosofia/UFRN, v. 19, n. 31, 2012, p. 12

<sup>66</sup> BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Itinerario de un concepto. s/l: Montessor, 2002.

## COMEMORANDO O CINQUENTENÁRIO: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

A década de 1970 surge nesse contexto de construção da memória do cangaço em Mossoró, como crucial para entendermos a expansão dessa memória. Sua importância seria dada devido aos escritores que estavam vinculados a elite política local. Esse momento singular seria caracterizado pela tramitação de escritos referentes ao passado, buscando relembrar o ano de 1927 e como se manifestava a vida dos mossoroenses. Nesse intento, entendemos que o passado não está morto e apático quanto aos eventos do presente, segundo Eric Hobsbawm, esse passado faz parte de forma permanente da consciência humana e revela que os homens buscam no passado respostas para as inquietações de sua contemporaneidade<sup>67</sup>.

Mediante ao contexto exposto, dois veículos de informação encabeçaram esse momento de divulgação e propagação da memória: A coleção mossoroense, com suas inúmeras obras sobre o cangaço e seus desdobramentos em Mossoró e região, e também o Jornal O mossoroense, sendo esse último, crucial na cristalização da memória, onde os escritos de seu diretor, Lauro da Escóssia, iriam trazer veracidade a memória, essa que detém importância iminente em uma sociedade que, segundo Pierre Nora, configura-se pelo sentimento de uma memória esfacelada e dissonante, onde há necessidade de espaços que evoquem essa memória<sup>68</sup>, mas certamente além de espaços físicos a própria escrita elenca-se como um forte propagador dessa memória e através de Lauro da Escóssia, esse passado estaria guardado agora em páginas de seu jornal. Nesse sentido a memória que iria ser construída durante as festividades do cinquentenário (1977) em Mossoró, tinha como pretensão “preservar e guardar os estilhaços particulares, pequenos e muitas vezes, até, imperceptíveis do passado” (VALENSI, 1994, p. 02). A escrita e a assinatura de Lauro da Escóssia em junção com o aparato criado pelas autoridades municipais e estaduais concederam, a essa memória, uma força concisa para se alastrar até as demais gerações.

Assim, é durante a década de 1970 que notamos esse investimento em relembrar os feitos vivenciados e ocorridos no passado, neste aspecto notamos que esse passado seria usado como meio de combate contra a amnésia coletiva, ou melhor, como forma de luta pela produção (e

---

<sup>67</sup> HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p. 22

<sup>68</sup> NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. IN: LE GOFF, Jacques. **História: novas abordagens**. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 7

reprodução) de uma nova memória, assim elevada a uma espécie de garantia da necessária articulação entre passado, o presente e futuro<sup>69</sup>. Dentro dessa premissa, Falcão nos informa que

Tanto os jornais como a literatura disponível sobre a temática na década de 1970 são importantes para a massificação dessas memórias, uma vez que os jornalistas e escritores recorriam às lembranças sobre os acontecimentos de junho de 1927 como forma de escrever sobre o acontecimento. (FALCÃO, 2013, p. 67)

Dessa feita o ato de relembrar os eventos que ocorreram em 1927 traziam em seu escopo, o sentido de lembrar para não esquecer, pois uma vitória tão suntuosa deveria adentrar as páginas da história mossoroense e circunscrever uma identidade para as gerações vindouras, concedendo a estes, orgulho e exultação por fazerem parte da história da resistência.

Nesse âmbito é então pensado e arquitetado em 1977 os festejos em comemoração ao cinquentenário da resistência mossoroense ao bando de Lampião, na qual as principais entidades organizadoras eram a Prefeitura Municipal de Mossoró, Igreja Católica e o Colégio Diocesano Santa Luzia. Estas instituições traziam em sua égide o renome e a pujança necessária para tornar os festejos algo memorável e importante para a cidade. Ao instituir tal comemoração, essa para ganhar renome, entra para o calendário cultural de eventos do Estado, recebendo importância não apenas em solo mossoroense, mas em norte-rio-grandense<sup>70</sup>. Esse lastro ostensivo e expansivo que o evento estava ganhando remonta para o alvorecer cultural que seria importante nesse contexto para os mossoroenses.

É durante o ano de 1977 que é organizado pelo Jornal *O Mossoroense* uma coluna sob o título de “Lampião em Mossoró”, assinada pelo próprio Lauro da Escóssia, intelectual conhecido e com estritas relações com a elite política local. As ações desse jornal viriam a ser cruciais na massificação da memória e na perpetuação dos ideários vividos de “cidade da resistência” e do “país de Mossoró”. Nesse cenário o jornal/imprensa, surgem como difusores da memória e articuladores do passado, mas esse meio de comunicação não deve ser visto de forma neutra, pois através dos discursos contidos nestes, “produzem estratégias e práticas tendentes a impor

---

<sup>69</sup> CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo** (EUA, França e Portugal). – Fortaleza; Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005. p. 209

<sup>70</sup> Ver: FALCÃO, Marcílio Lima. **O bicho era valente mesmo: O cinquentenário da invasão de Lampião a Mossoró e a construção da memória oficial da resistência (1927 – 1977)**. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Natal, Julho 2013.

autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas<sup>71</sup>”, pois os agentes que estão escrevendo nestes jornais não são neutros e possuem suas particularidades, caso que é aplicável a Lauro da Escóssia e sua escrita.

Para o historiador, Capelato, o jornal e a imprensa são mananciais férteis sobre os eventos do passado; em suas palavras, estes “possibilitam ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos” (CAPELATO, 1988, p. 13). Nesse ínterim, olhar para os escritos que foram atestados por Lauro da Escóssia em suas reportagens, remete-nos a entender o uso desse passado para glorificar o presente, onde a força motriz seria a memória e essa contribuiria através de uma construção coletiva, para que as gerações vindouras tomassem as informações do jornal como verdadeiras<sup>72</sup>. Portanto, o jornal através dos ideários de Lauro da Escóssia, iria trazer ao presente um passado invocado, mas construído<sup>73</sup>.

Com isso, as reportagens de Lauro da Escóssia discorriam sobre a vida cotidiana dos mossoroenses no ano de 1927, trazendo à tona suas particularidades e os eventos que estavam ocorrendo durante aquele ano. Lauro da Escóssia evidencia que era um ano comum, mas que através da resistência ao bando de Lampião, tornou-se o ano mais conhecido e louvado na cidade. Essa escrita busca nesse intento, sensibilizar os leitores para que estes entendessem a importância de comemorar os cinquenta anos depois daquele evento.

Através da coluna “Lampião em Mossoró”, Lauro da Escóssia, em suas dezessete reportagens, remete no próprio título da coluna dois aspectos importantes para essa relação (Lampião e Mossoró), primeiro, Lampião tinha que encabeçar tal coluna para lhe conceder visibilidade, pois o chefe dos cangaceiros, homem temido nos idos de 1927, já tinha sua história bastante condensada e concedia a Mossoró pujança para propagar sua vitória sobre os planos

---

<sup>71</sup> CARVALHO, Francismar Lopes de. **O conceito de Representações Coletivas segundo Roger Chartier**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005. p. 149

<sup>72</sup> Maurice Halbwachs, atribui que a construção da memória coletiva se dá, ante as suas variantes, na junção da memória dos outros com a nossa. Mas essa interlocução também é marcada por discordâncias e entraves característicos da lembrança. Porém há uma base comum nessa construção, existem eventos que são conhecidos e recontados de maneira partilhada e através desse a memória coletiva ganha a caracterização de real e verdadeira. Ver: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006

<sup>73</sup> Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins, inferem que tanto os jornais, como as revistas e também as rádios e a televisão, são acima de tudo, empresas e como qualquer empresa, buscam lucros. Tais meios comunicativos possuem atitudes políticas definidas, pois estes meios são gerenciados por pessoas comuns que são influenciáveis. Portanto, estes meios não apenas se limitam a apresentar o que aconteceu, mas “selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público”. LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 11

frustrados de Lampião. O segundo aspecto é justamente esse de firmar-se em cima dessa memória Lampiônica, deixada tanto pela vitória que seria crucial na propagação da resistência, mas também nas mortes dos cangaceiros Colchete e também, Jararaca<sup>74</sup>, esse último sendo bastante estudado e lembrado em Mossoró, devido a sua morte bastante singular e cheia de controvérsias.

Assim, as reportagens de Lauro da Escóssia iriam se configurar nesse panorama como cruciais na exaltação do povo mossoroense. Essas reportagens e informações foram pensadas pelo grupo que em 1977 estava sob o comando da cidade<sup>75</sup>. Com isso, as assinaturas de Lauro da Escóssia iriam sacralizar a resistência, como fica evidente em suas palavras referentes ao “Dia D” do ataque de Lampião:

Lampião penetrou com um grupo no prédio da União dos Artistas fazendo cerrado tiroteio entre a trincheira da Estrada de Ferro, onde estavam Saboinha, muitos funcionários da ferrovia e outros defensores. Outro grupo chefiado por Sabino, lugar tenente de Lampião e do qual faziam parte Jararaca, Colchete e vários bandidos, passou a guerrear nas imediações da residência do prefeito Rodolfo Fernandes, na Avenida Alberto Maranhão. Este grupo ficou na mira dos fuzis dos que estavam na torre de São Vicente, de onde partiram, ao que se admite, os projéteis que mataram Colchete e com profundo ferimento sobre o olho esquerdo, arrancando-lhe parte do cérebro, isto na esquina da residência do Sr. Antonio Ferreira Neto, e feriram gravemente ao seu companheiro Jararaca, com um tiro no peito, alcançando-lhe o pulmão, quando este procurava “desarvorar” aquele seu colega abrindo-lhe a camisa e retirando-lhe seus pertences e armas. Jararaca foi ainda atingido por uma segunda bala que se alojou numa de suas pernas. Jararaca, de punhal na mão, quis romper a fuzilaria que vinha do parapeito da casa do Prefeito Rodolfo Fernandes, procurando transpor os fardos de algodões defronte aquela residência, para uma luta corpo a corpo com os defensores da cidade. Não conseguiu e já de regresso desse frustrado intento foi atingido mortalmente. (O Mossoroense 17 - 05 - 1977)

---

<sup>74</sup> No caso específico de Jararaca (José Leite de Santana), os estudos que versam sobre ele, buscam discutir, *a priori*, sobre como esse cangaceiro tornou-se um santo milagreiro. Muitas pessoas através de suas crenças, rezam para Jararaca crendo que serão ouvidas e assim, atendidas. Para um maior aprofundamento sobre esse tema, ver: ALVES, Kesia Cristina França. **O santo do Purgatório**: a transformação mitológica do cangaceiro Jararaca em herói. (Dissertação de Mestrado). – Natal, RN, 2005. Conferir também: ALMEIDA, Felon. **Jararaca**: o cangaceiro que virou santo. Recife: Guararapes, 1981. E o trabalho já citado anteriormente: FALCÃO, Marcílio Lima. **JARARACA**: memória e esquecimento nas narrativas sobre um cangaceiro de Lampião em Mossoró. Op., Cit

<sup>75</sup> “João Newton da Escóssia, Lauro Monte Filho, Lauro da Escóssia (Diretor do Jornal O mossoroense), Júlio Rosado, Manuel Leonardo Nogueira, Dorian Jorge Freire (jornalista), Pe. Sátiro Cavalcante Dantas e Elder Heronildes da Silva (Reitor da Universidade Regional do Rio Grande do Norte)”. FALCÃO, Marcílio Lima. Op., Cit. p.66

Esse tipo de informação, carrega por acontecimentos exuberantes, tinham como intuito colocar os leitores dentro do combate, para sentirem as aventuras daqueles que viveram o momento. Nesse âmbito, essas falas atestadas por Lauro da Escóssia, buscavam trazer ao debate os eventos mais exaltados da vitória, mostrando que nos variados campos de batalha, os resistentes mantinham-se firmes e fortes contra o fogo dos facínoras. Ao citar a morte de Colchete e o ferimento de Jararaca, o objetivo era, mais uma vez, trazer ao debate as baixas sofridas pelo bando em detrimento dos mossoroenses, que permaneciam sem sofrer baixas. O ano de 1927 era rememorado de forma bastante firme, os eventos que eram assinados por Lauro buscavam elencar a forma pacata de vida dos mossoroenses durante esse ano, evidenciando uma cidade comum com seus habitantes normais, sem grandes aspirações, buscando apenas viver em paz. Fica evidente nessa passagem que refere-se as eleições para presidente e vice-presidente do Estado:

Em 1927 foram realizadas eleições para presidente e vice do Estado e de 25 representantes à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

A candidatura única do Senador Juvenal Lamartine para o governo potiguar e do Desembargador Joaquim Inácio de Carvalho Filho, recebeu o sufrágio unânime dos eleitores que compareceram às urnas, tendo o Senador Lamartine alcançado 11.464 votos, enquanto o Desembargador Joaquim Inácio obteve 11.374 sufrágios, cuja diferença foi recomendada pelo Dr. Tavares de Lira, sendo 152 votos de Angicos e 32 de Natal. (O Mossoroense 18 - 02 - 1977)

Trazendo ao debate o fator das eleições, evidencia as preocupações comuns dos cidadãos de bem: eleger um governados que contribuísse no crescimento econômico e social da cidade. Essa notícia adentra nesse caso, ao contexto em que inseriu-se o ataque de Lampião: diante do quadro de mutações no aparelho político, com a eleição de um novo governante. Nesse sentido, pensar as eleições durante esse ano, era pensar antes de tudo, numa conjuntura de transições, mas que mesmo assim, encontrou uma cidade consolidada e uma resistência forte.

O amago que estava sendo construído com as inferências de Lauro da Escóssia, era pensar um Mossoró, mesmo a cinquenta anos atrás, firmado na imagem do então prefeito Rodolfo Fernandes. Um livro que contribuiu de forma plena para essa caracterização foi a obra de Raul Fernandes, *A Marcha de Lampião: assalto a Mossoró*, que tem sua edição lançada durante o cinquentenário (1977). Essa obra tem como ponto chave enunciar a história do assalto e

consequente resistência dos mossoroenses, sob a brilhante atuação do herói Rodolfo Fernandes (pai do autor da obra, Raul Fernandes). Nesse sentido a escrita de Raul Fernandes denota aos mossoroenses grande importância: a vitória de Mossoró, em prol do bem comum, fixou o heroísmo de seus filhos. Feito proclamado nos quatro cantos do País. Lição de grandeza de um povo pleno de civismo consciente, do qual todo o Nordeste exultou agradecido. (FERNANDES, 2007, p. 24)

O intento de Raul Fernandes é bastante claro ficando evidente em suas palavras. Nesse sentido era preciso criar uma cara para a resistência e seria a do prefeito Rodolfo Fernandes. O cinquentenário nesse aspecto trazia em seu amago a construção da memória da resistência tomando a figura do prefeito como elementar para esse ocorrido. Destarte, o trabalho utilizado no cinquentenário de Raul Fernandes une-se aos demais escritos que buscavam sacralizar a memória do cangaço em Mossoró e tornar essa elementar para as gerações vindouras. O jornal apresenta ainda alguns pontos sobre o momento de confluências em que os mossoroenses estavam enfrentando, em artigo do dia 17 de fevereiro de 1977, somos notificados sobre a visão que se tinha do *banditismo no sertão*

O cel. Rodolfo Fernandes, prefeito de Mossoró, mesmo antes do ataque de Lampião a esta cidade, mantinha em vários municípios e pontos estratégicos do oeste potiguar, amigos e pessoas credenciadas para lhe informar quanto a atuação dos cangaceiros onde quer que os mesmos estivessem. (O Mossoroense 17 - 02 - 1977)

Essa passagem nos mostra a atenção que é dada a vigilância do prefeito, seu ato de preservar pelo cuidado da cidade e de seus munícipes, elenca-se nesse momento como crucial para os preparos que iriam se arregimentar na resistência, fazendo sua imagem perpetrar como estratégico e cuidadoso, rendendo-lhe mais pujança e veemência. Essa imagética entorno dos atributos do prefeito é bastante singular, pois durante esse evento tais enunciados iriam perfazer as principais noticiais do período.

É dentro desse panorama que notamos as movimentações do cinquentenário, estas que não se resumiram aos escritos, mas também, aos eventos culturais que culminaram na lapidação da memória e concedendo a essa, destreza e amplitude. Essas comemorações motivaram outros



jornais, além do O Mossoroense, a publicarem em favor do cinquentenário, denotando uma vultosa amplitude ao evento. Nesse âmbito podemos citar

As encenações teatrais e o vestibular da canção (concurso de música, organizado no Colégio Diocesano Santa Luzia) abordavam a temática da invasão de Lampião a Mossoró. Do Colégio Diocesano ao pátio da Igreja, as encenações ganharam a rua e para comemorar a resistência, para construir uma memória oficial sobre os acontecimentos de 1927. (IDEM, p.61)

Com o exposto fica evidente que os festejos do cinquentenário da invasão dos cangaceiros a Mossoró, trazem em seu escopo a construção de uma memória firmada em imagens bastante singulares, a cidade da resistência alicerçada no herói Rodolfo Fernandes. Assim, a cidade precisa se reinventar ante as nuances da história, e também, dentro dos entraves políticos, econômicos e culturais que fazem parte das dissoluções do tempo, mas a resistência não, essa é firme e fixa e nada poderia mudar esse evento de importância proeminente na identidade mossoroense.

## **REFERÊNCIAS**

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988

FALCÃO, Marcilio Lima. **JARARACA: memória e esquecimento nas narrativas sobre um cangaceiro de Lampião em Mossoró**. – Mossoró: UERN, 2013

FERNANDES, Raul. **A Marcha de Lampião: Assalto a Mossoró**. 7ª Edição, 2007, Coleção Mossoroense.

FERNANDES, Paula Rejane. **A escrita de si do intelectual Jerônimo Vingt-un Rosado Maia: arquivos pessoais e relações de poder na cidade de Mossoró (RN) – 1920-2005**. Vitória. (Tese de Doutorado), 2014

FERREIRA, Brasília Carlos. **O Sindicato do Garrancho**. 2. ed. Mossoró: Departamento Estadual de Imprensa, 2000. (Col. Mossoroense. Série C, 1014).

LINO, Sonia Cristina. **Projetando um Brasil moderno. Cultura e cinema na década de 1930**. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v.15, n.2, p. 161 – 178, 2007

RIBEIRO, Núbia Ferreira. **A produção do lugar e o lugar da produção – USP e formação intelectual nos anos de 1960**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, Julho 2011.

SILVA, Lemuel Rodrigues da. **Os Rosados encenam: estratégias e instrumentos da consolidação do mando**. Mossoró: Queima Bucha, 2004

**Anais Eletrônicos do VI Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades - Sertões: histórias e memórias**

**UFRN - CERES - Campus de Caicó, RN, 07 a 11 nov 2016**

**Simpósio Temático *Culturas políticas, poder e imprensa no Brasil República***

ISBN 978-85-92861-70-4

VALENSI, Lucette. **Fábulas da Memória**: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo; tradução Maria Helena Franco Martins. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

## TERRITÓRIO LÍQUIDO: O JORNAL DO BRASIL E AS 200 MILHAS, 1970

Flávia Emanuely Lima Ribeiro Marinho<sup>76</sup>

### INTRODUÇÃO

Na década de 1970, o espaço marítimo nacional brasileiro foi forjado dentro de comissões que apontavam o mar como o um dos pontos para o desenvolvimento econômico da Nação. Foi nesse contexto, que o referido espaço foi atravessado por linhas imaginárias, vistas, apenas, pelo traçado da cartografia, que demarcaram a soberania do país sobre parte do Atlântico Sul.

A hegemonia do Poder Executivo no âmbito da gestão estatal brasileira foi particularmente notável e efetiva no campo da política econômica, pois o Executivo dispunha de bases constitucionais, recursos financeiros, condições organizatórias e formação de um corpo especializado para atuar em diversas frentes do Estado.

O Estado brasileiro concedia privilégios ao Executivo, na forma de aparelhos administrativos, órgãos técnicos, pessoal e recursos. Era inevitável que a decisão parlamentar somente se efetivasse pela atividade do governo da ocasião. Pouco a pouco o aparelho estatal incorporava o pensamento tecnocrático e científico para melhor desempenhar suas funções econômicas, “à medida que se concretiza o Poder Executivo, surge a tecnoestrutura estatal como um componente essencial do Estado”. Tal tecnoestrutura poderia ser encarada como a manifestação de um novo estágio no processo de amadurecimento do Estado capitalista.

Em 1970, a decisão unilateral de aumento do Mar Territorial brasileiro para 200 milhas, foi uma medida para assegurar uma possível reserva de riquezas para o futuro, pois os investimentos na referida década foram concentrados em pesquisas dos potenciais marítimos, ainda pouco conhecidos e explorados, pelo governo brasileiro. As fontes, por nós pesquisadas, nos permitem pontuar que a pesca, na referida década, ainda era moderada no cenário econômico nacional e a segurança insuficiente para patrulhar os novos limites marítimos. Alargar o mar

---

<sup>76</sup> Mestre, pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: flavinha\_emanuely@yahoo.com.br.

territorial brasileiro para 200 milhas também foi à primeira tentativa de abalizar, de forma mais clara, os limites marítimos do Brasil sobre o Atlântico Sul.

Além dos investimentos iniciais na pesquisa oceanográfica, o governo brasileiro também destinou esforços para propaganda sobre as 200 milhas, e esta teve lugar privilegiado no periódico *Jornal do Brasil*, na década de 1970. Nossa escolha, por esse periódico deve-se, entre outros aspectos, ao fato de dirigentes do Conselho de Segurança Nacional em uma de suas reuniões em 1968, o apontarem como um dos poucos jornais que não teriam “atacado” o governo militar<sup>77</sup>, além do número maior de matérias apresentadas pelo referido periódico frente a outros veículos de comunicação da época, que também foram pesquisados por nós<sup>78</sup>.

Em meio às discussões sobre o alargamento do Mar Territorial de 200 milhas, o *Jornal do Brasil* fazia o trabalho de levar ao público brasileiro questões relacionadas ao alargamento do Mar Territorial. Segundo dirigentes do Conselho de Segurança Nacional, “o Jornal do Brasil tem procurado esclarecer o público, os atos do governo, e por tal motivo já foram acusados de vendidos aos americanos e vem sofrendo outros ataques por parte dos líderes esquerdistas”<sup>79</sup>.

## O JORNAL DO BRASIL E AS 200 MILHAS

Assim, no dia 26 de março de 1970, o *Jornal do Brasil* informava, em uma de suas matérias, que a faixa de Mar Territorial brasileira tinha se alargado, mesmo que a medida fosse contrária à convenção internacional, que tratou sobre o direito internacional marítimo, em 1958: “a conferência sobre o Direito do Mar, reunida em Genebra em 1958, ampliou essa faixa, deixando a cada governo a faculdade de fixar a extensão de sua conveniência, contanto que não ultrapasse 12 milhas”<sup>80</sup>.

Uma das justificativas para tal medida, em destaque pelo jornal, era é de que os países vizinhos já tinham estendido, também, seu Mar Territorial. Uma tabela produzida pela Organização Mundial para Agricultura (FAO), com os limites de águas territoriais dos países

---

<sup>77</sup> Ata da 41ª sessão do Conselho de Segurança Nacional - 1968, p. 11. Disponível em: <[http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013039\\_2572.pdf](http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013039_2572.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2015.

<sup>78</sup> Outros periódicos pesquisados: *O Estado de São Paulo* e *O Globo*.

<sup>79</sup> Ata da 41ª sessão do Conselho de Segurança Nacional - 1968, p. 11. Disponível em: <[http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013039\\_2572.pdf](http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013039_2572.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2015.

<sup>80</sup> UMA faixa que se alarga. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1970. p. 7

americanos em 1970, estampava a página sete do periódico, em uma publicação de 26 de março do referido ano<sup>81</sup>:

**Tabela 02:** Limite do Mar Territorial em países americanos

Argentina	200 milhas
Canadá	3 milhas (12 para a pesca)
Colômbia	3 milhas (12 para a pesca)
Chile	50 milhas (200 para a pesca)
Costa Rica	200 milhas
Cuba	3 milhas
Equador	200 milhas
El Salvador	200 milhas
Estados Unidos	3 milhas (200 para pesca)
Guatemala	12 milhas
Guiana	3 milhas
Haiti	6 milhas
México	9 milhas (200 para pesca)
Nicarágua	200 milhas
Panamá	200 milhas
Peru	200 milhas
República Dominicana	3 milhas
Uruguai	200 milhas
Venezuela	12 milhas

Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1970. p. 7.

Como vemos na tabela acima a partir de 1970, o Brasil passaria a integrar o que foi denominado pelo *Jornal do Brasil* de “Clube das 200 milhas<sup>82</sup>”. Deste grupo faziam parte Uruguai, Argentina, Peru, Chile, Equador, Panamá, Nicarágua e El Salvador. Até 1970, apenas uma dezena de países latino americanos, alguns poucos afro-asiáticos e um único país “considerado” desenvolvido, Islândia, haviam, de uma forma ou de outra, estendido além das 12 milhas seus direitos soberanos ou sua jurisdição sobre as águas do mar adjacente e sobre seus recursos. Em 1946, a Argentina declarou formalmente que pertencia à soberania da nação o “mar epicontinental”, ou seja, o mar que se estende sobre sua ampla plataforma continental. Em 1947, o Chile e, poucas semanas depois, o Peru foram os primeiros países a fixar em precisamente duzentas milhas a extensão das águas adjacentes.

<sup>81</sup>LIMITE discutido. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1970. p. 7.

<sup>82</sup>GOVÉRNO manterá 200 milhas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 maio. 1970.

Em 1948, a Costa Rica estendeu unilateralmente seus direitos até a distância de duzentas milhas. Vinha-se formando na América Latina, a partir da segunda metade da década de quarenta, clara tendência no sentido da ampliação para duzentas milhas das áreas marítimas sob a soberania ou a jurisdição dos países da região. Não havia uniformidade no teor das legislações adotadas unilateralmente e nem mesmo os signatários da Declaração de Santiago de 1952 coincidiam em suas interpretações da sobre, a natureza jurídica do regime aplicável na área. Mas a sucessão de proclamações latino-americanas no curso desses anos foi criando uma prática regional que adquiria validade própria e já servia de inspiração para atos análogos da parte de alguns países de outras regiões (CASTRO, 1989, p.23). Mas, frente a um Mar Territorial de 200 milhas, teria o Brasil condições de monitorar toda sua extensão territorial líquida?

O *Jornal do Brasil* trazia à discussão uma voz dissonante ao coro das 200 milhas<sup>83</sup>. Voz do Almirante Saldanha da Gama, presidente, em 1967, do Clube Naval e da Fundação de Estudos do Mar. Para Saldanha da Gama, a medida, além de contrariar o Direito Internacional, se mostraria inócua, pela impossibilidade de se fiscalizar e garantir a sua aplicação<sup>84</sup>.

As ponderações de Saldanha da Gama muito se aproximam do que relatou o então ministro da Marinha, Maximiano Fonseca, entre os anos de 1979 e 1984. Para Fonseca, os parâmetros mais importantes para se avaliar o poder de uma Marinha seriam a quantidade, qualidade e eficiência de seus meios flutuantes. Tal princípio, segundo o ministro, pontuou os cinco anos em que esteve à frente da pasta da Marinha do Brasil. Contudo, o ministro destacava que devido a situação financeira do país nas décadas de 1970 e 1980, o efetivo flutuante não teria aumentado quanto o fora esperado. Fonseca destacaria que “a Marinha do Brasil deveria ser dez vezes maior do que é, para que pudéssemos ficar tranquilos quanto ao fiel cumprimento de sua missão constitucional” (FONSECA, s.n., s.d).

Em meio à assertiva de que a Marinha do Brasil não teria condições de monitorar todo seu Mar Territorial de 200 milhas, como destacaram Saldanha da Gama e o Ministro Maximiano Fonseca, o *Jornal do Brasil* publicou notas de apoio ao ato unilateral brasileiro das 200 milhas: “O jornal *La Prensa*, de Lima, elogiou ontem o ato do governo do Brasil que estendeu as suas águas

---

<sup>83</sup>Sobre o coro das 200 milhas, trataremos no capítulo seguinte.

<sup>84</sup>LIMITE discutido. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1970. p. 7.

territoriais até 200 milhas da costa, afirmando que com isso ‘o país irmão assegura seu destino e sua subsistência’<sup>85</sup>.

Tais matérias nos levam ao questionamento, sobre qual era a relação do *Jornal do Brasil* frente ao regime antidemocrático que se instaurou no Brasil em 1964 e sobre qual foi a postura do referido jornal frente à censura imposta aos meios de comunicação na década de 1970.

Para Beatriz Kushnir, as origens de uma sociedade baseada no autoritarismo e na exclusão dão a medida do peso e da extensão de uma cultura da censura – o esforço de delimitar o legal e o ilegal. Censurar, como uma política de Estado, tornou-se, portanto, a ação individual ou em grupo realizada por um censor – alguém designado pelo governo a pôr em prática o artifício censório – que, ao analisar obras de cunho artístico e/ou jornalístico, permite ou não sua difusão (KUSHNIR, 2012, p. 35).

No entanto, antes mesmo de ser instaurada a censura pelo decreto de nº 1.077<sup>86</sup>, Kushnir, destaca em seus estudos, que já se estabeleciam quadros de confiança e a ideia de autocensura dentro dos jornais.

Aderir, colaborar, auxiliar não foram propostas concebidas em meados dos anos de 1970, destacou Kushnir. A censura fora imposta bem antes e praticada por diretores, jornalistas e editores. O ideal era que os próprios jornalistas se autocensurassem, que as empresas nomeassem elas mesmas um quadro de sua confiança, “foram montados por quase todas empresas jornalísticas. Para o Estado autoritário, a autocensura era mais interessante do que a censura, porque lhe permitia não assumir a responsabilidade” (KUSHNIR, 2012, p. 48).

O *Jornal do Brasil* seria um desses exemplos de cooperação. Sendo assim, no dia 29 de dezembro de 1962 editou-se uma circular interna na qual o diretor chefe do Jornal, José Sette Câmara, passaria algumas “instruções para o controle de qualidade e problemas políticos”, criadas com o intuito de instruir a equipe do referido jornal. Câmara destaca que o controle de qualidade:

---

<sup>85</sup>PERU louva nôvo mar do Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1970. p.4.

<sup>86</sup>Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm)>. Acesso em: 01 jul. 2015.



sob o ponto de vista político. Não se trata de autocensura, de vez que não há normas governamentais que limitem o exercício da liberdade de expressão, ou que tornem proibitiva a publicação de determinados assuntos. Em teoria há plena liberdade de expressão. Mas na prática o exercício dessa liberdade tem que ser pautado pelo bom-senso e pela prudência (...) O relativo desafogo institucional com o novo Governo permite agora que essa responsabilidade, que do ponto de vista legal caberá sempre e exclusivamente aos dois diretores, seja agora delegada ao grupo selecionado para o Controle de Qualidade (KUSHNIR, 2012, p. 49).

O controle de qualidade era condizente com o regime civil militar que se instaurou no Brasil em 1964. Na década de 1980, o colunista Jânio Freitas, ao tratar sobre a imprensa brasileira em 1970, em artigo da Folha de São Paulo, destacaria que:

Naqueles tempos, e desde 64, o "Jornal do Brasil", que ainda era o maior e mais importante jornal brasileiro, foi o grande propagandista das políticas do regime, das figuras marcantes do regime, dos êxitos verdadeiros ou falsos do regime, do "milagre brasileiro", do "Pra frente Brasil". E do "Ame-o ou deixe-o", com o tratamento discriminatório dado aos oponentes do regime, mesmo que da estatura de grandes políticos, como Ulysses Guimarães, Nelson Carneiro, tantos outros<sup>87</sup>.

Para mostrar que a questão das 200 milhas estava sendo discutida com a sociedade brasileira, em abril de 1970 o *Jornal do Brasil* estampou uma pesquisa de opinião. Entre os questionamentos sobre “quem deveria jogar na seleção brasileira ao lado de Pelé” ou se a população seria favorável ou contrária ao aumento do salário mínimo no Brasil, além de outros questionamentos ligados ao terrorismo. No canto esquerdo da página o *JB* indagava a população brasileira sobre o “novo mar”<sup>88</sup>.

Segundo a pesquisa de opinião pública JB/MARPLA, a ampliação do mar territorial brasileiro de 12 para 200 milhas teria recebido a aprovação de 80% das pessoas entrevistadas. Dos entrevistados, 4% foram contra e 16% não souberam opinar. Os que se posicionaram contra afirmaram que o Brasil não teria condições de vigiar toda a nova extensão de seu mar territorial 1% e outros motivos, 3%.

---

<sup>87</sup> FREITAS, Jânio. A imprensa e o AI 5. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 dez. 1998. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc15129805.htm> >. Acesso em: 01 jul. 2015.

<sup>88</sup>NOVO mar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1970. p. 24.

Fonte: <i>Jornal do Brasil</i> , Rio de Janeiro, 6 abr. 1970.		
Novo Mar	100 pessoas entrevistadas	
<b>O governo brasileiro ampliou de 12 para 200 milhas o seu mar territorial. O Sr. (a) é a favor ou contra esta medida?</b>	A favor	80
	contra	4
	Não suberam opinar	16
<b>Por que o Sr. (a) é favorável a medida?</b>	Número de pessoas	
- Vai aumentar a produção pesqueira do país;	22	
- Reforça a soberania do Brasil;	18	
- Amplia o mercado brasileiro/maior progresso para nação;	10	
- Vai preservar o petróleo da plataforma submarina;	4	
- Benefícios para nossa navegação;	2	
- É a maior defesa para o país/protege mais o litoral;	2	
- Nosso território é imenso e o nosso mar territorial deveria ser igual;	1	
- Melhor proteção de nossa fauna marítima;	1	
- Porque aumenta os meios de comunicação e transporte;	1	
<b>Por que o Sr. (a) é contra a medida?</b>		
- O Brasil não tem condições de vigiar as 200 milhas de mar territorial;	1	
- Outros motivos;	3	
- Não suberam opinar;	16	

Dos que aprovaram a iniciativa do governo brasileiro, 22% destacaram que o novo Mar Territorial aumentaria a produção pesqueira do país e 18% acreditavam que a soberania do país seria reforçada, 4% afirmavam que a medida preservaria o petróleo da plataforma submarina, 10% achavam que se ampliaria o mercado brasileiro e 2% acreditavam na possibilidade de benefícios para navegação. Dois por cento acreditavam que o litoral brasileiro ficaria mais protegido, 1% destacava que o mar deveria ter limites iguais ao espaço em terra do Brasil, 1% acreditava que a fauna marítima seria melhor protegida e 1% afirmava que aumentaria os meios de comunicações de transporte. Os entrevistados estariam classificados entre as seguintes categorias: por classe social (rica, média, pobre), por sexo e por idade: jovens (18/29 anos), meia idade (30/49 anos), mais velhos (50 ou mais).

Questionamo-nos sobre quem era essa população e também nos perguntamos se 80% dela realmente sabia o que era Mar Territorial e o porquê do governo brasileiro estende-lo em 200 milhas náuticas. Sobre tais questionamentos, destacamos que o nível de escolarização da população brasileira na década de 1970 estava dividido entre uma taxa de analfabetismo de 33,8%

e de alfabetizados 66,2%<sup>89</sup>, mais de 30% da população não era alfabetizada, talvez nunca tivessem ouvido falar em Mar Territorial. Cabe destacar que, o nível de alfabetização da população do Brasil e das Grandes Regiões permaneceu em ascensão, entretanto ainda não pode ser considerado o ideal, embora a evolução tenha sido intensa nas últimas décadas. Em 1970, por exemplo, a taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade do Estado de Alagoas era 38,9% e a da Região Nordeste ainda não tinha atingido os 50,0%.

## CONCLUSÃO

Ora, se 22% da população afirmava que as 200 milhas trariam ganhos para a pesca. O mesmo periódico destacava o posicionamento da SUDEPE, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, segundo o órgão, no que dizia respeito à pesca no Mar Territorial brasileiro, a Superintendência de pesca “ainda não estaria explorando completamente nem as águas territoriais de 12 milhas”<sup>90</sup> e acrescentava “o decreto presidencial estendendo as águas territoriais brasileiras para 200 milhas visa estreitamente a promover a segurança nacional (...)”. Tal segurança deveria ser garantida pelos meios flutuantes, dos quais o governo brasileiro não dispunha. Como bem destacamos na fala do ministro Maximiano Fonseca, anteriormente.

Os entrevistados ainda acrescentavam que a medida preservaria o petróleo da plataforma submarina. A questão era de interesse da Petrobrás, que comemorava o aumento do Mar Territorial como possibilidade de pesquisas e extrações futuras: “O aumento vai ser benéfico para a Petrobrás, pois possibilitará a prospecção e a pesquisa petrolífera nas chamadas áreas favoráveis, que se localizam, em sua maioria, fora dos limites anteriores de 12 milhas”<sup>91</sup> explicaram os técnicos. No entanto, as possibilidades de pesquisas já tinham sido propostas em décadas anteriores com a incorporação da plataforma continental pelo Decreto nº 28.840<sup>92</sup> de 8

<sup>89</sup>

Disponível

em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias\\_demograficas/comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2015.

<sup>90</sup> BRASIL estende mar territorial a 200 milhas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1970. p. 7.

<sup>91</sup> BRASIL estende mar territorial a 200 milhas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1970. p. 7.

<sup>92</sup>Trecho do decreto “CONSIDERANDO que, em consequência, vários Estados da América, mediante declarações, ou decretos, de seus Presidentes, têm afirmado os direitos, que lhes cabem, de domínio e jurisdição, ou de soberania, sobre a parte da plataforma submarina, contígua e correspondente ao território nacional (declarações do Presidente dos Estados Unidos da América, de 28 de setembro de 1945; do Presidente do México, de 29 de outubro de 1945 e do Presidente do Chile, de 25 de junho de 1947; decretos do Presidente da Argentina, de 11 de outubro de 1946, e do Peru, de 1º de agosto de 1947):”

de novembro de 1950, além da regulamentação da pesquisa científica no Mar Territorial e na Plataforma Continental pelo Decreto nº 63.164 de 26 de agosto de 1968<sup>93</sup>.

No entanto, os resultados das iniciativas voltadas para exploração de petróleo em alto mar, só foram possíveis no final da década de 1980 e início de 1990 (MELO, 2013).

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Luiz. O Brasil e o novo direito do mar: Mar territorial e Zona econômica exclusiva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

FONSECA, Maximiano. Cinco anos na pasta da Marinha. Brasília: s.n., s.d.

MELO, Jaqueline. O petróleo *offshore* no Atlântico Sul. \_\_\_\_ In: SILVA, Francisco; LEÃO, Karl Schurster; ALMEIDA, Francisco (orgs.) *Atlântico: a história de um oceano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

---

Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28840-8-novembro-1950-329258-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 01 jun. 2015.

<sup>93</sup>Sem definir-lhes a extensão, a Constituição de 24 de janeiro de 1967 incluiu o mar territorial (o termo mar territorial só aparece na emenda constitucional de 1969) e a plataforma continental entre os "bens da União" enumerados em seu artigo 4º. A pesquisa científica nessas duas áreas foi regulamentada em 26 de agosto do ano seguinte, pelo Decreto nº 63.164. CASTRO, Luiz. *O Brasil e o novo direito do mar: Mar territorial e Zona econômica exclusiva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989, p. 15.

## RESISTÊNCIAS FEMININAS EM TERRAS POTIGUARES: UMA BREVE ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DO SUFRÁGIO FEMININO A PARTIR DOS RECORTES DO JORNAL “A REPÚBLICA” [1920 - 1928]

Janaína Porto Sobreira<sup>94</sup>

Luci da Silva Araújo<sup>95</sup>

Genilson Azevedo<sup>96</sup>

### INTRODUÇÃO

Quase sempre que nos deparamos nas pesquisas com notícias veiculadas nos periódicos das primeiras décadas do século XX, percebemos a tímida presença das mulheres nas linhas comunicativas da sociedade. A escrita masculina era predominante neste espaço. A contribuição feminina, ainda inexpressiva, reforçava em sua escrita a mentalidade do mundo privado como destino comum às mulheres, enaltecendo os valores maternos e conjugais designados como um fim em si.

Não é difícil sentir um certo lamentar e discordar do teor dos temas abordados sobre a ala feminina neste contexto. De imediato lançamos um olhar contemporâneo nas manchetes dos jornais e a estranheza – ainda que nos seja rápida, se faz presente e o sentimento anacrônico torna a leitura amarga, pois a realidade de outra época coloca em cheque toda uma situação de silenciamento das mulheres.

A leitura dos jornais e seus respectivos discursos nos permite compreender de que forma certos sujeitos estavam ocupando espaços, firmando relações e produzindo práticas sociais reveladoras dos lugares de fala dos grupos desse período. Ou, como aponta a historiadora Maria Helena Capelato em suas pesquisas: “O confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado de atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos.” (CAPELATO, 1988, p. 34).

---

<sup>94</sup> Bacharelada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha, e-mail: janaporto\_2008@hotmail.com.

<sup>95</sup> Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

<sup>96</sup> Doutorando em Ciências Sociais pelo PPGCS na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O presente artigo analisará, brevemente, de que forma as articulações femininas foram noticiadas na capital potiguar. Nossa principal fonte será o jornal *A República*<sup>97</sup>. Destacaremos a atuação da FBPF<sup>98</sup> no Rio Grande do Norte na década de 1920, momento em que as discussões sobre o sufrágio feminino estavam em pauta no cenário político brasileiro se consolidando em 1928 sob a forma de lei.

Perceber a mulher enquanto categoria subalterna no campo das relações políticas e sociais é trabalhar a ideia de engajamento no pleito pelos espaços públicos. Para a historiadora June Hahner<sup>99</sup>, “o desenvolvimento da história da mulher foi facilitado em grande parte pela ascensão da história social e pelo interesse crescente pelos acontecimentos locais e pela vida familiar e cotidiana das pessoas”. (HAHNER, 1981, p. 15).

Tomando como base o apontamento de Hahner (1981), entendemos que promover o protagonismo das mulheres na construção da história do país torna-se fundamental na retomada de nossa memória e na plena consciência de que os agentes femininos estiveram em movimento constante apesar de ocultados. Essas mulheres organizaram-se aos poucos à medida que o fluxo de ideias e iniciativas de companheiras de outras geografias rompia as barreiras do mundo masculino.

Essas circunstâncias tornam visíveis as lutas construídas por mulheres no início da década de 1920. Para introduzir essa temática de maneira lúcida é profícuo esclarecer que “[...] devemos compreender que uma das sementes mais importantes foi a organização das mulheres brasileiras em torno de problemas específicos de sua condição, o que se convencionou chamar de feminismo.” (TOSCANO, 1992, p. 13).

A relevância do papel exercido pela FBPF mostra-se quando enxergamos nela uma função de visibilidade e debate acerca de direitos de igualdade e de instrução com uma educação de qualidade no sentido de orientar as mulheres a exercerem funções públicas. Além, claro, da conquista do voto como forma de exercer a plena cidadania.

---

<sup>97</sup> Exemplares disponíveis no Arquivo Público Estadual em Natal/RN.

<sup>98</sup> Federação Brasileira pelo Progresso Feminino criada em 1922 pela cientista Bertha Lutz no Rio de Janeiro.

<sup>99</sup> Pesquisadora brasilianista que investiga a trajetória da mulher no Brasil entre os finais do séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX utilizando-se do mapeamento de fontes como periódicos e métodos de investigação que centralizem a mulher brasileira no seu processo histórico.

Conforme as campanhas pelo voto feminino no Velho Mundo – Inglaterra, e das norte-americanas, intensificavam-se, as sufragistas brasileiras influenciavam-se pelos espíritos questionadores dessas mulheres que ansiavam pelo exercício público e articularam em suas agendas estratégias para obter êxito aqui: “[...] fazem pronunciamentos públicos, utilizando-se fortemente da imprensa, buscam o apoio de lideranças nos diversos campos políticos, da opinião pública em geral e de parlamentares”. (SOIHET, 2013, p. 50-51).

É crucial entender que a constituição de 1891 reformulou e marcou o início da organização do país nos modos republicanos. Ela viabilizou estratégias de governabilidade respaldadas na constituição dos Estados Unidos da América. Todavia, essa constituição compartilhou valores que cerceavam o direito de igualdade entre alguns indivíduos, alimentando a ideia de verdadeira negação de participação política para muitos. Uma República preocupada com a ordem.

As oligarquias alimentavam-se do jogo econômico e político do período. Essas relações dominavam a vida nos espaços rurais e frequentemente deslocavam-se para meios urbanos encontrando agentes que comungavam das mesmas ideias. Dessa forma, buscar estratégias que quebrassem os empecilhos locais e promovessem, aliás, que “permitissem” à essas mulheres um acesso aos arranjos políticos e no ideal de deslocamento foi um referencial a ser conquistado.

Certas de que a absurda interpretação da constitucionalidade do voto feminino baseava-se, sobretudo, na frágil sustentação de que não havia um amparo legal para que a mulher pudesse exercer sua civilidade, a FBPF buscou aliados na luta pela visibilidade de suas causas. Inicialmente, o projeto apresentado por Justo Chermont<sup>100</sup> ao senado confirmava o que a federação mais tarde defenderia: a maneira discriminatória e sem fundamento legal na proibição do sufrágio feminino.

O comparecimento às sessões públicas foi importante no intuito de fomentar as tentativas de chamar a atenção dos membros do senado. Na ocasião, o então deputado potiguar Juvenal Lamartine sinalizou positivamente aos anseios do grupo, inclusive, colaborando em parceria com a líder Bertha Lutz na expansão à seu estado dos ideias feministas. De fato, em 1927, Lamartine foi indicado ao cargo de governador do estado do Rio Grande do Norte e incluiu em sua plataforma eleitoral o consentimento dos direitos políticos às mulheres daquele estado. “[...]”

---

<sup>100</sup> Defendido em 1919, anterior a FBPF.



eleito, Lamartine fez aprovar uma nova lei eleitoral do estado que permitia o voto feminino.” (ALVEAL, 2001, p. 114).

Essa conquista potiguar foi o ponto de partida para que mulheres como Celina Guimarães<sup>101</sup> buscassem seus direitos no alistamento eleitoral. Por todo o estado o exemplo foi seguido e a notícia correu rapidamente pelo país. Certamente, a campanha promovida pela FBPF no Rio Grande do Norte por Bertha Lutz e suas companheiras frutificou rapidamente. Ademais, a própria presença da líder carioca foi essencial nos rumos das ações em campo no ano de 1928.

As visitas aos municípios impulsionaram a frente feminista na tentativa de angariar mais alistamentos e, por fim, chegar a um número considerável de eleitoras. “[...] Natal, São José, Macahyba, Ceará-Mirim, Pau dos Ferros e outras comunas norte-riograndenses já contam com um elevado número de eleitoras”.<sup>102</sup> Ainda em 1928 na cidade de Lages, Alzira Soriano conseguiu ser eleita para o cargo de prefeita. Esse feito ficou marcado por ser a primeira vez que tal cargo foi ocupado por uma mulher no país. A professora Julia Alves Barboza também fora eleita para ocupar uma cadeira no conselho municipal no mesmo ano de 1928.

À luz dessa realidade, o apoio estratégico de figuras públicas que levassem a voz feminina aos espaços políticos parece ter sido necessária, ainda que reconheçamos o uso da palavra masculina como catalisador desse impulso. Na perspectiva da Soihet (2013) não havia possibilidade de essas mulheres obterem quaisquer impulsos sem o apoio de parlamentares de influência. Ao mesmo tempo em que: “O que se colocou em xeque foi a própria questão do poder masculino, já que a participação da mulher no mundo público implica buscar um modelo próprio de participação, e não copiar o modelo masculino”. (TOSCANO, 1992, p. 47). Até porque esse modo masculino de fazer política não contemplava as especificidades do gênero feminino, como infância e maternidade.

## **A IMPRENSA E O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE**

Segundo Buitoni (1986, p.25), “a imprensa feminina, mais do que a imprensa em geral, está estreitamente ligada ao contexto histórico que cria razões para seu surgimento, e que interfere em cada passo de sua evolução”. É neste sentido que percebemos a importância da imprensa na

---

<sup>101</sup> Considerada oficialmente a primeira eleitora potiguar concedida pela justiça local em 25 de novembro de 1927.

<sup>102</sup> ELEITORADO Feminino Norte-Rio-grandense. *A Republica*. Natal, 19 de ago. 1928.

construção do papel da mulher na sociedade. As imagens construídas sobre a condição feminina que, de algum modo, reforçam estereótipos fortemente ligados ao comportamento esperado para as mulheres na sociedade. Aqui pontuamos os arquétipos que relacionam a mulher a atividades do lar.

A partir das décadas de 1920 e 1930, com os debates em torno do voto feminino, uma expressiva produção correspondente às demandas feministas passam a circular em periódicos. Conforme pesquisa a professora Maria Arisnete Câmara de Moraes (MORAIS, 2002) os jornais femininos brasileiros ganhavam espaços com títulos que metaforizavam a figura feminina. São alguns deles: *Belo sexo* (1862), *Biblioteca das senhoras* (1874), *O bisbilhoteiro* (1889), *Eco das damas* (1879/1882), *Recreio do belo sexo* (1856), *Recreio das moças* (1876/1877), e *O direito das damas* (1882). Estes jornais traziam informações diversas, mas, sobretudo expressavam: instrução do povo, emancipação da mulher, a mulher no magistério, instrução pública, educação das meninas, artigos sobre modas, crônicas, romance etc.

Os jornais femininos figuravam enquanto um importante canal de expressão da vocação literária das mulheres conectando-as através das suas ideias que passavam de um centro urbano para outro e vice-versa. Outrossim, nesses periódicos era preservado a identidade das senhoras casadas, tendo em vista que não era de bom tom para uma mulher nesse estágio da vida fazer-se presente no espaço público. Sendo assim, o anonimato era garantido através do uso de pseudônimos masculinos (MORAIS, 2002). Somado a isso, mesmo resguardadas pelo uso do pseudônimo, muitas demonstravam acanhamento ao escrever, ao se colocarem na imprensa, pois havia o olhar da crítica, sobretudo masculina, em torno delas conforme nos diz Zahidé Muzart (1990).

Com vias a ridicularizar as lutas femininas, a ironia e a zombaria eram utilizadas como um instrumento eficaz para desmoralizá-las e reforçar o mito da inferioridade e passividade da mulher (SOIHET, 2004). O ideal de mulher emancipada era questionado nos meios letrados, entre as camadas populares e também entre outras mulheres.

A *charge* foi um elemento poderoso usado nessa luta contra o movimento de emancipação feminina no Brasil, realçando a incompatibilidade entre as atividades domésticas e extra domésticas, pois, assim estariam abrindo mão de atividades que lhes eram “naturais” (SOIHET, 2004). Sobre isso, nos diz Rachel Soihet:

A mulher intelectual, emancipada, em fins do século XIX, constituía-se num mal exemplo para outras, levando-as a acreditar que poderiam subsistir sozinhas sem o concurso do marido, comprometendo toda a organização da sociedade. Voluntariamente, recusando-se a restringir seu universo à maternidade e à casa, desprezando suas funções naturais, as intelectuais eram a fonte de todos os flagelos sociais (SOIHET, 2013, p. 45).

Vale colocar também que circulava naqueles idos a noção de que as mulheres não deveriam circular no espaço público haja vista que este espaço era atribuído aos homens (PERROT, 1998). Quando as mulheres exerciam poder, tal como Nísia Floresta que ainda na primeira metade do século XIX ousou ir de encontro aos discursos hegemônicos existentes, frequentemente eram tidas como “escandalosas, neurastênicas, loucas, e desqualificadas”, afinal, elas representavam um desvio aos papéis sociais esperados para uma mulher. De qualquer modo, compreendemos que a escrita jornalística envolve ideias, planos, projetos que apresentam uma determinada posição. Neste sentido, essa concepção de mundo é apresentada aos leitores a partir da forma como essa escrita é conduzida, transmitindo e transformando a notícia de modo a moldar-se aos interesses da sociedade.

### **O JORNAL *A REPÚBLICA* E O SUFRÁGIO FEMININO NO RN**

Lançado em julho de 1889 por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, o jornal foi criado com a intenção de representar os ideais republicanos no estado. Lutando pelo espaço comunicativo oficial no RN foi porta-voz do governo até a revolução de 1930. Este jornal reuniu um grande número de redatores e intelectuais responsáveis pelas principais ideias e projetos que circulavam pela cidade. É importante ressaltar que ao publicar um jornal, se promove intenções. Redatores respondem aos anseios dos responsáveis e donos de setores específicos da urbe a fim de difundir e tornar público propósitos para a sociedade.

Desde que as primeiras manifestações surgiram no estado sobre as influências do feminismo pela busca do sufrágio, o jornal *A República* começou a lançar informes e notícias sobre a forma como as mulheres estavam se organizando no país e também na capital e cidades vizinhas. Vale ressaltar que muitas vezes o jornal local compartilhava algumas notícias de outros periódicos importantes no país. A exemplo disto e do tipo de matéria que circulava, segue um trecho:

“O Dr. Juvenal Lamartine lavrou, hontem, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, parecer opinando pela concessão do direito de voto às mulheres. O illustre deputado, em seu brilhante parecer, estuda o problema feminista sob todas as suas faces. É mais uma etapa da emancipação da mulher, no seu bello movimento de legítimas aspirações. Nem se comprehenderia que assim não fosse. Em todas as grandes avançadas da civilização, o concurso da mulher se tem feito sempre sentir de modo reconhecidamente benefico. Por que, pois, negar a mulher em nada inferior ao homem, indubitavelmente, o uso e gozo dos direitos civis e políticos? Nas legislações estrangeiras esses direitos já são considerados, notadamente na América do Norte, onde as mulheres podem votar. Entre nós nenhum motivo serio existe que vede á mulher o exercício dos direitos civis e políticos, que em nada contrariam ao nosso pacto fundamental, sendo certo que vários membros da Constituinte, entre os quaes se encontravam os Srs. Nilo Peçanha e Eptácio Pessoa, se manifestaram sobre o assumpto, favoravelmente. Assim, o substancioso parecer do Sr. Juvenal Lamartine merece os mais incondicionaes applausos, valendo pelo primeiro grande marco na victoria justa e definitiva do feminismo entre nós.” (Do “Imparcial”, do Rio. – *A Republica* - 13 de janeiro de 1922).

O extrato evidencia as primeiras manifestações de figuras políticas a respeito da movimentação de mulheres na cidade do Rio de Janeiro mas contando com o então deputado Juvenal Lamartine como forte parceiro no engajamento pela conquista do voto no estado potiguar.

Também é necessário entendermos que esse feminismo do início do século XX é formulado pelo pensamento de resgatar mulheres do mundo privado e ocupar espaços públicos e políticos. No entanto, a conquista do voto feminino não deve ser analisada como um fato que acaba em si. A possibilidade de poder votar garantia uma conquista como cidadãs brasileiras, de pertencimento à nação. Por consequência, os objetivos de luta da Federação e de grupos de mulheres no estado se estenderam no intuito de eleger representatividade para, enfim, levarem a palavra feminina aos espaços públicos.

Efetivamente, todo o engajamento desenvolvido pela FBPF aqui no estado pode ser entendido sob a ótica de representatividade e garantir com que determinadas figuras femininas se firmassem dentro dos espaços masculinos de algum modo.<sup>103</sup> Após a conquista do voto, seria e foi importante garantir a eleição de uma mulher no estado para que os planos da Federação se

---

<sup>103</sup> Isso explicaria os nomes das primeiras mulheres pioneiras em relação ao voto e eleições no RN. Eram mulheres de famílias poderosas, com prestígio simbólico e/ou acúmulo de capital. A própria Alzira Soriano era filha de um grande coronel da região central do estado, bem como a professora Celina Guimarães, oriunda de família importante na cidade de Mossoró/RN.

concretizassem de maneira mais sólida. Basicamente, através deste mecanismo de representatividade, as feministas buscavam pressionar os constituintes a aprovar matérias de interesse das mulheres. Sendo a principal meta as questões da infância e maternidade.

No jornal também havia espaço para que alguns indivíduos, que viam neste aspecto um problema que diminuía a relevância das normas políticas da sociedade brasileira, expressassem uma posição divergente. A saber:

“O senador Jeronymo Monteiro acaba de apresentar a Alta Camara do paiz um projecto, concedendo o direito de voto ás mulheres. Preliminarmente declaremos que não é a primeira vez que esta idéa preocupa o espírito de nossos Lycurgos. Já várias vezes a questão tem sido ventilada na imprensa e no Parlamento, remontando mesmo á epocha dos debates sobre a confecção de nossa Lei basica. Felizmente, porém, todas as tentativas, neste sentido, têm sido baldadas. Porque esse tal direito não deve, nem pode ser concedido, presentemente, no Brasil. Não deve, por motivos de ordem moral e social, bem fácil de se preverem e tantas vezes divulgados. Não pode, diante do veto que lhe oppõem as nossas leis. É este o ponto que queremos ferir nessa apressada e inocua discreteação [...]” (Epitacio Fernandes, *A Republica* – 01/07/1923.)

Revelador de discursos e expressões nas páginas de jornais e periódicos ao longo do tempo, a imprensa era uma plataforma na troca de opiniões sobre os principais acontecimentos da sociedade como um todo. Completando nossa análise o historiador Nelson Werneck Sodré pontua: “A grande imprensa fez do tema político a tônica de sua matéria – tal como a política era entendida e praticada na República Oligárquica.” (SODRÉ, 1999, p.323).

Adiante, verificaremos a resposta ao leitor do trecho anterior. Notemos como o debate acerca da luta pelo sufrágio feminino consolida a fala masculina aborda os interesses de mulheres:

Para que a mulher tenha, ente nós, a faculdade de votar, não há necessidade alguma de se reformar a Constituição. Ella se acha autorisada para isso, qualquer que tenha sido o modo de pensar dos organizadores da Republica, nesses direitos de nacionalidade e cidadania que os Artigos 69º e 70º da nossa Carta magna concederam a todos os brasileiros, sem distincção de sexo nem de côr. Pouco nos importa que os americanos do Norte, com o fazerem, tenham sido obrigados a modificar os princípios basicos das suas leis, á sombra das quaes têm elles desenvolvidos a mais fecunda das energias humanas e sociaes. As liberalissimas doutrinas dos direitos do homem que a Revolução Franceza victioriosa consagrou, formando o cerne da civilização moderna, soffrem ali modificações profundas de que, entre outras, uma das mais anti-christãs — o odio ao negro —

é uma demonstração evidente e insofismável [...]”. (Francisco Sobral, *A Republica*. – 10 de julho de 1923).

Como vemos, houve muita repercussão no processo que culminaria no sufrágio feminino brasileiro. De um lado, entusiastas com a ideia de estender o direito às mulheres, do outro, indivíduos contrários alegando ser um retrocesso na legislação moral política. Em Natal, um grupo de mulheres sob forte influência da Federação, resolveram unir-se para promoverem encontro em busca por mulheres interessadas no alistamento eleitoral. Assim temos:

“A associação de Eleitoras Norte-Riograndenses: Considerando que é dever de todo cidadão brasileiro, sem distincção de sexo, contribuir com o seu voto para o progresso da Pátria ; considerando que cumpre á mulher norte-riograndense dar um exemplo de civismo, alistando-se eleitora e fazendo uso dos direitos politicos que lhe foram conferidos graças a orientação liberal do Presidente Juvenal Lamartine e da Assembléa Legislativa Estadual ; considerando ainda que cumpre colaborar na vida social, econômica e política do Estado, pelo uso intelligente do voto, Resolveu : promover e intensificar o alistamento eleitoral feminino, em todos os municípios [...]”.1’ — Será dado conhecimento deste projecto e enviado este appello a todos os municipios, afim de que delle tomem conhecimento e possam concorrer. 2’ — Será dado o praso até o dia 12 de outubro, desse exercício para o allistamento do maior número de eleitoras habilitadas para executarem o voto. [...]. (*A Republica* – Agosto de 1928).

Após analisarmos essas passagens, verificamos que: “A imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos”. (CAPELATO, 1988, p.13). É justamente nesse aspecto que a discussão sobre as mulheres nas mensagens das páginas do jornal *A República* se verifica, pois as mentalidades e configurações políticas e sociais da época nos fornecem informações das intenções dos grupos envolvidos.

No mais, conseguimos notar que o lugar de fala dessas mulheres ainda galgava passos pequenos. Ou seja, apesar de serem o tema que fomentava o debate político em questão, não puderam opinar a respeito no jornal oficial do estado até aquele momento. Reafirmando não só a busca pelo direito ao voto, mas também a luta pelo direito sobre falarem de si. E, então, temos um movimento de mulheres e para mulheres não sendo tratado sob a ótica feminina, mas ainda cristalizando velhas relações de poder.

## **CONCLUSÕES**

A conquista do voto feminino dividiu muitas opiniões. O contato com Juvenal Lamartine foi entendido como frutífero e a partir disto as esperanças em torno da conquista do direito de voto se concretizou. A presidenta da FBPF – Bertha Lutz, visitou a cidade em 1928 com o intuito de garantir a palavra e o empenho do então governador do estado.

Certamente esse contato nutriu o sentimento de interesses em comum. Afinal, ao firmar apoio ao movimento feminista, Juvenal poderia garantir um possível eleitorado feminino e mais atenção quanto aos novos anseios modernos recebidos de outros lugares do país e do mundo. Os trechos expostos e discutidos, ainda que se refiram de maneira breve sobre o tema desta pesquisa, nos trazem à tona as formas como o movimento foi sentido e noticiado em terras potiguares. Não sendo algo isolado, com tinha interesses por parte de muitas mulheres e as politicagens locais desenvolveram mecanismos para transformarem a nova realidade em prática, especialmente depois que Lamartine sanciona a lei estadual conferindo o direito de voto feminino.

Em suma, apesar deste artigo ser fruto de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, podemos concluir que a forma como a FBPF realizou contato com o Juvenal Lamartine para colocar em campo prático a articulação que já vinha desenvolvendo-se desde a sua criação em 1922, fora essencialmente importante no desenrolar do histórico de lutas dessas mulheres. Para quebrar essa resistência masculina, elas precisavam reunir forças em torno de si mesmas possibilitando um início de autogestão a fim de abolir a falsa incapacidade que justificou a ausência feminina nesses espaços públicos por tanto tempo.

## **REFERÊNCIAS**

ALVEAL, Carmen. *Revisitando a trajetória da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. Faces de Eva: Estudos sobre a mulher. Lisboa, n.25, p. 111-122, 2001.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Imprensa na história do Brasil*. São Paulo: contexto: Edusp, 1988.



FARIAS, Genilson de Azevedo. *Auta de Souza no espaço da imprensa e da literatura brasileira oitocentista*. In: Caravela: revista de literatura potiguar. Natal. Nov. de 2015. Ano 1. N. 1. p. 40-52.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Leituras de mulheres no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MUZART, Zahidé Lupinacci. *Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX*. In: FUNCK, Suzana Bórneo (Org.). *Trocando ideias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis, SC: EDEME, 1990. p. 64-70.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: 1890-1930*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 61-116.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na primeira República e o liberalismo oligárquico*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 89-120.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Raquel. *Pisando no “sexo frágil”*. Revista Nossa História. Ano 1, n. 3, Janeiro de 2004.

\_\_\_\_\_. *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

\_\_\_\_\_. *A conquista do espaço público*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 218-237.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

## **AS PAIXÕES POLÍTICAS, CIRCULAÇÃO DE TEXTOS E LEITORES PERIGOSOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Joelma Tito da Silva<sup>104</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Raymundo Nina Rodrigues – professor da Faculdade de Medicina da Bahia, leitor de Cesare Lombroso, Alexandre Lacassagne e Gabriel Tarde – publicou em 1899, na *Revista Brasileira*, um texto intitulado “O regicida Marcellino Bispo”, no qual analisou os crimes contra líderes políticos arquitetados através da confabulação entre dois indivíduos, do uso de jornais e da exacerbação das crenças místicas. Nesse estudo procurava demonstrar suas hipóteses acerca da natureza epidêmica da loucura coletiva que tem como embrião a associação entre duas pessoas, baseando-se nas discussões sobre as patologias da multidão travadas em fins do século XIX.

O caso utilizado como mote para o estudo foi o atentado articulado contra Prudente de Moraes que culminou com a morte de um Marechal e tornou “desgraçadamente” famoso o alagoano Marcellino Bispo de Mello, assaz leitor do jornal *O Jacobino*. Nina Rodrigues estabeleceu como problemática central de sua argumentação o alcance do poder de sugestão oferecido pela imprensa e por líderes carismáticos sobre indivíduos diagnosticados, por ele, como naturalmente propensos a desenvolver hábitos criminosos. O parecer do médico não estava desligado dos amplos dilemas sobre a sociedade brasileira vividos em fins do século XIX.

A agitação política e uma concepção autoritária de nação caracterizaram os anos iniciais da República, materializada na disputa pelo poder entre diferentes projetos políticos. Depois dos primeiros presidentes militares, a chefia da nação foi assumida pelo paulista Prudente de Moraes, membro do Partido Republicano Federal, eleito com o apoio dos cafeicultores. O primeiro governo civil que chegava ao poder depois de instalada a república viveu momentos conturbados e teve que lidar com os ataques oriundos de diferentes grupos. De forma concreta, sofria oposição dos “restauradores” monarquistas, para os quais a instabilidade experimentada pelo

---

<sup>104</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). E-mail: [joelma.tito@ifrn.edu.br](mailto:joelma.tito@ifrn.edu.br).

executivo poderia resultar na retomada do poder por militares. Enquanto isso, os chamados “jacobinos” desconfiavam do governo e acreditavam que sua fragilidade pudesse criar um ambiente propício para a atuação e vitória dos restauradores.

A ênfase no sucesso final da operação militar contra os moradores de Canudos (1897) ajudaria a desmobilizar as movimentações desses grupos, conferindo legitimidade ao governo de Prudente de Moraes. O atentado sofrido pelo presidente ofereceu as condições favoráveis para o fortalecimento do governo, possibilitando, inclusive, o decreto do estado de sítio no dia 12 de novembro (COSTA, 1999, p.396-7; GONES, 2008, p.290).

Nesse ambiente de disputa entre projetos de nação, Nina Rodrigues estudou o caso de regicídio, sempre buscando mostrar-se distante de qualquer móvel político, o seu parecer pretendia-se unicamente médico. Diante dessa constatação, pretendemos sugerir, neste pequeno ensaio, que se o fato político serviu de mote para o escrutínio médico, objetivando diagnosticar as causas concorrentes para o evento, no fundo, mal disfarçava as visões de mundo do cientista, claramente inclinado a reafirmar posicionamento político contrário às ações dos jacobinos, considerados radicais, e a legitimar a demarcação de diferenças profundas entre sujeitos civilizados, capazes de ação refletida e de apropriação ativa da leitura, e existências primitivas, incultas, caracterizadas pela passividade, cujo ingresso no mundo das letras ocorria de forma inautêntica e perigosa. Pessoas, enfim, incapazes de ascender à cidadania e movidos pela paixão. Eis o caso do alagoano, de origem indígena, antigo aluno da Escola Militar e anspeçada do Exército, que tinha o improvável hábito de ler jornais e escrever poesias.

## **O ATENTADO NOS JORNAIS**

De súbito, um tumulto irrompe durante a celebração militar organizada no Arsenal de Guerra para receber dois batalhões oriundos da campanha militar contra os seguidores de Conselheiro. O evento festivo, que teve lugar na capital da República em 5 de novembro de 1897, contava com a presença do presidente Prudente de Moraes, a quem interessava mostrar a força do governo civil frente às supostas ondas “restauradoras” da monarquia e a radicalização dos grupos florianistas (HERMANN, 1996, p. 104).

Durante a cerimônia de celebração dos feitos bélicos que arrasaram o arraial de Canudos – cujos resultados deveriam se transformar em exemplo da reação enérgica da República

vitoriosa frente aos grupos monarquistas – Marcelino Bispo avançou sobre o mais alto mandatário do país carregando uma garrucha em punho. Porém, a arma falhou e, em defesa do presidente, oficiais lançaram-se na direção do agressor com o objetivo de contê-lo e levá-lo preso. Na confusão, o ansejada acabou por ferir mortalmente, com um punhal, o Ministro de Guerra, Carlos Machado Bittencourt. Para Jaqueline Hermann, o atentado malogrado e a morte do ministro resultaram na transformação de Prudente de Moraes em herói e na desarticulação dos discursos radicais de oposição ao seu governo (*Idem*).

O evento ocorrido naquele dia 5 de novembro de 1897 ganharia rapidamente as páginas dos jornais, não somente da capital federal, mas, em diferentes Estados da República. O acompanhamento frenético evocava desde o espírito do nacional entristecido e enlutado, promovendo a imagem heroica do presidente, até as descrições mais pormenorizadas sobre os detalhes dos eventos decorrentes do atentado.

No dia do ataque, o jornal *A Notícia* publicou três edições consecutivas sobre o assunto, oferecendo, por um lado, informações de caráter policial (como a arma usada para cometer o crime, a descrição do corpo musculoso do homicida e do corpo ferido do marechal, a prisão de Deocleciano Martyr e a procura por um capitão honorário do exército que teria participado do plano) e, por outro, a cobertura emocional, com pormenores, sobre os desdobramentos do assassinato, especialmente em relação ao funeral de Bittencourt, referindo-se de forma dramática aos “gritos roucos, agudos e lancinantes” de uma vizinha histórica a romper o silêncio sepulcral, a “sala simples da família de hábitos modestos” e as vestes da viúva chorosa “trajando saia preta e corpinho cinzento, com tecido preto sobreposto”. Esta fazia, segundo o jornal, as seguintes exclamações de dor: “E ele não acreditava que tinha inimigos. Deixa onze filhos sem um tecto! Que vai ser de mim, meu Deus!?!...” (1897, p.4).

Cheio de pompas militares, o funeral seria acompanhado por uma comissão designada pela Câmara, composta por 21 deputados, entre eles o escritor e político Tavares de Lyra (*Idem*, p.1). Poucos dias depois do atentado, o *Diário de Notícias* de Belém do Gram-Pará (sic) apresentou informações telegrafadas e publicadas na imprensa descrevendo a imponência do funeral e estimando em 20.000 ou 40.000 o número de “homens” presentes no cortejo. Vale observar que, se em um jornal as figuras femininas foram apresentadas no espaço privado do lar (uma histórica e a outra em sofrimento), a participação no espaço público é condicionada a uma linguagem capaz

de tratar apenas dos “homens” enquanto povo. De qualquer modo, a presença da “massa popular” confirmaria, segundo a ótica do órgão de imprensa, o apoio do povo (homens) à prudente de Moraes:

O povo aproveitou o ensejo para glorificar o chefe da Nação, desagravando-o deste modo do vil e monstruoso atentado que pôz em risco a sua necessária existência. Esse facto mostra exuberantemente que o dr. Prudente de Moraes tem por si o apoio do paiz inteiro [...] (9 de novembro de 1897, p.1).

Os correligionários de Prudente de Moraes empregaram a imprensa, não somente como veículo de informação sobre o ocorrido, mas, igualmente, enquanto ferramenta política. Nesse caso, o texto jornalístico foi direcionado para articulação da ideia de “Nação” maiúscula e de povo homogêneo e pacífico, a apoiar incondicionalmente Prudente de Moraes. Curiosamente, na sequência do noticiário, o idílio de um povo imbuído do apaziguador espírito nacional foi colocado em dúvida quando o jornal reprovou os ataques cometidos contra órgãos da imprensa tais como *O Jacobino*, *República* e *Folha da Tarde*.

O *Jornal do Recife* apresentou aos seus leitores telegramas recebidos do Rio de Janeiro com a posição da imprensa no sentido de condenar “as violências havidas contra as redações dos jornaes que foram atacadas” e cobrar providências, qualificando os atos como “execrandas violências contra a liberdade” (9 de novembro 1897, p.2). Esse tipo de ação agressiva não era exatamente uma novidade, visto que em março daquele mesmo ano foram praticados ataques contra os órgãos da imprensa monarquista, tais como o *Liberdade*, *O Apóstolo* e a *Gazeta da Tarde*, além de *O Amazonas*.

Claramente, *O Diário...* encontrava-se alinhado ao governo, porém, não deixou de demonstrar sua insatisfação diante da situação envolvendo os seus congêneres, mesmo quando estes adotavam posições políticas diferentes. De certa forma, além da solidariedade corporativa, em todos os projetos políticos representados por estes jornais havia um consenso quanto à concepção autoritária sobre a sociedade brasileira e, não foi por acaso que se noticiou a situação como ocorrência isolada, promovida por “desvairados”.

Este episódio marginal, reprovado pela mídia, indica conflitos políticos além da oposição comum entre governistas e jacobinos, republicanos e monarquistas. Trata-se de uma multidão que não é plenamente controlável e incomoda as lógicas e a própria linguagem das disputas

políticas. Por isso, reserva-se para ela a margem como lugar. Uma vez isolada, é tratada como caso de polícia ou de medicina forense. Em outras palavras, o idílio do nacional implica em uma visão autoritária sobre o que, afinal de contas, entende-se como povo.

Quanto às investigações acerca do caso, apurou-se a existência de uma ampla conspiração para assassinar Prudente de Moraes e outros políticos ligados a ele, articulada desde março de 1897 entre militares de diversas patentes e políticos, inclusive com o indiciamento no processo do vice-presidente Manuel Vitorino. Este defendeu-se em um manifesto à nação, acusando o partido de sustentação ao governo de ter utilizado o atentado como manobra contra seus opositores. Segundo ele, as acusações eram infundadas e ganhou rapidamente as páginas dos jornais simpáticos à Prudente de Moraes:

Então os jornaes filiados ao partido dominante na capital e nos estados, encheram-se de boatos anonymos sob a forma de *telegramas* e *constas* ou de artigos miúdos, annunciando que os presos tinham feito confidências comprometedoras, que papeis importantes se tinham descoberto que revelavam a cumplicidade do Vice-Presidente (PEREIRA, 1898, p.1).

Manoel Vitorino acusou não apenas a imprensa, como também a polícia de participar de uma trama com o objetivo de denegrir sua imagem. Para ele, a tese presente no inquérito sobre a conspiração e seus agentes deveria ser confirmada a qualquer custo, levando-o a levantar suspeitas sobre as causas da morte de Macellino Bispo na prisão:

Transpareceu então que não tinha sido possível obter d'este declarações no sentido desejado e que uma execução summária, sem julgamento, no calabouço, impusera-se como o meio único de fazer calar a voz capaz de indicar os verdadeiros culpados e os inocentes. Escapavão, entretanto, á sagacidade dos agentes encarregados da sombria missão a circunstância de não ser evidentemente possível a um homem algemado fazer os preparativos de seu enforcamento, conforme se verifica do exame cadavérico (*Idem*, p.2-3).

Acusado de fazer parte de uma conspiração, Manuel Vitorino reagiu e devolveu a acusação ao governo, este agora suspeito violar direitos para tentar minar a oposição. Sobre essa questão, Jaqueline Hermann sugere que o alcance da conspiração foi supervalorizado pelo então presidente por meio de instrumentos como a mídia impressa, de maneira a exacerbar o perigo representado pelos conspiradores jacobinos, assim como já havia feito com os supostos

monarquistas de Canudos (HERMANN, 1996, p.104). Essa argumentação sobre o perigo do inimigo permitiu o presidente declarar o estado de sitio do território do Distrito Federal e da comarca de Niterói em 12 de novembro<sup>105</sup> (BARROS, 1898, p.3).

Como dissemos, nos dias seguintes, o atentado estampava as manchetes dos jornais brasileiros e a imprensa repercutia a versão oficial de que o ocorrido teria como vítima direta a estabilidade das instituições legitimadoras do governo civil de Prudente de Moraes. Em 06 de novembro de 1897 a Gazeta da Tarde falava em “surpresa e indignação” do povo brasileiro, sugerindo a união de “todas as classes sociais” no sentimento de luto pela morte de Bittencourt.

Esse tipo de notícia explicita a utilização da imprensa pelo governo e por seus partidários com o objetivo de combater os grupos opositores através da exploração de narrativas que apelam para a empatia em relação ao presidente, a indignação e as paixões. Entretanto, para Nina Rodrigues a máquina jornalística não teria papel decisivo apenas na divulgação do ocorrido, mas, igualmente, em sua gestação. Através da circulação de jornais certas ideias, consideradas extremadas pelo médico, alcançariam com facilidade um público egresso do mundo dos não leitores.

### **O DIAGNÓSTICO: O DEGENERADO INFERIOR E UM PROPAGANDISTA MAQUIAVÉLICO**

No diagnóstico acerca do estado de saúde mental do agressor, Nina Rodrigues apresentava o homem responsável pelo atentado à Prudente de Moraes como um jovem de 22 anos, cujo ato, cometido em pleno ritual de celebração da república vitoriosa diante dos alegados últimos redutos da monarquia, fora arquitetado pela influência de um “violento propagandista”. Sugestionado, Bispo converteu-se “no mais inconsciente instrumento do crime”.

O caso de Marcellino Bispo transformava-se em objeto de curiosidade médica e conferia a seus atos indício inequívoco de comportamento patológico, comum a um “degenerado inferior” que funcionou como massa de manobra para os planos golpistas do meticuloso Deocleciano Martyr, um Florianista radical, ex-integrante do Batalhão Tiradentes, presidente do Clube dos Jacobinos e do Partido Jacobino, publicava suas ideias em um pequeno jornal, alcunhado de *O Jacobino*, do qual foi criador e exercia a função de redator-chefe.

---

<sup>105</sup> Decreto Legislativo n.456.



O impresso colocava em circulação as propostas e as bandeiras de luta de um grupo radical de composição diversa, cuja maioria dos participantes era oriunda dos setores militares, embora contasse com o apoio de intelectuais e políticos ligados às oligarquias estaduais (*Idem*, p.97).

Para Nina Rodrigues, a leitura de *O Jacobino* alimentou o fanatismo inerente de Bispo em torno dos projetos políticos de setores do Exército, crentes na existência de uma missão dos militares para a nação, qualificada pelo médico como “falsa ou exagerada”. Posicionando-se contra os “jacobinos”, Nina Rodrigues concluía que as proposições desse grupo político, de atuação efetiva no Rio de Janeiro, foram passivamente incorporadas pelo “degenerado hereditário”, mestiço de índios do antigo aldeamento Urucu, situado em Alagoas”. A descrição dos médicos da polícia designados para avaliarem Bispo na prisão diferia ligeiramente daquela oferecida por Nina Rodrigues. Para estes, o prisioneiro era um homem de: “estatura mediana, pardo, quase branco, de dentes alvíssimos e musculatura vigorosa” (GAZETA DA TARDE, novembro de 1897, p.1). O sujeito “quase branco” descrito no relato médico-policial era de ascendência indígena, herança ressaltada por Nina Rodrigues para provar, de forma causal, a predisposição de Bispo à sugestão.

Além disso, em análise das fotografias e gravuras nas quais aparecia o assassino suicida, o médico apontava um indício de que fora Bispo, essencialmente, um degenerado: a proeminência de sua mandíbula. Segundo o universo de análise de Nina Rodrigues, um dos estigmas físicos indicadores da predisposição criminosa ou mórbida. O impulso classificatório lançava Nina Rodrigues ao esquema elaborado por E. Régis para definir as características dos “regicidas” típicos, através da regularidade de comportamentos patológicos e estigmas degenerados condicionantes da ação criminosa e violenta. Estaria, então, Bispo encaixado nesta categoria por critérios de idade e por laços hereditários. A natureza psíquica degenerada se expressaria, dessa forma, pelos seguintes elementos:

- Desequilíbrio mental: Bispo seria, antes de tudo, um fraco;
- Instabilidade doentia: Sempre em fuga, deixou a casa em Muricy/AL aos 15 anos e não se fixava em trabalhos e lugares. Chegou ao Rio de Janeiro em 1896, um ano antes do crime;
- Misticismo exacerbado e disposição para executar o atentado, cujo epílogo fora o suicídio do assassino.

Nina Rodrigues considerava Marcellino Bispo um degenerado inato, predisposto à exaltação mística e que, em “sua preferência pela carreira militar” localizava-se o “germen da orientação para o fanatismo pelo exército e pelo marechal Floriano”. Era, enfim, um sujeito passivo à sugestão jornalística com “tendências sonhadoras e poéticas” (NINA RODRIGUES, 1939, p.178). O leitor – diagnosticado pelo crivo do médico como degenerado – seria portador de uma personalidade passiva e súcuba. Bispo foi descrito, dessa forma, enquanto femininamente predisposto a constituir-se em “prisioneiro moral do primeiro aventureiro”. Nas palavras de Nina Rodrigues, Bispo possuía:

Inteligência acanhada, instrução rudimentar, affectividade mórbida que lhe abria o coração a todas as suggestões em que entrasse uma solicitação de aparência generosa aos seus ideais confusos de grandeza pátria, facilmente convertido pelo ambiente em um fanático do marechal Floriano, e possuindo toda a violência agressiva de um degenerado e hereditário, estava ele admiravelmente talhado para se constituir prisioneiro moral do primeiros aventureiro de habilidade e sem escrúpulos, que delle quizesse fazer um instrumento perigoso explorando essas tendências sentimentais (*Idem*, p.168).

Nina Rodrigues julgava que, enquanto Bispo agia como um súcubo criminoso de comportamento mental passivo, frágil, ascendente e facilmente manipulável, propenso ao fanatismo, Deocleciano Martyr, também classificado como criminoso e degenerado, ocupava posição de íncubo. Teria personalidade dominante e era a representação do sujeito patológico ativo, de personalidade masculina e destituída de escrúpulos, conhecedor das artimanhas da manipulação. O médico o adjetivava como “inteligente” e “astuto”, concluindo que Martyr teria aproveitado habilmente a conturbada fase política que agitava o “espírito público” para fazer valer seus ideais exaltados e sua convicção sobre o papel dos militares na salvação pública. Nessa chave de leitura, ele seria capaz de mobilizar esperanças, explorar o entusiasmo da “mocidade das escolas civis e militares”, de animar os degenerados como Marcellino Bispo. Diocleciano Martyr teria, enfim, pleiteado “a chefia dos sentimentos florianistas, fazendo tudo para desvirtual-os, convertendo-os numa seita intolerante” e utilizado o jornal por ele editado como instrumento político para arregimentar adeptos à sua causa (*Idem*, p.167-8).

O *Jacobino* disseminaria ideias consideradas perigosas a um público manipulável, composto por jovens exaltados e homens degenerados que, por ventura soubessem ler. O hábito

da leitura de jornais foi destacado pelos policiais responsáveis pelo interrogatório de Bispo na cadeia. Frequentando o mundo da leitura fluída dos jornais, o preso se dizia inocente e revelava, segundo a polícia, “alguma inteligência, rebatendo com argumentos certas objecções que fazem as suas negativas” (GAZETA DA TARDE, novembro de 1897, p.1).

Bispo aparece em Nina Rodrigues como um receptor facilmente seduzível por ideias sentimentais transformadas em texto panfletário. Leitores perigosos, seduzíveis por estímulos vários, de cérebros acanhados, de mentes débeis, de compreensão inautêntica, indivíduos sem qualidade que, uma vez colocados frente à multiplicidade de excitações textuais e imagéticas, representavam um perigo para as elites tradicionais e para a paternal crítica social, angustiadas diante da proliferação de leitores que reconfiguravam o texto de formas inéditas. Para Jacques Rancière esse debate foi fortemente articulado no final do século XIX com o objetivo de identificar a natureza da recepção e apropriação de textos no contexto de proliferação dos leitores não ideais de origem, de corpo, enfim, de lugar totalmente opostos à representação de uma elite letrada (RANCIÈRE, 2010, p.50). Marcelino Bispo nos aparece aqui como uma dessas ameaças.

O perigo da leitura patológica e desvairada através dos romances fora ressaltada pelo médico Pedro Napoleão Chernoviz (PINHEIRO FILHO, 2014, p.98). Tal como os leitores perigosos entravam em contato com os romances que se espalhavam pelos folhetins em periódicos, o Marcellino descrito por Nina Rodrigues encontrara estímulo na leitura dos jornais, e os lia como uma figura deformada, vinda do mundo dos não-leitores, passivo, ingênuo, manipulável pelas letras redondas, incapaz de ação refletida.

Para Nina Rodrigues, a presença estimulante do mundo das letras diferia o caso de Marcellino Bispo daquela ocorrida com a disseminação epidêmica do delírio nas multidões, como teria ocorrido em Canudos, no qual os líderes carismáticos e vesânicos sugestionam séquitos de fanáticos iletrados em peregrinações, jejuns, formavam sociedades com Leis particulares etc. No âmbito dos crimes políticos, a disseminação de ideias peregrinava com as páginas impressas, com a escrita, com a letra, influenciando leitores atavicamente delirantes. Sobre a produção e o consumo das páginas impressas no jornal carioca, Nina Rodrigues não tergiversava e concluía: “Pois bem, O Jacobino de Deocleciano Martyr tinha seu público, todo indicado pela grande lei da segregação social: era escrito para os Marcellinos Bispos”. A predisposição físico-hereditária

associava-se, assim, às questões propriamente sociais a colocar na obscuridade uma massa de pessoas segregadas. Nestas condições, não fora difícil para o redator-chefe do jornal, radical opositor ao governo civil de Prudente de Moraes, mobilizar um público conhecido e segregado. Para alcançá-lo bastava navegar pelo mundo das palavras comuns e sentimentais, de forma a adaptar a linguagem de seu jornal para falar às mentes frágeis, atingir-lhes por meio de palavras de ordem e termos vulgares.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nina Rodrigues propunha que a crença nas afirmações impressas e nas “letras redondas” implicava na existência de um público/leitor natural e socialmente passivo, manipulável de tal forma a absorver as ideias marcadas nas páginas intencionalmente projetadas pelo redator. Nesta interpretação, o consumidor do texto possui como referências anteriores apenas sua existência crédula nas forças sobrenaturais, utilizada como campo aberto para a nova veneração. A declaração atribuída à Bispo na prisão ao ser interrogado, na qual afirmava ser a sua religião a “do Marechal Floriano”, servia para confirmar esta assertiva e reforçava, ainda mais, nos meios políticos a figura heroica de Prudente de Moraes.

Em tempo, através do artigo sobre o conhecido caso Nina Rodrigues pretendia oferecer um diagnóstico legitimado pela neutralidade científica através da associação entre pressupostos das teorias biológicas e da sociologia das multidões, em circulação no final do século XIX. Porém, o texto científico estava carregado por um projeto político autoritário, a partir da qual colocava-se em suspeição as razões mobilizadoras da ação política de indivíduos socialmente segregados, legíveis a penas a partir da linguagem policialesca e do escrutínio da medicina legal.

### **REFERÊNCIAS**

A NOTÍCIA. Rio de Janeiro, ano IV, n. 263, 2/3. ed. 5 de nov/1897.

BARROS, Prudente J. de Moraes. **Mensagem dirigida ao Congresso Nacional**: As medidas tomadas durante o estado de sítio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, ano XVIII, n.249, p.1, 9 de nov/1897.

GONES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 290, jul-dez. 2008.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.15, p.1, nov/1897.

HERMANN, Jaqueline. Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. *Tempo*, Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, p.104, 1996.

JORNAL DE RECIFE. Recife, ano XL 281, p. 2. 9 de nov/1897.

PEREIRA, Manuel Vitorino. **Manifesto à Nação**. Bahia: Tipografia e Encadernação Empresa Ed., 1898.

PINHEIRO FILHO, José Humberto Carneiro. **Um lugar para o tempo dos letrados: leituras, leitores e a Biblioteca Provincial do Ceará na segunda metade do século XIX**. (Dissertação). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014.

NINA RODRIGUES, Raymundo. **As colectividades anormaes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

RANCIÈRE, Jacques. **El espectador emancipado**. Buenos Aires: Manantial, 2010.

## **EXAME DE TOQUE: O CORPO COMO CULTURA E EXPERIÊNCIA ANALISADO A PARTIR DE MAURICE MERLEAU-PONTY**

André Luiz Abrantes Oliveira<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos há uma profícua discursão sobre a saúde sobretudo, no que tange a saúde do homem Gomes (2003), estudos nos mostram que a população masculina procura com pouca frequência os sistemas de saúde para o tratamento de rotina de sua saúde, quase sempre a procura se dá através de uma necessidade, de uma busca de um tratamento quando está relacionado com uma enfermidade que esteja atrelada há uma prática de trabalho. Os estudos de Maurice Merleau-Ponty, sobre o corpo principalmente na obra fenomenologia da percepção (publicada em 1945), será de base para as nossas reflexões para o tema proposto, nessa obra o corpo é representado como um instrumento da relação do homem e sua consciência, o corpo é a extensão dos sentidos, e nessa relação dual, podemos compreender que a subjetividade do homem, no que ele define-se como macho, viril e intocável está relacionada com a sua sexualidade, onde o corpo é a extensão dos sentidos, dessa forma para que compreendamos a doença ou percepção que os sujeitos tem dela, as reflexões de Merleau-Ponty, são esclarecedoras. Estudos que abordam a saúde do homem no que tange a perspectiva antropológica da doença e o cuidado de si, bem como as narrativas sobre a doença do câncer de próstata pelos sujeitos portadores é pouco discutido na literatura. A necessidade de analisar as narrativas sobre a saúde do homem no que tange o câncer de próstata no VI colóquio nacional história cultural e sensibilidades de 2016, se dá pela necessidade de fomentarmos discursões, acerca do homem nordestino e sua subjetividade. A temática presente surge da nossa pesquisa de mestrado sobre as políticas públicas de saúde do homem do campo, no mestrado acadêmico em Planejamento E Dinâmicas Territoriais No Semiárido PLANDITES/UERN. Utilizaremos a fenomenologia, como perspectiva teórica para que tenhamos uma análise mais qualitativa do estudo em questão. A intenção inicial é analisar como os agentes de saúde abordam os homens, no sentido de esclarecerem e orientarem esses indivíduos para procurarem os postos de saúde para o trato e diagnóstico de câncer de próstata, bem como através de suas falas, compreender a percepção que

---

<sup>1</sup> Mestrando Em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientador: Prof. Dr. Bertulino Jose de Sousa. E-mail: [andreabran2010@hotmail.com](mailto:andreabran2010@hotmail.com).

estes tem sobre a doença. Por dois meses entrevistamos esses gentes e diante das conversas percebemos que era complicado conversar sobre a doença com tais sujeitos da sua área de atuação, uma vez que para estes já existe uma cultura enraizada onde procurar postos de saúde é coisa de mulher, sendo que em se tratando de exame de toque, na detecção do câncer de próstata, permeia-se uma descrença no que tange a mentalidade desses indivíduos.

## **A IDENTIDADE EM QUESTÃO**

O conceito de identidade está sendo discutido com muita ênfase nas ciências sociais, para uma primeira aproximação a identidade é aquilo que se é, como o indivíduo se reconhece enquanto sujeito, esse reconhecimento de si implica uma análise categórica de um inverso, ou seja, ao se identificar enquanto sujeito este se mantém preso à uma relação muito estrita com a diferença, ao passo em que ao me identificar como homem, como trabalhador, como sujeito honesto, eu ao mesmo tempo me diferencio de sujeitos que se enquadram naquilo que categorizo, sendo assim o princípio da identidade é a diferença, diante disso podemos perceber que:

A conceitualização da identidade envolve o exame dos sistemas classificatórios que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas; por exemplo, ela é dividida em ao menos dois grupos em oposição – “nós e eles”. (WOODWARD, 2009 p, 14)

Essa análise dicotômica e separatista da identidade só pode ser compreendida a partir das representações que os sujeitos fazem de si e sobre os outros, a representação é uma categoria relevante para a compreensão de como a identidade ela é construída, estabelecendo assim sua relevância tanto no que caracteriza identidade individual quanto identidade coletiva, para análise de uma compreensão de quem é o indivíduo, de como ele se vê no mundo e quais anseios, em que este quer ser, ou se transformar, diante disso podemos depreender que as identidades estão ligadas a diversos atributos culturais, por mais que a cultura e a identidade sejam ligadas, estas são extremamente diferentes no seus conceitos onde “a cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular ou até modificar uma cultura” (CUCHE, 2002, p, 176). O processo de construção da identidade cultural, é fluida e complexa, ao mesmo tempo que ela opera no sentido de construir uma cultura está à reinventa, negocia e se desconstrói. A identidade está ligada por processos em que cada sujeito é



impelido a se mover e se deslocar de um ponto de origem fixo, as identidades são fluidas e são construídas pela coletividade, a fluidez da identidade está ligado ao processo da modernidade onde a falta de apego, e as transformações sociais, fazem com que a identidade tenha esse caráter líquido, sem consistência. Em essência assumimos várias identidades ao longo do tempo e somos compelidos a todo instante negocia-la e renegocia-la seja no âmbito do reconhecer enquanto processo de identificação ou no processo de pertencimento relacionados ao apego a comunidade, sobre a liquidez da identidade e do pertencimento (BAUMAN, 2005, p. 17,18) nos mostra que:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos por toda a vida, são bastantes negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras a idéia de ter uma “identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa.

A identidade, em especial a identidade nacional, não tem mais a força catalisadora de unir os indivíduos numa causa sólida e coesa, dentro dessa conjuntura a globalização faz com que as identidades sempre estejam construindo e se reconstruindo, sugerindo um total desapego com aquilo que se torna fixo coeso e homogêneo, as identidades flutuam no ar, e esta aí para quem quiser se apoderar de seus estilos e modos ser e de se identificar. Dessa forma os conceitos de identidade está correlato com o de subjetividade.

O conceito de subjetividade é extensamente discutido nas ciências humanas em especial na filosofia e na psicologia social, de maneira mais concisa nas obras de Foucault (2006), Sartre (2015), Guattari (1996), Rey (2011). A identidade e a subjetividade são termos que se relacionam entre si, a Priore subjetividade é entendida como um auto reconhecimento que o sujeito tem de si, e que por mais que esse reconhecimento seja único e individual do sujeito este se relaciona com o mundo, para o desenvolvimento da subjetividade é necessário que haja a relação interior e exterior, ou seja, a sociedade influência e molda as relações e as formas de agir e pensar e estes são compelidos a se ajustar a ela, cada sociedade estabelece e garante condições para a produção da identidade e da subjetividade. A subjetividade como afirma (WOODWARD, 2009, p.55)

Sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre quem nós somos. A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos a nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual adotamos uma identidade... O conceito de subjetividade permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade.

A subjetividade está marcada por relações entre a individualidade do sujeito e as forças externas, como a sociedade que molda o sujeito e o influencia a tomar posicionamentos e a fazer escolhas, molda a identidade. “Toda a subjetividade configura-se portanto, a partir do, com o e no universo do grupo ou classe. E esse universo plasma no existir do outro, em confronto ou complementação” (BACCEGA, 2007, p. 24). A influência externa na construção da subjetividade é construída dessa relação do eu com o outro, das dimensões das relações sociais.

## **MUTAÇÕES DO CORPO**

Os estudos de Irving Goffman acerca da identidade e da representação que o sujeito faz de si mesmo, são atuais e esclarecedores para entendermos a relação sujeito, identidade e subjetividade, bem como as relações entre o “eu” consciente de si, e a relação de como esse “eu” emerge no cotidiano, este nos mostra que “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença continua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre este alguma influência” (GOFFMAN, 1985, p. 29). Para este autor as identidades individuais do sujeito são construções biográficas e que entram em contraste com uma multiplicidade de identidades e de subjetividades, que são negociadas com as identidades sociais e de ego.

Pensar sobre a saúde do homem no que tange o diagnóstico do câncer de próstata é pensar que a cura dessa doença passa por um processo de detecção da mesma, onde o diagnóstico considerado de maior eficácia é o toque no ânus do paciente. Pensar o processo de cura a partir de um toque no ânus, causa estranheza por aqueles que na sua subjetividade é o reduto mais íntimo do ser, o ânus assim como o pênis são símbolos de masculinidades

Essa carga simbólica de uma desconstrução da sexualidade masculinidade pelo exame de toque acaba se tornando um atributo de grande desonra na vida do sujeito, o sujeito no olhar do outro se deteriora e se inferioriza a partir de categorias de análise, o sujeito se torna estigmatizado, para Irving Goffman:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso. (GOFFMAN, 2008, p.6)

A imagem do sujeito estigmatizado é sempre um olhar daquele que vê este como anormal, feio e incapaz onde o processo do estigmatizado não ocorre devido a existência do sujeito mas principalmente da relação de atributos e estereótipos, dessa forma a identidade do sujeito é manipulada e desconstruída pelo olhar do outro. O estigma se torna um termo depreciativo, definidor de quem é o sujeito pelo o olhar do outro. Dessa forma em se tratando de toque no reto como medida necessária para o diagnóstico do câncer, o sujeito não toca apenas no canal do reto mas sim na masculinidade, no simbólico, e esses aspectos simbólicos são em grande parte um entrave no diagnóstico, que segundo Romeu Gomes.

Independentemente da polêmica quanto a sua eficácia, a discussão não pode desconsiderar aspectos simbólicos que interferem diretamente na decisão de realizar exame/diagnóstico, criando barreiras para a maioria dos homens, uma vez que o toque retal pode ser visto como uma violação ou um comprometimento da masculinidade (GOMES, 2008, P 1976).

Dessa forma o medo no que se refere a perda da masculinidade por parte do exame de toque, de uma grande parte dos sujeitos é um entrave, é uma arranhadura da subjetividade do sujeito, essa conduta traz consigo prejuízos para a saúde do homem, discutir sobre o câncer de próstata é compreender para além do significado de masculinidades bem como seus significados e atributos culturais, mas também discutir os estigmas e os estereótipos que acarreta essas práticas. Dessa forma as masculinidades como sinônimos de poder e virilidade, negam tudo que é vulnerável e fraco, essa fraqueza se encontra no lado oposto do que é ser homem, se encontra no feminino, compreender a sexualidade masculina é compreender a relação que este tem com o feminino, daí as relações estão personificadas numa cadeia oposta, as relações de gênero

emergem com força abrupta e são necessárias para que possamos entender e compreender uma cultura machista.

A relação homem versus mulher ainda permeia o cotidiano e as relações sociais dos indivíduos, bem como as relações de gênero impera nesse sentido dentro de uma perspectiva relacional do sexo, com isso impera o conceito de sobreposição e dominação e principalmente dominação simbólica, Pierre Bourdieu foi um dos grandes sociólogos a tratar da discussão sobre a dominação simbólica em que o masculino tem forte influência sobre o outro sexo, para este autor a dominação se inscreve numa característica não só do aceitável mas também do natural, onde , “a força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física.” (BOURDIEU, 2009, p. 50). Diante disso o simbólico representa uma força poderosa no mundo da cultura e dos processos sociais, onde o sujeito legitima e define aquilo que ele é partir de um dizível que o sujeito faz de si e que os outros o reafirmam, ser homem nessa concepção é esta na pirâmide das relações sociais.

O simbólico se materializa em um espaço imaginário porém materializado por algo real que reflete esse imaginário, na estrutura dos corpos o falo representa a masculinidade enquanto que a bunda representa a feminilidade do sujeito. No artigo de Roberto da Matta “tem pente ai”? ele nos mostra que a sexualidade masculina estava ligada a “resistência” da brincadeira do sujeito ao tocar na bunda do outro agir com naturalidade ao toque ao ser tocado, pois qualquer sinal de espanto o sujeito poderia ser detectado como não sendo um homem de verdade.

O sofrimento psíquico no que tange o câncer de próstata está de maneira muito imbricada na trama das relações saúde/doença X experiência, onde o contato, a penetração no corpo, o pudor impera frente ao médico e a sociedade. A doença como o câncer de próstata tem nessa conjuntura uma grande visibilidade por parte da política pública de saúde, por se tornar um câncer muito comum entre os homens e as campanhas de saúde trabalham na promoção em saúde, com vistas a esclarecer a doença, haja vista que a campanha novembro azul, que é uma política pública que se dá no mês de novembro com essa finalidade. Mas as imagens que se dão relacionada com essa experiência bem como o fenômeno da doença em si, não é apenas corriqueiro sobre campanhas que afirmam e reafirmam a importância do toque, nem muito

menos o sujeito que tem a propriedade da palavra pra dizer a verdade como nos salienta Foucault. Vai além das explicações onde:

Ao contrário, precisam de imagens fornecidas pelo seu meio sociocultural, o que significa dizer que para que as pessoas possam entender suas doenças, não lhes basta somente conhecer os agentes causadores, através das mais modernas técnicas de diagnóstico. Assim a experiência da doença não se resume ao sucesso ou insucesso desta ou daquela forma de diagnóstico ou tratamento, mas sobretudo retrata parte do mundo social daqueles que a vivenciam. (CAROSO; RODRIGUES; FILHO, 2004, p. 145)

Dessa forma o ambiente no qual o sujeito se insere determina sua forma de pensar, e agir no mundo, o mundo se torna exterior e interior a nós mesmos, são esses confrontos que dão significado a existência, dessa forma o corpo em geral se torna produtor de sentido. Dessa forma a subjetividade toma a experiência para si reagindo efeitos sociais e individuais dessa forma para esses efeitos sociais são “sempre uma produção subjetiva relacionadas as ações, relações e preferencias que definem em seu inter-relacionamento a forma que vivemos” (REY, 2011, p. 40), essa produção da subjetividade está muito ancorada na dimensão simbólica, nos modos de ser e viver no mundo enfim, nos modos de vida, para esse autor a vida está relacionada com a naturalização do pensamento “onde toda a configuração subjetiva da pessoa, a subjetividade individual e social aparecem nos sentidos subjetivos das configurações dos atos e processos que definem o nosso modo de vida. (REY, 2011 p. 41). Desta forma a subjetividade não se encontra delimitada na existência individual ou pessoal, o corpo é modelado por uma dimensão social. O sujeito sendo entendido enquanto membro de uma cultura, seu corpo pode ser pensado como um conjunto de experiências vividas, dessa forma podemos entender que o corpo sofre mutações não só pelo tempo mas pelo olhar e pelos discursos. A discursão sobre a experiência e o corpo é bastante discutida na obra de Merleau-Ponty, pois este discute o conceito de subjetividade como um sistema de representações onde as obras como fenomenologia da percepção e o visível e o invisível, são chaves para a discursão o do conceito de representatividade, para este o conceito de corpo não deve ser tratado fora dos conceitos de representação para este autor o corpo resinifica o sujeito onde:

Não é o sujeito epistemológico que efetua a síntese, é o corpo; quando sai de sua dispersão, se ordena, se dirige por todos os meios para um termo único de seu movimento, e quando, pelo fenômeno da sinergia, uma intenção única se concebe nele. (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 312)

Dessa forma o corpo produz significados a medida que reage ao que é exterior a ele, o corpo é sensação, é identificação e representação, bem como os sujeitos se auto imaginam e como é imaginado no cosmo, o corpo cria a consciência de si, sendo que desse modo para esse autor:

O sujeito da percepção permanecerá ignorado enquanto não soubermos evitar a alternativa entre o naturante e o naturado, entre a sensação enquanto estado de consciência e enquanto consciência de um estado, entre a existência em si e a existência para si. Retornemos então à sensação e observemo-la de tão perto que ela nos ensine a relação viva daquele que percebe (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 281)

Para este autor o corpo se reconhece e se representa no mundo dessa maneira, por bem como por uma antecipação de uma consciência de estado e que não é um estado de consciência. O mundo percebido aparece para o sujeito da percepção, o que percebe com o seu corpo próprio, aparecerá para aquele que percebe com o seu mundo dessa forma a subjetividade está relacionado com o mundo, ele não é não se separa de maneira constante, o subjetivo não é um “eu interior”, pois que, ele é o entrelaçamento do sujeito com o mundo ou com o seu ser-no-mundo.

## **VOZES DESCRENTES**

ENTREVISTADO 1 “É muito difícil pôr na cabeça de um homem principalmente aquele que não tem muito estudo em fazer com que este procure um posto de saúde”

ENTREVISTADO 2 “uma das grandes dificuldades que encontro mais é a não aceitação de algumas pessoas da minha área, em não fazer o exame de toque, pois acreditam que é coisa de mulher, que o amigo vai rir da minha cara, que o dedo do anus nem pensar.”

ENREVISTADO 3: “Rapaz é meio complicado, primeiro é que se existe uma política pública voltada para esses sujeitos que abordem de uma maneira educativa e esclarecedora, eles ainda vão continuar tendo essa imagem negativa”.

ENTREVISTADO 4: “O paciente da minha área disse que prefere morrer!” ai quando houver uma campanha, como eu poderei convencer este sujeito a procurar fazer o exame para detecção”.

Pelas vozes acima podemos compreender que a população masculina tem um preconceito por parte do exame de toque pois este representa um ferimento a sua subjetividade, das cinco vozes analisadas acima podemos perceber como os agentes de saúde veem as ações voltadas para a saúde masculina no que tange ao câncer de próstata, há um receio por parte da população em submeter ao exame de toque.

### **CONSIDERAÇÕES**

De acordo com nossas impressões a identidade masculina do sujeito, esta atravessada por um discurso falocêntrico, dessa forma a saúde masculina é permeada por práticas culturais, a pouca procura aos postos de saúde faz com compreendamos essa característica permeada por uma subjetividade calcada numa masculinidade, em se tratando do câncer de próstata, o meio eficaz para a detecção da doença é o exame de toque, porem os homens não ligam para o trato ou a prevenção da doença devido a crença de que a doença não chega neles, que estão imunes. O corpo não é considerado como um instrumento de uso, mas também como um instrumento simbólico de definição do ser. E a masculinidade e está atrelada ao simbólico e esse é representativo para o sujeito, sendo que o exame de toque se revela como o avesso ao ser homem, se refere ao ser mulher.

### **REFERÊNCIAS**

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso: história e literatura**. 2. Ed.- São Paulo: Ática, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CAROSO, Carlos; RODRIGUES, Núbia; FILHO; Noamar Almeida. **“Nem tudo na vida tem explicação”**: exploração sobre causas de doenças e seus significados. In:



CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: EDUSC, 2002

DA MATTA, Roberto. **Tem Pente Aí? Reflexões sobre a Identidade Masculina**. Revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ Volume 9, número 1, agosto 2010

GOFFMAN, Irving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985. GOMES, Romeu. **As arranhaduras da masculinidade: uma discussão sobre o toque retal como medida de prevenção do câncer prostático**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(6):1975-1984, 2008.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 94.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENDES, José Manuel Oliveira. **O desafio das identidades**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. – 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

REY, Fernando González. **Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia**. São Paulo: Cortez, 2011.

SARTRE, Jean Paul. **O que é a subjetividade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu Da. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

## O PESCADOR BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1920 NA PERSPECTIVA DA MISSÃO DO CRUZADOR AUXILIAR “JOSÉ BONIFÁCIO”

Raimundo Pereira Alencar Arrais<sup>2</sup>

Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho<sup>3</sup>

A atividade da pesca é antiga e constitui, até hoje, a base alimentar de diversos grupos humanos. No Brasil, durante a segunda metade do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, o Estado mostrou-se preocupado com a participação estrangeira nos assuntos da pesca.

Em função disso, em 1903, no governo de Rodrigues Alves, o ministro da Marinha organizou um projeto que estabelecia a regulamentação da pesca. O foco do projeto era proteger os recursos pesqueiros brasileiros da presença estrangeira, tendo como objetivo declarado beneficiar os pescadores nacionais.

Este artigo pretende, de modo introdutório, analisar o discurso referente ao corpo do pescador brasileiro, a partir da missão do cruzador auxiliar José Bonifácio, uma campanha militar organizada pela Marinha de Guerra ao longo de quatro anos, de 1919 a 1923. A missão tinha como objetivo principal transformar os pescadores em reserva para a Marinha de Guerra. Mas havia outros objetivos: a nacionalização da pesca, o saneamento do litoral e a fundação de colônias de pescadores.

A Marinha de Guerra, entre os anos de 1919 e 1923, organizou uma campanha que percorreu a costa brasileira, do extremo norte ao sul do país, tendo como alvo os pescadores. Seu objeto declarado era converter os pescadores do alto mar e de áreas ribeirinhas em reserva militar sob o controle da Marinha. A campanha foi o ponto máximo de uma mudança administrativa em que a competência dos assuntos de pesca saiu do ministério da agricultura e passou para o ministério da Marinha.

---

<sup>2</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: raimundoarrais@ymail.com.

<sup>3</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN). Orientador: Prof. Raimundo Pereira Alencar Arrais – Departamento de História (UFRN). E-mail: giovannibentes@yahoo.com.br

O programa da campanha foi organizado pelo almirante Antônio Coutinho Gomes Pereira, Ministro da Marinha, em 1919. A Missão do cruzador auxiliar José Bonifácio, como ficou conhecida a campanha, foi encabeçada pelo comandante Frederico Villar, na época capitão de corveta, que vinha se dedicando por longo período aos assuntos relativos à atividade pesqueira no Brasil.

Não era nova a intenção de converter os pescadores em reserva da Marinha de Guerra e de nacionalizar a pesca. O projeto já havia sido proposto pelo almirante Júlio Cesar de Noronha, em 1903, como uma tentativa de regulamentar a atividade. Naquele projeto, a comissão organizadora fixara seis pontos centrais no documento que seria submetido ao exame do presidente da República em exercício, Rodrigues Alves.

As metas eram o desenvolvimento da indústria da pesca, a criação de facilidades para o livre exercício da profissão do pescador, a proteção dos recursos pesqueiros (fauna e flora), a fiscalização das medidas adotadas anteriormente e a transformação da “classe dos pescadores” num “viveiro da marinhagem da Armada Nacional”<sup>4</sup>.

O projeto de 1903 não revelava preocupação com questões de saúde dos pescadores. O foco era, nas próprias palavras do ministro da Marinha, a nacionalização da pesca e o desenvolvimento da indústria pesqueira<sup>5</sup>. Para isso, estava previsto que a participação do estrangeiro na atividade pesqueira seria limitada, reservando-se ao pescador nacional a exploração das possíveis riquezas do mar brasileiro. A preocupação, naquele momento, estava voltada para o desenvolvimento econômico do país, embora a questão da defesa nacional fosse mencionada.

De fato, prosseguia o ministro em seu relatório, os pescadores deveriam formar um “suprimento para os corpos de Marinha”. A educação do marinheiro deveria começar logo nos primeiros anos de vida, de modo que, ao final, o “hábito da vida no mar seja nelle uma segunda natureza.” Para a Marinha, a pesca era essa fonte de homens afeitos na vida do mar, capacitados e necessários para o preenchimento de seus quadros.

---

<sup>4</sup> PROJETO DE REGULAMENTAÇÃO DA PESCA. *Relatório do Ministro da Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1904, Anexo c., p. 3.

<sup>5</sup> BRASIL. *Relatório do Ministerio da Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1904, p. 106.

É importante lembrar que, nesse mesmo período, a Marinha estava passando por um processo de reaparelhamento naval. A frente desse processo estava o ministro Júlio Cesar de Noronha e posteriormente, em 1906, o também ministro da Marinha, Alexandrino de Alencar.

Além da necessidade de incorporar novas unidades para compor a esquadra da Marinha de Guerra, apontada nos projetos de reaparelhamento naval de 1904 e 1906, uma parte dos oficiais estava convencida da necessidade de renovação e incorporação na Marinha de pessoal qualificado (MARTINS, 2010).

A Missão do cruzador José Bonifácio colocou em prática as propostas do projeto de regulamentação da pesca, ou seja, nacionalizar a pesca e utilizar o pescador como reserva militar da nação, e foi além, adotando medidas sanitárias nas colônias dos pescadores como um dos pontos básicos de seu programa.

O cruzador José Bonifácio partiu do porto do Rio de Janeiro, no dia 13 de outubro de 1919, em direção ao norte. Levava a bordo o médico Othon Moura, oficial primeiro-tenente da Marinha, responsável pela assistência médica. Moura organizou alguns conselhos sobre questões higiênicas<sup>6</sup>. Esses conselhos se relacionavam à higiene do corpo, nutrição e cuidados com o ambiente. Destinavam-se, ao que parece, aos integrantes da Missão, que deveriam transmiti-los aos pescadores. São alguns desses conselhos:

As casas devem ser rebocadas internamente e caiadas, com janelas e todas as divisões; as paredes sem frestas ou aberturas por onde possam penetrar insectos, que muitas vezes picam os moradores, transmitindo-lhes moléstias graves. [...] Toda casa deve ter sua fossa, por mais simples que seja. Quando em trabalho no campo, o trabalhador deve cavar um buraco de dous palmos de fundo e ahi enterrar a obra, cobrindo de terra em seguida. (RMB, 1919, p. 293)

Essas medidas tinham um caráter preventivo. De modo geral, o saneamento do litoral, como afirmou o ministro da Marinha, visava “o guarnecer de uma população robusta”, de maneira que a Marinha de Guerra pudesse ter à sua disposição uma “fonte abundante para se suprir de pessoal”<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> NOTICIÁRIO: Marinha Nacional. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro. Imprensa Naval. Nº 3-4. 1919, p.285-293.

<sup>7</sup>INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO DO MINISTERIO DA MARINHA. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. Nº 1-2. 1919, p. 58.

A iniciativa deve ser entendida dentro do quadro da Primeira Guerra Mundial. Com a eclosão do conflito, ganhou força no país a opinião de que se deveria cuidar melhor da defesa nacional. Dentro do nacionalismo difuso que se espalhou pelo país, ganhou força a campanha pelo serviço militar obrigatório. O novo programa nacionalista estava centrado na formação do cidadão inflamado de amor cívico e apto para a defesa da pátria. O que estava em jogo, nesse momento, era a construção de uma nova sociedade organizada politicamente pelos nacionais (OLIVEIRA, 1990).

A missão era resultado também de uma lição que os militares nacionalistas acreditavam ter extraído do conflito mundial, ao observarem o fato de que Inglaterra e França, nas suas operações de guerra, terem descoberto a utilidade do emprego de pequenas embarcações de pesca contra os submarinos alemães. Com base nesse exemplo, em 1918, o ministro da Marinha externou a convicção de que, desenvolvendo a pesca, o país teria à sua disposição um material “precioso” em casos de guerra, e que não custaria nada em tempos de paz<sup>8</sup>.

A missão levada a cabo no início dos anos vinte se associou também ao esforço amplo, despendido pelos governos e por inúmeros setores de intelectuais, técnicos e reformadores sociais, para construir uma “identidade nacional”, centrando a atenção no elemento nativo. A década de 1920 foi um período de intensos debates nacionalistas que enfatizavam a necessidade de um “olhar” que visualizassem, de certa maneira, o país como algo diferente do “Velho Mundo”, colocando a mestiçagem, por exemplo, como um de seus principais pontos de referência (HERSCHMANN, 1994, p.29).

É compreensível, portanto, que nessa conjuntura a Missão tenha funcionado como a ponta de lança de um projeto nacional que pretendia constituir um modelo de homem para uma sociedade moderna, considerando-se que o projeto de moderno, no Brasil, especialmente no Brasil republicano, compreendia a aplicação das metas do higienismo – sanear, higienizar e prevenir – que estiveram presentes tanto nas reformas urbanas (como aquelas que foram realizadas na capital federal, o Rio de Janeiro, e noutras cidades brasileiras), como em diversos projetos educacionais desenvolvidos no período.

---

<sup>8</sup> PESCA E SANEAMENTO DO LITORAL. *Relatório do Ministério da Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1918, p. 40-43.

A filosofia nascida com a República, como afirmou Nicolau Sevcenko, reclamava uma remodelação nos hábitos sociais e nos costumes pessoais. Era preciso se distanciar dos antigos hábitos coloniais, acabar com a imagem da cidade insalubre, era preciso, pois, regenerar o país, acompanhar o progresso, seguir os padrões europeus de civilização (SEVCENKO, 1999, p. 30).

De fato, na atuação da missão do José Bonifácio, percebemos como foram mobilizados alguns campos do saber, especialmente a medicina e a pedagogia, que vinham funcionando como articuladores de um processo de modernização da sociedade brasileira desde o final do século XIX até as décadas iniciais do século XX (HERSCHMANN, 1996, p. 7-10).

O campo da educação era privilegiado como centro de um processo de incorporação do homem brasileiro à nação. Para isso, a estratégia da Missão foi a fundação das colônias de pesca, sob o controle das capitânicas dos portos, de modo que deveriam estar matriculados os pescadores. Só no Pará, a missão conseguiu matricular cerca de 4000 pescadores brasileiros, tendo sido fundadas 35 colônias cooperativas articuladas numa confederação sediada em Belém.

A atenção que a missão dedicou ao norte se justificava pela grande presença de migrantes portugueses, uma parte dos quais dedicados aos negócios de pescarias. Essa presença da missão no norte, por outro lado, trazia a tona o antilusitanismo que se espalhou durante todo o Império e se intensificara nos primeiros anos da República.

A presença de migrantes portugueses no Pará, como demonstra Cristina Donza Cancela, teve um aumento considerável no período da segunda metade do século XIX e nas décadas iniciais do século XX. A autora analisa a presença portuguesa no estado do Pará, no período de exploração da borracha, entre os anos de 1850 a 1920.

A partir da análise das habilitações consulares, a autora percebeu que ocorreu uma diminuição na taxa de imigrantes, mas quando confronta essas informações com os dados encontrados nos livros de registros de passaportes do Distrito de Braga, constatou que houve um aumento de imigrantes portugueses que coincidia com o auge da produção da borracha (CANCELA, 2016, p. 243).

No início do período republicano o sentimento antilusitano foi acentuado nas lutas contra a monarquia e baseadas nas críticas ao antigo regime. Os portugueses eram tidos como sinônimos do atraso, pois representavam os males da monarquia. O português era visto como o “bom trabalhador”, mas também como exploradores dos brasileiros, enganadores e ambiciosos

(RIBEIRO, 2010, p 44-45 apud FERRAZ, 2014, p. 50). A competição e a concorrência entre portugueses e brasileiros no mundo de trabalho aumentariam o sentimento antilusitano.

Os portugueses eram vistos como o bom trabalhador, disciplinados e por isso eram a preferência para assumirem os empregos disponíveis em relação aos brasileiros que não aceitavam ou que eram avessos à lógica do bem trabalhar (RIBEIRO, 1990). Foi durante esse período que ocorreu uma nacionalização em massa (FERRAZ, 2014, p. 51-53). Dentro desse processo de nacionalização se encontra a Missão do cruzador José Bonifácio.

Nas colônias, as escolas deveriam inculcar nos pescadores os ideais de nacionalismo, amor à pátria e disposição para, se fosse necessário, defender o país, e ainda para transmitir-lhes um saber técnico para que pudesse desempenhar essas tarefas.

Durante a campanha, os idealizadores da missão colocaram em cena uma série de estratégias para alcançar seus objetivos pedagógicos: discursos dirigidos aos pescadores, apresentação de exemplos de heroísmo da marinha nacional por meio de fotografias, cerimônias, músicas, etc. Esses recursos utilizados pela Marinha de Guerra foram a maneira encontrada para controlar socialmente os pescadores, construindo simbolicamente sua realidade (CALLOU, 1995).

O saber médico foi empregado para orientar os indivíduos, por meio de códigos e valores sociais, na direção daquilo que chamavam de o mundo “civilizado”. Com a fundação das colônias de pescadores, uma iniciativa que representou a intervenção do Estado nas comunidades de pesca, a adoção de medidas higienistas tinha a intenção de construir um corpo social sadio, buscando a regeneração do corpo (HERSCHMANN, 1996, p. 11-17). Podemos encarar isso como uma maneira de controlar os corpos, afastar o que ameaçava a ordem social. Em suma, essas medidas faziam parte de projeto que visava normatizar a sociedade brasileira das décadas iniciais do século XX.

A Missão do cruzador José Bonifácio, colocava o pescador brasileiro no centro de um processo de progresso que se acreditava percorrer a história da humanidade, alcançando todos os povos. A ideia de progresso é entendida como algo que sempre caminha para frente e o pescador ao atingir esse progresso humano, ou seja, quando o pescador entrasse para os padrões da sociedade, isso faria o país avançar social e economicamente.

O progresso seria, nas palavras de Gilberto Dupas, “a consequência desse processo destruidor e criativo, que garantiria o constante crescimento econômico do país” (DUPAS, 2012,



p. 150). Se o Estado republicano promovesse ações como “sanear”, “higienizar” e “educar”, como afirmou o médico Miguel Couto, a sociedade se colocaria no caminho da “civilização”, o equivaleria a solucionar os “problemas nacionais” (COUTO, 1933, p.26).

A missão concebia os pescadores como seres passivos, assolados por doenças, pelo analfabetismo, por vícios, como o alcoolismo. A literatura edificante, publicada pela Revista da Liga Marítima Brasileira, um periódico que divulgava e apoiava a missão, trazia no conto intitulado “O Pescador”, um exemplo pedagógico da importância de suas ações. O protagonista do conto era Seu Albino, um pescador que, depois de passar vários dias no mar, enfrentando as dificuldades impostas pelo exercício da pesca artesanal, ao chegar em casa procura sua mulher Philú e descobre que ela havia partido, deixando-lhe a chave da casa e uma carta.

Seu Albino ficou abismado, pois nem ele sabia ler e muito menos sua mulher sabia escrever. O pescador procura justificar a atitude de sua mulher e ao fazê-lo apresenta aspectos da vida do trabalhador que vive da pesca. Por exemplo, o fato de viver “muitas horas no mar, longe de casa”. Triste por sua mulher ter ido embora, seu Albino se entregou à bebida, saindo para “embriagar-se [...] dar-se diariamente em espectáculo, bebendo até cair”<sup>9</sup>.

O livro *A Missão do Cruzador José Bonifácio*, escrito pelo comandante Frederico Villar, vinte anos após a Missão, e publicado em 1945, nos revela algumas pistas para aprofundarmos o discurso construído sobre o pescador nos anos 1920. Nas primeiras páginas, Villar pinta a figura do pescador brasileiro como um ser “alheio à civilização”, doente, ignorante e passivo, explorado pelos “mandões locais”, de modo que se esses problemas não fossem resolvidos o pescador não teria utilidade alguma. No final de sua descrição, Villar destaca, em caixa alta, a motivação que orientou toda a missão nos anos 20:

Infelizmente, a nossa gente praiana é constituída por indivíduos completamente alheios à civilização: 99% dêles são analfabetos; doentes, demolidos pela verminose, cobertos de úlcera, esqueléticos; com intestinos pandos de tricocéfalos, ascaris e anquilóstomos; combalidos pela malária, pela lepra, pela sífilis e pelo alcoolismo. De nada poderão servir homens, embora, inteligentes e bravos, assim, em grande parte em lamentável estado de deficiência física, vivendo, ou melhor vegetando, abandonados nas curvas da costa, vilmente explorados pelos mandões locais e por êles cruelmente escravizados. ERA POIS, PRECISO

---

<sup>9</sup> O PESCADOR. *Revista da Liga Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Liga Marítima Brasileira. Biblioteca da Marinha. Nº 2. 1907, p. 15

LIBERTAR, SANEAR, INSTRUIR, EDUCAR E DEFENDER O NOSSO BONÍSSIMO CABOCLO PRAIANO<sup>10</sup>.

As atividades da missão se concentraram no extremo norte, embora o cruzador “José Bonifácio” tenha percorrido todo o litoral brasileiro, para atuar com os pescadores e fundar colônias. No Rio Grande do Norte, o Canal de São Roque mereceu alguma atenção. Ali foram fundadas algumas colônias em núcleos como Rio do Fogo, Pititinga, Zumbi, Maracajaú, Genipabu e Touros. Em Natal, foram matriculados poucos pescadores, que viviam em extrema pobreza, como afirmou o Ministro da Marinha, Raul Soares, em 1919<sup>11</sup>.

A ação da Missão do cruzador José Bonifácio, como veremos em estudos que estamos iniciando agora, é sugestivo para a análise dos projetos que certos grupos dominantes do Brasil republicano procuraram desenvolver a respeito do futuro nacional e do homem brasileiro, produzindo-se ao final um esboço do pescador como um dos muitos “tipos nacionais”, que transitavam entre a antropologia e o folclore.

#### **FONTES**

BRASIL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1904, p. 106.  
INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO DO MINISTERIO DA MARINHA. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. Nº 1-2. 1919, p. 58.

INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO DA MARINHA. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. Nº. 11-12. 1920, p. 777.

PROJETO DE REGULAMENTAÇÃO DA PESCA. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1904, Anexo c., p. 3.

NOTICIÁRIO: Marinha Nacional. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro. Imprensa Naval. Nº 3-4. 1919, p.285-293.

PESCA E SANEAMENTO DO LITORAL. **Relatório do Ministério da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1918, p. 40-43.

O PESCADOR. **Revista da Liga Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Liga Marítima Brasileira. Biblioteca da Marinha. Nº 2. 1907, p. 15

---

<sup>10</sup> VILLAR, Frederico. *A missão do Cruzador “José Bonifácio” – os pescadores na defesa nacional– a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919-1923)*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1945. p. 23-24

<sup>11</sup> INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO DA MARINHA. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. Nº. 11-12. 1920, p. 777.

VILLAR, Frederico. **A missão do Cruzador “José Bonifácio”** – os pescadores na defesa nacional– a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919-1923). Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1945. p. 23-24.

#### **REFERÊNCIAS**

C. D. Cancela, J. S. R. Cosme. **Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920)**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 232-254, jan.-abr. 2016.

CALLOU, A. B. F. **A voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador 'José Bonifácio' (1919-1924)**. Intercom: XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Universidade Federal de Sergipe/UFS. 1995.

COUTO, Miguel. **No Brasil só Há um Problema Nacional: a Educação do Povo**. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, 1933.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso, ou progresso como ideologia**. 2ª. ed. – São Paulo: Editora Unespe, 2012.

FERRAZ, Luiz Paulo Pontes. **“Deus te leve a Pernambuco”**: antilusitanismo, legislação e estatística na história da imigração portuguesa para Pernambuco (1945 – 1964). Dissertação de mestrado. Recife, UFPE, 2014.

HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. **Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro, 1870-1937**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VILLAR, Frederico. **A missão do Cruzador “José Bonifácio”** – os pescadores na defesa nacional– a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919-1923). Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1945. p. 23-24.

## A IRA NOSSA DE CADA DIA: UMA INTRODUÇÃO À IRA E SEUS JOGOS

Matheus Pinheiro da Silva Ramos<sup>12</sup>

Maria Clara de Carvalho Lima<sup>13</sup>

O primeiro homem que lançou um xingamento contra seu inimigo, e não uma lança, foi o verdadeiro fundador da civilização.

(Peter Gay)

É interessante verificar quão pouco espaço o pensamento moderno destinou a uma questão que faz parte dos próprios traços da modernidade. Este artigo trata sobre a relação entre a ira (ou cólera), os jogos sociais e o corpo. Entenderemos os jogos nessa ocasião como relações sociais, como a forma mesma das relações políticas. Tomaremos a ira como uma acumulação do ódio que gesta uma gramática social. Cólera e corpo estarão sempre relacionados durante esta escrita porque, acima de tudo, ira é corpo. Cabe aqui relacionar essas nuances historicamente, perceber como as sensibilidades e a política são engendradas no cotidiano. A ira foi considerada pela Igreja Católica medieval um dos sete pecados capitais, responsável pelos mais agressivos atos humanos, capaz de mostrar a animalidade presente em todos os homens - embora todos nós a neguemos com todas as nossas forças - que ao mesmo tempo usamos, seja consciente ou inconscientemente, para expressar nosso ódio, nossos desejos mais obscuros, aqueles que só revelamos no auge da nossa incapacidade de interiorizar nossos anseios completamente. Sendo um dos pecados capitais, a ira faz-se dentro e fora de nós, nos atravessa - é fluxo. Nesse sentido, o surto da ira revela a condição humana de insuficiência à medida que acontece porque não cabemos em nós mesmos, não nos suportamos apenas em nossa individualidade, a condição de indivíduo não comporta nossa complexidade de seres sensíveis, passíveis de afecção. É o coração pequeno que habita o mundo grande de Drummond<sup>14</sup>. Pois a ira é essa experiência do mundo, um

---

<sup>12</sup> Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: [matheuspramos@gmail.com](mailto:matheuspramos@gmail.com)

<sup>13</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: [claraminervino@gmail.com](mailto:claraminervino@gmail.com)

<sup>14</sup> Referência ao poema Mundo Grande, de Carlos Drummond de Andrade, especificamente o seguinte trecho: “*tu sabes como é grande o mundo, vistes as diferentes cores dos homens, as diferentes dores dos homens, sabes como é difícil sofrer tudo isso, amontoar tudo isso num só peito de homem sem que ele estale.*”

mundo que nos suporta, mesmo com todas as complexidades humanas, suas nuances, mundo que comporta nossas inconstâncias.

Em 1925, o diretor soviético Sergei Eisenstein produz o filme *O Encouraçado Potemkin*, no qual procurou questionar temas como a violência, a repressão e a injustiça a partir de uma série de cenas agrupadas de maneira a formarem uma divisão em cinco partes. Em cada uma existe uma relação espaço-temporal que cria um discurso determinado. A fim de estabelecer críticas ao regime soviético, Eisenstein utiliza a técnica da superposição de imagens para formar outras imagens que se pretendam críticas; engendra-se, portanto, o que Walter Benjamin chamou de imagens dialéticas<sup>15</sup>, que, através de superposições de dimensões espaço-temporais diferentes, formam-se imagens críticas que não se resolvem em sua ambiguidade, mas se potencializam como contrárias, estando sempre em suspensão. A amplificação da dialética permite que Eisenstein construa um discurso crítico que explode em novas imagens e constelações imagéticas, novas possibilidades e passagens para outros discursos, distintas formas de pensar e visualizar o outrora e o agora.

Eisenstein opera com imagens em sequência que mostram como a partir da melancolia forma-se a cólera e como esta é motor para o ato da revolução – através da tristeza surda, marinheiros do encouraçado revoltam-se ao ponto de encontrarem-se num estado de cólera coletiva, que suscita uma revolução<sup>16</sup> -. Partindo dessa sequência de *O Encouraçado Potemkin* é possível perceber a formação da ira (cólera) em sua natureza de ato, corpo. A ira aparece sempre como uma paixão que se externaliza, é sempre movimento de afecção que nos atravessa no duplo sentido, interna e externamente. As *mãos de luto* e os *punhos de ira* que desencadeiam a *explosão da cólera* demonstram como a formação da ira dá-se por um processo de afecção que explode e vira ato<sup>17</sup>. Sendo sentimento, a ira é sempre suja de corpo.

À medida que somos afetados pelo mundo, digo, os homens e as coisas, essas afecções nos perpassam e exigem de nós resposta, ação, ou melhor, (re)ação. A capacidade de ser afetado por alguma coisa nos torna seres sensíveis, sensibilidade essa que tem potência de nos modificar -

---

<sup>15</sup> O historiador alemão Walter Benjamin estabelece a discussão sobre o conceito de Imagem Dialética como uma superposição de temporalidades ambíguas que se cristalizam em um momento dialético, formando imagens críticas. Para mais, ver BENJAMIN, Walter. *Libro de los pasajes*. Madrid: Ediciones Akal, 2005.

<sup>16</sup> Para mais, ver análise feita por Georges Didi Huberman em DIDI-HUBERMAN, Georges. *Que emoção! Que emoção?*. Lisboa: KKYM, 2015

<sup>17</sup> Referência à legenda feita por Georges Didi-Huberman ao tratar da sequência de imagens citadas.

mesmo que de forma momentânea. Nesse sentido, a ira coloca-se como afeto significante, que se apresenta sempre como tradução de alguma coisa, como uma (re)ação que acontece por um processo de afecção pelo externo que de alguma forma nos modifica internamente ao ponto de sentirmos necessidade de externa-la; a ira significa sempre uma acumulação de ódio que atinge seu limite. *A ira é, ao menos nisso, parecida com as orquídeas, que precisam ser regadas para crescer, porém, se recebem água demais, acabam murchando e apodrecendo.*<sup>18</sup>

Assim, a cólera é um afeto que nos possui, mas sobre o qual não exercemos controle, não deliberamos sobre, apenas a sentimos e reagimos a tal sentir, apenas somos perpassados por um sentimento de ódio que nos consome ao ponto de ser atravessado novamente - agora para o sentido externo - para o movimento, a (re)ação. É, para além de tudo, pulsão. Pulsão do desejo incontrolável, da ordem da vontade, da força, do despendimento, da energia pura; pulsão como a impressão do pleno estado de realização do desejo. Toda pulsão é da ordem da descarga, da agressão. Nesse sentido, a pulsão de cólera é assim como a pulsão do pintor, uma descarga de emoção, é o desequilíbrio, é impulso histérico do descontrole. Georges Didi-Huberman, em discussão sobre o conceito de emoção, afirma: *Chorar de cólera como um primeiro passo para decidir agir, para não nos deixarmos ficar, para nos revoltarmos.*<sup>19</sup> Assim como fazem os marinheiros de Einsenstein.

Nesse sentido, ira é transbordamento. É a inundação, a explosão de si lá onde não há mais (apenas) si mesmo, lá onde o si não é mais suficiente, onde o limite do eu não mais nos guarda, não mais nos comporta. Portanto, é sempre revelação, impacto, entre eu e o mundo, entre eu e eu mesmo, aquilo que imaginávamos que éramos até o momento que descobrimos que não somos mais, ou que nunca fomos de verdade. Se a vida é mesmo demolição<sup>20</sup>, esta dar-se pelos afetos que constroem e descontroem o eu e a memória, nossa pulsão de morte<sup>21</sup>. Adquirimos forma e (des) forma a partir dos afetos que nos participam, é potencial de transformação à medida que modifica nosso estado, faz com que saia-se de si, (co)move. O filósofo contemporâneo Gilles

<sup>18</sup> TORERO, José Roberto. *Ira: xadrez, truco e outras guerras*. Rio de Janeiro: Objetiva Ltda, 1998, p. 97.

<sup>19</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. *Que emoção! Que emoção?*. Lisboa: KKYM, 2015.

<sup>20</sup> "A vida é toda um processo de demolição. Existem golpes que vêm de dentro, que só se sentem quando é demasiado tarde para fazer seja o que for, e é quando nos apercebemos definitivamente de que em certa medida nunca mais seremos os mesmos." F. Scott Fitzgerald

<sup>21</sup> Para mais, ver: <http://www.scielo.br/pdf/agora/v5n1/v5n1a07.pdf>

Deleuze, sobre isso, afirma “*A emoção não diz ‘eu’ [...] Fica-se fora de si. A emoção não é da ordem do eu, mas do acontecimento.*”<sup>22</sup>

Dessa forma, pode-se perceber como os acontecimentos são produtos das paixões que movem os sujeitos. Todo devir da humanidade é produto da existência de uma dialética entre os homens. Do argumento hegeliano sobre dialética das ideias ao materialismo histórico dialético marxista, todo o movimento da humanidade é produto da relação com o outro, da nossa condição como seres do conflito por natureza. Todas as memórias, lembranças e invenções do inconsciente maquínico são construídas em correlação com o outro – aquele que nos coloniza e impõe nossos limites, que aparentemente parecem criados por nós mesmos. As paixões humanas são motores dos homens.

A ira é uma paixão que se mostra para o outro, que se faz pela condição de existência de algo que está para além de si, que está dentro e fora de nós, é lugar do (des)território. A cólera relaciona-se com a história à medida que é sempre o singular, o extraordinário, o particular. À medida que explode e torna-se corpo, a ira passa a ser uma dimensão excepcional do ódio. O que faz o historiador ao escrever a história é singularizar um acontecimento em meio à banalidade do cotidiano, particularizar uma ação dentre tantas ações, é dar a ela notoriedade diante do presente e do futuro. A história lembra, é sempre uma tentativa de lutar contra a morte, monumentalização. A ira, assim como a história, é da ordem do acontecimento. A história – tal como as paixões – tem corpo, está para além do plano das ideias, das abstrações. Cólera e história são conjunção dialética entre corpo físico e corpo social. A ira é a sensação de devoração do objeto que se odeia, é o rasgar da carne dos escravos negros pelas mãos dos senhores de engenho. É a sensação de dominação, do pleno estado de realização de poder. A ira move a história porque move os homens, as coisas, as palavras. É motor das revoluções populares, mas também dos massacres causados por ela. Moveu o sonho soviético e os milhões de mortos em seu processo. Assim como a história, a ira é cultura e barbárie.<sup>23</sup>

A história é uma relação dialética entre criação e destruição. Assim como o tempo, a história destrói o que ela mesmo cria. Sua dimensão passional é imaginação que faz da história

---

<sup>22</sup> Gilles Deleuze

<sup>23</sup> Referência a célebre frase do filósofo alemão Walter Benjamin “*Não há monumento de cultura, que não seja um monumento de barbárie*”.



uma arte, que constrói e destrói discursos, nações, homens infames e heróis. A cólera da história está no movimento de competição entre os homens, que (sobre)vivem numa relação entre amor e ódio, que leva os indivíduos ao auge e ao abismo. A história colérica é aquela em que não há equilíbrio, em que não se pretende um grande deus da comunhão entre os homens a fim de caminhar rumo a excelência, uma ressignificação do mito da salvação cristã. *É história-arte que supõe a aprendizagem de uma experiência. Uma história nascida da vontade de amar, da vontade rir, de deplorar e detestar.*<sup>24</sup> A cólera da história está no incontornável balé – belo e infame – de morte e vida humana, *que atropela indiferente todo aquele que a negue.*<sup>25</sup>

Na década de 30 e 40 do século XX, um alemão discursava em caráter épico na frente de seu povo. Um homem que se não fosse o poder de sua voz e as novas tecnologias de rádio e alto-falante que puderam estender essa mesma voz às massas - não seria possível ter chegado aonde chegou. Um homem que acreditava ser a encarnação do destino de uma nação, que pretendia mudar a face do mundo utilizando seu corpo. O microfone como uma mediação entre o corpo físico e o corpo social. Gritos coléricos, punhos cerrados, movimentos bruscos, ereto, peito estufado, falando de sangue e carne em seus discursos, de povo, de destino, de raça, de Deus. Esse homem foi Adolf Hitler. O pensamento nazista foi fundado no raciocínio fantasioso de que a Alemanha era um organismo vivo contaminado por uma doença- os judeus -, que acabariam por causar a morte da nação. Um império fundado na fabricação discursiva de inimigos, de antagonismos sociais. Mesmo Nietzsche (2006), se referindo ao Segundo *Reich*<sup>26</sup>, disse que ter inimigos é mais necessário que amigos: somente nos antagonismos ele se sente necessário, somente no antagonismo o Reich se torna necessário.<sup>27</sup> Hitler fez desse organismo vivo uma máquina de controle e de produção da morte. O matar como a metodologia de um regime. De certa maneira, Hitler fez do Estado alemão a extensão de seu próprio corpo. Um corpo irado, um corpo do ódio.

---

<sup>24</sup> ALBURQUER JÚNIOR, Durval Muniz de. *O engenho anti-moderno: a invenção do nordeste e outras artes*. 1994. 1000f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

<sup>25</sup> Referência à música *Canción por la unidad de latinoamerica* de Chico Buarque de Hollanda, que compõe o álbum Clube da Esquina 2, 1978.

<sup>26</sup> Compreende-se o Império Alemão – este período se deu entre os anos de 1871 e 1918.

<sup>27</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *O crepúsculo dos ídolos*. Ed.1. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Hitler soube usar muito bem a ideia ciceroniana de que o homem é movido mais pelo *pathos* do que pelo *logos*. Nesse sentido, ele tinha ideia do poder da fala e da oratória<sup>28</sup>. Para ele, a persuasão e a fala devem ser dirigidas principalmente às emoções e muito pouco à razão, pois as massas teriam uma natureza feminina: seus pensamentos e ações seriam determinados mais pelos sentimentos do que pela lógica. (HITLER, 1943, p.183). Hitler fez disso um grande jogo – um jogo com os alemães, com os judeus, com as potências capitalistas, com a União Soviética.

Existe uma associação entre a ira, a Guerra e os jogos. Um quê de ira estaria presente em todas essas disputas. Nesse sentido, da ira se gesta o fascismo, desse impulso irado emerge a dominação sobre o outro, o desejo da guerra, do jogo sádico. Não me refiro ao fascismo especificamente como um sistema de governo, mas ao fascismo cotidiano, que habita em nós, da banalidade do mal.

A partir da década de 1930 vários teóricos das ciências humanas, assustados com as surpreendentes vitórias políticas dos regimes autoritários, tentaram formular explicações históricas, sociais e antropológicas para o fenômeno do fascismo. Dentre esses intelectuais não poderíamos deixar de citar Wilhelm Reich e seu clássico *A psicologia de massas do fascismo* de 1933. Nessa obra, a partir de uma perspectiva freudo-marxista, Reich conceituou o fascismo como a expressão inconsciente de uma insatisfação sexual massiva. Embora essa tese apresente lacunas e falibilidades em sua generalização do fenômeno sexual, a mesma acabará sendo uma referência basilar para que, mais tarde, Gilles Deleuze e Félix Guattari delineassem a sua ideia sobre os microfascismos. Assim, Wilhelm Reich lançava a necessidade de se refletir sobre as consequências sociais de um desejo radicalmente reprimido – bem como a sua apropriação e resignificação pelos discursos de poder.

Ao pensar o fascismo molar, no estruturado Estado totalitário, acabamos por produzir silêncios sobre uma dimensão sutil e por vezes até secreta do fascismo, sobre sua dimensão molecular: as obsessões e violências comuns na vida cotidiana moderna das quais todos nós podemos cortejar e nutrir. No famoso prefácio à edição americana de *O Anti-édipo* denominado *Uma introdução à vida não-fascista*, Michel Foucault (1977) diz que o fascismo é algo que está em

---

<sup>28</sup> “Sei que as pessoas são conquistadas menos pela escrita do que pela palavra falada e que todos os grandes movimentos no mundo deveram sua força aos oradores e não aos escritores.” (HITLER, 1943, Prefácio) (Tradução nossa) No original: “I know that men are won over less by the written than by the spoken word, that every great movement on this earth owes its growth to orators and not to great writers.”

todos nós, que assombra nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, que nos faz amar o poder, desejar essa coisa mesma que nos domina e nos explora. O teor militante e anti-edípico que Deleuze e Guattari estabelecem em relação à psicanálise entende o fascismo como uma forma molar, uma forma massiva de aprisionamento edípico do desejo. Nesse sentido, “desejo de dinheiro, desejo de exército, de polícia e de Estado, desejo-fascista, inclusive o fascismo é desejo”.<sup>29</sup> Sendo assim, “É muito fácil ser antifascista no nível molar, sem ver o fascista que nós mesmo somos, que entretemos e nutrimos, que estimamos com moléculas pessoais e coletivas”<sup>30</sup>

A ira acontece pela relação dialética entre dois sentimentos fundamentais ao ser humano: o ódio e o prazer. Estes aparecem como duas afecções ambíguas que se relacionam e constroem um novo afeto, agora da ordem da agressão, do corpo, do ato. A ira é justamente esse sentimento que se forma dialeticamente pela ambiguidade dos limites humanos, o ódio e o prazer que, assim como a morte e a vida, representam elementos contraditórios, mas que se relacionam necessariamente e fazem parte um do outro. O ódio e o prazer são condição de suas existências, pois estes são ambíguos e aparecem sempre como ausência ou presença de seu contrário: o ódio é de certa forma, desencadeado pela ausência do prazer.<sup>31</sup> Nesse sentido, estes afetos coexistem no indivíduo e podem desencadear a explosão de cólera através de uma reação dialética entre si. Assim como na dialética benjaminiana<sup>32</sup> - uma dialética que explode as imagens contrárias e com elas dá forma a novas constelações - representada imagetivamente por Einsenstein, as imagens aparentemente distintas são superpostas para formar novos discursos críticos, a ira é essa explosão de afetos que se potencializam e formam o desejo incontrolável da agressão.

Essa dialética faz com que a ira possa ser provocada por diversos motivos e expressada de diversas formas, pois o ódio e o prazer podem ser causados por razões individuais a cada sujeito e, portanto, desencadearem reações diferentes. Tanto a reação como a razão pela qual ela é motivada, fazem parte de uma série de imagens que se acumulam no inconsciente maquinica e incessantemente, interferindo na forma como se delibera sobre as coisas e as pessoas pelas quais

---

<sup>29</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*. 2 Ed. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

<sup>30</sup> DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. Tradução Luiz B. L. Orlandi. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

<sup>31</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. *Que emoção! Que emoção?*. Lisboa: KKYM, 2015.

<sup>32</sup> Ao contrário da dialética hegeliana, sintética, a dialética benjaminiana explode e suscita várias relações. Para mais, ver BENJAMIN, Walter. *Libro de lo spasajes*. Madrid: Ediciones Akal, 2005.

sentimos raiva ou prazer. Assim, o inconsciente atua sobre o consciente e motiva os álibis do ódio e do prazer, que por serem particulares às experiências de cada indivíduo, são causadas por distintos motivos e formam diferentes imagens. Por esse motivo, assim como um quadro por ser percebido e interpretado de formas particulares por cada observador, a ira pode ser motivada por várias razões, pode ser de diversas cores, diversas dores, *a ira tem muitas mães*.<sup>33</sup>

Existe na ira, assim como na pintura, uma pulsão de desejo sexual. A ira e o sexo são ambos da ordem da agressão, do conflito, das relações de poder, do desejo. Acontecem por uma consonância entre corpo e imaginação, entre o toque e a psiqué; são ambos produzidos pelo contato, com o outro (sexo) e com o mundo (ira); a ira e o sexo são feitos de cenas, de gestos, de gramáticas do prazer e da dor, na qual o desejo aparece em um teatro em que os personagens atuam pela existência do conflito com o outro. Assim como na pintura, o desejo do prazer e da dor é uma cena que desvela nossos lados desconhecidos; é sempre da ordem do caos incontrolável que existe dentro de nós, que aparece através do ato, da revelação. Segundo Freud, se o desejo incontrolável da pulsão não consegue se realizar torna-se recalque, e é justamente aqui que se encontra o prazer, na realização da vontade, do desejo não recalcado, o desejo que aconteceu. É, assim como a histeria, um desequilíbrio da consciência. É sempre da ordem da agressão, do incômodo que faz a arte, assim como se pretende a pintura modernista de Dalí ou a arquitetura das *tímidas e espalhafatosas torres traçadas por Gaudí*<sup>34</sup>.

O prazer representa a dimensão sexual da ira. A ira como ato acontece semelhantemente a um orgasmo. Institui-se por um desejo incontrolável, da ordem da vontade. Faz-se em um processo fugaz, como uma paixão inegável, como uma experiência sensível, estética, numa relação entre gesto e afeto. É da ordem do contato intercorporal, entre si e com o mundo, com a experiência. É pulsão de agressividade, como um balé violento entre corpos em que se produz como em um espetáculo o mais belo e pleno momento de prazer, é a pura satisfação do desejo, é estado de realização da carne e da psiqué. A ira em sua dimensão orgasmática é violenta e incômoda como o expressionismo abstrato de Pollock<sup>35</sup>, uma mistura agressiva de corpos como a

---

<sup>33</sup> TORERO, José Roberto. *Ira: xadrez, truco e outras guerras*. Rio de Janeiro: Objetiva Ltda, 1998.

<sup>34</sup>Referência à música *Vaca Profana* de Caetano Veloso, que compõe o álbum *Totalmente Demais*, 1986. /Antoni Gaudí arquiteto do modernismo espanhol conhecido por sua arquitetura impactante.

<sup>35</sup> Referência ao pintor americano Jackson Pollock (1912-1956), central no movimento expressionista abstrato.

abstração das tintas de *Authmn Rhythm*<sup>36</sup>. É o mais forte jorro que navega e inunda os músculos e peles fugazmente, numa eterna fração de segundo na escuridão da erótica dimensão violenta e sexual da ira.

Assim como no orgasmo, a ira é finita por natureza, esta começa já prevendo seu fim, como se o término representasse a conclusão do ato, do movimento que se pretendia realizar. Da mesma forma que um orgasmo acontece mais no seu fim do que no seu começo, a ira realiza-se plenamente a partir do momento que sua finitude se faz, é autodestrutiva e contraditória.

Assim como o erotismo presente em *Cupido e Psiqué*<sup>37</sup>, na qual a suja sexualização dos corpos desaparece pelos lençóis vermelhos que cobrem as partes ditas secretas dos corpos humanos, a ira carrega consigo sempre uma dimensão erótica pela existência inevitável do mistério. Por sua fugacidade, na manifestação da ira sempre há algo secreto, que não foi dito ou percebido diretamente pelos olhos de quem observa a cena. Assim como aquele que observa uma pintura e nunca é capaz de percebê-la completamente, pois o discurso que se tentou passar no momento de sua produção só pode ser totalmente inteligível por aquele que a produziu, carrega uma dimensão subjetiva do mistério, uma construção de si, produção de autoficção que não é completamente inteligível ao outro. A ira e a pintura são discursos sobre nós mesmos, sobre a necessidade de sair de si, sobre a criação do eu a partir dos afetos que nos atravessam e que necessitamos externalizar. Ser autor da própria vida é ter capacidade de criar, e sobretudo, criar-se, tomar os afetos como a dimensão artística do viver. *"Para isto é necessário permanecer valentemente na superfície, na dobra, na pele, adorar a aparência, acreditar em formas, em tons, em palavras, em todo o Olimpo da aparência"*<sup>38</sup>. Assim, o eu surge como uma invenção, uma criação artística pela experiência com o mundo. Como disse Michel Foucault: *não há nada mais profundo do que a pele.*<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> Referência a uma série de pinturas do citado pintor.

<sup>37</sup> Referência ao quadro de 1817 "*Cupido e Psiqué*" do pintor francês Jaques-Louis David, representante do neoclassicismo e pintor oficial da corte francesa napoleônica.

<sup>38</sup> NIETZSCHE, Friederich. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>39</sup> *Uma estética da existência*. Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/estetigue.html> Acesso em 16 de outubro de 2016.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Libro de los pasajes*. Madrid: Ediciones Akal, 2005.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. Tradução Luiz B. L. Orlandi. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*. 2 Ed. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Que emoção! Que emoção?*. Lisboa: KKYM, 2015.

FOUCAULT, Michel. O anti-édipo: Uma introdução à vida não-fascista. Disponível em: [http://coral.ufsm.br/alternativa/images/O\\_anti-C3%89dipo\\_uma\\_introdu%C3%A7%C3%A3o\\_%C3%A0\\_vida\\_n%C3%A3o\\_fascista\\_Michel\\_Foucault.pdf](http://coral.ufsm.br/alternativa/images/O_anti-C3%89dipo_uma_introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_vida_n%C3%A3o_fascista_Michel_Foucault.pdf) Acesso em 03 de novembro de 2016.

HITLER, Adolf. *Mein Kampf*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1943.

NIETZSCHE, Friederich. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TORERO, José Roberto. *Ira: xadrez, truco e outras guerras*. Rio de Janeiro: Objetiva Ltda, 1998.

UMA ESTÉTICA da existência. Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/estetigue.html> Acesso em 16 de outubro de 2016.

## **A PRISÃO QUE PARECIA UM HOSPÍCIO: DIREITOS NEGADOS E SOFRIMENTOS NO CÁRCERE DE PESSOAS CONSIDERADAS LOUCAS NA CASA DE DETENÇÃO DO RECIFE (1860-1865)**

Alexandre Evangelista da Silva<sup>40</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A loucura é um território da condição humana onde se atribui dos absurdos a avanços tecnológicos o trajeto irregular e desorientado em relação aos planos racionais e civilizatórios. Sem ela, o mundo seria monótono, quem sabe sequer existisse, nem houvesse as formas intelectuais e produtivas a que hoje estamos habituados. É relacionada a abstração e complexidade artística e científica, paradoxo da genialidade, paixão ilimitada, originalidade, a potencialidade criadora moldada pela razão. A História mostra que quanto menor é a sociedade mais simples são as terapias e conceitos, muitas vezes mais práticas e eficazes do que as respostas encontradas na experiência da nossa Medicina, inclusive chegando a ser relacionada a aproximação com os deuses e figuras proféticas, o sujeito era culturalmente aceito, encontravam-se caminhos lúdicos onde produzia e formas de convívio social mais sossegadas.

No entanto, principalmente entre os séculos XVIII e XIX, o nascimento de amplos projetos normalizadores, aporte da ciência moderna e higiene social, a modernidade e o crescimento da vida nas cidades, limitados pelos recursos técnicos e terapêuticos pouco se fazia para a cura dos casos suspeitos de loucura, uma constatação frustrante aos dirigentes da ordem pública (como chefes de polícia, delegados, administradores de presídio, presidente da província, etc) de que nem tudo podia ser controlado, a mente pelo menos não, talvez o corpo. Foi então que o termo para um mal ou doença a ser isolada, transformou os loucos em figuras caricatas e o lugar onde eram enclausurados, relacionada pelos desavisados a lembranças assombradas de dias penosos, das péssimas práticas psiquiátricas do mundo ocidental, dos espaços semi-hospitalares dos hospícios, além dos internamentos em cadeias, a existência nas celas, em nomes perdidos ao longo dos séculos os diferenciavam. E chegam ao nosso tempo muito criticadas ou até proibidas

---

<sup>40</sup> Pós-graduado com Especialização no Ensino de História pela UFRPE. Professor concursado da Rede Municipal de Jaboatão dos Guararapes. E-mail: [arquivope@yahoo.com.br](mailto:arquivope@yahoo.com.br)



pelo fracasso institucional numa estratégia inútil baseada na força, violência, negação de identidade à pessoa.

Definir quem era considerado louco no período intermediário do Império seria bem diferente da nossa percepção atual sobre o tema, pois em muitos casos não são mais classificados como loucura, a exemplo dos depressivos, epiléticos, sonâmbulos, os transtornos leves controlados por medicamentos ou deficiências genéticas que antes eram confundidas com demência, debilidade mental são agora tratadas e os indivíduos têm amparo legal a dividir o mesmo espaço com os demais para a inserção social. Até por questão ocupacional uma pessoa poderia ser declarada louca como os crimes que atentassem aos costumes e a moral. A loucura foi transformada em problema social que precisava ser pensada pelos dirigentes públicos, os chefes de polícia, juristas, políticos, médicos.

No período precedente às instituições exclusivamente psiquiátricas, onde havia menores preocupações em curar a doença mental, mostraremos o espaço disciplinar representado pela Casa de Detenção do Recife, província de Pernambuco, na primeira metade dos anos 1860. Mostraremos que esse local abrigava muitos suspeitos de loucura, com base na interpretação das fontes primárias do sistema prisional e questionamentos sobre a relação jurídica dos dirigentes públicos e os ditos loucos, ainda que temos nossas ressalvas e cautelas, ao internamento europeu demonstrado nas primeiras obras de Michel Foucault (2005; 2007), concentrado no problema do controle sobre o corpo, enfatiza a estrutura institucional e a voz das autoridades, quando deixou escapar os sujeitos, as estratégias, os silêncios e sempre apresentam passividade discursiva desses indivíduos. Traremos o que está claro na discussão documental sobre quem deveria ficar a tutela sobre eles, os meios de contensão empregados quando não se sujeitassem à prisão, nomes determinados pelos dirigentes públicos aos estados da doença mental, analisar possíveis ações e resistências ao cárcere oitocentista.

## **A TUTELA JURÍDICA**

A família constituía o centro da sociedade, uma unidade onde deveria permanecer a paz entre os membros, o convívio, a obediência ao cérebro patriarcal que na época provinha o sustento e a estrutura moral, a boa ordem começava em casa. Porém, ter como parente um considerado louco era um problema sério, sem efeitos dos preparados e drogas da época, o pouco

trabalho médico possível além das sangrias para fazer circular o sangue (sem remédios ou terapêuticas que controlassem os sintomas). Era difícil conviver com eles em casa, pela rotina de medo dos mais violentos, indicava um perigo constante e abandoná-los às ruas, onde também fariam distúrbios, surtos violentos, gestos e palavras indecorosas a ordem pública, entre vários inconvenientes, a família poderia ser responsabilizada por terem danificado um espaço, serem cobrados os ressarcimentos e danos. Somadas as perdas materiais e financeiras os familiares ficavam sem condições de mantê-los, pretendiam deixá-los em um local até estar em melhores condições ou curado. Hospitais, não os recebiam bem, pois eram uma ameaça para os outros doentes, não haviam setores que os separassem dos considerados bons.

O Código Criminal do Império (1830) considerava o estado de loucura (análoga a terminologia jurídica “*alienação mental*”) para homens e mulheres não criminosos, restrito a alguém sem responsabilidade sobre seus atos, os isentava de culpa em delitos, era um problema social sem penalidades ou espaços específicos para abrigá-los, nem afirmar a existência de particularidades da terapêutica que os diferenciasse de delinquentes ou enfermos. Pela lei, deveriam ser internados em espaços de isolamento para verificar o estado de saúde, exames feitos por médicos, decorrendo um tempo de internamento para averiguação e observar os sinais que tornassem a condição um fato ou não. O dito louco ou “*alienado*” não existiria por si só, mas pela prova legal que permitiria a interdição nos processos de julgamento ou quando as autoridades solicitassem mais informações. Dessa forma, eles:

Art. 10. Também não se julgarão criminosos:

§ 2.º Os loucos de todo gênero, salvo se tiverem lúcidos intervalos e neles cometerem o crime [...] Art. 12. Os loucos, que tiverem cometido crimes, serão recolhidos às **casas para eles destinadas**, ou entregues as suas famílias, como ao juiz parecer mais conveniente (TINOCO, 2003, p. 24-28) [Grifos nossos].

A lei brasileira nos casos de loucura era vagarosa e contraditória, mesmo porquê seriam inúmeras e indescritíveis a enorme variedade de desatinos, como salientou Tobias Barreto (2003, p. 41-63) era impossível prescrever todos os tipos de perturbação mental ou deformações do organismo, de sensibilidade, afeto, desvarios e psicoses que poderiam excluir a responsabilidade nos crimes, tampouco que fosse curada. As lacunas complicavam a definição de quem fosse considerado louco num ato criminoso, haja vista, a inviabilidade de medir os intervalos em que

estivessem lúcidos, muito curtos ou insustentáveis, encontrar a absolvição ou culpabilidade. A pessoa cometia desatino e em seguida era declarada louca (ou “*alienada*”), que da mesma forma do hospital, também não poderia ficar junto dos criminosos comuns.

Segundo as normas legais, era necessário prender o indivíduo nesses casos, mas era incerto o tipo de instituição deveria recolhê-lo e de que maneira, a exemplo de tantos outros não-enquadrados nos padrões oitocentistas, acabava encarcerado a prisões e hospícios (espaços de poder físico e pouco operacionalizadas por médicos) onde pioravam os sintomas, longe de terapêutica e na realidade uma forma de confinamento. As autoridades policiais cumpriam a lei no caso de trazê-los e observá-los e ainda assim caso a pessoa não manifestasse a doença durante o período de reclusão poderia continuar presa ou até ser libertada. Em outras situações, algum desagravo a ordem ou a moral durante o período de averiguação poderia ser entendido como loucura. A insuficiente literatura sobre o tema fazia da loucura uma interpretação jurídica dos dirigentes públicos, o que poderia induzir a erros, motivo a adaptar precariamente práticas isolacionistas vindas de instituições da Europa, especialmente, França e Alemanha. Se pensarmos a realidade do nosso país, podemos dizer que internar a loucura representava uma contenda necessária ao controle e vigilância do mundo correcional naquela sociedade de um indivíduo desconhecido ou não-enquadrado, ao espaço enclausurar, tratado e sem receber punição (FOUCAULT, 2005, p. 82-83; 2007, p. 21).

O dito louco não era uma propriedade instituída, estava recolhido para ser conservado quando se esperava que melhorasse e retornasse a família ou tivesse destino ao trabalho. A alimentação, vestuário, remédios, se houvesse a presença de médico para lhe atender, danos causados ficava a cargo da instituição. O humanitarismo baseado no Direito e na ciência que haviam sido tão importantes como os tijolos e massa para ergueram a penitenciária, obrigavam ao administrador da Casa de Detenção do Recife um certo acolhimento com dignidade a ser alcançado, ao passo que se habitua a duas classes distintas de reclusos, os normalizáveis e os ditos loucos. Ele alegava não se tratar ali de um espaço adequado a esse internamento, recorria ao uso da força para manter a ordem, e os ditos loucos respondiam com reações hostis e surtos violentos (APEJE, CDR. Ofício..., V. 2, 9 de outubro de 1862, p. 357; Idem, v. 3, 12 de junho de 1863, p. 375)

Em vários casos, a família não mais os procurava tornando-o um sujeito dependente do recolhimento prisional, antissocial e inapto às práticas produtivas. O administrador da Casa de

Detenção alegava não ser responsabilidade do Estado de tratar a todos, pelo menos aos que pudessem ser sustentados pela família, como no suposto caso em que os ditos loucos Teixeira Borges, Antônio José dos Santos e Silva e Ignácio Pedro da Silva teriam sido abandonados à tutela pública, pois:

[...] foram abandonados à caridade pública por seus parentes o Teixeira Borges, ex-oficial de justiça da Fazenda, tem família nesta cidade: Antônio José dos Santos e Silva, ex-voluntário da pátria, pertence a uma família da Freguesia de Bezerros, que dispõe de meios para o socorrer, e Ignácio Pedro da Silva, ex-capitão de navio mercantil, tem irmãos na Província do Rio de Janeiro. (APEJE, CDR. Ofício... V.5, 4 de maio de 1865, p. 225) [Grifos nossos].

A loucura não poupava ricos ou pobres e muitas coisas poderiam estar em jogo no caso de uma pessoa ser declarada louca, inclusive por trás de um possível abandono familiar, o interesse de alguém muito próximo querer seus bens, casas, fortunas, possibilidades relevantes que por isso os relacionamos no trabalho. Nessa condição a pessoa alcançava a pobreza absoluta, despossuindo qualquer coisa que tivesse antes: estava julgado incapaz de ter materialmente os objetos, dinheiro, perdia o status social, ocupação ou propriedades. Podemos especular se alguns dos ditos loucos eram na realidade sãos e teriam sido forjadas situações de descontrole mental por familiares ou sócios no intuito de ao ser declarado o estado de loucura haver um motivo de interdição legal sobre herança e patrimônio construído ou adquirido. Fica claro que ser louco podia beneficiar a outros que controlam ou os manteriam sob tutela, onde a incapacidade sobre o agir deve ter sido um dos motivos frequentes em litígios judiciais.

## **OS MEIOS DE CONTENÇÃO**

A Casa de Detenção do Recife seguia a orientação disciplinar das prisões do século XIX, um espaço social para abrigar todos os indivíduos desviantes, submetida pelos dirigentes públicos o papel de ordenar a reclusão. O sistema carcerário regido pela sociedade disciplinar tinha por objetivo correccional, internar inclusive os suspeitos de loucura, cabia o ônus do poder público a provê-los, dando-lhe alimentação, proteção, vigilância e controle, o que acabava de levar os transtornos para o convívio na cadeia, desordenando as necessidades do trabalho correccional e auxiliar na tarefa de caridade aos detentos muito pobres (MAIA, 2001, p. 189).

As celas materializavam o isolamento, tradicionalmente vistas como lugar para a interdição jurídica, ao falhar a terapêutica, a única estratégia para conter as agitações violentas estava na limitação física de espaços minúsculos, cubículos com pouca salubridade, lugar feito para meditar e penar pelo crime cometido, do indivíduo buscar se redimir, era minimamente localizado, dividido, vigiado. Esses espaços economicamente construídos para reclusão dos presos comuns que deveriam aprender a conservá-los. Em casos extremos, havia no local uma solitária para a total falta de comunicação externa a qualquer preso rebelde ou impulsivo as ordens aplicadas. Todo o sistema prisional fazia apenas da imobilização celular a principal forma de tratar os ditos loucos, como se da mesma forma experimentada nos demais presos, também surtisse efeito, algo totalmente fora de propósito.

Tratava-se de uma pessoa que tinha consciência de espaço em discernir o lugar desconfortável e intolerante que comprimia a locomoção e a vazão de sentimentos e emoções afloradas, sem ocuparem o tempo em atividades laborais, pedagógicas ou artísticas, diferente dos presos comuns que trabalhavam nas oficinas correcionais (serralharia, marcenaria, sapataria, etc). Assim, passavam momentos de sofrimento no presídio, ao permanecerem em confinamento, distante de serem recuperados e proibir singularidades de comportamento, provocava mais traumas de espaço, sem alternativas, afirmavam-se, reagiam ao poder que os cercava, reforçavam a instintividade de defesa, o indivíduo se debater, destruir o interior das celas, emagrecer até definhar, a recusa de roupas e alimentos, fazer disparates, escapar desse sofrimento interminável por negar a própria existência ao tentar o suicídio, portanto pioravam a condição da pessoa transtornada em todos os sentidos: a limitação do lugar em si e as regras nele praticadas levavam a tristeza abissal, ferimentos e morte. Eles eram os mais particularizados entre os detentos e o administrador se via obrigado a deixar celas exclusivas para eles, o que causava um problema organizativo de lotação carcerária (APEJE, CDR. Ofício... V. 2, 24 de outubro de 1862, p. 387).

Haviam também meios coercitivos para reprimir as vontades, ataques violentos, diminuíssem os prejuízos e indisciplina causada por eles. Constituíam maneiras completas de retirar a mobilidade à força e as reações insistentes, com outras finalidades da própria sociedade para punir e transportar escravos, largamente empregadas nos espaços pré-psiquiátricos europeus ao sujeitar o máximo da pessoa pelo controle corporal. Era uma forma de compensar o fato da prisão não ser projetada com uma área para abrigar indivíduos nesse estado, onde na

época perambulassem ou haver o tratamento mais terapêutico à doença. Na instituição, eram fabricados alguns meios de contensão simples de serem produzidos nas oficinas correcionais e práticos de usar na rotina de encarceramento, como pedia o administrador ao chefe de polícia para *“mandar fabricar algemas, camisas de força destinadas aos loucos e ébrios furiosos que constantemente são para aqui mandados”* (APEJE, CDR. Ofício... V. 4, 1º de junho de 1864, p. 221).

Quanto às camisas de força eram um instrumento mais caro, com maiores dificuldades em ser feito na própria Casa de Detenção, porém permitiam paralisar os membros superiores, complementado pelas algemas, correntes, tronco, talvez, mordanças, que prendiam o restante do corpo. Esses meios contensores funcionavam como hoje são os medicamentos que amenizam a raiva ou impossibilitam o transtornado de se mover, sem claro, agirem nos sintomas, apenas os aumentarem, sem existir danos ou ameaças para outras pessoas, uma prática dolorosa de disciplinar o corpo. Eram empregados durante o período de prisão e indispensáveis nos momentos de excesso na população carcerária, ao serem vários suspeitos de loucura internados na mesma cela, o que só seria possível usando contensores nos ataques de raiva para proteção mútua de ferimentos graves e até de morte.

#### **DITOS LOUCOS COMPULSIVOS E FUNCIONAIS**

Observando a correspondência oficial da Casa de Detenção encontramos suspeitos de loucura declarados pelas autoridades policiais que mantinham as demandas imediatas de controle social e deveriam ser ágeis em ordenar, sem maiores cuidados. Quaisquer dúvidas a respeito do estado de sanidade seriam esclarecidas durante o internamento. Quem detinha o poder carceral determinava a custódia e recolhimento público ou entrega à família, como revela a linguagem processual do Direito num vocabulário jurídico, nos ofícios, protocolos, relatórios. Portanto, na tarefa de prender e definir quem era um dito louco não era unicamente decidida nos tribunais, pois havia a demora da justiça, talvez aplicáveis em alguns casos de maior repercussão, como os que envolvessem crimes capciosos ou pedidos de interdição envolvendo bens, a reclusão de indivíduos violentos teria que ser rápidas. Embora existam indícios do trabalho realizado pelos médicos na elaboração de exames, autópsias, laudos, a terapêutica limitada não permitia desempenhar um papel mais importante no mundo correcional, estes ainda questionavam pouco

sobre como tratar a doença mental nas prisões, a decisão maior era de quem tinha a voz no direito e policiamento social.

Um impasse comum era a troca de informações entre as autoridades sobre a causa da prisão, pois os suspeitos de loucura poderiam ser conduzidos por grandes distâncias do interior para a capital ou recolhido nas vizinhanças por soldados despreparados, era frequente ocorrer com os delegados que não tivessem maiores preocupações em notificar o motivo de internar aquela pessoa por escrito (se cometeu um delito, praticou desordens, aparentava sofrer de algum distúrbio, etc). Com tantos indícios desconstruídos, o período sob custódia no presídio era determinante para diferenciar as variações interpretadas, a que permitia decidir quais procedimentos carcerários, o nome mais cabível naquele momento para classificar o estado de loucura ou recuperação, tempo de cárcere e as outras autoridades apenas confirmavam a determinação de sentença jurídico-policial. A afirmação do conjunto jurídico, o caráter civilizatório e humanitário era a roupagem moderna conveniente às autoridades que afirmavam ser preciso a reclusão para tratar a condição física e conduta, na realidade, aplicar a normalização.

As nomenclaturas usadas empírica e socialmente pelas autoridades jurídicas ao início dos anos 1860 tinham vocabulários diferentes dos hoje existentes, caso de “alienado” e “alienação mental” aos poucos a palavra “louco” e “loucura” tomaram os seus lugares. Diversas outras composições de nomes e apropriações a situação experienciada ocorreram na cadeia e as transcrevemos aqui localizadas na documentação como: “alienado”, “alienado furioso”, “alienado mendigo”, “alienado sentenciado”, alienado “suicida”, “completamente idiota”, que apresenta “sinais” de “alienação mental”, africano livre “alienado”, “louco furioso”, “louco furioso criminoso”, “pareceu alienado”, em “desarranjo mental”, “apresentou sintomas de loucura”, “alienados”, “doídos”, “loucos”, “infelizes”, “infeliz classe de detentos” (APEJE, CDR. Ofícios... V.1; V.2; V.3; V.4; V.5; 1860 a 1865, passim).

A loucura era definida conforme o grau de sanidade resultado da condição observada pela autoridade jurídica, medindo entre os níveis menos perturbados e próximos ao socialmente aceitável aos mais elevados de fúria e excitação e que mereceriam maiores rigores. Sobre cada manifestação se especulava as diferentes reações já na época chamadas de sintomas. O sintoma é o signo, o centro do discurso e intervenção do saber médico em uso que dava aos dirigentes



públicos o motivo para encarcerar o indivíduo, a singularidade, forma, medição, divisão e particularidade, a construção dos casos de cada transtorno que seguissem um padrão de entendimento. A partir de análises empíricas, nós percebemos dois tipos de considerados loucos entre os recolhidos na cadeia: o compulsivo e o funcional.

A loucura compulsiva era repetitiva e permanente, o indivíduo vivia restrito as perturbações, impulsos descontrolados, ataques de fúria e deficiência cognitiva, não haveria como entrar ou retornar ao que se entendia por racionalidade, eram isentos de responsabilidades, trabalho e obrigações civis. Na época, esses casos patológicos, orgânicos ou crônicos teriam origem desconhecida ou no máximo se especulava sobre a ascendência familiar de antepassados que tivessem desenvolvido o transtorno ou contraída durante experiências traumatizantes quando perderiam definitivamente os limites da realidade. Praticariam atos excessivos e sem controle ou violência em ciclos ou permanência nessa situação até a exaustão completa ou óbito. Dentro da cadeia, eram tutelados pelo Estado até serem transferidos para um hospício ou devolvidos aos familiares, os furiosos e dementes.

O estado agressivo ou desencadeado pela raiva dos chamados “*furiosos*”, como foi interpretado o caso de Antônio José, indivíduo que faleceu por “*congestão cerebral*”, reconhecido como “*sintomas de loucura*”, desordem provocada segundo encontramos na documentação, pelo “*avolumado furor*”, um grau extremo da pura violência potencializada pelo indivíduo, ultrapassando todos os limites suportados pelo corpo, como interpretava o administrador para explicar a causa da morte (APEJE, CDR. Ofício..., V. 5, 19 de outubro de 1865, p. 457). E outro ofício, era pedida a “*retirada para fora desta Casa*” do “*alienado furioso*” Francisco Carlos Teixeira Borges, recolhido por ordem do chefe de Polícia. Quando quebravam a rotina esperada pelos dirigentes públicos que era a obediência, harmonia, silêncio e trabalho, pelos debatimentos, gritaria e poderiam pôr em risco a vida dos que o vigiavam e amedrontavam aos visitantes, depredavam as celas a ponto de serem considerados os tipos danosos ao patrimônio institucional da prisão. Como quase nada se conseguia fazer para sossegá-los, tornava-se habitual os pedidos de transferência para instituições semelhantes em relação à contenção ou força, caso do hospício da Santa Casa de Misericórdia de Olinda (APEJE, CDR. Ofício... V. 5, 8 de maio de 1865, p. 233).

As mulheres suspeitas de loucura com impulso sexual excitado ou surto de fúria que as faziam rasgar as roupas, ficarem completamente com seus corpos expostos, os gestos obscenos

em despertar o desejo, atos impróprios ou provocativos à relação íntima, quando haviam presos que trabalhavam em oficinas e há meses estavam sem relação sexual, guardas e outros homens que circulavam durante o horário de visita incitavam o desvio da ordem e trabalho a que se propunham o projeto correcional em reprovação moral pela autoridade e mereciam serem inibidas. Essa era uma sociedade em que o corpo feminino era encoberto por muitos por mantas, uma forma de manter os homens centrados no trabalho e comportamento morigerado, como acentuam documentos que mostram essa particularização a condição feminina da loucura numa cadeia de regras masculinas, *“uma alienada de nome Felicidade”* que se achava em *“estado lastimoso”*, definindo e em *“completa nudez”* (APEJE, CDR. Ofício... V. 1, 9 de janeiro de 1862, p. 20).

Os casos dos considerados por idiotas ou pessoas que sofriam do transtorno mental leve, poderiam viver entre os outros e pouco afetar ou ameaçar, nascidos com a doença, o que poderia ser uma gama de enfermidades ou deformações que provocam a dificuldade de aprendizado, a reduzida capacidade de organizar pensamentos e de se comunicar, a repetição cíclica dos gestos ou palavras, como dialogistas (ao falar compulsivamente sozinho) ou dizer coisas sem nexos, gostos considerados estranhos, excentricidades ou atos desavergonhados pela sociedade e que a cadeia também teria a função de contê-los também tinham implicações à ordem ou a moral pública. Foi assim entendido o caso do de um escravo, em que o administrador julgou *“ser liberto”* e *“sofrer de alienação mental, porém pacífica”*, pois não encontrou sinais de agressão física ou danos ao patrimônio então era possível colocá-lo *“em liberdade”*. Percebemos que o mesmo não aparentava ser violento, uma exceção à loucura avolumada e furiosa dos diversos exemplos encontrados, era menos arriscado devolvê-lo a sociedade, pois as tendências comportamentais verificadas como calma e ausência de ofensas não representavam perigo (APEJE, CDR. Ofício... V. 3, 18 de dezembro de 1863, p. 624).

Entre os casos de loucura funcional havia muitos registros na documentação policial em que a pessoa não se enquadrava necessariamente em doença mental ou desarranjo psíquico ou de sociabilidade, apenas transgredia uma norma moral estabelecida e poderia ser considerada louca tendo todos os aspectos de indivíduo normal, por desvio declarado na interpretação de uma autoridade, desobedecia à lógica ocupacional do trabalho ou serem adquiridos por transtornos repetidos. Os sintomas eram interpretados pelos dirigentes públicos no exercício do poder

jurídico (sem necessitar de diagnóstico médico) como desvio de conduta social, geralmente, ocasional e curável, em estado temporário quando após um surto passageiro a pessoa recobrasse a razão e estava livre. Nesse intuito, muitos eram recolhidos na Casa de Detenção até terminassem as manifestações consideradas fora do normal ou moralmente inadequadas e teriam de ser corrigidos. As rotinas e isolamento dos antigos hospícios e cadeias poderiam elevar ao extremo a pessoa ao esgotamento mental, medo, tristeza e sensação de vazio, abandono, aversão a lugar fechado e, depois, conduzir ao quadro contínuo de compulsão ou surto que levasse a morte, sem os tutores entenderem que a causa para a loucura seria o próprio local de recolhimento. Sob a força maior de manter a segurança pública contra vícios e ofensas aos costumes, dessa categoria faziam parte os bêbados, desordeiros, prostitutas, suicidas, mendigos, etc.

O sujeito podia ser dissimulado, usar esses sintomas de transtorno mental como estratégia para não ser responsabilizado, conseguir liberdade e burlar normas legais. Com características de lucidez, *“João Romano”* foi interrogado pelo administrador da cadeia, preso por ordem do chefe de polícia *“por embriaguez e distúrbios, o qual declara que é desertor de Marinha, além de que apresenta sinais de alienação mental o que afirma-me em levar ao conhecimento de V.S. como me cumpre”*. (APEJE, CDR. Ofício..., V. 2, 16 de setembro de 1862, p. 308). O chefe do presídio cumpre uma ordem jurídica superior, para reconhecer, internar e observar a suposta loucura. Podemos ver esse caso de duas formas: ou se trata apenas da interpretação da autoridade que ordenou e investiga o comportamento do suspeito ou até tentar enganá-la ao teatralizar sintomas de insensatez com gestos, ataques desordenados de raiva, palavras e tudo o mais que represente a inexistência da razão para ser dispensado do serviço militar, da responsabilidade em ressarcir os prejuízos causados em brigas e bebedeiras, ser inocentado por haver ferido ou ameaçado alguém, absolvição nos processos criminais, não cumprir pena, etc. Se os indícios fossem entendidos comprovaria a loucura, depois de certo tempo, a reabilitação e melhora serviria para inocentá-lo de qualquer culpa.

Os desviantes dos costumes sociais estavam entre os não encaixados na lógica ocupacional, aos que proferissem palavras indecorosas, fossem surpreendidos em atos públicos libidinosos, típico da prostituição, eram ilícitos e de conduta social grave que poderiam fazer a pessoa ser declarada louca. Parece ter ocorrido a, talvez, uma prostituta, Regina Maria Captulina do Sacramento internada por ofensas a moral pública quando teria de permanecer um período para

determinar o estado mental na cadeia e somente se a autoridade considerasse curada poderia ser liberada ou lá seria abrigada durante muito tempo ou sequer sobrevivesse a vida na clausura por ali acumular dores e se desfigurar (APEJE, CDR. Ofício..., 29 de maio de 1865, V. 5, p. 278). Também pessoas que perderam a memória ou não conhecessem o próprio destino, os estrangeiros sem rumo e desempregados, poderiam ser declarados suspeitos de loucura, temos o exemplo de um africano livre interno na Casa de Detenção por muitos meses sem ser resolvido para onde iria. Enquanto os dirigentes públicos demoraram em decidir a sua custódia ou devolução ao país de origem, o mesmo já havia sofrido algum transtorno que piorara, pereceu com abalos contínuos na saúde mental que o levou a um quadro de definhamento (APEJE, CDR. Ofício... V. 2, 9 de outubro de 1862...).

Um caso ocorrido na improvisada enfermaria da Casa de Detenção, com um indivíduo que se tornou “*suicida*” na prisão, foi objeto de particular interesse do dirigente a respeito das causas do ocorrido, pelo perigo à ordem da instituição correcional e apresentar uma falha em não ser normalizado. Ele pode ter recusado a contensão física representada no presídio ou pela forma de condução e isolamento, sabendo do que poderia aguardá-lo, na cadeia ou um algoz fora dela, forçando a retirar a própria vida, dar um fim a uma tristeza profunda ou desespero em que a pessoa abandona a vontade de viver. Vemos ainda, no “*alienado*” planejamento uma expressão de resistência, consciência e organização das idéias, buscou um refúgio aos desamparos vividos e autolibertação do controle disciplinar, poderia estar no pensamento de alguns ditos loucos, a negar a própria vida a ser sujeito a contensão física e regulação moral social para ele incompreensíveis ou absolutamente injustas. Outros casos de suicídio se repetiram várias vezes na cadeia (APEJE, CDR. V. 4, 29 de junho de 1864, p. 217; APEJE, CDR. Relatório... 1865, p. 8).

Na prisão, o discurso médico era um apêndice do saber jurídico, pois os chefes policiais tinham o poder de decisão, enquanto os médicos eram coadjuvantes, duvidamos se acompanhavam minuciosamente os desdobramentos clínicos dos sintomas dos considerados loucos, tratando-os menos como pacientes, ao fato de ainda não exercerem escalas de horários na enfermaria na Casa de Detenção, visitar vários doentes na casa deles e na clínica particular. Existia um espaço de cura sofrível e condições de trabalho mínimas, além das restrições de métodos praticados, como as sangrias, os médicos não agiam apenas como terapeutas e sim cumpriam uma tarefa administrativa na perícia a confirmar a avaliação de sanidade mental

concernente às decisões das autoridades jurídicas, fazer exames forenses para laudos, descrever corpos para justificar a causa da morte (APEJE, CDR. Auto de exame feito no cadáver de Manoel do Sacramento In *Ofício...V.4*, 23 de dezembro de 1864, p. 486-487).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os considerados loucos eram operacionalizados pelo controle, regidos por leis obscuras e sentenciados à reclusão policial precária dos meados do século XIX. Naquele momento ainda não existia soluções e espaço para os que sofriam dessa doença, restando apenas contê-la no cárcere absoluto das celas para determinar seu o tipo de comportamento, consoante a agressividade, gestos ou anormalidades entendidas acima de tudo pelas decisões jurídicas dos dirigentes públicos, com plena ação social. Onde o sujeito sem razão ou controle sobre os seus atos não era criminoso, porém era detalhado, vigiado, contido e normalizado.

Verificada à incompatibilidade do louco na cadeia, era transferido para outros espaços de recolhimentos, onde também não se resolvia os transtornos nem a doença. Foi um internamento mais preocupado com a imobilização, pois a cura pela terapia produto da ciência e racionalidade era ainda distante e pouco estimulada formas de convivência laborais pelas condições institucionais, financeiras e espaciais. Sobrava a ferramenta disciplinar da coerção física ou contenção. Esse era o local onde os médicos tinham uma argumentação secundária, o que só viria a mudar décadas depois com a criação dos espaços psiquiátricos, perdurando o insucesso das práticas instituídas pelo Estado, em desumanas formas de silêncio e repressão resultando em nada, a não ser dor, sofrimento e óbito aos ditos loucos, e destes tempos a loucura ficou enclausurada nas alegorias do castigo. A prisão que representava o forte instrumento de controle governamental sobre os marginalizados, guiada pelo racionalismo iluminista, fracassava em estender plenamente seu poder até suprimir todas as formas de desvio social, logo esbarrou na irracionalidade.

## **REFERÊNCIAS**

**ALMEIDA**, Rufino Augusto de. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Chefe de Polícia, pelo Dr. Rufino Augusto de Almeida, administrador da Casa de Detenção. Recife: Typ. do Jornal do Recife, 1865.

**APEJE**, CDR. Ofícios do administrador da Casa de Detenção, para o chefe de Polícia (Documentação seriada, manuscrita, da Segurança Pública). V. 1-5, 1862 a 1865.

**BARRETO**, Tobias. Menores e loucos em direito criminal. Prefácio de Luiz Carlos Fontes de Alencar. Ed. Fac-símile. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

**FOUCAULT**, Michel. História da loucura: na Idade clássica. Tradução José Teixeira Coelho Neto, 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

**FOUCAULT**, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

**MAIA**, Clarissa Nunes. Policiados: o controle das classes populares no Recife de 1865 a 1915. Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

**TINOCO**, Antonio Luiz. Código Criminal do Império do Brasil – anotado. Prefácio de Hamilton Carvalho. Ed. Fac-símile. Brasília: Senado Federal Conselho Editorial, 2003.

## **UM CORPO ADOECIDO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE O CORPO DOS PORTADORES DA DOENÇA DOS “LÁBIOS AZUIS” COMO OBJETO DA MEDICINA E SUAS POSSÍVEIS REFLEXÕES**

Junia de Lima Nascimento<sup>41</sup>

Nosso trabalho tem como um dos principais objetivos analisar o discurso sobre o corpo dos portadores da doença dos “Lábios Azuis”. Mas para que nossa pesquisa se tornasse possível usamos como aporte teórico o uso da História do Tempo presente, aporte teórico que serviu como base teórica metodológica para que a pesquisa tivesse êxito. Esse campo historiográfico tem sido usado recorrentemente pelos historiadores tendo em vista, que cada historiador vive em seu tempo; Jean-Pierre- Rioux fala da história do tempo presente da seguinte forma: “Um vibrato inacabado que anima todo passado, um presente aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora das alamedas percorridas, é um pouco isto, a História do Tempo Presente” (RIOUX,1999,p.50).

Ver então o surgimento da História do Tempo Presente como certo impacto no campo político e historiográfico. Ao analisar os discursos dos pacientes com relação ao envolvimento de sentimentos e afetos a partir das sociabilidades que são feitas no grupo é história do tempo presente, uma indagação intrínseca ao nosso tempo. Um novo aporte teórico que possibilita a pesquisa dos historiador com o seu tempo, o contexto em que ele é levado a exercitar sociabilidades e perceber as mudanças que estão acontecendo em volta.

Além do uso do aporte teórico da História do Tempo Presente, também utilizamos como recurso metodológico a análise do discurso, recurso qual nos levou as principais respostas dadas ao nosso problema de pesquisa. Analisar esses discursos com relação à patologia dos “Lábios Azuis”<sup>42</sup> parte de nosso tempo presente, tempo que justifica nosso recorte temporal. Pois a partir do momento que o paciente tem o diagnóstico ele procura saber o que significa Hipertensão Arterial Pulmonar, uma doença rara e que as pessoas dificilmente ouviram falar, que por sua vez, leva a um maior cuidado e observação aos sintomas em seu corpo. A condição de ter sido

---

<sup>41</sup> Pós- graduanda do PPGH, Licenciada em História pela UFCG email: juniafabio2014@gmail.com

<sup>42</sup> Termo usado pelos pacientes por muitos deles ficarem com os lábios roxos quase azuis



diagnosticado a partir de um termo diferente que é a HAP, faz com que o paciente procure saber do que se trata aquele termo que faz parte do diagnóstico.

Com o uso da História do Tempo Presente , podemos fazer um enlace com novas fontes que tem surgido nesse tempo, dentre essa nova gama de fontes, podemos contar com a internet, fonte pela qual podemos extrair os principais discursos a serem analisados em nossa pesquisa. Usar a internet como fonte podemos dizer que é fruto do avanço da tecnologia e dos impactos sociais que temos vivido, é o Pierre Levy, chama de “cibercultura” na verdade ao “[...] conjunto de técnicas (materiais e intelectuais) de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. (LÉVY,1999, p.17). O que justifica nossa pesquisa para uma melhor análise do discurso dos portadores. Pois a partir do contato com a fonte temos as condições de pesquisa para realizar nosso trabalho.

Com o aumento do uso das fontes do “ciber-espaço” como lugar de pesquisa e informação de forma rápida, o uso recorrente da internet e dos vários espaços que ela propicia, torna-se comum entre os pacientes. E na maioria dos casos os pacientes dão de frente com os discursos médicos postados em alguns sites, e conseqüentemente vão ao grupo para expor seus discursos sobre o corpo doente e sua experiência com a clínica médica.

Quanto ao conceito de discurso usado em nossa pesquisa , optamos por utilizar a obra de Michel Foucault. Para isso mergulhamos nossa curiosidade em a Arqueologia do Saber<sup>43</sup> onde Michel Foucault, trás com mais profundidade a problematização do que é discurso. Para o autor o discurso não apenas um conjunto de signos carregados por significantes e significados o discurso é carregado de significados, ou seja, de intencionalidades. Como diz Michael Foucault analisar o discurso é na análise do discurso que observamos relações históricas e praticas concretas que estão presentes no próprio discurso, afirmando assim: “[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua” (FOUCAULT, 1986, p.56). Assim analisamos os discursos dos pacientes a partir de suas intencionalidades e a ligação que esses discursos têm com a discussão em torno do corpo.

Uma pesquisa aonde o Ciberespaço foi de muita importância para analisar os discursos dos portadores da doença, as distintas formas de lidam com a experiência do corpo enfermo.

---

<sup>43</sup> FOUCAULT, M.A arqueologia do saber. Rio de janeiro:Forense,1986

Como também as entrevistas realizadas com portadores da doença. Entrevistas nas quais eu utilizamos a técnica de História de Vida, considerada como temática. Segundo Boni e Quaresma (2005)<sup>44</sup> “A HV tem um ponto principal permitir que o informante retome sua vivência de forma retrospectiva (p.73).”. Nas entrevistas deixei que os entrevistados ficassem cientes de minha pesquisa, possibilitando que as histórias de vida fossem em direção ao tema.

Através dos recursos acima citados temos a pretensão de aprofundar nossa pesquisa em todo da discursão do corpo dos portadores como objeto da medicina. No entanto é necessária a compreensão em torno da discussão sobre o corpo. Segundo Merleau Ponty (1999)<sup>45</sup> a discussão em torno do corpo, começando a partir de sua invenção no século 20, invenção nas formas psicanalítica, filosófica e antropológica. Porém o mergulho na história da arte a partir do corpo deu ao historiador que opta por analisar o tempo presente uma nova possibilidade de discussão

## DISCUSSÃO

A convivência com a doença dos “Lábios Azuis” se constitui em um dos maiores desafios a serem enfrentados pelos portadores da doença. A doença inclui sintomas que aumentam a gravidade e o risco de óbito. No grupo Hipertensão Pulmonar- Brasil grupo transitado por pessoas de todo o país. As conversações feitas no grupo estão sempre voltadas para a doença, seus sintomas, as mudanças que ela acarretou em seu corpo, que por sua vez estreitaram os laços com a medicina e a clínica médica. Os discursos postados no grupo podem ser percebidos a partir da oportunidade de relatar o que sentem a partir das redes sócias, mas não somente pelo fato de terem voz mais também por falar com pessoas que tem a mesma patologia. Vejamos o discurso de Paula Veiga:

Me encontro internada em Bh no Ipsemg desde o dia 18 com um quadro de pneumonia e uma suspeita de vasculite. No mês passado também fiquei internada com pneumonia e as exacerbações só se agravando. Vou fazer uma biópsia de risco pra confirmação do diagnóstico de vasculite que segundo os médicos se

---

<sup>44</sup> Boni, Valdete e Quaresma, Sílvia Juremas. Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais- Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC-Vol.2nº 1(3), Janeiro-Julho/2005, p.68-80

<sup>45</sup> PONTY, Merleau. **Fenomenologia da percepção**. 2ª ed. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

trata de uma doença auto-imune. Alguém já ouviu falar ou tratou a vasculite? Vou pra o bloco com alto risco. Estou apreensiva.<sup>46</sup>

O discurso da paciente é enfático ao falar das complicações que acarretaram a internação, levando a evolução de um quadro de pneumonia e suspeita de vasculite. Através do grupo a portadora fala da experiência de ter o corpo como objeto da medicina, que por sua vez, analisa e observa o corpo doente e estreita o laço de convivência da paciente com a clínica médica. A pneumonia que não é nada mais que uma infecção nos pulmões que pode evoluir em óbito para os portadores de Hipertensão Pulmonar. Para Sontag (2006) transitar pelo reino dos doentes leva a viver as fantasias mais sentimentais ou punitivas que são engrenadas pela doença. Uma punição que começa a partir do corpo dos sintomas que são gerados nele.

Para a portadora está em um Hospital e ir para o bloco de auto-risco pode levar a consequências ainda maiores, tendo em vista que a possibilidade de ir para o bloco de auto risco e fazer uma biópsia arriscada, não é nada mais que uma possibilidade gerada pelo discurso médico. Em o *Nascimento da Clínica* Michel Foucault analisa as mudanças que aconteceram na medicina, e que, por sua vez, culminaram no surgimento da clínica médica, ou seja, a penetração da medicina nos hospitais. Como resultado de um saber médico que foi mudando com o passar do tempo aonde o olhar médico sai da superficialidade a passa para profundidade como diz Foucault (1977):

A clínica, olhar neutro sobre as manifestações, frequências e cronologias, preocupada em estabelecer parentesco entre os sintomas e compreender sua linguagem, era, por sua estrutura, estranha a essa investigação aos corpos mudos e atemporais; as causas ou sedes as deixava indiferente: história e não geografia.(P 143-144)

Para que a medicina se estabelecesse como racional e empírica, a clínica precisou encontrar um novo modo de ler o tempo e também a anatomia patológica. Foi necessária uma boa estruturação entre anatomia patológica e a clínica. Uma união da qual vai surgir e se formar a clínica médica, unida ao campo de saber da medicina, um campo que tem reforça a pretensão de supremacia médica sobre o corpo enfermo. Para os portadores da doença dos “Lábios Azuis” esse

---

<sup>46</sup> Arquivo pessoal, imagem 3 em anexo

saber se torna necessário para o esperado diagnóstico, podemos ver isso a partir da fala de Luana que sobre a experiência com a medicina, experiência vivenciada no corpo. Um corpo que torna o sujeito portador de uma patologia.

O saber médico está atento a cada sintoma no corpo, as manifestações direcionam o diagnóstico e confirmam a hipótese criada pelo saber científico. A classificação das enfermidades surge a partir da análise do corpo e dos sintomas presentes nele. Para o saber médico é necessário à compreensão dos sintomas que estão no corpo de Paula, uma necessidade que leva a fazer biópsia e ser encaminhada para o bloco que ampara pessoas que correm risco de vida. Uma experiência também vivida por uma de nossas entrevistadas:

Aí foi quando eu procurei um cardiologista e descobri que eu estava com sopro e que havia algum problema porque o pulmão também estava inchado, era o coração inchado e o pulmão também. Aí procurei o pneumologista ai tive que me internar pra fazer os exames pra saber realmente se eu estava com Hipertensão Pulmonar, aí fiz o cateterismo em Recife e foi comprovado, fui internada cinco vezes devido ao problema da doença, que a cada dia vinha se sentindo mais cansada e perdi dez quilos só de liquido edema era da cabeça aos pés. (Noemi, Abril de 2016)

O discurso da entrevistada nos leva as condições do corpo enfermo que o leva a busca pela medicina, que por sua vez só lhe foi imposto por causa de um corpo que não está bem. O corpo é primordial para que a medicina chegue ao diagnóstico. Os pés inchados, o liquido retirado de seu corpo. No entanto o olhar médico e a investigação é o que dão sentido a denominação da doença, que para ser descoberta é necessário é necessária o contato maior com a Clínica, no caso a internação. Segundo a autora: Sontag Susan (2007) “A enfermidade cardíaca é diferente do câncer, pois ela implica em uma fraqueza, um distúrbio, uma deficiência, diferente do câncer que implica em desonra”. A doença dos “Lábios Azuis” consiste em afetar os principal órgão do corpo.

A medicina com o passar do tempo se passa investigatória e vai ocupando um lugar, caracterizado pelo poder científico, que reforça ao longo tempo o poder do discurso médico em torno do paciente. A procura pela clínica médica no discurso Noemi se dar a partir do agravamento da à doença e da complicação que leva ao crescimento do coração. Uma experiência que leva o corpo a ser observado, não como um corpo composto pela subjetividade, mas sim um corpo visto como objeto de pesquisa. Podemos perceber através do seguinte discurso médico de

Gazzana e Barreto (2000,p.323)<sup>47</sup> “ Mulher de 38 anos com dispneia progressiva aos esforços, a um ano e meio aos pequenos esforços no momento da consulta.” Como podemos perceber o discurso médico ainda que identifique o gênero do corpo que está sendo observado, o olhar está voltado mais para o objeto do que para o sujeito.

Segundo Foucault (1977) o médico vai se aproximando do doente e utiliza visão, tato e audição, assim a medicina foi penetrando a profundidade do corpo. A partir do autor percebemos que o exame é a vigilância permanente classificatória que permite distribuir os indivíduos. No caso do discurso acima o corpo é a principal fonte de investigação, o corpo que produz sintomas, que deve ser tratados e se possivelmente curados.

A investigação médica, a ausência de afetividade tem aguçado a necessidade do saber médico ser conhecido apenas racionalidade. O discurso médico que ao longo do tempo foi se associando as práticas de poder e disciplina sobre o sujeito que devia ser disciplinado. Noemi fala de sua experiência com o diagnóstico e a clínica médica, através da internação para uma investigação maior e necessária. O discurso da paciente mostra sua experiência como algo que foi necessário e influenciador para a formação de sua identidade.

O corpo doente leva o sujeito à submissão do corpo como objeto de pesquisa científica, o corpo doente deve ser observado e medicalizado. Uma experiência que também levou Alan, portador de Hipertensão Pulmonar e que convive com a doença. Uma convivência que lhe possibilitou a propriedade de falar do próprio que foi asujeitado ao conhecimento médico, uma experiência difícil e muita vez marcada pela angústia e crueldade e ausência de sensibilidades médica. Podemos ver isso a partir do relato do entrevistado:

Devido à depressão fui a uma neurologista aí neurologista me examinou e disse: não! meu problema é respiratório ou cardíaco. Aí me mandou pra Dr. Emilio farias, quando cheguei lá expliquei tudo a ele, ele me atendeu super bem. Aí ele pediu bem uns trinta tipo de exames diferentes, quando ele pediu eu já tinha tudo só fiz botar no birô dele enchi de exames. Quando ele pegou o primeiro que abriu ele disse você tem hipertensão pulmonar se tratar em Recife procure o Procace<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> Médicos especialistas em Hipertensão Pulmonar

<sup>48</sup> Hospital do coração em Recife

O entrevistado começa falando de sua busca por um diagnóstico, ou seja, a busca por saber o nome daquilo que estava mudando seu corpo a partir de sintomas que foram gerados no corpo. Sintomas que culminaram no diagnóstico de uma depressão, que por sua vez o leva a procura de um médico neurologista, que por sua vez logo lhe deu a resposta que ele tanto procurava o problema que o levou à depressão, era cardíaco e pulmonar. Uma confirmação, uma notícia não tão fácil de ouvir, pois ouvir que os principais órgãos de seu corpo, que estão interligados ao bombeamento do sangue, fazendo com que o sujeito venha a respirar.

Segundo Sontag (2007) a doença por sua vez provoca pavor e ao mesmo tempo é tida como um mistério ou seja, lidar com experiência de conviver com uma doença rara por si é marcado por muitas complexidades. Deas complexidades está a maneira que a medicina lida com o corpo doente. O médico que anuncia o resultado dos exames para Alan, anuncia de uma forma direta, pois a doença que lhe foi anunciada é tida como uma doença misteriosa, estudada apenas nos últimos dez anos. O que significa dizer que a onze anos atrás não havia recursos terapêuticos para a doença dos “Lábios Azuis”, onde o corpo adoecido ia a óbito por causa da ausência de tratamento para a doença.

## **RESULTADOS DA PESQUISA**

No decorrer de nossa pesquisa e no desenrolar de nossa discussão, podemos observar que os portadores da doença dos “Lábios Azuis” partir do corpo doente são levados a uma maior relação com a medicina. Uma experiência que é ocasionada por um único fator, o corpo adoecido, um corpo que em si carrega múltiplas identidades, se torna um corpo adoecido, e por estar nessa condição de corpo enfermo o sujeito é levado a procurar a medicina, que por sua vez torna o corpo, um mero objeto de pesquisa médica.

Através da busca pela medicina, novas experiências são possibilitadas para o portador, dentre elas a própria experiência com a clínica médica, que se dar através de exames, que nada mais é que o aprofundamento do olhar médico em relação ao corpo doente e os sintomas produzidos por ele. O aprofundamento do olhar pode levar o paciente à internação, que é caracterizado, pela reclusão em um hospital onde o corpo estará sujeito a pesquisa e a olhar anatômico. A internação por muitas vezes traz ao enfermo a possibilidade de morte, dependendo

do caso, se o portador é levado para o bloco de auto risco, isso pode levar possibilidade de fim de tudo.

Como objeto da medicina o paciente não tem voz, suas subjetividades não são levadas em consideração, o que é observado pelo olhar médico é apenas sintoma que é produzido pela doença. Ter o corpo como objeto de estudo, gera algumas angustias nos sujeitos portadores da doença, angustia produzida pela frieza médica e ausência de sensibilidade. O que é resultado da objetividade da medicina com relação aos corpos enfermos, o corpo surge apenas como objeto de investigação e aperfeiçoamento da medicina. Com a busca do diagnóstico, a medicina busca medicalizar o corpo disciplinar e determinar como o sujeito deve tratar o corpo após o diagnóstico.

#### **REFERÊNCIAS**

Boni, Valdete e Quaresma, Sílvia Juremas. **Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais**-Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC-Vol. 2nº 1(3),Janeiro-Julho/2005,p.68-80

FOUCAULT, M.A **arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense,1986

..... **O Nascimento da clinica**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1977.

..... **A Hermenêutica do sujeito**. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

PONTY, Merleau. **Fenomenologia da percepção**. 2ª ed. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SONTAG: Susan. **Doença como metáfora: AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.



## TEMPO, O HOMEM E A ESCRITA: RODOLFO TEÓFILO E A MEMÓRIA DAS SECAS NO CEARÁ

Francisco Fábio dos Santos Bezerra<sup>1</sup>

Antônio Robson de Oliveira Alves<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Para Michel Foucault (2014, p. 26), na ordem do discurso literário é necessário que o autor se revele à sua produção, articulando sua vida e experiências a sua escrita, “com a história real que os viu nascer. O autor é aquele que dá a inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real”. Nessa leitura seria correto afirmar que na sua produção literário é resultado de suas vivências, sentidos e percepções de mundo, inserindo o seu mundo e a si mesmo naquilo que escreveu.

É possível analisarmos Rodolfo Teófilo e sua produção intelectual a partir dessa perspectiva, tomando-o próprio observador daquilo que ele mesmo relatou em seu livros e estudos, apropriando-se de suas temáticas abordadas numa necessidade de se inserir numa comunidade de letrados e ser visto e ouvido como consequência de sua produção sobre as secas no Ceará. Assim torna-se, como ele mesmo se intitula, “cronista do infortúnio”.

Nos seus estudos e na sua produção literária, Rodolfo Teófilo chama atenção para a importância de preservar a memória de tempos de horrores causados pelas secas evitando sofrimentos futuros sujeite novamente os infortunados da estiagem. Sua produção traz ao mundo da literatura uma nova temática, e um novo olhar sobre a seca no Ceará, que vai além do superficial de vê-lo como um fenômeno natural, mas um fenômeno também social com as movimentações de massas e a miséria vivida pelos flagelados nos tempos infortúnio.

Para entendermos toda sua produção é necessário entendermos Rodolfo Teófilo em seu lugar social. Tomamos aqui o conceito de Michel de Certeau (2013, p. 47) em que “a produção se refere à combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita. [...] em função de uma instituição. [...] se articulando com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”. A partir disso assimilaremos a produção de Teófilo como resultado de sua formação, suas práticas de abordagem e de sua relação com seu espaço e o tempo vivido. Ou seja,

---

<sup>1</sup> Discente do curso de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

<sup>2</sup> Discente do curso de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

buscaremos aqui compreender Rodolfo Teófilo com o fenômeno da seca no Ceará no final do século XIX para início XX e sua produção na apropriação de sua temática.

### O TEMPO: 1877 E A SECA

Na década de 1870, o Ceará, mais principalmente sua capital Fortaleza, passava por transformações tanto no aspecto físicos — no centro urbano da cidade como a construção de praças e clubes de convivência para as famílias mais abastadas, e também no aspecto cultural: na imitação de costumes e da moda francesa. Também a influência dos pensamentos e interpretações de mundo que eram desenvolvidas nas universidades do europeias e trazidas para o Brasil. Esse período de tão opulento de “aformoseamento” e transformações era conhecido como *Belle Époque*<sup>3</sup>. Assim, ofuscados por um desejo de crescimento luxuoso nos padrões europeus, fez com que a província esquecesse do mal que a assustava e lhe causava grandes prejuízos de tempos em tempos: a seca.

Nesta mesma década com o fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, o Ceará sofre com a queda na produtividade e exportação de algodão, no desenvolvimento comercial e a desorganização dos espaços urbanos. No ano de 1877, a seca volta a assombrar as províncias do Norte após 32 anos de regularidade climática, sendo o Ceará uma das que mais sofreu com a calamidade<sup>4</sup>. Com a falta de atendimento de socorros para o interior da província, muitos se fizeram retirantes abandonando suas casas, e alguns trocavam posses por farinha e alguns outros víveres. Com o agravamento da seca e da falta de ajuda do governo, esses retirantes se dirigiam as cidades e ocupavam os espaços públicos e as praças das cidades. A chegada desses flagelados também traz as cidades uma crise na saúde pública com a epidemia de varíola. Tomás Pompeu de Sousa Brasil faz uma descrição da situação:

---

<sup>3</sup> Sobre a Belle Époque em Fortaleza ver em PONTE, Sebastião R. “Fortaleza Belle Époque”. Fortaleza: FDR/Multigraf, 1993.

<sup>4</sup> É relevante lembrar que houve secas memoráveis anteriores a de 1877-79, por exemplo, a de 1777, conhecida como a seca dos “três setes”, e também a seca de 1791-94, que afetou, principalmente, a economia da carne-seca, no Ceará. Em 1845, houve uma grande seca que assustou as províncias do Norte. Após está última, 32 anos se passara sem a ameaça de falta de chuvas, o que fez a população sertaneja estivesse livre do sofrimento de uma nova estiagem. Ver em ALVES, Joaquim. “História das Sêcas – Séculos XVII a XIX”. Fortaleza. Fundação Waldemar Alcântara, 2003; NEVES, Frederico de Castro. “A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará”. Rio de Janeiro. Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

O governo, mal inspirado, recusou em fins de 1877 a enviar socorros para o interior. [...] O êxodo tornou-se geral. Para capital [Fortaleza], Aracaty (sic), Sobral, Granja, Camocim e outros povoados do litoral afluíram milhares de pessoas. Em todos eles a população adventícia era tríplice, quádrupla, até decupla (sic) da estável e, como faltassem casas para acomodá-la, ficavam ao relento, debaixo das árvores ou amontoados em sítios estreitos. As conseqüências (sic) deste regime não tardaram; febres de mau caráter, varíola, prostituição, vadiagem e todos os seus conseqüências desenrolaram-se triste e dolorosamente. (BRASIL, 1893, p. 33)

Pompeu de Sousa Brasil traz nesse trecho ao termo “vadiagem”, que assim eram chamados os flagelados que não conseguiam abrigo e nem trabalho e ficavam pelas praças das cidades. O caso da prostituição era um meio de conseguir dinheiro, ou víveres para sobreviver. Um dos casos de prostituição pode ver na edição de número 23 do jornal *O Retirante*, que traz uma denúncia da cidade de Aracati, em que as órfãs são obrigadas a se entregarem aos agentes das companhias de socorro em troca de gêneros alimentícios do governo.

No período da grande seca o Ceará tem um significativo e desordenado aumento demográfico, que além de receber nos seus centros urbanos os flagelados do interior, chegavam também retirantes dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Fortaleza transformara-se na capital do horror. O número de famintos que vinham do interior era assustador, quintuplicando o contingente populacional da cidade na época, elevando para 114mil pessoas em setembro de 1878. Outras cidades como Aracati, de 5 mil habitantes, comportou 60 mil pessoas (GIRÃO, 1953, p. 185-6). Esse fluxo de pessoas entre a capital e o litoral, segundo o presidente da província do Ceará, João José Ferreira de Aguiar, estava

[...] bastante desenvolvida emigração do centro para o litoral: já existia nessa capital e nos arredores uma população adventícia, não inferior a 43:000 indivíduos: davam-se com existentes na cidade de Aracaty cerca de 30:000 e grandes aglomerados em Baturité, Maranguape, Granja, Acaracú e villa de Pacatuba estimadas em 80:000, sendo, portanto, quasi certo de que a migração orçava então por 150 160:000 indivíduos. (AGUIAR, 1878)

Os flagelados que chegavam a capital cearense eram amontoados em acampamentos em praças e ruas mais afastadas chamados de abarracamentos, onde eram vigiados e controlados tanto pelo delegado de polícia ou o vigário. Dessa forma era possível manter distante do centro da cidade esses indesejáveis e controlar a distribuição da ração e manter a ordem da cidade.

Outras formas de controlar esses retirantes fora da cidade eram através de obras públicas como a construção da Estrada de Ferro de Baturité<sup>5</sup>. Também foi promovida a saída de flagelados para outras províncias do Império através da concessão de passagens pelo presidente da província do Ceará.

“As chuvas, que apareceram no começo do mez passado [janeiro], não paralisaram esse movimento, embora eu houvesse aproveitado aquella feliz occurrencia para dificultar a concessão de passagens que me eram pedidas a todo o momento.” (AGUIAR, 1878)

A imprensa surgia nesse período como uma das principais ferramentas de denúncia relatando a vida miserável dos flagelados. Esses periódicos eram redigidos por grupos opositores ao governo provincial daqueles anos. Mais do que uma preocupação, esses jornais tinham um objetivo político de desmoralizar a imagem dos presidentes e das comissões de socorro público e suas ingerências nas distribuições dos víveres e da corrupção que era tramada entre os chefes das comissões (BURGARDT, 2014). Com isso, os periódicos tornam-se, para nós, um grande acervo documental que nos ajuda a compreender esse período de horror no Ceará.

### **O HOMEM: DE FARMACÊUTICO A HISTORIADOR DAS SECAS**

No meio de todo esse sofrimento vivido pelos flagelados na estiagem de 1877-79, temos a participação ativa de uma personagem da história do Ceará, Rodolfo Teófilo. Nascido em 1853, na cidade de Salvador, Bahia, mas morando no Ceará desde os primeiros anos de vida sempre se considerou cearense. Perdeu os pais ainda na infância, tendo que ficar sob a tutela de um tio. E trabalhou como caixeiro na juventude devido as suas condições financeiras.

Mesmo com tantos problemas, Teófilo consegue entrar no curso de Farmácia pela Faculdade de Medicina em Salvador, sendo diplomado em 1875. Dois anos depois retorna ao Ceará, já casado. Por coincidência, é neste mesmo ano, 1877, em que a província é castigada pela Grande Seca.

---

<sup>5</sup> Sobre o uso dos retirantes como mão de obra em obras públicas, ver em CÂNDIDO, Tayrone Apollo Pontes. “Trem da Seca: sertanejos retirantes e operários (1877-1880)”. Fortaleza: Museu do Ceará – Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

Rodolfo Teófilo atua na luta contra as doenças, principalmente a varíola que se alastrava nos abarracamentos aumentando o sofrimento dos flagelados. Assim, o farmacêutico tem o infortúnio de presenciar aqueles anos de horrores e sofrimento, tornando-se uma testemunha do que acontecia nos abarracamentos, escutando queixas e relatos das pessoas que tudo abandonaram em busca de salvar-se com a ajuda do poder público nos centros urbanos. Essa convivência que ele tem com as vítimas da estiagem contribui mais tarde para sua formação como intelectual da seca, destacando-se no meio acadêmico na produção de obras sobre os castigos vividos pelos cearenses.

Após a Grande Seca, nos anos de 1880, envolve-se no movimento abolicionista pela *Sociedade Cearense Libertadora*, publicando textos críticos em periódicos como *O Libertador*<sup>6</sup>, jornal no qual também anunciava os remédios que fabricava. Em 1883 foi benemérito do Oficialato da Rosa, comenda concedida pelo Imperador. No mesmo ano publicou o seu primeiro livro, *História da seca no Ceará*, estreando no ambiente intelectual da província. Teófilo aproveita a imprensa para divulgar sua obra, defendendo que é a de mais confiabilidade sobre a seca de 1877-79, já que ele foi testemunha do flagelo que formava os abarracamentos.

Com a publicação do seu livro, Rodolfo tenta inserir-se num seleto roll de intelectuais da época que também produziram obras sobre a seca de 1877-79, como Viriato Ribeiro, Tristão de Alencar Araripe, Tomaz Pompeu Filho, e outros. Apropriando-se da temática, Teófilo adentra no meio acadêmico criticando os “sábios da corte”<sup>7</sup> em relação dos seus conhecimentos das causas e danos causados pela estiagem. Essa polêmica faz com que o farmacêutico tenha disputas com outros autores, em destaque, no ramo científico, com o Barão de Capanema<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Fundada em 8 de dezembro de 1880, a Sociedade Cearense Libertadora lutava pela libertação dos escravos na província do Ceará. Contava com 225 sócios, dentre eles: José Correia do Amaral, Frederico Borges, José Marrocos, Isaac Amaral, Francisco do Nascimento, Alfredo Salgado, Carlos de Alencar, Justiniano Serpa, Cruz Saldanha, José Albano, Felipe Sampaio e Antônio Martins, o presidente provisório foi João Cordeiro. Para divulgar seus ideais, em 1881, fundaram o Jornal O Libertador, que começou a circular em 1º de janeiro, e teve como redatores: José Joaquim Teles Marrocos, Antônio Bezerra de Menezes e Antônio Martins; circulou até 9 de abril de 1892. Sobre a imprensa no Ceará ver: STUDART, Guilherme. “Para a história do jornalismo cearense”. Fortaleza: Typ. Moderna, 1924.

<sup>7</sup> Os Sábios da Corte eram os membros do Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, que contavam com nomes importante da ciência brasileira como Alves Câmara, André Rebouças, em que discutiam formas de amenizar efeitos causados pelas secas. Nos seus escritos, Rodolfo Teófilo aproveitava para criticá-los, em que nada sabiam das condições climáticas da região e muito menos como atenuar seus efeitos sobre a população. Ver: ALVES, Joaquim. “História das Sêcas – Séculos XVII a XIX”. Fortaleza. Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

<sup>8</sup> Nascido em 17 de Janeiro de 1824, em Ouro Preto – MG, Guilherme Capanema foi um engenheiro e físico brasileiro. Fez parte da do Instituto Politécnico e é reconhecido pela instalação da primeira linha telegráfica no Brasil. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1908. Sobre o Barão de Capanema e sua influência como cientista no Brasil, ver: FIGUEIRÔA,

Com o grande número de tipografias na capital cearense, e sendo os periódicos um dos meios de comunicação e divulgação de notícias entre os séculos XIX e XX, muitos intelectuais e grupos filosóficos e agremiações aderiam a essa ferramenta para disseminar seus ideais, fazer críticas e divulgação de textos literários. Era o meio de chegar ao público, mesmo que só quem tivesse acesso eram os mais abastados. Rodolfo Teófilo também usava dessa ferramenta, publicando textos em vários jornais como *O Libertador*, *O Cearense*, *A República*, *Jornal do Ceará*.

Em 1886, filia-se ao *Clube Literário* que consistia com a participação de nomes como Antônio Martins, Antônio Bezerra e José Olímpio. Foi a primeira agremiação escritores do Ceará dedicados a publicação impressa, fundando no ano seguinte a revista *A Quinzena*, que intensificou a cultura das letras na província (RAMOS, 2015, p. 3).

Também se filia a Padaria Espiritual, fazendo parte da terceira gestão, como Padeiro-Mor, junto de outros nomes da literatura cearense como Antônio Bezerra, Juvenal Galeno e Eduardo Saboia. A Padaria Espiritual consolida na província o que chamamos de “imprensa literária” com a publicação do jornal *O Pão*, que além de poesias, contos, ensaios e críticas, traziam notícias relevantes a cultura literária de livros e revistas. Contava também com a participação por correspondência de escritores de todo país, tornando o movimento reconhecido e respeitado nacionalmente (RAMOS, 2015, p. 5-6).

A participação de Rodolfo Teófilo em agremiações e clubes literários pode estar ligado ao que Pierre Bourdieu (2004, p. 154) chama de “instância de consagração”, em que autores e cientistas buscavam consolidar sua imagem no mundo acadêmico, que era o que muitos buscavam.

Em 1890, o Teófilo publica sua obra de estreia na literatura, *A Fome*. O romance que retrata a saga de uma família que durante a seca de 1877-79 abandona tudo no interior da província em busca de assistência na capital, enfrentando todos os males que os retirantes enfrentavam para poderem sobreviver.

O autor, mais uma vez, utiliza-se da imprensa para divulgar seu novo empreendimento literário destacando-a como um retrato do sofrimento dos sertanejos durante a estiagem daqueles anos. Teófilo Defende a obra, que mesmo sendo os personagens fictícios, é escrita a

---

Silvia Fernanda de Mendonça. “Ciência e tecnologia no Brasil Imperial Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908)”. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752005000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000200010).

partir da sua convivência com o flagelo na Grande Seca, e uma composição da memória daqueles dias de horrores. Sendo o marco de entrada no mundo da literatura, o seu primeiro romance rendeu-lhe também o reconhecimento pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Assim, Teófilo torna-se no um dos mais renomados conhecedores e escritores críticos dos problemas do Ceará.

A obra é recebida com sucesso pelos leitores da época. Não tardou as críticas e citações ao livro de Teófilo. Tais críticas o levou a um outro embate com outro escrito reconhecido nacionalmente, Adolfo Caminha<sup>9</sup>. Na crítica ao romance *A Fome*, Caminha “contesta” todos os elogios e o “modo lisonjeiro em que a obra foi acolhida” (CAMINHA, 1999, p. 113). Isso leva Teófilo a redigir uma nota de resposta:

Adolfo Caminha não conhece a seca, o maior mal que pode flagelar um povo. [...] Sei que aquele livro (*A fome*) tem grandes defeitos, divagações que prejudicam o entrecho, mas as cenas são verdadeiras e não falsas como diz Caminha. [...] Concluindo, peço a Adolfo Caminha para ler a História da seca do Ceará de 1877-1880 – essa tragédia tremenda que teve por teatro a sua terra e minha, pois encontrará nela um farto manancial de fatos extraordinários, todos devidamente documentados. (TEÓFILO, 1924, p 79-80)

São nesses embates, no meio científico com Capanema e no literário com Adolfo Caminha, que Rodolfo Teófilo adentra no mundo intelectual e social que se formava no Ceará do fim do século XIX, com as formações de clubes e agremiações que ajudavam a impulsionar a disseminação da cultura das letras da província.

Também, apropriando-se da temática das secas, o farmacêutico é reconhecido por muitos como o historiador das secas com uma escrita que se apropria de experimentos empíricos e das memórias daqueles que sofreram o cotidiano assustador da vida de retirantes. O tema lhe rendeu a autoria de vários outros livros até sua morte, tendo-a como plano de fundo ou diretamente relacionado, constituídas de uma escrita denunciativa e remetendo ao passado trazendo a mente a memória de um passado sombrio que não deve ser esquecido.

---

<sup>9</sup> Adolfo Caminha é um dos autores naturalista cearense, nascido em Aracati no ano de 1867 . Sua obra mais conhecida é *A Normalista*. Faleceu em 1897, no Rio de Janeiro.



## A ESCRITA: MEMÓRIA DO INFORTÚNIO

Na segunda metade do século XIX, o mundo intelectual num todo passava por transformações nas suas concepções de desenvolvimento social e construção do futuro. Nesse período impregnado pelas teorias evolucionistas e positivismo que eram difundidas nas universidades de Velho Mundo, e trazidas também para o Brasil, formou grandes pensadores do país.

No Brasil dos anos 1870 até o início do século XX, a produção literária e científica apontava para os caminhos do Realismo/Naturalismo, escolas literárias que privilegiavam em suas produções as análises sociais, tanto psicológicas como coletivas, influenciados pelo pensamento positivista e as tendências do evolucionismo científico e social (CASTELLO, 1953, p. 482).

Rodolfo Teófilo não seria o contrário, sendo ele leitor fluente do alemão e inglês, bebeu direto na fonte de Comte, Spencer, Darwin e Haeckel (NETO, L. 2011, p. 367). E ainda na faculdade de Medicina em Salvador, teve como professor Nina Rodrigues, intelectual que defendia que a mestiçagem era o entrave brasileiro para o desenvolvimento social. Todos esses pensadores tiveram grande influência na formação e no desenvolvimento da escrita de Teófilo.

Outra grande influência para Rodolfo Teófilo ao estudo das secas e de apropriação dessa temática como campo para seu desenvolvimento de atuação intelectual nos estudos científicos foi o senador Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, com seus livros *Ensaio estatístico da província do Ceará* (1863) e *Memórias sobre o clima das secas no Ceará* (1877) (NETO, I. 2006, p. 29).

Na sua vivência se aproxima ao sofrimento dos flagelados das secas (em 1887-79, 1902, 1915, até sua morte em 1932), que Rodolfo Teófilo é considerado o maior cronista das secas no Ceará, com sua escrita “cruenta” e cheio de termos científicos, além dos vários cadáveres e urubus (NEVES, 2000, p. 25). A escrita de Teófilo é considerada “mórbida”, uma descrição de horrores diante da estiagem e do personagem na sua mais cruel condição de humanidade, ou numa condição de animalidade; uma produção assustadora se comparada com a produção de Raquel de Queiroz, que segundo José Murilo de Carvalho (2004), mostrava uma seca mais “clean, mais light”.

A escrita de Rodolfo Teófilo surge como uma forma de denúncia, descrevendo a calamidade e desespero em que viviam os retirantes nos abarracamentos. Uma escrita militante,

segundo Isac Ferreira do Vale Neto (2006, p. 53), com forte influência das características naturalistas, que chama atenção por suas excessivas cenas “tétricas e mórbidas”.

Suas críticas aos sábios da corte e ao governo eram de certa forma agressiva, no tanto que denunciava as práticas abusivas das elites e a negligência destes para com os flagelados. Sendo também membro do movimento abolicionista, parte de seus escritos também censurava a atividade escravocrata e o abuso dos traficantes nas negociações de compra e venda desses escravos, e os castigos sofridos pelos cativos. Ainda mais, Teófilo descreve a vida dos vadios e o vício pelos jogos, além da prostituição e o abuso sexual de crianças por “personagens” notórios da sociedade, sendo tais práticas aumentadas durante as secas nos centros urbanos das cidades.

Segundo Gleudson Passos Cardoso (2000, p. 72), a literatura produzida por Teófilo sobre as secas é uma leitura que autor faz tendo o fenômeno como um agente progresso, contribuindo para a construção imagética do “sertanejo heroico” enfrentando essa tão perversa calamidade.

Em sua obra “História das Secas no Ceará”, Rodolfo Teófilo traz uma descrição completa dos anos 1877 a 1879, descrevendo a paisagem mórbida e cinza que a seca produzia no sertão cearense. O quantitativo de retirantes que chegavam à capital e os mortos que saíam dos lazarentos e eram levados às valas, a ação das comissões de socorro público nos abarracamentos, o alastramento das doenças, e do poder público diante de toda essa tristeza que acontecia naqueles anos horrendos.

Diante das críticas a sua primeira obra, de cunho científico e inspirado no livro de Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, o autor defende sua originalidade comparado a outros escritores que produziam no mesmo período sobre o mesmo tema. Teófilo tinha sua obra como um testemunho real daquilo que ele mesmo presenciou, e das memórias dos que sofreram com infortúnio da grande seca. E ainda diz que sua escrita é uma prática da memória de dias horríveis, trazendo a lembrança aquilo que as pessoas e o governo tinham esquecido.

Essa afirmação de que sua obra é um “grito de alarme”, o autor faz em outro livro *Secas do Ceará (segunda metade do século XIX)*:

Este livro é uma narrativa resumida de todas as secas que assolaram o Ceará na segunda metade do século XIX, das quais fui testemunha ocular. Outros poderiam escrevê-lo com mais arte mais proficiência; ninguém, posso afirmar, seria mais sincero.

Ele tinha necessidade de aparecer como um grito de alarme as gerações vindouras, e também como um protesto firmado em fatos, todos autenticados contra a indiferença dos poderes públicos aos sofrimentos, às míseras condições da região flagelada pelas secas. (TEÓFILO, 1922, p. 9)

Nesse trecho, Teófilo afirma a “necessidade” de sua obra para as “gerações vindouras”. Como nota Isac do Vale Neto (2006, p. 67), a escrita de Rodolfo é sempre direcionada ao leitor do futuro. Talvez seja a forma que o autor tenha de perpetuar a memória das secas para que tal fenômeno não fosse outra vez negligenciado. Assim ele prestaria a sua “amada terra um serviço com a publicação dessas páginas grandemente verdadeiras” (TEÓFILO, 1922, p. 10).

É perceptível notar que a importância que Teófilo dava a memória, tanto criticando o esquecimento quanto a relevância de lembrar o passado. Em sua obra de 1904, *Variola e Vacinação no Ceará*, faz um apontamento denunciando o esquecimento dos poderes públicos aos dias de seca e de sua negligência diante das possíveis soluções.

Os poderes públicos e particulares em breve esqueceram os lutosos dias da seca e da peste e não se premuniram contra aqueles flagelos, retendo a maior quantidade possível das águas pluviais e vacinando com vacina antivariólica os que nascessem. (TEÓFILO, 1997, p. 45)

Podemos compreender que o esquecimento do sofrimento vivido nas secas levava novamente, nas estiagens futuras, a população a passar pelos mesmos problemas de fome, peste e miséria, prendendo-se sempre ao seu carrasco que viria sem piedade castigar os sertanejos. E isso nos remete ao que Jacques Le Goff (1990) diz sobre memória:

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 1990, p. 447)

Assim, a memória como instrumento para perpetuar sua escrita, o farmacêutico historiador demarca seu lugar como intelectual da seca. Assim, o escritor relaciona suas memórias, dando suporte a sua produção literária da história das secas, trazendo ao público aquilo que é real, a partir do seu ponto de vista, àqueles que não viveram e não sentiram o peso da miséria cair sobre a alma, como sentiram os flagelados durante as secas que presenciou até o

fim de sua vida, intitulado a si próprio como “cronista do infortúnio do Ceará” (TEÓFILO, 1932, p. 118).

#### **FONTES**

Jornal O Retirante, Edição Nº 23, 28 de Novembro de 1877.

Relatório do Presidente da Província do Ceará, João José Ferreira de Aguiar. 22 de fevereiro de 1878.

#### **REFERÊNCIAS**

ALVES, Joaquim. “História das Sêcas – Séculos XVII a XIX”. Fortaleza. Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa. “Ensaio estatístico do Ceará”. Fortaleza: Tipografia do Jornal A República, 1893.

BOURDIEU, Pierre. “A economia das trocas simbólicas”. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BURGARDT, Camila Machado. “A invenção da seca no século XIX: a imprensa do norte e o romance os retirantes”. Dissertação de mestrado UFPB/CCHL – João Pessoa, 2014.

CAMINHA, Adolfo. “*Cartas literárias*”. Fortaleza: EUFC, 1999.

CÂNDIDO, Tayrone Apollo Pontes. “Trem da Seca: sertanejos retirantes e operários (1877-1880)”. Fortaleza: Museu do Ceará – Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

CARDOSO, Gleudson Passos. “As repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873 – 1904)”. Dissertação de Mestrado em História Social apresentado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. “Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras em 2004”. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/jose-murilo-de-carvalho/discurso-de-posse>. Acessado em: 19/04/2016 às 15:35.

CASTELLO, José Aderaldo. “Aspecto do Realismo-Naturalismo no Brasil”. Revista de História. Nº 14. USP. São Paulo. 1953.

CERTEAU, Michel. “A Escrita da História”. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Ed. 3ª. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. “Ciência e tecnologia no Brasil Imperial Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908)”. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752005000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000200010)

FOUCAULT, Michel. “A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970”. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. Ed. 24ª. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GIRÃO, Raimundo. “Pequena História do Ceará”. Fortaleza. A. Batista Fontenelle, 1953.

LE GOFF, Jacques. “História e Memória”. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas - São Paulo. Editora da UNICAMP, 1990.

NEVES, Frederico de Castro. “A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará”. Rio de Janeiro. Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NETO, Isac Ferreira do Vale. “Batalhas da Memória: a escrita militante de Rodolfo Teófilo”. Dissertação de Mestrado em História Social apresentada à Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2006.

NETO, Lira. “Um homem contra o poder e a peste” (Posfácio). In: TEÓFILO, Rodolfo. “A Fome”. São Paulo. Tordesilhas, 2011.

PONTE, Sebastião R. “Fortaleza Belle Époque”. Fortaleza: FDR/Multigraf, 1993.

RAMOS, Gabriela. “A Quinzena e O Pão como formadores da imprensa literária no Ceará”. Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Impressa, integrante do 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015.

STUDART, Guilherme. “Para a história do jornalismo cearense”. Fortaleza: Typ. Moderna, 1924.

TEÓFILO, Rodolfo. “Coberta de tacos”. Fortaleza: Tipografia Moderna, 1932.

\_\_\_\_\_. “*Os meus zoilos*”. Fortaleza: Tipografia de Carlos Jataí, 1924.

\_\_\_\_\_. “Secas do Ceará (segunda metade do século XIX)”. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

\_\_\_\_\_. “Varíola e vacinação no Ceará”. [1904]. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

## **IMAGENS DA TIPOGRAFIA SÃO FRANCISCO: VISUALIDADE E HISTÓRIA NA LITERATURA DE CORDEL**

José Rodrigues Filho<sup>10</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo apresenta algumas reflexões produzidas numa pesquisa em andamento acerca da relação entre história e cultura visual tendo como ponto de partida um conjunto de imagens presentes nas capas dos folhetos de cordel editados pela Tipografia São Francisco entre 1949 a 1982. Problematizando o processo de produção desta iconografia, buscaremos analisar ainda a produção de imagens na literatura de cordel brasileira, considerando as práticas culturais envolvidas na construção de um sistema editorial relacionado a este gênero.

A Tipografia São Francisco se destacou na cidade de Juazeiro do Norte assim como em todo Brasil, chegando a ser considerada, “[...] a maior editora do gênero no país entre as décadas de quarenta e setenta do século XX” (MELO, 2010, p.19). Considerando o processo de edição e produção de imagens pela citada tipografia, tomamos como direção, dois momentos: o primeiro, que se dá com a aquisição de um patrimônio visual com a compra dos direitos autorais das obras de Leandro Gomes de Barros e João Martins de Athayde; e o segundo momento, considerando a agregação de um patrimônio visual próprio, a partir da instituição da xilogravura enquanto técnica de ilustração.

A literatura de cordel chegou ao Brasil ainda por volta do século XVIII. Entretanto, essa literatura só passou a ganhar um destaque maior a partir da criação de um sistema editorial pelo poeta Leandro Gomes de Barros por volta do ano de 1893, quando se estabelecem as condições para a produção regular de folhetos no Brasil, processo que envolveu autores, editores e o público. Leandro Gomes de Barros é considerado o pioneiro na arte de produção regular de folhetos, o qual, não permaneceu sozinho, sendo seguido pelos poetas como Francisco das Chagas

---

<sup>10</sup> Discente do Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, (UFCG/CFP). Orientadora: Profa. Rosilene Alves de Melo (UACS/CFP/UFCG). Pesquisa apoiada pelo CNPq. E-mail: rodriguesfilhojc@gmail.com

Batista e João Martins de Athayde. Até então os folhetos eram impressos em tipografias específicas que atendiam a outros gêneros, como o jornal. Todavia, no início do século XX a impressão dos folhetos de cordel passa a ser realizadas em editoras específicas do gênero, os primeiros poetas a imprimirem os folhetos em tipografias particulares teriam sido Leandro Gomes de Barros e João Martins de Athayde.

Contudo, algumas tipografias especializadas na produção de folhetos de cordel adquiriram e alcançaram prestígio e duração ao longo do século XX, é o exemplo da Tipografia São Francisco, de José Bernardo da Silva. Este alagoano, de Palmeira dos Índios decidiu ir para a cidade de Juazeiro do Norte no ano de 1926, com o desejo de buscar uma melhoria de vida, como tantos outros romeiros que iam a lendária cidade do Padre Cícero. Trabalhou inicialmente com a venda de ervas e orações destinadas aos romeiros, depois de passar a vender folhetos que se mostrou bastante lucrativa e permitiu a abertura em 1932 de comércio especializado, a Folhetaria Silva, que vendia não somente folhetos, mas também, livros de oração, almanaques e outros impressos de baixo preço (MELO, 2010, p. 69).

Os negócios ascendiam e a Folhetaria Silva se tornou no ano de 1939 a Tipografia São Francisco. Já no ano de 1949 Juazeiro do Norte torna-se “o foco da produção popular” quando José Bernardo da Silva adquiriu os direitos de publicação do acervo do poeta João Martins de Athayde, que além de ser autor de centena de livros detinha os direitos autorais da obra de Leandro Gomes de Barros (CARVALHO, 2011, p.37).

Além do acervo de João Martins de Athayde e de Leandro Gomes de Barros, José Bernardo da Silva adquiriu as matrizes de zincografia usadas para ilustrarem as capas dos folhetos de cordel. As capas dos folhetos cumpriam a função de informar aos leitores aspectos essenciais da obra (autor, título, edição, preço), porém, as imagens presentes nas capas também suscitavam a imaginação e o encantamento do público e “satisfaziam a necessidade do sonho” quando traziam imagens de artistas do cinema em cenas românticas (CARVALHO, 2011). Portanto, a compra dos direitos de publicação das obras de Leandro Gomes de Barros e de João Martins de Athayde representou para a Tipografia São Francisco a aquisição de um valioso patrimônio visual.

Assim como o papel e a tinta que vinham do Recife, os clichês de zinco eram encomendados na capital pernambucana e em Fortaleza em meados do século XX. No entanto, as



dificuldades de transporte naquela época impediam que as matrizes chegassem em pouco tempo a Juazeiro do Norte e não acompanhavam o ritmo da produção. Outra questão que era motivo de problema dizia respeito a validade dos clichês de zinco que devido as sucessivas reimpressões se desgastavam e perdiam a capacidade de reproduzir as imagens. Foi em resposta a estas limitações que José Bernardo da Silva teve a ideia de encomendar aos escultores em madeira de Juazeiro que criavam esculturas do Padre Cícero e de outros santos, imagens para ilustrarem as histórias de amor, saudade, bravura e os acontecimentos do cotidiano local e do País. Desde então a madeira passou a ser o suporte do desenho que iria para as capas dos folhetos de cordel. A xilogravura se difundiu e se tornou a principal técnica de ilustração utilizada nas capas dos folhetos da Tipografia São Francisco, se institui neste segundo momento, um patrimônio visual próprio da Tipografia São Francisco.

Partindo dessas questões, buscaremos as primeiras imagens utilizadas por Leandro Gomes de Barros e João Martins de Athayde, a fim de confrontá-las com as da Tipografia São Francisco, procurando observar como as imagens produzidas pela Editora Perseverança, pertencente a Leandro Gomes de Barros, sofreram modificações por meio das intervenções editoriais de José Bernardo da Silva.

Nesta pesquisa foram reunidas capas de folhetos de cordel impressos desde as primeiras décadas do século XX e que estão mantidas nos seguintes acervos: Acervo de Literatura Popular José Alves Sobrinho; Acervo Atila Almeida; Acervo de Literatura de cordel da Fundação Casa de Rui Barbosa; e a Cordelteca do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. A intenção é realizar um cotejo das imagens ao longo do tempo objetivando localizar as primeiras imagens utilizadas por Leandro e Athayde que posteriormente foram reproduzidas na Tipografia São Francisco. Tentaremos assim, entender quais foram as intervenções editoriais realizadas por José Bernardo da Silva - principalmente por meio da xilogravura como técnica de ilustração - com relação as mesmas imagens que Leandro Gomes e João Martins de Athayde imprimiam nas capas dos seus folhetos.

Diante do exposto, tendo em vista o grande número de trabalhos realizados sobre a literatura de cordel, percebe-se que eles, em sua maioria, se debruçam sobre a narrativa, a trama do texto, sendo a imagem presente nas capas consideradas como simples ilustração para as histórias. Esta pesquisa objetiva entender que a imagem presente no folheto não atua somente

como ilustração do texto, mas deve ser compreendida como uma linguagem produtora de sentidos e significações. Diante disso será tomando este conjunto de imagens como constituidora de uma narrativa visual do cordel no Brasil.

Por conseguinte, faz-se interessante recordar que o primeiro contato do leitor com o folheto de cordel não se dá por meio do texto escrito, mas sim por meio da capa. Muitos dos leitores, que em sua maioria não sabiam ler, compravam o folheto pelo encanto que as capas traziam, pois possibilitavam ao comprador o reconhecimento de muitas histórias.

A partir das imagens editadas pela Tipografia São Francisco e do seu processo de produção, procuraremos problematizar as seguintes questões: como as imagens das capas dos folhetos de cordel editados pela Tipografia São Francisco são portadores de uma linguagem particular posto as características históricas, sociais e editoriais que estão implicadas na circularidade desses folhetos? De que forma esta iconografia contribui para uma memória visual do cordel no Brasil? Como se dá o processo de produção desta iconografia na edição dos folhetos de cordel na Tipografia São Francisco? Qual a imagética que o cordel potencializou por meio das capas dos folhetos?

## **UM BREVE PERCURSO TEÓRICO SOBRE O PROCESSO DE EDIÇÃO DA LITERATURA DE CORDEL E SOBRE ANÁLISE DE IMAGENS: APONTAMENTOS INICIAIS**

A dimensão histórica em que esta pesquisa está inserida se pauta nas discussões acerca da História Cultural (GINZBURG, 1987; CHARTIER, 1990; BURKE, 2008), destinando-se, de forma específica, a realizar um estudo no campo da chamada “cultura popular”. Contudo, é necessário apresentarmos o que se define por “cultura popular”.

O historiador Roger Chartier nos apresenta como devemos entender a denominada “cultura popular”. Para ele: “Queira-se ou não, esta categoria leva a perceber a cultura que ela designa como tão autônoma quanto as culturas longínquas e como situada simetricamente em relação à cultura dominante, letrada, elitista, com a qual forma um par. É preciso dissipar essas duas ilusões complementares” (CHARTIER, 1995, p. 190). Com isso, Chartier (1995) conclui que o conceito “popular” está sempre relacionado a uma “legitimidade cultural”, o qual, está como “uma representação da sua própria existência”. De outro modo, a cultura da classe dominante, ou a chamada “cultura erudita”, nunca se apresenta de forma igualitária a “popular”, ela é quem

estabelece uma “relação de dominação” em relação a outras culturas, por esse motivo, observamos a importância da separação entre esses dois conceitos, compreendendo-os não de forma igualitária, mas sim, como conceitos distintos.

Nesse sentido, se faz relevante expor que a literatura de cordel será utilizada nesta pesquisa enquanto um produto cultural. Iremos trabalhar este gênero literário não como uma literatura “matuta”, “ingênuo”, mas sim, compreendendo-a como um produto social, político e cultural. Consideraremos neste sentido, a literatura de cordel enquanto documento histórico, a qual, por meio do seu meio de produção, dialoga com as linguagens oral, escrita e imagética.

A literatura de cordel é um gênero da poética brasileira em que as linguagens oral, escrita e imagética estão em constante diálogo. Esta, por sua vez, permaneceu durante muito tempo enquanto domínio dos folcloristas, não sendo dada a mesma neste período, uma importância por parte da historiografia. Somente a partir do século XX com o advento da História Cultural e com trabalhos como o do historiador Roger Chartier (1990) os estudos sobre literatura de cordel passam a ser inseridos nas discussões historiográficas, passando a ser considerada uma importante fonte para o estudo histórico.

Desse modo, neste artigo nos respaldamos teoricamente para as discussões sobre a literatura de cordel nas contribuições de Ruth Brito Lemos Terra, antropóloga que fez um estudo sobre a literatura de cordel desde os seus primórdios, 1892, até a década de 1930. Se torna pertinente ainda, pontuarmos que a utilização do termo “cordel” é de certa forma um uso recente, apropriado de uma designação portuguesa. O mesmo passa a ser inserido no Brasil por intelectuais europeus, que ao desembarcarem aqui no século XX, definem a literatura produzida por poetas como Leandro Gomes de Barros, João Martins de Athayde, Francisco das Chagas Batistas entre outros como literatura de cordel.

Contudo, vale salientarmos que a genealogia do vocabulário utilizado para definir o cordel possui outros conceitos presentes acerca deste gênero poético no campo de estudos brasileiros. Sílvio Romero utilizou, no final do século XIX o termo poesia popular no livro *Estudos sobre a poesia popular no Brasil* (ROMERO, 1977), publicado originalmente em 1888. Poesia popular também aparece como categoria nativa no livro de Francisco das Chagas Batista (1977), autor e proprietário da tipografia Popular Editora (1913-1930), poesia sertaneja (ALMEIDA, 1912), literatura oral (CASCUDO, 2006 [1952]), literatura de cordel (MAIOR, 1968; LISBOA, 1976, SLATER,

1984), folhetos (ALMEIDA, 1977), literatura de folhetos (TERRA, 1978, ABREU, 1999), literatura popular (TERRA, 1975; KUNZ, 1982). Apesar das controvérsias entre os pesquisadores acerca do uso dos diferentes termos ao longo do tempo, a palavra “cordel” foi incorporada pelos próprios poetas como categoria para definir seu ofício. Eles se definem como poetas de cordel e o que fazem é “literatura de cordel”.

Compreendemos que as imagens pressupõem um leitor, um destinatário; desse modo, toda imagem é uma modalidade de comunicação. Neste sentido, a iconografia presente na capa do cordel permite ao leitor estabelecer sentidos e correlações com outras imagens e outras experiências. Ao buscar no seu “arquivo de memória”, no seu próprio repertório de imagens, o leitor estabelece sentidos ao que vê. Neste sentido, a sua cultura e os processos de apropriação cultural, são fundamentais para elaboração de sentido. (RODRIGUES FILHO; MELO, 2015, p. 5).

Para as discussões sobre imagens nos apropriamos das contribuições de historiadores como WARBURG (2005), o qual, nos possibilita entender as imagens como dinâmicas, repletas de mensagens e significados. Outro historiador que nos oferece um respaldo teórico do ponto de vista analítico e metodológico sobre imagens é BURKE (2004), o qual, aborda a imagem como “evidência histórica”. Ao tempo em que busca “encorajar” estudos neste campo, objetiva de igual modo, alertar os historiadores para os “possíveis perigos” que o trabalho com imagens, assim como outras fontes, estão sujeitas. Para o trato das imagens fotográficas, bastante recorrente como técnica de ilustração nas capas dos folhetos de cordel, utilizaremos as contribuições de MAUAD (1996), que desenvolve pesquisas sobre a importância das fontes icônicas, com atenção especial para as imagens fotográficas. As suas contribuições nos possibilitam, entre outras coisas, compreender as imagens não mais como simples ilustrações dos textos, mas como fontes ricas de pesquisa. Historiadores como KOSSOY (1993), KNAUSS (2006) MENEZES (2003), nos possibilita uma discussão mais ampla sobre o uso das imagens numa perspectiva histórica, antropológica e semiótica.

Não obstante, faz-se importante compreendermos ainda o processo editorial da produção das imagens na literatura de cordel. As contribuições de historiadores como Roger Chartier (2014) e Robert Darnton (1990), nos possibilita entender como se dá o processo editorial da produção dos livros, assim como os diversos atores que estão inseridos neste processo, como o editor, figura ímpar que desempenha importantes decisões no sistema editorial, onde, no caso

da literatura de cordel, é responsável por diversas seleções antes do folheto ser lançado no mercado, como revisão do texto e escolha da imagem para ilustrar as capas.

Objetivamos investigar a partir disso, como as técnicas de ilustração (desenho, fotografia e xilogravura); os empréstimos; as apropriações; e os diálogos estabelecidos entre autor/editor contribuem para a constituição dos efeitos de verdade e das memórias - por meio das imagens que se inserem nas capas dos folhetos de cordel - nos leitores de cordel, que tem na capa o primeiro contato com o folheto.



**Título:** *A princesa Rosa munda ou a Morte do GIGANTE*

**Autor:** José Pacheco

**Editor:** João Martins de Athayde

**Data de publicação:** s/d

**Fonte:** Acervo Ayala/ Acervo digital



**Título:** *A Princesa Rosamunda Ou a Morte do Gigante*

**Autor:** José Pacheco

**Editor:** José Bernardo da Silva

**Data de publicação:** 1973

**Fonte:** Casa de Rui Barbosa/ Acervo digital

No caso da Tipografia São Francisco, o seu editor, José Bernardo da Silva, começa a procurar outras técnicas de ilustração para os folhetos editados na sua tipografia. Muitas das matrizes em zincogravura que vieram de Recife, após a compra do acervo de João Martins de Athayde, passaram a ser substituídas pela xilogravura, enquanto técnica de ilustração, questões que se deram pelos motivos já discutidos aqui. Devido à demora na chegada de novas matrizes com desenhos e fotografias, José Bernardo da Silva inicia o uso da xilogravura enquanto técnica de ilustração para os folhetos editados na sua editora.

Apesar de não ser o objetivo principal analisar as imagens neste artigo, podemos notar que no folheto *A Princesa Rosa Munda ou a Morte do Gigante* nota-se no primeiro cordel a utilização de duas técnicas de ilustração: um desenho, que ocupa a maior parte da capa, e uma fotografia, de artistas de cinema. No segundo folheto, observamos a utilização de uma xilogravura de Stênio Diniz, que era neto de José Bernardo da Silva. O desenho feita na madeira da umburana expressa a reapropriação do modelo anterior, podemos notar a preocupação do autor da xilogravura em preservar o máximo de detalhes do folheto editado em Recife. Os personagens, tanto do desenho como da fotografia permanecem, contudo, apenas com o uso da xilogravura.

A discussão teórica, vale salientar ainda, que além de Robert Darnton e Roger Chartier, Rosilene Melo (2010) possibilita discutir o processo de edição e produção das imagens no campo da literatura de cordel. Em seu livro *Arcanos do Verso: trajetórias da literatura de cordel*, a autora faz um estudo sobre a edição de folhetos de cordel a partir de uma editora, a Tipografia São Francisco, como uma das maiores do Brasil no ramo da edição de folhetos.

Apesar de não fazer uma discussão mais aprofundada da produção das imagens pela Tipografia, o que não era seu objetivo geral, Melo (2010), discute de sobre a importância da instituição da xilogravura enquanto técnica de ilustração para a produção da imagética dos folhetos na região do Cariri cearense.

Everaldo Ramos nos possibilita entender a importância que se tem as imagens no processo editorial do cordel. Em artigos como *Origens da imprensa ilustrada brasileira (1820-1850): imagens esquecidas, imagens desprezadas*, Ramos (s/d) discute a importância que desempenha o uso das imagens, como a xilogravura, na crítica política e social nos primeiros jornais e revistas publicados no Brasil do século XIX. Em: *Escritores-ilustradores de folhetos de*



*cordel: processos de criação popular*, Everaldo Ramos (2007), analisa a importância que se tem os diversos sujeitos envolvidos no sistema de produção editorial do cordel, ressaltando as “apropriações”, “mudanças e estilizações pessoais”, e os diálogos adquiridos por os escritores e ilustradores na elaboração do folheto e das imagens para as capas.

Nesta pesquisa trabalhamos, portanto, dialogando com a reflexão teórica produzida no estudo das fontes visuais com vistas a tomar estes folhetos como portadores de uma linguagem particular, posto as características históricas, sociais e editoriais que estão implicadas na circularidade dos folhetos no Brasil.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões aqui elencadas apresentam de forma breve algumas reflexões iniciais, as quais, pretende-se desenvolver acerca da análise de imagens e seu processo de produção na literatura de cordel.

Problematizando a produção de imagens na literatura de cordel brasileira, considerando as práticas culturais envolvidas na construção de um sistema editorial relacionado a este gênero a partir do acervo de folhetos editadas pela Tipografia São Francisco no período entre 1949 a 1982, nos possibilita entender, a necessidade de estudos que valorizem a literatura de cordel enquanto documento plausível de estudos, bem como o uso de imagens não como ilustrações, mas sim como constituidora de mensagens, significados e memórias.

### **ACERVOS PÚBLICOS DE LITERATURA DE CORDEL CONSULTADOS**

Acervo José Alves Sobrinho (UFCG/Campina Grande). Laboratório de Apoio ao Ensino de Língua e Literatura – LAELL. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Campina Grande.

Acervo da Fundação Casa de Rui Barboza. Disponível em:  
<http://www.casaruibarbosa.gov.br/cordel/acervo.html>

Acervo da Cordelteca do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Disponível em:  
[http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID\\_Secao=65](http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=65)

Acervo Ayala. Disponível em: <http://www.acervoayala.com/>

### **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, José Américo de. **Fragmentos de poesia sertaneja**. REVISTA ERA NOVA. Ano II, n 28. João Pessoa, 1912.



ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. **Folhetos: a literatura de cordel no Nordeste brasileiro.** 1979. 362f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de São Paulo, São Paulo.

BATISTA, Francisco das Chagas. **Cantadores e poetas populares.** 2. ed. João Pessoa: UFPB - Editora Universitária, 1997.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem.** Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. **História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema.**

CASCUDO, Luis da Câmara. **Literatura Oral no Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1952; São Paulo: Global Editora, 2006.

CARVALHO, Gilmar de. **Madeira matriz: cultura e memória.** São Paulo: Annablume, 1998.

----- **A xilogravura de Juazeiro do Norte.** Fortaleza: IPHAN, 2014.

----- **Memórias da xilogravura.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

----- **Lyra Popular.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.

----- **Xilogravura Doze escritos na madeira.** Fortaleza: Museu do Ceará, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Memória e Sociedade).

----- **A mão do autor e a mente do editor.** São Paulo, Editora Unesp, 2014.

----- **Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, p.179-192, 1995.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução.** São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** In: Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2001. p. 264-298. (Ditos e Escritos, v. III).

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

----- **O Queijo e Os Vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Marco Antônio. **Cordel híbrido, contemporâneo e cosmopolita**, in: Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v.4, n 1, 2007, pp. 21-38.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. **A arte do povo: histórias na literatura de cordel (1900-1940)**. 2005. 257f. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense.

HATA, Luli. **Representações de leitura nas capas dos folhetos de cordel**. Disponível em <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio29.html>> Data de acesso: 24/02/2015.

KNAUSS, Paulo. **O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual**. ART CULTURA, Uberlândia, v. 8, n. 12, jan.-jun. 2006, p. 97-115.

KOSSOY, Boris. *Estética, Memória e Ideologia Fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado. Acervo Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 01/02, p. 1-169, janeiro/dezembro 1993

KUNZ, Martine. **Rodolfo Coelho Cavalcante: Poete populaire du Nord-Est brésilien**. Tese. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle, 1982.

LISBOA, Jane Ribeiro. **Morfologia da literatura de cordel**. Dissertação. Mestrado em Letras. Rio de Janeiro: PUC - RJ, 1976.

LUYTEN, Joseph M. **A ilustração na literatura de cordel**. COMUNICAÇÕES E ARTES, São Paulo, n. 8, p. 5-16, il. 1979.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e história interfaces**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

\_\_\_\_\_. **Como Nascem as Imagens?** Um estudo de História Visual. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 61, p. 105-132, jul./dez. 2014. Editora UFPR. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/view/39008/23769>>. |Data de acesso: 04/03/2016.

MELO, Rosilene Alves de. **Arcanos do verso: trajetórias da literatura de cordel**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, História visual**. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n.45, p. 11-36, 2003.

MEYER, Marlyse. *Autores de cordel*. São Paulo: Abri Educação, 1980.

PAIVA, Eduardo França. **História e imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RAMOS, Everardo. **Ilustração dos folhetos de cordel**: o romance dos esquecidos ou a peleja do popular com o moderno. In: NEMER, Sylvia (org.). *Recortes contemporâneos sobre o cordel*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

..... **Origens da imprensa ilustrada brasileira (1820-1850)**: imagens esquecidas, imagens desprezadas. pp. 285-309.

RODRIGUES FILHO, J; Melo, Rosilene Alves. **A iconografia na literatura de cordel**: um campo de estudo. II Simpósio Nacional de História e Contemporaneidades, Crato – CE, 2015. Disponível em: < <http://sites.ufca.edu.br/ebooks/wp-content/uploads/sites/22/2015/11/Anais-Semin%C3%A1rio-Nacional-de-Hist%C3%B3ria-ISBN-978-85-67915-07-4-Final.pdf>>

ROMERO, Sílvio (1888). **Estudos sobre a poesia popular no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.

SLATER, Candace. **A vida no barbante**: a literatura de cordel no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

SOUZA, Liêdo. *O Folheto Popular: sua capa e seus ilustradores*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1981.

TERRA, Ruth Brito Lemos. *Memória de lutas*: literatura de folhetos do Nordeste, 1893-1930. Dissertação. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1978.

WARBURG, Aby. **Imagens da região dos índios Pueblo da América do Norte**. *Concinnitas*, revista do Instituto de Artes da UFRJ, Rio de Janeiro, ano 6, v. 1, n. 8, julho 2005. Disponível em: <<http://www.concinnitas.uerj.br/resumos8/warburg.htm>>. Acesso em: 10/09/2012.

## IHGB: A ORIENTAÇÃO ÉTICA DO ANTIGO AO MODERNO

Ledson Marcos Sousa da Silva<sup>11</sup>

### INTRODUÇÃO

Já faz algumas décadas em que os estudos historiográficos vêm avançando. Essa abertura nos mostrou caminhos a serem percorridos, como este em que nos debruçamos. Conseguir analisar a escrita da história no Brasil do século XIX ao início do XX e com isso abordar um inventário moral do historiador é nossa meta. Com base em estudos acerca da ética, como de Paulo Knauss<sup>12</sup>, por exemplo, mostra o quanto é rico essa abordagem moral do tempo. Ao contrário do que se pode esperar - estipular uma ética em que é compreendida a partir do senso comum, ou seja, aquela ligada diretamente ao comportamento do dia a dia -, levantamos aqui, neste presente, trabalho uma ética do historiador do Brasil oitocentista, em primeira análise.

Numa averiguação inicial, em busca de fontes para montar uma agenda de estudos, os discursos iniciais do acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) nos mostra que existe essa possibilidade. Os “textos fundadores” como o discurso de abertura do cônego Januário da Cunha Barbosa, um dentre os sócios fundadores do Instituto, abordam características de uma ética em comum. Por exemplo, o elemento corriqueiro que discorre por vários tipos de falas nas fontes, que é a de uma visão *tacitiana*<sup>13</sup>, a qual seria possível coloca-la em contraste entre outros momentos, principalmente com as décadas iniciais do século XX.

São discursos como o do Cônego Januário da Cunha Barbosa que visam à construção de uma história da nação. Era esperado que com o apoio do Império, essa demanda fosse elaborada pelos homens letrados e das *ciências*. Então a moral aqui ganhará respaldo de uma meta muito articulada no século XIX, tempo que é visada uma história nacional para a devida consolidação do Estado imperial no Brasil.

Para tanto, está balizado nos debates desde a fundação do IHGB em 1838 no Rio de Janeiro, inserida na operação historiográfica<sup>14</sup>, a presença de autores antigos. Característica nítida deste

---

<sup>11</sup> Discente do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientador: Prof. Dr. Evandro dos Santos – Departamento de História (UFRN). Pesquisa apoiada pela CAPES. E-mail: ledson.15@hotmail.com

<sup>12</sup> KNAUSS, 2008.

<sup>13</sup> CEZAR, 2011, p. 95-114.

<sup>14</sup> CERTEAU, 1982, p. 64-77.

tempo atrelada à narrativa destes homens letrados. Digno de nota é lembrar sobre a ética desses antigos que determina em muitos casos o modo operatório da escrita dos homens dito modernos. Cartas, atas, sessões onde incitam a presença de heróis compondo a história moderna. O velho *topos* ciceroniano indagando os textos do século é mais um de nossos alvos de estudo. Neste ponto, podemos retirar melhores elementos de uma ética historiográfica, a entender que é possível aprender com a história, que o passado ensina.<sup>15</sup> É preciso enxergar os “valores morais” aplicados nos textos para então ter possibilidade de extrair ensinamentos e lições que eram tanto admirados pelos brasileiros letrados oitocentistas. E, tendo em vista o forte e misto conteúdo do acervo, variados assuntos podem demonstrar essa ética e como ela age em relação a cada um. A liberdade escrever após a independência incentivou a prática dos debates a respeito de vários temas de interesse entre os membros. Do indígena aos pormenores da geografia brasileira, a moral do historiador despertará no IHGB em determinados momentos na escrita seja nas escolhas, temas abordados, questões trazidas, discursão, sessões ou em atas comemorativas.

#### **A ORIENTAÇÃO ÉTICA DO ANTIGO AO MODERNO**

Entre as metas do Instituto que se resumem bem nas palavras do cônego Januário, elas elaboram na forma de discurso um proposta de história da nação. Essa alternativa colocada busca alcançar as ideias iniciais do projeto visando estabelecer os elementos em que a sociedade possa ter melhor compreensão de suas províncias e seu espaço moderno com base nas letras. Ademais, trata os fins de concentrar, metodizar e organizar os documentos históricos e geográficos com égide da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Nas palavras do cônego, suas ideias são de buscar um reviver das memórias da nação, que aos poucos se desenvolvia aos olhos de patriotas e de estrangeiros.<sup>16</sup> O IHGB recebia a função de colher elementos concernentes às tradições do império do Brasil, isto é, documentos, que formulam a nossa história, disseminados pelas regiões do Brasil. Com tais informações, em mãos de um conjunto responsável pela revista, as lacunas poderiam ser esclarecidas. Os homens

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 97

<sup>16</sup> BARBOSA, 1839, p. 5-8.

destinados ao levantamento e organização de nomes, eventos, obras e compêndios que resistiam ao tempo estabeleciam ligação direta com burocracia imperial brasileira do final dos anos 1830.<sup>17</sup>

O texto de abertura do cômico é demasiado rico em mostrar uma determinada moral dos homens letrados da época. Além de trazer os elementos que os fazem buscar tais objetivos, também nos mostra o quanto são impregnados aos ditames dos antigos no dizer de uma operação historiográfica. Um projeto centralizador, civilizador, visa o progresso e constitui uma identidade brasileira. Esta é a gênese em que se abre a leitura empreendida pelo Instituto. O passado está diretamente ligado ao *fazer histórico* desses homens. Não que o historiador deixe de analisar os tempos de outrora, mas sim porque o Instituto nasceu impregnado na ideia de que era preciso retirar lições morais de outras ocasiões e a importância dos acontecimentos permitiam a possibilidade de extrair ensinamentos, o passado era fonte de exemplos.<sup>18</sup>

Mas para adentrarmos com mais precisão, pois já temos um ideário dos alvos desses homens do dado período, como elaborar, ao menos, uma comparação da moral para então termos noção do que mudou? Em primeira instância, o que vem a ser moral?

Ela pode ser inicialmente definida como um conjunto articulado de noções a respeito do que é certo e do que é errado, noções que servem de guias para a ação e se situam para além da satisfação de demandas ou desejos “imediatistas” do sujeito. Isso parece trivial, e de fato é, mas o que convém sublinhar, a partir dessa definição, é que quem fala em moral, fala em “programas para a ação”, portanto de normatividade e orientação.<sup>19</sup>

Sempre que ocorrem mudanças sociopolíticas e enxergamos rupturas como guerras, conflitos de ideias, ou quebras na economia, vêm à discussão os valores e a moral. E uma das prioridades é entender padrões normativos da ética até aquele momento. As metas, os conceitos, o assunto em que é debatido atinge diretamente ou indiretamente a ética. E se tratando do historiador, no nosso caso, é mister reconhecer essas mudanças. Como feito no início deste trabalho, os primeiros anos foram representados com base no texto de apresentação do cômico Januário da Cunha Barbosa, se seguirmos por alguns anos poderemos ver assuntos novos

---

<sup>17</sup> SANTOS, 2014, p. 39.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 41-42

<sup>19</sup> MATA, In: NICOLAZZI; MOLLO; ARAUJO (orgs), 2011, p. 63.

chegando às atas e às sessões entre os membros pela revista. As famosas “purificações”<sup>20</sup> de documentos realizados promovem uma boa análise dessa ética do Instituto. A preocupação com a história da pátria promove um olhar crítico para servir uma boa escrita longe de imprecisões.

Na sessão de aniversário enxergamos como os antigos são ilustres representantes de uma geração que promoveu a eloquência nas falas. Esta é uma característica que perpassa toda a primeira metade do século XIX pelos escritos do Instituto. Vejamos na sessão de aniversário de 1840 e até nas seguintes a forte presença dos antigos. Mencionando fortemente Cícero, as ciências e a religião, Visconde de São Leopoldo, o presidente do IHGB, erige o núcleo da glória destes homens. As Letras são devidamente o foco nos parágrafos destinados ao leitor. As Letras promoveram avanços formidáveis ao *Gênero Humano*, nas palavras do presidente. Sábio é o príncipe que protege a ciência e as letras. Nenhum príncipe foi verdadeiramente grande no seu tempo sem que, ao mesmo tempo, defendesse as *Letras e Ciências*.<sup>21</sup>

Essa noção de verdade condiz com a compreensão da época em achar que, através da história, as gloriosas nações são aquelas que incentivavam os estudos (as *Letras*). Por isso a preocupação em que D. Pedro II mantenha essa progressividade dos trabalhos históricos e geográficos, a outra vertente do IHGB.

Outra medida proposta através dos anos que se seguem, e que se mantém, é o trazer de biografias. Maria da Glória de Oliveira arranja de forma efetiva esse destaque ligado ao IHGB, Segundo ela:

No longo processo de sutura do mosaico de identidades coletivas que marcou a cultura histórica do Brasil no século XIX, historiografia e biografia compartilharam não apenas os propósitos de fixação dos fatos e nomes memoráveis, de modo que eles espelhassem os valores políticos e morais da nação, mas também sustentaram as ambições de verdade e fidedignidade na representação do seu passado.<sup>22</sup>

As biografias, assim como o retorno dos antigos para os debates mostram um processo de marcha do espírito humano. Nos sete primeiros anos do Instituto, a visão que os tempos primitivos ainda estavam atrelados ao Império continuava a andar ao lado. O que faltava era

---

<sup>20</sup> CEZAR, 2011, p. 96.

<sup>21</sup> DISCURSO DO PRESIDENTE, 1839, p. 574-582.

<sup>22</sup> SANTOS, 2014, p. 47, *apud* (OLIVEIRA, 2011, p 172).



sempre um olhar crítico que fizesse jus a uma história sã e justa. Esse raciocínio sempre estava nas atas e nas sessões de aniversário. Era uma visão: a nação começava a tomar forma. Para uma melhor impressão:

Uma mais apurada crítica ilumina os historiadores no campo de seus trabalhos, e os primeiros tempos como que se vão desabrochando as suas vistas, revelando verdades, que pareciam não caber na compreensão dos nossos passados. No Brasil, Senhores, ainda mais cerrados se mostram os horizontes da história primitiva, mas, apesar de que nos faltem tradições de seus primeiros sucessos, com tudo, podem já as nossas vistas descortinar fatos, ou esquecidos ou confusos, que desde o ano de 1500 esperam por escritores imparciais e de critério, que os coordenem para servirem a mais pronta instrução do gênero humano. O Instituto Histórico e Geográfico tomou a seu cargo reunir primeiramente documentos incontestáveis, despi-los de quaisquer sombras que os possam ornar duvidosos, e assim oferecê-los a futuros historiadores como indispensável material sobre que trabalhe a sua crítica e sua filosofia.<sup>23</sup>

Com esse olhar, cai-nos aparentemente o sentido teleológico da concepção dos membros.<sup>24</sup> Buscar fontes, leva-los a “purificação”, organizá-los, e prepará-los para o futuro formava os passos do historiador do IHGB. É sabido daqueles que estudam história da história que no século XIX viu-se variadas formas de narrar o passado, pois como diz Manoel L. S. Guimarães, “a afirmação da disciplina ao longo do século XIX fez do trabalho com as fontes a pedra angular na configuração da fisionomia própria do ofício do historiador.”<sup>25</sup>

Continuando na análise detalhada do acervo do IHGB, encontramos algumas passagens valiosas que remetem a um, de certo modo, caráter. Esse valor é logo referenciado ao historiador devido suas exigências propostas pelo Instituto ao fazer-se um trabalho digno para a história da nação. Em momentos fortuitos para agradecimentos, geralmente podemos encontrar referimentos como este:

Os trabalhos empreendidos em prol das ciências e das letras vão sempre em marcha, posto que pareçam algumas vezes estacionárias, por isso direi como M. de Ronald: “A perfeição pode ser uma quimera para o indivíduo cuja vida é muito curta, e por isso não pode perceber os progressos sensíveis ao que é melhor, mas a perfeição é real e sensível para a sociedade que abraça uma longa duração de

---

<sup>23</sup> BARBOSA, 1842, p. 4-5.

<sup>24</sup> GUIMARÃES, 1988, p. 15.

<sup>25</sup> GUIMARÃES In: NICOLAZZI; MOLLO; ARAÚJO (orgs.), 2011, p. 45.

séculos, e uma longa série de fatos. O dever do historiador é apresentá-los a sociedade como termo a que deva continuamente endereçar-se, ainda mesmo quando lhe não fosse dado chegar a ele.” As letras patrocinadas por V. M. I., além de fazerem glorioso o seu reinado pelo melhoramento da inteligência, instrumento poderoso de civilização, farão glorioso e imortal o nome de V. M. I., neste e nos séculos futuros. Assim, Augusto em Roma, Luiz XIV em França, deram seus nomes aos séculos em que viveram.<sup>26</sup>

Vejamos como esta passagem nos traz a visão que as letras, a escrita, o discurso merecem real destaque pelo cômico e forte valor que ganha neste momento. É certo que a lógica utilizada por Barbosa continua sendo empreendida nos séculos adiante. Outro ponto citado que vale lembrar é um dos elementos compositores do dever do historiador. A deontologia abordada reflete sobre as séries de fatos que formam uma história da sociedade. O passado é distanciado. A sociedade não reconhece o que acontece no tempo presente. Por isso vale a metodização e estudo de fatos particulares. Neste ponto, a respeito dos acontecimentos, podemos fazer um paralelo e dizer que estes historiadores se assemelhavam com os historicistas da Alemanha ao estudar fatos concretos para justificarem a ordem existente.<sup>27</sup> Com efeito, a meta estabeleceria mais uma vez: ordená-los, “purifica-los” e apresentá-los para a sociedade.

## **OS FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA MESTRA**

O velho *topos* ciceroniano permanece na primeira metade do século XIX, e faz-se presente na Revista do IHGB. Sua primeira aparição já surge no discurso de Januário Barbosa<sup>28</sup>, mas segue por outras edições como no ano posterior ao da fundação. As reflexões sobre a história ser uma escola da vida se encaixam nas palavras do Secretário Perpétuo:

Testemunha dos tempos, luz da verdade, ela abunda os elementos necessários a nossa civilização, e a prosperidade do Estado; mestra da vida, oferece exemplos heroicos dos que prezam a honra de servir a pátria, e de vive além da sepultura pela recordação de gloriosas nações.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> BARBOSA, 1842, p 26-27.

<sup>27</sup> REIS, 2006.

<sup>28</sup> Cf. BARBOSA, 1839, p. 11.

<sup>29</sup> BARBOSA, 1840, p. 583.

Sinteticamente, a história mestra da vida é um *topos*, isto é, uma máxima que é mantida, seguida como exemplo, e como este, bastante duradouro. Uma ideia que o passado ensina aos homens do presente a agirem de forma melhor e com mais prudência, percorre do mundo antigo até o tempo moderno. Se o passado traz uma melhor noção de viver, é porque ele, de alguma forma, contém um conteúdo de experiências convenientes, assim, a história fornece exemplos, sejam bons ou ruins, nesta concepção. Percebemos que existe certo grau de moralismo nessa linha de pensamento. Nessa perspectiva desintrincada, a história seria um tutorial moral com um conteúdo múltiplo de experiências alheias prontas para estabelecerem metas pedagógicas.

Essa máxima pode nos ajudar a desdobrar o horizonte da primeira metade de século averiguado. Mas por vez, adentrarmos mais a respeito da ideia ciceroniana, buscando entender como essa linha de pensamento perpassou o antigo e chegou até o XIX sendo introduzida com glória pelo IHGB. A respeito disso valem as considerações de Valdei de Araújo:

Assim gostaria de sugerir a hipótese de que a permanência e mesmo a expansão de certos fragmentos do *topos historiae magistral vitae* parecem fundamentais no processo de constituição dos Estados nacionais. Com a formação das grandes comunidades nacionais do século XIX, as exigências da educação moral foram modificadas, pois era necessário atingir um contingente muito maior de pessoas em um contexto de relatividade crescente de valores e, ao mesmo tempo, também de uma homogeneização inédita da experiência, em função da universalização de procedimentos.<sup>30</sup>

Cientes de que o século XIX é um período de modernização, devido à constituição dos Estados nacionais, avistamos que essa linha tênue entre uma história imparcial, mas que emite julgamentos morais ganha força nesse momento. Certamente, a orientação que buscamos entender visa à educação, ao conhecimento da nação, que até então está, nessa época, em formação. Com isto é possível elencarmos a história como moralizante em momentos de crise-política ou nas situações de honra. Não é a toa que a expressão *historia magistra vitae* é encontrada em boa parte nos prefácios e necrólogos da revista, além das sessões de aniversário.

O Império que passava por situações conturbantes, como a abertura dos portos em 1808 ou pelas modificações políticas nas regências, precisava, de certa forma, ter uma orientação histórica e geográfica, no que tange a delimitação fronteiriça do espaço. A geografia adentra no

---

<sup>30</sup> ARAÚJO In: NICOLAZZI; MOLLO; ARAÚJO (orgs.), 2011, p. 140.

que diz respeito às relações que ocorrem na superfície. Elencando Victor Cousin, Visconde de São Leopoldo cita:

Dai-me a carta de um país, sua configuração, seu clima, suas águas, seus ventos, e toda sua geografia física, informai-me de suas produções naturais, de sua flora, de sua zoologia, etc., e eu me comprometo a dizer-vos *a priori* qual será o homem deste país, e que lugar gozará na história, não acidentalmente, mas necessariamente; não em tal época, mas em todas. Enfim, a ideia que este país é chamado a representar.<sup>31</sup>

A ideia recai sobre a superfície sendo o teatro da atividade humana. Ela se modifica debaixo de sua ação, e com isso torna-se uma relação eterna. As imigrações, descobertas, plantas animais estão consolidadas com as movimentações no espaço. As Letras são um bem precioso para estes homens letrados brasileiros. Elas que disseminavam o avanço da civilização e o conhecimento para a sociedade. Ademais, via-se nas Letras o saber das belezas naturais do Brasil do período, como explicitamos acima.

A *verdade* deveria cair sobre a nação. Mediante a *historia magistra vitae* essa luz ao tempo cairia sobre a população. Vale a ressalva que o cristianismo faz-se presente meio a *verdade*. O cristianismo salva. Retira a condição de bárbaros dos autóctones. Civiliza. E a escrita media essa civilização. A catequese é a ferramenta que instaura esse elemento para um povo que não tem lei, nem pátria. No segundo tomo da Revista, o primeiro assunto é concernente à prosperidade do Brasil oitocentista, do mesmo modo a vários Estados brasileiros onde vagam milhares de nações indígenas. É confirmada a opinião do autor – Januário Barbosa – que a catequese é um meio seguro de trazer um índio bárbaro para dentro da civilidade:

Sou de opinião que a catequese é o meio mais eficaz e talvez único de trazer os índios da barbaridade de suas brenhas aos cômodos da sociabilidade. Apoia-se esta minha opinião em muitos fatos da História do Brasil, e posto que neles figurem particularmente os Jesuítas. (...) para prova de que a catequese é um meio eficaz da civilização dos nossos bárbaros, citarei argumentos filológicos, extraídos de muitas obras impressas e manuscritas, sobre as Missões no Brasil.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO, 1839, p. 61 *apud* (COUSIN, 1828).

<sup>32</sup> BARBOSA, 1840, p. 3-4.

Essa moral cristã aponta para uma narrativa pragmática no que diz respeito às regras de convivência com os índios, bem como mostra a opinião de Barbosa sobre a inserção na civilização. O olhar para os nativos ainda busca reconhecer suas características, sociedades, regras, quem sabe até uma *ética indígena*. O IHGB dedica bons espaços para esse conteúdo que reconhece os autóctones como indivíduos importantes na formação do Estado Imperial brasileiro.

Essa característica de abertura para os outros povos é vista notadamente na narrativa de Karl Friedrich P. Von Martius. O português vê-se como ferramenta indispensável para uma coletividade melhor para com seus diferentes. Nesse período, em que a homogeneização linguística e comunitária é referência nas unificações nacionais, a opinião de Von Martius não deixa de ser aberta para as outras etnias como se tem percebido no seu discurso. O texto em destaque do autor bávaro chama-se *Como se deve escrever a história do Brasil*<sup>33</sup>, de 1845, oferecido ao Instituto. Numa passagem temos o seguinte:

o português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente, que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para todos os princípios da historiografia-pragmática, se se desprezam as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população.<sup>34</sup>

São em passagens como esta a qual se debruça a importância de uma nação unida, da história completa dos elencos no cenário brasileiro. Von Martius propõem uma perspectiva de escrita da história que recai sobre os povos. O que se torna interessante diante de um preconceito ainda vigente nas sociedades. Não é a toa que o branco continua sendo a peça fundamental no cenário. O “índio selvagem” foi caracterizado então de primitivo no século XVIII.<sup>35</sup> O português logo se viu como indivíduo encarregado do dever de civilizar esses homens primitivos. Ainda mais após a visão de igualdade e liberdade difundida após a Revolução Francesa (1789). Os princípios de igualdade eram elementares nas constituições das nações modernas.<sup>36</sup>

---

<sup>33</sup> MARTIUS, 1845, p.381-403.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 382.

<sup>35</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 57-58.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 59.

De todo modo, encarrega-se com estas premissas uma *historia mestra* enquanto moralizante, no intuito de sistematizar e unificar o presente. Como prossegue em mais uma passagem do bávaro:

A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamento do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. O Brasil está afeito em muitos membros de sua população de ideias política imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma história de seu país natal (...).<sup>37</sup>

Com isso, uma perspectiva cívica provinda da história realizada outrora era um dos focos do autor. Digno de nota é ressaltar o valor rico da política nas suas palavras. A nação estava em construção, para isso ter um viés pedagógico político para atrelar o povo com a história seria um caminho bom a percorrer na opinião do escritor. E a história, nesse caso, rica pelo *topos* ciceroniano ganhara veemente força.

Com todas essas características que ilustramos aqui, como retórica, ânsia política, a forte crítica tão desejada por Januário da Cunha Barbosa, erudição, tudo isso alimentava uma visão elaborada pelo projeto centralizador da monarquia: constituir a nação moderna. O historiador nesse período toma posição uniforme e crucial, tendo em vista que seu trabalho resultará na consciência de um povo que começa a adotar a visão das províncias vizinhas e mais distantes. Seu trabalho, como serve a proposta de Von Martius, forma uma ética que sofrerá mudanças conforme a historicidade. Para isso há então o espaço dedicado a inserção de membros, afinal a contribuição de cada um forma parte da ética deste ofício.

#### FONTES

Acervo da RIHGB, tomos: I ao VII. Disponível em:

<<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147>>

---

<sup>37</sup> MARTIUS, 1845, p. 381-403.

## REFERÊNCIAS

CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: GONTIJO, Rebeca (et. all.). **Estudos de historiografia brasileira**. Editora - FGV-. 2011, p. 94-114

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos**: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-25.

KNAUSS, Paulo. **Uma história para nosso tempo**: historiografia como fato moral. História Unisinos, vol. 12, número 2, maio-agosto, 2008, p. 140-147.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos; Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). **Aprender com a história?** o passado e o futuro de uma questão. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

REIS, José Carlos. **A Revolução Francesa e a “Redescoberta da História”**. In:\_\_\_\_\_. História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Evandro. **Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista**: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo. Tese de doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-19320). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



## **"HOMENS QUE NÃO SE DESINTERESSAM PELAS COISAS DO ESPÍRITO": A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE E A INVENÇÃO DO PASSADO POTIGUAR (1902)**

Magno Francisco de Jesus Santos<sup>38</sup>

Os institutos históricos, no alvorecer do século XX, constituíam os principais centros de produção dos saberes históricos no Brasil. Dotados do modelo difundido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado nos idos de 1837, os sodalícios estaduais desempenhavam o relevante papel de disseminação da pesquisa e da escrita da história regional, pincelando a história do Brasil com uma coloração local. A disseminação de institutos regionais tornou-se mais consistente ao longo do período da Primeira República, momento no qual havia uma demanda pelas cousas do passado estadual coadunada com a perspectiva federalista vigente no país.

Essa dimensão investigativa voltada para as questões regionais, em grande medida, fez emergir uma produção historiográfica voltada para o recorte estadual. Os fazeres historiográficos dos institutos históricos se tornaram o lastro fundador da escrita da história, com a reunião de documentos, criação de arquivos e museus, financiamento de bustos de heróis, efemérides nas datas cívicas, reuniões sobre questões da história local, fomento a escrita da história e, tão importante quanto, a reverberação dessa produção com as críticas e réplicas. Neste sentido, os sodalícios se consolidaram como as casas da história oficial, os espaços de produção dos saberes históricos e locais, em suma, lugares de memória (NORA, 1993) privilegiados, em decorrência do amparo financeiro e político do poder público.

Nesse contexto republicano de inquietações e demandas por uma leitura acerca do passado estadual, foi criado, no dia 29 de março de 1902, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. A fundação do sodalício potiguar atendia a uma série de motivações, com destaque para a necessidade de uma agremiação para reunir os homens de letras que viviam em Natal, a impetuosa carência de fontes disponíveis acerca do passado local e, o motivo central mais

---

<sup>38</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS-UFRN). E-mail: magnohistoria@gmail.com

urgente, a dificuldade dos intelectuais norte-rio-grandenses na defesa do estado na chamada Questão de Grossos. De acordo com Saul Fernandes, “os sócios do IHG-RN também mantiveram uma produção na revista da instituição para demonstrar uma história e uma geografia comum ao território potiguar” (FERNANDES, 2016, p. 8).

Diante disso, torna-se salutar problematizar algumas questões atinentes ao processo de criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, no intuito de compreender as concepções de escrita da história local defendidas no âmbito institucional nos seus primeiros anos de funcionamento. Os pronunciamentos dos sócios fundadores e políticos nas sessões inaugurais, bem como ao longo do primeiro ano de atuação, referendavam os propósitos atribuídos ao sodalício e elucidavam os elementos selecionados para constituir uma identidade estadual. Neste sentido, registros documentais como as atas das reuniões, conferências e artigos publicados na revista do instituto são relevantes para a compreensão dos embates definidores dos eixos que norteariam o processo de construção dos pilares da identidade estadual.

Esses elementos foram explicitados no Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 1903, no qual as finalidades da instituição foram apresentadas como questões centrais nos primeiros capítulos. Entre as finalidades, percebe-se uma retomada de valores defendidos no âmbito nacional pelo IHGB, como também uma adequação à realidade vivenciada no estado. Os fins da instituição eram:

#### FIM E OBJECTO DO INSTITUTO

Art. 1—O Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Norte tem por fim colligir, methodizar, archivar e publicar os documentos e as tradições, que lhe for possível obter, pertencentes à historia, geographia, archeologia e ethnographia, principalmente do Estado, e á língua de seus indígenas, desde a epocha do descobrimento do Brasil (IHGRN, 1903, p. 9).

Percebe-se uma preocupação centrada na heurística acerca das fontes sobre a história do Rio Grande do Norte. A instituição nascera com a incumbência de se tornar o principal centro cultural do estado, onde pudesse permitir aos pesquisadores locais a realização de suas investigações. Outra questão relevante apontada no documento oficial é em relação aos temas valorizados pelos sócios fundadores, atrelados à busca das origens do estado, com o estudo dos indígenas à época do descobrimento.

Todavia, a instituição não deveria ser um espaço recluso ao âmbito interno, com discussões exclusivistas acerca do passado local. Esperava-se também o diálogo com intelectuais e instituições de outras plagas, no intuito de fomentar a consolidação das pesquisas e a visibilidade da produção sobre a história local. Neste sentido, o IHGRN nasceu com a demanda de ser um elo que conectaria os homens de letras do Rio Grande do Norte ao panteão de pensadores oriundos de instituições congêneres de outros estados. De acordo com o Estatuto:

Art 2—O Instituto procurará manter correspondência com todas as sociedades de igual natureza e bem assim com as associações literárias existentes nos diversos Estados da União, para mais fácil desempenho dos fins a que se propõe (IHGRN, 1903, p. 9).

O segundo artigo do Estatuto do IHGRN elucida para uma questão de grande relevância acerca da atuação dos sócios dos institutos históricos regionais, pois abaliza a interlocução dos homens de letras vinculados a essas instituições, com trocas de experiências, homenagens e embates historiográficos. Essa concepção difere da imagem tecida acerca dos sodalícios estaduais, muitas vezes tidos como espaços de reclusão de seus sócios e de pouco diálogo com outras associações, ou de reunir intelectuais sem poder de ressonância em outras paragens. O documento produzido e aprovado pelos sócios do IHGRN revela uma realidade muito mais complexa e espacialmente ampla, com a defesa da possibilidade de se constituir uma rede de sociabilidade de seus sócios com os intelectuais que integravam associações de natureza similar.

Certamente, essa é uma questão que ainda merece ser revista no âmbito da produção historiográfica brasileira, no sentido de entender como essas práticas de mediação cultural entre os homens de letras reverberava uma maior circulação de suas obras. Com isso, a ideia de escrita da história em perspectiva local ou regional pode ser consideravelmente revista, pois o confronto historiográfico entre esses intelectuais possibilitava um embate que extrapolava os limites estaduais. Como o próprio estatuto preconizava, a instituição deveria defender a escrita de uma história nacional, com a valorização do passado brasileiro a partir da realidade local.

Todavia, o espaço privilegiado para a disseminação dessas práticas de sociabilidade entre os intelectuais vinculados a instituições congêneres era a revista, geralmente tida como o principal instrumento de difusão dos saberes históricos nos estados brasileiros ao longo da primeira metade do século XX. Os periódicos dos institutos deveriam apresentar as análises

inovadoras acerca da história, geografia e etnografia local, reunindo os textos dos principais nomes da inteligência de cada unidade da Federação. Ao longo dos primeiros decênios do século XX, essas revistas publicavam artigos originais, replicavam textos produzidos por intelectuais locais que porventura tinham sido publicados em outros estados, países ou até mesmo em periódicos locais de menor circulação. Entretanto, chama a atenção a difusão de obras escritas pelos chamados sócios correspondentes, uma categoria destinada a inclusão de intelectuais que viviam em outras cidades, estados e países.<sup>39</sup> Sobre a publicação da revista, o Estatuto do IHGRN determinava as seguintes diretrizes:

Art. 3 - Publicará, duas vezes por anno, a — REVISTA do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE — a qual terá, pelo menos, quarenta e oito páginas em cada número, um oitavo francez, e formará uma edição uniforme.

§ Único—Nessa REVISTA serão publicados, além das actas das sessões, os discursos do Presidente e do Orador e os relatórios do 1º Secretario, apresentados na sessão magna; assim como as memorias e documentos relativos á historia do Rio Grande do Norte e à sua geographia, os trabalhos dos sócios e as noticias ou os extractos de nossa historia publicados em outra parte, no Paiz ou no Extrangeiro, precedendo a respeito destes o parecer de uma commissão para este fim nomeada (IHGRN, 1903, p. 9-10).

As diretrizes apontadas no Estatuto definiam a manutenção da periodicidade semestral e o quantitativo de laudas de cada volume, bem como as sessões que deveriam constar. Nesse quesito, a Revista do IHGRN apresentava um parâmetro similar ao dos periódicos publicados em instituições congêneres, com as atas, relatórios, memórias, documentos, notícias e trabalhos inéditos. Chama a atenção a informação na qual a revista deveria dedicar um espaço para a publicação de “extractos de nossa história publicados em outra parte, no Paiz ou no Extrangeiro”. Isso demonstra a preocupação com a constituição de uma heurística que não deveria ser exclusiva da gestão documental, mas também incluía o levantamento da produção historiográfica. Nesses casos, o texto deveria ser submetido a uma avaliação de integrantes das comissões de história,

---

<sup>39</sup> De acordo com o Estatuto de 1903, “Art. 13—Para socio correspondente é preciso: 1º Que o candidato, residente fora da sede do Instituto, reúna as demais condições exigidas no art. 7;

2º Que seja proposto e aceito mediante as mesmas formalidades prescriptas para a admissão dos socios effectivos (IHGRN, 1903, 12).

geografia ou de documentação.<sup>40</sup> Certamente, essa constituiu uma iniciativa no sentido de reunir os textos acerca do passado local, na difusão dos escritos históricos em âmbito estadual. A instituição deveria se tornar a casa da memória potiguar, guardiã das fontes e dos escritos científicos.

Neste sentido, torna-se salutar discutir a compreensão dos sócios do sodalício, ou pelo menos dos membros da diretoria e autores dos primeiros textos, acerca dos fazeres e saberes históricos. O conhecimento histórico, no início do século XX, passava por importantes questionamentos e revisões, marcadas pelas disputas entre intelectuais vinculados a diferentes concepções teóricas, muitas das quais atreladas ao historicismo e às diferentes acepções científicas (REIS, 2007). No caso do IHGRN, percebe-se, no primeiro momento, uma preocupação em se constituir uma leitura respaldada na coesão interpretativa de seus sócios acerca da compreensão histórica. Os intelectuais vinculados ao sodalício se viam como devedores do cientificismo oriundo dos pensadores do século XIX, ou seja, com a fundação de uma instituição acadêmica, eles seriam os continuadores do projeto científico oitocentista em terras natalenses, por meio de uma linearidade de pensamento. Ao apresentar a primeira edição da Revista do IHGRN, os redatores destacaram:

Um dos grandes serviços do século findo, esse fecundo cyclo historico tão prodigo em descobertas magnificas, foi sem duvida o empenho pertinaz e fatigante de espíritos eminentes em fazerem reviver na chronica scientifica os grandes homens e os factos memoraveis que se agitaram à face do planeta, no combate constante e productivo que a lei da evolução preside, desde as afastadas epochas, apenas divulgadas pela poderosa lente inductiva da sabedoria moderna (RIHGRN, 1903, p. 3).

Esse texto pode ser visto como um indício relevante sobre a vinculação teórica dos sócios do IHGRN, bem como a própria concepção estabelecida para os fazeres historiográficos. Fica evidente a preocupação com o cientificismo, por meio da produção de crônicas científicas, nas quais seriam elucidadas as trajetórias de grandes homens e fatos memoráveis. Esses dois quesitos são imprescindíveis para entendermos como o IHGRN foi fundado como uma proposta de retirar

---

<sup>40</sup> De acordo com o Artigo 30 do Estatuto, o sodalício era constituído pelas seguintes comissões: “I Fazenda e orçamento; II Estatutos e redação da REVISTA; III Revisão de manuscritos e pesquisa de documentos; IV Trabalhos de historia, geographia e chorographia do Brasil, especialmente do Rio Grande do Norte” (IHGRN, 1903, p. 16).

do esquecimento os “homens” dignos de serem lembrados por seus feitos. Em um espaço fundado exclusivamente por homens, havia o intuito explícito de construir a memória acerca dos antepassados da elite local, dos “grandes homens”. A história, nesta perspectiva, era fruto dos grandes feitos, da ação exclusiva dos homens de uma pequena elite.

O texto também revela o domínio cientificista defendido pelos sócios redatores. A sociedade era entendida como um conjunto social regido por leis evolucionistas, onde a luta em defesa da memória era um indicio de vinculação à modernidade. A relação entre as leis científicas e o ingresso no mundo moderno foi explicitado pelos redatores:

Os novos methods, empregados para o conhecimento, tanto quanto possível exacto, da historia da terra e dos seus habitantes, deram surprehendentes resultados; e já hoje aparece, evocado pela visão subjectiva dos estudiosos, em descortino bellissimo e grandioso, o passado inteiro da nossa espécie, instruído pelos seus feitos notáveis atravez dos séculos já submettidos à analyse philosophica, precursora immediata das leis que a sciencia propriamente dita vae codificando e que primeiro surgiram no cérebro genial dos beneméritos apóstolos da especulação e da hypothese (RIHRN, 1903, p. 4).

Os fazeres historiográficos perpassavam pelo emprego de um método que possibilitasse a construção de um conhecimento exato da história, com o uso das leis da ciência e da análise filosófica. A operação historiográfica perpassava pela busca dos documentos, bem como pela retirada dos fatos históricos descritos nos mesmos. O passado emergia nos documentos como uma tela, um cenário pronto para ser extraído pelos grandes historiadores:

E' também nesses repositórios que os grandes historiadores de alto mérito sabem extrahir da aridez enfadonha de manuscriptos antigos a synthese philosophica e instructiva que nos apresenta, em magestosa tela impressionante, o drama glorioso da historia conhecida, desdobrado em scenas deslumbrantes, que a imaginação do artista philosopho opulenta e realça em grandes traços geniaes, como está para ver-se quanto á historia especial da raça da qual principalmente. Procedemos — nessa esplendida epopéa da dynastia de Aviz, em que Oliveira Martins immortalizou, em livros que ficaram, a “invicta geração” dos portuguezes (RIHGRN, 1903, p. 4).

O passado de glórias era tido como uma lição a ser utilizada como um recurso pedagógico no tempo presente. A história era a mestra da vida, com os usos das biografias dos grandes

homens, nos quais as novas gerações deveriam se nortear para guiar-se nos caminhos do presente em direção ao futuro. Em busca de um passado mítico, o olhar do historiador se deparava com a experiência portuguesa, exemplar na vivência histórica por meio da colonização no novo mundo, assim como exemplar na proeza de enxergar os fatos do passado. Assim, do mesmo modo pelo qual a dinastia de Avis deveria ser tida como o capítulo introdutório da história pátria, o passado mítico do povo brasileiro civilizado; a escrita da história desse passado pela pena de Oliveira Martins deveria ser o guia metodológico das novas experiências historiográficas a serem disseminadas no Rio Grande do Norte. Com isso,

Foi na certeza, portanto, da necessidade de uma instituição entre nós que não deixasse perderem-se, no pó de velhos arquivos descurados, documentos valiosos da história pátria, e especialmente do Rio Grande do Norte, que possam servir de base e fornecer elemento seguro ao futuro historiador; foi nessa certeza, sim, que um grupo de homens que se não desinteressam das coisas do espírito conseguiu fundar nesta Capital, em 29 de Março de 1902, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que esta REVISTA representa na Imprensa (RIHGRN, 1903, p. 5).

De acordo com os redatores da Revista do IHGRN, o periódico emergia com a missão de fornecer aos historiadores a facilidade de acesso aos documentos sobre o passado potiguar. Os sócios do sodalício são apresentados como uma elite imbuída de uma missão civilizadora, de salvaguarda da memória estadual na luta contra as mazelas do esquecimento. O periódico era apresentado como um baluarte da imprensa potiguar, no qual a história e a geografia da terra eram apresentadas a seu povo.

Nestas paginas encontrarão os leitores tudo o que referente à geographia e à historia do nosso Estado e em geral do Brasil pudermos obter nas pesquisas que o Instituto fizer para o conhecimento da nossa vida, desde o tempo da conquista, e também o que possível fôr conseguirmos da existencia selvagem dos primeiros povoadores — essas pobres hordas primitivas que as armas e a astúcia dos brancos despojaram (RIHGRN, 1903, p. 6).

Na apresentação da revista, fica evidente a preocupação em explicar as origens do Rio Grande do Norte, com a discussão acerca dos povos indígenas que viveram na localidade, bem como a presença de europeus no início da colonização. Na sessão solene de criação do IHGRN, Vicente de Lemos afirmou:



o fim da presente reunião era a fundação, nesta Capital, de um Instituto Histórico e Geográfico, que tomando o encargo altamente patriótico de firmar com dados autênticos, colhidos

em pacíficas e constantes investigações, a verdade histórica da vida Potiguar em qualquer sentido, promovesse todos os meios conducentes à realização desse *desideratum* (ACTA IHGRN, 29 de março de 1902, p. 6).

O intelectual norte-rio-grandense elucidava a preocupação dos sócios fundadores em descortinar “a verdade histórica da vida potiguar”, na qual se destacava a iniciativa de empreender a heurística documental sobre o estado. Tais documentos deveriam apresentar os elementos valorados no âmbito da pesquisa científica, como dados autênticos. O passado potiguar deveria ser recuperado, mas sob o respaldo da história científica vigente no período oitocentista

Chama atenção a tentativa de construir uma narrativa na qual a história local encontrava-se atrelada a nacional, como a emergência do processo de colonização a partir do espaço potiguar. De acordo com Coelho Rodrigues, o “Rio Grande do Norte, que deve este nome ao Rio Potengi, considerado a principio de maior curso, foi a primeira terra do Brasil visitada pelos europeus” (RODRIGUES, 1903, p. 24)

É importante salientar os temas centrais discutidos nos primeiros números da Revista do IHGRN, pois os mesmos, de certo modo, elucidavam a compreensão dos propósitos atinentes à instituição e a demanda por história vigente no Rio Grande do Norte no alvorecer do século XX. O estado era descrito como o espaço das oportunidades para o desenvolvimento de atividades econômicas. Para Coelho Rodrigues,

Nem foi este só que no Rio Grande enriqueceu, mas outros muitos, porque ainda que o território é o pior do Brasil, como temos dito nelle se dão muitas criações, e outras grangearias, de que se tira muito proveito, e do mar muitas e boas pescarias (RODRIGUES, 1903, p. 39).

Outra questão debatida já nos dois primeiros números da revista foi a questão dos limites, ponto central dos embates políticos da intelectualidade norte-rio-grandense no emergir do século XX. Coelho Rodrigues e Felisbello Freire publicaram as suas considerações sobre a construção do território potiguar, utilizando-se de uma vasta documentação. O discurso

científico da história, pautada na busca pela verdade com respaldo de documentos autênticos, legitimava uma atuação prática de reivindicação pelo território da margem oeste do rio Apodi, na região de Grossos. O uso farto de fontes históricas tinha como intuito construir uma narrativa inquestionável, uma leitura oficial e verdadeira sobre o passado no qual respaldava a colonização dessa faixa de terra a partir da iniciativa de colonos oriundos do Rio Grande. Para o sócio correspondente Felisbello Freire,

Podemos dizer que, por esse tempo, “os francezes se achavam de posse de todos os portos do Rio Grande para o norte e contavam por ahi com toda a india a seu favor e tinham sempre em cheque a Parahyba”. Um facto, porem, veio promover a colonização do Rio Grande cio Norte: a lueta de francezes no forte de Santa Catharina de Cabedello, os quaes, derrotados pelos colonizadores de Parahyba, passaram-se com suas nãos ao Rio Grande do Norte, “ainda não, ocupado” (FREIRE, 1903, p. 3).

De acordo com a leitura do historiador sergipano, convidado para escrever sobre a questão dos limites do Rio Grande do Norte, a conquista do estado teria ocorrido como consequência da presença francesa, ou seja, para expulsar o invasor. Possivelmente Freire tenha sido convidado pelos sócios do IHGRN para escrever sobre os limites do estado em decorrência de sua trajetória afamada com o projeto de escrita da história territorial do Brasil. De certo modo, ele era um dos mais renomados pesquisadores dos limites internos do país. A atuação de Albuquerque mostrava a ocupação de um espaço ainda não povoado, legitimando a posse da terra.

Tratou Albuquerque de fundar uma povoação no porto do Rio Grande. Sendo improprio o local do forte para ella, transferiu-a para “o primeiro chão elevado e firme que se apresenta margem direita do rio, obra de meia légua acima de sua perigosa barra”. A essa povoação, depois villa e cidade, chamou se Natal, “em virtude, sem duvida, de se haver inaugurado o seu pelourinho ou a sua igreja matriz a 25 de Dezembro do anno da fundação [1595]”. Estava, pois, installada a machina politica e administrativa do hoje Estado do Rio Grande do Norte. Os francezes, batidos no Rio Grande, refugiaram-se para o norte, d'onde era preciso retiral-os. (FREIRE, 1903, p. 5).

A ocupação do território teria sido gradual e a explicação histórica da colonização portuguesa no Rio Grande era utilizada como recurso para construir um discurso que respaldava a posse sobre o oeste do rio Apodi. Para Freire, “esse trabalho de colonização, que foi pouco a

pouco progredindo, interrompeu-se com a invasão hollandeza, que não poupou esta capitania, sendo uma das que mais soffreram” (FREIRE, 1903, p. 9). O espaço potiguar era diferenciado do cearense pelo passado indígena. O Rio Grande era marcado pela presença do potiguar, enquanto o Ceará pelos tabajara. Ele afirmou que “ahi estão duas famílias indígenas — os potyguares e os tabajaras—limita-las pelo Jaguaribe; uma se estendendo para o sul, e outra para o norte; uma ajudando a colonização do Rio Grande, e outra a do Ceará” (FREIRE, 1903, p. 13). Esse recurso foi pouco utilizado na questão dos limites entre as unidades da Federação ao longo da Primeira República. Para Felisbello Freire, a coligação dos portugueses com os indígenas era uma forma de visualizar a construção dos espaços federativos. Entretanto, ele advertia o propósito reivindicador:

Não é, porem, nosso intuito querer conquistar a zona compreendida entre o morro do Tibau e aquelle rio. Appellamos para este precedente historico como demonstração de que o Rio Grande perdeu territorio que de direito lhe pertence, quando, em vista dos acontecimentos posteriores, os limites foram traçados pela serra do Apody e a linha traçada do seu ultimo contraforte áquelle morro (FREIRE, 1903, p.14).

A capitania do Rio Grande foi interpretada como o espaço da resistência, da luta contra o invasor. Como asseverou Freire, “ahi estão as horrorosas scenas da matança de Cunhaú” (FREIRE, 1903, p. 10). Tudo isso em uma perspectiva que parte da visão de uma continuidade histórica com o passado português. Neste sentido, o português é apresentado como o legítimo dono da terra, enquanto franceses e holandeses foram tratados como exploradores, povos que dificultavam a ação civilizadora empreendida pelos portugueses. Para Coelho Rodrigues:

porque assim como se tira hum, se coalha o cresce continuamente outro, nem obsta que não vão ali navios de Portugal (se não he algum de arribada), pois basta que vao á Parahyba, donde dista sómente vinte e cinco legoas, e de Pernambuco cincoenta, porque destas partes se provejão do que lhe é necessário, como fazem em seus caravelões, e sobre todos estes commodos foi de muita importancia povoar-se, e fortificar-se o Rio Grande pera tirar dali aquella ladroeira aos Francezes (RODRIGUES, 1903, p. 40).

Se o passado remoto era associado à liderança do povo português, o presente ou passado próximo encontrava-se atrelado ao comando das elites locais, tidas como líderes da

modernização do estado e da construção do conhecimento histórico por meio de seu instituto. Além de construir uma espacialidade potiguar, com a designação de um território comum, legitimado pela apresentação de uma documentação na qual se confirmava esse passado imaginado de colonização das terras, tornava-se necessário também forjar a identidade potiguar por meio da edificação de um passado mítico, com a presença de seus heróis, ou seja, a escrita da biografia de homens que deveriam servir de exemplo para a formação das novas gerações. Esses textos biográficos são salutares para a compreensão dos valores imaginados ou atribuídos aos biografados e personalidades homenageadas nas sessões da diretoria. A ata da 4ª sessão, realizada na tarde de domingo de 18 de maio de 1902, os sócios apresentaram a notícia da morte de Augusto Severo Albuquerque:

Senhores: É esta a primeira vez em que nos reunimos, depois do luctuoso desastre de doze do corrente, que motivou a morte daquelle que havia dedicado todo o esforço da sua prodigiosa intelligencia á solução do grande problema que, ha muitos annos, tem prendido a attenção dos mais alevantados espiritos, dos mais eminentes cultores da sciencia. A morte do notável brasileiro Augusto Severo, occorrida em Pariz, pelas seis horas da manhã daquelle dia, não é somente uma perda irreparavel para os seus amigos e parentes, não enluta e entristece somente a elles, mas a todo este Estado, onde nasceu, a todo o Brasil, nossa patria querida, a todo o mundo, porque a sciencia, pela qual Augusto Severo exhalou o ultimo suspiro, não conhece confrontações territoriaes, não distingue raças, pertence á humanidade inteira. E, quando de toda parte em que chega a noticia do infausto acontecimento correm todos pressurosos a associar-se á grande romaria de demonstração de pesar pelo desaparecimento desse vulto homérico, não podemos ser a isso indifferentes nós, que o conhecíamos de perto, nós, que tivemos occasião de apreciar as excelsas qualidades que tão nobremente o distinguiam. Tendo, pois, a mais plena convicção de que interpreto os vossos sentimentos, indico: Que se lance na acta um voto do mais profundo pesar se levante a sessão (ATA, 18 de maio de 1902, p. 89).

Augusto Severo foi descrito como o aventureiro, o homem de ciência que acata os desafios do progresso, da modernidade. A morte prematura em acidente na aviação, o tornava um mártir do progresso, da renovação. Após o anúncio da morte, o sócio Meira e Sá, saudou as virtudes do nobre potiguar:

A extraordinaria obra, o devotamento heroico, o emprehendimento assombroso do nosso inolvidável patrício e nunca assaz pranteado amigo Augusto Severo, a que o nosso illustrado Presidente acaba de referir-se de modo tão sentido quanto

eloquente, são dignos do seu grande espírito privilegiado. E, honrando sobre maneira o Brasil, honra elle, com especialidade, esta pequenina nesga de terra do Rio Grande do Norte, que lhe foi berço abençoado. Aonde quer que se leia a historia, já celebre, da solução do tormentoso problema da navegação aerea, a cujo respeito cabe incontestável e incontestada primazia à nossa patria, o nome de Augusto Severo será lido com desvanecimento — ahi, brilhará aureolado pela Gloria (ATA, 18 de maio de 1902, p. 89).

A assertiva de Meira e Sá destacava as virtudes do conterrâneo, como também buscava comover as autoridades para uma ação conjunta de construção da memória do herói, sacrificado em nome da ciência nos ares parisienses. Severo deveria ser visto como o herói do Rio Grande do Norte e do Brasil, morto no processo de afirmação da navegação aérea. Essa ação reafirmava a presença do país como vanguarda tecnológica e na difusão de cientistas que desafiavam os empecilhos do passado. O passado inventado no âmbito do IHGRN, era marcado pelo herói emergente, forjado com pouco mais de um mês após a fundação do sodalício. O sócio do IHGRN afirmava:

O seu tumulo é ao mesmo tempo o pedestal sobre o qual começa a erguer-se o magestoso monumento á sua perenne memoria. Isto mesmo nos está a dizer: justas são todas as lagrimas que a sua suppração e a eterna saudade inspiram; mas não é menos justo que saudemos o heroe (ATA, 18 de maio de 1902, p. 91).

A tragédia parisiense teria concluído o aparato inicial de construção da identidade potiguar por meio da invenção do passado local. a escrita da história buscava sedimentar o passado mítico, com os traços acerca da conquista do e ocupação do território e a exposição de seus heróis, dos tempos idos na expulsão dos invasores franceses e do passado próximo, com a história imediata na escrita biográfica do mártir da ciência, Augusto Severo.

## **REFERÊNCIAS**

FERNANDES, Saul. Os engarrafadores dos espaços ou a disputa pela produção espacial norte-rio-grandense e cearense durante a retomada da questão dos limites entre os sócios do IHGA-CE e do IHG-RN. *Espacialidades*. Nº 9. Natal, 2016.

FREIRE, Felisbello. Limites do Rio Grande do Norte com o Ceará: synthese histórica. In: *Revista do IHGRN*. n. 2. Natal, 1903, p. 3-5.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Nº12. São Paulo, 1993.

**Anais Eletrônicos do VI Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades - Sertões: histórias e memórias**

**UFRN - CERES - Campus de Caicó, RN, 07 a 11 nov 2016**

**Simpósio Temático *História, historiografia e memórias dos sertões***

ISBN 978-85-92861-70-4

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Revista do Instituto Histórico e geográfico do Rio Grande do Norte. In: *Revista do IHGRN*. N. 1. Natal, 1903, p. 3-5.

RODRIGUES, A. Coelho. O Rio Grande do Norte antes da conquista. In: *Revista do IHGRN*. N. 1. Natal, 1903, p. 24-40.

## **CÂMARA CASCUDO E A INVENÇÃO DO POTIGUAR NA ESCRITA DA HISTÓRIA NO IHGRN (1935-1944)**

Krishna Luchetti<sup>41</sup>

Carlos Augusto Soares Bezerra<sup>42</sup>

### **INTRODUÇÃO**

No presente artigo, pretendemos apresentar os resultados parciais do projeto de pesquisa de iniciação científica “Inventores das cousas passadas: Escrita do ensino de história e patrimônio nas revistas do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande Norte (1903-1950)”. O foco dessa análise é a produção historiográfica cascudiana sobre o potiguar. O texto tem como fonte primária a produção nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN).

A escrita de Câmara Cascudo em seu espaço de sociabilidade buscava estabelecer uma definição da identidade potiguar e sua diferenciação dos demais distritos da federação. A partir desse ponto, pensamos o papel de Câmara Cascudo como historiador e “construtor” dessa identidade potiguar, sobretudo a partir da observação de quatro artigos escritos publicados na revista do IHGRN entre os anos de 1935 até 1944.

No artigo “O nome Potiguar”, referente aos volumes 32 ao 34 do periódico, no qual o autor busca traçar as origens do nome “Potiguar”, destacando para Mario de Melo (pernambucano) que o termo não é “pejorativo”, como esse último pensava. Nesse caso, Cascudo se utiliza de fontes referentes a outros autores que já haviam escrito sobre o tronco linguístico tupi, em especial destaque, é claro, para aqueles que trataram dos termos “potiguar” e “potiguara”, como Hans Staden, por exemplo, buscando maior “veracidade” a sua argumentação frente ao “colega” pernambucano.

O segundo artigo, “O povo do Rio Grande do Norte”, também foi publicado nos volumes 32 a 34 da revista. Nele o autor busca reconstruir a “origem das raças” que compõem do povo do Rio

---

<sup>41</sup> Graduanda em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista PROEX e Integrante do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS).

<sup>42</sup> Graduando em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista PIBIC/CNPq e integrante do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS).



Grande do Norte, tomando suas principais vertentes em “brancos, índios e negros” respectivamente distribuídos dessa forma na obra. O terceiro artigo “As lendas de Extremôz”, também pertencente aos volumes 32 a 34 do periódico, trata-se de um traçado da história de Extremoz, que antes era nominado de aldeamento S. Miguel de Guagirú, liderado por jesuítas, e só após a expulsão desses últimos ganhou o nome que detém até a atualidade. Falam-se também da participação dos jesuítas nesse território (antes da expulsão), a presença dos holandeses no mesmo, do “tesouro da terra” e os demais acontecimentos decorridos na localidade.

E por fim, o último artigo, “Os Barões Norte-Rio-Grandenses”, proveniente dos volumes 38 a 40 da revista do IHGRN. Aqui o autor trata sobre 4 Barões, elencados por ele, como grandes figuras no contexto do estado. Cascudo destaca sobre todos esses “proeminentes” homens da sociedade norte-rio-grandense tanto suas filiações familiares, da identificação de matrimônios até a quantidade de filhos e os destinos desses últimos, quanto sua atuação no estado, seja como políticos, trabalhadores. Demonstra também a importância dessas “figuras históricas” para a composição da história potiguar. Dessa forma, através dos artigos acima citados, e tendo como base a historiografia referente à atuação de Luís da Câmara Cascudo como historiador, desenvolveremos esse artigo visando demonstrar a “invenção” do potiguar efetuada por esse autor em seus escritos na revista do IHGRN.

## **A ESCRITA DA HISTÓRIA DE CÂMARA CASCUDO**

Cascudo pode ser visto por diferentes facetas: folclorista, jornalista, escritor e historiador. Seus trabalhos são amplamente conhecidos no contexto potiguar e nacional, e até internacionalmente, tanto devido aos temas por ele trabalhados (cultura popular, folclore, biografias diversas), como pela vasta produção em uma miríade de áreas. Pode-se então dizer que “(...) Luís da Câmara Cascudo foi homem de muitos ofícios.” (NEVES, 2002, p. 65) e é importante ter em mente que no período no qual escreveu, entre as décadas de 1920 e 1980, era comum essa polivalência de profissões dos denominados “intelectuais”.

(...) Nestes escritos, Luís da Câmara Cascudo refletiu acerca da própria natureza do conhecimento histórico, abordando temas relacionados à questão da utilidade da história para a sociedade, as funções do arquivo e do documento e o ofício do historiador. (COSTA, 2011, p.2).

Além de “produzir” história, Cascudo discutia sobre a forma como a mesma vinha sendo escrita e disseminada ao público, como no caso do ensino de história nas escolas, por exemplo. É imprescindível ter em mente a concepção de história da época em que Cascudo viveu. Em sua produção ele se aproximava de uma vertente mais “historicista” regada pela influência dos clássicos, como Heródoto e Cícero. No entanto, vê-se que Cascudo não se submeteria a todos os padrões dessa vertente, apesar de aderir em grande parte alguns ideais das escolas metódicas alemãs e francesas (COSTA, 2011).

Outro aspecto que logo se pensa sobre o papel de Câmara Cascudo como historiador é sua imensa produção acadêmica e a variedade de áreas na qual atuava:

Com efeito, entre textos sobre a História do Rio Grande do Norte e sobre a cidade de Natal, biografias de vultos célebres e de personagens comuns, trabalhos de História do Brasil no sentido mais amplo e abrangente e livros memorialísticos, é possível contabilizar um número significativo de obras (NEVES, 2002, p. 70).

É possível notar que boa parte de seus trabalhos, seja nos jornais, revistas e afins, tem como tema a ideia de identidade, seja regional ou nacional. Ou seja através dessas biografias ele usa de exemplo determinados personagens, célebres ou não, para dar espécies de “modelos identificáveis” do que seria o cidadão potiguar. Tal abordagem fora muito utilizada pela política do Estado Novo, como destaca Mônica Velloso “os intelectuais na qualidade de participantes de um “projeto político-pedagógico”, destinado a popularizar e difundir a ideologia do regime” (VELLOSO, 1987, p.9) teriam sido os responsáveis pela criação desses “modelos” de cidadania e nacionalidade, ou no caso de Cascudo, regionalidade. Desse modo, estruturou uma identidade local.

Afinal, para Cascudo fazer história era a forma de “(...) tornar o único caminho para o verdadeiro conhecimento de nossa própria situação” (COSTA, 2011, p. 6), ou seja, para ele a história tinha sim uma função didática, que contribuiria para o presente em que ele vivia. Com isso, podemos pensar nessa “construção” elaborada por ele, em boa parte de seus artigos sobre o que é o povo potiguar e o que os mantém como grupo, diferenciando-os dos demais estados da federação. Sendo assim “(...) Cascudo formula uma identidade a partir daquilo que é semelhante do traço comum que urde a história dos homens do passado com os do presente” (COSTA, 2011,

p. 8), tornando identificáveis os homens do passado para os homens do presente, mostrando-os como semelhantes e não estranhos distantes, difundindo uma “moral” comum.

## **A ORIGEM DO “POTIGUAR” E OUTRAS HISTÓRIAS NO IHGRN**

Em seus estudos, Cascudo visava identificar o Brasil e o brasileiro, o que nos caracteriza, assemelhar a diferença dos homens de outras nacionalidades. Conhecido pelos seus alunos como “mestre Cascudo” sempre estudioso e nunca dispensou ajudar seus alunos. Era bastante conhecido na sua cidade, segundo seu amigo e aluno Diógenes da Cunha Lima, “Luís da Câmara Cascudo possuiu, acima de tudo, o dom da prosa animada, viva, cintilante, com a sua cidade Natal, onde era amigo de todos, do mais humilde pescador das Rocas ao governador do Estado.” (LIMA, 2016, p. 31).

Cascudo como defensor da tradição popular é também um intelectual que busca guiar os seus conterrâneos potiguares. Segundo Mônica Velloso, os intelectuais se atribuíram a função de agentes da consciência e do discurso. Na primeira metade do século XX, a condição do país e suas diferenças regionais implicavam ao intelectual reivindicarem para si o papel de guia, condutor e arauto da nacionalidade.

No período das publicações, Cascudo era o 2º secretário e membro da comissão de Estatutos e Redação da Revista junto com Nestor Lima e Antônio Soares. Baseado na concepção de História na produção de Cascudo, podemos notar que a influência do historicismo contribui para sua a escrita de História nos artigos do IHGRN. Segundo Bruno Balbino, Cascudo entende que o passado pode ser revivido e servir de deleite para os homens do presente, através da documentação poderiam reviver os acontecimentos e os homens do passado, em outras palavras, uma visão romântica da História. Para melhor entendimento, segue um complemento do que o Balbino coloca:

Influenciado pelo historicismo, a narrativa historiográfica cascudiana obedece um “regime de historicidade” (Cf. HARTOG, 1999) que toma o passado a partir de uma visão romântica e idílica, conferindo aos sujeitos históricos ares de heróis e aos acontecimentos tons épicos, destinando a história um sentido, uma função para vida. Um passado real que poderia ser resgatado, rememorado, transmitido. Por isso que era possível para a história, tanto para um dos representantes do historicismo do século XIX, Dilthey, como para Cascudo, compreender. (COSTA, 2011, p. 3).

Voltando para a revista, o artigo de Cascudo que trata da origem do nome “potiguar”, o texto está tratando, inicialmente, de uma querela entre Câmara Cascudo e Mário Mello, que foi iniciada quando Godofredo Freire consultou os termos “potiguar” e “potiguara” no IHGRN e o Mário Melo os julgava pejorativos. Cascudo, afirmando ser um simples curioso do tupi, foi escolhido e autorizado pelo Instituto para responder ao Mário Melo que dizia como um povo se orgulha em se identificar como coprófagos, ou seja, o termo potiguar para ele significava comedor de excremento. Cascudo utiliza como referência, grandes tupilólogos que afirmavam o significado de cada etimologia da palavra “Potiguar” e a sua origem citando pessoas como Batista Caetano e Stradelli, que inclusive Cascudo afirma que mesmo que Mário Melo admita que potiguar pode significar comedor de camarão ou procedente de camarão, Cascudo afirma “Podemos escrever tranquilamente *potíguar* sem a menor ofensa às regras do *nheêngatú* e à tradição. Neste ponto, a questão está finda. Potiguar é comedor de camarão. Eu o desejaria apenas << procedente de camarão >>.” (CASCUDO, 1940, p. 39). E ainda acrescenta:

Tendo o meu grande camarada Mario Melo declarado que potiguar está gramaticalmente certo, mesmo na acepção que o sr. Godofredo Freire empregou e eu defendi, nada mais tenho a dizer. Escrever potiguar já não ofende o paladar dos meus conterrâneos. (CASCUDO, 1940: p. 39).

Cascudo ainda levanta a questão do “poti-excremento” e afirma que se a grafia *poti* tem duas interpretações, camarão e excremento, porque a segunda seria obrigatoriamente a tradução do nome usado pelos norte rio-grandenses? “Indo contra a tradição secular? ...”

Essa mesma tradição é a que Cascudo traz quando o nome potiguara foi dado aos indígenas como apelido. Fora isso, Cascudo não conhece nenhum livro que traga potiguara na versão pessoal de Mario Melo. Segundo Cascudo, os índios jamais empregaram *poti* como significando fezes, nos vocabulários de Stradelli, o termo *poti* sendo excremento só ocorreria se tivesse um prefixo *ti*, *re* ou *ce*. Em seus vocabulários excremento é *tiputi*, fezes é *itikyra* ou *itikéra*, merda é *tiputi*. Gonçalves Dias afirma *poty* é camarão, *tipoty* em *tippoty* é excremento, esterco, sarro, ferrugem. Cascudo ressalta a história dos cronistas do início do século XVI, Hans Staden e Jean de Lery, ambos retratam que em suas crônicas foram utilizados o prefixo “re” e “ti” para o *poti* como ensinava Batista Caetano 300 anos depois. Para designar a excremento, um exemplo é quando Hans Staden canta louvor ao seu Deus e o índio afirma que “seu Deus é TIPOTY”. Sempre

diferenciando o poti-camarão e Cascudo mostra que “Com o poti-excremento vemos que está invariavelmente antecedido por prefixos. Assim tipoti, tiputi, repoti, reputi, guepoti, apoti, epoti, etc.” (CASCUDO, 1940, p. 41). Cascudo se utilizou de inúmeras fontes para comprovar que potiguar é comedor de camarão como mostra a tradição secular.

Quando Cascudo finalizou o artigo, exaltou a referência do rio que banha a capital potiguar, reafirmando a identidade cultura desse espaço, rio Potengi como o tradicional rio do camarão, assegurando o seu passado em sua visão romântica da história do potiguar como identidade, historicizando o termo potiguar usado no passado para compreensão daquele presente. E o artigo de Cascudo sobre “O povo do Rio Grande do Norte” que trata inicialmente, das diversas etnias presentes no período de povoamento da capitania do Rio Grande, “Saímos de negros, índios e portugueses com os typos intermediários de mamelucos (brancos e indígenas), cablocos ou curibócas (negros e índios) e mulatos (brancos e negros).” (CASCUDO, 1940: p.65).

Segundo Cascudo, a colonização se fez com a conquista militar, devida a presença francesa na costa, estavam pirateando o pau-brasil, como também o povoamento e a participação dos brancos, índios e negros na formação do povo potiguar juntamente com a construção do forte que foi deixado com Jerônimo de Albuquerque que deixou seus descendentes, a conhecida família potiguar dos Albuquerque Maranhão.

Cascudo explica que no século XVIII, com a forte presença homens brancos no território, contribuiu para o povoamento, a criação de capelas, currais e o “desaparecimento dos indígenas” etc. No artigo contém um balanço de dados demográficos da população branca, negra e mestiça, na qual a presença branca para Cascudo, é um fator consideravelmente alto, chegando a ser próximo do mestiço. Na questão indígena, segundo Cascudo “Tínhamos, na colonização, de um modo geral, tres grandes areas indígenas. Os tupis litorâneos, os gês (tapuias, dos chronistas) no interior, e os carirys, na região "parahybano-cearense” (CASCUDO, 1940 p. 70). Para Cascudo, aos poucos foram sendo dizimados e a política do Marquês de Pombal de expulsão dos jesuítas acabou contribuindo com o desequilíbrio desse controle sobre os indígenas e por fim, os indígenas diluí-se na população mestiça.

Já a população negra do Rio Grande do Norte é pouco notável, afirmava Cascudo que segundo as notas da “Revista Nova” de São Paulo, publicada em 1931, mostrava dados do inicio do século XIX, da população negra que era menor das etnias do Rio Grande do Norte, e uma fonte

do deputado Dr. Moraes Sarmiento que “no Rio Grande do Norte ha poucos escravos, e quasi toda a agriculttura ê feita por braços livres. Conhece muitos senhores de engenho que não têm senão quatro ou cinco escravos, entretanto, que têm 20, 25 e 40 trabalhadores livres” (CASCUDO, 1940, p.76). Por fim, conclui-se no artigo que o povo potiguar é em sua maioria mestiça e branca, leucodermica, apesar da contribuição da miscigenação das três matrizes étnicas para formação do povo do Rio Grande do Norte.

Quando Cascudo no seu artigo das “Lendas de Extremôz” inicia o texto historicizando a criação do aldeamento de S. Miguel de Guagiruz, Cascudo ao publicar sobre as lendas da cidade afirma que “Extremôz, abandonada, esquecida, espoliada, reduziu-se a uma aldeia povoada de lendas e de assombrações” (CASCUDO, 1940, p. 85). Dessa forma, ao tratar dessas lendas de Extremoz, estaria construindo por meio de uma cultura popular, a identidade de uma cidade esquecida e que precisa ser incorporada a questão identitária do potiguar. Ele elenca, então, uma mitologia que faz referência a aspectos próprios do Rio Grande do Norte, nos quais, são exemplificados pelo caso de Extremoz, mas que em variadas outras partes do estado são recorrentes, como em Touros, Jucurutu, etc.

A partir de então, Cascudo começa a elencar uma série de lendas de Extremoz, desde a lenda dos tesouros subterrâneos guardados na “Igreja dos jesuítas”, relacionada com a presença dos holandeses nessa localidade. Em seguida tem-se o sonho de Joaquim Honório, a lenda do “Carro cahido” e “As cobras da lagoa”. Tais lendas reforçam a cultura propriamente potiguar, diferenciando-a das demais e retificando seu próprio folclore, ou seja, reforçando a identidade potiguar através dessas lendas.

E por fim, o último artigo trabalhado foi “Os Barões Norte-Rio-Grandenses”, proveniente dos volumes 38 a 40 da revista do IHGRN. Aqui o autor trata sobre 4 Barões, elencados por ele, como grandes figuras no contexto do período imperial da província do Rio Grande do Norte. O primeiro apresentado por Cascudo é o Barão de Ceará-Mirim, Manoel Varella do Nascimento, dito como o “(...) primeiro norte-rio-grandense agraciado pelo Imperador (...)” (CASCUDO: 1946, p.41), ou seja, o primeiro Barão do Rio Grande do Norte e sua dinastia. O segundo elencado foi o Barão de Mipibú, Miguel Ribeiro Dantas, grande proprietário ligado ao governo de Dom Pedro II. Já o terceiro foi o Barão de Serra Branca, Felipe Nery de Carvalho e Silva, Cascudo o descreve como um homem simples e trabalhador. O Barão do Assú, Luiz Gonzaga de Brito Guerra, foi um homem

de atuação política ativa e de vasta prole. Cascudo destaca sobre todos esses “proeminentes” homens da sociedade norte-rio-grandense tanto suas filiações familiares, da identificação de matrimônios até a quantidade de filhos e os destinos desses últimos, quanto sua atuação no estado, seja como políticos, trabalhadores, etc. Demonstra também ter ciência das diferenças entre os mesmos, e destaca-as ao longo de sua escrita, denotando também a importância dessas “figuras históricas” para a composição da história potiguar.

Elencando esses barões, tão diferentes entre si, mas que conservam o que há de melhor no potiguar, ou seja, suas honras, atuações políticas, ligações a monarquia, ímpeto trabalhador e afins. A partir dessa representação o autor busca traçar um perfil dos grandes homens potiguares, destacando seus “méritos para o estado” e reforçando suas características como próprias do povo potiguar. Ou seja, novamente vemos Cascudo fazendo uso de outro elemento do estado, dessa vez os chamados “grandes homens” para retificar a identidade potiguar a partir das atitudes dos mesmos.

## **CONCLUSÃO**

Considerando as discussões de identidade até então abordadas, trazemos as nossas conclusões ainda em aberto, uma vez que se trata de um assunto demasiado vasto e repleto de aspectos ainda a serem levados em conta. Afinal, não fora só Câmara Cascudo que trabalhou com tal questão nas revistas do IHGRN, nem foi só no IHGRN que se discutiu tal questão. Tem-se em conta que a historiografia norte-rio-grandense sobre esse assunto é bastante vasta e diversa, portanto, não é possível tomar conclusões definitivas sobre tal problemática. Porém, devemos reconhecer a importância desse autor para a historiografia potiguar, além de suas contribuições em várias outras áreas do estado, como o folclore, política, etnografia etc.

Sobre o Cascudo historiador, tomemos a frase de Diógenes Lima: ‘O futuro dará a conclusão e será trabalho de muitos.’ (LIMA, 2016, p. 34). Tal colocação denota que Câmara Cascudo sempre procurou mostrar que o passado está em nós, mas que carecemos de tempo, pesquisa e parciais interpretações, afinal a vida do ser humano é curta. Portanto, vemos esse autor escrever tanto para a compreensão do presente, como também escrever para o futuro com o objetivo de que os estudiosos que o procedessem “concluam” seu trabalho, e mantenham “viva” a história.

A construção da identidade é algo que o IHGRN buscou consolidar em suas revistas, assim como ocorreu em vários outros Institutos estaduais. Quanto a questão do potiguar, vê-se que é



um tema bastante debatido e reinventado pela historiografia, tanto local, como da região nordeste e do Brasil. Fica claro, que a ideia do potiguar, nos anos 1930, foi bastante debatida entre os intelectuais e muitas fontes documentais foram utilizadas para reafirmar a invenção do potiguar, seja pelas lendas, ou pelos grupos étnicos que formaram o povo do Rio grande do Norte, por exemplo. Portanto, nós buscamos denotar tal construção identitária por meio dos artigos escolhidos, escritos por Câmara Cascudo na revista do IHGRN, nos quais reforçam vários aspectos da mesma: desde a nomenclatura única dada a esse povo específico, a forma de sua população, assim como os ideais dos homens potiguares, etc.

#### REFERÊNCIAS

CASCUDO, Luis da Câmara. O nome “Potiguar”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 32 a 34, p. 37-47, 1940.

\_\_\_\_\_. O povo do Rio Grande do Norte. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 32 a 34, p. 65-76, 1935-1937.

\_\_\_\_\_. As lendas de Extremôz. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 32 a 34, p. 85-96, 1940.

CASCUDO, Luis da Câmara. Os barões do Rio Grande do Norte. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 38 a 40, p. 41-49, 1946.

COSTA, Bruno Balbino Aires. Luís da Câmara Cascudo, historiador. In: **Anais do Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299272352\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299272352_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf). Acesso em: 29 set. 2016.

GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Câmara Cascudo: um brasileiro feliz**. 4ª ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2016.

NEVES, Margarida de Souza. **Artes e Ofícios de um “Provinciano Incurável”**. Disponível em: [http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimentos/desc/cascudo/cascudoartes.htm](http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/cascudo/cascudoartes.htm). São Paulo: PUC-SP, 2002, p.65-86.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. CPDOC: Rio de Janeiro, 1987.

## USO DE FONTES SESMARIAS PARA RECONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA COLONIAL DOS SERTÕES DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE (SÉCULOS XVII E XVIII)

Helder Alexandre Medeiros de Macedo<sup>43</sup>

Maria Alda Jana Dantas de Medeiros<sup>44</sup>

### INTRODUÇÃO

O ensaio aqui apresentado é fruto do Projeto de Pesquisa *História dos Sertões do Rio Grande do Norte e Paraíba*, aprovado no Edital 01/2016 – PPG/PROPESq - Apoio a grupos Emergentes para Criação de Programas de Pós-Graduação e que tem como objetivo principal investigar aspectos da história dos sertões do Rio Grande do Norte e da Paraíba, num intervalo temporal que abrange, desde o Holoceno inicial, se estende por todo o período colonial - século XVII - em direção ao século XXI. Considerando os objetivos de maior amplitude, em função da natureza do projeto de pesquisa, ele se desdobra em dois eixos, um tratando de práticas culturais e imaginários sobre o sertão e o outro adentrando no corpo e nas tramas sociais dos sertanejos, cada qual com seus objetivos específicos pontuais.

Dentro do primeiro eixo, pretende-se: a) analisar o processo de povoamento pré-histórico do Seridó potiguar e paraibano, tanto como unidade ecológica, como espaço de desenvolvimento cultural, num recorte temporal que abrange aproximadamente 10.000 anos de ocupação humana, identificando subsídios na cultural material e no gerenciamento espacial que deem suporte para a delimitação de identidades culturais pré-históricas e sua relação com as populações etno-históricas que habitavam o recorte espacial, desde o Holoceno inicial, até o século XVIII; b) analisar o imaginário sobre o “sertão” presente nos requerimentos para concessão de sesmarias nos espaços sertanejos das Capitânicas do Rio Grande do Norte e da Paraíba entre as décadas de 1650 e 1750; c) analisar, por meio de práticas culturais, como o espaço sertanejo foi se construindo nos séculos XIX e XX, tomando como foco o Rio Grande do Norte e a Paraíba; d) problematizar as

---

<sup>43</sup> Professor do Departamento de História do CERES-UFRN.

<sup>44</sup> Discente do Curso de Licenciatura em História (UFRN – CERES – Campus de Caicó). Bolsista PPG/PROPESq do Projeto *História dos Sertões do Rio Grande do Norte e Paraíba* (Edital nº 01/2016-PPG/PROPESq), sob orientação do Prof. Helder Alexandre Medeiros de Macedo.

concepções historiográficas, memorialísticas e literárias sobre os sertões do Rio Grande do Norte e da Paraíba (séculos XIX e XX). Contidas no segundo eixo, encontram-se as intenções de: a) compreender a dinâmica populacional dos sertões do Rio Grande do Norte e da Paraíba no século XIX; b) Investigar os processos de “pedagogização” dos espaços que compõem os sertões do Rio Grande do Norte e da Paraíba na primeira metade do século XX.

O Plano de Trabalho *Fontes sesmarias e demográficas*, ligado ao primeiro eixo, tem como meta o fichamento, catalogação e transcrição de sesmarias e dados estatísticos sobre a população dos sertões. Apresentamos, aqui, o ponto de partida para as ações do plano, especificamente, o levantamento de obras que tratem da história dos sertões, no âmbito da Capitania do Rio Grande, que tenham levantado, para suas investigações, sesmarias enquanto fonte histórica. O objetivo do trabalho, assim é o de compreender como as fontes sesmarias foram utilizadas, na historiografia acadêmica, para reconstrução da história colonial dos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte nos séculos XVII e XVIII. Em outro momento, a posteriori, centraremos-nos na análise dos trabalhos que analisaram o processo de povoamento colonial da Capitania da Paraíba.

Foram utilizadas, como fontes prioritárias, produções acadêmicas ligadas às Ciências Humanas e Sociais (com foco em dissertações e teses) dos anos 1980 até a contemporaneidade, que versaram sobre a realidade sócio histórica da Capitania do Rio Grande. Tais fontes foram coletadas a partir do Banco de Teses da CAPES<sup>45</sup> e, posteriormente, sua cópia digital, conseguida via acesso aos bancos de dados das bibliotecas das instituições de origem. Metodologicamente, procedeu-se à análise historiográfica, tomando como inspiração a reflexão feita por Michel de Certeau (2008) acerca da “operação historiográfica”.

## **AS SESMARIAS USADAS COMO FONTES HISTÓRICAS**

Mapeamos oito trabalhos relativos à Capitania do Rio Grande colonial (MACÊDO, 2005, 2007; MACEDO, 2007, 2013; DINIZ, 2008, 2013; SILVA, 2015; DIAS, 2015).

O primeiro dos trabalhos é a dissertação de mestrado em Ciências Sociais de Muirakytan Kennedy de Macêdo, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 1998 e editada no formato de livro em 2005. Em *A penúltima versão do Seridó: uma história do*

---

<sup>45</sup> Banco de Teses da CAPES. Disponível em: <[http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>](http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/). Acesso em: 15 out 2016.

*regionalismo seridoense*, o autor discute “como e quando os enunciados que compõem esse *regionalismo seridoense* emergiram e passaram a compor a rede discursiva que dá a configuração ao que é hoje encenado social, política e culturalmente como Seridó” (MACÊDO, 2005, p. 22). Para chegar ao século XIX, época em que, para o autor, se gestaram os primeiros indícios de um *regionalismo seridoense*, Muirakytan Macêdo reconstrói o processo histórico de ocupação do território posteriormente chamado de Ribeira do Seridó e, depois, Povoação de Caicó, Vila Nova do Príncipe e Cidade do Príncipe, a partir do século XVII. Nesse sentido, retoma a discussão sobre a doação de terras, via instituto das sesmarias, para explicar como a Ribeira do Seridó foi ocupada pela empresa pecuarística e transformada em território colonial (MACÊDO, 2005).

No doutorado em Ciências Sociais, defendido na UFRN em 2007, Muirakytan Macêdo deu prosseguimento aos estudos sobre o Seridó, todavia, tomando outro caminho: o do exame de fontes ligadas ao cotidiano da população, para entender como se formou o patrimônio e o dia-a-dia das famílias que viveram na Ribeira do Seridó no século XVIII. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – século XVIII)*, publicado em livro no ano de 2015, portanto, é um estudo sobre a história da família no Seridó, que toma como enfoque as relações entre o cabedal familiar e o cotidiano. Por meio da análise, sobretudo, de fontes de origem administrativa (sesmarias), judicial (inventários *post-mortem*) e eclesiástica (batizados, casamentos, óbitos), o autor reconstrói o panorama do viver no Seridó colonial. Especial atenção para o seu capítulo 01, onde discute a ocupação colonial da Ribeira do Seridó, fazendo análise minuciosa das sesmarias doadas a homens e mulheres interessadas no criatório nos sertões (MACÊDO, 2015, p. 29-80).

No ano em que Muirakytan Macêdo defendeu a tese de doutorado (2007), ocorreu a defesa da dissertação de mestrado em História de Helder Alexandre Medeiros de Macedo, na UFRN, que objetiva desconstruir os conhecimentos produzidos pela historiografia clássica do Rio Grande do Norte (a exemplo da que foi escrita por Augusto Tavares de Lira, Rocha Pombo e Luís da Câmara Cascudo) e refletidos no senso comum acerca da ideia de que o índio que habitava a região hoje chamada de Seridó era uma figura superada, sucumbida no tempo e no contato com os europeus. Em *Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: história e mestiçagens*, livro publicado em 2011 a partir da dissertação, Helder Macedo analisa os impactos da ocidentalização nas sociedades ameríndias do sertão e discorre sobre a desestruturação gradual e os extermínios

de grande parte desses povos diante do contato interétnico e da imposição cultural dos conquistadores, mas defende a sobrevivência desses grupos dentro da sociedade, inviabilizando a hipótese de um suposto desaparecimento total (MACEDO, 2011).

Helder Macedo dialoga com os conceitos de territórios formulados por Marcelo José Lopes de Souza e Antônio Carlos Robert de Moraes e parte da premissa de que o território é socialmente produzido e se relaciona diretamente com questões de poder. Assim, trabalha com os processos de territorialização (transformação do espaço em território) do sertão, enquanto veículos de inserção do Ocidente nessa região. Para isso, as doações de sesmarias se configuram como importantes fontes para desenvolvimento da obra, uma vez que permite a visualização de como os europeus passaram a ocupar essas terras. Do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, foram utilizadas, pelo autor, os cinco volumes das *Sesmarias do Rio Grande do Norte*, publicados em 2000 pela Fundação Vingt-Un Rosado, bem como, a compilação das datas de terras relativas às Capitanias da Paraíba e Rio Grande, feita por Olavo de Medeiros Filho no livro *Cronologia Seridoense* (2002). Além disso, utilizou textos e cópias de sesmarias presentes nas caixas relativas às demarcações de terra para subsidiar o seu estudo (MACEDO, 2011).

Os mesmos conjuntos documentais relativos às sesmarias foram utilizados por Helder Macedo em sua tese de doutorado, *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, em 2013. O autor, já tendo em sua dissertação refutado a ideia do desaparecimento dos índios no Seridó, agora se foca em ver qual o lugar ocupado pelos povos não descendentes unicamente dos luso-brasílicos na sociedade, objetivando, também, reverter o silenciamento dos mestiços na historiografia regional.

A tese tem como objetivo dar a devida importância para a atuação das famílias mestiças na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, sertão da Capitania do Rio Grande, entre o século XVIII e início do XIX. Abordando a construção do território da Freguesia do Seridó, Helder Macedo centra suas atenções na reconstituição da trajetória de três famílias “mestiças”, que descendem dos patriarcas Nicolau Mendes da Cruz, crioulo forro, da fazenda São José; Feliciano da Rocha e Vasconcelos, preto forro, da fazenda Barrentas; e Francisco Pereira da Cruz, pardo, da fazenda São. Fez uso, para tanto, da documentação paroquial, judicial e administrativa e através do estudo da vida desses homens, o autor não só mostra como os mestiços conseguiram

ter certa influência e prestígio social, como foram peças fundamentais para a territorialização da ribeira do São José e seus afluentes, por meio de concessões de sesmarias (MACEDO, 2013).

Os próximos dois trabalhos foram defendidos no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Trata-se da dissertação de mestrado e tese de doutorado de Nathália Maria Montenegro Diniz. A dissertação, defendida em 2008, intitula-se *Velhas fazendas da Ribeira do Seridó*, tendo como objetivo prestar contribuição à preservação e divulgação do patrimônio edificado em áreas rurais do Seridó, a propósito da ausência de práticas conservacionistas ligadas a tais unidades produtivas e, mesmo, à dilapidação desse importante patrimônio. A autora promoveu o inventário de 53 casas de fazenda no Seridó, atentando para aspectos da arquitetura rural, ligados à própria historicidade da região. No capítulo dois, de reconstrução do contexto histórico de povoamento da região, Nathália Diniz fez uso e discussão das sesmarias doadas no âmbito da Capitania do Rio Grande e Paraíba (DINIZ, 2008).

Na tese de doutorado da mesma autora, defendida em 2013, o objeto de estudo alargou-se para a análise da arquitetura rural ligada à pecuária nos Sertões do Norte durante o século XIX, sendo, o foco, territórios que, futuramente, corresponderiam ao Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia. Os mesmos conjuntos documentais de sesmarias, e outros relativos às outras espacialidades referidas, foram utilizados como elementos históricos de contextualização do povoamento colonial nos sertões do Norte. Na tese, publicada em livro com o título de *Um sertão entre tantos outros*, Nathália Diniz analisou o acervo de 116 casas de fazenda, em perspectiva comparada, o que lhe proporcionou desnaturalizar o estereótipo de um sertão nordestino homogêneo no que diz respeito à paisagem natural e cultural (DINIZ, 2015).

Os dois últimos trabalhos, assim como o de Helder Macedo (2011), foram defendidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN. O primeiro, a dissertação de mestrado de Patrícia de Oliveira Dias, tem como título *Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725)* e trata dos conflitos envolvidos nas novas configurações espaciais entre as capitanias do Rio Grande e Siará Grande, cujas fronteiras eram imprecisas. Estudando o sesmarialismo colonial abordado por Lúcia Osório da Silva e compactuando com a ideia de territorialização, a autora se propôs a analisar esse processo que paulatinamente deixava de se concentrar na ribeira Piranhas-Açu, limite simbólico entre as duas

capitanias até o século XVII. Utilizando fontes sesmarias de meados do século XVII e início do século XVIII, Patrícia Dias pôde perceber o aumento gradual de doações de terras nas áreas próximas do rio Apodi-Mossoró, ou seja, para além do limite até então existente. Dessa forma, conflitos sobre a posse e a legitimidade dessas terras recém-ocupadas passam a ocorrer entre os sesmeiros do Rio Grande e Siará Grande. O trabalho então aborda a hipótese do rio Apodi-Mossoró ter se tornado a nova fronteira entre as duas capitanias. Para ter acesso às doações de terras do Siará Grande, a autora utilizou a coletânea “Datas de Sesmarias”, organizada pelo governo do Ceará. Para as do Rio Grande, foram utilizadas as “Datas de sesmarias” (volumes I, II, IV e V), o “Fundo Sesmarias” (livros I, II, III, IV e V) organizados pelo IHGRN, e a Plataforma SILB - Sesmarias do Império Luso-Brasileiro<sup>46</sup> (DIAS, 2015).

O segundo trabalho é de autoria de Tyego Franklim da Silva, que também trabalha com a conquista de territórios em *A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720)*, abordando a forma pela qual as terras férteis em volta do rio Açu foram uma grande atração para os conquistadores que queriam povoar e implantar a pecuária no sertão, na virada do século XVII para o XVIII, no decorrer da série de conflitos que foi documentada como Guerra dos Bárbaros. Mesmo que vistos como empecilhos para ocupação do sertão, os ameríndios que já estavam naquelas terras resistiram à territorialização imposta pelos europeus. Dessa forma, o autor também trabalha com o conceito de territorialidade, ou seja, a atribuição de elementos culturais em um ambiente, desenvolvendo que o espaço não só foi ocupado pelos colonizadores, como também ressignificado, gerando, assim, novas territorialidades. Utilizando os dados armazenados da Plataforma SILB, Tyego Silva analisou concessões de sesmarias para a Capitania do Rio Grande durante os anos de 1701 até 1720, podendo verificar o nome do suplicante, a descrição e o tamanho da terra requerida e a justificativa, verificando, assim, a territorialização da ribeira do Assu (SILVA, 2015).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As produções acadêmicas analisadas, ligadas ao estudo dos sertões da Capitania do Rio Grande, majoritariamente estão ligadas à área de História e Ciências Sociais, de autores norte-

---

<sup>46</sup> Plataforma SILB – Sesmarias do Império Luso-Brasileiro. Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>>. Acesso em: 10 out 2016.



rio-grandenses. Os trabalhos cujo foco é a área de História (embora, oriundos das Ciências Sociais) encontram-se dimensionados entre a História Social e a História Cultural, pelo que podemos examinar de seus aportes teóricos. Em seis das oito produções, os autores fizeram consulta ao texto das fontes sesmarias. Os seis trabalhos mencionados fizeram uso de sesmarias oriundas das Capitânicas da Bahia (publicadas por Olavo de Medeiros Filho no livro *Velhas Famílias do Seridó - 1981*), do Rio Grande do Norte (fac-símile de cópia do IHGRN, publicado pela Fundação Vingt-Un Rosado e pelo Projeto Resgate – Arquivo Histórico Ultramarino) e da Paraíba (fac-símile de cópia publicada por João de Lyra Tavares no livro *Apontamentos para a história territorial da Parahyba - 1909* e pelo Projeto Resgate – Arquivo Histórico Ultramarino). Tais fontes estão catalogadas pela Plataforma S.I.L.B. (UFRN). Apenas um trabalho (MACEDO, 2013) consultou, diretamente, Cartas de Sesmarias oriundas do acervo do IHGRN.

Todos os trabalhos analisados, ao utilizarem-se das cartas de sesmarias, operam com conceitos da intersecção entre História e Geografia, como espaço, região, território e territorialização, além de fazerem uso de categorias administrativas coloniais, como ribeira, freguesia, povoação, vila e julgado. Os autores das produções utilizaram os requerimentos de concessão de cartas de sesmarias como evidências do processo de apropriação e territorialização do espaço das Capitânicas do Norte, bem como, consideraram as datas de terra como elementos utilizado pelos colonos para, a longo prazo, justificar a posse das glebas que ocupavam.

As produções acadêmicas abordadas analisadas neste ensaio, pois, utilizaram fontes sesmarias para explicar os processos de territorialização das ribeiras dos sertões das Capitânicas da Paraíba e do Rio Grande, como guias norteadores para esboçar as novas configurações espaciais, resultantes da conquista dos agentes históricos envolvidos na colonização dos sertões.

## **REFERÊNCIAS**

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DIAS, Patrícia de Oliveira. **Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725)**. 2015. 187f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros**. São Paulo: Versal Editores, 2015.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado nas Ribeiras do Norte**. 2013. 307f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas Fazendas da Ribeira do Seridó-RN**. 2008. 205f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande**. 2007. 311 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII - XIX)**. 2013. 360f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: história e mestiçagens**. Natal: EDUFRN, 2011.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense**. 1998. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó - século XVIII)**. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Flor do Sal, 2015.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais: patrimônio familiar e cotidiano nos sertões do Seridó (século XVIII)**. 2007. 300f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.

SILVA, Tyego Franklim da. **A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720)**. 2015. 176f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

## FONTES PAROQUIAIS E JUDICIAIS E SUAS APLICABILIDADES NA DISCUSSÃO SOBRE DINÂMICAS DE MISTIÇAGENS (SERIDÓ, SÉCULO XVIII - XIX)

Lucas Thiago Araújo de Medeiros<sup>47</sup>

Matheus Barbosa Santos<sup>48</sup>

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasceu a partir de resultados que foram obtidos ao longo dos anos no âmbito do Projeto de Pesquisa *História das mestiçagens nos sertões do Rio Grande do Norte por meio de um léxico das “qualidades” (séculos XVIII-XIX)* (UFRN), coordenado pelo Prof. Helder Alexandre de Medeiros Macedo. As indagações do projeto levam à necessidade de saber quem nomeava as “qualidades” (PAIVA, 2015) de “mestiços”, pardos, cabras, mamelucos, curibocas e mulatos às pessoas que viviam nos sertões do Rio Grande do Norte entre os séculos XVIII – XIX.

Nesse sentido, indagamo-nos como duas fontes normativas do período colonial pensavam a questão das nomeações de pessoas. A primeira, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que eram responsáveis por reger, dentre outros temas, as normas de registros de batismos, casamentos e óbitos dos cristãos e as *Ordenações Phillipinas*, que eram responsáveis, dentre outros assuntos, por reger a norma da produção de inventários *post-mortem*.

O trabalho, assim, tem como objetivo demonstrar como tais documentos normativos inscreviam-se numa lógica, colonial, de nomeação de pessoas por meio das suas “qualidades”. Além disso, pretende, também, a partir de exemplos pontuais extraídos da documentação paroquial e judicial da Ribeira do Seridó, mostrar como se dava, na prática, tais nomeações.

### CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA

As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* foram organizadas e propostas por D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito arcebispado e aprovadas, em 12 de junho de

---

<sup>47</sup> Discente do Curso de História – Licenciatura, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Campus de Caicó. Orientador: Prof. Helder Alexandre Medeiros de Macedo – Departamento de História do CERES (DHC-CERES-UFRN). Pesquisa apoiada pela PROPESq/UFRN. E-mail: lucasthiago08@hotmail.com.

<sup>48</sup> Discente do Curso de História – Licenciatura, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Campus de Caicó. Orientador: Prof. Helder Alexandre Medeiros de Macedo – Departamento de História do CERES (DHC-CERES-UFRN). Pesquisa apoiada pela PROPESq/UFRN. E-mail: matheusx1998@gmail.com.

1707, em um sínodo realizado em Salvador, Bahia celebrado pelo mesmo. Essas normativas tinham o objetivo de confirmar e adequar os preceitos do Concílio Tridentino à realidade brasileira.

Tal documento foi reimpresso em Lisboa em 1765 e em São Paulo em 1853. Nesse trabalho utilizamos a versão de 1853, que está disponível na página online do Senado Federal.

Estas normativas são uma fonte crucial para o estudo da sociedade. , Dentre as várias questões por elas tratadas, as que nos interessam são as referentes à realização e registros dos sacramentos e as questões direcionadas aos agentes da Igreja.

As Constituições são compostas por cinco livros que contemplam questões dogmáticas e o comportamento dos fiéis no cotidiano, o procedimento desejável do clero e por último institui as sanções determinadas pelo descumprimento das orientações dadas. As partes específicas destacadas para estudo foram as referentes aos batismos e casamentos, dentro do Livro Primeiro.

Analizamos as regras instituídas para os registros desses sacramentos com a finalidade de descobrir se deveriam haver menções à denominação das qualidades dos indivíduos registrados e, se houvesse, como estas deveriam ser atribuídas.

Partimos da ideia de que os dados e informações que nos interessam não aparecem, apenas, de forma explícitas nas fontes históricas, mas que há detalhes escondidos nas entrelinhas. Isso foi confirmado ao não encontrar nenhuma necessidade clara de mencionar as “qualidades” indivíduos, como visto nesse modelo de certidão de batismo apresentado nas normativas:

Aos tantos de tal mez, e de tal anno baptizei, ou baptizou de minha licença o Padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N. filho de N. e de sua mulher N. e lhe puz os Santos Óleos: forão padrinhos N. e N. casados, viúvos ou solteiros, fregueses de tal Igreja, e moradores em tal parte.(VIDE, 1853)

Ao compararmos com a estrutura dos batizados da Freguesia do Seridó, ao qual tivemos acesso, por meio dos fundos documentais custodiados pelo LABORDOC (Laboratório de Documentação Histórica – CERES - UFRN) podemos identificar algumas diferenças, em especial a presença da “qualidade da criança batizada, tanto textualmente, quanto na averbação de cada registro, onde apareciam letras (B., P., P. C., N., N. C.) que nos levam a supor que representassem as qualidades.

É o caso do registro de casamento da Freguesia do Seridó, de 1806, de Antonio Francisco e Jacinta Maria da Conceição (Livro 01, 1788-1809, fl. 128v/129), no qual é possível identificar o caráter volátil com o qual se eram atribuídas essas qualidades. O documento apresenta, em seu texto corrido, as qualidades expressas do casal e sua condição, tendo Antonio Francisco sido qualificado como *mulato* “captive” e Maria Jacinta da Conceição como *parda* forra. Já na averbação do registro, ao lado do texto, ambos foram qualificados como *pardos*.

É a partir destes questionamentos que nossas intenções de pesquisa posteriores dedicam-se a examinar trajetórias pessoais e de formação dos agentes da Igreja que produziam os documentos em que se registravam os indivíduos frutos das mestiçagens, com o fito de se estabelecer um perfil acerca de quem nomeava pessoas com as qualidades de “mestiço”, mameluco, pardo, mulato, cabra e curiboca, por exemplo.

#### **ORDENAÇÕES FILIPINAS**

As Ordenações Filipinas foram recompiladas por D’el-Rey D. Philippe I, que foi primeiro rei de Portugal e segundo rei de Espanha, na época da União das Coroas Ibéricas. Sua primeira edição foi ratificada em 1603. Para o presente trabalho, estamos trabalhando com a décima-quarta edição, do ano de 1870, editada por Candido Mendes de Almeida, no Rio de Janeiro, Typographia do Instituto Philomathico.

A décima-quarta edição das Ordenações Phillipinas é constituída por cinco livros. Fizemos a análise do primeiro, no título LXXXVIII, que diz respeito aos juízes dos órfãos e, conseqüentemente, à feitura de inventários *post-mortem*

A responsabilidade sobre os órfãos, seus bens de raiz e móveis, era pertencente aos juízes ordinários e tabeliões, na metrópole e no ultramar. Devido ao crescimento do contingente populacional, suas ocupações passaram a crescer demasiadamente, até chegar ao ponto dos mesmos não poderem cumprir suas obrigações como deveriam.

Um regimento, que foi promulgado com o Alvará de 2 de maio de 1731, criou o ofício de juiz e escrivão dos órfãos, especialmente para os mesmos estarem responsáveis do cuidado dos órfãos e seus bens de raiz e móveis. Este ofício era legalizado em todas as vilas e lugares, com a condição que naquele espaço houvesse quatrocentos vizinhos ou mais.

Existiam condições para se exercer o cargo de juiz dos órfãos. Elas exigiam que o indivíduo que fosse a vir a exercer o cargo tivesse trinta anos ou mais, deveria ter habilitação no bacharelado em direito e, pelo menos, ter praticado o advogar durante um ano. Enquanto o mesmo exercesse esta função, ele não poderia, mesmo que o quisesse, ser escrivão ou juiz ordinário, como também não poderia atuar em nenhuma outra funcionalidade para algum senhor de terras, com a penitência de perder o ofício e nunca mais atuar na área e, ainda teria que abdicar a metade de sua fazenda.

O juiz dos órfãos deveria saber uma gama de informações sobre os órfãos, estas informações consistiam:

3. E o juiz dos órfãos deve com grande diligencia e cuidado saber quantos órfãos há na cidade, villa, ou lugar, em que he juiz, e faze-los todos screver em hum livro a scrivão desse officio, declarando o nome de cada órfão, e cujo filho he, e de que idade, e onde vive, e com quem, e quem he seu tutor, e curador. E deve saber quantos bens tem moveis e de raiz, e quem os traz, e se andam bem aproveitador, danificados, ou perdidos, e por cuja culpa e negligencia, para os poder fazer aproveitar e arrecadar. E assi deve fazer pagar aos órfãos toda a perda e dano, que em seus bens receberam, per aquelles que nisso achar negligentes, ou culpados. E o juiz, que o assi não cumprir, pagará aos ditos órfãos toda a perda e dano, que por isso receberam. (ALMEIDA, 1870, p.207).

Outro fator, que devemos levar em consideração, é a abundante presença do termo “qualidade” nas constituições, como vemos na seguinte passagem: .

18. E defendemos que nenhuma pessoa, de qualquer *qualidade* que seja, não tome nenhum órfão, nem se sirva d'elle no lugar, onde tiver seu Tutor, ou Curador, sem lhe ser dado pelo dito Tutor, ou Curador com auctoridade do Juiz dos Orphãos [...]. (ALMEIDA, 1870, p.212, grifo nosso).

No exemplo citado acima e em outras ocasiões, o termo “qualidade” aparece como um medidor de hierarquia social e econômica. A partir disto, podemos inferir que o mesmo, já na Coroa Portuguesa, era usado para distinção social, como assegura Paiva (2015).

Para o estudo de caso, utilizamos o inventário *post-mortem* de João Álvares de Oliveira, da fazenda Olho d'Água, Ribeira do Sabugi, do ano de 1791. Na época da confecção deste inventário, o juiz ordinário da Vila do Príncipe, Comarca da Paraíba do Norte, era o Sargento-

mor Manuel Gonçalves Melo. Tal inventário foi transcrito por Olavo de Medeiros Filho em 1990 e está nos fundos documentais custodiados pelo LABORDOC.

João Álvares de Oliveira era proprietário de 21 escravos, dentre estes, destaca-se uma linhagem familiar fruto das “dinâmicas de mestiçagens” (PAIVA, 2015), onde a progenitora é uma *cabra*, chamada Teobalda, que deu à luz aos respectivos filhos: *mulato*, chamado Gonçalo; *mulatinho*, chamado Francisco; *mulatinho*, chamado Antônio; *mulata*, chamada Maria; *cabrinha*, chamado Gabriel. Quem seriam, pois, os pais desses filhos? Quais seriam suas qualidades, e, será que estas influenciaram na adjetivação, pelo escrivão do cartório, dos seus filhos?

Eduardo Paiva, no seu livro *Dar Nome ao Novo* (2015), mostra-nos que com a chegada dos africanos, as dinâmicas de mestiçagens engendraram a reinvenção de novos vocábulos, adaptados e ressignificados, que deram uma nova roupagem às misturas e aumentaram o léxico das qualidades no Novo Mundo=. Isso também mostra, por outro lado, que estas designações eram bastantes flexíveis, variando suas formas de acordo com suas diferentes espacialidades e temporalidades, como, também, os indivíduos que estavam por trás destas qualificações.

É a partir destes questionamentos que nossas intenções de pesquisa visam examinar, proximamente, trajetórias pessoais e de formação dos agentes do Estado, da Justiça, que produziram os documentos em que se registraram os indivíduos frutos das mestiçagens, com o fito de se estabelecer um perfil acerca de quem nomeava pessoas com as qualidades de “mestiço”, mameluco, pardo, mulato, cabra e curiboca.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessa análise apriorística feita sobre as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, pôde-se constatar, até o dado momento, que não há referências claras ao conceito de *qualidade* em suas normas, levantando-se a hipótese de que a atribuição delas era feita partindo da avaliação pessoal dos agentes responsáveis por esses registros, no caso, os sacerdotes.

A partir das primeiras aproximações com as Ordenações Filipinas, que eram responsáveis por reger a norma de produção dos inventários *post-mortem*, foi possível constatar-se a presença do conceito de “*qualidade*”, onde podemos inferir que, na América Portuguesa, este conceito era usado para a distinção social.



#### **FONTES**

CÓDIGO Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recompiladas por mandado d'el-Rei D. Filipe I. 14.ed.fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2004.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo, e Reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707.** São Paulo: Typografia 2 de Dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853. p. 117. Livro I, Título LXVII, 286, 4 [Ed. fac-similar, Brasília, Senado Federal, 2007.

#### **REFERÊNCIA**

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: Uma História Lexical da Ibero-América entre os Séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o Mundo do Trabalho).** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

## **POSSIBILIDADES DE ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO UNIVERSO CRIMINAL A PARTIR DE ARQUIVOS JUDICIÁRIOS (COMARCAS DE CAICÓ E JARDIM DO SERIDÓ, DÉCADA DE 1930)**

Ana Carolina Oliveira<sup>49</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Transcorrendo de uma gama extensa de processos judiciais da primeira metade do século XX sob tutela do Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc) do Ceres, campus Caicó, desponta a premissa da viabilidade de estudos acerca do universo criminal envolvendo a presença de mulheres no território das Comarcas de Caicó e Jardim do Seridó. A conjunção de estudos anteriores realizados no campus realça a contingência de se explorar através de documentos do aparelho judiciário, essa congregação de ideias onde o feminino excede além dessa perspectiva incumbida de passividade e servidão.

A materialidade presente no acervo faculta a abordagem com as fontes, de modo que o pesquisador dispõe-se à análise respeitando as sensibilidades e limitações dos escritos. O fato de se haver preocupação com as fontes acaba por aproximar História e Ciência, embora que, as interpretações das fontes submetam um tangenciamento com o lado subjetivo de cada indivíduo.

O historiador através de um esforço minucioso de decodificação e contextualização de documentos, pode chegar a descobrir a “dimensão social do pensamento” (CHALHOUB, 1990), pois, ao se trabalhar com fontes oriundas do judiciário, há sempre um afrontamento com a densidade de detalhes da documentação. Enquanto Gizlene Neder (1995) compreende que, tanto do ponto de vista do método histórico quanto do Direito, a análise das normas jurídicas no acontecer social deve privilegiar o processo histórico, promovendo um recorte em sua conjuntura a fim de viabilizar a análise dos mecanismos de estruturação e de movimentação destas normas.

Sob a perspectiva do Direito, atendo-se ao objeto de estudo deste trabalho, é preciso esclarecer as possibilidades e limitações de cada documento. Arquivos de tipologia criminal, em

---

<sup>49</sup> Discente do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista de Extensão no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC), sob supervisão do Professor Helder Alexandre Medeiros de Macedo - Departamento de História (UFRN). Email: ana.c.oliveira.95@hotmail.com

sua essência, seguem um padrão estrutural desde a capa até as datas e certidões assinadas em cada instância, seja de um processo levado a julgamento, ou apenas um inquérito policial, por trás de toda uma hierarquização. Ler, interpretar e analisar uma fonte se finda na origem da subjetividade do pesquisador, que por sua vez, mantém as possibilidades abertas no que toca seu objetivo central. Desse modo, temos a premissa de que, cada documento é uma fonte inesgotável de pesquisa.

#### **A MULHER NO UNIVERSO DO CRIME**

Estudos acerca da criminalidade feminina ganham força e obtém vazão há algum tempo, desde monografias à publicações em livros, embora o recorte não se abstenha apenas há um século específico. Em sua maioria, estabelece-se o uso de arquivos judiciais.

A perspectiva adotada pelas autoras Maria do Socorro Medeiros e Maria Sueli de Araújo em sua dissertação de conclusão de curso, intitulada: “História, mulheres e violência no Seridó (Século XIX), busca a contribuição nos aspectos econômicos e sociais inerentes ao feminino. A problemática reside nas violências toleradas por mulheres na área do sertão seridoense, em um período entendido como o Brasil Império. Embora cerceadas pela fundamentação teórica de Raquel Soihet (1997)<sup>50</sup>, as autoras alcançaram seus objetivos com a utilização de fontes primárias existentes no Labordoc. Dez fontes foram selecionadas, dentre elas, apenas três passaram por análise e permitiram a aproximação de seu problema.

Em contrapartida ao trabalho das autoras, embora cerceando o âmbito do gênero e da violência noutra perspectiva, Abília Maria Medeiros da Silva produziu, através de pesquisas mediadas no Labordoc, uma análise dos discursos morais e legais partindo da ação de mulheres que transgrediram as normas sócio-jurídicas, onde acabaram por tornar-se personagens de acusação. Seu recorte temporal, englobando as décadas iniciais do século XX, transmite até uma aproximação com os casos a serem analisados posteriormente, tendo em vista o teor da natureza documental centrados em infanticídios e lesões corporais. O trabalho se enfoca na perspectiva de que a história não é formada apenas de grande homens ou fatos, mas trata-se de um saber múltiplo que estuda as diversas classes sociais, pessoas, gênero, espaço, fatos e vida (SILVA, 2008, 10).

---

<sup>50</sup> MEDEIROS; ARAÚJO, 2000. Apud (SOIHET, 1997).

## MULHERES CONTRAVENTORAS: UM ESTUDO DE CASO NO SERIDÓ

Culminando os objetos desse estudo, num panorama geral, a *priori*, vamos entender o contexto histórico acerca dos crimes. Como ponto de partida, peguemos o primeiro caso, de Infanticídio:

Aos nove dias do mês de março de mil novecentos e vinte e dois, nesta cidade de Jardim do Seridó (...) O Promotor Público desta Comarca em exercício de suas funções estribado no inquérito policial (ilegível), vem denunciar a Elidia Maria da Conceição, brasileira, solteira e residente em o sitio Volta deste Districto e Comarca. (...) Rezide em companhia de Joaquim (ilegível) Lopes no lugar Volta desta Comarca a moça de nome Elidia Maria da Conceição, a qual se achava grávida, tendo no dia 17, mez p. passado, pela madrugada sentido dores, sai para o quintal da caza, onde teve uma criança do sexo feminino e em seguida a abandona a mesma. Momentos depois a mãe desnaturada volta ao local e encontra sem vida a inocente criancinha conduzindo-a para um lugar deserto onde procurou cobril-a com terra para enconbrir o crime que acabava de perpetrar.<sup>51</sup>

Cometido no início da década de 1920, período entendido como a *Era Dourada*, cujo desdobramento decorre da *Belle Époque* proveniente da Europa desde 1890, o então regime social em processo de modificação, em vista da transição do Império para República, trouxe um forte moralismo para o cotidiano brasileiro, acarretado de uma profunda “repressão sexual”. Sobre as mulheres recaía uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado (SOIHET, 2006, p. 363).

Elídia Maria da Conceição, moça pobre e analfabeta, com 18 anos de idade, em sua condição de grávida em trabalho de parto e aparentemente sem ligações familiares com os demais residentes da casa, encontra a saída mais viável naquele momento: parir a criança longe de olhares reprovadores. Embora que, seu ímpeto, em seguida, seja a fuga e ela retira-se imediatamente de volta à casa quando a criança já encontra-se fora de seu ventre. Não se sabe ao certo o que motivou a sua volta ao quintal, horas depois, com a madrugada findando e o sol despontando no horizonte, embora hipóteses invariavelmente comecem a surgir em seu processo-crime. Teria Elídia voltado para encobrir seu crime e, para isso, moveu o corpo da

---

<sup>51</sup> Acervo documental do Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc) do CERES-UFRN, Campus Caicó. Fundo da Comarca de Jardim do Seridó. Cx: 252. Processo-crime: Infanticídio. Ré: Elidia Maria da Conceição. 1922.

recém-nascida para um local mais distante da casa e ali tê-la coberto de terra? Ou a mãe estaria, de algum modo, preservando o corpo de sua filha morta que, horas após o nascimento e abandono, estava sendo bicado pelas galinhas da casa? Para a autoridade penal responsável pelo encaminhamento da denúncia à Justiça, a motivação limitava-se à primeira opção.

Avançando para o segundo processo, inserido, desta vez, na transição das décadas de 1930 à 1940, quando o Brasil encontrava-se em mais uma fase transitória, onde sob o comando do presidente Getúlio Vargas implantava-se o regime de Estado Novo. Tal intervalo de tempo é entendido como um período de censura e autoritarismo político. No campo feminino, via-se, como indispensável, reforçar o ideal da mulher do lar, da dona de casa como esteio da família e da nação (NAHES, 2007, p.34).

Abaixo, a transcrição da denúncia da Justiça Pública contra Francisca das Neves:

No dia 18 de Novembro de 1938, a acusada, então empregada de Francisco Dantas Fernandes, aplicou certa quantidade de arsênico em uma chicara de café e em uma panela de sôpa, no intuito de matar dona Marcia Medeiros Fernandes, dona da casa, fato este ocorrido no referido sitio Simpatico, deste município. O café foi ingerido apenas pela pessoa visada, que sentiu logo os sintomas do envenenamento. Da sopa envenenada, porem, serviram-se não só dona Marcia, como também sua filha menor Maria Norma e as empregadas da casa, de nomes Josefa Maria da Conceição e Maria Florinda, sendo de notar que a denunciada assistiu a todas se servirem do alimento por ela envenenado.<sup>52</sup>

Francisca das Neves tinha 16 anos de idade, era solteira e morava há cinco anos em companhia de Francisco Dantas Fernandes e família, trabalhando ali como doméstica. Inconformada com os maus tratos de sua patroa, dona Márcia Medeiros Fernandes, a ré acrescenta ao seu café, uma dosagem significativa de arsênico. Embora a vítima, de início, não tenha demonstrado lesões graves, apresentou sintomas como fortes dores no estômago, vômitos constantes e taquicardia – demonstrada no documento como “palpitações no coração” – por vários dias.

Não sendo suficiente a primeira proeza, Francisca das Neves mais uma vez, na surdina, atenta contra a vida da matriarca da residência. Embora que, em sua segunda empreitada, ao

---

<sup>52</sup> Acervo documental do Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc) do CERES-UFRN, Campus Caicó. Fundo da Comarca de Caicó. Cx: 230. Processo-crime: Envenenamento. Ré: Francisca das Neves.

acrescentar outro montante de veneno a uma sopa de carne preparada por outra empregada da casa, permitiu que se servissem também, a pequena Maria Norma, filha de sua patroa e as pessoas de Josefa Maria da Conceição e Maria Florinda, que no momento, encontravam-se também a serviço de dona Márcia.

O fato da acusada ter ministrado quantidades de arsênico no café, confirma o seu firme propósito de matar as vítimas. Ela própria o confessa. Contudo, é válido salientar que a motivação apresentada pela ré, nos autos de perguntas, não se estende além de dona Márcia, o que acaba alcançando inquietações quando se constata, através de relatos das testemunhas e declarações das autoridades penais, que a ré demonstra uma intenção criminosa quando permite que todas as vítimas sorvam da sopa sob seu olhar.

## **RESULTADOS**

Entendendo-se que toda e qualquer construção textual possui intenção e conseqüentemente destina-se a um receptor (BARROS, 2011), temos a análise dos dois processos-crimes e suas conjunturas estruturais, em vista que, as fontes não se destinam prioritariamente para um público específico, mas para uma determinada finalidade.

Cabe aqui, a rememoração de um dos princípios a respeito de ordenamento de discurso colocado sobre a óptica Foucaultiana (2010):

Nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala.

Nessa perspectiva que deve ser subtraído e fragmentado com detalhamento a posição dos sujeitos sob o prisma da Justiça, tanto os que se encontram no papel de algoz quanto os apenados. O discurso da Justiça é fechado, precedido de normas e regras quanto a sua estruturação, existe um protocolo padrão a se seguir conforme o enquadramento do processo. Quando comparados os casos de Infanticídio e Envenenamento, nos deparamos com posições específicas do corpo Judiciário.

No caso de Infanticídio, inconclusões levam à absolvição total da ré:

Baseado no inquérito policial, esta promotoria em 7 deste mez a Elidia Maria da Conceição por ter no dia 17 d. Fevereiro p. passado no lugar Volta do Espírito Santo onde reside, dado à luz a uma criança a qual logo abandonára, emcontrando-a momentos depois morta, procurando cobri-la de terra, talvez para encobrir sua deshonra.

O enterramento da recém-nascida, tendo em vista que, possivelmente, a mesma fosse fruto de um defloramento, relacionava-se com o pensamento da época, onde as características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra (SOIHET, 2006, p. 363), por ser *“moça inesperiente, entendeu dar à luz no campo e assim ficar a salvo de censuras”*<sup>53</sup>

Duas conclusões podem ser extraídas desse primeiro caso: O posicionamento das testemunhas pode pesar de maneira positiva ou falhar, no momento de averiguação de culpa. Considerado “um mistério” para a Justiça, a inconclusão dos peritos coloca as autoridades em certa dificuldade, uma vez que o inquérito policial seria o item principal no desfecho do delito. Somando-se a isso, a inconsistência das testemunhas, por serem todas auriculares, onde constantemente dispõem seu discurso em uma trama de “ouvir dizer”, estreitam as possibilidades de esclarecimento do acontecido. A segunda conclusão abarcaria o fator social que incide no julgamento dessa ré, pois, enquanto moça deflorada acaba enquadrada também como vítima.

Com relação ao caso de Francisca das Neves, destacam-se certas peculiaridades: No boletim de informações a respeito da ré, o delegado encarregado de tal documento, menciona o desconhecimento de sua situação moral baseado na falta de informações a respeito da índole de seu pai. Para Sérgio da Mata, a moral pode ser inicialmente definida como um conjunto articulado de noções a respeito do que é certo e do que é errado, noções que servem de guias para a ação e se situam para além da satisfação de demandas ou desejos “imediatistas” do sujeito (2011, p. 63). Embora que, o entendimento de moral para essas autoridades moldava-se através da criação transmitida pelos pais do ré, não dos seus atos enquanto dona de si. Além do que, também transmite-se nisso o ideal normativo de submissão imposto no sujeito feminino, mesmo que superficialmente. Como discorre Gizlene Neder (1995):

---

<sup>53</sup> Trecho retirado da “Vista” assinada pelo Promotor Público de Jardim do Seridó, Arnaldo Gomes Leite, referente as atribuições finais do caso.



Na virada do século XIX para o XX, encontramos no pensamento e na prática dos juristas no Brasil fortíssimos indícios de uma reflexão que se destaca pela sua força de expressão e pela sua inserção no processo de construção da ordem burguesa. (...) Os juristas pensam, a um só tempo, na “civilização”, no “progresso” e na “modernização”. Pensam também o Brasil enquanto “nação” e formulam um tipo particular de preocupação com o disciplinamento social, tido como base para os projetos de uma “nação moderna e civilizada”.

Tendo, desse modo, apresentado a ré de maneira negativa, o Delegado ressalta a ótima condição social-econômica da família vitimada. Sendo assim, as análises demonstram que Francisca das Neves era culpada, em vista da premeditação do seu crime, porém, é válido salientar que havia motivação, pois a menor sofria abusos por parte de sua patroa. Embora que pareça juízo de valor justificar um crime por esse viés, há o fato de que a Justiça também colocasse prontamente de um lado, ou seja, obviamente em favor da família vitimada, em vista da sua ótima imagem na sociedade, demonstrando que desde o princípio, há uma tomada de posicionamento que torna, de certa maneira, o julgamento imparcial.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assim, ao transcorrer por pontos de vistas acadêmicos e jurídicos, é observado e constatado, as variações de possibilidades das problemáticas para além desse campo. No que tange o campo de interpretações e análises de discursos judiciais, a subjetividade do pesquisador, embora que particular, necessita de um reforço de imparcialidade no que pode ser entendido como o recolhimento de dados e posterior estruturação de argumentos.

O tempo de estruturação da pesquisa não permitiu um aprofundamento, porém desponta um horizonte de perspectivas sobre a temática. Fatores sociais, políticos e morais que dizem respeito ao cotidiano de personagens do comum, encontram-se latentes nos arquivos judiciários, embora isso não se torne empecilho, nem limite às possibilidades das fontes.

#### **FONTES JUDICIÁRIAS**

LABORDOC/FCJS/PC/Cx. 252. Auto do crime de Infanticídio. Março de 1922. Ré: Elídia Maria da Conceição.

LABORDOC/FCC/PC/Cx. 230. Auto do crime de Envenenamento. Novembro de 1938. Ré: Francisca das Neves.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**: especialidades e abordagens. 8. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. pp. 9-15; 132-147.

CHALHOUB, Sidney. “Introdução: Zadig e a História”. In: **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990. pp. 13-28

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1999.

NAHES, Semiramis. **Revista Fon-Fon**: A Imagem da Mulher no Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Arte & Ciência, 2007. pp. 23-40.

NEDER, Gizlene. **Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil**. Direitos de publicação reservados a Sergio Antonio Fabris Editor. Porto Alegre: 1995. pp. 11-57

NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). **Aprender com a história?** o passado e o futuro de uma questão. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: **História das Mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 363-400.

## A IMPORTÂNCIA DE ARQUIVOS JUDICIAIS PARA A PESQUISA GENEALÓGICA: UM OLHAR SOBRE A FAMÍLIA MEDEIROS

Heitor Filipe de Medeiros Santos<sup>54</sup>

### INTRODUÇÃO

A **genealogia** é a ciência que estuda a origem, evolução e disseminação das várias gerações de uma família. A partir de informações buscadas em documentos, as pessoas conseguem descobrir seus antepassados e quando e onde eles nasceram. Porém sabemos que até algum tempo atrás especialistas afirmavam que a genealogia nada mais era que uma ferramenta da história ideia que com o tempo foi se deteriorando. Para se fazer uma pesquisa genealógica existem alguns meios como exemplos; a visita em cartórios, igrejas, arquivos públicos, museus e bibliotecas. Sendo assim por meio dessa busca é possível construir a árvore genealógica de uma família com nomes, datas e lugares por onde andaram nossos antepassados, de forma que sejam mantidos vivos na memória de seus descendentes.

A análise desta pesquisa parte da existência de uma tradição de estudos genealógicos na região do Seridó. Onde podemos encontrar uma vasta gama de autores que trabalham com genealogia, como; José Augusto Bezerra de Medeiros, Olavo de Medeiros Filho e Helder Alexandre Medeiros de Macedo. Desse modo podemos aprofundar nosso conhecimento trazendo um pouco das discussões desses autores em torno dos estudos genealógicos e nos fazendo compreender essa tradição existente. Segundo Macedo “ A prática de se efetuar a recomposição das ancestralidades familiares era um dos legados da cultura luso-brasílica, que se disseminou na ribeira do Seridó” (MACEDO, 2013, p. 66). Podemos então entender a importância de pesquisas nesse aspecto para o povo residente nessa região.

O que de início nos dará norte para encaminhar nossa pesquisa é ter em mãos um manancial arquivístico privilegiado que esta sob a custódia do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES). Este composto de varias

---

<sup>54</sup> Discente do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista de Extensão no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC), sob supervisão do Professor Helder Alexandre Medeiros de Macedo - Departamento de História (UFRN). Email: felip\_heitor@hotmail.com.

tipologias documentais de fundamental importância para pesquisas como as genealógicas, ou seja, sabemos que trabalhar com arquivos é de suma importância por ser uma inesgotável fonte de informações, fazendo os pesquisadores mergulharem em um infinito mar de conhecimento, onde as vezes temos gratas surpresas, mas também, grandes decepções. Podemos ver como exemplo essa relação entre pesquisador e documento, na obra da Arlette Farge *O Sabor do Arquivo*, onde ela diz que;

O arquivo mexe de imediato com a verdade e com o real: ele impressiona também por essa posição ambígua em que, ao se desvendar um drama, erigem-se atores que caíram na rede, cujas palavras ali transcritas talvez encerrem mais intensidade do que verdade. A negativa, a confissão, a obstinação e o desespero se mesclam indissociavelmente, mas nem por isso se pode preservar da intensidade que essa explosão de vida provoca. Esse traçado incerto do arquivo, tão prenhe de real apesar de suas possíveis mentiras, induz a reflexão. ( FARGE, 2009, p. 32)

Na perspectiva e visão da genealogia a relação com o arquivo é exatamente essa destacada pela Farge, uma relação de amor e ódio onde muitas vezes se tiram informações importantes para seguir em sua cronológica pesquisa. Porém as vezes existem as decepções, essas muitas vezes desanimadoras, mas de fato o que se existe é uma reflexão entre pesquisador e documento onde o pesquisador busca entender de forma literal o que tem em mãos e como aquilo lhe atinge diretamente.

Para darmos continuidade a pesquisa achamos de suma importância a reconstrução da ancestralidade da família Medeiros, da qual o autor faz parte, fazendo assim uma ligação direta com a tradição existente no Seridó acerca dos estudos genealógicos e pondo em destaque quais tipologias documentais, podem ser utilizadas nesse tipo de pesquisa e como os arquivos vão influenciar no estudo genealógico dentro da área de história. Os primeiros passos a serem seguidos foram definir quais fontes seriam usadas na pesquisa que de imediatos já podemos destacar as fontes documentais em primeira mão pois estamos falando de genealogia e só através dessas fontes que podemos nos assegurar, as outras fontes definidas foram as fontes orais pois, essa age como agente auxiliar dando o caráter de complementação a pesquisa, porém também não menos importante do que a documental. O objetivo da pesquisa é analisar o uso dos

documentos judiciais da Comarca de Caicó como fontes para estudos genealógicos, tomando como estudo de caso a família Medeiros.

Como metodologia após a necessidade de recriação da árvore da família Medeiros primeiramente fizemos um levantamento prévio dos familiares do autor, através de entrevistas informais com pais e avós, depois houve a consulta ao banco de dados do Labordoc e rastreamento de ancestrais nas séries temáticas das Habilitações de Casamento e Inventários *post-mortem*, do Fundo da Comarca de Caicó, logo em seguida para que não houvessem deslizes fora feito o cruzamento de informações extraídas dos documentos e montagem da árvore genealógica, com auxílio do software GenoPro. Desse modo tivemos a análise do processo de construção da genealogia, tendo como base os arquivos consultados.

Para que sejamos mais concretos acerca da pesquisa, nesse trabalho apontaremos os resultados obtidos em torno do estudo de caso, tendo como referencial a tese de doutora do (MACEDO, 2013) intitulada, *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*, na qual ele busca estudar as ‘genealogias mestiças’, fazendo uma análise ‘do lugar dos mestiços na formação de famílias nesse território’, Macedo faz uso principalmente das fontes documentais e orais. Para finalizar destacamos algumas hipóteses de estudos, como os outros ramos familiares do autor, e também uma pesquisa em torno dos nomes encontrados na formação da ancestralidade.

## **A GENEALOGIA E SUA TRADIÇÃO NO SERIDÓ**

Para aprofundarmos nosso estudo sobre genealogia, não podemos deixar de por em destaque a tradição existente no Seridó norte-rio-grandense, onde podemos ver uma gama de autores que trabalham com isso pelo decorrer dos tempos, esse tipo de estudo vai ser disseminado na região destacada, por meio de uma espécie de busca por afirmação das raízes, tendo como meta alguma forma de ligação com a coroa, sendo nem que por sangue, “um nobre”. O Macedo deixa claro isso quando vai falar sobre a divergência existente no discurso de Manuel Caetano Dantas Corrêa, onde o próprio vai dizer que seu pai Caetano Dantas era natural de Portugal, quando se sabe que o próprio era natural da Paraíba do Norte, “ estamos diante, certamente, de uma atitude de hipervalorização das origens reinóis dos colonizadores luso-

brasílicos da ribeira do Seridó, na tentativa de reafirmar a sua boa procedência e o seu status. (MACEDO, p. 68), só que o próprio Macedo também vai reafirmar que,

no longínquo sertão da América portuguesa, todavia, não conhecemos descendentes de reis e príncipes, de uma pequena nobreza que esteve envolvida nas lides da pecuária e que acumulou cargos administrativos e militares nas instâncias de governabilidade, do Império colonial português” (MACEDO, 2013, p. 69).

Desse modo fica claro que por mais que procuremos nos ligar diretamente a coroa portuguesa, seria muito improvável que conseguíssemos, pois não tivemos de forma alguma, colonizadores com ligação real colonizando o sertão seridoense.

Porém é a partir dessa valorização de status e busca por sangue azul, que surgem os primeiros estudos publicados sobre genealogia no Seridó, o Macedo vai dizer que,

consubstanciou-se, no Seridó antigo, a rememoração dos ancestrais nas rodas de conversa e reuniões familiares, conhecimento que foi, assim, transmitido geração a geração, resultando em certa tradição, a partir do século XX, de publicação de estudos genealógicos acerca das famílias do Seridó norte-riograndense (MACEDO, 2013, p. 66).

Temos então a partir de agora, autores de suma importância para a historiografia regional que ganharão destaque nesse trabalho esses voltados para os estudos genealógicos como um exemplo podemos dizer ainda que produziram em tempos diferentes, mas compartilharam de ideias parecidas, pois além de falarem sobre a genealogia esses são naturais do sertão seridoense, e falando sobre um pouco de coincidência os três autores que serão destacados aqui advém da família Medeiros, a mesma cujo o estudo de caso dessa pesquisa, também é.

Para iniciarmos falaremos dos autores em ordem cronológica, começando por, José Augusto Bezerra de Medeiros, que teve em sua obra *Famílias Seridoenses*, o prazer de ser também o primeiro estudo propriamente dito sobre genealogia no Seridó, o José Augusto busca destacar em sua obra as primeiras famílias que povoam a região Seridó, percebe-se de antemão presença majoritária, dos brancos no Seridó, pois como primeiro estudo não seria diferente, já que o autor fala do período colonial, e a predominância branca era muito grande. O mais interessante da

pesquisa do José Augusto, é que ele usa de fontes documentais, porém, já em sua época abre um precedente de crença sobre a tradição oral.

Outro autor que iremos falar um pouco é o Olavo de Medeiros Filho, e a sua obra discutida será, *Velhas Famílias do Seridó*, essa segundo o Macedo, ‘considerada a bíblia dos genealogistas seridoenses’, onde o Medeiros Filho, faz uma abordagem totalmente tecnicista sob os documentos judiciais e sob a genealogia em geral, pois ele trata de transcrever e passar para o papel exatamente o que diz o documento, sem se importar com a tradição oral, mas não podemos dizer que o Medeiros Filho, dispensa as fontes orais, pois em outras obras ele vai ceder a tradição oral e até implementar, algumas coisas a respeito desse tipo de fonte, porém também é uma obra que vai abordar a ideia das famílias brancas como únicas em um Seridó colonial como na obra do José Augusto e também a mesma supervalorização dos elementos luso-brasílico, que vemos, na busca por afirmação do sangue azul. Podemos ver esse discurso quando o Medeiros Filho fala

Nos dias de hoje os estudos genealógicos contestam esse dado, afirmando que o ascendente de origem reinol da família Dantas era, na verdade, José Dantas Corrêa, pai de Caetano Dantas, cuja esposa, Isabel da Rocha Meirelles, teria sido filha de outro português com uma índia da Paraíba (MEDEIROS FILHO, Olavo de, 1981, p. 116).

Medeiros Filho busca, de todas as formas demonstrar o a filiação direta, dos colonizadores da região Seridó com a coroa portuguesa, para assim confirmar o sangue azul dos primeiros moradores do Seridó.

Para darmos continuidade, traremos aqui o ultimo autor a ser discutido, Helder Alexandre Medeiros de Macedo, a respeito desse trazemos como texto base sua tese de doutorado, *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*, onde o Macedo vai esboçar uma visão diferente da genealogia, porém mantendo as fontes documentais, como principal meio para a pesquisa, mas, priorizando principalmente o discurso da tradição oral, onde o próprio autor trabalha com entrevistas em busca de comprovar suas inquietações, o trabalho do Macedo vai se divergir dos outros autores, pois ele busca comprovar a presença mestiça no Seridó colonial e essa se torna sua principal vertente isso fica bem claro quando Macedo cita os outros dois autores em uma passagem;



Assim como no livro de José Augusto, *Velhas Famílias* nos passa a ideia de uma proeminência das famílias brancas, com componentes portugueses, na formação do atual território seridoense. Embora Olavo de Medeiros Filho, em alguns momentos, mencione a presença de índios e negros, esta é minimizada face ao desenrolar de extensas genealogias – chegando a ultrapassar três gerações – onde os “patriarcas” são colonos de origem luso-brasílica (MACEDO, 2013, p.76)

Percebemos a preocupação do autor acerca do discurso de predominância branca dos outros dois, Macedo busca demonstrar que existiam outras raças que não apenas os brancos e os luso-brasílicos, mais o lugar dos “índios, brancos, pretos, crioulos e pardos, livres, forros e cativos’. Em uma sociedade pautada de costumes eurocêntricos.

#### **ANALISE DO ESTUDO DE CASO SOBRE A FAMÍLIA MEDEIROS**

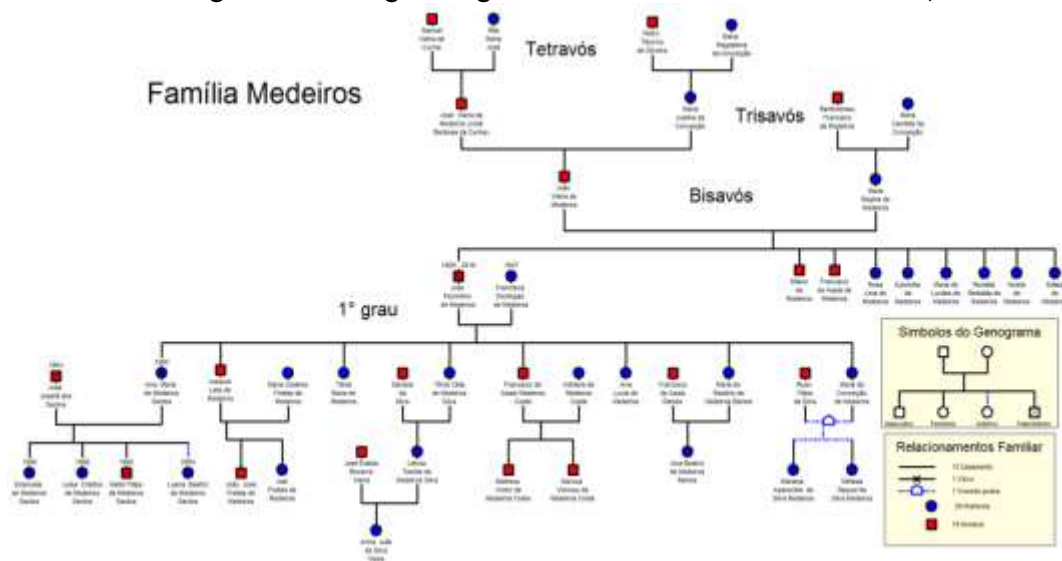
Após uma longa análise documental no (LABORDOC), o autor sentiu a necessidade de reconstrução de sua ancestralidade, porém antes de tudo passou-se por um longo processo, de início encontramos uma habilitação de casamento, referente ao casamento dos avós maternos, do autor, logo em seguida, foi feito o levantamento e o rastreamento de outros documentos do tipo habilitação de casamento, de parentes do autor, onde foram identificados, como pais, bisavós e alguns tios, de ambos os lados da família paternos e maternos, logo em seguida foi feito um balanço da família Medeiros acerca dos documentos e por ultimo o cruzamento dos arquivos encontrados, no qual teve como resultado a montagem da árvore genealógica.

Imagem 1: Primeiro documento encontrado relacionado a família Medeiros do autor;



Fonte: Acervo do Labordoc.

Imagem 2: Árvore genealógica montada com auxílio do GenoPro;



Fonte: Programa GenoPro

A árvore foi criada com os auxílios do programa GenoPro, baseada na documentação encontrada no (LABORDOC) e também, a ajuda da tradição oral, a partir desse ponto, teremos a estrutura montada, onde será composta por família de primeiro grau, bisavós, e trisavós e a linhagem mais distante encontrada, os tetravós, para o autor essa pesquisa vai ser importante, para o conhecimento de quem foram seus antepassados e o que faziam, se desvencilhando dessa

ideia de comprovar o sangue azul, mas se prendendo a tradição de do estudo genealógico no Seridó.

## **DOCUMENTOS JUDICIAIS, TIPOLOGIAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GENEALOGIA**

Para adentrarmos esse ponto, que iremos nos referir aos documentos judiciais suas tipologias e qual a importância para a pesquisa genealógica, devemos lembrar que o documento é uma fonte inesgotável de informações de onde podemos extrair coisas sem precedentes, que podem ser úteis ou não, porém quando encontramos utilidade nas descobertas conseguimos resultados muito satisfatório, a Arlette Farge faz um belo ensaio do que pode ser um documento

No arquivo, o relevo se organiza, basta lê-lo; e perceber que existe produção de sentido nesse lugar, mesmo onde as vidas colidem com o poder sem que tenham optado por isso. É preciso ordenar pacientemente essas situações trazidas à luz por esse choque súbito, demarcar as descontinuidades e as distâncias. O real do arquivo torna-se não apenas vestígio, mas também ordenação de figuras da realidade; e o arquivo sempre mantém infinitas reações com o real. (FARGE, 2009, p. 35)

Farge é uma admiradora dos arquivos e de seu potencial, em o *Sabor do Arquivo*, ela busca deixar essa admiração bem clara, adentrando o mundo arquivístico, e narrando passo após passo o prazer de destrinchar o documento, onde busca a beleza que se pode encontrar em um documento, “quem tem o sabor do arquivo procura arrancar um sentido adicional dos fragmentos de frases encontradas; a emoção é um instrumento a mais para polir a pedra, a do passado, a do silêncio” (Farger, 2009). E aprofundando mais ainda esse contexto Farger vai dizer que,

O arquivo é o excesso de sentido quando aquele que o lê sente a beleza, o assombro e um certo abalo emocional. Esse lugar é secreto, diferente para cada um, porém, em todo itinerário ocorrem encontros que facilitam o acesso a ele e, sobretudo, à sua expressão. (FARGER, 2009, p. 36)

Para os documentos judiciais relacionados a genealogia não é diferente, existe essa relação entre o genealogista e o documento como podemos ver, muitas vezes o pesquisador se embrenha dentre os documentos, buscando encontrar vestígios de nomes, ligados a linhagens específicas,

muitas vezes conseguem resultado positivos e outras vezes não como também já foi falado nesse trabalho, porém essa busca por sinais, desvenda um mundo onde o pesquisador aprende lidar com o documento muitas vezes até se apaixonando.

Sendo assim, podemos acreditar que a os documentos judiciais são de suma importância para a pesquisa genealógica, pois deles que são retiradas todas as informações, bases que possam ser confirmadas para um bom desempenho das fontes.

Falando sobre as tipologias documentais, iremos apenas, exemplificar, pois essas, dizem respeito praticamente a tudo, porém iremos nos pronunciar apenas sobre as Habilitações de Casamento, os Inventários *post-mortem* e os Cadernos de Batismo, se fossemos ver ao pé da letra iríamos ver que todas tipologias documentais poderiam ser usadas pela genealogia, pois todas tem nomes como principais pontos do documento. Mas as Habilitações de Casamento por exemplo, tem um contexto onde podemos encontrar alguns nomes e algumas de suas ramificações, como suas filiações principalmente antepassada diretas, nos Inventários *post-mortem* podemos encontrar nomes e quem são ligados as proles, ou filiações a frente, e no Caderno de Batismo, podemos ver a mescla dos dois, seria o nascimento, da prole, porém com o registro de pais e avós.

Desse modo podemos, destacar essas três tipologias documentais, como fundamentais para a pesquisa genealógica, pois essas tem de certo modos, um contexto mais encorpado de informações, quando falamos de nomes e antepassados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa pesquisa se propôs como objetivo geral analisar o uso dos documentos judiciais da Comarca de Caicó como fontes para estudos genealógicos, tomando como estudo de caso a família Medeiros.

Buscamos através desse trabalho analisar os documentos judiciais como fontes para pesquisas na área genealógica, tentamos de modo sucinto passar a ideia da tradição das pesquisas genealógicas no Seridó, trazendo para discussão alguns autores, que viveram em momentos diferentes mas que compartilham de um só ideal, disseminar a pesquisa genealógica da região Seridó, para o mundo, também fizemos a análise de forma sucinta sobre o estudo de caso, que foi a reconstrução da ancestralidade da família Medeiros da qual o autor faz parte, nessa análise

foram demonstrados os caminhos seguidos até chegarmos a reconstrução parcial da árvore genealógica. Por último foi feita a análise dos documentos judiciais suas tipologias e qual sua importância para pesquisas genealógicas, pode-se ver que foram destacadas algumas tipologias, que seriam mais completas para uma pesquisa genealógica e também da importância dos documentos judiciais para a esse campo da história.

Para encerrarmos nosso diálogo, deixaremos um norte para futuras, pesquisas sobre o assunto, a renomada tese de doutorado do Professor Doutor Helder Alexandre Medeiros de Macedo, *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX,)*, que faz uma abordagem dinâmica da visão genealógica. Como hipóteses para pesquisa poderíamos caminhar para um aprofundado estudo sobre os nomes encontrados no estudo de caso, e também pesquisas que visem as outras ramificações da família do autor.

## **REFERÊNCIAS**

AUGUSTO, José. Famílias Seridoenses. 2.ed. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARROS, José d'Assunção. A operação genealógica: a produção de memória e os Livros de Linhagens medievais portugueses. *Mouseion – Revista eletrônica do Museu e Arquivo Histórico La Salle, Canoas, RS*, v. 1, n. 2, p. 142-67, jul./dez.2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. O método científico em História. In: \_\_\_\_ Uma introdução à história 6.ed. São Paulo : Brasiliense, 1981.

DUBY, Georges. Linhagem, nobreza e cavalaria no século XII na região do Mâconnais- uma revisão\*. In: \_\_\_\_ A sociedade cavaleiresca. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FARGE, Arlette. O sabor do arquivo. Tradução Fatima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 120

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro *Fontes históricas* como fonte. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 9-79.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. A produção de *versões* do Seridó In: \_\_\_\_ *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*. 2013. 360f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

**Anais Eletrônicos do VI Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades - Sertões: histórias e memórias**  
**UFRN - CERES - Campus de Caicó, RN, 07 a 11 nov 2016**  
**Simpósio Temático *História, historiografia e memórias dos sertões***  
ISBN 978-85-92861-70-4

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Velhas famílias do Seridó. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Velhos inventários do Seridó. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

## ...E COM QUE SAUDADE EVOCO OS TEMPOS DE OUTR'ORA: MEMÓRIA, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES DO PASSADO EM *ASPECTOS SERTANEJOS* (1898) DE PEDRO AVELINO

Bruno Balbino Aires da Costa<sup>55</sup>

### A EMERGÊNCIA DO GRÊMIO POLIMÁTICO E A CONSTRUÇÃO DE UM SABER SOBRE O ESPAÇO SERTANEJO

Com sede em Natal, o *Gremio Polymathico* foi fundado em meados de outubro de 1897, por jovens intelectuais do Estado: Alberto Maranhão, Antônio José de Mello e Souza, Manoel Dantas, Pedro Avelino e Thomaz Gomes.<sup>56</sup> Em geral, o grupo de moços fundadores do *Gremio Polymathico* tinha em comum: a formação bacharelesca, a defesa da concepção republicana de governo, a vinculação política com o grupo situacionista do Estado e a colaboração na redação do jornal *A República*. O *Gremio Polymathico*, fundado exatamente com a finalidade de formar um pequeno grupo de estudos literários interessados em introduzir “em nossa terra a Litteratura, na forma estavel e duradoura de livros, affirmando-se que aqui estuda-se e aprende-se.”<sup>57</sup>

No dia 28 de novembro de 1897, os fundadores do grêmio, juntamente com outros escritores potiguares, reuniram-se na casa nº5 da rua Dr. Barata, bairro da Ribeira e elegeram a seguinte diretoria: Antônio José de Mello e Souza, presidente, Pedro Avelino, secretário, Alberto Maranhão, tesoureiro. Na mesma reunião, ficou resolvido que a associação publicaria uma revista mensal, denominada *Revista do Rio Grande do Norte* (RRN), sob a direção de Antônio de Souza e redigida por Alberto Maranhão, Manoel Dantas, Thomaz Gomes e Pedro Avelino. Foi igualmente acordado que a publicação de textos na revista não ficaria restrita à diretoria do *Gremio Polymathico*, pelo contrário, a intenção era agregar vários escritores potiguares, tais como: Gomes de Castro, Homem de Siqueira, Segundo Wanderley, Henrique Castriciano, Auta de Souza, etc. Os três últimos eram considerados, pelos próprios intelectuais norte-rio-grandenses, como

---

<sup>55</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), câmpus Canguaretama.

<sup>56</sup> *A República*. Natal, 30 de novembro de 1897

<sup>57</sup> A. Notas artísticas e litterarias. In: *A República*. Natal, 13 de novembro de 1897



os mais célebres poetas do Estado.<sup>58</sup> A maior parte destes escritores se tornou sócio efetivo do grêmio, logo nas primeiras reuniões.

A *Revista do Rio Grande do Norte* foi publicada durante dois anos, de 1898 a 1900, sendo impressa pela tipografia do jornal *A República*, localizada na rua Dr. Barata, na casa nº5, no bairro da Ribeira, local em que a referida associação marcava suas reuniões.<sup>59</sup> Não é por acaso que os redatores do jornal *A República*, consideravam-na como a *filha* do periódico.<sup>60</sup> A RRN era um produto do jornal *A República*, atuando como um agente divulgador da imprensa oficial do grupo situacionista no campo literário norte-rio-grandense, justamente por ser originada no interior das suas oficinas tipográficas e por congregar alguns redatores do próprio periódico e as produções culturais dos “filhos” do regime republicano. (SILVA, 2014, p.100) O *Gremio Polymathico* e sua revista estavam diretamente associados ao grupo dirigente.

Os sócios do *Gremio Polymathico* foram considerados pelos redatores do jornal *A República*, como os porta-vozes do mundo das letras no Estado. A proposta do *Gremio Polymathico* não era estabelecer apenas, os limites da economia os textos a serem publicados pela RRN. A principal finalidade da agremiação era construir um lugar para o Estado na memória literária da nação, muito embora, Antônio de Souza tenha afirmado que os fundadores do grêmio eram cômicos que esta tarefa não seria, inicialmente, cumprida pelos letrados do presente, mas pelas gerações posteriores, relegando ao futuro a concretização dessa empreitada: “Não se imagine também que os sócios do *Gremio Polymathico* tenham a velleidade e a ingenua immodestia de prometter logo em começo esses livros destinados a engrandecer e a tornar conhecido o nosso Estado, não.”<sup>61</sup> Segundo Antônio de Souza, o intento do grêmio era fomentar a atividade intelectual no Rio Grande do Norte, construindo um pecúlio literário para as gerações seguintes. Em outras palavras, o objetivo era dotar o Estado de uma intensa atividade literária, no duplo sentido do termo, tirando-o do atraso intelectual da maior parte de sua população.<sup>62</sup>

Entre os fundadores do grêmio, havia uma clara percepção do papel que os seus associados desempenhariam na sociedade norte-rio-grandense. O intelectual é, antes de tudo, concebido

---

<sup>58</sup> DUTRA, Caetano. Ensaios. In: **A República**. Natal, 26 de dezembro de 1897

<sup>59</sup> Gremio Polymathico. In: **A República**. Natal, 11 de setembro de 1897

<sup>60</sup> Revista do Rio Grande do Norte. In: **A República**. Natal, 11 de janeiro de 1898

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Idem.

como o responsável pela instrução pública do corpo social. Essa percepção acerca da função social dos homens de letras, emerge no Brasil, em grande medida, a partir da *geração de 70*, momento de expressivo engajamento dos intelectuais com as demandas políticas e sociais da realidade em que estavam inseridos. (SEVCENKO, 2003, p.97) Imbuído dessa concepção acerca do papel do homem de letras na sociedade, sobretudo, em relação à instrução do povo, para Antônio de Souza, a atividade intelectual é pensada como uma missão do grêmio, como sua função social, como condição ética do letrado engajado, tal como compreendiam os intelectuais da *geração de 70*. (Idem)

Os *moços do Gremio Polymathico* instituíram para si, não só o lugar de preceptores do povo norte-rio-grandense, mas também o de promotores do mundo das letras no Estado.<sup>63</sup> São eles que resistem à “indiferença actual, determinada pelo atraso intellectual.”<sup>64</sup> De certa forma, esta compreensão põe o *Gremio Polymathico* como um dos protagonistas da construção da memória literária do Rio Grande do Norte. Além da produção de textos literário, os fundadores do *Gremio Polymathico* estavam dispostos a publicar obras e artigos que tomassem o Rio Grande do Norte e o povo norte-rio-grandense como objeto de estudo, abrangendo o Estado como um todo, tanto do ponto de vista do seu universo sociocultural, como em relação à dimensão da cultura material.<sup>65</sup> Foi nesse lugar de sociabilidade intelectual que Pedro Avelino publicou seu artigo *Aspectos Sertanejos*.

### PEDRO AVELINO, UM SERTANEJO

O secretário da agremiação, Pedro Avelino, foi um dos primeiros membros do *Gremio Polymathico* a publicar um artigo que, construiu uma dada leitura sobre a formação social do norte-rio-grandense a partir do espaço sertanejo. Em fevereiro de 1898, o primeiro secretário do grêmio, publicou o artigo *Aspectos Sertanejos* no segundo número da RRN.

O jornalista, Pedro Avelino também esteve vinculado aos Albuquerque Maranhão, sobretudo, contribuindo na redação do jornal *A República* até setembro de 1901, quando deixou o referido periódico e fundou outro, intitulado *Gazeta do Commercio*, rompendo, anos mais

---

<sup>63</sup> A. Notas Artísticas e Literárias. In: **A República**. Natal, 13 de novembro de 1897

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> Idem.

tarde, com o grupo político pedrovelhista.<sup>66</sup> Embora não fosse formado em direito, Pedro Avelino desempenhou, ao longo de sua trajetória intelectual, o lugar de jornalista. Em 1892, fundou o jornal *Caixeiro*, cujo orientação política estava atrelada à defesa dos valores da República.<sup>67</sup> Pedro Avelino utilizou-se das páginas do hebdomadário para defender o governador do Estado, Pedro Velho, das constantes investidas acusatórias de outros periódicos oposicionistas. Na edição do dia 24 de agosto de 1892, Pedro Avelino fez severas críticas aos políticos da oposição, Nascimento de Castro e Diógenes da Nóbrega, que acusaram o seu jornal de testa de ferro do governador do Estado.<sup>68</sup> É importante salientar que era o próprio Pedro Velho que bancava a publicação do *Caixeiro* por meio da tipografia do jornal *A República*, não é por acaso que os redatores do periódico, *Nortista*, tenham nomeado ironicamente o periódico de Pedro Avelino de *um filhote d'A República*, “uma traiçoeira criação do dr. Pedro Velho.”<sup>69</sup>

Antes de tudo, Pedro Avelino, percebia-se como um sertanejo. (AVELINO, 1898, p.91) Filho do advogado provisionado, Vicente Avelino e de D. Anna Bezerra Avelino, Pedro Avelino nasceu em 19 de maio de 1861, em Angicos – cidade localizada no sertão central do Rio Grande do Norte.<sup>70</sup> Em 1879, mudou-se para Pernambuco, onde empregou-se no comércio, residindo até 1884, quando regressou a sua província natal.<sup>71</sup> Pedro Avelino não retornou a sua cidade, Angicos, mas instalou-se em Natal, onde trilhou boa parte de sua trajetória intelectual como jornalista. Em 1910, mudou-se para o Rio de Janeiro, dando continuidade à sua profissão, colaborando com os seguintes jornais: *O Paiz*, *A Imprensa*, *A Epoca*, *Correio do Norte*, *A Tarde* e *A Razão*.<sup>72</sup> No mesmo ano, foi nomeado prefeito do departamento do Alto Juruá, no território do Acre, pelo presidente da República, Hermes da Fonseca.<sup>73</sup> Depois de um desentendimento com um comandante da *Companhia Regional*, Pedro Avelino volta ao Rio de Janeiro em 1912, falecendo, anos depois, em 20 de julho de 1921.<sup>74</sup>

---

<sup>66</sup> **Diário do Natal**. Natal, 1 de janeiro de 1906.

<sup>67</sup> **O Caixeiro**. Natal, 17 de agosto de 1892.

<sup>68</sup> **O Caixeiro**. Natal, 24 de agosto de 1892.

<sup>69</sup> CASTRO, Nascimento; NÓBREGA, Diógenes. *Socilitadas*. In: **Nortista**, Natal, 19 de agosto de 1892.

<sup>70</sup> A morte de um grande jornalista. In: **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 21 de julho de 1921

<sup>71</sup> Idem.

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> **Folha do Acre**. Cidade da Empreza, 25 de dezembro de 1910.

<sup>74</sup> **Folha do Acre**. Cidade da Empreza, 17 de março de 1912 e **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 21 de julho de 1921.

Como podemos perceber, embora autodesignando-se como sertanejo, Pedro Avelino passou a maior parte de sua vida no meio urbano. É o sertão e não a vivência na cidade que o mobiliza para escrever o seu primeiro artigo na RRN. Para ele, o sertão é o lugar de saudade. O sertão é descrito por ele como espaço da sua meninice e mocidade, das horas de alegria, dos tempos da inocência, dos anos de paz e dos *passados impercebidos* da família sertaneja. (Idem) O sertão pedro-avelinense é o lugar do sonho e da imaginação de mundos possíveis que entrecortava os horizontes acidentados das barreiras de colinas e dos penedos e arquitetava “um mundo ao sabor da phantasia creadora dos 10 annos.” (AVELINO, 1898, p.98) É com saudade que Pedro Avelino evoca os tempos de outrora. O sertão parece ser uma saudade de quem o deixou, de quem se encontra em outro lugar, em outro tempo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014) A saudade do sertão é uma experiência temporal de um passado ainda presente nas recordações do autor, que não cessam de evocar o espaço e o tempo da sua infância. A saudade aparece no texto de Pedro Avelino, como também em alguns dos principais homens de letras da Nação do começo do século XX, como sentimento e como uma dada forma de se relacionar com o tempo e com a história (Ibid, 2006): “sinto a necessidade de volver os olhos para traz, de calcular a trajetoria feita, de analysar por miudo os passos andados, approximando as distancias, recompondo as scenas, até attingir essa epocha que extrema-se das demais pelo fulgor e pelo encanto que se não extingue.” (AVELINO, 1898, p.91) A saudade é o estímulo pelo qual a memória do sertão de sua infância se abre, se evidencia, possibilitando ao autor, agora adulto, coordenar os fatos e analisar com melhor precisão “ as paragens obscuras, da população que lá existe, dos hábitos que ahi praticam-se e de tudo que lhes diz respeito e pode ser colhido pela observação imperfeita de um espirito bem intencionado, mas inculto.” (Idem, p.98)

## **O ESPAÇO SERTANEJO COMO UM TEXTO**

Pedro Avelino deixa claro que seu texto não possuía nenhum compromisso com a objetividade científica, pelo contrário, é um produto de sua percepção individual, do seu olhar interior, de suas vivas experiências da infância, agora sob a observação mais apurada do homem adulto. Seu texto é escrito pelo afeto, pela declaração manifesta de sua subjetividade, produto de suas observações imersas em sua memória. (Idem) O autor faz questão de anunciar que se transporta rumo a sua infância e mocidade com o intuito de descrever os costumes do espaço

sertanejo, terra do seu berço. Nesse sentido, a narrativa organiza uma dada experiência constituída no espaço e no tempo, evidenciando não só uma memória afetiva, mas também declarativa que se compraz em evocar e descrever o lugar em que o autor habitou. (RICOEUR, 2007, p.59)

O sertão descrito por Pedro Avelino é um espaço modesto, de uma natureza que não se reveste de pomposa majestade e de grande exuberância, é, porém, fecunda e benfazeja. “essa natureza que põe em todas as cousas uma meiga expressão de beleza desataviada, a luz perenne e vivida de um sol sem sombras, o oxygenio de um ar purissimo e, no firmamento, a encantadora visão de um céu sem manchas.” (AVELINO, 1898, p.92) O sertão é, assim, um espaço idílico, mesmo não sendo belo. Em termos estéticos, é uma paisagem descrita em contraposição as *cenas da natureza* colecionadas pelos viajantes estrangeiros do século XVI ou pelos viajantes científicos do XIX, que conferiam ao Brasil uma visão pitoresca, paradisíaca, exótica. (SÜSSEKIND, 1990) O sertão é também colocando como contraponto a cidade, tendo em vista que é o local que se pode respirar um oxigênio puro e contemplar a visão de um céu sem manchas. O sertão de Pedro Avelino é alcantilado, mas proporciona aos sertanejos a fé, o amor, a mansidão e a virtude. (AVELINO, 1898, p.92)

De acordo com Pedro Avelino, do ponto de vista social, o espaço sertanejo não é apto para a *formação dos espiritos*, pois encarcera a população que ali vive, ficando impossibilitada materialmente de buscar outros lugares que ofereçam uma educação razoável: “atrophiam-se e fenecem n’um estado de paralytia a que redul-os, principalmente, a ausencia deplorável das fontes de ensino, litterario e industrial, etc.” (Idem, p.91) A precariedade de recursos materiais da população sertaneja afeta o seu desenvolvimento intelectual, não por causa do determinismo do meio físico, suscetível às vicissitudes do clima, como defendia alguns intelectuais brasileiros no século XIX, mas pelas restritas condições da educação no próprio espaço, basicamente voltada para as primeiras letras, “regidas por professores que pouco se recomendam pelo saber e pela capacidade profissional.” (AVELINO, 1898, p.92) Desse modo, a participação do meio físico, o espaço em si, na formação social do homem sertanejo é diminuta, possui uma relatividade insignificante, consoante o autor. (Idem) Para Pedro Avelino, se as condições materiais fossem outras, as populações sertanejas atingiriam níveis melhores de progresso moral e intelectual. Isso explica, para o autor, as causas do atraso e da ignorância dos sertanejos norte-rio-grandenses.

(Idem, p.93) Isso não quer dizer que os sertanejos fossem pouco inteligentes, pelo contrário, predomina entre eles, a exuberância e a vivacidade de sua inteligência a partir de sua capacidade de intuição e de imitação: “ a tendencia imitativa, nesse caso, deixa de ser um vicio e é uma manifestação de intelligencia, de senso esthetico, sobre ser tambem uma necessidade filiada á evolução. ” (Idem) Nesse caso, Pedro Avelino se contrapõe a tese de Silvio Romero de que a tendência imitativa do povo brasileiro, demonstra o servilismo mental e sua esterilidade criativa. (ROMERO,1888, p.260) Como podemos perceber no excerto acima, a imitação do sertanejo não é uma comprovação de sua pouca criatividade intelectual, antes é a demonstração de sua capacidade de querer saber e é por essa razão que imita “para conhecer praticamente o que convem melhor ás suas necessidades, usos e gastos. ” ( AVELINO,1898, p.93)

A formação social do sertanejo é, em grande parte, apresentada em sua positividade. Na avaliação de Pedro Avelino, o sertanejo é o representante em primeira mão do primitivo produto da fusão das três raças. (Idem, p.94) Ele é verdadeiramente o mestiço. Decerto, esse arrazoado de Pedro Avelino é construído a partir do seu diálogo com as ideias de Silvio Romero. Para o sábio sergipano, o mestiço é o elemento da genuína formação histórica brasileira. ( ROMERO, 1888, p.66) Contudo, se, para Silvio Romero, a formação social mestiça do povo brasileiro é alçada à condição de explicação do atraso social da nação, da sua tendência a imitação e de sua inferioridade racial, para Pedro Avelino, o mestiço, representado pelo sertanejo, é visto na sua positividade formadora, isto é, o elemento da síntese racial do país, congregando o que há de mais afirmativo das três raças.

Embora afirme a positividade da formação étnica dos sertanejos, Pedro Avelino não exclui de todo as fragilidades da raça, descrevendo-os como afetuosos da mediocridade das comodidades, da pouca higiene e do conformismo com a situação social menos favorável.(Idem) Essa figuração do sertanejo descrita por Pedro Avelino, em 1898, se aproxima da leitura que Euclides da Cunha fez, posteriormente, em *Os Sertões* (1902), quando caracterizou o sertanejo como homem permanentemente fatigado, moroso, de preguiça invencível, apesar de ser, antes de tudo, um forte. ( 2011, p.118)

Além de acomodados, sertanejo é descrito pelo jornalista norte-rio-grandese como possuidor de um temperamento ardente, supersticioso, fanático, etc, características estas, presentes na formação do homem mestiço, a qual Silvio Romero se debruçou em sua *História da*

*Litteratura Brasileira*. Dialogando com Romero, Pedro Avelino explica o fanatismo e o temperamento ardente do sertanejo pela religião e pela política a partir da influência climática. (1898, p.94) Tanto a paixão política como o espírito religioso do sertanejo escravizam-no, tiranizam-no, obcecaram-no, dominam-no. O clima age afetando seu corpo, anulando suas energias, muito quebrantadas pelo seu ócio habitual, pela sua estreiteza em relação aos horizontes da vida, pela lamentável ausência de estímulos, etc. (Idem) Embora seja afetado pelo clima, o sertanejo não fica totalmente inerte às vicissitudes do meio, pelo contrário, consegue reagir em situações de intensa ameaça a sua vida, como por exemplo, em período de secas ou de invernos prolongados. Para Pedro Avelino, é a própria previdência sertaneja que o faz se preparar para reduzir os efeitos desastrosos da seca ou do inverno. Em reação às contingências climáticas, os sertanejos norte-rio-grandenses tornam o sertão mais tratável, ameno e fértil por meio da açudagem. (Idem. p.96)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De maneira geral, Pedro Avelino descreve o sertanejo norte-rio-grandense em sua positividade, apesar de reconhecer os elementos frágeis de sua formação social. O sertão norte-rio-grandense descrito por Pedro Avelino é o lugar de memória afetiva, declarativa, enaltecida. É o lugar em que o autor quer voltar. Os aspectos do sertanejo são vistos em sua positividade, pois são produto da síntese do melhor da contribuição de cada uma das três raças. Pedro Avelino percebe o Rio Grande do Norte e os elementos da identidade cultural norte-rio-grandense a partir do sertão.

O sertanejo potiguar é caracterizado pelas suas particularidades culturais, como o gosto pelo jogo e pela política, o zelo pelo bem-estar da família, pela paixão pelos cavalos, pela atitude moral severa e melindrosa, etc. Mencionar essas especificidades culturais do sertanejo não foi um ato desinteressado ou apenas um gesto de rememoração de Pedro Avelino, pelo contrário, foi um agenciamento intelectual, interessado em evidenciar a própria formação social étnica do povo norte-rio-grandense. O sertão é concebido por Pedro Avelino como o lugar da construção da cultura e dos costumes dos potiguares.



#### **FONTES**

**A República.** Natal, 11 de setembro de 1897

**A República.** Natal, 13 de novembro de 1897

**A República.** Natal, 30 de novembro de 1897

**A República.** Natal, 26 de dezembro de 1897

**A República.** Natal, 11 de janeiro de 1898

**Diário do Natal.** Natal, 1 de janeiro de 1906.

**Folha do Acre.** Cidade da Empreza, 25 de dezembro de 1910.

**Folha do Acre.** Cidade da Empreza, 17 de março de 1912

**Gazeta de Notícias.** Rio de Janeiro, 21 de julho de 1921

**Nortista,** Natal, 19 de agosto de 1892.

**O Caixeiro.** Natal, 17 de agosto de 1892.

**O Caixeiro.** Natal, 24 de agosto de 1892.

#### **REFERÊNCIAS**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O sertão é um punhado de saudades: literatura e história de um espaço, de um sentimento. In: **II CLISERTÃO. Congresso Internacional do Livro, Leitura e Literatura no Sertão:** caderno de resumos, artigos e programa.. Petrolina: Gráfica Franciscana, 2014.

\_\_\_\_\_. As Sombras do Tempo: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: Marina Haizenreder Ertzogue e Temis Gomes Parente. (Org.). **História e Sensibilidade.** 1ed. Brasília: Paralelo 15, 2006.

AVELINO, Pedro. Aspectos Sertanejos. In: **Revista do Rio Grande do Norte.** Número 2. Natal. 1898. Tipografia d' A República.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp. 2007

ROMERO, Sílvio. **Historia da Litteratura Brasileira.** Tomo Primeiro (1500-1830). Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1888

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. “**Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal**”: a vida intelectual natalense (1889-1930). 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em história). Programa de Pós-graduação em História e espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

## UM PASSADO PARA UM ESPAÇO: TRADIÇÃO E PROGRESSO NA HISTORIOGRAFIA CARIRIENSE, A PARTIR DE JOSÉ ALVES DE FIGUEIREDO FILHO (1954-1973)

Hildebrando Maciel Alves<sup>75</sup>

Teve o Cariri formação inteiramente diferente do restante do Ceará. Foi povoado por sertanistas do ciclo do couro, chegados pelo caminho natural do São Francisco. Penetraram eles, no século VIII (XVIII), no Vale, oriundos da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, em busca de currais para o gado que tangiam. Em pesquisas exaustivas, em arquivos de paróquias e cartórios regionais, encontrou o historiador cariariense Pe. Antonio Gomes de Araújo, o registro de quatrocentos e tantas famílias do Cariri, de origem baiana, e mais de duzentas de procedência sergipana. Conforme assegura Warnhagen, o termo 'Cariri', do grupo ameríndio que deu nome à região, significa calado, taciturno, qualidade peculiar daquele aborígene, em contradição com a conhecida loquacidade Tupi e de outras regiões.<sup>76</sup>

### INTRODUÇÃO

Localizado no sul do estado do Ceará, a região do Cariri é composta atualmente por 28 municípios e faz fronteira com os estados de Piauí, Pernambuco e Paraíba<sup>77</sup>. Sua denominação tem ligação com a tribo nativa – os *Kariris* – que ocupava a extensão territorial antes do processo português de colonização. Em torno desse lugar foram realizadas diversas iniciativas que visavam atribuir um caráter de singularidade/homogeneidade<sup>78</sup>. A construção de narrativas pautadas em pesquisas tidas como científicas, que são produzidas em instituições de intelectuais, vai ser uma das mais eficazes ações em prol da valoração local. Compreende-se, portanto, que o Instituto

---

<sup>75</sup> Mestrando em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Orientador: Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila. Email: [hildehistoria@hotmail.com](mailto:hildehistoria@hotmail.com). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória (GEPPM/CNPq/UFC). Coordenador: Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira (UFC).

<sup>76</sup> FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **Apresentando o Cariri, na Casa do Ceará, no Rio**. IN: *Itaytera*, n°9. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963/1964. p.56.

<sup>77</sup> Lei complementar Estadual n°78 de 2009.

<sup>78</sup> Matheus Servilha nos alerta: “A região é pensada a partir de interesses sociais em que está incorporada. Ela é vista não simplesmente como uma categoria de análise do pesquisador, como comumente ocorre, mas também como categoria da prática, acionada pelos grupos sociais em muitas de suas práticas cotidianas, e ainda como categoria normativa, no sentido sociopolítico de um instrumento passível de ser mobilizado a partir de determinados interesses políticos.” IN: SERVILHA, Matheus de Moraes. **Quem precisa de região? O espaço (dividido) em disputa**. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015. p.12.

Cultural do Cariri (ICC) é um lugar fundamental na construção de identidades; dentro desse contexto, J. de Figueiredo Filho irá ganhar notoriedade por seus escritos.

O grupo de intelectuais que se arregimentaram em torno dessa instituição possuía um desejo comum: construir um espaço de legitimidade para a região, enquanto um lugar de produção e reflexão científica, bem como defender e pautar a relevância do Cariri para o restante do estado e, conseqüentemente, do país. Os estudos e publicações produzidas são heterogêneos: folclore, etnografia, geografia, história, geologia, economia, genealogia. Múltiplas faces que constroem uma unidade regional; diversos olhares sob um espaço. São usos e ressignificações do passado que são feitos objetivando a construção de uma imagem e uma identidade regional.

O objetivo desse trabalho é refletir acerca das relações estabelecidas com o tempo pretérito caririense, por meio dos escritos historiográficos de J. de Figueiredo Filho. Para tal fim, a problemática a ser desenvolvida será a relação entre “tradição” e “progresso” presente nos estudos históricos publicados em *Cidade do Crato* (1953) e *História do Cariri I-IV* (1964-1968)<sup>79</sup>. Outras fontes utilizadas nesse esforço reflexivo são os artigos contidos na revista *Itaytera*, publicação oficial do ICC. O que se procura perceber, é de que forma que as duas noções acima citadas são operacionalizadas na construção de uma lógica narrativa para o passado do Cariri e de que forma estas influenciam diretamente na forma como essa categoria temporal vai sendo construída<sup>80</sup>.

Vale destacar que se compreende a historiografia, nesse caso, enquanto uma “operação”. Michel de Certeau e a concepção de escrita da história desenvolvida na obra homônima ao seu objeto de reflexão foram de grande valia no desenvolvimento desse trabalho. Delimitando esse trabalho enquanto pertencente ao campo da história da historiografia, algumas necessidades reflexivas são impostas: pensar a prática historiadora enquanto conectada com as relações do tempo da escrita é fundamental. Deste modo, o diálogo entre tempo e espaço, escrita da história e regionalismos, regimes de história e usos do passado, são questões que – se não abordadas com

---

<sup>79</sup> Um trabalho de maior exatidão acerca das demais obras não seria viável nesse trabalho, por isso o recorte realizado sob esses dois escritos. O que se destaca, no entanto, é a relação entre os livros considerados de história e os de natureza outra. O diálogo é constante, não somente na temática (o Cariri), mas também nas perspectivas que aparecem nas obras (tradição e progresso, por exemplo).

<sup>80</sup> Atenta-se, juntamente com essa questão, o desejo de Figueiredo Filho em construir um presente. A garantia de um futuro, para ele, se daria na efetivação de um presente caracterizado por um passado resgatado.

profundidade nesse trabalho – merecem ser pensadas a partir do exemplo de Figueiredo Filho e de sua historiografia sobre o Cariri cearense.

## A PRODUÇÃO DE UM LUGAR DE FALA REGIONAL: O ICC E A CONSTRUÇÃO DE UM TEMPO MÍTICO CARIRIENSE

O Instituto Cultural do Cariri é a Academia de Letras da região. Possui patrimônio cultural que conta a história do Cariri (...) não precisa arrepender-se do que não fez. Ele possui um patrimônio precioso de riquezas morais e intelectuais. Sempre defendeu a dignidade das letras. Tem dado às letras do nosso País uma série de publicações que bastariam para justificar o seu quase meio século de existência. (...) Tem ocasionado um verdadeiro rebuliço no campo rico da nossa intelectualidade (...). Sabes que a maior glória do Crato e da região repousa na sua maior parte na história de seu amor à liberdade e à cultura intelectual. Pois este patrimônio de grandeza inigualável encontra no ICC o seu maior sustentáculo, merecendo, portanto, o irrestrito e merecido apoio do povo e das autoridades cratenses.<sup>81</sup>

O Instituto Cultural do Cariri foi fundado em 04 de Outubro de 1953. A formação de um espaço com poder de fala sobre a região foi realizada durante as festividades da elevação do Crato à condição de cidade. É uma data emblemática para pensar um contexto de afirmação identitária desse corpo social. A partir do centenário cratense, é criado um momento que favorece e exige a construção de práticas e posicionamentos ideológicos que procurem dar um lugar ao Cariri: um lugar de vanguarda.

Formado por membros da elite intelectual local, a agremiação teve como membros de sua primeira diretoria: Presidente – Irineu Pinheiro, Vice-Presidente – Pe. Antonio Gomes de Araújo, Secretário Geral – J. de Figueiredo Filho, Secretário – Antonio Levi Epitácio Pereira, Tesoureiro – Amaro José da Costa, Comissão de Finanças – Raimundo de Oliveira Borges, Antonio Teodorico Barbosa e Joaquim Pinheiro, Comissão de Organização da Revista – Pedro Norões, F.S. Nascimento e J.de Figueiredo Filho, Comissão de Ciências, Letras e Artes – Décio Teles Cartaxo, Aluísio Cavalcante e João Ranulfo Pequeno<sup>82</sup>.

---

<sup>81</sup> BORGES, Raimundo. *O Instituto Cultural do Cariri*. IN: **Itaytera**, nº43, 1999. (Depoimento do Monsenhor Francisco de Holanda Montenegro).

<sup>82</sup> *Ata da sessão de fundação e instalação do Instituto Cultural do Cariri e de eleição de sua primeira diretoria*. IN: **Itaytera**, nº1, 1955.

Segundo seu estatuto de fundação, o escopo central dos associados era “o estudo das Ciências, Letras e Artes em geral, e especialmente da História e da Geografia Política do Cariri.”<sup>83</sup> As atividades que eram promovidas para a divulgação do agrupamento e de seus escritos eram variadas: a publicação da *Itaytera*, construção de uma biblioteca, arquivo e museu regionais, instituição de datas cívicas e de heróis, palestras, eventos culturais, intercâmbio com outras instituições, etc. Um conjunto de esforços para defender a região como um lugar diferenciado e que deveria ser olhado com mais cuidado pelas autoridades do estado e pelos demais intelectuais do país.

Pensar a própria terra natal, para esses sujeitos, possui um sentido. É uma escrita militante; um espaço de luta e defesa do seu lugar de nascimento. Um processo que ganha um aspecto moral. Conforme aponta Allan Megill, a narrativa está ligada ao processo de formação e definição dos grupos ou sujeitos.<sup>84</sup>

Diante de um passado glorioso, de belezas naturais, de uma população de caráter íntegro, de grandes nomes do mundo das letras e de uma “inevitável evolução – que já estava em curso –”, nada mais justo para os caririenses do que receber atenção e o devido reconhecimento. Era a defesa de um posicionamento político muito nítido; a tônica de reivindicação por mais atenção e destaque demonstra esse ensejo. O Cariri queria ser inserido no mapa, não somente político, mas simbólico (o que pode ser relacionado com diversos aspectos: imaginário, poder, construção de subjetividades, afirmações identitárias, consolidação de redes de socialibilidade intelectuais). Era muito visível, para os membros do ICC, o grau de interferência que suas ações deveriam ter na correlação de forças materiais e simbólicas; suas ações não eram aleatórias, possuíam um objetivo bem estruturado.

---

<sup>83</sup> Idem. p.179.

<sup>84</sup> MEGILL, Allan. **Historical Knowledge, Historical Error: a contemporary guide to practice**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. p. 1-17.

## UM HOMEM, VÁRIAS ESCRITAS: UM OLHAR SOB J. DE FIGUEIREDO FILHO

Figueiredo filho foi um escravo do Crato e morreu algemado ao cratense. Ontem ele escreveu a história do Cariri, hoje ele entra para a história do Ceará e do Brasil. Os historiadores de amanhã, por certo, irão destacar a personalidade de J. de Figueiredo Filho. O imortal da Academia Cearense de Letras era, sobre tudo, um homem humilde. Dono de uma riqueza de conhecimentos, morreu pobre.<sup>85</sup>

José Alves de Figueiredo Filho nasceu em 14 de julho de 1904 e faleceu em de 29 de agosto de 1973. Formado em Farmácia, pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará – em 1925, morou durante toda sua vida na cidade natal. Ocupou diversos cargos em instituições e foi considerado um dos maiores defensores e divulgadores dos valores da região. Inspetor Regional de Educação, membro fundador e presidente do ICC por quase 20 anos, professor da Faculdade de Filosofia do Crato, membro da Academia Cearense de Letras, integrante das comissões estadual e nacional de folclore, e da diretoria da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História). Um extenso conjunto de relações institucionais que foram proporcionando sua legitimação enquanto referência intelectual do Cariri e que contribuíram para a efetivação de seus intentos.

Não somente as relações de Figueiredo Filho que são diversificadas, sua produção intelectual também segue essa mesma perspectiva. Os escritos publicados ao longo de sua vida demonstram a capacidade de apreender e construir diversas imagens de sua terra. Cada forma de escrita era uma visão que ele possuía; cada estudo que vinha a se tornar público era uma oportunidade de apresentar sua terra e garantir um “tratamento adequado” a esta. Sua primeira obra foi o romance *Renovação*, de 1937. Adotando um estilo literário, sua proposta foi apresentar as dificuldades que os sertanejos enfrentavam com a seca e quais eram seus costumes e vida cotidiana. Em 1940, é lançada sua autobiografia *Meu mundo é uma farmácia*, que busca realizar um profundo olhar sob seu passado e compreender a ligação que ele possuía com a profissão de farmacêutico, oriunda do seu pai – conhecido como Zuza da Botica. Em 1958, sai o livro *Engenhos de rapadura do Cariri*. Um estudo econômico. Um estudo econômico, feito sob encomenda, para o Ministério da Agricultura, através do Programa de Documentação da Vida Rural. A década de

---

<sup>85</sup> VICELMO, Antonio. *Figueiredo Filho: patrimônio do Crato que desaparece*. IN: *Revista Itaytera*, nº18, 1974. (Texto publicado, originalmente, no Jornal *A Ação*).



60 apresenta dois grandes volumes de produção: o folclore, com *O Folclore no Cariri* (1962) e *Folgedos Infantis Caririenses* (1966), e a historiografia, com *História do Cariri I-IV* (1964-1968). O ano de 1953 marca o lançamento do livro *Cidade do Crato*. Escrito em conjunto com Irineu Pinheiro, em homenagem ao centenário da cidade do Crato, esse livro é considerado um escrito histórico do autor.

Se colocarmos a produção bibliográfica de Figueiredo Filho em ordem cronológica, veremos que os livros de história estão localizados ao final de sua carreira. Acerca dessa constatação, recorreremos à historiadora Ângela de Castro Gomes que, ao pesquisar sobre a produção historiográfica brasileira a partir dos anos 1930, afirma que:

[...], pode-se constituir numa espécie de ponto de chegada, de culminância alcançada por uma escolha de vida. É como se o trabalho historiográfico exigisse um acúmulo de erudição, uma disponibilidade de tempo e uma 'paz' interior, acabando por se tornar a opção final e definitiva do homem de letras.<sup>86</sup>

É fato que esse não deve ser encarado com um fator único ou determinante, contudo, é um aspecto levantado que suscita possibilidades de abordagem dos chamados intelectuais polígrafos e sua relação com a escritura histórica. Realmente *História do Cariri* é uma das últimas obras, contudo o contexto de produção (nesse caso, o cargo de professor de História do Ceará e do Cariri assumido por Figueiredo Filho e a necessidade de um material para usar em sala de aula) devem ser postos em diálogo com a trajetória do intelectual.

Além dos livros, o autor de *Meu mundo é uma farmácia*, possui diversos artigos escritos em jornais locais (*A Ação, Folha do Cariri*), bem como em revistas fora do estado e publicações dos eventos da área de história que ele participava. Sua trajetória foi construída com o objetivo de levar para qualquer lugar que fosse chamado as qualidades de sua região. Era o que movia o então presidente do ICC. As relações estabelecidas, a variedade de estilos de escrita e o empenho como líder do círculo intelectual local, nos ajudam a compreender um pouco do lugar de fala e da trajetória de legitimação deste sujeito enquanto alguém considerado legitimado a disseminar as grandes qualidades e grandes momentos da história do Cariri cearense<sup>87</sup>.

---

<sup>86</sup> IN: GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 45.

<sup>87</sup> Como aponta Tomás Elías, ao pensar as condições da produção historiográfica: “[...] los condicionantes que influyen particularmente sobre los historiadores y sus producciones historiográficas: a saber, el lugar social de

De antemão, já se consegue visualizar de que forma que a história vai ser pensada e concebida pelos membros do ICC e seu presidente: uma narrativa que procure construir identidade. Uma historiografia comprometida com a construção de um *status quo*; com a eleição de heróis e feitos gloriosos que possam justificar a vanguarda do Cariri em relação ao restante do país. Dentro dessa disputa, existirá uma intenção de “cratizar” o discurso. Os cratenses hegemonizarão o processo de escrita e de ocupação dos lugares de fala da agremiação, dando à região, um olhar mais cidadão<sup>88</sup>.

Um discurso aparentemente local, mas que possui ambições que rompem as fronteiras do estado. J. de Figueiredo Filho compreendia que a valorização do regional ganhava mais força, quanto este era posicionado em diálogo com a esfera nacional<sup>89</sup>. As inúmeras viagens de divulgação de sua localidade em outros estados reforçam esse caráter.

#### TRADIÇÃO E PROGRESSO: UMA RELAÇÃO CONFLITUOSA

A construção de uma história para o Cariri passou por diversas escolhas. Pensar a imagem de uma determinada região para a posteridade coloca o passado no centro das atenções. É a partir do passado que se constrói uma noção de continuidade temporal; uma perspectiva utilizada para justificar determinadas concepções. Vale ressaltar que os “produtores do passado” de que se está

---

producción, los procedimientos de análisis y la construcción de un texto.” IN: ZEITLER, Tomás Elías. **Cuarenta años de *La escritura de la Historia*. Reflexiones em torno a la operación historiográfica, de Michel de Certeau a Paul Ricoeur.** Historiografías, 9/enero-junio, 2015. p.67. Os tópicos acima apresentados visam refletir, com base na ideia de “operação historiográfica”, a trajetória de construção de um regime historiográfico para o Cariri, por Figueiredo Filho. A narrativa acerca do ICC e da trajetória intelectual/institucional do historiador em questão se fazem necessárias devido à opção teórico-metodológica escolhida: pensar a escrita da história como um processo, uma ação humana no tempo que, por consequência pode ser vista como um elemento de análise da própria comunidade historiadora. Michel de Certeau, ao formular essas questões, abre novas possibilidades acerca da epistemologia da história. Pois coloca a personagem que opera diretamente com a narrativa historiográfica no centro de suas preocupações. Para além de dar visibilidade à produção escrita realizada durante o século XX nas cidades do sul do Ceará, esse trabalho se propõe a pensar os inúmeros elementos que compõem e dinamizam o fazer história.

<sup>88</sup> Para mais informações sobre o olhar “cratizado” dos caririenses, ver: VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História/UFC. Fortaleza: 2011.

<sup>89</sup> Para o historiador Régis Lopes, “o particular, era fundamental. Era de cada singular que saía a matéria-prima. Sem singular, não seria possível dar vida a uma escrita que pretendia fornecer aos brasileiros uma explicação sobre a complexidade de um país com dimensão para além do normal.” IN: RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula: o Ceará na escrita da História.** Fortaleza, Expressão Gráfica e Editora, 2012. p.15.

falando possuem um projeto de exaltação do Cariri, que deve seguir uma lógica que justifique uma pretensa vanguarda.

‘ É a partir dessa proposta que o passado vai ser evocado. Sendo assim, este é encarado como uma ferramenta de legitimação e construção de uma dita ordem natural e inevitável: o desenvolvimento e o progresso. É uma característica que advém da “essência” do caririense; algo que não pode ser retirado, pois já existe desde a fundação desse local. Contudo, tradição e progresso não se relacionam de forma totalmente amistosa:

Muitos daqueles acadêmicos vivem os tempos modernos de forma ambígua: são saudosos em relação a um passado no qual o Crato era uma cidadezinha bucólica, mas ao mesmo tempo vigilantes no sentido de capitalizar para o Crato os benefícios da modernidade (CORTEZ: 2000, 110).

Como o desejo é demonstrar o grau de civilidade e progresso que o Cariri possui, os membros do ICC terão que enfrentar um grande entrave: as formas como o passado foi construído anteriormente a eles. Os primeiros escritos acerca do Crato colonial apresentam um cenário não muito compatível com a imagem que se queria deixar: era o lugar da barbárie e da falta de civilidade. A falta de contato com elementos da modernidade é tomada como explicação para a situação apresentada:

Antigamente, eram os sertões quase bárbaros. À orla do Atlântico, em sua grande maioria, floresciam as capitais das Províncias, lugares de civilização e conforto, em contacto mais direto com a Europa de onde nos vinham pelos pacotes livros de ciência e de arte, jornais e revistas, objetos de utilidade e de luxo, costumes e modas, segundo as quais nos vestíamos e ornávamos nossas casas.<sup>90</sup>

Nesse trecho, o que se percebe é o fator geográfico como determinante do desenvolvimento. A distância que o sertão possui do litoral, mais especificamente do Oceano Atlântico, gera prejuízos de grande envergadura. Essa lacuna, que o espaço e a falta de comunicação geram, impede aos cidadãos interioranos de acessarem as informações, práticas e costumes que “elevariam seus espíritos à condição de desenvolvidos”. O sertão como um lugar bárbaro, por ser distante e a Europa como modelo de sociedade a ser seguida: são duas grandes

---

<sup>90</sup> PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **Cidade do Crato**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile]. p.19.

balizas interpretativas apresentadas por Figueiredo Filho<sup>91</sup>. Em outra passagem de *Cidade do Crato*, esse incômodo com o passado cratense é apresentado, a partir das interpretações que George Gardner realizou, quando visitou Crato:

É desolador o quadro descrito pelo viajante inglês em 1838, mas devemos registrar que daquela data em diante evoluiu o Crato, aperfeiçoando-se moralmente. [...] Modificou, a fundo, o moral da sociedade a imigração de famílias, especialmente do Icó. Enfim, concorreu a criação do Bispado do Ceará para o desaparecimento de muitas irregularidades e abusos de Vigários e fiéis.<sup>92</sup>

Ao citar os relatos do visitante europeu em terras cearenses, Figueiredo Filho toma uma posição muito nítida: pautar o passado indesejado, como parte de um processo natural de desenvolvimento. A chegada de famílias da cidade de Icó (tidas como civilizadas, pois eram oriundas de uma classe social mais favorecida) e a criação do Bispado do Ceará, representam etapas de um processo que culminou na condição de liderança do Crato. O autor minimiza os efeitos negativos que, porventura, esse estágio social poderia ter causado; o foco é justamente no relato dos elementos que contribuíram para a construção de uma ordem moral e social, que teve na Igreja Católica uma grande parceira. Justamente por isso que, em grande parte da sua narrativa, a esta instituição será dado um grande espaço para suas análises<sup>93</sup>. O processo de colonização do Cariri é logo apresentado a partir das ações empreendidas pelas congregações religiosas, que ganham status de colonizadores, tal quais os membros da Coroa Portuguesa. A

---

<sup>91</sup> Em outro trecho, a falta de assistência do poder público é utilizada como justificativa para a situação de barbárie na qual Crato se encontra: “O sertão praticamente era inteiramente abandonado. Não recebia a menor assistência por parte dos poderes públicos das capitais. No máximo, uma escolinha de latim, ou um juiz mal pago, atrelado, de unhas e dentes, aos politíqueiros locais, ou das sedes provinciais.” IN: FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **História do Cariri III**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile]. p.78 O excerto acima destacado aponta para a existência de variadas estratégias utilizadas por Figueiredo Filho para explicar os motivos pelos quais sua cidade viveu um período onde não se reinavam os elementos básicos de uma cidade civilizada. Como o objetivo de sua obra, *Cidade do Crato*, é demonstrar a trajetória de sucesso rumo à civilidade, mesmo os momentos negativos precisam ser apresentados, mesmo que num patamar de estágio avançado e com forte justificativa para sua existência nos modos apresentados.

<sup>92</sup> Idem. pp. 20-21

<sup>93</sup> Considerado um dos marcos na história do Crato, a construção do Seminário São José torna-se um dos elementos de análise de Figueiredo Filho. O Bispado do Ceará é parte de um momento da Igreja Católica conhecido como romanização. Projetando ampliar o poder de controle de Roma sob os lugares mais distantes, os dirigentes católicos procuraram investir na formação sacerdotal e na instalação de dispositivos que corroborassem com a formação de uma ordem moral católica. Nas palavras do autor, “Seu papel tem sido de pioneiro em difundir a luz da educação e do ensino, através dos sertões de parte importante do interior nordestino. O Seminário São José, fundado há 78 anos, serviu para preparar elite de inteligência e de espírito, que desempenhou papel preponderante na transformação do homem da época do cangaceirismo e do coronelismo, no cidadão pacato e mais ou menos instruído dos presentes tempos.” IN: PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **Cidade do Crato**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile] p.59.

maior proximidade que os missionários possuíam com os nativos, se comparado com os colonizadores, também é apontado como prova do sucesso dos membros e conseqüentemente, do projeto da Igreja. “Foram outros audazes missionários que levaram a semente da fé aos selvícolas, constituindo-se nos seus principais aldeadores e maiores elementos do progresso.”<sup>94</sup> A estas, é dado um papel de destaque na formação moral dos primeiros habitantes que seguiriam a lógica colonial:

Teve origem o núcleo povoado que formou depois a cidade do Crato, da antiga Missão do Miranda, surgida lá pelos princípios do século XVIII. Foram os missionários capuchinos os arrojados pioneiros da civilização silvícola. Ensinarão-lhe as primeiras noções de doutrina cristã, rudimentos de letras e ofícios, agrupando-o também em torno de casa de farinha, para melhor domesticá-lo naquele trabalho ligado à lavoura a que tinha raízes tão profundas entre o elemento autóctone. Nasceu assim Crato, sob o signo da fé e do trabalho, cresceu e desenvolveu-se à mesma sombra benfazeja.<sup>95</sup>

A fé e o trabalho são tomados como virtudes cultivadas graças ao trabalho dos missionários capuchinos. Características, que somadas às questões naturais (solo, chuva, localização geográfica), traduzem o cenário propício para a evolução de um projeto de sociedade. A agricultura é tomada como o ponto de encontro entre natureza e cultura. A terra fértil e com facilidade para ser irrigada pelas chuvas presentes vai de encontro ao homem trabalhador que possui um caráter moral que preserva as responsabilidades e a ordem como elementos básicos de sua formação. É a “fórmula do sucesso”: uma harmoniosa e produtiva relação entre o homem e o meio.

Um diagnóstico que provoca esperanças: existe a possibilidade de organizar, distante do litoral e das grandes metrópoles, uma estrutura social que harmonize os elementos básicos que conformam a identidade nacional e as novas questões oriundas com a modernidade<sup>96</sup>. Um lugar ideal é construído para tal fim: o sertão. A invenção do Cariri passa por essa égide: perceber as

---

<sup>94</sup>FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **História do Cariri I**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile]. p.18.

<sup>95</sup>PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **Cidade do Crato**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile]. p.45.

<sup>96</sup> Para além de esperanças, para ser mais preciso. A cidade cratense pode ser considerada a realização de um projeto, conforme defendido pelos autores de *Cidade do Crato*: “[...] Crato já evoluiu bastante. É a prova viva de que as localidades do interior brasileiro podem assimilar bem o progresso e a civilização do litoral. Passou o período anuviado das lutas políticas e do mandonismo de aldeia.” IN: PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **Cidade do Crato**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile]. p.51.

possibilidades da efetivação de uma utopia. Construir condições de existência de um “oásis” em meio ao deserto que é o sertão cearense<sup>97</sup>. A narrativa escrita é chamada a ser a protagonista nesse processo, e a escrita da história é pautada como uma das grandes formas narrativas a serem produzidas. Figueiredo Filho, no trecho abaixo, opera esse projeto, colocando no mesmo patamar de qualificação o sertão e o progresso:

Incontestavelmente está o progresso a penetrar pelo interior na carroceria dos caminhões. Encontram-se a distância com a recém penetração do avião pela interlândia. Já se pode ver em muitas cidades sertanejas, desfrutando-se muitas das vantagens da moderna civilização, o que não acontecia até há bem pouco. O Brasil continua, no entanto, a pulsar bem vivo no interior, a despeito de muitas mazelas que nos chegam com o progresso. Nos grandes centros litorâneos há muito de artificialismo que não pertence às verdadeiras raízes da nacionalidade.<sup>98</sup>

Esse relato, no entanto, não se furta em realizar o devido posicionamento que o autor possui acerca do que ele entende enquanto progresso. Para ele, existem malefícios que chegam através das mudanças da modernidade: as grandes metrópoles, segundo ele, estão cheias de artificialidade. É uma constatação que deve ser colocada em diálogo com o propósito maior de escrita desses sujeitos. A produção intelectual dos membros do ICC é compreendida como militante na preservação do que eles consideravam a “essência” que o caririense possui. É esse aspecto que vai manter o país nos trilhos certos. Ou seja, a modernidade acaba por descaracterizar o país, sendo necessário recorrer à tradição para manter os aspectos que tornam o Brasil um país vivo e pulsante. É atribuída ao Cariri uma “missão”: salvar o Brasil, que vive por um intenso momento de descaracterizações, de ordem material e subjetiva:

O interior, ainda com parte de suas virtudes intactas, tem de reagir para salvar o Brasil. O movimento de renovação que se processa na interlândia, embora ainda desordenado, não pode prosseguir só no sentido material. Tem de ser acompanhado por movimentos de ordem intelectual. Crato e o Cariri, pelas suas reservas acumuladas em duras pelepas cívicas e

---

<sup>97</sup> Vale ressaltar que a condição de sertão é deliberada. Esse caráter é tomado como existente dependendo das condições. É algo construído sob circunstâncias específicas. Isso demonstra a dinamicidade das representações que os espaços possuem. Ser “oásis” ou “sertão” está para além das características naturais ou físicas; depende muito das condições que influenciam na caracterização desses lugares.

<sup>98</sup> FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **A jornada prossegue, incentivada pelas primeiras vitórias**. IN: Revista Itaytera, nº2, 1956. p.2.

sacrifícios, estão bem aparelhados para tomar posição de vanguarda dessa luta para a valorização do interior.<sup>99</sup>

Uma região que possui um passado glorioso, elementos naturais que favorecem o crescimento e grandes personalidades é o lugar mais adequado para a efetivação desse projeto. O projeto de valorização regional construído pelo Instituto Cultural do Cariri passa por um discurso que tangencia elementos tidos como nacionais. São estratégias discursivas que visam legitimar e dar profundidade e expansividade para as questões levantadas por Figueiredo Filho e seus pares. Existe, não somente nas reflexões do autor de *Folgedos Infantis Caririenses*, um tom de denúncia em relação a um esquecimento por parte do litoral. De maneira incisiva, porém sem agressões, é reivindicada maior atenção do litoral, em relação ao que ocorre no sertão. Falta de assistência do poder público, pouco conhecimento dos aspectos naturais, desconhecimento dos grandes vultos e das contribuições que estes deram para o país forma o rol de argumentos levantados pelos agremiados do ICC. No terceiro volume de *História do Cariri*, esse posicionamento fica mais nítido:

O sertão já se sentia asfixiado pelo litoral e ansiava por libertar-se dessa tutela para a 'grandeza destes lugares'. Almejava igualmente quebrar-se a tutela dos potentados, com a presença no âmago da futura província de autoridade poderosa que amenizasse a prepotência de muitos déspotas-mirins. [...] Tudo isso é sintomático e mostra que o interior já não mais se satisfaz em ser a parte esquecida dos governos e quer agora reivindicar os seus direitos e prerrogativas, sempre postas à parte, no passado e no presente.<sup>100</sup>

O rompimento com essa relação que nada beneficiava os caririenses se materializou em um projeto que visava a instituição da Província dos Cariris Novos. A defesa de uma separação do estado era pautada pela falta de atenção dada pelo governo estadual<sup>101</sup> e pela autonomia e capacidade de gestão e autonomia que os habitantes do sul do estado possuíam e já haviam provado nos mais diversos momentos históricos (Revolução de 1817, Independência do Brasil, Confederação do Equador). A forte presença de pessoas oriundas do Cariri cearense nos eventos

---

<sup>99</sup> Idem.

<sup>100</sup> FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **História do Cariri III**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile]. pp.80/86.

<sup>101</sup> "Na realidade, já muitas injustiças a serem corrigidas com o tratamento que os governos dispensam, dando preferência às grandes cidades litorâneas, em detrimento dos municípios interioranos. E isso constitui a base da propaganda do Estado do Cariri e razão de sua popularidade." IN: FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **História do Cariri III**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile]. p.85.



que se tornaram narrativas nacionais era colocada como elemento de prova da capacidade do povo dessa terra. Aponta Figueiredo Filho: “O Vale Caririense, pelos seus filhos ilustres, sempre esteve presente em tôda a evolução da pátria brasileira. Inúmeros foram os filhos desta zona, que se destacaram, pela inteligência criadora, por aí afora.”<sup>102</sup>

Não somente o passado possui elementos de justificativa para a proposição de uma nova província. O presente também traz contribuições para o desenvolvimento e o progresso. A intelectualidade e os estudos científico-literários são o grande legado que o Cariri cearense estava produzindo. “O panorama da cultura intelectual do Vale Caririense é dos mais promissores, assegurando-lhes assim, dentro em breve, a total libertação da zona de subdesenvolvimento no Nordeste Brasileiro.”<sup>103</sup> O projeto de criação da Província dos Cariris Novos pode ser interpretado como um olhar que procura compreender o sul do Ceará como o lugar capaz de harmonizar tradição e progresso.

O Cariri não pode ser considerado um peso morto no desenvolvimento cultural nordestino e aliás de todo o Brasil. O litoral não o conhece porque não o estudou ainda acuradamente. Só agora começa a enxergar-nos, pela evidência dos fatos. Rompeu o Cariri o tabu da civilização do CARANGUEIJO, do passado. E assim, coopera com a máxima eficiência, para a valorização do interior, colocando-se em pé de igualdade, nas suas devidas proporções, com o opulento litoral.<sup>104</sup>

Um lugar, uma região, um espaço: presente e passado inventam o Cariri. Tradição e progresso ditam o ritmo do tempo do Cariri.

---

<sup>102</sup> FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. *História do Cariri IV* (capítulos 1-5). Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile]. p.15.

<sup>103</sup> Idem.p.20.

<sup>104</sup> Idem. p.19.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ambos, passado e presente, existem como elementos de mutação. Distendem-se para além da tradição, para além do previsível, para além da região. Entram no circuito também *imprevisível* da modernidade.<sup>105</sup>

A construção de uma narrativa historiográfica para o Cariri cearense atravessou diversos momentos. Não se resume, apenas, à forma como progresso e tradição foram percebidos e como essas percepções foram dando forma e significado à narrativa. Contudo, o que esse trabalho se propôs, foi perceber a relevância dessa discussão, dada a recorrência utilização desta na construção narrativa de José Alves de Figueiredo Filho.

Pensando o sujeito, seu lugar social, seus procedimentos metodológicos e a construção do seu texto, o que se pode notar é o cuidado tido para tornar inteligível uma pretensa continuidade entre as categorias temporais (passado, presente e futuro), de forma a não produzir tensões que pudessem abalar a identidade que estava se construindo ao escrever sobre os fatos e vultos da terra. Nesse contexto, tradição e progresso precisaram ser equacionados de modo a tornar essa relação menos conflituosa possível. Pensar esse diálogo, de maneira mais harmoniosa foi o grande desafio de Figueiredo Filho.

O projeto de se instituir um dado passado para uma determinada localidade passa por inúmeros agenciamentos e negociações. Da via institucional à epistemológica, esses aspectos devem ser postos para reflexão se o objetivo é compreender a historicidade desse processo. A historiografia de Figueiredo Filho e o Cariri possuem uma relação intrínseca; é uma das formas de uso do passado existente que fora articulada visando a concepção de uma identidade regional. Ao pensar o exemplo de *História do Cariri e Cidade do Crato*, possibilitamos a abertura de novas janelas de interpretação sobre escrita da história e formação de espaços.

## REFERÊNCIAS

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)** Dissertação de Mestrado (PUC-RJ). Rio de Janeiro: 2000.

D’ANDREA, Moema Selma. **A tradição (re)descoberta: O pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e literárias nordestinas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

---

<sup>105</sup> D’ANDREA, Moema Selma. **A tradição (re)descoberta: O pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e literárias nordestinas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p.38.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história (5ª edição)**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SERVILHA, Matheus de Moraes. **Quem precisa de região? O espaço (dividido) em disputa**. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015. p.12.

NORA, Pierre. **Entre memória e história. A problemática dos lugares**. São Paulo: Revista Projeto História, nº 10, 1993, p. 71-92.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História/UFC. Fortaleza: 2011.

ZEITLER, Tomás Elías. **Cuarenta años de *La escritura de la Historia*. Reflexiones em torno a la operación historiográfica, de Michel de Certeau a Paul Ricoeur**. *Historiografías*, 9/enero-junio, 2015.

#### **FONTES**

FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **História do Cariri I**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile].

..... **História do Cariri II**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile].

..... **História do Cariri III**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile].

..... **História do Cariri IV**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile].

PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **Cidade do Crato**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile].

#### **Revista Itaytera**

## **DISCURSOS, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE CANTADORES REPENTISTAS DE CAJAZEIRAS - PB: A IDENTIDADE CULTURAL EM FOCO**

Leonardo Alves de Oliveira<sup>106</sup>

### **APRESENTAÇÃO**

Iniciar este artigo relembrando como o pesquisador construiu seu interesse acadêmico pelo objeto pesquisado parece ser uma estratégia interessante, afinal, as memórias vividas sempre têm um significado simbólico e material mais emotivo do que as memórias contadas. Se por um lado, as manifestações ligadas à cultura popular, a exemplo da cantoria, sempre esteve presente na minha vida social, cultural, acadêmica e profissional, seja na participação em diversos festivais, cantorias e apresentações culturais realizadas pelos cantadores repentistas, na elaboração e produção de projetos culturais. Por outro lado, as histórias de vida, a profissão de cantor e o processo de elaboração e produção da poesia de improviso, feita pelos cantadores repentistas, nos permite, enquanto pesquisador, analisar a cantoria com olhares distanciados, mas nunca indiferente, estranho...

Seguindo nessa direção, o objetivo principal da pesquisa é discutir a relação que se estabelece entre discurso, identidade cultural e memória, a partir do registro e análise de histórias de vida de cantadores repentistas do município de Cajazeiras – PB.

O trabalho aqui desenvolvido também é de natureza documental, uma vez que, conforme GONSALVES (2003), recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, ou seja, recorre às fontes primárias, que por seu turno, se caracterizam como dados originais produzidos pelas próprias pessoas que os coletaram.

Sendo assim, necessário se fez, para tanto, um levantamento bibliográfico acerca do tema em questão, com especial atenção para os postulados da História, da História Oral, acrescidos de fundamentos Análise do Discurso de Orientação Francesa, da História e da Memória.

---

<sup>106</sup> Pós-graduando – UFCG. E-mail: leonardoopiniaio@hotmail.com

## A RELAÇÃO ENTRE DISCURSO, HISTÓRIA E MEMÓRIA

Conta-se que na Antiguidade Grega a memória estava relacionada a fenômenos divinos e era considerada a deusa mãe de todas as musas da mitologia da Grécia Antiga. Já para os poetas gregos da época arcaica, a memória era comparada a um dom divino de fazer-lhes lembrar no presente acontecimentos do passado.

Le Goff (1990), estuda o conceito de memória à luz das Ciências Sociais, mais precisamente na História e Antropologia, procurando distinguir, na história da memória, as transformações das funções específicas exercida pelas memórias orais e escritas nas sociedades em diferentes épocas

Já para Orlandi (1999), a memória quando estudada em relação ao discurso é considerada sinônimo de interdiscurso e caracterizada como sendo aquilo que foi enunciado por um sujeito, num determinado lugar, mesmo num tempo distante, mas que agora está na lembrança dele, na condição de ser dito, porque tem significado e sentido para formulação do discurso do sujeito aqui, agora, no presente.

Assim, relacionadas ao estudo do discurso, as pesquisas voltadas para o entendimento da relação que se estabelece entre história e memória, cuidam de entender como os sujeitos do discurso, na construção de suas histórias, de suas memórias, como possibilidades discursivas, não podem ser interpretados e entendidos apenas como menores, submetidos a condicionantes linguísticas ou determinações históricas. Isso porque as manifestações populares, como a cantoria, são materializadas pelo texto simbólico e acontecem dentro de uma mediação necessária entre o sujeito, suas práticas e a realidade social. Essa mediação, materializada pelo discurso, torna possível tanto à permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação das práticas cotidianas conforme dito por Orlandi (1999, p.31):

A memória por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso Este é definido como aquilo que fala antes em outro lugar, independentemente.

Por este viés, os estudos sobre a memória social dos sujeitos, inscritos na *história vista de baixo*, voltam-se, em especial, para o entendimento das relações entre discurso, história e memória no processo de surgimento, expansão e constituição das manifestações populares,

especialmente as de tradição oral, que, segundo Luyten (1992), a nível popular impulsionam a troca de informações, experiências e fantasias das classes populares.

Assim, o repente, que é um gênero poético da literatura popular, presente na cantoria de viola nordestina, que é construído no presente, através do discurso poético dos repentistas, que nada mais é do que um discurso de memórias e histórias coletivas (re) significadas pelo cantador. Sendo o repente, portanto, uma linguagem oral viva, concebida como um lugar de conflitos, de embates (ideológico, político, social, cultural, etc.), constitui-se no dialogismo entre os repentistas, público e suas realidades. De forma que a relação com o outro exerce um papel fundamental na construção do significado desse texto oral. A uma relação que ocorre dentro de um contexto de possibilidades ideológicas, linguísticas e sociais.

### **CULTURA POPULAR, IDENTIDADE CULTURAL E MEMÓRIA**

Em sua origem, o léxico *popular*, no âmbito dos estudos sobre cultura, nos remete a um universo designado para caracterizar, de forma peculiar, a cultura produzida pela tradição oral do povo camponês e “sempre esteve relacionado com a história dos excluídos, que não têm patrimônio ou não conseguem que ele seja reconhecido e conservado.” (CATANACCI, 2001, p 31).

Para Oliveira & Azevedo Neto (2007) a cultura popular é construída pela humanidade por meio de uma relação sociocultural que os indivíduos estabelecem, de forma coletiva e individual, com o universo simbólico e material. O universo simbólico liga-se à memória do homem por meio de um acontecimento lembrado na contemporaneidade. Já o universo material mantém uma relação com o tradicional, com aquilo que é vivido, e é construído pelo povo por meio das relações sociais. É um acontecimento racional e finito.

De repente, um caminho a ser seguido seja analisar as fronteiras conceituais que possibilitam enxergarmos uma inter-relação entre as concepções de memória, história e cultura. Nestas fronteiras não há regras gramaticais ou sistemas linguísticos que possam impedir os elos de ligação e aproximação que permita a junção deles num elemento único, visto que constitui-se como heterogêneo e indispensável para o processo de constituição da identidade.

A memória aqui compreendida como elemento que constitui a identidade e distanciada da ideia de vir a ser um fato ocorrido no passado. Bosi (1994) a toma como fonte do presente que se manifesta como um fio condutor e possibilita à história localizar, organizar, ordenar e revelar,

no tempo presente, os conhecimentos do passado. Esses conhecimentos que funcionando como alicerces fundamentais e indispensáveis para reformular as identidades culturais dentro de um processo de transformação continuam.

Para Wanderley (2007), a memória agindo na (re) elaboração do real formula um processo de criação e recriação de objetos materiais e simbólicos, pertencentes ao universo da cultura. Estas transformações vão possibilitar o historiador a entender, no tempo presente, os costumes, os acontecimentos e os fatos vividos, vivenciados e ensinados por sujeitos determinados de modo social, histórico e cultural.

Já Albuquerque Júnior (2007) realça este pensamento ao dizer que, as manifestações culturais só tem sentido e significado na memória e na história quando não são operacionalizadas a partir da lógica da identidade. A fim de se pensar o conceito de cultura como “fluxos culturais, o autor propõe a troca do léxico identidade por singularidades, a partir do questionamento das noções de categorias como resgate, tradição, preservação, origem, fusão e diversidade.

Se a identidade, segundo Hall (2011), vem sendo discutida na teoria social sobre o argumento de que as velhas identidades estagnaram no tempo e, por conseguinte, estão em declínio e fragmentando o sujeito moderno, observa-se, então, a reinvenção de novos conceitos sobre tema, provavelmente constituído pela subjetividade do sujeito por meio da sua relação social, exterior, com os outros, com a memória e com a história.

Diante deste cenário de questionamentos sobre a identidade cultural, nos resta pensar a cantoria como um fluxo cultural que tem origem no universo da literatura oral nordestina. A cantoria surge no século XIX no meio rural e ganha o ambiente urbano e moderno, proporcionado pelas cidades, graças à capacidade de seus atores sociais (cantadores, apologistas e público) preservarem a possibilidade da cantoria continuar existindo, mudando e se transformando.

## **HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE CANTADORES REPENTISTAS DE CAJAZEIRAS - PB**

Sabemos que a cantoria sertaneja, nosso foco de estudo, é um conjunto de regras poéticas de versificação da poesia oral feitas por dois poetas cantadores de forma improvisada. Além das regras poéticas, os estilos, tradições, histórias e memórias permeiam a cantoria e constitui os elementos essenciais para formação da profissão de cantador. A cantoria e seus repentes fazem parte das narrativas da literatura oral brasileira e está presente no discurso, na história e nas



memórias do povo nordestino. Uma literatura construída no presente, através do discurso poético dos repentistas, que nada mais é do que um discurso de memórias e histórias coletivas (re) significadas pelo cantador.

E por falar em memória e história da cantoria, o município de Cajazeiras-PB, que é culturalmente conhecido com um celeiro de grandes cantadores repentistas, em 19 de abril de 1938, recebeu a visita de integrantes da Missão de Pesquisas Folclóricas<sup>107</sup>, idealizada e organizada pelo escritor Mário de Andrade quando esteve à frente do Departamento de Cultura de São Paulo. Durante a estada na terra de “Padre Rolim” os pesquisadores fizeram registros fonográficos e fotográficos dos repentistas Manoel Galdino Bandeira<sup>108</sup> e Vicente José de Souza.

Os registros fotográficos juntamente com a gravação sonora dos repentes de modelos poéticos: nove e meio, galope a beira-mar, martelo solto, embolada, seis e meio e eu vou você não vai, destes dois representantes da cantoria sertaneja, são os documentos materiais mais importantes que se tem conhecimento sobre as origens da cantoria em Cajazeiras.

Na foto seguinte, registrada pelas lentes do fotógrafo Luís Saia, pode-se ver o lendário repentista Manoel Galdino Bandeira com seu parceiro Vicente José de Souza, dois menestréis do canto de improviso, sentados num caixote de costa para uma parede, provavelmente de uma residência, bar ou quem sabe uma bodega. Ambos bem trajados com ternos branco e gravatas, como manda o figurino dos homens ilustres e socialmente respeitados da época. De violas em punho, de peitos estufados rasgando o som estridente do canto do repente. Em volta dos cantadores está um menino de pés descalço e trajando uma roupa simples, parece ser feita de estopa de algodão, além de vários outros admiradores da arte da cantoria.

---

<sup>107</sup> A Missão de Pesquisas Folclóricas tinha como objetivo investigar aspectos formadores da identidade nacional. Em 1938, uma equipe chefiada pelo engenheiro e arquiteto Luís Saia percorreu o Norte e o Nordeste do Brasil para registrar suas manifestações culturais e folclóricas, em especial de dança e música. A Missão visitou cinco cidades em Pernambuco, dezoito na Paraíba (dentre elas Cajazeiras), duas no Piauí, uma no Ceará, uma no Maranhão e uma no Pará.

<sup>108</sup> O violeiro e repentista Manuel Galdino Bandeira, avô dos também repentistas, Pedro Bandeira, Francisco, João e Daudeth Bandeira, filhos de uma de suas filhas, a poetisa Maria Bandeira de França. O poeta nasceu no município de Patos-PB, no ano de 1882, mas era radicado na cidade de São José de Piranha-PB, onde exercia as atividades de agricultor no Sítio Riacho da Boa Vista. Faleceu em 1955.



Mas, entre o ano de 1938 e os dias atuais ocorreram muitas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais na sociedade sertaneja, contudo, a cantoria em Cajazeiras continua viva, sendo transmitida oralmente entre seus praticantes que também tiveram a capacidade de singularizar a arte do repente ao longo de gerações.

Muito embora o perfil predominante do cantador da cidade de Cajazeiras é o de um sujeito de origem rural, que na sua maioria reside na cidade. Neste município, as cantorias ocorrem em lugares diversificados, tanto na cidade como na zona rural, e com públicos diversificados. Porém, atualmente, ao contrário de outras cidades, como as grandes metrópoles, em Cajazeiras, há uma predominância da zona rural como cenário preferido para a realização das cantorias. Por sua vez, na cidade geralmente são realizados os grandes festivais que reúnem poetas locais e de outras localidades do Nordeste.

Sendo assim, também inspirados pelo escritor, poeta e pesquisador cultural Mario de Andrade partimos em busca de velhos cantadores repentistas, que permanecem difundindo a arte da cantoria e influenciando as novas gerações através dos repentes, versos e trovas na cidade de Cajazeiras.

Neste artigo, os recortes de histórias oral sobre a cantoria em Cajazeiras serão contados, a partir das memórias de duas personagens que as viveram de forma singular. São as memórias dos velhos cantadores, Zé Vicente e Chico Galvão, retomando o caminho de volta ao passado. É como se a memória deles tivesse, simbolicamente, disputando um mote em desafio com o tempo. No percurso da construção das estrofes deste desafio ela pode se desviar ao encontrar dificuldades em vencer a peleja, mas é na composição da poética do repente que memória e tempo

se cruzam para construir a lembrança dos cantadores. São as transformações, as mudanças, os deslocamentos, os caminhos que a cantoria em Cajazeiras percorreu desde Manoel Galdino Bandeira que serão retomados neste trabalho pelas lembranças dos cantadores repentistas que as viveram. Como diz Lee Goff (1990, p. 5) “*Assim, à história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer “Eu vi, senti”*”.

Tinha um cantador velho aqui por nome de Manoel Galdino Bandeira, era fera!!! (admirado). Pronto, era avô desse Pedro Bandeira. Manoel Galdino Bandeira era um cidadão, quando eu a conheci ele tinha aproximadamente 70 , 74 a 75 ano. Um caba alto, cantador bom da mulesta, rapaz! O bicho tinha uma voz bonita! E tinha uma coisa, aonde Bandeira baixava chamava atenção! O povo chorava pra escutar Bandeira porque um homem daquele idade, mas a voz dele o senhor ver, rapaz... Era... hoje em dia pode botar ai um serviço de som que não chega perto da voz dele! Era um negocio fora de sério! E eu ouvi ele cantar muitas vezes, aqui. Ele cantava sozinho. E por enxerimento meu, eu até cantei mais ele. Comecei a entrosar com cantoria e houve um casamento por ali, outro me chamou. Gostou muito de mim, até me convidou pra viajar com ele! (SOUSA, 2016, p. 34)

Como diz Bosi (1994, p.63), a obrigação do velho e a sua função social na sociedade em que vivemos é lembrar. Muito embora, na maioria das vezes, a sociedade não permita que o velho exerça essa função. Ao contrário, o que se vê são os velhos sendo ignorados, largados ao esquecimento e convidados a ficarem à margem da vida social.

Durante a entrevista com os poetas, é recorrente o uso da expressão nesse tempo, naquele tempo, tanto para se referir à cantoria na época em que eles eram cantadores ou épocas anteriores, mesmo antes da sua existência. São espaços de saudades, que se constituem nas memórias do repentista como boas e más lembranças do passado, revividos no presente quando são provocados a exercerem à função social de lembrar.

Ah! Meu irmão! Nós tinha cantoria em rojão. O povo chamava... Ah! era muitos. O povo chamava... Antes de eu cantar tinha Pedro Bezerra, saudosa memória. Morreu tá com um ano, um ano mais ou menos. Morreu com 86 anos, e ainda cantava e cantava bem. Ai lá vem: Pedro Bezerra, João Quelé, deixa eu ver quem é mais... João Tavares, um bocado, ele cantavam aqui na região. Esse tempo não tinha rádio, o caba pegava o animal, uma bicicleta e saía. (SOUSA, 2016, p. 41 e 42).

Nas memórias do velho poeta repentistas, o passado aparece sempre representado pela preservação dos elementos de identificação da cantoria. A apresentação do cantador, o público, o local onde cantou e exigências do público, o dinheiro que ganhou, os gêneros, os tipos de improviso e as parcerias feitas com os colegas do repente. Todos esses acontecimentos fazem parte dos momentos vividos no passado e agora revivido e contado pelos velhos improvisadores do repente.

É essa interação que coloca em movimento o sistema da cantoria, fazendo fluir do imaginário, da memória dos participantes a produção de sentidos. Desta forma, fica claro que as informações e o conhecimento que circulam nesse sistema são originalmente fundados nas narrativas orais intercambiadas por seus membros. Sua fonte principal é a própria vida e o cotidiano das pessoas. (EVANGELISTA, 2004, p. 2).

A cantoria no presente, no contar dos velhos cantadores, representa o lugar da flexibilidade onde os elementos de identificação são afetados diretamente pelas relações sociais e sofrerem mudanças, adapta e altera a cantoria. As inovações ocorridas na cantoria só foram possíveis porque os poetas cantadores preservaram a possibilidade dela existir e por ela assumirem as suas singularidades.

Todo o artefato narrativo dos poetas repentistas entrevistados resulta mesmo toda uma forma do lembrar, da iniciação aos primeiros passos na arte do repente, das viagens e parcerias com outros repentistas, dos lugares que cantou....

Oficialmente a primeira cantoria que eu assisti foi la... na casa do meu pai, a gente era muito novo, e **essa cantoria eu ainda me lembro era 1960, Pedro Bandeira e Zé Vicente**. E eu gostei tanto que manheceu o dia com o tom das violas nos ouvidos e pra mim eu já era poeta, assim no meu pensar. Mas eu num era, né. Fiquei com aquela paixão, né! (SOUZA, 2016 P 38).

Neste celeiro de memórias e histórias o cantador Zé Vicente recorda em detalhes e muito entusiasmo o dia tão importante para sua vida pessoal e profissional porque ele cantou repente, desafiou, brincou e ganhou dinheiro ao lado do maior cantador de repente da história da cantoria do Sertão da Paraíba, especialmente da região de Cajazeiras.

[...] Era mais ou menos seis da tarde, quando ele foi chegando, aproximadamente 50 pessoas correram pra encontra-lo. – **Eita! Bandeira. Bandeira! Bandeira!** O Bandeira muito sem vergonha... (risos) e a nossa profissão, nós cantadores, nós temos essa função de dialogar com facilidade e brincar com o povo, num sabe? [...] E eu peguei a brincar com ele, e Bandeira veio com essa proposta pra mim, disse: - D'onde veio você ficou outro no buraco? Você avalie, isso é proposta, né! (risos). Com isso lá os caba se abriram... Eeeih! Bandeira. Bandeira. Bandeira! E rapaz, eu mais Bandeira Veio balancemos, cantemo, o povo gostando, quando foi aproximadamente duas da manhã fomos contar o dinheiro. Bandeira tinha no bolso dele 164 Cruzado, e eu tinha 155, quase pegava ele, nera! (ênfase) eu como principiante e ele como cantador profissional. (SOUSA, 2016, p. 35)

Logo, percebe-se que o repentista é o artista que trabalha com a lembrança, com o reviver, o refazer, o reconstruir, o repensar, com imagens e ideais de hoje as experiências do passado Assim, no dizer de Bosi(1994, p 60) “a memória começa a ser formada no individuo a partir da sua socialização tendo como fontes os dados da escrita e da historia vivida e o que significa para memorização são os atos sociais da vida cotidiana”.

#### **NO PRINCÍPIO, ERA O POETA QUE SE FEZ CANTADOR**

As histórias e memórias da cantoria em Cajazeiras também fazem parte das lembranças dos velhos poetas, repentistas, violeiros, cantadores, assim como se queira denominar a profissão: José de Sousa, Zé Vicente ou Zé Vicente Violeiro, como ele gosta de ser chamado, que nasceu no dia 31 de setembro de 1934, é casado, pai de quatro filhos, avô de uma penca de netos, como ele caracterizou. O poeta em questão mora com sua esposa na mesma localidade onde nasceu, no Sítio Caldeirão, zona rural do município de Cajazeiras, sertão da Paraíba. Hoje, ele e sua esposa são aposentados e seu único compromisso profissional, que ele conta com muito orgulho e amor, é gravar todos os sábados ao lado do também poeta e repentista João de Lima, o seu programa de rádio semanal, que esta no ar há 53 anos, pela Rádio Difusora AM de Cajazeiras.

Por conseguinte, também faz parte deste cenário o cantador repentistas Francisco Galvão de Souza, Chico Galvão que, assim como Zé Vicente, mantém conjuntamente com os repentistas João Abel e João Bosco Alexandre um programa de rádio - *Violas e Violeiros* - na Rádio Alto Piranhas de Cajazeiras. O poeta também não exerce mais a profissão como obrigação cotidiana e se apresenta quando é convidado a participar de cantorias e festivais. Segundo ele: “É, quando

aparece, eu vou e eu acho bom porque é um exercício mental, mas se não aparecer cantoria eu não vou me aperrear não. (risos)”.

A trajetória de vida pessoal e profissional dos dois cantadores passa pelo contato com a poesia oral no ambiente familiar. Chico Galvão, lembra que na zona rural onde morava, durante o período da colheita do feijão, era comum as pessoas se reunirem nas casas dos vizinhos, no período da noite para debulhar o feijão, que era colhido do roçado durante o dia. Para ele a debulha de feijão aparece como um momento lúdico de celebração das memórias, histórias, dos costumes de tomar café, contar causos, mentiras, anedotas, etc.. Este evento social é uma extensão da prática da agricultura familiar que, no caso do mundo rural vivido por Chico Galvão foi encantador, contemplativo e poético. Tudo proporcionado pelo seu pai que lia, cantava e dramatizava os romances e pelejas dos folhetos de cordel durante as debulhas de feijão.

Papai cantava esses romances e também pelejas de cantadores nas debulhas de feijão. Era o candieirio na mão e o folheto noutra e ele cantando e pronto! a farra era tomar café e debulhar feijão. Papai era convocado pra isso...Ele lia, criava as toadas... É interessante. Era na base do candieiro e a fumaça entupindo o nariz (risos), o povo debulhando o feijão... tinha gente que achava tao bom, que pouco mais parava de debulhar no meio da vaige, ai o dono da debulha dizia “vamo ver, menino” ai a pessoa se despertava e começava, né. (risos) (SOUZA, 2016, p 30)

Com o tempo, o menino inseriu-se no universo lúdico da poesia de bancada dos cordelistas ao assumir o papel de declamador que era exercido com muita competência pelo pai. Chico passou a ser a atração do público durante as debulhas. Como consequência, o menino desenvolveu uma sensibilidade poética aguçada, voz boa e desempenho invejável, pelo que foi desafiado a entrar no universo da cantoria de improviso. E prossegue:

Ai quando ele parou eu comecei. Quando ele parou eu comecei também nos folhetos, fazendo da mesma forma dele. **Até que um... um dia um rapaz, um amigo meu, um caba novo, disse: - Chico por que tu não vai cantar repente? Por que tu não vai ser cantador?”** ai eu: - **não rapaz, eu não vou porque eu não sou poeta**” - não rapaz mas é o seguinte: tem uma frase que diz: “*Praticas que serás mestre*”. Eu nunca esqueci disso!(Ênfase). E eu fui nessa onda, até hoje, né. Ele disse: *\_ Voce tem a voz boa, deveria ser cantador.* Foi quando eu respondi a ele, *\_ mas eu não sou poeta.* Ele disse: - *Não, mas praticas que serás mestre.*(SOUZA, 2016, p 31)

Já o poeta Zé Vicente cresceu assistindo cantoria e ouvindo os cantadores que frequentavam a casa dos seus pais, o que o influenciou para a poesia de improviso desde criança.

Bem, eu comecei assim, ninguém sabia que eu ia cantar, nem que tinha dedicação, mas que eu desde criança, desde menino que eu recitava poesia, num sabe! Olhava pra qualquer pessoa e fazia aqueles versos sem ninguém dizer. E tem mais um negócio: mais quanto fizesse, mais bom saía, num sabe! (SOUSA, 2016, p 36)

Para tanto, os dois repentistas iniciaram-se na profissão em épocas distintas: Zé Vicente ainda na década de 50 e Chico Galvão na década de 60 do século passado. Eles fazem parte do que Ramalho (2000) denominou de *Escola da Cantoria*, a partir da qual os cantadores mais experientes passam conhecimentos sobre a arte poética de fazer versos de improviso aos iniciantes. Foi assim que Zé Vicente ajudou a muitos amigos de profissão, conforme lembra:

Pedro Bandeira iniciou comigo. Ai, lá vem Chico Guedes, lá vem esse rapaz mesmo Chico Xavier, Cosme Limeira, João Abel, Chico Galvão, Valdemiro Galvão, quem é mais meu Deus? É... aproximadamente uns vinte a trinta cantadores que iniciaram a carreira comigo. (SOUSA, 2016, p 35)

Assinala-se, por este discurso, a trajetória artística de Zé Vicente na cantoria que vai de aprendiz de Manoel Galdino Bandeira a professor de muitos cantadores repentistas cajazeirenses, inclusive Chico Galvão. O poeta também contou-me, com muito orgulho e satisfação, dos amigos que ele ajudou a iniciar na carreira de cantador repentista. No recorte abaixo ele fala com orgulho e satisfação do respeito que conquistou entre os companheiros de profissão:

Eles chamava comigo “o professor”. Ainda hoje eles chama, com Zé pra eu ser... um bocado de cantador hoje... um bocado de cantador tem nojo dos caba chamar eu de professor, comigo viu. Mas não, é não, é porque eu fui quem incentivei eles, aproximadamente 50 cantadores! Ai com isso eles me batizaram como professor. É o professor, é o professor. Ai os cantador que vem tudo tem medo de cantar comigo, diz: - ah rapaz! Zé Vicente é o professor. Zé Vicente é o professor. (SOUSA, 2016, p. 40)

Os dois poetas repentistas têm suas vivências e raízes ligadas ao mundo rural que moldou suas personalidades e potenciais artísticos de forma especial e diferenciada. A escola do repente



deles é a vida, marcada pela convivência com a natureza, as dificuldades de sobrevivência e o contato com a poesia de improviso.

...aqui se fala de hábitos e costumes arraigados, pequenos mundos que envolvem as relações familiares, as relações de vizinhança e a sociabilidade num sentido amplo, a organização dos diversos espaços por onde se circula habitualmente, o trabalho, o uso do tempo livre, etc. Dito de outra forma, a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando.(BOTELHO, 2001, p 74).

A partir do conhecimento dos elementos que constitui a cantoria, o cantador está pronto para construir seu espaço profissional dentro da casta de cantadores. Para ganhar espaço, prestígio e reconhecimento na carreira de cantador é primordial fazer dupla com um cantador mais experiente e viajar Sertão adentro e Brasil afora, marcando territórios, construindo amizades, encantando o público com versos de improviso, cantando canções, contando causos e declamando poemas. Por fim, aperfeiçoando sua arte e construindo sua carreira como profissional no repente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pelos discursos dos colabores da pesquisa pudemos constatar que a cantoria de viola integra a história e memória da poesia popular nordestina, especialmente no Sertão paraibano. Constitui-se, pois, como uma forma de narrativa poética da cultura popular e parte indissociável da trajetória de vida dos cantadores, de tal modo, que muitas vezes, a maior parte dos momentos vividos são lembrados pelos entrevistados deste ou daquele aspecto da cantoria, do cantar, versejar, do improvisar.

Neste universo de memórias discursivas, interdiscursos, a cantoria representa uma relação imaginária de indivíduos com suas condições reais de existência e produção artística. Cantadores e o público, presentes à cantoria, produzem e criam formas simbólicas de representação das suas realidades com realidade concreta. Ou seja, o imaginário deles e o modo como eles atuam na cantoria relaciona-se com as condições de vida cotidiana e essas relações vividas, naquele momento, dão existência material e concreta a cantoria que é construída por indivíduos concretos em sujeitos cada um exercendo sua função social.

Sendo assim, o trabalho artístico do cantador repentista na produção dos seus versos de improviso transita na interseção entre discursos, histórias e memórias, demarcando singularidades culturais.

As memórias do passado, firmemente fixadas pelos discursos no presente dos cantadores entrevistados, são, pelo narrar, articuladas a um futuro que se supõe completamente outro. No caso da cantoria, que tem a característica de ser uma arte popular com grande capacidade de ressignificar-se, pelos entrevistados, foi-nos apresentada como uma manifestação cultural atual, singular e tradicional.

As virtudes dos seus protagonistas com o aprendizado imaginário do real, pelas entrevistas, possibilitaram-nos compreender que as cantorias são relatos de fatos, histórias e memórias de eventos sociais cotidianos vividos pelos cantadores (“debulhas de feijão”, milagres, inundações, crimes, mortes de pessoas famosas, jogos de futebol, dentre outros).

Concluimos que a cantoria e seus repentes ressignificam-se e se constituem numa via de aprendizagem da realidade, possibilitando a apreensão de problemas sociais, políticos econômicos e culturais. Essa tradução do real é perceptível nas narrativas dos cantadores que colaboraram na condução deste trabalho.

Sendo assim, ficou claro para nós que a cantoria e seus repentes levam o público compreender e rir de seu modo de vida, e até do seu sofrimento. A poesia de improviso atua plenamente na conversão do real dramático em uma realidade explícita, justificativa que não tenta apagar o real, mas sim, incluí-lo em uma outra representação da realidade: a função poética por excelência do repente.

## **REFERÊNCIAS**

AGUIAR, Rafael Hofmeister de. **A cantoria concebida como sistema Artístico-comunicacional: proposições a partir do conceito de Antônio Candido**. Londrina.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo Perspec. [online]. vol.15, n.2. São Paulo, 2001. p.73-83 [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000200011&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000200011&script=sci_abstract). Acessado em 15 set. 2015

CATENACCI, Vivian. Cultura Popular: entre a tradição e a transformação. **Rev. São Paulo Perspec [online]**, . vol.15 no.2 São Paulo Apr./June 2001. p 28-35. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200005). Acesso em fev. 2016.

EVANGELISTA, J. L. O Cantador Profissional e a Dinâmica de Produção da Cantoria de Viola. In: **Encontro Nacional de História Oral**, 2004, Goiânia. VII Encontro Nacional de História Oral, 2004.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

OLIVEIRA, Bernadina Maria Juvenal Freire de; AZEVEDO NETO, Carlos Xavier de. Artefatos como elemento de memória e identidade da cultura popular: um olhar sob a perspectiva da arqueologia social. **Cultura Popular nas teias da Memória**. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007. p. 27-52.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

RAMALHO, Elba Braga. **Cantoria nordestina: música e palavra**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SOUSA, Vicente de. **Entrevista** concedida a Leonardo Alves de Oliveira. Cajazeiras, 26 de março de 2016. 26 p. In: OLIVEIRA, L. A. Discursos, histórias e memórias de cantadores repentistas de Cajazeiras – PB: a identidade cultural em foco. 2016. 56 p. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras-PB, 2016. (versão Inédita)

SOUZA, Francisco Galvão de. **Entrevista** concedida a Leonardo Alves de Oliveira. Cajazeiras, 26 de março de 2016. 26 p. In: OLIVEIRA, L. A. Discursos, histórias e memórias de cantadores repentistas de Cajazeiras – PB: a identidade cultural em foco. 2016. 56 p. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras-PB, 2016. (versão Inédita)

THOMSON, Alistar; HAMILTON, Michael Frich . Memória e tradição. In: AMADO, Janaina; Ferrei, MARIETA de Moraes (orgs). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 65-92

**Anais Eletrônicos do VI Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades - Sertões: histórias e memórias**

**UFRN - CERES - Campus de Caicó, RN, 07 a 11 nov 2016**

**Simpósio Temático *História, historiografia e memórias dos sertões***

ISBN 978-85-92861-70-4

WANDERLEY. Alba Cleide Calado. Cultura, memória e história como substratos na construção identitária. In: OLIVEIRA, Ingrid Farias Fechine; SEVERO, Ione dos Santos (orgs.). **Cultura Popular nas teias da Memória.** – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007. p. 09-26.

## AS MUDANÇAS NA CANTORIA ATRAVÉS DAS MEMÓRIAS DO POETA CÍCERO NASCIMENTO

Evelyne Joyce Dantas Lucena<sup>109</sup>

### INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma atividade prática, da disciplina de História e Memória, oferecida pelo Bacharelado em História do CERES, no semestre 2016.2, ministrada pelo Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade. A atividade tinha como objetivo inicial coletar dos cantadores, repentistas ou cordelistas da região suas memórias sobre sua trajetória e sobre a cantoria ou cordel no Seridó Potiguar. Isso seria feito através de entrevistas, utilizando-se da metodologia da história oral. Os resultados desta atividade são apresentados aqui.

O poeta Cícero Nascimento foi escolhido, após uma sondagem online<sup>110</sup> em relação aos poetas da região, devido ao seu trabalho ao mesmo tempo de poeta e radialista, num programa especializado na cantoria de viola, o que proporcionou a ele contato com um grande número de cantadores, de diferentes gerações, há vários anos, todos os dias.

A metodologia do trabalho consistiu em fazer a coleta das fontes, orais, através de entrevista semiestruturada com o entrevistado, com perguntas que diziam respeito à sua trajetória na cantoria, como por exemplo: como ele começou a cantar, se costuma usar instrumentos nas cantorias, outros repentistas e violeiros que ele conheceu em sua trajetória e os quais ele admira, os tipos de repente (no que se refere à forma e à métrica) e os temas que ele tem preferência em cantar.

Entretanto, a análise apresentada nesse trabalho está baseada em temas que o entrevistado abordou a despeito da entrevista semiestruturada, devido ao seu próprio interesse, no que se tornou uma entrevista narrativa, em que o entrevistado fala livremente, com interferência mínima do entrevistador.

---

<sup>109</sup> Discente do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientador: Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade – Departamento de História (UFRN). E-mail: evelynejdLucena@gmail.com

<sup>110</sup> Há vários áudios e vídeos de cantorias de Cícero no YouTube, com vários outros cantadores. Exemplos: Cícero Nascimento e Carlos Alberto se apresentando na reabertura do Centro Cultural Dep. Adjuto Dias, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ik-cEYh4GSA>>; Cícero Nascimento e Antônio Silva cantam as sextilhas de abertura do Programa de Rádio "violeiros do Seridó" <<https://www.youtube.com/watch?v=5xGLL2qZ6pU>>

## HISTÓRIA DE VIDA E OLHARES SOBRE A CANTORIA

Cícero Nascimento é Paraibano, nascido em 1938 na região da Serra da Batalha, na época município de Patos-PB, hoje Salgadinho-PB, porém, mora em Caicó desde 1963, após ter passado por outras cidades do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Foi agricultor até os 16 anos, e desde então vive só da cantoria.

Apresenta desde 1963, o programa "Violeiros do Seridó", apresentado inicialmente com o violeiro Chico Mota, e desde sua morte, em 2011, com seu filho, Djalma Mota. Os 53 anos deste programa fazem com que ele seja o programa do gênero cantoria que está há mais tempo em atividade no mundo. Além de cantador, publicou de forma independente e artesanal, em 1987, um livro, contendo suas poesias, sendo algumas escritas especialmente pra ele, outras registros de versos compostos de improviso em cantorias que participou.

Quis ser cantador desde os 12 anos, porém, antes de compor suas próprias poesias decorou 18, de outros poetas, que variavam de 8 a 48 páginas. Morou nas cidades de Campina Grande, na Paraíba, onde, segundo ele, aprendeu todos os estilos de cantoria popular, e Patos na Paraíba, depois em Mossoró, até se estabelecer em Caicó, deixando claro que para ser cantador, morar numa cidade não significava estar fixo lá: "vim pra Caicó, mas fiquei fazendo a região, porque naquele tempo as cantorias eram mais de fazenda"<sup>111</sup>.

Ser cantador naquele período, dessa "tradição muito antiga", como foi falado por ele, significava necessariamente viajar semanalmente, visto que viviam "cheios de cantoria", cantando de sexta a domingo, e por regiões muito vastas, citando várias cidades da Paraíba (Souza, Cajazeiras, Condado, Pombal); no Rio Grande do Norte na região do Alto Oeste: Pau-dos-Ferros, Zé da Penha, também Tenente Laurentino, e na região de Martins, próximo à divisa com o Ceará. E essa área inteira era percorrida a pé ou à cavalo.

A cantoria que acontecia naquela época, quando Cícero começou, também ocorria de forma "espontânea", sem espaços e ocasiões próprias para cantorias, ela estava presente no cotidiano das fazendas, e nas festas de família. Era normal cantadores serem atração em cantoria de fazenda, de festas de aniversário e de casamento, e mesmo que o entrevistado veja a

---

<sup>111</sup> Entrevista realizada com Cícero Nascimento em XXXX, na Rádio Rural de Caicó, na cidade de Caicó-RN

permanência desta tradição em alguns outros lugares, a cantoria do Seridó, que "sempre foi a cantoria de fazenda", mudou.

Primeiramente com o êxodo rural, que foi percebido pelo seu ofício, quando as cantorias deixaram de acontecer nas fazendas, e passaram para a cidade, o que aparentemente não representou uma mudança muito brusca já que se tratava do mesmo público: "também voltou a cantoria mais pra cidade quando o povo começou a se mudar da fazenda pra cidade, então aquele mesmo povo que fazia cantoria (...) veio dos sítios e começou a fazer cantoria na cidade".

O cantadores iam para estas festas "pela bandeja", ou "cantoria" de bandeja. Essas expressões utilizadas pelo cantador na entrevista denominam um costume das cantorias de viola, é o que subsidia para o cantador que se apresenta, ao invés do pagamento de ingresso com preço fixo, ou o pagamento de fixo feito pelo dono do local onde acontece a cantoria, ou quem promove a festa na ocasião. O valor da contribuição é espontânea, mas os presentes podem ser chamados nominalmente a contribuir (OSÓRIO, 2006). Além de dar nome a forma de pagamento dos cantadores de antigamente, são usadas por ele para demonstrar a dificuldade, os sacrifícios e as incertezas da profissão, já que ir pela bandeja significava não saber com quanto dinheiro iria voltar pra casa.

Entretanto, com o aparecimento dos congressos de violeiros, em fins da década de sessenta, estes espaços e ocasiões foram sendo substituídos. Cícero participou do primeiro congresso de cantoria, em 1967, porém, segundo ele, foi só "de 85 pra cá" que essas mudanças ocorreram de forma mais significativa, "mudou o espaço".

Para Cícero, essas mudanças são um pouco mais complexas. Tendo em vista o tempo que deixaram de haver as cantorias em fazendas, e os cantadores passaram a cantar apenas "de cidade em congresso", isso implicava na existência de "um bocado novo que nunca cantou nem numa fazenda, não conhece nem sabe falar sobre a cantoria como é", ou seja, estas mudanças de espaços implicaram em mudanças em como a formação de um cantador deveria ser, o sentido da palavra "formação", nesse contexto, dizendo respeito às experiências as quais um cantador deve ter, ao longo de sua carreira.

Para falar desta espécie de "modelo" de cantador, ele cita alguns cantadores, que ele conheceu ou que fazem parte do que podemos chamar de uma espécie de "memória coletiva" da cantoria, cujos versos ditos em certas ocasiões são conservados e repassados através da oralidade,



junto às características de sua forma de cantar, caso as tenha (Paul Zumthor (1993) demonstra ser esta uma tradição desde o período medieval). Disse ter cantado com Pinto do Monteiro, e "sofrido" muito, visto que o ritmo da cantoria dele era muito acelerado.

Quando se refere à como deveria ser a linguagem do cantador, fala também de João Severo de Lima, citando um verso dele, cantado em uma feira de Patos, destacando o uso do verbo "obrar", usado pelo povo, mas distante do uso da norma culta, "hoje se for classificar não vai mais dizer 'eu obrei muito mal', é 'eu fiz muito mal' (...) se falava do jeito que o povo falava".

Além dele, fala de Zé da Luz, com um livro dele em mãos, não a toa, visto que este poeta é conhecido por um uso próprio da língua, os cordéis que contém sua poesia transcrevem o uso oral da linguagem pelo povo, em detrimento da norma culta<sup>112</sup>. "Zé da Luz era uma perfeição, cantando, dizendo tudo ao pé da letra", como afirmou o entrevistado. Critica esse distanciamento da linguagem da cantoria da linguagem do povo, assim como o fato de um cantador buscar estudar, ler, ver tv, para cantar, citando frases como "peu comprar um boi pra eu", que não são ouvidas mais hoje em dia.

Também foi tema da entrevista a formação de Cícero como cantador, entretanto, para ele, caso alguém não tivesse nascido cantador, não poderia tornar-se um, não é possível para alguém tornar-se cantador caso não tivesse nascido com esse dom. Se isso acontece, o cantador nunca deixa de fazer poesias com rimas fáceis, e este dom, segundo o entrevistado, pode nascer com a pessoa ou trazer através de uma herança familiar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Num artigo sobre a atualização da cantoria nordestina em Brasília, Osório (2006) percebe tais mudanças de vocabulário, "uso correto da língua portuguesa", o fato de "estar profundamente familiarizado com assuntos da atualidade política, econômica e social do país e do mundo", assim como a preocupação com o vestuário dos cantadores de Brasília, como estratégias de construção de outras imagens acerca dos cantadores, mudanças e "apreensão de

---

<sup>112</sup> Algumas delas estão em ROSA, F. T. M. O Brasí Cabôco de Zé da Luz: um passeio pela representação do sertão e de si. 17 de junho de 2008. 91 f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 2001. Disponível em: <[http://www.ppgel.uneb.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/rosa\\_flavia.pdf](http://www.ppgel.uneb.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/rosa_flavia.pdf)>; e "Ai se sesse" foi declamada pelo grupo Cordel do Fogo Encantado, faixa do disco autointitulado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8NBauvFV6bo>>

novos códigos", que ela vincula ao momento em que estes cantadores atingiram os centros urbanos. Mudanças estas que ela chama de "autoconstrução do cantador-artista", aproximando-se da ideia de arte, e afastando-se da vinculação ao ambiente rural.

Através da entrevista com um cantador que se iniciou na cantoria no momento em que ela ainda acontecia no meio rural, percebemos seu lamento nas modificações sofridas por ela. Foi visível a preocupação, desde a primeira pergunta ("Como o senhor teve contato com a cantoria?"), de deixar claro que ele fazia parte de uma outra geração, de "uma tradição muito antiga", da "cantoria do passado", que hoje é muito diferente. Podemos perceber que ao se definir como cantador, Cícero (apesar de negar que este profissional possa ser "construído", através de um método, de forma que defende que o talento do cantador seja inato a ele) define também o que deveria ser a experiência e os modos de fazer corretamente a cantoria, de acordo como ela era feita em meados do século XX, quando ele começou, antes destas mudanças que a desvirtuaram. Assume, portanto, uma posição de defesa do que seria a essência da cantoria, a partir da sua experiência, enxergando que, se as mudanças citadas não destruíram a cantoria, transformaram-na bruscamente.

## **REFERÊNCIAS**

BENJAMIN, W. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

CERTEAU, Michel de. "Introdução" e "Culturas populares". In: \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano; artes de fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **A beleza do morto**. In: \_\_\_\_\_. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995.

OLIVEIRA, F. A Narrativa e a Experiência em Walter Benjamin. In: CONGRESSO LUSOCOM, 8, 2009, Lisboa. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2009. p.1052-1070.

OSÓRIO, P. S. **Cantoria de Pé de Parede**: a atualização da cantoria nordestina em Brasília. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 15, n.14-15, 65-81, 2006.

ROSA, F. T. M. **O Brasí Cabôco de Zé da Luz**: um passeio pela representação do sertão e de si. 17 de junho de 2008. 91 f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 2001. Disponível em: <[http://www.ppgel.uneb.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/rosa\\_flavia.pdf](http://www.ppgel.uneb.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/rosa_flavia.pdf)>

SANTOS, W. G. **Tecendo redes entre a literatura e a historiografia:** Uma abordagem possível das noções de tempo, história e narrativa. *Revista Semina: Cadernos dos Pós-Graduandos do Programa de Pós-Graduação em História, Passo Fundo*, v. 2, n. 1, p. 117-132, 2015.

ZUMTHOR, P. **A letra e a voz:** a literatura medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

## **VOU PEDIR LICENÇA PARA CONTAR A MINHA HISTÓRIA: A VALORIZAÇÃO DO VAQUEIRO NO CENÁRIO CULTURAL NORDESTINO**

Guilherme Lima Silva Júnior<sup>113</sup>  
Vanessa Cristina Meneses Fernandes<sup>114</sup>

### **OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DOS SERTÕES**

A questão da política local desenvolvida nos primeiros anos após a descoberta e instalação das primeiras vilas e a vida cotidiana da população citadina no Brasil gera diversas inquietações sobre a temática.

Segundo Sousa (2013), a primeira iniciativa de colonização no Brasil se deu em meados de 1530. Até então, o único interesse de Portugal com sua nova propriedade era a exploração do pau-brasil e dos produtos extrativistas, assim, gerando lucros através desse comércio. Comércio esse, sendo controlado e vigiado por funcionários militares e feitores. Entretanto, foi-se percebendo a fragilidade desse sistema em decorrência das diversas sondagens de países estrangeiros, que tinham interesse no pau-brasil (principal mercadoria exportada pelo Brasil) e nos produtos advindos do mercado extrativista.

Em 1530 sob comando de Martin Afonso de Sousa, houve um grande progresso no interesse de Portugal com sua colônia. Sendo realizada a primeira tentativa de colonização efetiva, deixando para trás o regime de feitorias. Futuramente, iniciou-se a instalação das capitanias hereditárias a exemplo de Goa na Índia, Luanda e Moçambique na África, Timor na Indonésia e Macau na China. Essa aderência às capitanias seria a confirmação da posse definitiva do territorial colonial e a ampliação da base comercial voltada para o mercado externo. Contudo, era necessária a criação de aparelhos burocráticos que fossem capazes de administrar as bases dessas capitanias.

No Brasil, o sistema de capitanias foi dividido em quinze grandes lotes de terra e entregue a dozes fidalgos portugueses de confiança do rei. Fidalgos esses que eram dotados de

---

<sup>113</sup> Graduando do curso de História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: guiga\_jr99@hotmail.com

<sup>114</sup> Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) da área de metodologia do ensino de história. E-mail: nessacmf11@hotmail.com

responsabilidades, como: explorar terras e rios; fundar vilas; exercer a função militar; fiscalizar e ampliar os setores comerciais; fazer cumprir as leis da jurisdição; presidir a eleição de juízes ordinários; e apurar a pauta das câmaras das vilas existentes em seus territórios. Lembrando que a realização da arrecadação tributária dos impostos era feita por funcionários régios, homens escolhidos diretamente e de total confiança do rei.

O “Povoado Vila Velha” ou “Povoação do Coutinho”, como era conhecida a Capitania da Bahia fundada pelo donatário Francisco Pereira Coutinho em 1536, era rica no plantio e produção de cana-de-açúcar em virtude da riqueza do solo encontrado na região do Recôncavo. Porém, capitania esta que sofria com sua administração em decorrência da forte pressão e dos conflitos que eram impostos pelos indígenas que ali habitavam.

### **ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL DA COLÔNIA**

Conforme Sousa (2013), a experiência do sistema de capitanias não foi suficiente para alcançar as metas traçadas com a colonização e a administração do Brasil, resultante da falta de segurança ao qual estavam submetidos os donatários e todos que estavam instalados no domínio em decorrência da cobiça e ataques de outras grandes potências. Porém conseguiu revelar o potencial econômico e produtivo advindo da terra da colônia, tendo o setor açucareiro como principal modelo.

Desta forma, foi necessário que o poder de autoridade (que estava destinado aos donatários) voltasse e centralizasse nas mãos da Coroa, consequência da ampliação e ramificação dos poderes que eram apenas destinados aos donatários nas Cartas de Doações.

A criação do Governo Geral da Bahia em 1549 e a construção da cidade de Salvador como sede da mesma, não pode ser interpretada como uma forma da abolição das capitanias hereditárias ou a autoridade dos donatários em suas posses. Essa atitude fortificou o controle de povoamento e colonização pela metrópole e cercamento, e limitou, não extinguiu, as influências do poder privado na colônia. As capitanias e os poderes concedidos aos donatários se incorporaram ao Governo Geral, sendo fiscalizados por um poder de maior patente, sendo ela na jurisdição militar, da fazenda e de justiça, como está relatado no “Regimento e a Carta de Nomeação de Tomé de Sousa”.

Consequentemente, a instituição das câmaras como elementos inerentes a organização social, foi uma solução adotada pelo Governo Geral para amenizar o problema de domínio das terras, reafirmando as tradicionais formas de administração pública portuguesa.

De acordo Santos Filho (1956), as câmaras no Brasil se tornaram peça imprescindível para o sistema de colonização. Assim, absorve a responsabilidade e competência do Governador Geral, tornando-se as instituições com o poder de representar e defender os interesses do poder centralizador. Diferentemente do Governo Geral, as câmaras possuíam poderes limitados ao perímetro das cidades e vilas, sendo à base da colonização e do domínio do território.

Durante o processo de colonização, portugueses e espanhóis obtiveram o contato com povos nativos e através desse contato conseguiram mão-de-obra. Entretanto, no Brasil os portugueses iriam modificar essa prática, isso viria com a implementação da mão-de-obra escrava africana negra. Motivos esse fizeram com que o Prado Junior diferenciase a colonização portuguesa e espanhola (colônias tropicais) das colonizações inglesas (norte temperado). Segundo ele, os portugueses e espanhóis se preocupavam com a retirada da matéria-prima com o objetivo de exportá-la, visando apenas os objetivos das grandes empresas comerciais que patrocinavam tais práticas, os ingleses formaram “colônias de povoamento” (colônias aos moldes da sociedade europeia), ou seja, locais que visavam acolher todo o excedente demográfico europeu.

O processo de colonização do interior do Brasil iniciou com o aprimoramento das atividades extrativistas na região norte, mas especialmente com a pecuária na região nordeste, sul e na capitania de Minas Gerais. Outro momento que promoveu uma grande onda de migração em nosso território foi o exercício da busca por ouro e diamantes, principalmente onde é a região do Estado de Minas Gerais. Vale ressaltar que antes desses surtos de deslocamento de pessoas, a população estava fixa principalmente nas costas litorâneas (aproximadamente trezentos anos de colônia) em virtude da maior atividade produtiva da época, a plantação de cana de açúcar.

A transformação do povoamento em nosso território pode ser condensada em três grandes fases, lembrando que cada uma tem sua iniciativa e suas circunstâncias históricas. A primeira que se inicia durante o Século XVII é representado pela ocupação dos portugueses no território colonial; a segunda, a adentramento do interior dos sertões nordestinos através das fazendas de gado; e a terceira, a introdução pelo rio Amazonas na região norte. Em menor escala,

a ocupação oriental do planalto meridional em São Paulo e no Paraná. Devemos destacar que as bandeiras e entradas não se englobam nesse aspecto (apesar de invadirem grandes áreas), devido não ser ações de caráter de povoamento e sim de expedição.

A descoberta do ouro nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso geraram uma convulsão demográfica no Século XVIII. Esse acontecimento fez com que se redefinisse o povoamento em toda colônia, dando-a nova estrutura e visual, devido à origem de polos mineradores, concentrando uma grande parcela da população da colônia. Esse aspecto minerador fez com que amenizassem esses deslocamentos humanos e que o povoamento adquirisse uma estabilidade mesmo que precária.

Em virtude da rápida extração e o esgotamento das minas auríferas, a mineração foi de pouca duração, fazendo com que se voltasse o olhar para a agricultura. Para esta regressa a população, e como as áreas de umas e outras formas de atividades só excepcionalmente confundem este refluxo determinar correntes migratórias importantes que irão se intensificar no correr da segunda metade do séc. XVIII. Outras ocasiões secundárias acontecessem como a crise hídrica que assolava a pecuária nos sertões nordestinos e o sul da colônia. . Em suma, um conjunto, de fatos que vai provocar nova redistribuição do povoamento.

O deslocamento no território brasileiro deve ser interpretado como tentativas, testes e novas experiências por parte da população em busca de melhores condições de vida. No Brasil, esses movimentos tendem a se englobar cada vez mais com o setor econômico, em virtude de aproveitar de cada fluxo, uma condição favorável. Nesses fluxos migratórios, aproveitaram para plantar a cana, retirar o ouro e futuramente plantar algodão e café; possibilidades possíveis no momento que eram direcionadas para as práticas de exportar tais mercadorias. O que se pode notar é que a colonização não visava constituir uma base sólida e essencial, seus reais objetivos eram a exploração dos recursos aqui encontrados para satisfazer a população que aqui habitava, gerando assim uma grande instabilidade no contexto de povoamento. Tornar-se de suma importância a análise das correntes migratórias internas em atividade e as transformações que ocorrem no território da colônia.



## **A PECUÁRIA: O IMPULSO PARA A PENETRAÇÃO DO TERRITÓRIO**

O processo de colonização do interior do Brasil iniciou com o aprimoramento das atividades extrativistas na região norte, mas especialmente com a pecuária na região nordeste, sul e na capitania de Minas Gerais. Outro momento que promoveu uma grande onda de migração em nosso território foi o exercício da busca por ouro e diamantes, principalmente onde é a região do Estado de Minas Gerais. Vale ressaltar que antes desses surtos de deslocamento de pessoas, a população estava fixa principalmente nas costas litorâneas (aproximadamente trezentos anos de colônia) em virtude da maior atividade produtiva da época, a plantação de cana de açúcar.

Segundo Caio Prado (1972), toda colonização detém um “sentido”. Esse “sentido” é constituído por aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que estão anexados a um determinado período de tempo. Ao abordamos sobre o início das colonizações no continente americano, teremos sempre que remetermos às grandes navegações efetuadas pelos europeus com início do século XV, e que se origina das atividades mercantilistas empreendidas por empresas comerciais. O autor ainda aborda que, fatos e acontecimentos nesse período e que encaixam nesse contexto apontam para o “período de descobrimentos”, sendo ele uma parte dos anais do comércio europeu.

Os principais elementos que incentivaram a adentramento da população para o interior da colônia foram à mineração e a dispersão das fazendas de gado. Enquanto norte da Amazônia existiu incentivos locais como a busca pelas drogas do sertão. Devemos ressaltar uma grande diferença entre as práticas. Os fluxos de rebanho de gado desafia o homem em uma arrancada do litoral para o centro do território; entretanto, os polos de mineração irão originar-se distantes das vias de migração, tendo pouco contato com as mesmas. A pecuária se deve a ocupação de boa parte do território da colônia, e calculado em área efetivamente colonizada, ela ultrapassa a mineração. As fazendas de gado se alastram sempre por contiguidade, a partir de um ponto que representa o seu centro de irradiação. Esse centro de irradiação corresponde sempre a um núcleo agrícola, às vezes minerador. Cada vez que se formou um destes núcleos, liga-se a ele imediatamente uma zona de criação destinada a abastecê-lo de gado e carne.

Segundo Neves (2007), ao tratarmos sobre a penetração no território através das fazendas de gado, veremos enorme diferença na questão organizacional em relação à mineração. Nos focos da formação de fazendas no interior da Bahia (fazendas próximas umas as outras), as

populações tendem a ter um maior contato íntimo e geograficamente contínuo com o seu centro irradiador. De maneira oposta, o povoamento originado através da mineração, forma núcleos dispersos e isolados. Esta diferença determina uma estrutura de povoamento inteiramente diversa no Centro-Sul, setor da mineração, e no sertão do Nordeste.

A pecuária se deve a ocupação de boa parte do território da colônia, e calculado em área efetivamente colonizada, ela ultrapassa a mineração. As fazendas de gado se alastram sempre por contiguidade, a partir de um ponto que representa o seu centro de irradiação. Esse centro de irradiação corresponde sempre a um núcleo agrícola, às vezes minerador. Cada vez que se formou um destes núcleos, liga-se a ele imediatamente uma zona de criação destinada a abastecê-lo de gado e carne.

### **O HERÓI DO SERTÃO: O VAQUEIRO**

O processo de colonização do interior do Brasil iniciou com o aprimoramento das atividades extrativistas na região norte, mas especialmente com a pecuária na região nordeste, sul e na capitania de Minas Gerais. Outro momento que promoveu uma grande onda de migração em nosso território foi o exercício da busca por ouro e diamantes, principalmente onde é a região do Estado de Minas Gerais. Vale ressaltar que antes desses surtos de deslocamento de pessoas, a população estava fixa principalmente nas costas litorâneas (aproximadamente trezentos anos de colônia) em virtude da maior atividade produtiva da época, a plantação de cana de açúcar.

Segundo Neves (2012), o caminho percorrido na apropriação do espaço nordestino pelos grandes sertões foi efetuado com a participação do vaqueiro. Muitos deles eram escravos ou indivíduos sem propriedades fundiárias que não tinham chances de prosperidade econômica e social, e objetivando uma sesmaria, eram obrigados a proteger um senhor que era responsável pela sua proteção. Os vaqueiros eram cumpridores da criação de fazendas, para que ali pudessem produzir e pagar taxas ou impostos anualmente aos seus senhores. Vale ressaltar que aos vaqueiros também eram colocados para enfrentarem os índios que dificultavam a penetração do interior, deslocando-os cada vez mais para o interior.

O vaqueiro é apresentado como um modelo diferenciado da constituição da população do Brasil. Seria o vaqueiro um resultado da grande mestiçagem como apresenta Freire entre a população indígena e o colonizador branco, possuindo personalidade forte das duas raças.

Muito adaptado e enraizado nas tradições morais e religiosas, o vaqueiro criou-se próximo ao seu habitat, adaptando-se a severidade das condições geográficas de sua região.

Segundo Neves (2007), a agricultura presente na vida do vaqueiro sempre foi de grande dificuldade. No sertão, a lavoura era limitada a pequenos roçados, inicialmente produzida pelos próprios vaqueiros, sua família ou por outros indivíduos pertencentes à fazenda. A dificuldade em sua alimentação pode ser associada à crise hídrica existente em diversas regiões dos sertões nordestinos, fazendo com que a produção se torne de subsistência e de pouca renda. Locais em que a água era mais acessível, a produção agrícola nessas regiões do sertão ganhou grande importância econômica para essas localidades.

Com os proprietários das grandes fazendas estavam sempre próximas as cidades em virtude das suas influências nas esferas econômicas e principalmente políticas da região, as fazendas estavam sob responsabilidade dos vaqueiros. O vaqueiro assume a autoridade na fazenda com a ausência do proprietário, tornando-se assim superior aos outros funcionários da fazenda. Seria ele responsável por comandar as relações entre as famílias e a criação de gado, desde os meses mais chuvosos em que o gado produz mais leite e de carne para o consumo e a venda, até as épocas de seca quando o gado necessita da ajuda do vaqueiro para sua alimentação, substituindo o pasto por uma alimentação baseada em pedaços de cactáceos.

Com o rebanho solto, o vaqueiro, montado em seu cavalo, é incumbido de vigiá-lo durante o dia todo percorrendo toda a extensão da fazenda para averiguar se algum animal morreu ou se algum outro animal que não faz parte do seu rebanho está se juntando aos demais. No momento de precariedade dos recursos para o gado, o vaqueiro faz o traslado da fazenda até a “manga”, local em que há mais pastagem para o rebanho, atravessando grandes distâncias. Nos meses em que a chuva não cai, o vaqueiro se torna ainda mais responsável pelo rebanho. Muitas vezes em que não existe a possibilidade de levar o rebanho para zonas com mais recursos para o gado, é necessário que o vaqueiro faça o corte de plantas abundantes na região como o cacto, a palma, a macambira e o xique-xique para o consumo de toda a criação.

Muitas vezes é necessário que o vaqueiro adentre a caatinga em busca da “rês fugida”, vaca que se separa do bando. Além dessas funções, o vaqueiro é responsável pelo conserto de certas, reconstrução dos currais, marcação do rebanho e reformas nas moradias, e outros funcionários podem produzir na produção de queijo ou coalhada nos meses de fartura.

## A BLINDAGEM DE COURO

Essa prática de buscar a rês fugida é o que legitima a rouparia do vaqueiro, composta por couro dos pés a cabeça, ela impede que o mesmo seja alvo de espinhos e gravetos pontiagudos dentro da caatinga. Em sua cabeça carrega um chapéu<sup>115</sup> feito de couro e marcado por ferro quente, com um formato de cuia, com dois cordões de couro paralelos e em lados opostos que descem até seu queixo para fazer o laço. Seu peito é protegido por duas peças: o parapeito que vai até sua cintura, e o gibão<sup>116</sup>, uma espécie de paletó que se estende até seus pulsos. Em virtude de sua origem estar entrelaçada com as festividades e festejos religiosos, em época de festas é incluída mais uma peça em toda vestimenta, um colete muitas vezes feito de lã que cobre suas costas e seu tronco. O dorso de suas mãos é protegido por luvas de couro<sup>117</sup>. Nas pernas, além de usar uma calça comum, utilizam perneiras<sup>118</sup> presas à cintura e soltas ao corpo, que começam na virilha e vão até o início dos pés, deixando livre o movimento das pernas. Nos pés dispõem de alpercatas<sup>119</sup> simples ou trançadas ou até mesmo botinas de cano curto, ambas feitas de couro.

Além de se trajar, o vaqueiro é responsável pela armadura do seu cavalo. Recoberto por equipamentos de couro, o cavalo é velado de sua face até a metade de seus pés, passando pelo peito e pelo pescoço.

O couro, seja ele de carneiro ou de boi, ainda é a matéria-prima utilizada nos dias atuais para a confecção de toda vestimenta e de alguns utensílios utilizados pelo vaqueiro. Esses utensílios são: uma vasilha, para carregar a água; o mocó, recipiente para levar a comida; a bainha, recipiente para guardar o facão; além de outros artigos fabricados para o uso no trabalho diário.

## HISTÓRIA LOCAL: O USO DA ORALIDADE NAS INVESTIGAÇÕES HISTÓRICAS

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos a oralidade como uma das metodologias conforme mencionamos anteriormente a partir de Schmidt (2009). Além disso, por

---

<sup>115</sup> para não se perder na correria do sertão;

<sup>116</sup> tipo de paletó o qual o vaqueiro decora com ricos motivos e bordados;

<sup>117</sup> para proteger o dorso das mãos contra espinhos; a parte interna consiste em duas tiras de couro, uma prendendo o polegar e outra para o restante dos dedos que deixam seus dedos livres, com o intuito de não atrapalhar no manejo do cavalo;

<sup>118</sup> que vão da virilha até o pé; são duas pernas soltas de calça, ajustadas ao corpo e atadas por correias de couro;

<sup>119</sup> sendo mais comum um modelo próprio para uso cotidiano, que protege os dedos dos pés;

tratar-se de uma particularidade da história local, para o autor, o uso da história local é imprescindível para a construção da concepção junto ao aluno de pertencimento ou vínculo a um determinado grupo social ou cultural, analisando a experiência de vida humana durante os tempos, gerando assim as consciências individuais e coletivas perante a sociedade. Sua utilização é instrumento adequado para fazer uma história mais heterogênea, não silenciando as especificidades, gerando problematizações, apresentação de histórias dos demais sujeitos históricos, da história das comunidades silenciadas, etc.

Entretanto, o autor deixa claro que ao se trabalhar com a história local, tendo como finalidade a formação da consciência histórica (identidade aos sujeitos), se faz necessária à utilização do processo de globalização, pois o mesmo possui laços com os acontecimentos existentes na micro e na macro história.

Para os historiadores, o mais importante do uso da memória seria seu uso como um evento social, gerando sentido e representações. Seria um espaço com regalias em que o individual e o coletivo, o privado e o público, o passado e o hoje se associam obtendo uma definição única.

O entrevistado ao narrar suas vivências através da oralidade, irá criar uma versão ou construir uma versão com vínculos do presente, e é nesse estágio que as lembranças ultrapassam o estágio de memória e se tornam objetos para a história.

Sempre que possuímos acesso às fontes orais, o narrador objetiva exprimir-se como um indivíduo situado entre o tempo e o espaço. A narrativa seria a exposição da vida e do mundo no qual o sujeito está introduzido. Lucidez e inconsciência, sensatez e irracionalidade, presente e passado, subjetivo e global comunicam-se na composição que o indivíduo dá a si, aos fatos que usufruiu e que vai narrar, tendo como árbitro permanente a memória.

Ao tratar a respeito do entrevistado, Schmidt (2009) trabalha a identidade como um objeto necessário para o enriquecimento da cultura local e o aprimoramento da consciência histórica tanto do entrevistado como do entrevistador. Segundo Schmidt

Ao narrarem a sua vida e a do outro, ele se inventa e institui seu pertencimento no mundo. Ele se forma pela narrativa, ao criar um sentimento de continuidade no tempo e um sentimento de coerência interna, que lhe permite se interpretar narrativamente, como sendo um sujeito singular, porém, matizado por elementos sociais e culturais. (SCHMITD, 2009, p.17).

A narrativa é a junção em que há o encontro entre o cultural e o pessoal, o íntimo e o coletivo, o atual e o passado. Durante a entrevista, as experiências e os conhecimentos vividos pelo entrevistado e o entrevistador entram em sincronia através do diálogo entre ambos, desta forma, o problema investigado os interesses mútuos sejam esclarecidos em virtude das indagações. Nenhuma forma de diálogo é simplesmente pura ou neutra, ele vem carregado de subjetividade, deixando clara a visão de mundo do entrevistado, por aspectos enraizados no presente e no passado.

### **O DESENCANTAMENTO DE UM EX-VAQUEIRO**

Em 20 de setembro de 1942 no interior do estado da Bahia, Dona Adelaide Alves de Oliveira junto com seu esposo Sisínio Antônio de Oliveira, dá a luz a um menino, Nelson Alves de Oliveira. Criado desde sua infância na cidade de Vitória da Conquista, o pequeno Nelson nunca teve uma vida fácil, desde cedo teve que por “as mãos na enxada” para ajudar na renda familiar, atuando como peão. Com apenas um 4º grau escolar, sem o hábito de ler e escrever, teve grandes dificuldades ao almejar um acesso a empregos que lhe garantissem uma melhor renda, forçando-o durante a sua juventude a se mudar para a cidade de Itambé.

Ao chegar a Itambé, o jovem Nelson se depara com uma cidade com um grande incentivo a produção de carne e a criação de bovinos durante os anos de 1960 e 1970, valorizando o trabalho do vaqueiro. Necessitando de um emprego, engaja-se na profissão de vaqueiro, profissão esta que seria sua sina. Acostumado com o hábito de tirar leite e cuidar do gado, resquícios do exercício da profissão de peão na cidade anterior, é “contratado” por um grande fazendeiro denominado Dr. Antônio Peixoto (primeiro patrão), este seria responsável por levá-lo para trabalhar em uma fazenda próxima a Minas Gerais, na qual o vínculo de empregado durou três anos. Após a volta da região mineira, foi contratado por um grande empresário da região do Sudoeste Baiano, Milton Rocha (segundo patrão), e posteriormente para os filhos do mesmo.

De acordo como Sr. Nelson, a função do vaqueiro está diretamente vinculada à honestidade e a preocupação em cuidar do rebanho. Segundo o mesmo, como não existiam sindicatos ou órgãos que lutassem por melhorias da profissão, era necessária uma boa relação entre patrão e empregado, onde o respeito deveria prevalecer sempre. Esse compromisso sempre era favorável ao vaqueiro, facilitando a criação de um novo vínculo empregatício.

Ao falar sobre o transporte das mercadorias, Sr. Nelson relata sobre as grandes viagens feitas por vaqueiros. Ao pegar as mercadorias nos grandes galpões, os transportadores eram responsáveis pelo traslado da mercadoria, para assim poder abastecer as feiras das cidades ao redor, as zonas rurais e os pequenos distritos. Eram tempos difíceis, como o transporte era feito no lombo dos animais e a chuva era constante e intensa, eram comuns os atolamentos (não existiam estradas asfaltadas, eram feitas de cascalho) das tropas durante a viagem de entrega.

O entrevistado menciona a existência de uma divisão de responsabilidades dentro da própria tropa. Seriam eles: o cozinheiro, responsável por ir à frente da tropa para já receber a mesma na hora do descanso com o alojamento e a comida pronta; o supervisor, responsável pela fiscalização de toda a tropa; e o contador ou capataz, aquele que tinha um vínculo maior com o patrão e era responsável pelo custeio dos gastos existentes nas viagens e pela contagem do gado na compra ou venda do mesmo. Era comum durante o trajeto, pararem nos pontos de apoio e ali mesmo participarem de festas das localidades com comidas (principalmente a feijoada e a carne de charque), bebidas (sempre evitada pelo entrevistado, temendo comprometer sua relação com o patrão) e forró.

Ao analisar o contexto de mudança na esfera rural, principalmente no âmbito da fazenda, Sr. Nelson observa grandes alterações. Ao citar a negatividade das mudanças, ele se refere à falta de comprometimento e responsabilidade dos vaqueiros atuais em cuidar da propriedade, evidenciado que muitos deles não antecipam as ocorrências e tarefas da dia-a-dia da fazenda como: cuidar da manga (área cultivada para o uso no período de estiagem); desfazer as valas na fazenda (para evitar a queda de vacas e bezerros); observar a situação se os animais estavam sadios ou fragilizados, entre outros. Entretanto, ao analisar os pontos positivos, percebemos que mesmo após o término do exercício da profissão, o entrevistado está atualizado sobre o contexto atual das fazendas, e isso fica claro ao retratar sobre a utilização de currais cobertos (evitando que inundassem os currais), uso de sugas para retirar o leite, entre outras novidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A elaboração deste artigo possibilitou apurar a respeito da origem do vaqueiro, como sua origem e seu ofício. Percebemos assim a necessidade de entender mais profundamente desta



contribuição do mesmo, basicamente no que se trata nos aspectos sociais, políticos e culturais da conjuntura nordestina.

De acordo com que foi abordado durante o texto, notamos a diversidade existente dentro da história oral, tanto naqueles que utilizam dessa metodologia para validar suas concepções, quanto para aqueles que se contrapõem a esse modelo. Apesar disso, é imprescindível estarmos cientes de sua importância para o uso nas investigações históricas na sociedade contemporânea.

A lembrança não é um ato individual, mas estaria relacionada com toda a vida material e moral das sociedades da qual o indivíduo fez ou faz parte. Fundamentando-se nisso, conseguimos fazer com que as potencialidades do uso da metodologia da história oral contribuíssem para o enriquecimento das fontes para a pesquisa, e assim, este trabalho pôde utilizar dos métodos didático-pedagógicos da oralidade como instrumento que pudesse agregar sobre a temática do artigo. Memória e história são complementares, dessa forma, a história poder apossar-se das potencialidades da memória, precisa submetê-la a criteriosas análises. Portanto, concluímos que os historiadores da oralidade abrem possibilidades de ampliar nossos conhecimentos acerca das relações ente história e memória, assim como dos imaginários e mentalidades individuais. A história oral, enquanto método e prática do campo de conhecimento histórico reconhece que as trajetórias dos indivíduos e dos grupos merecem serem ouvidas, também as peculiaridades de cada sociedade devem ser conhecidas e respeitadas.

## **REFERÊNCIAS**

BOAVENTURA, Eurico Alves. Fidalgos e vaqueiros. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

CARVALHO, Domingos Ailton Ribeiro de. Figuras Típicas e Religiosidade Popular de Jequié. Salvador: Bureau, 2005.

CASCUDO, Luiz da Câmara. Tradições populares da pecuária nordestina. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1956. (Documentário da Vida Rural, 9).

CASCUDO, Luiz da Câmara. A vaquejada nordestina e sua origem. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/MEC, 1969.

CRUZ, L. Memória tropeira. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/memoria-tropeira>. Acessado em: 09 de agosto de 2016.

DANTAS, Mônica Duarte. Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano: Itapicuru, 1549-1822. Penélope Revista de História e Ciências Sociais. Lisboa, n.23, p.10-12, nov. 2000.

FREIRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. São Paulo: Círculo do Livro S.A, sd, 1933.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História Local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In. MONTEIRO, Ana Maria et al. Ensino de História:, sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007, p.175-185.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia do Livro, sd, 1936.

IVO, Isnara Pereira. O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. Vitória da Conquista, Ba: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2004.

NEVES, E. F. Caminhos do Sertão: Ocupação territorial, Sistema Viário e Intercâmbios Coloniais dos Sertões da Bahia. Salvador: Arcádia, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

PRADO JUNIOR., Caio Prado. A pecuária e o progresso do povoamento no nordeste. In: História econômica do Brasil. 22.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. p.68

PRADO JUNIOR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRADO JUNIOR., Caio Prado. História Econômica do Brasil. 15 edição. São Paulo. Brasiliense, 1972.

SANTOS FILHO (Lycurgo). — Uma comunidade rural do Brasil Antigo. Edição ilustrada. Volume 9 da Coleção "Brasiliana". Série Grande Formato. Cia. Editôra Nacional. São. Paulo, 1956.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Literacia Histórica: um desafio para a educação histórica no século XXI. História & Ensino. Londrina, V. 15, agosto de 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In. MONTEIRO, Ana Maria et al. Ensino de História:, sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007, p.175-185.

SOUSA, Avanete Pereira. Poder político local e vida cotidiana: a Câmara Municipal da cidade de Salvador no século XVIII. Vitória da Conquista, Ba: Edições UESB, 2013.

**Anais Eletrônicos do VI Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades - Sertões: histórias e memórias**

**UFRN - CERES - Campus de Caicó, RN, 07 a 11 nov 2016**

**Simpósio Temático *História, historiografia e memórias dos sertões***

ISBN 978-85-92861-70-4

SOUZA, Maria Aparecida S. A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e ocupação de terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: Edições da UESB, 2001.

TAVARES, Luís Henrique Dias. A conquista do território da Bahia. In.: História da Bahia. Salvador: EDUFBa, 2008, p.156-168

## **CRIMINALIDADE E JUSTIÇA NO SERTÃO: O CASO DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA NO SEGUNDO REINADO**

Cristiano Otávio Miguel Junior<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O Segundo Reinado (1840-1889) foi marcado pelo processo de construção da identidade nacional com a tarefa civilizatória. Para Vellasco, “a primeira metade do século 19 representa, na História política do Brasil, o período de construção do Estado-nação”. (VELLASCO, 2004, p.15). Nesse sentido, as bases do poder judiciário ganharam formas com Código Criminal de 1830 e do Código de Processo Criminal de 1832. A partir desta época a população local podia escolher seus representantes políticos: os juízes de paz, que eram a autoridade judiciária do município. Porém, com a reforma do Código do processo, no ano de 1841, novas figuras do judiciário entraram em cena. Criaram-se os cargos de chefes de polícia para todas as capitais das províncias, nomeados pelo ministro da Justiça, delegados e subdelegados.

O judiciário, no século XIX, constituía-se um dos braços do Império que pretendia alcançar todo o território, de uma forma centralizadora. Sendo este uma das formas de unificação territorial da nação recém-criada. A reforma do Código do processo em 1841 foi uma perspectiva de tomada de rédeas do poder local. Segundo Spinosa: “nesse contexto, a reforma do Código do processo, no ano de 1841, seria uma mostra das adaptações e mudanças para que o processo de centralização se fortificasse e tomasse corpo no país.” (SPINOSA, p.12, 2013).

Desse modo, ao estudar os processos criminais da comarca Pombal região do sertão da província (conferir na figura 1) entendemos que não existia e nem existe uma definição específica e engessada de sertão. Segundo Moraes: “Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. na verdade, trata-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos” (MORAES, 2003, p.6). Nesse sentido, o sertão da província da Paraíba do Norte consiste em uma dessas realidades existentes no século XIX que eram entendidas nesse período.

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) [cris3junior@gmail.com](mailto:cris3junior@gmail.com).  
Orientadora: Prof. Dr. Vanessa Spinosa – Departamento de História (UFRN).

Figura 1: Província da Parahyba do Norte



Fonte: ALMEIDA, Cândido Mendes de. Atlas do Império do Brasil, Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1868.

O poder judiciário tinha a intenção de chegar a todo o território. No caso do sertão, ela tinha uma perspectiva normatizadora das regras sociais. Segundo Spinosa, "ainda que pensada independentemente dos parâmetros estatais, a justiça tinha sua própria normatização dos espaços" (SPINOSA, 2016, p. 47). A justiça criava espaços de alcance social na perspectiva de espalhar os preceitos estatais, além de instaurar o processo civilizatório, com um discurso de modernização do Estado Imperial.

Para estudar este período, foram compilados 30 processos criminais, distribuídos entre os anos de 1865 a 1889. Processos estes que estavam disponíveis no acervo do Cartório Judicial da cidade de Pombal. O objetivo de analisar estas fontes históricas do Segundo Reinado é o de perceber as práticas de justiça no sertão. Analisando os processos criminais disponíveis em acervo digital que foi fotografado no sobredito cartório. Intenciona-se analisar os perfis sociais dos sujeitos envolvidos em processos judiciais, no caso, os agentes do judiciário, a região, no qual foram cometidos os crimes, a duração do processo em meses, os agentes da justiça que compunham os processos criminais.

## **PROCEDIMENTOS E METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DOS RESULTADOS**

Os trabalhos foram executados nas seguintes fases de execução: primeiro a leitura e fichamento de textos relacionados à temática central do plano de trabalho, em seguida, após o período de capacitação, foi iniciada a análise dos processos criminais e, por conseguinte a estruturação e catalogação das informações. O processo de catalogação foi iniciado a partir da coleta de dados mais genéricos os quais forneceram as bases para elaboração de catálogos mais peculiares. A documentação na íntegra, juntamente com as outras fontes, foi responsável pela obtenção dos dados quantitativos e qualitativos.

Para perceber o processo de estruturação da justiça no Segundo Reinado foi necessário, no primeiro instante, entender o Código criminal de 1830 e do Código de processo criminal de 1832, e a reforma do Código do processo criminal de 1841. Desse modo, começamos a compreender o funcionamento da justiça e a estrutura judicial presente naquele momento e como era a forma de organização do próprio sistema de justiça e sua forma de punição dos sujeitos. Com isso, foi possível conhecer todo o arcabouço de procedimentos legais da justiça.

Assim, os processos criminais das províncias do Paraíba do Norte apresentam-se como fonte primeira do plano de trabalho, e foi necessário compreendê-la em sua estrutura e tipicidade. Desse modo, a partir das técnicas de leitura e transcrição paleográfica, foi possível compreender os processos crimes em sua forma e principalmente em seu conteúdo. Entender a estrutura e configuração da fonte foi essencial para continuidade dos trabalhos na pesquisa, visto que, sem esse estudo seria inviável a coleta de informações e conseqüentemente a obtenção de resultados significativos.

O procedimento de catalogação dos dados foi outro método utilizado na análise dos processos criminais da província da Paraíba do Norte. Após reunião das fontes que tinham disponível no acervo referente ao Segundo Reinado, um total de 30 processos crimes, datados desde 1865 até 1889. Começou o trabalho de catalogação a partir da elaboração de um catálogo geral. Nesse primeiro momento, foi definido que as informações coletadas seriam a base para que se conhecesse o processo de uma forma holística.

Dessa forma, no catálogo geral, foram colhidas as seguintes informações: nome do réu; tipo do documento (processo crime, sumário crime ou sumário de culpa); a data estabelecida em cada processo; o crime, o lugar no qual o processo foi iniciado; a data e local do crime, o número

de páginas contidas em cada processo considerando a quantidade de folhas escritas, a existência do tribunal do júri ou não, a duração do processo em meses, a data inicial e final de cada processo. Vale salientar que, o tempo de duração dos processos teve como referência a data inicial e a última data que aparecia na fonte, ainda que, alguns processos criminais não estavam conclusos. Para se conhecer os meandros da justiça na comarca, foi necessária a confecção da tabela dos personagens da Lei. Essa tabela foi elaborada a partir da necessidade de conhecer quem eram os indivíduos responsáveis pela manutenção da ordem local. Além de se conhecer se o grau de instrução daqueles que compunham a justiça no âmbito endêmico correspondia aos critérios exigidos no Código de Processo Criminal.

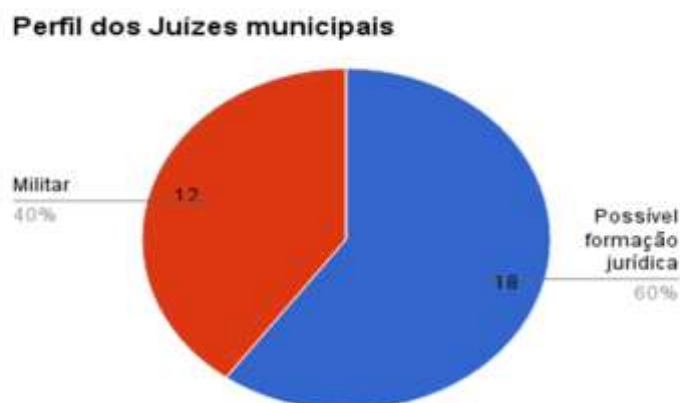
### **RESULTADOS ENCONTRADOS DA PESQUISA**

Percebemos que a configuração jurídica existente no sertão seguia a norma presente no Estado Imperial. Para Vellasco, “a montagem do sistema judiciário no Império reveste-se de um caráter extremamente importante pelo fato de ai localizar-se um ponto nodal da consolidação do poder estatal” (VELLASCO, 2004, p. 17). Dessa forma, o meandro da justiça existente na comarca pesquisada seguia um padrão de monopólio da justiça através dos agentes do Estado. Visto que, através da catalogação dos 30 processos, encontrados 40%, dos processos em que juízes municipais eram indivíduos que exerciam outras funções além de juiz, no caso alferes ou capitão da guarda nacional, na qual, 30% eram alferes e 10% eram capitães.

Isso mostra que a preferência por agentes do Estado Imperial na falta de um bacharel em direito era constante. Uma vez que, na hora de eleger os agentes do poder judiciário, o Estado nomeava os seus próprios funcionários para o setor carente de mão de obra especializada, no caso, a justiça, realocando os agentes da guarda nacional para o setor judiciário. (Conferir a Figura 2). Esta figura mostra uma grande porcentagem de sujeitos que possivelmente teria formação jurídica. Visto que, ao ser anunciado o Juiz Municipal nos processos criminais existia uma nomenclatura bastante peculiar ao denominar os agentes do judiciário como Doutor. Com isso, não temos indícios concretos que todos os indivíduos que eram juízes municipais eram de fato bacharel em direito. Por isso a denominação: possível formação jurídica.



Figura 2: Para o combate à criminalidade: os personagens da lei

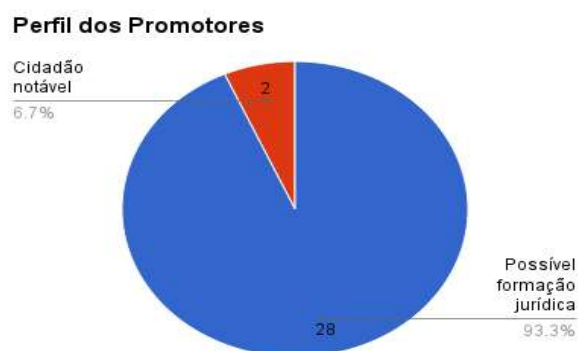


Fonte: 30 processos-crime da comarca de Pombal (1865-1889). Elaboração Própria.

Seguindo essa perspectiva de configuração jurídica da comarca, encontramos outro dado importante. Ao analisar a tabela em que constava o promotor público, analisamos que dos 30 processos, 6,7% aparece João Vicente Maria de Souza como agente do judiciário. No entanto, há uma denominação bastante clara como este sujeito sendo cidadão, ou seja, não era bacharel. (Conferir Figura 4)

Segundo a reforma do Código do processo de 1841. O artigo 22 propõe que: “Os Promotores Públicos serão nomeados e demitidos pelo Imperador, ou pelos Presidentes das Províncias, preferindo sempre os Bacharéis formados, que forem idôneos e servirão pelo tempo que convier. Na falta ou impedimento serão nomeados interinamente pelos Juizes de Direito.” (BRASIL, 1841). Compreendemos que se podia eleger um cidadão para condução da função do judiciário no século XIX, na qual, ele teria que ser membro integral da comunidade e sendo um sujeito notável diante dos seus pares.

Figura 3: Para o combate à criminalidade: os personagens da lei



Fonte: 30 processos-crime da comarca de Pombal (1865-1889). Elaboração Própria.

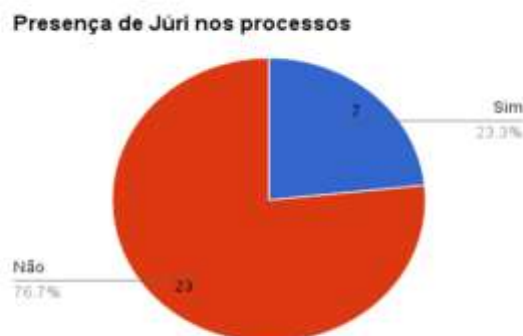
Percebemos que ao fazer o cruzamento dos dados, podemos entender que existia uma constante na falta de bacharel em direito no cargo de juiz municipal na comarca de Pombal. Ou seja, no sertão. Já para o cargo de promotor público não era tão constante, porém ao nomear um cidadão como agente do judiciário, que diante da falta de indivíduos portadores de diploma de bacharel em direito, havia uma flexibilidade no Código do Processo Criminal que permitia inserir sujeitos no poder judiciário que não pertencia à esfera estatal. Podemos perceber neste análise dos processos que havia uma carência de bacharéis para exercer certas funções no judiciário

Entendemos no primeiro momento que não havia bacharéis suficientes para povoar todos os cargos do judiciário. Visto que, há uma grande porcentagem de sujeitos que não era bacharéis ocupando cargo na justiça. Caso este visto entre os juízes municipais que 40% eram oficiais da Guarda Nacional. Entre os promotores, 6,7% não era bacharel. Isso nos permite analisar que o preparo esperado para alguém atuar no judiciário ia além de ser bacharel em direito, existia aspecto da funcionalidade, vimos isto entre os juízes municipais que exerciam outras funções, do preparo, habilidades, exigências, como ser um cidadão notável na sociedade, chegando a ocupar até o cargo de promotor público na comarca.

Ao analisarmos a estrutura do processo criminal, verificamos que dos 30 processos criminais, nem todos tinham júri, Segundo a reforma do Código do processo criminal de 1841, no artigo 54, reza que, “As sentenças de pronuncia nos crimes individuaes proferidas pelos Chefes de Policia, Juizes Municipaes, e as dos Delegados e Subdelegados, que forem confirmadas pelos

Juizes Municipaes, sujeitão os réos á accusação, e a serem julgados pelo Jury...” (BRASIL, 1841). Os processos mostraram que a formação do júri estava a cargo dos Juízes municipais. (conferir na Figura 5)

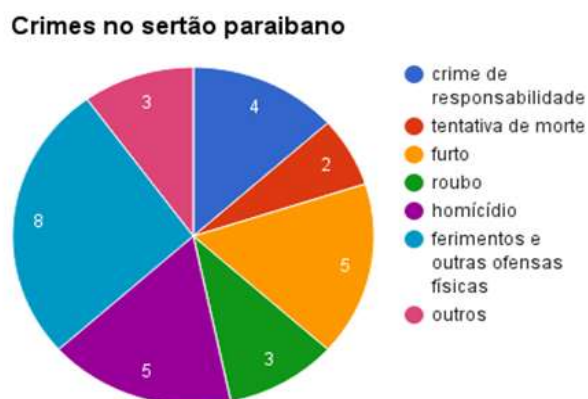
**Figura 4:** Para o combate à criminalidade: os personagens da lei



**Fonte:** 30 processos-crime da comarca de Pombal (1865-1889). Elaboração Própria.

Os indícios de criminalidade que nos chegaram através das fontes pesquisadas no sertão da Paraíba do Norte, nos revela que a maioria dos crimes era de natureza interpessoal, além destes, conseguimos identificar alguns crimes de natureza pública, estes estão descritos como crime responsabilidade (conferir na figura 6). Dessa forma, podemos perceber que o judiciário estava disposto a resolver os conflitos que chegaram ao seu conhecimento.

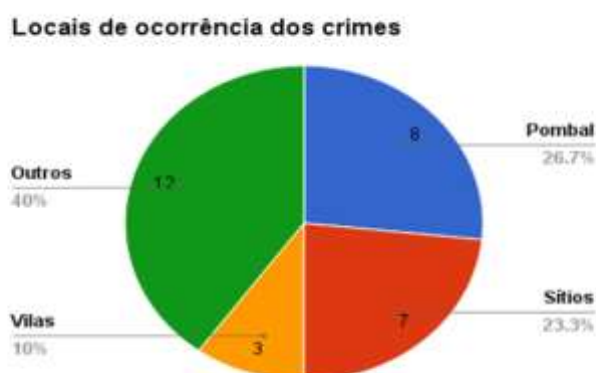
Figura 6: Criminalidade em Pombal



Fonte: 30 processos-crime da comarca de Pombal (1865-1889). Elaboração Própria.

A comarca de Pombal era uma jurisdição que abrangia várias localidades no sertão da província da Paraíba do Norte. Dessa forma, fizemos o levantamento dos locais onde aconteceram os crimes com maior frequência, revelando que os sujeitos vinham de várias localidades longínquas para assediar a justiça na comarca. (conferir na Figura 6), isso mostra que os indivíduos estavam buscando resolver os seus conflitos de ordem particular a partir de uma perspectiva da intervenção estatal por meio do judiciário.

Figura 6: Mapeamento dos espaços da violência

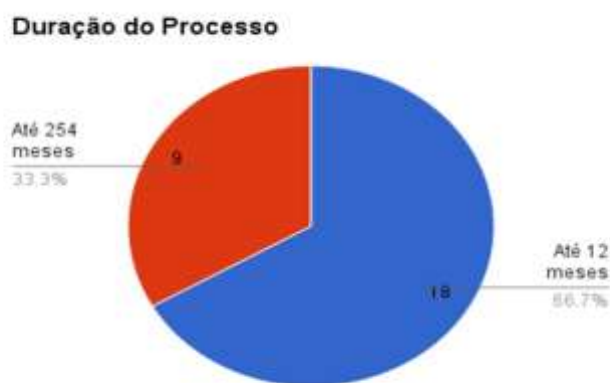


Fonte: 30 processos-crime da comarca de Pombal (1865-1889). Elaboração Própria.

Observamos também a duração dos processos em meses, na qual, 10% deles não conseguimos observar o seu termino, devido ao estado de conversação que não possibilitou leitura das últimas folhas, sendo ilegível. Com isso, os processos legíveis que conseguimos abstrair a sua duração somam 27, do qual 66,7% tem duração menor que 12 meses. Os outros 33,3% ultrapassam a esfera dos 12 meses, chegando até a máxima de 254 meses. (conferir na Figura 7)

Dessa forma, analisamos que a resposta do judiciário aos conflitos estabelecidos na comarca tinha uma resposta relativamente rápida, Segundo Vellasco, “a administração da justiça vinha progressivamente aumentando sua capacidade de responder a essas demandas...” (VELLASCO, 2004, p.180), Na medida em que a maioria dos processos não durava 12 meses para ser resolvido.

**Figura 7:** Tempo para se fazer a justiça: duração dos litígios no sertão da Parahyba



**Fonte:** 30 processos-crime da comarca de Pombal (1865-1889). Elaboração Própria.

## **DISCUSSÃO SOBRE O SERTÃO**

A comarca de Pombal está localizada no sertão da Paraíba do Norte. Sertão este que durante todo o período colonial, imperial foi compreendida como uma região inóspita, degredo, da barbárie, onde a civilização não encontrava morada. A partir dos dados coletados nos processos criminais, percebemos que a região não era abandonada pelo Estado Imperial. Mesmo

pertencendo à parte periférica do Império, a região era composta pelos aparatos da justiça como mediadora dos conflitos estabelecidos na região.

Entendemos que o discurso negativo sobre o sertão foi sendo construído pela historiografia ao longo dos séculos, entretanto este discurso não era unânime. Para Guedes, “A ideia do sertão como espaço sem lei, embora tenha sido recorrente nos olhares da época, não foi, algo unânime ou irreduzível” (GUEDES, 2013, p.78). Dessa forma a região é compreendida a partir de uma perspectiva bastante diferente da que foi relatada durante anos. Segundo Guedes “O sertão se apresentava como um espaço de oportunidade de agregação de fortuna e prestígio” (GUEDES, 2013. P.70). Nesse aspecto, a representação do espaço é avaliada como geradora de relações de civilidade e aparatos normativos que construir perspectivas diferentes da que foi entendida durante anos.

Partindo da análise dos processos criminais, foi possível coletar dados referentes ao funcionamento da justiça, dos seus agentes, dos crimes praticados, do espaço em que eles aconteceram com maior frequência, dos procedimentos judiciais e as práticas de justiça existente no sertão, da duração dos processos. Vellasco no seu trabalho sobre a violência, criminalidade e administração da justiça em Minas Gerais observa que “do ponto de vista qualitativo, os processos criminais perfazem uma documentação extremamente rica e minuciosa que nos permite acompanhar e analisar os procedimentos judiciais...” (VELLASCO, 2004, p.68).

Desse modo, podemos perceber que a documentação é capaz de mostrar a realidade da justiça presente no sertão da Paraíba do Norte. Pois, com a análise das fontes, foi possível perceber que a funcionalidade da justiça acontecia mediante a construção de uma relação entre os sujeitos pertencente a outras funções do poder Imperial, caso este encontrado entre os juizes municipais, que 40% pertenciam a Guarda Nacional. Outro ponto importante foi entender que existia uma flexibilidade a inserção de cidadãos no poder judiciário. Vimos isto entre os promotores públicos que um indivíduo da localidade chegou ao cargo. Isso demonstra que na falta de um bacharel em direito no cargo de Promotor público, podia-se eleger um cidadão para condução da função do judiciário. Como reza a Reforma do Código do Processo Criminal poderiam ser nomeados pelos juizes municipais indivíduos notáveis da sociedade local.

Para compreensão do funcionamento da justiça na região foi importante perceber que os processos criminais mostram uma realidade da justiça diferente da que temos hoje. Na qual,

indivíduo comum podia exercer cargo do judiciário sem um título de bacharel em direito ou outro curso superior. Podemos perceber neste análise dos processos que havia uma carência de bacharéis para exercer certas funções no judiciário. Caso este visto na comarca de Pombal. Para Keila Grinberg, os processos criminais nos fornecem subsídio para entender a sociedade presente em determinada época e região, afirmando que,

Não é de hoje que historiadores vêm usando processos criminais como fonte para análise histórica, seja como forma de compreender melhor as relações entre os agentes sociais em outra época ou sociedade, seja para estudar a própria justiça e seus agentes em diversas temporalidades. (GRINBERG, 2009, p.121).

Para entender as relações sociais existentes na região, as fontes nos possibilitou entender a duração do processo. Isso mostrou que existia uma resposta rápida na condução da justiça a sociedade. Na medida em que, dos 27 processos que chegaram ao final, 66,7% era resolvido em menos de 12 meses. Ironita Machado, que discute as possibilidades de uso das fontes jurídicas para compreensão das relações sociais existentes na história, nos fala que “Com relação às fontes do Poder Judiciário, essas suscitam múltiplas possibilidades interpretativas de uma dada realidade social.” (MACHADO, 2012, p. 88).

Partindo dessa perspectiva, podemos observar que a interpretação através da análise documental dos processos criminais produzidos na comarca de Pombal tornou possível perceber várias nuances sobre os agentes da justiça, e a estrutura do judiciário no sertão, o que poderá ser aprofundado com a análise de outros personagens que compõe os processos criminais como vítimas, réus, testemunhas. .

Outro ponto é observar o lugar onde aconteceram os crimes, verificamos que 26,7% eram cometidos na cidade de pombal, os outros 76,7% foram cometidos em outras localidades circunvizinhas da cidade. Então, chegamos à conclusão que os sujeitos ao usar os instrumentos e instituições do Estado, ou seja, acesso direto a máquina pública, o poder judiciário seria a ferramenta capaz de mediar os conflitos existentes na região, uma vez que, havia o interesse dos cidadãos em resolver os conflitos que mesmo sendo de região longínqua da cidade, iam à comarca para resolver os seus conflitos de natureza particular.

Dessa forma o poder judiciário do Império estaria presente no sertão para resolver os conflitos que existiam na região. Segundo Jesus, “a violência continuaria constituindo parte



fundamental das estratégias dos sertanejos, mas agora, com a presença mais vigilante do poder público” (JESUS, 2011, p.117). O judiciário era uma forma normativa e regulamentadora das ações do cotidiano em um espaço povoado de interesses de ordem particular, que geravam conflitos dos mais diversos.

Vale ressaltar que, não temos um grande arsenal bibliográfico para fazer cruzamentos de dados. Dessa forma, o trabalho até o presente momento elucidou de que forma o judiciário se comportavam no sertão da província. Temos o interesse de contribuir para o avanço do tema criminalidade e justiça no sertão. Assim como possibilitar novas pesquisas sobre o tema e compreender de forma holística as relações sociais no século XIX no sertão.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos perceber que o judiciário constituía-se a chegada do poder pública a periferia do Império, ou seja, aos lugares longínquos como o sertão, região que a literatura durante muito tempo colocou como um lugar barbárie, sem civilidade. Contudo, com o trabalho de pesquisa e a literatura revisionista sobre o sertão. Podemos chegar à conclusão que a região apresentava-se como um lugar de civilização, rechaçando a ideia de barbárie que foi construída durante todo o período colonial, imperial e republicano.

Essa perspectiva do sertão como lugar de civilidade, só foi possível com a pesquisa dos processos criminais da comarca de Pombal. Entendemos que a prática de violência permaneceu entre a sociedade sertaneja, entretanto o poder judiciário que representava o Império na região alcançava a todos os sujeitos. Isso rebate a ideia engessada de que a civilização não chegava à região. Dessa forma, começamos a organizar os dados e gerar informações para conhecer os sujeitos que faziam parte do processo. Com este método foi possível extrair informações significativas para a construção deste trabalho. Como por exemplo, os agentes da lei, o júri, região onde aconteceu o crime, a duração do processo.

Temos um grande caminho para compreender de forma holística toda a dimensão do judiciário no sertão. O trabalho conseguiu até o presente momento elucidar uma parte das questões do judiciário no sertão da província da Paraíba do Norte no século XIX. Falta observar outros agentes do poder judiciário que não foram contemplados nesta análise. Assim como sujeitos que a aparecem no processo como as testemunhas e as vítimas. Com os avanços da

pesquisa será possível compreender a história da justiça e as suas formas de ação presentes no sertão.

#### **FONTES**

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1868.

CARTÓRIO JUDICIAL DE POMBAL. Processos criminais da comarca de Pombal (1865-1889).

CÓDIGO do Processo Criminal do Império do Brasil 1832. versão eletrônica. Site do Planalto. Acesso em 30 de Julho de 2016. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm)

*Reforma do Código do Processo Criminal do Império do Brasil 1841*. versão eletrônica. Site do Planalto. Acesso em 30 de Julho de 2016. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM261.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM261.htm)>

#### **REFERÊNCIAS**

AMADO, Janaína. “Região, Sertão, Nação”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.15,

GRINBERG, Keila. *A história nos porões dos arquivos judiciários*. In \_\_\_\_\_. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); LUCA, Tânia Regina (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

DAL RI, Luciene. A construção da cidadania no Brasil: entre Império e Primeira República. Joaçaba, espaço jurídico. V.11, nº1. p. 7-36, jan/jun. 2010.

FERREIRA, A.L. DANTAS, G.A.F. FARIAS, H.T.M. Adentrando sertões: considerações sobre a delimitação do território das secas. SCRIPTA NOVA. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. vol. X, núm. 218 (62). Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. *No íntimo do sertão: poder político, cultura e transgressão na capitania da Paraíba (1750-1800)*. Tese (doutorado) - UFPE, Programa de Pós-graduação em História. Recife, 2013.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. *Cotidiano e poder nas relações escravistas e pós-escravistas: o sertão das Minas Gerais entre 1850 e 1915*. Tese (doutorado em História) USP: São Paulo, 2011.

MACHADO, Ironita P. História e direito: possibilidades metodológicas. v. 11, n. 1, jan./jun. 2011, p. 81-93 - Publicado no 1o semestre de 2012

MORAES, Antônio Carlos Robert. “O Sertão”. REVISTA Terra Brasilis [Online], 4 – 5, 2003. pp. 1-8.

SPINOSA, Vanessa. Cultura jurídica e cultura política nos trópicos: Um estudo sobre o caso brasileiro no contexto da independência. Caicó, v. 14, n. 32, p. 1-21, jan/jul 2013. (dossiê culturas políticas). Mneme- revista de humanas.

SPINOSA, Vanessa. Vocação para a justiça: Serviço público como missão cidadã (Brasil, 1840-1889). Tese apresentada na Universidade de Salamanca (2016)

VELLASCO. Ivan de Andrade. *As sedu es da ordem: violência, criminalidade e administra o da justiça Minas Gerais, século 19*. São Paulo: EDUSC. 2004.

## JUSTIÇA NOS SERTÕES IMPERIAIS: PERCEPÇÃO SOBRE A CRIMINALIDADE NO SEGUNDO REINADO

Andreza Karine Nogueira da Silva<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO<sup>3</sup>

A dicotomia sertão-litoral permitiu a compreensão de sertão como um lugar resistente à modernidade, distante do aparato estatal e, conseqüentemente, marcado pela barbárie e impunidade. A partir da referida concepção, sertão designaria um espaço da permissividade onde a prática de condutas cruéis estaria legitimada pela ausência estatal, no que concerne à prevenção e punição das condutas tidas como “bárbaras”.

O sertão, enquanto representação espacial caracterizada por uma condição desértica e vazia, remete a ausência de todas as qualidades conferidas aos espaços ditos civilizados. A prática de condutas violentas e a ausência do poder estatal para coibir esses comportamentos, de acordo com esse entendimento, é sempre apresentada como algo inerente às localidades sertanejas. Sobre o assunto, Maria Elisa Noronha de Sá faz a seguinte consideração:

Nota-se que, no Brasil, a ideia de sertão ultrapassa sua imenso espacial e aparece recorrentemente nos textos, desde os tempos coloniais, em oposição ao litoral, e associada a valores negativos como: deserto, lugar de barbárie, do inculto, da seca, da aridez, da fome, do vazio, da violência, entre outros. (SÁ, 2012, p. 144)

Essa forma de representação espacial eivada de valores negativos sobre o modo de vida e, mais especificamente, sobre a fragilidade da presença estatal nos sertões perdurou por muito tempo. Entretanto, no século XIX, fatores como, por exemplo, o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico dessas localidades trouxeram novas perspectivas na medida em que

---

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Campus Central. E-mail: [andrezakarine58@gmail.com](mailto:andrezakarine58@gmail.com). Orientadores: Profs. Vanessa Spinosa e Morton Medeiros.

<sup>3</sup> Este artigo diz respeito aos resultados obtidos no plano de trabalho Percepção da justiça sobre o sertão no Segundo Reinado no Brasil, realizado no período de 2015 a 2016, vinculado ao Projeto de Pesquisa Justiça para os Sertões: sistema, autoridade e práticas judiciais no império do Brasil (1841 a 1889) - Propesq, coordenado pela Professora. Dra. Vanessa Spinosa.

exigiram do Estado o estabelecimento de medidas de controle com vistas a manutenção da ordem local.

O Poder Judiciário, enquanto detentor do poder punitivo estatal, se estabeleceu nas regiões sertanejas não apenas personificando a presença do Estado na vida social, mas principalmente, buscando manter tanto a integração quanto a ordem local desde de a aplicação de sanções, quanto pelo processo de internalização das normas.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende analisar, a partir dos processos criminais das comarcas de nas Comarcas de Caicó (RN), Pombal (RN/PB), Flores e Ingazeira (PE), a rotina da justiça criminal nos sertões, mais especificamente em regiões contíguas do Semiárido nordestino, buscando compreender o funcionamento do Poder Judiciário no âmbito criminal das referidas localidades.

Os dados obtidos no decorrer desse estudo preliminar derivam dos 50 processos-crime da Comarca de Caicó, dos 30 processos de Pombal e dos 92 processos das Comarcas de Flores e Ingazeira.

Com base nas referidas fontes, buscou-se averiguar quais os delitos que frequentemente moviam o funcionamento do aparato judicial na esfera criminal a fim de compreender de que se ocupava o Direito Penal efetivamente aplicado nos sertões, quem eram os responsáveis por sua aplicação e, ainda, perceber se a condição sertaneja, enquanto condição característica dessas localidades, influía na criminalidade e na aplicação do poder punitivo estatal.

Os parâmetros para aplicação desse poder sancionador advinham das normativas criminais vigentes à época, a saber: o Código Criminal de 1830, o Código de Processo Criminal de 1832 e, posteriormente, a Lei de reforma do Código de Processo Criminal de 1841. Nesse contexto, optou-se por afastar as Ordenações Filipinas, que até então regiam todo o processo criminal, por normas que se adequasse às novas tendências “humanizadoras” da época.

Não cabe a este trabalho apresentar as drásticas contradições<sup>4</sup> existentes entre a norma posta e as supostas teorias que ensejaram sua elaboração. Por ora, se faz necessário compreender como se dava a aplicabilidade dessas normas no cenário sertanejo.

---

<sup>4</sup> Ver ZAFFARONI p.436

## **CENÁRIO NORMATIVO**

Compreender como o Poder Judiciário lidava com a criminalidade existente nos sertões torna necessário o conhecimento prévio a respeito da estrutura normativa que balizava todo o sistema punitivo vigente. Conforme bem explica Zaffaroni, o Código Criminal de 1830 representava todo o cerne da programação criminalizante. Além dele, o sistema penal era composto pelo Código de Processo Criminal de 1832 e pela Lei de reforma do Código de Processo Criminal de 1841. O todo esse arcabouço legislativo recorria juízes, promotores e também a população, na medida em que encontravam nessas normativas, principalmente do Código Criminal, a legitimidade para apresentação de queixas.

O Código Criminal teve como objetivo substituir o sistema punitivo fundamentado no Livro V das Ordenações Filipinas, considerado arbitrário e cruel. O intuito da nova legislação era conformar o sistema criminal aos mandamentos estabelecidos na nova ordem constitucional vigente desde 1824. Em sua estrutura, existia a parte geral, que dispunha sobre as regras gerais aplicadas aos crimes e as penas, e outra parte especial subdividida em crimes públicos, crimes particulares e, por fim, os crimes policiais.

Eram considerados públicos os crimes que tinham como objetivo tutelar, por exemplo, a ordem política vigente, os poderes instituídos e a Administração Pública. Os crimes particulares, diziam respeito as práticas delituosas que afetavam a segurança do indivíduo no aspecto físico e subjetivo. A denominação crimes particulares representa o gênero do qual são espécies os crimes de ofensas físicas, homicídio, infanticídio, calúnia, injúria e outros elencados nos artigos 179 a 275 do Código supracitado.

O Código de Processo Criminal de 1832, assim como o Código Criminal, estabeleceu procedimentos diferenciados para os crimes públicos e particulares. Nos crimes públicos, a Ação Penal era promovida pelo promotor público ou, nos casos de ação popular<sup>5</sup>, qualquer cidadão.

Nos crimes particulares, em regra, cabia ao ofendido provocar a jurisdição. Segundo a previsão do artigo 73 do Código de Processo Criminal, essa regra excetuava-se apenas nos casos nos quais o ofendido fosse miserável ou, diante das circunstâncias, não apresentasse condições

---

<sup>5</sup> Na época, nos casos de crimes de natureza pública, qualquer cidadão, ainda que não fosse vítima, detinha legitimidade para propor a Ação Penal. (BAJER, p. 25)

para perseguir o ofensor. No entanto, conforme demonstrado no trecho a seguir, retirado de um procedimento sumário referente ao crime de ferimentos, a aplicação dessa exceção, apareceu com certa frequência nos processos analisados. O exemplo a seguir, sobre um crime de ferimentos, por ser de natureza particular, cabia às ofendidas a persecução criminal, porém esta foi transferida ao promotor público:

O Promotor P. interino da Comarca **usando do Direito concedido no Art. 73 do Cód. do Processo Criminal**, vem perante V. S.a em nome de Ritta, Manoela, e Maria queixar-se de Verícimo Ferreira da Costa, Claudino Augusto da Natividade, e de Herculano Accelino, pelo fato seguinte. No dia 17 de fevereiro p. findo as 7 horas da noite as R. R. acima espancaram as mencionadas Rita, Maria e Manoela, sendo o espancamento feito com chicote de couro cru como se vê no Corpo de Delito junto. (PROCESSO CRIMINAL. Ingazeira. 1966, p.02)

O procedimento para realização da formação da culpa estava disciplinado nos artigos 138 a 149 do Código Criminal de 1832, que posteriormente foi alvo da Reforma de 1841 passando a constar nos artigos 47 a 53. Após a modificação legislativa, esta tarefa deixou de ser responsabilidade dos juízes de paz e passou a ser exercida pelas forças policiais, mais especificamente, pelo Delegado ou subdelegado (SPINOSA, 2016, p. 342).

Findo o procedimento sumário, o delegado pronunciava ou não o acusado, isto é, declarava-o suspeito ou não de praticar o ato criminoso. Todavia, a decisão não tinha caráter absoluto, uma vez que os autos deveriam ser remetidos ao Juiz Municipal para confirmação ou não da decisão proferida.

## **CRIMINALIDADE NO COTIDIANO DOS SERTÕES DO NORDESTE**

A violência interpessoal e o exercício arbitrário das próprias razões, se apresentavam como práticas corriqueiras no cotidiano sertanejo. Contudo, o número de processos judiciais decorrentes de agressões físicas e outras violências do gênero, demonstraram que, cada vez mais, os indivíduos buscavam no Estado a resolução de questões que surgiam no seio da convivência social. Paulatinamente, a busca pela ordem encontrava efetividade nos sertões a medida em que a justiça institucionalizada se integrava a realidade social. Sobre o assunto Vellasco traça as seguintes considerações:



[...] essa ordem, razoavelmente alicerçada no poder judiciário, oferecia um campo de possibilidades, e, portanto, de previsibilidade, de ativação de direitos fundamentais, pelo manejo de regras que se foram positivando. E qualquer regra é melhor do que jogar o destino ao arbítrio e ao capricho da sorte. (VELLASCO, 2004, p. 225)

Mesmo que de modo incipiente, e ainda com os diversos problemas relacionados às influências externas que permeavam a tramitação processual, “de qualquer modo, à justiça representava o campo possível de luta pela efetivação de direitos.” (VELLASCO, 2004, p. 225)

Os índices de criminalidade consubstanciados nos crimes de ferimentos e outras ofensas físicas e ainda nos de homicídio, revelam que a violência interpessoal, sem dúvida, tornou-se o eixo central das atividades da justiça nessas localidades.

Em Pombal, foram analisados 30 processos criminais datados entre 1865 e 1890. Dentre os crimes ocorridos, cerca de 25%, estavam relacionados ao crime de “Ferimentos, e outras ofensas físicas” tipificado nos artigos 201 a 206 do Código Criminal. O crime de homicídio correspondeu a cerca de 16%, o furto também corresponde a cerca de 16% e o crime de roubo se apresentou em cerca de 9% dos processos.

Conforme a tabela abaixo, considerando o percentual total dos crimes praticados, os crimes de natureza particular representam a maior parte dos delitos cometidos na Comarca de Pombal.

### FREQUÊNCIA DE CRIMES NA COMARCA DE POMBAL (PB)

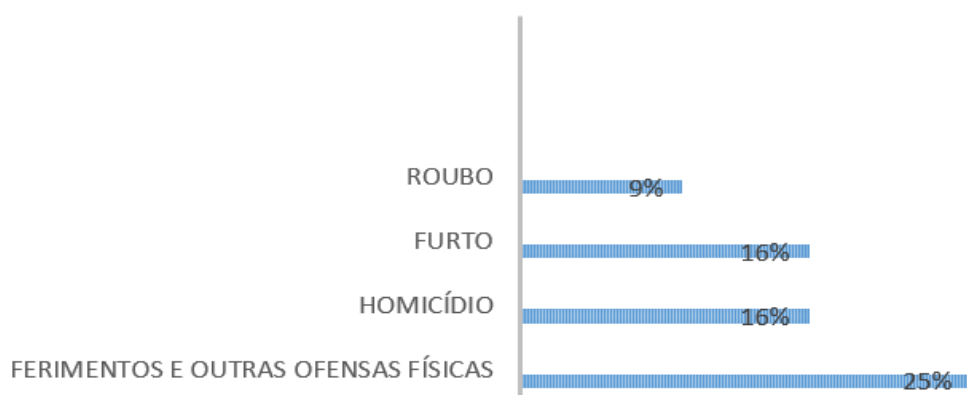


Gráfico 01. Fonte: 30 processos criminais da Comarca de Pombal. Elaboração própria

Nos 92 processos datados entre 1839 a 1889 nas comarcas de Flores e Ingazeira (PE), foram observadas semelhanças em relação aos crimes de maior ocorrência em Pombal. Assim como nos processos de Pombal, nas referidas comarcas também se verificou uma maior ocorrência dos crimes particulares.

Como demonstrado na tabela a seguir, em primeiro lugar aparece o crime de “Ferimentos, e outra ofensas físicas, representando mais de 30% dos processos, e em segundo lugar, representando mais de 27% dos processos, aparece o crime de homicídio. Entre os demais processos também estão inclusos os crimes de tentativa de homicídio, retirada de presos do poder da justiça, furto, uso de armas proibidas e outros.

Quanto aos crimes de natureza pública, há processos referentes aos crimes de fuga de presos do poder da justiça, arrombamento de cadeias, desobediência às autoridades e ainda crimes contra liberdade individual representado pela conduta de reduzir à escravidão pessoa considerada livre.

### FREQUÊNCIA DE CRIMES NAS COMARCAS DE FLORES E INGAZEIRA (PE)

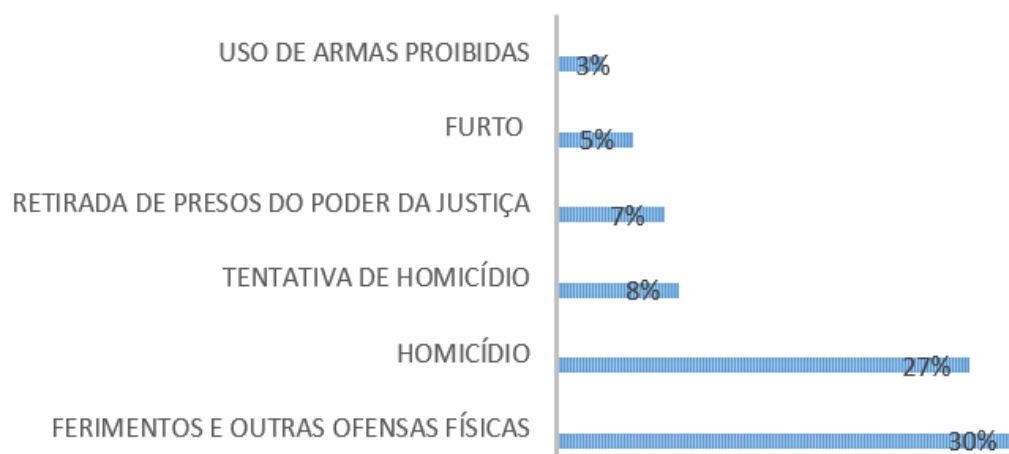


Gráfico 02. Fonte: 92 processos criminais das Comarcas de Flores e da Ingazeira. Elaboração própria.

Na Comarca de Caicó, a realidade no que tange a ocorrência de crimes de natureza privada, se assemelha às demais comarcas em estudo. Dos 50 processos crimes contabilizados até então,

cerca de 44% se refere ao crime de ferimentos e outras ofensas físicas. Em seguida, aparece o crime de homicídio em cerca de 16% dos processos, enquanto o crime de furto ocupa a terceira posição representando cerca de 10% dos processos.

Entre os crimes encontrados nos processos também aparecem os tipos penais de tentativa de homicídio, injúria, resistência, entre outros. No âmbito dos crimes públicos, apenas o crime de resistência aparece nos processos analisados.

### FREQUÊNCIA DE CRIMES NA COMARCA DE CAICÓ (RN)

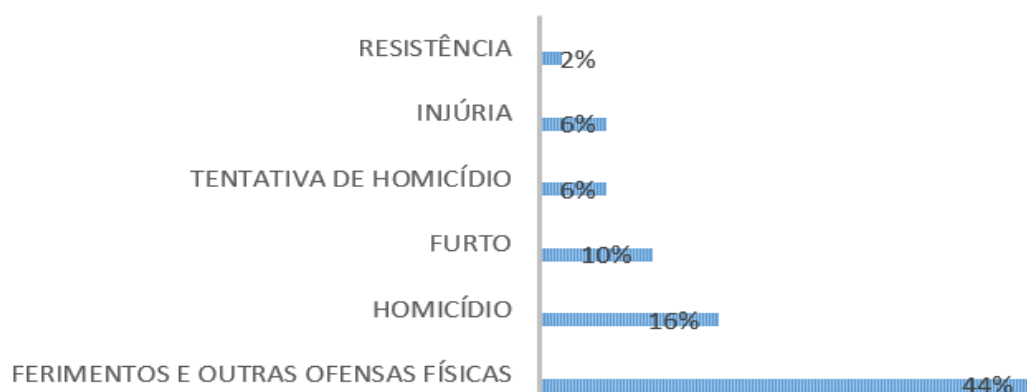


Gráfico 03. Fonte: 50 processos criminais da Comarcas de Caicó. Elaboração própria.

Em todas as comarcas, os crimes de natureza particular ganharam destaque quando comparado aos crimes públicos e aos crimes policiais. Esse dado resulta principalmente da elevada ocorrência do crime de ferimentos e homicídio – até então, considerados crimes de natureza privada. As agressões físicas e outras ofensas derivadas dela, aparecem sempre em primeiro lugar no rol dos crimes mais frequentes, ao passo que o segundo lugar sempre é ocupado pelo crime de homicídio.

O crime de ferimentos, bem como seus respectivos desdobramentos, estava tipificado nos artigos 201 a 206 do Código Criminal. Em sua forma simples, consistia em ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano ou fazer qualquer outra ofensa física, que causasse dor ao ofendido. Os motivos para a prática desse delito eram os mais diversos: discussões familiares, defesa da honra, entre outros.

Facas, pedaços de pau e chicotes eram apenas alguns dos instrumentos que geralmente dava causa aos ferimentos. No caso a seguir, retirado de um dos processos da Comarca de Flores, o réu Liberato do Nascimento foi condenado pelos ferimentos causados a Maria Theodora da Conceição, após esta se recusar a continuar a manter “relações ilícitas” com ele.

[...] Respondeu que Liberato de tal tendo tido relações ilícitas com ela e depois não querendo ela continuar neste estado com ele, prometeu-lhe ele que havia de dar-lhe se ela o não quisesse e, com efeito, ontem ao amanhecer do dia entrou pela casa dela com um chicote na mão e tendo ela acordado estando sentada na cama, perguntou-lhe ele como é que se fazia pouco em homem e ali dando-lhe uma queda na mesma cama, deu-lhe com um chicote no olho e pelo corpo, depois do retirou-se. (PROCESSO CRIMINAL. Comarca de Pajeú de Flores. 1868, p. 06)

A frequência de processos criminais alusivos ao crime de ferimentos demonstra a dificuldade da máquina estatal, tanto no âmbito policial quanto do próprio Poder Judiciário, de conter a violência interpessoal. Ao mesmo tempo, os dados revelam um reconhecimento gradual da justiça estatal como forma de resolução dos conflitos de natureza privada. Dessa última análise depreende-se que o processo de internalização das normas ocorreu de modo gradual, a medida em que ocorria o reconhecimento da justiça estatal como meio efetivo de solução dos problemas nascidos no seio das relações sociais.

## **CONCLUSÃO**

O Poder Judiciário, embora com suas limitações estruturais, representou um dos principais mecanismos para expansão do Estado nos sertões, uma vez que se apresentou como instrumento essencial para o processo de internalização das normas: processo este elementar para a construção de uma integração nacional.

A análise dos processos permite perceber que a prática da violência interpessoal, ainda era o principal meio para resolução das mais diversas questões que resultava na prática de infrações criminais. Não obstante isso, os dados encontrados também permitem compreender que a presença da justiça institucionalizada – ainda que de forma gradual, possibilitava que os indivíduos se despincem de seu próprio senso de justiça passando a acatar as decisões impostas no âmbito judicial.

Diante das possibilidades de estudo e da diversidade de informações contidas tanto nos processos criminais, quanto na legislação criminal, estas linhas se apresentam como reflexões iniciais sobre a realidade da justiça nessas localidades.

A continuidade das pesquisas certamente permitirá maiores aprofundamentos teóricos, que visem contribuir para história social do direito nos sertões nordestinos do século XIX.

#### **FONTES**

BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil. Versão Eletrônica. Site do Planalto do Brasil. Acesso em 30 set de 2016.

BRASIL. Código do processo criminal do Império do Brasil de 1832. Versão Eletrônica. Site do Planalto do Brasil. [ Versão inclui as reformas]. Acesso em 30 set de 2016.

FÓRUM DA COMARCA DE CAICÓ. Processos-crime (1849-1889).

FÓRUM DA COMARCA DE CURRAIS NOVOS. Vara Criminal. Processos Criminais (1874-1884).

MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. Comarca de Flores. Processos criminais (1839-1889)

#### **REFERÊNCIAS**

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p. 145-151. 2008.

BAJER Paula. **Processo Penal e Cidadania**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2002.

SPINOSA, Vanessa. **Vocação para a justiça: serviço público como missão cidadã** (Brasil, 1840-1889). Tese em História. Universidade de Salamanca, Espanha, 2016.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais, século 19**. São Paulo: EDUSC. 2004.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. **Civilização e Barbárie: A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro: Primeiro volume - Teoria Geral do Direito Penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

## A GUARDA NACIONAL E A ELEIÇÃO SENATORIAL DE 1867 NO RIO GRANDE DO NORTE

Aristildes Moraes da Silva Neto<sup>6</sup>

Eduarda Ingrid de Gois Torres<sup>7</sup>

### INTRODUÇÃO

Iniciaremos nosso trabalho analisando um fato político (eleição senatorial) ocorrida no Rio Grande do Norte, no ano de 1867, na qual apresentaram inúmeras denúncias de fraudes na composição da Junta de qualificação (por indivíduos suspeitos), como também por fraudes nas eleições e apurações de votos, e principalmente, porque o Imperador Dom Pedro II, não escolheu o mais votado da lista tríplice, como era de costume fazer, desempenhando assim uma polêmica no Brasil e na Câmara do senado, levando à derrubada de um gabinete.

A eleição senatorial no Rio Grande do Norte, inicia-se após a morte do senador, Manuel de Assis Mascarenhas, no dia 30 de Janeiro de 1857. Iniciou-se o processo eleitoral regido pela lei de número 387 de 19 de Agosto de 1846 que dispõe no artigo 80, que, “tendo de nomear-se algum senador ou aumento de número, se procederá a nova eleição de eleitores de paróquia em dia designado pelo presidente da respectiva província”. A citação abaixo retirada do Anais do Senado do Império, mostra o momento em que a Câmara do senado recebe e notifica a eleição que ocorrera em 1867 em terras potiguares

No intervalo da sessão derão-se no senado mais duas vagas, uma pela provincia da Bahia e outra pela do Rio-Grande do Norte.... no dia 30 de mesmo mez, nesta cidade, o Senhor Doutor Manoel de Assis Mascarenhas, senador pela ultima das mencionadas províncias. Sentido o mais profundo pezar ao communicar ao senado a infausta noticia de acontecimentos, mas tambem no intuito de fazer ao governo, pelo ministerio do imperio, a participação necessária para poder proceder-se a nova eleição. (ANAIS DO SENADO, sessão 27/04/1867, p. 3)

---

<sup>6</sup> Discente do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: [aristildes2011@outlook.com](mailto:aristildes2011@outlook.com).

<sup>7</sup> Discente do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: [eduardaingred@hotmail.com](mailto:eduardaingred@hotmail.com).

Os principais e mais polêmicos nomes á candidatos à vaga senatorial, são o então Deputado Doutor Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti<sup>4</sup> e o Conselheiro de estado Francisco Salles Torres Homem<sup>5</sup>. É necessário frisar que nenhum dos candidatos eram naturalmente filhos da província, mas o candidato preferido a ocupar a vaga potiguar era o Doutor Amaro. O trecho a seguir retirado do Jornal do Commercio enfatiza a preferência.

“Até agora, pelo contrario, o Senhor Doutor Amaro, é com razão, considerado como o candidato mais forte, embora a presidência esteja deixando correr livremente a eleição.” (JORNAL DO COMMERCIO, 1867, ed. 251)

Para que esse evento se torne concebível faz-se imperioso analisarmos como funcionava o processo eleitoral no Império Brasileiro. A eleição no Império ocorria em dois graus (é necessário informar que durante o Império inúmeras reformas ocorreram no processo eleitoral, porém, no recorte temporal escolhido estava em vigor tais medidas eleitorais).

## **DESENVOLVIMENTO**

O processo eleitoral no Império era organizado pelas chamadas Junta de Qualificação, que a partir de então era composta após uma eleição dos eleitores de paróquia da eleição anterior. Escolhiam se quatro cidadãos, nas quais, dois seriam membros da junta, sob a presidência do juiz de paz. Essa Junta deveria organizar a lista dos votantes, ex-officio, tendo como informantes o pároco e os juizes de paz. Era regra também que todos os anos, no terceiro domingo do ano a revisão da Junta e a lista de votantes, sobre tal regra o artigo 1º faz referencia

Art. 1 Na terceira Dominga do mez de Janeiro do anno, que primeiro se seguirá promulgação desta Lei, far-se-ha em cada Parochia huma Junta de Qualificação, para formar a lista geral dos Cidadãos, que tenham direito de votar na eleição de Eleitores, Juizes de Paz, e Vereadores das Camaras Municipaes.

---

4 Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti natural do Recife a 15 de janeiro de 1825 e falecido no Rio de Janeiro no dia 25 de novembro de 1890. Em 1850 era Juiz Municipal e deu motivo a comentários em toda Província. Em 1853 foi eleito deputado pela província.

5 Francisco Salles Torres Homem, foi deputado geral, presidente do Banco do Brasil, ministro da Fazenda, conselheiro de Estado e senador do Império do Brasil pela província do Rio Grande do Norte.



Quanto aos eleitores esses deveriam escolher os candidatos que estavam concorrendo na corrida eleitoral para assumir cargos políticos, esse último processo chama-se de Eleição de segundo grau, segundo os parâmetros da então vigente Lei número 387- de 19 de Agosto de 1846, que modifica desde o trabalho das Juntas até a apuração de votos (é durante a regência dessa lei que nosso recorte temporal encontrasse), sobre a importância da mesma destaco o pensamento de Ferreira:

Esta Lei Eleitoral de 19 de agosto de 1846 é um marco importante na história da evolução dos regimes eleitorais brasileiros. Procurava ser a mais perfeita e completa para a época. E provavelmente o era. Foram necessários, entretanto, vinte e cinco anos de experiência, desde as primeiras eleições gerais brasileiras, para que se chegasse àquele resultado. A eleição, por esta nova lei, continuaria, entretanto, a ser indireta, em dois graus; os eleitores do primeiro grau elegiam os do segundo grau, que por sua vez iriam eleger os senadores, deputados e membros (FERREIRA, 2005, p.139)

Outro ponto que merece destaque dentro do processo eleitoral do Império é o fato de que por mais que existissem regra que definissem como deveriam ser realizados o trabalho nas Juntas de Qualificação, era bastante comum as fraudes viabilizadas pela Lei. O que permitia as fraudes era o trabalho de qualificação dos votantes, onde por mais que a lista final de votantes pudesse ser reivindicada, não havia nenhum documento comprobatório que provasse que tal indivíduo estava ou não apto a ser votante, a não ser, depoimentos de algumas testemunhas. Ou seja, mesmo com essa nova Lei, a Qualificação dos votantes ainda não estava resguardada de nenhum tipo de fraude ou de interferência de políticos das freguesias. Sobre esta problematização, utilizaremos da reflexão feita por Graham (1997), no livro Clientelismo e política no Brasil do século XIX, na qual o autor expõe sobre as brechas que a Qualificação dos votantes deixava no processo eleitoral

Para elaborar a lista de votantes, a junta de qualificação ou trabalhava a partir de novas listas fornecidas pelos juizes de paz em cada distrito eleitoral, vitoriosos na última eleição, ou usava a lista anterior, apenas riscando ou acrescentando nomes. Já que a lei não especificava que documentos comprovariam se um eleitor tinha renda suficiente, se era ou não um criado, ou possuía outras qualificações requisitadas, em caso de contestação a junta recorria a declarações juramentadas de testemunhas. Como alguns juravam sim e outros não, a junta de qualificação permanecia livre para decidir, e o fazia segundo sua própria preferência política. No fim, então, as qualificações legais para o votante-renda, ocupação, residência

e mesmo idade-tinham muito pouco a ver com quem votava. Como percebeu um político: “ No sistema atual, o que é votante? É um homem que, qualificado hoje, amanhã é desqualificado por uma junta contrária. ” (GRAHAM, 1997, p.146)

Dentro do processo político eleitoral os desvios davam acesso às fraudes e estavam presentes em todas as partes do cenário político. Para compreendermos o funcionamento dessa organização, trazemos alguns dados e análises sobre o fato político escolhido, onde claramente é perceptível as fraudes. Em 1867, o Rio Grande do Norte contava com uma média de 14 colégios eleitorais, dentre esses colégios estava o da freguesia de Canguaretama, que era composta por eleitores das vilas de Goianinha e Penha, somando uma média de 36 eleitores. Escolhemos o Colégio de Canguaretama para análise da Junta de Qualificação dos votantes, devido as denúncias de fraudes e irregularidades praticadas durante a eleição nas duas vilas que compunham o Colégio eleitoral, devido também aos problemas de qualificar os votantes mostrado em um dos fragmentos anteriores, e por último, por que o Juiz municipal de Canguaretama, o senhor Claudiano Bezerra Cavalcanti, era parente ligado ao candidato à vaga o Doutor Amaro, na qual causou inúmeras polêmicas sobre a validade do resultado da eleição, e por que as fontes mostraram a possível influência que os participantes da Guarda Nacional (nesse caso o Tenente Coronel Galdino), exerceu no processo e resultado da eleição. Os periódicos fazem referência sobre essa possível interferência do Juiz municipal, um desses, a edição de número 115 do ano de 1868, publicada no jornal *Jornal do Commercio*, na qual está assinado por Francisco Gomes da Silva Junior

O bacharel Claudino Bezerra Cavalcanti, parente do Doutor Amaro Bezerra e juiz municipal dos termos reunidos de São José de Mipibú, Papary, Canguaretama e Goianinha, de que faz parte o districto e freguezia de São Bento, tornou-se o terror dos povos: enquanto prendia e instaurava monstruosos processos contra os adversarios de seu parente e de seu futuro sogro coronel Antonio Galdino da Cunha, tambem candidato á lista triplice, promovia justificações eleitoraes, por elle mesmo tomadas como juiz, em sentido de favorecer os interesses políticos de seus amigos, e embaraçava na que erão requeridas pelos membros da opposição. (JORNAL DO COMMERCIO, 1868, ed. 115)

Essa mesma edição afirma que os votantes (já escolhidos) foram proibidos de aproximarem-se do lugar onde estava sendo realizado a eleição primária para ocupar o cargo de senador, tais votantes, foram proibidos por “homens armados” que ocuparão as portas. Como

relata a seção, os votantes reuniram-se em outra casa para proceder a eleição, e colocaram na ata eleitoral o ocorrido, todavia, na vila aparece mais de uma ata que provavelmente, segundo o que relata o fragmento, foram elaboradas por homens do doutor Claudiano Bezerra. Infelizmente ainda não sabe-se sobre a veracidade do afirmado, mas, haviam duas atas da freguesia o que já mostra a tentativa de fraude no trabalho dos votantes. As fraudes ocorreram também em outras localidades da província, inclusive inúmeras atas fraudadas ou desaparecidas como foi a das freguesias de Macáu e Nova Cruz

Há, também, o fato de que no terceiro domingo de janeiro deveria ser escolhido ou revisado a lista de votantes de cada paróquia, e tal exigência estava resguardada por lei. No entanto era muito comum que tal artigo de lei não fosse cumprido fielmente, inclusive no Rio Grande do Norte, dentro do espaço temporal escolhido, ocorreu esse evento no Colégio de Canguaretama.

Outro ponto que nos chama bastante atenção e que é comentado no Jornal do Commercio, é a influência que um dos candidatos à vaga senatorial, o Comandante Galdino, exerceu influência no processo. Não apenas por sua relação com os habitantes da paróquia, mas também por sua patente exercida na Guarda Nacional. Abaixo extraímos um dos fragmentos do Jornal do Commercio que apresenta tal influencia:

O coronel Antonio Galdino da Cunha e seu irmão padre João Jeronymo da Cunha são as únicas influências com as quais podia contar o presidente da província para fazer triunfar a sua chapa ali e na freguesia de São Bento, que faz parte do termo de Goianinha, onde o mesmo coronel era e é delegado de polícia e 1º substituto do juiz municipal. A abstenção do coronel Galdino tirava toda a probabilidade de triunfo à chapa presidencial; era mister decidi-lo a entrar na luta, interessando-o em seu resultado. (JORNAL DO COMMERCIO, 1868, ed. 115, p. 3)

Nota-se então que no Colégio de Canguaretama tanto ocorrerão problemas no que diz respeito a escolha dos votantes, como cumprimento da lei, e também pode-se notar claramente a influência que os representantes da Guarda Nacional apresentavam nos processos eleitorais e no cotidiano dos potiguares. A patente exercida por uma representante da Guarda Nacional poderia (até então encontrado pelas fontes) ser fator primordial para eleger um membro de um

partido em determinado colégio eleitoral na qual o mesmo exerce influência. Mostrando assim as redes de clientelismo existentes nas veias da província do Rio Grande do Norte.

Compreendendo como se davam as eleições, iniciemos as discussões sobre a importância da Guarda Nacional dentro da política do Império do Brasil, dando ênfase a um dos candidatos à vaga senatorial de 1867, o Coronel Galdino. O qual se utilizou-se da sua influência para burlar o processo político. Tal instituição é criada a semelhança Guarda Nacional francesa, seguindo os ideais liberais da regência, como uma instituição de defesa. A mesma foi criada no Brasil em 18 de agosto 1831 com o seguinte objetivo:

Art 1º As Guardas Nacionaes são creadas para defender a Constituição, a liberdade, Independencia, e Integridade do Imperio; para manter a obediencia e a tranquillidade publica; e auxiliar o Exercito de Linha na defesa das fronteiras e costas (COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831).

Desde da sua gêneses, a Guarda Nacional é investida de cunho político, distinguindo, assim seu componentes daqueles que não eram cidadãos, já que, os seus membros eram formados por todos que fossem considerados cidadão ativos, ou seja os que tivessem a mínima condição para eleição primaria, a seleção do oficialato ocorria através de eleições dentro da própria instituição, sendo o voto individual e secreto, de modo que haveria a possibilidade de indivíduos não-brancos assumirem postos de chefia.

Com a Lei n.º 602 de 19 de setembro de 1850 a Guarda ganhou uma nova dinâmica, o exército a partir das questões platinas passou a ter destaque como uma força armada de manutenção da ordem, fazendo com que a Guarda Nacional se voltasse para outras dimensões do império, já que, anteriormente a esse período tal força paramilitar tivera preeminência como pacificadora. A partir de então, ela ganhou um destaque mais político, pois entre seus artigos os oficiais não eram mais eleitos pelos membros do mesmo órgão, mais sim nomeados pelo presidente de província a partir de propostas de comandantes locais.

Assim, passemos a analisar quais motivos fizeram o presidente da província do Rio Grande do Norte tentar barganhar, a participação do coronel nas eleições, oferecendo a patente de comandante superior da Guarda Nacional, entendendo a importância de se participar de um alto posto.

Como destaca Mugge (2013, p.5) sobre os comandantes da Guarda: “estes homens não só possuíam, mas manejavam, sobre seu séquito, soldados e votantes, os transformava em líderes locais que, quando não aceitavam ou concordavam com as medidas do Estado, podiam alistá-los e rebelar-se”. A partir de então, tendo tal patente, ele poderia ter ao seu lado aqueles que fizesse parte da Guarda Nacional, legitimando o seu poder e podendo castigar seus rivais políticos, a partir, por exemplo do alistamento para o serviço ativo da Guarda Nacional. Ainda, angariar a nomeação de comandante superior lhe daria um posto alto dentro da hierarquia social, como destaca Graham (1997, p.53).

## **CONCLUSÃO**

Assim, percebe-se uma ideologia de hierarquia de modo que quanto mais alta fosse a patente maior o status e conseqüentemente o seu poder. Além disso os componentes de tais cargos poderiam se beneficiarem, se aproveitando de seus postos para cumprirem seus desejos pessoais, de acordo com Saldanha:

Diante de um quadro em que as elites locais tinham acesso ao aparato administrativo de governo, a violência era uma realidade cotidiana inerente à sua conduta no gerenciamento da administração honorária, e o monopólio da coerção legítima estava longe de ser exclusividade do Estado; as alianças e acordos tácitos tornaram-se uma tônica no processo de construção do Estado brasileiro dos oitocentos. Desta forma, servia a Guarda Nacional como um apêndice mediador entre o Estado e os grupos privados para a instituição de uma rotina administrativa, em que o primeiro angariava a simpatia dos segundos por meio dos serviços litúrgicos da milícia. (SALDANHA, 2006, p.40)

É dentro desse contexto que compreendemos os laços que ligaram ao Estado imperial brasileiros às elites locais, qual seja o clientelismo, compreendido como “um atributo variável de sistemas políticos macro e podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos”, (CARVALHO, 1997), em que se vincula a troca de favores entre aquele que detém o poder, oferecendo o seu auxílio, o qual seria o patrão em troca da lealdade do cliente (GRAHAM, 1997), sendo as eleições eventos de muita relevância de destaque desse atributo político.

## **FONTES**

BIBLIOTECA NACIONAL. **Jornal do commercio.** Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>> Acesso em: 28 Dez.2016.

CÂMARA FEDERAL. **Coleção das Leis do Império do Brasil**. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18460/collecao\\_leis\\_1831\\_parte1.pdf?sequence=3](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18460/collecao_leis_1831_parte1.pdf?sequence=3)> Acesso em: 28 Dez.2016.

SENADO IMPERIAL. **Anais do Senado**. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Imperio/1867/1867%20Livro%201.pdf](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1867/1867%20Livro%201.pdf)>. Acesso em: 28 Dez.2016.

#### **REFERÊNCIAS**

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo**: uma discussão conceitual. *In: DADOS*: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 40, n.º 2, 1997.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. 2.ed. Brasília: TSE/SDI, 2005.

GRAHAM., Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ,1997.

Miquéias Henrique Mugge (2013). **A elite da guerra – comandantes superiores da Guarda Nacional do Brasil meridional**: dinâmicas relacionais (1850-1873). XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **O Império da Ordem**: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873. Tese (Doutorado) – Faculdade de História, Universidade Estadual Paulista, 2013.

\_\_\_\_\_, Flávio Henrique Dias. **Os oficiais do povo**: a Guarda Nacional em Minas Gerais Oitocentista, 1831-1850. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Universidade Estadual Paulista, 2006.

## JUSTIÇA E CRIMINALIDADE: ESTUDOS PRELIMINARES SOBRE OS SERTÕES DO SERIDÓ (1849-1889)

Iris de Freitas Campos<sup>8</sup>

Samara Karoline Dantas Costa<sup>9</sup>

Atualmente o sertão tornou-se símbolo do nordeste brasileiro, quase como um sinônimo. No entanto, o que hoje aparece como um espaço delimitado<sup>10</sup>, como já aparentemente certo, nem sempre foi pensado dessa maneira. Para os nossos colonizadores portugueses, num período que vai do século XVI até meados do século XIX, o sertão era, na verdade, grandes áreas desconhecidas e distantes da “civilização” (povoações).

De modo geral, denotava “terras sem fé, lei ou rei”, áreas [...] de natureza ainda indomada, habitada por índios “selvagens” e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente (AMADO, 1995, p. 148).

Dessa maneira, o sertão não possuía uma localidade e características físicas definidas, podendo ser qualquer região denominada como uma área sertaneja, sendo assim, o sertão acaba por ser uma construção sujeita ao tempo e a história.

Em virtude disso, quase todo o território brasileiro, durante o período colonial, passou a ser considerado sertão, pois, a maior parte da população concentrava-se nas cidades litorâneas, resultando num maior desenvolvimento econômico, estrutural e social. Sendo assim, esse cenário começou a se transformar ainda no século XIX, com a proclamação da República, quando o projeto centralizador passou a ser uma preocupação constante, além de ser considerado de extrema importância pelas autoridades governamentais para a unificação do país, que visava colocar todo o país sob a tutela do mesmo governo e das mesmas leis.

---

<sup>8</sup> Graduanda em Direito, UFRN ([iriscammpos@gmail.com](mailto:iriscammpos@gmail.com)). Professora orientadora: Dra. Vanessa Spinosa, UFRN ([clio.spinosa@gmail.com](mailto:clio.spinosa@gmail.com))

<sup>9</sup> Graduanda em História, UFRN ([samara.karolcosta@gmail.com](mailto:samara.karolcosta@gmail.com)). Professora orientadora: Dra. Vanessa Spinosa, UFRN ([clio.spinosa@gmail.com](mailto:clio.spinosa@gmail.com))

<sup>10</sup> Ver: ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p.



Nesse âmbito, a figura do Visconde do Uruguai expressa a noção de sertão que se tinha na época. Atribuindo ao litoral a noção de civilidade e ao sertão o entendimento de barbárie, sendo este último, um empecilho para um avanço da civilização nascente e de uma administração regular e justa, tendo em vista, a existência de facções. O visconde, em seu projeto político, deixava clara a “percepção de que o sertão era um elemento estranho à ordem liberal que estava em construção no Brasil” (COSER, 2008, p. 151).

A República tinha a intenção de modernizar o Brasil, de “atualizá-lo” segundo os países europeus e os Estados Unidos. O progresso, que havia sido retardado pela monarquia, passava a ser trazido com a construção de um estado nacional moderno, em que o país tentava deixar o título de nação natureza (sertão) para um patamar mais moderno devido ao progresso tecnológico

a questão colocava-se como uma necessidade de “civilizar” os sertões, impondo aos seus moradores novas concepções de tempo, propriedade e trabalho. Os mecanismos utilizados para esta tarefa de “civilizar” que pode ser entendida como “homogeneizar” ou “soldar” territórios aos novos ideários, inscrevem-se no chamado ingresso do Brasil no campo da modernidade. Ferrovias, estradas, telégrafos, mapeamentos, urbanização, civilização, modernização são termos corolários deste processo. (ARRUDA, 2000, p. 99)

Além disso, havia ausência de grupos expressivos provenientes da sociedade civil que exercessem pressão contra os interesses das elites, o que teria feito com que o teatro político imperial fosse ensaiado acima dos interesses dos escravos, libertos e homens pobres e livres. Porém, dado que o poder coercitivo estatal não era suficiente para vincular todas as decisões, tornava-se necessária a participação dos indivíduos postos à margem, o que era efetivado através da justiça, que respondia a conflitos de todos os setores sociais. Dessa forma, a justiça era uma maneira de inserir o cidadão não necessariamente com finalidades garantistas de direitos; mas para fins de observância: "O interesse em manter a ordem afirmava-se como condição prévia para o exercício sistemático do poder" (VELLASCO, 2004, p. 28).

É de se notar que a manutenção da ordem demandava, dentre outros fatores, a expansão dos aparatos administrativos com o objetivo de monopolização estatal do exercício da violência, visto que sua origem era atribuída à sociedade e não ao Estado (COSER, 2008). Isso se justificava, à época, mediante a criação de um imaginário dos sertões como espaços de sobrepujo da barbárie,

caracterizados pela insegurança, violência, arrebatamento por paixões, baixa densidade populacional e atraso material - tomada como justificativa histórica para indiscriminado descortino territorial. Os espaços jurídicos dos sertões imperiais, portanto, majoritariamente recepcionarão conflitos entre homens livres e pobres em situação de equivalência até mesmo porque, além de partilharem a mesma indumentária simbólica, concorriam suas relações sociais no mesmo ambiente e eram de interesse ao poder central:

Obviamente a justiça não estava acima das hierarquias sociais estabelecidas, embora não estivesse também abaixo, submetida inteiramente a elas, como querem alguns, estava ao lado, se é que essas metáforas espaciais ajudam em algo. (...) Os usos e expectativas sociais em torno da justiça por parte dos homens e mulheres simples, e pobres, os despossuídos ou aqueles cujas posses não ultrapassam os limites da própria sobrevivência e reprodução; o que por sua vez nós diz muito sobre o lugar e o papel do judiciário na sociedade oitocentista. (VELLASCO, 2004, p. 167).

Jesus (2011), sobre isso, analisando as relações entre o cotidiano e poder nos Sertões mineiros nos séculos XVIII e XIX, constata que, ainda sendo oneroso recorrer à justiça, os sertanejos não necessariamente utilizavam a violência como forma de resolução primária de todos seus conflitos. A procura pela justiça findava sendo, a vista disso, geralmente um instrumento de homens pobres livres contra seus iguais enquanto os senhores com maior influência, ou seja, poder, muitas vezes acabavam resolvendo suas questões no âmbito privativo. Em contrapartida, aqueles que não teriam meios materiais para resolver seus conflitos diretamente, isto é, com meios próprios, tendiam recorrer à justiça como forma primária de resolução de seus conflitos. Nesse sentido, "(...) o século XIX traz um novo ingrediente para as relações cotidianas: um poder público que avançava, representado por um aparato judiciário que, cada vez mais, participava do dia-a-dia dos atores sociais" (JESUS, 2011, p. 113).

Portanto, no Império, a aproximação dos cidadãos ao poder central os levaram à compreensão da necessidade de preservar o poder público. Assim, contribuiria à ideia de pátria no sentido de que, acessar e servir à Justiça passava a ser uma missão cidadã. Isso resultou, conforme Vellasco (2004), no progressivo controle da violência durante o Império, o que contribuiu ao "processo civilizatório" através da monopolização progressivo desse poderio pelo Estado, consubstanciados pelo judiciário.

Nesse âmbito, a Comarca de Caicó, localizada nos sertões do Rio Grande do Norte, será no século XIX um espaço para a recepção de muitos dos crimes que ocorriam no Seridó potiguar. Contribui, portanto, para compreender certas dinâmicas interioranas, como relacionamentos interpessoais, e para estabelecer ponderações a respeito dos pressupostos de barbárie e ausência estatal delegados aos sertões. Além disso, permite observar, através da progressão de ocorrências criminais formalizadas, o alcance progressivo dos aparatos do Estado nos sertões potiguares e como os sertanejos o percebiam.

Tais possibilidades serão discutidas, preliminarmente, através de 93 processos crimes provenientes da Comarca de Caicó, dos anos de 1849 a 1889. Disporá também de 17 processos crimes provenientes de Currais Novos, nos anos de 1874 e 1884, que servirão à caracterização desse cenário e comparativo com os dados anteriores. Ambas comarcas foram unificadas em tabela para fins de análise. No mais, traz uma relatoria de presidente provincial em contraposição às demais fontes trabalhadas; com observações sobre a criminalidade respectivas aos anos de 1873 a 1877. Todas as fontes dialogam sob uma perspectiva de observação temporal e criminal a fim de que mais se discuta a respeito da justiça e criminalidade no Seridó.

Nas Comarcas de Caicó e Currais Novos, através dos processos crimes catalogados, observa-se o aumento progressivo na quantidade de recorrências ao poder punitivo estatal como forma de resolução de conflitos. Isso, conforme Vellasco (2004), corrobora a ideia de que os entraves judiciais se tornavam uma busca "pela justiça" através da justiça para a solução dos conflitos cotidianos. "Seja pelo quadro de 'fluidez' da sociedade senhorial, na hipótese da autora, seja pela lógica específica da produção judiciária, importa que havia portanto espaços na justiça para a representação dos direitos daqueles que não detinham o poder econômico e suas relações privilegiadas" (VELLASCO, 2004, p. 225).

Ferimentos e ofensas físicas, homicídio e furtos: os principais crimes reportados nos sertões de Caicó e Currais Novos, que geralmente ocorriam entre iguais, diziam respeito ao controle da violência direcionado aos corpos assim como o resguardo da propriedade. Observa-se também a presença de crimes relativos à tutela do moralismo, como sanções à embriaguês ou crimes contra a honra do ofendido. Mas não só o conflito entre os homens de mesma locação social; também se verifica a denúncia da lide de agentes sociais civis contra representantes das entidades públicas, ainda que em escala mínima - quase inexpressiva.

Dentre o total dos processos crimes apresentados, mais de 36% correspondiam a crimes de ofensa física e mais de 23% das queixas dizem respeito ao crime de homicídio. Geralmente, os crimes de ferimentos e ofensas físicas ocorriam com o uso de chicotes, facas, peias, cacetes ou outros instrumentos acessíveis à época:

José do Valle Bispo (o qual se achava processado e prezo na Cadeia desta Cidade) armado d'um cacête, com verdadeira surpresa do offendido, a mandado de Antero Frederico Borjes de Miranda, disfeirou várias pancadas sobre a cabeça do infeliz José (?) d'Araujo, que imediatamente os (?) sem sentidos, deixando-os todo banhado em sangue (...). (PROCESSO CRIMINAL. Cidade do Príncipe. 1884, p. 2).

Percebe-se, com isso, esforços estatais no disciplinamento das relações sociais e da lida com próprio físico, visto que o corpo é um elemento político e “(...) as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 1987, p. 29). Desse modo, impedir que um homem dispusesse de liberdade sob o corpo do outro mais que um ato jurídico, é um ato político a que o poder central não iria dispor. Para tanto, progressivamente estenderá esses braços estatais através da justiça: presente nesses espaços, ainda que deficitária a ponto de ocasionar, por exemplo, fugas e insuficiência administrativa frente às demandas (SPINOSA, 2016).

Quanto aos crimes contra o patrimônio, por sua vez, mais de 24% dos processos crimes alertavam roubo e quase 3% notificavam crimes contra a propriedade; o que demonstra também esforços no sentido de segurança mínima patrimonial àqueles que já o tinha. Os furtos, inclusive, frequentemente terão por bem reportado cavalos e gados, esses que, subtraídos, geralmente se destinavam à venda em locais circunvizinhos ou ao consumo próprio. Coser (2008) aponta a percepção do Visconde do Uruguai de que a falta de amor à propriedade, "inerente" aos homens pobres e livres, geraria insegurança decorrente da impulsividade. À vista disso, o trabalho e o fomento à submissão seriam respostas inclusive porque criariam vínculos sociais e estimulariam o desenvolvimento material - símbolo do progresso e aperfeiçoamento individual. Portanto, observa-se a incidência, nos sertões e no todo nacional, de um cidadão proprietário.

Os crimes de injúria e calúnia aparecem em mais de 5% dos processos crimes, enquanto os demais - embriaguez, moeda falsa, resistência à prisão, uso ilegal da medicina, abuso de autoridade, aborto, estupro e infanticídio - correspondem a menos de 1% .

Crimes	Processos Crimes
Ofensas físicas	40
Furto e roubo	27
Homicídio e tentativa	26
Injúria e calúnia	6
Crimes contra a propriedade	3
Embriaguez	1
Moeda falsa	1
Resistência à prisão	1
Uso ilegal da medicina	1
Abuso de autoridade	1
Aborto	1
Estupro	1
Infanticídio	1
<b>Total</b>	<b>110</b>

**Tabela 1:** Processos-crimes de Currais Novos e Caicó entre os anos de 1848 a 1849.

Observando o panorama geral do período, através de relatório de presidente de província relativo aos anos de 1873 a 1877, é de se observar que prepondera ao relator a observação de que, excluindo-se situações episódicas de violência, “está a província no gozo de perfeita tranquilidade” (CARVALHO, 1878, p. 13). Essa percepção se estenderá com pouca ou nenhuma ressalva no transcorrer do período - opondo-se, portanto, às ideias de barbárie e impunidade frequentemente associadas aos sertões. Ainda assim, o presidente provincial não se isentou de reconhecer a presença de criminalidade e insegurança; corroborados pela insuficiência de agentes da força pública para atender às demandas da ordem e segurança. Tais características, contudo, não necessariamente compactuam com a hipótese de exclusão e esquecimento dos interiores em detrimento das capitais, visto que essa ausência, essa insuficiência de Estado, era generalizada e característica do período.

Outro apontamento interessante do presidente de província diz respeito às acusações contra população, em certo momento responsabilizada por ajudar que criminosos se escondessem. Contudo, por outro lado, explicita quanto aos auxílios prestados à justiça pelos próprios habitantes do lugar e quanto ao empenho da justiça em busca da ordem provincial:

Apesar das dificuldades que ainda se anotam ao cabal desempenho das importantes funções das autoridades policiais, é força confessar, que alguma coisa tem-se conseguido, devendo-se esse resultado a simples abnegação de cidadãos que, sem a mínima recompensa, de bom grado

aceitam tão espinhoso cargo. (Relatório provincial do Rio Grande do Norte, 1873-1877).

Os crimes decorrentes no período podem ser reconhecidos também através do próprio relatório provincial, o qual dispõe dos crimes ocorridos na província em um intervalo de 16 de setembro de 1873 a 15 de setembro de 1876 em comparação aos crimes ocorridos de 16 de setembro de 1876 a 10 de setembro de 1877, conforme simplificado na Tabela 02, a qual destaca os crimes numericamente mais expressivos no relatório de província e a situação holística dos ilícitos identificados na comarca de Caicó e de Currais:

<b>Crime</b>	<b>Processos crimes</b>
Ofensas físicas	210
Furto e roubo	39
Homicídio e tentativa	124
Fuga de presos	27
Moeda falsa	2
Resistência à prisão	2
Estupro	5
Infanticídio	6
Aborto	1
Injúria	1
Outros	9
<b>Total</b>	<b>426</b>

**Tabela 2:** Processos-crimes do relatório geral de província.

Observa-se que mais de 49% dos crimes correspondiam a ofensas físicas, enquanto cerca de 29% correspondia a homicídios e tentativas; sugerindo, portanto, um quadro geral percentualmente superior aos das comarcas de Currais Novos e Caicó. Crimes de roubo e furto, por sua vez, registraram percentuais gerais absolutamente inferiores: superiores a 6% dos processos registrados.

Ademais, se fizermos uma comparação entre os delitos cometidos em Caicó e Currais Novos com o quadro apresentado pelo presidente da província, na mesma temporalidade (1873 a 1877), perceberemos que essas áreas sertanejas possuem um quadro parecido com a situação geral (ver tabela 2), pois, os crimes de maior incidência são os homicídios, ofensas físicas e furto/roubo. Em que homicídio e ofensas físicas correspondem a 14 de um total de 20 processos

catalogados, já os crimes de roubo e furto aparecem na segunda posição, com um total de 4 registros. Dessa forma, podemos concluir que a criminalidade das áreas de Caicó e Currais Novos não difere, ou, não difere muito, das outras regiões da província, notadamente, dos lugares que não eram considerados sertões.

<b>Crime</b>	<b>Processos Crimes</b>
Homicídio/Tentativa de homicídio	7
Ofensas físicas	7
Lesão à propriedade	1
Injúrias/Calúnias	1
Furto/Roubo	4
<b>Total</b>	<b>20</b>

**Tabela 3:** Processos-crimes de Caicó e Currais Novos entre os anos de 1873 e 1877.

Contudo, é interessante ressaltar que o registro de crimes nesse espaço sertanejo não significa uma reafirmação do sertão como um lugar repleto de violência e impunidade, mas sim, representa um lugar onde a justiça tentava se fazer presente, mesmo que não conseguisse atender toda a demanda, esses processos-crimes são um exemplo da interação do Estado num momento em que o sertão encontrava-se, demasiadamente, isolado das demais povoações (cidades) e, conseqüentemente, mais afastado do judiciário e do governo.

Ademais, devemos nos atentar para o cenário em que se encontrava o Brasil no século XIX. A começar pela chegada da família real portuguesa, que transformou, profundamente, toda a estrutura, bem como, toda a organização do poder vigente até então. Além de que, as revoltas que agitaram o cenário político da época, como a Cabanagem e a Guerra dos Farrapos, contribuíram para a construção do pensamento de que as áreas afastadas (o sertão) eram uma ameaça à ordem e ao governo central, como é possível notar no discurso do Visconde do Uruguai, deputado brasileiro.

Nesse sentido, a Comarca de Caicó e a Comarca de Currais Novos são apenas um vislumbre do sertão, assim como, os processos usados nesse trabalho que revelam um pouco da situação judiciária sertaneja. Outro ponto importante, refere-se aos personagens desses processos, pois em grande medida, os requerentes são indivíduos menos abastados,



desmistificando a situação de que a pessoas mais pobres aparecem no meio judiciário apenas como réus. Assim, a justiça tentava ser acessível a toda a população, a atuação do Estado através da justiça tentava alcançar todas as camadas sociais.

Em virtude disso, nós fica a reflexão do sertão como um lugar extremamente complexo e diversificado. A sua existência depende não só da situação histórica, mas, da posição do enunciador, do indivíduo que pensa o sertão como um local de existência. Dessa maneira, o meio judiciário serviu de veículo para olhar o sertão de outra forma que não o limite a uma terra de atraso e impunidade.

### **Fontes**

BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil. Versão Eletrônica. Site do Planalto do Brasil. Acesso em 26 out de 2016.

FÓRUM DA COMARCA DE CAICÓ. Processos-crime (1849-1889).

FÓRUM DA COMARCA DE CURRAIS NOVOS. Vara Criminal. Processos Criminais (1874-1884).

### **Referências**

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 145 – 151, 1995.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**. São Paulo: EDUSC, 2000.

FÓRUM DA COMARCA DE CAICÓ. Processos-crime da Comarca de Caicó (1849 - 1889).

FÓRUM DA COMARCA DE CURRAIS NOVOS. Vara Criminal. Processos Criminais (1874 - 1884).

COSER, Ivo. **Visconde do Uruguai: Centralização e federalismo no Brasil (1823 – 1866)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

JESUS, Allyson Luiz Freitas de. Capítulo 2 e Capítulo 3. In: JESUS, Allyson Luiz Freitas de. **Cotidiano e poder nas relações sociais escravistas e pós-escravidão: O sertão das Minas entre 1850 e 1915**. 2011. 298 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 3.1ª ed. Brasil: Vozes, 1987. 262p.

RELATÓRIO da província do Rio Grande do Norte, 1878. Disponível em [http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio\\_grande\\_do\\_norte](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte)

SPINOSA, Vanessa. **Vocação para a justiça**: Serviço público como missão cidadã (Brasil, 1840-1889). Tese aprovada na Universidade de Salamanca (2016).

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem**: Violência, criminalidade e administração da justiça (Minas Gerais - século 19). São Paulo: EDUSC, 2004.

## ESCRavidÃO E IMPRENSA NO RIO GRANDE DO NORTE DO SÉCULO XIX

Aldinízia de Medeiros Souza<sup>11</sup>

Antonia Márcia Nogueira Pedroza<sup>12</sup>

José Evangelista Fagundes<sup>13</sup>

A historiografia do Rio Grande do Norte vem sendo repensada ultimamente, principalmente a partir dos trabalhos desenvolvidos no PPGH e em outros PPGs da UFRN. São expressivos os avanços conquistados na historiografia local acerca das pesquisas de temáticas diversificadas, abordando os períodos colonial e republicano. No entanto, são escassos os estudos dedicados à análise do Rio Grande do Norte no recorte imperial, insuficientes sobretudo, quando se tratam das temáticas da escravidão e das lutas dos negros nesta província. Na perspectiva da antropóloga Julie Cavignac (2011), a explicação para este silêncio da história dos negros, livres e escravos, se dá pelo fato de que aqui, a história fora redigida primeiro “pelos elites locais que tentaram apagar, a todo custo, as especificidades étnicas (desses grupos) ao longo dos séculos”, a exemplo de Luís da Câmara Cascudo que elencou a insignificância da mão de obra cativa na produção açucareira, e de modo mais geral, na economia, alega que O Rio Grande do Norte não chegou apossuir ‘uma vasta escravaria.’ Nas suas palavras “o negro foi-nos uma constante, mas não um determinante econômico” (Cascudo, 1945, p. 44), em virtude da ausência de indústria açucareira sólida. No entanto, segundo o recenseamento do Império de 1872, a população geral (de livres e escravos) da província norte-rio-grandense era de 233.979 habitantes, deste total, 13.020, eram cativos. Estudos mais recentes têm evidenciado a presença marcante de escravizados no Rio Grande do Norte, na atividade açucareira, na pecuária e na produção de seus derivados, a exemplo do queijo e do couro, principalmente no Seridó, e também no exercício de muitas outras funções.

---

<sup>11</sup> Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia -IFRN/ Integrante do Laboratório de Experimentação em História Social- LEHS/UFRN.aldinizia@gmail.com

<sup>12</sup> Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará - UFC. Integrante do LEHS/UFRN. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP. marcia.nhistoria@gmail.com

<sup>13</sup> Professor Doutor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN. Integrante do LEHS/UFRN. fagundespe@uol.com.br

Com inspiração no mito da democracia racial, as linhas escritas sobre o cativo ganharam tons românticos, como aquelas registradas pelo norte-rio-grandense Nilo Pereira em livro intitulado *Imagens do Ceará-Mirim*. Ele escreveu: “não se deve exagerar em termos falsamente históricos (...) pois não raro, havia senhores de escravos que não os tratavam como coisa ou como simples objeto de compra e venda” (PEREIRA, 1969, p. 110-111). Essas interpretações simulavam diminuir os horrores e a opressão existentes nas relações escravistas, reduzindo-as a bons senhores e cativos obedientes, visão superada na historiografia brasileira desde a década de 1940. Esses exemplos demonstram a necessidade de ampliar o conhecimento sobre a população negra na história do Rio Grande do Norte, inclusive com a finalidade de fundamentar o ensino básico.

A falta de produções a respeito da atuação dos negros livres e escravos no Rio Grande do Norte tem causado impacto negativo na historiografia local bem como no ensino de diversas disciplinas neste Estado. Em 2003 foi publicada a Lei Federal no 10.639 que alterou a Lei no 9.394, de 1996, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira". Entre os conteúdos a serem impreterivelmente desenvolvidos nas instituições de ensino fundamental e médio, públicas e particulares podemos citar a luta dos negros e a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, referentes à História do Brasil. A ampliação das pesquisas e produção de conhecimento sobre a presença de descendentes de africanos livres, libertos e escravos, e suas lutas no Rio Grande do Norte imperial estariam, desse modo, em consonância com a lei 10.639, uma vez que contribuem para a inserção em sala de aula de temáticas mais atualizadas. Além disso, propõe romper com uma interpretação historiográfica que torna invisível as lutas, as culturas, os saberes e o protagonismo dos negros. Neste sentido, o projeto de pesquisa e extensão *A imprensa no período imperial: fontes para o ensino e pesquisa da escravidão e das lutas dos negros no Rio Grande do Norte* consiste em realizar pesquisa nos jornais norte-rio-grandenses e selecionar as matérias nas quais tratem da escravidão e das lutas dos negros e transcrevê-las com a finalidade de fomentar a pesquisa na área, bem como disponibilizar as fontes para professores do ensino básico. Os jornais pesquisados estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

No Brasil, desde a década de 1930, os anúncios de jornal têm sido trabalhados como fonte de pesquisa; Gilberto Freyre foi pioneiro nesses estudos. Em 1963, publicou o livro intitulado *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. De acordo com o autor, os anúncios constituem a melhor matéria ainda virgem para o estudo e a interpretação desse período de certos aspectos do nosso século XIX. [...] Eles constituem os nossos primeiros clássicos. Principalmente os anúncios relativos a escravos – que são os mais francos, os mais cheios de vida, os mais ricos de expressão brasileira” (FREYRE, 2010, p. 84). As pesquisas realizadas por Freyre, nos jornais, apontaram caminhos para outros trabalhos; são, sem dúvida, referências essenciais para um campo de estudos em constante aprimoramento. A análise de aspectos do cotidiano presente nos jornais dialoga com a Antropologia, principalmente no que diz respeito à compreensão da cultura, das etnias dos descendentes de africanos. Logo, o levantamento das fontes contribuem para outras áreas além da pesquisa histórica.

No que se refere aos jornais norte-rio-grandenses do período imperial ele são: *O Natalense, O Jaguarary, O Brado Natalense, O Publicador Natalense, O Sulista, A Liberdade, O Argos, Natalense, O Clarim Natalense, O Constitucional Nortista, O Rio Grandense do Norte, O Artilheiro, O Assuense, O Dous de Dezembro, O Estudante, O Progressista, O Recreio, O Rio Grandense, Brado Conservador, O Liberal, O Assuense, O Conservador, A Luz, Correio do Natal, Correio do Assú, Echo Miguelino, O Iris, O Atalaia, Jornal do Açú, O Macauense, Boletim da Libertadora Norte-Rio Grandense, Liberdade, Actualidade, Albatroz, O Cascabulho, Avulso 1880, A Ideia, O Alviçareiro, Reforma, A Juventude e Echo Juvenil*; todos esses periódicos serão pesquisados por meio deste projeto. A luta pela liberdade, ações movidas pelos escravos na justiça, atividades econômicas desenvolvidas por negros livres, libertos e escravos, o envolvimento de negros na luta abolicionista, são alguns dos temas encontrados em matérias desses jornais, cujos exemplares estão digitalizados e disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Não obstante, no que se refere à historiografia do Rio Grande do Norte, eles não vêm sendo utilizados para o estudo dessas temáticas.

Além dos jornais supracitados, também é possível encontrar matérias sobre negros do Rio Grande do Norte em jornais de outras províncias, sobretudo nos jornais do Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, razão pela qual este projeto também abrange a pesquisa dos temas em periódicos dessas províncias. Iniciaremos pelos jornais do Rio Grande do Norte e propomos selecionar as

matérias que tratam da escravidão, das lutas dos negros, de suas práticas culturais e saberes. Iremos transcrevê-las, publicá-las no formato de livro em suporte digital, e-book, e disponibilizá-las gratuitamente, aos professores, pesquisadores, estudantes, e demais interessados na temática. A publicação ao final da execução do projeto é de fundamental importância, haja vista que por meio desta divulgação os professores do ensino fundamental e médio disporão de fontes históricas que poderão ser utilizadas e problematizadas em suas aulas e os pesquisadores, por sua vez, terão acesso a documentos específicos acerca da história dos negros no Rio Grande do Norte. Pretendemos com estas ações instigar o uso de documentos em salas de aula do ensino básico e superior e estimular a produção acadêmica acerca dos temas supracitados. Com relação aos alunos da graduação participantes do projeto, pretende-se viabilizar a construção de instrumentos pedagógicos que contribuam com o ensino de História e de maneira mais ampla, com a prática docente. Almeja-se também orientar acerca do manuseio com as fontes, condição básica para o trabalho dos professores/pesquisadores das áreas de humanas, visto que matérias dos jornais que tratam da temática do negro são diversificadas e interessam a várias áreas do conhecimento.

O projeto *A imprensa no período imperial: fontes para o ensino e pesquisa da escravidão e das lutas dos negros no Rio Grande do Norte* teve início no mês de Agosto desse ano de 2016 e encontra-se na fase de seleção e transcrição das matérias. Alguns jornais possuem exemplares referentes às séries ininterruptas de anos, outros possuem periodização fragmentadas, como por se pode ver na tabela abaixo. Dentre os jornais cujas matérias relacionadas a escravos e libertos já foram transcritos listamos:

Quadro I. Jornais com informações sobre escravo e/ou libertos

Jornal	Ano	Edições	Edições com ocorrência
<b>O Natalense</b>	1832	22; 42	22
	1833	57; 65	
	1834	20	
<b>O Rio Grandense do Norte</b>	1859	24; 30; 32; 56; 57; 58; 59; 60; 66	32; 58
	1860	72; 73	
	1861	109; 116; 119	116
	1862	140	
<b>O Progressista (RN)</b>	1863	17	17
	1864	94; 106	
	1865	152; 155	155
	1866	222	
<b>O Rio Grandense</b>	1867	063	063

	1869	103	
<b>O Assuense</b>	1867	1; 2; 10; 14; 15; 25; 27; 30	15; 25
	1868	49; 51; 55; 57	55
	1870	166; 170	166; 170
	1871	202; 208; 220	202; 208
	1872	237; 241; 252	
<b>O Brado Conservador*</b>	1876	11	
	1877	13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54	17; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 27; 31
	1878	55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63	
	1879	64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71	
	1880	72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82	
	1881	83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106	
	1882	107	
<b>Correio do Natal</b>	1878	1;2;3;4;5	
	1879	14; 28;31; 36;37;40;42;43;45	14; 36
	1880	56; 52; 62;64;68	52
	1881	103;108; 117; 121	108
	1882	132; 144	
	1883	1; 31	31
	1884	54	
	1885	108;	
	1886	120;121;124	
1888	211; 213; 214; 220		

FONTE: Jornais O Natalense; O Rio Grandense do Norte; O Progressista; O Riograndense; O Assuense; O Brado Conservador; Correio do Natal. Elaborado pelos autores.

\*A identificação e transcrição de ocorrência no Jornal Brado Conservador está em andamento. Outros jornais também ainda encontram-se em estágio de seleção e transcrição

Faz-se necessária uma pesquisa sobre o período de existência e circularidade desses jornais, pois sabe-se que a efemeridade dos periódicos era comum. Há ainda situações de extinção de um jornal e criação de outro pelo mesmo editor. *O Correio do Assú* que é uma espécie de continuidade d'*O Assuense*, e o fundador de ambos, também fundou o *Correio do Natal*, que circulou entre 1878 e 1889 (FERNANDES, 1998, p. 64); o jornal *Progressista* era veículo do Partido da Liga e circulou entre 1862 e 1865, sendo extinto e dando lugar ao *Rio Grandense* (FERNANDES, 1998, p. 49). De modo que paralelamente à transcrição das matérias é necessário também constituir aspectos da história desses jornais para se saber o período de sua circulação, os grupos políticos a que estavam vinculados, uma vez que essas disputas implicam em diferentes posicionamentos sobre situações envolvendo escravos e libertos.



Elciene Azevedo(1999) historicizou a vida de Luiz Gama, um homem que nasceu livre e foi escravizado pelo pai, mas que conseguiu estudar e se tornou um advogado e abolicionista, advogando sempre a favor da libertação dos cativos. Posteriormente, a autora retoma seus estudos sobre esse homem, e, já conhecendo sua trajetória de vida, a historiadora realiza um mapeamento das causas defendidas por Luiz Gama, da sua atuação na libertação de muitos escravos e do próprio movimento abolicionista, analisando também a experiência de outros abolicionistas que compartilharam com ele a luta contra a escravidão, na década de 1880. Em *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo* (2010) ela analisou os significados atribuídos pelos escravos à justiça, suas ações e a maneira que as autoridades públicas, judiciárias ou policiais interpretavam e contestavam a atuação dos escravos. Para a historiadora, a postura dos escravos de utilizarem o Direito, principalmente quando somados à utilização dos jornais como armas de luta, obrigou as autoridades a tomarem decisões políticas, de maneira que expusessem suas interpretações acerca do que era legal e de direito nas ações em que envolviam escravos ou pessoas que estavam sob suspeita de serem escravas.

Se por um lado, os periódicos foram armas de lutas contra a escravização ilegal, por outro também foram utilizados em defesa da escravidão, da propriedade privada, e em favor da imagem pública de indivíduos condenados pelo crime de reduzir pessoa livre à escravidão.

As disputas entre liberais e conservadores no caso do Rio Grande do Norte aparecem em casos relacionados a escravos publicados nos jornais. O jornal *Brado Conservador* e o *Correio Assuense* expõem suas diferenças por exemplo, no caso de um escravo de sete anos, cujo pai entra com uma ação de liberdade para arbitrar o valor de sua alforria ao saber que este seria vendido. A criança, de nome Gregório sob depósito foi entregue novamente ao seu proprietário por mandado do Juiz de órfãos Luiz Carlos Lins Wanderley. Segue-se então uma série de críticas ao juiz que, na época, era liberal, e possuía parentesco como redator do *Correio do Assu*.

Leia-se o despacho do doutor (medico) Luiz Carlos Lins Wanderley, proferido no celebre processo do levantamento de deposito do infeliz Gregorio, (em que andou mão do mestre) e que o mesmo *doutor* fez publicar no “Correio” de 10 do corrente, e ver-se-á que elle, no intuito de cohonestar o seu acto immoral e violento, e melhor eximir-se da tremenda responsabilidade que contrahiu

perante Deus e o mundo, (porque jamais deixarão de chegar até o céu os justos clamores de Gregorio, quando a justiça da terra se torne surda aos seus gemidos)<sup>14</sup>

Acusado no Brado Conservador de agir em defesa do proprietário de Gregório, o juiz defendia-se no Correio do Assú<sup>15</sup> e assim, em meio a essas disputas, vai se desvendando a história de Gregório, entre outras, e as dificuldades enfrentadas pelos escravos na aquisição da liberdade. Alguns desses casos que envolvem ações de liberdade são publicados na seção *A pedido*, ou *Publicações solicitadas* e chegam ao leitor pelo discurso do senhor quando este se sente injustiçado ou pretende se defender da acusação de redução de pessoa livre a escravo; ou ainda no discurso do defensor do escravo em questão. Esse caso vai se descortinando ao longo de várias edições e às vezes sob outra ótica no jornal opositor.

A seção *Anúncios* é outra que aparece referências às fugas ou ofertas de compra e venda de escravos. Ao analisar os anúncios de fugas de escravos nos jornais de São Paulo no século XIX, Lilia Moritz Schwarcz (2008), avança em relação aos estudos realizados por Freyre, e caracteriza as fugas no processo de abolição, observando que eram em sua maioria individuais, mas houve um crescimento das fugas coletivas a partir de 1880, relacionando-as com o fortalecimento do movimento abolicionista.

Assim como em outros jornais, os periódicos do Rio Grande do Norte trazem na seção *Anúncios* ofertas de compra e venda de escravos bem como avisos de fugas. Os registros de fugas em jornais de outras cidades podem revelar possíveis rotas de fuga dos escravos na província.

No dia de 21 de junho deste anno fugio da villa do Jardim, no Seridó a escrava crioula de nome Severina, da propriedade de Manoel Martins de Farias, a qual tem os signaes seguintes: moça, retinta e não mal parecida: estatura regular, olhos esbranquiçados, beiços grossos, dentes alvos e limados tanto os da maxila superior, como da inferior: tem um signal feito em um dos braços, ou de sino aslomão ou de alguma outra figura; he bastante ladina e leva nome mudado; cose, laberinta, faz renda e emgoma. Tendo ja sido prêsa em Angicos evadio-se da prisão, e consta ter d'ali seguido para o Assú onde foi encontrada armada de uma faca, levando porção de roupa e dinheiro. Quem a pegar pode levala a a seu senr. Na vila do jardim, ou na cidade do Assú ao Senhor João Carlos Wanderley, que será generosamente gratificado. Jardim 17 de Agosto de 1867.<sup>16</sup>

<sup>14</sup> QUE miséria! *Brado conservador*. Assu, 23 mar. 1877. Editorial, p. 2.

<sup>15</sup> Não há, para as mesmas datas do Brado conservador sobre o caso citado, exemplares do Correio do Assu na Hemeroteca Digital.

<sup>16</sup> No dia de 21 de Junho. *O Assuense*. Assu, 14 set. 1867. Anuncios, p. 4.

No anúncio citado, além das características físicas, valorizadas nos estudos de Freyre com base nos anúncios, observa-se que a atividade desempenhada pela escrava na confecção de labirinto e renda, é uma atividade típica da região do Seridó, onde se localiza a cidade de Jardim do Seridó, além disso, o anúncio evidencia uma possível rota de fuga passando por Angico e Assú. Porém, a configuração de uma rota de fuga carece de informações que podem surgir em outros anúncios.

A seção *Noticiário* apresenta diferentes referências sobre os escravos e libertos, entre estas as notícias de manumissão, ressaltando-se a bondade do senhor evidenciando uma visão paternalista da alforria:

MANUMISSÃO- É sempre com prazer que registramos actos de philantropia e caridade. A exma Senhora Dona Francisca Maria da Conceição, viuva do finado Apollinar Jose d' Aurêdo, moradora no sitio -Barro Branco- da freguezia e município da cidade do Principe, acaba de passar carta de liberdade aos seus escravos Luiz, Felis, e Candida. Possa tão digno exemplo se imitado.<sup>17</sup>

Percebe-se uma clara valorização da ação do senhor e da alforria vista como uma caridade, eximindo qualquer ação dos escravos. Visão expressa também no texto de Nilo Pereira, citado anteriormente. A aquisição da alforria requeria muito mais empenho dos escravos do que pode parecer pela notícia acima. Os estudos sobre alforria mostram que em sua maioria eram conseguidas mediante pagamento pelo escravo ou cumprimento de obrigações e prestação de serviços.<sup>18</sup> Embora o direito a compra da alforria só tenha sido reconhecido com a Lei de 28 de Setembro de 1871, já era uma prática (CHALHOUB, 1990). Desse modo, “muitos escravos pareciam dispostos a se submeter às mais variadas e severas condições no intuito de tornarem-se libertos” (GONÇALVES, 2011, p. 18), mas a trajetória do escravo até conseguir a alforria não costuma ser apresentado nas cartas de liberdade. Algumas situações vêm à tona nos jornais à exemplo, o caso do menino Gregório evidencia às dificuldades que envolviam a alforria. Quando o pai de Gregório

---

<sup>17</sup> MANUMISSÃO. *O Assuense*. Assu, 02 set. 1870. Noticiário, p. 02.

<sup>18</sup> Entre os estudos sobre alforria estão: KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. EISEMBERG, EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**. Campinas: Ed. Unicamp, 1989. SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, EDUSC, 2001. GONÇALVES, Andréa Lisly. **As margens da liberdade**: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

soube da intenção de venda do menino pelo senhor, ofereceu 200 mil reis pela sua alforria, porém, o proprietário alegou que o custo seria de 300 mil. A lei de 28 de setembro de 1871 dava direito ao escravo que dispusesse de pecúlio comprar sua alforria<sup>19</sup>, mas esse direito era negado quando o senhor não acordava o valor da indenização, nessa situação era necessário recorrer à justiça para arbitramento do valor, conforme fez o pai de Gregório.

Considerando que a proposta do projeto tem entre seus objetivos proporcionar o acesso as fontes para utilização na pesquisa, mas também no ensino básico, as publicações sobre a manumissão enfatizando a caridade da senhora e o caso de Gregório, cujo pai tentou comprar sua liberdade para evitar que fosse vendido e, não obtendo sucesso recorreu à justiça, podem ser utilizados pelo professor para problematizar a luta dos escravos pela liberdade, as diferentes visões da liberdade e a atuação dos escravos nesse processo.

Os livros didáticos de ensino fundamental e médio, embora tenham se atualizado, além de ter surgido novas publicações fundamentadas em uma historiografia mais recente, ainda é comum a história da escravidão com ênfase no escravo que sofre os açoites e os escravos que se rebelam. Pouco se aborda sobre a complexidade das relações entre senhores e escravos. No entanto, a produção historiográfica que enfatiza a ação do escravo enquanto sujeito ativo já tem décadas, visto que emergiu do debate ocorrido, principalmente na década de 1980, entre historiadores que defendiam a ideia de que o escravo estivera reduzido à condição de coisa, e historiadores que sustentavam uma nova linha de interpretação, a do escravo-sujeito. Esse debate foi animado ainda na década de 1970, com a historiografia da escravidão realizada nos Estados Unidos. Nesse conjunto de obras, destacou-se, exercendo forte influência na historiografia brasileira da escravidão o livro Roll, Jordan, roll. The world the slaves made, de Eugene Genovese (1988). Este tratou os escravos como sujeitos históricos que resistiam ao sistema escravista utilizando-se das relações paternalistas, que, embora fossem estabelecidas pelos senhores, protegiam ao mesmo tempo senhores e escravos. Dessa maneira, “ao aceitar um ethos paternalista e ao legitimar o domínio de classe, os escravos desenvolveram sua mais poderosa defesa contra a desumanização implícita na escravidão” (GENOVESE, 1988, p. 25). No Brasil, Silvia Lara (1988) foi uma das primeiras historiadoras contemporâneas a contestar a ideia da

---

<sup>19</sup> Lei 2080 de 28 de Setembro de 1871. art 3 par 2º

coisificação do escravo, demonstrando que as relações entre eles e os senhores eram definidas no cotidiano de luta e acomodação entre ambos. O êxito e a consolidação dessa linha interpretativa têm aberto caminhos para estudos sobre a escravidão. A história social da escravidão apresenta-se como um campo que já foi e tem sido problema de pesquisa de muitos trabalhos relevantes na historiografia brasileira. Nesse domínio, os temas abordados são variados, entre os quais podemos mencionar a família escrava, a resistência escrava, as relações de trabalho e as lutas pela alforria. Na década de 80, Stuart Schwartz (1988) argumentou que no Brasil havia vários critérios de distinção das pessoas, a exemplo da cor. Mas, segundo o autor, a condição jurídica do indivíduo era o principal desses critérios. Ser livre ou escravo, esse era, de acordo com esse historiador o maior elemento distintivo no interior da sociedade escravista. A princípio parece uma equação simples, em que a lei sempre é colocada em prática, mas não é. Hebe Mattos Castro (1998), ao estudar os significados da liberdade no Sudeste escravista, observou uma representação social que diferenciava as pessoas livres. No período colonial eram os “homens bons” e no período imperial, os “cidadãos ativos”. A autora chamou atenção também para a existência de um grupo intermediário, composto por livres pobres. Nos documentos estudados por Hebe Castro, “a designação de ‘pardo’ era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não branco.” A autora explica que, dessa maneira, “todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana” (CASTRO, 1988, p.30). A autora demonstrou que “para tornarem-se simplesmente ‘pardos’, os homens livres descendentes de africanos dependiam de um reconhecimento social de sua condição de livres, construído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam (CASTRO, 1988, p.30). Apesar disso, os negros, mesmo aqueles livres e libertos, não raro eram detidos pelos representantes da lei para averiguação, suspeitos de serem escravos. Também com certa frequência libertos eram reescravizados e livres de cor negra eram escravizados. Ou seja, a liberdade, a princípio, não estava disponível para as pessoas de cor negra. Como a historiografia mostra, é de grande complexidade as situações que envolvem escravos e libertos que podem ser exploradas em diversas fontes, inclusive os jornais.

Além das seções *Noticiário*, *Anúncios*, *À pedido* já citadas, outras seções como *Editais*, *Correspondência*, *Ao Público* e *Documentos*, *Batizados* e *Óbitos* são encontradas informações

referentes à escravos, mesmo quando o conteúdo principal da matéria não é o escravo. A diversidade de matérias levantadas até esta etapa da pesquisa mostra como a presença escrava era mais significativa do que costumava se afirmar nos livros sobre o Rio Grande do Norte. Desse modo, a transcrição de fontes jornalísticas para o estudo da escravidão e liberdade no Rio Grande do Norte pode trazer novas perspectivas para a historiografia local.

## **REFERÊNCIAS**

AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2010.

\_\_\_\_\_. **Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP; Cecult, 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a história de Mossoró**. 4ª Ed. Mossoró: FGD, 2001.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 1 ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional/Ministério da Educação, 1955.

CASTRO, Hebe Mattos. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, séc. XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CAVIGNAC, Julie. Índios, negros e caboclos: identidades fronteiras e etnias em perspectiva. O caso do Rio Grande do Norte. In: CAVIGNAC, Julie; CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin. **Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades**. Natal: EDUFRN, 2011. p. 195-244.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**: São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FERNANDES, Luiz. **A imprensa periódica no rio Grande do Norte de 1832 a 1908**. 2ed. Natal: Fundação José Augusto, Sebo Vermelho. 1998.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 4. ed. São Paulo: Global, 2010.

GENOVESE, Eugene Dominick. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Trad. Maria Inês Rolim e Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília-DF: CNPq, 1988.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **As margens da liberdade:** estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência:** escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LYRA, Tavares. **História do Rio Grande do Norte.** 3 ed. Natal: Instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.

MACEDO, Muirakytan K. **Rústicos Cabedais:** patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Séc. XVIII). Natal: EDUFRN/Flor de Sal, 2015.

PEREIRA, Nilo. **Imagens do Ceará-Mirim.** Natal: Imprensa Universitária, 1969.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro:** jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras; CNPq, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Bauru, EDUSC, 2001.



## AS REVOLTAS DOS DESVALIDOS NO ATUAL NORDESTE DURANTE O IMPÉRIO

Bruna Paes Leme Medina<sup>20</sup>

Antonio Gomes da Silva Júnior<sup>21</sup>

Entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852 eclodiu um movimento conhecido como Revolta do Ronco da Abelha. Uma revolta popular armado envolvendo vilas e cidades de cinco províncias do Norte (atual Nordeste) Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Ceará, entretanto eram mais fortes em Pernambuco e na Paraíba. Segundo o texto da historiadora Maria Luiza Ferreira de Oliveira (2011), em dias de feiras os revoltosos causavam grande algazarra e quando as autoridades perguntavam-lhe o porquê do alvoroço, eles gritavam “o ronco da abelha” e por conta disso, o movimento possui esse nome.

Esta revolta não começou ao acaso, com os decretos imperiais de Junho de 1851<sup>o</sup> 797 e 798. O decreto 797 instituía o Censo Geral do Império. Já o decreto 798 afirmava que todo cidadão deveria comparecer as paróquias da cidade, junto de um juiz de paz para fornecer dados pessoais (nome, idade, estado civil, cor etc.), pois nessa época era a Igreja que “controlava” o registro da população e o Estado queria esse controle e para ele, tal atitude servia como forma de calcular a população e ajudar no recrutamento de soldados, mas a população pobre e livre não pensava da mesma forma.

Os trabalhadores livres e pobres não estavam satisfeitos com esses novos decretos, pois na mesma época, em 4 de Setembro de 1850, foi aprovada a lei **Eusébio de Queirós** proibindo o tráfico de escravos além do atlântico, portanto para eles essa “catalogação” de pessoas sera para tomar trabalhadores pobres em escravos, já que a economia principalmente do norte estava sendo afetada com a proibição do tráfico negreiro. Os escravos fixados no Norte estavam sendo vendidos para o Sul, pois era nessa época que o café ganhava forte mercado internacional e rendia muito lucro para os cafeicultores do Sul. Isso fazia com que o Norte começasse a contar com pouca mão de obra escrava, e os poucos restantes não conseguiam.

---

<sup>20</sup> Graduanda em História na UFCG. brruna.eme@hotmail.com

<sup>21</sup> Graduando em História na UEPB. aantonioegomes@gmail.com

Em reação aos boatos sobre os decretos impostos pelo Império, pessoas armadas com enxadas, facões, espingardas atacavam prédios públicos e queimavam documentos com registros de pessoas. Tais ações fizeram com que o Império mobilizando diversos homens e também a Guarda Nacional para conter as rebeliões.

Já em 1852 a paz social restabeleceu-se, mas a o Império dificilmente conseguiu encontrar os mandantes das rebeliões em meio a tanta gente envolvida, e após isso, o registro de pessoas foi adiado para 20 depois, já adentrando o período da República.

Entretanto essa não foi a único grande movimento ocorrido no Norte, após duas décadas da revolta do Ronco da Abelha, ocorreu a Revolta do Quebra-Quilos. Essa emergiu após a obrigatoriedade da implantação do modo francês de peso, hoje como conhecemos o quilo, metro, o litro etc. antes possuía outras formas de medidas que não eram universais e principalmente, não eram exatas. Antes dessas formas, cada região da feira era medida de uma forma; grãos eram medidos por cuia, carnes por partes etc. Esse movimento foi iniciado em 31 de Outubro de 1874 e também por populares em feiras.

A denominação de “Quebra Quilos” surgiu após decorrentes invasões de populares a casas comerciais que haviam adquirido o novo processo de medidas e depravavam os estabelecimentos, revoltando-se a qualquer um que utilizasse o novo sistema implantado e assim a expressão começou a ser utilizada para tratar-se dos manifestantes a contestação do governo em relação ao recrutamento militar, a cobrança de impostos e a implantação das novas formas de medida.

Parte da fúria dos manifestantes era pelo exagero na cobrança de impostos feita pelo Estado nas feiras. O chamado “Imposto de Chão” cobrava dos feirantes preços exorbitantes pelo espaço de chão que eles ocupavam na feira. Para boicotar essa cobrança, começaram então a levar suas mercadorias em cima de suas cabeças para então, não usufruir do território.

Os escravos também estavam dentro das revoltas, pois segundo o texto **A Lei do Vento Livre** decretada em 1871 gerou grande confusão com a informação que os escravos possuíram dela, fazendo revoltas de escravos que estavam “nesta função” indevidamente. A revolta era conjunta, pois integrantes do Quebra Quilos descobriram que os encarregados de registrar as crianças nascidas após a lei ser decretada estavam ainda registrando-as como escravas, apesar do escravo negro saber que daria a luz a uma criança livre.

Alguns jornais e pessoas da época afirmavam que a transferência dos registros civis da mão da Igreja para um cartório do Estado era um afronta direta a ela. Dizia-se que era um papel da Igreja por séculos fazer esse trabalho. Entretanto esse também era um pensamento dos camponeses e dos homens pobres e livres.

Segundo o texto, a revolta de “Quebra Quilos” passou para “Quebrar os quilos”, depois “Rasga Listas” – tratando em relação aos homens que rasgavam as listas de alistamento do exército – e iniciou-se com as questões religiosas, com gritos a expulsão dos Maçons da região. As mulheres também foram muito importantes nas revoltas onde se rebelaram contra os recrutamentos militares rasgando as listas dos recrutados e agredindo os recrutadores. Em várias partes essa prática ficou reconhecida como o motim das mulheres.

Ao passar a revolta do “Quebra Quilos” a instabilidade social continuou e com a grande seca de 1877-1879. A seca intensificou os conflitos sociais de classe que com a estiagem ficavam a cada dia mais evidente, pois aumentava a crise, ocorrendo o caos no plano econômico e social. Grande parte da população rural estava em completa miséria, sendo mais afetados pela calamidade climática. Destruiu completamente o setor da agricultura de subsistência, ocorrendo então a migração para o litoral onde parte da população era socorrida pelo governo provincial com a distribuição de água e alimentos. Para os produtores de açúcar no litoral essa migração era vista como boa, pois a mão de obra era barata devido a condição precária que os migrantes se encontravam, mas por outro lado o açúcar não estava em seu auge e não existiria mão de obra para toda a população que migrava, e os medos de epidemias e tensão sociais também eram constantes. Ao decorrer do tempo e a seca continuando, os grandes produtores de gado foram obrigados a vender seu rebanho para conseguir o mínimo de dinheiro possível e também migraram para o litoral.

O comércio se desorganiza, pois é prejudicado pela crise do setor e pela dificuldade de transporte causada pela seca, principalmente o algodão, o comércio interno também não é diferente por conta da produção agrícola. Isso gerou grandes manifestações de revolta pelos comerciantes locais, pois o governo Provincial comprava os alimentos do Sul para chegar ao Norte com o fundo de socorro para alimentar os necessitados. Entretanto o governo denunciava o preço exorbitante do Norte em relação ao Sul.

A grande seca fez com que os proprietários do agreste e sertão paraibano se desfizessem dos seus escravos antes que pudessem morrer. Antes da lei Eusébio de Queirós os donos de escravos os mantinham até sua morte, pois assim poderiam comprar outro, mas devido a política antiescravagista e com a seca sem previsão de término, eles preferiam vender seus escravos ao Sul onde nesse exato momento estava havendo grande exportação de café e uma grande migração da mão de obra para esse campo cafeeiro.

Com a seca o sertão se tornou um vazio demográfico, como grande parte da população fugiu para não morrer de fome e sede, os que ficaram não eram suficientes para manter a continuidade e funcionamento da cidade, fazendo com que algumas dessas eleições não fossem realizadas ou então houvesse o cancelamento, pois a participação popular não chegava ao mínimo esperado, o que também aconteceu com o alistamento militar. Isso acarretou em grandes problemas econômicos, conhecido pelas elites de “desregramento dos costumes” pela situação de desespero onde a população se encontra o aumento de roubos, furtos, mortes etc. dizem que são formas do homem buscar a sobrevivência. Essa população que continua no Norte são empregadas em obras públicas e são pagas com comida. Suas moradias eram barracos em qualquer canto da cidade, ou ao redor das obras em que trabalhavam.

O cangaço era outra forma de sobrevivência do homem. O cangaço consistia em roubar os mais abastardo. Roubavam joias, gado, dinheiro e até água. Os saques em cidades onde existiam armazéns do governo era muito comum tanto por cangaceiros e também por grupos famintos atrás de comida, com esses furtos ocorrendo acarretava em grandes choques com a polícia e com moradores da cidades.

O texto de Durval Muniz “A invenção da seca do Nordeste” nos informa também como o Norte – atual Nordeste – se “beneficiou” com a seca. Segundo dados analisados no texto, o Norte recebeu muito dinheiro para se “recuperar” e manter a economia estável. Entretanto esse monte de dinheiro não foi o suficiente para evitar a grande quantidade de mortes que ocorreram durante a que ocorreu em 1877/79, período que não foi muito diferente das outras acontecidas anteriormente. Para ele, essa prolongada estiagem só foi “A grande” porque fez com que grandes proprietários da elite rural falissem. As antigas estiagens não foram suficientes para sacudir o bolso da elite da cana de açúcar, mas a partir do momento que essa fez, eles precisaram abandonar tudo. Isso a tornou objeto de estudo da historiografia brasileira.

A seca apenas conhecida como “seca do Ceará” começa a existir uma grande campanha desenvolvida pela imprensa local, logo em seguida pela imprensa nacional expondo as imagens de miséria para o restante da população do Império. Tais imagens e campanha foram necessárias para mostrar o impacto que elas poderiam causar não apenas as províncias do Norte que eram diretamente afetadas, mas também a de todo restante do País. Começou então uma organização em todo o país campanhas para ser solidário e arrecadar donativos para enviar ao Norte. Tanta comoção levou os parlamentares nortistas a mostrarem ao governo imperial a chamar a atenção para um problema que era tido apenas como da província e não como do país.

Portanto a seca de 1877/79 foi uma “seca importante” para unificar o país e mostrar um problema de décadas, e talvez séculos. Apesar de aprofundar a crise econômica e política destas elites, ela exerceu o papel de rompimento das relações sociais tradicionais onde ocorria grandes violências e ameaças tornando cruéis as relações de exploração e dominação. Mostra como os homens pobres, livres e também escravos foram abandonados pelos coronéis ou pais ou patrões rompendo o pacto tradicional da lealdade a apadrinhamento que era exigido aos mais pobres, pois era uma elite que praticamente não conseguia se sustentar.

Entre tantas revoltas e conflitos sociais ocorrendo entre o século XIX e XX não poderíamos deixar um de grande importância; as revoltas abolicionistas. Revolta feita por negros escravizados para tentar sair de uma condição de torturas e descaso para tentar ser chamado de “gente” e ter o seu papel e direitos na sociedade.

Vários fatores entram para a abolição da escravidão no Brasil, primeiramente a Inglaterra interferia diretamente em relação a este ponto, pois era um país extremamente contra, já com uma economia industrial achava que os homens deveriam ser livres para trabalhar e assim, ganhar um salário e circular dinheiro, gerando renda, lucro e mais importações e exportações. Outro grande fator foi a Guerra do Paraguai (1864 – 1870). O governo Imperial decretou que os escravos participantes da Guerra do Paraguai, após o término dela seria um escravo livre aqueles escravos que pertenciam ao governo na época, entretanto as ordens religiosas e proprietários de escravos acabaram por fazer o mesmo. A Guerra da Secessão ou Guerra Civil dos Estados Unidos (1861 – 1864) também alavancou o crescimento da pressão emancipacionista visando à extinção da escravidão.

Na Paraíba existiram leis que tentaram diminuir o número de crianças do sexo feminino escravas, ficando então em posse do governo. Entretanto, “esses decretos não foram muito utilizados” e então, aumentaram o preço para libertar crianças femininas. Mas o movimento libertário ganhou força principalmente com a chegada dos jornais antiescravagistas. Com o parlamento pressionado foi criada a lei do Vento Livre em 1871 que libertava todos os filhos de escravos nascidos a partir do decreto da lei em 28 de Setembro. Para o autor do texto, a intenção do Parlamento não era acabar com a escravidão, era fazer uma mudança no sistema que não afetasse a economia e principalmente a agricultura. Os cafeicultores do Sul não estavam satisfeitos com a Lei do Ventre Livre, pois sua base trabalhista era praticamente toda escrava, já o Norte – incluindo a Paraíba – estava a favor, pois como já foi dito mais acima, nesta mesma época os escravos estavam sendo vendidos para o Sul por um preço acima do usual após a lei Eusébio de Queirós, tornando o tráfico interprovincial lucrativo, então os agricultores do Norte já estavam adotando a mão de obra livre. A lei também obrigava o senhor a cuidar da criança até os oito anos de idade, podendo escolher após isso continuar com ela e pagar pelos seus serviços até aos 21 anos ou receber uma indenização do governo e o mesmo ficar responsável pela tutela da criança até completar a maior idade. Segundo o texto, os senhores preferiam os serviços ao invés da indenização, avaliando que o trabalho valeria mais. Entretanto os escravos não aceitavam muito bem esse “apadrinhamento” do senhor aos seus filhos, pois ao invés de vê-los livres, continuavam trabalhando para o mesmo senhor até chegar a idade adulta.

A lei do **Rio Branco** conduziu mudanças na relação entre o senhor e o escravo. O escravo então poderia comprar sua alforria, mas existiam algumas exceções; escravos que fossem pegos bebendo muito, desobedecendo ao feitor, ou que matasse o seu senhor estavam impossibilitados de conseguir esta alforria. Escravos libertos ou abandonados pelos seus senhores ficariam sendo observados pelo Estado durante cinco anos e ainda seriam empregados em repartições públicas para não perambularem pelas ruas da cidade

O fundo de emancipação foi algo bastante desorganizado segundo os relatos no texto. Senhores colocavam nomes de escravos já mortos para receber dinheiro da emancipação dos mesmos, houveram várias denúncias ao Senado sobre desvio de verbas para a política. O autor nos revela que pouco se tinha referente as informações fornecidas pelos coletorias

principalmente pela falta de aptidão e interesse dos coletores e pelos elevados preços da alforria, sendo decidida por arbitragem.

A contribuição para fundo viria diretamente dos escravos, e eles também não poderiam juntar dinheiro se não fosse para comprar a sua alforria. O autor afirma que o fundo de emancipação pouco contribuiu para a diminuição no número de escravos da Paraíba segundo os documentos existentes. Apenas 3,5% da população escrava conseguiu por meio do fundo e 738 alforrias foram compradas, totalizando 10,5% dos escravos da região.

Quando o Senador Manoel Dantas aceitou o convite do Imperador para chefiar um ministério a questão da escravatura voltou a ser debatida em todo o país e com grande polêmica, porque a proposta de Manoel era ampliar o fundo de emancipação através dos impostos gerados pela agricultura, acabar com o tráfico interprovincial de escravos e libertar os escravos quando completasse 60 anos sem indenizar os seus donos. Além das novas mudanças ainda queria fixar uma nova instituição para o novo registro nacional de escravos, e também dos preços dos cativos, pois segundo ele a idade para o efeito de libertação pelo fundo de emancipação, a criação de impostos decorrentes para o proprietário de escravos mantidos nas capitais e outro para os rurais, sendo para os do campo mais barato pois sua ideia era manter a mão de obra escrava por lá. O projeto de lei não passou na Câmara e Manoel Dantas acabou sendo substituído.

Entretanto foi aprovada a lei de **Sariva-Cotegipe**, que possuía a mesma base do projeto do Ministro Dantas, entretanto o escravo quando completasse 60 anos era obrigado a permanecer mais três anos ao lado do seu senhor, e somente após esse tempo ele receberia sua carta de alforria. Aboliu o tráfico interprovincial de escravos e criou um novo preço fixo para a libertação de escravos através da emancipação, entretanto eles deveriam permanecer na colônia por cinco anos após a sua liberdade.

Focando na Paraíba, nossas revoltas começaram no interior e depois começaram a ir para o litoral. As cidades que mais obtiveram destaque na luta contra a escravidão foram: Areia, Mamanguape e Paraíba do Norte. Porém Areia possuiu maior destaque tanto pelo seu poder econômico e cultura, sendo então a pioneira nos movimentos abolicionistas.

Um dos grandes homens por trás desse acontecimento foi Manoel da Silva, um farmacêutico da cidade de Areia formado em Medicina na Bahia, que dedicou a sua vida para libertar escravos. Iniciou então o movimento para a libertação em Areia e fundou em 1873 a



**Emancipadora Areiense** um grupo dedicado exclusivamente a causa da emancipação. A sociedade areiense não aboliu imediatamente a escravidão, mas ocorreu de forma gradual, através de cartas de alforrias. A sociedade de Areia não trabalha sozinha, existia também instituições em Campina Grande e Mamanguape. Segundo o texto, trinta e quatro pessoas assinaram o programa que seria desenvolvido pela sociedade, mas não obteve sucesso em suas adesões.

Dez anos após não possuir êxito ele se reorganiza e volta aos movimentos abolicionistas. Nesta época o movimento abolicionista já estava mais forte e então a sociedade usufruiu de várias táticas desde a prática para estimular a concessão da alforria, como ajudar na fuga de escravos. Manoel pedia aos seus amigos e parentes para que alforriassem seus escravos, mandava cartas para a sociedade dirigindo-se aos senhores e os convidando a libertarem seus escravos, principalmente os que estavam por sua posse ilegalmente – o que ocorria bastante após as leis decretadas durante o século XIX – e os que possuíam escravos em situação irregular e não os libertavam, Dantas levava o caso para a justiça.

A imprensa obteve grande importância nessa jornada abolicionista. Eles usavam colunas de jornais apoiadores da causa para estimular a concessão, faziam propagandas. Mas para Manoel da Silva não era o suficiente e fundou seu próprio jornal, chamado **Verdade em Março** de 1888 e nele tentava pressionar os proprietários de escravos a libertar os seus cativos divulgando seus nomes para a população.

O Pe. Sebastião Bastos de Almeida, sócio da Emancipadora trabalhou em favor da abolição dos escravos, e para isso, convocou em sua paróquia uma reunião na Igreja Matriz da cidade de Areia os senhores de escravos. Manoel não esteve presente ao evento, porque segundo ele não deveria haver diálogo, a libertação deveria ser imediata e não deveria possuir acordo. Mas o Pe. Sebastião possuía ideias diferentes e após ler uma carta pastoral do Bispo Diocesano afirmando que a escravidão iria contra a religião católica e havendo também depoimentos de outras pessoas favoráveis a abolição e assim, sete proprietários selaram o compromisso de libertar os seus cativos.

Após tal acontecimento, vários outros senhores de escravos estavam libertando os seus e em 03 de Maio de 1888 Areia declarou a o fim da escravidão em sua cidade.

Os quatro textos trabalhados; “Resistência popular contra o decreto 798 ou ‘a lei do cativo’: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará, 1851-1852”, *O Declínio da Escravidão na Paraíba: 1850-1888.*,” *A Revolta dos Quebra- Quilos (1874-1875)*” e *"Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste"*, nos dão a dimensão de uma história de luta e resistência das ditas minorias muito mais detalhada do que podíamos imaginar. Apesar de serem em épocas diferentes, todos possuíam grandes motivos para se revoltarem contra o Estado ou seus senhores e com muita luta tentavam prosseguir com o que achava correto para si. Os textos nos mostram que a história possuiu mais de uma vertente para ser contada e analisada por todos os ângulos. Faz-nos repensar sobre a história em geral, pois esses pequenos movimentos retratados não possuíam destaque apenas pelo Nordeste, alguns eclodiram para o Sul e alguns para o Norte inteiro, mostrando para nós o real poder da população e a força que ela possui quando decide lutar pelos seus direitos.

#### REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Maria Luiza F. “Resistência popular contra o decreto 798 ou ‘a lei do cativo’: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará, 1851-1852” In: DANTAS (Org.) *Revoltas, Motins, Revoluções*, 391-427.

GALIIZA, Diana Soares. *O Declínio da Escravidão na Paraíba: 1850-1888. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979. 164-206.*

SECRETO, Maria Veronica. *(Des) Medidas: A Revolta dos Quebra- Quilos (1874-1875). Io de Janeiro: Mauas X, 2011. 17-51.*

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 1. ed. São Paulo/Recife: Cortez/Massangana, 1999. v. 2000. 340 p.

ALBUQUERQUE JR, Durval M. *"Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste"*.

## ALFORRIA EM DISPUTA: FRAGMENTOS DE HISTÓRIAS DE ESCRAVIZADOS NO RIO GRANDE DO NORTE OITOCENTISTA

Aldinízia de Medeiros Souza<sup>22</sup>

No Rio Grande do Norte, os estudos sobre escravidão têm avançado destacando a presença escrava em diversas atividades e também a busca por liberdade. Trabalhos recentes sobre o Rio Grande do Norte no período colonial e imperial<sup>23</sup> expõem a existência de fontes até então pouco utilizadas que atestam a e significativa participação de escravizados de origem africana na sociedade, contrariando percepções clássicas da historiografia local.

Alguns escritores consagraram a ideia da pouca presença de mão de obra escrava proveniente da África ou de seus descendentes no Rio Grande do Norte. Câmara Cascudo cita que houve presença do negro em Natal desde janeiro de 1600, logo após a fundação da cidade. Porém, afirma que “o negro foi-nos uma constante, mas não um determinante econômico” (CASCUDO,1955, p. 44), em virtude da ausência de indústria açucareira sólida, como havia em Pernambuco, tendo em vista que “as atividades econômicas se resumiam na criação de gado e roçarias de mandioca, milho e feijão, era desnecessária grande cópia de escravos” (CASCUDO,1955, p. 44).

Sobre os primeiros anos da colonização do Rio Grande, Tarcísio Medeiros afirma que “os primeiros negros, em pequeno contingente, foram empregados em Cunhaú e Ferreiro Torto, primeiros engenhos que acenderam fogos por pouco tempo, vindos todos eles de Pernambuco [...]” (MEDEIROS, 2001, p. 51). O autor afirma ainda que “a contribuição do escravo negro para a etnia [...] foi quase nula” (MEDEIROS, 2001, p. 52). Outros autores como Rocha Pombo (1992) e Tavares de Lyra (1984) também defendem a pouca participação do escravo no Rio Grande do Norte.

---

<sup>22</sup> Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora do Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia (IFRN), integrante do LEHS – Laboratório Experimental em História Social/UFRN. aldinizia@gmail.com

<sup>23</sup> Para os trabalhos recentes ver: MACÊDO, M. K. . O sertão negro: escravos nos inventários e testamentos da ribeira do Seridó colonial. *Mneme*, v. 9, p. 1/23-30, 2008; MACÊDO, M. K. . Crime e Castigo: os escravos nos processos judiciais do Seridó. *Mneme*, v. 4, p. 1-21, 2003. MACÊDO, Muirakytan K. *Rusticos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária*. Natal: EDUFRN/Flor de Sal, 2015. LOPES, Michele Soares. *Escravidão na Vila do Príncipe: Província do Rio Grande do Norte (1850-1888)*. Natal, UFRN, 2011. Dissertação de Mestrado. SOUZA, Aldinízia de Medeiros. *Alforrias possíveis em espaços periféricos*. Natal, UFRN, 2013. Dissertação de mestrado.

Apesar de esses autores não ressaltarem a escravidão de origem africana na história local, as fontes atestam a relevância do negro na capitania e província, portanto, a necessidade do desenvolvimento de pesquisas que explorem essas fontes e possam contribuir para os estudos sobre a escravidão de origem africana no Rio Grande do Norte. Com esse intuito, bem como de ampliar os estudos sobre escravidão no período imperial o projeto *A imprensa no período imperial: fontes para o ensino e pesquisa da escravidão e das lutas dos negros no Rio Grande do Norte* tem selecionado fontes em jornais que tratam de escravizados e libertos no Rio Grande do Norte provincial.

Os jornais com fontes para o estudo da escravidão trazem diferentes informações desde anúncios de fuga, fontes estas bem valorizadas por Gilberto Freyre (2010), anúncios de compra e venda, ofertas de serviços, relatos de casos presentes na justiça. Como bem demonstrou Lilia Schwarcz (2008), são diversas matéria que expressam representações sociais sobre os negros bem como as mudanças nas concepções sobre a escravidão ao longo do século XIX.

No Jornal Brado Conservador, da cidade de Assu, em 1877, vem à tona as dificuldades encontradas por duas mulheres escravas, na obtenção de suas respectivas alforrias. Ambas encontram-se em situações semelhantes pois pertenciam a um condômino e foram alforriadas por um dos proprietários, no entanto a liberdade não se efetivou o que as levou a acionar a justiça. O jornal apresenta fragmentos das duas histórias que nos permite perceber a ação dessas escravizadas em busca da liberdade, bem como dos seus proprietários no sentido de mantê-las sob seu domínio.

A busca pela alforria por meio de ação judicial tem sido estudado por vários historiadores que analisaram ações de liberdade. Entre as motivações que levaram escravos a entrar com ação na justiça, segundo Keila Grinberg (2006, p.105), um dos motivos mais recorrentes era o arbitramento do valor da alforria. Esse arbitramento era necessário quando o escravo queria comprar a alforria, mas o senhor não concordava com o valor oferecido, o que dificultava a da liberdade mesmo que o escravo obtivesse pecúlio para seu pagamento conforme garantia a Lei de 1871<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Lei 2080 de 28 de Setembro de 1871

A compra da liberdade já era uma prática antes da lei como observou Chalhoub (1990) ao explicar que, embora o direito a compra da alforria só tenha sido reconhecido com a Lei de 28 de Setembro de 1871, esta já era presente enquanto costume, demonstrando com isso a importância do pecúlio para a compra da alforria. Os estudos sobre alforria com base nos registros cartoriais das cartas de liberdade mostram que em sua maioria eram conseguidas mediante pagamento pelo escravo ou cumprimento de obrigações e prestação de serviços.<sup>25</sup> A jornada até conseguir a alforria poderia ser longa e com bastante obstáculos. Como lembra Mary Karasch, embora os senhores não pudessem recusar quando um escravo quisesse comprar a liberdade, isso ocorria e, nesses casos, o escravo poderia recorrer aos tribunais ou a petições de liberdade ao Imperador, ou ainda obter assistência jurídica na Santa Casa de Misericórdia. Não bastava o escravo ter o valor da sua liberdade. “precisavam lutar por ela com paciência e habilidade e manipular o sistema legal a seu favor” (KARASCH, 2000, p. 464).

Se já não era tão fácil conseguir a alforria, a situação tornava-se mais complicada quando se tratava de um escravizado pertencente a vários senhores. Maria José era escrava de cinco condôminos e foi alforriada por um deles. A escrava foi comprada por Dona Jesuína Soares de Macêdo em 17 de Abril de 1876 a quatro dos condôminos e o quinto, Joaquim Ximbinha passou a carta de liberdade a Maria José em 26 de Abril de 1876, segundo as informações do jornal *Brado Conservador*<sup>26</sup>. Diante de sua compra por Dona Jesuína, Maria José entra com uma ação de liberdade por indenização e com isso passa a ter um curador nomeado.

Conflitos envolvendo a alforria de escravizados pertencentes a múltiplos donos parece ser mais recorrente do que se costuma imaginar, supõe Andréa Lisly Gonçalves (2011, p. 223). Essa autora observa em um dos casos de uma escrava pertencente a vários donos analisados em seu trabalho, o argumento do advogado justificando que, se um dos proprietários concedeu alforria, os outros seriam obrigados a aceitar (GONÇALVES, 2011, p. 223), mas ao que parece essa obrigação não costumava ser cumprida, o que levava a busca do direito na esfera judicial.

---

<sup>25</sup> Sobre alforria ver: KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. EISEMBERG, EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**. Campinas: Ed. Unicamp, 1989. SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, EDUSC, 2001. GONÇALVES, Andréa Lisly. **As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

<sup>26</sup> *Brado Conservador*. Assu .p. 03. 16 Março 1877.

Em diversas edições do periódico, o caso de Maria José vem à tona sempre em defesa da proprietária. O jornal alega que Maria José usufrui de liberdade sem ter indenizado Dona Jesuína, sua proprietária. Isso porque, em razão da ação de liberdade, Maria José foi depositada sob os cuidados do Professor Elias Antônio Ferreira Souto e de sua casa fugira.

Em sessões como publicações solicitadas, protesto, documentos, ao longo de várias edições do jornal, Dona Jesuína reclama que foi prejudicada inclusive pelas autoridades que não impediram a fuga de Maria José. A Senhora protesta contra os “acoitadores de Maria” uma vez que ela solicitou a busca e apreensão de Maria José, em nove de Maio de 1877, que “se encontrava refugiada” na casa do Professor Elias Antônio Ferreira Souto e o delegado mandou que o requerimento fosse feito ao juiz municipal, ao invés de proceder logo a apreensão de Maria. Além disso, o delegado manda prender dois homens encarregados pelo Tenente João Soares de Macêdo para capturar Maria José que havia sido entregue a Dona Jesuína e fugira para casa do Professor Elias Antônio Ferreira Souto e de lá para a casa de João Severiano Barbosa, ex cunhado do delegado. O delegado é acusado então de favorecer a fuga de Maria José.<sup>27</sup>

De início já podemos observar as redes de relações das quais se utilizavam os escravizados na luta pela liberdade, sobretudo nas últimas décadas da escravidão quando as fugas se tornaram muito comuns. Estas relações e suas implicações são elementos que serão desenvolvidos no decorrer da pesquisa, que está se iniciando.

A preocupação com a defesa de Dona Jesuína se mostra ainda em outras matérias, em publicações à pedido. Se por um lado o Brado Conservador favorece a defesa de Dona Jesuína, por outro lado reclama a liberdade de Lucrecia, que também fora alforriada por um dos seus condôminos. Segundo o Brado Conservador<sup>28</sup>, Lucrecia, alforriada por Dona Cândida Wanderley, mas não pelos seus irmãos, que tinham parte no consócio. O jornal expõe ainda que os esforços de Lucrecia ao entrar na justiça não foram profícuos em razão da ausência de providências do juiz. Além disso o periódico faz duas acusações aos proprietários de Lucrecia: de terem sumido com a carta de alforria passada por Dona Cândida e de ameaçar Lucrecia com sevícias:

---

<sup>27</sup> Brado Conservador Assu. 25 Maio 1877. Publicações solicitadas, p 2-3; Prisão arbitrária. Brado Conservador. Assu. . 12 maio 1877. p. 04 Noticiário.

<sup>28</sup> Noticiário. Ed. 15. 26 jan 1877

[...] Apenas assignalamos um facto grave e que está na consciência da população desta cidade, e é que, Lucrecia foi alforreada por um de seus condôminos, a Excelentíssima Senhora Dona Candida Wanderley; que é mysterioso o destino que teve a sua carta de liberdade; que tem sido improficuo todos os seus esforços perante o mesmo Senhor doutor juiz de orphãos na defeza de seus sagrados direitos; e que tem sido ella constantemente ameaçada de servícias pelos seus actuais condôminos e seus apaniguados.<sup>29</sup>

Em outra publicação anterior, na seção noticiário, o Brado já havia feito uma comparação entre os casos de Lucrecia e de Maria José:

O “Correio” deve convencer-se de que perde o seu tempo com taes ensinuações, e que já mais cessaremos de insistir pela liberdade de Lucrecia. Se Maria José, escrava de cinco comdôminos, como já se tem dito e novamente repetimos, apenas alforriada por um destes pôde, *ipso facto*, entrar no pleno gozo de sua liberdade, sem que até hoje exhibisse quantia alguma, ou celebração de contacto de qualquer natureza, como indenização ou garantia do direito correspondente às quatro partes que nella tem a Excelentíssima Senhora Dona Jesuina Soares de Macêdo; Lucrecia, igualmente alforriada por um de seus condôminos, a Excelentíssima Senhora Dona Candida Wanderley, há mais de quatro annos, já também deveria ter entrado no pleno gozo de sua liberdade.<sup>30</sup>

Pode-se perceber uma atuação ambígua do jornal em relação aos casos de escravizados que receberam a alforria de um de seus condôminos. Lucrecia foi tratada como injustiçada pois vivia como escrava tendo recebido carta de liberdade de um de seus condôminos enquanto Maria José, estava em liberdade (em depósito), acoitada pelos seus defensores que por sua vez perseguiram Dona Jesuina, proprietária de Maria José. As histórias dessas duas escravizadas e suas lutas por liberdade estão em questão no jornal o Brado Conservador e no Correio do Assu<sup>31</sup> por envolverem famílias rivais na política local. Ao longo de várias edições do Brado Conservador, jornal fundado por Antônio Soares de Macêdo, irmão de Dona Jesuina, sujem críticas e denúncias aos proprietários de Lucrecia, pertencentes a família Wanderley, e defesa de acusações feita no Correio do Assu, jornal ligado a família Wanderley.

---

<sup>29</sup>Lucrecia. Brado Conservador. Assu. 26 jan 1877. Noticiário. p. 02.

<sup>30</sup>Lucrecia. Brado Conservador. Assu. 02 març 1877. Noticiário. p. 02.

<sup>31</sup> Não dispomos, das edições do Correio do Assu, visto que não constam na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Algumas das matérias envolvendo os casos Lucrecia e Maria José são resposta ao Correio do Assu, o que nos leva a crer que o jornal opositor do Brado Conservador também se utiliza desses casos como crítica a família de Antônio Soares.



Ao acusar os senhores de Lucrecia de ameaça-la com servícias, o jornal Brado Conservador busca convencer o leitor da injustiça a qual está submetida a escravizada. Walter Fraga Filho, em estudo sobre o Recônvaco baiano, afirma que desde a década de 1870 crescia as indignações populares com os maus tratos aos escravos, de modo que “em muitas ocasiões, as autoridades policiais foram acionadas pela população para agir contra os senhores que castigavam ou submetiam cativos a condições indignas” (FRAGA FILHO, 2006, p. 102). Mesmo que não tenha sido feita uma denúncia formal, no caso de Lucrecia, há uma clara intensão em acionar a opinião pública contra os proprietários da mesma.

A luta dos escravizados pelos seus direitos, muitas vezes aliava a ação judicial e o envolvimento da opinião pública por meio dos jornais. Para Elciene Azevedo (2010) a atitude dos escravos de utilizarem a via jurídica e somar a isso a utilização dos jornais como instrumentos de luta, obrigou as autoridades a tomarem decisões políticas sobre o que era de direito nas ações em que envolviam escravizados. Para a autora de *O direito dos escravos* (2010), a politização das disputas jurídicas nos jornais funcionava como pressão sobre os juízes e como formação da opinião pública.

Os periódicos foram usados com instrumentos de lutas contra a escravização, mas também, como se vê nas publicações em defesa de Dona Jesuína, foram usados em defesa da escravidão e da propriedade privada, bem como da imagem pública dos proprietários. Dona Jesuína chega a se fender de ter sido acusada de reduzir pessoa livre a escravidão

Accusada perante o paiz de quere reduzir á escravidão pessôa livre, quando procuro fazer valer o meu direito sobre quatro partes que comprei na escrava Maria José, do quem um herdeiro alforreou a quinta parte somente, e isto depois de haverem os outros herdeiros vendido as suas partes, offereço á apreciação do governo e do paiz o termo de entrega judicial, que me foi feita, da mesma Maria José, donde se evidencia a má fé com que argumenta o Senhor Elias Souto, que, tendo sido depositario da escrava em questão, sabe que esta por sentença do juiz de orphãos, o Senhor doutor Novaes Junior, fora constrangida a vir servir-me até exhibir a quantia de 200\$000 em que foram arbitradas as partes que na mesma tenho, ou contractar serviços com que possa realisar a indenisação a que tenho incontestavel direito. Cidade do Assú, 20 de Junho de 1877. *Jesuina Soares de Macêdo*.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> Ao Público e ao governo. Brado conservador. Assu. 22 jun 1877. A pedido. p. 04.

A situação de Maria José, pertencente a múltiplos senhores, enquanto libertanda que recebeu alforria de uma das partes proprietária, parece ter continuado na condição de vida de escrava, como também Lucrecia. Essas situações eram semelhantes às que estavam sujeitos escravos coartados, que acertavam com seus senhores o pagamento da alforria em parcelas, mas quando não conseguiam cumprir o pagamento, mesmo já estando com uma parte quitada, eram reduzidos à escravidão (GONÇALVES, 2011).

Quanto aos casos de Maria José e Lucrecia abordados nesse artigo, ainda estão em início de estudo, inclusive o levantamento das fontes ainda se encontra em andamento. Portanto, há muito ainda o que se analisar sobre a condição dessas mulheres enquanto escravas ou libertas, mas já podemos perceber, por estes fragmentos de histórias, as dificuldades envolvidas na aquisição da alforria e a luta travada com autoridades, proprietários e sociedade pela liberdade.

#### **REFERÊNCIAS**

AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo**. Campinas, Editora Unicamp, 2010.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. MEC, 1955. p. 44.

CAVIGNAC, Julie. Índios, negros e caboclos: identidades fronteiras e etnias em perspectiva. O caso do Rio Grande do Norte. In: CAVIGNAC, Julie; CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin. **Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades**. Natal: EDUFRN, 2011. p. 195-244.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

FERNANDES, Luiz. **A imprensa periódica no rio Grande do Norte de 1832 a 1908**. 2ed. Natal: Fundação José Augusto, Sebo Vermelho. 1998.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 4. ed. São Paulo: Global, 2010

GONÇALVES, Andréa Lisy. **As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e Justiça no Brasil**. Campinas, Editora Unicamp, 2006.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOPES, Michele Soares. **Escravidão na Vila do Príncipe**: Província do Rio Grande do Norte (1850-1888). Natal, UFRN, 2011. Dissertação de Mestrado.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

MACÊDO, M. K. . Crime e Castigo: os escravos nos processos judiciais do Seridó. **Mneme**, v. 4, p. 1-21, 2003.

MACÊDO, M. K. . O sertão negro: escravos nos inventários e testamentos da ribeira do Seridó colonial. **Mneme**, v. 9, p. 1/23-30, 2008;

MACÊDO, Muirakytan K. **Rústicos Cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Séc. XVIII). Natal: EDUFRN/Flor de Sal, 2015.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MEDEIROS, Tarcísio. **Estudos de História do Rio Grande do Norte**. Natal: tipografia Santa Cruz, 2001. p. 52.

POMBO, Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, EDUSC, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras; CNPq, 1988.

SOUZA, Aldinízia de Medeiros. **Alforrias possíveis em espaços periféricos**. Natal, UFRN, 2013. Dissertação de mestrado.

## POPULAÇÃO NEGRA NO SERTÃO PARAIBANO: VILA FEDERAL DE CATOLÉ DO ROCHA (1836-1866)

Anicleide de Sousa<sup>33</sup>

### INTRODUÇÃO

Em seu trabalho *O declínio da escravidão na Paraíba, 1850-1888*, a historiadora Diana Galliza (1979) mostra que os autores considerados clássicos da historiografia paraibana e que analisaram a economia sertaneja desprezaram o papel desempenhado pelo escravo negro ou atribuíram-lhe pouca importância na organização do trabalho no sertão paraibano. Como exemplo, ela cita Irineo Joffily (1977)<sup>34</sup> e José Américo de Almeida (1980)<sup>35</sup>, por afirmarem que no sertão a existência de escravos foi pouco significativa devido à atividade da pecuária ser normalmente executada pelos indígenas. E mesmo quando apontaram a presença escrava nesta região, argumentavam que era uma forma de exploração utilitária, doméstica e de demonstração de riqueza por parte das famílias abastadas da região.

Nessa perspectiva, a pesquisa desenvolvida por Diana Galliza (1979) foi muito significativa, pois se contrapunha a esta historiografia tradicional, constatando expressivo número de escravos nas regiões sertanejas. A documentação analisada pela autora aponta que no ano de 1852 em Catolé do Rocha existia 1.108 escravizados. Constatando que estes foram importantes na economia sertaneja, participando do trabalho produtivo da região, realizando atividades na área criatória e doméstica (GALLIZA, 1979, p.102), concluindo que, a presença do negro não foi inexpressiva, o isolamento da área sertaneja levou seus proprietários a desenvolverem um tipo de economia voltado para a satisfação de suas necessidades, e nesse tipo de economia, os escravos exerceram as mais variadas atividades (GALLIZA, 1979, p. 208).

Todavia, e em que pese se referirem aos cativos no Sertão, estes trabalhos não apresentam o escravo como sujeito histórico, ou seja, não apontam as vivências dos mesmos, suas relações

---

<sup>33</sup> Discente do PPGH/UFPB- Orientadora: Profa. Dra. Solange Pereira da Rocha- PPGH/DH/NEABI/UFPB

<sup>34</sup> JÓFFILY, Irineo. **Notas sobre a Parahyba**. 2ª Ed. Brasília, Thesaurus, 1977; e destacamos ainda que, *Notas sobre a Parahyba*, fac-símile da primeira edição foi publicada no Rio de Janeiro, em 1892, com prefácio de Capistrano de Abreu.

<sup>35</sup> ALMEIDA, José Américo de. **A Parayba e seus problemas**. 3ª ed. João Pessoa: A União, 1980, cuja primeira edição publicada no ano de 1923.

familiares e as redes de sociabilidade formadas nesses espaços. Temos nesse campo uma nova produção historiográfica, que tem grande influência nas reflexões em torno da formação da classe operária inglesa, do historiador inglês Eduard Palmer Thompson, em que aponta a necessidade de inserir a experiência dos que comumente são excluídos da história oficial. A partir de seus desdobramentos teóricos e políticos, Silvia Lara (1995) afirma que, historiadores brasileiros insistiram na necessidade de incluir a experiência dos escravos na história da escravidão no Brasil. Ainda segundo a autora, a “inclusão dos excluídos” vem acompanhada necessariamente, de uma nova abordagem na análise da relação senhor-escravo. Ao abordarmos o tema da escravidão e das relações entre senhores e escravos, lembramos com Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades. Assim, as relações entre senhores e escravos são fruto das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração (LARA, 1995, p. 46).

Um dos trabalhos pioneiros neste sentido foi o da historiadora Kátia Mattoso que, ao explicar a escolha do título para o seu livro, assegura que, *Ser escravo no Brasil*, na voz passiva, não é uma figura de estilo: implica o desejo de adotar o próprio ponto de vista do escravo e aponta a vontade de acompanhar cada passo de sua vida individual e coletiva, desde a sua captura em África e o processo de despersonalização, como já no Brasil, da sua reconquista de personalidade adaptada (MATTOSO, 2003, p. 12). Assim sendo, a autora inovou ao afirmar que sua pesquisa buscava analisar a sociedade a partir da perspectiva do indivíduo escravizado o que desencadeou o desenvolvimento de novos trabalhos nesta perspectiva, abordando diversas questões que envolviam a vida dos escravos.

#### **UM NOVO OLHAR SOBRE O TEMA: A FAMÍLIA ESCRAVA NA HISTORIOGRAFA BRASILEIRA**

Kátia Mattoso inaugura uma perspectiva diferenciada de perceber o sistema escravista, a partir do conhecimento se vivências do escravo. Nesse campo de estudo, a família escrava é um tema que vem ganhando bastante espaço entre os pesquisadores, principalmente por criticar uma historiografia que enxerga a vida sexual e familiar do escravo como um problema cultural ou de imensa promiscuidade. Essas novas pesquisas, como afirma Robert Slenes (2011) são

baseadas principalmente nas novas fontes demográficas e focalizando especialmente o Sudeste do país, demonstrando não somente a existência do “lar” da família escrava, como também a sua importância na formação de uma identidade compartilhada. O autor também destaca que os novos estudos não amenizam a visão de horrores da escravidão nem procuram fazer isso, apenas devolvem ao escravismo sua “historicidade” como sistema construído por agentes sociais múltiplos, entre eles senhores e “escravos”. Dessa forma o autor conclui que,

[...] no Brasil, o fogo doméstico dos escravos, além de esquentar, secar e iluminar o interior de suas “moradias”, afastar insetos e estender a vida útil de suas coberturas de colmo, também lhes servia como arma na formação de uma identidade compartilhada (SLENES, 2011, p.256).

Nessa mesma perspectiva, a historiadora Isabel Reis (2001), em estudos sobre família escrava na Bahia no século XIX, não somente confirmou a existência de famílias negras, como também identificou estratégias utilizadas pelos escravos na busca da manutenção e estabilidade de seus laços familiares. Ela conclui que a família escrava, mesmo não se baseando necessariamente no casamento legal ou na coabitação do casal, não desqualifica como relações de parentesco, nem as tornam menos intensas e significativas do que as das famílias nucleares tradicionais e que a experiência de vida familiar negra pode ser facilmente relacionada à resistência ao sistema escravista, principalmente quando recordamos as fugas empreendidas por cativos “casados”, “amásios”, mulheres escravizadas que fugiram grávidas, “pejadas”, “às vésperas de parir” ou levando consigo um, dois, ou mais filhos, muitas vezes ainda pequenos. É com esse intuito que buscamos identificar a formação dessas famílias escravas no Sertão paraibano, na Vila de Catolé do Rocha entre 1830 e 1860, e as estratégias empreendidas pelas mesmas, na busca de conservação desse convívio familiar, entendendo não somente como estratégia de resistência ao sistema escravista, mas como, também, de manutenção de suas relações.

No que diz respeito à produção historiográfica sobre escravidão na Paraíba, destacamos uma produção acadêmica recente, como os trabalhos desenvolvidos por historiadores como Solange Pereira da Rocha (2007), que buscou compreender como homens e mulheres negros - escravos e não escravos- estabeleceram arranjos familiares e as estratégias elaboradas para reconstruírem seus laços parentais na Paraíba oitocentista. Portanto, o sacramento do batismo

foi amplamente difundido em diferentes grupos sociais, o que indica a formação de uma ampla rede de sociabilidades entre a população negra e outras parcelas da população, como pobre e livre.

Temos também a pesquisa de Luciano Mendonça de Lima (2008), que apresenta a dinâmica da escravidão no município de Campina Grande, deu ênfase ao processo de formação de uma cultura de resistência escrava no século XIX. O autor dessa forma buscou a partir da análise de uma variada documentação, como, inventários *post-mortem*, processos criminais, ações cíveis de liberdade e escravidão, livros de assentos de batismos, casamentos e óbitos, reconstituir essas ações. Compreendendo não somente como resistência as ações formais de liberdade, como também os outros meios, como a formação de redes de sociabilidades através do compadrio.

Posteriormente a historiadora Maria Vitória Lima (2010) refletiu sobre a questão da liberdade, na Paraíba, no século XIX e os diversos significados para a população negra, escrava e livre, analisando os conflitos e os embates que surgiram em torno dessa discussão, tendo como um dos focos de análise a festa negra, que segundo a autora, serviu como forma de definição de identidade, de criação de laços de sociabilidades na população que permaneceu escrava e livre.

No que se refere ao estudo da escravidão no espaço sertanejo, como já citamos, destacam-se as pesquisas desenvolvidas por Ana Paula Moraes (2009), no período colonial e Wlisses Abreu (2011), no período imperial. Ambos analisaram as relações sociais vivenciados entre senhores e escravizados no sertão paraibano. Mesmo trabalhando com recortes temporais diferentes as constatações foram semelhantes, pois Moraes e Abreu identificaram que a população escravizada buscou manter sua identidade, utilizando sua liberdade de ação que o sistema lhes permitia para resistir e buscar sua liberdade, e que de forma gradativa, ampliaram seus limites de atuação através da construção de diversas sociabilidades.

Além destes trabalhos, destacamos também, mais recentemente, as pesquisas desenvolvidas por Solange Alves (2015) e Eduardo Queiróz (2015), que analisaram as relações de compadrio e formação de laços espirituais de escravos na região do Cariri paraibano, Vila de São João do Cariri, nos períodos Colonial e Imperial, respectivamente. Constataram não somente a formação desses laços de solidariedades, como também a importância desses rituais para melhores condições de vida para os escravizados dessa região.



Utilizando-se do método da demografia histórica<sup>36</sup>, desenvolvemos um estudo sobre a família escrava, identificando a formação de uma rede de sociabilidades da população escrava através do batismo. Sendo um dos sacramentos mais importantes da Igreja Católica, o batismo é caracterizado pela formação de um parentesco espiritual entre os padrinhos e os afilhados, permitindo uma espécie de extensão familiar e também como um meio de inserção social, devido à formação de uma rede de solidariedade entre os pais da criança e os pais espirituais. Ou seja, havia quase sempre, quando na escolha dos padrinhos, interesses maiores envolvidos, como o estabelecimento de novos laços de sociabilidades, ou o fortalecimento de já existentes.

Entendendo o conceito de redes de sociabilidades a partir do que o Burke (2012) aponta, afirmando que, as *redes de sociabilidade* entendidas como relações de interações sociais estabelecidas entre pessoas com mesmo *status* social ou de diferentes condições de classe, entre as quais prevaleciam sentimentos de reconhecimento e solidariedade baseados, por exemplo, nessa pesquisa, em alianças de parentesco espiritual forjadas no momento do batismo, primeiro sacramento católico, cuja função era de estabelecer e fortalecer relações de amizade e de vizinhança, assim como garantir um espírito familiar que ia para além dos vínculos consanguíneos e que ao longo de suas vivências poderia assegurar apoio mútuo, estabelecido em redes de solidariedades verticais e horizontais (p. 103-108).

#### **DEMOGRAFIA DA FAMÍLIA ESCRAVA: COMPADRIO E FORMAÇÃO DE REDES DE SOLIDARIEDADES NA VILA DE CATOLÉ DO ROCHA, 1836-1842**

Catolé do Rocha está localizada no Sertão paraibano, a aproximadamente 400 km de distância da capital, João Pessoa, numa região de clima semiárido, com basicamente duas estações climáticas definidas, inverno e verão, e com uma população de aproximadamente 30.000 habitantes nos dias de hoje. A ocupação do território paraibano se deu primeiramente na região litorânea. Segundo Marisa Teruya (2002), as primeiras expedições que penetraram no sertão paraibano a partir do século XVII, seguiram um “caminho de gado” traçado do sul para o norte, que partiu da Bahia, seguiu o curso do rio São Francisco, e atingiu os sertões de Pernambuco e da

---

<sup>36</sup> A demografia histórica define-se como campo do conhecimento que baseado em dados fornecidos por registros e recenseamentos, corresponde ao estudo quantitativo de populações humanas com vistas a identificar o estado (estrutura) e o movimento (dinâmica) de tais populações.

Paraíba. Estas expedições pertenciam às famílias baianas Garcia d'Ávila (Casa da Torre), Rocha Pitta, Oliveira Ledo e também do conhecido bandeirante Domingos Jorge Velho, cujas tropas eram compostas por paulistas (TERUYA, 2002, p.26).<sup>37</sup>

A cidade de Catolé de Rocha foi fundada em 1755, a doação do terreno foi feita por Francisco da Rocha Oliveira, para a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora dos Remédios, em uma fazenda. Marisa Teruya aponta que, no ano de 1834, foi oficializada a Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de Catolé do Rocha e em seguida no mesmo ano foi elevada à categoria de Vila, passando a se chamar “Villa Federal de Catolé do Rocha”, que serviu como rota de passagem entre os tropeiros que cortavam os caminhos daquela região, tendo sido, entre os séculos XVIII e XIX, um ponto de grande concentração de escravos.<sup>38</sup>

#### **A LEGISLAÇÃO ECLESIAÍSTICA E O SACRAMENTO DO BATISMO**

O batismo, um dos sacramentos mais importantes da Igreja Católica, é caracterizado pela formação de um parentesco espiritual entre os padrinhos e os afilhados, permitindo uma espécie extensão familiar. E também como um meio de inserção social, devido à formação de uma rede de solidariedade entre os pais da criança e os pais espirituais. Ou seja, havia quase sempre, quando na escolha dos padrinhos, interesses maiores envolvidos, como o estabelecimento de novos laços de sociedade, ou o fortalecimento de já existentes.

Os registros eram realizados com base em normas instituídas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, 1707<sup>39</sup>. Nele deveria conter informações a respeito do

---

<sup>37</sup> A historiadora afirma com base na historiografia seguinte: SEIXAS, Wilson. Casa da Torre e Bandeirantismo na Conquista do Sertão. In: MELO, José O.; RODRIGUES, Gonzaga (orgs.). **Paraíba**. Conquista, Patrimônio e Povo. João Pessoa: Grafset, 1993, p.57-66; Fernandes, Irene R. A Capitania Real da Paraíba. Bases Históricas de sua Formação Econômica: 1574- 1799. **Textos NDIHR**, n25. João Pessoa: UFPB, 1991.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**. Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993. Fernandes, Irene R. op. cit., p.16. Sobre as famílias paraibanas, ver BASTOS, Sebastião de A. **No Roteiro dos Azevedo e outras Famílias Nordestinas**. João Pessoa: Gráfica Commercial, 1954.

FERNANDES, Irene R. op.cit.; MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1997.

<sup>38</sup> Com base em: MARIZ, Celso. **Notícia Histórica do Catolé do Rocha**, 2 ed., Coleção Mossoroense, v.CXXII, 1980, p. 27.

<sup>39</sup> As Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. A obra teve por origem um sínodo de 1707 que objetivava a organização da vida religiosa no Brasil Colônia e é considerado um dos mais importantes documentos de cunho religioso dos tempos coloniais.

batizando, como consta nas Constituições, por exemplo a idade do batizando, nome do pai e da mãe, e dos padrinhos, data e lugar da realização do batismo, dentre outras. Observamos a importância do ritual do batismo, sendo o primeiro sacramento da fé católica, tornando obrigadas todas as paróquias a terem o registro de cada criança que fora batizada. Além das instruções para o registro, também podemos encontrar como deve ser realizado o ritual do batismo e as condições impostas para sua realização, como mostra, conformando-nos com a disposição do Santo Concílio Tridentino, que não se admitisse mais de um padrinho e duas madrinhas, e que os mesmos devem ser escolhidos pelos pais da criança, ou responsável. Notamos então, que é recomendado que se tivesse apenas um padrinho e uma madrinha, de preferência os dois juntos. Nunca, duas madrinhas ou dois padrinhos, sendo os pais principais responsáveis pela escolha dos padrinhos. Deixando também exposto na legislação a função dos padrinhos, que através do batismo, tornavam-se pais espirituais daquela criança, tornando-se responsáveis pela educação cristã dos bons costumes do seu afilhado.

Tais determinações não excluíam parcela alguma da população. Pessoas livres, libertas, escravizadas, índios e enjeitados, todos sem exceção deveriam receber sacramento do batismo indistintamente. Sem o batismo não haveria salvação de sua alma, sendo o batismo o sacramento de iniciação a vida cristã Católica. Portanto, segundo Rocha (2007), estes documentos tinham valor civil e religioso. Os indivíduos negros livres ou libertos, por exemplo, sempre considerados, potencialmente, como escravos, quando acusados de serem cativos, poderiam dispor da certidão de batismo para provarem a sua condição legal. O senhor de escravo também, se envolvido em demanda jurídica de posse de escravo, poderia solicitar o assento do batismo para provar ser dono de uma pessoa escrava.

Portanto, para pensar esse grupo social e as relações estabelecidas pelos mesmos no espaço sertanejo, devemos levar em consideração toda essa conjuntura que envolvia e regulava a vida desses indivíduos. Como também, buscar ir além do que está na legislação, mas, reconhecer no cotidiano dos escravos, nas ações que compõe suas vivências o estabelecimento desses vínculos afetivos, e a luta diária pela manutenção desses laços. E é através das fontes paroquiais, a priori, que tentaremos reconstituir um pouco dessas práticas através dos rituais católicos nos quais grande parcela dos escravos conseguiu se inserir e estabelecer relações sociais na Vila de Catolé do Rocha.

## BATISMO E COMPADRIO: O ESTABELECIMENTO DE LAÇOS ESPIRITUAIS E FORMAÇÃO DE REDES DE SOCIABILIDADES

A população escrava no sertão paraibano, sempre apresentou número reduzido, se comparado a outras áreas da Paraíba, como a região litorânea. O que não significa que essa população não teve sua importância no mundo do trabalho e na constituição das relações sociais no espaço sertanejo. Buscamos neste momento conhecer um pouco mais através das fontes paroquiais, como os escravos constituíam suas redes de sociabilidades em busca de melhores condições de vida, proteção, ou outros benefícios como a liberdade. Para tanto, fizemos uma aproximação inicial com a documentação, mais precisamente com os assentos de batismo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, da Vila de Catolé do Rocha, entre os anos de 1836-1842. Trata-se do primeiro livro de batismo que se encontra hoje na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, localizada em Catolé do Rocha. Além, desse, trabalharemos mais adiante com mais 05 (cinco) livros de batismo, que compreendem o limite temporal proposto em nossa pesquisa, que são de 1836-1859; 1845-1854; 1859-1861; 1837-1846; 1865-1873<sup>40</sup>.

Nos dados levantados no primeiro livro, que abrange os anos de 1836 a 1842, contabilizamos o número de 112 escravos sendo batizados na Vila de Catolé do Rocha e em fazendas pelos arredores. O que demonstra, em uma aproximação inicial, que os escravos daquela região foram protagonistas nesse espaço religioso, constituindo a partir do compadrio as suas redes de sociabilidades, visto a dimensão social que o estabelecimento desses laços tinha no período, pois, como afirma Brügger (2007) o compadrio estabelecia um vínculo de mão dupla, tanto os padrinhos podiam beneficiar-se, dos préstimos e da fidelidade dos afilhados quanto estes, esperavam contar com o cuidado, a proteção e o reconhecimento daqueles. Ou como argumenta Moraes (2011) dentro do “parentesco ritual”, por apadrinhamento, os escravos passavam a ter, por meio do patrono, dependendo do seu valor potencial, suas necessidades seculares atendidas como a manumissão, proteção contra castigos físicos, separação da família e abusos da justiça e, desta forma, amorteciam as forças negativas da escravidão. Assim sendo,

---

<sup>40</sup> Os livros de registros paroquiais estão todos localizados na Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, na cidade de Catolé do Rocha.

podemos concluir que os escravos na Vila de Catolé do Rocha, usaram dessa prática para estabelecer esse vínculo espiritual com os seus, mas também com outros grupos sociais.

No que tange a origem étnico racial das crianças escravas nascidas nesse período, o maior número delas são pardas, 53 (cinquenta e três), em seguida encontramos 34 (trinta e quatro) crianças registradas como pretas, apenas duas delas criolas e duas Gêntio de Angola, e 21 (vinte um) não constam a sua origem étnico racial em seus assentos de batismo. Percebemos que já no período de 1836-1842, um maior índice de crianças pardas, o que pode demonstrar a evolução no processo de mestiçagem no espaço sertanejo, e pensando esse segmento social na Parahyba, Guimarães (2013) afirma que o que se pode levar em consideração é de que a população parda da cidade da Parahyba do Norte possuía ascendência africana e que, além disso, há uma proximidade entre ser pardo e ser semibranco, termo demonstra uma proximidade com europeus na “cor” das pessoas, com os “brancos”, os semibrancos seriam, talvez, aqueles que se aproximassem muito da cor branca, mas, teriam um ascendente negro em sua origem. Ainda sobre os pardos, Rocha (2009), em sua pesquisa nas três freguesias no litoral da Província da Paraíba do Norte, constata que ao longo do século XIX, verificou uma presença significativa de pessoas pardas e que estas passaram a crescer numericamente no final do século XVIII, o que a fez levantar concluir que os proprietários de escravizados da Paraíba fizeram uso da reprodução endógena de escravos.

Fizemos também um levantamento sobre o tipo de filiação dos batizados escravos na Vila de Catolé, e encontramos 23 (vinte e três) casais de escravos de filiação legítima ou seja, esses casais tinham sua união reconhecida pela Igreja, provavelmente através de mais um ritual católico, como o casamento, que discutiremos mais na frente. Como é o caso de Evaristo, “**filho legítimo de Francisco e Maria** escravos do Tenente Coronel José de Sá Cavalcanti, nasceu a seis de novembro de mil oitocentos e trinta e sete, e foi batizado aos seis de janeiro do seguinte anno com os Santos óleos de mim há licença nesta Matriz pelo Padre José Ferreira Nobre Formiga **sendo seus padrinhos Ignácio José d’Oliveira e Maria Joaquina d’esta Freguesia**, de quem mandei fazer este assento em que assignei”<sup>41</sup>, no entanto, temos um índice muito alto de filhos naturais, 87 (oitenta e sete) que demonstram que os “pais eram solteiros”- ou uniões não reconhecidas pela igreja-, majoritariamente apenas com a presença da mãe nos registros, o que

---

<sup>41</sup> Livro de Registro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 1836-1842. APNSR.

não significa que no âmbito familiar não existisse a presença do pai, como é o caso de **Agostinha**<sup>42</sup>, filha natural de Josefa e escrava de Damião Rodrigues Monteiro; e do **José**<sup>43</sup>, filho natural de Ahtamaria, escrava de Donna Isabel de Sousa. E apenas dois registros que não constavam o tipo de filiação, que foram nos casos de **Joaquina**<sup>44</sup>, Gentio de Angola, batizado aos 20 (vinte) anos de idade, escrava de Vicente Ferreira de Paiva Júnior; e **Felícia**<sup>45</sup>, também gentio de Angola, batizada aos 09 (nove) anos de idade, escrava de Geraldo José de Freitas.

Segundo Brügger (2007) é importante para se conhecer a importância e significados do compadrio, e imprescindível analisar a condição jurídica dos padrinhos. Segundo Faria (1998) a não referência à cor/condição em assentos paroquiais corriqueiros e comum significava um reconhecimento social sobre a situação dos envolvidos; era a certeza da condição de livre. No caso da Vila de Catolé do Rocha, temos de forma expressiva 93 (noventa e três) padrinhos livres e 17 (dezesete) escravos, 01 (um) liberto e apenas 01(um) batizado pelo reverendo. No caso das madrinhas, 90 (noventa) eram livres, 20 (vinte) eram escravas, 02(duas) não constam. Notamos então, que a escolha das mães é preferencialmente por pessoas livres, pode significar para Alves (2015) que o parentesco espiritual com indivíduos livres era estratégico para os escravizados. Um padrinho e uma madrinha livre possuíam mais recursos financeiros para com os cuidados com o seu filho ou filha espiritual. Poderiam, por exemplo, comprar a carta de alforria, o que certamente era uma expectativa que se tinha por parte dos pais escravizados. Nos registros pesquisados encontramos para a Vila de Catolé do Rocha, apenas dois forros no ato do batismo, é um índice muito baixo, no entanto, era uma possibilidade.

Sobre a ausência dos padrinhos Brügger (2007) aponta que a se justifica por celebrações feitas às pressas, provavelmente em situações de risco de morte para a criança. No caso, da Vila de Catolé do Rocha, apesar a de poucos ausentes, muitos batizados eram realizados em diversos lugares, fazendas que possivelmente ficavam distantes da Igreja Matriz. Em relação aos padrinhos de mesma condição cativa, Brügger (2007) afirma que a escolha dos padrinhos poderia oscilar, preferencialmente entre os dois extremos sociais: padrinhos livres, visando

---

<sup>42</sup> Livro de Registro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 1836-1842. APNSR.

<sup>43</sup> Livro de Registro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 1836-1842. APNSR.

<sup>44</sup> Livro de Registro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 1836-1842. APNSR.

<sup>45</sup> Livro de Registro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 1836-1842. APNSR.

provavelmente possibilidades de ganhos, para seus filhos ou para si, ou cativos para reforçar as teias sociais estabelecidas na própria comunidade escrava.

Identificamos batismos realizados na Matriz da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, onde era o local onde deveria ser realizado, no entanto, encontramos também muitos batismos sendo realizados em fazendas, pois nesse período temos a existência de muitas capelas e oratórios na zona rural. Como é o caso de **Felipe**<sup>46</sup>, filho de Isabel, escrava de João Batista Barros, e foi batizado na Fazenda da Gangorra, no Oratório do Major Batista. Temos também o caso de **Joanna**<sup>47</sup>, filha de Joanna, escrava de Manoel Ferreira Callado, que foi batizada na Capela da Conceição. Constam também o nome de outras fazendas, como a Fazenda Santo Antônio, Fazenda Santa Luzia, Fazenda Riacho dos Cavalos, Sítio Genipapeiro, Sítio Jatobá, Sítio Boqueirão, que nos dias atuais ainda existem, e alguns lugares mais distantes se tornaram pequenas cidades<sup>48</sup>.

Em relação aos proprietários de escravos, destacamos alguns nomes que chamam atenção pela sua distinção social, como o Tenente Coronel José de Sá Cavalcanti, Capitão Joaquim Gomes de Faria, Capitão Antônio Fernandes Pimenta e Francisco Caetano de Carvalho Júnior, em que aparecem como proprietário de dois e até cinco escravos. O que para o espaço sertanejo é um número considerável de escravos. Destacamos ainda o número de 22 (vinte e duas) mulheres como proprietárias de escravos, dentre elas viúvas, solteiras, ou aparecem ao lado de seus maridos<sup>49</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa aproximação inicial nos permite perceber um pouco da inserção social do escravo no espaço religioso, como também perceber a importância do ritual do batismo e o estabelecimento do compadrio para esse grupo social, visto que constatamos a união de escravos reconhecidos pela igreja – o ritual do casamento religioso e de batismo e a expansão de seus laços de sociabilidades, a formação de uma extensão familiar espiritual, através do batismo. Convergindo assim, com o que afirma Brügger (2007) que a especificidades do compadrio reside exatamente no fato de apresentar a possibilidade de extensão, permitindo que se criasse sólidos vínculos

---

<sup>46</sup> Livro de Registro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 1836-1842. APNSR.

<sup>47</sup> Livro de Registro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 1836-1842. APNSR.

<sup>48</sup> Livro de Registro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 1836-1842. APNSR.

<sup>49</sup> Livro de Registro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 1836-1842. APNSR.



entre pessoas das mais diferentes condições sociais, que passavam a se reconhecer como parentes.

Concordando com Alves (2015) podemos considerar que a participação dos rituais da Igreja possibilitava aos escravizados a construção de sociabilidades e parentescos que tinham a funcionalidade de produzir melhores condições de sobrevivência no sistema escravista com favorecimentos, benefícios e a máxima de uma obtenção de liberdade. Os escravizados tinham ciência destas possibilidades, pois muitos fizeram uso dos rituais religiosos. Na Vila de Catolé do Rocha percebemos a escolha, principalmente por padrinhos livres, e ser livre em uma sociedade escravista era considerado uma distinção social, que demonstra o interesse desses pais ao escolherem os padrinhos de seus filhos em obter algum tipo de benefício, configurando dessa forma uma forma de resistência ao sistema escravista que os cativos da Vila de Catolé utilizaram para uma melhor sobrevivência as agruras da escravidão.

#### **FONTES MANUSCRITAS**

**Acervo da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, Catolé do Rocha, Paraíba.**

Livro de Batismos da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, 1836-1842.

#### **FONTES IMPRESSAS**

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1707. São Paulo: Typografia de Antonio Louzada Antunes, 1853 [1707], Livro Primeiro.

#### **REFERÊNCIAS**

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência 1850-1888.** Dissertação (Mestrado). Campina Grande PPGH/UFCG. 2011.

ALVES, Solange Mouzinho. **Parentescos e sociabilidades: experiências familiares dos escravizados no sertão paraibano (São João do Cariri), 1752-1816.** Dissertação (Mestrado). João Pessoa, PPGH/UFPB, 2015.

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky; DE LUCA, Tania Regina (Org.) **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009, p. 93-118.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João Del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 914; 315-347.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Tradução Klauss B. Gerhardt, Roneide V. Majer, Roberto Ferreira Leal. 2. Ed. ampl. São Paulo: Unesp, 2012.

CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. **Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri/1850-1872)**. Dissertação (Mestrado). João Pessoa, PPGH/UFPB, 2015.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande – Século XIX. Recife, Tese (Doutorado), PPGH/UFPE, 2008.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Recife, Tese (Doutorado), PPGH/UFPE, 2010.

MATTOS, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da liberdade**: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. Dissertação (Mestrado). Campina Grande, UFCG, 2009.

MOTTA, José Flávio. A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Historiografia brasileira em debate**: olhares, recortes e tendências. CEDHAL/FFLCH. Universidade de São Paulo, 2002, p. 235-254.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888**. - Campinas, SP. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. Recife, Tese (Doutorado), PPGH/UFPE, 2007.

\_\_\_\_\_. A Lei 10.639/03 na primeira década: reflexões, avanços e perspectivas. In: AIRES, José Luciano de Queiroz (Org.). **Diversidades étnico-raciais e interdisciplinaridade**: diálogos com as Leis 10.639 e 11.645. Campina Grande: EDUFCG, 2013.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Viagem através da Província da Paraíba**. SEC-PB: João Pessoa, 1985.

SLENES, Robert W. **Na Senzala uma flor- esperanças e recordações na formação da família escrava:** Brasil Sudeste, século XIX. -2ª ed. corrig. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SILVA, Eleonora Félix. **Escravidão e resistência escrava na “Cidade D’Arêa” oitocentista.** Dissertação (Mestrado). Campina Grande, UFCG, 2010.

TERUYA, Marisa T. **Família e Poder na Paraíba:** Os Maias de Catolé do Rocha/PB – Um Estudo de caso sobre Práticas Endogâmicas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995.

TERUYA, Marisa T. **Trajetória Sertaneja:** Um Século de Poder e Dispersão Familiar na Paraíba, 1870-1970. Tese (Doutoramento em História Social), Universidade de São Paulo/USP, 2002.

## **RESISTÊNCIA À NEGOCIAÇÃO DE COMPRA E VENDA DO ESCRAVO GREGÓRIO: ALFORRIA DE ESCRAVOS NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

Clara Maria da Silva<sup>50</sup>

Aristildes Moraes da Silva Neto<sup>51</sup>

### **INTRODUÇÃO**

No ano de 1877, em Assú, no periódico *Brado Conservador* de grande circulação na cidade, começam a ser publicadas recorrentes matérias sobre a venda de um escravo chamado Gregório, de apenas 7 anos, e a luta de seu pai para comprar a alforria de seu filho.<sup>52</sup> Os editores do jornal nas matérias publicadas, no entanto, criticam bastante a ação do 1º suplente do Juiz Municipal de Órfãos e do Juiz de direito da Comarca por acusá-los de dificultarem e impedirem o pai de Gregório, mesmo tendo o direito garantido pela lei, de comprar a alforria de seu filho. O Jornal acusa abertamente esses funcionários da justiça de terem laços de amizade com o negociante de escravos - dono de Gregório - e por isso facilitar a venda do escravo.<sup>53</sup>

A partir do estudo deste caso podemos examinar diversas questões que envolvem a escravidão e seus contextos: a dissolução das famílias, a luta dos escravos ou ex-escravos para conseguirem a liberdade de seus parentes, o constante conflito entre os senhores e esses escravos para entrarem em acordo quanto ao valor de compra da alforria. Também é relevante compreender quais eram os interesses do *Brado Conservador* em publicar esta matéria e defender, neste momento, a causa de Gregório, de mobilizar todo um veículo de comunicação, de grande circulação e influência na cidade do Assú, para falar sobre este assunto.

Por meio dos documentos consultados percebemos que havia interesses políticos por trás da publicação de tais matérias, divergências entre grupos políticos daquela sociedade. Neste sentido, é válido também percebermos até que ponto este Jornal é realmente a favor da liberdade

---

<sup>50</sup> Discente do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientador: Prof. Dr. José Evangelista Fagundes - Departamento de História (UFRN). Email: claramaria\_s@hotmail.com.

<sup>51</sup> Discente do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientador: Prof. Dr. José Evangelista Fagundes - Departamento de História (UFRN). Email: aristildes2011@outlook.com.

<sup>52</sup> PUBLICAÇÕES SOLICITADAS, Jornal *Brado Conservador*, 30 de março de 1977, n.24, p.3

<sup>53</sup> Jornal *Brado Conservador*, 1877, 2 de março de 1877, n. 20, p.1-2

dos escravos, até porque ainda estávamos em um Império escravista, de constante usufruto desta mão-de-obra, que neste momento se utiliza do tráfico interno de escravos para poder manter a economia funcionando.

O presente trabalho está vinculado ao Projeto de Extensão desenvolvido no LEHIS/UFRN (Laboratório de Experimentação em História Social) intitulado: “A imprensa no período imperial: fontes para o ensino e pesquisa da escravidão e das lutas dos negros no Rio Grande do Norte”, sob coordenação do Prof. Dr. José Evangelista Fagundes, que conta com a colaboração das professoras Antônia Márcia e Aldinízia de Medeiros.

### **O ESCRAVO GREGÓRIO E A LUTA PELA ALFORRIA**

Entendamos. Em dezembro de 1876, Francisco da Gama procura Álvaro Fragoso de Albuquerque pedindo ajuda e explicando o seu caso. Ele relatou que tinha um filho, escravo, de 7 anos de idade e havia apurado com todo o sacrifício alguns bens que possuía para poder comprar a alforria do filho. O pai de Gregório acrescentou que o negociante de escravos, Felipe Maximo, no entanto, não aceita a quantia proposta por Gama e, na verdade, tenta dificultar ao máximo a negociação com o pai de Gregório. É quando Gama resolve procurar Álvaro Albuquerque para tentar pelos meios legais adquirir a alforria do filho.

Gama requer então um arbitramento de valor ao Juiz de órfãos do termo para conceder a liberdade a Gregório. Tal ação somente é possível, em razão da promulgação da lei de 1871, também conhecida como “Lei do Ventre Livre”. Apesar de ser conhecida por este nome, e em seus primeiros artigos garantir a liberdade das crianças nascidas de mãe escravas a partir da data da publicação da Lei, ela também prevê uma série de outros direitos aos escravos.

A lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, declara em seus primeiros artigos a liberdade aos filhos de mulheres escravas que nascessem a partir daquela data. No entanto, por que esta lei também se aplica ao caso do escravo Gregório? O artigo 4º da mesma lei autoriza os escravos a acumularem pecúlio, e desta forma, o parágrafo 2º determina

§ 2º O escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito a alforria. Se a indenização não fôr fixada por accôrdo, o

será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventários o preço da alforria será o da avaliação.<sup>54</sup>

Fica garantido em lei, então, a possibilidade da compra da alforria dos escravos, caso eles tenham recursos - que era o caso de Gregório, seu pai possuía o dinheiro para tal ação. Além disso, garante, que, na negociação do valor da alforria - que seria avaliado com base no preço do escravo - caso se tenha a desconfiança da imposição de um valor não compatível com o preço deste, seria possível uma ação de arbitramento de valor.<sup>55</sup>

Essas disposições significam, então, que qualquer cativo que conseguisse obter dinheiro suficiente para pagar pelo seu preço teria o direito à liberdade. Apesar de o pecúlio ser uma prática costumeira mesmo antes da aprovação da Lei de 1871,<sup>56</sup> ter garantido em lei tal ação tornava legal tanto o acúmulo de pecúlio quanto recorrer à Justiça para adquirir a alforria. Era uma maneira oficial de conseguir a liberdade, uma maneira do escravo Gregório conseguir conviver, em liberdade, com o seu pai, Francisco da Gama, e sua mãe, Luiza, ex-escrava de Jeronymo Francisco de Oliveira.

Diferentemente do que acontecia na primeira metade do século XIX, a partir da aprovação da lei de 28 de setembro de 1871, passa-se a ter a possibilidade dos escravos acumularem pecúlio, *mediante consentimento do senhor*. Os escravos tem então a possibilidade de comprar sua alforria, e caso os senhores e os cativos não chegassem a um acordo, a Justiça mediava este acordo. É quando o público começa a interferir no privado. De acordo com Chalhoub, é o direito costumeiro que possibilita, mesmo antes de 1871, os escravos de acumularem pecúlio.

Kátia Almeida, em seu artigo *Da prática costumeira à alforria legal*, demonstra a importância dessa lei para os escravos

A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, representou um divisor de águas na prática da alforria, por ser a primeira a regulamentar o direito que o escravo tinha de formar um pecúlio - apesar de já ser essa uma prática costumeira

<sup>54</sup> Coleção das Leis do Império do Brasil de 1871, Tomo XXXI, Parte I, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1871, p. 147-151.

<sup>55</sup> Quando se entra na Justiça com um pedido de revisão do valor do escravo, neste momento é a Justiça que se responsabilizará por determinar o preço do escravo, não mais seu senhor ou um negociante.

<sup>56</sup> Perdígão Malheiro, em seu livro *A Escravidão no Brasil* publicado em 1866, já afirmava: "Não é raro, sobretudo no campo, ver entre nós cultivarem escravos para si terras nas fazendas dos senhores, de consentimento destes; fazem seus todos os frutos, que são seu pecúlio. - Mesmo nas cidades e povoados alguns permitem que os seus escravos trabalhem como livres, dando-lhes porém um certo jornal; o excesso é seu pecúlio: - e que até vivam em casas que não as dos senhores, com mais liberdade". (MALHEIRO, 1866, v.I, p. 63)

consagrada –, prevendo também indenizações forçadas, além de estabelecer a liberdade do ventre. O reconhecimento do pecúlio representou uma vitória para os escravos, pois, a partir de então, ao falharem as negociações com os senhores, havia a possibilidade de o escravo solicitar a mediação da justiça com o depósito e arbitramento do valor de sua alforria. (ALMEIDA, 2009, p.176)

Apesar de apenas uma ínfima parcela da totalidade dos escravos, seja no Rio Grande do Norte, seja em outras províncias, terem conseguido ter acesso a justiça e recorrer utilizando dessas leis para garantir o seu direito à liberdade, é preciso considerar que muitos escravos, assim como Gregório foram impedidos de comprar suas alforrias, apesar de terem o pecúlio necessário.

A partir de 1871 os escravos passam a ter garantidos em Lei o direito de comprar suas alforrias. Como vemos ao conhecer mais a história de Gregório, infelizmente a promulgação de uma lei não é suficiente nem é a certeza de que será cumprida. No entanto, temos a compreensão de que os escravos são sujeitos agenciadores de suas histórias, têm vontades e decidem sobre suas formas de luta, e podem exercer pressão na aprovação de uma lei como esta, que em parte foi resultado de suas lutas individuais e coletivas. Segundo Sidney Chalhoub:

[...] O texto final da lei de 28 de setembro foi o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos haviam adquirido pelo costume e a aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros. [...] Na verdade, a lei de 28 de setembro pode ser interpretada como exemplo de uma lei cujas disposições mais importantes foram ‘arrancadas’ pelos escravos às classes proprietárias. [...] foi de certa forma uma conquista dos escravos, e teve consequências importantes para o processo de abolição na Corte. [...] (CHALHOUB, 1990, p.159-161)

A compra da alforria envolve uma série de questões externas, não é porque o escravo conseguiu juntar o pecúlio que conseguirá a liberdade. Os conflitos de interesses, a amizade e o compadrio entre o negociante de escravos, o 1º suplente do juiz de órfãos, o juiz de direito da comarca e o advogado e procurador do negociante fazem com que eles se ajudem mutuamente e impeçam que Gama compre a liberdade de Gregório. Devemos lembrar também que este caso ocorre no ano de 1876, período de vigor da Lei que impedia o tráfico transatlântico de escravos, o que fez com que muitos escravos no norte fossem vendidos para as regiões mais produtivas, que seria a sul, ou seja, o comércio interno nesta época era muito lucrativo e alguns senhores de escravos procuravam meios de conseguir obter mais e mais lucro.



A maior busca por lucro por parte dos senhores é uma consequência deste crescente desenvolvimento do capitalismo no XIX. Nesse período ocorreram mudanças na economia mundial: redistribuição espacial, aumento quantitativo na produção de produtos tropicais, reestruturação qualitativa das relações sociais e dos processos organizadores do mercado mundial. Nasce então, um mercado mais ou menos autorregulador, onde as condições políticas mundiais mantidas e estabelecidas pelo Estado britânico, tornam-se mediadores entre produtores e consumidores, e a oferta, a demanda e o preço apareceram como os determinantes da divisão do trabalho e do fluxo de mercadorias no mercado mundial.

Juntamente com este crescimento material da economia mundial, alguns países procuram aumentar o seu comércio, participar desta economia mundial. Dale Tomich, por exemplo, interpreta que a escravidão ganha outro sentido a partir deste novo modelo e crescimento do capitalismo, o que modifica completamente o caráter sistemático da escravidão. “(...) Os centros emergentes de produção escravista viam-se agora cada vez mais integrados na produção industrial e impelidos pela ‘sede ilimitada de riqueza’ do capital.” (TOMICH, 2011, p.87)

Enquanto na Inglaterra, a luta era pelo fim da escravidão, no Brasil, neste novo momento de explosão capitalista, este sistema era de fundamental importância. O escravo como mão de obra produtiva ganhou precedência sobre o escravo como mercadoria. “Os mesmos processos que contribuíram para a abolição da escravidão no Império britânico redundaram na intensificação da produção escrava em outras partes do hemisfério (...)” (TOMICH, 2009, p.89) Casos como o de Gregório, do seu negociante de escravos utilizar sua rede de sociabilidades para impedir a liberdade do mesmo e assim continuar obtendo lucro por meio desta criança escrava, demonstra este constante jogo comercial.

Retornando as relações dos personagens envolvidos, podemos perceber o entrelace entre as demandas pública e privada. De acordo com Uricoechea, havia ambiguidades em relação às definições entre o centro do império e as províncias, em que “[...]por um lado, num governo relativamente centralizado e, por outro, numa oligarquia agrária relativamente poderosa, sendo que a eficiência daquele - dada a natureza patrimonial e diletante do governo local - dependia da cooperação litúrgica angariada desta última[...].” (URICOECHEA, 1978, p.109). Natureza diletante não fazia distinção entre público e privado, de modo que funcionários locais do estado se beneficiaria de seus cargos, enquanto instrumento de seus interesses.

## O JORNAL *BRADO CONSERVADOR* EM DEFESA DA LIBERDADE DE GREGÓRIO

O jornal *Brado Conservador*, fundado pelo coronel Antônio Soares de Macedo, teve o seu primeiro número publicado em 23 de setembro de 1876<sup>57</sup>, como um jornal político de tendência conservadora, sendo assim palco de lutas políticas contra os liberais, sobretudo ao *Correio do Assu*<sup>58</sup>. É dentro dessa dinâmica que o caso de Gregório se insere.

Assim como Grinberg (2008, p.38) ressalta que as inimizades poderiam servir de motor para que um cidadão ajudasse a libertação de um escravo, caso o mesmo fosse rival do proprietário do servo, ao que parece essas mesmas iniciativas são orquestradas nos jornais. É o caso do *Brado Conservador* contra o *Correio do Assu* e em especial ao senhor Luiz Carlos Lins Wanderley. Os editores de cada um desses jornais utilizam deste meio para fazerem acusações aqueles que possuem divergências políticas. O editor do *Brado Conservador*, Antônio Soares de Macedo, parece se apropriar do caso de Gregório para acusar o Luiz Carlos Wanderley - 1º suplente do Juiz Municipal e de Órfãos - de dificultar Gama de comprar a alforria do filho, que é parente do editor do *Correio do Assu*, João Carlos Wanderley. Em uma das matérias publicadas, tem-se a acusação ao 1º suplente do Juiz Municipal e de Órfãos:

Fôra o doutor Wanderley que, assumindo o exercício da vara d'orphãos, na ausência do effectivo, mandára, por motivos inconfessáveis, sem a menor formalidade, e com a mais clamorosa injustiça, entregar a innocente victima de suas vinganças, visto como na li-berdade de Gregório se achavam viva-mente interessados os seus adversários políticos!!!<sup>59</sup>

Essa situação se torna mais significativa quando evidenciamos que o mesmo jornal em várias edições apresentavam propagandas de casas de vendas e negociações, as quais remetem a escravos um exemplo é o artigo seguinte:

BARATEIRO (...) Assim convida aos amantes do BOM E BARATO para o seu estabelecimento onde em-contrão, alem do mais, Agrado e Sinceridade.O BARATEIRO COMPRA: ESCRAVOS COUROS SALGADOSSOLLA COURINHOS & & APROVEITEM! E' pechincha!!! = CIDADE DO ASSU' <sup>60</sup>

<sup>57</sup> FERNANDEZ, 1908, p.94

<sup>58</sup> Publicado pelo Doutor João Carlos Wanderley (FERNANDEZ, 1908, p.93)

<sup>59</sup> Jornal *Brado Conservador*, 2 de março de 1877, n. 20, p.1-2

<sup>60</sup> ANNUNCIO, Jornal *Brado Conservador*, 26 de outubro de 1877, ed. 48, p. 4

Assim observamos que o caso de Gregório estava imiscuído de questões políticas entre conservadores e liberais, de modo que, pelo menos, o objetivo principal não seria a liberdade do escravo, mas manchar a imagem dos liberais; contudo, a partir de então, percebemos que no campo das ideias a escravidão passa a ser algo criticável e passível de reprovação, apesar disso as discussões a esse respeito na província do Rio Grande do Norte carecem de maiores pesquisas.

Quanto ao caso de Gregório, é a partir de março de 1877 que começam a aparecer no jornal *Brado Conservador* notícias sobre o caso. Há uma constante defesa ao direito de Gregório a liberdade e do seu pai em poder comprá-la. Todavia, este caso parece vir a tona como uma forma de disputas políticas entre os editores do *Brado Conservador*, os editores do *Correio do Assu* e de alguns funcionários da Justiça da cidade.

Essa questão reforça a ideia de Grinberg, quanto a necessidade da aproximação dos escravos aos senhores, ao menos a cidadãos, para conquistar a liberdade. Neste contexto as rivalidades aparecem preponderantes sobre a liberdade e a escravidão. Em meio a estas disputas políticas, os escravos e seus parentes se utilizavam destes meios de comunicação para exporem seus casos de injustiça e de luta, a fim de mobilizar mais pessoas a favor de suas causas, de gerar comoção.

O caso do escravo Gregório aparece no *Brado Conservador* apenas no ano de 1877 em cinco matérias publicadas ao longo do mês de março, após isso, o caso some na documentação. Até onde podemos acompanhar, o escravo é vendido para o sul, e sai de um navio do porto de Macau juntamente com outros escravos de Felipe Maximo, com destino ao porto de Recife. Apesar de o curador do menor, em uma das matérias publicadas no *Brado Conservador*, afirmar que continuará tentando pelos meios judiciais conseguir a alforria de Gregório<sup>61</sup>, não encontramos mais notícias neste jornal sobre o caso.

#### **FONTES**

**Coleção das Leis do Império do Brasil de 1871**, Tomo XXXI, Parte I, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1871, p. 147-151.

**Jornal Brado Conservador**. 1877, 2 de março de 1877, n. 20, p.1-2

---

<sup>61</sup> Jornal *Brado Conservador*. 1877, 2 de março de 1877, n. 20, p.1-2

PUBLICAÇÕES SOLICITADAS, **Jornal Brado Conservador**, 30 de março de 1877, n.24, p.3

ANNUNCIO, **Jornal Brado Conservador**, 1877, 26 de outubro de 1877, n. 48, p. 4

#### **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Da prática costumeira à alforria legal. **Politeia: Hist. e Soc. Vitória da Conquista**. v.7, n.1, 2007, p.163-186.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERNANDEZ, Luiz. **A imprensa periodica no Rio Grande do Norte de 1832-1908: dados historicas e bibliographicos**. Natal : Typ. d'A Republica, 1908.

GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XX. In: LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e Justiça no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2006.

TOMICH, Dale. A “Segunda Escravidão”. In: \_\_\_\_\_. **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: EdUSP, 2011.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX**. Difel, 1978.

## **HOMENS CASADOS: A RECONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES CLERICAIS NO CEARÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX**

Maria Arleilma Ferreira de Sousa<sup>1</sup>

Imposto como norma a ser seguida pelos padres desde o Concílio de Latrão em 1123, o celibato consagrado acredita ser possível a não vivência do amor carnal entre seus membros. Entretanto, desde a instauração da obrigatoriedade do celibato, que, na prática alguns sacerdotes burlam as regras da Instituição e acabam obtendo romances passageiros ou relacionamentos mais duradouros, constituindo famílias. No Brasil, com a chegada dos colonizadores e concomitantemente o catolicismo, os padres vêm resistindo e discutindo sobre esse modelo de Igreja. O catolicismo adotado no novo mundo se caracterizou pela aplicabilidade das normas do Concílio de Trento. O modelo tridentino de sacerdócio era extremamente severo com relação à vivência da castidade do celibato. Entretanto, afastado dos olhares da Santa Sé, a maioria dos sacerdotes seculares vindos para o Brasil acabaram construindo uma prole.

Alguns estudos comprovam a existência dessas famílias chefiadas por sacerdotes, por exemplo, no Bispado do Maranhão do Século XVIII, (MENDONÇA, 2007, p. 104) sublinhou que encontrou a expressão “de portas adentro” em quase todos os casos de concubinato clericais analisados e que esta significava uma vida estabilizada, e mais especificamente, coabitação. Ser padre na época do Brasil colonial quase sempre era não ser celibatário. De acordo com (SILVA, 2008, p. 48):

Padres namoravam se casavam e tinham filhos à vista de todos. No século XVIII, por exemplo, o padre Miguel Rego, do bispado do Maranhão, “vivia amancebado há bastantes anos com público e notório escândalo com quatro ou cinco filhos”, segundo os registros inquisitoriais.

---

<sup>1</sup>Mestre em História na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Professora do departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA; Membro do Núcleo de Pesquisa em História Social e Ambiente – NHESA; Membro de Pesquisa e Extensão em História, Tradição Oral e Artes - NHISTAL. E-mail: arleilmasousa@hotmail.com

Na tentativa de normatizar o clero brasileiro para sua santificação, (PRIORE, 2004) destacou: o impedimento do padre em realizar passeios à noite, comer e beber em tavernas, assistir a apresentações teatrais e participar de festas, principalmente as carnavalescas, não participar de jogatinas, não exercer a medicina ilegal e principalmente caberia ao sacerdote obedecer a uma perfeita castidade mantendo assim a obediência ao celibato consagrado.

Entretanto, apesar da imposição das normas a serem seguidas, eram comuns padres manterem o concubinato com mulheres, tendo filhos e constituindo família. Popularmente se repetia a frase “feliz igual a filho de padre”, fazendo alusão a sorte que os filhos de padres possuíam por serem muitas vezes prestigiados e conseguirem uma posição social favorável por causa de sua descendência. Os filhos tinham excelentes empregos públicos e as filhas arranjavam um bom casamento geralmente com famílias abastadas. No entanto o descaso contra a vivência do celibato era generalizado e se intensificava. No Crato-CE existiam cinco padres com famílias numerosas. O Padre José Martiniano de Alencar conhecido, principalmente, por sua participação no cenário político nordestino teve em torno de dez filhos, sendo um deles o escritor José de Alencar.

De acordo com (MOREIRA, 2009) na Capitania de Goyaz no final do século XIX se observou um grande número de “paternidades sacrílegas” termo alusivo ao grande número de padres que constituíram família ou que tiveram filhos com uma ou várias mulheres. Um dos testamentos que o autor analisa é o do padre Antonio Pereira Ramos Jubé, da Paróquia de Ouro Fino que pela “fraqueza da carne” teve seis filhos com três mulheres diferentes.

Declaro que sou filho legitimo do Tenente Coronel José Antonio Ramos Jubé e D. Urçula Pereira Valle: Qué tenho seis filhos; sendo uma Eufemia Marcellina Ramos Jubé tida com Maria Eufemia de Mello; quatro que são: Januaría Pereira Ramos Jubé, Urçula Pereira Ramos Jubé, Antonio Pereira Ramos Jubé, e Joaquim Rufino Ramos Jubé, tidos com Joanna Cordeira de Sant’Anna, e uma Benedicta Pereira Ramos Jubé menor de três annos, havida com Maria Carolina da Conceição, que é natural da Cidade da Uberaba. (Província de Minas). (Testamento-Cerrado, 1896) (Idem, pág. 01)

Como se podem observar as regras do celibato obrigatório eram descumpridas seja pela manutenção de uniões estáveis, seja por aventuras amorosas que geravam frutos. Quando as normas do celibato não eram quebradas através da constituição de família eram

burladas através de assédio. Assim, os desvios do celibato era algo corriqueiro entre os sacerdotes.

Historicamente os padres brasileiros se mostram resistentes com relação à vivência do celibato consagrado por causa da exigência de manter-se casto. Nesse sentido coube aos líderes da Igreja Católica Romana no Brasil adotar uma postura de manutenção da disciplina eclesiástica. De acordo com (SERBIN, 2008), a identidade católica e o modelo de Igreja estava fortemente ligada à identidade do padre, nesse sentido a criação dos seminários como espaço de preparação para o sacerdócio viabilizaria a construção de um grupo clerical mais voltado aos princípios morais e a manutenção do celibato consagrado:

Com os seminários, os bispos esperavam transformar os clérigos mundanos, politizados e sexualmente ativos em um quadro de pastores socialmente superiores, essencialmente apolíticos e moralmente irrepreensíveis. A Igreja supunha que um clero reformado favorecia a unidade institucional e a obediência aos ditames religiosos, políticos e sociais da hierarquia. O plano era mudar o modelo de sacerdócio e diferenciar os padres do resto do vulgo. Com esse objetivo a Igreja isolou os seminaristas dos pretensos perigos do mundo exterior e impôs o controle sobre seu comportamento espiritual, físico e emocional. (Idem, p. 29)

Ainda de acordo com o mesmo autor (Idem e ibidem, p. 31) essa disciplina adotada em finais do Século XIX acabou falhando, pois, a atividade missionária findava hesitando com o passar do tempo e os padres tornaram-se mais distante do povo. Além disso, “outro fator influenciou no processo de falha da postura disciplinar adotada pela Igreja, vindo a prejudicá-la enquanto instituição podendo ser elencada através do não afastamento dos padres que cometeram transgressões sexuais”. Tais desvios se relacionavam ao não uso da prática celibatal. Essa omissão da Igreja provocou tensões entre os fiéis e aos próprios sacerdotes, pondo em ênfase sua credibilidade.

Dessa forma, podemos destacar o Século XIX como palco das transformações impostas ao clero brasileiro. Enquanto se discutia sobre a construção dos seminários para a formação intelectual e moral dos futuros sacerdotes, para melhor atender aos fiéis e manterem a observância da disciplina do celibato pelos ministros da Igreja, por outro lado, um grupo de padres que contestavam o celibato e que possuíam um grande prestígio social na política imperial se mobilizou para que a vivência de tal prática fosse opcional e não obrigatória. O Padre Feijó atuou publicamente contra o celibato consagrado nos primeiros



anos do Império. E juntamente com um grupo de religiosos apresentou várias propostas para por fim à obrigatoriedade da ascese clerical. Ao final foi acusado de detrator dos princípios morais, herege e traidor da Igreja.

A resistência ao celibato dos padres circulava na imprensa, em 14 de junho de 1834, em Pernambuco, o *Jornal O Carapuceiro* divulgava um artigo cujo título chamava a atenção dos leitores: “*Convirá ao Brazil o casamento de seus Padres?*” O conteúdo do texto versava sobre um problema vivenciado pelos sacerdotes da Igreja Católica Romana: O Celibato obrigatório.

Nesse sentido, observamos que as discussões em relação à obrigatoriedade do Celibato religioso vêm sendo a muito tempo debatidas por uma ala liberal do Clero que tem como objetivo a implantação do Celibato opcional e não obrigatório. Tal grupo tem seus maiores expoentes entre os Padres Casados do Brasil. Os principais objetivos desse movimento é a implantação do sacerdócio feminino, a instauração do celibato opcional e a aceitação de padres casados na Igreja Católica Romana. Seus anseios são debatidos entre os membros que se utilizam de diversas estratégias para terem suas reivindicações atendidas tais como a divulgação de sua causa na mídia e em encontros para socialização e deliberações do grupo. As transformações desejadas pelos padres casados talvez estejam distantes de serem totalmente implantadas, embora a Igreja Católica Romana esteja em um lento processo de mudança de mentalidade.

Tais modificações de pensamento teve sua gênese a partir do Concílio Vaticano I (1869-1870), onde a instituição começou a dialogar com a Modernidade e a ser influenciada por seus discursos. O precedente de modernização da Igreja Católica foi vivenciado de forma mais incisiva na segunda metade do Século XX a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) esse foi responsável pela adequação do catolicismo com o seu tempo. O chamado Vaticano II possibilitou uma aproximação da Igreja com os fiéis.

O contexto dos anos de 1960 e 1970 foi protagonizado pela diminuição da influência da Igreja Católica Romana no mundo moderno, esse momento possibilitou a construção de um catolicismo progressista. Suas principais características foram à aproximação da Igreja para com os pobres e a tentativa de se libertar da disciplina tridentina. Suas prerrogativas se destacavam pela busca de implantação do celibato opcional. De acordo com (SOUSA,

2014) no decorrer do Vaticano II percebemos claramente uma luta entre a modernidade e a tradição:

De um lado grupos clericais de visão conservadora que almejavam a permanência do modelo de Igreja vivenciado desde o Concílio de Trento e do outro lado um grupo de padres progressistas que buscavam a aproximação da Igreja Católica com o seu povo, que almejavam um olhar de compaixão da instituição a qual pertenciam para os pobres miseráveis que sucumbiam com tanta exploração. Tentavam implantar um modelo de Igreja que libertasse o seu povo e que não os aprisionasse, esperavam um modelo de sacerdócio livre em que o padre teria a liberdade de escolher se queria ser celibatário ou constituir família. (Idem, p.82)

Os progressistas apesar de terem ideais inovadoras que condiziam com os discursos modernos da época não conseguiram romper com o modelo de Igreja tradicional adotado pelo Catolicismo Romano. Alguns pontos importantes de sua pauta de modificações, como o decreto do celibato opcional, por exemplo, nem chegou a ser mencionado durante as reuniões conciliares. De moderno, o Vaticano II só sancionou a aproximação moderada com os pobres e a mudança no ritual da missa.

Ao final do Concílio, tendo suas esperanças desiludidas, parte do clero católico se desvinculou da instituição iniciando-se um processo de crise nas vocações. (SOUSA, 2014) afirma que um dos discursos para se explicar tal motivação foram às normas do Vaticano II que não foram vistas com bons olhos por aqueles grupos clericais altamente tradicionais que não aceitavam essa abertura da Igreja para com a Modernidade. Do lado dos padres que se mantinham contra o celibato o Concílio foi generoso no sentido de excluir a excomunhão para aqueles que desejassem se desvincular do sacerdócio para casarem, haja vista, que desde a instauração do celibato obrigatório os padres que deixassem a Instituição para casarem seriam excomungados, entretanto se manteve rígido com relação à manutenção da obrigatoriedade do celibato dos padres.

Muitos sacerdotes se desvincularam da Instituição religiosa. De acordo com (SILVA, 2008) a principal motivação seria a manutenção da disciplina do celibato obrigatório. A maioria dos padres que se desvincularam da Igreja Católica acabou casando e constituindo família. Como forma de estabelecer diálogos entre os remanescentes do sacerdócio e a Santa Sé se reuniu em grupo para discutir o problema da manutenção da obrigatoriedade

do celibato e para serem inseridos como membros ativos do corpo da Igreja. No Brasil esses sacerdotes se intitularam de Movimento dos Padres Casados.

Os Padres Casados buscam estabelecer as mudanças implementadas a partir do Concílio Vaticano II. Entretanto mesmo após algumas décadas transcorridas as reuniões conciliares, muitas coisas ainda precisam ser colocadas em pauta de discussão para possíveis modificações. O Vaticano II foi responsável por um processo de mudança na Igreja Romana. No entanto, as modificações adotadas e a tentativa de adequar a Igreja ao mundo moderno se deram através de um processo de luta, assim como resistem ainda hoje os padres casados que almejam um novo modelo de Igreja.

Ao ser ordenado, o sacerdote recebe o sacramento da ordem. Este tem um valor eterno. Não existe ex-padre. O celibato obrigatório inventou a vocação sacerdotal. Ter vocação para o sacerdócio não é o mesmo que ter vocação para o celibato, e foi isso que aconteceu com um dos nossos principais narradores. Padre Eugênio se ordenou e atuou como sacerdote na segunda metade do século XX até perceber que não tinha condições de manter a obrigatoriedade do celibato. Manteve sua fé, mas escolheu viver o amor marital para reger sua vida. Quando analisamos sua narrativa, percebemos que sua fala é de desabafo com relação às normas da instituição religiosa a qual pertence e, na qual, exerceu o ministério sacerdotal. Tem a plena convicção de que é padre, mas não pode exercer o sacerdócio pelo fato de ter casado. Em um artigo intitulado “*eu não sou ex*” padre Eugênio esboçou sua sensação e suas angústias com relação a esse tema:

Onde eu passo as pessoas me chamam de prof. Eugênio. É assim que eu sou conhecido. Mas algumas pessoas que me conhecem há mais tempo, às vezes, me chamam de padre Eugênio. Quando assim o fazem, logo pedem desculpa como se estivesse me ofendendo. Eu sorrio e digo: não se preocupe. Se você conhecer a doutrina da Igreja saberá muito bem que eu sou padre Eugênio e não ex-padre. Pois não existe ex-padre. (...) A Igreja exige de seus sacerdotes que abracem o celibato. Ora, o celibato é um carisma, isto é, um Dom que Deus dá a quem ele quer. (...) Ora a pessoa pode ter recebido o carisma do celibato sem ter recebido o do sacerdócio, como também pode ter recebido o carisma do sacerdócio sem o do celibato. O celibato respeitado é lindo, é santo, mas não respeitado é safado. Ele sendo imposto dá margem a muitas safadezas. A Igreja é que está perdendo e não eu. Exerci o ministério por alguns anos quando percebi que tinha

vocação para o sacerdócio, mas não para o celibato. Sendo honesto, deixei o ministério. Mas não deixei de ser padre. Sou padre casado e não ex<sup>2</sup>.

Utilizar um jornal de grande circulação nacional para discutir a problemática dos padres casados é uma tática para dar visibilidade e legitimidade à causa desses sacerdotes. A narrativa de padre Eugênio é bastante interessante para entendermos a complexidade da imposição do celibato obrigatório pelos sacerdotes da Igreja Romana. Ter vocação para o sacerdócio não é o mesmo que ter vocação à continência, e isso têm gerado ao longo dos tempos, muitas discordâncias com relação ao cumprimento da castidade. De acordo com nosso depoente, “*o celibato respeitado é lindo, o desrespeitado é safado*”, desrespeito este que surge devido a imposição do sacramento. É a partir dessa argumentação que o Movimento dos Padres Casados se justifica, no qual, a principal luta é pela implantação do celibato opcional.

Ao casar, o sacerdote continua sendo padre, entretanto, perde o direito de celebrar missa, de se estabelecer em uma paróquia, de exercer o sacerdócio. Na maioria das vezes direciona sua vida profissional para o ensino. No Brasil, a maioria dos padres casados é, ou foram professores. De acordo com (SERBIN, 2008), todos os homens que pediram dispensa ou simplesmente abandonaram a prática do sacerdócio acabaram casando:

Na teologia católica, um homem ordenado permanece padre pela eternidade. Pela lei canônica, um padre pode ser laicizado mediante a dispensa de uma ou mais de suas responsabilidades clericais, em geral o voto do celibato. Ele perde o direito de exercer o sacerdócio, mas conserva o sacramento das Ordens Sacras. Portanto, o termo comum “ex-padre” é incorreto. No Brasil esses homens costumam ser chamados de “padres casados”. Quase todos os homens que pediram dispensa ou simplesmente abandonaram o sacerdócio acabaram casando. “Padres laicizados”, “padres inativos”, “padres casados” e “padres demissionários” são os termos mais apropriados (Idem, p. 196).

Reconstruir suas vidas, traçar um segundo plano de existência em que os identifique adotar uma nova *identidade*: a de homens casados. De acordo com (HALL, 2005) “a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um

---

<sup>2</sup> *Jornal Diário do Nordeste: Ano 2008 | 12 de março, p.06.* O trecho destacado aqui nos foi fornecido por Padre Eugênio através de uma cópia do texto original.

mesmo ideal”. Toda identidade é articulada e relacional ela nos diz sobre nós mesmos e aos outros. Faz referência a uma afirmação e uma negação, ou seja, são construídas por meio da diferença. As identidades são construídas dentro de discursos e necessita ser cultivada. Vivemos constantemente nesse processo. Na modernidade tardia as identidades tendem a serem fragmentadas (idem, p.108)

As identidades não são nunca identificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

Como tática de luta na construção de uma *memória coletiva* e na reconstrução de suas *identidades* o Movimento dos Padres Casados fundou o jornal *Rumos*, em 1982. Para representar legal e juridicamente, o movimento criou, em 1986, a *Associação Rumos* cujos membros são dirigentes do jornal e organizam os eventos do grupo. *Rumos* é um jornal com edições bimestrais. Até o momento se têm publicado 247 edições. Todos os participantes são padres casados e suas esposas assumem a mesma função que seus esposos no jornal e no MPC. Nesse sentido, em setembro de 2005 os padres casados do Brasil escreveram uma petição ao Papa Bento XVI pedindo para acolher a causa dos sacerdotes esposos e suas famílias na tentativa de restabelecerem as suas funções ministeriais. Enfatizam a formação intelectual que obtiveram através da Igreja e dos seus trabalhos já realizados junto às suas paróquias. A proposta é fazer com que a Instituição os integre à vida presbiteral:

Beatíssimo Padre:

Nós signatários da presente carta, padres casados do Brasil, participantes efetivos de várias pastorais nas Dioceses onde residem, temos acompanhado com o mais vivo interesse os ensinamentos de Vossa Santidade e de seus Predecessores sobre a Eucaristia como vida da Igreja. A entrada no novo século nos fez tomar consciência da nossa responsabilidade como cidadãos e como cristãos, mas sobretudo, das nossas potencialidades e capacidade de exercer o ministério presbiteral para o qual a Igreja nos capacitou e ordenou, para servir aos homens, que nestes tempos tem sede e fome de Deus, [...] Sendo assim, nós os signatários juntamente com as suas famílias, viemos solicitar dentro da visão de Novos Ministérios e no contexto da Nova Evangelização que a Igreja se propõe, que sejamos plenamente integrados no ministério presbiteral, após

prudente avaliação dos bispos que desejam o nosso ministério e após uma adequada atualização teológica<sup>3</sup>.

Os editores do *Jornal Rumos* apresentam várias reportagens sobre a ineficiência do celibato ressaltando que as burlas cometidas com relação à ascese sacerdotal vêm acontecendo desde os primeiros momentos em que o celibato passou ao viés da obrigatoriedade. Em todos os recantos do catolicismo e em vários momentos históricos essa prática é quebrada de várias maneiras. Advertindo o não cumprimento do celibato como uma prática histórica o referido *Jornal* divulgou uma reportagem criticando a impossibilidade de se vivenciar plenamente essa norma divulgando o caso de um padre português que teria sido responsável por ajudar a povoar uma determinada região, sendo esse um dos fatores para este não ter sido severamente punido. O título da reportagem é bem sugestivo: “*Padre tem 299 filhos*”<sup>4</sup>:

“Padre Francisco da Costa, prior de Trancoso, de idade de sessenta e dois anos, será degredado de suas ordens e arrastado pelas ruas públicas nos rabos dos cavalos, esquartejado o seu corpo e postos os quartos, cabeça e mãos em diferentes distritos, pelo crime que foi arguido e que ele mesmo não contrariou, sendo acusado de ter dormido com vinte e nove afilhadas e tendo delas noventa e sete filhas e trinta e sete filhos; de cinco irmãs teve dezoito filhas; de nove comadres trinta e oito filhos e dezoito filhas; de sete amas teve vinte e nove filhos e cinco filhas; de duas escravas teve vinte e um filhos e sete filhas; dormiu com uma tia, chamada Ana da Cunha, de quem teve três filhas, da própria mãe teve dois filhos Total: duzentos e noventa e nove, sendo duzentos e catorze do sexo feminino e oitenta e cinco do sexo masculino, tendo concebido em cinquenta e três mulheres”. AGORA VEM O MELHOR: “El - Rei D. João II perdoou- lhe a morte e mandou- o pôr em liberdade aos dezessete dias do mês de Março de 1487, com o fundamento de ajudar a povoar aquela região da Beira Alta, tão despovoada ao tempo, e guardar no Real Arquivo esta sentença, devassa e mais papéis que formaram o processo”. Do Arquivo Nacional da Torre do Tombo SENTENÇA PROFERIDA EM 1487, NO PROCESSO CONTRA O PRIOR DE TRANCOSO (Autos arquivados na Torre do Tombo, Armário 5)

O número de filhos de Padre Francisco da Costa é importante para pensarmos a desobediência aos ditames da Igreja. A construção de tantos herdeiros seria apenas fraquezas ou resistência á norma imposta? Até que ponto a rigidez do celibato era cumprido pelos sacerdotes? Manter relações sexuais com várias mulheres ao ponto de produzir uma

---

<sup>3</sup> *Jornal Rumos*: Ano 26/ nº 205/ maio / junho 2008; pág.06.

<sup>4</sup> *Jornal Rumos*: Ano 26/ Nº 207/Outubro/Novembro de 2008; Pág. 10.

prole de 299 filhos é certamente uma afronta aos defensores da vida celibatária. O interessante nesse processo é o papel social desse sacerdote que com suas “*fraquezas da carne*” conseguiu ajudar a povoar uma determinada região. Sendo, inclusive esse um dos fatores para o não cumprimento de sua pena. Utilizamos as concepções de *estratégia* e *tática* de Michel de Certeau com o objetivo de entender como os padres casados elaboraram táticas para se sobressair frente às estratégias de manutenção do celibato consagrado defendido pela Igreja Católica Romana. (CERTEAU, 1998) afirma que estratégias são as ações de grupos instituídos de poder e as táticas são as ações das pessoas que não possuem esse poder institucional, são as atitudes dos mais fracos, das pessoas comuns, do homem ordinário. Nesse caso, estamos problematizando os usos do *Jornal Rumos* como uma medida tática dos padres casados para lutarem por seus ideais.

De acordo com (SILVA e LIMA, 2002), a disciplina do celibato tem como objetivo a promoção de um clero diferenciado, um grupo de homens que se distinguissem dos outros pela sua pureza com relação aos prazeres da carne. Aquele que não conseguisse manter esse estado de vida sacralizado deveria sofrer uma punição. Até a realização do Concílio Vaticano II, os padres que abandonassem o serviço da Igreja para casarem seriam excomungados:

Compreendia-se que qualquer esforço por parte da cúria só se tornaria efetivo se o conjunto dos clérigos, seculares ou regulares, distinguissem-se dos leigos por sua obediência à Igreja, pela rejeição das práticas simoníacas e, sobretudo, por seu comportamento moral. Os clérigos deveriam ser continentos, celibatários, sóbrios e santificados. Ou seja, precisariam manter o controle sobre os desejos e impulsos do corpo. (Idem, p. 02)

Narrar as memórias do Movimento dos Padres Casados se faz necessário para entendermos como esse grupo se apresenta na elaboração de suas *táticas* de contestação, renovação e sobrevivência frente às *estratégias* da Igreja Católica Romana em manter a disciplina do celibato. Entre as narrativas, gostaríamos de destacar a fala do padre Eduardo Hoonart<sup>5</sup>. Ele se demonstra extremamente contrário à prática do celibato obrigatório, caracterizando-o como violento e absurdo:

---

<sup>5</sup>Narrativa de Eduardo Hoonart. Entrevista cedida a Maria Arleilma Ferreira de Sousa em 06/08/2015, na cidade do Crato-CE.



Eu tenho respeito a quem é celibatário. Pertence ao direito humano ninguém tem que dizer não, tem certas vocações que são celibatárias. Já a lei do celibato obrigatório é um absurdo, é uma falta de respeito com a natureza humana, se o cara diz que quer dedicar sua vida ao celibato é lindo, agora o cara querer ser sacerdote e ser obrigado ao celibato como uma espécie de ingresso é absurda porque mexe com a sexualidade humana é absurdo. Essa lei é um absurdo<sup>6</sup>.

Ao comunicar à hierarquia da Igreja Católica Romana que vai casar, o padre recebe um documento emitido pelo Vaticano, chamado de *Rescrito*. Esta é uma espécie de carta em que a hierarquia da Instituição indaga ao padre casado sobre seus problemas sexuais e como este deve se comportar perante a sociedade a partir daquele momento. É uma espécie de punição por ter desobedecido às regras da Igreja cabendo-os agora viver sob uma espécie de exclusão. De acordo com Eugênio Dantas, a carta em que recebeu consistia que: “*se eu casasse não poderia fazer festa, não deveria ensinar em colégio religioso, não poderia participar de partido político, de movimentos sociais, se candidatar em cargos públicos*”<sup>7</sup>. Eduardo Hoornaert informou que se revoltou com seu *Rescrito*. Em que a primeira pergunta era: “*Desde quando você tem problemas sexuais? Respondi comigo mesmo: desde antes de nascer, porque nasci com pinto, sou homem*”<sup>8</sup>.

As memórias desses padres nos ajuda a compreender as suas experiências de reconstrução e adoção de novas *identidades* após seu desligamento com a instituição religiosa. (PORTELLI, 2013) afirma que diferentemente das fontes arquivistas, as fontes orais não são *descobertas* pelo historiador. Elas são *construídas*. Ao historiador que trabalha com a construção de tais fontes é necessário *a arte da escuta*. Assim sendo, trabalhar com narrativas orais é instigante e desafiador, pois requer o estabelecimento de relações entre historiador e narrador.

Daqui resulta que a História Oral, para além de ser uma arte da escuta, é também uma arte da relação: a relação entre pessoas entrevistadas e pessoas que entrevistam (diálogo); a relação entre o presente de onde se fala e o passado do qual se fala (memória); a relação entre público e privado, entre histórias e autobiografia; a relação entre oralidade (da fonte) e escrita (do historiador). (Idem, p. 83)

---

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Narrativa de Eugênio Dantas. Entrevista cedida a Maria Arleilma Ferreira de Sousa em 28/12/2013, na cidade do Crato- CE.

<sup>8</sup> Narrativa de Eduardo Hoornaert. Entrevista cedida a Maria Arleilma Ferreira de Sousa em 06/08/2015, na cidade do Crato-CE.

A memória é muito particular, diz respeito ao indivíduo. Essa abordagem é discutida em (PORTELLI, 1997), pois, ao destacar a história oral como a ciência e a arte do indivíduo, pressupõe que a memória está intimamente ligada à experiência pessoal, ao sujeito que realiza o ato de *rememorar*, de contar suas *experiências de memória*.

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma. (Idem, 1997, p.15)

Entretanto, o autor esclarece que apesar da memória se constituir como um processo individual, estar essencialmente ligada aos aspectos sociais e culturais. Dessa forma, a memória se apresenta em dois níveis: um individual e outro social. Assim sendo, as narrativas semelhantes, distintas e contraditórias sobre um dado evento histórico não se caracteriza como um problema para o estudo da memória, pelo contrário, se justifica como um campo de disputas pela memória. Um exemplo é a pesquisa de (PORTELLI, 2013) sobre o movimento operário na Itália, sobretudo no caso da morte de Luigi Trastulli na qual se percebe a construção de uma identidade coletiva de resistência e as várias narrativas sobre o acontecimento da morte do operário se remete para momentos históricos distintos. O interessante nesse caso não é o assassinato do operário, mas a construção de significados sobre ele a partir das memórias sobre o evento.

Assim sendo, é instigante analisar as experiências dos padres casados não apenas como um fato histórico, mas, perceber como as memórias do Movimento são construídas e significadas pelos padres partícipes. As narrativas dos homens que burlaram a prática da vida consagrada são essenciais para entendermos o Movimento dos Padres Casados no Ceará. Imposto como norma a ser seguida pelos clérigos, o celibato é entendido como renúncia ao casamento. Esses padres, que não apenas burlaram as leis da Igreja, mas também tiveram coragem de assumir suas vontades e fugiram desse controle da instituição, assumiram novos modelos de identidades, mesmo renegados pela Instituição religiosa a qual pertence, esses indivíduos se reinventaram, buscaram novas formas de vivenciar o seu

carisma religioso, burlaram as regras impostas pela tradição Católica Romana e enfrentaram um novo modelo de vida a partir do dilema entre a fé e o desejo.

#### **TIPOLOGIA DE FONTES/ FONTES ORAIS**

- Eugênio Dantas de Medeiros (75 anos, exerceu o sacerdócio durante 08 anos, casado há 40 anos, um dos principais líderes do MPC do Ceará, professor aposentado, entrevista realizada em 28/12/2013);
- Eduardo Hoornaert (85 anos, exerceu o sacerdócio durante 28 anos, pertencente ao MPC, professor, entrevista realizada em 06/08/2015).

#### **FONTES IMPRESSAS (jornais)**

- *Jornal O Carapuceiro*
- *Jornal Diário do Nordeste*
- *Jornal Rumos* concernente à segunda metade do Século XX;

#### **REFERÊNCIAS**

CERTEAU, Michel de: **A Invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Ed. Vozes: Petrópolis, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós- modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. **Sacrílegas famílias: conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no Século XVIII**. Dissertação de mestrado em História Niterói: UFF, 2007.

MOREIRA, Wellington Coelho. **Historicidades e Representações: Celibato, conjugalidades e paternidades sacrílegas em Goiás 1824-1896**. Dissertação de mestrado em História. Goiânia: UFG, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na História Oral**. São Paulo: Projeto História 15, 1997.

..... **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum**. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

..... **A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios: Ética, Memória e Acontecimentos na História Oral**. Belém: Unipop, 2013.

PRIORE, Mary Del. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo: Ática, 2004.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social- uma História da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da e LIMA, Marcelo Pereira. **História: Questões e Debates. Instituições poder no medievo**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História da UFPR / Editora da UFPR, (37), jul-dez 2002, p. 85-110.

SILVA, Edlene. **Entre a batina e a aliança:** das mulheres de padres no Medievo ao movimento de padres casados no Brasil atual. Brasília: UNB, 2008.

..... **Sacerdotes e maridos:** a crise do celibato e a formação do Movimento de Padres Casados no Brasil Contemporâneo. In: Revista Múltipla, Número 28- Ano XV-JUNHO DE 2010.

SOUSA, Maria Arleilma Ferreira de. **Noticiando o Sagrado:** O Jornal A Ação e a Crise dos Padres na Diocese do Crato-CE 1960-1980. Dissertação de mestrado em História. Campina Grande: UFCG, 2014.

## **PAGUE UMA PROMESSA E ME ENCOMENDE A DEUS... SUICIDAS DEVOTOS NO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO/RN (1920 E 1952)**

Leiliane Louise Lucena da Costa<sup>9</sup>

### **INTRODUÇÃO**

[...] J. pague uma promessa que devo a Nossa Senhora das Dores é 5000 mil réis não esqueça que já faz anos que devo [...]<sup>10</sup>.

[...] peço que me amortale em trapos de Santa Terezinha [...] mamãe a senhora me encomende a Deus para que eu vá para um lugar melhor [...]<sup>11</sup>.

O que há em comum com estas duas epígrafes são os fatos que elas foram escritas por duas suicidas antes de morrer. Também demonstram uma preocupação religiosa com as dívidas aos santos e vida pós-morte. A primeira foi escrita pela senhora A.V.V. em 1920, casada e residente no povoado de Ouro Branco. A segunda foi escrita pela jovem T.A.A. em 1952, solteira, branca, doméstica, 23 anos e residente na vila de Ouro Branco.

O território é o mesmo. O atual município de Ouro Branco, no Estado do Rio Grande do Norte. Antes pertencente ao município vizinho de Jardim do Seridó, já foi povoado (1905), distrito (1934) e vila (1938) dependente politicamente até sua emancipação em 1953-1954. A fundação do povoado consta de 1905, com denominação Espírito Santo, advinda da Fazenda de mesmo nome. Contudo, devido à relevância da cotonicultura passou a chamar-se Ouro Branco. O algodão foi, sem dúvida, um importante produto comercial na situação econômica desta localidade, como também de toda a região do Seridó potiguar. Seu cultivo proporcionou recursos para a população comprar alimentos, tecidos e móveis, e manter um comércio pequeno, mas crescente entre o aglomerado urbano e as fazendas e sítios circunvizinhos. Da mesma forma, aproveitando o excelente preço do algodão e a disposição dos moradores em ajudar foi erguida a capela em 1916-1917 em honra ao Divino Espírito

---

<sup>9</sup> Mestranda e Bacharela em História. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. leilanelouise@gmail.com

<sup>10</sup> Processo-crime da senhora A.V.V. 1920. Escrito num rabisco de papel endereçado ao seu esposo e anexado ao processo.

<sup>11</sup> Processo da jovem T.A.A. e do sargento J.T.S. 1952. Escrito numa carta endereçada a sua mãe (da jovem) e anexado ao processo.

Santo, também padroeiro da localidade<sup>12</sup>. Salientamos a predominância do Catolicismo Romano neste período abordado, devido outras profissões de fé só começarem a surgir como denominações no município a partir da década de 70 do século XX.

Dos registros de óbitos e dos inquéritos policiais referentes ao município de Ouro Branco, estes dois foram os únicos a apresentarem cartas ou rabiscos deixados pelas suicidas aos familiares com recomendações de caráter religioso. No primeiro caso, a senhora A.V.V. deixou escrito para seu marido à dívida com a santa de sua devoção. Ela foi achada por seu consorte enforcada num torno do quarto do casal, quase de cócoras. No processo aberto para apurar as causas do suicídio, não foi informado um motivo que justificasse o ato. Os sujeitos ouvidos relataram que o casal vivia em harmonia e que não havia desavenças entre eles.

No segundo caso, a jovem T.A.A. deixou uma carta para a mãe com recomendações sobre sua mortalha e pedindo orações para uma vida melhor depois da morte. Ela cometeu suicídio ingerindo veneno atenuado com soda caustica, juntamente com um sargento da Polícia Militar. O casal vivia uma relação ilícita, pois o sargento já era casado eclesiasticamente com outra mulher. Com receios dos boatos que já se espalhavam na vila e das penalidades religiosas e jurídicas do período, juntamente com a moral vigente, o casal optou pelo duplo suicídio, não encontrando outra alternativa para continuarem o romance.

Com isto, problematizar a posição do Catolicismo Romano com relação ao suicídio no período estudado, analisando os relatos das suicidas concernentes as suas religiosidades e questionando a visão atual da religião oficial católica são os principais objetivos desta pesquisa.

Desta feita, podemos nos perguntar quais as preocupações destas duas suicidas em relação as suas mortes antecipadas e as consequências que lhes acarretariam no *post mortem* na visão do Catolicismo Romano?

#### **UM CASO SEMELHANTE...**

Em seu texto *Uma história das emoções*, Stuart Walton relatou um caso de suicídio, ocorrido em Londres em 1732, na família Smith, quando um encanador falido decidiu

---

<sup>12</sup> Para mais informações sobre a história de Ouro Branco/RN ver os estudos de José Fabrício de Lucena *Ouro Branco: de 1722 a 1954* e de Maria Tereza Bezerra Leite, Noaldo Medeiros e Edileuza Dantas da Nóbrega. *Introdução aos aspectos históricos do município de Ouro Branco*.

juntamente com a esposa matarem-se por enforcamento, antes disto asfixiando também a filhinha do casal. Deixaram dois documentos envelopados, um para um sócio agradecendo a parceria e outro um bilhete de suicídio explicando as razões do ato.

Diziam que estavam se livrando da pobreza dos trapos e afirmaram que os vizinhos eram testemunhas da vida honesta que levavam. Com relação ao homicídio de uma criança, reconheciam que era cruel, mas também era mais humano do que deixá-la desprovida na vida. Com referência à religião estavam cientes que iam de encontro ao cânone divino. Contudo, acreditavam que Deus, em quem ainda confiavam, não puniria suas criaturas desnecessariamente e entregavam suas almas as determinações do Criador após a morte (WALTON, 2007, p. 11-12).

O que nos chamou a atenção neste caso é a confiança que o casal depositou naquilo em que eles acreditavam que iam lhes ocorrer após a morte, uma fé que o Deus ao qual serviam possivelmente teria piedade e mostraria benevolência, já que no plano terreno não a encontraram.

## **O SUICÍDIO E A IGREJA DURANTE OS SÉCULOS**

Ao analisarmos o principal livro da fé católica, a Bíblia, encontramos relatos de suicídios. Contudo, o que é relevante foi o fato das passagens encontradas apenas relatarem os atos, sem a emissão de nenhum tipo de julgamento. Ao todo 07 casos são narrados nas Sagradas Escrituras, são eles:

E Abimeleque, tendo chegado até a torre, atacou-a, e chegou-se à porta da torre, para lhe meter fogo. Nisso uma mulher lançou a pedra superior de um moinho sobre a cabeça de Abimeleque, e quebrou-lhe o crânio. Então ele chamou depressa o moço, seu escudeiro, e disse-lhe: Desembainha a tua espada e mata-me, para que não se diga de mim: uma mulher o matou. E o moço o traspassou e ele morreu (Juízes 9: 52-54).

Disse Sansão ao moço que lhe segurava a mão: Deixa-me apalpar as colunas em que se sustém a casa, para que me encoste a elas. Ora, a casa estava cheia de homens e mulheres; e também ali estavam todos os chefes dos filisteus, e sobre o telhado havia cerca de três mil homens e mulheres, que estavam vendo Sansão brincar. Então Sansão clamou ao Senhor, e disse: Ó Senhor Deus! Lembra-te de mim, e fortalece-me agora só esta vez, ó Deus, para que numa só vez me vingue dos filisteus pelos meus dois olhos. Abraçou-se, pois, Sansão com as duas colunas do meio, em que se sustinha a casa, arrimando-se numa com a mão direita, e na outra com a esquerda. E bradando: Morra eu com os filisteus! Inclinou-se com toda a



sua força, e a casa caiu sobre os chefes e sobre todo o povo que nela havia. Assim foram mais os que matou ao morrer, do que os que matara em vida (Juízes 16: 26-30).

Pelo que disse Saul ao seu escudeiro: Arranca a tua espada, e atravessa-me com ela, para que porventura não venham esses incircuncisos, e me atravessem e escarneçam de mim. Mas o seu escudeiro não quis, porque temia muito. Então Saul tomou a espada, e se lançou sobre ela. Vendo, pois, e seu escudeiro que Saul já era morto, também ele se lançou sobre a sua espada, e morreu com ele. Assim morreram juntamente naquele dia Saul, seus três filhos, e seu escudeiro, e todos os seus homens (1 Samuel 31: 4-6).

Vendo, pois, Aitofel que não se havia seguido o seu conselho, albardou o jumento e, partindo, foi para casa, para a sua cidade; e, tendo posto em ordem a sua casa, se enforcou e morreu; e foi sepultado na sepultura de seu pai (2 Samuel 17: 23).

Vendo Zinri que a cidade era tomada, entrou no castelo da casa do rei, e queimou-a sobre si; e morreu (1 Reis 16: 18).

Então Judas, aquele que o traíra, vendo que Jesus fora condenado, devolveu, compungido, as trinta moedas de prata aos anciãos, dizendo: Pequei, traindo o sangue inocente. Responderam eles: Que nos importa? Seja isto lá contigo. E tendo ele atirado para dentro do santuário as moedas de prata, retirou-se, e foi enforcar-se (Mateus 27: 3-5).

Podemos observar nestas passagens bíblicas que não há um julgamento condenatório ou de qualquer outro caráter com relação aos sujeitos suicidas. Além do mais, ainda nos é permitido indagar: Cristo, suicídio ou sacrifício? Para Georges Minois em *História do Suicídio*, o advento fundador do cristianismo é um suicídio, pois Jesus Cristo sabia o que iria acontecer consigo mesmo ao chegar a Jerusalém, uma entrega voluntária ao auto sacrifício (MINOIS, 1998 apud VICENTE, 2009, p. 14-15). Segue as passagens que identificam o discurso de Jesus sobre sua entrega voluntária:

Disse-lhes, pois, Jesus outra vez: Eu me retiro; buscar-me-eis, e morrereis no vosso pecado. Para onde eu vou, vós não podeis ir. Então diziam os judeus: Será que ele vai suicidar-se, pois diz: Para onde eu vou, vós não podeis ir? (João 8: 21-22).

Eu sou o bom pastor; conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem, assim como o Pai me conhece e eu conheço o Pai; e dou a minha vida pelas ovelhas. (João 10: 14-15).

Ninguém ma tira de mim, mas eu de mim mesmo a dou; tenho autoridade para a dar, e tenho autoridade para retomá-la. Este mandamento recebi de meu Pai. (João 10: 18).

Contudo, estas passagens do Evangelho de João geraram polêmicas nos primeiros cristãos. Eles relacionaram muitas vezes suicídio e sacrifício ou martírio, para conseguirem a salvação eterna (PUENTE, 2008, p. 16-17).

No decorrer da história do cristianismo, muitas proibições ao suicídio foram realizadas. A principal delas, sem dúvidas, com Agostinho de Hipona (séc. IV e V) que o enquadrou na interdição de não matarás, sexto mandamento bíblico, adquirindo uma conotação negativa, devido sua associação ao homicídio (PUENTE, 2008, p. 26-29). Para Agostinho nada justificava o suicídio, nem o pretexto de escapar dos tormentos passageiros, nem pelos pecados de outrem, nem por faltas passadas, nem a esperança de uma vida melhor (VICENTE, 2009, p. 15).

Os concílios de Orleans (em 533), Braga (em 563) e de Auxerre (em 578) proibiram todos os tipos de morte auto infligida, além das oblações e dos serviços fúnebres. O de Toledo (em 693) decretou excomunhão aos autores de tentativas. Tomás de Aquilo o condenou de tal forma que nem aos loucos eram permitidas as sepulturas em terras cristãs. Ele inovou ao combinar argumentos gregos e cristãos: é uma ofensa contra Deus, contra a sociedade e contra si (PUENTE, 2008, p. 30; GUILLON; LE BONNIEC, 1984, p. 64).

Na Idade Média os corpos dos suicidas eram enterrados nas encruzilhadas, pois se achava que os espíritos seriam confundidos e não retornariam para onde residiam, bem como uma pedra era posta sobre os rostos dos cadáveres, para garantir que não se ergueriam. O próprio Dante Alighieri, em *A Divina Comédia*, descreveu o lugar dos espíritos dos suicidas no purgatório:

No sétimo círculo, abaixo dos hereges que ardem no fogo dos assassinos que cozinham num rio de sangue quente, há uma floresta escura e sem trilhas onde as almas dos suicidas crescem por toda a eternidade na forma de espinheiros tortos e venenosos. As harpias, monstros de asas imensas, barrigas emplumadas, rostos humanos e patas providas de garras, aninham-se nessas árvores atrofiadas e mordiscam suas folhas. Pela floresta inteira só se ouve o som de lamentos (ALVAREZ, 1999, p. 151 apud VICENTE, 2009, p. 14).

Como visto as interdições de sepulturas, missas e orações aos suicidas permaneceram por muito tempo. Contudo, em 1918 no Código de Direito Canônico promulgado por Bento XV, que devido ao modernismo ambiente permitiu as sepulturas em terras cristãs, sendo a interdição apenas no *décorun* e nas missas cantadas aqueles que agiram num momento de loucura ou mostrassem arrependimento antes do ato (GUILLON; LE BONNIEC, 1984, p. 64-65; PUENTE, 2008, p. 26-30).

Atualmente a Igreja realiza todos os rituais comuns às demais mortes, pois entende que aquele que se mata, na hora do ato não age com seu livre arbítrio.

### **A RELIGIOSIDADE DAS SUICIDAS**

Retornando aos 02 casos expostos, nenhuma das suicidas ourobranquenses pesquisadas teve a realização dos rituais fúnebres católicos. Contudo, isto se deve ao fato que os párocos responsáveis pela capela do período, só vinham à localidade uma vez ao mês para a realização de casamentos, batismos, missas e outras incumbências pastorais (COSTA, 2013, p. 31-32). Outro fator que dificultava a vinda eram os meios precários de locomoção e a distância a ser percorrida.

No primeiro caso, a senhora A.V.V. foi enterrada no dia 06 de agosto, e o delegado de Jardim do Seridó só esteve presente 05 dias depois para realizar as diligências policiais. Até o exame de corpo de delito foi realizado indiretamente, através de perguntas feitas as mulheres que amortalharam o corpo a procura de vestígios que pudessem confirmar ou não o suicídio.

No segundo caso, o velório da jovem T.V.V. foi realizado na própria Delegacia de Polícia, juntamente com o corpo do sargento J.T.S. Eles foram levados ao cemitério em horários diferentes e enterrados em covas distintas, contudo uma ao lado da outra. Mesmo não tendo a realização dos rituais fúnebres adequados devido às dificuldades com locomoção e distância da localidade de Ouro Branco para Jardim do Seridó, fato que ambas as suicidas conheciam bem, elas não deixaram de expressar suas últimas vontades aos familiares. Desta feita, um percurso sobre a visão da morte é necessária para entendermos o imaginário desta sociedade.

A autora Alcineia Rodrigues dos Santos, em *Os últimos instantes e a vivência da “boa morte” no Seridó/RN*, estudou a visão da morte no Seridó potiguar. A mesma chamou de

“boa morte” os casos que pesquisou em testamentos e inventários *post mortem* nesta região no século XIX. Ela constatou práticas religiosas interligadas ao desejo de bem morrer dos moribundos, quando estes quitavam aqui no plano terreno as suas responsabilidades para alcançar um lugar melhor no céu.

Outro estudo sobre o tema da morte no Seridó, *Em os mortos vistos pelos vivos: fragmentos do imaginário sobre a morte na Comarca do Príncipe (século XIX)* (2004), de Cristina Galvão Ribas e Maria das Neves Santos Moreira, as autoras constataram, através da análise dos testamentos da região do Seridó, a presença dos pedidos de intercessão aos santos e anjos, bem como de missas quanto ao desejo da “boa morte” e do medo do além. As autoras fizeram um contraste entre a morte no Seridó atualmente, rodeada pela comercialização dos serviços fúnebres, realizados por empresas privadas e a burocratização nos hospitais, que dificultam a liberação dos corpos, bem como ainda em vida os moribundos são destinados a estes locais para perturbar o menos possível a sociedade, protegendo-a das tragédias cotidianas a fim de prosseguir suas tarefas sem emoções ou obstáculos. Elas ainda afirmaram que os testamentos são uma forma de estar em paz com a consciência. Temia-se a má morte, aquela inesperada, repentina, sem a devida preparação, como assassinato, afogamento, acidente, etc., pois isto impossibilitava o ingresso do defunto no mundo dos mortos, fazendo-os retornarem aos vivos com pedidos de missas e orações. Devia-se para isto, estar em dia com as confissões, extremas unções, comunhão. Os testadores pesquisados tinham medo do purgatório, do inferno ou de qualquer outra punição divina, a morte “era mais que uma passagem, era o começo de uma outra vida” (MOREIRA, RIBAS, 2004, p. 58).

Outro estudo sobre a morte encontra-se no trabalho de Jardel Cléber de Araújo, *Católicos e mórmons: a construção da morte em Caicó (Década de 1990)*. Este autor discutiu a visão da morte através de duas religiões na cidade de Caicó na década de 1990. O Catolicismo Romano e a Igreja dos Mórmons foram respectivamente abordados. Contudo, nos interessa apenas as análises sobre o catolicismo, visto ter sido a religião predominante na região ao longo da sua colonização adentrando o século XX. Para ele o homem constrói mecanismo que rompem com a ideia de finitude, acreditando em crenças que o tornam imortal, pois as religiões oferecem alguma segurança além-túmulo. O autor então disserta sobre as duas doutrinas religiosas e em que elas se sustentam ao propagar os discursos

sobre a morte. Ao analisar o catolicismo, Araújo abordou suas principais doutrinas sobre o tema da morte, desde o pecado de Adão e Eva até a ressurreição de Jesus Cristo. Uma afirmação importante diz respeito ao desconhecimento, por parte da população caicoense, de toda a doutrina católica, seja por falta de sacerdotes suficientes, seja pela realidade local comparada a sede em Roma. Desta forma, os fiéis interpretam, muitas vezes, a morte a sua maneira.

Todos estes trabalhos têm como linha de interpretação os estudos de Philippe Ariès<sup>13</sup> sobre a morte no Ocidente desde a Idade Média aos nossos dias. Contudo, o autor Mauro Guilherme Pinheiro Koury afirma, em *Sociologia da emoção: o Brasil urbano sob a ótica do luto*, que podemos usá-los no caso brasileiro devido as fortes influências europeias sobre nós (KOURY, 2003, p. 56-57). Vale ressaltar, porém, que Ariès não trabalhou a questão do suicídio como uma das muitas faces da morte, nem a atitude dos vivos diante da morte voluntária.

Com relação ao tema do suicídio, os estudos são ainda mais escassos na região do Seridó. Contamos apenas com o trabalho de Marcus Linneu Damasceno, em *Caicó vida e morte: o suicídio na primeira década do século XX*. O autor defendeu uma abordagem histórico-social do suicídio, baseados nos estudos de Émile Durkheim, afirmando que as transformações sociais aumentavam os índices de casos de autodestruição. Damasceno reconheceu que atualmente o suicídio é visto prioritariamente como consequência de problemas psicológicos, contudo, optou pelas oscilações sociais como justificativa mais provável. Também afirmou que existe uma gama de preconceitos sobre o suicídio, principalmente com relação à religiosidade cristã, que condena o ato como “algo terminantemente proibido pelos dogmas da Igreja Católica” (DAMASCENO, 2008, p. 11-12).

Maria Dolores de Araújo Vicente foi outra autora seridoense que trabalhou o suicídio em sua pesquisa, com o título *Morrer, por quê? Um estudo do suicídio na cidade de Caicó*. A análise deste estudo teve como recorte espaço/temporal o município de Caicó nos anos de 2002 a 2007. As fontes de pesquisas foram os dados levantados junto ao Instituto Técnico de Perícia – ITEP e 04 processos crimes arquivados no Fórum Municipal Amaro Cavalcanti<sup>14</sup>. A autora constatou que neste período de 2002 a 2007 foram registrados 48

---

<sup>13</sup> *História da Morte no Ocidente e O Homem Diante da Morte*.

<sup>14</sup> Endereço: Avenida Dom Adelino Dantas, s/n, Maynard Caicó/RN.

casos de suicídios só na cidade de Caicó. A autora também relatou a constante associação entre suicídio e depressão ou doença mental, discussão esta em que o viés psiquiátrico sobrepujou o viés sociológico. Contudo, Vicente afirmou que o suicídio só ocorre através de escolha, é um ato planejado e muito bem estruturado. Outra preocupação da autora foi com relação à uniformidade dos discursos encontrados nos processos-crimes. Ela relatou que existe um padrão para evitar respostas indesejadas, bem como os depoentes não gozavam de liberdade de expressão diante dos questionamentos. A padronização parecia ser a saída para que o assunto do suicídio não fosse explorado (VICENTE, 2009, p. 27-38).

Outro trabalho sobre o suicídio no Seridó potiguar, especificadamente em Ouro Branco, desta vez de minha autoria, *A reatualização da tragédia romântica de Romeu e Julieta nos sertões do Seridó com os suicídios de Teresa e José (Ouro Branco/RN, 1952)*, trouxe a luz um caso de um romance proibido (por um dos amantes já ser casado) que culminou no duplo suicídio de uma jovem e um sargento da Polícia Militar que estavam em uma relação ilícita. Constatando que a moral vigente na época, aliada ao conservadorismo cristão e a legislação do período contribuíram para a decisão do casal pelo ato do suicídio, pois para os mesmos não havia uma alternativa que os livrassem sem consequências deste romance proibido. A suicida devota que analisamos neste artigo era a jovem deste processo.

Estes estudos corroboram a preocupação dos seridoenses com a vida após a morte e aquilo que os esperava no além-túmulo. As suicidas pesquisadas demonstraram preocupações semelhantes antes do ato, existindo também uma grande probabilidade das mesmas conhecerem, mesmo que sucintamente, a posição do Catolicismo Romano sobre o assunto, haja vista ser a única denominação predominante por várias décadas no atual município de Ouro Branco.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebemos que o tema sobre o suicídio ainda constitui um tabu para a sociedade. Ainda observamos o estranhamento frente a um ato consumado e a repercussão que surgiu sobre o assunto. Esta visão negativa da prática de matar-se a si próprio decorreu do Catolicismo Romano, que desde Agostinho de Hipona o enquadrou num pecado gravíssimo contra Deus, pois só o Altíssimo pode dispor da nossa vida. Contudo, com o desenvolvimento da medicina e áreas afins e seu discurso associativo entre suicídio e

transtornos mentais, fez a Igreja Católica Apostólica Roma rever algumas de suas doutrinas, ao ponto de permitir atualmente todos os rituais necessários para a encomendação e enterro dos suicidas. A Igreja defende agora, que aqueles que chegaram ao ato extremo, não dispunham de seu livre arbítrio no momento da execução e por isto não podem ser punidos como anteriormente eram<sup>15</sup>.

As suicidas pesquisadas, provavelmente não conheciam todos os dogmas e doutrinas da Igreja oficial, mas acreditavam que seus familiares e santos de devoção podiam interceder junto ao Pai por suas almas, para desfrutarem de momentos melhores após a morte ou simplesmente minimizarem seus sofrimentos.

#### **FONTES**

Autos do processo de A.V.V. 1920. Arquivado no Laboratório de Documentação Histórica – LABORDOC da UFRN/CERES/Caicó. Caixa 250. Endereço: Rua José Evaristo, s/n, Bairro Penedo, Caicó/RN. CEP: 59300-000.

Autos do processo de T.A.A. e J.T.S. 1952. Arquivado no Fórum Municipal Desembargador Oscar Siqueira. Endereço: Rua José da Costa Cirne, nº 200, Bairro Esplanada, Jardim do Seridó/RN. CEP: 59343-000.

#### **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Jardel Cléber de. **Católicos e mórmons: a construção da morte em Caicó (Década de 1990)**. 2006. 66f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó, 2006.

AQUILO, Felipe. **Um suicida está condenado?** Disponível em: <<http://formacao.cancaonova.com/igreja/doutrina/um-suicida-esta-condenado/>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

COSTA, Leiliane Louise Lucena da. **A reatualização da tragédia romântica de Romeu e Julieta nos sertões do Seridó com os suicídios de Teresa e José (Ouro Branco/RN, 1952)**. 2013. 73f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó, 2013.

DAMASCENO, Marcus Linneu. **Caicó vida e morte: o suicídio na primeira década do século XX**. 2008. 52f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó, 2008.

---

<sup>15</sup> Para mais informações acessar <<http://formacao.cancaonova.com/igreja/doutrina/um-suicida-esta-condenado/>>.



DURKHEIM, Émile. **O suicídio**: estudo de sociologia. Tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: EDIPRO, 2014.

GUILLON, Claude; LE BONNIEC, Yves. **Suicídio modo de usar**. Tradução Maria Angela Villas. São Paulo/SP: EMW Editores LTDA, 1984. Coleção Testemunho dirigida por Luiz Fernando Emediato. Volume 6.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Sociologia da emoção**: o Brasil urbano sob a ótica do luto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LUCENA, José Fabrício de. **Ouro Branco**: de 1722 a 1954. Patos/PB: Editora Gráfica Ideal LTDA, 2015.

MOREIRA, Maria das Neves Santos; RIBAS, Cristina Galvão. **Os mortos vistos pelos vivos**: fragmentos do imaginário sobre a morte na Comarca do Príncipe (Século XIX). 2004. 62f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó, 2004.

MORON, Pierre. **O suicídio**. Tradução Rodrigo de Sá Nogueira Saraiva. Publicações Europa-América, 1975.

NÓBREGA, Edileuza Dantas da; LEITE, Maria Tereza Bezerra; MEDEIROS, Noaldo. **Introdução aos aspectos históricos do município de Ouro Branco**. 1994. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – CERES/CAICÓ, Caicó, 1994.

PUENTE, Fernando Rey (Org.). **Os filósofos e o suicídio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. **Os últimos instantes e a vivência da “boa morte” no Seridó/RN**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0409.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

VICENTE, Maria Dolores de Araújo. **Morrer, por quê?** Um estudo do suicídio na cidade de Caicó. 2009. 45f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó, 2009.

WALTON, Stuart. **Uma história das emoções**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

## **RELIGIOSIDADE POPULAR E INTERFACES NO SANTUÁRIO DE SÃO SEVERINO DO RAMOS EM PAUDALHO-PE**

Crévio Adelino da Rocha<sup>16</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A religiosidade popular conservou-se sempre viva na história do Brasil e nos costumes do povo de tal maneira que nem mesmo os percalços desse trajeto puderam apagar ou ofuscar o seu valor cultural. Carregada de uma enorme carga de tradições, as manifestações religiosas se revelam nas mais variadas formas por meio das procissões, promessas, milagres, ex-votos, entre outros, e estão intensamente presentes nos santuários espalhados pelo país.

No Brasil, a multiculturalidade, configurada pela aglomeração de diversas maneiras de tratar o sagrado, originou um sentimento religioso pluralizado e tornou o país um reduto de um povo vulnerável a inovar e a responder de diferentes maneiras à espiritualidade. Até aquelas manifestações ditas cristãs, comumente vistas em todo o país, possuem sua individualidade, por vezes mais associadas à cultura e às tradições locais que mesmo aos paradigmas institucionais propostos pela Igreja Católica. A devoção aos santos é uma dessas muitas manifestações e se ajusta à chamada piedade popular que se refere aos muitos exercícios de fé do catolicismo liberal (não ortodoxo), cuja essência procede da alma das manifestações culturais dos povos latino-americanos (BECKHÄUSER, 2007). É neste contexto que surgem os santuários, locais onde os santos são venerados em comunidades onde a adoração, muitas vezes, foge dos princípios elementares do catolicismo oficial.

No caso do Santuário de São Severino do Ramos, localizado no município de Paudalho-PE, não há data precisa sobre o início das romarias, o que se percebe atualmente é que o santo tornou-se um dos mais populares do Nordeste, sendo o seu santuário o maior centro de romarias do estado de Pernambuco, mesmo não sendo canonizado pela hierarquia clerical.

### **RELIGIÃO E INTERFACES COM A RELIGIOSIDADE POPULAR**

---

<sup>16</sup>Mestre em Ciências da Religião/UNICAP e Professor da Rede Básica - Secretaria de Educação do Município de Pedras de Fogo-PB. E-mail: crevioprofessor@gmail.com

A palavra religião tem sua origem do latim *religare*, sendo *re* – intensificativo e *ligare* – unir, atar, no sentido de ligar ou atar um laço entre o humano e o divino (FILORAMO, 1999, p. 112). Trata-se de um tema epistemológico, uma palavra de uso inter e transdisciplinar que envolve a filosofia, a história, a sociologia e a antropologia, entre outras, e, por isso, é abordada de diferentes formas por vários autores.

Trata-se de uma atividade universal, conhecida e praticada pela humanidade desde o início dos tempos. Este sempre foi um assunto polêmico e, ao mesmo tempo em que uniu grandes grupos com as mesmas crenças divinas, motivou, e ainda motiva, grandes conflitos. Por isso, faz-se necessário abordar os conceitos que envolvem este tema a partir de elementos da história, propiciando compreender também o contexto que envolve cada um deles.

Durante muito tempo as religiões e/ou instituições religiosas que formaram esses grupos foram dominantes; entretanto, atualmente, num momento histórico diferenciado, frente às transformações pelas quais o mundo vem passando, as sociedades têm sido cada vez mais influenciadas pela religião, embora pare um processo de autonomia no que se refere à esfera religiosa. Lemos (2007, p. 49) afirma que as Instituições religiosas, de forma geral, têm perdido sua força de influência, ao mesmo tempo em que cresce uma manifestação de movimentos religiosos os quais encontram adeptos que as escolhem conforme suas necessidades pessoais ou de acordo com as suas identidades espirituais.

Esta questão, apontada nos estudos contemporâneos, tem provocado mudanças no conceito de espiritualidade, que é o mais amplo entre aqueles que envolvem o tema central deste trabalho. Para Melhy (1978, p. 09), “religiosidade é a prática da religião em seus aspectos formais, a espiritualidade é a manifestação do sentido religioso”, entretanto, sem oposição ao autor, no cenário atual, a abordagem deste conceito tende a estar mais relacionada à individualidade e à subjetividade, enquanto o de religiosidade se mostra mais relacionado à religião institucional (XAVIER, 2006, p. 85).

Alguns autores acreditam que o conceito de religiosidade está mais próximo das mudanças contemporâneas, uma vez que este processo de autonomia deixa de lado o caráter homogêneo e, muitas vezes, leva a uma fragmentação e uma articulação de correntes, conteúdos e práticas religiosas, de forma que satisfaça as necessidades dos praticantes.

Existem vários conceitos aceitos para religião, no entanto, o que é de consenso entre estudiosos do assunto é que a religião é feita tanto de crenças e rituais quanto de práticas. Durkheim trata a religião como um espaço de manifestações e representações simbólicas que possibilita a reflexão, o estudo e a análise profunda da representação coletiva:

As representações coletivas são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo: para fazê-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas ideias e sentimentos (DURKHEIM, 1984, p. 216).

Já para Lemos (2007, p. 52):

A religião é um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos seres humanos. Ela pode tanto fornecer a explicação e a justificação das relações sociais como construir o sistema das práticas destinadas a reproduzi-las. Ela desempenha essas funções por ser um sistema de símbolos e os símbolos são incorporações concretas de ideias, atitudes, julgamentos, saudades ou crenças.

São abordagens que possibilitam esclarecer o termo “religião” como um aspecto intangível que faz parte da vida cotidiana do ser humano, como complemento que traz o equilíbrio entre o espiritual e o material, como uma necessidade que o fortalece diante das dificuldades rotineiras da vida e traz explicações capazes de mostrar o essencial dentro da dimensão humanidade e transcendência (ASSIS; PEREIRA, 2010, p. 35).

A religião representa o ponto máximo da auto-exteriorização do homem pela infusão dos seus próprios sentidos sobre a realidade. A religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser [...], é a ousada tentativa de conhecer o universo inteiro como humanamente significativo (BERGER, 1985, p. 41).

Do conceito de religião deriva o de religiosidade, que é algo inerente à natureza humana, que vem do sentido de compreender a vida e se situa no âmbito dos sentimentos.

Para Simmel (2006, p. 05), “a religiosidade é um ser particular, uma qualidade funcional da humanidade, por assim dizer, que determina inteiramente alguns indivíduos, mas existe apenas rudimentarmente em outros”. O autor ainda comenta:

O significado subjetivo da religião para a alma é reflexo do que Deus, como objeto da religião, realiza por nossa visão de mundo [...] humildade ou elevação, esperança ou remorso, desespero ou amor, paixão ou repouso [...] a essência da religiosidade é criar espaço igual para pares de opostos [...] Essas forças conflitantes sugerem uma unidade mais profunda e escondida como se fossem as funções de diferentes membros que sustentam a vida de um organismo comum (SIMMEL, 2006, p. 36).

Com base nos autores mencionados, numa relação direta com o tema do trabalho, três interfaces merecem destaque. A primeira dessas interfaces se refere ao aspecto divino, pois envolve diretamente a crença na existência de uma força maior, algo transcendente, imaterial que rege as leis do universo e por meio da qual se explica a própria vida, ela deve ser venerada e seus preceitos seguidos. Portanto, faz-se necessário aprender a venerar, e é daí que surgem os rituais e ensinamentos organizados em grupos que formam as Instituições religiosas, seitas, entre outras. A segunda se refere à relação com a sociedade, pois, fundamentalmente, a religião não está ausente da sociedade, ao contrário, é parte dela e sempre esteve presente, ou seja, é parte integrante de um universo fundamentado e estruturado, do qual emerge como um norteador para a vida do homem, direcionando entre o permitido e o proibido. Paden (2001, p. 66), ao comentar sobre o comportamento religioso, afirma que “uma sociedade é um sistema de ordem, cujo oposto é o caos. Manter esta ordem se torna uma de suas principais funções”. Na mesma linha de pensamento Durkheim (2009 *apud* PADEN, 2001, p. 61) trata a sociedade como “o abrigo da moral e categorias conceituais, ideais e sentimentos que existem antes da experiência individual.” É, portanto, um aspecto relacionado à vida em conjunto e, para que o mundo funcione de forma salutar, dentro dos preceitos da religião, faz-se necessário adotar um comportamento comum.

A terceira interface refere-se ao simbolismo que está implícito na religiosidade. São os símbolos, crenças, rituais sagrados que aproximam e dão identidade aos grupos e, neste sentido, os rituais se mostram como um dos principais veículos de comunicação por obedecerem a uma rotina constante e envolverem, em muitos casos, grandes grupos de seguidores, os quais aprendem e/ou seguem as práticas estabelecidas. Para Melhy (1978, p. 10), “é a religiosidade externada em seus rituais, práticas e adesões ao culto que permite sondar os subterrâneos abstratos da espiritualidade. A espiritualidade manifestada pelo

ritual aproxima os homens e reforça a solidariedade”. No entanto, esta prática não está a parte dos preceitos da Igreja: embora carregada de manifestações não oficiais, ela é reconhecida e tratada de forma a integrar as práticas oficiais.

Diante dos aspectos citados, percebe-se que a religiosidade popular tem um forte caráter simbólico que se torna ainda mais evidente uma vez que nasce do povo promovendo várias formas de manifestações e práticas e, no que se refere ao presente estudo, uma interação entre o catolicismo popular e o catolicismo santoral (oficial).

### **RELIGIOSIDADE POPULAR E CATOLICISMO SANTORIAL**

Estudar o tema religiosidade e fé no Brasil é um desafio, pois implica conhecer um repertório abundante de histórias, vivências, súplicas, reivindicações, apelos, tradições, devoções, reinvenções que atravessaram o tempo, passando por várias gerações. A religiosidade popular difere do conceito de religiosidade no sentido que essa está mais relacionada às práticas religiosas emanadas do povo e, neste trabalho, o termo será tratado à luz do catolicismo no Brasil, por ser este o foco do trabalho.

Embora este tema seja alvo de vários estudos, as definições de diferentes autores mostram semelhanças no que se refere à manifestação espontânea, ao simbolismo que a caracteriza e a estreita relação com a cultura. Conceitualmente, o termo religiosidade popular está relacionado ao conjunto de práticas simbólicas de raiz popular, estando, desta forma, intimamente relacionado aos aspectos culturais, aqui enriquecidos pela pluralidade do povo brasileiro. Semeraro (2008, p. 02) entende a religiosidade popular como “[...] a efetividade da fé e da religião nos comportamentos humanos. Trata-se de uma experiência universal, porque cada povo exprime de forma diversa sua visão de transcendência, natureza, sociedade e história através das mediações culturais”.

Oliveira (1994 *apud* TEIXEIRA, 2006, p. 09), por sua vez, enumera três pontos básicos que, segundo o autor, fundamentariam a religião popular:

- 1) nela há uma socialização dos bens sagrados, ou seja, estes seriam mais acessíveis às camadas populares, uma vez que não dependem exclusivamente de especialistas; 2) as crenças, práticas e rituais são articulados implicitamente, não havendo teologia ou doutrina sistemática; e 3) a legitimidade da religião popular advém da tradição e não de uma instituição controlada por especialistas.

Para Gois (2004, p. 28), a religiosidade popular trata de valores, critérios, condutas e atitudes que formam a “matriz cultural do povo brasileiro”.

Num sentido mais amplo, o autor acrescenta:

Entre os diversos valores a religiosidade popular nos apresenta:

1. Uma religiosidade que existe em todo ser humano;
2. Uma motivação e até necessidade para celebrar esta religiosidade em alguns momentos da vida;
3. Uma transmissão de valores religiosos, como herança, de geração a geração;
4. Uma constante busca de pistas, direcionando àquilo que mais agrada ao povo (GOIS, 2004, p. 28).

Brandão (1986, p. 204) comenta que uma característica marcante da religião popular é “sua capacidade de recriar as doutrinas impostas pela teologia da religião oficial”. Ao mesmo tempo em que mantém especificidades, particularidades geograficamente distintas, distribuídas de acordo com as diferentes comunidades que surgiram no processo de colonização, são somados valores comuns trazidos por aqueles que formaram este país cosmopolita. Esse conjunto de símbolos revela costumes e crenças, como vestes, danças, cânticos e os rituais que representam momentos de consagração e fortalecimento das crenças e ideais que transpõem gerações. Para Durkheim (1984, p. 30), “a verdadeira função do rito era recriar a identidade do grupo por meio de sua objetivação em símbolos e atos religiosos”.

A religiosidade popular, portanto, reflete manifestações espontâneas que nascem dos aspectos culturais devido à carência de conhecimentos acerca da doutrina da Igreja e assim se definem em práticas religiosas características de cada região a exemplo da devoção aos santos.

#### **CATOLICISMO SANTORIAL NO BRASIL**

O santo é um elemento fundamental que esteve presente em toda a história do cristianismo tanto do núcleo familiar quanto das grandes massas, a exemplo do que ocorre nos santuários.

As vidas dos santos constituem um importante meio de transmitir o sentido da fé cristã. Desde que o cristianismo existe, as pessoas contam e recontam as histórias dos santos. Eles têm sido homenageados em ícones,



pinturas e estátuas, É impossível imaginar o cristianismo sem pecadores e é impossível vivê-lo sem os santos (WOODWARD, 1992, p. 324).

Consideram-se parte deste universo simbólico as promessas, milagres, ex-votos, entre outros, como práticas de aproximação dos santos, e servem como propulsores de outras formas de manifestação popular, dentre as quais as romarias e peregrinações. Ou seja, no ato de devoção ao santo, o ritual muitas vezes representa uma troca simbólica que consiste num pedido a ser atendido, para o qual se faz uma promessa e se espera por um milagre.

Deste modo, o ato de cumprimento da promessa ou a realização do pedido impulsiona a realização das romarias e peregrinações rumo aos santuários, seguidos ou não de depósito de ex-votos, por acreditar que assim o devoto estará mais próximo do santo e será ouvido com mais facilidade. Essas práticas são também realizadas somente como ato de devoção, no entanto, empiricamente, tem-se que grande parte dos seguidores as realizam envolvendo pedidos ou agradecimentos.

Historicamente, Teixeira e Menezes (2009, p. 20) relatam:

O catolicismo brasileiro foi, durante muito tempo, um catolicismo de “muita reza e pouca missa, muito santo e pouco padre”. Os santos sempre ocuparam um lugar de destaque na vida do povo, manifestando a presença de um “poder” especial e sobre-humano, que penetra nos diversos espaços de vida e favorece, numa estreita aproximação e familiaridade com seus devotos, a proteção diante das incertezas da vida.

Esse tipo de catolicismo se fortalece ainda mais com a presença da imagem do santo. Seguindo a história, Semeraro (2008) comenta que as imagens acrescentaram fervor à devoção aos santos. Numa visão cronológica, este autor acrescenta que, no século IV, houve uma redução do culto aos mártires (presente desde os primeiros tempos), limitando-os aos “lugares do próprio martírio ou da sepultura”. Ainda segundo o autor, “depois das perseguições, as honras foram dadas àqueles que se destacaram pela virtude e piedade, especialmente os eremitas e os monges, que passaram a ser venerados pelos fiéis”. Seguindo a cronologia, após o século VII e VIII, momento em que os corpos dos mártires foram transferidos das catacumbas para as basílicas, “surgiu uma verdadeira paixão pelos corpos dos santos e pelos objetos que pertenceram a eles”, sendo que o culto das relíquias se desenvolveu junto ao culto dos mártires.

No século IV houve um grande incremento na veneração das imagens, que consistia nas genuflexões, nos beijos, no acender velas e lâmpadas, na oferta de incenso e outros objetos diante das imagens. Também as peregrinações começaram a ser populares naquele tempo. O culto aos santos tomou grandes proporções durante este período medieval, sob a pressão dos fervorosos religiosos do século XIII. Especialmente sob a influência das ordens mendicantes, a piedade popular adquiriu um caráter mais individual (SEMERARO, 2008, p. 04).

Não há como negar que o culto aos santos sempre ocupou uma importante posição no cristianismo. [...] “Em muitos contextos sócio-históricos ser católico significava cultuar os santos, promover ou participar de suas festas, pagar-lhes promessas, venerá-los – muito mais que o comparecimento à missa e a participação nos sacramentos” (TEIXEIRA; MENEZES, 2009, p. 109). Ainda segundo os autores, o culto aos santos possibilita analisar questões que relacionam religião, cultura e sociedade e, por meio dele, estudar os sentidos de determinadas práticas devocionais, o que vem ao encontro do presente estudo.

Os santos penetram na vida dos que os veneram, misturando-se com seus problemas, suas necessidades mais urgentes, nos negócios, na vida familiar, nos casamentos, etc. E tudo isso, sem cerimônia, sem se precisar de apresentação, sem intermediário. Tudo se passa entre o santo e seu devoto. Uma certa intimidade até, sem implicar desrespeito, mas intimidade que chega até mesmo à imposição de certas punições, como santo de cabeça para baixo, santo fora de sua capela, santo voltado para as paredes (ROLIM apud TEIXEIRA; MENEZES, 2009, p. 20).

No Brasil, as formas populares de veneração aos santos e a convicção na possibilidade deles intermediarem milagres continuaram vivas mesmo com o processo de romanização<sup>17</sup> e sua influência sobre a vida religiosa tradicional. O Censo de 2010 revelou o Nordeste como a região que tem maior número de católicos, fato que pode estar relacionado à tradição do catolicismo santoral cuja repercussão é reconhecida em todo o território nacional e gera grandes demandas de visitantes aos santuários. Acrescentam-se

---

<sup>17</sup> Romanização, conceito criado pelo pesquisador [Theodor Mommsen](#) no [século XIX](#), indica a propagação da cultura romana através da [aculturação](#) e [assimilação cultural](#) de seus atributos, por parte das populações anexadas durante o período de expansão da [República Romana](#), do [Império Romano](#) ou [Principado](#), dentro da perspectiva civilizatória de Roma (MENDES, 2002). Por conseguinte e de forma análoga, o processo de romanização, que como princípio básico viabilizava a evangelização da sociedade nos moldes dos ideais medievais. Este processo de romanização também aconteceu no Brasil, principalmente com a instalação da República em 1889, a partir da separação entre a Igreja e o Estado que foi efetivada em 7 de janeiro de 1890, pelo Decreto nº 119-A, e constitucionalmente consagrada desde a Constituição de 1891

aí os devotos de São Severino do Ramos que, segundo Marinho (2008, p. 101), no Domingo de Ramos, chegam a trinta mil pessoas, movimentando a economia local e o turismo religioso.

## **RELIGIOSIDADE POPULAR E TURISMO RELIGIOSO**

Assim como a religiosidade popular, o turismo é uma atividade que despertou o interesse de estudiosos no mundo contemporâneo, por ser uma atividade que facilita múltiplas trocas e análises multi e transdisciplinares, sendo suas relações estudadas e trabalhadas nas mais diversas disciplinas.

Historicamente, as migrações sempre fizeram parte da vida do homem, sejam motivadas pelas condições climáticas, por necessidade de sobrevivência, para exploração, guerras, invasões, entre outros. Fato concreto é que os homens pré-históricos já se deslocavam em busca de alimento. As grandes civilizações da Antiguidade, como a egípcia, a suméria, a grega e a romana também viajavam para conquistar territórios. A organização dessas sociedades exigia a realização de viagens para a participação em eventos religiosos e diplomáticos, além de atividades culturais (OLIVEIRA, 2002, p. 7).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) tem uma definição ampla e flexível para a atividade:

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outros (OMT, 2001, p. 38).

Para o Ministério do Turismo (MTUR), o turismo religioso é um subsegmento do turismo cultural que “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos elementos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”. Toda viagem turística consiste em uma experiência cultural, assim relata o Ministério do Turismo (MTUR, 2012, p. 13): “ao sair de seu ambiente, o turista entra em contato com novos sabores da culinária local, com as músicas mais pedidas nas estações de rádio do local, com a forma dos habitantes locais de lidarem com visitantes” e da mesma forma agem

aqueles que participam das manifestações culturais. No entanto o que define o turismo cultural é a motivação, o interesse da viagem por temas relacionados à cultura.

Ainda para o MTUR, considera-se turismo religioso como aquele que “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos elementos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (ibid., p. 14). É o fato de preservar hábitos e costumes no decorrer da história que coloca o turismo religioso nesta posição. Entretanto, mantém seu conceito firmemente relacionado à busca espiritual e a prática religiosa aqui caracterizada pelo deslocamento a locais e a participação em eventos para fins de:

- a) peregrinações e romarias;
- b) roteiros de cunho religioso;
- c) retiros espirituais;
- d) festas, comemorações e apresentações artísticas de caráter religioso;
- e) encontros e celebrações relacionados à evangelização de fiéis; visitação e espaços e edificações religiosas (igrejas, templos, santuários, terreiros);
- f) realização de itinerários e percurso de cunho religioso e outros” (ibid., p. 19).

Para o Ministério do Turismo, “o turismo religioso configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, independentemente da origem étnica ou do credo” (ibid., p.19).

Não obstante o conceito do MTUR, Andrade (2000, p. 77) conceitua o turismo religioso como “o conjunto de atividades, com utilização parcial ou total de equipamentos, e a realização de visitas a receptivos que expressam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade aos crentes ou pessoas vinculadas a religiões”. O autor comenta:

Ressalvados o turismo de férias e o turismo de negócios, o tipo de turismo que mais cresce é o religioso, porque – além dos aspectos místicos e dogmáticos – as religiões assumem o papel de agentes culturais importantes, em todas as suas manifestações de proteção a valores antigos, de intervenção na sociedade atual e de prevenção no que diz respeito ao futuro dos indivíduos e das sociedades (ANDRADE, 2000, p. 77).

Quanto à representatividade econômica do turismo religioso, pesquisas realizadas pelo MTUR, em 2007, revelam que “12,7% dos entrevistados têm no turismo cultural a principal motivação de suas viagens, 5,1% a religião e mais 3,1% apontam os eventos culturais, esportivos e sociais” (MTUR, 2012, p. 37).

Considerando o volume global das viagens realizadas no Brasil, estimada em 225 milhões de viagens domésticas em 2007, calcula-se que o segmento de Turismo Cultural mobilize diretamente pelo menos 28 milhões de viagens por ano no Brasil, o turismo religioso em torno de 11 milhões de viagens e os eventos cerca de 7 milhões (ibid. p.37).

Outro aspecto interessante apontado pela pesquisa é que as viagens cuja motivação principal é a cultura são proporcionalmente maiores entre os grupos que apresentam maiores rendimentos (ibid., 2012, p. 37).

Em matéria disponível no website G1, consta o crescimento do turismo religioso no país e destaca a contribuição que tem representado para os pequenos municípios do interior. A matéria relata que a cidade de Aparecida-SP é um dos destinos religiosos mais procurados no país: “Por ano, a cidade, cuja população fixa chega perto de 37 mil habitantes, recebe cerca de 10 milhões de visitantes. Nos últimos três anos, o número de turistas tem aumentado 10%, em média, segundo a Secretaria Municipal de Turismo” (CURY, 2010). Ainda complementa que o turismo religioso representa 80% da renda do município.

Os dados apresentados se fazem necessários para ser melhor compreendido o impacto causado pelo grande número de visitantes nas localidades, a exemplo do que ocorre em Paudalho-PE, para onde, motivados pela visita ao Santuário de São Severino do Ramos, os visitantes, organizados em grupo ou individualmente, deslocam-se e, com isso, movimentam a economia local. Daí, o atrativo, que neste caso é o Santuário, desperta o interesse do poder público e contribui para a geração de emprego e renda.

Analisado pelo prisma do turismo, o que ocorre atualmente em Paudalho se insere em um ciclo que precisa de atenção e planejamento porque está fadado ao crescimento. Este talvez seja o maior diferencial do turismo religioso se comparado a outros tipos de turismo que ocorrem em cidades interioranas quanto à perspectiva de crescimento dada à crescente busca pela espiritualidade.

Se comparado ao turismo rural, por exemplo, o turismo religioso difere por gerar grandes demandas de visitação por um público devoto e fiel ao seu santo e que, por isso, mantém rotinas definidas para suas viagens, o que demanda uma estrutura de apoio para recebê-los, tanto por parte da Igreja, quanto da localidade. O que ocorre, então, é que a criação de uma infraestrutura e superestrutura sólidas, a exemplo do que ocorreu em Aparecida-SP, fará aumentar a visitação devido às condições de permanência oferecidas aos visitantes e, assim, tornará o interesse deles mais amplo, deixando de ser somente religiosidade e passando a ser turismo, envolvendo passeios com amigos, visitas a patrimônio histórico, confraternizações, entre outros, configurando, ratificando e acrescentando à “externalidade no olhar” comentada por Steil (2003, p. 35).

Por esta condição de favorecimento os devotos cumprem rotinas de deslocamento a lugares sagrados tendo em vista demonstrar sua fé e não deixar dúvidas sobre sua gratidão, da mesma forma que fazem suas súplicas. Estes grupos tendem a aumentar na medida em que o santo ganha popularidade, assim como ocorre no Santuário de São Severino do Ramos, em Paudalho-PE, e, assim, surge o turismo religioso caracterizado pelo deslocamento motivado pelo sentimento de religiosidade, pela busca de lugares sagrados e realização de práticas religiosas nas quais ocorrem as trocas simbólicas entre devotos e santos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A religiosidade popular é rica em representações, crenças, simbolismos, conduzida, testemunhada e vivenciada pelo povo sem deixar de lado a observância ao ritual. Apesar de, em muitos casos, distanciar-se do catolicismo oficial e ortodoxo, tal religiosidade segue os princípios elementares e principais. Assim, não se trata simplesmente de oposição aos valores impostos pelo catolicismo oficial, mas, sim, da utilização desse catolicismo para o culto aos santos e peregrinação a locais sagrados, sem se preocupar se eles são reconhecidos oficialmente pela Igreja.

A religiosidade é um sentimento condutor da vida das pessoas, é capaz de mover suas ações e decisões e ajuda a compreender o sentido da vida, além de explicar o que nela acontece entre momentos difíceis, realizações e conquistas. É o sentimento de religiosidade que move pessoas e grupos na busca da maior aproximação possível com o sagrado e é aí

que surge neste contexto o catolicismo santoral, pois, o santo sempre foi visto como intermediador, como aquele que está próximo de Deus suficientemente para interceder pelas solicitações de seus devotos. A devoção aos santos é uma prática rotineira na vida dos brasileiros e, notadamente, dos nordestinos que vêem neles uma possibilidade de intercessão junto a Deus para o atendimento às suas solicitações. Na mesma medida em que os santos oferecem proteção recebem agradecimento e respeito às suas virtudes e são esses aspectos que geram grandes demandas de visitantes, o que se caracteriza como turismo religioso.

Não se pode negar a existência de uma estreita interface entre a religiosidade popular e o turismo religioso, notadamente quando se trata das romarias. As similaridades partem do conceito de ambas as atividades, pois, a romaria, assim como o turismo, envolve uma motivação e um deslocamento para o local desejado.

Em suma, trata-se de uma ação espontânea de religiosidade que, somada a outros fatores, como a rotina da vida moderna, a redução do período de férias escolares, a necessidade contemporânea da religiosidade, a necessidade de lazer e a oportunidade de se relacionar com outras pessoas, configuram uma relação de interdependência entre os visitantes (devotos de São Severino do Ramos), a infraestrutura necessária para recebê-los e a oportunidade de movimentação da economia local, o que situa o turismo religioso em Paudalho-PE, no âmbito do planejamento, e a religiosidade popular, naquela localidade, no âmbito da atenção.

## **REFERÊNCIAS**

ASSIS, Adriano Faria; PEREIRA, Mabel Salgado. **Religiões e Religiosidades: entre a tradição e a modernidade.** São Paulo: Paulinas, 2010.

BECKHÄUSER, Alberto. **Religiosidade e piedade popular, santuários e romarias: desafios litúrgicos e pastorais.** Petrópolis: Vozes, 2007.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião.** São Paulo: Paulus, 1985.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CURY, Anay. Turismo religioso estimula economia de mais de 300 cidades do país. **G1.** São Paulo, 01 de out. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia-e->



[negocios/noticia/2010/09/turismo-religioso-estimula-economia-de-mais-de-300-cidades-do-pais.html](http://negocios/noticia/2010/09/turismo-religioso-estimula-economia-de-mais-de-300-cidades-do-pais.html). Acesso em: 03 ago. de 2012.

DURKHEIM, E. A **Sociologia de Durkheim**. In: Durkheim Sociologia. Org.: José Albertino Rodrigues. Coordenador: Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1984.  
GOIS, João de Deus. **Religiosidade popular**. São Paulo: Loyola, 2004.

LEMOS, Carolina Teles. **Religião e sentido da vida**. Disponível em: <http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3689/material/8.RELIGI%C3%9C>. Acesso em: 25 set. de 2012.

MARINHO, Alba Lúcia da Silva. **O sagrado na teia das redes geográficas do turismo em Pernambuco**: Um estudo sobre o Santuário de São Severino Paudalho-Pernambuco. 2008. 175 f, Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MELHY, Jose Carlos S. B. **Conceito de religiosidade popular**. São Paulo: Paulinas, 1978.  
MTUR. Turismo Cultural: orientações básicas. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_Cultural\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO .pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO.pdf). Acesso em: 17 set. de 2012.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. **Turismo religioso**. São Paulo: Aleph, 2004.  
PADEM, Willian E. **Interpretando o sagrado**: modos de conceber a religião. São Paulo: Paulinas, 2001.

SEMERARO, Cosimo. **Leitura e interpretação da Piedade Popular**: forma e desenvolvimento da piedade popular. Prospectiva histórica. Tradução: Pe. João Mendonça. 2008. Disponível em: <http://www.isma.org.br/artigos/piedade.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

SIMMEL, G. **Questões Fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.  
STEIL, Carlos Alberto. **O sertão das romarias**: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa - Bahia. Petrópolis: Vozes, 1996.

STEIL, Carlos Alberto. Peregrinação, romaria e turismo religioso: raízes etmológicas e interpretações antropológicas. In: ABUMANSUR, Edin S. **Turismo religioso**: ensaios antropológicos sobre religião e turismo. São Paulo: Papyrus, 2003.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **Catolicismo Plural** - dinâmicas contemporâneas. São Paulo: Vozes, 2009.

WOODWARD, Kenneth L.A **fábrica de santos**. São Paulo: Siciliano, 1992.



## **“ENTRE O SAGRADO E O PROFANO”: UMA ANÁLISE DOS “MAUS COSTUMES” NA RELIGIOSIDADE POPULAR NORDESTINA A PARTIR DA LITERATURA DE CORDEL**

Emerson José Ferreira de Sousa<sup>18</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A religiosidade católica, elemento característico e identitário da “cultura popular” nordestina, é um dos aspectos altamente cristalizados em meios que representam e veiculam imagens do Nordeste por todo o país. Impressiona como na música, nas artes literárias e plásticas, e principalmente nos folhetos de cordel, o sagrado aparece com acentuada frequência e com enorme prestígio nas falas desses objetos culturais, o que culmina em uma larga difusão do discurso religioso no/do Nordeste.

Dentre essa gama de elementos veiculadores da cultura nordestina, optamos aqui pelo cordel, que talvez seja o objeto cultural que mais se interessa por temas religiosos no Nordeste. A proposta deste trabalho consiste na análise de três folhetos de cordel: *O homem que quebra imagem* (Antonio B. Romão), *O exemplo de um homem que atirou em uma imagem de São Severino dos Ramos* (Caetano Cosme da Silva) e *O exemplo do homem que atirou na chuva* (Heleno Francisco Tôrres), onde a partir das representações religiosas neles presentes, buscamos problematizar as formas de veiculação e a cristalização do imaginário da prática da “profanação” ao sagrado na “religiosidade popular” nordestina.

O cordel, como elemento de grande prestígio na cultura popular deste lugar, é responsável por levar ao público contos e re-contos que aludem aos mais variados temas cotidianos. No tocante a temas religiosos constantemente presentes em suas narrativas,

É comum se encontrar folhetos que versam sobre cultos dos santos, rituais, festas católicas, messianismo, adivinhações, curas terapêuticas, elementos que, combinados, formam um sistema de representação do mundo próprio da cultura brasileira. (BRITO, 2011, p. 26).

A partir disto, percebe-se que os folhetos nos transmitem questões singulares das vivências cotidianas do espaço do qual ele fala. É justamente esta singularidade que move

---

<sup>18</sup> Discente do Curso de História do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (CFP/UFCG). E-mail: [emersons933@gmail.com](mailto:emersons933@gmail.com).

os estudos socioculturais em nossos tempos, onde se busca cooptar e compreender as diversas relações que homem matem consigo e com seu meio.

Nesta perspectiva, o cordel apresenta enorme capacidade de veicular certas imagens acerca do que ele se propõe a narrar, o que o tornar responsável por construir certas espacialidades quando traz certa visão sobre os temas que narra. Como nos diz Albuquerque Júnior (2011, p. 129): “É, pois, este discurso do cordel um difusor e cristalizador de dadas imagens, enunciados e temas que compõem a ideia de Nordeste [...]”. Observa-se nas palavras do autor, que a própria construção da espacialidade nordestina perpassa pelos discursos dos cordéis, que trazem certa visão sobre este lugar no momento de sua emergência como região.

Trabalhar com folhetos de cordel é adentrar no campo da relação que história mantêm com a literatura, onde a última aparece como sendo capaz de oferecer aos historiadores maiores possibilidades de se penetrar mais a fundo no pensamento humano (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007). Para o caso do estudo da religião, a literatura tem contribuído significativamente, onde, de acordo com Caldas Filho (2005, p. 66), “[...] estudos de crítica literária e de literatura comparada têm enriquecido pesquisas sobre diferentes possibilidades do fenômeno religioso.” O autor argumenta que há um valor epistemológico na literatura para os estudos religiosos, e o cordel quando aborda temas sagrados “veicula uma autêntica ‘teologia popular’, em versos”. (CALDAS FILHO, 2005, p. 66).

Portanto, através do cordel nos é possibilitado contactar aspectos do comportamento do nordestino em suas manifestações religiosas, e, deste modo, pode-se captar parte do sentido e da lógica de sua religiosidade.

Ambos os cordéis aqui analisados trazem em suas tramas passagens do cotidiano religioso nordestino onde há certos “maus costumes” por parte de pessoas que “tentavam” contra o sagrado. Em *O homem que quebra imagem*, o cearense José Leitão, sob a influência de um “crente”, quebra várias imagens de santos que tinha em sua casa. No folheto *O exemplo de um homem que atirou em uma imagem de São Severino dos Ramos*, Tomaz, um ateu, inconformado com o fato de sua esposa ser devota de São Severino dos Ramos, atira na imagem do santo e em sua esposa. Já no cordel *O exemplo do homem que atirou na chuva*, o fazendeiro baiano Almino, atira na chuva por está irritado com a quantidade da mesma que caía, assolando toda a plantação. Uma série de elementos oriundos da ideia de

profanação, são veiculados pelas falas do folheto, á exemplo do castigo pelo sacrilégio cometido e do perdão pós arrependimento.

Nesta ótica, pretendemos demonstrar e analisar os elementos que constituem a conjuntura da prática da profanação ao sagrado trazida pelos enredos dos cordéis, bem como compreender como estes folhetos buscam veicular e cristalizar estes elementos e com que finalidade.

A pesquisa parte de um diálogo entre ambos os folhetos, onde buscamos realizar algumas comparações entre eles. Como aporte teórico, dialogamos com o conceito de representação proposto nos estudos de Roger Chartier (1991), onde o autor argumenta que as representações podem ser entendidas como práticas que constroem e dão sentido ao mundo daqueles que as vivenciam. Outro conceito de que nos apropriamos, é o de veiculação de dadas imagens e discursos tal como ressalta Albuquerque Jr (2011). Nos folhetos aqui analisados, as representações presentes em suas narrativas veiculam certo discurso religioso que é difundido pelo Nordeste, onde se estabelece certas formas e sentidos na prática religiosa deste lugar.

#### **FALAS DE “ENQUADRAMENTO”: O SACRILÉGIO E O CASTIGO E SUAS FORMAS DE VEICULAÇÃO E CRISTALIZAÇÃO**

A profanação de espaços, relíquias, símbolos, dentre outros elementos sagrados, através de certas práticas e costumes, não deixa de ser algo comum nas diversas crenças religiosas. Esta prática é exercida de várias maneiras, por vezes com gestos que tomam certas dimensões, e por vezes em pequenos gestos quase imperceptíveis que acabam difundidos no próprio cotidiano religioso em que eles são praticados. Os folhetos analisados atribuem contornos grandiosos a esta prática que transgride normas e valores religiosos em um espaço que os vivenciam fervorosamente.

Iniciamos nossa análise observando como os folhetos apresentam o ato da profanação que precede e justifica outros elementos inerentes a ideia de pecado e sacrilégio a que o ato é remetido. No cordel *O homem que quebra imagem*, José Leitão aconselhado pelo “crente” decide se desfazer das imagens de santos que possuía, quebrando-as:

José pegou uma vara  
sacudiu em são Rumão

bateu em São Severino  
quebrou são Sebastião  
foi quebrando são Vicente  
santo Inacio são Gusmão, (ROMÃO, [s.d.], p. 4)

Literalmente, o personagem da trama decide abandonar sua crença valendo-se de um ato violento e escandaloso perante o sagrado. Já Tomaz, no cordel *O exemplo de um homem que atirou em uma imagem de São Severino dos Ramos*, por ser descrente, revolta-se quando sua esposa lhe mostra uma imagem e um quadro do santo:

Tomaz pegou a imagem  
e deu-lhe um tiro na cabeça  
quebrou o quadro também  
e disse mulher conheça  
que sou peinha mesmo  
vai morrer não estremeça. (SILVA, [s.d.], p. 4)

Os versos mencionados buscam difundir certa dimensão para este ato profano. Neles, se quer explicitar em uma visão negativa uma dada prática vista como abominável aos olhos cristãos, que desvirtua e distancia os homens da verdadeira fé, e os direcionam para graves consequências. As falas dos folhetos procuram ser enfáticas e objetivas para que não haja dúvidas da dimensão do ato praticado.

O pecado e o sacrilégio consumados no ato profano são os primeiros elementos enfatizados pelos cordéis. Através de seus atos, os personagens transgrediram uma ordem altamente cristalizada no espaço religioso nordestino, onde historicamente a tradição católica está profundamente enraizada. Esta tradição é celebrada através de uma série de ritos e manifestações de altíssimo prestígio na cultura local, onde as imagens dos santos e outros representantes do sagrado são, talvez, os principais símbolos religiosos que as norteiam. Nesta lógica, essas imagens podem representar, por vezes, as maiores expressões da fé católica, e a sua violação é vista como sacrilégio sem igual. Os folhetos buscam justamente veicular essa ideia de pecado e sacrilégio desmedido nessa transgressão exacerbada e desrespeitosa das tradições religiosas do Nordeste.

No cordel *O exemplo do homem que atirou na chuva*, a profanação não se configura em relação à imagem de algum santo, mas sim no ato de se atirar na chuva. O sacrilégio

cometido em tal prática relaciona-se ao caráter sagrado que ela apresenta. Vejamos como o folheto busca enfatizar esta ideia:

A chuva nos anos bons  
traz grande alimentação  
assim como tem inverno  
tem o sol que faz verão  
fazem os mandatos divinos  
do autor da criação. (TÔRRES, [s.d.], p. 2).

Neste verso, o folheto argumenta que a chuva é fruto das forças divinas e por isso ela está envolta por uma lógica sagrada. O caráter sagrado da chuva decerto relaciona-se ao caráter sagrado das águas na concepção cristã. Para os cristãos, como nos diz Eliade (1992, p. 66), “Foi a água a primeira que produziu o que tem vida, a fim de que nosso espanto cessasse quando ela gerasse um dia a vida no batismo [...]”. As águas seriam a essência da vida, e a chuva, em especial, por sua importância no Nordeste, adquire ainda mais esse espectro sacro. Quando o personagem Almino dispara contra ela, seu ato é um contraponto a toda essa lógica mencionada, por isso, ele configura-se como um sacrilégio, uma profanação.

O castigo emitido aos personagens em função de seus atos é um dos pontos centrais do discurso religioso veiculado pelos folhetos. Neste momento, ocorre um acontecimento marcante, impactante, que demonstra o quão terrível foi o ato profano e que ainda mais terrível pode ser suas consequências. Os personagens José Leitão e Tomaz são castigados sendo transformados em monstros com características similares entre si.

José Leitão era devoto de São Francisco das Chagas e recebe seu castigo exatamente quando iria quebrar sua imagem:

quebrou são Miguel arcanjo  
disse: agora eu quebro tudo  
avançou pra são Francisco  
ficou logo cabiludo  
saiu chifre na cabeça  
ficou comprido e rabudo. (ROMÃO, [s.d.], p. 5).



Quando Tomaz atirou na imagem de São Severino, ele decidiu atirar em sua esposa por ser devota do santo. Ao disparar contra ela nada ocorreu, e nesse momento ele recebe seu castigo, onde uma voz do além diz:

Tú atirasse em Maria  
mas não chegasse a matar  
as balas se desmancharam  
como fumaça no ar  
essa tua crueldade  
bem caro vai te custar.

Quando a voz disse assim  
o homem se transformou  
em um monstro horrível e feio  
e com a cauda abanou [...]. (SILVA, [s.d.], p. 4).

Os personagens são castigados primeiramente por escarnarem do poder dos santos que gozam de enorme prestígio na tradição católica. Cometendo tamanho sacrilégio, recebe-se a punição como prova deste poder divino. Obviamente se é castigado porque além de duvidar-se da força dos santos, os populares vão além e cometem os atos profanos de destruírem suas imagens. Nota-se que a forma com a qual o castigo se estabelece parece ser proporcional a dimensão do ato cometido, pois os personagens são transfigurados tornando-se espécies de “bestas” demoníacas. Este castigo é momento da Hierofania, termo cunhado por Eliade (1992) que designa a manifestação do sagrado. Quando os personagens estão no ápice de seus atos, o sagrado manifesta-se provando a sua existência e o seu poder aos incrédulos pecadores, emitindo-lhes a severa punição.

Os cordéis buscam veicular e cristalizar o que se passa em suas narrativas como exemplos perante àqueles que vivenciam a religiosidade católica. Para isto, eles criam em suas falas elementos que denotam e aludem para essa veiculação e cristalização diante de uma comunidade religiosa. Quando José Leitão transforma-se em monstro, sua esposa sai a pedir socorro à vizinhança, onde logo aparece muitas pessoas para testemunhar aquela situação:

Foi chamar na redonesa  
vizinho irmão e parente  
e o menino dizendo  
Pai virou uma serpente

para **ver o resultado**<sup>19</sup>  
se juntou foi muita gente. (ROMÃO, [s.d.], p. 6).

No verso supracitado, o folheto demonstra como o ocorrido com José Leitão serve de exemplo e é difundo perante a vizinhança. Sendo testemunhado por uma multidão, aquela história seria contada, (re) contada e (re) elaborada na sociedade, cristalizando o discurso religioso proveniente daquele ato. O cordel utiliza-se de certos artifícios para veicular o que propõe, e eles encontram-se nas entrelinhas de suas narrativas, onde elas mesmas demonstram como e através de que certo discurso religioso é propagado.

No cordel de Heleno Tôrres, também enxergamos como as falas do folheto pretendem veicular e cristalizar o acontecimento ali presente:

Eis ai caros ouvintes  
um exemplo pavoroso  
um homem atirar na chuva  
que quadro triste horroroso  
chatiar com os segrêdos  
do grande Deus poderoso! (TORRES, [s.d.], p. 4).

Nesta passagem, o cordel fala diretamente ao público ouvinte o que pode vir a ocorrer com todo aquele que se propõe a confrontar o sagrado. O que ele traz em suas falas é simplesmente para servir de exemplo aos fiéis e reforçar o espaço sagrado na vida das pessoas.

Portanto, entendemos que as falas dos folhetos veiculam discursos de “enquadramento” para os fiéis católicos. Isto seria uma tentativa de um discurso religioso de estabelecer características de seu interesse as formas com as quais o católico nordestino vivencia sua fé.

### **RENOVAR-SE COM O SAGRADO: ARREPENDIMENTO, PERDÃO E RECONCILIAÇÃO**

São premissas da religiosidade cristã os ideários de arrependimento e perdão. As mensagens do novo testamento Bíblico veiculam constantemente esses elementos de (re) aproximação entre o homem e Deus como virtudes do ser humano nessa comunhão entre o espaço terreno e o divino. É difícil pensar as diversas práticas presentes no contexto

---

<sup>19</sup> Grifo nosso.

cristão, a exemplo das romarias, procissões e penitências, não estando ligadas as ideias de arrependimento ou a busca de perdão e redenção.

A narrativa dos cordéis analisados faz alusão ao espaço destes elementos na conjuntura da profanação. Faz parte da lógica discursiva dos folhetos apresentarem o arrependimento, o perdão e a reconciliação com o sagrado, como elementos que, sendo neste caso provenientes do ato profano, recriam a partir dele as relações com o sagrado.

Após sofrerem o castigo, os personagens tomam ciência da barbárie que cometeram. No cordel de Caetano Silva, Tomaz, quando transforma-se em monstro, é condenado a vagar pelo mundo para “purgar” seu pecado. Ao cumprir sua sina, ele demonstra arrepender-se quando é aconselhado em um convento a orar a São Severino dos Ramos:

Dali o monstro voltou  
já quase desencantado  
ainda chegou em sua casa  
fedendo a chifre queimado  
disse: - Mulher vá nos Ramos  
que eu quero ser perdoado. (SILVA, [s.d.], p. 7).

O personagem compreende a dimensão do poder divino, e ao arrepender-se, passa de ateu para cristão devoto de São Severino. O arrependimento é o reconhecimento da superioridade da divindade perante a limitação humana, e para o caso de um ato profano, ele aparece com um significado ainda maior, porque representa a vitória do sagrado contra os incrédulos pecadores, onde ele pode resgatar um fiel de uma situação aparentemente irreversível.

Após o arrependimento do profanador, tem-se o perdão por parte do divino, o que é o reconhecimento e aceitação por parte deste último da busca da retratação daqueles que efetuaram o sacrilégio. No momento do perdão, os indivíduos retomam sua forma original quando finalmente seu arrependimento é consumado. José Leitão é convidado por seu irmão a reconhecer o poder dos santos e retomar sua crença, e feito isto, recebe seu perdão:

Um irmão dele chorando  
foi gritando ou José  
te lembra da mãe de Deus  
quem tu foi ainda é

te pega com são Francisco  
padroeiro em Canindé.

O sol foi mudando a luz  
a casa tremeu o chão  
um chorava outro gritava  
José mudou de feição  
dando viva a são Francisco  
a Virgem da Conceição. (ROMÃO, [s.d.], p. 6-7).

Já Tomaz recebe seu perdão em definitivo quando sua esposa volta de Ramos trazendo um quadro de São Severino e entrega-o:

A mulher foi para Ramos  
com oito dias voltou  
de lá trouxe um quadro bento  
e nas mãos dele botou  
quando ele pegou o quadro  
logo se desencantou. (SILVA, [s.d.], p. 8).

O perdão ocorre também através da manifestação do sagrado, a Hierofania, quando os personagens confirmam e aceitam a verdadeira fé. Basta tocar uma imagem ou conclamar perante todos os nomes dos santos, que o castigo é imediatamente desfeito. A lógica dos discursos do perdão é similar a do castigo, que é a de veicular a força e a superioridade do sagrado. O arrependimento e o perdão somente ocorrem com esta confirmação do poder divino, o que reforça a imagem dos representantes do sagrado na religiosidade popular nordestina.

O perdão pressupõe a (re) conciliação entre o sagrado e os profanadores que cumprem uma espécie de ritual de renovação, seja para retomar a fé ou aceita-la. Quando se confirma o perdão por parte do divino, ocorre um ato final que simboliza a reconciliação. No folheto de Caetano Cosme da Silva, Tomaz juntamente com sua esposa vai confessar ao padre seus atos pecaminosos:

Com dez dias depois disso  
a mulher se confessou  
e o marido também  
todo o pecado contou [...]. (SILVA, [s.d.], p. 8).

José leitão, ao recuperar-se da impureza, vai com a família ao Canindé, onde São Francisco é padroeiro:

José chamou a mulher  
o menino e o irmão  
disse; vamos ao Canindé  
vamos fazer oração [...]. (ROMÃO, [s.d.], p. 8).

Nestes versos, percebe-se que estes atos finais são como uma espécie de celebração da reconciliação com o sagrado. É comum na religiosidade católica quando se obtém certas “graças” do divino, se prestar agradecimentos em reconhecimento pelo obtido. Peregrinações e romarias são práticas amplamente utilizadas nesses rituais de renovação, o que parece ocorrer com no caso de José Leitão.

A renovação é um elemento constantemente presente no imaginário religioso. Eliade (1992) destaca sua importância perante o *hominus religiosus*, onde o mesmo reatualiza-se ao regenerar-se das impurezas a partir de certas ritualísticas que celebram a renovação. Para o caso do catolicismo, a romaria, por exemplo, celebra esta regeneração do homem, onde através de sua configuração, ela “o purifica e permite que ele retorne renovado”. (SOUZA, 2013, p. 80). Observamos nos versos mencionados, que há essa busca de renovação da vida quando ocorre a reconciliação com o sagrado, para o caso de José Leitão, e conciliação para o caso de Tomaz.

O arrependimento, o perdão e reconciliação, formam o outro ponto da prática da profanação ao sagrado tal como ela é apresentada nas falas dos folhetos. Sua cristalização no imaginário religioso nordestino também reforça certo discurso em sua cultura religiosa, ao passo que norteia os sentidos da fé diante dos fiéis. Estes elementos não aparecem de forma inocente no conjunto do ato profano, eles possuem funções específicas, que são justamente de serem pontos de conexão, de fortalecimento de vínculos, entre homem e o sagrado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os folhetos que analisamos buscam difundir certa visão acerca da conjuntura que forma o imaginário em torno de atos pecaminosos no Nordeste. Com um discurso religioso tradicional e conservador, as falas destes cordéis reforçam a soberania do sagrado em

relação às práticas do meio profano. Percebe-se certa similaridade nas narrativas de ambos, onde isto pode significar que os folhetos de cordel partilham de visão parecida em relação a temas religiosos. A lógica em torno do ato profano é quase idêntica nos folhetos, onde os elementos oriundos deste ato, como o pecado, o castigo e as manifestações do poder divino, aparecem em dado momento cumprindo basicamente as mesmas funções.

Os folhetos de cordel que veiculam temáticas religiosas no Nordeste trazem em si uma visão fatalista da vida. Este fato fora constatado por Caldas Filho (2005), onde o autor afirma que na visão religiosa do cordel tudo têm propósito, e se acontece é porque já estava pré-determinado. Entendemos aqui que o ato profano presente nos folhetos analisados partem deste princípio, onde ele vem a ocorrer para demonstrar e cristalizar diante do imaginário católico, a força e a soberania do sagrado. Nesta lógica, esse tipo de prática configura-se como estratégia do discurso religioso para assegurar seu espaço, e neste caso, ele se apropria do prestígio e da capacidade difusora do cordel na cultura popular nordestina.

Esta busca dos cordéis de reforçar um espaço sagrado associa-se, a nosso ver, á descrença dos sujeitos perante tempos de mudanças, como nos diz o folheto de Heleno Torres:

A fome a peste e a guerra  
estão se aproximando  
o horror, a carestia  
cada vez se revoltando  
o povo estão sem controle  
para o abismo marchando. (TORRES, [s.d.], p. 5).

Eis ai uma crítica ao tempo do descontrole, da falta de fé e de temor ao soberano por parte dos homens mergulhados em impurezas. Essa crítica encontra-se presente nas entrelinhas das falhas dos folhetos, que buscam reinventar uma tradição e resgatar um tempo mítico onde todos celebravam sua fé.

#### **FONTES**

ROMÃO, Antonio B. **O homem que quebra imagem**. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

SILVA, Caetano C. da. **O exemplo de um homem que atirou em uma imagem de São Severino dos Ramos**. Itabaiana: Folhetaria São Caetano, [s.d.].

TÔRRES, Heleno Francisco. **O exemplo do homem que atirou na chuva**. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

## **REFERÊNCIAS**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: EDUSC, 2007.

BARROS, José D'assunção. A Nova História Cultural- considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p. 38-63, 1º sem. 2011.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. 86ª ed. Tradução do Centro Bíblico Católico de São Paulo. São Paulo: Ave-Maria, 2011.

BRITO, Alexsandro B. **As imagens da cultura sertaneja na literatura de cordel**. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade)-Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALDAS FILHO, Carlos R. Religião na literatura de cordel: análise da religiosidade popular do Nordeste brasileiro. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, v. 13, n. 52, p. 65-77, jul./set. 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 14ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5. n. 11, p. 173-191, 1991.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SOUZA, Ricardo L. de. **Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular**. Natal: IFRN, 2013.



## **A ARTE DA CURA: UM ESTUDO SOBRE AS REZADEIRAS DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**

Gabriel Fernandes de Araújo Dantas<sup>20</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Na atualidade, a História Cultural está em bastante evidência, levando em consideração conceitos como identidade, patrimônio e memória. Os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas. Desta forma, podem ser considerados bens culturais: conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; além de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais. (BRASIL, 2009).

Neste sentido, um tema instigante para se estudar é a religiosidade popular, aquela que é adaptada às crenças e rituais não oficiais, mas que são permeados de fé. Este campo de estudo está ligado ao regionalismo, pois a religiosidade popular se manifesta de diversas maneiras diferentes de adorar, nos mais variados ambientes, como por exemplo, em cada cidade, e cada um desses espaços é um rico campo de análises para a História. A própria história do Rio Grande do Norte é um bom exemplo disto, com as tradições das rezas, muito presentes na cultura não só do estado, mas em muitos outros lugares do próprio Brasil.

A reza é um exemplo de manifestação cultural, que pode ser prática, representação, expressão, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. As manifestações culturais tradicionais são transmitidas oral ou gestualmente, recriadas coletivamente e modificadas ao longo do tempo. O trabalho das rezas é feito em geral pelas rezadeiras, que são mulheres que por meio de rituais, súplicas, objetos e outros procuram interceder a favor da cura ou do equilíbrio físico e espiritual da pessoa, que geralmente nem precisa estar presente, basta para a rezadeira saber seu nome e onde mora. O ofício da reza normalmente é transmitido de geração em geração

---

<sup>20</sup> Discente do curso de graduação em História Licenciatura, do Centro de Ensino Superior do Seridó, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: salito\_boy@hotmail.com.

por meio oral, ou pode também ser considerado como um dom dado por Deus. (SANTOS, 2007).

Na cidade de São José do Seridó, no interior do Rio Grande do Norte, a cultura da reza também existe. Pelo que se pode observar as rezadeiras trabalham tanto por conta própria, como em parceria com a Igreja Católica. Seu trabalho é complexo, envolvendo crenças, costumes, rituais, ideias de saúde e doença, relações sociais com a igreja, médicos e com os que as procuram. Suas motivações, influências, modos de fazer e seus conhecimentos são bastante ricos e interessantes fontes de estudo. Dessa forma, neste artigo, o tema apresentado está relacionado com a história cultural e religiosidade popular no interior do Rio Grande do Norte, especificamente com as rezadeiras na cidade de São José do Seridó. Além disso, trabalhar-se-á com a História Oral neste artigo, e para tal tem-se o trabalho de Maria do Rosário de Medeiros Silva como inspiração metodológica, onde há muitas aproximações de cunho metodológico e teórico. Tais aproximações serão explicadas com maiores detalhes no desenvolvimento, onde há um tópico que discutirá os autores, e outros dois que falarão do assunto em si.

Procurar essas mulheres em situações aflitivas era algo comum até o final do século XX na cidade em questão, era algo tradicional, presente no cotidiano. A população procurava as rezadeiras tanto para prevenir como para remediar males físicos e espirituais, como o mal olhado, ou quebranto, queimaduras, diarreia e outros. Em especial, mães levavam seus filhos ainda bebês para que se “rezasse neles”, para evitar que ficassem doentes, repetindo o ritual diversas vezes. Mas na atualidade o que se pode observar, é a diminuição na procura e no próprio número de rezadeiras na cidade. Sua visibilidade está diminuindo ao longo dos anos. Assim, os fatores que estão influenciando esta mudança podem ser os mais variados possíveis, permeados por costumes, ideias, motivações, pressões e transformações culturais. Muitas questões podem estar relacionadas com essas mudanças, com a redução na procura pela reza.

Portanto, as motivações que levaram as mulheres a realizar o dom da cura, ou as que estão levando à esta diminuição na visibilidade e na procura pelas rezadeiras podem abranger muitos questionamentos: Será que as rezadeiras praticavam suas rezas por necessidade, ou por desejo espontâneo? Que motivos elas têm hoje para ainda praticar o dom na atualidade, ou para deixar de praticá-lo? Será que as rezadeiras estão sendo

excluídas, por sua forma diferente de adorar? Ou elas estão sendo “esquecidas” devido aos avanços da medicina? Seu ofício ainda é passado de geração para geração?

Resumindo um pouco o tema que pretende-se abranger, propõe-se o estudo do seguinte problema: Por que o trabalho das rezadeiras está perdendo espaço e visibilidade na cidade de São José do Seridó/RN, e que fatores contribuíram e ainda influenciam seu ofício na atualidade? Essas perguntas serão respondidas no decorrer deste artigo.

## **O DIÁLOGO COM OS AUTORES**

Existe um leque de autores que poderiam ser utilizados neste trabalho, porém, serão destacados alguns pensadores específicos que foram de extrema importância para a construção do artigo, de uma forma sucinta. Um desses autores é Michel de Certeau, que pensou a cultura popular, os saberes e fazeres e é essencial em qualquer trabalho que envolva povo e cotidiano. Outro autor cujas ideias serão analisadas aqui é Jacques Le Goff, pois sua visão de memória contribuiu para o melhor entendimento do assunto. Além disso, ainda será citada aqui uma autora que serviu como inspiração para esta pesquisa, Maria do Rosário de Medeiros Silva, que trabalhou a reza na região do Seridó.

Primeiramente será destacado Michel de Certeau, onde suas visões acerca do cotidiano e as maneiras de fazer foram de extrema importância para o desenrolar da pesquisa. Certeau analisa o cotidiano a partir de três focos: o primeiro diz respeito à sua confiança na inteligência e inventabilidade do mais fraco, vendo as diferenças e percebendo as microrresistências que fundam microliberdades e deslocam fronteiras de dominação, neste sentido podemos ver as rezadeiras nesse grupo; a inversão de perspectiva, que fundamenta a sua *Invenção do cotidiano*. O segundo é a sua dedicação aos “heróis anônimos”, o homem comum e seus costumes. E terceiro, o autor procura analisar as práticas cotidianas, as artes de fazer, especialmente as que são feitas de modo não oficial ou clandestino. (DURAN, 2007).

Certeau conceitua que “é aquilo que nos é dado a cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia (...). Todo dia pela manhã, aquilo que assumimos ao despertar (...) é o peso da vida (...) é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior” (CERTEAU, 1996, p. 31). Graças à essa visão de Certeau, pode-se ver que as rezadeiras se encaixam neste contexto social, no desenvolvimento de práticas culturais que

podem ser clandestinas ou não, isso se analisarmos em uma visão do catolicismo oficial. Nesse sentido as rezadeiras são procuradas como uma alternativa “não-oficial” para a medicina e a religiosidade formal.

Já Le Goff, indispensável para quem discute memória, foi de grande ajuda para esse artigo, pois trabalhar com as rezadeiras é trabalhar diretamente com suas lembranças e memórias, e assim, ele foi de grande importância para o entendimento desse viés de estudo. Para Le Goff: “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (LE GOFF, 1990, p.411). Além disso o autor fala que a memória é:

Fenômeno individual e psicológico [...], a memória liga-se também à vida social (cf. sociedade). Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita (cf. oral/escrito) e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (passado/presente), produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história (ef. filologia), acumular objetos (cf. coleção/objeto). A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social (cf. espaço social) e político (cf. política): trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos (cf. imaginação social, imagem, texto) que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (cf. ciclo, gerações, tempo/temporalidade). (LE GOFF, 1990, p.419).

Desta maneira, analisando essas duas citações, podemos entender a importância da memória tanto para Le Goff como para as pessoas em um contexto geral, até por que é graças à memória que muitas vezes preserva-se culturas, aprendizados, modos de viver e pensar que são presentes até os dias de hoje.

Por fim, deve-se citar a inspiração metodológica deste artigo, a autora Maria do Rosário de Medeiros Silva, com o seu trabalho “Rezar, curar: Um caso de persistência na região do Seridó”, que serve como principal norte desse trabalho, pois, graças à algumas posições metodológicas, essa pesquisa pôde andar de uma maneira mais tranquila. A autora trabalha com fontes orais, e utiliza-se de algumas obras que também serão utilizadas neste artigo, como a autora Laura de Melo e Souza com seu livro “O diabo na terra de Santa Cruz”.

É interessante ressaltar que tanto para o autor desse trabalho como para Maria do Rosário de Medeiros Silva, a reza está envolvida em seus cotidianos, é um pouco diferente

a perspectiva que cada um aborda, onde no da autora ela expõe uma “inquietação” devido a reza ainda persistir mesmo com os avanços da medicina e dos postos de saúde, e para este autor é um pouco diferente, pois ele busca saber o porquê da reza estar aparentemente perdendo espaço, apesar das rezadeiras ainda serem procuradas em algumas ocasiões pela população.

Neste sentido, há muitas aproximações entre este trabalho e o de Silva, onde ambos utilizam-se da História Oral para buscar suas respostas, além disso ambos partem de um mesmo assunto em comum, mas diferente em suas perspectivas.

### **AS REZADEIRAS DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ: INDO AO ENCONTRO DE SUAS PRÁTICAS.**

#### **AS REZADEIRAS EM UM CONTEXTO GERAL**

Quem mora ou já morou em uma cidade pequena do interior, principalmente na região Nordeste do Brasil, já deve ter convivido com a presença da figura das rezadeiras em seu cotidiano. Essa figura está presente desde o período colonial, contudo, a sua imagem não é a mesma como a temos hoje em dia, mesmo ainda havendo pessoas que rotulam as rezadeiras como feitiçeras ou outras coisas do tipo, em pleno século XXI. Segundo Laura de Melo e Souza:

Africanos, índios e mestiços foram os grandes curandeiros do Brasil Colonial. O conhecimento que tinham das ervas e de procedimentos rituais específicos a seu universo cultural atrelou-se ao acervo europeu da medicina popular. As curas mágicas tinham grande importância nas culturas primitivas. Procurar obter cura por meios sobrenaturais aproximava pois esta terapêutica popular da feitiçaria. Curavam-se doenças, insolações, incômodos como dores de dentes; mas também se curavam feitiços. (SOUZA, 1986, p.166-167).

Tendo em vista esta citação, vemos que nos tempos coloniais os rezadores não eram tratados como tal, e suas rezas não recebiam este nome, mas sim de feitiços. Essas figuras eram tidas como pessoas que estavam ligadas com o sobrenatural, buscando curas ou pedidos através de feitiços. É claro que hoje em dia a visão da rezadeira não é mais esta, e muita gente não a imagina mais como pessoa que trabalhe com feitiçaria, mas ainda há quem carregue esse estigma em suas cabeças, algo que já vem de séculos atrás. Quem conviveu com a figura das rezadeiras no seu cotidiano sabe que ela reza para curar males do espírito, que utiliza da figura dos santos para alcançar o objetivo de curar o seu cliente,

mas, há quem diga que sempre há uma que mexa com feitiçaria ou algo que possa trazer malefícios. Em São José do Seridó, alvo desta pesquisa, não foi detectada nenhuma rezadeira que tivesse essa imagem “maléfica”, entretanto, nunca se sabe se na cidade vizinha possa haver tal figura.

Foram entrevistadas três rezadeiras para esta pesquisa, e todas correspondem ao perfil “comum” de uma rezadeira, ou seja, elas aprenderam a rezar com alguém próximo, suas rezas estão ligadas ao catolicismo e fazem esses atos por caridade e não cobram nenhum valor pelos seus serviços, é claro que há outras características que as rezadeiras possuem, mas essas três são predominantes na maioria delas. Entre essas outras características, há por exemplo, rezadeiras que receberam seu dom de rezar através de um sonho, há outras que são de outras religiões, como evangélicas (protestantes) e até do culto da Jurema, contudo, as rezadeiras que não são da religião católica, sofrem um pouco de preconceito por não pertencerem à religião predominante da região. Isso é visto na dissertação do autor Francimário Vito dos Santos, onde ele trabalha a reza na cidade de Cruzeta/RN, onde nos mostra que:

[...] com relação à rezadeira da jurema, essa sim, perante as demais adquire um status de inferioridade e desqualificação, sobretudo porque as rezadeiras que se dizem apenas católicas, se referem a estas que realizam trabalhos envolvendo elementos religiosos de matriz afro-brasileiros, como sendo feitiçarias. Para ter uma ideia até a planta jurema é abolida dos rituais de cura por ser considerada um elemento exclusivamente usado pelas especialistas em feitiços. (SANTOS, 2007, p. 153).

Vemos nesse trecho que, apenas por ser de outra religião uma rezadeira pode ser vista como feitiçaria, isto não é favorável para a imagem dela, tendo em vista que a manutenção dessa imagem é importante no que diz respeito as relações com os moradores da comunidade. Através novamente de Francimário Vito dos Santos, vemos que a rezadeira que cura um mal “melhor” que as outras, ou só ela que consegue atingir tal cura, é melhor vista pela população e assim mais procurada, e em contrapartida, a rezadeira que não conseguiu atingir o objetivo do cliente pode ser “difamada” como feitiçaria ou que não é tão boa como as outras rezadeiras. (SANTOS, 2007).

## **AS REZADEIRAS DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**

Como já foi dito, foram procuradas três rezadeiras para fazer o estudo e tentar buscar a resposta para a pergunta que norteia este trabalho. As três rezadeiras foram bem acolhedoras e colaboraram integralmente para que a pesquisa fosse realizada da maneira desejada. Os nomes delas são: Maria Neta da Silva Araújo, Maria Daguimar Ferreira e Maria Gomes de Oliveira, todas foram entrevistadas em suas casas e com a presença de uma testemunha, que gravou os áudios das entrevistas. Para selecionar as entrevistadas, houve um processo que demandou um pouco de “estratégia”, pois não seria muito proveitoso que fosse escolhidas rezadeiras de uma mesma área da cidade. Sendo assim, foram escolhidas três rezadeiras de pontos distintos da cidade, cada local distante um do outro e em bairros totalmente diferentes, desta maneira, poderíamos ver como cada uma era procurada em questão de frequência e localização.

Um exemplo de que essa escolha surtiu um certo “efeito”, foi com a segunda rezadeira entrevistada, a senhora Maria Daguimar Ferreira, que quando foi perguntada se antigamente procuravam mais por ela do que hoje em dia ela foi precisa ao dizer: “Não, hoje procuram mais. [...] Quando eu comecei ninguém sabia ai o povo foram dizendo e dizendo, e hoje eu rezo mais do que no passado”. (FERREIRA, 2016, p. 2). Desta maneira, é interessante analisar o seu local de “trabalho”, pois antigamente por ser um pouco afastada da área central da cidade a rezadeira Maria Daguimar não rezava muito, e por consequência não era tão conhecida. Mas com o passar do tempo, e com a expansão da cidade, a rezadeira foi ganhando visibilidade e credibilidade na suas rezas e assim começou a ser procurada com mais frequência.

Podemos fazer um contraponto se analisarmos a outra rezadeira, a Maria Gomes de Oliveira que quando foi perguntada como era a procura pela reza antigamente ela respondeu: “Era como o pov, ah (risos). Ah da, o povo sabia que eu rezava, e pedia pra eu rezar e eu rezava.” (OLIVEIRA, 2016, p. 1). E ainda no “gancho” da pergunta, foi-lhe perguntada se hoje em dia a procuravam menos pra rezar, tendo em vista a sua idade e pela sua residência ser distante, e ela respondeu: “Não. Ah mesmo jeito, tem dia de eu rezar quase cinco assim de uma vez.” (OLIVEIRA, 2016, p. 2). Analisando os dois casos, vemos que a primeira começou a rezar e não tinha tanta visibilidade, e por isso era procurada menos. Já a segunda, devido ter uma vizinhança que já a conhecia, e por ter aprendido a rezar com



uma vizinha, ela pôde ganhar sua clientela de uma maneira bem mais veloz, e assim ser vista como uma rezadeira, além disso, com seus sucessos na hora de rezar e curar, ela conseguiu ganhar mais visibilidade diante a comunidade.

De acordo com outros trabalhos que envolvem este assunto como principal, a procura pela reza se deu muito pelo fato de um hospital ou posto de saúde serem de difícil acesso, e por essa razão que as rezadeiras ganharam espaço, principalmente no século XX no sertão nordestino. Um desses trabalhos é o artigo das autoras Pedrina Nunes Araújo e Áurea Pinheiro, onde elas retratam as rezadeiras da cidade de Teresina/PI. No trabalho delas a mesma situação acontece, e não é exclusivo, como já foi dito. Foi, e é bem comum a procura pela reza ainda hoje, pelos motivos de ainda os postos de saúde não estarem tão presentes nos arredores da cidade, mas quando estão, pelo fato da reza já estar enraizada no cotidiano das pessoas. “A procura pela reza em Teresina tinham como fator extra religioso exercido principalmente pela comunidade mais carente, a dificuldade de locomoção destas pessoas a um posto médico ou a um hospital.” (ARAÚJO & PINHEIRO, 2009, p. 2-3). Tendo isso em vista, em São José também não foi diferente, que apesar de ser uma cidade muito pequena no século XX, e na teoria o atendimento pudesse ser mais fácil na cidade, a população sofria muito com as doenças que as atingia.

Dentre as três rezadeiras, duas começaram a rezar para ajudar a população ao seu redor, as duas já foram citadas, as senhoras Maria Daguimar e Maria Gomes. A primeira que foi entrevistada, a senhora Maria Neta, quando perguntada por que e quando decidiu a rezar respondeu:

Eu comecei a rezar quando eu era menina, porque na minha vida eu sentia muito desejo de fazer alguma coisa religiosa, só que eu não sabia descobrir o que era sabe? Eu não descobria, eu só sei que o desejo que eu tinha era de rezar e eu rezava. Eu acredito que “fosse”, como era muito pequena né, era menina, eu rezava porque eu sentia vontade de conhecer Deus. Tinha desejo de Deus. E eu não tinha quem me ajudasse [...] então me decidi buscar ele assim na conversa. Eu contava a ele meus problemas [...] Eu sentia muita alegria em mim, sentia alegria, eu era muito feliz. (ARAÚJO, 2015, p. 1).

A senhora Maria Neta, das três rezadeiras, é a que é mais ligada à igreja, devido aos serviços que presta a paróquia e ainda por cima ser monja do mosteiro Baldiano que se faz presente na cidade de São José do Seridó. Apesar das rezadeiras terem impulsos distintos

para começarem a rezar, todas rezam em prol de um objetivo, ajudar o próximo à restaurar a sua saúde. A rezadeira Maria Gomes foi bem direta ao ser perguntada por que ela quis começar a rezar, a mesma respondeu: “Porque pra fazer caridade pros inocentes e o povo”. (OLIVEIRA, 2016, p. 1). Assim percebemos que não é só exclusividade de uma cidade ou região quando o assunto é o porquê das rezadeiras começaram a rezar e por que ainda o fazem.

Quando analisamos essas pessoas que rezavam e rezam pelos doentes devido à falta de médicos, vemos que são pessoas assim que o mundo precisa, que façam o bem sem olhar a quem, contudo estamos no século XXI, a modernidade e tecnologia estão mais acessíveis, junto com mais hospitais e médicos que possam atender as pessoas, mas, ainda vemos a presença dessas pessoas rezando para melhorar a saúde do próximo. Devido a isso, muitos rezadores poderiam simplesmente parar de rezar e tocar suas vidas sem que isso os interfiram, haja vista que muitas pessoas que rezam podem estar fazendo qualquer tarefa em suas casas por exemplo, e param de fazê-la para rezar devido a chegada de algum cliente. Entretanto, mesmo com as mudanças, os rezadores não se veem na vontade de querer parar, pois muitos gostam de fazer o bem, se sentem melhor consigo mesmos fazendo tal ação. A rezadeira Maria Neta quando foi perguntado se ela se apropriava dos problemas do outros depois da reza, ela respondeu que não, que se sente normal, e que só traz alegria pra ela rezar nos outros. (ARAÚJO, 2015). Essa pergunta teve o intuito de saber justamente se havia algum empecilho na sua vida após a reza, pois há rezadores que sofrem com o mal do cliente após a reza. No artigo de Maria do Rosário de Medeiros Silva, ela cita o caso da rezadeira Honorata Araújo que não reza mais em erisipela (doença inflamatória na pele), pois se reza em alguém que tem essa doença, o mal passa para ela. (SILVA, 2002).

As outras duas rezadeiras, Maria Daguimar e Maria Gomes também não se apropriam das doenças dos seus clientes, isso foi detectado tanto na entrevista como no cotidiano, haja vista que todas são da mesma cidade do autor. Das três, a que menos ficou evidente que não se apropria dos problemas dos clientes na entrevista é a senhora Maria Daguimar, mas como já foi dito, foi percebido pelo cotidiano que isso não acontece. A rezadeira Maria Gomes na entrevista até fala que se cura quando reza, assim, confirmando que não é acometida por nenhum mal exterior devido à reza. (OLIVEIRA, 2016). Deste modo, todas as três rezadeiras ainda possuem motivos para rezar, haja vista que elas obtém

sucesso nas curas e ainda se sentem melhor psicológica e fisicamente como foi relatado por Maria Neta e Maria Gomes.

Entretanto, há um caso de um rezador São-joseense que segundo familiares próximos foi acometido por cobreiro (herpes-zoster), após rezar em um cliente que sofria do mesmo mal. Essa doença infelizmente debilitou a sua saúde, e meses depois o rezador José Leôncio de Medeiros, que seria entrevistado para essa pesquisa, veio a falecer, e consigo, levou uma vida de conhecimentos sobre a reza que seriam objeto de pesquisa deste autor, mas que infelizmente se perderam com a ida do rezador. Vendo por esse lado há motivos que possam levar alguns rezadores, devido à todos os avanços de hoje, a pararem de rezar, mas, este exemplo acima não acontece com todos, contudo, mesmo “contraindo” os maus dos clientes, os rezadores insistem em rezar pelo bem do próximo.

Além desses motivos que foram expostos para continuar a rezar, as rezadeiras da cidade de São José do Seridó, diferentemente do que foi visto no artigo de Francimário Vito dos Santos sobre as rezadeiras de Cruzeta/RN, não sofrem nenhum tipo de discriminação devido a sua religião, até por que as três seguem a religião católica como a maioria da cidade. Mesmo a reza sendo uma prática do catolicismo não oficial, a igreja de São José do Seridó, não tenta inibi-las ou faz com que elas sejam mal vistas, no relato da senhora Maria Neta inclusive ela diz: “Então eu comecei até com uns galhinhos, mais depois que eu trabalhei com o padre né, esses quase oito anos, faltou só quatro meses para fazer oito anos, ai ele “teve me ensinando”: Dona Neta, a gente reza impondo às mãos. Então, eu aprendi a rezar com imposição de mãos, e graças a Deus, é assim, eu rezo, rezo, só uma vez e fica bom né”. (ARAÚJO, 2015, p. 2). Embora o antigo pároco aceitasse e até desse dicas para a rezadeira, temos que pensar que nem todos são dessa maneira, e que historicamente, a igreja perseguiu as rezadeiras dizendo que elas faziam feitiçaria ou eram bruxas. Para reforçar este pensamento, Bianca Bazzo Rodrigues em sua dissertação de mestrado diz que:

O controle social e cultural que a Igreja Católica exerceu na Idade Média sobre essas práticas, influenciou fortemente o olhar da população para elas, bem como, para a formação e resistência desses saberes. Nesse tempo, muitas mulheres que possuíam um saber sobre o corpo e a doença, sem o crédito católico, foram perseguidas pela Inquisição, acusadas de bruxarias e feitiçarias. (RODRIGUES, 2013, p. 67-68).

Além disso, segundo Andrea Carla Rodrigues Theotônio na sua dissertação de mestrado:

Segundo o padre Germano Silva, que exerceu a função de reitor do Seminário Santa Teresinha, localizado no município de Areia-PB: “As mulheres rezadeiras são pessoas simples que expressam sua fé, assim a reza passa pela dimensão do exercício da religiosidade popular. Elas têm uma relação com a Igreja, pois estão em comunhão com o padre assim não pode haver uma separação com a Igreja Católica.”. Desse modo, a Igreja não reconhece o papel de liderança das mulheres, nem a respeitabilidade que estas possuem, ao serem reconhecidas pela comunidade, como portadoras de um saber específico e benéfico. A perspectiva da Igreja é de submeter a influência das rezadeiras ao fato de serem católicas e participarem das atividades da paróquia e de grupos tradicionalmente católicos. Assim, de acordo com as palavras do Padre Germano é a “comunhão” com o padre que legitima a presença das rezadeiras, e as congrega ao corpo da Igreja, permitindo, dessa forma, a rezadeira exercer sua religiosidade. (THEOTONIO, 2010, p. 94-95).

Com esses diversos pontos divergentes, temos que analisar que nem sempre é por ser de uma religião diferente, ou por acreditar em outra coisa que a rezadeira será discriminada, haverá vezes que na sua própria religião ela será excluída, e dessa maneira, a sua credibilidade e visibilidade na comunidade, no que se refere aos processos de reza, podem ser afetados. Além desse fator, ainda temos que analisar a presença de postos de saúde e hospitais na cidade, que de certa forma, “ameaçam” o trabalho desempenhado pelas rezadeiras, pois, se a saúde começou a ficar mais acessível nesses últimos anos, não haveria o porquê das rezadeiras curarem e nem dos clientes procurá-las. Contudo, mesmo com todos esses fatores que circundam o universo das rezadeiras, cada uma possui a sua razão de continuar a rezar, pode ser por caridade, por achar que foi Deus que lhe deu um sinal para ser uma rezadeira, entre outros motivos que estão reservados a cada uma.

No que diz respeito à um sinal, é interessante ser abordado aqui que cada rezadeira aprende a rezar de maneira particular. Segundo Francimário Vito dos Santos:

Geralmente, o conhecimento particular e especializado de uma rezadeira é transmitido através de parentes próximos que dominavam ou dominam os saberes das rezas - em geral, avós, mães e tias. No entanto, existem aquelas que dizem ter adquirido o conhecimento através do “dom que Deus lhe deu”. Ainda que haja diferenças quanto ao tipo de aprendizagem, processo descrito por Quintana (1999) como “imitativo” (adquirido) e “sobrenatural” (recebido), elas se declaram católicas, rezam e devotam os

santos populares, manejam ramos verdes e são unânimes em afirmar que não cobram pelas suas rezas. (SANTOS, 2009, p. 15).

Como fora citado, a reza possui várias maneiras de ser aprendida, pode ser através de um familiar, de uma experiência sobrenatural ou por curiosidade, onde as rezadeiras em sua infância por exemplo, se escondiam para observar alguém rezando para ver se memorizavam as rezas e assim praticar depois. Mais uma vez, Bianca Bazzo Rodrigues nos traz um exemplo, agora, sobre aprender através da curiosidade e imitação:

A prática da benzeção é uma tradição repassada oralmente, mas que também foi assimilada pelo olhar curioso ao observar o outro a benzer. Para alguns, não se pode ensinar a benzeção, para outros a mulher só pode ensinar para um homem, e o homem só pode ensinar para uma mulher. Então, para alguns, foi necessário uma vontade particular e um olhar faceiro para aprender as rezas sussurradas, para assimilar os gestos reportados agora para aquele corpo, filtrando aquilo que ele poderia carregar e absorver. Benzeduras, rezas, orações e gestualidades que são a linguagem desse povo, do nosso povo brasileiro. É a expressão pura de seu pensar e de seu sentir, a expressão do cotidiano que ao rezar “chama” o sagrado. (RODRIGUES, 2013, p. 61).

Para aprender a rezar, vimos que há rezadores que ousaram e buscaram aprender às escondidas, espiando outros que já rezavam antes deles. Além disso, é importante destacar que como a reza descende da cultura africana, sua transmissão é apenas através da voz, e é através dela que esses ensinamentos podem ser imortalizados, mesmo já sendo milenares, assim garantindo a sua preservação para a posteridade. (HAMPATÉ BÃ, 1982). A tradição oral pode aparentar ser fraca, mas é preciso reconhecer que ela possui uma raiz muito profunda, pois a tradição da reza vem desde o período colonial, e como pode ser visto no livro de Laura de Melo e Souza, os procedimentos para curar certos males se assemelham com os usados cotidianamente pelas rezadeiras, e tais rezas e procedimentos, foram preservados graças à tradição oral. (SOUZA, 1986).

Como já foi dito, muitas rezadeiras aprenderam pela transmissão oral, sendo direta, através dos ensinamentos do rezador, ou indiretamente, escondido esperando para aprender as palavras de cura do rezador. Mesmo assim era bastante comum esse dom ser passado de geração para geração, de familiares próximos ao futuro rezador. Contudo, pelo que foi analisado através das três rezadeiras e ainda o outro rezador que seria entrevistado mas que infelizmente faleceu, que esse dom não foi passado ainda para um familiar

próximo, exceto a primeira rezadeira, a senhora Maria Neta, que disse que estava tentando ensinar a sua filha, mas acha que é meio difícil conseguir sucesso nisto. (ARAÚJO, 2015). Vale salientar ainda que, segundo a rezadeira Maria Daguimar Ferreira, quando a reza é passada para uma pessoa do mesmo sexo, a reza perde as forças. (FERREIRA, 2016). Da mesma maneira, a rezadeira Maria Gomes de Oliveira, também concorda com tal afirmação, entretanto, há quem não acredite nisto. No artigo de Maria do Rosário de Medeiros Silva a rezadeira Honorata não acredita no enfraquecimento das rezas se for passado para uma pessoa do mesmo sexo, haja vista que ela aprendeu com sua mãe. (SILVA, 2002). Ainda nesse mesmo contexto, há rezadores que pensam que a reza enfraquece só de ser passada para outra pessoa, independentemente do sexo, e por isso rezam de maneira silenciosa, e em alguns casos optam por não transmitir seus conhecimentos. (SILVA, 2002).

Por fim, é importante destacar que todas as rezadeiras entrevistadas nesse trabalho, quando perguntadas se passariam o seus conhecimentos para outras pessoas, elas responderam que sim, mas são pouquíssimas pessoas que se interessam por tal caminho, assim dificultando o repassar dos costumes, haja vista que se não há para quem repassar, os conhecimentos morrerão com as rezadeiras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No começo do trabalho, no desenvolvimento do projeto de pesquisa, fora pensado que o ofício das rezadeiras em São José do Seridó estaria perdendo espaço, ou seja, que elas estavam recebendo menos clientes por exemplo, devido ao crescimento dos investimentos na saúde pela cidade. Contudo, ao desenrolar da pesquisa e da escrita deste trabalho, foi percebido que não é isso ainda que está acontecendo, até por que com os relatos das rezadeiras vimos que elas ainda são procuradas com a mesma frequência, exemplo disto é a senhora Maria Gomes de Oliveira. Além disso, é importante destacar a visão das rezadeiras sobre o futuro da reza na cidade. Duas das três rezadeiras acham que a reza vai diminuir com o tempo, pelo fato de ser difícil encontrar alguém que se interesse por tal coisa, ainda mais hoje em dia, até por que com todas as inovações que estamos vivendo no século XXI, uma prática como essa passa a ser deixada de lado devido ao aumento dos hospitais por exemplo. Entretanto a senhora Maria Daguimar ainda acredita que a reza irá aumentar, pois segundo ela, tem doença que médico nenhum dá jeito, só as rezadeiras, e que até os

médicos mandam os pacientes procurá-las para tratar do seu mal (FERREIRA, 2016). Mas o que vem acontecendo é que, apesar de muita gente ainda procurá-las devido acreditarem no poder de cura pela reza, as rezadeiras estão diminuindo, pelo fato de não estarem passando seus conhecimentos para outras pessoas, e pelo fato de praticamente ninguém se interessar por tal caminho.

Exemplo disto foi o rezador José Leôncio de Medeiros, que como já foi dito, seria entrevistado para essa pesquisa, mas com o seu falecimento, os conhecimentos da reza foram perdidos sem ter deixado esse legado para ninguém. E mesmo com todas as rezadeiras terem falado que ensinariam a reza para quem quisesse, considerando é claro o sexo oposto, não se houve e nem se há notícia de algum jovem que esteja aprendendo ou rezando atualmente em São José do Seridó, o que de fato é uma pena, pois a considerar a idade das três rezadeiras, que varia de 65 à 88 anos, logo infelizmente, esses conhecimentos poderão se perder, e assim o ofício das rezadeiras em São José do Seridó, poderá diminuir ainda mais.

#### **FONTES ORAIS**

ARAÚJO, Maria Neta da Silva. Entrevista [São José do Seridó-RN, 15 de outubro de 2015]. Entrevistador: Gabriel Fernandes de Araújo Dantas. Acervo do autor, 1 arquivo mp3.

FERREIRA, Maria Daguimar. Entrevista [São José do Seridó-RN, 7 de fevereiro de 2016]. Entrevistador: Gabriel Fernandes de Araújo Dantas. Acervo do autor, 1 arquivo mp3.

OLIVEIRA, Maria Gomes de. Entrevista [São José do Seridó-RN, 25 de junho de 2016]. Entrevistador: Gabriel Fernandes de Araújo Dantas. Acervo do autor, 1 arquivo mp3.

#### **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Pedrina Nunes; PINHEIRO, Áurea. **Senhoras da fé, identidade e patrimônio: uma análise historiográfica dos rituais de reza e cura das rezadeiras em Teresina (1960-2008)**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

CERTEAU, Michel de **A invenção do cotidiano 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2, morar, cozinhar**. Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.

“**Conheça as diferenças entre patrimônios materiais e imateriais**”. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>> Acesso dia 27/10/2015.



DURAN, Marília Claret Geraes. **Maneiras de pensar o cotidiano com Michael de Certeau**. Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A Tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (coord). **História Geral da África. Metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática, 1982. V I.

LE GOFF, Jacques, **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

RODRIGUES, Bianca Bazzo. **Crenças e quebrações de um corpo que dança: poéticas do benzimento na criação cênica**. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Natal, 2013.

SANTOS, Francimário Vito dos. **O ofício das rezadeiras como patrimônio cultural: religiosidade e saberes de cura em Cruzeta na região do Seridó Potiguar**. Revista CPC, São Paulo, n. 8, p. 6-35, maio 2009/out. 2009.

SANTOS, Francimário Vito dos. **O ofício das rezadeiras: um estudo antropológico sobre as práticas terapêuticas e a comunhão de crenças em Cruzeta/RN**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Natal: 2007.

SILVA, Maria do Rosário de Medeiros. **REZAR, CURAR: um caso de persistência cultural no Seridó**. MNEME revista de humanidades. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte V. 03. N. 05, abr./mai. de 2002 – Semestral.

SOUZA, L de M. e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

THEOTONIO, Andrea Carla Rodrigues. **Entre ramos de poder: rezadeiras e práticas mágicas na zona rural de Areia - PB**. — Campina Grande, 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

## ***CUBA - UN PAIS DE TRADICIÓN ESPÍRITA - A REPRESENTAÇÃO DO ESPIRITISMO ATRAVÉS DAS PÁGINAS DA REVISTA LA SIEMBRA (2010)***

Túlio Augusto Paz e Albuquerque<sup>21</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A constituição do campo religioso cubano não é tão diferente das demais nações na atualidade, é complexo e extremamente plural. Os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais contribuíram para sua diversidade. Há na atualidade, uma alta concorrência pelo domínio da autoridade religiosa nesse campo.

No artigo, *Religión, cultura y sociedad* em Cuba, Jorge Ramírez Calzadilla (1997, p. 139) afirma que o povo cubano não é eminentemente católico, protestante, santero ou espírita. Para ele, “Prevalece una religiosidad espontánea, asistemática, referida principalmente a la cotidianidad que se expresa en variadas devociones, creencias y prácticas de contenido más bien mágico y supersticioso.”

As “matizes” religiosas presentes em Cuba foram frutos de um processo histórico, permeado de transformações ocorridas no decorrer do tempo. Antes mesmo da chegada dos Espanhóis a esta ilha no século XV, ela já havia sido ocupada principalmente por três etnias: guanajatabeyes, siboneyes y taínos.

O pesquisador Jorge R. Calzadilla (1997, p. 141) considera esses nativos como os primeiros modelos socioculturais a fazerem parte do campo religioso da ilha. Para os siboneyes y taínos a religiosidade estava intimamente ligada à força da natureza, possuía uma mitologia extremamente rica, representativa por vários deuses, fazia uso de práticas mediúnicas em seus cultos.

Em sequência, o autor apresenta o segundo modelo sociocultural, o modelo ocidental, a vertente espanhola. Foi nos séculos XV-XVI que os espanhóis chegaram a ilha cubana, se estabeleceram e puderam exercer seu domínio não só no aspecto econômico, mas social e cultural.

---

<sup>21</sup> Discente do Curso de Pós-graduação em História (doutorado) da Universidade de Passo Fundo (UPF); Membro do Laboratório de Estudos das Crenças (LEC-UPF); Pesquisa apoiada pela CAPES. E-mail: tulioaugustopaz@gmail.com

Chegaram com o intuito não somente de conquistar economicamente terras e riquezas naturais, mas, também, de ver concretizado o sonho milenarista e salvacionista cristão, acalentado pelo imaginário europeu, de encontrar o paraíso terrestre, noção baseada no Gênesis e recheada pelo imaginário edênico ao longo dos séculos. (ORO; URETA, 2007, p. 282)

Assim como afirmam Ari Oro e Marcela Ureta (2007, p. 282)

“a expansão ibérica significou também a expansão do catolicismo na América Latina, mediante a união da cruz e da espada, do trono e do altar, fato este que não mudou durante as décadas e os séculos, mesmo com a constituição dos Estados-nações no continente”.

Tais políticas de estado tornaram o catolicismo como religião oficial em diversas nações na América latina. Cuba, que só ficou independente da Espanha após a última das três guerras de independência que aconteceu entre os anos de 1895 a 1898, era dependente politicamente da religiosidade católica, religião oficial da Espanha, que perdurou até 1931. Jorge Calzadilla (1997, p. 141-142) aponta três fatores para a influência da Igreja Católica em suas colônias:

- (1) la dependencia de la Iglesia católica a la Corona de España, y una subordinación de las estructuras eclesiales locales a las españolas con un estilo de actuación y unas concepciones propias de ese país;
- (2) el clero que acompañó a la empresa colonial y por mucho tiempo no fue un modelo ético ni de dedicación, sobre lo que hay hechos que lo confirman;
- (3) el tipo de catolicismo importado cerrado a las tendencias renovadoras de la Reforma, con fuertes influencias moriscas, judaizantes y de supersticiones medievales, no era realmente el catolicismo de los grandes místicos, sino más próximo al llamado catolicismo popular español.

Apesar do catolicismo ser a religião oficial da Espanha e de suas colônias entre os séculos XVI-XX, a popularização do catolicismo na região de “Cuba” é apontada por Jorge Calzadilla como um “catolicismo popular”, que se enraíza no campo religioso cubano, se ressignifica frente às demandas do campo religioso cubano compartilhando elementos religiosos com outras religiões.

Já as bases das religiões de descendência africana que compõem o campo religioso cubano na atualidade tiveram sua inserção nos fins do século XV quando da ocupação espanhola na adoção pelo governo espanhol da prática escravagista, responsável por inserir vários africanos nesta região.

Vieram através dos negros para essa região, suas percepções de mundo, e tudo aquilo que eles devotam sentido, sua cultura, a[s] sua[s] identidade[s]. Desse modo, suas crenças e religiosidades se difundiram rapidamente no campo religioso cubano, em boa parte, ocorrendo uma hibridação natural nas práticas e formas de culto, com as religiões que já compunham esse campo. Apesar de esses virem de diversas nações africanas, de acordo com J. Lorand Matory (1998, p. 263-264) “etnógrafos acabaram equiparando suas “nações” com a assim chamada “nação yorubá”, mas há “povos de fala ewe e fon, chamada “arara” em Cuba, (...) há também a nação Congo.”

No passado, os povos destas nações estavam unidos como grupos de trabalhadores, como sociedades ou confrarias que reuniam esforços para a compra de alforria, como irmandades religiosas ou em exércitos rebeldes. Hoje, eles estão unidos – às vezes com grande sucesso – pela obediência aos deuses que compartilham, pelos rituais e pela língua comuns e, em certo sentido, por uma mesma liderança. (MATORY, 1998, p. 264)

Dessas nações, para o autor Jorge Calzadilla (1997, p 142), surge o modelo sociocultural africano, um conjunto de culturas de diferentes povos, com distintas formas religiosas que se modificaram e fizeram surgir no campo religioso cubano, as expressões atuais cubanizadas, “entre ellas la Regla Ocha o santería, de origen yoruba, la Regla Conga o palo monte, de ascendência bantú, las sociedades secretas masculinas Abakuá, similares a nigerianas, y otras menos extendidas como las Reglas Arará e Iyesá” (CALZADILLA, 1997, p. 142). Apesar da tentativa de evangelização dos nativos e dos negros pelo clero católico espanhol, vários elementos das religiosidades africanas se conformaram e se consolidaram no campo religioso cubano.

Para além dos modelos sociocultural aborígene, espanhol e africano, há também o modelo sociocultural ocidental, norteamericano. Para Jorge Calzadilla (1997, p. 143), este modelo começou a chegar na ilha cubana na metade do século XIX, mais evidenciada no século XX. A influência estadunidense se aplicou através :

[do] proyecto neocolonial com que se construyó la república desde la intervención estadounidense en 1898. Con él llegó el **espiritismo**, aunque teorizado desde Francia y más extendido em la población cubana en variantes alejadas de la teoría, de carácter basicamente utilitário y

sincretizado con el catolicismo y expresiones de origen africano.” (CALZADILLA, 1997, p. 143, [grifo do autor])

Calzadilla (1997, p.143) afirma que o protestantismo foi reproduzindo através do modelo dos EUA, que se fracionaram em outras 54 denominações. Há também outros modelos bem menos representativos (expressões e agrupamentos por imigrações), por exemplo: o judaísmo, *o vodu* (haitianos), *braceros chinos* (chinês). *Asamblea bahai, sociedade teosófica*.

Apesar desses modelos explicativos socioculturais, a religiosidade cubana se apresenta, de acordo com autor Calzadilla (1997, p. 153), através de um conceito de religiosidade popular, plural, sem se ligar a agrupações específicas, mas de um processo “híbrido”, porém denominado por esse autor de *ellos sincretizados* de elementos principalmente do catolicismo, expressões de origem africana e do Espiritismo.

Com uma preocupação maior de refletir acerca da influência Espírita no campo religioso cubano, vamos compreender através de Calzadilla (1997, p. 153) que no campo religioso cubano atualmente, o Espiritismo é percebido de diversas formas, nesse: (1) o Espiritismo científico ou de mesa branca, ou seja, grupo mais centrado nas teorias kardequianas, são grupos reduzidos, apesar de sua organização estrutural ligada ao Conselho Espírita Internacional (CEI); o (2) Espiritismo de cordão: “más extendido en las zonas orientales. Recibe ese nombre por la forma de su culto en fila o cordón humano. Ha incorporado elementos del cristianismo y de expresiones de origen africano.” (CALZADILLA, 1997, p. 153), assim como (3) o Espiritismo Cruzado: “presenta un fuerte sincretismo con las Reglas Conga y Ocha.” (CALZADILLA, 1997, p. 153), e ainda um (4) Espiritismo não organizado, com práticas mediúnicas domésticas.

Achamos importante antes de adentrarmos as reflexões objetivas desse artigo, fazer essa descrição do campo religioso cubano, para entender a diversidade do campo em que o(s) Espiritismo(s) se insere(m) e compreender suas hibridações. Assim, é através da análise da revista *La Siembra*, que lançamos a seguinte questão problema para este artigo: Mas qual Espiritismo a revista *La Siembra*, com a edição especial *Cuba – Un país de tradición espírita*, de outubro de 2010 está representando? Pretendemos refletir acerca da construção representativa de Cuba enquanto país de tradição espírita.

A revista analisada *La Siembra*, edição especial sobre Cuba (outubro de 2010), foi confeccionada em parceria com a *Sociedad de Estudio e Investigacion Científica de Los Fenomenos Espirituales – José de Luz*, situada na cidade de Miami, Florida, Estados Unidos da América. A instituição americana surgiu como extensão do centro espírita “José de Luz” fundada em 1942, em Cuba.

A primeira edição dessa revista foi divulgada no ano de 2009 na cidade de Bogotá - Colômbia. Sua equipe de colaboradores da primeira edição se concentrava na Colômbia, com dois membros de fora (um dos Estados Unidos e o outro da Guatemala), na edição especial (outubro de 2010), já havia colaboradores de quatro países: Guatemala, Colômbia, Cuba, Estados Unidos, com seus membros mais bem distribuídos.

É uma revista que surge com uma ideia de integração do Espiritismo principalmente na América. O Diretor geral da revista entre os anos de 2009-2010, também era membro da Associação Médico Espírita Internacional (AME-Inter), o médico guatemalteco Edwin Genaro Bravo Marroquín, assim como consta na revista *La Siembra* (2009-2010).

A AME-Internacional<sup>22</sup>, de acordo com seu sítio oficial, fora fundada em 1999, em um Congresso Médico Espírita no Brasil. Nas últimas décadas, a brasileira, Dr.<sup>a</sup> Marlene Nobre, umas das fundadoras, ficou na presidência desta associação entre o período de 1999-2011. Hoje, a presidência é ocupada por Sonia Doi (AME-USA) e seu vice, Décio Iandoli Jr. (AME-Brasil).

De imediato, vemos a atuação do Espiritismo brasileiro no cenário Internacional, na colaboração na fundação de associações e conselhos internacionais. Vale lembrar que há sete anos antes da fundação da AME-Internacional, as lideranças espíritas brasileira, ligadas à Federação Espírita Brasileira (FEB), se juntaram com lideranças de outros países e articularam a criação do Conselho Espírita Internacional (CEI), fundado em 1992, em Madrid (Espanha), tendo seu primeiro congresso realizado no Brasil, na cidade de Brasília em 1995. Os espíritas brasileiros, desde sua fundação até os dias atuais, participam ativamente da diretoria deste conselho.

---

<sup>22</sup> “A Associação Médico-Espírita Internacional (AME-Int) foi fundada a 4 de junho de 1999, em São Paulo, Brasil, durante a realização do II Congresso da Associação Médico-Espírita do Brasil. Nesse evento, além do Brasil, cinco países – Argentina, Colômbia, Guatemala, Panamá e Portugal – estavam representados. Desde então, uma comissão composta por três médicos: Dra. Marlene Nobre (Brasil), Dr. Sabino Luna (Argentina) e Dra. Maria de La Gracia de Ender (Panamá) dirigem a entidade, tendo como presidente a Dra. Marlene Nobre. Em Abril de 2008, foi fundada a Associação Médico-Espírita de Cuba”. (AME-INTERNACIONAL, 2016)

Apesar de lançarmos o nosso olhar ao diretor geral da revista *La Siembra*, e falarmos do seu envolvimento com as associações e conselhos espíritas internacionais que remetem a uma participação enfática do Espiritismo brasileiro, ainda precisamos de mais elementos para realizarmos considerações mais aprofundadas. Nesse sentido, apresentaremos alguns elementos discursivos dessa revista, em específico na edição especial sobre Cuba, para em seguida, refletirmos sobre qual representação de Espiritismo ela apresenta.

Para uma melhor análise desses elementos discursivos, buscaremos ancorar nossa pesquisa com base em Eni Orlandi (1999, p. 15) pois essa autora, “concebe linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”, ela afirma ainda que analisar o sujeito em ação, e suas palavras, faz-nos conhecer melhor sua capacidade em significar e significar-se em determinado contexto. “Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.” (ORLANDI, 1999, p. 15)

Os discursos em textos/palavras geram representações, construções do/para o mundo social, uma realidade que se [re]apresenta ou que se deseja [re]apresentar. Nesse sentido, buscaremos o auxílio de Roger Chartier (1991, p. 183), para entender melhor sobre as construções dessas [re]apresentações. Ele apresenta três modalidades de representações em relação ao mundo social,

- (1) “o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade;”
- (2) “as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição”
- (3) “as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe.” (CHARTIER, 1991, p. 183, grifo meu)

Como afirma Chartier (1991, p.183), as três modalidades se relacionam entre si. As construções das configurações intelectuais só existem enquanto representações coletivas, quando do exercício de práticas de reconhecimento deste grupo, uma identidade social, aquilo que os identifica e significa, que os diferenciam dos demais grupos e cria desse modo



formas institucionalizadas, uma tradição, que o encerra enquanto grupo, comunidade e classe.

Portanto, podemos considerar a revista *La Siembra, Cuba – Un País de Tradición Espírita*, como um artefato cultural produzido com o objetivo de construir conscientemente ou inconscientemente o reconhecimento de uma tradição “espírita”, mas de qual Espiritismo? O Espiritismo de cordão? Cruzado? Não organizado? Espiritismo “brasileiro” em Cuba?

O conteúdo da revista está dividido em duas partes: (a) Cuba, um país com riqueza cultural e o (b) Processo evolutivo sociocultural e político do Espiritismo em Cuba. Para a primeira parte, podemos sintetizar nesse trecho:

La riqueza de Cuba descansa esencialmente en su gente. A lo largo de la historia, su cultura se ha nutrido a partir de la mezcla de lo español y lo africano, de la cultura universal, producto de su memoria, de sus raíces y de su desarrollo intelectual y social, la hacen única y fácilmente identificable. (SIEMBRA, 2010, p. 6)

O discurso de reconhecimento da rica diversidade cultural em Cuba é identificado, não apenas nesse trecho, mas em outros, como na descrição das festas campesinas, bailes nacionais, celebrações, festas folclóricas, as músicas, as roupas, e outros. Porém, as imagens escolhidas para retratar essa diversidade ficam a desejar, o enfoque dado está na representação da cultura branco-européia.

A segunda parte da revista que trata do (b) Processo evolutivo sociocultural e político do Espiritismo em Cuba constrói um tipo de configuração intelectual no campo religioso cubano, uma representação do Espiritismo. Nessa primeira modalidade apontada por Roger Chartier (1991, p. 183), é um trabalho de recorte e de classificação que reuni elementos texto, seja em imagens os palavras, são discursos que se imbricam com a memória e a história da comunidade e do(s) grupo(s) social(ias).

Ao iniciar essa análise pelo título “**Processo evolutivo sociocultural e político do Espiritismo em Cuba**”, notamos o conceito bastante comum à doutrina dos espíritos, “evolução”. Ele está presente sugerindo ao leitor que naquela revista, ele poderia constatar o processo evolutivo que o Espiritismo passou em Cuba, nos campos social, cultural e político. Percebemos que havia uma crença na evolução das ideias religiosas em atuação nesses campos. Mas o que podemos entender como evolução? Seriam as transformações do

conceito Espiritismo? Seria o aperfeiçoamento “moral” das ideias espíritas? Seria um processo gradativo de ideias mais simples para ideias mais complexas? Ou a expansão dessas ideias no campo religioso cubano?

O conceito de evolução espírita estaria intimamente ligado ao “progresso”, uma sucessão ordenada dos acontecimentos, das ideias mais simples as mais complexas, avanço moral, por exemplo: espíritos mais “ignorantes” aos mais “lúcidos”, “mundos primitivos” aos “mundos puros”, como vemos exposto no *capítulo IV – Da pluralidade das existências* em *O Livro dos Espíritos*, Allan Kardec (2004, p. 159). Mas a revista, traz esse mesmo significado?

Existiria desse modo um Espiritismo mais avançado que outro? Ou estaria havendo uma confusão conceitual sobre o que é o Espiritismo? O uso do termo Espiritismo não teria sido indiscriminado para designar outras crenças e religiões?

Apesar de não ter a pretensão de responder a todas essas questões, não podemos deixá-las de lado na análise da revista em foco. É assim que voltamos nossa atenção à narrativa e aos elementos discursivos que a revista *La Siembra* traz acerca do “**Processo evolutivo sociocultural e político do Espiritismo em Cuba**”. Metodologicamente, para facilitar a análise, optamos por dividi-lo em três momentos, ou melhor, em três movimentos de narrativa em relação à doutrina Espírita em Cuba: (a) movimentos anteriores “antecedentes” à chegada do Espiritismo; (b) movimentos de recepção e conformação dessa doutrina, e, os (c) movimentos posteriores “renascimento”;

Quanto ao primeiro movimento narrativo, (a) movimentos anteriores, a revista *La Siembra* apresenta-os como sendo os antecedentes históricos. A revista fez uma associação dos fenômenos mediúnicos mais antigos que aconteceram na história da ilha, como uma trajetória linear de acontecimentos sucessivos.

En la obra “Militante Espiritista” de Paz Basulto y en el libro de Don Quintín López “Las Ciencias Ocultas”, se encuentran referencias de que ya en el período colonial los **indios Taínos y Siboneyes** tenían el hábito de producir algunos fenómenos mediúnicos en sus ritos. (LA SIEMBRA, 2010, p. 9)

Nessa primeira aproximação narrativo-discursiva dos fenômenos mediúnicos, vemos que antes mesmo da chegada da doutrina espírita na ilha, os fenômenos mediúnicos eram vivenciados pelos nativos desta, os Taínos e os Siboneyes em suas crenças. Esse primeiro

movimento prossegue com a fundação dos centros Espiritualistas (1856), bastante influenciados pelo *Modern Spiritualism*<sup>23</sup>:

Don Quintín refiere que tanto en Cuba como en Puerto Rico, repercutía el movimiento espírita desde 1856. Siendo fundados “centros espiritualistas” en la Habana, Sagua la Grande, Sancti Spiritus, Manzanillo, Caibarién y Santiago de Cuba. Lo que demuestra la precocidad y receptividad de la evolución del Espiritismo en Cuba. (LA SIEMBRA, 2010, p. 9)

Possivelmente, a tradição das religiões mediúnicas dos nativos e a dos negros africanos trazidos pelos europeus a esta ilha, propiciaram uma melhor aceitação das ideias espiritualistas e sucessivamente espíritas que chegaram nos fins da década de 1850.

Após a publicação do *Livro dos Espíritos (1857)* por Allan Kardec, é que começam a chegar as primeiras notícias, livros, e ideias das teorias espíritas na ilha; são os primeiros movimentos de recepção, que a partir da década de 1870 se intensificaram. De acordo com a Revista *La Siembra* (2010, p. 9), havia nove periódicos<sup>24</sup> até os fins de 1880, dos quais: *La Buena Nueva*, *La Alborada* e *La Nueva Alianza* estavam representados no Primeiro Congresso Espírita Internacional, realizado em Barcelona, no ano de 1888. A delegação espírita cubana presente nesse congresso era uma das maiores, e acompanharam ainda lideranças de mais cinco centros espíritas kardecistas<sup>25</sup>.

De acordo com a revista *La Siembra* (2010, p. 9), o Espiritismo em Cuba já demonstrava a busca por sua institucionalização. Apesar da organização nos centros e periódicos, a divulgação e as práticas religiosas espíritas eram diversas. Em 22 de julho de 1890 foi fundada a Federação Espírita da Ilha de Cuba, anterior a independência cubana de 1898, após a terceira guerra de independência, e a própria implantação da república cubana em 1902.

---

<sup>23</sup> No século XIX, o autor britânico Arthur Conan Doyle (1859-1930), reconhecido através das histórias de Sherlock Holmes, lança o livro *History of Spiritualism* que fora prefaciado por Herculano Pires o qual sugere que “os fatos espíritas existiram desde todos os tempos, e que os espíritas ingleses e americanos costumam indicar como data inicial do movimento moderno a de 31 de março de 1848, que assinala o episódio mediúnico de *Hydesville*.” (DOYLE, 1995, p. 12).

<sup>24</sup> Eram eles (1) *Luz de Ultratumba* (1874); (2) *La Ilustración* (1878); (3) *Luz de los Espacios* (1881); (4) *La Antorcha de los Espíritus* (1882); (5) *El Buen Deseo* (1884); (6) *La Luz del Evangelio* (1885); (7) *La Buena Nueva* (1886); (8) *La Alborada* (1888); (9) *La Nueva Alianza* (1888).

<sup>25</sup> (1) Centro La Reencarnación de La Habana; (2) Centro El Salvador de Sagua La Grande; (3) Sociedad Espiritista de Matanzas; (4) Centro Lazo Unión de Cienfuegos e (5) Centro San Pablo de Quemado de Guines. (LA SIEMBRA, 2010, p. 9)

Estavam presentes na fundação da Federação Espírita da Ilha de Cuba, representantes de vinte e três instituições espíritas, que tinham como objetivo: “la unión de todos los centros espiritistas de Cuba, para extender la divulgación del espiritismo por medio de la palabra, escrita o hablada, y la práctica de toda la virtud pública y privada.” (REGIMENTO apud LA SIEMBRA, 2010, p. 10)

As formas institucionalizadas como afirma Roger Chartier (1991, p. 183), marcam de forma visível a existência do grupo, são porta vozes autorizados a representar estes, ao passo que a Federação define práticas, homogeneizando-as entre os centros, a força dos grupos espíritas no campo religioso cubano também alteram os discursos e as práticas que a Federação Espírita deve representar, é um movimento dialético. É através “das práticas [religiosas] que visam fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 1991, p. 183).

De acordo com Washington L. N. Fernandes (2003, p 13), no Primeiro Congresso Nacional Espiritista de Cuba, realizado no teatro Payret, no ano de 1920, é notado a grande expansão espiritista na ilha de Cuba, principalmente quando nos deparamos com o número de lideranças participantes desse congresso: havia cerca de 562 delegados, 113 centros espíritas e mais 336 representações pessoais. “Neste Congresso lançaram-se as bases para que, em 1922, fosse criada a Federação Nacional Espiritista da Cuba independente que, em 1941, passou a denominar-se Confederação.” (FERNANDES, 2003, p. 13)

No início do século XX, a consolidação do Espiritismo de Allan Kardec parecia algo inquestionável no campo religioso cubano, que possuía entre seus fiés um movimento bastante dinâmico. A representatividade que o Espiritismo obteve no seu campo, foi em parte da atuação das suas diversas lideranças<sup>26</sup>: intelectuais, carismáticas e institucionais, em conseguir traduzir o espiritismo para o seu devido contexto.

De acordo com *La Siembra* (2010, p.11), dentre as autoridades intelectuais, institucionais e/ou carismáticas, destacamos o escritor, antropólogo e criminalista Fernando Ortiz (1881-1969), com a publicação do livro *La filosofía penal de los espiritistas*, o periodista Francisco M. González Quijano (1862-1926), fundador do diário *La Voz del Pueblo*, participante da fundação da Sociedad Espiritista Cubana, o escritor Salvador

---

<sup>26</sup> Sobre as tipologias de autoridades espíritas, ler: ARRIBAS, Célia. 2014.

Molina, que esteve no Congresso de Barcelona de 1934. De acordo com Fernandes (2003, p. 13), Don Tomás de Oña e Don Juan Garayo; Miguel Rubert e Santiago Cañizares, fundadores do periódico *La Buena Nueva*, em 1886, o estudioso do tema psiquismo filosófico, José Maria Alfonso.

De acordo com Washington Fernandes (2003, p. 13-14): Jose Jimenez Torres foi um dos criadores da Federação Espiritista de Cuba, Doroteo Venero, seu primeiro presidente. O promotor Manuel Garcia propôs celebrar um congresso nacional dos seguidores do Espiritismo, os congressos aconteciam quase que anualmente. De 1935 a 1963 foram realizados 26 congressos<sup>27</sup>. De acordo com a La Siembra (2010, p. 13), no ano de 1936, fora criado o Conselho Supremo Nacional Espírita de Cuba, importante para a realização dos demais congressos espíritas na ilha.

De acordo com a Revista *La Siembra*, o médium Claudio Agramonte, fundador em 1942 da *Sociedad Luz del Sol*, e da *La Sociedad de Estudio e Investigación Científica de los Fenómenos Espirituales "José de Luz"* na cidade de Santiago de Cuba, participa da equipe executiva da Confederação. Foi no ano de 1985 que se funda a extensão do Centro Espírita "Jose de Luz" em Miami, Estados Unidos, entre outros trabalhadores importantes<sup>28</sup>:

Os irmãos Castro com apoio popular derrubam a ditadura de Fulgêncio Batista (1952 e 1959), configurando a revolução cubana de 1959. Realizam grandes transformações sociais, políticas e culturais. Transformações que envolveram o campo religioso, ao declararem o Estado ateu, o culto público das matizes religiosas que foram proibidas.

O Espiritismo teve desse modo, no ano de 1963, seus Congressos Nacionais interrompidos, de acordo com Fernandes (2003, p. 12). A Confederação Nacional Espírita de Cuba, e todo Movimento Espírita oficial fora dissolvido, só ressurgindo o retorno das liberdades religiosas, em fins do século XX.

Esse segundo movimento narrativo, nos deixa claro que o movimento espírita cubano possuía uma dinâmica própria, era ligado ao movimento espírita internacional, Francês e Espanhol, se fazia representar nos Congressos Internacionais, mas não se abstinha de

---

<sup>27</sup> (1) Santa Clara, 1935; (2) Camagüey, 1936; (3) Santiago de Cuba, 1937 ; (4) Matanzas, 1938; (5) Villa de Guanajay, 1939; (6) La Habana, 1940; (7) Cienfuegos, 1941; (8) Camagüey, 1942; (9) Bayamo, 1943; (10) Colon, 1944; (11) Pinar del Río, 1945; (12) La Habana, 1946; (13) Santa Clara, 1947; (14) Camagüey, 1948; (15) Santiago de Cuba, 1949; (16) Matanzas, 1950; (17) Pinar del Río, 1951; (18) La Habana, 1953; (19) Santa Clara, 1954; (20) Camagüey, 1955; (21) Santiago de Cuba, 1956; (22) La Habana, 1959; (23) Camagüey, 1960; (24) Pinar del Río, 1961; (25) Santiago de Cuba, 1962; (26) La Habana, 1963; (LA SIEMBRA, 2010, p. 13)

<sup>28</sup> Ver mais em Washington Fernandes (2003, p. 14).

interpretar, traduzir a doutrina espírita, ao seu contexto, com uma participação importante de intelectuais e pensadores cubanos.

No terceiro movimento da narrativa, o movimento posterior, trata especificamente do “Renascimento”, o ressurgimento do Espiritismo em Cuba. Este só veio a acontecer no início do século XXI, mas esse movimento foi resultante das mudanças de orientações do governo cubano, que em julho de 1992, reforma a constituição de 24 de fevereiro de 1976, nos seguintes termos:

**Art. 8** - O Estado reconhece, respeita e garante a liberdade religiosa. Na República de Cuba, as instituições religiosas estão separadas do Estado. As diferentes crenças e religiões desfrutam de igual consideração.

**Art. 55** - O Estado, que reconhece, respeita e garante a liberdade de consciência e de religião, reconhece, respeita e garante ao mesmo tempo a liberdade de cada cidadão de mudar de crenças religiosas ou não ter nenhuma, e a professar, dentro do respeito à lei, o culto religioso de sua preferência. A lei regula os relacionamentos do Estado com as instituições religiosas.

**Art. 62** - Nenhuma das liberdades reconhecidas aos cidadãos pode ser exercida contra o estabelecido na Constituição e as leis, nem contra a existência e fins do Estado socialista, nem contra a decisão do povo cubano de construir o socialismo e o comunismo. A infração deste princípio é passível de punição.

Apesar de o Estado garantir a liberdade de culto, nos artigos 8 e 55, no artigo 62, essas liberdades apresentam limites na sua ação, como não poderem agir contra a Constituição, contra a existência e fins do Estado Socialista e contra o povo cubano impedindo-lhe de construir o socialismo e o comunismo.

A Revista *La Siembra* (2010, p. 21) caracteriza esse terceiro movimento como *Ressurgimento de dinâmicas progressistas*, apresentando importante atuação de lideranças como Antônio Agramonte Pereira na luta pelo reconhecimento político do Espiritismo. A *Sociedad de Estudios e Investigación Científica de los Fenómenos Espirituales "José de Luz"* de Cuba foi representada no III Congresso Espírita Mundial, por Román Company, Angela de La Cruz e Manuel de La Cruz.

A revista (2010, p. 21) apresenta uma série de eventos em apoio ao movimento espírita cubano, em 2002, o Encontro Fraternal em Cuba, e o Encontro Espírita Internacional em apoio ao Espiritismo cubano em Miami. Os dois eventos foram realizados na *Sociedad de Estudio e Investigación Científica de los Fenómenos Espirituales José de Luz*, em Cuba e Miami, com apoio do Conselho Espírita Internacional da América Latina (CEICA). O

Conselho Espírita Internacional aceita Cuba como país a ser observado, e em 2009, aceita-a como membro ativo do CEI.

Essa aceitação de Cuba como país membro do Conselho Espírita Internacional teve o apoio imprescindível do Brasil, país que na atualidade desponta como o que tem o maior número de espíritas e centros espíritas no mundo. De acordo com Bernardo Lewgoy (2008), o sucesso do projeto espírita no Brasil se consolida de tal forma, que há uma verdadeira brasilianização do movimento espírita Internacional, o qual não se inicia em 1992, com a fundação do Conselho Espírita Internacional, mas desde a década de 1950, com a atuação de Chico Xavier, Waldo Viera, Francisco Thiesen, Divaldo Franco principalmente. Posteriormente, essa atuação ficou mais evidenciada na figura de Divaldo Franco, Marlene Nobre, Raul Teixeira, entre outras lideranças que presidiram a Federação Espírita Brasileira durante essas últimas décadas do século XX até os dias atuais.

A Revista La Siembra destaca, entre os anos de 2002 a 2010, registra a participação de Divaldo P. Franco do II Encontro Espírita Internacional na cidade de Miami (2006), com a presença das lideranças cubanas; II Taller Espírita na cidade de Havana, Cuba em 2008 com a Dr.<sup>a</sup> Marlene Nobre (presidente da Associação Médico Espírita Internacional).

Na solenidade de abertura do II Taller, tivemos informações transmitidas diretamente pela ministra das Religiões, Caridad Diego Bello, de que há 400 centros espíritas em Cuba, já legalizados, e 200 em vias de legalização (...) A ministra Caridad explicou que estão sendo legalizados centros espíritas de três modalidades: os de :cordão:, cujos participantes fazem as sessões de mãos dadas; os :trincadistas [científico];, que não consideram Espiritismo religião; e os que seguem os ensinamentos de José de la Luz e Allan Kardec. Assim, com espanto, constatamos que Cuba é o 2º país mais espírita do mundo. E as contas não são difíceis de serem feitas: se dos 600 centros espíritas, somente 100 ou mesmo 70 forem realmente kardecistas, já aí teremos um número muito grande em relação aos demais países. (NOBRE, Marlene apud SANTOS, 2008.)

A revista constata o apoio do governo cubano, especificamente do Departamento de Assuntos Religiosos no cadastro dos centros espíritas, e o envolvimento pessoal da ministra de assuntos religiosos Caridad Diego Bello, nos eventos e em ações que buscavam a renovação de seu reconhecimento no campo religioso cubano.

No ano de 2009, o Conselho Espírita Internacional, em parceria com a Federação Espírita Brasileira, realizou um curso de quatro dias para representantes de 21 países, inclusive com a presença de representantes cubanos, sobre “Centro Espírita - Base del



Movimiento Espírita: Finalidades y Actividades”, promovido pelo secretário geral do CEI, Dr. Nestor Masotti (Brasil), com a coordenação de Antônio Cesar Perri de Carvalho (Brasil), Fabio Villarraga (Brasil) e Edwin Bravo (Guatemala), todos membros da comissão executiva do CEI.

A institucionalização do movimento espírita internacional e sua brasilianização favorece a divulgação de sua experiência e práticas religiosas. O sucesso do Espiritismo brasileiro faz com que os outros países tenham atenção especial à forma de organização do Espiritismo no Brasil. As práticas espíritas brasileira estão tão divulgadas em outros países, que provavelmente vamos começar a perceber uma identidade espírita *made in Brazil* internacional. Na atualidade, Divaldo P. Franco é o mais influente divulgador do Espiritismo no campo Internacional, considerado por Ana Maria Spränger (2003), *O Paulo de Tarso dos Nossos Dias*.

De acordo com Bernardo Lewgoy (2008, p. 84), o processo de brasilianização segue cinco etapas: (1) o modelo federativo; (2) a forma de organização e funcionamento das casas espíritas; (3) o *ethos*; (4) os estilos rituais; (5) as ênfases praticadas no Brasil; e. (6) incorporação do patrimônio bibliográfico do Espiritismo brasileiro.

A respeito do aspecto da incorporação do patrimônio bibliográfico do Espiritismo brasileiro, vemos, na revista *La Siembra* (2010, p. 32), uma comemoração da doação de um contêiner de livros espíritas, 14 mil livros doados pelo Conselho Espírita Internacional – CEI aos centros cubanos. Se formos olhar quais livros são vendidos pela editora CEI, vamos reparar que a maior parte dos títulos é de brasileiros, principalmente de Chico Xavier e Divaldo Franco.

As práticas estão, de tal forma, atreladas aos livros, que o Conselho Espírita Internacional determinou compromisso de ação após o recebimento dos livros:

Durante el período 2009 – 2010 se ha estado llevando a cabo un intercambio de conocimiento espírita a través de las Sociedades registradas ante el Departamento de Religiones del Consejo De Estado, realizando **seminarios de estudio sobre la mediuminidad** y la puesta en marcha del **Estudio Sistematizado de la Doctrina Espírita (ESDE)**, siendo este muy solicitado las distintas sociedades y centros Espíritas del país. (...) **Adicionando las diferentes actividades que han dinamizado el trabajo de la Infancia y la juventud**, especialmente en los centros espíritas de la capital, dónde el Amor y la entrega de las Mujeres Espíritas Cubanas se ha destacado en su preocupación y en su acción constante en estas dos áreas del Servicio, con una participación sin precedentes. (LA SIEMBRA, 2010, p. 35)

A revista *La Siembra* encerra com uma mensagem de Divaldo P. Franco divulgando que Cuba seria capaz de realizar o 7º Congresso Espírita Internacional.

Indudablemente, Cuba posee todos los requisitos para recibir los espíritas de todo el mundo, en un Congreso en su suelo. La demostración de tolerancia presentada por las autoridades, distribuyendo los libros que el CEI le han encaminado, son testimonios ineludibles de ese nuevo momento que vive el país. (FRANCO apud LA SIEMBRA, 2010, p. 42)

O apoio do Conselho Espírita Internacional, da Federação Espírita Brasileira, e de suas lideranças, principalmente Divaldo P. Franco, Raul Teixeira, Marlene Nobre, fizeram com que o 7º Congresso Espírita Internacional ocorresse em Cuba no ano de 2013, com o tema *La Educación Espiritual y la Caridad em la construcción de un mundo de Paz*.

A temática deste evento faz com que reflitamos sobre o Espiritismo no campo religioso cubano. A revista foi um artefato político e cultural para divulgação do Espiritismo de Allan Kardec, o percurso que os três movimentos de narrativa realizam, encerram o Espiritismo “brasileiro” como o tipo ideal na atualidade, aquele que alcançou sucesso no seu campo, o que deve ser seguido.

De acordo com Bernardo Lewgoy (2001, p. 74), no Espiritismo construído por Chico Xavier, poderíamos compreender o *ethos espírita*, modelo de cidadania, a identidade espírita, aspectos no exercício do tempo presente: “caridade”, “disciplina”, “trabalho” e “estudo”. A revista, desse modo, transmite esses valores, quando divulga a ideia de evolução, de estudo das práticas espíritas, da organização dos centros espíritas, da educação de si mesmo e da mediunidade, em outras palavras há um direcionamento para a disciplina, o estudo, o trabalho e a caridade.

## **CONSIDERAÇÕES**

A atuação do Espiritismo “brasileiro” no campo religioso internacional visa uma conformação dos Espiritismos em uma unidade. A ideia de homogeneização das práticas, ou melhor, de discipliná-las, se traduz no discurso de “educação espiritual”, em “cursos sobre centro espírita”, “ESDE – Estudo Sistematizado da doutrina espírita”, “Evangelificação Infante-Juvenil”, os quais não seriam possíveis sem os livros que orientam e organizam as práticas kardecistas brasilianizadas.

Desse modo, há na revista o objetivo em definir o tipo ideal de Espiritismo. As hibridações que o Espiritismo alcançou em Cuba se tornaram motivos de preocupação para o movimento espírita internacional, que devotou atenção especial e se articulou com o próprio governo cubano e ainda está atuando nesse processo de unificação das práticas e discursos espíritas, mesmo que seja um Espiritismo com uma forte tradição brasileira.

#### **REFERÊNCIAS**

AME-INTERNACIONAL, Histórico. Acessado no dia 10 de dezembro de 2016, Disponível em: <http://www.ameinternational.org/site/pt/node/6>.

ARRIBAS, Célia da Graça. **No Princípio era o Verbo – Espíritas e espiritismos na modernidade religiosa brasileira**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

CALZADILLA, Jorge Ramírez. Cultura y reavivamento religioso en Cuba. *Revista Temas*, n.º 35, outubro-dezembro, 2003, p. 31-43.

CHARTIER, Roger. O mundo como Representação. **Revista de Estudos Avançados**. vol.5 no..11 São Paulo Jan./Apr. 1991

FERNANDES, Washington L.N. O Espiritismo em Cuba. *Boletim GEAE Grupo de Estudos Avançados Espíritas*, ano 11, n.º 460, 29 de julho de 2003, p. 12-15.

LEWGOY, Bernardo. **Chico Xavier e a cultura brasileira**. *Revista de Antropologia*. [online]. 2001, vol.44, n.1, pp. 53-116. ISSN 0034-7701.

LEWGOY, Bernardo. A Transnacionalização do Espiritismo Kardecista Brasileiro: uma discussão inicial. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n.1, 2008, p. 84-104.

MATORY, J. Lorand. Yorubá: As rotas e as raízes da nação transatlântica, 1830-1950. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 263-192, outubro de 1998.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso – Princípios & Procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 1999.

ORO, Ari Pedro; URETA, Marcela. Religião e Política Na América Latina: Uma Análise Da Legislação Dos Países. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 281-310, jan./jun. 2007

SANTOS, Cláudia. Fundada a Associação Médico-Espírita de Cuba (AME-Cuba). *Folha Espírita*, edição n.º 406, Junho de 2008.

**Anais Eletrônicos do VI Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades - Sertões: histórias e memórias**  
**UFRN - CERES - Campus de Caicó, RN, 07 a 11 nov 2016**  
*Simpósio Temático História Cultural e o Sagrado*  
**ISBN 978-85-92861-70-4**

SPRÄNGER, Ana Maria. **O Paulo de Tarso dos Nossos Dias**. Bahia: Livraria Espírita Alvorada, 2003.

## VALE DO AMANHECER: A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA DOUTRINA NO BRASIL

Jessica Kaline Vieira Santos<sup>29</sup>

### VALE DO AMANHECER: O QUE É E COMO SE DEU A SUA FORMAÇÃO?

O Vale do Amanhecer é um movimento espiritualista doutrinário e religioso concebido no Brasil no fim da década de 1950 e início da década de 1960. Conta nos dias atuais com templos dentro e fora do Brasil, em países como Inglaterra, Espanha, Canadá, dentre outros, e ultrapassa um número que chega a quase 100 templos espalhados no Brasil e no mundo. Sua sede está situada na cidade satélite de Brasília, Planaltina.

No entorno do templo formou-se uma “cidade” que conta com casas de famílias dos mestres da doutrina, lanchonetes, lojas de artigos dentre outros, também conta com todo um assistencialismo, as ruas tem esgotamento sanitário, calçamento, linhas de ônibus interligam o templo a cidade de Planaltina, já que se localiza na parte rural da cidade.

A formação no que diz respeito aos templos físicos são bastante variáveis no que compreende à sua formação predial, pois existem estágios de evolução dos templos físicos que variam de 1 à 3. E que de acordo com a quantidade de “mestres” recebem trabalhos espirituais mais complexos.



1. Imagem da área templática, onde é feito o trabalho de Estrela Candente. Disponível em: <http://nino-valeamanhecer.blogspot.com.br/p/trabdo-amanhecer.html> acessado em: 28/09/2016

<sup>29</sup> Concluinte do curso de história da universidade estadual da Paraíba e-mail: kalinejessica@hotmail.com

Sobre a formação do Vale do Amanhecer, Reis afirma:

“Trata-se de um grupo sócio-religioso sob a denominação de Ordem Espiritualista Cristã, cujo registro em cartório responde por Obras Sociais da Ordem Espiritualista Cristã (OSOEC) mas que popularmente é conhecido pelo nome Vale do Amanhecer, expressão que, a partir de agora, passa também a identificar o movimento doutrinário principiado por Tia Neiva.”(Reis 2008 p.16)

Assim como também afirma Raul Oscar Zelaya Chaves, Presidente da Ordem Espiritualista, para o Livro do Inventário Nacional de Referências Culturais, no ano de 2010:

O Vale do Amanhecer é uma doutrina espiritualista cristã fundada em 1959 pela médium clarividente Neiva Chaves Zelaya, mundialmente conhecida como “Tia Neiva”. (Chaves, 2010 p.9)

A figura de uma mulher é totalmente importante para a formação da doutrina, Neiva Chaves Zelaya ou Tia Neiva como é conhecida pelos adeptos, cidadã comum, viúva, com quatro filhos, não frequentava nenhuma religião apesar de ter tido influência do catolicismo durante toda vida, aos 33 anos de idade, entre os anos de 1958 e 1959, começa a ter “estranhos” fenômenos paranormais, a princípio confundidos com traços de loucura e sem explicação pela ciência.

Neiva era clarividente, capacidade tal que permitia o seu desdobramento em vários planos, saía do seu corpo e passava a integrar outros mundos, no momento em que esse fato acontecia, era como se estivesse dormindo.



2.Tia Neiva. Disponível em: <http://temploabavano.blogspot.com.br/2009/06/tia-neiva.html>

Após dominar a sua capacidade de desdobramento seria então preparada para receber a doutrina. Como no descrito abaixo:

“A clarividente então foi informada pelos mentores que após seu pleno domínio das técnicas de Transporte e Desdobramento um Mestre iria prepará-la. Estava também encarnado, vivia em um mosteiro de Lhasa no Tibet, tinha as suas mesmas faculdades mediúnicas, e contatos que só podiam realizados através dos mecanismos anteriormente mencionados . O nome desse Mestre: Umahã.” (Álvaro, 1992 p.11)

Conforme o passar de alguns anos, Neiva se desdobrava até o Tibet, para receber os ensinamentos do monge Umahã. Toda a doutrina segundo os praticantes foi recebida dos planos espirituais, por meio de Tia Neiva. Com sua clarividência ela se transporta, recebe informações com relação ao seu passado transcendental, como também as instruções dos mentores espirituais no que diz respeito às normas e regras da doutrina, que por sua vez são ainda são repassadas aos demais integrantes, mesmo após a morte de Neiva em 1985. Quando quem assume a doutrina é o seu filho, Raul Oscar Zelaya Chaves.

#### **VALE DO AMANHECER: UM MOSAICO CULTURAL E RELIGIOSO**

É bastante importante destacar a carga híbrida que o Vale do Amanhecer carrega, são muitas culturas que se misturam, que se encontram e que como peças de uma



engrenagem ligam-se, fazendo com que dentro de uma lógica na doutrina tenha sentidos quase que irrefutáveis.

Nesse sentido, a hibridização presente no Vale do Amanhecer pode ser explicada a partir de Peter Burke, quando afirma:

Por sua vez, as práticas culturais híbridas também podem ser identificadas na música, na religião, na linguagem, no esporte e nas festividades a partir das relações entre as instituições e as pessoas. (BURKE, 2006, p. 27-28).

Nesse sentido, para Burke, a inter-relação identidade, representação social e linguagem só é possível entender as representações criadas acerca da hibridização. Para ele a troca é consequência dos encontros. Sendo assim, a hibridização podem ser encontradas em várias esferas, e no caso do Vale do Amanhecer explica-se pela transcendentalidade<sup>30</sup>, e a troca a partir de das varias encarnações que os mentores espirituais da doutrina passaram.

Partiremos para algumas análises simples no que diz respeito à aspectos, para mostrar um pouco como se dá essa hibridização, visto que há uma extensão de recursos que podem exemplificar tal característica.

O próprio nome da instituição já nos apresenta uma característica peculiar, o Vale do Amanhecer atende institucionalmente como OSOEC - Obras Sociais da Ordem Espiritualista Cristã, segundo o dicionário on line de português o termo espiritualismo significa “Filosofia religiosa que prega a existência de um ser ou realidade distinto da matéria.”

No caso do Vale do Amanhecer, o seu nome institucional já indica qual o ser que está no centro do movimento, nesse caso é a figura de Jesus Cristo. Mas não só o próprio Cristo, como também várias entidades, que figuram em diversos espaços e épocas diferentes. Pai Seta Branca, abaixo de Jesus Cristo é o maior mentor espiritual do Movimento, sendo ele representado como um índio da Região de andina da América do Sul.

Outro exemplo de hibridização está nas figuras dos pretos velhos e caboclos, que são característicos das religiões de matriz africana, e que são figuras fundamentais em alguns rituais da doutrina. Nesse sentido, podemos destacar a mistura do cristianismo com religiões de matriz africana, um outro exemplo característico é o principio da reencarnação

---

<sup>30</sup> A palavra transcendentalidade está relacionada

e karma que advém do Kardercismo, e no vale do amanhecer, além de trabalho espirituais totalmente atribuídos a Allan Kardec, existe a leitura do Evangelho por ele elaborado.

Muitos outros elementos estão interligados dentro da doutrina do Vale do Amanhecer, e é exatamente o princípio de Karma espiritual que rege todo o movimento doutrinário. Em dado momento da história, todos “os personagens” estiveram próximos, em um processo de trocas culturais e ideológicas.

Essa hibridização contida no movimento, é facilmente identificada nas representações das imagens contidas dentro dos templos, nas preces, nas roupas que os participantes utilizam. Para ilustrar e analisar essas representações, alguns “personagens” (mentores) serão também representados nesse artigo.

Na imagem abaixo representada, está a figura de Pai Seta Branca.



3. Pai Seta Branca. Disponível em: [http://exiliodojaguar.blogspot.com.br/2014\\_09\\_01\\_archive.html](http://exiliodojaguar.blogspot.com.br/2014_09_01_archive.html)

Pai Seta Branca está representado no que no movimento chama-se “roupagem” de uma de suas reencarnações na terra, segundo a bibliografia e os integrantes do movimento, Pai Seta Branca foi um índio andino, que no processo de conquista espanhola na América estava numa tribo ameaçada de dizimação, em um descampado do vale andino, os guerreiros de “Lança Branca” e a facção dos espanhóis se defrontam e com a sua lança e o seu dente de javali preso a ela fez com que os espanhóis se movessem em direção oposta sem nenhuma ação violenta entre eles.

Ele, o Pai Seta Branca é a figura de maior representatividade hierárquica dentro do Vale do amanhecer, considerado pelos integrantes um Espírito de Luz, que está ao lado de Jesus Cristo. Nesse caso, a representação de Seta Branca é com o objetivo de mostrar tal como ele vivia/ era enquanto vivo, de acordo com os elementos descritos na sua história.

Outro exemplo bem característico de representação é a imagem de Pai João de Enoque, um africano que veio para o Brasil colonial para ser escravo e sanar o seu Karma, pois em uma de suas encarnações teria sido um grande faraó e teria cometido grandes atrocidades, então ele e outros negros também ligados pelo princípio da transcendentalidade tiveram que ser escravizados.

Essa história é contada por Tia Neiva e intitulada “A cachoeira do Jaguar.” Assim, sua representação dentro dos templos do Vale do Amanhecer é de uma pessoa simples, tal como era o Enoque escravo nas terras brasileiras.



4. Pai João de Enoque. Disponível em:  
<http://ogandordoamanhecer.blogspot.com.br/p/fotosmentores.html>

Nesse sentido, quando Chartier afirma que a representação faz ver uma ausência, a representação faz “vivenciar” e ver um objeto ou pessoa que não mais está presente naquele meio, sendo assim a representação é o indicativo de como aquela pessoa ou objeto era enquanto existia, e se fazia presente.

“À palavra “representação” atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que se supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado, de outro é uma presença, a apresentação pública de

uma coisa ou uma pessoa(...) A relação da representação – entendida como uma imagem presente e um objeto ausente uma valendo pelo outro porque lhe é homologa.” (CHARTIER, 1991, p.184)

## **VALE DO AMANHECER NA PARAÍBA**

O Vale do Amanhecer na Paraíba conta aproximadamente com 16 templos que são classificados entre o primeiro e terceiro estágio. Os templos estão localizados por todo estado paraibano desde a Capital João Pessoa, até o sertão do estado. Os templos de Campina Grande e de João Pessoa, são os templos de terceiro estágio dentro do estado da Paraíba, e se caracterizam pela maior quantidade de trabalhos mediúnicos realizados, bem como o seu tempo de implantação, que se iniciou em meados da década de 1980, para o Templo de João Pessoa e para o templo de Campina Grande a partir da metade da década de 1990. Para a fundação do templo de Campina Grande a partir do depoimento de seus fundadores, Amurabi Pereira de Oliveira afirma:

A partir desse primeiro contato de Dona Fátima e do Sr. José Carlos com o Vale, e da conseqüente “cura” de seu filho, surge o entrelaçamento entre estes e o movimento, que dará ensejo à vontade de fundar um núcleo em Campina Grande. Para tanto, necessitavam ser iniciados na doutrina. A iniciação foi realizada em três diferentes etapas e locais; Brasília, Olinda e João Pessoa. Esta gradação se deu em decorrência de motivos óbvios. Primeiro por questão de proximidade e viabilidade e segundo, em razão da própria expansão da doutrina que se expandia naquele momento, também na região nordeste. O processo foi iniciado no tempo e Brasília, prosseguido em Olinda. Quando o templo de João Pessoa - que na verdade funciona no município de Bayeux - tornou-se um templo iniciático, eles para lá se dirigiram, com o intuito de finalizar sua iniciação na doutrina. Em 1995, juntamente com mais 4 médiuns, foi fundado o templo de Campina Grande. Destes quatro membros iniciais, apenas dois permanecem vinculados ao templo. Inicialmente suas atividades desenvolviam-se no bairro das Malvinas, num imóvel alugado. (OLIVEIRA 2008, p.49)

Contudo, o objeto de análise desse artigo, se fara de forma mais incisiva no que diz respeito ao Templo localizado na Cidade de Massaranduba – PB, o templo de Massaranduba fundado no ano de 2010, a princípio como um templo de menor porte, que são os templos de primeiro estágio. Após algumas modificações e com o clivo de seus superiores, o templo passou a abrir mais dias na semana e também passou a realizar trabalhos de maior intensidade. Fundado pelos mestres Rubileudo Almeida, atual presidente, Salete, Aponara e coordenadora das mulheres, e Mestre Francisco que exerce a função de vice presidente,

o objetivo da implantação do templo era expandir a doutrina por outras localidades do estado, e assim atender a população.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscamos de forma simplificada, mostrar um pouco da trajetória de formação do Movimento Doutrinário e Mediúnico Vale do Amanhecer, traçando alguns aspectos relevantes desde a sua constituição até a sua chegada na Paraíba. Porém, com o passar dos anos o movimento continua crescendo, ganhando novos adeptos, novos templos, por todas as partes do mundo.

Muitas lacunas ainda estão para ser preenchidas com relação à aspectos de sua formação, das relações cotidianas dentro e fora da doutrina, dos rituais, simbologias e hibridismo contidos dentro do movimento. Porém o objetivo maior dessa pesquisa é trazer os aspectos relevantes dessa doutrina para o meio acadêmico, assim como também gerar uma discussão social que engloba os próprios integrantes do movimento.

### **REFERÊNCIAS**

ÁLVARES, Bálamo. Tia Neiva – Autobiografia Missionária. Brasília: s/n, 1992.

BURKE, Peter. O que é história cultural? Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, 191 p.

\_\_\_\_\_. “Fronteiras culturais: barreiras e contatos”. In: Revista Cult. São Paulo, abril/2007.

\_\_\_\_\_. Hibridismo Cultural. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.

CAVALCANTE, Carmen Luisa Chaves. Xamanismo no vale do amanhecer: o caso tia Neiva. Annablume Editora, 2000.

CERTEAU, Michel de. Cultura no Plural (a). Papyrus Editora, 1995.

\_\_\_\_\_. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. 5ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos avançados, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

COELHO, Teixeira. Culturas híbridas. In: \_\_\_\_\_. Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário. São Paulo: Fapesp; Iluminuras, 1997.

DEIS, Siqueira; et al. Vale do Amanhecer. Inventário Nacional de Referências culturais. Superintendência do Iphan no Distrito Federal. Brasília, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. Edições Loyola, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. Editora Contexto, 2007.

SILVA, Kalina Vandelei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário dos Conceitos Históricos. 3 ed. 5ª Reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015

OLIVEIRA, Amurabi. Dinâmicas culturais e relações de reciprocidade no Vale do Amanhecer: um estudo de caso sobre o templo de Campina Grande–Pb. Campina Grande. Diss. Dissertação (Mestrado e Ciências Sociais), Universidade Federal de Campina Grande, 2008.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira. Nova Era à brasileira: a new age popular do Vale do Amanhecer. Interações-Cultura e Comunidade, v. 4, n. 5, p. 31-48, 2009.

REIS, Marcelo Rodrigues dos. Tia Neiva: A trajetória da líder religiosa e sua obra, O Vale do Amanhecer(1925- 2008). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. In: \_\_\_\_\_. Historiadores do nosso tempo. Lopes, Marco Antônio; Munhoz, Sidney J. São Paulo: Alameda, 2010, p.9.

Endereços eletrônicos:

<http://exiliodojaguar.blogspot.com.br>

<http://lucenodoamanhecer.comunidades.net>

<https://nino-valeamanhecer.blogspot.com.br>

<http://oamanhecerdojaguar.blogspot.com.br/2012/02/o-amanhecer-das-princesas-na-cachoeira.html>

<http://oganordoamanhecer.blogspot.com.br>

<https://valedoamanhecer.com.br>

<https://valedoamanhecer.org>

<http://valedoamanhecerbrasil.blogspot.com.br>

## **A CONSTRUÇÃO DE UM LUGAR SAGRADO: MEMÓRIAS SOBRE O CULTO À BENIGNA EM SANTANA DO CARIRI/CE**

Tatiana Olegário da Silva<sup>31</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A pesquisa objetiva compreender as construções das memórias sobre o culto religioso à Benigna, que ficou conhecida na cidade de Santana do Cariri-CE – um espaço pertencente a Chapada do Araripe – e em outras regiões do Brasil, por ser considerada “santa” e mártir. A proposta do trabalho consiste na construção dessas memórias partindo das narrativas orais dos devotos da cidade de Santana, a partir de então buscar compreender qual a representação que Benigna tem para com a população. Utilizando como base teórica a História cultural, nas proposituras de Roger Chartier.

O interesse em utilizar a metodologia da História oral neste trabalho, se dá pelo fato de que partindo desse tipo de análise, busco compreender a visão do devoto e as narrativas que os mesmos tem a respeito dessa devoção, que mesmo sem ter conhecido Benigna ou até mesmo sem ter alcançado graça alguma, tem um sentimento de pertença no local onde ela padeceu, admirando-a e contemplando-a, buscando sempre repassar sua história para que outras pessoas possam conhecer. Neste entendimento, segundo (BENJAMIM, 1993, p.37): “...um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”.

Sendo assim, as memórias e construções das mesmas tem um papel fundamental, o de legitimar um espaço de atuação, na qual tem Benigna como figura principal. Destacando o fato de que essas narrativas são apenas fragmentos, ou seja, representações do vivido e de alguns comportamentos da época – levando em consideração o auto índice de criminalidade da época abordada no artigo. Podemos entender melhor como ocorreu esse fato e por qual motivo essa história teve tanta repercussão e comoção geral a ponto de ultrapassar décadas e ser vista até hoje.

---

<sup>31</sup> Discente do curso de História da Universidade Regional do Cariri – URCA. Orientador: Professora Mrs. Ana Cristina de Sales- Departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA. E -mail: tatianaolegario12@gmail.com



Apesar do crescente número de adeptos que Benigna vem ganhando, percebe-se que ainda há poucos escritos sobre o tema, ou seja, mesmo ganhando espaço no cenário religioso regional sua história ainda é pouco pesquisada no que diz respeito ao campo acadêmico, onde a maioria dos escritos encontrados sobre ela são de alguns historiadores locais da própria cidade de Santana do Cariri.

### **BENIGNA: “HEROÍNA DA CASTIDADE”**

Entender a história de Benigna, primeiramente temos que analisar o contexto histórico/social em que a cidade na qual ela conviveu seus poucos anos de vida está inserida, por volta do final do século XIX e início do século XX, o poder vigente da região era o coronelismo como afirma LEAL (2012, p.23)

concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. [...] é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.

Neste entendimento, as cidades menores e a população rural mais pobre, eram as mais prejudicadas por esse sistema, uma vez que o poder público fazia vista grossa perante as desigualdades sociais e as necessidades da população, havendo muitas dificuldades de sobrevivência para aqueles menos favorecidos, sendo assim, o principal meio de subsistência era a agricultura, com o agravante de que a região enfrentava periódicas secas, como afirma FÉLIX (2014, p.19) “A seca era o temor de todo agricultor, pois representava êxodo, fome e morte. ” Nesse sentido as famílias viviam em extrema pobreza, e essa situação era bem favorável para que as cidades tornassem mais violentas, os saques serem constantes e as brigas entre vizinhos e familiares sempre acabavam em morte, pois na maioria dos casos os crimes saíam impunes, sendo que a questão da honra, estava presente em quase todos esses mal entendidos. SANTOS (2008, p.16) assim afirma:

tal qual nas imagens populares do sertanejo bravo, muitos homens pobres livres gabavam-se de sua honra, e participavam de brigas de faca, facão e mesmo espingarda, que vinham a ser verdadeiros concursos de masculinidade. Ora, esses processos também mostram que o significado de ser um homem honrado não se limitava a esse tipo de ocorrência, pois

incluía a reputação que um homem ganhava quando ele e sua família possuíam, ou mesmo ocupavam, alguma propriedade e trabalhavam nela.

Sendo assim, foi nesse contexto social em que nasceu Benigna Cardoso da Silva, na cidade de Santana do cariri, dia 15 de outubro de 1928, filha de José Cardoso da Silva e Tereza Maria da Silva, ele, agricultor e vaqueiro, ela dona de casa. Podemos perceber que as condições financeiras da família Cardoso eram bastante difíceis, já que a agricultura seria o único meio de sobrevivência e a profissão de vaqueiro não era bem remunerada, sendo considerada como um trabalho bastante árduo. Irineu Pinheiro assim descreve o trabalho do vaqueiro

nos verões escasseia a pastagem nos campos. Os condutores dos rebanhos derribam a machado, a foice ou a facão, nas caatingas ou nos baixios, galhos de umbunzeiro, de aroeira, de juazeiro, com que alimentam o gado faminto... calça-se as vezes, o gado muito estrupiado, ou doente de febre aftosa, com uma espécie de alpercata redonda feita de um pedaço de sola com seis orifícios, através dos quais se mete uma correia, cujas pontas devem exceder a circunferência do original sapatão... Durante as noites de viagens os tangerinos rodeiam as reses que, a remoer, olham como que fascinadas, com seus olhos mansos, as chamas alegres das fogueiras construídas em volta do acampamento (PINHEIRO, 2010: 24-25).

Os vaqueiros eram aqueles que cuidavam dos animais de todas as formas e geralmente trabalhavam para algum fazendeiro, sendo assim, boa parte do dinheiro ficava para o dono das terras. O pai de benigna se encaixava nesse perfil, pois, ele e sua família viviam de forma humilde, o mesmo trabalhava ordenhando, preparando a terra e exercia várias outras atividades que lhes eram atribuídas, na propriedade do Sr. Cirineu, localizada no sitio Oiti dos Cireneus, zona rural da cidade de Santana do Cariri, com distância de aproximadamente dois quilômetros.

O casal José Cardoso da Silva e Tereza Maria da Silva, tiveram cinco filhos, sendo que o último veio a falecer logo após o nascimento por complicações no parto. Seus irmãos eram Carmélia, Alderi e Sirineu, Benigna no entanto era a filha mais nova do casal.

Não se sabe precisamente a data em que os pais de Benigna faleceram, sabe-se portanto, que foram nos primeiros anos de sua existência. Após a morte de seu pai, Benigna juntamente com sua mãe e seus irmãos foram morar no Sitio Oiti dos Cireneus, pouco tempo depois dessa mudança, sua mãe vem a óbito deixando-os órfãos. A partir de então os quatro irmãos foram adotados pelas irmãs Maria Rosa Sisnando Leite e Honorinda Sisnando Leite, herdeiras do Sitio Oiti na qual o pai de Benigna trabalhou por muitos anos. Nota-se

portanto que apesar de serem herdeiras desse sítio, viviam de forma humilde, visto que a situação dos pequenos proprietários de terras na época, não eram favoráveis. Como afirma LEAL (2012, p. 27) “A situação dos pequenos proprietários é em regra difícil em nosso país, sobretudo quando em contato com a grande propriedade absorvente. Essa precariedade é agravada pela pouca produtividade do solo...”

Contudo a família vivia feliz, Maria Rosa não casou, Honorinda sim, teve dois filhos, Irineu Sisnando de Alencar e Irinea Sisnando de Alencar, sendo abandonada pelo marido algum tempo depois.

Benigna considerava-os como seus irmãos, ajudando-os nos afazeres de casa e sempre que precisavam, dando-lhes toda a assistência psicológica, visto que, segundo a tradição oral, ela apesar da pouca idade, demonstrava ter bastante maturidade, além de ser considerada muito temente a Deus e sempre seguir os ensinamentos bíblicos. Como enfatiza OLIVEIRA (2010, p.134)

As vidas dos santos constituem um importante meio de transmitir o sentido da fé cristã. Desde que o cristianismo existe, as pessoas contam e recontam as histórias dos santos. Na tradição cristã, o santo é alguém cuja santidade é reconhecida como excepcional por outros cristãos.

Dessa forma os relatos orais das pessoas que conviveram com a mesma, destacam o fato dela gostar de animais, das plantas, sendo admirada por ser uma menina serena e gostar muito participar das missas aos domingos, levando em consideração que suas duas famílias, tanto adotiva como biológica foram católicas fervorosas, e incentivavam para que todos vivessem em oração. Por esse motivo Benigna foi batizada no dia 21 de outubro de 1928, seis dias após o seu nascimento, podemos perceber mais claramente no relato do pároco da cidade em registro do batizado feito sob o n 470, à página 36 do livro de batismo n B-08, onde *consta ipis litteris*:

“470 Benigna Aos vinte e um dia do mês de outubro do ano de mil novecentos e vinte e oito, nesta matriz de Sant’Ana do Cariry, batizei solenemente Benigna, nascida aos quinze de outubro do mesmo ano, filha legítima de José Cardoso da Silva e Thereza Maria da Silva. Foram padrinhos, Antonio Pereira Camapum e Anna Camapum Alencar. E para contar mandei lavrar este termo que assino. O vigário Pe. Rodolfo Ferreira da Cunha”.

Benigna frequentou o segundo e o terceiro ano do curso primário em uma escola isolada do Sítio Inhumas, na qual a mesma localizava-se na casa da professora, sabe-se que aos seus treze anos cursava o terceiro ano, porém não se sabe ao certo o motivo de seu atraso escolar, mas podemos levar em consideração as condições financeiras de sua família, e o contexto social da época, na qual era muito difícil uma criança pobre frequentar a escola.

Mesmo com todas as dificuldades Benigna tinha uma vida comum, igual as demais crianças da localidade, todos os dias após a aula, para ajudar nas tarefas domésticas ela ia buscar água em um poço, cerca de trezentos metros de distância de sua casa.

Benigna iniciou sua adolescência sem perder seu jeito inocente, diferente das demais meninas destacava-se por não gostar de roupas curtas, e por sempre manter sua forte adoração a Deus. Como afirma FÉLIX (2014, p.53)

É verdade que existem diferenças entre os jovens. Alguns mais reservados, mais tímidos... outros extrovertidos e com outros interesses. Mas Benigna, além do comportamento que a diferenciava dos outros, tinha uma espiritualidade consistente, que permite afirmar que seus interesses estavam voltados para o amor de Deus, para a fé em Jesus que a conservava num determinado modo de ser e de agir.

Sendo assim, sempre participativa na igreja ela mantinha uma relação de muita amizade com o pároco da cidade, padre Cristino Coelho, considerando-o seu confidente e conselheiro espiritual, sendo o mesmo que fez o ritual de sua primeira comunhão-nome dado ao sacramento, na qual é entregue a hóstia, símbolo do corpo de cristo, um momento importante na vida de um católico, uma vez que, para receber a primeira eucaristia exige muita preparação e algum tempo, estudando o catecismo- Benigna recebeu esse sacramento quando tinha aproximadamente dez anos de idade, um dia de grande relevância para ela e sua família.

Com o passar dos anos, Benigna torna-se adolescente e com todas as mudanças físicas e psicológicas que ocorre nesta fase da vida, ela começa a despertar interesse de seu colega de classe, Raul Alves Ribeiro, sendo assediada frequentemente pelo mesmo, que era quatro anos mais velho que ela e morava perto de sua casa. Segundo relatos, Raul insistentemente mandava cartinhas e bilhetes para Benigna, entretanto, ela nunca correspondia, e, sempre relatava as propostas de Raul, nas suas confissões com o Padre

Cristiano Coelho. ANDRADE (2010, p.138) enfatiza: “O tempo faz com que sua vida de pessoa comum seja completamente transformada em detalhes que se tornam justificadores de sua ação sagrada”

No dia 24 de outubro de 1941, em um dia comum de sua vida, foi para aula e, chegando lá, chamou suas amigas para ir com ela pegar água no poço, à tarde, porém nenhuma podia, Raul que era seu colega de classe, provavelmente estava escutando a conversa, sendo assim, quando Benigna foi pegar a água deparou-se com Raul a sua espera, que insistia em ter relações sexuais com a mesma, ele, inconformado por ela não aceitar suas propostas, desferiu contra ela vários golpes de facão, sendo um fatal, na qual deixa sua cabeça decepada. Sobre esse fato CIDRÃO (2010, p.61) destaca:

“Certa vez, Benigna, com então treze anos de idade, dirigiu-se a um riacho, perto de casa, para pegar água numa cacimba... Raul Alves há muito já a vinha assediando... Nessa tarde, levado por um instinto demoníaco de perversidade, ficou à espera de Benigna, na cacimba onde ela viria apanhar a água. Até ajudou-a a colocar o pote na cabeça, com aproximadamente nove litros de água., acompanhando-a pelo caminho. Num certo momento tentou abordá-la sexualmente, atacando-a. Ela derrubou o pote no chão e se defendeu de todas as maneiras, dizendo sempre que nada queria com ele, além de amizade. Mas ele continuou tentando, pois o que realmente queria era estuprá-la. Como ela não cedia, ele desferiu-lhe golpes de facão por todo o seu corpo. O primeiro no pescoço, o segundo na cabeça, e também lhe cortou os dedos da mão direita, quando ela esboçava um gesto automático de defesa. Desferiu ainda um outro golpe no tronco, em cima dos rins. Depois de constatar o horrível ato praticado, Raul deixou-a agonizante e foi para casa”.

Ao entardecer, sua mãe à sua espera e notando a demora, manda Sirineu, seu irmão ir ver o que aconteceu, ele, ao chegar no local encontra o corpo de Benigna já sem vida e leva-o para casa. ANDRADE (2010, p.138) destaca: “A criança/adolescente aparece, ao mesmo tempo, entregue e indefesa diante da ameaça de morte e extremamente forte ao demonstrar que enfrentou o homicídio ou a doença com forças que ultrapassam em muito a medida humana”.

A comoção e a revolta foi geral, não apenas em Santana, mas nas localidades vizinhas, pois a cidade era pequena e as notícias rapidamente Espalhavam-se. Sendo assim, por ter sido um crime bastante cruel logo a menina Benigna passou a ser considerada mártir, por preferir morrer a pecar contra os mandamentos divinos como afirma ANDRADE (2010, p.134)

Na cristandade, os primeiros cultuados como santos foram os mártires, e os cultos a eles dirigidos tiveram origem espontânea. O mártir era aquele que deu a vida como testemunho de sua adesão à fé cristã. Antes do final do primeiro século da cristandade, o termo santo era reservado somente ao mártir. Com o passar do tempo a concepção de martírio, na religiosidade católica, foi sendo ampliada a ponto de caracterizar uma morte violenta resultante tanto de uma doença grave como de um homicídio.

Sendo assim, o padre Cristiano logo referiu-se a Benigna como “santinha” e “heroína da castidade”.

Como afirma FÉLIX (2014, p.67): “Benigna foi sepultada, na manhã do sábado, dia 25, por volta das 10 horas, no Cemitério público São Miguel, em Santana do Cariri, no jazigo da família Sisnando Leite”.

Benigna faleceu aos seus recém completados treze anos de idade, suas duas irmãs mais velhas Carmelia e Alderi casaram-se antes da morte de Benigna e foram embora para o estado de Pernambuco não comparecendo no dia do seu sepultamento. A primeira, meses depois da morte retorna a Santana e leva consigo uma mala com alguns pertences de Benigna, e Alderi, sempre escrevia para suas mães adotivas mas depois perderam o contato e ninguém teve mais notícias.

## **DEVOÇÃO, GRAÇA E O LUGAR SAGRADO**

Após o ocorrido as pessoas começaram a sentir uma enorme admiração por Benigna e a considera-la como exemplo de pureza e bondade, sua morte dolorosa e trágica fez com que as pessoas olhassem a menina Benigna com outros olhos, agora ela seria santa e heroína da castidade. Como afirma JUNIOR (2008, p.207)

Ao longo da história, várias pessoas foram alçadas à categoria de santos e santas não só por suas obras em vida, mas porque sofreram na morte. Ter o corpo martirizado era uma das condições para uma canonização eficiente, principalmente no início do cristianismo. Após o período tridentino, a espiritualidade tomou o lugar do martírio como fator determinante para a canonização, mesmo este último nunca tendo sido abandonado como forma de avaliação para uma canonização. Para o devocionario popular, o trágico sempre foi determinante para qualificar e valorizar a “santificação”.

As pessoas começaram a interceder por Benigna nas horas mais difíceis de suas vidas, pedindo graça, para a cura de alguma enfermidade, seja física, ou espiritual, e, como

afirma FÉLIX (2014, p.84) “Alguns dias após a morte de Benigna começou-se a ouvir os testemunhos de milagres e graças recebidas por intercessão de Benigna”. As pessoas começaram a visitar mais o túmulo e o lugar onde a mesma padeceu, fazendo seus pedidos e deixando alguns ex-votos no local, e assim, essa devoção foi crescendo ao longo dos anos, as pessoas foram conhecendo cada vez mais sua história e se identificando com a mesma.

Ao local de sua morte foi erguido uma cruz na qual as pessoas fazem seus pedidos e oram, mas logo de início não foi de forma muito organizada, como afirma FÉLIX (2014, p.86-87) “Por muitos anos essa devoção a Benigna se deu de forma espontânea, não organizada. Mas se fez mister dar uma estrutura melhor organizada, para facilitar a participação dos devotos oriundos de outros locais”.

Apesar dessa devoção não ser considerada oficial as pessoas têm Benigna como “santa” independentemente da aprovação da Igreja ou não, ela sempre terá um lugar de destaque no devocionário popular, o catolicismo santorial assim chamado, tem suas características bem presente na devoção por Benigna. Como afirma TEIXEIRA, 2005, p. 17:

É uma das formas mais tradicionais de catolicismo presentes no Brasil desde o período da colonização. Tem como característica central o culto aos santos. Foi esse culto que marcou a peculiar dinâmica religiosa brasileira, de caráter predominantemente leigo, seja nas confrarias e irmandades, seja nos oratórios, capelas de beira de estrada e santuários. O catolicismo brasileiro foi durante muito tempo um catolicismo de “muita reza e pouca missa, muito santo e pouco padre”. Os santos sempre ocuparam um lugar de destaque na vida do povo, manifestando a presença de um “poder” especial e sobre-humano, que penetra nos diversos espaços de vida e favorece, numa estreita aproximação e familiaridade com seus devotos, a proteção diante das incertezas da vida.

Apesar dessas peculiaridades, os membros da igreja católica, padres, bispos e arcebispo da região, incentivam essa devoção, exercendo assim, um papel importante na divulgação da história, fazendo com que a cada ano o número de devotos aumente.

Desde 2004 acontecem romarias no local da sua morte, na qual milhares de romeiros seguem em peregrinação do local onde ela padeceu no Sítio Oiti hoje denominado de Inhumas, até a igreja matriz de Santana do Cariri, no local do martírio não tinha muito espaço para acomodar tantas pessoas, em 2007 foi construído um pequeno memorial, aproximadamente duzentos metros de distância, com um terreno bem mais vasto. ANDRADE (2010, p.134) enfatiza que: “As sepulturas dos santos se tornaram um lugar para



peregrinação e igrejas foram construídas nesses lugares para abrigar as suas relíquias, assegurando uma celebração mais institucionalizada”

Após o crescente número de fiéis que Benigna ganhava, seu corpo foi exumado e transferido para a igreja matriz senhora Santana. FÉLIX (2014, p.92) afirma: “A cerimônia solene do traslado aconteceu no dia 26 de maio de 2012. A participação de muitos sacerdotes da diocese e de grande número de fiéis impressionava e comovia”.

E, depois da primeira romaria, a cada ano o número de devotos cresceu cada vez mais, as pessoas cultivam uma fé sem tamanho pela “heroína da castidade” fazem pedidos e afirmam ser atendidos, na época da romaria, que ocorre no dia 24 de Outubro, dia em que ela morreu, muitas pessoas bebem da água do poço e levam para casa, acreditando que aquela água tem o poder de cura de todo mal, considerando aquele espaço como um lugar sagrado, visto que, foi onde a “santinha” esteve pela última vez em vida.

Sendo assim, no dia da romaria podemos ver quermesse, venda de roupas com a foto dela, venda de pequenos potes de barro representando o que ela carregava e muito show religioso, misturando-se o sagrado e o profano, chamando mais atenção daquelas pessoas que vem de fora.

Segundo estimativas da paróquia de Santana do Cariri a romaria de 2016 tinha cerca de 20 mil pessoas, sendo que veio caravanas de outros estados, como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, muitas pessoas não conhecem de fato a história de benigna mas vem por curiosidade, como afirma a respeito das romarias OLIVEIRA (2011p.260)

Muitas pessoas chegam[...] movidas pela curiosidade e fazem um pedido ou promessa, estabelecendo um vínculo mediado por um compromisso de retorno ao lugar, estabelecendo, assim, um fluxo periódico de visitas que se estende aos membros da família e à comunidade onde moram.

Benigna tem um papel muito importante principalmente na vida dos moradores de Santana do Cariri e localidades vizinhas, visto que, eles recorrem e pedem a intercessão da mesma sempre que estão passando por momentos difíceis, pedindo-lhe graças e bênçãos, desde pequenas coisas, como um exame médico, até a cura de um câncer algo mais complexo. Pedem e são atendidos, segundo do relato da devota Vicência Pereira da Silva, 46 anos, Inhumas, Santana do Cariri/Ce.

“A minha mãe caiu da moto, ela tem problema de epilepsia, ai já tem esse agravamento, ela sofreu uma queda de moto e bateu a cabeça, caiu de cabeça no chão, praticamente morreu, levamos ela para o hospital, ela ficou toda inchada, a cabeça o cérebro dela inchou, fizemos vários exames, os médicos não davam esperança a gente, era séria a situação, mais ai me apeguei muito a ela (Benigna), sempre me apegava com ela eu e minha irmã, mais cada dia que passava o quadro se agravava mais, o rosto dela estava deformado irreconhecível, pedi uma graça, se minha mãe ficasse boa eu ia assistir a romaria e ela também ia para a missa, eu assistia as três missas daqui descalço e ia pra Santana também descalço no dia da romaria. Ai minha mãe com três dias depois da promessa foi melhorando, fizemos outra tomografia e o cérebro dela estava desinchado, com dois dias depois ela já recebeu foi alta. E eu só acredito que foi a intercessão de Benigna. ”

Partindo desse relato podemos perceber toda a devoção e confiança que seus devotos tem, entregando a ela seus maiores medos e acreditando que ela pode curar todo e qualquer mal. Como afirma ANDRADE (2010, p.135):

É à procura de um milagre que as pessoas se dirigem aos santuários. As bênçãos, a proteção, os milagres correm de boca em boca, alongando a fila de novos adeptos. Contar a proteção recebida em tal circunstância fica sendo a maneira de pregar e de propagar a vida dos santos.

Quanto o processo de canonização, segundo a paróquia e a diocese de Crato-CE- cidade vizinha- está em andamento na cúpula da igreja de Roma, e Benigna poderá vir a ser a primeira beata do estado do Ceará.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A representação que Benigna tem para com os seus devotos mostra o quanto não apenas o cariri mais o Brasil, se destaca por esse catolicismo popular na qual as pessoas têm em seus santos, os protetores, e a cada pedido e oração eles têm a certeza que os mesmos irão interceder nas horas mais difíceis, havendo assim, uma troca mútua entre santos e devoto.

Neste sentido podemos perceber as várias manifestações religiosas existentes em nossa região, e suas particularidades, na qual o mesmo devoto que ora e ajoelha-se diante de seu santo pela manhã, vai a uma festa a noite, ou seja, dentro de um mesmo ritual religioso podemos perceber que não existe sagrado e profano, mas os dois se completam e

formam a religiosidade e a devoção que temos hoje em várias regiões, sobretudo no cariri cearense.

Sendo assim Benigna se destaca na cidade de Santana do Cariri não apenas por sua morte trágica mas, por aquelas pessoas ver na “santinha” um meio de aliviar seus sofrimentos, físicos e psicológicos, acreditando em melhoras nutrindo cada vez mais a fé, em sua “heroína” e “mártir da pureza”.

#### **FONTE ORAL**

##### **ENTREVISTA REALIZADA:**

Vicência Pereira da Silva, 48 anos. Agricultora. Entrevista realizada em 02/11/2016

#### **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Solange Ramos de. O culto aos santos: A religiosidade católica e seu hibridismo: Anpuh, 2010.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CIDRÃO, Raimundo Sandro. Resgatando a Memória de Santana do Cariri, 2 ed. Ed.Crato, Francly Cópias Ofset, 2010.

FÉLIX, Ypsilon Rodrigues. Benigna: Um lírio no sertão cearense. Santana do Cariri (CE): Bureau de Serviços Gráficos, 2014.

JUNIOR, Lourival Andrade, Da barraca ao túmulo: Cigana Sebinca Christo e as construções de uma devoção, Curitiba, 2008.

LEAL, victor nunes. Coronelismo enxada e voto. 7 ed.São Paulo: companhia das letras. 2012

OLIVEIRA, Sandra Célia Coelho G. da S. Serra de, Fragmentos de cultura, Goiânia, v. 21, n. 4/6, p. 249-268, abr./jun. 2011.

PINHEIRO, Irineu. Efemérides do Cariri. Fortaleza: Edições UFC; Coedição Secult/Edições URCA, 2010h

SANTOS, Martha S. Trajetos. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social - vol. 6, n. 11 (jun. 2008). - Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2008.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo, revista usp, são Paulo 2005.

## O MILAGREIRO JOSÉ LEÃO NOS VERSOS E NAS RIMAS DA LITERATURA SERIDOENSE

Virgínia Gislany Alves Ferreira<sup>32</sup>

Lourival Andrade Junior<sup>33</sup>

### INTRODUÇÃO

A partir das várias leituras e dos levantamentos obtidos sob a orientação do Professor Dr. Lourival Andrade Junior para a bolsa de iniciação científica: “Milagreiros e Milagreiras do Seridó Potiguar”, selecionamos dentre tantos milagreiros no catolicismo não oficial no Seridó, José Leão, milagreiro da cidade de Florânia.

José Leão é um exemplo dentre os tantos milagreiros que encontramos no Seridó. Lugar onde as práticas ritualísticas não oficiais são comuns e vem sendo consolidadas desde do período colonial.

O catolicismo não oficial é identificado por ritos e práticas não canônicos, ou seja, os fiéis seguem práticas que existem e resistem às margens da igreja oficial. A justificativa para essas práticas seria um fato social, acreditando que a devoção por meio dos “santos não oficiais” faz-se estar mais perto da sua realidade. Sendo a religião católica que concentra maior número de fiéis no Brasil, uma boa parte cultiva as ditas devoções “marginais”, cultuando santos que não são reconhecidos oficialmente pela igreja, que são denominados de “milagreiros”. (PERREIRA, 2005.p.37)

Para analisar estas práticas e suas relações, foi usada a literatura regional como suporte, especialmente o cordel. Acreditamos que a literatura é um elemento agregador de compreensões de lugares, sensibilidades, ideologias, etc.

O cordel por algum tempo foi vinculado a sua origem ligado aos folhetos lusitanos. Embora ambos ter codificações, estruturação e assuntos totalmente diferentes. Os folhetos produzidos em Portugal eram feitos para as camadas mais altas da sociedade, com assuntos sobre cavaleiros, a luta do bem contra o mal, etc. (ABREU, 1994)

---

<sup>32</sup> UFRN/CERES – Graduanda em História Licenciatura e bolsista de iniciação científica no plano de trabalho: “Religiosidade Popular na Literatura regional”. E-mail para contato: ferreiravirginia7@gmail.com

<sup>33</sup> UFRN/CERES – Doutor, Professor e Pesquisador – E-mail para contato: lourivalandradejr@yahoo.com.br

Ainda para Márcia Abreu, o cordel produzido no Brasil era feito para as camadas mais baixas com pouca escolaridade, tendo em vista que o cordel nordestino é fruto das histórias orais, das cantorias, etc. Os assuntos eram o cotidiano do nordestino de acordo com suas particularidades. Como a vida na roça, o ciclo do boi, os cangaceiros, coisas sagradas.

O cordel nordestino sobre as coisas sagradas é a nossa fonte de análise para entender e discutir o catolicismo não oficial na região do Seridó e sua devoção aos milagreiros. Sendo a literatura uma fonte primordial que ajuda ao historiador a estudar a sociedade a partir de seu movimento. Com ajuda dos estudos da História Cultural podemos entender a literatura como um produto de seu tempo e um reflexo das condições socioculturais do meio em que os autores se inserem (SEVCENKO, 2003).

A Literatura é, portanto, uma fonte privilegiada para o historiador, pois lhe garante acesso diferenciado ao imaginário, permitindo que ele enxergue traços que outras fontes não lhe forneceria. (PESAVENTO, 2006)

Também como fonte usamos a história oral, que pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos. (ALBERTI, 2004)

E como fonte oral temos o relato de Maria das Graças Pereira de Araújo (Dona Gracinha)<sup>34</sup>, onde a mesma conta a história que lhe foi repassada por várias gerações.

## **A HISTÓRIA DE JOSÉ LEÃO NA NARRAÇÃO ORAL E NA LITERATURA**

Essa história aconteceu no século dezenove, época onde o coronelismo predominava. Sendo época também do ciclo do couro, onde estava se formando uma elite na vila de Flores. O rapaz José Leão vindo do Pernambuco informado sobre as terras que seu pai José de Souza Leão na mesma cidade, sabendo que a terra tinha qualidade para criação de gado e cultivar algodão, afirma Dona Gracinha.

As narrações sempre mostram José Leão como alguém bem dotado de educação, simpatia e beleza, onde chegou a chamar atenção de até mulheres casadas. Como vemos no cordel de Acaci, pagina 2:

---

<sup>34</sup> Entrevista concedida à Virgínia G. Alves Ferreira em 16 de outubro de 2016, Florânia.

“José Leão era um jovem/ que sabia respeitar, / dava bom dia às pessoas, / gostava de conversar, / andava bem alinhado, / e era muito cobiçado/ pelas moças do lugar.”

Existem duas versões para essa história. A primeira seria por causa das terras de posse de José Leão que gerou uma disputa nos coronéis afamados da cidade, João Porfírio e João Toscano de Medeiros.

Os coronéis ofereceram uma proposta a José Leão para vender as terras, contudo a resposta foi não. Contudo, não satisfeito com a recusa, João Porfírio planejou com ajuda de João Toscano matar José Leão.

A outra versão seria que foi por ciúmes, segundo Dona Gracinha, a mulher de João Porfírio teria se apaixonado por José Leão, porém não há provas que a traição conjugal aconteceu de fato.

Dado ao poder político e social, João Porfírio era visto como o “dono da cidade”. Com ajuda de um capanga, armou-se uma emboscada em 20 de Janeiro de 1877, data essa que se comemoram a festa do padroeiro da cidade, São Sebastião.

“E naquele mesmo dia/ o corpo foi encontrado, / queimado numa fogueira, / tinha sido esquartejado, / sofrendo grande martírio, / como Toscano e Porfírio/ tinham tudo planejado.” (ACACI, 2010, p.5)

Essa tragédia rotulou a cidade de Florânia como a “terra do mata e queima”, devido a barbárie e a morte impiedosa.

## **A CONTRUÇÃO DA DEVOÇÃO**

Após esse acontecimento muitos eventos sobrenaturais ocorreram, segundo os narradores. As filhas gêmeas de João Porfírio morreram vítimas de um raio e o jagunço ao qual matou José Leão “morreu de sede”, conta a história que enquanto o jagunço jogava José Leão na Fogueira ele pedia água e o jagunço negava.<sup>35</sup>

“Arrependido da morte/ daquele seu inimigo, / João Porfírio todo dia/ ia no pé do jazido/ da cova de Zé Leão, / que era pra pedir perdão/ e evitar um castigo.” (ACACI, 2010, p.6)

---

<sup>35</sup> José de Oliveira Silva, F. "JOSÉ LEÃO, UM MITO SANTO E O CLAMOR DE UM POVO POR JUSTIÇA." Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviojose/flavio\\_jose\\_jose\\_leao.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviojose/flavio_jose_jose_leao.pdf)>. Acesso em: 7 jul. 2016.

A morte de José Leão na cidade de Florânia tornou-se um símbolo de devoção, o local onde ele foi morto construíram uma capela onde recebe vários devotos que fazem promessas e falam que receberam milagres. Mesmo sem reconhecimento do Clero, os devotos o tratam como “santo”.

Essas devoções são características da religiosidade não oficial, os “santos” nesse caso são entidades que interligam o divino com devoto. Por meio de votos as pessoas fazem promessas e quando a graça é alcançada deixam na capela algo que representa de alguma forma a graça obtida, seja essa uma escultura de madeira ou gesso que represente a parte do corpo, se for o caso, velas, flores, fotografias. (PERREIRA, 2005) Na capela de Zé Leão, por exemplo, há uma grande quantidade de garrafas de água.

“E hoje em dia Florânia/ encontra em José Leão/ o seu santo popular, / símbolo de paz e perdão, / que ficou na sua história, / faz parte da sua memória/ e é fator de união.” (ACACI, 2010, p.8)

#### **A CIDADE NA CONSTRUÇÃO DA DEVOÇÃO: FLORÂNIA, UMA HIERÓPOLIS<sup>36</sup>**

Assim como algumas cidades do Seridó que tiveram um povoamento mediante a construção de uma capela, com Florânia não foi diferente, o povoamento só se deu após a construção da capela de São Sebastião, que foi construída e inaugurada em 1886 pelo peregrino e dito santo Padre Ibiapina, em uma de suas peregrinações pelo sertão. A cidade tem seu patrimônio cultural é fortemente ligado ao religioso, como descreve o cordel de Domingos Toscano, “Cordel das Coisas de Florânia”:

“Florânia terra das flores/ das noites de São João/ Das festas tradicionais/ e do mártir Zé Leão/ Protegida pelas setas de São Sebastião.” (TOSCANO, P.1, S/D)

José Leão divide espaço de devoção com mais dois santos não oficiais, além da devoção oficial, que seria São Sebastião, padroeiro da cidade e Nossa Senhora das Graças. A devoção da cruz do caboclo e da Santa Menina dividem o mesmo espaço, formando assim um espaço fortemente ligado com o seu sagrado.

---

<sup>36</sup> ROSENDAHL, Zeny. Espaço e religião: uma abordagem geográfica / Zeny Rosendahl. – Rio de Janeiro : UERJ, NEPEC, 1996.



Segundo Rosendahl, a geografia da cidade interfere na visão sobre a religião, ao contrário que se pensam: “Ambas, geografia e religião, se encontram através da dimensão espacial, uma porque analisa o espaço, a outra porque, como fenômeno cultural, ocorre espacialmente.” (p.11, 1996)

Ainda para Rosendahl, a partir do espaço em que a religião está inserida podemos tirar vários pontos importantes, como no caso de Florânia, como já citado existem vários pontos sagrados na cidade, todos separados territorialmente, porém contém ligações simbólicas, onde se faz pensar que Florânia é uma Hierópolis, de acordo com termo de Rosendahl.

Hierópolis seria então uma cidade que possui uma ordem espiritual predominante.

## **CONCLUSÃO**

Em Janeiro de 2011 o Padre Carlos com ajuda dos devotos de Zé Leão conseguiu trazer a família Leão depois de 135 anos após a morte. Esse encontro foi marcado por grande comoção, segundo descreve, Domingos Toscano no cordel “O caso José Leão, 135 anos depois”:

“Numa manhã de domingo/ formou-se uma romaria/ cantando e rezando credos/ a multidão seguia/ em busca de uma capela/ a fé esse povo união. / Ao chegar lá na capela/ num momento de oração/ A família do beato/ causou grande comoção/ quando recebeu do povo/ a relíquia de um carvão. / Teve gente que sentiu/ Uma grande emoção/ Pois bem na hora da missa/ a chuva molhou o chão/ como que quisesse apagar/ o fofo do tal carvão.” P.2,3

Concluimos que a religiosidade não oficial assim como as narrativas compostas nos cordéis analisados são uma forma simples e clara para o estudo das vivências do povo do Seridó, nesse caso, entender o sagrado que está totalmente ligado ao cotidiano do seridoense.

José Leão tornou-se um milagreiro após os acontecimentos místicos, a partir de narrativas que espetacularizam os fatos ocorridos dos envolvidos com a morte e seus familiares.

Entendemos então que a relação do povo com o sagrado vai muito além da oficialidade da Igreja Católica, onde pessoas buscam milagreiros como forma estabelecer novas experiências religiosas.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- ACACI, José. **História de José Leão**. [Folheto de Cordel] / José Acaci. 2010.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas. 2004
- ANDRADE JUNIOR, Lourival. **Crimes, lugares e devoções: o campo religioso não oficial no Seridó Potiguar**. Anais dos Simpósios da ABHR, v. 13, 2012.
- Calavia Sáez, Oscar – **Fantasmas Falados: mitos e mortos no campo religioso brasileiro**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- FERREIRA, Virginia G. Alves; ANDRADE JÚNIOR, Lourival. **Milagre e Cordel: A saga de José Leão**. 2016. In: VII Encontro Estadual de História - ANPUH-RN, 2016, Natal/RN.
- José de Oliveira Silva, F. **"JOSÉ LEÃO, UM MITO SANTO E O CLAMOR DE UM POVO POR JUSTIÇA."** Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviojose/flavio\\_jose\\_jose\\_leao.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviojose/flavio_jose_jose_leao.pdf)>. Acesso em: 7 jul. 2016.
- OLIVEIRA, Mary Campelo. **Zé Leão um milagreiro: memória e compromisso de fidelidade com o sagrado através dos ex-votos na cidade de Florânia/RN**. In: V ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2012, Caicó. Conhecimento histórico e diálogo social, 2012.
- OLIVEIRA, Mary Campelo.; ANDRADE JÚNIOR, Lourival. **José Leão: Um crime que marcou uma cidade**. In: XXIII Congresso de Iniciação Científica, 2012, Natal/RN. XXIII Congresso de Iniciação Científica, 2012
- PEREIRA, José Carlos. **Devoções Marginais: Interfaces do imaginário religioso**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. \_\_\_\_\_. **História & literatura: uma velha-nova história**, Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Debates, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>
- ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. – Rio de Janeiro : UERJ, NEPEC, 1996.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003
- TOSCANO, Domingos. **O caso José Leão**. [Folheto de Cordel] / Domingos Toscano. 2012  
\_\_\_\_\_, Domingos. **Cordel das coisas de Florânia**. [Folheto de Cordel] / Domingos Toscano. 2012

ARAÚJO, Maria das Graças Pereira. **Entrevista I.** [16. OUT. 2010]. Entrevistador: Virgínia Gislany Alves Ferreira. Florânia, 2016.

Prefeitura de Florânia. **"HISTÓRIA."** Disponível em: <  
<http://www.florania.rn.gov.br/historia/>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

## MEDO DO ALÉM: MORTE E ASSOMBRAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA SANTIDADE DE MARIA DE BIL

Wesley da Silva Lima<sup>37</sup>

Maria Arleilma Ferreira de Sousa<sup>38</sup>

A constituição do campo religioso cearense é formado por diversos tipos de crenças. Nesse sentido, alguns ícones de santidade, são arquitetados através das manifestações populares na qual alavanca um amplo universo religioso. Para a divulgação de tais ritos, os recursos midiáticos ocupam um espaço privilegiado. Iremos abordar nesse ensaio a devoção a uma santa popular cultuada na cidade de Várzea Alegre- CE problematizando a apropriação do poder público a partir de 2009 e destacando os contos de assombração em torno do espaço sacralizado pelos fiéis.

A partir do ano de 2009 após a iniciativa da prefeitura municipal de Várzea Alegre – CE em propagar a divulgação da imagem de Maria de Bil é que se inicia uma produção jornalística frequente em torno de sua história. Os jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* da capital cearense são os instrumentos de reprodução da imagem da Mártir. Algumas narrativas foram publicizadas como a do compositor e poeta local, Expedido Pinheiro, que revela a aparência e a origem do nome da santa:

Maria de Clementino, por que o pai dela era um alagoano, chegou aqui em várzea alegre, pelas meados;[silêncio] meados de 1922 ou 23, Maria de Bil era uma morena, baixa, cabelos lisos; foi em 26 no ano de 26, eles morando aqui na comunidade do sitio gravier, Várzea Alegre, no pé da serra da charneca ( antigamente Serra do Inharé).<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup>Graduando em História na Universidade Regional do Cariri – URCA, membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em História, Tradição Oral e Artes – NHISTAL.  
Email: w-leylima@hotmail.com

<sup>38</sup>Mestre em História na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Professora do departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA; Membro do Núcleo de Pesquisa em História Social e Ambiente – NHESA; Membro de Pesquisa e Extensão em História, Tradição Oral e Artes - NHISTAL. E-mail: arleilmasousa@hotmail.com

<sup>39</sup>Narrativa de Expedito Pinheiro Motta. 51 anos. Poeta repentista. Entrevista realizada por Bezerra em janeiro de 2014.

(PORTELLI, 2013) nos chama atenção que, “para colocar um evento no tempo é necessário que o “tempo contínuo” se transforme num “tempo discreto” (Idem, p. 144)” onde o funcionamento da memória é marcado por um acontecimento chave.

O marco da produção jornalística sobre Maria de Bil é o ano de 2011. Até então não encontramos nenhuma reportagem vinculada a morte da mesma. Várzea Alegre é o palco, o espaço geográfico que decorreu a trama. Situada no cariri cearense, há poucos quilômetros das cidades de Crato e Juazeiro do Norte, grandes centros de comercialização da região, e de grande atrativo religioso. Várzea Alegre passou a ter sua santa, formada pelo o povo, atraindo fieis todos anos para suas romarias.

Nesta cidade, localizada na região Centro-Sul, uma expressão de religiosidade popular e de fé atraindo a cada ano, no período da Quaresma, uma multidão de católicos que percorre estrada de terra numa extensão de três quilômetros até a Serra do Gravié, onde está a capela erguida em homenagem a Maria de Bil.[...]“Cumprir também o propósito de dar à comunidade católica mais uma grande referência de fé e de esperança”. A expectativa é de que a estátua do Cristo Ressuscitado também ampliará a visita à Capela de Maria de Bil, difundindo ainda mais a história em torno da mártir[...] O padre José Mota Mendes, pároco da Matriz de São Raimundo Nonato, ministrou a bênção da estátua e declarou que o monumento representa o símbolo maior do cristianismo e fortalece a fé do povo do município e dos peregrinos visitantes. (Jornal *Diário do Nordeste*, 05 Abril 2014, 00h00)

A história de Maria de Bil é contada e documentada<sup>40</sup> através da tradição oral, as narrativas apontam que chegou por volta de 1919 à cidade de Várzea Alegre no interior do Ceará, vindo de Alagoas, juntamente com sua família, composta de seus pais e dois irmãos: Severino e Madalena. Existem duas versões para a vinda de Maria a cidade de Várzea Alegre, a primeira relata que o pai de Maria seria devoto de Padre Cicero Romão Batista, acreditam-se que tenha vindo morar na cidade seguindo orientação do próprio vigário. A outra versão afirma que sua vinda se deu para trabalhar na construção do açude de Várzea Alegre o atual açude Deputado Luiz Otacílio Correia (olho D’Água) que cujas obras foram iniciadas no mesmo ano, mesmo com a paralisação das obras no açude, a família de Maria resolveu ficar e permaneceu no local vivendo a partir da agricultura.

---

<sup>40</sup>As informações que serão expostas foram coletadas em vários documentos da Secretária de Cultura de Várzea Alegre- Ce. A instituição recontou a história de Maria de Bil através de depoimentos das pessoas que viveram na época do episódio.

Maria a partir de então ao permanecer na cidade casou-se com Bil um rapaz da região de Iguatu, em 23 de janeiro de 1922, na Igreja de São Raimundo Nonato, casou-se juntamente com mais 24 casais que realizaram matrimônios no mesmo dia, o qual o registro digitalizado sobre a existência desse casamento está na Cúria Diocesana da cidade do Crato, o que dificultou nossa pesquisa foi o fato de no mesmo dia terem casado várias “Marias”, entretanto nos foi possível à identificação de seus nomes, tratava-se Severino Domingos da Silva (Bil) e Maria Antônia da Conceição (Maria de Bil). Ele com 20 e ela com 17 anos. Pouco depois do casamento Maria tivera dois filhos: Nercília e José, durante a terceira gravidez, Maria descobriu que seu esposo estaria mantendo um caso extraconjugal com sua irmã Madalena, que apresentava problemas de visão. Após a descoberta da traição, Bil planejava ir para outra região com sua esposa, mais ela se recusou separando-se do marido e voltando a morar com os pais. Com o desprezo da mulher, Bil passou a planejar a morte de sua companheira, sabendo do horário que esta levava a comida para os trabalhadores da roça de seu pai, o mesmo o armou uma emboscada para surpreende-la.

E dessa forma, no dia 11 de março de 1926 por volta de dez horas da manhã, quando Maria se dirigia a roça de seu pai para levar a comida dos trabalhadores juntamente com duas amigas, apareceu então no meio do caminho, Bil armado de uma faca. As amigas de Maria fugiram assustadas, deixando marido e mulher sozinhos, o mesmo passou a esfaquear a esposa, atingindo com vários golpes, golpes esses que foram fatais, decepando a vítima, ao encontrarem seu corpo foi constatado que estava sem algumas partes da panturrilha.

Bil não só esfaqueou Maria três vezes. Foi mais cruel e macabro. Quando encontrada, Maria estava sem as panturrilhas, arrancadas a faca e dente. O corpo também teria sido deixado emborcado, sem roupa, e com uma moeda de mil réis na boca, segundo os relatos da época. (Jornal O Povo, 30 Abril 2011, 01h30)

A construção religiosa, e sacralizada do corpo não ficou reduzida apenas para os detentores de cargos eclesiásticos, onde caberia a palavra apenas da Igreja na interpretação dos fatos. A sociedade também julga e elege as suas figuras divinas. Sendo em diversas situações misturas de elementos metamórficos onde o sujeito passaria a outra estágio de criatura.

Na Contra-Reforma não só não é unânime o olhar que a Igreja lança sobre o corpo, como a instituição deve contar com uma outra consciência do corpo, que é também uma outra concepção da vida e uma outra cosmovisão: a do mundo rural, qual é mágica. (GÉLIS, 2008, p.21).

Porque para muitos, “era importante morrer em terra firme, não para ser enterrado em qualquer lugar, mas em local sagrado” (REIS, 1991, p. 171). A transformação de Maria de Bil em ícone sagrado pode ser pensado a partir dos conceitos de (GIRARD, 1990) quando diz, violência e o sagrado são inseparável.

O jornal “*O Povo*” escreveu uma matéria em 30/04/2011 com o título “*A santa e o lobisomem*”<sup>41</sup>, reforçando o lado sobrenatural desse assassinato. Destacando algumas características ligada a figura de Maria de Bil; “*cabelos pretos longos, morena, baixa, moça simples*”. Com a sua morte trágica, os devotos e as narrativas que se constroem sobre esse caso, transformara Maria de Bil em um mártir:

No 11 de março de 1926, Maria ia, de bucho, subindo o serrote com duas amigas. Na noite anterior, conta a lenda varzealegrense que Bil ficara de espreita no Inharé. Ouviu que a mulher sairia, como sempre, para levar o almoço do pai e de outros da roça. Os pratos iam enrolados no pano para a comida demorar a esfriar. Nas dez do relógio, na estradinha, o endiabrado apareceu de faca e deu o bote. (Jornal *O Povo*, 30 Abril 2011)

Há diferentes e divergentes versões sobre a motivação do delito, porém a versão oficializada pelos jornais apontam para um crime passional. O jornal “*Diário do Nordeste*” interpreta como um feminicídio, após Maria ter descoberto um caso extraconjugal de Bil com sua irmã:

O crime foi motivado passionalmente pelo envolvimento de Bil com a sua cunhada, Madalena, que estaria grávida dele. Ao descobrir a traição, Maria deixou Bil e passou a morar com os seus pais. O marido insistia em reatar o casamento, mas a mulher não aprovava a ideia, sob os conselhos do seu pai. A recusa de Maria deixou Bil enfurecido que passou a planejar a sua morte. Maria estava grávida do terceiro filho, quando foi morta cruelmente por Bil, às 10h do dia 11 de março de 1926, quando seguia para o roçado ao lado de outras companheiras, onde deixaria o almoço para o seu pai e trabalhadores. Bil fugiu da cena do crime e nunca mais foi visto. (Jornal *Diário do Nordeste*, 31 mar 2012)

---

<sup>41</sup>Disponível: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cadernosoespeciais/santificadosi/2011/04/30/noticiasjornalsantificados1,2166802/a-santa-e-o-lobisomem.shtml>



De acordo com os relatos logo após o crime o assassino fugiu e nunca foi encontrado. Esse fato gerou diversas interpretações sobre o caso, as narrativas mais frequentes afirmam que ele *“virava lobisomem” e teria que comer sete homens, o que causou medo aos trabalhadores que temiam ser “um dos sete”*. Outro relato conta que, *ele passou a virar bicho e assustar as pessoas com seu choro no meio do mato*.

O imaginário social formulou uma visão sobrenatural sobre o fato. Essa metamorfose em transformar Bil em um lobisomem, é a junção do crime cruel com o espaço geográfico do terreno onde foi encontrado o corpo de Maria. Uma das panturrilhas da vítima se encontrava com características de ter sido arrancada através de mordidas o que leva o meio social acreditar que seria uma forma de ritual maligno. O ambiente contribuiu para perpetuar essa versão, sendo que contém uma grande vegetação e sem habitantes nas proximidades do crime. Reunindo assim, diversos elementos para a construção de uma figura mística que assustava as pessoas. Essa crença de Bil se transformar em lobisomem reflete também nas produções musicais da cidade de Várzea Alegre. O compositor e poeta Expedito Pinheiro, retrata essa figura animalésca em seus versos:

O povo vai a pé pra capela/ Porque a vê como santa/ Construiu até altar/  
Pra pedir e rezar por ela./ E lembra sempre do tal homem/ que é bicho  
lobisomem. [...]A história de Bil que matou Maria. Fala-se de um tal  
acordo/ Entre Bil e o coisa ruim./ Para não ser preso e achado/ Uivaria até  
o fim./ Ao atacar sete homens/ Todos teriam muito medo/ Do cabra Bil  
lobisomem. (Jornal *O Povo*, 30 Abril 2011, 01h30)

Os elementos aqui apresentados é reflexo de um pensamento derivado dos séculos XIV e XVII, segundo (DELAMEAU, 2009) esse período consiste na construção da crença mórbida de feitiçaria e satanismo, tendo a noite um papel fundamental nessa constituição do sobrenatural. Assim sendo, a população passara a acreditar em metamorfoses. (SOUZA, 2009) destaca a perpetuação dessa crença no Brasil, sobretudo no meio rural onde as pessoas acreditam em poderes sobrenaturais de homens que se transforma em animais:

Acreditava-se então – como ainda o fazem muitos dos habitantes do Brasil rural de hoje – que determinadas pessoas tinham a virtude de se transformar em animais. Tal crença remontava à tradição europeia, perdida nos tempos – o tempo em que os animais falavam, em que Belas despojam Feras –, e às tradições indígenas e africanas, onde jabutis, cágados, macacos, bois agiam como se fossem homens. (Idem, p. 2009).

Ao abordar contos que falam sobre lobisomem (FREIRE 1987) apresenta algumas características notáveis que podem ser postas em análise comparativa a história de Bil, o autor desta que, a figura de lobisomem era um homem que se tornara bicho e passaria a correr nas matas e lugares desertos, característica que se construiu também a respeito de Bil, sendo que essa criatura assustadora atacaria principalmente mulheres. Destacamos nesse ponto uma construção mística nas narrativas sobre Bil ao apresentarem como um lobisomem:

O lobisomem que lhe atacara o corpo virgem de afilhada de Nossa Senhora fora o tal doutor de cartola e croisé. Cartola, croisé, pincenez e rubi no dedo magro. O lobisomem era ele: pecador terrível que, para cumprir seu fado, tomava toda noite de sexta-feira aquela forma hedionda e saía a correr pelos matos, pelos caminhos desertos, pelos ermos, estraçalhando quem encontrasse sozinho. Principalmente mulher e menino. Mulher virgem. (Idem, p. 57)

Em outro conto, (FREIRE, 1987) reforça essa versão de vítimas femininas, sendo um “lobisomem, que chupa sangue: sangue de moça e sangue de menino. Sangue de moça bonita e sangue de meninozinho cor-de-rosa. Seria, neste caso, uma sobrevivência do súcubo ou incubo da Idade Média.” (Idem e ibidem, p.118).

Para (BEZERRA, 2011) essas representações de figuras assombrosas, são tipos diferentes de linguagens que acabam sendo repassados em vias impressas, muitas vezes em cordéis, produzindo um sentindo dentro de uma rede de significados. Nesse caso o lobisomem estaria diretamente ligado aos pecados não purgados:

“[...] apresentando similitude com relatos localizados em 1400, que retratam, assim, como os lobisomens, almas errantes e violentas em decorrência de pecados não-expiados, conhecidas como os Espíritos do Yorkshire, espíritos que apareciam sob forma de animais”. (Idem, p.64)

Nesse sentindo, as aparições de figuras como o lobisomem, fazem parte de um universo religioso o qual se configura as transformações como punições por ter violado leis católicas, esses seres seriam espíritos atormentados que passam por metamorfoses:

Globalmente, as razões e os objetivos das aparições estão de acordo com os esquemas habituais e com a ideologia eclesiástica. Os espíritos manifestam-se por causa de pecados não expiados: assassinatos (entre os quais o de uma mulher grávida), roubos (segundo os casos, de colheres, de

seis moedas ou de feno para engordar fraudulentamente um boi), perjúrio, subtração de herança, concubinato de um padre, ou ainda morte sem batismo de um recém nascido (o que lembra o caso do meio-irmão adúltero de Guilbert de Nogent). Vários foram excomungados em vida e morreram sem ter sido reconciliados com a Igreja. São almas penadas que os vivos “conjuram” ritualmente a dizer-lhes seu “nome”, a “causa” (de sua aparição) e o “remédio” (de que precisam) (nomem, causam, remedium). Esse “remédio” é comumente a “absolvição” de um padre. Os clérigos também intervêm, portanto, mas essencialmente a título de destinatários da aparição, aptos a dizer missas pela salvação do morto (...) Nesses relatos, nunca se trata de “almas do purgatório”, mas de “espíritos” muitos corporais que saem de suas sepulturas, espalham-se fora do cemitério, aterrorizam os aldeões que os reconhecem sem dificuldade e os atacam com igual violência. Esses “espíritos” (spiritus) apresentam-se comumente sob a forma humana, mas alguns estão sujeitos a surpreendentes metamorfoses: um deles, “ex-mercenário” de Rielvaux, aparece a um homem sob a forma de um cavalo que se empina, de um monte de feno provido de uma luz no meio e, enfim, “na figura de um homem” que propõe ao vivo carregar seu saco de favas (leguminosas tradicionalmente ligadas à morte), mas não além de uma torrente, espécie de fronteira simbólica que ele se recusa a atravessar. Um outro morto, que fora excomungado, aparece ao alfaiate Snowball sob a aparência de um corvo adejando como se fosse morrer e lançando centelhas pelo lado. Chocando-se com violência contra o homem, fere-o cruelmente e o faz cair do cavalo. O mesmo espírito reaparece em seguida sob a forma de um cão com uma corrente no pescoço, mas capaz de falar como um homem para rogar a Snowball que peça por ele sufrágios a um padre. (SCHIMTT, Apud BEZERRA, p. 64-65. 2011)

A produção ou reprodução dessas histórias povoam o imaginário social. As narrativas que afirmam ser o assassino de Maria de Bil um lobisomem nos revela um imaginário que ainda ecoa através das crenças medievais europeias, como também uma continuidade do pensamento colonial, entre o real e o sobrenatural. O entrelaçamento desses dois campos é o resultado da formação social brasileira. Segundo (SOUZA, 2009) no período colonial o imaginário e o cotidiano muitas vezes se enlaçavam:

Muitas vezes, o cotidiano e o imaginário se confundiam, diluindo as fronteiras que os apartavam. Mas, mesmo quando é nítida a separação entre um e outro, os assim chamados delírios e fantasias são imprescindíveis à compreensão do que foi a formação social do Brasil colônia. (Idem, p. 245.)

Além do caráter místico, a ligação produzida entre o relacionamento conjugal de Maria com Bil transformou Maria em uma nova figura perante o meio social, a moça simples

que teria vindo de Alagoas, passaria a ser chamada “Maria de Bil” após seu matrimônio, carregando consigo o nome de seu algoz.

Obra do destino e fé, Maria terá sempre seu nome grafado do lado de quem a matou. Maria de Bil, a vítima e o algoz. Foi a covardia de macho de Bil que a fez reverenciada. Quando esfaqueou o corpo dela três vezes, no alto do serrote da Charneca, em Várzea Alegre, 85 anos atrás, lançou-a para a santificação. Acreditava defender a honra, criou o mito. (Jornal *O Povo*, 30 Abril 2011, 01h30)

A produção de uma narrativa que afirma a existência de fenômenos sobrenaturais nas proximidades da capela em homenagem a Maria de Bil serviu de caráter educativo, para proteção do espaço sagrado por afastar possíveis vândalos. Assim sendo, o medo passou a ser um instrumento de proteção. Passando assim, a aterrorizar a população e a quem frequentava a região no qual aconteceu o crime.

A produção jornalística do caso de santidade de Maria de Bil nos revela as versões oficiais que construíram sobre o caso. Girando em torno de um eixo entre um assassinato cruel e um conto de assombração sobre um lobisomem. Assim, observamos com frequência a relação da figura de Bil relacionada como um ser místico. Ao mesmo tempo em que é construída a imagem de Maria de Bil como mártir. Entretanto, a santidade de Maria de Bil não é institucionalizada pela Igreja Católica, mas, pelos fiéis que acreditam em seus poderes auferindo-lhes milagres.

A formação do catolicismo brasileiro parte de um caráter obrigatório desde o período colonial. “Era praticamente impossível viver integrado no Brasil sem seguir ou pelo menos respeitar a religião católica.” (HOORNAERT, 1991, p. 13). As divergências entre o catolicismo patriarcal e popular, permaneceu durante muito tempo no Brasil, “diversos autores e estudiosos simplesmente não aceitaram a existência de ambiguidade ou complexidade no catolicismo brasileiro. O catolicismo é um só, em toda parte.” (Idem, p. 99). No entanto foi assumido por pessoas da própria instituição eclesiástica a partir de Dom Leme em 1916, a existência um novo formato religioso:

[...] Aceita-se a existência de um catolicismo popular distinto do catolicismo oficial ou estabelecido mas nega-se-lhe toda a originalidade. O catolicismo popular não é senão a dominação interiorizada, ela provoca na alma do pobre a adesão passiva e submissa ao sistema. Daí os temas bem

conhecidos da religião popular: conformidade, paciência, fatalismo. (Idem e ibidem, p. 103).

Esse catolicismo popular denominado para caracterizar as manifestações religiosas de índios e africanos presentes no Brasil colonial teve um significado amplamente esperado. Lembrando que, índios e africanos nesse período não era considerado como “povo”, esse termo só era permitido para os portugueses que morava no Brasil, tão pouco se falou sobre “cultura popular”. Porém, o significado do termo “popular” dentro do catolicismo designava o que estaria fora da esfera patriarcal. Porém esse termo designou como uma projeção histórica para situar melhor compreensão no campo trabalhado aqui, que se refere ao culto a santidade de Maria de Bil, onde não foi oficializado pela Igreja Católica.

O catolicismo brasileiro reproduziu uma boa parte da sua ideologia proposta para Europa, as passagens da Inquisição e sua atuação no território brasileiro devem ser lembradas. A religião oficial do país também serviu de instrumento de opressão para os habitantes do território nacional brasileiro. Entretanto, o catolicismo a partir da segunda metade do século XVIII passou por grandes mudanças, as críticas iluministas lançadas sobre a religião mudaria as atitudes e pensamentos que dava sustentação a tais ações, o concílio de Trento foi um dos impulsos para a mudança, como consequência de um expansionismo protestante. Já no século XIX as mudanças se dão conta frente ao um novo modelo de sociedade que se formava.

De acordo com (SOUSA 2014) o precedente de transformação da Igreja Católica se iniciou ao longo do século XIX durante as reuniões conciliares, onde alguns membros do clero passaram a implantar um discurso voltado para as demandas da época. Sendo no Concílio Vaticano II que, as mudanças passariam a ser afetadas em toda esfera da religião Católica:

O Concílio Vaticano I (1869-1870) iniciou um processo de mudança de mentalidade dentro da Igreja Católica Romana A instituição começou a dialogar com a Modernidade e a ser influenciada por seus discursos. O precedente de modernização da Igreja Católica foi vivenciado de forma mais incisiva na segunda metade do Século XX a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) esse foi responsável pela adequação do catolicismo com o seu tempo. O chamado Vaticano II possibilitou uma aproximação da Igreja com os fiéis. (Idem, p. 82)

A aproximação da Igreja com os fiéis foi a principal característica do Vaticano II, no entanto se manteve a prática de um catolicismo feito pelo o povo e para o povo. Sendo as categorias de santificação dividida em dois tipos: oficiais e não oficiais. A condição de ser santo é uma distinção feita pela Igreja através da canonização. Apenas aqueles eleitos pela a instituição religiosa são chamados de santos. O que oficializa a veneração e autoriza de formas legais o culto. Porém, desde os tempos remotos do catolicismo no Brasil, a Igreja Católica elabora um conjunto de preceitos para a normatização do culto religioso, no entanto, algumas práticas não reconhecidas pela Instituição religiosa continuaram existindo e perdura até os dias atuais.

O culto aos “santos sem altares” é uma prática que cresce constantemente. Esses santos populares não são oficialmente reconhecidos pela Igreja Católica Romana. Porém, mudanças no meio institucional, depois do pontificado de João XXIII, principalmente no pós-concílio Vaticano II e a aprovação da declaração sobre a liberdade religiosa, transformou de certa forma a veneração de figuras santificadas pelo povo. Atualmente, essa prática de culto, por mais que não seja institucionalizada pela Igreja Católica não é proibida. No cariri cearense, além de Maria de Bil, destacamos outros ícones de devoção popular como Beninga, Rufina e mártir Francisca.

As narrativas orais contribuem diretamente para compreensão dos fatos que envolvem as construções deste tipo de santidade. O meio rural no qual é o cenário que ocorreu o crime de Maria de Bil, e onde está localizada sua capela para peregrinação, há até a atualidade a perpetuação das tradições orais. (SANTOS 2009) destaca a importância da tradição oral para transmissão de conhecimentos no meio rural:

Na sociedade rural na qual a escrita não era o meio mais utilizado para transmissão dos saberes, a oralidade era tecida cotidianamente assumindo funções sociais complexas, afirmando conhecimentos populares e elaborando novas simbologias em um processo dinâmico e flexível de vivência e construção de visão de mundo. Nessa dimensão, as narrativas são elucidativas da realidade interpretada pelos narradores, em seus processos vividos entre o real do cotidiano e o imaginado estabelecido coletivamente. Portanto, estes elaboraram enredos sobre espacialidades e temporalidades que para si são significativa, a partir do seu ponto de vista compartilhado entre diversos ouvintes. (Idem. p. 208).

As tradições orais se configuram como estrutura para perpetuação de memórias coletivas, segundo (SANTOS 2009) essas tradições servem de pilares que acaba transcendendo sobre a linha temporal das gerações:

Condizendo com o escrito de Maurice Halbwachs, há espaços que são tidos como referências simbólicas de acontecimentos que, por marcarem um momento da vida social de uma comunidade ou mesmo as relações sociais, são revestidos de significados, fazendo rememorar o ocorrido. Nesse contexto, no mesmo momento em que são rememorados, são também (re)significados. Isso ocorre, principalmente, nas tradições orais. Lembremos que este é um dos seus pilares, pois contribui para sua permanência enquanto uma referência material, transcendendo o passar dos tempos e das gerações. (Idem e ibidem, p. 57-58.)

Nesse sentido, é necessário destacar as narrativas que envolveram a construção da santidade, as posições de fala dos devotos, para compreensão significativa do que (PORTELLI, 2013) destaca como “[...] à construção de um relato, passa-se depois à esfera do imaginário. A personalização transforma-se aí através da invenção ou da amplificação da relação pessoal do narrador com a vítima.” (Idem, p. 151).

Os relatos passa a ser um instrumento mediante a pesquisa. Os esquecimento e criações através de um imaginário pessoal são de certa forma, armadilhas dentro desse universo de discursos. Os posicionamentos de cada indivíduo contribuem para entendimento do culto. (GODY, 2012) afirma que nesse contexto existe o esquecimento, a invenção e a criação:

A imaginação ou a “fantasia” não é prerrogativa de uma cultura ou de cultura. E existe o esquecimento bem como a criação; aliás, nas culturas orais eles são duas faces da mesma moeda. O esquecimento exige a invenção e a criação; a criação provavelmente exige algum esquecimento. (Idem, p, 64).

Assim, os discursos produzidos a respeito de Maria de Bil, são formas de analisar a história. Problematizando esse caso, a partir das narrativas das pessoas devotas, percebemos que os testemunhos convergem e às vezes diverge das produções jornalísticas. A narrativa de Joanivalda, apresenta um caráter contratual, uma troca. Sendo sua crença a Maria de Bil o resultado de uma graça alcançada:

As pessoas fazem promessa com ela e são alcançadas. Eu acredito que se você faz uma promessa, a fé é quem vai curar é quem vai fazer, e eu



acredito que ela possa fazer milagres sim. Já fiz um voto pra mim tirar a habilitação que foi muito difícil e foi alcançado.<sup>42</sup>

As narrativas constroem representações sobre a imagem de Maria de Bil no meio institucional. (CHARTIER, 1991) afirma que é “a relação de representação – entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente” (Idem, p. 184) é a descrição exata entre o indivíduo e a imagem santificada. Assim, a criação de uma identidade se constituiu entre a imagem cultuada e o devoto:

As identidades se constituem, ainda, como resultado de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detém o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma (Idem, p. 193).

Além dessas práticas, “As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam.” (Idem e ibidem, p. 17). Nas produções jornalistas como nas narrativas, os elementos formais da discussão revelam diversas semelhanças com figuras cultuadas e histórias contadas em diversos lugares ao redor do mundo. As versões produzidas em torno da figura de Bil contrastam em linhas gerais com diversos contos sobre lobisomens que assombraram vilarejos e cidades rurais, e que são reproduzidas desde os mais velhos, até as novas gerações. Mas, que contadas dentro de uma trama religiosa reforça a dualidade presente na religião. Sendo Bil o lado obscuro, diabólico e maléfico, e Maria, a mulher indefesa, traída e sem maldades que é morta e se torna santa.

#### **FONTES**

##### **JORNAIS**

- *Diário do Nordeste*
- *O Povo*

##### **FONTES ORAIS**

- Joanisvalda Carvalho de Oliveira Lima. (Realizado por Francisco Ricardo Lucas Bezerra)
- Expedito Pinheiro Motta. (Realizado por Francisco Ricardo Lucas Bezerra)

---

<sup>42</sup>Joanisvalda Carvalho de Oliveira Lima, pensionista, 45 anos, entrevistada por Bezerra (2015), no dia 24 de fevereiro de 2016.

## DOCUMENTAÇÃO

- *Dossiê sobre Maria de Bil coletado pelo a secretaria de cultura e turismo da cidade de Várzea Alegre. Fonte do dossiê: Primeira Edição- Fevereiro de 2005, pela equipe da Secretaria de Cultura e Turismo de Várzea Alegre.*

## REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Francisco Ricardo Lucas. **A santificação popular nas narrativas dos fiéis (o caso maria de bil)**. URCA, 2016. (Artigo de Graduação)
- BEZERRA, Sandra Nancy R. F. **Oralidade, Memória e Tradição**: Nas narrativas de Assombrações na Região do Cariri. Fortaleza: UFC, 2011. (Dissertação de Mestrado em História)
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel. 1990.
- \_\_\_\_\_. **“O mundo como representação”**. Tradução: Andréa Daher e Zenir Campos Reis. Estudos Avançados, São Paulo, vol. 5, n 11. 1991.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FREYRE, Gilberto. **Assombrações do Recife velho**. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- GÉLIS, Jacques. **O corpo, a Igreja e o sagrado**. In: VIGARELLO, Georges (Dir.) *Da Renascença às Luzes*. História do Corpo, v.1. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010. p.19-130
- GIRARD, René. **A Violência e o Sagrado**. São Paulo: Paz e Terra, UNESP, 1990.
- GOODY, Jack. **O Mito, o Ritual e o Oral**. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.
- HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.
- PORTELLI, Alessandro. **A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios**. Ética, memória e acontecimento na história oral. Lisboa: Edições Unipop, 2013.
- REIS, João José. **A Morte é uma Festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SOUZA, Laura de Melo. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SOUSA, Maria Arleilma Ferreira de. **Noticiando o Sagrado**: O Jornal A Ação e a Crise dos Padres na Diocese do Crato-CE 1960-1980. Dissertação de mestrado em História. Campina Grande: UFCG, 2014.

**Anais Eletrônicos do VI Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades - Sertões: histórias e memórias**  
**UFRN - CERES - Campus de Caicó, RN, 07 a 11 nov 2016**  
*Simpósio Temático História Cultural e o Sagrado*  
**ISBN 978-85-92861-70-4**

SANTOS, Cícero Joaquim dos. **No entremeio dos mundos: tessituras da morte da Rufina na tradição oral.** Fortaleza: UECE, 2009. (Dissertação de Mestrado em História e Culturas).

## **“FEITICEIRA” BALBINA MARIA: FEITIÇARIA EM 1920 E SEUS REQUÍCIOS NA SOCIEDADE DE CAICÓ-RN.**

Natiele Fernanda de Souza Barbosa<sup>43</sup>

Lourival Andrade Júnior<sup>44</sup>

“[...] a septuagenária Balbina Maria da Conceição era feiticeira” (COMARCA DE CAICÓ, 1920, f. 27, 1920), essa afirmação é um trecho do documento aqui trabalhado, na tipologia de processo crime. Documento esse que Eni de Mesquita Samara e Ismênia S. Silveira T. Tupy (2010) descrevem como um procedimento para combater e penalizar os culpados de atos ditos desviantes, com base nos códigos canônicos e civil, apresentando uma longa lista de infrações passíveis de serem qualificadas. O caso de Balbina Maria é de um espancamento causado por dois homens, Janúncio Bezerra Lins e Vicente Bezerra Lins, a Balbina Maria da Conceição, aproximadamente de setenta e cinco anos (75). Essas duas historiadoras comentam mais sobre a valorização dessa fonte, de ordem qualitativa para o estudo do cotidiano, porque segundo elas abrangem todas as camadas sociais.

Esse material, no caso o processo crime, envolve leitura e análise em um aspecto subjetivo, elas pontuam que: “o que é passível de ser tomado como ofensa e o que é aceitável socialmente em um contexto histórico determinado.” (SAMARA; TUPY, 2010, p. 103). Pode ser assim analisado de acordo com os discursos e falas dos envolvidos no processo, que irá basear-se nas realidades, concepções de cada um, pela narrativa dos réus e das testemunhas. Cada um tem seu conceito de ofensa e o que sociavelmente é aceitável em determinado contexto histórico, sendo um fato importante nesse entendimento.

O processo crime, mais uma vez segundo o pensamento de Samara e Tupy (2010), possibilita a análise em sequência temporal, permitindo acompanhar as transformações ocorridas na mentalidade coletiva e no próprio direito penal. Sendo uma das ideias principais nessa nossa busca. Completando ainda mais essa concepção sobre os processos crimes como fontes, Carlos Bacellar fala que:

---

<sup>43</sup> Discente do Curso de Licenciatura em História – Departamento de História (DHC), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Contato para e-mail: [natiele-fernanda@hotmail.com](mailto:natiele-fernanda@hotmail.com).

<sup>44</sup> Orientador do projeto Saravá-Axé: estudo das manifestações religiosas de matriz africana no Seridó Potiguar e deste presente artigo.

Os processos crimes e cíveis são fontes igualmente abundantes e dão voz a todos os segmentos sociais, do escravo ao senhor. São fontes preciosas para o entendimento [...] A convocação de testemunhas, sobretudo nos casos dos crimes de morte, de agressões físicas e de devassas, permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações do passado. (BACELLAR, 2011, p. 37).

Assim partimos com base no documento – processo crime – um entendimento sobre a feitiçaria que de acordo com Russell, acontece em quase todas as sociedades do mundo, sendo o mais antigo e profundo elemento no conceito histórico da magia europeia, que se formou a partir da religião pagã, folclore, heresia cristã e teologia. A feitiçaria teria, segundo esse historiador, “ligações ocultas entre todos os fenômenos naturais” (RUSSELL, 1993, p. 03). Ele completa dizendo que as raízes da bruxaria histórica europeia residem, em alguns aspectos no pensamento greco-romano e hebraico, em outros casos da feitiçaria, nas tradições populares e religiões da Europa setentrional. Na sua formação os três primeiros elementos seriam a feitiçaria, religião pagã e folclore, junto com a heresia cristã e todas as suas sobrevivências da crença, culto e práticas que foram condenadas como demoníacas e gradualmente suprimidas pela teologia e direitos cristãos.

Carlos Roberto Figueiredo Nogueira (1995) irá concluir que a feitiçaria está muito presente na mentalidade da Europa cristã desde a origem até os limites finais da Modernidade, imprimindo e pontuando condutas e crenças. Em seus estudos sobre a feitiçaria, ele diz que o que chama mais atenção é a inexistência de uma conceituação por parte da Igreja sobre bruxaria até o século XV, precisamente, no ano de 1484, quando surge a Bula de Inocêncio VIII, documento esse pelo qual o Papado assumia a existência de uma nova heresia, a dita “seita dos adoradores do Diabo” (NOGUEIRA, 1995, p. 13). Nesse momento começa a admissão da Igreja na questão realista do fenômeno, sistematizando procedimentos, possibilitando a instalação de processos que iniciaria a grande caça às bruxas, que seguiria pela Europa até os meados do século XVII.

De acordo com Jean Delumeau (1989), o fenômeno de caça aos feiticeiros e às feiticeiras compôs um processo muito complexo, existindo uma correlação cronológica global entre o período das guerras religiosas na Europa, nos anos de 1560 a 1648, freneticamente perseguindo os praticantes. A América em relação à Europa estava atrasada e somente por volta de 1640 que a perseguição as práticas mágicas e as bruxas começaram

a se desenvolver. No Brasil ocorreu ainda mais tardiamente, no século XVIII as perseguições acarretaram em fogueiras inquisitoriais, denúncias de feitiçaria, julgamentos e prisões. Delumeau (1989) acrescenta que a maior repressão se concentrou incontestavelmente, mais severa, nas regiões católicas.

Com base nos estudos de Laura de Mello e Souza (2009) no livro “O diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial”, percebemos que o imaginário português tomou uma amplitude colonial, e a partir daí os europeus, os indígenas e os negros africanos se combinaram novamente para gerar práticas mágicas, feitiçarias complexas e originais. Durante toda a colônia a feitiçaria esteve ligada ao curandeirismo, ao cotidiano dos colonos e a filiação cultural entre as três etnias como bem coloca Souza (2009). Ao longo dos séculos essas práticas foram sendo perseguidas, por instituições e seguidores da Inquisição ou apenas por pessoas comuns. Muitas pessoas foram acusadas mesmo sem a certeza de serem praticantes. As práticas de adivinhação, curas, benzeduras, pactos, eram procurados pelos inquisidores no Brasil para denúncias e julgamentos. A reverência ao sobrenatural e a crença nos atos mágicos eram constitutivas de dois universos, do medo e da crença, assumindo significados diferentes, e a caça às bruxas estaria como um processo principal na Europa Moderna, de tentativa de uniformizar estas concepções diversas. O que podemos pontuar de conclusivo desse segundo Souza (2009) é que no plano teórico, é possível dizer que esse fenômeno tratou da confluência, luta, repúdio ou desestruturação de universos culturais distintos. Nesse embate de discursos, a Inquisição desagregou, aviltou vidas humanas.

Ao analisarmos aqui o documento de Balbina, processo crime envolvendo os espancadores da negra, procuramos entender a feitiçaria no século XX, ano de 1920, chegando ao conceito e como estava sendo tratada a feitiçaria nesse período. Para compreender as influências e a presença dessa prática na sociedade de Caicó-RN, com a construção da feitiçaria nesse tempo e espaço, as visões e o modo como a sociedade estava lidando com isso. As perguntas feitas são em perceber os elementos atribuídos as práticas da feitiçaria, superstições e os elementos dela na sociedade caicoense do ano de 1920.

O artigo aqui presente se coloca a partir dessas ideias, da perseguição e do medo colocado sobre a feitiçaria, partindo do desenrolar de um processo crime do século XX, arquivado no Laboratório de Documentação Histórica do Ceres/Caicó-RN (LABORDOC). Em

que uma negra chamada Balbina Maria da Conceição foi espancada por dois homens por acusarem-na de ser feiticeira. Veremos esse conceito de feitiço partindo dos discursos desse processo, como a feitiçaria se encontrava no século XX, precisamente no ano de 1920. Esse projeto vem como resultado da pesquisa “As religiões afro-brasileiras na região do Seridó Potiguar” em conjunto e orientado pelo Prof. Dr. Lourival Andrade Júnior, com coordenação do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Poder, desenvolvidas no Centro de Ensino Superior do Seridó – UFRN, e financiadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa da mesma instituição.

Nesses projetos interligados nos concentramos em perceber as religiões afro-brasileiras no Seridó, em terreiros, na literatura regional, cordel e em documentações, que é o caso desse trabalho. O enfoque é a busca da percepção do objeto no documento que, segundo Carlos Bacellar (2011), traz abundantes informações e dá voz a todos os segmentos sociais, por exemplo, do senhor e do escavo. Como é um processo crime, as testemunhas e declarações variadas de uma mesma história, pontuam visões e concepções distintas.

O que procuramos entender aqui é que além dessas superstições, séculos antes havia a perseguição da inquisição. A legislação civil condenava feiticeiros, feiticeiras, impondo rigorosas penas aos que praticavam. Nogueira (1995) aponta que no século XVI na Europa se iniciava, com certo grau de sistematicidade, tribunais seculares e eclesiásticos, a condenação de feiticeiras. Essas acusações de feitiçaria giravam em torno de práticas de sortilégios, confecções de imagens e atributos especiais na atuação dos praticantes e de envenenamento. Souza (2009) traz um caso do século XVIII, no Brasil, de uma negra que foi acusada também de feiticeira, pacto com o demônio, e que foi violentada, torturada pelos seus senhores, chegando a ser levada pela inquisição. Seguimos assim para o século XX, na Comarca de Caicó-RN, onde a negra já citada foi morta por ser acusada por motivo parecido.

Essa é a problematização, casos parecidos em tempos distintos, mas que ainda assim foram motivados pelas acusações de práticas de feitiçaria. O documento mostra a inquietude de perceber como estava sendo tratada a feitiçaria nesse período, percebendo ainda as visões e crenças que eram pregadas pela inquisição, pelos caçadores de bruxas - aqueles que eram supersticiosos. Uma negra que apanhou de dois homens com objetos “estranhos” e que pela fala do próprio Juiz Odalberto Soares de Araújo Amorim percebemos que estava havendo ocorrências de crimes a partir da crença na feitiçaria. Esse documento



revela tanto a feitiçaria ligada a mulher e negra, como objetos que poderíamos supor supersticiosos, como também o próprio crime ser explicado pela acusação de feitiçaria praticada pela senhora septuagenária.

#### **FEITIÇARIA NA COMARCA DE CAICÓ – 1920**

Balbina Maria da Conceição, negra, septuagenária, vítima no processo crime do ano de 1920 na Comarca de Caicó, onde os acusados Janúncio Bezerra Lins e Vicente Bezerra Lins<sup>45</sup>, pai e filho respectivamente, respondem por terem espancando-a. O motivo do crime: ela teria jogado um feitiço na mulher de Janúncio, mãe de Vicente. O processo foi aberto pela Justiça da Comarca de Caicó, na data de 27 de novembro de 1920. A narrativa e explicação da história foi que:

No dia 17 do corrente mez e anno, pelas 12 horas mais ou menos, no sitio “Pocinhos” deste municipio, por presumpção de que a septuagenária Balbina Maria da Conceição era feitiçeira e já havia botado feitiço na mulher do denunciado Januncio Bizerra Lins, este em companhia de seu filho Vicente Bizerra Lins, esperaram junto a um cercado a pobre e infeliz Balbina Maria da Conceição, no momento. Em que esta ia da casa dos denunciados para sua residência, e armados com cacêtes de pinhão e mais uma corda de laçar boi, demonstrando fria e requintada barbaridade, laçaram a offendida pelo pescoço, contundindo-a muito com os cacêtes e depois intrometteram-lhe na boca os pedaços dos cacêtes que ainda restavam [...]. (COMARCA DE CAICÓ, 1920, f. 01, 1920).

Janúncio no documento completa em seus depoimentos que realmente só fez aquilo porque segundo ele Balbina estava: “matando a sua mulher com feitiçarias” (COMARCA DE CAICÓ, 1920, f. 21, 1920). O processo é aberto para julgamento dos dois e por todo o documento vemos as acusações de feitiçeira. Em um dos relatos, o mais importante é o do Juiz Odalberto Soares de Araújo Amorim. Ele comenta sobre outro caso parecido, de acordo com sua fala: “Infelizmente, entre a população trabalhadora e louvada do Sertão, typos ha que creem conhecidos em feitiçarias, e essa crença de algum modo ser tem tomado, entre nos, auxilia na genese de diverços crimes.” (COMARCA DE CAICÓ, 1920, f. 54, 1920)

De acordo com Schmitt (2002) a feitiçaria oferece uma totalidade de explicações dos acontecimentos e de suas ações, configurando-se inteiramente em objetos “simbólicos”,

---

<sup>45</sup> No documento processo-crime aparece o sobrenome final dos réus tanto Lins, como Luis, decidimos utilizar Lins, pois na classificação do acervo e folha inicial do processo está como Lins.

que se relacionam à influência dos poderes sobrenaturais e ao poder oculto que “feiticeiros ou feiticeiras” possuiriam e usariam contra seu próximo, provocando doenças ou até morte. Essas crenças segundo Schmitt são algo constituído somente em uma versão “negra”, desse modo maligna na concepção global do mundo. Que até mesmo na sociedade cristã tradicional, dominada pela Igreja e o clero, os rituais litúrgicos, culto dos santos e crença dos milagres não fogem de uma lógica diferente daquela da feitiçaria participando do mesmo pensamento simbólico, do qual a versão considerada válida. Em que todas as religiões apresentam magia, não fugindo desses elementos e havendo certa feitiçaria de acordo com suas crenças.

Russel (1993) e Nogueira (1999) apontam que as sobrevivências da crença, culto e práticas pagãs acabaram sendo condenadas como demoníacas e gradualmente suprimidas pela teologia e os direitos cristãos, como também houve a necessidade de controle com muita atenção as práticas mágicas. Essa necessidade levou os homens da Igreja a visualizar as evidências diretas da presença do inimigo e suas atividades, que segundo Nogueira (1999), foram transportadas de sua antiga negatividade ética, contrária aos desígnios da coletividade para integrar-se no Mal cósmico. A feitiçaria foi assimilada a heresia nesse momento, o século XIV passa a estruturar essa perseguição e é o que Delumeau afirma:

Sendo a feitiçaria doravante assimilada a uma heresia, os inquisidores recebiam habilitações para persegui-la. Pois os mágicos, adorando o diabo e assinando um pacto com ele, ou mantendo demônios a seu serviço em espelhos, anéis ou frascos, voltavam as coisas à verdadeira fé. (DELUMEAU, 1989, p. 354).

A equação nesse período esquematizado por esse historiador foi a seguinte: maléfico = feitiçaria diabólica = heresia. A intervenção da Inquisição contra a feitiçaria tornou-se precisa em termos práticos e teóricos de acordo com Delumeau (1989), havendo uma confusão entre essas práticas e heresias, ocasionado em supostos culpados sendo perseguidos, segundo fontes do historiador, pelos tribunais de Igreja ou por tribunais leigos. A mentalidade e imaginação europeia chegou ao Brasil junto com a colonização, a descoberta desse espaço territorial parte das viagens fantásticas que trouxeram relatos impressionantes. O Novo Mundo teve contato com elementos do imaginário europeu, esse pensamento somou a nova colônia e não seria diferente as fogueiras inquisitoriais no século XVIII.

Apesar do atraso de dois séculos, o Brasil não perdeu o estigma da colônia como produtora e perpetuadora de impiedades, buscando Laura de Mello e Souza (2009) com esses estudos e para falar sobre a inquisição nesse espaço, temos que:

Os portugueses chegaram ao Brasil num momento em que a presença de Satã entre os homens era especialmente marcante. [...] feitiçeiros, as formulações se sucedendo e se desdobrando no imaginário europeu, índios da América, negros da África e brancos da Europa se combinando mais uma vez para engendrar praticas mágicas de feitiçaria extremante complexas e originais. (SOUZA, 2009, p. 206).

Souza aponta que houve muitas perseguições, medo e temores causados pelo Tribunal do Santo Ofício nas suas visitas a colônia brasileira. Mas ela acrescenta que o tom geral oscilava entre o ceticismo à vontade de crer, do materialismo à reverência às forças do sobrenatural, resultado do sincretismo, conceito utilizado pela autora, que caracterizava o Brasil. Não ocorria uma uniformidade total nos traços de religiosidade presentes nas visitas eclesíásticas e nos processos inquisitoriais, não mudando muito ao longo dos anos, chegando ao século XX. O que Souza (2009) conclui é que esse sincretismo, essa combinação em função do contexto, fugindo um pouco da loucura que era a caça às bruxas na Europa, a feitiçaria nessa geografia lançava luz sobre a vida da colônia nos seus três primeiros séculos de existência.

Foi uma modelação, ajuste ao meio que circundava os colonos, protegendo-o em situações singulares e em outras refletia tensões insuportáveis, mas a feitiçaria estava muito presente e assimilada no cotidiano colonial. E trazemos novamente Nogueira (1950) que pontua a contradição da feitiçaria: “[...] se por um lado contradizem o estatuto social estabelecido, [...] também constituem um complemento necessário que fornece as possibilidades de intervenção e superação da realidade indesejada.” (NOGUEIRA, 1950, p. 65). Nessa contextualização toda, percebemos que por mais que houvesse perseguições a feitiçaria, ela se colocou híbrida ao cotidiano, o imaginário e a mentalidade europeia que encontravam-se presentes também no período colonial, mas o que podemos pontuar mais ainda para a discussão desse trabalho são os objetivos buscados, a questão da superstição, da mulher e dos conflitos resultantes da feitiçaria.

O século XX por mais que se encontre muito distante do período das Inquisições, ainda assim havia certa perseguição social e moral, desconfianças quanto à ideia da

feitiçaria. Esse caso do processo refere-se a uma senhora negra, perto dos setenta e cinco anos (75), que foi espancada por dois homens que a acusaram de ter jogado feitiço e adoentado a mulher de um deles. O que entendemos aqui é que além dessas superstições, o conceito de feitiçaria foge da teorização do período medieval, como é concluso por João de Castro Maia Veiga Figueiredo em sua fala na mesa redonda intitulada: “Política, Escravatura e Feitiçaria em Angola (Sécs. XVIII e XIX), no VI Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidade (2016), segundo ele: “a feitiçaria começa a ter um significado teológico vago na Península Ibérica medieval, porém discernível por que era algo natural, não decorrente da ação divina mediado pela Igreja.” (FIGUEIREDO, 2016). A feitiçaria para ele estaria no campo das observâncias vãs e das práticas supersticiosas, apesar de boas intensões desafiavam o monopólio que a igreja tentava manter. Junto com Figueiredo nessa ideia, Yvonne Maggie vai concluir que de acordo com o artigo 157, do Código Penal de 1890, ao longo do século XX houveram inúmeros acusados de magia, espiritismo, macumbeiros e:

Uma coisa é certa: se há crença na feitiçaria, há o combate aos feiticeiros. Portanto, os processos criminais nos quais muitas pessoas foram acusadas de praticar o crime previsto no artigo 157 pressupõem que a sociedade brasileira acreditava na feitiçaria o primeiro passo para combater o uso de poderes sobrenaturais era, então, a acusação daqueles supostamente usavam esses poderes a fim de produzir malefícios, que “praticavam a magia e seus sortilégios”. (MAGGIE, p. 50, 2005).

O documento dos réus Janúncio e Vincente Lins mostra a inquietude de perceber como estava sendo tratada a feitiçaria nesse período, aqueles que eram supersticiosos e perseguiram os acusados “feiticeiros”. Uma negra que apanhou de dois homens com objetos “estranhos” e que pela fala do próprio Juiz Odalberto Soares de Araújo Amorim, percebe-se que estava havendo ocorrências de crimes a partir da crença na feitiçaria.

#### **FEITIÇARIA – MULHER, SUPERSTIÇÕES E O COMBATE**

O documento também aponta, para análise os objetos utilizados pelos espancadores: pau de pinhão, um saquinho com areia, sal e moedas de cobre, o que faz lembrar as superstições, quebrantos de feitiços, como coloca Teixeira de Aragão em exemplo: “É crença popular que ao encontrar qualquer mulher suspeita de feiticeira, fitando com

pertinácia, o cuspir logo fora é preservativo infalível contra o mau olhado.” (ARAGÃO, 1894, p. 43). Ele acrescenta falando que na crença popular se confirma as confianças em virtudes de objetos e preservativos aconselhados principalmente pela Igreja que arreliam os espíritos das trevas.

Há pequenos objetos que são atribuídos as superstições, como cordão de livramento de enfermidades, malefícios satânicos e de outros perigos. Aragão (1894) apresenta a informação de que pequenas moedas de prata livravam da influência das luas e do quebranto, o que estamos buscando é essa relação dos objetos utilizados para espancar a mulher acusada de feitiçaria, elementos esses que são trazidos pelo próprio documento envolvendo Balbina, bem visto nesse fragmento:

Ha pouco tempo nesta comarca, um cidadão de 75 annos junto com um rapaz de 20 e poucos, mataram honramente uma pobre septuagnaria, com cacetes de pinhão, um sacco de area contendo pedras de sal e uma moeda de cobre, antiga de 40 reis, pois diziam ser ella uma feitiçeira e que já havia botado feitiço em pessoa da família dos tais uxoridos. (COMARCA DE CAICÓ, 1920, f. 27, 1920).

Moedas serviam de amuletos, para pessoas populares das regiões europeias e suas colônias, acreditando muito nessas defesas, nesses quebrantos. Souza também pontua sobre alguns objetos e entre eles estavam as bolsas de mandigas que colocavam elementos protetores dentro. Nessa parte citada do processo crime de Balbina podemos perceber o universo das superstições, em que Aragão (1894) fala das ervas e plantas sendo muito utilizadas nessas defesas e quebras, o que podemos ver no documento aqui estudado sobre os réus Janúncio e Vicente é a utilização de pau de pinhão para bater na senhora Balbina. Essas práticas no passado, como diz Aragão (1894), aconteciam paralelamente as rigorosas penas aplicadas pela legislação. No espancamento foi usado cacetes de pinhão, como é falado também cacete de pau-de-pinhão. Janúncio e Vicente surraram Balbina com esse objeto, que se quebrou todo e em seguida colocaram na boca da negra septuagenária, pois segundo eles:

[...] os paós foram sufficiente para surral-a; que depois dessa surra e deles meterem pela bocca os pedaços de paós que ainda restavam-se, disendo que assim fariam para tirar o veneno do feitiço que ella tinha botado em sua mulher e diserem-lhe arrochando a corda ao pesçoço, que sua mulher

e mai morresse, ainda tinham que matal-a [...]. (COMARCA DE CAICÓ, 1920, f. 07, 1920).

O pinhão realmente é usado com esse objetivo, como quebra de feitiço. No guia sobre ervas da “Tenda Espirita Caminheiros de Oxalá” disponível na internet<sup>46</sup>, o pinhão é para: “banho, quebra demanda, olho gordo, feitiçaria [...] limpeza de casa.” (BAPTISTA, s.a.). Essa planta é aplicada segundo outro guia na internet<sup>47</sup> sobre o Candomblé, em fortes banhos, tendo um enorme valor na quebra de encantos e em limpeza, descarrego. O Pinhão nesses dois guias como em outro guia de “Mãe Marta de Oba”<sup>48</sup>, onde em sua página ela constrói uma orientação sobre as ervas dos Orixás, chegam a mesma conclusão dos efeitos dele. O diferencial nesses guias, principalmente no último citado é que em todos o Pinhão vem em sua utilização nos ebós de defesa e como erva de Exu, substituindo em algumas ocasiões o sacrifício para esse orixá. Todas essas orientações e ideias são conhecimentos populares e religiosos.

Outra questão observada é a mulher na problematização da feitiçaria, segundo Anne Llewellyn Barstow (1995), no século XVI as mulheres eram tidas como poderosas por serem capazes de manipular as forças mágicas, e a acusação de feitiçaria sempre decaía nas senhoras velhas. Uma caracterização que podemos tirar do documento processo crime dos acusados Janúncio e Vicente Lins, a senhora negra Balbina Maria da Conceição, é sempre identificada como velha, septuagenária: “[...] que depois de surrada surgiu Vicente Filho de Janúncio, diser, meu pai não dê não surre mais a velha que Ella já esta muito ensanguentada [...]” (COMARCA DE CAICÓ, 1920, f. 06, 1920).

Laura de Mello e Souza (1987) trará o estereótipo da bruxa, onde até o final do século XX, as crianças ocidentais tinham medo de serem roubadas por bruxas velhas feias e como nas histórias de contos de fadas, terem um final pior que a de João e Maria. Essa bruxa assombrava a imaginação infantil, ela sendo velha, enrugada e segundo Souza, com estereótipo já definido no início da Época Moderna, onde: “Mulheres sozinhas, solteironas ou viúvas constituíam a maioria das acusadas nos processos que se desenrolaram na Europa

---

<sup>46</sup> BAPTISTA, Paulo (Ed.). Ervas: ervas na Umbanda. Disponível em: <<http://tecolins.wixsite.com/umbanda-tenda-teco/ervas>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

<sup>47</sup> D’OSOGIYAN, Fernando et al. Candomblé: As ervas. 2008. Disponível em: <<https://ocandomble.com/ervas/>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

<sup>48</sup> OBÁ, Mãe Marta de. Ervas Sagradas dos Orixás: ervas de Exu. Disponível em: <<http://www.maemartadeoba.com.br/ervas-sagradas/index.html>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

de então. Se fossem feias e velhas, as suspeitas ficavam ainda mais fortes.” (SOUZA, 1987, p. 15). Ela completará explicando segundo Delumeau que essa tendência em desvaler e condenar mulheres senis constituiu numa vertente negativa do apreço renascentista pelas carnes duras das belas ninfas e das Vênus nuas.

Toda essa ideia dos objetos para o combate da feitiaria, a referência da mulher, vão muito além da representação e da superstição popular. José Pedro Paiva (2009) afirma que os aspectos que mais assustam as populações são os cometidos pelas ditas feiticeiras, causando ondas de pânico e medo locais, constituindo segundo ele uma compreensão dos mistérios da natureza, assim aos fenômenos não explicados acabavam sendo relacionados a feitiçaria, aos acusados de serem feiticeiros ou feiticeiras. E muitos dos feitiços segundo Souza (2009), eram mais específicos e dependiam dos fins, visando prejudicar determinadas pessoas. A autora vai colocar como exemplo os casos de vizinhos que se acusavam um ao outro de serem feiticeiros, acabavam criando julgamentos e muitos deles se colocando no direito de fazer justiça. Partindo daí vemos o processo, com o relato do procurador-advogado que explica o porquê de os réus terem espancado a negra Balbina:

O que praticaram os seus constituintes praticaria igualmente, quem se acha se nas mesmas condições, em idêntica emergência. Januncio Bezerra Lins vio a sua esposa a postada ao leito da dor, havia tempos, tinha reunido a todos os recursos da medicina e sempre improficuos todos os seus esforços. Zucutiram no espírito de Januncio de que Balbina Maria da Conceição, a quem Januncio havia expulsado de suas terras, por attitudes hostis que por vezes assumia contra sua mulher era a causa do mal, a poucos dias depois da morte de sua estremada esposa! Era voz geral, como afirmaram todas as testemunhas de que a velha Balbina dera a mulher de Januncio beberagens venenosas a que o vulgo ignorante de nomens feitiço ou malefício. Balbina Maria da Conceição ao retirar-se das terras de Januncio propalou que havia de se vingar de Maria Vivencia mulher de Januncio, a quem atribui a sua expulsão. No dia 17 de Novembro, sabendo a mulher de Januncio que se aproximava de sua casa a velha Balbina, pedio o seo marido que não consentise a entrada d'aquella feiceira em sua residência que sentia-se encinta agravada em seos encomodos com a presença d'ella pela que Januncio foi ao encontro de Balbina e impoz-lhe a retirada em mediata, ao que Balbina respondeo com palavras insultuosas e desrespeitosas a sua pessoa e familia obrigando a Januncio secundado por seo filho Vicente dar-lhe umas cipoadas com um cipó de pinhão. (COMARCA DE CAICÓ, 1920, f. 25, 1920).

Antes dessa narrativa, o procurador-advogado faz sua defesa explicando que ao ter havido justificação, não haveria então intensão criminosa dos seus constituintes e que a



base do processo estaria na fala das testemunhas. Partindo das testemunhas segundo o procurador, a hipótese vertente, se preocupando com a verdade, encontrar-se-ia na unanimidade da afirmação de que os réus não tinham praticado nenhuma ação menos digna na sociedade. Janúncio sendo um homem sempre ordeiro e de deliberada reputação, não fez senão somente como dito na citação, uma prática igual a quem estivesse: “nas mesmas condições, em idêntica emergência.” (COMARCA DE CAICÓ, 1920, f. , 1920).

O entendimento da feitiçaria, como visto aqui, principalmente nessa última discussão, perpassa os pensamentos que são aproximados aos discursos do processo crime, partindo das falas e linguagens do documento. Nogueira fala que:

A linguagem é, a grosso modo, a mola mestra da cultura, o elemento básico para o estudo da episteme de um determinado grupo, localizado em tempo e espaço. É a linguagem que nos possibilita ao meio fundamental de percepção psico-histórica, o qual já havia sido apontado por Lucien Febvre, ao definir a linguagem escrita como “principal modo de expressão do campo perceptual de uma comunidade.” (NOGUEIRA, 1991, p. 8).

O imaginário também é algo a ser abarcado, pois como Schmitt (2002) pontua a feitiçaria não tem uma realidade objetiva aos olhos dos historiadores, mas o primeiro não deixa de ser uma realidade social que possui efeitos objetivos e materiais, assim o a realidade mostra-nos de maneira exemplar como o imaginário, o fantasma, a crença podem ser forças históricas de primeira importância. A feitiçaria é, antes de tudo, segundo o autor, uma rede de representações e palavras. E as acusações de feitiçaria que são buscados em um documento do passado disposto pelo historiador origina para Schmitt (2002), sempre da instituição repressiva, instruindo mais efetivamente sobre a opinião dos juízes do que a respeito das concepções íntimas dos acusados.

#### **POR FIM...**

A partir do pensamento de Schmitt: “[...] a feitiçaria oferece toda uma explicação dos acontecimentos [...] e dos meios de agir sobre eles que se configuram como inteiramente ‘simbólicos’, isto é, relacionam-se à influência dos poderes sobrenaturais.” (SCHMITT, 2002, p. 423). Laura de Mello e Souza (1987) também pontua que as práticas mágicas constroem à aurora dos povos, estando presentes em todas as culturas de que se tem conhecimento, agregando ao universo da religião. A demonização sobre essas práticas

mágicas representa um grande diferenciador, mas assim, segundo Souza a sua existência parte do momento em que os seus praticantes são definidos e perseguidos. Foram os caçadores, os perseguidores que desenharam o perfil aterrorizador e estereotipado das denúncias sobre as pessoas que praticavam feitiçaria. Jeffrey Richards (1993) conceituará mais além a bruxaria socialmente, onde se: “Acreditava também na bruxaria, que era uma explicação conveniente tanto para as catástrofes naturais súbitas [...] quanto para problemas familiares recorrentes, tais como impotência, infertilidade, crianças natimortas e mortalidade infantil.” (RICHARDS, 1993, p. 82).

Richards (1993) trará realmente aquilo que é explicado pelos réus no processo crime aqui estudado, reforçando também a fala do Juiz Odalberto Soares de Araújo Amorim, que a população trabalhadora do sertão do ano de 1920 acreditava em feitiçarias e que esse crime auxiliou na gênese de diversos outros. Souza (1987) vai pontuar o pensamento de Hugh Trevor-Roper (1981), que: [...] considera a caça às bruxas como produto do imaginário, um entre tantos estereótipos criados pela cultura ocidental.” (SOUZA, 1987, p. 46). Podemos perceber a ligação ao imaginário, como os autores aqui discutidos afirmam: a feitiçaria estará em todas as sociedades, assim compreendemos que a sua construção também partirá desse imaginário e do estereótipo observados.

Concluimos de acordo com o pensamento de José Pedro Paiva (2009), que os padrões observados, entendendo um intenso espaço de mistérios e desejos humanos, tendo uma ausência ou falta de respostas baseadas em outros modelos, as culturas humanas respondiam recorrendo a formas de conhecimento alternativas, marginais à Igreja e ao saber científico.

#### **FONTES**

**LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA - LABORDOC**

**Universidade Federal do Rio Grande do Norte**

**Centro de Ensino Superior do Seridó, Campus de Caicó-RN**

**Fundo da Comarca de Caicó, 3º Cartório Judiciário**

Cx.189. Processo-crime. Réus: Janúncio Bezerra Lins e Vicente Bezerra Lins. Autora: A Justiça Pública. Cidade de Caicó, Comarca do Seridó, 1920. 54f. [manuscrito]

#### **REFERÊNCIAS**

ARAGÃO, Teixeira de. **Diabruras, Santidades e Prophecias**. Lisboa: Vega, 1894.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BAPTISTA, Paulo (Ed.). **Ervas:** ervas na Umbanda. Disponível em: <<http://tecolins.wixsite.com/umbanda-tenda-teco/ervas>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BARSTOW, Anne Llewellyn. **Chacina de feitiçeras:** Uma revisão histórica da caça às bruxas na Europa. Rio de Janeiro: Jossé Olympio, 1995. Tradução de: Ismênia Tupy.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente:** 1300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

D'OSOGIYAN, Fernando et al. **Candomblé:** As ervas. 2008. Disponível em: <<https://ocandomble.com/ervas/>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

FIGUEIREDO, João de Castro Maia Veiga. **Política, Escravatura e Feitiçaria em Angola (Sécs. XVIII e XIX).** Caicó, CERES, UFRN, 2016. (Palestra apresentada durante o VI Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidade, realizado no CERES-UFRN no dia 08 de novembro de 2016).

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179. Tradução de: Federico Carotti.

MAGGIE, Yvonne. O arsenal da macumba. In: FIGUEIREDO, Luciano (Ed.). **Raízes Africanas.** Rio de Janeiro: Sabin, 2009. Coleção Revista de História no Bolso; 6

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **O nascimento da bruxaria:** da identificação do inimigo à diabolização de seus agentes. São Paulo: Editora Imaginário, 1995.

\_\_\_\_\_. **Bruxaria e História:** As práticas mágicas no ocidente cristão. São Paulo: Editora Ática, 1999.

OBÁ, Mãe Marta de. **Ervas Sagradas dos Orixás:** ervas de Exu. Disponível em: <[http://www.maemartadeoba.com.br/ervas\\_sagradas/index.html](http://www.maemartadeoba.com.br/ervas_sagradas/index.html)>. Acesso em: 28 nov. 2016.

PAIVA, José Pedro. O sincretismo do universo mágico-supersticioso e a sua repressão em Portugal (século XVI-XVIII). In: ISAIA, Artur Cesar (Org.). **Crenas, Sacralidades e Religiosidades:** entre o consentido e o marginal. Florianópolis: Insular, 2009. Cap. 1.

RICHARDS, Jeffrey. Bruxos. In: RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, Desvio e Danação:** As minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. Cap. 4. Tradução de: Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar.

RUSSEL, Jeffrey Burton. **História do medo no Ocidente:** 1300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RUSSEL, Jeffrey Burton. **História e feitiçaria:** Feitiçeiros, Hegeres e Pagãos. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. O trabalho com o documento: A tipologia das fontes documentais. In: SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. Cap. 3.

SCHMITT, Jean-claude. Feitiçaria. In: GOFF, Jacques Le; SCHMITT, Jean-claude (Org.). **Dicionário temático do Ocidente Medieval**: Volume I. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. Tradução de: Mário Jorge da Motta Bastos.

SOUZA, Laura de Mello e. A feitiçaria na Europa Moderna. São Paulo: Editora Ática, 198\_\_\_\_\_. **O diabo e a terra de Santa Cruz**: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

## “FIRMEI MEU PONTO EM MEU TERREIRO”: AS ENTIDADES CIGANAS DA JUREMA SAGRADA E AS DIMENSÕES DE UM CAMPO “FAMILIAR”

Lucas Medeiros de Araújo Vale\*

“Firmo esta vela no meu Juremá / eu firmo essa vela pros bons mestres trabalhar / firmo essa vela no cruzeiro encantado / eu firmo essa vela, e os bons mestres do meu lado. / Firmei meu ponto em meu terreiro / firmei meu ponto e vou trabalhar / Firmei meu ponto no pé da jurema/ firmei meu ponto no Angico e no Vajucá.”<sup>49</sup>

A primeira vez que firmei uma vela no *Ylê Axé Nagô Ôxáguiã* foi numa noite de *Toque de Jurema*<sup>50</sup>, em Dezembro de 2014. Havia perguntado ao dirigente do terreiro, horas antes, por whatsapp, se eu poderia fazer uma visita naquele sábado para conhecer o ritual e as entidades que ali incorporavam. Na época, eu era estudante de graduação em História, e já havia visitado o terreiro em outras ocasiões acompanhado de uma amiga, também graduanda em História, que iniciava uma pesquisa sobre terreiros de Umbanda, Jurema e Candomblé, na cidade de Caicó/RN. O Pai de Santo, dirigente e sacerdote do terreiro, disse-me que eu seria bem vindo, e quando questionei se eu precisaria levar alguma coisa, falou que eu poderia trazer algumas velas, se assim desejasse. Movido pela curiosidade e por certo interesse nesse universo que para mim, naquele momento, era místico e exótico, enfiei-me em uma roupa branca, peguei uma vela que restava em casa, e atravessei a cidade em minha motocicleta rumo a um bairro que ainda hoje é tido como “favela” por alguns moradores. Lá me senti muito bem recebido por todos os membros presentes, e antes de iniciar a macumba<sup>51</sup>, tomamos café e jogamos conversa fora. Chegado o momento de

---

\* Aluno de mestrado do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPB. Bolsista CAPES. E-mail: [lucasvale11@gmail.com](mailto:lucasvale11@gmail.com). Orientadora: Patrícia Lopes Goldfarb. Dr<sup>a</sup> em Antropologia no PPGA/UFPB. E-mail: [patriciagoldfarb@yahoo.com.br](mailto:patriciagoldfarb@yahoo.com.br)

<sup>49</sup> Ponto de louvação às sete cidades da Jurema registrado por Lourival Andrade Júnior e Elenice Oliveira (2015) no *Ylê Axé Nagô Ôxáguiã*, em Caicó/RN.

<sup>50</sup> Categoria nativa. O toque de jurema, no *Ylê Axé Nagô Ôxáguiã* consiste em um ritual de invocação e louvação das entidades da Jurema. Geralmente dispostos em pé, e em círculo, os religiosos catam, batem palmas e tocam seus instrumentos (atabaques e maracás), podendo ocorrer a incorporação de entidades, ou não.

<sup>51</sup> Os religiosos deste terreiro utilizam dessa categoria para se referir à uma gama de atividades relacionadas à Jurema. As práticas relacionadas ao Candomblé não recebem esse nome.

ascender as velas para as entidades, o Pai de Santo pediu que o Ogã<sup>52</sup> me auxiliasse a firmá-las para os Exús guardiões da casa, e para as demais entidades regentes (Pombagiras, Mestres e Mestras, Cablocos, Ciganos e Pretos-Velhos). Ele e todos os demais riram quando tirei uma única vela do bolso. Na hora fiquei um pouco envergonhado, mas fui presenteado com um pacote de velas, e logo consolado com as palavras do dirigente, que disse: “Não fique envergonhado meu filho, uma vela dada de coração brilha mais que centenas dela! Agora vá, firme sua vela e faça seus pedidos!”.

Após frequentes visitas ao terreiro, tornei-me Filho de Santo e passei pelos rituais que me fizeram Juremeiro. Lá recebi a orientação necessária para incorporar com meus guias – das linhas de Exu, Pombagira, Mestre e Cigano – preparar oferendas, aprender cantos de invocação, jogar búzios e “baralho cigano”. *Ylê*, ou *Ilê* - da língua Iorubá - significa literalmente “casa”, e foi isso que o *Ylê Axé Nagô Ôxáguiã* se tornou para mim ao longo do tempo. A ideia de estudar antropologicamente a própria *casa*, os médiuns que lá atuam e as entidades que nele se manifestam – inclusive em mim – sempre me pareceu algo muito ousado, para não dizer insensato, mas tornou-se um campo possível de ser adentrado através da antropologia contemporânea. Permitir-se ser afetado, ou estar dentro e perto demais daquilo que se observa, já não é mais um fator que deslegitima um trabalho etnográfico, e vem sendo discutido enquanto possibilidade metodológica por diversos autores (FAVRET-SAADA, 2005; GOLDMAN, 2003; VELHO, 2003). Neste ensaio, busco problematizar a realização de uma pesquisa feita "em casa", ou seja, em um ambiente “familiar” e “familiar” ao pesquisador, e as implicações metodológicas de uma (auto)etnografia marcada pela afetação, tomando como objeto de reflexão a pesquisa que desenvolvo no *Ylê Axé Nagô Ôxáguiã*.

Na pesquisa de mestrado “Os ciganos da minha Jurema: uma etnografia sobre as entidades ciganas da Jurema Sagrada do Ylé Axé Nagô Ôxáguiã (Caicó/RN)” analiso os marcadores de identidades das entidades ciganas na Jurema, olhando para as histórias de vida das entidades e para as relações entre juremeiros e espíritos, e os significados que ambos constroem através de seus trabalhos espirituais.

---

<sup>52</sup> Aquele que no terreiro é responsável por tocar o tambor durante os Toques de Jurema e de Orixá, no Candomblé.

## **NOTAS SOBRE O BARRACÃO E A JUREMA SAGRADA**

De acordo com Luiz Assunção (2004), a Jurema, ou Catimbó, é uma religião de forte influência indígena, que com o tempo, numa espécie de bricolagem, adquiriu elementos do catolicismo popular, espiritismo, umbanda e bruxaria europeia. A literatura sobre Jurema geralmente a caracteriza como uma religião mediúnica, onde há a incorporação de entidades chamadas de “mestres”, “índios” e “caboclos”, que utilizam elementos como o maracá, fumo e uma bebida feita com a árvore de mesmo nome em seus ritos. Os mestres, assim como os índios e caboclos, são espíritos que são invocados para vir em ajuda aos juremeiros, que são eles também feiticeiros vivos, sacerdotes, que acabam usando, assim, seus conhecimentos mágicos em benefício próprio ou dos outros. Um terreiro de Jurema geralmente tem como autoridade maior um(a) juremeiro(a), que passou por todos os ritos da religião e que assume o papel de zelador(a) e orientador(a) de seus filhos espirituais e de seus respectivos guias (entidades).

Entretanto, tais características são extrapoladas pelos religiosos do Ylé Axé Nagô Ôxáguiã, que incorporam também em seu culto à jurema, além de mestres, índios e caboclos; Exús, Pombogiras, Boiadeiros, Cangaceiros e Ciganos, sem que por isso passem a reconhecer a sua religião de outra forma que não Jurema. Se autodeclaram e se reconhecem como praticantes de Candomblé de nação Nagô - o que é evidenciado no nome do barracão - e de Jurema Sagrada (ou Catimbó) da linhagem do Rei de Jucá, entretanto os rituais e as práticas de cada segmento são realizados em espaços e temporalidades diferentes - há dias em que a casa se dedica ao culto aos Orixás, e em outros aos da Jurema -, sendo minha pesquisa relacionada mais diretamente à Jurema. O terreiro encontra-se em atividade desde 2010, ano em que foi fundado pelo seu Pai de Santo, que teve a sua formação sacerdotal na Tenda Espírita Yemanjá-Ogun-té, da cidade de Natal/RN, um terreiro também de Candomblé e Jurema. O barracão tem como Orixá regente Ôxáguiã, e como protetor espiritual da Jurema, o Mestre Juremeiro Zé Mulambo.

O Ylé Axé Nagô Ôxáguiã está localizado no bairro João Paulo II, do município de Caicó/RN. A cidade tem aproximadamente 67 mil habitantes<sup>53</sup>, e é um importante polo comercial da mesorregião do Seridó potiguar, que reúne semanalmente feirantes, trabalhadores do campo e de cidades vizinhas, e destaca-se também pela realização de seu

---

<sup>53</sup> Ver IBGE.



carneval de rua, que reúne milhares de pessoas todos os anos. De acordo com o senso promovido em 2010<sup>54</sup>, 85,53% dos caicoenses se declaram de religião Católica Apostólica Romana. Evangélicos, mórmons, budistas, testemunhas de Jeová, espíritas, e dentre outros, umbandistas, juremeiros e candomblecistas são minorias na cidade.



Figura 1: Caicó no Rio Grande do Norte.<sup>55</sup>



Figura 2: Localização do Ylê Axé Nagô Ôxáguiã. Fonte: Google Maps.<sup>56</sup>

O terreiro é um espaço de interação dos filhos do Ylé, e a ele é dado um sentido familiar: o lugar de encontro de uma família espiritual composta por *pais, mães, padrinhos, madrinhas, e filhos* “de santo”. É lá onde “moram” os assentamentos dos Orixás, e entidades da Jurema, e onde também reside o Pai de Santo com sua família de sangue. Atentar para a interação entre os indivíduos e o sagrado, e sobre os significados criados nas relações

<sup>54</sup> Ver IBGE.

<sup>55</sup> Por Darlan P. de Campos - Image:RioGrandedoNorte MesoMicroMunicip.svg, Raphael Lorenzeto de Abreu, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1048515>.

<sup>56</sup> GOOGLE MAPS. [Localização do Ylê Axé Nagô Ôxáguiã]. [2016]. Disponível em: < <https://goo.gl/maps/JSYodQqNqc12> >. Acesso em: 23 de agosto de 2016.

cotidianas, nos acontecimentos, e em situações rituais, tal como defende Michel Agier (2011), é um dos caminhos metodológicos que pretendemos utilizar durante a pesquisa para acessar as diversas interpretações e representações construídas por essa comunidade, da qual também faço parte.

Para Michel Agier, a criação cultural na cidade se vale tanto de memórias e "trocas diretas entre pessoas de origens diferentes" (2011, p. 150) como de informações, dos meios de comunicação de massa, misturando elementos e produzindo performances que têm como objetivo afirmar identidades e conquistar reconhecimento e respeito em face dos estigmas. As significações que busco interpretar no campo, neste sentido, não podem ser vistas como um produto de única origem – o terreiro – mas pensadas a partir de uma rede de conexões que devem levar em conta à cidade e a vida das pessoas.

#### **PESQUISANDO O FAMILIAR**

Durante muito tempo foi quase que uma permissa das Ciências Sociais, a defesa de que o pesquisador deveria manter certa distância do seu objeto de estudo em nome de uma cientificidade acadêmica neutra e imparcial. Apesar de que desde Malinowski se defenda mais sistematicamente a proximidade entre o pesquisador e aquilo que é pesquisado, através dos pressupostos metodológicos da observação participante (MALINOWSKI, 1984), o olhar e a participação dos antropólogos indubitavelmente esteve durante muito tempo voltado para um outro exótico e demasiadamente distante – culturalmente e espacialmente. Esta distância, de fato, já foi bastante tematizada e problematizada, sobretudo por aqueles que se dedicaram à construção de uma Antropologia Urbana ou no exercício de autoetnografia, entretanto não se trata de uma discussão esgotada.

Ao longo das décadas que fazem parte da construção da Antropologia, diversas foram as correntes de pensamentos, escolas e paradigmas teórico-metodológicos criados, e que, de acordo com o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1997), coexistem em plena simultaneidade, sem que um novo elimine por completo ou sobreponha o anterior. No tocante às relações com “o outro”, Tereza Pires (1988, p.133) versa que “o antropólogo contemporâneo tende a rejeitar as descrições holísticas, se interroga sobre os limites da sua capacidade de conhecer o outro, procura expor no texto as suas dúvidas, e o caminho que o levou à interpretação, sempre parcial”.

De acordo com Gilberto Velho (1978), a “realidade” por mais exótica, ou familiar que seja, sempre é filtrada pelo ponto de vista e pela subjetividade do pesquisador, sendo impossível a produção de um trabalho essencialmente imparcial e/ou neutro, e nisso Geertz também concorda com ele. Entretanto, assim como em qualquer pesquisa de cunho antropológico e social, a desnaturalização e a desconstrução de ideias pré-construídas a cerca do que se estuda é um exercício constante e fundamental tanto para quem pesquisa algo que lhe é familiar ou que lhe é estranho. O processo de analisar o que nos é familiar, especificamente, passa pelo exercício do estranhamento, o que nos tornam capazes de confrontar intelectualmente e emocionalmente diferentes situações e interações da nossa vida cotidiana, e encontrar aquele espaço intermediário da etnografia, de que nos fala José Magnani (2002), como um lugar de fala acessado, ou construído pelo antropólogo, para que o foco de sua análise não se perca numa perspectiva particularista ou num recorte demasiadamente abrangente.

A autoetnografia, ou seja, a antropologia realizada no contexto social que a produziu – nas palavras de Marilyn Strathern (2014) –, passa pela reflexividade conceitual do antropólogo e pelas suas sensibilidades individuais. É obvio que o mero fato de um antropólogo ser também juremeiro não irá lhe garantir, por si só, que serão adotados os gêneros culturais locais adequados durante sua etnografia no terreiro de Jurema. Pelo contrário, de acordo com Strathern (2014) é também possível que um sujeito como este possa produzir algo praticamente irreconhecível, à medida que se evita as descrições do senso-comum e ignora a reflexão nativa. Segundo a antropóloga, o autoconhecimento antropológico não é apenas função de características pessoais como o quanto se compartilha com as pessoas estudadas ou do grau de sensibilidade a nossa própria constituição acadêmica. Esse autoconhecimento também deve ser situado nas técnicas sociais de produção etnográfica-antropológica. Ao meu ver, esse é um caminho que pode ser feito por qualquer antropólogo independente do seu campo.

### **SOBRE SER AFETADO**

Para refletir sobre a afetação no campo de pesquisa, utilizei como ponto de partida as experiências da antropóloga Jeanne Favret-Saada, que desenvolveu um trabalho de campo de 3 anos sobre bruxaria camponesa no bosque Mayenne, na França, que resultou

na publicação do livro “*Les Mots, la Mort, les Sorts: La Sorcellerie dans le bocage*”. A autora aciona em seu trabalho as experiências de campo sobre a feitiçaria no Bocage francês para refletir sobre a noção de afeto, no intuito de apreender uma dimensão central do trabalho de campo: a modalidade de ser afetado.

Durante o seu trabalho de campo, Favret-Saada, não pode fazer nada além de aceitar, e deixar ser afetada pela feitiçaria, adotando um dispositivo metodológico tal permitisse elaborar um saber posteriormente, que não foi a observação participante, nem empatia. Durante o exercício de revisão bibliográfica deparou-se com diversos trabalhos que regulamente negavam a existência da feitiçaria na Europa rural contemporânea. Segundo a autora, as pessoas do Bocage ergueram uma sólida barreira de mutismo, com justificações do gênero: “Feitiço, quem não pegou não pode falar disso” ou “a gente não pode falar disso com eles”. (FAVRET-SAADA, 2005, p. 157). Eles falaram disso somente quando acharam que ela tinha sido pega pela feitiçaria, ou seja, quando reações que escapavam ao seu controle lhes mostraram que estava afetada pelos efeitos reais.

Nos encontros com os enfeitados e desenfeitadores, deixou-se afetar, sem procurar pesquisar, nem mesmo compreender e reter. Chegando em casa, redigia um tipo de crônica em seu diário de campo, para que pudesse analisar mais tarde. De acordo com a antropóloga:

[...] quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível. (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160)

Para Marcio Goldman (2003), “ser afetado” não se trata da apreensão emocional ou cognitiva dos afetos dos outros, “mas de ser afetado por algo que os afeta e assim poder estabelecer com eles uma certa modalidade de relação.”(2003, p. 465). A minha pesquisa, desta forma, é marcada pela afetação, pois ser juremeiro significa deixar-se ser afetado pela eficácia simbólica de uma crença num mundo mágico-religioso e no pertencimento a uma comunidade, os caminhos metodológicos que pretendemos assumir aproximam-se dos

utilizados pelos autores, que privilegiaram um primeiro momento de afetação, e um outro posterior de análises dos saberes construídos no campo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS, MAS NÃO DEFINITIVAS...**

Tentei através deste ensaio, pensar teoricamente os limites e as possibilidades de uma (auto)etnografia realizada em casa, entretanto à prática em si, se faz necessária para conclusões menos generalistas. Compreendemos que tanto uma etnografia realizada em “casa”, quanto as realizadas fora dela, devem perpassar pelo cuidado metodológico e por uma profunda discussão teórica. O antropólogo que prefere pesquisar aquilo que lhe é familiar pode de fato não perceber diversas coisas que aquele que vem de fora enxerga com maior facilidade, mas isso não necessariamente é algo ruim, a ele talvez esteja perceptível coisas que jamais seriam imaginadas ou experimentadas pelo outro. São os novos sujeitos, olhares, ângulos, percepções e (re)descobertas que movem a Antropologia desde que passou a ser exercitada pelos homens.

### **REFERÊNCIAS**

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade**: lugares, situações, movimentos.

ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho de. Os Mestres da Jurema: Culto da Jurema em terreiros de Umbanda no interior do Nordeste. In: PRANDI, Reginaldo (Org.). **Encantaria brasileira**: o livro dos mestres, caboclos e encantados. Rio de Janeiro Pallas, 2004.

\_\_\_\_\_. **Reino dos mestres**: tradição da jurema na Umbanda nordestina. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Tempo e tradição: interpretando a disciplina” (1ª parte: a formação da disciplina). **Sobre o Pensamento Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997 (2ª ed.), p. 9-25.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. In: **Cadernos de Campo** 13, Ano 14, USP, 2005.

GEERTZ, Clifford. From the Native’s Point of View: on The Nature of Anthropological Understanding. In: \_\_\_\_\_. **Local Knowledge**: Further Essays in Interpretive Anthropology. New York, Basic Books, p. 55-70.

GOLDMAN, Marcio. Os Tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de antropologia**, 46(2): 445-476, 2003.

MAGNANI, José Guilherme. De Perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, nº 49, junho de 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

PIRES, Tereza Caldeira. “A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia”. **Novos Estudos**, n.21, 1988.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto (Org.). **Antropologia Urbana** – cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. O desafio da proximidade. In: KUSCHNIR, Karina; VELHO, Gilberto (org.). **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

## **DORIAN GRAY CALDAS E A PRODUÇÃO DE LUGARES DE SOCIABILIDADE NA INVENÇÃO DA ARTE MODERNA EM NATAL (1948-1960)**

Arilene Lucena de Medeiros<sup>1</sup>

Nascido em Natal, em 1930, Dorian Gray Caldas emergiu na cena cultural natalense no final dos anos 40, tornando-se conhecido, desde então, por uma identidade artística multifacetada: desenhista, pintor, poeta, escultor, ceramista, tapeceiro, muralista, crítico de arte, biógrafo e ensaísta.

Casado há 56 anos com Wanda Dione Barros Caldas, pai da artista plástica Dione Maria Caldas Xavier e do poeta Adriano Gray Barros Caldas, avô de duas netas, mora há quase 60 anos numa espécie de casa-museu-atelier, no bairro Petrópolis, onde ainda pinta e escreve, quando a saúde assim o permite.

A despeito das conhecidas experiências artísticas modernas nos anos 20 em Natal, com Adriel Lopes e Erasmo Xavier, e da primeira exposição de pintura moderna de Newton Navarro, em 1948, para Dorian Gray Caldas o marco inicial da modernidade artística no Rio Grande do Norte foi o 1º Salão de Arte Moderna de Natal de 1950, no qual ele estreou ao lado de Navarro, falecido em 1992, e de Ivon Rodrigues, de quem não se teve mais notícias.

A produção dessa memória sugere uma preocupação de garantir a permanência do seu lugar na vanguarda da arte no Rio Grande do Norte e de uma suposta liderança no movimento artístico, já que, para ele, os eventos que se seguiram, como salões, criação de galerias, prêmios e cursos teriam impulsionado o surgimento de uma nova geração de artistas nos anos 60.

A participação de Dorian Gray na instauração da modernidade artística no Rio Grande do Norte é o tema da minha dissertação de mestrado, que investiga de que forma sua arte moderna instituiu uma identidade potiguar e pessoal. Neste artigo, que constitui parte daquele trabalho, viso identificar as redes e os lugares de sociabilidade instituídos por ele para praticar e divulgar sua arte em Natal, na década de 1950. Para isso, utilizo como fontes algumas das narrativas em história oral de vida, produzidas com ele, em 2015, e jornais do acervo pessoal do depoente.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha. E-mail: arilene.lucena.al@gmail.com.



O recolhimento e a guarda de objetos, cartas, diários e outros escritos autobiográficos constitui, para Ângela de Castro Gomes (2004), práticas ou modalidades de produção de si, de construção da identidade individual.

Embora eu não tenha tido acesso direto a todo o acervo do artista, pude perceber que Dorian Gray se ocupou da constituição de arquivos desde os primeiros anos de sua atividade artística. Ao longo das entrevistas em sua residência, fui apresentada a uma pequena parte, separada ou selecionada por ele, com o auxílio da esposa Wanda.

Seu acervo não possui uma organização arquivística, mas segue uma lógica instituída por seu produtor. Os documentos, avulsos, em sua maioria, guardados em caixas de papelão, de datas e tipologias distintas, reúnem correspondências, diplomas, fotografias, manuscritos, cópias de discursos, depoimentos e outros textos digitados, partes de catálogos de exposição e estudos para mural, pintura ou tapeçaria.

Entre os objetos, Dorian Gray se preocupou em guardar medalhas, troféus, livros adquiridos ou de autoria própria, centenas de registros fotográficos, em suporte de *slides*, da arte em tapeçaria produzida por ele nas décadas de 1970 e 1980, arquivos audiovisuais e digitais, e um acervo de pintura formado por mais de mil telas, pintadas por ele desde os anos de 1950.

Em meio ao arquivo pessoal que me foi apresentado, chamou-me a atenção um álbum de recortes de jornais, organizado por Dorian e a então namorada Wanda, contendo notícias sobre ele, ilustrações e poemas seus publicados na década de 1950 e início da década de 1960, sobretudo, na edição dominical do Diário de Natal – o jornal O Poti, pertencente à rede dos Diários Associados, e no matutino A República, editado pelo Departamento Estadual de Imprensa do Rio Grande do Norte.

Vários outros recortes de periódicos, avulsos, me foram cedidos por Dorian para a pesquisa, datados do ano 2000 em diante, noticiando, em geral, marcos da sua trajetória pública na arte, como o cinquentenário de estreia.

O álbum de notícias que tomo como fonte para este artigo possui limitações que procurei sanar com a busca às versões originais dos jornais, embora nem sempre bem sucedida, uma vez que os acervos dos jornais O Poti e Diário de Natal, que já deixaram de circular, e estão sob a guarda do Museu Câmara Cascudo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ainda não se encontram abertos para consulta. Uma versão digital

desses periódicos está disponível na hemeroteca do site da Biblioteca Nacional<sup>2</sup>, do Rio de Janeiro, mas cobrem apenas o período posterior a 1957.

A primeira limitação do álbum, a que me referi, diz respeito ao fato de não permitir uma visão geral do periódico do qual a notícia foi extraída, uma vez que os recortes se restringem às atividades de Dorian Gray. A segunda é a ausência, em alguns casos, ou apenas o registro manuscrito, na maioria deles, das referências do veículo, tais como título da publicação, data, editoria, coluna, página ou autor, o que nos exigiu averiguar a credibilidade da fonte.

Numa perspectiva geral, o conjunto dessas notícias, reunidas no álbum em capa dura, com o nome do proprietário em letras douradas, deixe entrever o processo de construção identitária do artista Dorian Gray Caldas pela imprensa periódica local, a partir das adjetivações a ele atribuídas, como ‘pintor moderno’, ‘poeta’, ‘ceramista e escultor’.

Acerca do uso do jornal como fonte na pesquisa historiográfica, Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007) alertam para o fato de que a imprensa possui historicidade e peculiaridades próprias, por isso, a necessidade de atentar para o reducionismo de tomar o jornal como mera fonte de informação, sem considerar sua produção como uma prática instituidora da realidade social.

Nesse sentido, as autoras advertem o pesquisador de que a imprensa cumpre diversas funções, entre elas, a de afirmar a memória de sujeitos, de eventos e projetos, de mobilizar os leitores à ação, de disseminar ideias, valores e comportamentos. Cabe ao historiador, portanto, observar qual o lugar de fala do sujeito que escreve para o jornal, para quem ele fala, em nome de quem fala ou de quais interesses.

No tocante à história oral de vida, a perspectiva adotada nesta pesquisa é a do oralista italiano, Alessandro Portelli (1997, p.31), para quem as fontes orais “nos contam menos sobre eventos que sobre significados”, razão pela qual a subjetividade do narrador é o elemento mais precioso da narrativa.

Segundo Portelli, as fontes orais e escritas cumprem funções específicas, que apenas uma ou outra pode preencher ou um conjunto delas preenche melhor que a outra. Neste trabalho, as fontes periódicas me permitiram identificar os primeiros círculos de

---

<sup>2</sup> Endereço eletrônico: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.

sociabilidade do artista, o lugar que ele ocupava nesse meio, onde e como inseriu, inicialmente, sua arte moderna.

Ao ressignificar sua experiência com a modernidade artística, Dorian diz ter se tratado de um projeto assumido por sua geração, porque, para ele, “havia uma simpatia pela obra que estava se realizando naquele momento, [...] por uma tomada nova de consciência”, o desejo de fazer um “trabalho novo”<sup>3</sup>.

Nesse sentido, para analisar a dimensão relacional do artista no meio cultural natalense, nos anos de 1950, me baseio em Jean-François Sirinelli (2003), a fim de perceber os mecanismos de organização dos intelectuais em torno de determinadas estruturas de sociabilidade (lugares) ou por meio de laços de solidariedade os mais diversos (redes), que, segundo ele, criam uma ambiência sociocultural e política favorável ao seu engajamento e produção.

Como sugere o autor, a noção de intelectual possui um caráter polissêmico e polimorfo, que engloba criadores e mediadores culturais, e seu reconhecimento se dá no âmbito sociocultural.

No tocante ao emprego do termo geração, Sirinelli adverte que as solidariedades de idade, embora importantes, não explicam, por si só, as associações ou afinidades entre os grupos. Aconselha a não ignorar os “fenômenos de geração”, criados em torno de um acontecimento fundador, mas a atentar para o lugar do intelectual e seus deslocamentos nesse meio.

A inserção de Dorian Gray na cena cultural natalense, no pós-Segunda Guerra, permite associá-la à confluência de uma série de “novos” discursos de modernidade e “novas” ações de modernização em curso na capital, bem como ao engajamento de diversos intelectuais em ações do poder público local.

Entre 1946 e 1950, Sylvio Piza Pedroza, 26 anos, recém-formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, assumiria a Prefeitura de Natal, angariando o apoio dos renomados intelectuais da cidade, Luís da Câmara Cascudo e Veríssimo de Melo, cronistas da imprensa local.

Analisando a gestão do prefeito, Arthur de Oliveira Torquato (2011) constatou que sua proximidade com ditos intelectuais não apenas resultou na produção de uma série de representações da cidade moderna, em torno das práticas de modernização espaciais do

---

<sup>3</sup> Depoimento de Dorian Gray Caldas em 03 de dezembro de 2015.

seu governo, como associou o nome Sylvio Pedroza à imagem do administrador jovem, moderno e empreendedor. Tal aliança culminaria com a legitimação de Cascudo como historiador oficial da cidade, tornando-o a principal referência letrada do círculo cultural de Natal.

Djalma Maranhão, que administrou a cidade entre 1956 e 1964, também angariou o apoio de artistas, escritores, jornalistas e professores das faculdades de Natal, em vários projetos culturais de seu governo. Num estudo que focalizou sua segunda gestão (1960-1964), Isa Ribeiro (2008) mostrou como o prefeito se apropriou do espaço físico de Natal para promover Festivais de Folclore, a campanha de alfabetização popular “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, “Praças de Cultura” e instalação da Galeria de Arte de Natal.

Essas experiências, que ilustram uma imbrincada relação entre os intelectuais e o poder, foram trazidas para situar a ambiência na qual Dorian Gray iria estabelecer suas redes iniciais e lugares de sociabilidade na cidade.

Seu projeto de modernidade artística iria perseguir uma “*nova linguagem nas artes*”<sup>4</sup>, numa atitude distinta da imitação de obras clássicas de pintura, que fazia para exercitar a arte do desenho. Uma de suas práticas favoritas era copiar os retratos de artistas de cinema publicados na “Revista Cena Muda”, distribuída em Natal pelo gazeteiro Luiz Romão.

É provável que a banca Agência Pernambucana, daquele comerciante, instalada no bairro da Ribeira<sup>5</sup>, também proviesse seu acesso a outras publicações culturais que eram seguidas por seu círculo intelectual, como as revistas “Leitura”, do Rio de Janeiro, fundada em 1942, “Joaquim”, de Curitiba, em 1946, e “Branca”, também carioca, criada em 1948.

Motivado por esses periódicos, que divulgavam a arte nova produzida em suas províncias, Dorian Gray Caldas não tardaria a conquistar espaços na imprensa natalense para suas ilustrações.

Entre 1940 e 1960 existiram em Natal cerca de 130 publicações, embora de periodicidade irregular, que praticavam jornalismo noticioso, literário, estudantil, sindical, partidário ou religioso (MELO, 1987). Dessa forma, os jornais e revistas

---

<sup>4</sup> Depoimento de Dorian Gray Caldas em 17 de setembro de 2015.

<sup>5</sup> VELHAS revistas sumiram com o tempo. Tribuna do Norte, 30 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/velhas-revistas-sumiram-com-o-tempo/17377>>. Acesso: 28 out 2016.

constituíram importantes lugares de sociabilidade para inserção dos inventores da arte e da poesia modernas na capital potiguar.

Já em 1948, Dorian Gray aparecia como ilustrador do semanário lítero-cultural “Expressão”, dirigido pelo acadêmico de Direito, Ticiano Duarte, que trazia, entre seus cronistas, Jurandyr Navarro, primo do pintor Newton Navarro, que em dezembro daquele ano expôs, pela primeira vez em Natal, seus desenhos e pinturas em arte nova.

Dorian soube da repercussão do evento e, é possível, que tenha presenciado o discurso inaugural da exposição proferido por Grimaldi Ribeiro, outro primo de Newton Navarro, para quem se tratava do principal acontecimento artístico do ano na cidade: “sabemos todos que [...] tudo indica estarmos esperando a fase modernista, enquanto na maioria das regiões do país, já vai se superando 1922” (PAIVA, 2004, p. 293).

A aproximação de Dorian Gray com Newton Navarro, sob o pretexto de mostrar-lhe uma pintura que havia feito, representando o poeta Murilo Mendes, dentro da estética moderna, foi motivada pela fama que aquele adquirira como aluno do Atelier de Pintura de Lula Cardoso Ayres, onde manteve contato com diversos pintores do movimento cultural do Recife, como Hélio Feijó, Aloísio Magalhães e Cícero Dias<sup>6</sup>.

Diferente de Navarro, o contato inicial de Dorian Gray com a arte moderna se deu pela leitura de publicações nacionais e estrangeiras cedidas pelo amigo intelectual, Geraldo Carvalho, funcionário dos Correios de Natal, autor do livro “A Cravina Asfaltada”, com capa em xilogravura de sua autoria. Uma amizade que lhe proporcionou o conhecimento de diversos poetas e escritores franceses, como Paul Sartre e André Gide<sup>7</sup>.

Geraldo Carvalho foi quem abriu espaço para suas ilustrações na *Revista de Letras*, que dirigiu, de 1951 a 1953, secretariada pelo contista Aluizio Furtado de Mendonça, autor de “Silêncio das horas” e correspondente, em Natal, da “Revista Sul”, editada pelo Círculo de Arte Moderna de Florianópolis.

A publicação catarinense atribuiu o fim das atividades literárias da *Revista de Letras* - o “órgão dos novos do Rio Grande do Norte”<sup>8</sup>, à transferência de Aluizio Furtado para Areia Branca/RN e de Geraldo Carvalho, para a Paraíba.

No álbum de jornais cedido por Dorian, não havia exemplares da publicação, apenas o recorte de uma entrevista dele, o sumário e o expediente da edição de outubro de 1952,

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida à autora em 17 de setembro de 2015.

<sup>7</sup> Entrevista concedida à autora em 17 de setembro de 2015.

<sup>8</sup> CESSOU suas atividades a Revista de Letras. *Revista Sul*, Florianópolis, ano 6, n.20, ago. 1953, p.58.

que trazia ele e Navarro como ilustradores e nomeava 16 colaboradores, entre poetas, jornalistas e folcloristas, como Zila Mamede, Myriam Coeli de Araújo, Lenine Pinto, Luís Carlos Guimarães, Luiz Rabelo, Nilson Patriota, Veríssimo de Melo e Deífilo Gurgel.

A entrevista fora feita alguns meses depois que a *Revista de Letras* patrocinara uma mostra individual de Dorian Gray, a primeira depois da estreia de 1950, e que teve lugar no espaço comercial do recém-construído Armazém Caxias, na rua João Pessoa, bairro Cidade Alta.

Nessa edição, ela tomava as dores do “grupo dos novos” diante da incompreensão do público frente a seus esforços de valorização das letras e das artes, e da “onda de suspeição contra o pintor, vinda de uma maioria que alegava não entender sua pintura abstrata”. Por seu turno, Dorian afirmava não haver ainda um movimento plástico em Natal, porque “faltava um certo número de artistas para concretizar ou dar forma ao nome de movimento”<sup>9</sup>.

Essa provável desarticulação entre os artistas pode tê-lo induzido a se inserir entre os literatos da cidade, que, ao menos, dispunham de algum espaço na imprensa e lhes encomendava a ilustração de poemas ou capas de livros e plaquetes. O fato é que a maioria dos seus amigos dos anos 50 era composta por escritores e poetas. Ele próprio incursionaria no campo da poesia sob o incentivo principal do tio Luiz Rabelo, poeta e trovador.

A revista *Cactus*, lançada em março de 1958, foi outra publicação com a qual Dorian Gray colaborou. Congregava intelectuais “novos” e “antigos” e se propunha a difundir estudos e pesquisas de economia, sociologia e literatura norte-rio-grandenses para buscar a “solução de problemas seculares” que colocavam o Estado entre os mais atrasados do país<sup>10</sup>.

*Cactus* era patrocinada pelo Governo de Dinarte Mariz, através da Secretaria Estadual de Educação e Cultura, cujo titular era Grimaldi Ribeiro. Dirigida pelo coordenador de Difusão Cultural da Secretaria, jornalista Afonso Laurentino Ramos, e pelo jovem poeta Sanderson Negreiros, trazia ilustrações de Newton Navarro, Dorian Gray e Wharton Cordeiro.

---

<sup>9</sup> DORIAN GRAY fala à “Revista de Letras”. *Revista de Letras*, Natal, out.1952.

<sup>10</sup> CACTUS Natal. Diário de Pernambuco. 2ª Seção (10 páginas). Literatura da Semana. Recife, domingo, 28 set.1958, p.10.

Seu conselho de redação incluía renomados intelectuais da cidade, como o professor e advogado Alvamar Furtado, o jornalista Luiz Maranhão Filho, o sociólogo Moacyr de Góis e o folclorista Veríssimo de Melo, além de manter, entre os colaboradores, o escritor Luís da Câmara Cascudo, os poetas Luiz Rabelo, Zila Mamede e Myriam Coeli e o próprio prefeito de Natal, Djalma Maranhão<sup>11</sup>.

Aliada ao estudo dos problemas socioeconômicos do Estado, a linha editorial da revista, manifesta no discurso de lançamento<sup>12</sup>, apontava para a publicação de plaquetes e “obras clássicas dentro da sociologia nordestina”, como *Calvário das secas*, de Eloy de Souza, e *Secas contra secas*, de Felipe Guerra. Em parceria com a Secretaria de Educação, se propunha ainda a criar um círculo de estudos das obras de Cascudo e de Gilberto Freyre, além de comemorar o cinquentenário da morte do escritor Euclides da Cunha.

Embora eu tenha chegado à revista *Cactus* por meio de uma pequena citação entre as notícias do acervo pessoal de Dorian Gray, pude observar, nos arquivos digitais do Diário de Natal, disponibilizados pela Biblioteca Nacional, que, em 1957 e 1958, esse jornal mantinha uma página literária, editada pelo mesmo jornalista, Afonso Laurentino Ramos.

Verifiquei, ainda que, nos meses que antecederam e que sucederam o lançamento daquela revista, Dorian Gray colaborou, no jornal, com poemas e diversas ilustrações que remetem a representações do sertão, da seca, da pecuária sertaneja, de pescadores ou paisagens de engenho.

São indícios, portanto, da incorporação de temáticas regionais à sua arte moderna, embora seja prematuro afirmar que, já naquele momento, ele tivesse a intenção de produzir determinada identidade potiguar por meio de sua arte.

Cronista dos jornais *O Poti* e *A República*, o folclorista Veríssimo de Melo se declarava amigo e grande incentivador do trabalho de Dorian Gray, cuja trajetória o jornalista acompanhara desde o princípio.

Numa matéria que tratara de sua visita ao atelier de Dorian em 1953, a fim de conferir seus mais recentes trabalhos, o cronista lamentou a má recepção das primeiras exposições do artista, que atribuiu ao fato de que “o povo não estava aparelhado para compreender e sentir a pintura expressionista ou impressionista”<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> A REVISTA “Cactus”, de Natal. Diário de Pernambuco, Diário literário, Recife, 26 ago.1959, p.2.

<sup>12</sup> SOBRE “Cactus”. Discurso pronunciado por Sanderson Negreiros no lançamento da revista. Diário de Natal, Natal, 18 mar. 1959, p.4.

<sup>13</sup> MELO, Veríssimo de. Novos quadros de Dorian Gray. *O Poti*, Crônica Social, Natal, 12 jan.1953.



Ao mesmo tempo, Veríssimo parecia comemorar os novos rumos tomados pela pintura do artista, ao informar, referindo-se a uma série de marinhas e outra de temas regionais e sentimentais produzidas por Dorian Gray que, “ultimamente, o artista executou duas séries de trabalhos de maior valor e que certamente iriam despertar interesse por parte do público”<sup>14</sup>.

Para Dorian, o ano de 1955 seria providencial na afirmação da carreira artística dele e de Navarro, “*uma espécie de constatação de que eles haviam vencido as barreiras que ainda pudesse haver para sua aceitação*”<sup>15</sup>. Realizado no Centro Social da Divina Providência, cedido pela Rádio Rural de Natal, o II Salão de Arte Moderna, aberto com discurso do professor Alvamar Furtado de Mendonça, teria intensa repercussão na cidade, sobretudo, após a visita do governador Sylvio Pedroza, que adquirira uma marina de Dorian e uma aquarela de Navarro, representando a praia de Areia Preta<sup>16</sup>.

Os próximos meses também lhe reservariam novos horizontes que os amigos da imprensa ajudariam a impulsionar. Aos 25 anos, Dorian conquistava o círculo de sociabilidade *do Mestre Cascudo*, ao atender-lhe o convite para pintar a porta de entrada da sua biblioteca particular. Seria “a primeira vez que uma porta comum” receberia “em Natal as atenções de um brilhante pintor moderno como Dorian Gray”<sup>17</sup>.

A inauguração da pintura do cangaceiro, “que guardaria o recinto mesmo após a morte do mestre”<sup>18</sup>, produziria uma dupla troca simbólica: de um lado, Cascudo reuniria toda a sua geração para o ato inaugural, configurando uma homenagem ao pintor; do outro, o “ilustre historiador da cidade” se integraria aos novos, ao receber, no espaço privado do lar, “uma das maiores obras de arte moderna no Estado”<sup>19</sup>.

Essas trocas se repetiriam, ao menos, em mais duas ocasiões. Em 1956, ao lado do intelectual Antonio Pinto de Medeiros, Cascudo *fez o discurso de abertura*<sup>20</sup> de uma exposição individual de Dorian Gray, apresentando seus trabalhos de pintura, agora figurativa, montada no salão da Loja Maçônica 21 de Março, na qual ele também estreava com peças de cerâmica e escultura.

---

<sup>14</sup> *Idem.*

<sup>15</sup> Entrevista concedida à autora em 15 de outubro de 2015.

<sup>16</sup> VISITOU o Governador do Estado o Salão de Arte Moderna. *Diário de Natal*, Natal, 12 de abril de 1955.

<sup>17</sup> DORIAN pintará uma porta da casa de Câmara Cascudo. *O Poti*, Natal, 10 de junho de 1955.

<sup>18</sup> IDEIA original de Dorian Grey. Guardada pela figura do cangaceiro a Biblioteca de Luís da Câmara Cascudo. *Tribuna do Norte*, Natal, 27 de julho de 1955.

<sup>19</sup> MELO, Veríssimo de. Notável realização artística de Dorian Gray. *O Poti*, Natal, 28 de julho de 1955.

<sup>20</sup> Entrevista concedida à autora em 17 de setembro de 2015.

Quatro anos depois, o prefeito de Natal, José Pinto Freire, em seu programa de modernização da cidade e recuperação de logradouros públicos, lhe encomendaria uma escultura para a Praça das Mães, ao que o artista responderia com uma obra de arte em mármore branco, na estética da forma gorda, que começava a lhe interessar naquele momento.

Antecipando-se às críticas que o trabalho pudesse suscitar, Câmara Cascudo produziu uma crônica, para sua coluna *Acta Diurna*, na qual avisaria aos leitores d'A República: "Não deveis procurar a Beleza clássica, rítmica, esguia, ágil e sedutora. Vereis a flor sonora que brota da terra coletiva, sacudindo para o Céu o seu fruto, num esplendor de sofrimento e de esperança"<sup>21</sup>.

Cascudo faria ainda mais, nomeando a obra de arte e dando-lhe uma chave de leitura: "Vereis a *Mater Potens*, Mãe Potente de amor, rude, maciça, de braços robustos de lavradora incansável, estendendo pernas infatigáveis de caminho e de esforços diários"<sup>22</sup>.

Partindo, então, da memória construída em torno da introdução da arte moderna em Natal, o presente artigo investigou os lugares de sociabilidade produzidos, na década de 1950, pelo seu principal remanescente, o pintor Dorian Gray Caldas.

Por meio de narrativas em história oral de vida e jornais do acervo pessoal do depoente, tomados como parte de uma escrita de si, constatei que Dorian Gray transitaria por diversos espaços de sociabilidade intelectual e produziria outros tantos, desde os espaços da imprensa aos salões de arte, constituindo uma ampla rede de contatos, que não só viabilizaria seu projeto de modernidade artística, como legitimaria sua própria identidade de artista moderno natalense.

#### **FONTES**

CALDAS, Dorian Gray. *Entrevistas*. Depoimentos concedidos a Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 17 set.; 15 out.; 12 nov.; 03 dez. 2015.

VELHAS revistas sumiram com o tempo. *Tribuna do Norte*, 30 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/velhas-revistas-sumiram-com-o-tempo/17377>>. Acesso: 28 out 2016.

CESSOU suas atividades a Revista de Letras. *Revista Sul*, Florianópolis, ano 6, n.20, ago. 1953, p.58.

---

<sup>21</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Mater Potens*. *A República*, Acta Diurna, Natal, 30 de abril de 1960.

<sup>22</sup> *Idem*.

DORIAN GRAY fala à “Revista de Letras”. *Revista de Letras*, Natal, out.1952.

CACTUS Natal. *Diário de Pernambuco*. 2ª Seção (10 páginas). Literatura da Semana. Recife, domingo, 28 set.1958, p.10.

A REVISTA “Cactus”, de Natal. *Diário de Pernambuco*, Diário literário, Recife, 26 ago.1959, p.2.

SOBRE “Cactus”. Discurso pronunciado por Sanderson Negreiros no lançamento da revista. Diário de Natal, Natal, 18 mar. 1959, p.4.

MELO, Veríssimo de. Novos quadros de Dorian Gray. *O Poti*, Crônica Social, Natal, 12 jan.1953.

VISITOU o Governador do Estado o Salão de Arte Moderna. *Diário de Natal*, Natal, 12 de abril de 1955.

DORIAN pintará uma porta da casa de Câmara Cascudo. *O Poti*, Natal, 10 de junho de 1955.

IDEIA original de Dorian Grey. Guardada pela figura do cangaceiro a Biblioteca de Luís da Câmara Cascudo. *Tribuna do Norte*, Natal, 27 de julho de 1955.

MELO, Veríssimo de. Notável realização artística de Dorian Gray. *O Poti*, Natal, 28 de julho de 1955.

CASCUDO, Luís da Câmara. “Mater Potens”. *A República*, Acta Diurna, Natal, 30 de abril de 1960.

## **REFERÊNCIAS**

SOUZA, Adriana Barreto de. Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. *Revista Universidade Rural*: Série Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR, v. 29, n 1, p. 27-36, jan-jul, 2007.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p.253-270, dez. 2007.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.

DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). *70 anos de Modernismo: coletânea de ensaios*. (Coleção Humanas Letras). Natal: UFRN-CCHLA, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo (p.7-23). In: *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à História*. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro/FGV, v. 05, n.10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como experimento de igualdade; O que faz a história oral diferente (p.7-39). *Revista Projeto História*, São Paulo, n.14, fev. 1997.

RIBEIRO, Isa Paula Zacarias. *As Praças de Cultura no Governo Djalma Maranhão (1960-1964)*. Dissertação - História (Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Natal, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais (p.231-269). In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.231-269.

\_\_\_\_\_. Geração (p.131-138). In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

SCHORSKE, Carl Emil. Gustav Klimt: pintura e crise do ego liberal (p.201-262). In: *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. Tradução: Denise Bottmann. Campinas: Editora da Unicamp; Companhia das Letras, 1988.

TORQUATO, Arthur Luís de Oliveira. *O plantador de cidades e a criação do espaço moderno: a construção de uma Natal moderna na administração Sylvio Pedroza (1946-1950)*. Dissertação - História (Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Natal, 2011.

## **DIREITO POSITIVO BRASILEIRO COMO FERRAMENTA HISTÓRICA DE SULBALTERNIZAÇÃO DAS “MINORIAS”**

Mislene Ingrid da Silva Fernandes<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O Direito Positivo brasileiro pode ser compreendido, dentro de uma perspectiva histórica, como ferramenta de subalternização de grupos sociais “minoritários”. O discurso positivista (legalista) é utilizado para violentar o pluralismo jurídico e subalternizar determinados grupos sociais, como mulheres, negras/os, pobres, LGBTs (sigla para: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Pessoas Trans), indígenas, praticantes de religiões afroameríndias, etc. As “minorias” representativas são os grupos que não detém a voz no ordenamento jurídico e tampouco o reconhecimento dos direitos fundamentais, seja pela sociedade, seja pelo Estado. O artigo foca-se nos recortes de gênero e sexualidade.

O Direito Positivo estruturado através do paradigma dominante, sob uma ordem científica hegemônica, silencia as/os que Michel Foucault denomina de “saberes dominados”. O discurso positivista, aliado ao liberal capitalista, é utilizado para violentar os grupos que detém maior vulnerabilidade social e econômica. Nega-se a estes grupos direitos fundamentais expostos como universais na Constituição Federal de 1988, como direito a moradia, a saneamento básico, a trabalho, a saúde e a educação, por exemplo. A dignidade humana é esquecida e a luta contra a subalternização dos grupos deslegitimada.

Gayatri Chakravorty Spivak (2010) afirma que os subalternos não são apenas “minorias” ou “os outros”, mas são aqueles que não participam do processo legislativo e judiciário, ou mesmo participam de modo muito limitado; são sujeitos, cuja própria subjetividade é negada, emudecidos pelo imperialismo cultural, pela violência epistemológica e pelo positivismo jurídico.

A/o jurista, à luz do paradigma emergente, problematizador do Direito e imerso nas discussões sociais, guiado pela Justiça Social, deve atentar-se para aquelas e aqueles que não falam no ordenamento e, sempre que possível, muito além de ouvir como sujeito que conhece, possibilitar a voz destas e destes, não só enquanto objetos de estudo, mas sujeitos da pesquisa, indivíduos munidos de subjetividade e vivências.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Direito – UFRN – CERES.

O presente artigo visa discutir como, ao longo da história, o Direito Positivo foi e ainda é utilizado como meio de subalternização e como o paradigma emergente reverbera em uma nova perspectiva sobre o ordenamento, não se limitando a códigos, mas se aproximando do corpo social, bem como analisar a eficácia do Direito Positivo brasileiro quanto implantação do princípio da igualdade de direitos, proposto pela Constituição Federal de 1988, de forma a contribuir para a emancipação das minorias representativas. Para tanto, o presente projeto foi executado através da análise do ordenamento jurídico brasileiro no que tange aos Direitos de “minorias”, desde a Constituição Federal de 1988 até os dias atuais e a observância da sua efetividade na sociedade brasileira contemporânea. Foi feito também um levantamento bibliográfico dessa temática através de publicações científicas a fim de se extrair as opiniões de juristas da área.

#### **SUBALTARNIZAÇÃO DAS MINORIAS**

O debate sobre o amparo jurídico das opressões expõe o Direito Positivo brasileiro como ferramenta de manutenção de privilégios de grupos dominantes, através do silenciamento legal dos grupos subalternizados. Apenas podemos solucionar problemas quando admitimos que existem. É necessária a concepção que além de positivista, o ordenamento jurídico deve se dispor a ser um Direito Justo, como afirma Norberto Bobbio (1997), e logo, buscar a primazia por justiça.

Para o jurista Miguel Reale (2002), o Direito é visto como uma ciência dogmática, não por se basear em verdades irrefutáveis, indestrutíveis ou eternas, mas sim porque “a doutrina jurídica se desenvolve a partir das normas vigentes”, ou seja, do Direito positivo: aquilo que é posto ou estabelecido por uma autoridade (o Estado). No ínterim, Andrade (2011), nos diz que é possível entender o Direito como sendo representado por um conjunto de interesses dos julgadores, e isso implicaria em um conjunto de “força, ideologia, poder, influência, fé, método científico, posição social, corrupção, altruísmo, desejo, frustração e outras questões” (ANDRADE, 2011,p.18).

É justamente nesse julgador que encontramos a figura da autoridade opressora que, ao representar o Estado, atentando-se aos seus próprios interesses e os do seu grupo social, repreende e nega direitos como os das “minorias”, haja vista o que foi dito pelo filósofo Michel Foucault, em 1980, quando afirmou que descrever todos fenômenos do poder como dependentes do Estado significa compreendê-lo como essencialmente

repressivo: "o exército como poder de morte, polícia e justiça como instâncias punitivas" (FOUCAULT, 1980, p.122).

## **O CONCEITO DE MINORIA**

Até o presente momento, não há uma definição universal quanto ao termo "minoría". Em 1979, o ex-relator especial da ONU – Organização das Nações Unidas, Francesco Capororti, definiu o termo minoría, segundo Wucher (2000) como sendo:

Um grupo numericamente inferior ao resto da população de um Estado, em posição não-dominante, cujos membros - sendo nacionais desse Estado - possuem características étnicas, religiosas ou linguísticas diferentes das do resto da população e demonstre, pelo menos de maneira implícita, um sentido de solidariedade, dirigido à preservação de sua cultura, de suas tradições, religião ou língua. (CAPOTORTI apud WUCHER, 2000, p. 78)

Ainda nesse sentido, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1994) definiu "minoría" como "parte menos numerosa duma corporação deliberativa, e que sustenta ideias contrárias às do maior número" (FERREIRA, 1994, p.11). Entretanto, como avaliamos o fato de mulheres e negras/os, mais de 51,4% e 54% (IBGE, 2015) população brasileira, respectivamente, serem pertencentes a grupos minoritários? É inevitável afirmar que não podemos restringir o conceito de minoría a apenas o seu aspecto quantitativo, mas deve-se observar prioritariamente o aspecto qualitativo, haja vista esses dois grupos marginalizados e oprimidos socialmente, serem no contexto atual maioria numérica. Desta forma, podem ser chamados de grupos vulneráveis por sofrerem intolerância e discriminação por parte da sociedade detentora do poder. Fazem parte destes grupos as mulheres, negros(as), indígenas, idosos, crianças, LGBT's, grupos religiosos afroamerídeos, dentre outros. Importante destacar que esse rol de grupos não é estável, pode aumentar e/ou variar a depender das mudanças sociais da atualidade. Sendo assim, podemos dizer que a definição de "minoría" deve estar baseada, conforme versa Baylão:

[...] nas relações de violência econômica, simbólica e material que se estabelecem, historicamente, entre dois grupos, relações estas que caracterizarão a opressão de um grupo por outro. Assim, os termos "maioría" e "minoría" descrevem, em última análise, uma situação de distribuição desigual de poder político entre grupos sociais distintos que coexistem dentro de uma mesma unidade política – um país ou uma parte de um país. (BAYLÃO, 2001, p.220)



De forma sucinta, “minoría” deve ser entendida como o grupo subalternizado e “maioría” como grupo dominante, sem levar em conta os dados numéricos quantitativos, e sim de detenção de poder, numa relação de oprimido e opressor. Além disso, deve-se lembrar da intersecção de opressões: há sujeitos inseridos em mais de um grupo subalternizado.

## **EXEMPLOS DE NORMAS SUBALTERNIZADORAS**

O Direito Positivo, ao longo da história, provocou muitas opressões às minorias representativas. Os itens a seguir discorrerão sobre exemplos de subalternização de as mulheres, com enfoque nas relações de âmbito privado (domiciliar); e LGBTs, com enfoque no Direito de Família.

## **MULHERES**

Um exemplo histórico de subalternização é a forma de tratamento, previsto em lei, destinado às mulheres. O Código Civil Brasileiro de 1916, em seu Art. 186, nos dizia que em caso de discordância entre os cônjuges, prevaleceria “a vontade paterna”. O Art. 233 desse mesmo código nos diz que “O marido é o chefe da sociedade conjugal”. Podemos encontrar ainda a subalternização das mulheres no Art. 242 do já citado código, que trazia a seguinte redação:

Art. 242 - A mulher não pode, sem o consentimento do marido:  
I. Praticar atos que este não poderia sem o consentimento da mulher.  
II. Alienar, ou gravar de ônus real, os imóveis do seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens.  
III. Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem.  
IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado.  
V. Aceitar tutela, curatela ou outro múnus públicos.  
VI. Litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados nos Arts. 248 e 251.  
VII. Exercer profissão.  
VIII. Contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.  
IX. Aceitar mandato.

É perceptível que o Código Civil Brasileiro de 1916 é estruturado no patriarcalismo, sendo o ordenamento jurídico um instrumento de posituação do patriarcado e da subalternização das mulheres. Não há somente o controle dos corpos femininos, mas da

sua liberdade intelectual, da sua produção acadêmico-científica. Vale salientar que tal Código só foi revogado apenas em 2002, através da Lei N° 10.406 (Novo Código Civil) que extinguiu tais artigos, devido a reivindicações dos movimentos feministas de todo o país.

## **LGBTs**

Um importante ponto a ser debatido é a questão do conceito de Família, conforme versa a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu parágrafo 3° do Artigo 226, no qual reconhece como entidade familiar apenas a união estável entre homem e mulher. No entanto, a referida constituição é omissa quanto ao caso de união estável homoafetiva, gerando extremo desconforto neste grupo historicamente subalternizado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1995 não traz qualquer restrição, seja quanto à orientação sexual ou identidade de gênero dos adotantes. Os artigos 42 e 47 do ECA determinam que:

Art. 42. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independente do estado civil.

[...]

§ 2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade de família.

[...]

Art.47. O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.

§ 1º A inscrição consignará o nome dos adotantes como pais, bem como o nome de seus ascendentes.

Entretanto, apenas em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a adoção por famílias homoparentais. Até então, todas as adoções eram resultado de decisão judicial. Devido à construção social heterocisnormativa de família, ainda há dificuldade de registrar os indivíduos adotados com o duplo registro de filiação. A Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) determinou, em 2016, que a solicitação do duplo registro de filiação hetero e homoafetiva fosse atendida de imediato, sem processo jurídico, criminalizando também a negação do pedido. Contudo, a facilidade no duplo registro de filiação não contempla adoção, voltando-se apenas para técnicas de reprodução assistida, como fertilização in vitro e gestação substituída.

## **EXEMPLOS DE NORMAS QUE BUSCAM EMANCIPAÇÃO**

O Direito Positivo brasileiro, embora utilizado para subalternizar grupos sociais, também é ferramenta de mudança social e de emancipação. A história não é composta apenas opressão, mas também de luta e resistência.

A Lei nº 13.104, de 2015, prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, uma vez entendido como o crime cometido contra a mulher por razões de condição de sexo (sic) feminino. Ou seja, quando a violência é cometida contra aquela que se identifica com o gênero feminino por performá-lo, uma vez entendendo o gênero enquanto performativo, à luz da Teoria Queer de Judith Butler (2002).

Conforme Martins (2010) houve reconhecimento normativo no que se refere às relações homoafetivas “com a edição da Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, que ao regular a violência doméstica e familiar fez expressa menção à independência de orientação sexual na configuração dessa violência, abrindo assim o primeiro espaço normativo das uniões homoafetivas”. Em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal garantiu o reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo gênero, fazendo valer também a eles, em teoria, os direitos previstos para casais heteroafetivos. O casamento, por sua vez, foi estendido a todo o país em 2013, quando entrou em vigor a Resolução 175, de 14 de maio de 2013, do Corregedoria Nacional de Justiça.

Maria Berenice Dias (2007) afirma que “O pluralismo das relações familiares – outra vértice da nova ordem jurídica – ocasionou mudanças na própria estrutura da sociedade” (DIAS, 2007,p.18). Não é cabível pensar em uma única entidade familiar, não existe mais uma família, mas famílias, como as famílias monoparental, anaparental, pluriparental, eudemonista, homoparental, unipessoal, além da tradicional (SOUZA, 2009).

## **O PARADIGMA EMERGENTE**

O jusfilósofo português Boaventura de Souza Santos afirmou que a ciência encontra-se no momento de transição paradigmática, entre os paradigmas dominante e emergente. O paradigma dominante embasou toda a construção da ciência moderna: racional, dicotômica e totalitária, na medida em que “nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas.” (BOAVENTURA, 1988, p.48) A crise do paradigma dominante se mostrou, segundo o autor, irreversível, haja vista os dizeres:

A crise do paradigma dominante é o resultado interativo de uma pluralidade de condições. Distingo entre condições sociais e condições teóricas. (...) a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda. (BOAVENTURA, 1988, p.54)

Em dissonância, o paradigma emergente demonstra que todo conhecimento científico-natural é também científico-social, sendo característica da ciência pós-moderna o reconhecimento do senso comum na construção do conhecimento. Boaventura nos diz que “a ciência pós-moderna, ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, [...] deve traduzir-se em sabedoria de vida.” (BOAVENTURA, 1988, p. 70)

Nesse ínterim, a Ciência do Direito, ao vivenciar o paradigma emergente, inevitavelmente deve atentar que a produção de leis e, conseqüentemente, a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária dependem intrinsecamente do reconhecimento da importância das múltiplas fontes e interesses que perpassam em todos os segmentos e classes sociais, visando a produção de um direito capaz de refletir a pluralidade da sociedade brasileira. Nas palavras de Carvalho:

Encontramo-nos em um momento de transição paradigmática e este novo modelo, que recorre a uma democratização e descentralização de um espaço público participativo, fundado numa ética concreta da alteridade e numa racionalidade emancipatória, indica um caminho para a construção do Direito pós-moderno, engendrado por práticas inovadoras desses sujeitos coletivos. O paradigma emergente do pluralismo jurídico propõe alternativas sociais assentes na transformação das relações de poder em relações de autoridade partilhada, na transformação das ordens jurídicas despóticas em ordens jurídicas democráticas e, no que tange à ciência, a proposta de um conhecimento prudente para a consecução de uma vida decente. (CARVALHO, 2001)

Desta forma, é mister dizer que o Direito Positivo deve estar preparado para se adaptar aos níveis de complexidade existentes na sociedade plural pós-moderna, atendo-se à necessária transição de um sistema frio e rígido, de leis declaradas como certas e imutáveis, para um sistema que promova a humanização da Ciência Jurídica, sendo possível através do diálogo entre todos os grupos sociais envolvidos, levando em conta os aspectos históricos-sociais de cada localidade.

Segundo Conolly, tais mudanças no Direito Positivo implicariam diretamente em custos ao grupo dominante, mesmo quando em situações em que “indivíduos brancos inocentes e do sexo masculino perdem para minorias ou mulheres aparentemente menos qualificadas em programas de ações afirmativas no emprego, educação ou habitação.” (CONOLLY, 2011, p.11) O autor reforça que é dever do Estado ter uma ação direta contra a discriminação, de não perpetuar a subalternização histórica desses grupos.

## **CONCLUSÃO**

O Direito positivo, como fruto da modernidade, não pode ser entendido de forma cartesiana, matemática e determinista. É preciso ser revisto para fins de promover a igualdade e o sentimento de justiça. Para tanto, faz-se essencial o empoderamento de grupos sociais minoritários, inserindo-os na formulação de leis que garantam a execução de garantias fundamentais propostas na Constituição Brasileira de 1988, visando a harmonia entre as diversas culturas.

O Direito foi e ainda é utilizado para subalternizar determinados grupos. Repensar o ordenamento, como defende Boaventura de Souza Santos (2006), é um posicionamento político, uma atitude revolucionária contra todo um sistema, que transpassa o campo jurídico e o esquema de pensamento social hegemônico. Resignificar o Direito Positivo brasileiro a partir do paradigma emergente é tornar o acadêmico do bacharelado em Direito não mais um operador, mas um jurista, um cientista pensante, que questiona e que se enfurece perante as injustiças. A mudança no Direito inicia-se na academia, na mudança de percepção dos saberes científicos. Entretanto, é preciso lembrar que o ordenamento é fruto de construções sociais e que de nada adianta modificá-lo sem mudanças no corpo social. Punir é uma maneira de controlar a população, não de educá-la. Para tanto, é necessário ocupar, invadir, provocar todas as instituições de ensino, de controle social, todos os códigos; questionar todos os paradigmas, desde a heterocisnormatividade ao Estado de Natureza.

O Direito Positivo pode e deve ser utilizado não mais como ferramenta de subordinação, mas de emancipação social e promoção de justiça. Transformar o Direito para transformar a sociedade e transformar a sociedade para transformar o Direito.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Lédio Rosa de. **Direito ao Direito: Conceito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BAYLÃO, Raul Di Sergi. **Um conceito operacional de minorias**. Rev. Fund. Esc. Super. Minist. Público Dist. Fed. Territ., Brasília, Ano , V. 17, p. 209 – 233, jan./jun. 2001.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 10. ed. (tradução de Maria Celeste C. J. Santos). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995. 210p.

BRASIL. Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de agosto de 2013.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de março de 2015.

BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: **JIMÉNEZ**, Rafael M. Mérida. Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria editorial, 2002, p. 55 a 81.

CARVALHO, Moisés Nepomuceno. **Pluralismo jurídico : os movimentos sociais como novos paradigmas de juridicidade : a experiência da Vila Telebrasil**. 2001. 111 f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2001. Disponível em <<http://juslaboris.tst.jus.br/handle/1939/30816>>, Acesso em 18 de nov de 2016.

CNJ. **Resolução que disciplina a atuação dos cartórios no casamento gay entra em vigor nesta quinta-feira**. Corregedoria Nacional de Justiça. 15 de maio de 2015. Disponível em: <<http://cnj.jus.br/noticias/cnj/59160-resolucao-que-disciplina-a-atuacao-dos-cartorios-no-casamento-gay-entra-em-vigor-amanha>>, Acesso em 25 out. 2016.

CONNOLLY, Michael. **Discrimination Law**. 2nd ed. London: Sweet & Maxwell, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **A evolução das famílias e seus direitos**. Disponível em: <[www.mariaberenice.com.br/uploads/7\\_-\\_a\\_evolucao\\_da\\_familia\\_e\\_seus\\_direitos.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/7_-_a_evolucao_da_familia_e_seus_direitos.pdf) >. Acesso em 30 jun. 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 4ª ed., 2007, p. 34.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

FOUCAULT, Michel. **L'impossible Prison** : Recherches sur lê Systeme Pénitentiaire ao XIX Siècle. Paris: Éd. Du Seuil, 1980, p. 122.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um estado Eclesiástico e Civil**. Agosto de 2013. Disponível em: <<https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2013/08/te1-hobbes-leviathan.pdf>> Acesso: 15 nov. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2016.

MARTINS, Priscilla Uchoa. A família homoafetiva e seu legal reconhecimento. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 75, abr 2010. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7336](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7336)>. Acesso em 10 nov 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 15.ed. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estud. av.**, São Paulo , v. 2,n. 2,p. 46-71, Agosto 1988. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 de nov. 2016.

SECRETARIA de Documentação Coordenadoria de Biblioteca. Supremo Tribunal Federal. Maio 2011. **UNIÃO HOMOAFETIVA** Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temáticas. Disponível em : <[http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaBibliografia/anexo/uniao\\_homoafetiva.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaBibliografia/anexo/uniao_homoafetiva.pdf)>, Acesso em: 25 out. 2016.

SOUZA, Daniel Barbosa Lima Faria Corrêa de. **Famílias plurais ou espécies de famílias**. 14 de Dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.faimi.edu.br/revistajuridica/downloads/numero8/especies.pdf>>, Acesso em: 25 out. 2016.

SPIVAK, GayatriChakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Tradução de Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa; André Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STF reconhece adoção por casal gay, e Brasil avança mais um passo nos direitos LGBT. Disponível em: <[http://www.brasilpost.com.br/2015/03/19/stf-adocao-gay\\_n\\_6906530.html](http://www.brasilpost.com.br/2015/03/19/stf-adocao-gay_n_6906530.html)>, Acesso em 30 jun. 2016.



REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.p 134.  
PDF.

WUCHER, Gabi. **Minorias: proteção internacional em prol da democracia**. São Paulo:  
Juarez de Oliveira, 2000.

## **UMA POETISA NEGRA POTIGUAR: AUTA DE SOUZA E A REPRESENTAÇÃO DO SEU CONTEXTO SOCIAL EM *O HORTO***

Edilson Pedro Araujo da Silva<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Neste artigo, analisamos a literatura norte-rio-grandense no final do século XIX, focalizando a figura da escritora Auta de Souza, uma mulher negra que prestou suas contribuições para a história da escrita literária do nosso estado. Mostrar essas contribuições, é o principal objetivo deste artigo. Procuramos compreender como essa escritora representou em sua obra *O Horto* cotidiano da sociedade em que viveu. Buscamos analisar esse contexto, com o intuito de configurar a formação intelectual como instrumento de transformação na vida dos afrodescendentes representantes das classes elitizadas no Rio Grande do Norte e do Brasil. Nessa perspectiva, a mencionada escritora emerge na memória literária potiguar como um marco de ascensão, seja por ser mulher, seja por ser negra, compreender a historicidade e o contexto do fato em questão é condição essencial para uma interpretação e análise. A mencionada escritora nasce no período de decadência do regime escravocrata. Momento de mudanças, recuos e avanços nas conquistas dos direitos sociais dos escravos recém-libertos, ainda muito candente e cheio de vivências da escravidão.

### **A LITERATURA E O RIO GRANDE DO NORTE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: O CENÁRIO DA NOSSA HISTÓRIA**

Em linhas gerais, pretendemos aqui caracterizar o contexto sócio cultural e como ocorreu o surgimento da literatura no Rio Grande do Norte, em que viveu Auta de Souza. Objetivamos apresentar sucintamente um panorama da produção cultural e literária no Rio Grande do Norte, durante a transição do século XIX e XX. Duarte e Macêdo (2001) na obra *Literatura do Rio Grande do Norte: antologia* promovem uma discussão pertinente acerca da produção literária potiguar e seus Autores. Consta que 77 escritores contribuíram para a literatura potiguar. No livro as autoras trazem informações da vida e

---

<sup>2</sup> Discente do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Natal, E-mail: edilsonrn@gmail.com.

trechos das obras dos intelectuais, dentre os quais, situa-se a escritora Auta de Souza.

Citamos como trabalhos que analisam a literatura potiguar e suas obras no mencionado período, as como que tratam como fazem um mapeamento da produção literária no estado: *Informação da literatura potiguar*, de Tarcísio Gurgel (2001) e *Literatura do Rio Grande do Norte* (2001), de Constância Lima Duarte e Diva Maria Cunha Pereira de Macêdo que tratam das produções literárias Norte Rio Grandense desde os seus primórdios até a contemporaneidade. Para tanto, faz-se mister mostrar um breve uma breve contextualização, nos seus primórdios

Se nos remontarmos à história dos primeiros séculos após o descobrimento, veremos que a Capitania do Rio Grande do Norte, esteve em mãos francesas, foi saqueada pelos holandeses, e ameaçada pelos conflitos de uma civilização construída a ferro e fogo, entre os povos nativos e os portugueses. Apenas no século XIX, apesar da morosidade e do atraso, início à construção da província, ainda um satélite da capitania pernambucana, de onde irradiava o ideário político e as notícias do mundo artístico. (DUARTE E MACÊDO 2001. p.56)

Segundo Duarte e Macêdo (2001), outros autores tentam fazer um mapeamento da literatura potiguar nos seus primórdios. Algumas iniciativas como: Ezequiel Wanderley, em 1922, que fez um levantamento de 108 nomes de escritores na obra *Poetas do Rio Grande do Norte*, Rômulo Chaves Wanderley que fez alusão a 226 escritores na obra *Panorama da poesia norte-rio-grandense*. Torna-se difícil mencionar com exatidão todos os dados referentes à produção na literatura potiguar, no entanto, estes foram apenas alguns nomes de autores que se interessaram em fazer esse levantamento. De acordo com FARIAS, (2013):

É interessante confrontar os dados advindo dos trabalhos referidos com um lugar comum, existente entre os estudantes e a produção potiguar em geral, segundo o qual a produção literária norte-rio-grandense é quase nula. Não há como se falar em nulidade quando se consegue inventariar, mesmo com critérios pouco definidos numa dada obra, 226 poetas e, em outras, 108 ou 77 autores. O que há na verdade, é um quase total desconhecimento da literatura e dos autores potiguares devido à ausência de boas obras de referência e de bons estudos, além de pouca valorização da produção local, quase sempre posta em segundo plano, preterida com a literatura nacional, a canônica. (FARIAS 2013, p.61)

Nesse período de ebulição cultural que a nossa personagem está inserida, no contexto chamado de “formação” da literatura norte-rio-grandense, momento no Rio

Grande do Norte não é um grande centro urbano e, conseqüentemente, não existe ainda um grande público consumindo leituras, como nos afirma Duarte e Macêdo (2001, p.31): “Apenas no século XIX, apesar da morosidade e do atraso, dá-se o início a construção da província, ainda um satélite da capitania pernambucana, de onde irradiava o ideário e as notícias do mundo artístico.

Dando continuidade, ainda de acordo com Duarte e Macêdo (IBID), na organização do inventário da vida e obra dos autores que contribuíram para o firmamento da literatura potiguar, de forma didática, as autoras dão destaque a quatro categorias ou períodos, onde situam os autores e suas principais obras, a saber:

O período chamado de formação é o momento em que se trabalha (ainda que inconscientemente) a noção de “terra natal, de literatura do lugar ocupado pelo escritor. São representados nomes como Nísia Floresta, Lourival Açucena, Polycarpo Feitosa, Henrique Castriciano, Auta de Souza e Ferreira Itajubá. Outros vão compor a história do período, sem no entanto, alcançar pela obra que deixaram (ou pelo que nos dado conhecer) o brilho dos anteriores. Entre esses, lembramos Luís Carlos Lins Wanderley, e Segundo Wanderley, principalmente. (DUARTE E MACÊDO,2001, p.65)

Algumas razões histórica, como por exemplo, o fator econômico e o isolamento da capitania influenciaram diretamente o meio econômico e social da época. . A maioria da população que aqui habitava estava mais interessada em se ater no provimento de sua sobrevivência do que com a cultura, com as artes. Duarte e Macêdo (Ibid) apontam, dentre outros fatores:

A subordinação a Pernambuco até 1817 contribuiu para o isolamento da região, em todos os aspectos. Naquele tempo, as famílias abastadas seus filhos homens estudar fora. Era eles que, ao retornar, faziam-se porta-vozes das novidades que lentamente transformavam a província. As mulheres permaneciam em casa, voltadas exclusivamente para a vida doméstica. Uma ou outra escapava do rígido controle patriarcal e tentava interferir na construção cultural do seu estado. (DUARTE E MACÊDO,2001, p.78)

O século XIX tinha muito a dizer acerca da formação intelectual da sociedade brasileira. No Rio Grande do Norte, alguns escritores dão conta desse importante momento, a saber: Câmara Cascudo, Denise Monteiro, entre outros, Tarcísio Medeiros. Duarte e Macêdo (Ibid.) trazem importantes ponderações acerca da condição econômica e cultural da população do estado dando ênfase aos escritores:

A maior parte da população do Rio Grande do Norte estava naturalmente preocupada com a sobrevivência e poucos podiam dar-se o luxo de dedicar-se às artes. Por isso, entre eles, predominavam ricos herdeiros como Nísia Floresta, Henrique Castriciano, Auta de Souza, e raros – como Lourival Açucena, e Ferreira Itajubá – vinham das camadas populares. Açucena embora razoavelmente prestigiado, morreu sem ter seus versos publicados; e Ferreira Itajubá, inquieto e pouco sociável, equilibrou-se na indigência durante a vida e morreu anônimo e miserável no Rio de Janeiro. Somente com a promulgação da Lei Estadual n.145, de 06 de agosto de 1900, de Henrique Castriciano, prevendo a edição dos livros considerados úteis, à cultura do Estado. Aliás, essa lei de Henrique Castriciano pode ser considerada a primeira lei cultural do país, segundo Câmara Cascudo, no livro *Nosso Amigo Castriciano*. (DUARTE e MACÊDO,2001, p.81)

Auta de Souza nasce no município de Macaíba/RN numa época em que a cidade era o principal centro comercial e político do Rio Grande do Norte.

## **O BRASIL E A QUESTÃO RACIAL NO SÉCULO XIX**

Falaremos sobre as discussões raciais no Brasil, na época em que a nossa personagem viveu no século XIX. A “cor” da pele, a estatura, a forma do cabelo e do nariz do crânio, entre outras partes do corpo era utilizado como referência de classificação racial naquela época, prevalecendo o padrão europeu de raça “branca”, SEYFERTH (1995,). É válido ressaltar que as doutrinas raciais foram forjadas no contexto do imperialismo europeu, no final do século XIX momento em que se construía o conceito de identidade nacional.

Diante disso, para Seyferth (1995) no Brasil do século XIX, já se tinha de forma incipiente, discussões acerca das relações raciais, associadas ao processo de construção do conceito de nação ou nacionalidade brasileira, numa população genuinamente heterogênea em termos culturais e biológicos que representou para a elite brasileira um grande desafio e problema político. Após a independência do Brasil, sentia-se a necessidade da elaboração de um projeto de identidade enquanto nação brasileira. Nesse momento, a mestiçagem no país se colocava como paradoxo e um desafio a esse projeto de elaboração da identidade nacional enquanto nação moderna. Segundo uma das soluções encontradas pela elite política da época foi a ideia de incorporar a “raça” branca com as “raças” inferiores, paulatinamente ir formando uma “raça” brasileira, prevalecendo, no entanto, características biológicas do homem europeu

Para o Ortiz (1985), tanto o processo de independência brasileira como a abolição da escravidão fundamentais para a formação da identidade nacional no Brasil. Apesar de livre, o Brasil ainda não dispunha de uma identidade própria, e a extinção da escravidão dava ao negro a condição de cidadão brasileiro. Frente a essa realidade, Renato Ortiz destaca que o “negro” se tornou um objeto de preocupação da intelectualidade brasileira somente a partir da abolição. A elite foi buscar nos pensadores europeus soluções teóricas para criar essa identidade nacional para o Brasil. O Dawinismo social, o Positivismo de Comte e o Evolucionismo de Spencer promoveram que os pensadores da elite brasileira no final do século XIX pudessem entender essa evolução histórica dos povos e assim encontrou um conceito de “raça” para essa identidade nacional. Cabe ressaltar que negros e índios não eram tidos como iguais entre os brancos na sociedade brasileira daquele momento, conforme defende que “Mesmo pensando negros e índios como populações propensas a desaparecer através do processo de branqueamento” o Estado brasileiro preparou uma maneira de pensar raça e cultura, conforme argumenta DaMatta (1990,p. 69):”A fábula das três raças se constitui na mais poderosa força cultural do Brasil, permitindo pensar o país, integrar idealmente sua sociedade e individualizar sua cultura.”

O historiador José Murilo de Carvalho (2001) nos lembra também que essa diversidade na sociedade brasileira não é apenas uma negação das identidades negras, há também uma articulação entre “raça “ e “identidade negra” com o conceito de miscigenação. É válido também mencionar que para autores como Gilberto Freyre (2000, p.454) a importância da mestiçagem: ”Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma quando não na alma e no corpo [...] A influência direta, ou vaga e remota, do africano”. O período entre a segunda metade do século XIX até o início do século XX foi marcado por significativas mudanças no Brasil, sejam elas políticas, econômicas, culturais, modificando também a construção da identidade nacional. O papel da imprensa, nesse período, também contribuiu para a difusão dos novos modelos culturais

#### **ADENTRANDO A NOSSA PERSONAGEM: A NOSSA AUTA E AS SUAS REPRESENTAÇÕES**

Autá de Souza deixou representações líricas na poesia da norte-rio-grandense. Nascida em Macaíba, no ano de 1876 e morta em 1901, vitimada pela tuberculose. Única irmã da iminente família Castriciano, teve apenas três anos de educação formal, num colégio católico de Pernambuco (GOMES, 2001), foi uma mulher negra, tendo, portanto,

motivos para ser desprezada pela sociedade da época. No entanto, o seu talento foi suficiente para fazê-la superar todas essas dificuldades e torná-la a poetisa mais amada do Rio Grande do Norte (GURGEL, 2001). No que diz respeito ao seu legado, deixou os manuscritos *Dhálías* e o seu único livro publicado *Horto* (GOMES, 2001).

Sabemos, a partir da leitura de seus poemas e de uma pequena crítica existente a seu respeito, que a poesia de Auta de Souza apresenta um eu-lírico multifacetado (GOMES, 2000) ou, mais propriamente dizendo, apresenta uma multiplicidade de eu-líricos. Ora o religioso, ora o erótico, às vezes o melancólico, outras vezes o amoroso. Ana Laudelina Gomes, professora e cientista social, encontrou maneiras de representar a poetisa em seu trabalho de doutorado e posteriormente editados em livro com o título “Auta de Souza: a noiva do verso”; nele a autora faz uma pesquisa em variados aspectos e que segundo, Farias (2013, p.49), ainda hoje se faz presente no imaginário social do nosso estado.

Assim como a produção da maioria dos poetas potiguares, a obra de Auta de Souza é pobre de forma crítica, apesar de ser uma das poucas poetisas potiguares a terem repercussão nacional, sendo citada, inclusive, em trabalhos de Bosi (1970). Muito pouco ou nada foi discutido sobre essas produções literárias enquanto contexto histórico, o que, na verdade, acaba por encobrir a riqueza da autora negra norte-rio-grandense. Consideramos, pois, que essa é uma forte justificativa para que a temática seja trabalhada em sala de aula, assim como aprendemos ao longo do curso de Especialização História e Cultura Afro-brasileira e africana. Explorar um terreno nunca antes investigado pode se constituir numa tarefa árdua, mas também poderá, se levado a cabo, representar uma grande contribuição a questão do negro no Rio Grande do Norte.

Outro motivo para a realização deste trabalho está no fato de a história e a literatura potiguar não serem devidamente valorizada, inclusive, por boa parte dos professores da rede básica, estudiosos e cidadãos norte-rio-grandense. Entendemos que, de certo modo, esse “descaso” com a poesia e a história potiguar, sobretudo a questão do negro, se deve exatamente à falta de estudos a seu respeito no ensino básico, o que nos leva, portanto, a justificar o presente estudo enquanto docentes com a necessidade de focalizar os autores negros e a poesia do Rio Grande do Norte.

Auta deixou para a posteridade elementos que nos levam a compreender o que no final do século XIX? Havia para as mulheres da época um Manual de conduta? A descrição



feita pelos autores estudados até agora nos leva a perceber a figura mulher naquele período. Nossas análises nos levam a pensar sobre. Na biografia sobre a poetisa, Câmara Cascudo (2008) traz uma importante interpretação acerca da vida e obra da poetisa:

Versos de 1883 a 1899 escritos por uma moça que morreu em 1901. Versos que eram escritos pela imposição irreprimível da inspiração e jamais da vontade ou por ter encontrado um motivo bonito. Vinha a hora e o relógio batia sua nota infalível. Não era possível deixar de escrever. Os motivos estão todos circulando no pequeno ambiente em que ela viveu. Também os recursos para escrever os versos são pequeninos e daí graciosos e simples em sua naturalidade. (CASCUDO, 2008.p.27)

Ana Laudelina Gomes também colaborou para que pudéssemos ver os potiguares neste ambiente constituído pelo discurso dos intelectuais no período, os jornais constituem importante fonte de promoção a esses personagens, haja vista que é na literatura que a imprensa acontece em primeiro lugar no século XIX, o texto literário tal como ele foi publicado traz ainda para o leitor outras informações, Morais (2002, p.45) destaca o papel dos jornais: O grande veículo de espírito moderno era o próprio jornal, esse “novo animal que se fortalecia no século XIX contribuindo fartamente para consolidação da sociedade letrada. Auta chegou a escrever para periódicos e revistas como: *A República, Oásis, Revista do Rio Grande do Norte, A Tribuna, A Mensageira, Jornal do Commercio e O Paz*, (TELLES, 1999). Em alguns desses veículos, a escritora utilizava pseudônimos masculinos, algo bastante comum para as mulheres naquela época. (GOMES, 2013, p.60). Nesse contexto temos no Rio Grande do Norte o jornal *A República*, criando assim uma dimensão educativa e política naquela sociedade, e através deste veículo, os escritores potiguares procuravam em um primeiro momento, sua inserção como literatos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A literatura surge na sociedade à qual ela pertence, e o modo como se faz literatura em cada período é uma maneira de interpretar a história. Entender a experiência de Auta de Souza como negra na sociedade potiguar e entender também que a história da literatura acontece em variadas dimensões. Algumas características daquela sociedade são abordadas no em seus escritos. Que leitura da experiência histórica pode ter no final do século XIX? De certo é que criamos uma imagem diferenciada, por como exemplo: as

maneiras de ver o negro hoje em dia e as maneiras de se ver o negro no momento em que a escritora estava inserida.

## **REFERÊNCIAS**

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1970.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Vida breve de Auta de Souza (1876-1901)**. Recife: Imprensa Oficial, 1961.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, c1990.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 34 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DUARTE, Constância Lima & PEREIRA, Diva Maria Cunha. Org... - 2. ed. rev.aum. - Natal: Fundação José Augusto, Secretaria de Estado da Tributação, 2001.

FARIAS, Genilson de Azevedo. **Auta de Souza, a poeta de "pele clara, um moreno doce"**: memória e cultura da intelectualidade afrodescendente no Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2013.

GOMES, Ana Laudelina Ferreira. **Auta de Souza**: representações culturais e imaginação poética. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

GURGEL, Tarcísio. **Mas, porém bastante ousada!**. In: \_\_\_\_\_. Informação da literatura potiguar. Natal: Argos, 2001, p. 31-55.

Morais, Grinaura Medeiros de. **Abraço de gerações**: Mémórias de professoras primárias no Seridó - uma viagem pelo século XX. Natal, RN, 2004

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. 5. ed. - São Paulo: Brasiliense, 2006.

TELLES, Norma. **Escritoras, escritas e escrituras**. In: PRIORE, Mary Del (Org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

SEYFERTH, Giralda. **A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos**. Anuário antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SOUZA, Auta de. **Horto, outros poemas e ressonâncias**. Obras reunidas de Auta de Souza. Organização de Alvamar Medeiros, Ana Laudelina F. Gomes e Angelita Araújo. Natal: EDUFRN. 2009.

## "NA FOTOGRAFIA ESTAMOS FELIZES... SÃO ANOS DOURADOS": NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE ENVELHECIMENTO E TRAVESTILIDADE EM CAMPINA GRANDE-PB

Ciro Linhares de Azevêdo<sup>3</sup>

Rafaella de Sousa Silva<sup>4</sup>

“Meus olhos molhados, insanos dezembros, mas quando eu me lembro são anos dourados”<sup>5</sup> na fotografia e estamos felizes, desconcertante rever um grande...estás ao meu lado, parece dezembro, não lembro, te amo? Mas são anos dourados. Nossa! No nosso retrato pareço tão linda, te quero! Te quero! Te ligo, confesso a saudade no gravador. Quantas imagens! Como papéis são fontes inesgotáveis de saudade, de melancolia, de desejar o que não voltará, mas de alegria por ver na imagem amigos, antigos amores, lembrar beijos, viagens, boates, sentir que é possível ser feliz no resgate dos bons sentimentos do passado! São anos dourados nas fotos, são anos que justificam os esforços em ser feliz no presente.

Durante a pesquisa oral, quando tirou do guarda roupa fotografias e passou a mão em cima de uma por uma, enquanto alternando entre olhos marejados e lábios sorridentes reinventava o passado. A cada lembrança de Valquíria Montini citada nesse artigo, colocarei a fotografia que ela passava a mão em cima no momento da entrevista.

Valquíria Montini nasceu em 1954, o nome de registro não foi dito, segundo ela, ninguém a trata por outro nome. Para Valquíria, a forma como é nomeada está diretamente relacionada com a transformação estética, quando passou a “tornar-se” travesti, em apontamento para o caráter estético do gênero, numa demonstração da forma como passou a ser estigmatizada no cotidiano por si e pelos outros. Historicizar as memórias de Valquíria nos permite refletir sobre a relação do indivíduo com o espaço, outros indivíduos e com o tempo expõe o caráter coletivo das memórias<sup>6</sup> e da produção da identidade travesti sempre na relação com o *outro*.

A *solidão* é, nas lembranças de Valquíria, efeito da construção estética da

<sup>3</sup> Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina.

<sup>4</sup> Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina.

<sup>5</sup> Trecho e primeiro parágrafo inspirada na música *Anos Dourados*, composição de Antônio Carlos Jobim e Chico Buarque de Holanda.

<sup>6</sup> Nessa perspectiva da impossibilidade da memória restringir-se a dimensão individual estou partindo da idéia de que a memória é, por definição, coletiva já que “a reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (HALBWACHS,1990).

sexualidade que, para ela, teve seu momento áureo no passado (décadas de 1970 e 1980), quando a juventude, as redes de amizade, os espaços e as viagens de outro instante da história de si possibilitou extravasar e subverter concepções normativas do corpo, porém o presente é marcado pelo isolamento e ausência de grupos de amizade. Percebe-se no exposto por ela a seguir:

[...] Aqui em Campina eu não saio ou então quando dá a loucura que não me dá vontade de ficar em casa que eu não consigo dormir aí vou dar uma voltinha, vou na rua, aí é sexta, sábado. Lá na rua com elas eu falo, mas não trago aqui, eu aqui e elas lá, não é que... Sei lá, não faz meu gênio. Aquele teu amigo mesmo eu falo, um pessoal que trabalha no Rede Compras, ela mesmo quando passa com o namorado dela fala comigo, depois ela me deu uma informação sua aí eu topei fazer essa entrevistas, faz mais de quinze dias que eu não vejo ele passar na rua.<sup>7</sup>

A narrativa do passado para Valquíria é uma forma de exorcizar a solidão no presente, a ausência de uma *communitas*<sup>8</sup>. As limitações para vivências e contatos com o outro marcam um presente de solidão e saudosismo, a casa virou lugar do tédio, a construção afetiva do apartamento no centro da cidade representa os efeitos do tempo. O corpo envelhecido não possibilita na “rua” o glamour de outrora, a morte de antigas amizades e as mudanças geracionais nas vivências das travestis rodeiam o cotidiano de Valquíria, com ventos de solidão e tentativas de prender-se a construção de lembranças e vestígios do passado.

Sobre a presença da solidão no cotidiano atual de Valquíria, é possível usar das reflexões de Sennett e Foucault (1981, p. 01) para significar sua experiência histórica da relação entre solidão e sexualidade. Sobre os significados da solidão na sociedade ocidental, esses autores citam três tipos: a solidão imposta pelo poder, do isolamento, como o exílio no mundo antigo, o banimento para regiões inóspitas na França do século XVII. A segunda forma é a solidão do sonhador, da rebelião, do “*homme révolte*” que no mundo antigo são os filósofos que levantaram ideias contra a ordem existente; no mundo moderno são aqueles pensadores que levantam contra o poder a ausência da lei (Exemplos de Genet, Sartre, Artaud, entre outros). Enfim, a terceira é a solidão da diferença, a existência de uma vida interior, a sensação de diferença e produções de subjetividades na

<sup>7</sup> Entrevista realizada com Valquíria entre janeiro e julho de 2014.

<sup>8</sup> A ideia de *communitas*, por possibilitar a convivência entre indivíduos que compartilham o mesmo interesse erótico, dividem experiências similares, constroem códigos de comunicação, gírias que identifiquem a sexualidade naquele ambiente e comumente passam a representar uma identidade social de grupo. Essa noção características das vivências homoeróticas pode ser encontrada em GREEN (2000. p. 356)

relação consigo, com o próprio corpo.

O terceiro tipo de solidão é um legado do saber vitoriano, que dotou a relação do corpo e mente de forte caráter psicológico. Nesse caso, a solidão permite a contemplação e o autoconhecimento como comportamento único e separado. Nesse contexto, a sexualidade ganha estreita relação com a solidão, dando a esta a presença do sentimento de medo enquanto para as sociedades modernas da Europa em meados dos séculos XVIII e XIX, a sexualidade torna possível a descoberta da verdade do caráter a partir do desejo corporal.

Para Sennett e Foucault (1981, p.03), os efeitos na vida moderna é que como o desejo sexual é instável, as verdades construídas sobre si tornam-se contraditórias acarretando a desagregação do *self*. Dessa forma, as “muitas incertezas que a sexualidade cria para a subjetividade exageram a importância da experiência, isto é, quanto mais a sexualidade torna-se problemática, maior a sua importância para nós na definição de nós mesmos” (SENNETT e FOUCAULT, 1981, p. 03). Sendo, nesse aspecto da vida moderna, geradas “tecnologias do *self*” como o uso da sexualidade com intenção de decifrar o caráter humano.

A experiência da solidão ganhou novas possibilidades a partir da sociedade ocidental burguesa, que se caracterizou pela fragmentação dos espaços e da vida cotidiana urbana. As possibilidades de escapar da vida comunitária aumentaram as relações em família, religião, trabalho, entre outros, tornando mais fragilizadas no enfraquecimento dos laços orgânicos, apresentando como consequência as possibilidades de viver a solidão e a sociabilidade mais dependentes das escolhas, diferente do que ocorria até o século XVIII. Essa sensação de escolha pela solidão ou sociabilidade está relacionada como ver o indivíduo isolado. Esse ponto será a marca da valorização da solidão de Valquíria na atualidade, pela inflação da sexualidade para a tecnologia do seu *eu*.

O excesso de nostalgia é justificado por Valquíria, pela ruptura da maneira como a travestilidade era vista socialmente durante sua juventude. Durante as entrevistas, na maioria das vezes que terminava de reclamar da vida solitária seguia sua fala sobre alguma referência a “outra vida antigamente”. A fala abaixo é apenas uma de tantas referências ao carnaval como símbolo da “era de ouro” das travestis na sua juventude,

---

<sup>9</sup> “Ver SENNETT e FOUCAULT, 1981, p. 03

citado como justificativa para seu sentimento nostálgico:

Teve época que eu era sucesso, que travesti saía a rua e fazia sucesso, glamour, tinha desfile tinha tudo naquela época era travesti que fazia sucesso, não era mulher, os travestis que saía nu, sai com peito, montado e ia pro desfile nas escolas aí depois foi que as mulheres--começou que a primeira que saiu na escola de samba nua foi Luisa Brunet, Xuxa, aquela outra que hoje é milionária que hoje mora nos Estados Unidos e umas chacretes que trabalhavam no Chacrinha, Rita Cadilac, aí começaram a sair nua, eu saí uma vez só na rua..<sup>10</sup>

Como exposto no trecho acima, Valquíria usa a imagem do carnaval para contrapor a valorização do passado com a condição de solidão no presente, que intensifica a saudade dos carnavais e das experiências atreladas à travestilidade no passado.

A referência, feita por Valquíria Montini, ao carnaval como exemplo de certo fetiche e prestígio social da figura da travesti, remete-se ao Brasil do século XX até a década de 1970. Segundo Green (2000, p.331-332), o carnaval no Rio de Janeiro tem como marca o caráter transgenerificado, ou seja, nos dias de carnaval é marcante na história dessa festividade a presença de homens travestidos, em momentos de transgressão ou humor *camp* das representações sociais de gênero.

Para o autor citado, houve uma “invasão” dos bailes e blocos de ruas por homossexuais masculinos na virada para o século XX. Nos anos 40, os bailes de travestis surgiram como espaços oportunos para *performances* transgressoras das estéticas dos gêneros. Durante a década de 1950, surgiram eventos exclusivos para culturas *queer* que se expandiram em quantidade e visibilidade por questões mercadológicas diante do espaço conquistado pelos bailes.

A diferença entre os bailes e os grupos de rua era que os primeiros eram espaços onde “a regra era o desregramento, onde se podiam transgredir normas de masculinidade e feminilidade sem preocupação com a hostilidade social ou punições” (GREEN, 2000, p.332). Durante a década de 1970, os bailes já faziam parte do cotidiano e paisagem natural da festa, com cobertura midiática e grande presença de estrangeiros. Além desses bailes autônomos, existiam os organizados pelo governo com extravagantes concursos de fantasias, realizados no Teatro Municipal, essas indumentárias foram inspiração para fantasias carnavalescas no Brasil.

Durante as décadas de 60 e 70, houve o estouro internacional do carnaval pelo

---

<sup>10</sup> Entrevista realizada com Valquíria entre janeiro e julho de 2014.

espetáculo comercial das escolas de samba, houve a intensificação dos investimentos no evento e massiva presença de estrangeiros, nessas décadas esses espetáculos tiveram participação crucial de homossexuais em organização, planejamento e em desfiles. Essa leitura da história do carnaval brasileiro expõe como nos dias de festividade há a valorização da travestilidade como parte integrante da festa ou até atração mercadológica, explicando dessa forma, o trecho acima e vários outros nas entrevistas com Valquíria, em que ela se remete ao carnaval como representação do saudosismo das experiências vividas com a travestilidade no passado e citando vários espaços de bailes.

Apesar de na última citação falar com saudade e alegria dos carnavais no passado, estes serão utilizados para demarcar a diferença com o cotidiano atual. Fechada no pequeno apartamento, a cidade não apresenta mais as grandes possibilidades de reinvenção e experiências para quem expõe o seu “segredo” no corpo ambíguo, na estigmatização a partir do visível.

É o mesmo corpo que grita o passado vivenciado em outros territórios além de Campina Grande e silencia novas experiências na ausência desses espaços para as vivências travestis na Campina atual, ainda mais quando as novas vivências, para Valquíria, representam o esfacelamento do vivido. O conflito entre a condição do presente e as vivências do passado, é exposto quando ela fala abaixo sobre a relação com seus clientes:

(...) Travesti já fez sucesso, travesti já foi travesti, mas hoje em dia... Muitas que vão pra fora vem aqui só passear, não é que Campina seja pequena, que em Campina o povo gosta da sacanagem, gosta da fuleragem, mas é aquelas coisas que tem que ser escondida, tem que ser uma coisa bem reservada, se a gente arrumar uma namorado tu acha que eles saem com a gente?! Oxe! Ou tem que ter um carro, ou tem que ter um apartamento, ou tem que ficar entre quatro paredes e outra coisa, certo que eu também não gosto dessas coisas, mas você ver várias pessoas famosas que saem com a gente (...)<sup>11</sup>

A limitação da cidade para ela está no escape da solidão, a “rua” que há décadas possibilitou a juventude da subversão e quebrar a exclusão social da travesti em turmas que compartilhavam experiências em boates, pensões, apartamentos, tornou-se a única possibilidade quebrar o isolamento no presente. O apartamento está vazio, os clientes não

---

<sup>11</sup> Entrevista realizada com Valquíria Montini, em seu apartamento. Campina Grande //2014.



são mais tantos, a relação com as outras travestis na rua não são mais tão intensas no compartilhamento de dificuldades, alegrias e aventuras. Os clientes mais antigos e novos que restaram evitam a companhia em público pela vida dupla e com o temor do julgamento público. O estigma de circular livre apenas em quatro paredes gera ainda mais saudosismo da vida em grandes centros urbanos na juventude.

Você vai sair aqui em Campina vai ver o que? Me diz? Não tem um cinema, uma boate, um bar (...) Vou naquela rua quando to agoniada nesse apartamento, aí passa os boys, param e quando diz que é pra pagar querem dar dez, quinze reais, diz que sou coroa, to passando fome não, tem dia que ganho cem e tem dia que ganho nada...os que vão no apartamento se passar na rua eles não falam, pronto! Ontem eu passei por tu e nem te vi e você parou e falou comigo lá no açude, conversou e tudo, tem uns que falam já tem outros que não falam, eu vejo muitos no supermercado, na rua com mulher, em banco, só que eu não falo, as vezes eles baixam a cabeça e depois diz “nota dez pra você que me viu com minha mulher e não falou comigo”, eu digo “e eu vou falar pra quê?”. Vou ganhar o quê falando com eles? Eu to prestando um serviço na minha casa, eles não são meus maridos, eu to prestando um serviço. Hoje eu seria boy, diferente de travesti que todo mundo nota<sup>12</sup>.

A travesti escancara a ambiguidade e ausência de coerência entre as noções de sexo, gênero e sexualidade expondo seu caráter histórico e performático. Sua presença marca os espaços que circula, desestabilizando os discursos dominantes da heteronormatividade, que é colocado em momento de alteridade com a materialização da sua desconstrução, como em experiências que foram narradas por Valquíria na curiosidade dos transeuntes, o medo das pessoas “conhecidas” em ter que cumprimentar nos espaços públicos, os clientes quando acompanhados das esposas e filhos baixam a cabeça, mudam de calçada, entram em lojas, fecham os vidros do carro para não ter a vida dúbia revelada<sup>13</sup>.

A travesti, para Valquíria, tem seu envelhecimento marcado pela redução das possibilidades de socialização. Em Campina Grande, só restou a rua de prostituição no centro. Interagir de forma afetiva, para ela, torna-se possível nos momentos na “rua”, quando percebe na prostituição uma forma de escape para o contato com outros corpos

---

<sup>12</sup> Entrevista realizada com Valquíria Montini, em seu apartamento. Campina Grande //2014.

<sup>13</sup> Entrevista realizada com Valquíria Montini, em seu apartamento. Campina Grande //2014.

como um acalanto à solidão<sup>14</sup>. A recorrência da rejeição em público, daqueles que tem vidas íntimas com ela, contribuiu para que a mesma, de forma impensada, construísse a relação de confiança que tornou essa pesquisa possível.

Durante caminhadas diárias que pratico pelo centro da cidade, todas as tardes, encontrei Valquíria em cena rara caminhando para pagar algumas contas, muito bem arrumada, perfume forte, vestido longo, maquiada e fui cumprimentá-la, para minha surpresa ela reagiu com espanto, desconforto e sem reação e partiu sem proferir uma palavra. Durante o próximo encontro para entrevistas para esse estudo, dedicou-se em ajudar e apresentou mais confiança no trabalho e lembrou várias vezes a cena dizendo que não soube reagir por já está acostumada a dissimular quando ela passa. No envelhecimento, essa exclusão tornou-se mais intensa pela ausência das amigas dos bailes, das boates, dos apartamentos nas cidades maiores. O choque entre a saudade e o presente encontra seu clímax quando ela chegou a afirmar que hoje não escolheria ser mais travesti.

As entrevistas com Valquíria ocorreram no seu apartamento, todos os cômodos têm as paredes repletas de fotografias, a maioria da juventude, como maneira de dar vida a algumas ausências. Em todas as entrevistas, durante a pesquisa, a fotografia se fez presente como culto ao saudosismo, como instrumento que despertou a sensibilidade de Valquíria a elaborar uma *escrita de si* através da oralidade, através da verbalização das lembranças, ou seja, cada fala era construída com movimentos simultâneos das mãos em cima de álbuns com fotografias ou em várias coladas nas paredes. As imagens pareciam estimular a atribuição de sentidos ao passado por Valquíria para justificar o sentido atual que ela dar a si.

O apartamento está repleto de fotografias coladas por todas as paredes, como lotes de um cemitério conservado para manutenção da vida. O *outro* que possibilita o olhar de Valquíria sobre si e seu cotidiano é a fotografia. Esta interage cotidianamente como almas que se materializaram em presença. As fotografias foram lidas e relidas, significadas em cada contato com as mãos e nas lembranças construídas. Valquíria estabelece com as mãos, os olhos e a necessidade manter a relação do seu passado pelo presente.

O *outro* é elemento indispensável, dentro do cotidiano de qualquer sujeito, para as

---

<sup>14</sup> Livros que tratam dessa condição de marginalidade do cotidiano de travestis como abjetos: TREVISAN (2011) e PELUCIO (2013)..

possibilidades de socialização e construção de modos de vida em compartilhamento de afetividades e experiências cotidianas e identitárias. No caso das sexualidades relegadas à clandestinidade, como a experiência social vivida pela travesti, tornam-se ainda mais necessárias às interações em redes para a construção subjetiva do sujeito. As turmas de amigos e espaços apropriados por esses grupos funcionam como uma “família alternativa” para o enfrentamento da hostilidade social ou a curiosidade dos olhares “condenadores”. “Portanto, a turma agia tanto como rede de apoio como um meio de socializar indivíduos na cultura, com todos os seus códigos, gírias, espaços públicos e concepções sobre a homossexualidade (GREEN, 2000, p. 291)”. A turma que foi encontrada por Valquíria quando foi embora de Campina Grande, no começo da dos anos de 1970, hoje transformaram-se em fotografias. Essa relação com as imagens são comentadas por Valquíria Montini abaixo:

[...] Era muito diferente de Campina hoje, a gente curtia muito, vivia tudo junta, tinha muita boate gay – essa foto aqui foi um show que eu fui em Paris eu guardo isso aqui até hoje – lá tinha muita droga, mas eu nunca quis nada com isso não, teve amigas minhas que foi presa e ta presa lá até hoje, pronto essas duas aqui morreram lá por causa de droga mesmo, fizeram plástica, fizeram num sei o quê, isso aqui foi quando eu vim embora pro Brasil, dessas a maioria morreu ou casou ou se perdeu no mundo(...)Isso aqui foi em Madrid eu passei e mandei o cartão de passagem, OH aqui a minha turma, a gente curtiu demais lá fora, a que me levou e outra aqui é a finada Tânia, essas duas é de Recife e esse de bigode é namorada dessa outra, a Tânia morreu de AIDS uns diz.<sup>15</sup>

Quando cita Madrid, ela estava passando a mão sobre um cartão postal , utilizado para enviar notícias aos pares que ficaram no Brasil sobre aventuras na Europa. Valquíria viveu cerca de duas décadas na Europa, durante a “onda” de exportação de travestis brasileiras na década de 1970, retornou a Campina Grande em 1994. A *turma* que ela cita acima foi formada ainda em São Paulo, onde ela viveu dois anos antes de ir pra Europa, a partir do grupo de amigos ela entrou numa rede de socialização que a levou para terras estrangeiras por “Tânia”, outra travesti integrante do grupo. No entanto, a presença está materializada nas fotografias. O tempo, o envelhecimento, o choque geracional, as mudanças nas identidades travestis e o espírito saudosista levaram Valquíria ao convívio com a solidão e saudades. Dessa forma, as fotografias assumiram o lugar do outro.

---

<sup>15</sup> Entrevista realizada com Valquíria entre janeiro e julho de 2014.

A fotografia permite em imagens a elaboração mental de “escritas de si”, não apenas no controle de ações e comportamentos, mas como recurso para dar sentido e construir uma *ética de si* no presente. A identidade travesti atravessa diretamente as limitações de sociabilização para Valquíria, a construção narrativa do passado a partir das imagens em papel possibilita extrapolar (mesmo que em melancolia) esses limites. Essa relação de Valquíria Montini com as fotografias nos permite adotá-las como fontes fecundas para nossa pesquisa, para compreender as subjetividades da sua experiência travesti no tempo.

As fotografias permitem a Valquíria lutar contra questionamentos feitos sobre ela mesma, as transformações e ao próprio corpo no decorrer da vida. Diante do envelhecimento e isolamento, sobre as transformações em seu corpo ela afirma que “hoje não tinha feito tantas cirurgias, tenho que ser travesti toda hora e não tem como voltar”<sup>16</sup>, as antigas cirurgias<sup>17</sup> em seu corpo não são mais tão possíveis pelas limitações físicas e financeiras do presente.

O corpo alcançado na juventude passou a ocupar agora outra dimensão, são barreiras à reinvenção e a circulação em espaços públicos. As transformações cirúrgicas do corpo (seios, nariz, glúteo, pernas, boca, o rosto) expuseram no passado o caráter performático e cultural das noções de gênero, no entanto agora a manipulação do corpo encara a barreira no envelhecimento com as peculiaridades da experiência de travestilidade, partes das transformações tornaram-se irrevogáveis surgindo o conflito com os desejos de viver novas experiências diante das transformações sociais e culturais contemporâneas. Houve uma renovação da identidade travesti no presente segundo as representações de Valquíria, abaixo ela chamará de “um bicho que bota uma peruca na cabeça”, o que gera no seu cotidiano um choque com a identidade construída por ela na década de 1970 e conservada no seu corpo e nas fotografias. Essa renovação pode ser vista na fala de Valquíria abaixo:

[...] Completamente diferente, hoje em dia não existe travesti, não quer fazer mais peito, não quer mais plástica, é um bicho que bota uma peruca na cabeça—não quer saber mais não, sei não é como se [...] se fosse hoje pra eu virar travesti eu não queria virar travesti, você sai com outro você vai pra um hotel, você vai no restaurante, você vai na casa da família,

<sup>16</sup> Entrevista realizada com Valquíria Montini, em seu apartamento. Campina Grande //2014.

<sup>17</sup> Os procedimentos cirúrgicos feitos por Valquíria expõem a transformação radical do corpo, silicone nos seios e em várias partes do corpo, além de cirurgias plásticas em todo o rosto, com o objetivo de alcançar traços dentro da noção de feminilidade do universo heterocêntrico.

qualquer coisa são dois amigos, dormem no mesmo quarto, “ah! Meu amigo vem dormir aqui hoje mãe”, “Mainha esse aqui é meu amigo”, “Eu vou dormir aqui no quarto, vou estudar, assistir uma internet” isso e aquilo outro e ali acaba rolando, um é caso do outro e termina ninguém notando. Eu vejo muito bem como é hoje em dia<sup>18</sup>.

Valquíria Montini afirma que, no presente, não existe mais travestis. A “nova” travesti, criticado por ela, desperta o choque geracional e, paradoxalmente, o desejo por construir outro modo de ser. Para Valquíria, são corpos “marcados” de forma mais “superficial”, sem procedimentos cirúrgicos (quase) irrevogáveis o que permite a ele construir-se e desconstruir-se dependendo do espaço, relação e grau de iluminação e clandestinidade, mais camaleão e mais reinventável, montar-se, estaria na vestimenta, maquiagens, sapatos, perfumes, as transformações passageiras que aumentam o leque de possibilidades de interações e vivências cotidianas em Campina Grande, em identidades fluidas contemporâneas<sup>19</sup>, rápidas, pois quando necessário basta desmontar-se como um “truque” .

A outra forma de “estar” travesti das gerações mais recentes incomodam Valquíria, refuta sua sensação de essência identitária da travestilidade, que passa pelas especificidades da sua experiência e do seu tempo, um “sexo verdadeiro”<sup>20</sup> (mas precisamos verdadeiramente de um “sexo”?). O conflito com o “novo” estar em as novas identidades travestis adequarem-se a fluidez identitária contemporânea, enquanto as gerações das décadas de 1960, 1970 e 1980 gritaram pelo caráter irreversível das transformações cirúrgicas.

As transformações que outrora representaram o caráter performático e a instabilidade identitária do sexo e do gênero. Usando normas e estéticas de um gênero feminino, socialmente construído para subvertê-lo, dobrá-lo pela vida cotidiana, em relações reflexivas do sujeito consigo e com o grupo cultural que está inserido, o corpo envelhecido não permite mais o glamour do passado, dos bailes de carnaval no Rio de

---

<sup>18</sup> Entrevista realizada com Valquíria Montini, em seu apartamento. Campina Grande, 04/02/2014.

<sup>19</sup> Para aqueles/as teóricos/as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que tempos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito” (HALL, 2011, 09).

<sup>20</sup> Para uma visão mais detalhada sobre o questionamento ver FOUCAULT(2014, p.81-90).

Janeiro, das ruas de Roma, dos apartamentos Italianos e boates paulistas<sup>21</sup>. Restou a fotografia como instrumento para escrita triunfante do passado e a vontade de esquecer e transformar o presente, a seguir ela puxou uma caixa e abriu em cima da mesa e construiu a seguinte narrativa:

[...]Vem aqui, vou pegar minhas fotos, ver essas aqui. Afe!! Eu guardo elas a todo custo, aqui ta minhas amigas, minha vida no mundo, as vezes não gosto nem de olhar de saudade. Vejo elas e vejo que tive tudo, tudo que tenho hoje consegui em São Paulo, Roma, Paris(...)acho que a maior besteira que fiz foi desfazer de tudo lá e volta pra cá, vivo só aqui nesse apartamento. Eu era muito feliz.<sup>22</sup>

No início da entrevista realizada na fala acima, Valquíria mostrava-me as fotografias que estão por toda a casa, nas paredes, espelhos, guarda-roupa, geladeira e álbuns, sendo a maioria da vida fora de Campina Grande. A fotografia serve na experiência de travestilidade de Valquíria no presente, como diário escrito em imagens do passado que juntas servem de tentativa de prestação de contas, não como caixa de armazenamento, mas matéria-prima para enfrentar o exílio velado do tempo que são reinterpretadas a cada contato, trata-se de produzir e mediar certas “formas de subjetivação” nas quais se estabeleceria e se modificaria a “experiência” que o sujeito tem de si mesmo. A fotografia, nesse contexto, exerce o papel de fio de ligação entre o presente e o passado, permitindo a construção e reconstrução da interpretação do passado pelas experiências atuais.

Para Valquíria, a fotografia seria o instrumento para estabelecer uma relação consigo e a “chave” para constituir, dar coerência a procura pela vida linear da qual a construção da identidade travesti no passado demarca a diferença entre o presente com a construção do passado sempre relido em imagens. Para as experiências travestis de Valquíria, a sexualidade atravessa a maioria dos instantes de relação consigo e com os outros, a sexualidade serve como instrumento de elaboração ética e política do cotidiano. Nesse caso, o passado, elaborado nas interpretações das imagens fotográficas, exerce o papel de produção de afinidade identitária pela organização das lembranças como “fatos” que se sucedem tentando significar o tempo como *trajetória*, ou seja, dotado de sentido e coerência.

---

<sup>21</sup> Ver GREEN (2000).

<sup>22</sup> Entrevista realizada com Valquíria Montini, em seu apartamento. Campina Grande //2014.

Até a vida do presente é coerente com as vivências do passado, a melancolia é marcada pela contradição dos tempos em que ela diz “Eu era muito feliz”, além do presente ser resultado da vida em Roma, Paris, São Paulo onde construiu sua identidade travesti quando afirmou acima que “tudo que tenho hoje consegui em São Paulo, Roma, Paris (...)”. Esse passado, para Montini, contribui na sensação de coerência na elaboração da identidade travesti como resultado de transformações gradativas do corpo e da construção do “modo de vida” ou “existência” permitida pelas experiências vividas em pensionatos, na rua e em várias cidades com grupos de travestis.

Valquíria atribuiu ao presente o papel limitador às vivências de novas experiências sociais, “acho que a maior besteira que fiz foi desfazer de tudo lá e volta pra cá, vivo só aqui nesse apartamento”, em contraponto atribui às cenas - de rodas de amigos, viagens, das várias transformações sofridas pelo corpo - contidas nas fotografias colocadas nas paredes do apartamento o papel “libertador” da nova condição solitária.

Quando ela fala de que “era feliz” estava olhando para fotografia acima, o exercício de olhar e tocar a fotografia vem das sensibilidades expostas nas construções narrativas da memória, a fotografia substitui os textos, diários, cartas e a presença física. Ao invés de construir um diário escrito, Valquíria organizou suas fotografias em sequências de cenas que escrevem o passado com os olhos e atribui sentido a identidade travesti marcado no corpo envelhecido.

Foucault (1985, 1990, 2014), em seus estudos sobre as estéticas de existência e as “artes de si mesmo” na cultura grego-romana, ao analisar as relações dos indivíduos consigo lança mão do debate sobre as “escritas de si” (FOUCAULT, 2014, p.142) e, um dos textos analisados é a *Vitta Antonii*, de Santo Atanásio, que disserta sobre o papel da escrita diária individual sobre pensamentos e ações para manutenção de uma vida ascética, a ausência dos olhares coercitivos dos outros, escrever sobre si substituiria os outros, possibilitando um maior domínio sobre si. Nesse caso, trata-se de uma escrita cristã, que desenvolve um tipo de confissão escrita do sujeito consigo, como técnica para lembrar, controlar e esquecer comportamentos, livrar o asceta do pecado e do mundo dos homens. A relação do indivíduo com a escrita seria uma relação com a solidão, do abandono do mundo coletivo e material para o exercício do interior, dentro de uma ética espiritual, o outro seria substituído pela escrita.

Essa reflexão feita por Foucault (2014) é reapropriada como inspiração para a



interpretação que desenvolvo sobre o papel da fotografia na relação cotidiana de Valquíria com a solidão. Reconhecendo as possibilidades de cometer anacronismos em usar o conceito de *escrita de si*, relacionado por Foucault (2014) à cultura grego-romana e seu distanciamento temporal com o nosso sujeito de pesquisa, justifico o uso desse conceito como apropriação em sua dimensão filosófica quando serve para significar experiências que os indivíduos tentam o domínio sobre si, onde ao invés de escrever. Valquíria elabora lembranças nas entrevistas ao olhar as fotografias para controlar seus pensamentos e ações para manter coerente a sua experiência travesti, coerência procurada na relação com o passado. A identidade travesti de Valquíria tem na fotografia instrumento para o exercício de reler afetivamente imagens com as rupturas e permanências da história sobre si.

Ainda na análise de Foucault (1985, 1990, 2014), quando reler os textos gregos, a noção de *escritas de si* e considera essa escrita como forma de reflexão dos indivíduos consigo em processo de subjetivação e controle das ações, um dos tipos analisados é a *hupomnêmata* que ele define como:

Os *hupomnêmata*, no sentido técnico, podiam ser livros de contabilidade, registros públicos, cadernetas individuais que serviam de lembrete. Sua conduta como livro da vida, guia de conduta, parece ter se tornado a todo um público culto(...)Eles constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas: assim, eram oferecidos como um tesouro acumulado para releitura e meditações posteriores (FOUCAULT, 2014, p.145).

A análise desses textos como prática de escrita nas sociedades Greco-romanas possibilitou Foucault concluir que, apesar de serem textos pessoais, não são apenas diários com objetivo de serem narrativas de si, não é o interior indizível de quem escreve que é procurado como na posterior literatura cristã, mas de estabelecer novos contatos, mesmo que tentando manter uma espécie de pedagogia de si, é o já vivido com o intuito final da constituição de si. A construção ética do sujeito parte para o cuidado de si, viver consigo, aproveitar e gozar de si.

Essas leituras foucaultianas da *hupomnêmata* são reapropriadas nesse texto para referir-se a constituição de si de Valquíria pela leitura das fotografias, esta ocupa o lugar similar aos textos antigos quando a revisitação das imagens tem a finalidade de experimentar o vivido, para o cuidado de si em contato com a solidão. As imagens são relidas e as experiências do passado são vividas com a solidão, rememoradas com os

olhares e sensibilidades do presente e oferecendo novas possibilidades de Valquíria subjetivar-se. Apesar da melancolia, as fotografias paradoxalmente reanimam a alegria de continuar vivendo com sentimento de satisfação do vivido, veja a fala de Montini a seguir:

[...] quando vejo essas fotos eu tenho vontade ainda de viajar, vontade de viajar no meu aniversário em Agosto, eu quero ir em Roma ver se eu compro perfume e se faço umas compras de roupas, tenho várias amigas ainda, tem umas de João Pessoa, tem umas que moram lá tudo “viado velho” já com cinquenta anos, sessenta, eu quero ir não é pra trabalhar não, eu quero ir pra passear, curtir, tirar umas fotos<sup>23</sup>

Ao olhar as imagens, rever amigos que ainda tem contatos esporádicos quando viaja para outras cidades, permite-se abandonar as angústias, as incertezas do futuro e vislumbrar o retorno a espaços vividos em outros tempos, como Roma é citada acima, ter novamente contato mesmo em outros cotidianos com os amigos também envelhecidos, os “viados velhos”<sup>24</sup>. Essa relação com as imagens pode ser representado no trecho abaixo, nesse momento Montini passava as mãos pelas fotografias e imergia em novas organizações narrativas das lembranças:

[...] (...)isso aqui foi no aeroporto quando eu vinha descendo só que tiraram a foto não tava bem tirada, isso aqui foi na minha casa em São Paulo que eu vendi pra comprar isso aqui, isso aqui foi em Roma na Praça dos Pombos, olha eu aqui isso eu tinha tomado uma cachaça roendo pelo cafuçu, essa aqui se jogou da ponte Rio-Niterói porque o marido não quis mais ela aí se jogou com carro com tudo os dois até hoje(...)esse aqui foi um cartão que a outra mandou pra mim da Espanha, bicha bonita é essa aqui em Angra dos Reis a Bebeta ela fazia show não sei se ainda é viva mais não, tem muito tempo que eu não tenho contato com ela, essa aqui eu e dois amigos eu tenho certeza que esse meu amigo tinha caso com o outro e quando eu conheci os dois só andava os dois juntos(...)OH aqui a minha turma a que me levou e outra aqui é a finada Tânia, essas duas é de Recife e esse de bigode é namorada dessa outra (...)<sup>25</sup>

A fotografia como uma escrita, é para Valquíria uma maneira de reestabelecer contato com as experiências do passado e articulá-las com as singularidades e as necessidades do presente, sendo suas leituras circunstanciais, porém ávidas de verdade na procura da felicidade já vivida. Valquíria olha a imagem como “introspecção” da

---

<sup>23</sup> Entrevista realizada com Valquíria em 04/02/2014

<sup>24</sup> Termo usado por Valquíria para se referir as amigas travestis, também idosas como ela, que ainda vivem em São Paulo ou na Europa e fizeram parte da sua turma que foi para esses lugares nas décadas de 1970 e 1980.

<sup>25</sup> Entrevista realizada com Valquíria em 04/02/2014

construção identitária da travesti de outros tempos. Marcadas no corpo agora envelhecido e nas, agora, esporádicas amizades, suas marcas do passado têm necessidade de novos instrumentos para amenizar a dor de olhar a vida de outrora.

#### **REFERÊNCIAS**

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade e política*. Organização e seleção dos textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa – 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GREEN, James. N. *Além do Carnaval: história da homossexualidade masculina no Brasil*. São Paulo, Editora Unesp, 2000.

HALBWACKS, M. - *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vertice, 1990

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LOURO, Guacira Lopes (org.). *Um Corpo Estranho: Ensaios Sobre Sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume, 2009.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 8º Ed.. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Record, 2011.

## EXPRESSÕES DA SEXUALIDADE: UM DIÁLOGO SOBRE O MASCULINO E O FEMININO NA OBRA FREYRIANA

Luci Araújo<sup>26</sup>

Janaina Porto Sobreira<sup>27</sup>

Genilson de Azevedo Farias<sup>28</sup>

Todo beijo, todo medo  
Todo corpo em movimento  
Está cheio de inferno e céu

Caetano Veloso. Pecado original

O problema o qual esta pesquisa se propõe a responder está relacionado às mulheres e homens da sociedade colonial. Intentamos perceber de que maneira o patriarcalismo freyriano construiu as representações do feminino e o masculino na sociedade do século XIX<sup>29</sup>. Questionamos nesse artigo o lugar conferido à sexualidade na interpretação da identidade brasileira por nossa historiografia da década de trinta. Nossa proposta, com este trabalho, a partir de Freyre, é analisar os papéis de homens e mulheres no espaço público e privado, verificando até que ponto o sistema patriarcal foi capaz de legitimar nestes corpos sociais duas representações identitárias, limitando a mulher ao espaço do privado e o homem ao domínio do espaço público.

É sabido que nos anos 1930 uma vasta produção sociológica e histórica foi escrita por vários estudiosos a pedido do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Um convite que estava atrelado à construção da identidade nacional. Era preciso, portanto, descobrir a cultura e a identidade dos brasileiros. Entre muitos estudos de natureza sociológica que retratam estas questões da identidade nacional, sobretudo, o período correspondente ao século XIX no Brasil, há duas obras que se tornaram clássicas por sua contribuição em vários campos do saber, é o caso da obra **Sobrados e Mucambos** (1936), de Gilberto Freyre, assim como **Casa Grande e Senzala** (1933). Trabalhos escolhidos para a presente análise onde percebemos, a partir da descrição de Freyre, que as bases

---

<sup>26</sup> Bacharel em História – UFRN. E-mail: lucisaraujo@outlook.com

<sup>27</sup> Graduada em História - UFRN. E-mail: Janaporto\_2008@hotmail.com

<sup>28</sup> Doutorando em Ciências Sociais pelo PPGCS – UFRN. E-mail: genilson.farias1@gmail.com

<sup>29</sup> Analisaremos basicamente as duas obras do Gilberto Freyre: **Casa Grande e Senzala** (1933) e **Sobrados e Mucambos** (1936), esta última focada no capítulo “*A mulher e o Homem*”.

conceituais do sistema patriarcal se faziam presentes através do vestuário, dos costumes, da sexualidade e dos corpos, visando demarcar hierarquias e classe social.

Portanto, é objeto de estudo neste artigo as produções simbólicas associadas ao patriarcalismo, sexualidade e a moda, que complementam a nossa observação sobre a construção das representações do corpo feminino e masculino no século XIX. Quanto às visões acerca do Brasil colonial, apresentamos a que vigorava na Europa do século XVII, que convencionou essa visão de liberdade sexual para se referir ao período colonial, a de que “*não existe pecado do lado de baixo do equador*”<sup>30</sup>.

Segundo o historiador Ronaldo Vainfas (VAINFAS, 1989; 1997), Gilberto Freyre foi uma voz solitária, pois muitos historiadores, antes e depois dele, lamentaram profundamente este clima de liberdade excessiva, que muitos julgavam existir na infância do Brasil. Para Vainfas, essa era uma visão que parece se repetir nas vozes dos jesuítas e outros cronistas do período colonial, desesperados em denunciar a “*dissolução dos costumes*” que alastrava a terra, também compartilhada por Paulo Prado, escritor que defendia que um dos maiores males da formação do Brasil foi a luxúria e, por causa desse frenesi sexual, o brasileiro teria se tornado um povo triste, desanimado, preguiçoso.

Para ilustrar essa teoria, Paulo Prado se utilizou de um provérbio latino que diz: “*Post coitum animal triste, nisi gallus qui cantat*”<sup>31</sup>. Américo Vespúcio defendia que a culpa era dos índios por toda essa luxúria, pois eles podiam ter as mulheres que quisessem. Gilberto Freyre afirmava que os portugueses desembarcaram em nossas terras “*escorregando em índias nuas que neles se esfregavam, fegosas e ardentes*”. Freyre também menciona que “*desde o século XVI teria explodido um verdadeiro clima de intoxicação sexual*”. E isso comprovaria a vocação para a miscigenação que marcou toda a nossa história (Cf. VAINFAS, 2013, p. 269).

## **MULHERES INVISÍVEIS: COTIDIANO E REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NA SOCIEDADE ESCRAVISTA BRASILEIRA**

Havia uma necessidade de colocar a mulher num papel de submissão aos valores defendidos pela igreja. Foi a partir desses discursos - direcionados em sua totalidade para

---

<sup>30</sup> Historiador e teólogo holandês, *Gaspar von Barlaeus*, ao visitar o Brasil registrou a frase num livro de viagens, *Rerum per octennium in Brasílie*, fazendo o seguinte comentário: “*é como se a linha que divide o mundo separasse também a virtude do vício*.”. Essa frase é retomada, por explicar os desmandos da época colonial, em [Raízes do Brasil](#), de Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1995, p. 198).

<sup>31</sup> Tradução: “após o coito os animais ficam tristes, exceto o galo que canta”.

as mulheres que viviam na "*terra brasilis*" - que a sexualidade, os desejos e vontades dessas mulheres ficaram submetidos à aprovação de homens pertencentes ao poder da igreja Católica. É importante ressaltar que a maioria das mulheres era analfabetas, subordinadas juridicamente aos homens e politicamente inexistentes, como afirma a historiadora Mary Del Priore (Cf. DEL PRIORE, 2000, p.22), porém também havia mulheres que desafiavam a ordem, tais como as negras de tabuleiro, as prostitutas entre outras que fugiam dos estereótipos generalizados por vários autores que delas falaram (FIGUEIREDO, 1993).

É afirmado na historiografia brasileira, a partir de estudos que abrangem desde obras como *Casa Grande e Senzala* até trabalhos mais recentes de historiadores como Ronaldo Vainfas (VAINFAS, 1989; 1997), Del Priore (DEL PRIORE, 1993; 2000; 2001), que desde os primeiros anos de dominação colonial, a igreja usava de discurso moralizador sobre os corpos das mulheres. Já na condição de escravas, havia o abuso sexual contínuo, não apenas por parte dos donos de engenho, como conta Laura de Mello e Souza (SOUZA, 1986) o caso de certo Manuel Lobo, rancheiro que vivia em estado de quase miséria, amancebado com sua escrava de nome Juliana, obrigando-a a se deitar com outros homens, e de preferência, negros, para que parisse mais crioulos. Gilberto Freyre (Cf. FREYRE, 1998; 1999) confirma que a regra era que as negras parissem moleques.

Ainda sobre as mulheres negras, além do concubinato e da obrigação de parir crioulos, também se prestavam à prostituição. Segundo Freyre (FREYRE, 1999), as condições sociais do desenvolvimento dos meninos nos antigos engenhos de açúcar, no Brasil, rodeado por negras ou mulatas, para Freyre, explicam a predileção dos homens brancos que só gozavam com as negras, fixação esta que representava a sombra do escravo negro na vida sexual da família brasileira. Como aponta Mary Del Priore (DEL PRIORE, 1993), a realidade colonial era a de lares pequenos e famílias com estruturas simplificadas, sendo muito comum a existência de mães solteiras, que foram vítimas de exploração sexual e doméstica, traduzindo-se em humilhações, abandono e violência por parte do homem progenitor da criança.

Assim, caracterizadas como auto sacrificadas, submissas sexualmente e materialmente reclusas, a imagem da mulher de elite se opõe à promiscuidade e à lascívia da mulher de classe subalterna que, em regra, era mulata ou índia (DEL PRIORE, 1993. p. 46). Situação bem diferente do cotidiano das mulheres da Casa Grande, que em sua

maioria correspondia ao estereótipo de mulher submissa, mãe dedicada. Gilberto Freyre (FREYRE, 1999) comenta que desde o dia da primeira comunhão, que as meninas deixavam de serem crianças, tornavam-se sinhás-moças. Os casamentos, por isto, eram feitos aos doze, treze, quinze anos com homens quinze, vinte, trinta anos mais velhos, maridos escolhidos pelos pais:

Desde o século XVI dominou no Brasil semelhante prejuízo. Quem tivesse a sua filha que a casasse meninota, porque depois de certa idade as mulheres pareciam não oferecer o mesmo sabor das virgens ou donzelas que aos doze ou aos treze anos já não conservavam o provocante verdor de meninas - moças, apreciado pelos maridos de trinta, quarenta anos. Às vezes de cinquenta, sessenta e até eram comuns os casamentos de velhos de setenta com mocinhas de quinze anos. (FREYRE, 1999, p. 346)

#### **A QUESTÃO DA SEXUALIDADE NA OBRA FREYRIANA**

O corpo feminino era moral e fisicamente comprimido pelo regime patriarcal. Uma moral rígida, que confinava a mulher não apenas restrições corporais, mas exigia desta um padrão de comportamento igualmente compatível com os anseios da “*família sociologicamente cristocêntrica*” da colônia, como nos revela Gilberto Freyre (FREYRE, 1998) no prefácio de *Sobrados e Mucambos*. Da mulher era esperado que tivesse uma postura recatada, gestos delicados, que inspirasse passividade. Representação esta que *a transformara num ser artificial, mórbido, uma doente, deformada no corpo para ser a serva do homem e a boneca de carne do marido* (FREYRE, 1998, p.94). Quanto ao homem era permitido:

Todas as oportunidades de iniciativa, de ação social, de contatos diversos, limitando as oportunidades da mulher aos serviços e artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas e os escravos [...] e uma vez por outra, ao contato com o confessor. (FREYRE, 1998, p.93).

Em *Sobrados e Mucambos* (1936), percebemos exemplos de mulheres transgressoras que fugiram à regra e foram capazes de governar, como foi o caso de D. Brites, mulher de Duarte Coelho. Gilberto Freyre (FREYRE, 1998) também frisa que através de toda época patriarcal houve mulheres, sobretudo, senhoras de engenho, que administravam fazendas, a política partidária da família, assim como mulheres guerreiras,



como as matronas pernambucanas que lutaram bravamente contra os holandeses (FREYRE, 1998, p.95). É dito ainda que outras dirigiam as fazendas e davam ordens, ainda que com os seus colares de ouro pendurados no pescoço:

Tais mulheres que, na administração de fazendas enormes, deram mostra de extraordinária capacidade de ação, andando a cavalo por toda a parte, lidando com os vaqueiros, com os mestres-de-açúcar, com os cambiteiros, dando ordens aos negros, tudo com uma firmeza de voz, uma autoridade de gesto, uma segurança, um desassombro, uma resistência igual à dos homens. [...] Mostraram-se capazes de exercer o mando patriarcal quase com o mesmo vigor dos homens. Às vezes com maior energia do que os maridos já mortos ou ainda vivos, porém dominados, excepcionalmente por elas. (FREYRE, 1998, p.95).

Ainda assim, o sociólogo Gilberto Freyre aponta que a maioria tinha seu destino traçado pelo patriarca da família. Era o pai que realizava a transação do casamento, sendo a mulher confinada à submissão total. A figura do pai era a do sujeito de seu destino, aquele que decide sobre a vida da filha. No que tange à sexualidade, para Freyre (FREYRE, 1998), esta se apresenta de maneira ambígua. Ora é representada em seu caráter normativo, disciplinador, mas também é percebida de maneira positiva, como aquilo que permite miscigenar e socializar em relação harmônica na casa-grande e na senzala.

Por esta diferenciação exagerada, se justifica o chamado padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor, e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda santa noite que ele estiver disposto a procriar. Gozo acompanhando de obrigação, para a mulher, de conceber, de parir, ter filho, criar menino. (FREYRE, 1998, p.93)

E ainda:

Este padrão duplo de moralidade, característico do sistema patriarcal, dá ao homem todas as oportunidades de iniciativa, de ação social, limitando as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos. E uma vez por outra o contato com o confessor. (Idem, p. 93)

A miscigenação racial evoca outra representação de sexualidade, esta permeada pela sensualidade quente, tropical, e está presente tanto no público quanto no privado, na casa-grande e na senzala, e mais tarde nos Sobrados e nos Mucambos.

## **PARA ALÉM DO CORPO, A SENZALA: A MODA E A APARÊNCIA DEMARCAM NO CORPO A HIERARQUIA SOCIAL**

A superioridade e o domínio dos brancos eram demonstradas a partir do exagero nos penteados e roupas. Também marcavam diferenças em relação à mulher por ostentações de virilidade agressivas, seja no traje, nas boas maneiras, no vozeirão. Diferenciavam-se do escravo pelo excesso de ornamentação, que caracterizava sua condição hierárquica de dono. O papel de homens e mulheres brancas era baseado em diferenças físicas, entre homens e mulheres negros tais diferenças não existiam.

É neste contexto das relações entre os brancos, que as submissões femininas físicas começaram a ser questionadas, produzindo críticas ao sistema discriminatório apresentado no cotidiano patriarcal. O corpo ideal, que era relacionado às ornamentações de vestidos, coletes apertados, passou a ser questionado pelos moralistas, que preocupados com a saúde das mulheres, que muitas vezes morriam em decorrência de doenças pulmonares, também passaram a lutar por relações que envolvessem a fidelidade do casamento, visto que as relações fora do matrimônio eram suscetíveis às doenças que assombravam a sociedade do período, como a sífilis.

Ao contrário do que era imposto às mulheres, onde a fidelidade no casamento era exigida para demonstrar a sua submissão ao esposo, deixando clara a sua intenção de não envergonhá-lo. Para o homem esta restrição de suas escolhas sexuais era uma extensão de seu domínio. A obrigação do homem de não ter parceira fora do casamento, portanto, estava ligada ao seu poder, ao domínio que este detinha sobre si na prática social. Do mobiliário aos tratamentos de beleza, passando pelo convívio social, a europeização da moda, sobretudo, as novidades da França, foram incentivando mudanças no comportamento da sociedade patriarcal.

Seja através de cortes de cabelo, barba, bigode e nas roupas, os homens buscavam parecer mais masculinos. Era através do vestir que as diferenças, inclusive a de raça, apresentavam sua forma de domínio. Aos negros, por exemplo, era proibido o uso de joias e de teteias de ouro, embora estes usassem roupas de tecidos e cortes semelhantes aos brancos, como frisa Gilberto Freyre (FREYRE, 1998, p.101). A diferença de raça e classe, portanto, eram demarcados também no traje. A partir daí novos padrões de comportamento foram caracterizando o Brasil do século XIX. Os padrões de comportamento, antes defendidos pela religião, passaram a ser questionados, sobretudo,

com as inovações do conhecimento científico que sofria grandes transformações. As diferenças sexuais assim como as perversidades sexuais passaram a ser objeto de estudos. O significado do sexo estava agora no palco da ciência.

#### **DELEITES E NOVAS FORMAS DE CONDUTA**

Se a organização religiosa, o médico da família, o marido, exerciam influência significativa sobre a mulher, esta agora passa a receber atenção e carinho na figura do médico, não mais do confessor. Era ao médico que as mulheres passaram a confiar suas intimidades, angústias. Esta supremacia do médico sobre o confessor na vida da família brasileira é que marcará esta nova fase na vida da mulher. Freyre (FREYRE, 1998) afirma que a mulher era confinada a uma vida sedentária e sem prazer, encontrando no ato de confessar um modo de escapar de possíveis histerias provocadas pela vida restritiva que levavam.

As mulheres falavam sobre assuntos íntimos de sua sexualidade, e algumas vezes possibilitando vínculos mais fortes com os confessores e, posteriormente, com seus médicos confidentes, que se tornavam seus amantes reais e imaginários. Ainda é apontado que muito desejo reprimido foi escoado sob forma de pecado. O confessor, para Freyre (FREYRE, 1998), parece ter salvo muita mulher brasileira da loucura, que parece ter sido mais frequente entre mulheres das colônias puritanas da América. Confessando, estas mulheres se desintoxicavam destes pecados. Uma limpeza para as almas e os nervos:

Pode-se atribuir ao confessor, nas sociedades patriarcais em que se verifique extrema reclusão ou opressão da mulher, função utilíssima de higiene, de saneamento mental. (FREYRE, 1998, p.94)

A libertação feminina dos moldes restritivos do modelo patriarcal foi acontecendo aos poucos, graças às mudanças sociais que acarretaram em novas formas de vivência, assim como a nova constituição familiar, agora baseada no afeto e no amor. As mulheres passavam a interagir nas escolas, nos consultórios médicos, na Igreja, buscando representações significativas na sociedade. A partir do momento que a autoridade paterna começa a perder seu domínio, os direitos e deveres no público e privado passam a ser resinificados. Para Freyre (FREYRE, 1998), nos livramos mais rapidamente dos preconceitos da raça do que de sexo. É no século XIX que se questiona a masturbação, a sexualidade infantil, os medos de traição, assim como são usados os métodos de vigilância

dos pais a tudo que os filhos e as filhas realizavam, sem muita discussão. É o momento do proibido. Do punitivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma sexualidade normatizada em condutas, comportamentos, gestos, de forma invisível foi uma constante nos textos debruçados. Também ficou claro, para nós, o desejo de tornar dito e visível o corpo da mulher, que reconhecemos historicamente como objeto de prazer. Ao analisar os caminhos que foram percorridos por todos os autores que decidiram investigar os rastros dessas mulheres visíveis em uma considerável parte da documentação da época, mas invisíveis no que diz respeito à expressão de seus desejos, sua sexualidade e sua "*porção mulher*", ficou claro na maneira como os autores decidiram trabalhar com as fontes escolhidas, a forma como este silêncio foi questionado.

O controle exercido sobre a mulher pelo regime patriarcal foi legitimado, ao que indica as fontes e material consultado, baseado em conceitos que estabeleceram uma sociedade hierarquizada na divisão social de classe e gênero. No que diz respeito à sexualidade, o discurso de Freyre reproduz um remanejamento de sentido dado aos prazeres, deveres interpretados à luz das instituições religiosas, políticas e médicas do período.

## REFERÊNCIAS

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympo, 1993.

\_\_\_\_\_. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

\_\_\_\_\_. **Histórias do Cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Contexto, 2000.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher nas Minas Gerais no século XVIII, Rio de Janeiro: J.Olympio, Brasília, Edunb, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1999.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos**: introdução à história da sociedade patriarcal

brasileira no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Holanda, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Laura de Mello. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro. Nova fronteira, 1989.

\_\_\_\_\_. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: SOUZA, Laura de Melo e (org.). **História da vida Privada no Brasil: cotidiano e a vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

\_\_\_\_\_. Não existe pecado do lado de baixo do Equador. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). **História do Brasil para Ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

## **DESEMBARAÇANDO IDEIAS: O CABELO COMO SÍMBOLO E IDENTIDADE DA MULHER NEGRA**

Ana Márcia Maciel<sup>1</sup>

José Pereira de Sousa Júnior<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O Brasil ao ser colonizado teve em seu percurso histórico as marcas deixadas pelos colonos na cultura, no modo de pensar, agir, conceber as coisas, o mundo e a si mesmos. Esta sociedade foi construída com os valores e os padrões europeus – cristãos, criando assim estereótipos, preconceitos e desigualdades, em relação as culturas tidas como “inferiores”, como é o caso da cultura africana e afro-brasileira.

As correntes dos navios negreiros, das senzalas, dos cativeiros foram arrancadas, no entanto, as consequências de 300 anos de escravidão ainda estão presentes de forma simbólica no cotidiano da população aprisionando a alma, o pensamento e os copos.

Dessa forma, a mulher negra está condicionada a lutar contra os padrões estabelecidos aos moldes europeus, além da cor da pele, as curvas de corpo e os cachos dos seus cabelos são alvos de discriminação, pois, não se encaixam dentro da norma padrão do cabelo liso, da cor branca e do corpo magro.

Nessa perspectiva, o presente trabalho possui o intuito de analisar as formas de expressão e representação encontradas por mulheres negras, utilizando o corpo e, principalmente, o cabelo como ferramentas de resistência contra as regras sociais e as normas de beleza(s) padronizadas.

Assim, refletir sobre questões de gênero e seus discursos cristalizados acerca do corpo feminino, presente em uma sociedade ainda racista, machista e classista, é de fundamental importância para darmos enfoque as mulheres negras e as inúmeras maneiras de resistir e insistir nas suas origens, pela afirmação da(s) identidade(s) afro-brasileira(s), como também, na construção de sua subjetividade.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Orientador: Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior.

<sup>2</sup> Professor Substituto da UFRN – CERES.

Discutir essas questões nos faz refletir sobre um cotidiano de violência moral, psicológica quando não violenta, dentro dos diversos espaços sociais e de forma mais gritante no ambiente escolar, tendo em vista que este espaço institucional deve ser um lugar onde as pessoas abriguem as diferenças e sobre tudo as respeitem.

Para desenvolver essa pesquisa, foi necessário o aprofundamento de conhecimentos através de fontes bibliográficas: revistas, artigos e livros de onde foram extraídas informações, opiniões, citações e conceitos, por meio de uma leitura minuciosamente trabalhada, sempre respeitando as diretrizes e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

### **A AFIRMAÇÃO DA NEGRITUDE A PARTIR DE ALGUNS SÍMBOLOS**

A mulher negra enquanto sujeito social possui um papel na história de desigualdade, inferioridade e discriminação historicamente construído e interiorizado pela sociedade. Assim, a grande maioria dos símbolos de beleza criados aos moldes europeus, possui um caráter excludente no que se refere as peculiaridades da beleza afro.

Dessa forma, pensar os padrões de beleza e as ferramentas para tentar desconstruí-lo ou ao menos criar novos padrões que abarque o corpo e as formas de beleza afro, perpassa por uma subjetividade e por uma afirmação de identidade que busca seu reconhecimento estando na linha tortuosa do diferente, diferente esse que por vezes é negado, escondido e omitido, pelas forças de tensão presentes na sociedade.

Nessa perspectiva, Gomes afirma:

Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, no caso dos negros o que difere é que a esse segmento étnico/racial foi relegado estar no pólo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural e ao branco estar no pólo dominante. Essa separação rígida não é aceita passivamente pelos negros. Por isso, práticas políticas são construídas, práticas culturais são reinventadas. O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. (GOMES, 2012, P.3).

Dessa maneira, a partir desses polos de tensão que se chocam culturalmente, economicamente e socialmente, surgem segmentos sociais, em especial a mulher negra, que constroem ferramentas como forma de resistência e autoafirmação da negritude a partir de expressões estéticas genuinamente afro como o uso do cabelo enrolado, sem procedimentos que o deixem liso (padronizado).



A aceitação do cabelo afro por parte das mulheres negras possui um poder simbólico de ir a contra pelo dos padrões impostos pela sociedade, quebrando as regras e construindo suas próprias formas de se expressar diante do mundo, esse importante movimento de (re) elaboração de beleza, estética, padrões, corpo etc. se faz imprescindível para que esses grupos marginalizados conquistem espaços de representatividade diante de uma sociedade de exclusão.

Hoje, existem inúmeros movimentos que buscam expandir e divulgar práticas de conscientização e afirmação da negritude a partir de inúmeras formas dos usos dos cabelos naturais valorizando o movimento, o volume, a forma, a textura destes. Assim, mais do que um simples uso do cabelo afro, essa prática é imbuída de autoafirmação de uma carga histórica que fortalece a autoestima e a identidade das mulheres negras que foram por tanto tempo descriminalizadas por terem um cabelo “ruim”, “duro”, “rebelde”, “feio” etc.

Além de todos os estereótipos carregados pelos cabelos crespos, possuem uma carga de concepções construídas socialmente que perpassa pelos corpos negros de que estes necessitam de controle, como aborda Rogéria Costa de Paula (2012).

Nas comunidades negras e brancas, parece haver regras imanentes da exposição dos cabelos dos corpos socialmente entendidos como negros, as quais subscrevem os cabelos dominados por artifícios como alisamentos e relaxamentos ou cabelos dominados por artifícios de controle de cabelos naturais por meio de tranças, evidências de cachos nos cabelos que seguem o estilo *black power*, por exemplo. Desse modo, o que parece ser de senso comum é que os cabelos dos corpos negros não podem ser simplesmente soltos sem algum tipo de controle. Ou seja, a performance de cabelo de corpos negros femininos, geralmente envolve trabalho, domínio e controle tanto por parte de quem o usa “natural” quanto por daqueles que usam artifícios de alisamento, por exemplo. (PAULA, 2012, p. 3).

Dessa forma, as tensões existentes e que cruzam a sociedade estão imbuídas de concepções que situam a mulher negra em um campo onde exige um trabalho de controle, isso revela as relações sociais que permeia as práticas cotidianas e refletem diretamente na posição social das mulheres negras.

## **A INFLUÊNCIA DA MÍDIA SOBRE OS CORPOS**

Hoje, cada vez mais a mídia exerce um poder velado sobre os corpos apresentando a sociedade inúmeras imagens que levam as mulheres a desejarem o corpo perfeito e assim, tentar se inserir nos padrões estéticos impostos que na prática é inalcançável, essa busca

constante pela perfeição se dá a partir da ilusão social do corpo perfeito introduzido pela mídia.

As mulheres são vítimas de um inconsciente coletivo que leva a não aceitação dos corpos que não estejam dentro do padrão exigido pela sociedade, assim as mulheres negras por natureza já são excluídas, pois, não podem modificar a cor se sua pele ou retirar a melanina que nela existe, assim este segmento social está condenado a não poder ter uma beleza a qual a sociedade reconheça como bela por não estar inserida no contexto do branco.

As normas estéticas fizeram da mulher uma “escrava” da beleza. Os cuidados femininos, por muito tempo, foram dominados pela obsessão com o rosto e, hoje, o corpo é o novo objetivo estético (REIS, 2002). Esse movimento de estar sempre com o corpo belo é introduzido pela mídia fazendo propagandas voltadas para um público cada vez mais jovem criando padrões de comportamento que as levam a estarem em constante busca pela perfeição mesmo que isso lhe traga dor e traumas.

As mulheres negras de classes mais baixas são as que sofrem mais com as exigências sociais de beleza, pois, estão em contextos sociais de pobreza e lutam para suprir suas necessidades básicas, as cirurgias estéticas, os procedimentos de melhorar o colágeno da pele, manter o cabelo sempre impecável não está dentro de suas possibilidades financeiras, acarretando muitas vezes a angústia, a dor, a tristeza de não poder alcançar esses desejos materiais que influencia na auto estima e no bem estar de inúmeras brasileiras que estão situadas nas periferias.

Os discursos que atravessam a sociedade são imbuídos de uma série de conceitos que levam as mulheres buscarem a felicidade no corpo perfeito, em algo exterior pautado na beleza e na estética. Assim, Os indivíduos são submetidos a modelos publicitários nos quais dever-se-iam espelhar. Essas imagens, ao serem legitimadas pela publicidade, fazem com que o indivíduo docilize, transforme, modele, torne obediente - seu corpo, de modo que ele seja, como esses modelos “felizes”. (FOUCAULT, 1989).

A falsa ilusão de felicidade atrelada ao ideal de beleza é diariamente divulgada pela mídia, ser bela dentro dessas concepções de beleza é ter a certeza de ser aceita socialmente, e esse desejo a aceitação cria situações onde a própria família no dia a dia pressiona as meninas a tentar entrar nos padrões de beleza estabelecidos socialmente e historicamente,

forçando-as a emagrecer porque ser gorda é feio, é motivo de chacota, é um indivíduo estranho não normatizado.

Há um movimento que vem crescendo diariamente em trazer a mulher negra para as capas das revistas, das propagandas, dos programas de tv, nas passarelas etc, com o intuito não de dar ênfase a beleza negra e de valorizar a diversidade mas, de tentar buscar uma homogeneidade do belo, mostrando as mulheres que possuem menos melanina ou seja mais claras, magras, de preferencia que tenham os cabelos tingidos de loiro, que as deixem mais próxima do que se entende por padrão de beleza. Como mostra Rogéria Costa de Paula:

Atualmente, a ação das mídias parece indicar um movimento de maior visibilidade das feminilidades negras em propagandas e revistas femininas, por exemplo. Todavia, o que está por trás dos discursos da diversidade nem sempre é o respeito às diferenças. Ao contrário, as diferenças continuam gerando embates violentos e provocando controle e vigilância sobre o indivíduo diferente. Não obstante, os conflitos raciais são mascarados por discursos perversos da diversidade, que são motivados pelo pensamento de senso comum do que é/seria politicamente correto. Esses discursos são perversos porque advogam tolerância, o que, em consequência, coloca alguns sujeitos em posição de legitimidade e hegemonia. Sustentam a supremacia branca nos discursos sobre beleza. Posicionam os negros como um “outro” folclórico e fetichizado. Desestabilizam a temporalidade subjetiva dos negros que ficam restritos a questões referentes às religiões e culturas africanas, ao carnaval e ao futebol. Esses discursos criam uma substância do que é ser negro, focada em um tempo sociohistórico determinado e ultrapassado. É um discurso insensível à possibilidade de as negritudes fazerem uma pluralidade de performances. (PAULA, 2012, p. 5).

Como podemos perceber as performances que são delegadas aos negros historicamente são papéis que silenciam uma série de preconceitos que a sociedade exala, sem dar a chance desses indivíduos mostrarem outras faces que não a moldada pelo colonizador, o papel de protagonista na sociedade brasileira naturalmente pertence ao branco, a sociedade da exclusão não permite que os negros possam também ter o direito de ser quem ele querem, dizer como eles se sentem, o que eles gostam de usar, mostrar os interesses desses indivíduos não é interessante para a classe dominante, a barreira da desigualdade sempre está presente para que esses desejos não sejam ecoados pois, estes certamente não refletem o espelho do branco-europeu-cristão.

## **SEGUIR O PADRÃO OU VOLTAR AS ORIGENS?**

A negação de si, de seu corpo, de sua cor, de seus traços, são realidades que mulheres negras enfrentam, pois, essa negação é uma forma de anular e até mesmo tentar encobrir os traços que seu corpo carrega, esses traços são socialmente entendidos como inferiores, e carregam uma série de estereótipos negativos que levam as mulheres terem uma baixa autoestima.

Assim, inúmeras mulheres negras vão em busca de tentarem modificar seus corpos na ilusão da imagem perfeita que devem passar dentro da normatização imposta pelo colonizador, isso revela que para além de um simples corte de cabelo ou procedimento químico, cirúrgico e etc, essas ações estão intuídas de sentido e significado, reproduzem um discurso que torna o outro (branco) superior e que você está condicionado a tentar enquadrar-se nos padrões pré-estabelecidos.

Em uma sociedade do dualismo onde tudo é colocado, medido e pesado sobre a ótica do bom ou do ruim, o negro e sua negritude é posto sempre em situação de inferioridade, assim, desde cedo aprendem que devem buscar a áurea da “bondade” e “virtude” branca. Ser sempre posto como o outro que deve ser modificado para ser aceito e visto diante da sociedade, é sem dúvidas um lugar de desconforto, que historicamente homens e mulheres negros vêm sofrendo.

Estar sempre no caminho tortuoso na negação gera uma crise de identidade nas mulheres negras, pois, estas não conseguem ser o que elas almejam e por muitas vezes não assumem suas raízes negras. Nessa perspectiva, Stuart Hall (2014) afirma que quanto mais a vida social se torna mediada pelo cenário global, mais nossas identidades tornam-se fluidas, e, por sua vez, nos coloca em confronto com identidades diferentes, que interferem em diferentes partes de nós.

Dessa forma, o sentir-se negra vai além de seus traços físicos e estéticos, é um estado de identidade que pode sofrer modificações ao longo de sua construção enquanto sujeito, não é pelo fato de mulheres negras desejarem estar inseridas nos padrões de beleza que estas iram deixar de ser negras ou se auto afirmar enquanto negras, pois, a forma como estas se veem é partícipe importante na construção de suas identidades.

O lugar da transgressão é tortuoso fora dos moldes, este existe na linha tênue da diferença, a mulher negra faz essa transgressão quando assume as suas diferentes identidades e sente a necessidade de não estar inserida necessariamente em algum tipo de

regra criada pelo sistema ou o que vai a contra pelo do mesmo, isso revela um outro tipo de mulher, uma mulher que não está mais satisfeita em apenas ser mais uma, mas, várias dentro de si.

Um dos fatores mais importantes na construção das identidades das mulheres é estar bem consigo mesmo, com seu corpo, com seu eu, o espelho deve refletir uma beleza da aceitação de si, sentir-se bonita no seu dia a dia é extremamente importante para a construção de uma autoestima elevada e principalmente de sua subjetividade, fazendo o importante movimento de pensar-se enquanto sujeito dono de seu corpo, e fazer dele o que lhe traz uma satisfação com sua aparência.

O cabelo se faz historicamente como parte importante da estética que constrói e revela quais os lugares que este indivíduo ocupa e por isso é tão pertinente a reflexão de Raul Lody:

Assumir os cabelos como distintivos raciais / étnicos é uma atitude que acompanha os processos de conquista do direito cultural e do direito à cidadania. Os cabelos coroam cabeças e emolduram rostos, identificando pessoas nas suas lidas cotidianas, personagens para as festas ou ainda nos rituais religiosos, integrados e construindo imagens que identificam papéis sociais de homens e mulheres. (LODY, 2004, p. 126).

Nessa perspectiva, é importante pensarmos os conflitos diários que as mulheres negras sofrem consigo mesmas e com os discursos sociais que perpassam seus corpos, tendo em vista que papéis sociais são pré-estabelecidos para esses sujeitos que já nascem com uma carga de restrições acarretadas pelas suas identidades étnica/raciais.

Resistir a toda opressão sofrida historicamente, socialmente, economicamente e politicamente é uma tarefa árdua que geram marcas não só nos corpos, mais também, na alma. Uma das diversas formas de táticas exercidas pelas mulheres negras é estar no polo do conflito, no embate, da resistência, de ter o direito de ser mulher, de ser negra e ter para si o poder dos diferentes usos de seu corpo negro.

Enfim, cabelo duro é lindo! Como lindos também são os cabelos lisos e louros, ou o negro liso dos orientais e dos nossos indígenas; e o que dizer dos cacheados, ondulados, castanhos, ruivos, grisalhos, brancos, tinturados de diferentes cores. A diversidade pode ser sinônimo de liberdade democrática e para isso lutamos todos. (LODY, 2004, p. 126).

Como afirma Lody temos que sermos livres para fazermos nossas próprias escolhas diante do mundo, sermos aprisionados em caixas hipócritas é muito cruel, enquanto sujeitos históricos pertencentes a uma sociedade e críticos da mesma temos que buscar resistir e insistir no direito humano da liberdade, só assim teremos uma sociedade mais justa e menos desigual.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ditadura da beleza está em todos os ambientes possíveis através das imagens, das propagandas, dos programas de tv, entre outros, formulando, reforçando e propagando um discurso dominante em que aprisiona as mulheres negras em padrões de beleza inalcançáveis, acarretando a frustração a exclusão social e negação de si mesmas enquanto mulheres negras.

Assim, resistir a esses padrões impostos pela sociedade faz com que as mulheres negras construam maneiras de ir a contra pelo do sistema, a parti de do auto reconhecimento de suas raízes do desejo de expô-las, em contra ponto a resistência temos a permanência do sistema de alisamento para inserir-se e ser aceita socialmente. Diante dessas possibilidades, temos que perceber que não são os padrões ou a resistência a eles que vão fazer a sociedade ser mais justa e menos desigual e racista, e sim o respeito a escolha do outro.

Portanto, é de extrema importância que esse tema seja discutido e refletido para que surja uma consciência de que esses discursos imbuídos no imaginário social são carregados de preconceitos que perpassam e aprisionam os copos negros e ajudam a perpetuarem um poder simbólico da classe dominante (branca) exercido sobre os sujeitos que não fazem parte desse grupo.

### **REFERÊNCIAS**

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1989.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LODY, Raul. **Cabelos de axé: Identidade e Resistência**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.

**Anais Eletrônicos do VI Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades - Sertões: histórias e memórias**

**UFRN - CERES - Campus de Caicó, RN, 07 a 11 nov 2016**

**Simpósio Temático *Pluralidades e relações étnicas no Brasil: cultura, educação, racismo e sociedade***

**ISBN 978-85-92861-70-4**

PAULA, Rogéria Cota. **Corpo Negro:** mídiatizações e performances de raça. III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade, Campinas – SP, p. 1-15, 2012.

REIS, Margareth de Mello Ferreira. **Mulher:** produto com data de validade. São Paulo: O Nome da Rosa, 2002.



## **“EXÓTICA NÃO É LINDA” : REPRESENTATIVIDADE E EMPODERAMENTO DA CRIANÇA NEGRA NO RAP DA MC SOFFIA**

Ana Cláudia Feliciano da Silva<sup>3</sup>

Hercília Maria de Andrade Souza<sup>4</sup>

### INTRODUÇÃO

Eu espero que todas as meninas comecem a se aceitar, por causa da minha música, que eu seja uma dessas rainhas que ajudou os negros. (MC Soffia<sup>5</sup>)

Uma menina de 12 anos, com um projeto ousado, fazer com que meninas negras se aceitem com a beleza que lhes é própria de sua origem étnica, esta é a MC Soffia. Vestida em trajes coloridos que fazem memória as cores vibrantes da cultura africana, com um laço envolto na cabeça, que é sua marca, com seus belos cabelos afro, e uma gestualidade que imprime força, resistência e empoderamento do negro pela música, a pequena Rapper traduz em sua musicalidade e performances o combate contra as formas de discriminação racial, incutidas desde a infância nas mentes de homens e mulheres negros.

Nesse sentido, MC Soffia e seus raps se constituem em um interessante instrumento para pensarmos questões de grande importância no contexto atual brasileiro, de modo que se estabeleça uma rede de contribuições desta, não só no que se refere a um gênero musical combativo, de valores sociais vigentes, mas como estes podem ser úteis ao cotidiano das escolas brasileiras, sobretudo dentro das proposituras da lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, sendo posteriormente alterada pela Lei 11.645/08<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup>Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB. Especialista em Educação para as Relações Étnico-raciais – UFCG. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História (UFCG). E-mail: [anaclaudinhak@hotmail.com](mailto:anaclaudinhak@hotmail.com)

<sup>4</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB. Especialista em Educação para as Relações Étnico-raciais – UFCG. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História (UFCG). E-mail: [hercilia-andrade@hotmail.com](mailto:hercilia-andrade@hotmail.com)

<sup>5</sup> Fala empreendida por MC Soffia em entrevista concedida ao canal do You Tube “TRIP TV”. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-pxDBJ\\_tgmE](https://www.youtube.com/watch?v=-pxDBJ_tgmE). Acesso em: 08/07/2016.

<sup>6</sup> Lei que versa acerca da presença do indígena. No dia 10 de março de 2008, o Presidente da República, sancionou a lei 11.645, dando nova redação ao artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabeleceu-se que nos “estabelecimentos de ensino fundamental e de

Como abordagem metodológica, trabalharemos com a pesquisa bibliográfica pautada nos estudos de NAPOLITANO (2002), HALL (2001) e CAVALLEIRO (2001), que nos permitem apreender as relações entre história, música e racismo nos raps de MC Soffia, visibilizando música como de grande valia na promoção de discussões sobre racismo e educação, para tanto, organizamos nosso estudo em “performances”, que é como o artista interpreta e atua com liberdade nos palcos e espetáculos que faz e se apresenta.

Desse modo, na nossa primeira performance, elaboramos um percurso histórico da música enquanto ferramenta no trabalho do historiador, os momentos nos quais ora foi colocada à margem do campo de análise historiográfico e quando esta foi percebida em suas contribuições para o saber histórico, aqui nas nossas análise privilegamos o gênero Hip hop, cuja expressividade e caráter de denúncia que subjaz em sua própria raiz, nos oferecem um excelente arcabouço para refletirmos acerca da sua relação com a denúncia às formas de discriminação social e racial.

Já na nossa segunda performance, analisamos a história da MC Soffia, seu engajamento e da sua família na luta contra o racismo, que faz ressoar em sua música, nas letras de Rap, através dos quais discutimos questões como identidade negra, representação e valorização da cultura e beleza dos homens e mulheres negros, que cotidianamente passam por situações de discriminação por todo o aparato social que os cercam e que ganham voz na música combativa da rapper Soffia.

Na terceira performance do nosso estudo, tentamos articular a música, o Rap, ao contexto da sala de aula, discutindo como este pode se constituir enquanto uma possibilidade de educação para as relações étnico-raciais haja vista que a mesma oferece de forma lúdica, ritmada um conjunto de questões que perpassam o contexto social dos educandos, levando-os a refletir sobre sua situação na sociedade e as formas de enfretamento da discriminação social e racial.

#### **PRIMEIRA PERFORMANCE: DISCUTINDO ACERCA DA HISTÓRIA E DA MÚSICA**

A História relacionada à música tem propiciado diferentes e inovados campos de pesquisa e conhecimento, na medida em que ela oferece a oportunidade de promover

---

ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. (Projeto 914 BRZ 1001.4 “Subsidio a Formulação e Avaliação a Políticas Educacionais Brasileiras”). Disponível em: << [\*\*812\*\*](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=>>”. Acesso em: 08/07/2016.</a></p></div><div data-bbox=)

práticas e atividades outrora inviáveis, sendo essa relação muito produtiva para novas perspectivas de estudos que se tornam cada vez mais evidentes nas produções acadêmicas.

A partir das concepções historiográficas, introduzidas pela nova história cultural, uma série de transformações no material documental, assim como nas práticas renovadas de trabalho do historiador foram possibilitadas, a qual fez com que ocorresse um importante movimento de interdisciplinaridade. Desta forma, ampliam-se os conteúdos e os gestos em torno das discussões da História e da utilização da música popular como fonte documental para trazer para a cena histórica outras temáticas como também iluminar setores anteriormente marginalizados.

Assim, a partir do século XX, críticos e pesquisadores filiados às novas perspectivas historiográficas, ofereceram uma significativa contribuição para a reconstrução da história da cultura popular urbana por meio da canção. Desta forma, segundo Moraes:

A canção é uma expressão artística que contém um forte poder de comunicação, principalmente quando se difunde pelo universo urbano, alcançando ampla dimensão da realidade social. A canção e a música popular é um ponto importante para compreender e demonstrar as realidades da cultura popular desvendando e resgatando setores pouco lembrados pela historiografia. (MORAES, 2000, p.204.)

Nesse sentido, percebemos um processo de amadurecimento nas análises historiográficas que podem ser desenvolvidas partindo de pesquisas no que diz respeito à utilização da música para se fazer história. Desse modo, no final da década de 1970 e início de 1980, importantes transformações ocorreram na vida acadêmica para se analisar essas áreas específicas relacionadas à música, pois um leque de possibilidades fora aberto, promovendo a inserção nos últimos anos, de maneira gradativa, a utilização da canção, seja como fonte para a pesquisa histórica, seja como recurso didático para o ensino de história.

Dessa forma, o historiador não deve se restringir ao arcabouço estritamente musical, por que assim desempenhará o estudo da musicologia e não uma análise em suas letras e contexto que é o seu objetivo, uma vez que o binômio melodia-texto permite a estrutura que dá sentido à canção popular, ou seja, a análise externa do documento musical deve pautar-se em dois campos, no contexto histórico mais amplo e no processo social de criação, circulação e recepção da música popular.

Assim, no tocante a articulação entre texto e contexto, o historiador Marcos Napolitano infere que,

É fundamental a articulação entre “texto” e “contexto” para que a análise não se veja reduzida, reduzindo a própria importância do objeto analisado. O grande desafio de todo pesquisador em música popular é mapear as camadas de sentido embutidas numa obra musical, bem como suas formas de inserção na sociedade e na história, evitando, ao mesmo tempo, as simplificações e mecanicismos analíticos que podem deturpar a natureza polissêmica (que possui vários sentidos) e complexa de qualquer documento de natureza estética. (NAPOLITANO, 2002, p.78)

Portanto, o pesquisador que se propõe a trabalhar com a música, precisa estar atento a alguns aspectos como a linguagem da canção, a visão de mundo que ela incorpora e traduz, como também a perspectiva social e histórica que ela revela e constrói. Assim, a história cultural da música popular brasileira ainda formula e ajusta seus primeiros acordes na batida em que se constitui, abre-se para o fortalecimento de vínculos culturais e promoção de variadas formas de apreender o conhecimento histórico do social.

Dentre as várias categorias e vertentes musicais, existe uma em particular e na qual esta pesquisa está ancorada: trata-se do Rap que nasce a partir do movimento cultural Hip Hop<sup>7</sup>. O hip hop surgiu nos Estados Unidos, como movimento cultural juvenil na década de 70, onde jovens afro-americanos e caribenhos tiveram participação decisiva em sua constituição, mais precisamente nos subúrbios de Nova York e de Chicago, no bairro do Bronx. Integrando-se como parte desse sistema cultural juvenil em construção à dança “break”, a arte visual materializada do grafite e o Rap como expressão poético-musical.

Por sua vez, compreendendo o surgimento do hip hop enquanto um movimento identitário do jovem estadunidense, entendemos a formação desta a partir dos estudos de Stuart Hall, as quais são mescladas, influenciadas, elas se transformam de acordo com o lugar e os momentos em que estão inseridas, pois

A Identidade plenamente unificada, completa segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (HALL, 2001, p.13).

---

<sup>7</sup>O Hip Hop ao contrário do que pensam muitos leigos no assunto, não é um gênero musical, apesar de ter fortes vínculos com a música. Ela representa um dos principais meios de manifestação desta cultura, assim como a dança. Talvez, por este fato, assimile-se o nome Hip Hop como sendo um estilo musical e de dança. Todavia, é muito mais que isso. (FOCHI, 2007, p. 61)

Assim, o hip hop surge como um movimento de identidade, num contexto em que os jovens estadunidenses, estavam ocupando uma espécie de não-lugar nessa sociedade, marginalizados e sem lugares de pertencimento que os identifiquem, assim o movimento cultural através da música se constituiu como uma construção identitária conectada aos problemas sociais que os jovens enfrentavam naquele período.

A valorização da cultura afro-brasileira, a afirmação da negritude e dos símbolos de origem africana, surge como elemento central para a desconstrução de práticas da ideologia do branqueamento. Segundo o autor José Carlos Gomes (1999.p.30), “a partir dessas referências a produção musical torna-se o meio pelo qual o ‘autoconhecimento’ juvenil será expresso. Autoconhecimento torna-se, portanto, uma palavra-chave para os integrantes do movimento hip hop”.

Para tanto, no Rap a mensagem e letras de composições são sempre de ordem pessoal, as experiências vividas e tudo que é relegado a segundo plano torna-se matéria-prima para os rappers, sendo comum perceber que eles se recusam a cantar músicas de outros artistas mesmo que estes estejam em ascensão na indústria fonográfica. Desta forma, os rappers se tornam porta-vozes dos excluídos, tornando sua condição como objeto de reflexão e denúncia.

## **SEGUNDA PERFORMANCE: A MUSICALIDADE E EMPODERAMENTO NAS LETRAS DO RAP DA MC SOFFIA**

Nesse movimento de valorização da identidade negra através da música no cenário social e musical uma das representantes é Soffia Gomes da Rocha Gregório Corrêa, a MC Soffia, filha de Kamilah Pimentel, a rapper de 12 anos, moradora da Cohab Raposo Tavares, em São Paulo. Nascida em uma família de militantes do movimento negro, Soffia sempre participou ativamente de eventos culturais e shows de hip hop, quando sua mãe sentiu a necessidade da menina estar efetivamente atuante nesse contexto de referenciais negros.

Com quatro anos, a pequena teve seu primeiro contato com a música afro, com a sua iniciação através das aulas de capoeira, depois se apaixonou pelo maracatu e, aos seis, participou de uma série de oficinas do mundo hip hop: breake, grafite, DJ e MC, onde começou a escrever suas primeiras rimas e transformar no ritmo do Rap.

Soffia enfatiza em suas declarações que uma das motivações para cantar veio da audição de outros Mc's como os Racionais Mc's, Carol Conka, Crioulo e Emicida. A menina

passou a dividir seu tempo, entre a escola e os palcos, salientando nas inúmeras entrevistas concedidas às mídias que seu objetivo se pauta em incentivar o empoderamento<sup>8</sup> de meninas negras, para que estas sejam conscientes e valorizem sua cultura para que se tornem mulheres confiantes, fortes e destemidas para enfrentar o preconceito diário e os modelos de beleza que a sociedade lhes impõe.

Mc Soffia representa e condensa em seu corpo traços da cultura que pretende reconhecer em seus raps. Nesse sentido, cabe aqui nas nossas discussões perceber como a rapper elabora uma representação de si e do outro, entendendo este conceito a partir de Roger Chartier (1990, p. 17) que trabalha questões acerca das representações, percebendo que esta deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, uma vez que as representações podem ser pensadas como “(...) esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro se torna inteligível e o espaço passa a ser decifrado”.

Desta forma, a partir das letras de suas músicas e as batidas de seu ritmo a MC Soffia se impõe lançando-se em busca da exaltação, respeito e valorização da cultura e empoderamento da mulher negra desde a infância. Em “Menina pretinha”, faixa que dará título ao seu primeiro EP<sup>9</sup>, um CD com menor quantidade músicas, a artista com toda ousadia de uma menina sonhadora com dias melhores para si e para o outro chega aos meios midiáticos, dando voz a sua luta, investida do desejo de cantar e proferir reivindicações aos direitos das mulheres negras, valorizando o orgulho pela cultura negra.

---

<sup>8</sup> Entendemos aqui por empoderamento que, “O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos” (BLATIWALA apud SARDENBERG, 2006, p.6). Para saber mais, veja “Conceituando ‘Empoderamento’ na Perspectiva Feminista”, disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 03/07/2016.

<sup>9</sup> Através da manchete “MC Soffia: adquira meu disco antes de todos!”, o site Kickante.com divulga uma **campanha exclusiva de pré-lançamento** do primeiro disco intitulado “Menina Pretinha” da rapper MC Soffia, onde ela busca através do incentivo e mobilização de sua mãe e dos meios comunicativos exprimir o desejo de difundir sua mensagem e não encontrando espaço nos meios tradicionais para dar voz ao que pensa ela pede o apoio de todos, para o financiamento na gravação de seu primeiro CD que em breve será lançado. Disponível em: << <http://www.kickante.com.br/campanhas/mc-soffia-adquira-meu-disco-antes-de-todos>>>. Acesso em: 10/07/2016.

Para tanto, na primeira estrofe que embala a música “Menina Pretinha” a MC Soffia enuncia uma forte mensagem mobilizadora para o reconhecimento da beleza negra desde a infância:

Menina pretinha, exótica não é linda  
Você não é bonitinha  
Você é uma rainha

Através da rima e encantamento da poesia que a MC articula nessas poucas e significantes palavras que causa impacto e despertam um sentido aguçado para indagar acerca de tais posicionamentos, nesse movimento a artista encoraja as meninas negras, afirmando que elas são rainhas de seu corpo, de seu território, que sua beleza é natural e não exótica como é comumente proferido no discurso do padrão de beleza ocidental enquanto referência, onde o “diferente” se torna exótico.

Por sua vez, como quase toda criança Soffia gosta de brincar e se divertir, logo, se investe de instrumentos e objetos próprios desse universo, compondo versos envolvendo brinquedos, como as bonecas, que fazem parte do cotidiano das brincadeiras infantis, utilizando-se ainda de elementos da História para fundamentar suas composições, sendo uma grande admiradora dos estudos históricos principalmente os que tangem a cultura africana. Sendo assim, os seguintes trechos revelam certa inquietude no tocante a confecção de brinquedos que não representam as meninas e meninos negros, como podemos perceber

Devolva minhas bonecas  
Quero brincar com elas  
Minhas bonecas pretas, o que fizeram com elas?

Vou me divertir enquanto sou pequena  
Barbie é legal, mas eu prefiro a Makena africana  
Como história de griô, sou negra e tenho orgulho da minha cor  
Africana, como história de griô, sou negra e tenho orgulho da minha cor

Nesse sentido, a MC Soffia transparece seu desconforto quando pergunta acerca das bonecas e o que fizeram com elas, já que no cenário de consumo nota-se a ausência de brinquedos de origem africana e descendência negra, logo, a rapper afirma que quer brincar com elas, mas não as encontra, apresentando uma indignação diante desse quadro,



logo, seguindo sua postura, ela diz que vai brincar enquanto é pequena assim como toda criança.

Cita a Barbie, porém, não é sua opção, mas diferente dos que não aceitam a diversidade, ela respeita quem gosta e diz que a boneca é legal, mas tem predileção pela Makena africana por sua origem e por se identificar com ela, afirmando que é negra e tem orgulho de se posicionar e lutar pelos seus direitos e preferências sem menosprezar o outro.

Outra composição da rapper Soffia permeada por um estilo crítico, voltada para as estórias infantis, é a versão da “Rapunzel Africana”, em que organiza os versos e melodias de maneira que ao mesmo tempo em que narra uma estória baseada em informações retiradas da História empreende uma discussão acerca da escassez de bonecas negras, da união e do empoderamento feminino. Nas estrofes a MC defende e propõe que as meninas e mulheres criem suas próprias princesas com as quais se identifiquem e legitimem sua imagem, se sintam especiais, compreendendo que padrão de beleza é o que é próprio do indivíduo, como na frase proferida no seu clipe “A Rapunzel Africana”, em que afirma “Crie uma princesa que pareça com você”, e desenvolve no decorrer da letra da referida música:

No conto de fadas Rapunzel joga suas tranças  
Na minha história ela tem dread e é africana  
agora eu vou contar o meu conto para vocês  
como todas as histórias vou começar  
por Era uma vez

Assim a rapper segue formulando seus versos e empreendendo um debate na versão ritmada do Rap, caracterizando através da construção de uma trama conhecida no universo infantil, outras possibilidades, utilizando-se do mecanismo da imaginação ela promoveu outra perspectiva para contar suas impressões, logo, a união que as meninas negras devem assegurar em seus posicionamentos em busca de respeito e valorização se configura de suma importância nesse cenário, percebe-se esse movimento na seguinte estrofe

Era uma vez uma princesa rastafári  
que nasceu no reino de Sabá  
na minha história quem diz que a bruxa é má  
meninas unidas podem tudo mudar.

MC Soffia em sua postura de aprendiz e ao mesmo tempo divulgadora da cultura africana ilumina através das letras de seus raps personagens e histórias pouco conhecidas

da história africana, através das quais ela brinca nos seus versos e rimas e transmite uma mensagem conscientizada e mobilizadora.

Ainda na música “Rapunzel Africana”, a autora suscita o feminino, onde segundo sua versão da história a Rapunzel tem dread, é negra e rastafári, logo, não precisa de um príncipe como é comum nas estórias de conto de fadas, para salvá-la, já que sua princesa é empoderada e pode o mundo conquistar, ela não é construída submissa ao homem, ela esta investida de astúcias e estratégias para se sobressair, é uma personagem atualizada e engajada na luta contra o preconceito e racismo.

Portanto, a rapper MC Soffia canta para o fortalecimento e empoderamento da mulher negra desde a infância, uma menina que está inserida num cenário de periferia na cidade de São Paulo, que tem influências a partir de sua mãe que é militante no movimento feminista negro, sua avó pedagoga que desenvolve um belo trabalho na produção de bonecas negras nomeadas de Makena, ou seja, é uma criança com fortes referências e que despertou para que através de seus versos e rimas pudesse encontrar um meio para falar e fortalecer o movimento negro na luta pelos seus direitos, promovendo valores de respeito à diversidade.

### **TERCEIRA PERFORMANCE: O RAP DA MC SOFFIA COMO INSTRUMENTO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA SALA DE AULA**

A escola é um aspecto da sociedade de considerável importância no qual reúne vários atores sociais e compreende diversas necessidades que contemplam o sistema educacional como um todo. Nessa perspectiva a educação é o meio por onde o indivíduo norteia seus posicionamentos e se localiza no tempo e espaço, é por ela que as pessoas transformam vidas e concretizam sonhos, e podem redimensionar seus futuros.

Nessa perspectiva, a chamada educação anti-racista reconhece no espaço escolar um ambiente privilegiado para a idealização e concretização de um trabalho que possibilite o conhecimento respeitoso das diferenças raciais, bem como nos indivíduos pertencentes a grupos discriminados.

Para tanto, a autora Eliane Cavalleiro infere que,

Realizar uma educação anti-racista é transformar o cotidiano escolar, fazendo, impreterivelmente, uma reflexão profunda sobre o que sentimos e como agimos diante da diversidade. Só o conhecimento de nossos sentimentos e a elaboração de formas de lidar com a diversidade

possibilitarão uma distribuição igualitária dos afetos e estímulos no espaço escolar. (CAVALLEIRO, 2001, p. 155).

Desta forma, o educador assim como toda a comunidade escolar deve promover um cotidiano acolhedor, onde o educando se reconheça e fortaleça os vínculos na sociedade, valorizando sua história e cultura para que haja assim uma integração vivenciada a partir de um tratamento pautado na igualdade e na solidariedade.

Percebe-se então, que é no espaço escolar onde ocorrem os primeiros contatos com o outro, e empreender essa educação anti-racista seria um meio pelo qual poderíamos lutar, combatendo esse tipo de preconceito que não apenas Soffia sofreu mas como muitas outras crianças no mundo enfrentam diariamente na escola. Os reconhecimentos da diversidade nas escolas passam a ser ensinada e exercitada costumeiramente pelo educador na sala de aula tendo este a responsabilidade de se comprometer e estimular as atitudes dos seus educandos para que sejam refletidas também na sociedade.

Nesse sentido, os questionamentos empreendidos acerca do Rap podem gerar inúmeras possibilidades de utilização, promovendo uma conexão da música na escola, através do seu ritmo e da literatura vista enquanto marginal na qual projetam letras e especificidades dos espaços dos alunos residentes em periferias, pode-se estabelecer similitudes com o cotidiano destes. Pensando nisso a autora Neusa Góes pontua que,

A inserção do RAP na escola, diante da receptividade da cultura hip hop entre adolescentes e jovens, uma vez que esta cultura está ligada às comunidades excluídas, figura nessa nova construção social que deve prevalecer na escola. É importante que a escola esteja em sintonia com estas manifestações para que sejam introduzidas em sua prática pedagógica manifestações que repercutem do cotidiano dos alunos. (GOES, 2007, p.08)

Nesta perspectiva, ampliam-se os recursos destinados a promoção de trabalhos através da pluralidade cultural no cotidiano escolar, objetivando explorar o conhecimento e valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais. Em um trabalho, por exemplo, com a promoção de sujeitos leitores na escola, o RAP, em suas manifestações oral e escrita, pode proporcionar uma série de possibilidades, tais como a identificação cultural do aluno, e possíveis quebras de preconceitos, além da ampliação do contato com outros ritmos presentes ou não no contexto social dos leitores/produtores.

Desta maneira, o ensino de História pode ser viabilizado no formato da musicalidade mais especificamente, no Rap, o qual pode auxiliar no fazer pedagógico do professor, na medida em que o mesmo pode além de trabalhar o respeito à diversidade cultural, pode combater posturas etnocêntricas, e incentivar o aluno a aproximar-se de outras culturas.

Logo, nesse processo o educador deve lançar mão de um leque de possibilidades para repensar suas metodologias e didáticas de planejamentos a partir da prática social do aluno e o contato com esses instrumentos artísticos que se comportam como agentes que dão suporte para viabilizar o proposto e enriquecer as estratégias docentes na sala de aula. Desta maneira, a musicalidade da MC Soffia pode se constituir como uma eficiente ferramenta no combate ao racismo e empoderamento da criança e da mulher negra.

Nesse sentido, possibilitar um estudo sobre as músicas, letras e melodias da MC Soffia na sala de aula, nas aulas de história pode se constituir como um instrumento de discussão para a valorização da cultura africana e afro-brasileira, de denúncia do preconceito racial e de gênero, suscitando para além dos muros da escola, atitudes de alteridade, de reconhecimento da diversidade do outro e de si mesmo.

Sendo necessário contribuir para o crescimento intelectual amadurecendo nesses jovens concepções adormecidas, a MC Soffia, assim como tantas e tantos outros rappers, colabora à medida que profere em suas letras mensagens de impacto fazendo com que esses indivíduos e a sociedade como um todo se reconheça, lute e valorize o outro em sua complexidade.

Através da música, a escola encontra meios para se inserir no universo jovem, o Rap da Mc Soffia pode ser trabalhado na sala de aula, objetivando essa interação entre indivíduo, escola e sociedade, sendo estabelecidas estratégias para promover possibilidades de ensino e mobilização diante de temáticas nas quais a artista veicula na sua musicalidade e que gera todo um debate voltado para a luta e valorização da cultura africana.

Sendo assim, além de empreender acerca da rica literatura marginal encontrada em seus Raps, afluem-se as possibilidades em realizar análises nos campos historiográficos, sociais e culturais que são vivenciados por boa parte da juventude que deve se configurar enquanto sujeitos ativos na sociedade que utilizam de diversas formas como a música, o break e o grafite para se fazerem ouvidos.

Portanto, o Rap de Mc Soffia, quando analisado em sua dimensão educativa, pode trazer valiosas contribuições para se pensar a relação entre música, História e racismo na sala de aula, possibilitando práticas educativas que versem sobre as temáticas africanas e afro-brasileiras articuladas às questões que perpassam o enfrentamento do racismo desde a infância, contribuindo para que o educando seja movido a não só fazer parte da plateia enquanto expectador social, mas sim, ser um dos idealizadores desse propósito de enfrentamento e de empoderamento, no sentido de que os conteúdos e práticas absorvidas em sala de aula possam ressoar na comunidade que o educando está inserido.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Deslocar o foco de análise social e a concepção do negro enquanto um ser exótico, sobretudo no tocante a beleza e aceitação de si e do outro, sabemos pelos séculos de luta, travados desde a abolição da escravatura, que não é um empreendimento fácil, uma vez que mesmo após anos de discussões em torno dos estereótipos inscritos nos corpos de homens e mulheres estes ainda continuam muito presentes na sociedade brasileira. Assim, lançar mão de mecanismos que intensifiquem esse debate se faz cada vez mais necessário, como a utilização da música, no nosso caso de análise o Rap, tomado como instrumento de denúncia e quebra de paradigmas para a construção de uma sociedade que prime pelo respeito ao outro.

Desse modo, no decorrer do nosso estudo nos lançamos a priori, a analisar o percurso histórico da música e sua utilização no trabalho do historiador, possibilitado pelas perspectivas introduzidas pela nova história cultural, que trouxe para o campo da história, outras possibilidades de fontes.

No segundo momento de nossa pesquisa, seguindo as incursões propostas pela música tomamos como alvo de nossa análise o Rap da MC Soffia, uma menina de 12 anos, de grande ousadia e consciência histórica e social, que através de sua música denuncia as formas de racismo aos quais as mulheres negras são submetidas desde a infância, com seus cabelos que são estimulados por técnicas e procedimentos químicos de alisamento.

Nesse sentido, a MC Soffia com seu Rap e performances elabora uma representação em torno da beleza da mulher negra, que deve ser valorizada e respeitada na sua diferença, não como estando no campo do exótico, mas do belo que não se adequa ao padrão etnocêntrico, que valoriza sua origem e a luta que tais símbolos rememoram.

Já no terceiro momento, adentramos as relações entre música, racismo e educação, discutindo como a música, especificamente o Rap da MC Soffia, pode atuar como um instrumento de promoção para uma educação étnico-racial, através do qual o educador juntamente com seus educandos, pode encontrar no Rap essa possibilidade.

Dessa maneira, percebemos como a música, o gênero Rap pode atuar como um dispositivo educador, promotor de práticas educativas que visem romper com estereótipos há séculos arraigados na sociedade brasileira, que insiste em marginalizar homens e mulheres negras impondo-lhes formas de ser e existir no mundo. Assim a pequena MC Soffia atua enquanto uma figura de grande potencialidade nesse movimento de quebra de preconceitos e de favorecimento de uma educação avessa ao racismo, mas significativa e consciente do respeito para com o outro em sua diversidade.

#### **REFERÊNCIAS**

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na Educação**: Repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

**Dividida entre a escola e os palcos, MC Soffia canta contra o racismo - Jornal O Globo**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/musica/dividida-entre-escola-os-palcos-mc-soffia-canta-contra-racismo-18351652>. Acesso em: 03/07/2016.

FOCHI, Marcos Alexandre Bazeia. **Hip hop brasileiro**: Tribo urbana ou movimento social? FACOM - nº 17 - 1º semestre de 2007.

GÓES, Neusa Maria Luizão. **A produção de sentidos em manifestações poéticas orais: o RAP na escola**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/1166-4.pdf>. Acesso em 28/06/2016.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 5. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008: **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm). Acesso em: 27 jun. 2016.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **História e Música**: Canção Popular e Conhecimento Histórico. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.20, nº39. 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **História & música** – história cultural da música popular. – Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA. José Carlos Gomes da. **Arte e Educação: A Experiência do Movimento Hip Hop Paulistano**. In: Rap e educação: rap é educação. São Paulo: Selo Negro, 1999. p.23-38.



## UMA ESCRITA MARGINAL: RACISMO E LITERATURA A PARTIR DO ROMANCE CLARA DOS ANJOS DE LIMA BARRETO

Hercília Maria de Andrade Souza<sup>10</sup>

Ana Cláudia Feliciano da Silva<sup>11</sup>

### INTRODUÇÃO

Você não vê que se ele quisesse casar, não escolheria  
Clara, uma mulatinha pobre, filha de um simples  
carteiro? (BARRETO, 1997, p. 78).

Pobre, mulata e filha de um simples carteiro, eis as marcas que a personagem barretiana traz em seu corpo; Clara não é assim uma mulher como as outras, não pode se casar com quem quiser; ocupar espaços que não aqueles reservados para as mulheres de sua cor e condição socioeconômica, haja vista ser filha de um simples carteiro do subúrbio do Rio de Janeiro. Assim, a partir da análise do romance Clara dos Anjos de Lima Barreto, nos propomos a lançar um olhar sobre o cenário de preconceito e exclusão vivenciados pela mulher pobre e negra do início do século XX, no qual a referida obra foi escrita, perscrutando assim como Lima Barreto denuncia os preconceitos vivenciados pelas mulheres negras de seu tempo, num contexto no qual o próprio se insere, como um escritor negro, pobre e suburbano que vê de perto e sente o preconceito da sociedade que o marginaliza, enquanto homem e intelectual negro.

Nesse sentido nosso intuito com este artigo é fazer uma leitura de como esses atores sociais são configurados no romance Clara dos Anjos e como a partir dele, é possível entender o preconceito racial vivido por homens e mulheres negros, tomando como norte a personagem Clara dos Anjos, cujo foco narrativo gira em torno da sua condição de mulata pobre que se apaixona por Cassi, homem branco acostumado a seduzir moças negras e abandona-las.

---

<sup>10</sup>Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Mestranda do Programa de Pós Graduação em História – UFCG. E-mail: [hercilia-andrade@hotmail.com](mailto:hercilia-andrade@hotmail.com).

<sup>11</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Mestranda do Programa de Pós Graduação em História – UFCG. E-mail: [anaclaudinhak@hotmail.com](mailto:anaclaudinhak@hotmail.com).

Desse modo, este trabalho está organizado em três momentos que se complementam, inicialmente fomentamos uma leitura acerca do autor da obra *Clara dos Anjos*, Lima Barreto, cujos aspectos discutidos referem-se à intrínseca relação da sua experiência de vida com as questões sobre racismo e exclusão presentes nas suas obras. No segundo momento deste estudo, nos lançamos à análise da obra *Clara dos Anjos*, através da qual o narrador denuncia a discriminação da sociedade brasileira, que insistia, anos depois da abolição, em manter o corpo da mulher negra como objeto sexual dos homens brancos.

No terceiro momento do nosso trabalho, deslizamos nossas discussões para perceber as relações possíveis entre os dilemas vividos por Lima Barreto, as questões tratadas na obra *Clara dos Anjos* e a sala de aula, discutindo as possibilidades de trabalharmos questões como racismo, exclusão e preconceito de gênero nas aulas de história, tanto no ensino fundamental, como no ensino médio, vislumbrando um ensino de história prazeroso e de acordo com os preceitos da lei 10.639/03.

#### **LIMA BARRETO: UM GRITO DE DOR NA LITERATURA**

Lançar um olhar sobre a trajetória de vida de Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), e o contexto de sua produção literária, significa compreender um dos períodos mais conturbados da história brasileira, haja vista que se refere ao período em que se abole a escravidão no Brasil, em 1888, e no ano seguinte se dá a Proclamação da República, dois acontecimentos que representaram na visão dos contemporâneos de Lima Barreto, um divisor de águas para a transição de um país com estruturas políticas e econômicas “arcaicas” para uma “necessária” modernização, a qual foi alvo de ferrenhas críticas e denúncias pelo próprio Lima Barreto, que revela em suas obras, a hipocrisia dessa sociedade que se construía com ares e signos de modernidade, mas marginalizava mulheres, pobres e negros.

Assim, para que possamos apreender um pouco da trajetória de vida do nosso escritor, tomaremos como instrumentos de análise o conto *O filho da Gabriela*, seu *Diário Íntimo*, e o romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, observando em suas narrativas as crises de uma identidade negra em finais do séc. XIX e começo do séc. XX, por meio das quais o autor invade a ficção com todas as contradições de seu eu, criando uma literatura de oposição e por oposição, movido pelo sentimento de exclusão e despertencimento do mundo; não objetivamos com tal empreendimento dizer que

apreendendo a vida de Lima Barreto, abarcaremos o entendimento de sua produção literária, no entanto ao se tratar da obra barretiana, este se torna um exercício necessário, pois

Com isso, não significa que sabendo da vida do escritor se venha a ter posse de todo o entendimento de sua obra literária. Haja vista que a biografia não serve para explicar de modo mecânico a literatura, mas desconsiderá-la muitas vezes leva à fetichização do texto, ou à construção da figura de gênio romântico, deslocado de seu contexto. No caso de Lima Barreto, a atitude de separação de sua história é quase um equívoco, pois significa abrir mão do próprio fundamento dessa literatura (SCHWARCZ, 2011, p.22).

Lima Barreto nasceu no dia treze do mês de maio de 1881, era descendente de avós escravizados e pais negros, sua mãe veio a falecer quando ele tinha sete anos de idade, momento a partir do qual se torna um menino solitário, melancólico, tímido junto aos próprios colegas de escola, como no conto O filho da Gabriela, em que ele diz que o menino Horácio, órfão de mãe “voltava do colégio como fora, sem brincar pelas ruas, sem traquinadas, severo e insensível”. Lima foi uma criança que se sentia perseguida, porque nasceu pobre e negro, numa sociedade que restringia possibilidades de vida aos negros, por isso isolava-se e sentia-se inadequado no convívio social.

O menino Horácio do conto, é taciturno, não se entendia com o mundo, era um personagem desarticulado no mundo que estava vivendo, pois era um menino negro, filho da empregada, que ficara sob os cuidados dos patrões da mãe que o apadrinhou, e o educou como se fosse um filho, porém um filho diferente, como no episódio em que é apresentado a uma visita na casa de seus padrinhos:

Vendo-o entrar e falar à dona da casa, tomando-lhe a bênção a senhora estranha perguntou: "Quem é este pequeno?" — "E meu afilhado", disse-lhe Dona Laura. "Teu afilhado? Ah! sim! É o filho da Gabriela..." Horácio ainda esteve um instante calado, estatelado e depois chorou nervosamente. (BARRETO, 2011, p. 104.)

Através do personagem Horácio, Lima Barreto revela os dramas de ser um menino humilhado pelo fato de ser negro; proibido de viver como as demais crianças, desamparado pelos pais, criado pelos padrinhos e percebido pelos demais com o olhar do preconceito, por sua cor e condição social, sendo apontado como um estranho, e sabendo da ironia marcante de Lima Barreto, podemos inferir que com a frase “Quem é este pequeno?”, o

narrador quis dizer, possivelmente, “Quem é este preto?”, uma vez que o personagem em seguida chora de forma desesperada, sentido o peso que a suposta frase de espanto, simbolizava de fato.

No seu Diário Íntimo, Lima Barreto, revela os sentimentos de autodestruição que lhe percorriam a mente, atormentado pelo estigma de não ser aceito por sua cor, condição social e por causa destas, sofrer acusação de furto, logo após a morte sua mãe. Dessa maneira, as tentativas de suicídio se tornam algo como uma “mania”, que ele relata numa passagem de seu diário:

Desde menino, eu tenho a mania do suicídio. Aos sete anos, logo depois da morte de minha mãe, quando eu fui acusado injustamente de furto, tive vontade de me matar. Foi desde essa época que eu senti a injustiça da vida, a dor que ela envolve, a incompreensão da minha delicadeza, do meu natural doce e terno; e daí também comecei a respeitar supersticiosamente a honestidade, de modo que as mínimas coisas me parecem grandes crimes e eu fico abalado e sacolejante. (BARRETO, 1956, p. 135).

Desse modo, a dor de ser discriminado pela sua cor e o sentimento de injustiça está estampado em seu Diário Íntimo, e dissolvido em sua produção literária, manifestando ora, de forma declarada, ora nas entrelinhas, de forma irônica, sub-reptícia, mas sempre presente, em diversas circunstâncias, e fases da vida de Lima Barreto, cujos episódios de racismo são tratados a partir de personagens muito sintomáticos, melancólicos e introspectivos, como o próprio narrador.

Assim, encontramos no seu Diário Íntimo, passagens que nos confirmam as situações de racismo pelas quais o escritor passou na repartição na qual trabalhava como funcionário público, a qual no decorrer de sua obra é alvo de crítica, pelo excesso de burocracia, e pelo espírito conservador dos órgãos governamentais, cuja linguagem resiste ao tempo e mesmo às mudanças de formas de governo, conforme relata:

Hoje comigo deu-se um caso que, por repetido, mereceu-me reparo. Ia eu pelo corredor afora, daqui do Ministério, e um soldado dirigiu-se a mim, inquirindo-me se era contínuo. Ora, sendo a terceira vez, a cousa feriu-me um tanto a vaidade, e foi preciso tomar-me de muito sangue-frio para que não desmentisse com azedume, [...] por que? Porque...o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia desse desgosto e ele far-me-á grande. (BARRETO, 1956, p. 51).

São assim, situações que enquanto leitor, nos comovem, pois ferem a alma e a vaidade humana, sobretudo ao nosso escritor, ao passo que percebemos através das situações relatadas, o tom e maneira com que é abordado até em seu próprio ambiente de trabalho, no qual se sente coagido, interdito, por não poder transitar livremente como uma pessoa qualquer, sem ser interpelado, tendo que se explicar constantemente, causando-lhe grande desgosto, e repulsa por tais lugares.

Através de Isaías Caminha, Lima Barreto grita contra o preconceito que a sociedade e seus órgãos públicos desferiam às pessoas negras, que fere seu orgulho de homem das letras, estudioso, que saído do interior do Rio de Janeiro onde as formas de tratamento preconceituosas eram mais sutis, se depara agora com outras formas de racismo institucionalizado, e assim mais decepcionante e revoltante para um país que pretende ser moderno, aglutinador de pessoas e supostamente contrário ao passado de discriminação fomentado pelo sistema escravagista, que há algumas décadas havia sido extinto.

Lima Barreto viveu numa época em que apagar a cor era quase um requisito para se tornar um homem das letras conhecido, com suas obras reconhecidas pelos seus pares e pelo público leitor, no entanto, ele fez o movimento contrário, realçou a sua cor, optou por uma escrita negra, revelando sua própria origem, seus dramas pessoais, desnudando a sociedade que exaltava a abolição, mas se “esquecia” do passado escravocrata, apagando de suas memórias e colocando uma venda em seus olhos o sofrimento que homens e mulheres negros passaram e continuaram passando diariamente, após a abolição.

Nesse sentido, Lima Barreto pode ser considerado um “termômetro nervoso” do Brasil, desse período que sucede a abolição da escravidão, haja vista que realizou um profundo embate contra a discriminação racial através da sua literatura, que para ele era um instrumento de libertação, transformadora, através da qual pudesse se instaurar “o ideal de fraternidade, e de justiça entre os homens, e um sincero entendimento entre eles” (BARRETO, apud RODRIGUES 2009, p. 164).

Lima Barreto insurge assim contra a linguagem parnasiana, que reflete o modelo da sociedade elegante, “cult”, cuja retórica é concebida como um elemento diferenciador de sua “casta”, por apresentar-se cheia de artifícios linguísticos incompreensíveis, contra a qual o escritor marginal se rebela, pois

A atitude de Lima Barreto diante das tendências literárias dominantes no contexto literário do pré-modernismo é de franca discordância e rebeldia,

pois para ele a literatura não podia ser apenas um exercício de retórica praticado pelas elites para o seu próprio deleite, ou seja, “um jogo de prendas, uma sorte de salão”. (RODRIGUES, 2009, p. 167).

Rejeitando assim, todo o excesso de formalismo do ambiente intelectual da época e sua retórica vazia de sentido, Lima Barreto introduz outra estética literária, sensível aos dramas humanos, com uma linguagem mais afeita aos romances modernos, sem tantos recursos estilísticos e de melhor compreensão, que levasse ao homem o conhecimento de si e da sua condição na sociedade, pois segundo Rodrigues (2009, p.172), Lima Barreto concebe a literatura “como instrumento capaz de libertar o homem dos males que o afligem”.

Desse modo, a escrita de Lima Barreto se inscreve num intenso período da história brasileira, configurando-se enquanto uma voz dissonante das demais de seu tempo, e ressoando como um grito de dor, pelas marcas que a sociedades lhe impôs, entrelaçando uma autobiografia, a um grito de protesto a ordem social vigente, que nega-lhe o reconhecimento e o prestígio que tanto almejava entre os seus pares, o que não deixou de enriquecer o universo ficcional do escritor, que ousou criar grandes romances, revelando o racismo da sociedade brasileira.

#### **CLARA DOS ANJOS: A DENÚNCIA DAS MARCAS DO PASSADO ESCRAVAGISTA NO CORPO FEMININO**

Sensível aos dilemas do marginalizados da sociedade como ele foi, Lima Barreto constrói o personagem Clara dos Anjos, cujas características parecem-nos terem sido inspiradas na sua irmã, haja vista uma passagem de seu Diário Íntimo no qual demonstra um sintomático cuidado com a sua situação, por ser uma mulher pobre e negra numa sociedade fadada a hipocrisias e ao abuso de mulheres como ela,

Minha irmã, esquecida que, como mulata que se quer salvar, deve ter um certo recato, uma certa timidez, se atira ou se quer atirar a toda a espécie de namoros, mais ou menos mal intencionados, que lhe aparecem. Até bem pouco era na casa do tal Carvalho, onde se reumam toda a espécie de libertinos vagabundos; cortei essas relações. Agora é na casa do idiota do Sardinha, casa de positivista, o que quer dizer fábrica de namoros. Se a minha irmã não fosse de cor, eu não me importaria, mas o sendo dá-me cuidados, pois que, de mim para mim, que conheço essa nossa sociedade, foge-me o pensamento ao atinar porque eles as requestam. (BARRETO, 1956, p. 76).

A preocupação de Lima Barreto com sua irmã também é a preocupação com tantas outras mulheres mulatas/negras de condição social semelhante a da sua irmã que procuram um casamento como forma de consolidar uma espécie de status de mulher salva das “garras” dos aproveitadores, e da desonra que se constituía para a família, bem como a “salvação” possibilidade que quase sempre atemorizava as moças mais pobres.

Desse modo, a obra Clara dos Anjos se insere num momento histórico cuja valorização do casamento se faz cada vez mais latente, seja por motivos ligados a honra e às questões econômicas, seja pelo surgimento de teorias higiênicas que passam a ser disseminada nesse período, em que o casamento é concebido como uma espécie de santuário, ou guardião da sociedade sadia, livre das doenças, principalmente as venéreas, tornando a mulher assim por determinação, a guardiã da sua família, ou quando solteira, guardiã da sua virgindade para o casamento, a fim de gerar filhos fortes e saudáveis para a sociedade.

Assim, Clara dos Anjos teve sua escrita iniciada no ano de 1904, e finalizada em 1922, no entanto na sua segunda versão, mais curta, suprimindo o projeto de escrever uma longa história da escravidão no Brasil, porém trazendo uma série de questões retratando os resquícios do passado escravista, acompanhando o destino da personagem homônima, Clara dos Anjos.

Clara dos Anjos era uma menina, mulata/negra, filha do carteiro e flautista Joaquim dos Anjos, casado há 20 anos com Engrácia, orçando pelos seus 17 a 18 anos de idade, que embora pobre, fora educada com valores burgueses, restrita à vida doméstica e resguardando a virgindade, como nos informa o narrador:

Era tratada pelos pais com muito desvelo, recato e carinho; e, a não ser com a mãe ou pai, só saía com Dona Margarida, uma viúva muito séria, que morava nas vizinhanças e ensinava a Clara bordados e costuras. No mais, isto era raro e só acontecia aos domingos, Clara deixava, às vezes, a casa paterna, para ir ao cinema do Méier ou Engenho de Dentro, quando a sua professora de costuras se prestava a acompanhá-la, [...]. (BARRETO, 1997, p.5).

Tal qual, algumas meninas negras, criadas a partir dos valores tradicionais de guardar a pureza e a honra, Clara dos Anjos era guardada por seus pais que lhes restringiam o contato com o mundo, o máximo que podia frequentar era o cinema aos domingos quando sua professora de prendas domésticas se dispunha a leva-la, obstante a isso Clara estava



reclusa a casa de seus genitores, sem conhecer a realidade das ruas, as malícias do mundo e das pessoas.

Sobre o seu pai, como nos informa, o narrador ao iniciar sua prosa, Joaquim dos Anjos não era homem de serestas e serenatas, mas gostava de violão e de modinhas, sempre acompanhado do senhor Antônio da Silva Marramaque, seu compadre, padrinho de sua filha Clara, e de Eduardo Lafões, guarda das obras públicas, com os quais se reunia sempre aos domingos, para cantarolar, jogar e bebericar aguardente.

Assim, entre uma prosa e outra, Lafões sugere num certo dia, a Joaquim dos Anjos, levar para o aniversário de 18 anos de Clara, o afamado cantor de modinhas Cassi Jones, ao passo que é veemente contestado por seu compadre Marramaque, conhecedor da fama do referido Cassi, não só por suas cantorias, mas por contar em seu currículo amoroso mais de dez defloramentos, e sedução de um número ainda maior de senhoras casadas. Cassi é assim representado pelo narrador:

Era Cassi um rapaz de pouco menos de trinta anos, branco, sardento, insignificante, de rosto e de corpo; e, conquanto fosse conhecido como consumado "modinhoso", além de o ser também por outras façanhas verdadeiramente ignóbeis, não tinha as melenas do virtuose do violão, nem outro qualquer traço de capadócio. (BARRETO, 1997, p.9).

Cassi era um malandro, avesso ao trabalho e ao estudo, rejeitado pelo pai, e em contrapartida acobertado pela mãe em todas as suas façanhas. Era uma espécie de Don Juan, afeito a fazer inúmeras vítimas com seu jogo de sedução, tendo o violão como uma espécie de "elixir do amor", como nos conta o narrador, acostumado assim a fazer vítimas e livrar-se do casamento forçado ou mesmo de algum tipo de correção, graças a sua mãe D. Salustiana, que prontamente utilizava-se de todo tipo de injúrias, além da influência de seu irmão médico do exército, que de algum modo utilizando-se de uma rede de influências conseguia livrar Cassi das correções que lhe eram merecidas.

A partir da impunidade de Cassi e da proteção de sua mãe, notamos a crítica de Lima Barreto a sociedade corrupta de seu tempo que utilizava de uma rede de influências, para livrar-se das punições que lhe eram devidas, sobretudo quando o jogo de poder era entre alguém de uma condição social mais abastada contra outra menos favorecida economicamente e negras.

Cassi é delineado pelo narrador, como um homem cuja sensibilidade pela dor do outro é inexistente em seu ser, capaz apenas de atitudes egoístas, sem consideração alguma

de amizade, nem pelos seus “companheiros” de aventuras, nem pela própria mãe que sempre lhe socorria, nutrindo por ela tão somente interesse e alguma afeição simulada, quando estava às voltas com a polícia. É assim, como diz o narrador, de uma aridez moral e sentimental.

Do outro lado, Clara dos Anjos, uma menina negra, de condição social menos abastada que Cassi e com uma educação monástica, reclusa aos afazeres domésticos, aos bordados e costuras, aos cuidados da mãe Engrácia, mulher de personalidade indiferente aos problemas práticos da vida e do mundo exterior, que por conseguinte, educava Clara a sua semelhança, ou como o narrador diz com uma “personalidade amorfa”,

Essa reclusão e, mais do que isso, a constante vigilância com que sua mãe seguia os seus passos, longe de fazê-la fugir aos perigos a que estava exposta a sua honestidade de donzela, já pela sua condição, já pela sua cor, fustigava-lhe a curiosidade em descobrir a razão do procedimento de sua mãe. (BARRETO, 1997, p.36).

Clara dos Anjos, era assim uma menina inexperiente, incapaz de reconhecer situações de perigo, e pessoas perigosas, como Cassi, sendo assim uma “presa fácil”, sem consciência de sua posição social enquanto mulher num contexto social que lhe exigia disposição de espírito para resistir às investidas de homens que queriam “aproveitar-se” dela com falsas promessas de casamento. .

Além dessa educação monástica, o narrador nos conta os efeitos provocados pelas modinhas que eram ouvidas pela menina, quando o seu pai se reunia com os amigos, cantarolando melodias de amores valentes, as quais ganhavam um terreno fértil da mente de Clara, que esquecia da sua situação de moça pobre e negra, e forjando assim, em sua cabeça uma teoria do amor que supera tudo, nível social, religião, cor e tudo mais que esse sentimento grandioso poderia transpor.

Assim, acatando a sugestão de Lafões, mesmo com o alerta e à revelia do padrinho da menina, Joaquim dos Anjos autoriza a vinda de Cassi para a o aniversário de Clara, que já aguçada anteriormente pelos mistérios e os ditos e não ditos que envolvem o rapaz, o esperou ansiosamente para seu baile, no qual o conheceu e logo se apaixonou pelos seus trejeitos, e o modo quase “obsceno” com que dedilhava o violão e revirava os olhos numa simulação de um êxtase sexual, conforme o narrador descreve:

Clara, que sempre a modinha a transfigurava, levando-a a regiões de perpétua felicidade, de amor, de satisfação, de alegria, a ponto de quase ela suspender, quando as ouvia, a vida de relação, ficar num êxtase místico, absorvida totalmente nas palavras sonoras da trova, impressionou-se profundamente com aquele jogo de olhar, com que Cassi comentava os versos da modinha. Ele sofria, por força, senão não punha tanta expressão de mágoa, quando cantava - pensava ela. (BARRETO, 1997, p. 32).

A partir desse momento inicia-se todo um jogo de sedução, no qual Cassi lança mão de táticas de conquista como de cartas de amor endereçadas a Clara, a fim de consumir seu sentimento doentio por Clara, eliminando para isto quem quer que se colocasse contra seus planos, sendo uma das vítimas o padrinho de Clara, o velho Marramaque, para o qual Cassi premeditou friamente seu cruel assassinato.

E assim, o fez, Cassi concretizou o que havia premeditado, deflorou Clara dos Anjos numa noite em que a menina deixou-o entrar pela janela de seu quarto, arrancando da menina o bem que a mãe tanto guardava. Após o feito, Cassi a abandonou, fugiu para São Paulo, fugiu de seus crimes, contra Marramaque, o seu denunciante, dos abusos que pretendia cometer contra menina e do seu assassinato, escapou ainda do crime que cometeu contra Clara dos Anjos, das suas promessas de casamento, manchando a honra da menina que ficara agora “perdida”, que chega a casa da mãe de Cassi para ser violentada em seu íntimo de mulher, com a dura realidade do preconceito racial que a envolvia:

Ao ouvir a pergunta de Dona Salustiana, não se pôde conter e respondeu como fora de si: - Que se case comigo. Dona Salustiana ficou lívida; a intervenção da mulatinha a exasperou. Olhou-a cheia de malvadez e indignação, demorando o olhar propositadamente. Por fim, expectorou: - Que é que você diz, sua negra? (BARRETO, 1997, p. 104).

Colocadas á margem da sociedade por sua cor, condição social e honra, eis o destino de tantas Claras que Lima Barreto denunciou em seu romance, que viviam num ambiente de exclusão e estigma, em que os valores e as práticas do período escravista ainda continuavam bem vivos, onde o racismo, o machismo e a impunidade imperavam.

#### **LIMA BARRETO E CLARA DOS ANJOS: EDUCANDO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

Não é de hoje o interesse dos historiadores pela literatura, tampouco a utilização desta na escrita historiográfica que busca muitas vezes no texto literário reflexos do contexto no qual foi escrito, além de uma linguagem mais leve, mesclando elementos poéticos próprios do universo literário ao saber histórico, por vezes endurecidos, com uma narrativa pouco

palatável a determinadas categorias de leitores, que não estão habituados a uma escrita permeada por conceitos históricos, necessários no trato de certas temáticas, como é o caso dos educandos do ensino fundamental e/ou médio.

Em se tratando da literatura na sala de aula, embora seja relativamente comum a quase todos os livros didáticos trazerem propostas de trabalho, ou mesmo fragmentos de algum texto literário, a exemplo das obras de José de Alencar para analisar o Brasil Império, ou de Graciliano Ramos para se tratar da seca no Nordeste, percebe-se que sua utilização restringe-se a identificação dos personagens das narrativas, suas características físicas e psicológicas, ambientação da trama e o contexto sociocultural no qual a trama se insere, realizando assim uma decomposição do texto para a localização de suas partes.

Nesse sentido, compreendemos a literatura para além de um recurso ou uma linguagem que pode ser utilizada na sala de aula, mas sim como um produto de um momento histórico, que pode nos informar e refletir as questões sociais de seu tempo, pois

A literatura não existe no ar, e sim no Tempo, no Tempo histórico, que obedece ao seu próprio ritmo dialético. A literatura não deixará de refletir esse ritmo – refletir, mas não acompanhar. Cumpre fazer essa distinção algo sutil para evitar aquele erro de transformar a literatura em um mero documento das situações e transições sociais. (CARPEAUX, apud BOSI, 2002, p. 7).

Desse modo, seguindo a acepção de Otto Maria Carpeaux, entendemos aqui a literatura como um reflexo do tempo histórico no qual foi escrita, haja vista que ela não existe despreendida do seu lugar de produção, das implicações de seu tempo histórico e das tensões que circundavam o seu narrador, refletem assim uma dialética entre o sujeito e a sociedade.

Compreendemos desse modo, o universo literário enquanto um dispositivo capaz de capturar os sinais de fraturas entre os indivíduos, grupos sociais e entre épocas, elaboradas a partir de uma narrativa, que para além da estética, representa de forma aguda e original, os mecanismos que regem a sociedade. Aqui, pensaremos a partir de Lima Barreto e sua obra Clara dos Anjos, marcadamente crítica à instalação República, as contradições sociais que dela emergiam, o racismo contra as mulheres negras e a educação restrita a elas dispensadas, e como estas podem se constituir em uma ferramenta de análise desse contexto de transição da Monarquia para a República.

Segundo Rodrigues (2009, p.65) “a concepção que orienta a literatura de Lima Barreto, que para ele tinha um “destino sagrado”, ou seja, a função social de contribuir para esclarecer os homens sobre a época e a sociedade em que vivem e orientá-los na busca de valores humanos autênticos”. A literatura de Lima Barreto era assim uma escrita engajada, adotando uma estética marcada pela simplicidade, trazendo os personagens que não participavam da história oficial, e objetivando que estes tivessem acesso ao conhecimento de sua condição social, da discriminação que cercavam as mulheres negras, para que pudessem se libertar dos preconceitos que a sociedade tentava cristalizar e incutir nas mentes como algo natural.

Dessa maneira, no contexto da sala de aula, atentos a proposta de Lima Barreto, torna-se interessante promover uma prática educativa que possibilite aos educandos, perceber a função sociológica da literatura, no nosso caso, através da obra Clara dos Anjos, cujo enredo traz consigo um grande esforço de denuncia das formas de opressão e preconceito racial contra o feminino, sobretudo as mulheres negras, para o qual o arcabouço literário barretiano contribui significativamente.

Ou seja, perceber como a literatura pode se constituir enquanto uma espécie de batalha social-literária, como o foi para Lima Barreto, que conseguiu traduzir em suas obras, as contradições mais violentas de seu tempo, soando como um grito em meio à surdez das autoridades e a amordaça da ciência que naquele momento histórico concebia modelos de beleza, de higiene, relações possíveis entre os gêneros e educação cristalizadora de valores da elite racista.

Fazer uso de obras literárias como Clara dos Anjos na sala de aula, sobretudo nas aulas de história é assim possibilitar a compreensão do processo de modernização pelo viés dos excluídos, pela ótica de quem estava no subterrâneo de todo esse processo, sofrendo com os estigmas de uma sociedade que em nome da dita modernização marginalizava mulheres, negros, pobres, e tudo o que não representasse o avanço social a que o país estava “destinado”, e nesse sentido Lima Barreto representa uma das leituras mais críticas desse momento histórico, sobretudo porque as primeiras interpretações sobre a transição do regime Monárquico para o Republicano seguiam uma interpretação maniqueísta, segundo a qual a monarquia era o regime da corrupção e das injustiças e do poder alheio aos interesses do povo, enquanto a república seria uma aspiração nacional, constituída por homens idealistas, que objetivavam integrar o país nas tendências do século.

As críticas transpostas nas obras de Lima Barreto podem se constituir dessa maneira, como um interessante recurso metodológico para analisar o período de transição das formas políticas, sociais, econômicas e culturais brasileira, sob a visão de um escritor que viveu e sofreu com essas transformações e que enxergou nelas um conteúdo fortemente corrompido do que se passava na realidade dos marginalizados da sociedade que se tornaram ainda mais excluídos com esse processo.

E nesse arcabouço de críticas, encontramos Clara dos Anjos, a partir da qual se torna possível discutir na sala de aula, as representações do negro atreladas às transformações históricas da República Velha, nesse contexto de mudanças sociais, que envolveram a população negra deste período, envolta por práticas de discriminação social e racial, entrando em cena o Estado como regulador da vida privada, por meio de delegados e juízes e médicos, como árbitros neste processo civilizador, disciplinando corpos e almas a partir de padrões morais burgueses dominantes.

Dessa maneira, notamos que a questão que perpassa narrativa de Clara dos Anjos não se refere tão somente ao cumprimento do dever da justiça de punir os crimes de sedução como o que é o caso de Clara, mas como esta se posicionava diante da influência do acusado e da não influência da família da vítima, e dispensava tratamentos diferenciados, colocando-as à margem, sobretudo quando se tratava de mulheres negras, que já eram a priori tomadas como suspeitas. Nesse sentido, Lima Barreto elabora o personagem Cassi como um sujeito inescrupuloso, consciente do preconceito, da exclusão social e do desamparo institucional das mulheres de condição social menos abastadas e negras, sendo estas suas escolhidas.

Atrelando à corrupção vigente, o narrador não perde a oportunidade de levantar e questionar problemas importantes no tocante à educação entre os gêneros, tomando como arquétipos, Clara, Engrácia e Cassi, denunciando a educação restritiva na qual as mulheres eram criadas, em contrapartida a do homem, liberal, onde tudo era permitido. Ao homem a ruas, as aventuras e os prazeres, à mulher o recato do lar, e a virgindade para o casamento. Dessa maneira, “o que o narrador de Lima Barreto denuncia é o posicionamento do homem e da mulher em nossa sociedade, e a educação errônea que ela recebia, que a tornava uma vítima fácil nas mãos de homens como Cassi Jones” (VASCONCELLOS, 1999, p. 260).

Dessa forma, discutir as relações entre história, literatura e racismo a partir da história de vida de Lima Barreto, articulada a obra Clara dos Anjos significa compreender

uma proposta de educação para as relações étnico-raciais rica em possibilidades, transformadora e atenta para outras formas de apreender o conteúdo histórico de maneira prazerosa, significativa, e inquieta como foi Lima Barreto, com os problemas e as injustiças de seu tempo, que encontrou na literatura uma forma de denunciar a marginalidade do outro e de si, negro e pobre.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como estabelecer conexões entre história e literatura, através de uma breve contextualização da história de vida de Lima Barreto, aliando a sua obra Clara dos Anjos pode-se gerar um conhecimento histórico rico de possibilidades e formas de ser abordado em sala de aula? Estas foi a questão algumas questões que norteou nosso trabalho, numa tentativa de construir um ensino de história prazeroso e de acordo com os preceitos da lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

Assim, no primeiro momento do nosso estudo, nos propusemos a perceber como Lima Barreto enquanto um escritor negro, denuncia através de seus romances, contos e Diário Íntimo as dificuldades de ser negro e as violências que a sociedade brasileira lhe impôs. Posteriormente, discutimos como através da obra Clara dos Anjos, Lima Barreto levanta uma série de questões que atravessavam a sociedade de seu tempo, como o racismo contra as mulheres pobres e negras, e nesse sentido, no terceiro momento, nos propusemos a pontuar algumas questões que podem ser trabalhadas nas aulas de história, como a implantação da República no Brasil, o preconceito racial e de gênero e a educação restritiva imposta às mulheres, acentuadas pelo processo de modernização, e aprofundamento da discriminação social e racial.

Dessa maneira, compreender as conexões possíveis entre o escritor negro Lima Barreto e a sua produção literária, no nosso caso em análise, a obra de Clara dos Anjos, significa perceber a voz dos marginalizados, o preconceito social, a discriminação racial e, principalmente, a inquietude do escritor que através de uma postura de questionamento tão atual dos valores sociais, pelo viés literário, deixa-nos uma importante contribuição para fomentarmos práticas educativas de valorização da origem étnica e da luta histórica do negro no Brasil.

### **REFERÊNCIAS**

BARRETO, Lima. Clara dos Anjos. São Paulo: Editora Scipione, 1997.



\_\_\_\_\_. *Diário Íntimo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

\_\_\_\_\_. *O Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. *O filho da Gabriela*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org. e intr.). *Contos completos de Lima Barreto*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BOSI, Alfredo. *Por um historicismos renovado: Reflexo e reflexão em História literária*. In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RODRIGUES, Manoel Freire. *Revolta e melancolia: uma leitura da obra de Lima Barreto*. Tese de doutorado em Teoria e História Literária. Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2009.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Introdução - Lima Barreto: termômetro nervoso de uma frágil república*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org. e intr.). *Contos completos de Lima Barreto*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VASCONCELLOS, Eliane. *Entre a agulha e a caneta: a mulher na obra de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.

## HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 6º ANO (2005 A 2014)

João do Carmo Dantas Filho<sup>12</sup>

### INTRODUÇÃO

O referido artigo tem o objetivo de analisar o contexto histórico do Livro Didático de História, buscando entender como a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana são tratadas nesta ferramenta pedagógica, vendo nela a possibilidade do desenvolvimento de um ensino-aprendizagem de qualidade. Com isso, torna-se possível realizar um trabalho satisfatório pautado no pensamento de Ana Célia da Silva (2005, p. 164) ao afirmar que, “se a história ensinada na escola souber contemplar também a vida dos grupos menosprezados pela sociedade, então, estaremos ensinando e aprendendo a história brasileira intelectualmente realizada”.

Portanto, nossa preocupação é entender o papel do livro didático no ensino de História, especificamente as temáticas relacionadas à História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana no 6º Ano do Ensino Fundamental II. Neste sentido, aborda-se a questão do Livro Didático, apesar de reconhecermos que é um produto baseado nas leis de mercado, é acima de tudo uma ferramenta educacional.

Como corpus de análise, trataremos dos seguintes livros didáticos: *Nova História Crítica* (Mario Furley Schmidt, Editora Nova Geração, 2002); *Projeto Araribá* (Editora Moderna, 2006); *História: Sociedade & Cidadania* (Alfredo Boulos Júnior, Editora FTD, 2009) e *Projeto Radix: História* (Cláudio Vicentino, Editora Scipione, 2012). Desta forma, ainda discutiremos o uso dos referidos livros na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Francisco Rafael Fernandes, situada no município de São Fernando-RN. Logo, faz parte da estrutura desta pesquisa entender o papel do Livro Didático de História na sala de aula, analisar o papel pedagógico dessa ferramenta, reconhecer os critérios de avaliação do MEC para a seleção dos Livros Didáticos de História e avaliar as temáticas

---

<sup>12</sup> Pós-Graduado em História e Cultura Afro-Brasileira, Campus Caicó - RN CERES/UFRN, 2015. Graduado em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus Caicó - RN CERES/UFRN, 2004. Graduado em Ciências Biológicas (Licenciatura) pela mesma instituição, Campus Caicó - RN CERES/UFRN, 2012.

relacionadas à cultura afro-brasileira presentes nestes livros. Perseguindo tais objetivos, nos fundamentamos em Elza Nadai, *O Ensino de História no Brasil*, que aponta:

A análise do manual escolar de História e de disciplinas correlatas é hoje uma das linhas de pesquisa que tem muitos seguidores no país. Do texto de Estudos Sociais evolui-se para o de História, identificando suas mazelas, os interesses explícitos ou aparentes, as ausências e presenças constantes, analisando-se, assim, a qualidade de seu texto e desvendando, sobretudo os compromissos e as vinculações do discurso histórico na escola, destronando, de uma vez por todas, a concepção da neutralidade da escola e da imparcialidade/objetividade do historiador (NADAI,1992, p.150).

No campo da Educação, devemos entender que o Livro Didático é uma ferramenta importante da organização do conhecimento. Embora, atualmente, recursos muito diversificados sejam utilizados no ensino de História, ainda assim o Livro continua sendo uma ferramenta fundamental e bastante utilizada por docentes e alunos no processo de ensino-aprendizagem. Na condição de ferramenta concreta do passado, é fundamental que o livro seja bem escolhido e analisado, uma vez que, conforme revela Leandro Karnal:

Existe o passado. Porém, quem recorta, escolhe, dimensiona e narra este passado é um homem do presente. Assim, uma vez produzido, todo texto histórico torna-se ele mesmo objeto de História, pois passa a representar a visão de um indivíduo sobre o passado (KARNAL, 2010, p.7).

A colocação feita por Karnal (2010) nos remete à consciência de que somos nós quem selecionamos os fatos históricos; então, há toda uma subjetividade na ação do recorte historiográfico. Em decorrência, todo professor precisa conhecer e avaliar o Livro Didático que vai utilizar ao longo do ano com seus alunos. Paralelamente, o Livro possibilita a promoção da inclusão social por meio de textos e atividades, quando bem propostos.

Por conseguinte, o conhecimento das ações humanas no decorrer do tempo é feito por meio de vestígios, marcas deixadas pelas diferentes sociedades. Contudo, os documentos não falam por si mesmos. Eles só falam quando são interrogados. Tal concepção, desenvolvida pela historiografia francesa, torna-se atual nos Livros que utilizamos em sala de aula, principalmente, ao dar visibilidade aos excluídos da História. Na opinião de Circe Bittencourt, o Livro Didático:

Além de explicitar os conteúdos escolares, é um suporte de métodos pedagógicos, ao conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e de formas de avaliação do conteúdo escolar. Essa

sua característica de associar conteúdo e método de ensino explica a sua importância na constituição da disciplina ou do saber escolar (BITTENCOURT, 2002, p. 302).

Entretanto, o Mercado Editorial, muitas vezes, não tem compromisso com as questões educacionais. Em decorrência, muitas obras são reprovadas, por não atender aos critérios básicos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Neste sentido, elencam-se a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 como um dos pontos essenciais, atualmente, nos livros didáticos de História.

Partindo dessa real magnitude, avaliamos como os conteúdos voltados para os estudos da África e seus desdobramentos coloniais, observando o que a Lei 10639/03, depois modificada pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 estabelece. Assim,

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, determinou a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira” no currículo oficial da rede fundamental e médio, nas escolas públicas e particulares do Brasil. Neste sentido, o conteúdo programático relacionado a esta lei inclui a História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil. Outrossim, os conteúdos elencados têm especial atenção nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira (LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003).

A Escola é o lugar primordial para a política afirmativa, logo deve haver no ambiente escolar um conjunto de medidas e ações buscando corrigir injustiças e a eliminação do preconceito, havendo ampla inclusão social e promoção da cidadania. Desta forma, a Lei Nº 10.639/03 e a Lei Nº 11.645/08 são instrumentos legais que corroboram com a articulação de programas que visam o combate a discriminação racial e valorizam a diversidade étnica. Em decorrência, as citadas leis reforçam o princípio democrático da Constituição de 1988, no que se refere a um Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana. Enfim, as supramencionadas Leis resgatam a contribuição histórica dos negros e indígenas na construção da sociedade brasileira.

#### **LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NA ESCOLA**

O Livro Didático, necessariamente, independente da disciplina, deve estar isento de conteúdos racistas ou de intolerância religiosa. Desta forma, deve apresentar as contribuições das diversas etnias na formação cultural do povo brasileiro. No entanto, a

distribuição do Livro na rede educacional não garante a sua correta utilização, isto dependerá dos profissionais que irão manipulá-lo e fazer os recortes historiográficos necessários para sua correta utilização.

Ao longo da história o Livro Didático de História foi caracterizado por apresentar a visão do “outro” sobre as sociedades africanas. Desta forma, entende-se que somente através da educação podemos oferecer a todos os cidadãos a desconstrução de preconceitos raciais e dos mitos de superioridade plantados em nossas mentes, ao longo de nossa formação. Ao analisar o Livro Didático, Ana Célia da Silva, na obra *A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático* revela que nesse instrumento pedagógico,

A humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência (SILVA, 2005, p.21).

É importante notar que, ainda nos dias atuais, as escolas públicas têm no Livro Didático seu principal instrumento de trabalho tornando-se o único meio de divulgação do conhecimento. Contudo, estes livros foram ao longo da História demarcados por uma visão estereotipada da população negra, onde as crianças negras eram inferiorizadas. Além disso, houve ao longo do tempo a política do branqueamento da população brasileira. No entanto, pode-se resolver esta problemática do apagamento da história negra solicitando aos alunos, por exemplo, que descrevam atividades exercidas pelas mulheres e homens negros que constituem na família, que moram próximo à sua casa ou em sua cidade. Neste sentido, Ana Célia da Silva divulga:

Não ser visível nas ilustrações do livro didático e, por outro lado, aparecer desempenhando papéis subalternos, pode contribuir para a criança que pertence ao grupo étnico/racial invisibilizado e estigmatizado desenvolver um processo de auto-rejeição ao seu grupo étnico/racial (SILVA, 2005, p.25).

A presença do negro nos Livros foi marcada historicamente como escravo. Entretanto, é preciso romper com esta ideologia, tornando o afrodescendente visível, buscando contrastar a ideologia do branqueamento efetivada na sociedade brasileira. Em decorrência, percebe-se a falta de expectativa por uma grande parcela dos professores brasileiros em relação aos alunos negros. Ainda, de acordo com Silva,

As origens dessa baixa expectativa podem estar na internalização da representação do negro como pouco inteligente, “burro”, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, um estereótipo criado para justificar a exclusão no processo produtivo pós-escravidão e ainda na atualidade (SILVA, 2005, p. 26).

Ao longo da História do Brasil, ocorreu uma política oficial de embranquecimento da população brasileira. Por conseguinte, o estado brasileiro investiu pesadamente em programas de imigração de europeus. Em decorrência disso, Silva (2005, p. 23) anuncia que:

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos.

É importante salientar que esse branqueamento está arraigado em nossa sociedade. Logo, somente com políticas públicas sérias poderemos romper com tais estereótipos. Assim, os próprios Livros Didáticos podem promover a exclusão se não foram manuseados corretamente pelo professor. Daí a necessidade de docentes qualificados para explorarem essas temáticas em sala de aula, mesmo que o Livro não apresente. Isso mostra também a necessidade do exercício de cidadania do docente, sendo autônomo e tendo consciência de seu papel em sala de aula.

#### **LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA PARA 6º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL PADRE FRANCISCO RAFAEL FERNANDES**

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2005 trouxe o parecer de professores, profissionais de instituições de ensino fundamental, médio e superior. Neste sentido, estes profissionais buscaram verificar se as obras possuíam algum tipo de problema, procurando entender as suas múltiplas possibilidades didáticas. Logo, para o PNLD 2005 foram inscritas 29 coleções, das quais apenas 22, com grande diversidade programática, foram selecionadas. Nesse processo, a obra *Nova História Crítica*, do autor Mário Schmidt (Editora Nova Geração) foi escolhida, entre os diversos fatores positivos, porque:

A coleção propõe o estudo das transformações históricas da humanidade sob a ótica dos vencidos e valoriza a formação de alunos capazes de pensar a realidade de modo crítico. Há uma grande diversidade de fontes históricas e o texto didático oferece constantes questionamentos e problematizações que, se bem aproveitados pelo professor, podem gerar situações de aprendizagem com grande potencial pedagógica (PNLD, 2005: História).

A Escola em tela segue os procedimentos de escolha do Livro Didático determinados pelo PNLD. Neste sentido, em 2005 os professores adotaram o Livro *Nova História Crítica*, cujo autor é Mário Schmidt (Editora Nova Geração). Entretanto, de início, ao analisarmos a capa do livro já percebemos um enfoque tradicional da História, apesar de demonstrar uma imagem do Egito em sua apresentação. Paralelamente, o autor busca romper com a História Tradicional<sup>13</sup>, no entanto, organiza sua obra sobre os pilares do Marxismo<sup>14</sup> e não dá espaço para a Nova História<sup>15</sup> no tocante ao estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Para corroborar com tal afirmativa, percorremos as páginas do Livro em análise e encontramos apenas citações acerca do Egito Antigo, já presentes na História Tradicional, apenas com a nova roupagem marxista. Logo, mesmo após a promulgação da Lei 10.639/2003 tornando obrigatório o estudo da temática afro-brasileira e Africana nas escolas brasileira. Mário Schmidt não inclui, ou apresenta superficialmente, esta nova visão historiográfica. Schmidt (2005, p.6) divulga que:

O livro didático de História deve estimular o aluno a perceber que o homem comum, o “indivíduo anônimo” é e tem sido ativo, protagonista da história, e que História amplia a possibilidade de o indivíduo se tornar um agente histórico mais ativo e mais coerente.

---

<sup>13</sup> Os Parâmetros Curriculares Nacionais de História versam sobre o conceito de História Tradicional anunciando que havia a noção que os documentos eram depositórios de verdades indiscutíveis, diretamente relacionadas com o real. Assim, os documentos por si só, na História Tradicional, são a verdade absoluta. Logo, a legitimidade histórica passaria pela prova documental. Portanto, ao historiador caberia o papel de transcrever os documentos de modo objetivo.

<sup>14</sup> De acordo com a autora Tânia Dias Queiroz na obra *Dicionário Prático de Pedagogia* (2003) o termo Marxismo refere-se a doutrina criada pelos filósofos alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), baseada no materialismo dialético, defende que a organização política e jurídica, a cultura e a religião são determinadas pelas condições econômicas. Assim, a luta de classes faria com que o proletariado realizasse a revolução que transformaria as sociedades comunistas, nas quais a propriedade seria um bem comum a todos, não existindo mais as classes sociais.

<sup>15</sup> Segundo Peter Burke (1992) a Nova História é a História que busca representar as formas de representação social e as estruturas mentais das sociedades. Neste sentido, há a busca de novos problemas, novas abordagens e novos objetos de estudo. Paralelamente, a visão subjetiva torna-se o centro das discussões. Buscando ultrapassar as barreiras da Política, delimitadas pela História Tradicional.



Contudo, os professores de História da escola não fizeram nenhuma discussão acerca dos pontos negativos do livro escolhido em 2005, antes de oficializar a escolha, e só perceberam esses pontos negativos à medida que foram usando o referido livro. Naquele ano a escola dispunha de três professores de História, sendo um professor para cada turno.

O PNLD 2008 – 2010 de História apresentou 19 (dezenove) coleções, sobre as quais o Guia do Livro Didático traz a apresentação das imagens das capas da coleção, a sua referência e os comentários a respeito da obra, possibilitando considerar as características mais específicas de cada uma. Foram critérios de avaliação das obras dez pontos: Concepção de História; Conhecimentos históricos; Fontes históricas/documentos; Imagens; Metodologia de ensino-aprendizagem; Capacidades e habilidades; Atividades e exercícios; Construção da cidadania; Manual do Professor e Editoração e Aspectos Visuais. Entre estes pontos, o Manual do Professor é ainda um ponto que precisa ser efetivamente estudado pelos docentes no contexto escolar durante o período de escolha, pois muitos sequer analisam as obras oferecidas pelo MEC.

O Livro Didático *Projeto Araribá: História*, obra coletiva da Editora Moderna (2006) foi escolhido através do PNLD 2008-2010, mas é uma incógnita didática, pois traz em sua capa a imagem do Busto policromado da rainha Nefertiti, do acervo egípcio de Charlottenbrg, Berlim; no entanto é só imagem representativa, pois o corpo do Livro não traz nenhuma referência a Lei 10.639/2003, a não ser através de duas referências literárias: uma é a lenda Africana da origem do ferro do autor Reginaldo Prandi e a outra é o mito de Isís e Osíris apresentado de autoria de T. G.H. James.

O Livro Didático *História Sociedade e Cidadania*, sob autoria de Alfredo Boulos Junior (2009), traz em seu cerne a Lei 10.639/03 apresentando inúmeras imagens que estabelecem a discussão. De início, encontra-se na página 19, a imagem da cabeça de um oba (rei), Benin/Nigéria, século XVI, temos o conhecimento que este objeto está no museu britânico, Londres. Isso demonstra que muitas riquezas africanas foram levadas para os países europeus. Já, na página 21, o autor traz um resumo da Lei 10.639/03, ressalta que as leis são importantes fontes para o conhecimento da História. Paralelamente, apresenta questões referentes à Lei e sua importância para nós, cidadãos brasileiros.

Logo, há um claro objetivo de debater com os educandos o que a Lei quer dizer, revisitando o papel do negro na história do Brasil. Por conseguinte, esta lei vem contribuir para um maior conhecimento da História da África, dos africanos e seus descendentes, cuja

contribuição foi decisiva para a construção do Brasil. Desse modo, através da Lei podemos combater o racismo, buscar o respeito às etnias e o estudo da matriz africana em nossa História e Cultura.

Em continuidade, na página 23, observa-se a Escultura de Figuras “Gêmeas”, com sua saia feita de conchas, da cultura Iorubá, povo que vive na Nigéria, África. Assim, a representação demonstra o entrelaçamento da História presente no Livro com a temática afro, evidenciando a preocupação do autor em desvincular a cultura apenas dos padrões europeus. Nesse conteúdo, a leitura de imagens emerge de uma estratégia privilegiada no processo ensino-aprendizagem, na qual podemos perceber as nuances de uma imagem através do momento histórico em que foi produzida.

O autor Alfredo Boulos Júnior apresenta um menino de Gana na página 39, ilustrando o Capítulo 3: Sobre a Origem do ser humano, baseando-se no arcabouço que as crianças são diferentes entre si. Assim, na página citada o autor apresenta imagens de 6 (seis) crianças de diversas etnias, revelando que todos somos diferentes quanto à aparência, aos trajes, ao jeito. Mas, a base conceitual é que, apesar dessas e de outras diferenças, sabe-se que todos pertencem a uma única espécie: a espécie humana. Em decorrência, os objetivos gerais do ensino de História são elencados neste ponto, pois conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas mais diversas manifestações.

Vale salientar que Boulos Junior, estrategicamente, traz diversos textos históricos. Neste sentido, na página 67 há um relato do texto: o ferro em um mito Iorubá, no qual existe uma clara possibilidade de crítica aos documentos, procedimento pertinente ao método histórico, além disso, possibilita ao aluno desenvolver um olhar crítico e aperfeiçoar-se como leitor e produtor de textos históricos. Assim, através do texto aluno poderá formar uma ideia do impacto da metalurgia do ferro na história da humanidade. Paralelamente, ao longo do Capítulo 7, encontramos a história do Egito. Desta forma, o Capítulo 7 nos remete a correta localização do Egito na África, não na Europa, como muitos imaginam. Concomitantemente, destaca a relevância dos camponeses e escravos naquela sociedade. Em seguida, o autor lança um perfil do cotidiano dos egípcios. Já, o capítulo 8, intitulado a Núbia e o Reino de Kush, por meio do qual existe destaques importantes da cultura afro. Assim, na abertura do capítulo há referência a Escola de Samba Salgueiro, que em 2007 fez uma homenagem às rainhas mães- negras. Essas rainhas são tratadas como

candace, título dado à rainha mãe no reino de Kush (Núbia). Por conseguinte, os alunos são preparados para compreender o papel da mulher em algumas sociedades da África antiga, inclusive a busca da compreensão do conceito de matriarca, com base nos estudos do historiador senegalês Cheik Anta Diop, em que o matriarcado é definido não como uma dominação da mulher sobre o homem, mas como divisão de responsabilidades e privilégios entre mulher e homem.

O primeiro subtítulo do capítulo é “Núbia berço da civilização na África”, em que se percebe a localização desse reino e sua relação com o Egito. Paralelamente, o segundo subtítulo: “Os primeiros Tempos”, referem ao início da história da Núbia e sua demarcação por atividades primárias. Já o terceiro subtítulo: “Características do reino Kush”, aponta para o papel da mulher na política. Em decorrência, observa-se a forma de escolha do rei Cuxita e o papel da guarda permanente para protegê-lo. Já, em “Candace, a mulher na política”, o autor destaca a inter-relação entre o governo das mulheres e a longa duração de Kush. Por fim, há uma análise da economia da região, merecendo destaque a citação:

O solo cuxita era riquíssimo em metais, como o ouro e o ferro, e pedras preciosas, como o rubi. Escavações recentes em Méroe revelaram templo e muros folheados a ouro. Os governantes cuxitas exerciam rígido controle sobre a extração e o comércio de minérios, garantindo com isso seus rendimentos e poder. O ouro cuxita era usado no comércio com o Egito e com Roma. Quanto ao ferro, é provável que Méroe tenha sido o lugar a partir do qual se difundiu o conhecimento da fusão e do manuseio desse metal na África (BOULOS JÚNIOR, p.132, 2009).

Enfim, no tópico: “República do Sudão”, tem-se a caracterização deste antigo reino de Kush e relatos da realidade atual do Sudão. Em destaque, a partir de 1993, a produção de petróleo e seu crescimento acelerado deram enorme impulso à economia local. Portanto, durante muito tempo, a África e os africanos foram representados de forma estereotipada ou apenas pontual, nos livros escolares de História brasileiros, mas a Lei 10.639/2003 veio mudar esta realidade, obrigando os autores a se adaptar a este arcabouço jurídico. Vale salientar que diversos livros escolares ainda trazem a imagem destorcida da África e dos afrodescendentes, pois não consideram a história local, contribuindo para discriminação racial na escola, o que certamente afeta a autoestima e o desempenho do estudante afro-brasileiro.

O autor Cláudio Vicentino apresenta ao longo do livro didático “Projeto Radix: História”, diversas imagens relacionadas a temática da História da África. De início, através do Capítulo 1: Que História é Essa?, busca trabalhar os conhecimentos prévios dos alunos a respeito do conceito de História; ampliando-o e resignificando-o. Depois, apresenta imagens de capas de livros infanto-juvenis, entre eles o Livro “O segredo das tranças e outras histórias africanas”, da Editora Scipione, demonstrando que a literatura africana está ganhando mercado no Brasil. Paralelamente, na seção “Fique Ligado”, p. 25, do Capítulo 2: A Pré-História traz à tona os conceitos presentes na divisão da pré-história correlacionando o preconceito que existe acerca das nações africanas, para ilustrar traz a imagem de uma escultura africana, atualmente resguardada na Galeria Antenna, Dakar, Senegal.

A seção “Trabalhando com documentos” do Capítulo 2: A Pré-História, página 41 analisa uma pintura rupestre de 3.000 a.C., feita em uma caverna em *Tassalin-Ajjer*, na África, apresentando a sua composição e os elementos nela presentes. Além disso, reforça a ideia de que a vida humana surgiu no continente africano, incentivando os alunos a descreverem o que veem, discutir e a chegar a um consenso sobre a opinião do grupo. Paralelamente, busca apresentar um cerco aos animais na imagem, tendo como objetivo mostrar que o mesmo documento pode ter múltiplas interpretações. Em decorrência, cada aluno irá levantar suas próprias hipóteses para “explicar” os elementos da imagem. Sendo que nessa fase do aprendizado de História, está relacionado ao trabalho com documentos, cujo objetivo é o exercício da observação.

O Capítulo 5: A Civilização Egípcia tem em sua apresentação o estudo das civilizações, objetivando levar os alunos a perceberem, com as limitações próprias da idade, a complexidade das primeiras civilizações. Ao mesmo tempo, traz uma imagem panorâmica do Rio Nilo e suas margens. Neste sentido, demonstra a importância do Rio Nilo para a civilização egípcia, revelando que as cidades que surgiram ao longo do Rio eram espaços em que novas atividades passaram a ser exercidas. Lá, se concentravam as construções públicas, o comércio e a sede do governo. Ao longo do Capítulo 5, o autor traz tópicos importantes para a compreensão da historiografia: O que é uma Civilização? A Origem da Civilização Egípcia; Uma Hipótese sobre o Surgimento do Estado no Egito; A Divisão Social e a Economia no Egito Antigo; Os Períodos da História do Egito e Religião, Ciência e Arte. Em decorrência, os referidos tópicos buscam fazer com que o aluno ao final do capítulo

possa entender as noções básicas do conceito de civilização; Identificar características que compõem o conceito de Estado; Conhecer as principais características da organização econômica e social do Egito Antigo e Entender a importância da Religião no Egito Antigo.

Na Seção “Trabalhando com Documentos”, da página 95, Claudio Vicentino apresenta uma pintura feita no século XIII a.C, numa tumba egípcia de um funcionário chamado *Senedyén*, em Tebas. Por conseguinte, Vicentino tenta, através da imagem, mostrar para os alunos que os egípcios acreditavam que viveriam após a morte de maneira semelhante à vida terrena, esperavam levar consigo os bens materiais. A pintura representaria, assim, a propriedade que este egípcio queria levar consigo.

Portanto, não percebemos, ainda, nesta obra, grandes diferenças da historiografia tradicional, apenas enlaces da obrigatoriedade trazida pela Lei 10.639/03, mas deve haver ainda grande aprimoramento nos próximos livros didáticos. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, entre as determinações trazidas pela Lei 10.639/03 tem-se:

Edição de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto neste parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26A da LDB, e, para tanto, abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívoco sem obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC – Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE).

É importante notar o papel que o MEC tem, enquanto analisador e distribuidor dos Livros Didáticos, pois somente obras criteriosamente selecionadas pelos técnicos do MEC chegam às escolas públicas. Assim, a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras passa também pelo papel primordial do Ministério da Educação. Neste sentido, o Plano Nacional de Educação, aprovado através da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, traz em sua Meta 7: “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo atingir as médias nacionais para o Ideb, através da estratégia 25, busca garantir que estabelece a Lei 10.639/03 na década de 2014-2024”. Logo, para a efetivação do que está posto na Lei

precisamos do apoio de todos os profissionais da educação, pois não é somente o professor que educa, mas toda a comunidade escolar, desde os pais até os próprios alunos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Livro Didático é alvo de críticas, pois é apontado como cabedal de um ensino tradicional. No entanto, cabe ao professor escolher o melhor livro didático, porque o livro é um meio didático para o ensino e não um fim. Neste sentido, o Livro Didático de História está no cerne desta discussão, por ser visto como divulgador, em muitos casos, de conteúdos conservadores e preconceituosos. Mas, ao longo da história, percebemos mudanças estruturais nas obras de História. Diante de enormes críticas, os autores vêm buscando a cada obra apresentar atividades variadas, como o uso de letras de músicas, imagens, filmes, entre outros. Além disso, há uma gama de livros paradidáticos escritos por especialistas, que apresentam um aprofundamento sobre as temáticas presentes nas obras didáticas. Nesse sentido, cabe ao professor escolher o Livro Didático que se adeque melhor à sua realidade.

O professor de História traz consigo a tarefa de adotar ações de despojamento de preconceitos e permanente análise de certos métodos. Desta forma, há enormes esforços para se mudar a prática docente, em muitos casos através dos cursos de licenciatura mais dinâmicos em outros, pós-graduações mais abrangentes. Entretanto, alguns cursos de licenciaturas concentram-se mais nas teorias, assemelhando-se ao bacharelado, esquecem que estão formando professores. Em decorrência, grande parte dos docentes reproduz em sala de aula o que adquirem de seus professores nas universidades. É importante notar que, ao longo dos cursos universitários, a maioria dos professores não recebe a formação adequada para lidar com a problemática da diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas. Em decorrência disso, ainda somos produtos de uma educação eurocêntrica, onde há a reprodução consciente e inconsciente de preconceitos que permeiam nossa sociedade. Assim, percebe-se que a maioria dos livros didáticos estão cheios de preconceitos, cabendo aos professores, romper com a ideia da História das sociedades africanas contada pelos europeus e buscar fontes locais ou desvinculadas do eurocentrismo.

O avanço nessas discussões no contexto escolar se deve também ao fato de dois professores de História estarem em processo de formação continuada através do curso de

Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira. Enfim, há, atualmente, um debate transformador no município de São Fernando – RN acerca da Lei 10.639/03 e seus enlances pedagógicos. De tal modo, os primeiros passos estão sendo dados para a transformação da sociedade, pois este aprofundamento está contribuindo para um melhor ensino de História e ensino e aprendizagem cidadã dos alunos.

#### **REFERÊNCIAS**

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Docência em Formação: Série Ensino Fundamental).

\_\_\_\_\_. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Repensando o Ensino).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **EDITAL PNLD**, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **EDITAL PNLD**, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **EDITAL PNLD**, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **EDITAL PNLD**, 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC, SEEF, 2011. 114 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº. 11.645 de 10 de março de 2008**. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História: Sociedade & Cidadania**. São Paulo: Editora FTD, 2009.

BURKE, Peter (org.). Capítulo Introdutório do Livro **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer n.03 de 10 de março de 2004**. Ministério da Educação. Brasília, julho de 2004 (a).

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução n.01 de 17 de junho de 2004**. Ministério da Educação. Brasília, julho de 2004 (b).

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.



KARNAL, Leandro (Org.) **História na Sala de Aula: Conceitos, práticas e proposta**. 6ª Ed. 1ª Reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

NADAI, Elza. O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V.13, nº 25/26, set 1992/agosto 1993, p. 143-162.

PROJETO ARARIBÁ: **História**. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

QUEIROZ, Tânia Dias. **Dicionário Prático de Pedagogia**. 1 ed. São Paulo: Rideel, 2003.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica**. São Paulo: Editora Nova Geração, 2002.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Africanidades brasileiras. In: \_\_\_\_\_ MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª Ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 155-172.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In\_\_\_\_. MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª Ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

VICENTINO, Cláudio. **Projeto Radix: História**. São Paulo: Scipione, 2012.

## ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS: UM ESBOÇO PROSOPOGRAFICO DOS PATRONOS E PRIMEIROS OCUPANTES

Cecil Guerra<sup>1</sup>

Luís da Câmara Cascudo, antropólogo e historiador, liderou no ano de 1936 o processo de criação da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, a primeira instituição oficial que tinha como um de seus objetivos reunir os pensadores do Rio Grande do Norte. Penso que o esforço para a criação da Academia englobava um projeto de Cascudo de enaltecimento do “potiguar”, e, concomitantemente, da busca da criação de uma intelectualidade potiguar, de uma arte potiguar, de uma música potiguar, etc. Esse processo de enaltecimento do potiguar é contextualizado a partir de uma intensa discussão que Cascudo se envolveu sobre o sentido do termo “potiguar”. O termo estava sendo associado a um significado pejorativo por parte, principalmente, de dois intelectuais, à saber, Mario Melo e Godofredo Freire. Desse modo, Cascudo se propôs a responder o que realmente significava o termo “potiguar”. Estudando a respeito, ele concluiu que o significado de “potiguar” era comedor de camarão, e não comedor de fezes, como estava sendo divulgado por esses referidos intelectuais.<sup>2</sup>

Percebendo esse momento da década de 1930 como um momento de intensos debates sobre a concepção de identidade do povo potiguar, procuro investigar e construir um perfil da intelectualidade potiguar, a partir da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Porém, vale salientar que esse debate do termo “potiguar” não afetava diretamente toda a população do Rio Grande do Norte, uma vez que a maior parte da população nem sabia dessas discussões. Está inserido nesse debate, sobretudo, os intelectuais que correspondiam a uma elite privilegiada, notadamente numa época em que a maior parte da população do Rio Grande era analfabeta.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<sup>2</sup> Nota-se que o processo de criação da Academia partiu de uma iniciativa de Câmara Cascudo, por isso, ele teve um papel preponderante no momento da criação se comparado aos demais membros. Porém, vale salientar que o perfil de vida dele não fora generalizado para todo grupo e, conseqüentemente, para o perfil da intelectualidade potiguar. Tomei bastante cuidado para não transformar o perfil da Academia no perfil de Câmara Cascudo.

<sup>3</sup> Dados retirados da obra “*O celibato pedagógico*”, escrita por Nestor Lima, apontam que de 268.273 habitantes do Rio Grande do Norte apenas 15,73% sabiam ler e escrever.

O processo de criação das Academias já vinham acontecendo por todo Brasil, desde o final do século XIX. Estados como Ceará (1894), Maranhão (1899), Bahia (1900), Pernambuco (1901) e São Paulo (1909) já tinham reunidos, em torno de uma instituição, os intelectuais das respectivas cidades.<sup>4</sup> Porém, somente em 1930, foi que a Academia de Letras do Rio de Janeiro entregou a responsabilidade da criação de uma Academia de Letras no Rio Grande do Norte para Câmara Cascudo.

Comandada por Câmara Cascudo, a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras foi fundada no ano de 1936. As primeiras reuniões aconteceram no Instituto de Música e contou com a participação da diretoria, composta por: Henrique Castriciano, presidente; Câmara Cascudo, secretário geral; Edgar Barbosa, 1º secretário; Aderbal de França, 2º secretário; Clementino Câmara, tesoureiro. No dia 28 de Novembro de 1936, mediante um processo de votação, a Academia definiu como lema a frase “Ad lucen versus” (Em direção à luz).

No dia 27 de Abril de 1937, foram escolhidos os primeiros ocupantes das cadeiras da Academia. Estes, por sua vez, escolheram um patrono para suas respectivas cadeiras. Ao todo, a Academia contava com 25 primeiros ocupantes e 25 patronos.

Desde o momento da sua criação, em 1936, até os dias atuais, a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras se configura como uma das instituições mais antigas, ativas e importantes no meio da intelectualidade potiguar. Optei por partir da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras para formar o perfil da intelectualidade potiguar pois, como já fora dito anteriormente, desde o início da sua criação, essa instituição tem como um de seus objetivos agrupar a intelectualidade e promover, por meio dela, um espaço de debates entre os pensadores do Rio Grande do Norte. Outras instituições, como por exemplo, o Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte, possuía outras pretensões no momento de sua criação, à saber, produzir um saber de cunho oficial que ajudava a recriar o passado e a solidificar mitos de fundação. Diferentemente do IHGRN, por exemplo, a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras se caracterizava, sobretudo, como uma agremiação intelectual.<sup>5</sup>

Para desenvolver esse trabalho, que está em fase inicial, debruicei-me sobre os 25 primeiros ocupantes e os 25 patronos. Como justificativa, penso que os 25 primeiros

---

<sup>4</sup> BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil*. P. 95-102

<sup>5</sup> FERREIRA, A. L. de A. et al. Câmara cascudo e a construção da (história da) cidade: representações e saber urbanístico nos anos 1920. **Seminário de história da cidade e do urbanismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1-16, jan./dez. 2016.

ocupantes podem me auxiliar a pensar no momento de criação da Academia e a também conciliar o perfil desses membros ao perfil da intelectualidade potiguar. Já os 25 primeiros imortais contribuem para a realização desse trabalho na medida em que a indicação dos seus nomes, realizado pelos primeiros ocupantes, possibilita construir uma ideia acerca de que perfil de intelectual era valorizado pelos integrantes da academia. No fim, a escolha de trabalhar com esses intelectuais contribuem para o objetivo maior que é o de construir o perfil da intelectualidade potiguar, a partir da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras.

Uma vez que busco construir um perfil da intelectualidade potiguar é de suma importância pensar no conceito de “intelectual”. O conceito de “intelectual” é entendido aqui como homens de produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados a intervenção político-social. Nesse sentido, não se trata de lidar com os intelectuais como meros coadjuvantes de uma história das ideias, apartada de suas condições de vida e de produção, porém, de enxergá-los como agentes históricos e não somente como agentes de uma história das mentalidades.<sup>6</sup>

Essa pesquisa se estabelece também como uma tentativa de refletir, sobretudo, acerca da vida dos intelectuais e de que modo a vida dos intelectuais potiguares, membros da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, pode nos ajudar a entender o perfil da intelectualidade potiguar da década de 1930. Tem-se a figura do intelectual como ser pensante, agente e também como indivíduos que passaram por processos de formação e aprendizado, atuando em conjunto com outros atores sociais e organizações.

Para construir o perfil da intelectualidade potiguar, optei por fazer uso da prosopografia. Esse é um método da biografia coletiva que tem como objetivo traçar um perfil geral para grupos específicos. O perfil é traçado a partir da vida de cada integrante do grupo, realizando perguntas uniformes para todos os indivíduos. Os vários tipos de informação sobre os indivíduos do grupo são, então, justapostos e combinados e, em seguida, examinados por meio de variáveis significativas. Tem-se nesse método a análise do indivíduo em função da totalidade de que ele faz parte. (STONE, 1971, p. 115)

Neste método, as biografias individuais só despertam interesse quando ilustram os comportamentos ou aparências ligadas as condições sociais estatisticamente mais frequentes. Por isso, não se trata de biografias verídicas de cada sujeito, porém mais

---

<sup>6</sup> GOMES, Angela De Castro; HANSEN, Patricia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. 1 ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira , 2016. 10 p.

precisamente, de uma utilização de dados biográficos para, no final da pesquisa, indicar um perfil do grupo. (LEVI, 1989, p. 174)

A cientista social, Lorena Monteiro, define a prosopografia como recurso que pode ser utilizado pela micro-história, na medida em que é uma técnica de pesquisa de pequenos grupos que podem contribuir para a compreensão dos aspectos sociais e políticos que formam a identidade do grupo. Um grupo pequeno em que, muitas vezes, as análises macro-históricas não levam em conta.<sup>7</sup> Se tratando dos intelectuais, mais especificamente, somente na década de 1980/90, com a crítica aos modelos macrossociais, são abertas novas possibilidades de análises mais concentradas nos sujeitos históricos, incluindo-se nesse caso a classe que essa pesquisa se debruça: os intelectuais.<sup>8</sup>

Para construir o perfil do grupo, as questões uniformes que lancei para os 25 primeiros ocupantes dizem respeito a vida acadêmica desses sujeitos, a ordem econômica das famílias em que esses sujeitos estão inseridos, a aproximação ou não dos indivíduos com a Igreja Católica, a filiação política desses indivíduos e a participação destes na imprensa. Para os 25 patronos, busquei refletir de que forma a nomeação destes pode nos revelar o enaltecimento de uma imagem de um herói republicano e/ou de um herói abolicionista.

Para coletar os dados biográficos de cada sujeito recorri ao livro *400 nomes de Natal*, organizado por Rejane Cardoso, e a obra *Patronos e Acadêmicos*, organizada em dois volumes e escrita por Veríssimo de Melo (1972 e 1976). Após coletar os dados biográficos de cada indivíduo, realizei as perguntas já ditas anteriormente, comparei a vida de cada sujeito e, por último, construí o perfil da intelectualidade potiguar. Vale ressaltar que este trabalho deverá se expandir futuramente, porém, até agora, chegou-se a 5 resultados que convergem para a formação do perfil da intelectualidade potiguar.

Durante a trajetória acadêmica dos 25 primeiros ocupantes, tem-se a semelhança da maioria ter passagem pelo Colégio Atheneu Norte-Rio-Grandense e pela Faculdade de Direito do Recife. A partir desses dados, tomei duas conclusões. A primeira é que a passagem dos sujeitos pelo Colégio Atheneu evidencia uma formação de “homens cultos”, um dos objetivos do ensino nesse colégio. Segundo Vicente Cardoso esses “homens cultos”

---

<sup>7</sup>MONTEIRO, Lorena Madruga. *Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa*. Pensamento plural, Pelotas, n. 14, p. 11-21, jun. 201.

<sup>8</sup>GOMES, Angela De Castro; HANSEN, Patricia Santos. **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. *Op Cit.* p.11.

corresponderiam à uma geração de homens nascidos na República e membros de grupos privilegiados nos aspectos políticos, sociais e econômicos.<sup>9</sup> A segunda é que essa intelectualidade ao formar-se na Faculdade de Direito do Recife atualizava-se das discussões filosóficas e de ordem cultural, possibilitando trazer essas discussões para dentro da região, contribuindo para a formação de outros indivíduos que poderia compor, ou não, a intelectualidade potiguar. Além disso, a procura pelos cursos de Direito por parte da intelectualidade potiguar pode ser um indicativo do crescente prestígio da figura do bacharel no meio urbano potiguar. Passaram pelo Colégio Atheneu ou pela Faculdade de Direito do Recife os seguintes acadêmicos: Adauto Câmara, Otto Guerra, Virgílio Trindade, Edgar Barbosa, Antônio Soares, Matias Maciel, Bruno Pereira, Januario Cicco, Juvenal Lamartine, Câmara Cascudo, Sebastião Fernandes, Francisco Palma, Dioclécio Duarte, Waldemar de Almeida, Floriano Cavalcanti, Francisco Ivo e Aderbal de França

No que diz respeito a ordem econômica das famílias é notório o bom estado financeiro das famílias dessa intelectualidade. Há famílias que são envolvidas na política-partidária, desempenhando funções no legislativo e no executivo, outras são detentoras de comércio e há também outro grupo de famílias que já participara dos espaços de exercício da intelectualidade, sejam em escolas ou na própria imprensa. A partir disso, pode-se dizer que a maioria dos indivíduos que compõe a intelectualidade potiguar provêm das elites econômicas e políticas do Rio Grande. A intelectualidade potiguar, da década de 1930, é filha de uma elite econômica da 1ª República. Alguns dos primeiros ocupantes que provinham de famílias com boas condições financeiras são: Virgílio Trindade, descendente de duas tradicionais famílias do Rio Grande do Norte, à saber, os Lopes Galvão e os Bezerra Trindade; Carolina Wanderley e Palmira Wanderley, ambas são membras da família Wanderley, tradicional nos campos de exercício da intelectualidade; Januário Cicco, filho do italiano Vicente de Cicco e de dona Ana Albuquerque de Cicco indivíduos influentes no município de São José de Mipibu; Câmara Cascudo, filho do Coronel da Guarda Nacional e detentor de grandes comércios Francisco Cascudo; Antônio Fagundes, filho do dono de engenho Pedro da Costa Regalado Fagundes.

É possível também notar uma vinculação da intelectualidade potiguar com o catolicismo, tomando como base a vida dos sujeitos que compõe essa intelectualidade.

---

<sup>9</sup>CARDOSO, Vicente Licínio. Prefácio. IN: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *A margem da História da República*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. v.1. p.12.

Alguns desses indivíduos, que possuem pensamentos em defesa do catolicismo e da função social da Igreja, são: Câmara Cascudo, Frei Miguelinho, Padre João Maria, Luís Carlos Wanderley. Não era à toa que, por exemplo, Padre João Maria ganhou o reconhecimento de “pai dos negros forros”, destacando-se pela sua militância em proteção aos negros que viviam em situação de marginalização.

Em quarto lugar, notei uma aproximação muito grande dos intelectuais com as ideias republicanas ou abolicionista. Essa aproximação é expressada, por exemplo, na indicação que os acadêmicos realizam para as cadeiras dos patronos. Esses patronos caracterizam-se pela sua vida de militância em prol do movimento republicano ou do movimento abolicionista. Verissimo de Melo escreveu que os patronos da Academia são as maiores expressões do Estado e que eles deveriam servir para a juventude reabilitar o civismo.<sup>10</sup> Pode-se dizer então que, tomando como base a vida dos patronos, o Estado pode expressar-se tanto pelo movimento abolicionista, como pelo movimento republicano. Para exemplificar, alguns nomes que corroboram com essa hipótese são: o padre Miguelinho, Nísia Floresta, Moreira Brandão, Luís Carlos Wanderley, Almino Afonso, Elias Souto, o padre João Maria, Amaro Cavalcanti, Joaquim Fagundes, Pedro Velho, Segundo Wanderley, Antônio Marinho, Ponciano Barbosa e o cônego Leão Fernandes. Pode-se conjecturar, com isso, que há, de fato, uma valorização da figura do herói republicano e do herói abolicionista, sustentado por esse movimento intelectual. Vale salientar também que esse resultado contribui também para deflagrar uma aproximação entre o movimento da intelectualidade potiguar com a política.

Por fim, avaliando a trajetória profissional dos Acadêmicos, fora possível notar que todos primeiros acadêmicos participaram de alguma forma da imprensa potiguar. Segundo Rocha Pombo, poucos intelectuais potiguares não “se fizeram na imprensa periódica”.<sup>11</sup> A imprensa se apresentava como uma espécie de ganha pão para a intelectualidade potiguar, na medida em que muitos não recebiam dinheiro pelas suas obras publicadas, os intelectuais encontravam nos periódicos uma oportunidade de ganhar dinheiro escrevendo. Para além disso, o espaço da imprensa se configurava como um importante meio em que os intelectuais conseguiam alcançar o maior número de pessoas, podendo, por

---

<sup>10</sup> MELO, Verssimo De. *Patronos e acadêmicos: Academia Norte-Rio-Grandense de letras antologia e biografia*. 1 ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1972. P.11

<sup>11</sup> POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília/DF: Conselho Editorial do Senado Federal, 2012. P.12



meio dela, apresentar suas ideias, contos, poemas, crônicas, etc. Dessa forma, os periódicos se apresentavam diante de sua função social de informar a população mas também de divulgar ou de colocar “na vitrine” os pensadores potiguares.

Por meio desse breve trabalho, busquei apresentar um perfil geral da intelectualidade potiguar, a partir dos 25 patronos e dos 25 primeiros ocupantes da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, os resultados até então obtidos convergem para uma conclusão de que essa intelectualidade formava-se academicamente, sobretudo, no Atheneu Norte-Rio-Grandense e na Faculdade de Direito de Recife; é notório também que essa intelectualidade advinha de famílias que mantiveram boas condições financeiras durante o período da 1ª República; no âmbito religioso, essa intelectualidade encontrava-se inserida no catolicismo, defendendo o dever social da Igreja para com os mais necessitados; é sabido também da proximidade entre essa intelectualidade e as ideias republicanas e abolicionistas, cultuando uma memória de sujeitos que representam um símbolo do herói republicano e/ou abolicionista; por fim, nota-se a proximidade entre essa intelectualidade potiguar e a imprensa.

#### **REFERÊNCIAS**

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. In: Revista Politéia: História e Sociedade. Vitória da Conquista, vol. 5, nº 1, 2005, p. 49-50

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, jun. 2011

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Introdução; Os inventores: um ensaio de prosopografia. In: *A Feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

LEVI, Giovani. Usos da biografia (p.167-182). In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

#### **FONTES:**

MELO, Veríssimo de melo. **Patronos e Acadêmicos**: Academia Norte-Rio-Grandense de Letras Antologia e Biografia. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971. v.1.

MELO, Veríssimo de melo. **Patronos e Acadêmicos**: Academia Norte-Rio-Grandense de Letras Antologia e Biografia. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1974. v.2.

CARDOSO, Rejane (Org.). *400 nomes da cidade do Natal*. Natal: Prefeitura Municipal de Natal, 2010.

## AS CARTAS ÍNTIMAS COMO TESTEMUNHAS DA HISTÓRIA

Gisonaldo Arcanjo de Sousa<sup>12</sup>

Maria José de Oliveira<sup>13</sup>

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é mostrar alguns resultados observados e não objetivados para as nossas pesquisas de doutoramento. Trabalhamos com cartas e flagramos vários registros que não são condizentes com o que almejamos, mas que se enquadram em outros focos, principalmente, no viés histórico. Assim, *a competição das formas tratamentais no Seridó* e *o Agora na fala e na escrita através dos séculos*, nossos trabalhos na área de Linguística, possibilitaram uma viagem no tempo em busca dos falares do nosso povo seridoense. O primeiro é bem mais específico, pois trata da própria história local e contribui para um projeto de cunho nacional. É o PHPB – Projeto Para a História do Português Brasileiro, cujo coordenador geral é o Prof. Dr. Ataliba Teixeira. E é justamente pela primeira pesquisa que vamos revelar fatos ligados à História, que se constitui o presente trabalho.

No trabalho exposto, procuramos tecer breves comentários sobre a historiografia da sociedade que pretendemos pesquisar: o Seridó Potiguar. Vamos mostrar, de forma breve, seu processo de povoamento para chegar às cidades detentoras das cartas que formam o *corpus* da pesquisa.

Talvez não fosse necessário, mas percebemos que a construção histórica de um povo com relação ao tratamento dado ao outro são edificadas por interações verbais que ocorrem constantemente entre indivíduos que permanecem interagindo em um grupo social. E por assim entender, confirmamos que a leitura que se deve ter do espaço histórico e geográfico de um lugar com a presença do Homem nele é objeto de estudo de qualquer área da ciência, inclusive a linguística. Pois, conforme Lucchesi (2001, p.170), “o objeto de

---

<sup>12</sup> Professor de Língua Portuguesa e outras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: gisonaldo.arcanjo@bol.com.br

<sup>13</sup> Professora de Língua Portuguesa e Literaturas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN); doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB/PROLING). Email: mariajoseoliveira@bol.com.br

estudo da linguística deixa de ser um sistema autônomo e sem história, para se tornar um produto do processo histórico de constituição da língua [...]”.

Almejamos construir, ou pelo menos “montar” em linhas gerais, o perfil do seridoense. Quem é esse povo? O que ele tem de diferente no falar? Qual sua identidade como habitante do Rio Grande do Norte, que se percebe tão peculiar e diferente dos demais potiguares? Buscaremos respostas resenhando alguns escritos sobre a historiografia do lugar para desenhar rabiscando sua tessitura através dos tempos.

Fazemos quase como um historiador e garimpamos dados capazes de responder aos nossos interesses. Outros, porém, surgem – como é o caso da observação de dados históricos em cartas pessoais/íntimas. Como o historiador tem seu caminho, temos também o nosso. Mas que são imbricados pelo ponto comum que é o estudo da sociedade. Por isso é imperativo para um pesquisador sociolinguista associar seus estudos de parâmetros labovianos às categorias de ordem sociais. Assim, idade, gênero, grau de escolaridade de seus informantes se configuram como fatores/categorias relevantes para a construção do que é denominado de perfil sociocultural.

Tais categorias quando agrupadas e combinadas revelam, ou pelo menos tentam revelar, a radiografia de um determinado indivíduo que habita, logicamente, uma região específica.

A região na qual o indivíduo vive/habita também se configura como categoria fornecedora de dados para a constituição de um perfil que pode ser montado de acordo com as combinações de fatores colhidos por seus pares.

O que se entende por região parte da concepção geográfica que define ser uma porção do espaço terrestre. Portanto, uma área habitada ou não. Mas existem outros caminhos definidores para o termo.

Sob o ponto de vista histórico, a região é entendida como um conceito “que tem implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e da diversidade espacial”, ainda formado por um “inequívoco componente espacial”, bem atrelado à economia, à política e à cultura.

A palavra região vem do latim *regio*, que encontra raiz no verbo *regere*, governar, aplicada à unidade político territorial em que se dividia o império romano. Buscamos aqui definir alguns pontos iniciais e indicadores para uma definição do que seja a região conhecida como SERIDÓ.

Consideramos o Seridó – espaço físico e histórico da pesquisa – a microrregião composta por vinte e três municípios localizados, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, na porção centro-meridional do Rio Grande do Norte, Nordeste, Brasil. (BRASIL, 1989).

O IBGE exclui os municípios de Jucurutu, Florânia, São Vicente, Lagoa Nova, Cerro-Corá e Tenente Laurentino Cruz. No entanto, optamos por agregá-los aos outros 17: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas, pois entendemos que devemos considerar os limites historicamente construídos.

Ao optar pelo recorte, estamos assumindo e respeitando a história, visto que tais localidades tiveram processos de colonização e povoamento semelhantes em sua ocupação espacial, nos usos, costumes e práticas sociais. Em síntese: possui uma identidade própria que as caracterizam como quase “irmãs.”

Assim, se pode afirmar que há uma delimitação própria que define o lugar. Quer seja da história quer seja da geografia. No caso do Seridó, ela vem abastecida por discursos historiográficos que demarcam o tempo e o espaço.

A Historiografia é construída pela interpretação sensorial que um indivíduo ou vários deles têm sobre o espaço. Nesse caso, o discurso historiográfico do Seridó é a soma das narrativas, interpretações e sentidos plurais que seus habitantes fazem do local.

Ao investigar a fala/voz do seridoense, permite-se enveredar pelos caminhos da sua história, de seus costumes, cultura, fé, comportamento e, claro, de sua organização social que aparenta ser bem diferenciada dos outros povos habitantes dos territórios potiguares e regiões fronteiriças do Estado da Paraíba.

A ideia de território é muito plural. Pode ser considerado o domínio ou posse sobre uma área por homem ou homens, e ainda um conjunto de estratégias com o intuito de controlar, influenciar pessoas em um determinado espaço físico. Milton Santos, geógrafo brasileiro, traz uma definição baseando-se no território usado – que é o mesmo que espaço habitado – influenciado constantemente pela ação e relações do homem que habita um local. O território sem a presença do homem só significa a forma. Assim, a ação dos vários agentes sociais, incluindo a fala, e seus interesses é que são definidores do espaço usado ou

habitado. Entendemos e assumimos que seja essa a definição utilizada para mapear o espaço seridoense.

O Seridó, nessa perspectiva, configura-se também como um território social porque possui relações de poderio entre os seus habitantes e entre seus habitantes com o meio, mostrando que o homem ali chegou com o seu trabalho e deixou suas marcas no espaço habitado. Esse território usado é palco de relações políticas, cultural, econômicas, dentre outras que vão se moldando aos interesses de classes dominantes. A estrutura dos subordinados e subordinantes acusa a evolução constante do homem seridoense desde a sua colonização – acompanhando também a evolução patriarcal brasileira – e se perdura até hoje na constante dinâmica de poder.

Temos a carta como objeto de pesquisa. São aproximadamente 900 cartas escritas por seridoenses desde o ano 1898 até 2000. Elas formam os *corpora* Essas Mal Traçadas Linhas I e Essas Mal traçadas Linhas II (inéditas).

## **O GÊNERO CARTA**

A carta é um gênero textual, anterior à era dos telefones e computadores. Surgiu com a finalidade do homem se comunicar a distância com o seu semelhante. É um meio de comunicação, pois o texto nela contido parte de um remetente para um destinatário com informações de várias naturezas. Seu conteúdo pode variar de acordo com a intenção de quem a escreve e suas finalidades são inúmeras: transmitir informações de caráter sociais ou pessoais, podendo ter assuntos de trabalho ou até mesmo passagens do cotidiano. É, portanto, um gênero textual que serve a pessoas, especialmente, distantes.

A carta ainda apresenta características próprias, no que diz respeito ao seu uso. Ela pode variar do mais formal para o menos formal, dependendo de quem seja o destinatário, dependendo também da situação enunciativa de quem a escreve.

O texto epistolar de caráter pessoal denuncia os aspectos sócio-históricos de uma época e lugar, radiografando também marcas linguísticas de quem o escreve. Portanto, pode ser considerado uma fotografia de uma época, de um povo, de uma cultura.

Por possuir características que se aproximam da fala, o gênero textual carta pessoal é potencialmente favorável para observar a língua como fato social, dinâmica e multifacetada, ou seja, a própria língua em contexto de uso.

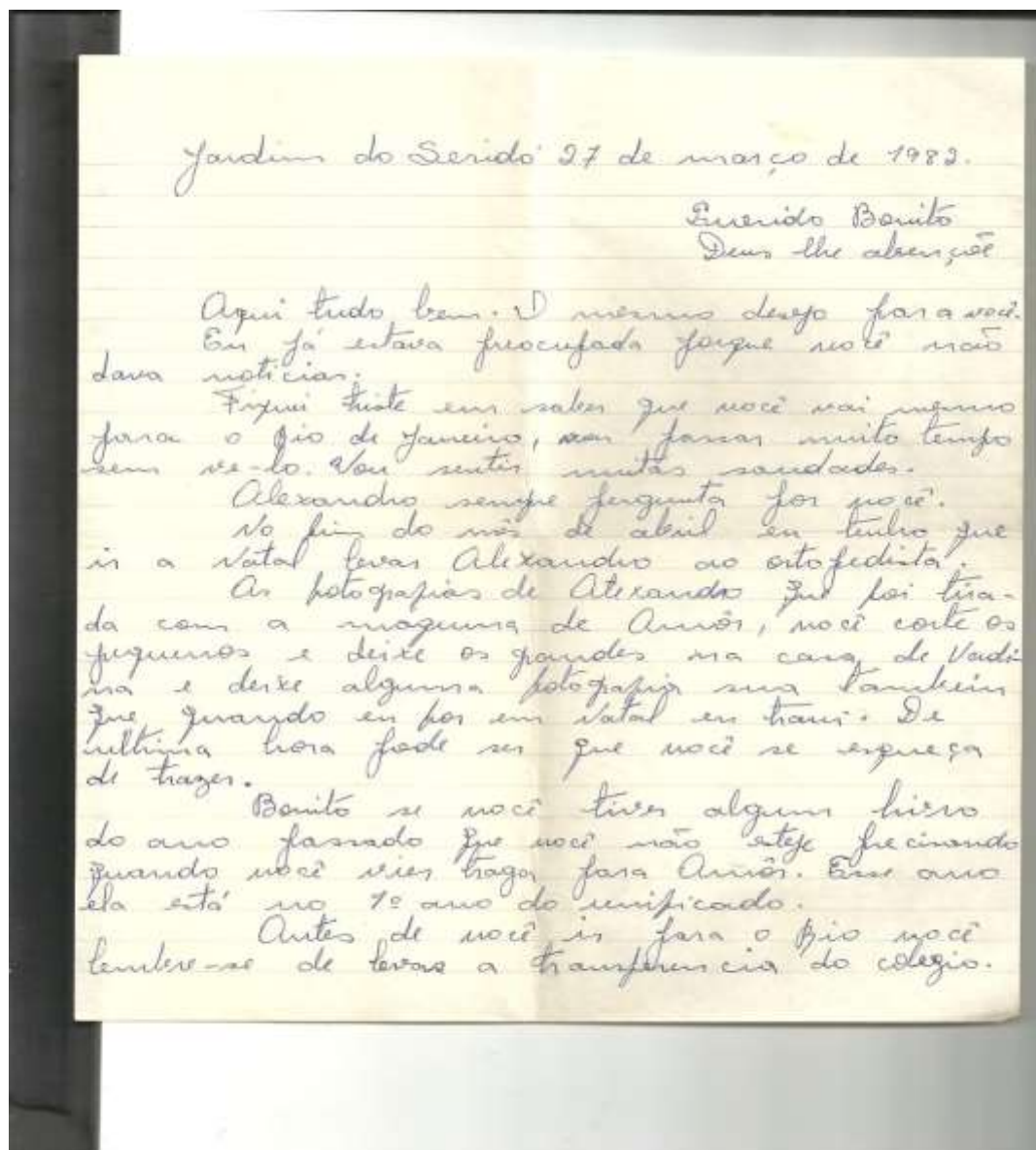
É evidente que a carta se configura como local onde conflitam/encontram várias estratégias comunicativas já que seus interlocutores estabelecem contatos eficientes (ou não) que favorecem uma inquietação linguística provocada por interesses comunicativos de cada um dos envolvidos na comunicação.

O gênero epistolar, como também é conhecido a carta, traz também características em sua composição que possibilita ao pesquisador identificar o grau de formalidade, quem a escreveu, quando e onde escreveu, além de saber quem é o destinatário. Tais características servem de pistas para o sociofuncionalista, devido à relevância de dados de variação e mudança contidos nestas missivas. De igual modo, pode ser também fontes de dados para os historiadores.

As cartas pessoais podem apontar fenômenos linguísticos em processo de mudança em decorrência de seu conteúdo considerado espontâneo. Mas também podem manter fixa sua estrutura composicional, embora haja variação de remetente para remetente.

A estrutura geralmente é composta de partes prototípicas: local e data, saudação, contato inicial, núcleo da carta, despedida e assinatura. No entanto, nem todas as missivas se comportam assim. Tudo depende de seu remetente que pode suprimir (ou acrescentar) uma ou mais partes. Atentemos para o exemplo do fragmento de carta (1):

CARTA 01



Assim, nenhuma carta pessoal é igual. Elas podem variar de acordo com a intenção do remetente baseando-se no relacionamento que este tem com o destinatário. Os interlocutores são condicionados à presença ou ausência de relação de poder ( BROWN; GILMAN, 1960), assim como também no propósito comunicativo, ou seja, no assunto a ser tratado na mesma.

Mesmo tendo uma aproximação com a língua falada, as cartas pessoais não traduzem uma comunicação face a face. Cada carta para ser escrita é motivada pelo efeito da presença e ausência, pois o destinatário está presente no texto, embora sua presença



aparente estar em outro lugar. É um tempo marcado pela saudade, pela presença perdida e a espera da volta.

Por marcar o tempo em seu conteúdo, as cartas se mostram bastante produtivas, pois trazem em sua composição informações que poderão ser úteis tanto para os historiadores quanto para os linguistas. No primeiro caso, porque registra os acontecimentos ocorridos como desgraças, catástrofes naturais, vitórias, notícias alegres, etc. por outro porque ao registrar tais acontecimentos fazem uso da língua muito próxima da fala ao optar pela narrativa ou descrição.

Ao falar da vida alheia, de fofocas, de religião, de amor, de pedido de empréstimos, de amizade e outras coisas presentes no cotidiano, as cartas pessoais são potencialmente produtivas para uma pesquisa de caráter diacrônico.

Dessa forma, passamos para ver, com os olhos do historiador, a presença de fatos históricos que marcaram a vida do escrevente seridoense. Para isso selecionamos apenas 10 cartas. Apesar de insuficientes para um resultado mais elaborado, podem, de alguma forma, contribuir para a propagação de nossos (poucos) conhecimentos históricos dentro do Colóquio a que nos propusemos participar.

Aos olhos de linguistas que somos, comentaremos/analisaremos as cartas pelo viés histórico pedindo ajuda aos (autores e anos).

## **ANÁLISE DOS DADOS**

Já que o trabalho trata das cartas como testemunhas da história, iniciamos esta análise evocando Sarlo (2007, 58-59), para quem

o testemunho (...) é composto daquilo que um sujeito permite ou pode lembrar, daquilo que ele esquece, cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem captar do passado, que suas idéias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente, daquilo que ele utiliza como dispositivo retórico para argumentar, atacar ou defender-se, daquilo que conhece por experiência e pelos meios de comunicação, e que se confunde, depois de um tempo, com sua experiência.

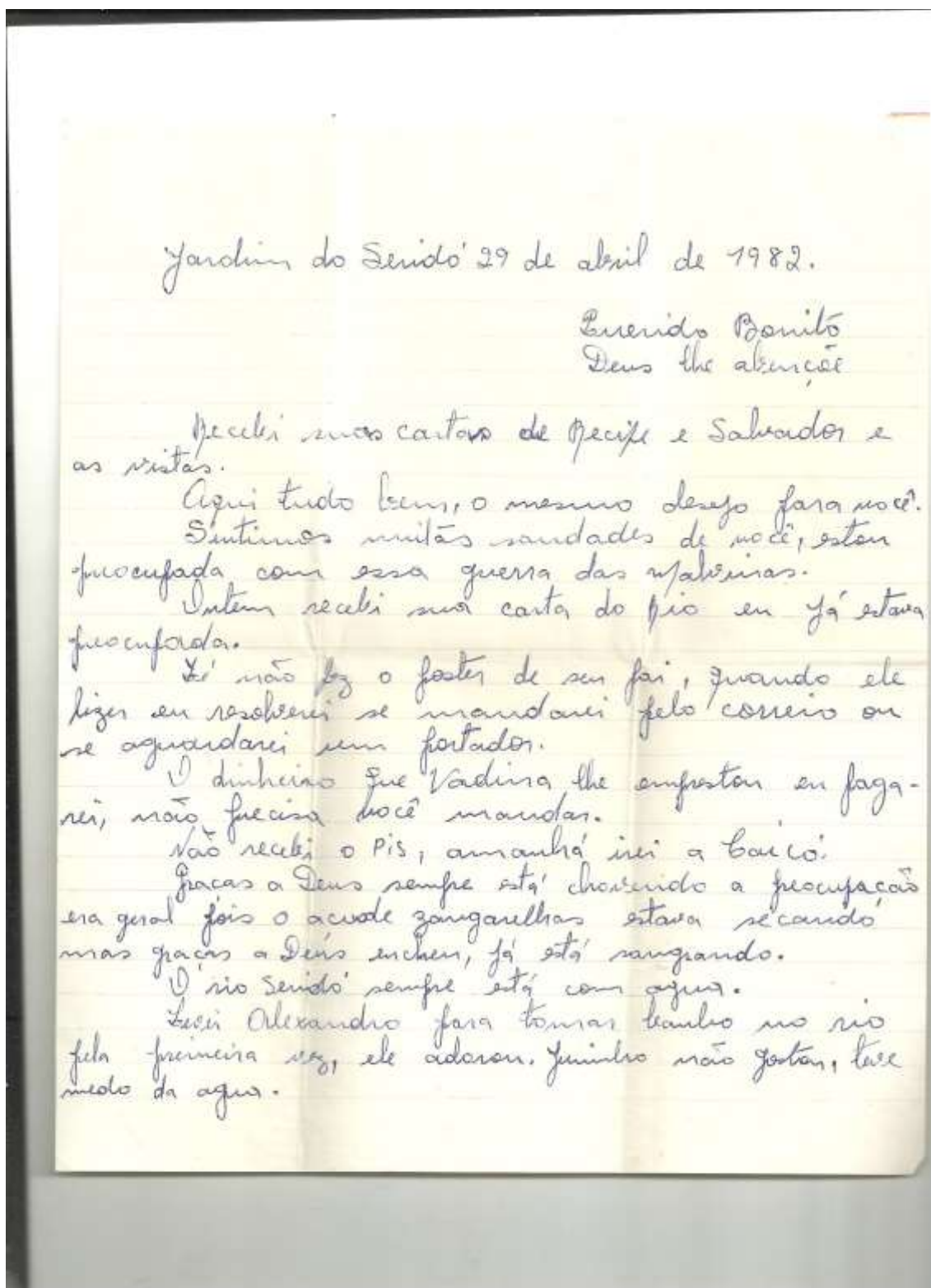
Se compreendemos como testemunha aquele que, em síntese, é um sujeito que capta fatos e experiências do seu ambiente passado, fazendo-o lembrar, esquecer, calar, modificar, inventar, transferir, enfatizar com fins de ataque ou defesa, é por esse caminho

que o gênero carta envereda, uma vez que pode ser vista como instrumento de transformação do mundo, conforme as palavras de Gontijo (2005, p.160)

Considerando que o exercício da escrita visa a influir sobre a realidade, é possível supor que a carta, além de ser o instrumento de um dizer, também pode ser vista como uma forma de agir sobre o outro, sobre o mundo e sobre si mesmo. Esse agir possibilitado pela escrita de cartas mobiliza múltiplos recursos a fim de convencer, influir, demandar, resistir, etc., a distância.

Pensando que em meio ao tom de conversa interativa e intimidade que se mostram nas cartas íntimas, ao mesmo tempo em que se revelam saudades, amores, sentimentos, notícias, questionam-se, geralmente, saúde, o trabalho, a vida do vizinho, da família, do mais próximo, as condições climáticas, assim como relatam-se histórias, conforme ilustram os fragmentos de cartas de remetentes seridoenses:

CARTA 02



Jardim do Serido' 29 de abril de 1982.

Lucien Alexandro  
Deus lhe abençoe

Recebi suas cartas de Recife e Salvador e as visitas.

Aqui tudo bem, o mesmo desejo para você. Sentimos muitas saudades de você, estão preocupada com essa guerra das mafiosas.

Intem recebi sua carta do Rio em já estava preocupada.

Li não foi o foster de seu pai, quando ele lizer eu receberei se mandarei pelo correio ou se aguardarei um foster.

O dinheiro que Vádira lhe emprestar eu pagarei, não precisa você mandar.

Não recebi o Pis, amanhã irei a Caicó.

Gracas a Deus sempre está chorrendo a preocupação era geral pois o acvade zangueiras estava se caudo mas gracias a Deus encien, já está sangrando.

O rio Serido' sempre está com agua.

Lucien Alexandro para tomar banho no rio pela primeira vez, ele adoran. Quimbro não gosta, teve medo da agua.

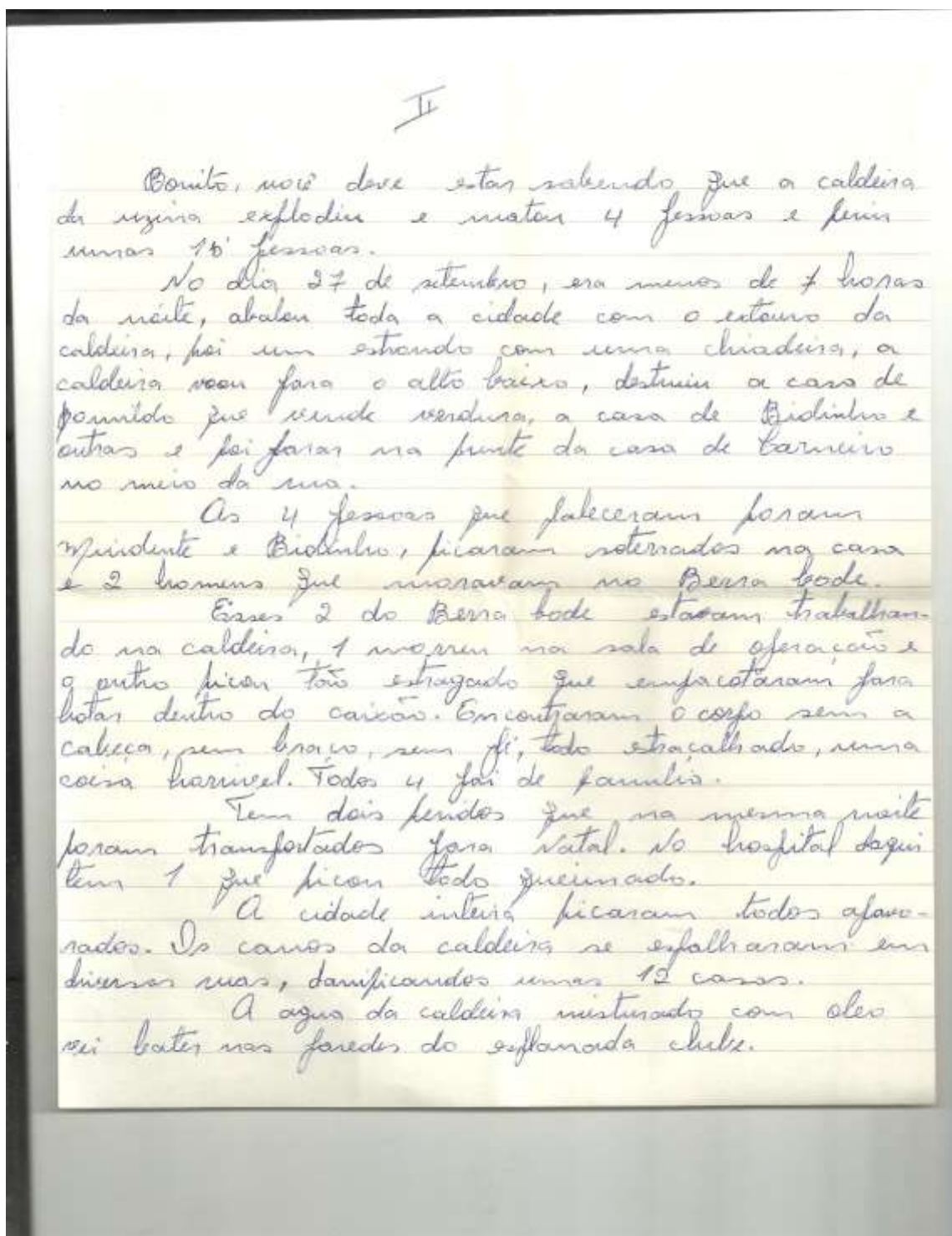
Pelo excerto observado, os remetentes seridoenses relatam em suas missivas desde anseios, revelação de saudades, preocupações, finanças, empréstimos, expectativas, fatos

do cotidiano, como também tratam de assunto de cunho histórico como mostra a carta (2), quando o autor se diz preocupado com a Guerra das Malvinas, evento de proporções históricas relevantes, assim como com as águas do açude Gargalheiras e do Rio Seridó, importantes reservatório e caminho de água da região que sofre com a seca. Nessas narrações de histórias, personagens e cenários bem singulares, entremeiam-se ao homem comum a representação de situações históricas que marcam época, comovem e marcam ou traumatizam a memória das pessoas. Além do desejo de contato com o interlocutor destinatário, aditam-se a essa realidade posta nos textos epistolares o registro de atos de vida baseados em acontecimentos exteriores. E assim, como somos todos sujeitos da história, desempenhamos no gênero em análise um papel de transformador, porquanto registramos toda uma vivência nas nossas narrativas, não só para matar a saudade, mas também para informar, engendrando retalhos de vida, somando ideias, colhendo informações com fins de referência e compreensão do mundo, argumento corroborado pelas palavras de Gontijo (2005, p.160):

Pensar por carta” estimula os missivistas a testar formas de pesquisa e expressão bastante distintas daquelas encontradas em livros e artigos, por exemplo. Às vezes, em meio a recordações do passado, referências à saúde e comentários sobre os problemas do dia-a-dia, a vida alheia, a política e os trabalhos em andamento, é possível localizar indícios de um saber em contínua transformação.

Desse modo, escrever uma carta, por mais íntima ou simples que seja, nela localizamos traços de um saber construído socialmente, manifestado pela linguagem porque através do gênero celebramos o passado, resgatamos memórias, reconstituímos histórias testemunhadas. Vejamos um outro excerto de carta:

CARTA 03



Na carta (03), o remetente refaz a constituição da história da explosão de uma caldeira de uma usina, acontecimento que marcou tragicamente a história do povo da cidade de Jardim do Seridó, nos anos 80, o qual o remetente da carta se fez testemunha. Nesse caso, o autor remete a uma vivência comum à população da cidade. A carta foi o

espaço encontrado pelo homem sobrevivente para reconstituir e descrever minuciosamente a distância a história trágica vivida coletivamente por aquele povo que por pouco não viveu uma tragédia maior, fato que se transforma em objeto de curiosidade para aqueles que não presenciaram o acontecido. A esse respeito, Primo (1988, p.7), um sobrevivente do nazismo assegura que “a necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com as outras necessidades elementares”.

Desse modo, seguimos movidos pela necessidade imperiosa de expor aos outros o que sentimos e as tragédias pelas quais passamos. Isso parece se repetir também numa outra necessidade que a testemunha leitora tem de transmitir a história ouvida ou lida para a outra pessoa, disseminando o fato pela sociedade, e dessa forma, vão se produzindo histórias.

Nessa cena, o gênero epistolar é um tipo de fonte eficaz para fornecer pistas de um tempo vivido capaz de registrar, fatos, acontecimentos para que possamos interpretá-los e entendermos as transformações sofridas pelo tempo/espaço.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pelas cartas analisadas percebe-se que mesmo em uma pequena amostra, as cartas apontam a existência de conteúdo histórico, podendo ser fontes adicionais de pesquisa para documentar a história, uma vez que ao reconstituir cenas, acontecimentos exteriores da vida humana, o remetente manifesta-se por meio da linguagem, deixando registros de pistas de um tempo que vai sendo transformado.

Como parte da história, o missivista é o seu testemunho legítimo com capacidade de narrar fatos acontecidos, alegrias, comoções, traumas, horrores, numa celebração de resgate ao passado, fatos que indiciam a carta como uma alternativa de objeto de estudo a ser colocada nas agendas das discussões de pesquisas não só linguísticas, mas também históricas.

## **REFERÊNCIAS**

BROWN, R; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G.R. (eds.). **Sociolinguistics The essencial readings**. United Kingdom: Blackwell, 2003[1960]. P. 156-176.

DIAZ, Brigitte. **L'épistolaire ou la pensée nômade**. Paris: PUF, 2002.



GONTIJO, Rebeca. **História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu.** Revista História. São Paulo, V. 2, 2005, p. 159-185.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 58-59.

SILVA, Márcio Seligmann. História, memória, literatura. **O testemunho na era das catástrofes.** (org). Campinas: Unicamp, 2006, p. 375-376 .



## DA TEORIA À PRÁTICA: OS USOS E DESUSOS DO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL PELOS ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE HISTÓRIA DO CERES/UFRN<sup>1</sup>

Fábio Fernando de Morais<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Tratar de História Local dentro da sala de aula não é algo recente. Sua utilização, como bem nos diz Maria Auxiliadora Schmidt, já era citada em 1930, nas Referências Curriculares e Instruções Metodológicas da Legislação Educacional Brasileira<sup>3</sup>. O uso dessa metodologia dentro da sala de aula constitui uma ferramenta muito importante para a aproximação do aluno com o conteúdo histórico, que, em muitos casos, parece ser bem distante da sua realidade. Essa proposição fica bem explícita no pensamento de Fernandes, onde o mesmo explica que o ensino de História Local vem, de certo modo, romper com esta visão “tradicional” do ensino que trata de questões mais globalizantes e homogêneas, para resgatar as peculiaridades e especificidades regionais<sup>4</sup>.

Essas discussões são bem pertinentes dentro dos componentes curriculares pedagógicos do Curso de História do CERES/UFRN, principalmente, nas atividades de Estágio Supervisionado. Durante o referido curso, temos a realização de quatro estágios, que ocorrem entre o 5º e 8º período do curso. Partindo da análise feita por Crislane Azevedo<sup>5</sup>, onde a mesma aborda, em 2010, como deu-se o andamento das atividades de estágio dentro dessa instituição, pode-se perceber que, na maioria das escolas visitadas, os professores de História trabalhavam com essa vertente mais “tradicional” do Ensino de História, citada acima, mostrando-se como “dominadores” de todo o conteúdo. Então, os

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao componente curricular Laboratório de História (noite), do Curso de Licenciatura em História – UFRN-CERES-Campus de Caicó, ministrado pelo Prof. Helder Alexandre Medeiros de Macedo.

<sup>2</sup> Discente do Curso de Licenciatura em História – UFRN-CERES-Campus de Caicó. E-mail para contato: [fabio.fernando038@gmail.com](mailto:fabio.fernando038@gmail.com)

<sup>3</sup> SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas** / MONTEIRO, Ana Maria F.C.; GASPARELLO, Arlette Medeiro; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Organizadores. – Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

<sup>4</sup> FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Um lugar na escola para a História Local**. Ensino em Re-Vista, Uberlândia, v. 4, n. 1, jan./dez.1995.

<sup>5</sup> AZEVEDO, Crislane Barbosa. Estágio Supervisionado como lugar de pesquisa e suas implicações na formação do professor de História. In: **Linguagens, Educação e Sociedade**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI/Universidade Federal do Piauí/ Centro de Ciências da Educação, ano 15, n.23, 2010 – Teresina: EDUFPI, 2009. p. 215- 249.

alunos estagiários buscaram mudar um pouco a realidade do Ensino de História dentro daquelas escolas, fazendo uso da História Local para aproximar os alunos do conteúdo a ser exposto. Para a realização disto, tais alunos incorporaram a figura do professor-pesquisador<sup>6</sup>, aquele que não somente traz algo novo para modificar o cotidiano das aulas, mas que também problematiza e analisa sua postura como docente, aliando pesquisa e ensino.

Existe uma discussão teórica bem profunda a respeito do Ensino de História Local dentro do curso, para que possamos mudar esse rumo “tradicional” do Ensino de História dentro das escolas. O trabalho de Muirakytan Macêdo<sup>7</sup> é muito importante para entendermos como devemos usar a História Local. Em sua pesquisa o mesmo trata de um modelo para se trabalhar com essa metodologia dentro da sala de aula, principalmente, usando a cidade como a ferramenta para a construção de aprendizado, sendo essa passível de uma série de investigações e problematizações as quais podem gerar bastante conhecimento histórico para os alunos. Como já foi dito, a História Local prima pelas particularidades, para dessas partir e atingir um âmbito mais abrangente, no caso o regional, o nacional e o mundial, fazendo com que eles os alunos possam se sentir agentes históricos e conscientes da historicidade presente no seu cotidiano.

A partir dessas discussões percebemos que o trabalho com o Ensino de História Local é um assunto bastante recorrente dentro das atividades de Estágio Supervisionado, dessa forma resolvemos investigar como os alunos estagiários do Curso de História Licenciatura estão utilizando dessa metodologia dentro de suas aulas. Como aluno do curso de História Licenciatura, o autor dessa pesquisa a considera de extrema importância para a sua formação docente, visto que o mesmo foi estagiário, assim como os alunos que foram entrevistados, sendo assim, os resultados obtidos servirão para uma reflexão e aprimoramento do autor como professor, e, sem dúvida, contribuirá para a consolidação da sua identidade docente.

---

<sup>6</sup> De acordo com a literatura educacional da década de 1980, sob a influência do pensamento gramsciano, defendia-se a ideia de o professor assumir o papel de um intelectual orgânico, consciente de seu papel histórico e comprometido com a classe trabalhadora. Nos anos de 1990 ganhavam espaço os estudos voltados para o saber docente. Hoje, a formação docente volta-se para a formação do professor reflexivo, que pensa-na-ação. Nesse sentido, a docência alia-se à pesquisa. AZEVEDO, Crislane Barbosa. **Op. Cit.** p. 222.

<sup>7</sup> MACÊDO, Muirakytan Kennedy. **Praticando a cidade: educação patrimonial da memória urbana.** Revista Memória em Rede, v. 4, p. 1-16, 2013.

Tal pesquisa torna-se importante também para a sociedade na medida em que, a partir dos resultados que obtivermos, conseguiremos reconhecer alguns pontos da História Local da região onde os estagiários realizaram as suas aulas, com isso poderemos apresentar, para a população em geral, os locais dessa região que foram utilizados para fazer pontes com o conteúdo do livro didático, contribuindo para a valorização dos mesmos, já que, pelo fato do professor fazer referência a determinada localidade, dá uma ênfase histórica a ela. Dessa maneira, lugares que antes talvez passassem despercebidos por parte dos alunos e da população como toda, agora fará com que essas pessoas possam se inteirar da historicidade presente na sua terra, e possivelmente sintam-se mais partícipes da História, criando uma consciência sobre a importância histórica de sua localidade.

Além disso, esse trabalho mostra-se importante para a academia, visto que ele faz parte de uma linha de pesquisa que não é muito utilizada pelos alunos concluintes do curso de História, no caso o Ensino de História. Sem falar que o Ensino de História Local, apesar de não ser uma discussão recente dentro do universo acadêmico, apresenta-se com pouca evidência nos trabalhos finais de Curso de História Licenciatura do CERES/Caicó, neste caso, não encontramos nenhuma pesquisa que enverede pelo caminho adotado em nosso trabalho. Dessa maneira, essa pesquisa visa colaborar no desenvolvimento desse ramo, bem como ajudar na produção de trabalhos futuros. Vale destacar também que tal trabalho contribuirá para verificar-se a eficácia das discussões teóricas, realizadas dentro dos componentes curriculares do Curso de História Licenciatura, aplicadas na prática dos estágios supervisionados.

Partindo de tudo o que foi aqui exposto, e sabendo que iremos trabalhar dentro da nossa pesquisa com o Ensino de História Local, realizamos a seguinte pergunta: De que forma os alunos estagiários do sexto e do oitavo períodos do Curso de História Licenciatura do CERES/Caicó, trabalham com a metodologia do Ensino de História Local dentro de suas aulas, durante as atividades dos estágios supervisionados?

Para a resolução desse problema utilizamos, principalmente, as fontes orais, essas recolhidas através de entrevistas padronizadas realizadas com alunos estagiários de História do CERES/UFRN. Entrevistamos dois homens e duas mulheres, na faixa etária de 20 a 29 anos, que cursam entre o sexto e o oitavo período do curso, sendo que duas

peessoas realizaram apenas um estágio, estando no segundo, e as outras duas realizaram três estágios, estando no quarto e último. Todas essas fontes são diretas e voluntárias. Posteriormente tais fontes estarão disponíveis para o acesso de todos no LABORDOC (Laboratório de Documentação Histórica), contando com as gravações em áudio das entrevistas e as transcrições das mesmas.

Trabalhamos com a História Oral<sup>8</sup>, procurando obter respostas mais precisas e mais espontâneas do que se aplicássemos um questionário, e assim estabelecemos um diálogo com a nossa fonte, seguindo os parâmetros do que foi feito no trabalho de Azevedo<sup>9</sup>, “O Desafio do Ensino de História nas Séries Iniciais: a questão do nacionalismo”, onde a mesma utiliza a fonte oral como base para responder os questionamentos a cerca do conhecimento histórico dos alunos nas séries iniciais.

Além disso, utilizamos fontes escritas que se tratam dos relatórios de estágio produzidos pelos alunos entrevistados. Tais fontes são indiretas, já que não estivemos presentes durante as aulas que são ali expostas, mas são voluntárias, pois as pessoas entrevistadas tiveram noção de que iríamos utilizar seus relatórios na nossa pesquisa.

Na construção do nosso trabalho, fizemos uma revisão da bibliografia relacionada ao tema abordado em questão, realizando um trabalho de fichamento de obras acadêmicas, tanto no âmbito nacional como regional e local. A partir disso, tivemos um arcabouço teórico e bibliográfico que deu um suporte muito importante para a produção da nossa pesquisa.

Em seguida realizamos entrevistas padronizadas com quatro alunos estagiários do Curso de História, com o objetivo de entender como os mesmos utilizaram ou não da metodologia do Ensino de História Local dentro de suas aulas nos estágios supervisionados, logo após as mesmas foram transcritas. Além disso, utilizamos dos relatórios de estágio produzidos pelos mesmos, fazendo um embate entre a fonte oral e a escrita, obtendo assim um resultado qualitativo.

---

<sup>8</sup> A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. pág. 155.

<sup>9</sup> AZEVEDO, Patrícia Bastos de. O Desafio do Ensino de História nas Séries Iniciais: a questão do nacionalismo. In: **Atos de Pesquisa em Educação**. Blumenau: FURB, vol. 5, n. 3, p. 338-355, 2010.

No decorrer do nosso trabalho tratamos de revisitar as produções bibliográficas que tratam do assunto abordado. Discutimos brevemente como foi o primeiro contato desses estagiários com o universo escolar, mostrando quais as principais dificuldades enfrentadas por eles. Logo após, discutiremos os usos ou não do Ensino de História Local dentro das atividades de Estágio Supervisionado, percebendo se tais usos foram eficazes para o melhor aprendizado dos alunos. Além disso, refletiremos sobre a importância dessas atividades para a formação docente desses alunos. Por fim, demonstramos quais as conclusões obtidas com a nossa pesquisa, demonstrando o aprendizado que retiramos de tal trabalho.

### **UM BREVE OLHAR SOBRE A HISTORIOGRAFIA**

Dentro do universo acadêmico, há uma série de trabalhos que abordam a questão do Ensino de História Local, mostrando a importância de se trabalhar com tal metodologia dentro da sala de aula, enfatizando que a História Local é uma ferramenta muito eficaz para fazer uma aproximação do conteúdo do livro didático com o aluno, que em muitos casos não sente-se partícipe da história, pelo contrário, acredita que não há necessidade de estudar uma matéria que em nada acrescentará em sua vida. Então, tais trabalhos buscam dar novos caminhos e novas possibilidades de mudarmos o panorama do Ensino de História.

Os trabalhos de José Ricardo Oriá Fernandes (1995) e o de Maria Auxiliadora Schmidt (2007) são semelhantes em si, ambos buscam mostrar que as discussões sobre o Ensino de História Local não é recente, é algo que vem desde a primeira metade do século XX, como bem enfatiza Schmidt. Porém, há uma intensificação nesse processo de se trabalhar com a História Local dentro da sala de aula, nos últimos vinte anos, e o trabalho de Fernandes é bem enfático com relação a isso, visto que o mesmo produz sua pesquisa, baseando-se em um projeto na cidade de Fortaleza/CE, que tratava-se da elaboração de livros didáticos para a primeira etapa do Ensino Fundamental, e que tematizam a História Local, sendo que Fernandes foi um dos produtores desses livros.

Uma das principais motivações, segundo José Ricardo Oriá Fernandes, para o Ensino de História Local seria fazer com que os alunos pudessem conhecer as suas raízes, já que os conteúdos trabalhados na história tradicional pouco interessam aos alunos, que

não se sentem partícipes do processo histórico, que na maioria das vezes ocorre na Europa. Sendo assim, um dos principais objetivos da História Local é fazer uma aproximação do aluno com seu conteúdo, a partir do trabalho com questões do cotidiano do mesmo, para que se possa partir de uma realidade mais próxima, a local, para uma mais distante, que seria a global.

Apesar dessa discussão não ser de agora, como já foi dito anteriormente, a falta do Ensino de História Local ainda é um fato comum nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Isso se deve ao fato de que o currículo regular, na maioria das vezes, não é pensado para o trabalho com a História Local, ou quando possui algo referente a esse ensino acaba, por muitas vezes, chegando até um professor que não está preparado para realizar trabalhos com essa modalidade na sala de aula, assim como em outros casos, os professores reclamam do tempo disponível de aula, que seria insuficiente para o trabalho da História Local, visto que essa não seria tão “importante” quanto o Ensino da História presente no livro didático que é a base do currículo regular.

Já o trabalho de Maria Auxiliadora Schmidt enfoca, principalmente, que o trabalho com a História Local:

Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico, a partir de proposições que tenham ver com os interesses dos alunos, suas aproximações cognitivas e afetivas, suas vivências culturais; com as possibilidades de desenvolver atividades vinculadas diretamente com a vida cotidiana, entendida como expressão concreta de problemas mais amplos. (SCHMIDT, 2007, p. 190).

O trabalho de Crislane Barbosa Azevedo (2010), que utilizamos em nossa pesquisa, traz uma discussão bem aprofundada sobre a formação docente em História, tomando como base o curso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte entre os anos de 2008 e 2010, curso esse que passou por modificações em sua grade curricular a partir do ano de 2006, no que se refere a disciplina de Estágio Supervisionado, deixando este de ser aplicado apenas no último dos oito períodos do curso, passando a ser dividido em quatro períodos, começando a partir do quinto, modelo esse vigente até o presente momento. Segundo a própria Crislane Barbosa Azevedo, objetivava-se com isso uma melhor

formação docente dos alunos da graduação, e que a partir disso fosse possível a criação de uma identidade docente mais forte nesses formandos.

A autora descreve que ocorreram mais algumas modificações na forma que os alunos deveriam receber essa formação docente, visto que, após visitas feitas a algumas escolas, percebeu-se que as aulas de História ainda eram concebidas em uma matriz “tradicional” do ensino, sendo o professor o “dominador” de todo o conteúdo e transmissor do mesmo, e o aluno apenas receptor. Então, foi preciso mudar a forma como os estagiários iriam trabalhar na escola, fazendo com que estes pudessem ter um maior contato com a instituição de ensino e assim poder elaborar algo mais construtivo durante o estágio, sem falar que um dos elementos-chave que tentava-se implementar nos estágios era a figura do professor-pesquisador, sendo esse aquele que problematiza e reflete sobre sua prática de ensino, assim como o professor que procura pesquisar e trazer algo a mais para a sala de aula, buscando relacionar os conteúdos do livro didático com o cotidiano dos alunos, para que estes possam perceber-se como partícipes da história e conseqüentemente tenham mais interesse pelas aulas, assim como um aprendizado maior.

Por fim, o trabalho de Muirakytan Kennedy Macêdo (2013), faz alguns apontamentos referentes a como se trabalhar com a história da cidade e de que forma esse trabalho pode contribuir no processo de ensino-aprendizagem. Para isso o autor elenca pontos que podem servir como base para os professores que queiram trabalhar com essa temática, principalmente as fontes as quais o mesmo deve recorrer, e a metodologia que deve ser empregada para a produção dessa atividade.

A problemática postulada pelo autor é a de: como trabalhar a história da cidade dentro da sala de aula? A resposta dada por ele a esta questão é bem interessante, visto que o mesmo inicia a sua discussão mostrando como se deu a construção de algumas cidades do Rio Grande do Norte e quais os processos históricos que permearam a formação destas. O autor mostra que o estudo da cidade pode ser muito válido no ensino de história, pois esse ensino geralmente trabalha com uma história eurocêntrica que está muito afastada da realidade do aluno que, na maioria das vezes, não sente interesse nesses assuntos, ditos tradicionais.



## **É HORA DE ENCARAR A REALIDADE: OS DESAFIOS DA SALA DE AULA**

No curso de História Licenciatura do CERES/UFRN, contamos com quatro estágios, que ocorrem entre o quinto e o oitavo período. Essa fase, apesar de ter dois anos de duração, apresenta-se, de certo modo, insuficiente para suprir todas as necessidades e dificuldades que enfrentamos na vida docente. E o mais importante, os quatro primeiros períodos não nos dão muito suporte para podermos ter uma base sólida, para adentrarmos no universo escolar.

A nossa pesquisa além de tratar, como foco principal, das questões referentes ao uso da História Local na sala de aula por parte dos estagiários do curso de História, também trata de como esses alunos encararam seu primeiro contato com a escola. Partindo disso, fizemos questionamentos dentro das entrevistas da nossa pesquisa, sem falar, que analisamos os relatórios de estágio produzidos por esses estagiários, buscando identificar quais as suas principais dificuldades, e o que eles acreditam que poderia ser feito antes deles entrarem na sala de aula como professores, para que houvesse uma maior segurança sobre aquela atividade a qual eles iriam se dedicar. É importante frisarmos que durante o curso, até o quinto período, só possuímos 4 componentes curriculares pedagógicos, e nenhum desses leva a uma prática docente, trata apenas de teorias pedagógicas.

Nesse momento é importante destacarmos a fala de um dos nossos entrevistados, no caso Cláudio José dos Santos (2016), a receber a seguinte questão: O curso em si, até o quinto período, que é quando a gente começa a estagiar, te deu o suporte para entrar na sala de aula já tendo segurança sobre aquilo que estava fazendo? O mesmo respondeu da seguinte forma:

Suporte não, eu não me senti preparado quando eu adentrei a sala de aula, até tem um dos autores que a gente trabalha em sala que fala do grande fosso entre a realidade escolar para o que a gente vê em sala de aula, na verdade... Em sala de aula que eu falo é na faculdade. Eu me senti um pouco até amedrontado ao chegar à aula e me deparar com a quantidade de alunos que estava ali, e sem eu ter um mínimo preparo, então, foi meio que um desafio naquele momento. A universidade não me preparou pra isso. (SANTOS, 2016).

Então, podemos perceber, não só na fala de Santos, como nas dos outros que também receberam tal questionamento, que o curso não dá um suporte significativo para entrarmos na sala de aula com segurança. Há também problemas referentes ao pouco tempo que temos em contato com a turma da qual iremos estagiar, visto que nos estágios 1 e 3 contamos com apenas 4 momentos na sala, geralmente divididos em 2 aulas de observação e 2 aulas práticas. Já nos estágios 2 e 4 contamos com 10 momentos, geralmente 2 observações e 8 aulas práticas, até parece ser um tempo mais do que suficiente para quem olha de fora, mas na verdade é um tempo muito corrido, principalmente por que, dentro dos estágios, temos que seguir, na maioria das vezes, as recomendações feitas pelo professor tutor, que acaba incumbindo ao estagiário uma carga muito grande de conteúdo, e o mesmo tem que trabalhar tudo, pois não podemos interferir no planejamento feito pelo profissional titular da disciplina.

É importante destacarmos também que há outras possibilidades dentro do Curso de História para que a prática docente não seja efetivada somente no longínquo quinto período. Temos o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, o PIBID, que oferece a oportunidade a alunos, principalmente, a partir do segundo período, terem uma experiência docente entre dos estágios supervisionados. Dentre os quatro entrevistados, dois desses são bolsistas do PIBID, e relataram que tal programa contribuiu muito na sua formação docente, e acreditam também, que foi a partir dele que conseguiram ganhar uma maior experiência na área, que lhes possibilitou ter uma maior segurança ao realizarem seus estágios posteriormente.

Esses problemas aqui apresentados, principalmente os que se referem a falta de um conhecimento maior sobre a prática docente antes dos estágios, podem ser solucionados com uma simples mudança na grade, com o acréscimo de disciplinas pedagógicas nos quatro primeiros períodos do curso, e que boa parte dessas disciplinas voltassem-se para uma prática docente dentro da sala de aula de uma escola, ou talvez essa mudança não seja necessária, basta apenas os professores, das disciplinas “conteudistas” e teóricas, procurarem trabalhar as temáticas dessas disciplinas destinando parte delas as questões pedagógicas, para que possamos aprender a utilizá-las dentro de nossa aulas, contribuindo assim para diminuirmos esse distanciamento existente entre as universidades e as escolas.

### **(RE)PENSANDO O ENSINO: O TRABALHO COM A HISTÓRIA LOCAL**

Em nossa pesquisa enfatizamos desde o início que iríamos investigar como os alunos estagiários do curso de História Licenciatura estavam utilizando da metodologia do Ensino de História Local dentro das suas atividades de estágio. Queríamos descobrir se as discussões empreendidas durante a parte teórica dos estágios surtia efeito nas aulas práticas, e se os alunos realmente trabalhavam em seus estágios com a metodologia do Ensino de História Local, que era um assunto que permeava todas as discussões teóricas antes da prática em si. Vale destacar que o Ensino de História Local é uma ferramenta muito importante para podermos mudar e repensar o Ensino de História como todo, pois essa metodologia provoca uma quebra no modelo tradicional de ensino, onde temos um professor “dominador de todo o conteúdo” e um aluno apenas receptor desse conteúdo, realizando a aproximação do conteúdo do livro didático com a realidade cotidiana dos alunos, fazendo com que esses tenham maior consciência histórica e sintam-se inteirados dos processos históricos que parecem ser distantes e “chatos”.

Ao iniciarmos esse projeto, realizamos um levantamento sobre outros trabalhos que enfatizassem a mesma linha de pesquisa que a nossa, dentro do acervo disponível no LABORDOC, porém, não encontramos nenhuma pesquisa específica que enveredasse pelo mesmo caminho adotado em nossa pesquisa. Os trabalhos sobre Ensino de História, na sua maioria, tratam de escolas, turmas ou professores, poucos trabalham com questões do Ensino de História Local, e os que tratam, não possui a mesma finalidade da nossa pesquisa. Contudo, é importante destacar o trabalho de Crislane Barbosa Azevedo (2010), que apesar de não trabalhar com o Ensino de História Local, trabalha com questões referentes aos estágios da UFRN, e analisa a postura dos estagiários com relação aos desafios da sala de aula, enfatizando a figura do professor-pesquisador, já citado anteriormente.

Para podermos realizar um trabalho mais qualitativo e uma discussão mais pertinente, não ficando somente nos relatos orais, colhidos nas entrevistas, decidimos utilizar os relatórios de estágio, como uma forma de podermos fazer um embate entre a fonte oral e a escrita. Com isso, podemos confirmar ou não os materiais que foram

colhidos nas entrevistas, tendo certeza que utilizamos de trabalhos oficiais e reconhecidos.

O primeiro ponto que podemos reconhecer, dentro das entrevistas, assim como nos relatórios, é que todos os quatro entrevistados tinham conhecimento sobre o que se tratava o Ensino de História Local. Tanto é que, ao serem questionados, todos deram suas definições sobre tal metodologia, conceituando e exemplificando questões referentes ao tema. Isso já era esperado de nossa parte, visto que, como já foi dito anteriormente, a discussão sobre História Local é bastante constante nos estágios supervisionados.

Com relação ao segundo ponto, questionamos aos entrevistados, se os mesmos haviam utilizado dessa metodologia dentro das suas atividades de estágio. Dentre os quatro, três responderam que realizaram, e explicaram de que forma utilizaram da História Local em suas aulas. Porém, um deles acabou não utilizando dessa metodologia, mas justificou dizendo que faltou-lhe tempo para trabalhar, visto que a professora pediu claramente para que ele deter-se apenas a alguns conceitos dentro de seu assunto, pois aquilo era mais importante para os alunos. Contudo, o mesmo procurou fazer alguma relação com a história nacional, buscando certa aproximação com os alunos, o que foi muito válido.

Um terceiro ponto, tratou-se do questionamento sobre a contribuição que o uso dessa metodologia para melhorar a relação ensino-aprendizagem, e as respostas foram muito positivas, visto que, em todos os casos, houve uma maior participação por parte dos alunos durante as aulas, sem falar que houve um rendimento muito bom nas avaliações. Sendo assim, o uso do Ensino de História Local, a partir dessas entrevistas e dos relatórios de estágio, mostrou-se uma ferramenta muito eficaz, e contribuiu para potencializar a aprendizagem por parte dos alunos.

Para comprovar o que está sendo aqui descrito, trazemos a fala de Elenice Luanara Vieira de Oliveira (2016), ao ser questionada se o uso da História Local havia facilitado a aprendizagem dos alunos:

Facilitou bastante sim, por que com isso os alunos puderam compreender o conteúdo que eu estava passando, e não somente é... Decorar aquilo, não... Eu tenho certeza que eles compreenderam o que eu quis passar, e minha... E a prova que eu tenho disso é que, logo após a explicação, eu passei uma atividade de produção de texto, e eles... A maioria fez essa

atividade, e na leitura dessas produções que eu passei pra eles, eu vi... Eu percebi que eles realmente aprenderam o que eu quis passar pra eles fazendo essa comparação entre esses conteúdos. (OLIVEIRA, 2016).

Um último ponto que precisamos destacar refere-se a um questionamento sobre o que eles entendiam sobre professor-pesquisador, e as respostas, apesar de variadas, caminhavam juntas, sendo, na maioria dos casos, citado como aquele que concilia o ensino e a pesquisa, de forma que aconteça uma interação entre eles. Porém, há uma segunda interrogação sobre se os mesmo se enxergavam como professores-pesquisadores, e as respostas variavam, mas mostraram um padrão. Aqueles que cursaram apenas o um estágio, estando no segundo, não se viam como tal professor, já os que cursaram três estágios, e estavam no quarto, confirmaram que se enxergavam-se como tal. E foi possível perceber que os dois alunos do primeiro caso, demonstravam um pouco de insegurança quanto a essa figura, não tendo certeza se estavam encaixados dentro dela.

O relato de Santana Carlinda Alves Lopes (2016) deixa claro essa indecisão, tanto com relação ao ensino, quanto com relação a pesquisa.

Eu não me enxergo atualmente como um professor-pesquisador, por que eu acredito que ele consegue conciliar a pesquisa com a prática docente, de uma forma que uma complemente a outra, e no meu caso eu, eu não consigo muito fazer isso, por que eu não domino muito a prática da pesquisa, também não muito a prática docente, mas eu acho que ainda sou mais voltada pra sala de aula, não muito pra pesquisa, a pesquisa não é um campo que eu tenha muita compreensão. (LOPES, 2016).

Partindo de todos esses dados apresentados aqui, fica clara a resposta para alguns dos nossos questionamentos. Sabemos que todos os quatro entrevistados possuem o conhecimento do Ensino de História Local, porém apenas três deles utilizaram de tal metodologia durante as suas atividades de estágio, sendo que esse uso contribuiu significativamente para uma melhoria do aprendizado dos alunos. Já com relação ao questionamento sobre o professor-pesquisador, ficou evidente que eles possuem conhecimento sobre parte do exercício dessa figura, pois além de conciliar pesquisa e ensino, ele também tem que realizar uma reflexão sobre sua prática cotidiana, buscando se aperfeiçoar cada dia mais, como bem nos diz Crislane Barbosa Azevedo. É perceptível também que nem todos os estagiários se enxergam como professores-pesquisadores, mas,

por percebermos que os estagiários mais experientes terem essa noção mais clara, é possível que aos poucos, com a prática, cada um vá se reconhecendo com essa categoria de professor.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos esse trabalho, mas resolvemos não dá um título de conclusão, pois acreditamos que a pesquisa empreendida, apesar dos resultados obtidos terem sido satisfatórios, não chegou ao fim. Cremos que há novas possibilidades de pesquisa dentro dessa temática, e que outros trabalhos possam ser desenvolvidos, abrangendo, quem sabe, um número maior de entrevistados, para que os resultados obtidos possam ser mais amplos, ou até mesmo possam ser realizados em outras instituições.

Com essa pesquisa, podemos perceber que o curso de História Licenciatura do CERES/UFRN possui alguns problemas, principalmente em sua grade, que não privilegia as questões pedagógicas nos quatro primeiros períodos do curso, sendo que nesse período só há quatro componentes pedagógicos, e que estes não nos levam a prática docente. Mas em compensação, se assim podemos dizer, há o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, que traz, para o universo escolar, alunos que ainda não estão realizando as atividades de estágio.

Contudo, encontramos-nos satisfeitos acadêmica e pessoalmente com o resultado obtido nessa pesquisa, visto que percebemos que os alunos, apesar de não ser todos, a maioria utilizam da metodologia do Ensino de História Local dentro das suas atividades de Estágio, e os resultados obtidos com a utilização da mesma foram muito positivas, e isso mostra uma eficácia dentro das discussões teóricas dos estágios supervisionados do curso. Vale destacar também que esse estudo contribuiu bastante na formação docente do autor, fazendo com que o mesmo pudesse reavaliar e refletir bastante sobre sua prática em sala de aula, visando sempre aprimorá-la da melhor forma. Acreditamos que a formação docente dentro do Curso de História no CERES/UFRN está no caminho certo, produzindo docentes conscientes e inovadores, que aos poucos, poderão mudar o quadro do Ensino de História no Brasil, fazendo com que esta disciplina possa ser valorizada, ganhando o devido reconhecimento.

## **REFERÊNCIAS**

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. pág. 155.

ARAÚJO, Wesley Lázaro Bezerra de. Entrevista [Caicó-RN, 15 set 2016]. Entrevistador: Fábio Fernando de Moraes. Disponível em: **LABORDOC CERES/UFRN**, 2016. 1 CD.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Estágio Supervisionado como lugar de pesquisa e suas implicações na formação do professor de História. In: **Linguagens, Educação e Sociedade**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI/Universidade Federal do Piauí/ Centro de Ciências da Educação, ano 15, n.23, 2010 – Teresina: EDUFPI, 2009. p. 215- 249.

AZEVEDO, Patrícia Bastos de. O Desafio do Ensino de História nas Séries Iniciais: a questão do nacionalismo. In: **Atos de Pesquisa em Educação**. Blumenau: FURB, vol. 5, n. 3, p. 338-355, 2010.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Um lugar na escola para a História Local**. Ensino em Revista, Uberlândia, v. 4, n. 1, jan./dez.1995.

LOPES, Santana Carlinda Alves. Entrevista [Caicó-RN, 15 set 2016]. Entrevistador: Fábio Fernando de Moraes. Disponível em: **LABORDOC CERES/UFRN**, 2016. 1 CD.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy. **Praticando a cidade**: educação patrimonial da memória urbana. Revista Memória em Rede, v. 4, p. 1-16, 2013.

OLIVEIRA, Elenice Luanara Vieira de. Entrevista [Caicó-RN, 04 out 2016]. Entrevistador: Fábio Fernando de Moraes. Disponível em: **LABORDOC CERES/UFRN**, 2016. 1 CD.

SANTOS, Cláudio José dos. Entrevista [Caicó-RN, 04 out 2016]. Entrevistador: Fábio Fernando de Moraes. Disponível em: **LABORDOC CERES/UFRN**, 2016. 1 CD.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: **Ensino de História**: sujeitos, saberes e práticas / MONTEIRO, Ana Maria F.C.; GASPARELLO, Arlette Medeiro; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Organizadores. – Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.



## REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA: CURRÍCULO E LEGISLAÇÃO

Herika Paes Rodrigues Viana<sup>10</sup>

### INTRODUÇÃO

Este artigo é compreendido em duas comunicações na primeira se propõe a debater o conceito de currículo como fruto de seu tempo. Apontando como o currículo é compreendido a partir da vivência de determinado contexto histórico, social, político e cultural. Na segunda dedica-se uma análise da legislação sobre a formação de professores no Brasil, em particular no que ela se refere à prática docente e ao exercício do estágio.

A construção do texto esta fundamentada nas pesquisas de autores e pesquisadores de diversos campos do conhecimento, cujos pressupostos teóricos têm contribuído para compreensão da temática em questão. Nesse entendimento as autoras Samara & Tupi (2007) apresentam a importância da relação entre documento, método e historiador esta circunscrita a um conjunto de fatores com os quais o próprio ofício obtém ou se priva de validade e sem o qual ele perderia parte de seu poder de fascinação.

Hoje como no passado, o ofício do historiador – a escrita da História – envolve o conhecimento de um método científico de trabalho, isto é de um conjunto de operações técnicas, como instrumentos e procedimentos que demandam uma necessária aprendizagem de critérios de cientificidade (SAMARA & TUPY, 2007, p. 11).

Nesse sentido, pretendemos neste trabalho realizar uma pesquisa bibliográfica (descritiva), com base nos documentos oficiais, e como ferramentas a leitura bibliográfica e publicações referente ao tema proposto. Como pesquisa descritiva ela tem cunho exploratório já que visa proporcionar maior familiaridade com o problema, possibilitando ao pesquisador o aprimoramento de ideias, buscando respostas quanto à identificação dos desafios teórico-metodológicos, recuperação e sistematização das informações.

---

<sup>10</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da de Pernambuco pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) Orientador: Prof. Dr. Ricardo de Aguiar Pacheco. E-mail: herikapaes@gmail.com

## **CURRÍCULO COMO CAMPO DE REFLEXÃO**

Como historiadores optamos por analisar o conceito de currículo a partir do nosso campo de pesquisa, ou seja, a diacronia. O que nos garante a especificidade para construir e/ou reconstruir nosso objeto de estudo, com discussões de estudiosos do campo da educação e do campo da história. Uma vez que compreendemos que entre os dois campos disciplinares, a prática e a teoria é uma ponte que os une. Neste olhar, o currículo foge dos modos tradicionais de concebê-lo ganhando corpo para uma análise do campo do ensino de história.

Sabe-se que o discurso e a construção curricular no Brasil não se deram sob uma única corrente teórica, mas com influência de tendências, objetivos e interesses diferentes. Ao longo do texto poderemos compreender que um currículo não surge do nada, mas de uma necessidade social e principalmente econômica.

A história cultural está cada vez mais concebendo ao campo simbólico, as representações e práticas sociais relacionadas ao poder institucional dentro dos diversos grupos sociais, no qual os sujeitos podem codificar, e decodificar as relações sociais em que estão inseridos.

Para Pacheco (2008):

[...] as práticas sociais são tomadas como materialidades constituintes do mundo social. [...] Tendo-se presente que essa multiplicidade cultural implica a apropriação e a significação dos elementos lançados no campo simbólico [...] (PACHECO, 2008, p.174)

Nesse sentido, compreendemos o currículo como prática social, que se espelha em um conjunto de ações de determinado local e conseqüentemente, reflete a cultura social desse povo, e dessa maneira não se configura como um objeto estático.

Deixemos claro que a apresentação linear de maneiras de ler o currículo auxiliam mais para demonstrar os diversos conceitos e interpretações a ele atribuído, do que exatamente encará-lo como uniforme em espaço-tempo, embora não queria com isso afirmá-lo como atemporal, um vez que vejo o currículo como “fruto” de seu próprio tempo.

As concepções tradicionais de ensino circulam por modelo bastante conhecido. O professor era o detentor do poder e transmitia um saber tido como legítimo, de valores e saberes da cultura clássica. Em geral, o professor era alguém erudito incumbido de transmitir o conhecimento sem ser questionado pelos alunos. O ensino estava direcionado apenas a passar informação necessária ao aluno sem focar numa formação específica.

Para Tomaz Tadeu da Silva (2013), as teorias tradicionais de currículo são caracterizadas de acordo com sua época:

As teorias tradicionais pretendem ser apenas isso: “teorias neutras, científicas, desinteressadas. [...] ao aceitar facilmente o *status quo*, os conhecimentos e os saberes dominantes, acabam por se concentrar em questões técnicas. Em geral, elas tomam a resposta à questão “o quê?” como dada, como óbvia e por isso buscam responder a uma outra questão: “como?”. Dado que temos esse conhecimento (inquestionável) a ser transmitido, qual é a forma de transmiti-lo? As teorias tradicionais se preocupam com questões de organização (SILVA, 2013, p.16).

As teorias curriculares tradicionais, também foram chamadas de teorias técnicas, promovidas no início do século XX, sobretudo por John Franklin Bobbitt, e associava as disciplinas curriculares a uma questão puramente mecânica. O sistema educacional estaria conceitualmente atrelado ao sistema industrial, que, na época, vivia os paradigmas da administração científica, também conhecida como Taylorismo.

Assim, conforme o taylorismo almejava a padronização, a imposição de regras no ambiente produtivo, o trabalho repetitivo e com base em divisões específicas de tarefas, além da produção em massa, as teorias tradicionais também seguiram essa lógica no princípio do currículo. Com esse intuito o currículo era visto como uma instrução mecânica em que se elaborava a listagem de assuntos impostos que deveriam ser ensinados pelo professor e memorizados (repetidos) pelos estudantes.

Essa elaboração do currículo limitava a ser uma atividade burocrática, desprovida de sentido e fundamentada na concepção de que o ensino estava centrado na figura do professor, que transmitia conhecimentos específicos aos alunos, estes vistos apenas como meros receptores e repetidores dos assuntos apresentados, como meros fantoches.

Para Tomaz Tadeu da Silva (2013), outro estudioso que vai contribuir com discussões sobre o currículo é John Dewey. Um pouco antes de Bobbitt, em 1902, Dewey

lançou um livro *The child and the curriculum*, numa preocupação democrática defendendo as experiências educacionais da escola com a vida social. Dewey pode ser destacado justamente por suas contribuições no campo do social. A escola sendo vista como local de transformação e mudança pela ação humana. Como afirmam as autoras Lopes e Macedo (2011):

O nome mais conhecido do progressivismo é o de John Dewey, cujos princípios de elaboração curricular residem sobre os conceitos de inteligência social e mudança. Ele advoga que o foco do currículo é a experiência direta da criança como forma de superar o hiato que parece haver entre a escola e o interesse dos alunos (LOPES & MACEDO, 2011, p.23).

As autoras Lopes e Macedo (2011) pontuam que os princípios de Dewey vão estar nas bases educacionais da década de vinte em alguns estados brasileiros como Bahia (1925) e Distrito Federal (1927) no qual alguns elementos das ideias de Dewey são agregadas.

Quanto às teorias críticas Tomaz Tadeu da Silva (2013) afirma que tem início na década de 1960, um período de grandes movimentações sociais e políticas:

[...] luta pelos direitos civis nos Estados Unidos; os protestos contra a guerra do Vietnã; os movimentos de contra cultura; o movimento feminista; a liberação sexual; as lutas contra a ditadura militar no Brasil, entre outros (SILVA, 2013, p. 29).

Em meio à contestação do *status quo*, as críticas eram dirigidas ao sistema de ensino e aos currículos tecnicistas baseados na administração científica, voltados exatamente nas formas de organização e elaboração do currículo. As reflexões acerca das diretrizes e rumo da educação do Brasil são tomadas a partir da relevância da influência estadunidense no cenário brasileiro, em particular a partir de 1960.

Paulo Freire irá “movimentar” o pensamento tradicional do país com suas abordagens acerca das teorias pedagógicas. As ideias de Paulo Freire deram base para uma nova teorização sobre o currículo. E isso o tornou um dos principais autores brasileiros na área educação.

A representação implicada na perspectiva de Freire é a do mundo de consciência. O ato de conhecer envolve fundamentalmente o tornar “presente” o mundo para a consciência. O ato de conhecer não é, entretanto, para Freire, um ato isolado, individual. Conhecer envolve intercomunicação, intersubjetividade. Essa intercomunicação é mediada pelos objetos a serem conhecidos. É essa intersubjetividade do conhecimento que permite a Freire conceber o ato pedagógico como um ato dialógico (SILVA, 2013, p.59).

Paulo Freire evidencia que a consciência não apenas das coisas e das atividades, mas o reconhecimento de si mesmo. Ele aponta que os conteúdos programáticos que deviam contemplar as necessidades dos educadores e educandos, a partir da realidade, naquele mundo que o objeto do conhecimento intersubjetivo.

Portanto, as teorias críticas são descritas a partir de conceitos de ideologia e poder que se inter cruzam. O currículo é concretizado numa seleção determinada seleção feita por quem detém o poder. O fato de selecionar determinado conteúdo é por si só uma operação de poder. Por ser relação de poder o currículo também é capaz de moldar ou modificar a sociedade. É a partir destas discussões sobre o currículo que analisaremos o próximo tópico.

As características das teorias pós-críticas compreendem as concepções que surgem como aprofundamento das teorias críticas, e querem contemplar as novas questões emergentes da sociedade. As teorias pós-críticas circulam por meio de leituras de textos com influências de estudos culturais e das releituras de Foucault.

Entre os textos traduzidos por Tomaz Tadeu da Silva (2013) estão nomes que compõem parte significativa de sua base teórica as perspectivas histórico-críticas, entre eles os estudos culturais de Stuart Hall (2011), assimilação de estudos pós-estruturais e pós-coloniais referenciados direta ou indiretamente em Bhabha, Deleuze, Derrida, Laclau.

Há, então, uma urgente necessidade de considerar ‘o outro’ como parte de nós mesmo. Existe uma diversidade cultural no contexto da sociedade e do meio educacional. Os debates acerca das diferenças (da raça, da etnia, do gênero, da identidade, da ética, entre outros) são importantes para promover democraticamente um convívio social de respeito em que cada um possa expressar sua própria identidade.

Sobre o discurso pós-críticos do currículo, a autora Alice Casimiro Lopes (2013) pontua que:

No campo do currículo, a expressão teorias pós-críticas é utilizada para se referir às teorias que questionam os pressupostos das teorias críticas, marcadas pelas influências do marxismo, da Escola de Frankfurt e em alguma medida da fenomenologia, discussões em que as conexões entre currículo, poder e ideologia são destacadas. [...] buscando operar com o hibridismo entre e nas correntes teóricas (LOPES, 2013, p. 9-10).

A autora alerta que a análise feita das etapas dos estudos sobre currículo, não pretende assumir certa linearidade e/ou avanço, compreendido quase sempre como progressista, quando explicita estudar uma teoria posterior com intuito de romper com as relações espaço-temporal. Em verdade, Lopes (2013) aborda a relevância do papel que os estudos pós-críticos assumem ao relacionar o conjunto de estudos pós-estruturais, pós-coloniais, pós-fundacionais e pós-marxistas.

O currículo precisa ser pensado como igualdade democrática, eficiência social e mobilidade social. O currículo está presente na formação do sujeito. O sujeito é fruto da relação social do currículo com ele mesmo ao longo de sua formação. “O currículo é prática de significação. Ele é ambivalente na ação de enunciação. O currículo como peça normativa. Não há normatividade que sature tudo. Sendo linguagem haverá hiatos”, como afirma Macedo (2013).

Tomaz Tadeu da Silva (2013, p. 147) afirma que as relações de poder não são fixas, mas resultam da disputa por significações culturais, e que o espaço dessas disputas não está demarcado por posições binárias ou fixas, mas são frutos de construções históricas.

Chartier (1991, p.188) afirma que o poder simbólico:

[...] supõe uma eficácia própria às ideias e aos discursos, separados das formas que os comunicam, destacados das práticas que, ao se apropriarem deles, os investem de significações plurais e concorrentes (CHARTIER, 1991, p.188).

Neste sentido ao cruzar as práticas sociais com as representações destas práticas aplicadas ao currículo percebemos como o currículo é uma forma de comunicar o poder simbólico. As formas institucionalizada e objetivadas que imprime o currículo se constituem em construção histórica que representam e/ou forjam os interesses de quem detém o poder.

Em Chartier (1991), a partir de seus estudos da história cultural, ao estudar os objetos culturais em sua materialidade, reestabelece processos implicados em sua produção, circulação, consumo, práticas, usos e apropriações. Essas práticas visam reconhecer uma identidade social:

As práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 1991, p. 183).

Dessa maneira, reafirma-se a produção de sentido que o currículo apresenta em suas diversas formas e tempos. Essa produção é uma “disputa” não apenas pela seleção de conteúdos, mas pela produção de significados na escola como produção cultural. Ela legitima o poder “oculto”, frente às decisões dos responsáveis pela implementação e disposição curricular uma vez que a própria história político-econômica funciona pela dinâmica social.

## **LEGISLAÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Esse tópico propõe-se a analisar a evolução histórica de formação de professores em particular os profissionais da área de história. É importante assinalar que as discussões acerca da legislação sobre a formação de professores fazem parte das rodas de debates acadêmico e educacional.

Discorrer sobre a história da legislação de ensino permite de dar voz a práticas de formação, que possuem, enquanto tal, valor simbólico, tanto do ponto de vista social quanto no que diz respeito às construções ideológicas que a sociedade cria sobre si mesma.

É a partir de 1930, com as reformas educacionais após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), assinado por intelectuais, escritores e educadores como Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes. Nesse documento, defendia-se a universalização da escola pública, laica e gratuita. Essa Escola inspirava-se nas ideias político-filosóficas de igualdade entre os homens e do direito de



todos à educação, como também visava a construção de um ensino necessário ao cidadão mais crítico.

Fruto das discussões dos ideais do movimento modernista da década de vinte, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) criado em 1938, contemplou a necessidade de qualificação de pessoal para a administração escolar, oferecendo cursos para diretores e inspetores comissionados pelos estados.

Em 04 de abril de 1939 com o Decreto-Lei n. 1.190, promulgado pelo governo federal, foi regulado o Curso de Pedagogia instituídas ao ser organizada a antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil. Este formaria licenciados para atuação na docência nos cursos normais e bacharéis para trabalhar junto aos órgãos de pesquisa como técnicos de educação.

O modelo adotado ficou conhecido como o 3+1 no qual três anos eram dedicados às disciplinas de conteúdos – no caso da Pedagogia, os próprios “fundamentos da educação” – e um ano do curso de Didática, para a formação do licenciado.

Sobre a formação do Curso de Pedagogia Demerval Saviani (2009) aponta que:

Embora seu objeto próprio estivesse todo ele embebido do caráter pedagógico-didático, este tendeu a ser interpretado como um conteúdo a ser transmitido aos alunos, antes que como algo a ser assimilado teórica e praticamente para assegurar a eficácia qualitativa da ação docente. Consequentemente, o aspecto pedagógico-didático, em lugar de se constituir como um novo modelo a impregnar todo o processo da formação docente, foi incorporado sob a égide, ainda, do modelo dos conteúdos culturais-cognitivos (SAVIANI, 2009, p.147).

Conforme o autor citado acima em particular quanto à formação docente a relação prática-pedagógica viria com o tempo de ensino no domínio dos conteúdos da disciplina específica e da experiência docente em sala de aula.

Esta estrutura foi justificada como necessária para expandir o sistema de formação docente e prover o ensino primário de pessoal habilitado. A fim de regulamentar e organizar o funcionamento no país de todos os tipos de ensino e de amarrar a formação do “sujeito” o Estado decreta a primeira versão Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024, de 20/12/1961 que não trouxe soluções inovadoras para o ensino normal, conservando as grandes linhas da organização anterior,

seja em termos de duração dos estudos ou de divisão em ciclos. Mas inaugura novas possibilidades e reconhecimento da necessidade de se discutir a formação docente.

O primeiro Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) referente ao currículo mínimo do Curso de Pedagogia (Parecer CFE 251/62) revela que nele se apoiarão os primeiros ensaios de formação superior do professor primário. Com o Golpe Militar de 1964 apoiou-se no discurso de que era necessária uma intervenção militar para restabelecer a ordem e colocar o país de volta ao eixo, longe da ameaça comunista e rumo a um prospero desenvolvimento econômico.

O meio educacional também foi atingido pelo golpe, e o controle do que se podia ou não ser feito pelo grupo dominante é que determinava e interferia diretamente no molde a que se dariam as práticas educativas em sala de aula, intervindo nas universidades e instituições educacionais visando o total controle político-pedagógico, que era percebido como local de legitimação de poder. Nesse sentido, percebe-se a heterogeneidade das formulações curriculares e dos usos feitos nos diferentes contextos e períodos.

A partir, desse período, se vê definido por Lei os conteúdos para serem trabalhados, em especial para disciplinas como Geografia e História que se mesclavam com Estudos Sociais ou Educação Moral e Cívica, no qual o Ministro da Educação e Cultura encaminhou o anteprojeto que fora aprovado, tornando o seu ensino obrigatório em 68.

Com esse decreto é alcançado o objetivo dos setores militares mais extremistas de oficializar e controlar a educação moral e cívica do povo, para garantir a divulgação e reprodução da ideologia dominante. “O papel da nova disciplina seria preencher o ‘vácuo ideológico’ deixado na mente dos jovens, para que não fosse preenchido pela ‘insinuações materialistas e esquerdistas’” (CUNHA; GÓES, 1985, p. 74).

Posteriormente, o Parecer CFE 252/69, que modifica o referido currículo mínimo, retoma essa posição e vai mais além, procurando garantir a possibilidade de exercício do magistério primário pelos formados em Pedagogia, mesmo em cursos de menor duração, que realizarem estudos de Metodologia e Prática do Ensino Primário.

Com o decreto da Lei 5.692/71 contempla-se a escola normal e, no bojo da profissionalização obrigatória adotada para o segundo grau, transformou-a numa das

habilitações desse nível de ensino, abolindo de vez a profissionalização antes ministrada em escola de nível ginasial.

Esse decreto implementava sutilmente que o ensino de história e geografia tivesse objetivos vinculados a educação moral e cívica e aos estudos sociais. Após as lutas de professores de História nas associações como a Associação Nacional de História (Anpuh) e a de professores de geografia na Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) iniciadas nos anos 80 com a redemocratização e consolidadas em 1990 com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A formação nos diversos documentos da reforma aparece como estratégia para a unidade nacional, uma forma de exercer o pleno exercício da cidadania, a integração e a inclusão social, a sobrevivência em uma economia mundial competitiva.

Com a nova LDB nº 9.394/96 são fixadas diversas regras orientadoras, entre elas a finalidade e fundamentos da formação dos profissionais da educação, seus níveis, o *locus* da formação docente e de “especialistas”, os cursos que poderão ser mantidos pelos Institutos Superiores de Educação; a carga horária da prática de ensino; a valorização do magistério e a experiência docente.

A LDB nº 9.394 de 1996 em seu art. 67 promove a valorização dos profissionais de educação:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III piso salarial profissional;

IV progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI condições adequadas de trabalho (LDB nº 9.394 de 1996).

Embora passos adiante tenham sido dado em relação à valorização do denominados profissionais de educação ressaltamos que embora apareça vinculado ao nível superior, mostrar-se em grande parte desvinculado de uma formação universitária, carecendo ainda de (re) formulação uma vez que os professores não tem a devida

valorização profissional. A União reconhece a necessidade de formação continuada e a valorização do professor e ainda que de fato isso não seja concretizado, mas legitimou a categoria a lutar pelos seus direitos através do sindicato.

Na perspectiva da nossa discussão sobre a formação do professor de história destacamos os dois pareceres que modificam posturas da formação docente emitidos pelo Conselho Federal de Educação: CNE-CP 28/2001 e CNE-CES 492/2001 e duas resoluções decorrentes desses pareceres: CNE-CP 02/2002 e CNE-CES 13/2002, respectivamente.

Os pareceres e resoluções são frutos de discussões e acordos das comissões estaduais de educação nos fóruns regionais. Dessas decisões são elaborados os documentos que são apresentados nos fóruns nacionais de educação. A cada instância superior o documento é reelaborado acrescentando ou modificando seu texto e concretizado após votação no CNE que decidem as orientações nacionais e regulam a política educacional nacional no país. É importante salientar que esses trâmites não são claros e objetivos, eles permeiam uma disputa de poder para que possa ser aprovado e regulamentado.

Como afirma José Carlos Abrão (s/d):

O que nós podemos observar é que os documentos não se apresentam numa sequência lógica, como se o Conselho e os conselheiros tivessem pré- estabelecido o momento oportuno para tanto. O que se observa é a espacialidade heterogênea (ora Resolução, ora Parecer, ora Aviso Ministerial, ora Autorizações, ora Reconhecimentos, etc) onde se apercebem o convívio e o diálogo nos diversos tempos (Parecer que cita Parecer anterior; Pareceres que antecedem Resoluções; Relatórios de Comissões que se baseiam em Parecer fundantes, etc.) (ABRÃO, s/d, p. 5).

Cabe aqui compreender os aspectos legais de como se desenvolve estes dispositivos, em seu conjunto, para perceber as nuances das propostas que envolvem espaços diferentes na política educacional. E também como as normativas são seguidas pelas instituições de ensino.

Na LDB nº 9.394 de 1996 em seu Artigo 65º já apontava a importância do estágio estabelecendo 300 (trezentas) horas:

A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas (LDB 9394/96, Art. 65).

A carga horária expressa na LDB/96 vinha sendo motivo de questionamento quanto a sua importância na formação profissional docente. Este mínimo estabelecido em lei não era suficiente para dar conta de todas estas exigências em particular a associação entre teoria e prática tal como posto no Art. 61 da LDB.

Diante da necessidade de atender os novos paradigmas o Parecer CNE/CP nº 28/2001 tinha como objetivo assegurar a especificidade da formação docente que atuarão na Educação Básica. No Parecer CNE/CP nº 28/2001 compreende-se como componente curricular:

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente cujas diretrizes se nutrem do Parecer 9/2001 ela terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador (CNE/CP nº 28/2001, p.9).

Ainda no Parecer CNE/CP nº 28/2001 entende-se como estágio supervisionado:

[...] um outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica: estágio curricular supervisionado de ensino entendido como o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio curricular supervisionado (CNE/CP nº 28/2001, p.10).

A relação teoria e prática social compõem parcela significativa na formação do profissional docente. É no exercício direto *in loco*, com a participação em ambientes próprios de atividades e acompanhado pela supervisão de um profissional que o discente terá o contato direto com o espaço adequado para desenvolver experiências próprias que

farão com que haja o primeiro contato entre as reflexões teóricas e a prática, em simultaneidade, havendo de fato uma experiência curricular.

O Parecer CNE-CP 28/2001 culminou na Resolução CNE-CP 02/2002 diz que discorre sobre:

A duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior (CNE-CP 02/2002).

A Resolução CNE-CP 02/2002 aumenta em 100 (horas), elevando uma carga horária total de prática para 400 (quatrocentas) horas no estágio e na prática como componente curricular. O aumento da carga horária se justificou pela necessidade de melhorar a qualidade da formação docente já que esse passa a ter uma carga horária maior para distribuir em atividades que impliquem na relação de teoria e prática.

Lemos na a Resolução CNE-CP 02/2002:

Art. 1º A carga horária dos cursos [...]:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico cultural;

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 2º A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos (CNE-CP 02/2002, Art 1º e 2º).

A implantação dessa nova carga horária divide-se na articulação de teoria e prática para garantir as 2.800 (duas mil e oitocentas) horas exigidas em seus projetos pedagógicos. Essa carga horária precisa estar distribuída durante o curso. Esta é uma nova perspectiva para os cursos de Licenciatura. Está posta a preocupação do componente curricular em relação a prática do estágio uma vez que ela é fundamental no processo de formação docente.

O Parecer CNE-CES 492/2001, que culminou na Resolução CNE-CES 13/2002, estabelece as diretrizes curriculares para alguns cursos de graduação, dentre eles o de História. Segundo o parecer, as diretrizes curriculares postas a partir de então precisam ser mais amplas e abertas que os antigos currículos mínimos de forma a atender a diversidade de enfoques dados nas diferentes universidades e a crescente ampliação do campo de atuação do profissional da História.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desta forma, as discussões acerca do tema não cessaram e em especial na formação de nível superior de professores para a Educação Básica. Assim, os cursos de Licenciatura foram centro de atenção visto que houve a necessidade de reformas ou reformulações curriculares nos cursos envolvidos com a formação docente.

Vemos a dificuldade das Instituições de Ensino Superior implementarem as modificações na prática-ação da distribuição da carga horária de Prática como Componente Curricular e também de Estágio Supervisionado. Ainda que esteja incluindo no Projeto Pedagógico do Curso não estão postos em ação pelos professores formadores.

O processo histórico de desvalorização social dos professores, seja pelos recuos pragmáticos da própria legislação ao se enfrentar com os preceitos de uma democracia mais formal do que real, seja pela precariedade das condições de trabalho, pelos salários baixos, pela falta de estabilidade profissional, pelas dificuldades de constituição da carreira docente são entre outras as dificuldades em romper com esse ciclo histórico de sua história.

Percebemos após essa contextualização que há praticamente um século temos buscado nos reafirmar como profissionais diante das inconstantes mudanças políticas e sociais do país. Essa discussão é pauta de longas décadas e àqueles que enxergam as conquistas educacionais a partir das políticas públicas, ainda que com falhas e necessidades de ajustes, seguem na “luta” constante para que os avanços galgados até hoje não sejam em vão e que não haja retrocesso.

Por isso que para uma ação educativa, em qualquer nível, não há mais espaços para perder tempo responsabilizando outros das deficiências que possam intervir. É necessário promover ensino de qualidade. Como historiadores, não podemos cruzar os



braços frente às inúmeras possibilidades de acesso a informação, devemos trilhar junto aos alunos em busca de superar as dificuldades encontradas em sala de aula. Entre avanços e retrocessos nas licenciaturas de história existe uma luta que precisa estar sempre engajada, a luta pelos direitos conquistados.

#### **REFERÊNCIAS**

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos Avançados. São Paulo. 1991. v. 11, n. 5. p 173- 191.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011. Apoio: Faperj

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Cultura política: as mediações simbólicas do poder. In: PESAVENTO (Org.) Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural. Porto Alegre, RS: Asterisco, p. 172-184, 2008.

SAMARA, Eny de Mesquita e TUPY, Ismenia Spínola Silveira T. História & metodologia da pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação. vol.14 n.40 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2009. p.143-145. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012>. Acesso em Março/2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. – 3.ed. – 4.reimp – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

## O USO DE FONTES HISTÓRICAS NA PERSPECTIVA DA CULTURA ESCOLAR

Aline de Medeiros Fernandes<sup>11</sup>

Isabela Cristina Santos de Moraes<sup>12</sup>

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A cultura escolar como categoria de análise e campo de investigação orienta-se nas pesquisas em história da educação acolhidas pela narrativa historiográfica. Muitos autores dedicaram-se a estabelecer definições acerca da cultura escolar, algumas apresentam similitudes, enquanto que outras estabelecem concepções mais divergentes.

A diversidade da definição sobre cultura escolar, apresentam ao pesquisador no âmbito da história da educação um diálogo mais amplo e profundo com as denominadas fontes históricas, que recebem uma nova e resignificada conotação sendo considerado objeto de estudo para o pesquisador todo material que represente a cultura escolar, sejam eles documentos oficiais ou não-oficiais, o que marca um diferencial nos estudos acerca da cultura escolar.

Em destaque para o objeto de estudo, outro marco dissonante afirmado através da pesquisa sob o viés da cultura escolar reside no olhar direcionado para a prática escolar, tais como, a vivência em sala de aula, didática do professor, jogos, cantigas e brincadeiras entre as crianças no pátio da escola.

O olhar do pesquisador em história da educação direciona sua atenção para além das fontes oficiais presentes no currículo, abrangendo todas as atividades em âmbito escolar, estejam elas registradas em documentos escritos, imagens ou passíveis de registros orais da prática dos educandos e educadores que fizeram parte da cultura escolar em estudo.

Ao considerar a importância de aprofundar estudos sobre a temática, é necessário refletir e dialogar sobre o que já se foi pensado e escrito no âmbito da cultura escolar, quais os autores que podem fomentar um pensamento de maneira mais clara e concisa acerca do assunto e qual direcionamento se deve assumir perante as pesquisas.

---

<sup>11</sup> Mestranda em Educação PPGED/UFRN. E-mail | alinedmfernandes@live.com

<sup>12</sup> Mestranda em Educação PPGED/UFRN. E-mail | isabelacristinasm@gmail.com

É imprescindível que o pesquisador alvitre seus procedimentos teóricos e metodológicos a partir de sua compreensão fundamental epistêmica, utilizando-se de um método que não negue o entendimento da abordagem identificada. Os pesquisadores aqui elencados dedicam-se as dimensões da realidade educacional, bem como do concurso da noção de cultura escolar.

Pensando nisso, apresentou-se, nesta escrita, reflexões introdutórias do pensamento de um dos autores mais mencionados nos estudos sobre cultura escolar, aludindo também outros autores que auxiliam as pesquisas e muito tem a contribuir para os estudos no âmbito da cultura escolar. Desta forma, propicia-se um diálogo organizado de maneira a refletir sobre o uso das fontes na perspectiva da cultura escolar de maneira clara e com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento inicial de pesquisas nessa área.

## **CONCEPÇÕES DE CULTURA ESCOLAR**

A cultura escolar definida através da percepção de Dominique Julia encontra-se explicada através de um conjunto de práticas e culturas dentro da escola; esta compreendendo-se não somente como uma esponja que absorve a cultura da sociedade ao seu entorno, mas como parte integrante, produtora e, sobretudo, influente em sua própria cultura.

O olhar sobre a prática do professor e a vivência dos alunos demonstram a importância e a força da cultura escolar que atravessa gerações perpetuando modos de pensar e agir apreendidos na escola. Não se pode conceber a cultura escolar dissociada de seus participantes, a escola é como um organismo vivo, parte integrante do social que a compõe mistificando-se e construindo seus conceitos e influenciando na sociedade.

Em palestra proferida sobre cultura escolar no XV Congresso da Associação Internacional de História da Educação, Dominique Julia aponta breve e inicial definição de cultura escolar.

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. (JULIA, p. 2/3, 2001 )

Sendo a cultura escolar concebida por Dominique Julia como um conjunto de normas e práticas coordenadas pelo corpo profissional responsável pelo direcionamento e organização destas práticas de maneira a contemplar as finalidades determinadas por uma orientação pedagógica da escola, compreende-se portanto como indissociável o sujeito de sua prática educativa. Ao estudar a cultura escolar, a prática da docência e a vivência em âmbito escolar, não podem ser desconsiderados os sujeitos que compõem e resignificam essa prática através de suas ações e pensamentos, que corporificam a cultura social produzida na escola.

Ao debruçar-se sobre tais estudos convém buscar segurança e estabelecer bases teóricas com as quais o pesquisador identifique-se e com a qual compartilhe os pensamentos e ideais. Desta forma, é válido ressaltar o que outros autores reconhecidos nos estudos sobre cultura escolar contribuem para a construção de seu conceito, considerando suas próprias perspectivas

Neste artigo, trazemos para o diálogo sobre cultura escolar, o que pontuam outros três autores: André Chervel; Jean-Claude Forquin e António Viñao Frago. A escolha específica em elencar as concepções destes três autores reside no fato de que, atualmente a compreensão destes acerca da cultura escolar destaca-se também como sendo mais utilizada e considerada relevante nesta perspectiva teórica.

Outro fator importante a destacar é a análise reflexiva propiciada pelo estudo de diferentes formas de compreensão sobre um mesmo objeto de estudo. Os autores apresentam similitudes e discordâncias em suas definições de cultura escolar, o que proporciona a nossa própria autoavaliação, ao encontrarmos um dilema interior onde teremos que pensar e construir nossa própria compreensão acerca do assunto e a partir daí, delinear qual a linha de pensamento sobre os estudos de cultura escolar com a qual se identifica e a partir de então traçar meus objetivos e orientar a metodologia utilizada na pesquisa.

André Chervel reconhecia a competência da escola em produzir uma cultura específica, singular e original. Para ele, a instituição escolar era capaz de gerar um saber específico cujas implicações estendiam-se sobre a cultura e a sociedade, e que emergia das determinantes do próprio funcionamento institucional.

Ao discorrer sobre a construção das disciplinas escolares, em particular sobre a ortografia francesa, Chervel criticava os esquemas explicativos que posicionavam o saber escolar como um saber inferior ou derivado dos saberes superiores, fundados pelas universidades; e a noção da escola como simples agente de transmissão de saberes elaborados fora dela, lugar portanto do conservadorismo, da rotina e da inércia. (FARIA FILHO. et al. São Paulo, 2004, p. 144)

Jean-Claude Forquin esclareceu a cultura escolar como sendo seletiva, no que concerne à cultura social, e derivada, no que se refere à sua relação com a invenção das ciências fonte ou cultura de criação, movido também pelas questões relativas à constituição das disciplinas escolares, mas atuando na intersecção com os estudos sobre currículo. (FARIA FILHO. et al. São Paulo, 2004)

Considera que a educação não transmite ou reflete fielmente a cultura, uma vez que esta provém de elementos heterogêneos, mas que a reutiliza; a explicar a relação entre educação e cultura através da metáfora da *bricolage*. (FORQUIN, 1993)

António Viñao Frago, por sua vez, compreendeu cultura escolar como uma acepção que envolve as diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de normas a teorias e de alunos a professores. Na sua interpretação, considerava tudo o que acontecia no interior da escola, uma vez que nem os espaços, nem os tempos escolares eram percebidas como dimensões neutras da educação. Nesse sentido, o autor preferia a acepção culturas escolares, na medida em que a cultura fora vista como variável de acordo com a instituição investigada. “À ampliação horizontal do conceito, acrescentava uma ampliação vertical. Haveria, assim, tantas culturas escolares quanto instituições de ensino”. (FARIA FILHO. et al. São Paulo, 2004, p. 148)

Os conceitos dos autores aqui apresentados, fomentam em diferentes perspectivas uma base para o estudo sobre a cultura escolar. A partir de suas compreensões particulares chegaram a diversas concepções e construíram a sua forma de pensar sobre a cultura escolar. A teoria mais adequada para o estudo quem pode

identificar é o pesquisador ao analisar qual o direcionamento da sua pesquisa e o que ele próprio acredita sobre seu objeto de estudo. É importante a reflexão do pesquisador, a considerar a escolha da sua fundamentação teórica, para que melhor possa conduzir o seu estudo.

## **CULTURA ESCOLAR E O USO DAS FONTES**

Ao refletir sobre cultura escolar, convém examiná-la de maneira rigorosa, e a partir de quais elementos e como pode ser feita uma pesquisa na área de cultura escolar, sobretudo ao considerar que Dominique Julia, detém sua atenção para a prática do professor em sala de aula, o que amplia as possibilidades de fontes, todavia, suscita uma nova problematização.

A História das práticas culturais em âmbito escolar, é considerada a mais difícil de se reconstruir em virtude da escassez de evidências concretas e registros, uma vez que a prática muitas vezes não era registrada de maneira escrita. Julia deixa claro essa posição ao afirmar que:

A história das práticas culturais é, com efeito, a mais difícil de se reconstruir porque ela não deixa traço: o que é evidente em um dado momento tem necessidade de ser dito ou escrito? Poderíamos pensar que tudo acontece de outra forma com a escola, pois estamos habituados a ver, nesta, o lugar por excelência da escrita. Ora, os exercícios escolares escritos foram pouco conservados: o descrédito que se atribui a este gênero de produção, assim como a obrigação em que periodicamente se acham os estabelecimentos escolares de ganhar espaço, levaram-nos a jogar no lixo 99% das produções escolares (cf. Chervel, 1988). (JULIA, p.15, 2001)

Julia, ressalta a necessidade de recontextualizar as fontes das quais se pode dispor em âmbito escolar, dedicando-se à um minucioso exame destas, pois as fontes apresentam ao pesquisador em história da educação a análise da prática escolar através do estudo de cadernos de alunos, diários de professores, fotografias, diários de classe, dentre outros arquivos que representam a cultura escolar.

O que dificulta a realização de pesquisas nessa área é a falta de conservação dos documentos que retratam a prática escolar, os arquivos das escolas são tratados em

diversos casos de maneira inadequada, sendo ignorados, relegados ao esquecimento e a má conservação, sendo muitas vezes descartados em virtude da necessidade de adquirir mais espaço nos arquivos das escolas.

Não é certo, infelizmente, que as cópias dos alunos estejam melhor conservadas no século XX, em razão tanto da expansão da escolarização para o conjunto da sociedade quanto da exiguidade dos locais escolares, a despeito do interesse que atualmente psicólogos e sociólogos da educação demonstram por este gênero (cf. Lahire, 1994; Beaud, 1994): regularmente, como se diz, é preciso “arranjar espaço” e os documentos não são nem mesmo transferidos para depósito de arquivos que deveriam legalmente recebê-los. Seria conveniente, em cada um dos países que representamos, fazer uma coleta similar de documentos idênticos, perguntando-nos a cada vez sobre a representatividade que lhes podemos atribuir. (JULIA, p.16, 2001)

Julia, atenta para a importância em não ignorar o silêncio dos documentos escolares, no sentido de buscar a preservação destes, considerando a sua importância e representatividade para a reconstituição da história das práticas escolares.

É preciso encontrar espaço adequado para estes documentos que não devem continuar a ser descartados, prejudicando o desenvolvimento de estudos na área por falta de fontes. É imprescindível a conscientização social e a busca pela preservação desses documentos.

Nesse sentido compreende-se também a importância da conscientização por parte das escolas em preservar essas fontes, e na necessidade de desfazer-se destes, que não os descarte pura e simplesmente mas, destine-os à órgãos responsáveis para que possam ser resguardados e utilizados em pesquisas científicas.

O tratamento dispensados a essas fontes requer análise minuciosa atentando para os detalhes que esta revela ao pesquisador. A busca por estes arquivos, bem como o interesse pela sua preservação deve ser incentivado e realizado propiciando desta forma a oportunidade de dispor desses registros tão caros para a cultura escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desenvolver este estudo propiciou grande aprendizado e reflexão acerca da temática tratada ao longo deste artigo. Os estudos na área da história da educação



tornam-se cada vez mais assíduos no âmbito acadêmico. A união entre a educação e a história tem produzido ao longo dos anos trabalhos inspiradores propiciando ainda mais a aproximação entre essas duas áreas de conhecimento.

O conceito de cultura escolar tem possibilitado o fortalecimento do diálogo com a História e com as demais áreas e ciências da educação, além de significar um refinamento metodológico e analítico das pesquisas em História da Educação.

Os estudos de Dominique Julia, bem como as reflexões dos demais autores na área demonstram que se torna necessária a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas da escola para o desenvolvimento de uma melhor compreensão e estudo da cultura escolar, considerando o tempo histórico e as culturas que lhe são contemporâneas.

Neste sentido, a cultura escolar é descrita por Julia como sendo um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos

O uso das fontes históricas na perspectiva da cultura escolar possibilita uma riqueza dos estudos e pesquisas através da ampliação de visões sobre os objetos de estudo, em conformidade com os estudos sob a ótica da história da educação recente. Os estudos sobre cultura escolar começaram a desenvolver-se e intensificar-se à trinta anos e cada vez mais surgem trabalhos científicos nessa área de estudo da prática escolar.

É oportuno mencionar que, embora essa produção venha anunciando a existência dessas “novas” fontes e suas infinitas possibilidades de estudos, ainda são poucos os pesquisadores que se aventuram por este caminho.

## **REFERÊNCIAS**

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar Como Objeto Histórico**. (Tradução de Gisele Souza), Revista brasileira de história da educação n°1 jan./jun. 2001

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. et al. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004

**Anais Eletrônicos do VI Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades - Sertões: histórias e memórias**  
**UFRN - CERES - Campus de Caicó, RN, 07 a 11 nov 2016**  
*Simpósio Temático História, educação e sensibilidades*  
**ISBN 978-85-92861-70-4**

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura:** as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

## O USO DO CINEMA EM AULAS DE HISTÓRIA: EXPERIÊNCIA NA ESCOLA ESTADUAL AMARO CAVALCANTI NO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS/RN<sup>13</sup>

Brena da Silva Dantas<sup>14</sup>

### INTRODUÇÃO

O cinema é uma invenção do século XIX, criado pelos irmãos *Lumière* de um modo ainda rudimentar (NASCIMENTO, 2008), que, ao longo das décadas foi sendo aperfeiçoado até os dias atuais. Nesse sentido sabemos que as tecnologias não param de avançar e que cada vez mais surgem novidades no mundo do cinema, mas o clássico modo de ver filmes em uma sala, com uma grande tela e várias cadeiras ainda é predominante. Esse recurso influenciou e influencia o imaginário das pessoas, pois é uma forma diferente de ver o mundo, uma ficção que mostra histórias reais ou não tal recurso usado como entretenimento para muitos pode ser também utilizado como recurso didático em sala de aula (NAPOLITANO, 2010).

A sala de aula também não é a mesma do século XX e com o surgimento da *Escola dos Annales* e o novo modo de se fazer História é possível ensinar de modos diferentes, pois as mesmas metodologias de 40 anos atrás não funcionam com os alunos de hoje. Como Antônio Fávero (2010) trata em seu texto das transformações culturais ocorridas nas últimas décadas que modificaram o modo de pensar, agir e se comportar dos alunos, mudanças essas que causam estranhamento aos professores que foram formados para pensar a sala de aula como um ambiente de alunos ouvintes e sem as suas subjetividades. Porém devido a essa transfiguração histórica não só os alunos estão mudando, como também a formação dos novos professores que devem ser preparados para essa nova conjuntura de escola e de alunos.

O Estágio Supervisionado é um dos degraus que os graduandos em licenciatura precisam subir para alcançar a docência e é nesse momento que muitos têm o primeiro contato com a sala de aula como professores em formação, sendo assim, um importante

---

<sup>13</sup> Artigo apresentado ao componente curricular Laboratório de História (noite), do Curso de Licenciatura em História – UFRN-CERES-Campus de Caicó, ministrado pelo Prof. Helder Alexandre Medeiros de Macedo.

<sup>14</sup> Discente do Curso de Licenciatura em História – UFRN-CERES-Campus de Caicó. E-mail para contato: brenadantas\_@hotmail.com.

passo na vida acadêmica. Tendo em vista o Estágio Supervisionado III da aluna Brena da Silva Dantas do Curso de História-Licenciatura da UFRN/CERES/Caicó, que foi realizado na Escola Estadual Amaro Cavalcanti com uma turma de 2º ano do Ensino Médio no município de Jardim de Piranhas/RN durante o período de 28 de Março à 04 de Maio de 2016, após perceber a participação dos alunos na aula com a utilização do recurso do projetor surgiu a ideia de se trabalhar com filmes em sala de aula o que possibilitaria um aprendizado maior do conteúdo a questão principal que inquietou a estagiária foi a possibilidade de utilizar o cinema em aulas de História. Mas será que os alunos iriam gostar dessa proposta? Qual a seria a melhor maneira de introduzir o filme? Era preciso uma problematização? São muitas as questões que envolvem a utilização desse recurso, pois não pode ser algo “solto”, assim os alunos não irão entender o objetivo de assistir aquele filme.

Na tentativa de responder a esses questionamentos surgiu a ideia da pesquisa e foram utilizadas as fontes escritas e a principal será o relatório de Estágio Supervisionado III da aluna Brena da Silva Dantas, do curso de História-Licenciatura da UFRN/CERES/Caicó, pois será através da experiência do Estágio que tentaremos responder à problemática, assim como o questionário com perguntas abertas e fechadas que foi realizado em sala de aula pelos alunos. A metodologia de análise das fontes acerca da utilização do cinema em sala de aula será o da análise de discurso de fontes escritas, em que será analisado o Relatório Final do Estágio Supervisionado III e o questionário aplicado na turma de 2º ano do Ensino Médio, aonde iremos nos aprofundar no perfil dos alunos, da escola e anseios dos mesmos.

A partir da pesquisa realizada em âmbito local sobre a produção de artigos e monografias acerca do tema do uso do cinema em sala de aula relatando a experiência em uma escola no município de Jardim de Piranhas neste mesmo ano, foram encontrados dois trabalhos com temáticas parecidas no acervo de monografias do Labordoc-Ceres-UFRN o primeiro é do ano de 1992 com o título “O Ensino de História em Jardim de Piranhas no período de 1979-1991” de autoria de Gutemberg Dantas de Queiróz e Maria Alves da Silva este trabalho citado, diferente do que está sendo produzido agora trata-se de contar um pouco da história do Ensino de História no município referido, mas não aborda a questão do uso do cinema. Já a segunda produção é intitulada “Cinema e História: Uma leitura

possível” de autoria de Jussiana de Araújo Bezerra e Sérgio Henrique Santos da Silva, um trabalho apresentado em 2005 e que já trata um pouco dessa temática, porém não da mesma forma e localidade.

Este artigo propõe ancorar-se na dimensão do campo da História Cultural, que antes era tão desprezada entre os campos de conhecimento histórico e foi redescoberta por volta da década de 1970, podendo ser dividida em quatro fases: a fase clássica, a fase da história social da arte na década de 1930, a descoberta da história da cultura popular na década de 1960 e a “nova história cultural” (BURKE, 2008). Tal vertente chegou ao Brasil em menor escala por volta dos anos 1980 inspirada na tradição da escola dos *Annales* por um viés econômico-social, porém predominava o prestígio da postura marxista dentro da academia, o que só veio a mudar anos depois (PESAVENTO, 2012).

Essa pesquisa é importante, pois pode auxiliar outros professores e estagiários em suas aulas, em como utilizar tal recurso, como pensar as possibilidades de filmes que podem ser utilizados de acordo com o tema e a faixa etária, ver o filme e pesquisar sobre os interesses da produção para tirar dúvidas dos alunos e poder passar o recurso de forma mais consciente. Esse artigo pode ser também utilizado para a leitura dos alunos de cursos de Licenciatura nas Universidades, possibilitando aos alunos diferentes maneiras de pensar a sala de aula.

A divisão desse artigo se dá por resumo, introdução, e o desenvolvimento dividido em dois tópicos, um que aborda a primeira fonte trabalhada que é o questionário aplicado à turma do estágio para fazer o reconhecimento dos alunos e o segundo que se trata do próprio relatório de estágio, por fim as considerações finais e as referências.

## **RECONHECIMENTO DO AMBIENTE ESCOLAR**

O local onde o estágio foi realizado foi a Escola Estadual Amaro Cavalcanti, no município de Jardim de Piranhas/RN, o professor tutor foi Erick Mozart de Medeiros Ferré, professor de História da turma do 2º ano “E” noturno do Ensino Médio em que o estágio foi aplicado, o período de estágio foi de três semanas, e o tema trabalhado foi “A colônia portuguesa na América”, utilizando o livro de História Geral do Brasil de autoria de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, da Editora Scipione.

A turma de 2º ano “E” noturno era composta em sua maioria por alunos mais velhos que trabalham o dia todo e a noite vão para a escola, não é o EJA, mas eles possuem uma educação especial e diferenciada, uma turma de 25 alunos em média, alunos bem diferentes entre si, alguns dispersos, mas a maioria prestava atenção na aula, das reclamações citadas por eles uma muito importante é a falta de tempo que eles têm para estudar, pois além do trabalho, muitos já são pais e mães de família.

### **APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO**

Fazendo um reconhecimento da turma para identificar os perfis dos alunos que seriam trabalhados no estágio, a estagiária distribuiu um questionário com perguntas abertas pessoais e também perguntas fechadas a respeito da escola, sobre o que gostavam ou não de fazer, atividades fora da escola, entre outras perguntas. A seguir segue uma tabela com dados colhidos dessa pesquisa:

**Tabela 01 - Dados do Questionário de Conhecimento dos Alunos\***

<b>O que os alunos gostam na escola/facilita o aprendizado</b>	<b>Número de alunos</b>	<b>Porcentagem</b>
Mais explicação	07	33%
Slides (sala de vídeo)	06	28%
Filmes	05	23%
Viagens	01	4%

\* Questionário realizado na Escola Estadual Amaro Cavalcanti, na turma do 2º ano “E” noturno do Ensino Médio, no ano de 2016, aplicado pela estagiária Brena da Silva Dantas.

Esse questionário foi respondido por 21 pessoas, entre elas 11 homens e 10 mulheres, com média de idade de 25 anos. A partir desses resultados podemos analisar o que para esses alunos mais ajuda em sala de aula e na escola como um todo. Os pontos que podem melhorar e que ajudam no processo de ensino aprendizagem são em primeiro lugar o pedido de mais explicação do conteúdo pelo o professor, em seguida os alunos disseram que tem mais facilidade em aprender quando as aulas são na sala de vídeo e o professor faz uso de slides, também  $\frac{1}{4}$  dos alunos que responderam o questionário

afirmaram que o uso de filmes contribui muito para se compreender o conteúdo, pois é uma linguagem mais fácil e diferenciada. E por fim um pequeno número disse que viagens de estudo seriam uma boa opção para os alunos aprenderem mais.

Partindo desses dados percebemos o quão as escolas tem urgência em novas metodologias de ensino em conversa com os alunos um dos mais experiente disse que a escola precisa se modernizar mais e que o ensino muitas vezes é ultrapassado ou tradicional, porém hoje em dia notamos já uma significativa diferença nas escolas e nos recursos que elas dispõem para utilização dos seus alunos, desde os livros didáticos, salas de informática, bibliotecas, sala de vídeo e laboratórios de química, mas muitos desses recursos deixam de ser utilizados devido a falta de pessoas capacitadas para seu manuseio, no caso do uso dos filmes em sala de aula a dificuldade está em os professores não saberem como problematizar esse recurso com o conteúdo didático.

## **ANÁLISE DO RELATÓRIO**

A segunda fonte utilizada foi o Relatório do Estágio Supervisionado III, que narra a trajetória desse momento, os objetivos e passos seguidos para sua realização e culminância, as dúvidas e questionamentos que surgiram e os anseios também pela mudança de público na escola, pois os estágios anteriores tinham sido com turmas regulares com faixa etária baixa, a mudança de turno fez com a experiência fosse ainda mais enriquecedora, pensando as aulas de observação no estágio em parte do relatório:

“Nas aulas de observação me deparei com uma novidade que não tinha acontecido nos dois estágios anteriores, que era a participação dos alunos na aula, com comentários, perguntas, diferentes dos alunos de faixa etária menor, que se dispersam mais facilmente e não participam muito da aula, esse foi um ponto bastante positivo e que me motivou mais ainda a fazer o estágio (DANTAS, p. 8) ”.

Absorveu-se também que os alunos não são mais os mesmos, mas que com essa experiência de estágio como professora em formação não se pretende dar continuidade a forma de ensinar de muitos professores atualmente. Sendo preciso dar a esses novos alunos espaço, pois eles trazem para a sala de aula um repertório de experiências do seu cotidiano na sociedade contemporânea e tais experiências são de grande importância



para os professores, pois possibilita que eles pensem as pontes e as formas de aproximar os alunos dos conteúdos passados em sala de aula. Esses novos sujeitos fazem parte da mudança na dinâmica social e nas instâncias da realidade como a cultura e os meios de comunicação de massa, portando novas questões e interesses tais sujeitos modificaram também o modo de se fazer História (PESAVENTO, 2012).

Autores como Marcos Napolitano em seu livro “Como usar o cinema na sala de aula” esclarece muitas dúvidas e questionamentos básicos que surgem a respeito do uso de uma dessas novas metodologias de ensino:

“Apesar de ser uma arte centenária e muitas vezes ao longo da história ter sido pensado como linguagem educativa, o cinema ainda tem alguns problemas para entrar na escola. Não apenas na chamada ‘escola tradicional’ (o que seria mais compreensível, dada a rigidez metodológica que dificulta o uso de filmes como parte da didática das aulas), mas também dentro da escola renovada, generalizada a partir dos anos 1970, o cinema não tem sido utilizado com a frequência e o enfoque desejáveis (NAPOLITANO, p. 7).”

A partir desse trecho e da análise do relatório percebemos que a importância desse recurso é relevante, porém muito pouco utilizado ou muitas vezes de maneira incorreta, mas que “o professor não precisa ser crítico profissional de cinema para trabalhar com filmes na sala de aula” (NAPOLITANO, 2010), é preciso principalmente o interesse em querer ensinar de forma mais dinâmica, mas também é necessário que a escola ofereça estrutura e suporte para que a aula ocorra minimamente como planejada.

Além disso, seria interessante que fossem pensados também cursos de capacitação e especializações envolvendo essa temática de utilização de novas metodologias, assim possibilitaria aos professores uma maior facilidade para dá esse tipo de aula e identificar elementos importantes citados por Napolitano:

“Boa parte dos valores e das mensagens transmitidas pelos filmes a que assistimos se efetiva não tanto pela história contada em si, e sim pela forma de contá-la. Existem elementos sutis e subliminares que transmitem ideologias e valores tanto quanto a trama e os diálogos explícitos (NAPOLITANO, p. 57).”

E são exatamente esses detalhes que o professor deve procurar perceber e instigar seus alunos a encontrá-los também ao assistir, problematizando qual o interesse teria uma possível produção de filme em ressaltar algo ou algum personagem, ou até mesmo o cenário, a língua, as vestimentas, todos são elementos pensados para impactar de alguma forma, seja positiva ou negativa. O cinema deve ser visto como essa forma de mídia moderna, uma indústria cultural e mundial, pois um mesmo filme pode alcançar diferentes pessoas em regiões distantes uma da outra e que terão leituras distintas da mesma película, a partir de suas subjetividades e costumes, o que nos proporciona conhecer outras culturas e maneiras de ver a História através dos filmes.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise das respostas dos questionários e a elaboração da tabela com os dados quantificados foi perceptível que para os alunos é importante a introdução de novas metodologias de ensino e no caso da turma trabalhada no Estágio Supervisionado III relatado seria mais interessante ainda pelo o fato de serem pessoas que por motivos pessoais tiveram que abandonar os estudos por um tempo e retomaram muitas vezes no intuito de apenas concluir o ensino médio, com esse tipo de abordagem de aulas mais dinâmicas é possível propiciar a esses alunos experiências diferenciadas que os motivem a persistir nos estudos.

Com a leitura do relatório e a análise sobre a experiência do Estágio foi possível entender também que é essencial que os professores tenham um suporte de leitura, de material e principalmente de interesse próprio para propiciar aos alunos experiências diferentes das habituais e que saiam de sua zona de conforto, as leituras bases como no caso o livro de Marcos Napolitano são muito importantes, pois dão um direcionamento e esclarecimento a respeito da utilização do recurso e do melhor aproveitamento das aulas e desempenho dos alunos.

O estágio é uma importante experiência, que nos faz refletir acerca do papel de professor (a) e acima de tudo o papel de ser humano, para trabalhar todos os dias com diferentes pessoas, de diferentes personalidades e vivências, é realmente um desafio, mas ao qual a prática nos identifica como profissionais e nos forma fora da academia. Esse artigo busca possibilitar uma leitura experiencial e esclarecedora de questões

corriqueiras e que devem ser discutidas cada vez mais nas universidades e nos planos educacionais/planejamentos escolares.

#### **FONTES**

DANTAS, Brena da Silva. **Estágio Supervisionado III**: relato de uma prática com uma turma de 2º ano do Ensino Médio, trabalhando História e Cinema. Caicó, 2016. Questionário com perguntas abertas e fechadas, aplicado à turma (ver modelo em apêndices).

#### **REFERÊNCIAS**

ABUD, Katia; ALVES, Ronaldo Cardoso; SILVA, André Chaves de Melo. O Cinema no Ensino de História. In: **Ensino de História**. São Paulo: CENHAGE – Learning, 2010. p. 165 – 177.

BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, Canoas, n. 12, mai/ago. 2012, p. 129-159.

BRANDÃO, H. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 1993.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. – 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

FÁVERO, Antônio S. **O aluno não é mais aquele!** E agora, professor? A transfiguração histórica dos sujeitos da educação. Belo Horizonte, 2010.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, novembro/2001.

\_\_\_\_\_. A Análise do discurso: para além de palavras e coisas. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 18-37, jul./dez. 1995.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. Cinema e Ensino de História: realidade escolar, propostas e práticas na sala de aula. **Revista de História e Estudos Culturais**, vol. 5/ano V/nº 2, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. 3. ed. Reimpressão - São Paulo: Contexto, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jahaty. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

APÊNDICE

SUGESTÕES PARA UM TRABALHO  
DE (RE)CONHECIMENTO DOS ALUNOS

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: Fem. \_\_\_ Masc. \_\_\_  
Cor \_\_\_\_\_  
Série: \_\_\_\_\_ Ciclo I \_\_\_ Ciclo II \_\_\_ Ensino Médio \_\_\_  
Na escola eu gosto muito de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ e não gosto de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Se eu pudesse, na escola eu mudaria \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Eu tenho facilidade para aprender quando \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Eu tenho dificuldade para aprender quando \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Eu aprenderia melhor se \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Na escola eu tenho direito de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ e o dever de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Além das aulas normais, eu participo de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Minhas amizades na escola \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Se eu não estivesse estudando, eu penso que estaria \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Para mim, bom aluno é aquele que \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
A escola está mudando a forma de avaliar os alunos. Eu penso  
que essa nova maneira \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Na minha casa moram \_\_\_\_\_ pessoas. Moro nesse bairro  
há \_\_\_\_\_  
Em casa, costumo ajudar \_\_\_\_\_, mas  
não gosto muito de \_\_\_\_\_  
Além do trabalho em casa, eu também \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Sempre que posso eu assisto na TV \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Na TV, eu gosto mais de \_\_\_\_\_, mas não gosto  
de \_\_\_\_\_  
Quando posso brincar, meu brinquedo favorito é \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ e também gosto de brincar de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Quando tenho um tempo livre, eu ainda participo de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Sobre a violência, eu penso que \_\_\_\_\_ e a minha  
experiência \_\_\_\_\_  
Para me defender, eu procuro \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Eu gosto de música \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Na minha idade, eu penso muito em \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Quando eu penso no meu futuro \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## **A REPRIMENDA SÓCIO-EDUCACIONAL FACE ÀS PRÁTICAS TRANSGRESSORAS DOS HOMOAFETIVOS**

Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira<sup>15</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Na matriz histórica da humanidade - desde as primeiras civilizações até as atuais - percebe-se a existência de uma diversidade de pessoas, com características peculiares e comportamentos diferenciados. Inserida nessas dessas diferenças, encontra-se a condição do sujeito homossexual, que tem sua orientação sexual divergente da moral heteronormativa. Esta dita que a pessoa deve se relacionar com outra possuidora de sexo biológico diferente do seu, pois, caso mantenha laços afetivos com outra que seja igual a ela biologicamente, será taxada como transgressora e desviante.

Essas distinções e imposições são absorvidas durante o convívio social, tendo a instituição escolar o seu papel de reforçar essas normas de conduta consideradas autênticas e verdadeiras pela maioria dos indivíduos. Na escola se transmite às crianças uma gama de discursos e saberes - advindos da cultura e das ciências- que ajudam a compreender o mundo ao qual estão inseridas. Valores morais e regras positivadas são repassadas nos bancos escolares aos alunos, para que estes se comportem de acordo com o que está predeterminado pela legislação e pelos costumes.

As condutas sexuais não ficam de fora desses discursos, sendo estabelecidas e elencadas como um comportamento normal a ser seguido e todos os outros comportamentos que não se acomodarem perfeitamente serão indicados como desviantes e, portanto, inaceitáveis socialmente. Assim, a heterossexualidade tornou-se o padrão normativo para as condutas sexuais dos indivíduos, tendo estes que seguir à risca, pois, caso desviem desse modelo imposto, serão reprimidos por estruturas de poder.

---

<sup>15</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH - UERN). E-mail: [annegetinha@hotmail.com](mailto:annegetinha@hotmail.com)

O espaço escolar, ao conduzir as crianças através dos saberes exibidos em sala de aula, associam as identidades de gênero que não estão dentro do padrão com signos de inferioridade e transgressão, deturpando e ferindo o pensamento dos infantes.

Veremos, adiante, como se deu o tratamento do sujeito homossexual através das civilizações, as classificações impostas a este indivíduo e a sua orientação sexual, assim como a escola frutifica a questão da identidade de gênero e os saberes normativos vigentes.

### **MATRIZES HISTÓRICAS DA HOMOSSEXUALIDADE**

Em primeiro momento, cumpre-se revelar que o termo homoafetividade está intimamente ligado ao afeto existente entre os pares de igual gênero e que a referida denominação passou por vários percalços para alcançar tal significado.

No decorrer da História, os indivíduos que mantinham relação com outra de semelhante gênero biológico sofreram inúmeras limitações sociais e jurídicas, muitas das quais persistem em todo o mundo até hoje. Seja por meio das instituições religiosas, como a Igreja Católica, ou por meio das instituições sociais, como a família, o preconceito contra aqueles que se denominam homossexuais ainda predomina, mesmo que de maneira dissimulada. Cumpre, portanto, trazer à tona e esboçar em linhas gerais a proveniência do termo em destaque.

Realizando uma digressão histórica até a Antiguidade, percebe-se que o conceito de homossexualidade não existia àquela época, uma vez que não havia o intuito de distinguir os relacionamentos existentes entre as pessoas, os quais aconteciam naturalmente. Na realidade, manter relação sexual entre pessoas de igual gênero representava parte do estágio evolutivo de cada ser relacionado à sexualidade.

Na Grécia, o exercício da sexualidade entre pessoas de gênero idêntico se dava livremente, fazendo parte do cotidiano de deuses, reis e heróis. Até os dias de hoje questiona-se acerca do real sentido de tais práticas, sem saber se era perversão admitida,

instituição pedagógica ou ritual iniciatório, sendo indagado se poderiam ser excludentes entre si.<sup>16</sup>

Segundo Maria Berenice Dias, todo indivíduo poderia ser ora homossexual, ora heterossexual, dois termos desconhecidos na língua grega.<sup>17</sup> O filósofo grego Sócrates (469-399), defendia que o sexo entre pessoas de gênero diferente deveria existir apenas para procriação e o coito anal serviria de inspiração.

Em Esparta, onde o serviço militar preponderava em detrimento do desenvolvimento cultural, o amor entre os homens era estimulado dentro do exército com o objetivo de torná-los ainda mais eficientes.<sup>18</sup>

Em Roma, a sodomia era uma prática homossexual vista de maneira natural, que ocorria entre dois seres do sexo masculino ou entre um ser do sexo masculino e outro do sexo feminino através do coito anal. Tal prática era observada pelo mesmo prisma que se vislumbrava as demais relações entre casais, entre amantes ou entre senhor e escravo. Nesta sociedade, o preconceito só incidia sobre aquelas pessoas que assumiam uma posição de passividade nas relações, sendo vistas como pessoas impotentes politicamente, com o caráter debilitado.

Para os gregos e os romanos, a relação entre um homem adulto e um jovem era tratada como um sentimento puro. Porém, se dois homens adultos mantivessem relações sexuais entre si, aqueles que estivessem em uma posição passiva, deveriam ser desprezados pela sociedade, não podendo exercer cargos públicos.

O referido desprezo não era absoluto, posto que Júlio César manteve uma relação na condição de passivo com Nicomedes, rei de Bitínia, o que para os Romanos era um ato ilícito. Porém, César matinha relações com mulheres, possuindo uma reputação de conquistador. Uma dessas mulheres que não resistiu aos seus encantos foi Cleópatra, rainha do Egito.

No Oriente, mais precisamente na Índia, as relações homossexuais eram igualmente vistas de maneira natural. Em decorrência dos deuses serem afetiva e

---

<sup>16</sup> SOUZA *apud* DIAS, Maria Berenice. **União homoafetiva**: O preconceito & a justiça. 4ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, pág. 35.

<sup>17</sup> DIAS, Maria Berenice. **União homoafetiva**,... pág. 35.

<sup>18</sup> *Idem*, pág. 36.



sexualmente bissexuais, - haviam deuses hermafroditos, travestidos e outros que mudavam de sexo - houve uma influência forte nesse sentido na população da época. O sexo não era considerado apenas para procriação, mas sim, para a obtenção de prazer e poder. A relação entre semelhantes era natural, pois estavam apenas em busca do prazer - ligado ao misticismo - pois com o orgasmo conseguiam compreender os enigmas de seu deus.

Os indianos, à procura de alcançar um maior prazer sexual, descreviam pormenorizadamente inúmeras posições sexuais, como por exemplo, o famoso texto “Kama Sutra”. Com isso, percebe-se que não se via o sexo como algo pecaminoso.

Porém, esta interpretação foi deturpada no Ocidente com o advento do Cristianismo implantado pelo imperador romano Constantino, que se converteu à fé cristã, tornando-a obrigatória no maior império do mundo. Como o sexo passou a ser interpretado apenas como forma de gerar filhos, a homossexualidade virou algo antinatural, uma vez que era uma prática sexual estéril.<sup>19</sup>

Foi no século V, com Justiniano, que ocorreu o surgimento das primeiras leis de repressão às práticas homossexuais, as quais eram castigadas com castração e fogueira. Porém, para alguns estudiosos, esta repressão estava relacionada mais a uma questão política do que religiosa. De acordo com Spencer:

O historiador da corte de Justiniano, Procópio, alegava que a motivação dessa legislação (impopular e que pouco fez para deter o comportamento homossexual) era política e não religiosa, já que prisões sob essa acusação era um método conveniente para afastar pessoas indesejáveis.<sup>20</sup>

Com o Renascimento, os valores clássicos - e, assim, o gosto dos antigos pela forma masculina - voltaram à tona. O amor entre pessoas do sexo masculino era exaltado por vários artistas da época. Um conhecido caso homossexual de natureza notória era o do inglês Ricardo Coração de Leão (1157-1199).<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> RODRIGUES, Humberto; LIMA, Cláudia de Castro. **Vale tudo:** Homossexualidade na antiguidade. *In* Revista Aventuras na História, nº 56, mar/2008, pág. 27.

<sup>20</sup> SPENCER apud MOREIRA FILHO, Francisco Carlos; MADRID, Daniela Martins. **A homossexualidade e a sua história.** Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br>> Acesso em: 21.03.14.

<sup>21</sup> RODRIGUES, Humberto; LIMA, Cláudia de Castro. **Vale tudo:,...**pág. 28.

Entre 1347 e 1351, a peste negra matou 25 milhões de pessoas na Europa e como não havia consciência da real motivação da doença, passou-se a culpar “o pecado” dos homens – judeus, hereges e sodomitas – como a sua causa, assim como de diversas catástrofes, como a fome e as guerras. Portanto, a solução encontrada foi erradicar esses grupos, tomando-se medidas drásticas contra eles. Por exemplo, em Florença, a sodomia foi proibida em 1432, com a criação dos *Ufficiali di Notte* (agentes da noite), resultando em perseguição aos homossexuais. Entre 1432 e 1502, mais de 17 mil foram incriminados e três mil condenados por sodomia, numa população de 40 mil habitantes.<sup>22</sup>

No século XIX, em diversos países europeus, duras leis foram impostas. Na Inglaterra, houve o enforcamento de vários cidadãos acusados de sodomia, no início do século. Já entre 1800 e 1834, 80 homens foram mortos e somente em 1861, o país aboliu a pena de morte para tais atos homossexuais, substituindo-a por uma pena de dez anos de trabalhos forçados.<sup>23</sup>

Neste mesmo século, iniciaram-se estudos científicos que tentavam explicar o fenômeno da homossexualidade, resultando em inúteis as buscas de fatores hereditários, assim como estudos antropométricos e experiências com dosagens hormonais. Passou-se, então, à abordagem neuropsicológica.<sup>24</sup>

Nesta abordagem, Freud tentou explicar a homossexualidade a partir de uma longa e intensa ligação edipiana com a mãe. Sua teoria contribuiu de maneira relevante para esclarecer numerosos aspectos do comportamento humano e, em particular, para retirar o debate em torno do homossexualismo do terreno moral. No entanto, ainda o encara como uma manifestação patológica, o que vem sendo cada vez mais contestado.

Com o intuito de apagar o teor psiquiátrico do termo homossexual, o termo *gay* surgiu por meio de movimentos sociais, principalmente após o dia 28 de junho de 1969 – o Dia Internacional do Orgulho *Gay*-, instaurando a luta através da política. No referido dia, no bar *Stonewall*, em Nova Iorque, houve uma batida policial e os *gays* que lá frequentavam protestaram contra os agentes, trancando-os dentro do bar e ateando fogo

---

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> FREUD *apud* SANTOS, Izaac Azevedo dos. **A construção sócio-histórica da homossexualidade**. In: Narrativas de um adolescente homoerótico: Conflitos do ‘eu’ na rede de relações sociais da infância à adolescência. [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008, pág. 20.

nestes. Após um ano da ocorrência, milhares de *gays* de todos os estados norte-americanos realizaram uma marcha pelas ruas da cidade de Nova Iorque exigindo o reconhecimento de seus direitos.<sup>25</sup> O referido dia marcou o início do movimento de defesa dos homossexuais e inspira as marchas do orgulho *gay* em todo o mundo, que servem tanto para celebrar a diversidade como para reivindicar a igualdade de direitos como o casamento civil e a adoção.

O levantamento histórico sintetizado neste tópico tem como intuito demonstrar que a homossexualidade não é fato novo, estando ela presente nas mais diversas civilizações, entre povos e classes diferenciadas. Em razão disso, a sociedade e suas leis precisam evoluir com mais entusiasmo, prestando auxílio e garantias aos homossexuais, tão marginalizados durante toda a História.

## **SEXUALIDADE E MODELOS DE CLASSIFICAÇÃO**

*A priori*, existe na sociedade uma classificação tradicional que estabelece dois modelos distintos de seres humanos, quais sejam, o heterossexual e o homossexual. A partir das características biológicas de cada ser, essa denominação acaba por criar estereótipos negativos que limitam as criaturas em grupos fechados. A formação de pressupostos relacionados à sexualidade das pessoas termina por gerar preconceitos infundados, caso alguém não se enquadre no padrão pré-constituído. Assim, aquela pessoa que não se encaixa nesse padrão, será considerado “anormal”.

Atualmente, sabe-se que as características meramente biológicas não servem mais para definir a sexualidade de um cidadão perante os demais. Antigamente, a Biologia determinava como fêmea aquela que tivesse nascido com os cromossomos XX e, como macho, aquele que possuísse os cromossomos XY. Porém, a orientação sexual, expressão modernamente utilizada, é quem define o interesse ou a conduta sexual de cada ser em relação a outro.

Em consonância com esse pensamento, Roger Raupp Rios aduz:

---

<sup>25</sup> OLIVEIRA *apud* SANTOS, Izaac Azevedo dos. **A construção sócio-histórica da homossexualidade**. In: Narrativas de um adolescente homoerótico: Conflitos do ‘eu’ na rede de relações sociais da infância à adolescência. [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008, pág. 21.

Orientação sexual é a afirmação de uma identidade pessoal cuja atração e/ou conduta sexual direciona-se para alguém do mesmo sexo (homossexualidade), sexo oposto (heterossexualidade), ambos os sexos (bissexuais) ou a ninguém (abstinência sexual).<sup>26</sup>

Oportuno deixar cristalino que a orientação do desejo afetivo-sexual não é rígida, dependendo do contexto social de cada cidadão para classificá-la, a partir de uma dada ordem social. Dessa maneira, sempre existirá uma variação em diferentes momentos históricos e nas diferentes culturas. Isso posto, dentro das categorias citadas - heterossexual, homossexual e bissexual - existem as mais variadas formas de expressão afetivo-sexual, tornando-se as possibilidades múltiplas em relação à sexualidade.

Maria Berenice Dias expõe:

Quando alguém dirige seu interesse sexual a outrem, ou seja, opta por outrem para manter um vínculo afetivo, elege o gênero da pessoa com quem deseja se relacionar. A identificação do gênero do objeto do desejo, se masculino ou feminino, é o dado revelador da orientação sexual, que não merece tratamento diferenciado.<sup>27</sup>

Neste diapasão, o parceiro sexual de cada pessoa é quem vai definir a sua orientação sexual.

Alguns médicos e estudiosos que adentraram no tema proposto buscaram realizar algumas classificações acerca da sexualidade do ser humano, porém, não conseguiram de maneira perfeita em razão da sua versatilidade. Essa investigação incessante em torno da homossexualidade, com o intuito de classificá-la, não se cansa. A Medicina, desde a Idade Média, considerava o “homossexualismo” uma doença contagiosa que acarretava a diminuição das faculdades mentais, que se originavam de um defeito dos genes. Várias pesquisas foram realizadas em torno do sistema nervoso central, do funcionamento do aparelho genital e nada encontraram de diferentes entre homossexuais e heterossexuais. Várias tentativas realizaram para tentar mudar o comportamento humano tido como desviante, usando os mais diversos métodos, mas todos resultaram em nulidade.

---

<sup>26</sup> RIOS *apud* DIAS, Maria Berenice. **União homoafetiva**,...pág. 46.

<sup>27</sup> DIAS, Maria Berenice. **União homoafetiva**,...pág. 40.

O “homossexualismo” era identificado como um desvio ou transtorno mental, na Classificação Internacional de Doenças (CID). Porém, sob pressão dos movimentos que defendem os homoafetivos, a *American Psychiatric Association* – APA, após referendo, desclassificou a homossexualidade tida como um tipo de doença mental.

Ultrapassado o pensamento de que a homossexualidade era uma enfermidade, ela passou a ser analisada como um hábito diferente de ser da maioria, diferenciando-se apenas no relacionamento amoroso e sexual. Antes, o sufixo “ismo”, na palavra homossexualismo, designava doença, sendo substituído pelo sufixo “dade”, no termo homossexualidade, que significa modo de ser. Depois de quase duas décadas, esta não foi mais considerada uma moléstia.

Na tentativa de identificar o gene que prepondera no desenvolvimento da homossexualidade no ser humano, diferentes pesquisas científicas não desistem de investigar as causas genéticas, averiguando as características biológicas transmitidas hereditariamente. Sabe-se que tais pesquisas possuem o seu valor científico para desconstruir algumas ideias empíricas e não fundamentadas, principalmente as que advêm daquelas religiões que acreditam que a homossexualidade origina-se de uma patologia ou de comportamentos diabólicos.

A possível origem genética da homossexualidade talvez possa ajudar na atenuação do preconceito em alguns países – principalmente aqueles de fundamentos religiosos -, assim como na mudança de prisma ao direcionar o olhar para as pessoas de orientação sexual diferente.

A Psicologia e a Psicanálise tratam a homossexualidade como um conjunto de sintomas, ou seja, a veem como uma defesa maníaca, uma maneira do ego se proteger face à determinadas ansiedades. Portanto, não é vista como uma enfermidade propriamente dita. Assim, observam os homossexuais como pessoas que possuem desequilíbrios psíquicos e que sofrem perturbações relacionais.

É de se perceber que não há convergência de opiniões quando a questão é a homossexualidade, continuando a ser um desafio para todas as áreas do conhecimento que estudam este comportamento humano. O que se percebe é que os fatores biológicos, psicológicos e sociais interagem e tudo indica que resulta em tal comportamento, apesar de não haver nenhuma prova cabal advinda da ciência.

Em suma, descobrir qual a origem da conduta homossexual não altera o fato de que há a necessidade de respeito àquelas pessoas que se denominam homoafetivas. Buscam-se respostas para tal conduta com o intuito de ratificar os discursos defensivos dessa diferença que há na sociedade e que não pode ser negligenciada. Portanto, garantir direitos e fundamentar os argumentos em benefício dos seres homoafetivos é o que se pretende neste estudo.

### **EDUCAÇÃO, SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO E TRANSGRESSÃO DA LEI REPRESSORA**

A instituição escolar exerce uma função distintiva dos sujeitos no processo educacional. Práticas discursivas e sociais têm como efeito a incorporação de hábitos, concepções e distinções de gênero. Assim são constituídas as divisões de raça, etnia, classe social, sexualidade e gênero. Tais divisões e distinções são introjetadas pelos sujeitos durante o convívio social e a instituição escolar reforça valores considerados válidos pela maioria da sociedade.

Os estudos da Antropologia mostram que “a cultura é uma lente através da qual” o ser humano “vê o mundo”, sendo que a “herança cultural” condiciona as pessoas a reagirem “depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade”<sup>28</sup> Neste sentido, o indivíduo homossexual passou a ser discriminado nas sociedades em que os discursos de verdade passaram a conceber o seu comportamento como transgressor e desviante, sofrendo com estereótipos e expressões depreciativas em relação à sua escolha afetiva e sexual. “O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural [...]”<sup>29</sup>

A visão de mundo das pessoas é resultante de relações complexas de poder e práticas discursivas associadas a uma cultura específica. Nas sociedades modernas, a instituição escolar adquiriu um papel fundamental no processo de socialização dos indivíduos. A escola transmite aos sujeitos uma herança cultural que constitui determinadas formas de compreensão do mundo, bem como modos de apreciação

---

<sup>28</sup> LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 21ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. Págs. 69-70.

<sup>29</sup> Idem, pág. 70.

relacionados a valores morais. “Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe [...]”<sup>30</sup>.

Foucault<sup>31</sup> evidenciou que a sexualidade tornou-se uma temática importante no contexto da modernidade, principalmente devido à necessidade da criação de estratégias para o controle da população. Para tanto, o corpo é identificado e classificado. Os discursos científicos estabelecem critérios para a classificação das condutas sexuais, diferenciando o comportamento “normal” das condutas desviantes. O comportamento desviante é visto como patológico. Desta maneira, a *tecnologia disciplinar* impõe padrões de conduta para as pessoas no tocante ao comportamento sexual, indicando o que é permissível e as condutas desviantes e inaceitáveis.

No livro *Problemas de gênero*, Butler<sup>32</sup> realiza uma análise genealógica da construção das categorias que representam o “masculino” e o “feminino” a partir da questão da sexualidade. O homem e a mulher não se restringem à condição de ser “macho” ou de ser “fêmea”. Enquanto construções socioculturais baseadas em códigos simbólicos que constituem efeitos de discursos de verdade, o “masculino” e o “feminino” estão associados, na cultura ocidental, ao falocentrismo e à institucionalização da heterossexualidade. O discurso cultural hegemônico impõe a heterossexualidade como padrão normativo de comportamento. Como apresentam comportamentos que não estão de acordo com o padrão falocêntrico e heterossexual, os homossexuais são considerados transgressores, sendo reprimidos por estruturas de poder.

Para Butler<sup>33</sup>, assim como o corpo, a sexualidade é construída por meio de práticas discursivas e relações complexas de poder que envolvem instituições sociais como as escolas. Neste sentido, “o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e

---

<sup>30</sup> LOURO, Guacira. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Pá. 64.

<sup>31</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

<sup>32</sup> BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

<sup>33</sup> Idem.



historicamente convergentes”<sup>34</sup>. A sexualidade está associada a concepções, valores e apreciações fixadas pela cultura e reproduzida por instituições como a família e a escola. Desde a infância, os discursos de verdade e as práticas educacionais reforçam a constituição da identidade de gênero no sentido da heterossexualidade, tendo em vista que esta representa a matriz orientadora da conduta dos indivíduos.

Apesar de ser parte constitutiva da cultura, a homossexualidade, a bissexualidade e transexualidade encontram-se na margem da cultura hegemônica. Butler<sup>35</sup> mostra que o sexo é “múltiplo e difuso em seus prazeres e modos de significação”. No entanto, a lei repressora impõe aos indivíduos a escolha da sexualidade a partir do padrão comportamental da heterossexualidade, concebida como conduta obrigatória. Dessa forma, os sujeitos precisam escolher entre ser “menino” ou “menina” e tornar-se, posteriormente, “homem” ou “mulher”. Escolhas que transgredirem este padrão normativo situar-se-ão na margem da cultura dominante, sendo alvo de juízos valorativos depreciativos e estereótipos.

Uma concepção de educação baseada no princípio da dignidade humana e na diversidade cultural precisa transcender a concepção binária das relações de gênero para considerar e saber “lidar, necessariamente, com as múltiplas e complicadas combinações de gênero, sexualidade, classe, raça, etnia”<sup>36</sup>. As identidades homossexual, bissexual, transexual, lésbica, entre outras, são caracterizadas pela pluralidade e diversidade. “Os termos *queens*, *butches*, *femmes*, *girls*, e até a reapropriação parodística de *dyke*, *queer* e *fag*\*, redesdobram e desestabilizam as categorias sexuais e as categorias originalmente derogatórias da identidade homossexual”<sup>37</sup>.

No entanto, no âmbito da instituição escolar, identidades transgressoras são silenciadas e ocultadas, não sendo incluídas nos currículos e no sistema educacional. “A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às ‘gozações’ e aos ‘insultos’ dos recreios e dos jogos”, dificultando o reconhecimento da

---

<sup>34</sup> Idem, pág. 29.

<sup>35</sup> BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**:...pág. 152.

<sup>36</sup> LOURO, Guacira. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Pág. 65.

<sup>37</sup> BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**:...pág. 177.

identidade de indivíduos homossexuais, bissexuais e transexuais que acabam se percebendo “como desviantes, indesejados ou ridículos” (LOURO, 1997, p.68).

A matriz cultural considera “normal” apenas o indivíduo heterossexual. Assim são constituídas identidades de gênero hegemônicas representadas pelo ser “masculino” e o ser “feminino”. Uma pessoa que se reconhece como homossexual precisa silenciar-se para ser aceito no meio social e no espaço escolar. Além disso, para “se reconhecer como homossexual, será preciso que ele/ela consiga desvincular gay e lésbica dos significados” que recebeu como herança cultural, “ou seja, será preciso deixar de percebê-los como desvios, patologias, formas não-naturais e ilegais de sexualidade” (LOURO, 1997, p.83).

Assim, o espaço escolar constitui identidades de gênero associados a signos de inferioridade, transgressão, desvio e normalidade. “Currículos, regulamentos, instrumentos de avaliação e ordenamento dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos” (LOURO, 1997, p.85). Reproduzindo discursos e práticas sociais, a instituição escolar transmite a herança cultural. Os padrões de normalidade ligados às identidades de gênero são reproduzidos por instituições sociais como a escola.

### **PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO, VIOLÊNCIA E HOMOFOBIA**

Ao se descobrir homossexual, o ser humano tem consciência do preconceito, da discriminação ou da violência que poderá enfrentar, caso comunique aos entes familiares ou divulgue no âmbito social a sua condição.

O preconceito contra o ser homoafetivo é uma postura ou ideia pré-concebida de um ser perante outro sem fundamentação, uma vez que não se conhece profundamente a vítima de tal ato. O pré-julgamento desenvolve-se a partir da observação superficial de um objeto – no caso, uma pessoa homossexual –, sem adentrar em pormenores, mas, deduzindo que falta algo no referido objeto para ser semelhante ao que se conhece como ‘normal’. Assim, a escassez de características ‘normais’ gera interpretações errôneas em detrimento do objeto analisado. Qualquer cidadão que não cumprir com o padrão sexual estabelecido – a heterossexualidade – será visto com antipatia pela sociedade.

A partir do instante que a maioria da população separa um grupo social de outro, dando tratamento diferenciado e desigual, está ocorrendo a discriminação. Esta, nada

mais é do que a distinção injusta de pessoas, baseada apenas no preconceito, ou seja, em pensamentos que não condizem com a realidade de cada ser.

O homossexual sofre discriminação em diversos âmbitos da sociedade, desde o acesso a banheiros públicos, contratos em empresas e até na legislação, que de forma omissa, não predispõe vários direitos, inclusive os relacionados à adoção por casais homoafetivos.

A discriminação provém do preconceito e pode conceber a violência, que é o comportamento intencional de uma pessoa que gera danos – físicos ou psicológicos – ou intimidação moral a outro ente. O uso de palavras ou ações de maneira exacerbada e negativa, direcionadas aos *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais pode ser conceituado como homofobia.

A homofobia é denominada como uma aversão irracional, irreprimível ou medo da homossexualidade ou do ser homossexual. Aquele que tem homofobia inferioriza o cidadão com características homossexuais, em razão deste ser apenas diferente ou por um mecanismo de defesa que é ativado ao se sentir atraído por pessoa do mesmo sexo.

Compreender as causas da homofobia é interessante para visualizar panoramicamente tudo que envolve este medo. As conhecidas “piadas” para ridicularizar homossexuais, até as ações como violência e assassinato são conseqüências dessa fobia, que nada mais é do que um distúrbio psicológico. A homofobia implica ainda numa visão patológica da homossexualidade, submetida a olhares clínicos, terapias e tentativas de “cura”.

Por temerem ser vítimas de tal fobia, muitos homossexuais optam por dissimular a sua condição sexual, disfarçando-a através de uniões com pessoas do sexo oposto, para agradar aos outros e não a si mesmos. Isto não quer dizer que a orientação sexual mudou de uma hora pra outra, uma vez que não há opção em ser homossexual – até porque, se houvesse, muitos prefeririam não o ser -, mas sim, que decidiram esconder tal condição em razão do pavor de sofrer ojeriza e serem marginalizados socialmente, fugindo assim do sofrimento.

Jurandir Freire Costa coaduna que a única forma de sofrimento que é comum a todos os sujeitos homossexuais é aquela que vem de causas externas, do preconceito, da discriminação e das dificuldades que isso traz para os que são discriminados<sup>38</sup>.

A distinção preconceituosa que cerca o grupo de pessoas que não estão inseridas na sexualidade imposta como a correta – pelo simples fato de ser predominante – acarreta o advento de conceituações que geram gozação e menosprezo.

Tentando suplantar tal menosprezo, busca-se em várias áreas do conhecimento uma terminologia que possa definir fielmente os seres amantes de outros seres do mesmo sexo. Maria Berenice Dias aduz:

Há que reconhecer aí uma tentativa salutar, pois mostra ao mundo que está na hora de riscar do vocabulário não só uma simples palavra, mas a injustificável intolerância para com a homoafetividade. Não se trata apenas de buscar palavras politicamente corretas, mas – sobretudo – posturas humanas e sociais, libertárias e democraticamente corretas.<sup>39</sup>

Convém ressaltar que essa tentativa não se deu por vencida. Lutar por igualdade de tratamento de todos os seres humanos – seja lá qual for sua orientação sexual – é não ignorar que há seres diferentes, mas que não deixam de ser humanos, em qualquer circunstância, em qualquer conjuntura social.

Em razão disso, movimentos sociais lutam diariamente contra as manifestações de preconceitos, discriminações e atos de violência sofridos por homoafetivos, desde as piadas até os casos de homicídios cometidos por homofóbicos. Conquistar direitos e reconhecimento jurídico da homossexualidade como algo natural é algo almejado por aqueles que compõem o movimento de defesa dos gays, das lésbicas, dos bissexuais, travestis e transexuais (GLBTT).

O Estado e a sociedade não podem mais se omitir diante dos gritos incansáveis que ecoam em seus ouvidos. Já urge a necessidade de reconhecer garantias a todos os clamores desse grupo inferiorizado, desde a criminalização da homofobia, até o direito de adotar por pares homoafetivos.

---

38 COSTA, Jurandir Freire. **Politicamente correto**. Revista Teoria & Debate, n. 18, abr.-mai.1992, pág.24.

39 DIAS, Maria Berenice. **Politicamente correto**. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br>> Acesso em 02.04.2014.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando a cultura e a evolução de cada sociedade, percebe-se que existem diferentes conceituações e tratamentos direcionados às pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo biológico. Houve transformações no decorrer do tempo nesse sentido, porém, o preconceito persiste em grande parte dos países. Nestes, há uma insistência em definir a orientação sexual dos indivíduos e, a partir das definições implantadas no plano teórico, há o *apartheid* no plano prático.

A educação contribui em demasia para essa divisão conceitual e empírica, pois constrói saberes que são disseminados nos ambientes escolares, desde a mais tenra infância até a fase adulta do ser humano. Assim, este cresce em ambientes educacionais, aprendendo a diferenciar os sujeitos de acordo com algumas características, não escapando desse olhar desagregador a orientação sexual de cada um.

O sujeito homossexual, na maioria dos casos, é cerceado de privilégios e de direitos desde o momento que manifesta – de maneira implícita ou explícita – os atributos inerentes à sua sexualidade. A partir de então, passa a ser desrespeitado por possuir peculiaridades que não coadunam com a normativa heterossexual imposta no seio social. Essa normativa é trabalhada por meio de diferentes caminhos, sendo a instituição escolar responsável pelo processo socializante dos indivíduos.

Na escola se transmite uma diversidade de valores morais que ajudam a compreensão do universo que rodeia o ser humano, ajudando na construção do caráter deste e na forma de se lidar com o outro. Desde a pré-escola até o nível superior, há discursos científicos que coadunam com o preconceito e a diferenciação dos sujeitos, tratando os homossexuais como seres inferiores, doentes ou perturbados psicologicamente.

Há uma negligência nos bancos universitários, onde muitos docentes não incluem em seus discursos a questão do respeito à diversidade humana e sexual. Existe uma gama de pessoas que lidam com o gênero e a orientação sexual de maneira diversa, podendo ser classificadas das mais diferentes formas, como homossexuais, transexuais, pansexuais, assexuais, travestis, *crossdressers*, *dragqueens*, *dragkings*, entre inúmeros outros.

O que se deve levar em consideração é que a diversidade não deve ser isolada dos estabelecimentos escolares só pelo fato de não se encaixar perfeitamente na classificação hetero-normativa vigente, mas sim, compreender e respeitar suas particularidades e seus direitos, evitando a repressão das práticas sexuais e admitindo a condição humana inerente de cada indivíduo, em qualquer circunstância, em qualquer conjuntura social.

#### **REFERÊNCIAS**

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREUD *apud* SANTOS, Izaac Azevedo dos. **A construção sócio-histórica da homossexualidade**. In: Narrativas de um adolescente homoerótico: Conflitos do 'eu' na rede de relações sociais da infância à adolescência. [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LOURO, Guacira. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

OLIVEIRA *apud* SANTOS, Izaac Azevedo dos. **A construção sócio-histórica da homossexualidade**. In: Narrativas de um adolescente homoerótico: Conflitos do 'eu' na rede de relações sociais da infância à adolescência. [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

RIOS *apud* DIAS, Maria Berenice. **União homoafetiva: O preconceito & a justiça**. 4ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

RODRIGUES, Humberto; LIMA, Cláudia de Castro. **Vale tudo: Homossexualidade na antiguidade**. In Revista Aventuras na História, nº 56, mar/2008.

SOUZA *apud* DIAS, Maria Berenice. **União homoafetiva: O preconceito & a justiça**. 4ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

SPENCER *apud* MOREIRA FILHO, Francisco Carlos; MADRID, Daniela Martins. **A homossexualidade e a sua história**. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br>> Acesso em: 21 mar. 2014.

## **NARRATIVAS SOBRE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: A CONSTRUÇÃO, A CULTURA E A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISQUINHO CAETANO, RIACHUELO/RN**

Rodrigo Wantuir Alves de Araújo<sup>40</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Este é um trabalho que envolve a história da educação pública municipal de Riachuelo-RN. No ano de 1963 o município de Riachuelo se emancipou e poder público iniciou o processo da implementação da educação pública municipal. Assim, elementos constitutivos desse trabalho estão intrinsecamente ligados a instituição escola, sobre essa criação, normas, procedimentos e a formação da sala de aula. Com o intuito de conhecer todo o processo da implementação da educação, perceber como foram as primeiras aulas, quem foram às professoras, onde essas aulas aconteciam, quais eram os conteúdos, a rotina escolar, dentre outras situações, realizou-se um trabalho de pesquisa inicial em uma escola pública municipal. Entre as mais variadas escolas criadas, destaca-se a Escola Municipal Francisquinho Caetano. Para a realização desse trabalho utilizou-se como metodologia a história oral, além de pesquisas e leituras bibliográficas referentes à história da educação. Como resultado inicial dessa pesquisa obteve informações sobre o cotidiano escolar, conhecendo a cultura escolar e as peculiaridades da escola. Além disso, esse trabalho germinou o interesse da realização de uma pesquisa mais ampla acerca do mesmo tema, dessa vez, envolvendo todo município de Riachuelo - RN.

### **UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

O município de Riachuelo, localizado na região agreste do Rio Grande do Norte, distante 75 km da cidade do Natal, capital do Estado, fora distrito de três cidades do Estado do Rio Grande do Norte: Macaíba, São Gonçalo e, por fim, São Paulo do Potengi. A organização de um sistema de educação municipal em Riachuelo/RN é datada de meados

---

<sup>40</sup>Professor da rede pública municipal de ensino de Riachuelo-RN, pertencente à Escola Municipal Francisquinho Caetano. E-mail: rodrigowantuir@yahoo.com.br



do século XX quando, a partir de 1940, iniciou-se de fato a educação pública escolar, enquanto Riachuelo ainda era distrito de São Paulo do Potengi, com a contratação de professoras vindas de outras cidades para lecionar, geralmente nas fazendas ou em alguns prédios e galpões públicos.

Somente com a emancipação política de Riachuelo em 1963, num momento em que o Brasil viveu uma transição política entre o Regime Democrático e Populista para o Regime Militar, iniciou-se o processo de implantação do ensino público municipal de Riachuelo, em que o município passou a estabelecer e gerir a educação, além de expandir para áreas do novo município, que até então, não possuía tal serviço público.

A partir desse momento, os gestores públicos começaram a pensar uma proposta para a educação pública municipal, selecionando professores, buscando os locais para as aulas acontecerem, pensando em horários, no currículo, analisando as leis vigentes sobre a educação no país e no Estado e de como seria atendido a todo o público que na época estavam fora da escola, desde crianças e jovens que ainda não tinham acesso a escola.

Dentro desse contexto, a Escola Municipal Francisquinho Caetano, situada no distrito de Cachoeira do Sapo, situada no mesmo município, foi construída. A referida escola é o objeto do estudo desse artigo. Diante desse contexto, foi fundamental a utilização de conceitos e métodos de trabalho como história oral, cultura escolar e memória.

### **ALGUMAS CONCEITUAÇÕES**

A opção da escolha pela história oral ocorreu porque no distrito de Cachoeira do Sapo e município de Riachuelo, há uma forte tradição oral. Nesse sentido, utilizei os procedimentos metodológicos da história oral para registrar tais acontecimentos.

O conceito de memória é fundamental, uma vez que o trabalho com a história oral envolve as diferentes memórias versam sobre uma determinada temática. Para Le Goff, memória significa presença do passado, assim como pode ser tida como uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado. Essa representação nunca é somente aquela do indivíduo, mas sim a de um indivíduo inserido em um contexto familiar, social, nacional. Nesse sentido, a memória aborda aspectos coletivos, plurais, embora seja de uma única pessoa.

Para aprofundamento do trabalho e compreensão do seu objetivo, utilizo a e definição do conceito “cultura escolar”, utilizo JULIA (2001) que define cultura escolar como uma série de normas que definem os conhecimentos que se devem ensinar condutas a serem adotadas, práticas a serem ensinadas e a incorporação desses conhecimentos. Nesse sentido, o depoimento de Laura Ribeiro da Silva, demonstrou um pouco dessa cultura escolar.

Além disso, estas questões estão sujeitas ao tempo e ao contexto histórico de cada época. O conceito utilizado por este autor abrange as políticas, tensões, conjuntos de normas escolares, práxis docentes, conteúdos em sala de aula serão objetos de estudos e se constituem como Cultura Escolar.

## **HISTÓRICO DA ESCOLA**

A educação no distrito de Cachoeira do Sapo, município de Riachuelo está relacionada a história da Escola Municipal Francisquinho Caetano. O objetivo principal deste trabalho é o de compreender historicamente a constituição da educação neste distrito do interior potiguar e analisar sua vinculação com a história da escola de forma a perceber que ambas estão indissociáveis a partir da memória. Nesse sentido, surgiu à ideia trabalhar com a oralidade e depoimentos das pessoas que fundaram a escola, criar um projeto de história oral para construção desta história. Foi na pesquisa que se percebeu a relação entre a história, educação, memória e escola.

A história da escola está intimamente ligada à história da educação no distrito de Cachoeira do Sapo, município de Riachuelo. No ano de 1967, o primeiro prefeito eleito de Riachuelo-RN, Amélio Azevedo Cruz (1916 – 1986), através do “responsável” pelas escolas, o Sr. Geraldo Magela, convocou-o para criar um plano para a escola em Cachoeira do Sapo.

Foram contratadas duas professoras Alzira Câmara Andrade (1930) e Laura Ribeiro Silva (1945). Foram as duas mulheres que começaram um trabalho de pioneirismo e educação no distrito. Conta D. Laura:

Eu tinha casado há pouco tempo, tinha 15 anos e estava numa festa na casa do meu sogro. Foi quando *Magela* me procurou e perguntou se eu

queria ensinar. Eu disse: sim. Pois era meu sonho. “Sempre quis ensinar” (SILVA, 2009, p. 1).

Vale salientar que D. Laura tinha apenas a antiga 4ª série e foi contratada para trabalhar na docência para alfabetização de crianças. Alzira Câmara Andrade era esposa do Sr. Paulo Bernardo de Andrade que foi vice-prefeito de Riachuelo (1965-1970). Infelizmente, D. Alzira não aceitou com o termo de autorização de entrevista. Por isso, não utilizamos a sua contribuição de uma maneira. Pois:

História oral é um conjunto de procedimentos. Não se trata apenas de um ato ou procedimento único. História oral é soma articulada, planejada de algumas atitudes pensadas como um conjunto, não apenas como entrevista ou outra fonte oral que marque a história oral. (MEHY & HOLANDA, 2007, p. 15)

A autorização de cessão de direitos e de uso da entrevista é fundamental. Sem autorização expressa de D. Alzira ficou impossível o procedimento de todos os passos para obtenção da fonte oral. Consideramo-la como peça fundamental para entendimento desta história, mas apenas fizemos uma entrevista informal na presença de um dos seus filhos. Ela também foi contratada por Geraldo Magela e fez parte da educação do distrito. Ela ensinou também em sua casa. Seus alunos também foram alunos de D. Laura.

As professoras Laura Ribeiro Silva e Alzira Câmara Andrade ensinavam em suas respectivas casas e um detalhe importante é que cada professora “nomeou” por vontade própria o nome das salas em que lecionavam dando o nome da escola. Laura Ribeiro Silva chamava sua sala de aula, escola, de “Francisquinho Caetano”. Alzira Câmara chamava de Monsenhor Expedito. Este último sendo um padre que tinha sido o pároco da região por mais de 3 décadas e que também tinha muito respeito dos seus fiéis. Francisquinho Caetano era um comerciante, político que tinha falecido um ano antes da fundação da rede de educação distrital, no ano de 1966.



**FOTOGRAFIA 01: (ARAUJO, Rodrigo Wantuir Alves de. 2009) Casa de D. Laura**

Isso perdurou por cinco anos, sendo que no ano de 1971, houve a unificação das duas salas, formando propriamente a escola. Até o término da construção das duas salas de aula, dois banheiros e uma cozinha, estrutura inicial da escola, a escola funcionou na fazenda Santa Inês. 1974 foi ano de inauguração da Escola Municipal Francisquinho Caetano, valendo ressaltar que a gestão também era de Amélio Azevedo, em sua segunda gestão. Conta D. Laura que na época, não havia o prédio escolar e essas professoras ensinavam na sala de sua casa. Os alunos viam da comunidade e andavam a pé cerca de 1 km para casa de D. Laura. Sua casa era distante da cidade e era uma “casa de taipa”. Ela disse que cuidava dos afazeres de casa cedo para que pudesse se dedicar a sala de aula.

Num depoimento bastante saudosista, ela diz: “Eu sempre quis ensinar. Eu estudava com as “irmãs Leite” lá na fazenda Salvação e eu achava tudo muito bonito. Elas eram mulheres elegantes, instruídas e quem errasse elas colocavam de castigo, mas eu nunca fui. “Nunca fiquei de castigo” (SILVA, 2009, p. 3). Diz D. Laura.

A título de esclarecimento, as “irmãs Leite” eram três integrantes da família Ramalho, importante família tradicional vinda da Paraíba na década de 60 e que colaboraram com a educação de muitas pessoas na comunidade. Interessante esse momento da educação de Cachoeira do Sapo, pois este momento que antecede a educação

pública garantida pelo poder público, a educação filantrópica já se fazia presente na comunidade.

As professoras se capacitaram e estudaram o “Logus” um curso criado pelo Governo Federal para capacitar professores. Esse curso era composto por reuniões e aulas presenciais. Também foram capacitadas pelo projeto “SACI” e recebiam fascículos com conteúdo didático, questões de múltipla escolha com questões de Português, Matemática e Estudos Sociais. Além delas, outras professoras também fizeram parte desse programa de educação.

A contribuição de D. Alzira foi muito significativa dentro do contexto de formação da escola. Porém, ela não permaneceu muito tempo professora da escola, pois ela optou pelo cuidado com seus filhos que moravam em Natal. Então, ela solicitou para ficar com o serviço na cozinha.



**FOTOGRAFIA 02: (ARAUJO, Rodrigo Wantuir Alves de. 2009) Casa de D. Alzira**

Um detalhe importante citado por elas que os alunos não davam trabalho e eram respeitosos. “Eles faziam as atividades sem reclamar e colaboravam com os colegas de sala. Respeitavam-me e tudo que eu falava, eles ouviam com atenção.

Nesse tempo (1970) eu não tinha problema com indisciplina de alunos. “Só vim ter esse problema quando eu era diretora nos anos 90” (SILVA, 2009, p.2). Mas, um fato curioso esta relacionado à primeira professora, D. Laura. Nas décadas de 80 e 90, ela foi nomeada diretora e só entregou o cargo porque foi obrigada a se aposentar. Conta que sente saudades da escola, da sala de aula e diz que aquele ambiente era muito bom.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Depois de constituída, a Escola Municipal Francisquinho Caetano nunca foi desativada e a construção desse projeto colaborou em grande medida para sistematização da cultura escolar, conhecimento da própria história da escola, valorização dos seus agentes direta ou indiretamente. Os atuais alunos que participaram desse projeto, além desse contato e produção histórica, gostaram muito e aprenderam se inserido neste processo de ensino-aprendizagem. Afinal, toda essa ideia começou justamente quando se foi planejado ser necessário conhecer a história da sua própria instituição.

A Escola Municipal Francisquinho Caetano passou por diversos estágios, como melhoria da infra-estrutura e recursos humanos. Atualmente conta com cerca de 30 funcionários, dentre eles 13 professores. Funcionam em dois turnos: matutino e vespertino, ofertando a modalidade de ensino fundamental para em média de 200 alunos anualmente. Os desafios continuam dentro desse contexto de educação continuam e ainda há muito a conquistar. Mas isso aí, já é outra história.

### **REFERÊNCIAS**

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de Educação**. N. 1 jan./ jun 2001. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273>> Acesso em: 20 ago. 2015.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. 3 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

**Anais Eletrônicos do VI Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades - Sertões: histórias e memórias**  
**UFRN - CERES - Campus de Caicó, RN, 07 a 11 nov 2016**  
*Simpósio Temático História, educação e sensibilidades*  
**ISBN 978-85-92861-70-4**

MEIHY, José Carlos Sebe B. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Laura Ribeiro. **Depoimento**. Projeto Metamorfose Escolar. Arquivo digital. MP3. 19 min.



## LINGUAGEM AUDIOVISUAL E SENSIBILIDADES: A MÚSICA COMO MEIO DE SOBREVIVÊNCIA NO REGIME NAZISTA

Laise Galgane Araújo Silva<sup>41</sup>

### INTRODUÇÃO

A presente pesquisa emergiu do projeto “Abre-te ouvido” promovido pelo PIBID-História/ CERES em parceria com a Escola Estadual Professor Antônio Aladim de Araújo, situada na cidade de Caicó- RN, no período setembro a novembro de 2016, no qual dialogou-se com diversos contextos musicais e históricos da década de 20 a 90 no Brasil, por meio da linguagem cinematográfica e musical. Dentre esses contextos, o Holocausto, dentro da sistemática da Segunda Guerra Mundial, apesar de não compor um momento da história brasileira, foi escolhido como fonte de sensibilidade, pois a proposta do projeto “Abre-te Ouvido”, foi a de tratar a linguagem audiovisual no processo de aprendizagem histórica e quais os efeitos que essas linguagens exercem em nossas vidas. Mas qual relação haveria entre Holocausto e sensibilidade musical? A partir dessa inquietação inicial, surge a questão que norteia esse estudo: como pensar a música como signo de sensibilidade em meio ao extermínio em massa de pessoas durante um período em que se propagava o antissemitismo, o racismo e a xenofobia? Essas questões foram respondidas pelos próprios alunos participantes do Projeto, que passaram a ver a musicalidade como símbolo de transformação pessoal e social.

Utilizamos nesse processo de construção de conhecimento a fonte cinematográfica, com a análise contextual do filme *O Pianista* do ano de 2002, disponível em: (<https://www.youtube.com/watch?v=kPBtbPO7avE>), que trata da história de um músico durante a invasão e tomada de Varsóvia pelos alemães e do documentário *Sobreviventes da orquestra de Auschwitz- Bach em Auschwitz* do ano de 1999, disponível em: (<https://www.youtube.com/watch?v=5jl470oGftU>), que apresenta um grupo de musicistas em reencontro e rememoração dos momentos em que estiveram no ambiente do campo

---

<sup>41</sup> Discente do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientador: Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo- Departamento de História (UFRN).

de concentração de Auschwitz. Poderia então o cinema ser fonte de conhecimento histórico? Para Miriam Rossini, a linguagem cinematográfica, em relação aquelas que são responsáveis pela reconstituição histórica nos possibilita uma aproximação e uma inserção do passado no presente, ao afirmar que, [...] “ao fazer reviver o passado, ele torna possível presentificar um ausente. E, ao recriar as sensibilidades de outras épocas, traz para o presente as necessidades e as esperanças do passado, permitindo-nos confrontá-las com as nossas próprias necessidades e esperanças.” (ROSSINI, 1999, p. 119).

Além disso, utilizamos a fonte oral, que se apresenta tanto no depoimento das musicistas da orquestra feminina de Auschwitz, quanto as entrevistas realizadas com os alunos participantes do projeto “Abre-te Ouvido”, como resultado das reflexões obtidas a partir da análise desses documentos audiovisuais. Assim como o cinema, a fonte oral também é vista como uma fonte de conhecimento histórico, pois ela nos mostra como os sujeitos perceberam, digeriram e significaram determinado contexto. Nesse processo espera-se que além de descrever suas memórias, as pessoas também expressem seus sentimentos, opiniões, emoções, preocupações e expectativas. (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015).

Em relação aos depoimentos dos alunos do Projeto, escolhemos 3 estudantes dentre os 5 que são participantes do projeto “Abre-te ouvido” realizado pelo Pibid de História na Escola Estadual Professor Antônio Aladim de Araújo. Os 3 alunos escolhidos estão na faixa etária entre 15 e 18 anos.

Dialogando com intelectuais como Maria Auxiliadora Schimidt (2004), que trata das inovações no ensino de História e seus benefícios para os alunos; Marc Ferro (1992) pioneiro na utilização de filmes como documento histórico, traçamos uma linha que perpassa a Nova História Cultural e as linguagens como subsídios no processo de construção histórica; o cinema como recurso no processo de ensino aprendizagem; os efeitos da música em nosso cérebro e a importância dos sons como auxílio no processo educacional. Apesar da abertura às linguagens, em especial ao cinema e a música como subsídio para o ensino, são poucos ainda, os trabalhos relacionados a esses campos. Destacam-se no estado do Rio Grande do Norte trabalhos como o de Senna (2008), que trabalha com o espaço da imaginação como fuga da realidade, exemplificando com relatos do livro que deu base ao filme O Pianista.

## **NOVA HISTÓRIA CULTURAL E OS USOS DAS LINGUAGENS**

A Nova História Cultural, como é conhecida, foi uma prática historiográfica difundida na segunda metade do século XX, que ordenou uma maior aproximação entre a História e outros campos de saberes como a Antropologia, a linguística, a psicologia e ciência política. (BARROS, 2011).

Pensar nessa aproximação em relação ao uso das linguagens na história não é tarefa fácil, pois apesar dos novos questionamentos acerca dos meios possíveis de discussão histórica nos fins do XX tanto o cinema, a música, o teatro e outras artes foram vistas com receio, pois ao contrário da historiografia, palpável, digna de uma “verdade histórica”, as artes produzem análises muito subjetivas. No entanto, o historiador, ao realizar uma operação historiográfica, selecionando, confrontando e concluindo algumas respostas sobre as perguntas feitas à fonte escolhida consegue encontrar uma “veracidade” que legitima seu material como fonte de conhecimento. Sobre o papel da Nova História Cultural:

[...] o mundo da Cultura passa a ser examinado como parte integrante do “modo de produção”, e não como um mero reflexo da infraestrutura econômica de uma sociedade. Existiria, de acordo com esta perspectiva, uma interação e uma retro-alimentação contínua entre a Cultura e as estruturas econômico-sociais de uma Sociedade, e a partir deste pressuposto desaparecem aqueles esquemas simplificados que preconizavam um determinismo linear e que, rigorosamente falando” (BARROS, 2011).

É nesse contexto que inserimos as linguagens como campo de saber histórico e social, contemplando uma noção mais ampla do que é cultura e o que é produzir cultura. Nesse interim, abraçamos a ideia de que as comunicações orais, as práticas cotidianas e as memórias são objetos valiosos para o entendimento e reconstituição histórica.

Assim, respaldados nas discussões propostas pela NHC, nos apropriamos da fonte cinematográfica, que por si só já carrega um teor de intencionalidades e discursos, bem como as memórias que delas são extraídas, para compor nosso campo de investigação.

## **O CINEMA COMO NARRATIVA HISTÓRICA**

Ao tratar das memórias e discursos que o filme *O Pianista* nos apresenta, é necessário perceber as origens dos sons no cinema, pois estamos lidando diretamente com música e com suas sensibilidades para entendermos de que forma ela é capaz de nos atingir, emocionalmente falando.

Vale ressaltar, de antemão, que temos, na maioria dos casos, uma visão errônea do que possa ser trilha sonora, ao relacioná-la ao conjunto de peças musicais que compõe a obra cinematográfica, quando na verdade essa é a trilha musical. (ALVES, 2012). Trilha sonora é todo ruído que, intencionalmente é colocado na obra para simular sons, como por exemplo, o bater das palmas, o som que é resultado do atrito do nosso calçado ao solo quando caminhamos. No entanto, é importante perceber que mesmo no cinema mudo havia sons, que eram produzidos por um pianista que ficava atrás das telas. Quando os donos do cinema eram mais abastados, contratava-se uma orquestra para exercer a mesma função.

Havia, claro, diversos motivos para que os sons não fossem gravados e unidos as cenas, que vão desde a falta de uma tecnologia que pudesse inserir os sons como dinamizador do contexto apresentado na obra, tanto quanto o temor em inseri-la e acabar com a poética da construção das imagens. (CUNHA,2004).

Em 1927, trinta e dois anos após a criação do cinema pelos irmãos Lumière, eis que surge o vithafone, uma enorme e desajeitada máquina de projeção, que passou a incluir na película pequenos trechos musicados. Apesar de ser uma máquina de pouca tecnologia (falamos em relação aos instrumentos de hoje) que emanava um som cheio de ruídos e chiados, para a época foi uma revolução no modo de produzir e consumir cinema. (SALLES, 2008).

Com a incorporação da “sétima arte” como fonte de pesquisa, possibilitada a partir da Nova História Cultural, pudemos extrair dos contextos postos nas películas, características fundamentais para a construção de uma metodologia de aprendizagem e apesar de o trabalho com fontes como estas, por muito tempo, não terem ganhado respaldo, o historiador pode, apropriar-se do conhecimento já existente, formulando métodos, questionamentos e respostas, que contribuem para a legitimação das linguagens

como fonte de pesquisa. É o que afirma Marc Ferro, pioneiro no uso do cinema como fonte histórica:

A 'linguagem' do cinema revela-se ininteligível e, como a dos sonhos, é de interpretação incerta. Mas essa explicação não é satisfatória para quem conhece o infatigável ardor dos historiadores, obcecados por descobrir novos domínios, sua capacidade de fazer falar até troncos de árvores, velhos esqueletos, e sua aptidão para considerar como essencial aquilo que até então julgavam desinteressantes. (FERRO, 1992).

É nessa conjuntura, que escolhemos o filme *O Pianista* do ano de 2002, como fonte de conhecimento e indagações históricas. Baseado na autobiografia de mesmo nome do músico polaco Wladyslaw Szpilman, conta a história de como ele sobreviveu ao processo de invasão de Varsóvia pelos alemães nazistas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Antes de adentrar sobre as reflexões que a película nos proporciona é necessário entendermos um pouco sobre o que foi o Regime Nazista:

O Nacional Socialismo, i.e. nazismo, representava muito mais do que um movimento político. Seus líderes, que chegaram ao poder em janeiro de 1933, desejavam ir além da obtenção da autoridade política, da revisão do Tratado de Versalhes, e da recuperação e expansão dos territórios perdidos após a humilhante derrota alemã na Primeira Guerra Mundial [por eles iniciada]. Eles também pretendiam alterar o cenário cultural da sua sociedade, recuperando o que eles acreditavam ser os valores tradicionais "alemães" e "nórdicos", limitando e eliminando a influência judaica, "estrangeira" e "degenerada". Eles também pretendiam moldar uma comunidade de cunho racial (*Volksgemeinschaft*) alinhada aos ideais nazistas. (UNITED STATES, 2016).

A partir desses "pressupostos" foi instaurada a disseminação da política nazista em todos os níveis sociais. E nesse contexto, as manifestações artísticas e culturais também foram "contempladas" com essa nova ideologia. É tanto que, as organizações culturais judaicas e de outros grupos (étnicos, religiosos, políticos, contrários àquela ideologia) foram realinhadas a partir dos ideais já mencionados, por pessoas como Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda e Esclarecimento Popular, com a alegação de serem política ou artisticamente suspeitas. (id. 2016).

Em relação a música, temática que perpassa todo nosso trabalho, as autoridades nazistas prezaram pelos grandes nomes da música erudita alemã: Johann Sebastian Bach, Ludwig van Beethoven, Richard Wagner e Anton Bruckner que era austríaco, mas incorporou traços das composições de Wagner. Enquanto permitiam as obras clássicas “arianas”, proibiam as de alemães não arianos, bem como o jazz e o swing que eram associadas a cultura afro-americana. E quando associamos Hitler a música, nos remetemos automaticamente a admiração que tinha as óperas de Richard Wagner. (UNITED STATES, 2016). Além disso, o ditador nazista ainda possuía um pianista exclusivo que executava as suas obras preferidas. Ernst Putzi Hansfstaengl, era americano e logo “simpatizou” com o espírito hitlerista.

Apesar do grande respaldo que a música ariana tinha no período, outros músicos ganharam notoriedade, fossem tocando em rádios, em restaurantes e em bailes. Foi o caso de Wladyslaw Szpilman, que fez sucesso na Rádio de Varsóvia, executando composições dos mais variados compositores eruditos, entre eles Frederic Chopin, que é escolhido como trilha musical do filme *O Pianista*. E não é por acaso. Apesar do cinema ser, nesse caso, uma representação do vivido, e portanto, uma reflexão intencional de um momento histórico, tocar Chopin, ao invés de Beethoven ou Wagner é um ato de resistência, pois o compositor em questão, influente no período romântico era polonês. E executar composições com maestria e sensibilidade, num momento em que se propagava a exclusividade de influências arianas, é no mínimo uma representação de imposição, de demonstração de força, apesar das muitas censuras postas aos viventes “degenerados”.

O filme mostra algumas das barbáries cometidas contra as “raças não arianas” e no livro, essa narrativa é bem mais detalhada, e com um teor de angústia muito maior:

O muro que cerca o gueto impunha limite aos sonhos, às esperanças, aos desejos. Ninguém tinha permissão para sair, era um mundo dentro do mundo. (p.22). Todos estavam nervosos e agitados, e andavam a esmo, de um lugar para o outro, como se fossem animais trancados numa jaula à qual ainda não se tinham acostumado. (p.50) [pois]...as ruas do gueto não levavam a parte alguma. Terminavam sempre no muro. Frequentemente deparava com ele bloqueando o meu caminho. Não havia qualquer explicação lógica para que eu não pudesse continuar minha caminhada, caso assim o desejasse. A parte restante da rua, do outro lado do muro, adquiria para mim uma importância vital (...) de inestimável valor (...).

Voltava para casa todos os dias aniquilado – com o mesmo desespero na alma (p.53). (SZPILMAN, 2008, p.22-53 apud SENNA, 2011, p. 2).

Mesmo que não nos atentássemos ao que foi Segunda Guerra, o Holocausto e as milhares de mortes que ocorreram, a imagem, tanto no cinema, quanto aquela que criamos em nossa imaginação nos revelam o quão sensível somos, ao entender a dor do outro, ao imaginar tudo isso acontecendo conosco. Essa nossa sensibilidade é reflexo do que acontece no âmago humano. E no cinema, com a representação mais incisiva do real, do surreal e do utópico postos no conjunto de imagens e sons, a “poética da alma afirma sua presença”. (BACHELARD, 2008).

É nessa circunstância que chegamos ao questionamento inicial de nosso trabalho: como poderia a música ser signo de sensibilidade, de sentimentalismo e de comoção em meio ao extermínio em massa de indivíduos. Ora, a música, diferentemente de todas as artes, é capaz de comover até as pessoas mais cruéis e desumanas. É o caso de Hitler e seu pianista. Os sons são essenciais em nova vida, e podem, literalmente nos tirar de momentos obscuros:

O oficial apontou para o piano (...). Coloquei os dedos sobre o teclado; tremiam como varas verdes. Desta vez teria que literalmente ganhar a vida tocando piano. [... Comecei a tocar “Noturno em dó menor” de Chopin. O tilintante som diáfano do piano repercutia nas paredes vazias do apartamento e da escadaria, ecoando abafado e melancólico entre as ruínas das casinhas do outro lado da rua. Quando terminei, o silêncio reinante na cidade ficou ainda mais fantasmagórico. (SZPILMAN 2008, p.171- 172 apud SENNA, 2011, p. 5).

No livro e no filme, essas cenas são representadas como ápice de sentimentalismo humano, de pura sensibilidade, de empatia e talvez até de amor a existência. O oficial poderia simplesmente matar o pianista. Seria apenas mais um judeu para lista. Mas ele, depois de ouvi-lo tocar, preserva sua vida e passa a protegê-lo dos demais soldados, dando-lhe o que comer e até o que vestir para esquentar-se do frio. Isso significa que somos mais do que a razão nos diz pra ser. Somos acima de tudo, sentimentais.

O sentimento musical foi tão expressivo nesse período, que haviam orquestras espalhadas pelos principais campos de concentração nazista. No de Auschwitz, um dos mais importantes e conhecidos campos havia o destaque da Orquestra Feminina. De



início, qualquer atividade ligada as artes era signo de punição e em alguns casos, morte. No entanto, para um músico, apaixonado por sua profissão, se desvencilhar de seu instrumento de vivência era proposta fora de cogitação. Encontrava-se então, formas de camuflar e levar para dentro desses espaços os seus “companheiros”. Instrumentos de madeira, por exemplo, eram desmontados e contrabandeados para dentro dos campos. (DW, 2005).

Com o tempo, os nazistas perceberam que poderiam utilizar as expressões artísticas existentes nesses confinamentos para mostrar ao público que ali não havia tanto sofrimento assim, que os detentos tinham momento de diversão e entretenimento. Na verdade, as orquestras serviam para acompanhar os “momentos importantes”, como a chegada de novos prisioneiros e até como “última melodia” para deleite daqueles que seguiam para as câmaras de gás.

Em Auschwitz, a orquestra feminina era composta por cerca de 40 integrantes, incluindo musicistas profissionais, amadoras e copistas. A primeira regente foi a polonesa Sofia Czajkowska. Depois de um tempo, foi substituída por Alma Rosé, filha de Arnold Rosé, músico conhecido por ter permanecido como primeiro violinista da Orquestra de Viena por 50 anos. Alma torna-se conhecida também por seus dons musicais, e assim como seu genitor, se torna uma excelente violinista. Apesar de ter sido presa, seus dotes logo são reconhecidos e é por esse motivo que confiam a ela a maestria da orquestra. (MÚSICA FAZ HISTÓRIA, 2013).

O interessante nessa história, é que algumas das musicistas que fizeram parte desse momento cederam suas memórias para o conhecimento do grande público em 1999 a equipe do GNT, em que rememoram os seus sentimentos e sofrimentos nesses espaços. Tornar a lembrança ativa, principalmente em momentos como esses pode ser muitas vezes doloroso para quem viveu o momento ou alegre, para aqueles momentos eternizados como bons sentimentos. Não é o caso do contexto em estudo. Assim, nos apropriamos a todo o tempo dessas memórias e de suas construções para entender o todo, um contexto:

[...] memória não é apenas individual. Na verdade, a forma de maior interesse para o historiador é a memória coletiva, composta pelas lembranças vividas pelo indivíduo ou que lhe foram repassadas, mas que

não lhe pertencem somente, e são entendidas como propriedade de uma comunidade, um grupo. (SILVA, 2006).

Dessa forma, lidando diretamente com a memória, a partir de dois documentários (Bach em Auschwitz) percebemos a angústia das senhoras que na época foram presas, perderam suas famílias e diferente de muitos, tiveram o maior privilégio que se poderia ter dentro de um campo de concentração: o de permanecerem vivas. Assim, a história e a memória alimentam, contextos e narrativas que são de fundamental importância para a formação de um conhecimento mais humano, mais simbólico:

Hoje, a aplicação à história dos dados da filosofia, da ciência, da experiência individual e coletiva tende a introduzir, junto destes quadros mensuráveis do tempo histórico, a noção de duração, de tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, de tempos subjetivos ou simbólicos. O tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta. (LE GOFF, 1990, p.13).

## **MÚSICA E NEUROCIÊNCIA**

Reafirmando o papel da música como meio de sobrevivência no regime nazista, tanto no caso do Wladyslaw Szpilman, como no das musicistas da orquestra feminina, e na tentativa de justificar as emoções causadas pelos sons em nosso organismo, nos valem da neurociência para explicação dos efeitos da música em nosso cérebro.

Nos últimos tempos, houve grande expansão no conhecimento sobre a atuação do nosso cérebro em relação a música devido o avanço tecnológico nas práticas da neuroimagem. Essas técnicas imagéticas, permitiram os estudiosos a revelarem em tempo real as atividades que o cérebro processa e de que maneira se articulam. Esse procedimento implicou os resultados de que “O processamento musical envolve uma ampla gama de áreas cerebrais relacionadas à percepção de alturas, timbres, ritmos, à decodificação métrica, melódico-harmônica, à gestualidade implícita e modulação do sistema de prazer e recompensa que acompanham nossas reações psíquicas e corporais à música.” (MUSZKAT, 2015. p. 67).

Para as pesquisas atuais a música ultrapassou a arte e passou a ser um instrumento para o estudo de vários aspectos humanos. O ato de ouvir e de produzir música envolve praticamente todas as funções cognitivas. Outra constatação interessante

é que as áreas ativadas pela função musical variam com as experiências individuais e com o treinamento musical, tornando então muito mais complexo este estudo. (PsiqWeb, 2016). O nosso sistema nervoso é muito mais complexo do que podemos imaginar, mas a busca pelo entendimento de como os processos musicais ocorrem dentro de nós, é fundamental para o nosso conhecimento emocional e social:

Entender o cérebro musical pode elucidar aspectos fundamentais da mente humana, da emergência da consciência a partir da emoção, da percepção implícita à consciência autorreflexiva. Se por um lado, a neurociência tradicionalmente lida com a objetividade dos dados e sinais que cartografam o funcionamento cerebral, por outro, a música não pode ser entendida sem levarmos em conta a subjetividade, o envolvimento lúdico e a transitividade que caracterizam a arte. Ciência e arte compartilham o dinamismo do desenvolvimento, que não é um estado, mas um processo permanente de aprendizagem e busca de equilíbrio e abrange a capacidade de conhecer, conviver, crescer e humanizar-se com as várias dimensões da vida. (MUSZKAT, 2015. p. 67).

Ouvir música é um ato que interfere diretamente na atividade cerebral, favorecendo as ligações neurais principalmente na parte frontal do cérebro, que é responsável pelos processos de memorização e atenção. Além disso, ela é capaz de estimular a conexão entre os dois lados do cérebro, o que poderia explicar sua relação com a matemática e o raciocínio lógico. (PsiqWeb, 2016). A música acaba se tornando então uma importante ferramenta para o entendimento de nossas sensibilidades, seja pelo viés emocional, como pelo técnico, pois contempla a ativação de todo o nosso sistema orgânico:

A música, mais do que qualquer outra arte, tem uma representação neuropsicológica extensa. Por não necessitar, enquanto música absoluta, de codificação linguística, tem acesso direto à afetividade, às áreas límbicas, que controlam nossos impulsos, emoções e motivação. Por envolver um armazenamento de signos estruturados estimula nossa memória não-verbal (chamadas áreas associativas secundárias). Tem acesso direto ao sistema de percepções integradas, ligadas à áreas associativas de confluência cerebral, que unificam as várias sensações incluindo a gustatória, a olfatória, visual e proprioceptiva em um conjunto de percepções que permitem integrar as várias impressões sensoriais num mesmo instante, como a lembrança de um cheiro ou de imagens após ouvir determinado som ou determinada música. Também ativa as áreas cerebrais terciárias, localizadas nas regiões frontais,

responsáveis pelas funções práticas de sequenciação, de melodia cinética da própria linguagem e pela mímica que acompanha nossas reações corporais ao som.

Qual a intenção dessa breve exposição dos efeitos da música em nosso cérebro? Tudo para justificar que se é tão essencial em nossas vidas, não seria diferente nas vidas de personagens como Hitler, e outros indivíduos conhecidos por sua crueldade e insensibilidade. Percebemos então, que por trás de todo figura rancorosa, malévola e cruel, há um ser sensível aos sons, a natureza, as melodias que ecoam nos mais simples balançar das árvores ao serem tocadas pelo vento. Aqui temos a representação de como ocorre o processo de ativação do nosso cérebro através dos sons musicais de forma individualizada:

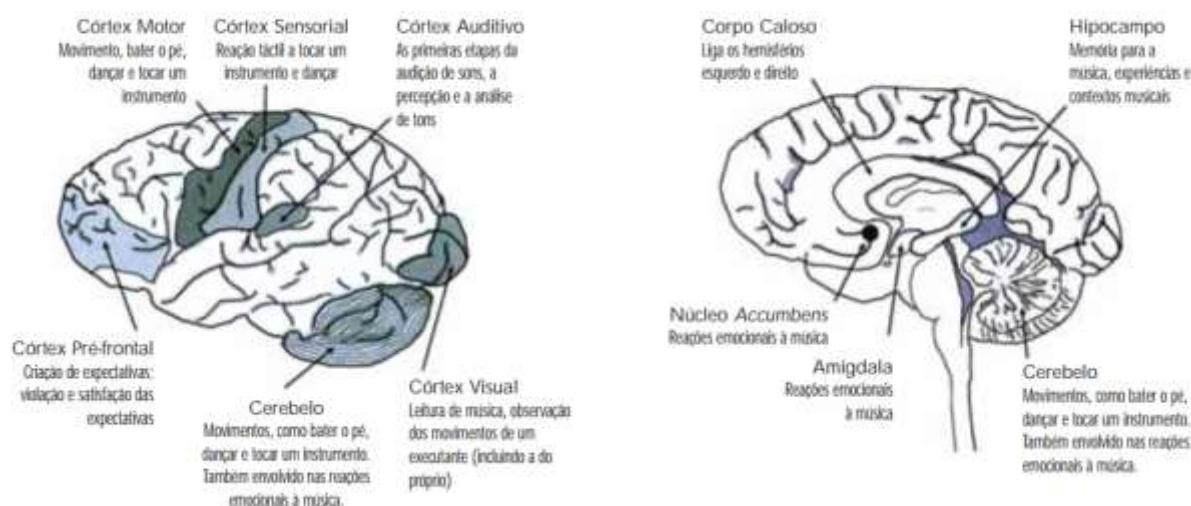


Figura 1. Representação Esquemática do Cérebro Musical. (Adaptado de Levitin, 2010)

E aqui temos a representação do que ocorre em nosso sistema nervoso quando escutamos uma melodia ou canção de nosso agrado e nos deixamos levar pela sonoridade:

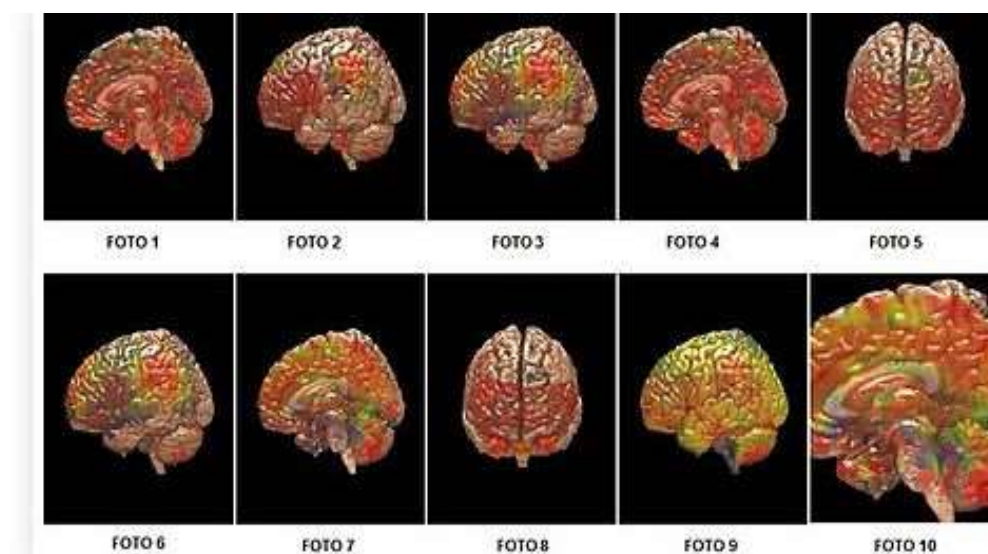


Figura2. Efeitos da música em nosso cérebro.  
Fonte: Imagem retirada da internet.

Percebamos a quantidade de ativações que são realizadas ao longo de uma única música em nosso cérebro. Quase que por completo ele é tomado de vibrações, de sensações e de prazer. É uma das únicas atividades, senão a única, que é capaz de promover esses tipos de estímulos.

Até mesmo pessoas com surdez grave podem ter musicalidade inata. Muitos surdos adoram música e são acentuadamente responsivos ao ritmo, que sentem como vibrações, e não como som. A aclamada percussionista Evelyn Glennie tem surdez grave desde os doze anos de idade. (SACKS, 2007. p.73) Assim, as vibrações, os sons, os ruídos, todos os signos musicais são parte de nós. Não há quem não goste de música. Até os que não podem ouvi-la a apreciam.

#### **A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO PROCESSO EDUCACIONAL**

Na atual conjuntura educacional brasileira, observamos algumas dificuldades referentes ao processo de ensino e a aprendizagem no que diz respeito as metodologias que possam auxiliar o processo de apreensão de contextos e apropriação de conteúdo. A música se apresenta, nesse processo, como importante meio de sensibilização e autoconhecimento, significando um maior entendimento da realidade que nos cerca e uma motivação a crítica e a reflexão.

Observamos hoje algumas dificuldades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem: algumas relacionadas às crianças e outras, ao professor. Voltamos nossa atenção para a questão da aprendizagem e dos processos relacionados que podem ajudar na compreensão de conceitos e apropriação de conteúdos e vemos na música um instrumento que pode contribuir nesse processo. Como afirma Cuervo:

Em relação à musicalidade, bem como em qualquer área de desenvolvimento intelectual, fatores biológicos e culturais são complementares, formando uma rede de elementos indissociáveis entre si. Relacionando essas afirmações à música, constatamos que a musicalidade é constituída por um conjunto de elementos do fazer musical que vão além de habilidades técnicas específicas. CUERVO(2009, p.75).

A música enquanto disciplina é assunto relevante desde os tempos antigos, pois é ela que oferece alguns dos panoramas necessários para o desenvolvimento psíquico e emocional em crianças e jovens, pois é até a meia idade que o cérebro se constrói e recebe ativações mais incisivas. Pensando nisso, foi instaurada a lei nº 11.769

[...]sancionada pelo presidente Luís Inácio no dia 18 de agosto de 2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de educação básica e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que tem por objetivo geral abrir espaço para que os alunos possam se expressar, se comunicar, bem como promover experiências de apreciação e abordagem em seus vários contextos culturais e históricos. (MOREIRA, 2014, p. 41).

No entanto, são poucas as instituições escolares que aderiram ao ensino de música enquanto disciplina. Quando o fazer, na maioria das vezes, é como complemento de carga horária e não como uma arte que pode auxiliar e muito o aluno e a comunidade em geral no seu processo de apreensão do mundo.

A educação se apresenta na relação entre indivíduos, inclusive na interação entre professor e aluno. Quando há uma relação de troca, todos os questionamentos, as sensibilidades se tornam reflexões conjuntas, e isso é conhecimento.

Maria Auxiliadora Schimidh (2004) no seu livro “Ensinar História”, demonstra que inovações em sala de aula fazem com que a prática docente desmitifique a noção que se

tem do “professor enciclopédia” detentor do saber, substituindo pela imagem de um “professor construtor”, que contribui para o conhecimento de seus alunos em sala de aula, e que se percebe que a música é uma forma de indicar ao aluno novas formas de compreender a história. Assim, os alunos que fizeram parte do projeto “Abre-te Ouvido”, perceberam que o conhecimento é adquirido na relação entre ideias e significados. E a música serviu como mediador entre eles e o mundo. Perceberam que a vida é um constante prelúdio, anunciando as nossas vivências posteriores. E os sons são nossa trilha musical, ponto de fuga da realidade crua que é a da existência.

Percebemos alguns dos significados nos depoimentos de alguns alunos participantes do projeto ao serem indagados se escutar ou produzir música é algo essencial na vida deles. Esse material está disponível no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC), do Centro de Ensino Superior do Seridó- CERES/ Caicó.

**Tiago-** “sim, pois além d’eu ser músico e tocar basicamente todo dia, quando eu toco ela, ou quando eu escuto ela, eu me acalmo e tenho uma sensação de paz e liberdade. Além do mais, eu vejo a música como uma alquimia, na qual se junta várias notas e transforma-se em algo belo, algo que toca onde a carne não pode tocar”.

**Jeferson-** “Sim, porque, vamos pensar um mundo sem alegria, sem felicidade, seria um mundo muito ruim para viver. Porque a música compõe uma parcela da alegria mundial, a pouca que ainda existe. Então, sem ela o mundo não seria nada, seria um lugar triste e obscuro sem sentimento”.

Eles conseguiram apreender o espírito musical e a importância que ela exerce em nossas vidas, tomando como plano de fundo os conhecimentos adquiridos acerca do filme O Pianista e os documentários da Orquestra de Auschwitz.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a análise de contextos como o Nazismo, dos efeitos que a música exerce em nosso cérebro, pudemos concluir que a música perpassa todas as civilizações, todos os contextos, todas as vivências. Ela, juntamente com a memória, nos rememora fatos,



situações e sentimentos. Portanto, é necessária como disciplina, meio de fuga da realidade, como interação social.

O cinema, como representação do audiovisual, é uma fonte que carrega consigo intenções de produção, pluralidades sociais, representações culturais e muito contexto. É uma das formas mais abrangentes de representação do social e do coletivo.

Assim, utilizar a música como recurso didático é um importante meio de tornar o aluno consciente de seu espaço social, de suas vivências, de sua musicalização, de sua expressividade. Ela se torna então vida. Já diria Nietzsche “sem a música a vida seria um erro”.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Bernardo Marquez. Trilha Sonora: o cinema e seus sons. **Novos Olhares**, v. 1, n. 2, p. 90-95, 2012.

BACHELARD, Gaston. A casa. Do porão ao sótão. O sentido da cabana. IN: **A poética do Espaço**. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARBOSA, Pedro Henrique Félix. **Trilhas sonoras de filmes como ferramentas pedagógico -musicais em diferentes contextos educacionais**. Natal- RN, 2015.

BARROS, José D.'Assunção. A Nova História Cultural—considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos-DOI: 10.5752/P. 2237-8871.2011 v12n16p38. **Cadernos de História**, v. 12, n. 16, p. 38-63, 2011.

CUERVO, L. **Musicalidade na Performance**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009, Porto Alegre

CUNHA, Rodrigo. **A Importância do Som no Cinema**, 2004. Disponível em:< <http://www.cineplayers.com/artigo/a-importancia-do-som-no-cinema/6>>. Acesso em: 30 de agosto de 2016.

DW. Theresienstadt e Auschwitz: música sob o signo do Holocausto. 2005. Disponível em: < <http://www.dw.com/pt-br/theresienstadt-e-auschwitz-m%C3%BAAsica-sob-o-signo-do-holocausto/a-1468875>>. Acesso em 09 de nov. de 2016.

FERRO, Marc. O filme, uma contra-análise da sociedade? In: **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.79- 115.

LE GOFF, Jacques. História e memória. São Paulo: UNICAMO, 1990.

- LEVITIN, Dj. *A Música no seu cérebro: a ciência de uma obsessão humana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010
- Música faz história. **Música nos campos de concentração, Auschwitz**. 2013. Disponível em: ><http://musicafazhistoria.blogspot.com.br/> <. Acesso em 16 de out. de 2016.
- MOREIRA, Ana Cláudia, HALINNA, Santos, DA SILVA COELHO, Irene. A MÚSICA NA SALA DE AULA-A MÚSICA COMO RECURSO DIDÁTICO. **Unisanta Humanitas**, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2014
- MUSZKAT, Mauro. **Música, neurociência e desenvolvimento humano**. p. 67- 69. 2015. \_\_\_\_\_ Música e Neurociência. Disponível em: <[http://www.neuroclin.com.br/noticias/Dr\\_Mauro\\_Muszkat\\_05.html](http://www.neuroclin.com.br/noticias/Dr_Mauro_Muszkat_05.html)>. Acesso em 12 de out.de 2016.
- NAPOLITANO, Marcos. **História e Música: história cultural da música popular**. BeloHorizonte: Autêntica, 2002.
- PsiquWeb. A Música e o Cérebro. As "funções musicais" são um conjunto de atividades cognitivas e motoras envolvidas no processamento da música. Disponível em: <<http://psiquweb.med.br/site/?area=NO/LerNoticia&idNoticia=336>>. Acesso em: 17 de out. de 2016.
- ROSSINI, Miriam de Souza. As marcas da história no cinema, as marcas do cinema na história. **Anos 90**, v. 7, n. 12.
- SACKS, Oliver. **Alucinações musicais: relatos sobre a música e o cérebro**. Editora Companhia das Letras, 2007.
- SALLES, Filipe. **A Origem da Trilha Sonora**, 2008. Disponível em: <http://www.mnemocine.com.br/index.php/cinema-categoria/29-somcinema/162-trilha-sonora>>. Acesso em 30 de ago. de 2016.
- SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Introdução. In: **História Oral na sala de aula**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. Coleção Práticas Docentes.
- SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.
- SENNA, Alecrides J. R. C. B. DE; GOMES, Ana Laudelina Ferreira. **A casa onírica: o relato de Wladislaw Szpilman e o filme "O Pianista"**. Rio Grande do Norte, 2011.
- SILVA, Kalina Vanderlei Silva; SILVA, Maciel Henrique. Memória. In: **Dicionário de Conceitos Históricos**. Ed. Contexto – São Paulo; 2006

SZPILMAN, Wladislaw. **O pianista**. 2ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, A CULTURA NO TERCEIRO REICH: DISSEMINAÇÃO DA VISÃO DE MUNDO NAZISTA  
Disponível em: ><https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10007519> <.  
Acesso em 14 de outubro de 2016.

**DOCUMENTÁRIOS SOBRE A ORQUESTRA FEMININA:**

TV Noia. Sobreviventes da orquestra de Auschwitz (Bach em Auschwitz) 1/8. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=5jl470oGftU> >. Acesso em 07 de set. de 2016.

Filme O Pianista:

Okov Muru. O Pianista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kPBTbPO7avE>>. Acesso em 07 de set. de 2016.

Imagens dos efeitos da música no cérebro. Disponível em :

<[https://static.wixstatic.com/media/c10e00\\_bb02186ebbbb4809b7d6980939398f15.jpg/v1/fill/w\\_669,h\\_416,al\\_c,q\\_90,usm\\_0.66\\_1.00\\_0.01/c10e00\\_bb02186ebbbb4809b7d6980939398f15.webp](https://static.wixstatic.com/media/c10e00_bb02186ebbbb4809b7d6980939398f15.jpg/v1/fill/w_669,h_416,al_c,q_90,usm_0.66_1.00_0.01/c10e00_bb02186ebbbb4809b7d6980939398f15.webp)>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

## **O COTIDIANO ESCOLAR ATRAVÉS DA CULTURA MATERIAL: GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU (1930-1950)**

Paula Lorena Cavalcante Albano da Cruz<sup>42</sup>  
PPGED/ UFRN

### **INTRODUÇÃO**

Os estudos de cultura material geralmente estiveram presentes nos estudos da arqueologia, aparecendo em alguns trabalhos na área da História. Contudo, somente a partir das Escolas dos Annales, com a abertura que essa proporcionou aos estudos históricos foi que a cultura material começou a ganhar espaço, porém muito utilizada pela história econômica (PEZES, 2005). Por volta das décadas de 1980 e 1990, podemos observar um aumento por parte dos historiadores da cultura pelo campo (BURKE, 2008).

Nas pesquisas em História da Educação, é possível perceber uma maior proximidade com a História Cultural. O alargamento de novas perspectivas teórico-metodológicas, objetos de estudo e de fontes que a área da historiografia cultural apresentou, influenciou consideravelmente os estudos históricos sobre a educação. O que antes, era dedicado a análise de fontes documentais de cunho oficial, essa passou a ser apenas uma das diversas possibilidades. O espaço escolar (prédio, arquitetura), as festividades, diários de classe, exames, fotografias, livros didáticos, objetos de cunho pedagógico e mobílias de uso escolar, são exemplos de fontes potenciais para os estudos da história da educação. Essa ampliação documental, possibilitou a pesquisa se tornar mais próxima do cotidiano escolar.

E o estudo da materialidade, através da História da cultura material, vai ao encontro dessa afirmação, pois o material não se limita a análise desse em si mesmo, mas ao seu uso, as apropriações que os homens fazem da matéria, bem como a sua importância para a economia, sociedade e cultura. Assim, podemos observar que o cotidiano é uma noção que está bem próxima aos estudos da História da Cultura material, pois explica que

---

<sup>42</sup> Doutoranda do Programa de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientador: Prof. Dr. Maria Inês S. Stamatto – PPGED (UFRN). Pesquisa apoiada pela CAPES. E-mail: paulalcac@gmail.com

a materialidade culturalmente criada pelo homem, conduz com frequência o historiador dessa área ao estudo da vida cotidiana (BARROS, 2004).

O estudo da cultura material escolar, ainda é algo recente, mas que vem ganhando espaço nas pesquisas educacionais. Voltar o olhar para edifícios, utensílios, materiais pedagógicos e manuais didáticos, sem entendê-los como algo natural, mas como objetos que apresentam uma materialidade que influencia a cultura escolar.

Realizar um levantamento do material inventariado das instituições escolares torna-se latente quando se supera o entendimento de ser esta uma questão secundária, meros objetos. Fundamental é entendê-los como algo a mais que utilitarismo insignificante e passar a interpretá-los como vestígios da cultura escolar (FARIA, 2012, p. 47).

Compreendemos que a cultura escolar abarca toda a vida escolar, os aspectos do cotidiano, dos modos de fazer e pensar a escolar, aos objetos escolares e a materialidade física.

#### **GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU<sup>43</sup>**

Inserido dentro do contexto dos grupos escolares no Brasil durante a Primeira República, a qual promoveu a expansão desse modelo de escola, e os tornou símbolo da ação governamental dos republicanos, propaganda de governo na busca de se firmar como novo sistema político, o Grupo Escolar Barão de Mipibu foi criado pelo Decreto nº 204 de 12 de agosto de 1909 (RIO GRANDE DO NORTE, 1909).

Contudo, o seu prédio é anterior ao decreto, data do ano de 1879, construído pelo capitão engenheiro Urbano Joaquim Loyola Barata, por ordens do Barão de Mipibu, o Coronel Miguel Ribeiro Dantas para atender as crianças da região e era conhecido como Casa de Instrução Pública (BARBALHO, 1960).

O grupo Escolar Barão de Mipibu, localizado na cidade de São José de Mipibu, em sua estrutura física era constituído por quatro salas, das quais três eram destinadas as aulas (Escola feminina, masculina e mista infantil) e um lugar reservado para a diretoria, além de um pátio a céu aberto, dois banheiros externos com fossa e esgoto, um

---

<sup>43</sup> Parte do assunto dessa seção já foi explorado na Dissertação de mestrado da autora.

reservatório de água, mas que existiam de forma precária (AMARAL, 2009). O prédio com formato de caixa, possuía características neoclássicas, foi construído com cerâmica produzidas nas fazendas locais.

O edifício, onde fora instalado o Grupo Escolar Barão de Mipibu, sofreu poucas mudanças desde a sua construção até os anos 50, com o acréscimo de uma cantina, lugar reservado para o preparo do lanche das crianças (ENTREVISTA, 2013).

A capacidade de alunos era para a escola feminina e masculina de 40 alunos no máximo para cada e 24 para a mista infantil, segundo o Decreto de criação do Grupo de 1909 e perdura até a década de 30. No entanto, esse número não atingia a sua totalidade, acolhendo menos que a sua capacidade total.

Nas décadas de 1940 e 1950, percebemos através da análise dos livros de resumo de matrículas que o número de matriculados foi crescendo, o que antes não chegava a 40 alunos por escola, passou a acolher cerca de 50 a 55 crianças nas escolas femininas e masculinas.

Nesse contexto, de um espaço próprio destinado para a educação e o aumento na população escolar e dos métodos pedagógicos, é inevitável percebemos a materialidade existente e que possui uma função relevante na formação do alunado, pois os materiais escolares que encontramos no Grupo Escolar Barão de Mipibu, possibilitam uma análise do cotidiano da escola, bem como as finalidades sociais e culturais produzidas e reproduzidas.

## **GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU E A CULTURA MATERIAL ESCOLAR**

O material e os bens móveis adquiridos pelo Grupo Escolar Barão de Mipibu, ou seja, a materialidade existente na escola, nos revelam muito da cultura produzida e consumida nessa época, bem como as finalidades de tal uso. Podemos perceber a importância de se estudar tal tema no texto da Veiga (2000, p. 7),

os modos de uso dos objetos, sua escolha, a receptividade, ausências e presenças de utensílios, o preço, os processos de aquisição e procedência, entre outros, são elementos que participaram ativamente da criação, operação, manutenção e/ou desativação das experiências escolares. Neste aspecto, é importante chamar a atenção para os suportes materiais que concretizaram a escola como lugar de transmissão do saber [...]

No GE Barão de Mipibu, elegemos algumas fontes que identificavam os objetos usados pela instituição e que nos possibilitava percebermos a cultura material produzida no Grupo. Entre os documentos selecionados estavam os Registros de Bens móveis, que era uma listagem dos bens, com quantidade, estado de conservação, data e preço da aquisição. Essa lista era realizada todo ano, seguindo o decreto n. 410, de 14 de janeiro de 1938. Além desse, os Termos visitas da diretoria geral de Departamento de Educação, Correspondências expedidas e o caixa escolar, possibilitaram percebermos o aparecimento, as transformações e desaparecimentos, bem como os desafios em obtenção de material, as necessidades e as condições de uso, a sua importância para a escola, as finalidades de sua utilidade “são reveladoras das práticas educacionais e suas mudanças” (SOUZA, 1998, p.224).

Ao analisarmos as fontes acima, elegemos alguns materiais que percebemos ter finalidades sociais e culturais no cotidiano escolar, pois “Toda cultura é impregnada de materialidade” (VEIGA, 2000, p. 1). No quadro abaixo, podemos observar diversos objetos que fizeram parte da construção da noção de escola moderna e que eram utilizados com o objetivo de colaborar com a formação educacional, civil e social das crianças, entendendo assim, “a escola, espaço de institucionalização do saber, de produção e transmissão de cultura, hábitos e valores” (VEIGA, 2000).

A escola moderna, representada no Brasil pelo modelo dos Grupos Escolares trazia em si várias novidades, a começar pela existência de um prédio próprio para o ensino. A começar por uma legislação própria, que discriminava desde a estrutura física dos prédios, sua localização e funcionamento interno, bem como a formação e atuação dos professores e alunos, a função de um diretor que estaria dentro do grupo a fiscalizar e coordenar a organização escolar e o método pedagógico.



QUADRO 1: Lista de materiais utilizados no Grupo Escolar Barão de Mipibu

Armários de madeira
Estantes
Birô
Globo geográfico
Objetos em formatos geométricos
Mapa do Brasil Físico
Cavalete (novo)
Cabides com 5 tornos
Quadros negros de parede
Quadros negros pequenos
Lavatórios tripé com bacias
Jarros
Lavatórios de parede
Bancos carteiras
Filtros para água
Bandeira brasileira
Compassos pequenos
Escrivanias com duas tintas
Tinteiro 1 tinta
Cesta para papel
Mapa da Ásia, América do Sul, África e Oceania
Carimbo para marca
Carimbo para visto
Mapa do Brasil e RN
Mapa de termos geográficos
Mapa de termos métricos
Mapa mundi
Quadro coração de Jesus
Crucifixo
Compasso para giz
Retrato do patrono
Retrato do Dr. Getúlio Vargas
Régua de madeira
Relógio
Livros

Fonte: Livro de Registro de Bens do GE Barão de Mipibu (1930-1950).

Para funcionamento de tal estrutura, a materialidade existente era imprescindível. A escola graduada através da sua edificação exigia uma mobília apropriada para a educação e para o pensamento higienista da época. As salas de aulas era organizadas, através dos móveis, apresentando espaços sociais bem definidos. Em geral um quadro

negro ao lado ou por trás do birô do professor que tinha em sua direção as carteiras do alunos bem alinhadas, distribuídas de uniformemente. Esse desenho da sala nos conduz a reflexão acerca dos papéis sociais dentro da escola, bem como pensado na formação do cidadão que se pretendia embasado na ordem, na disciplina. A existência de um espaço definido para o docente por um birô, reforçava a sua presença como autoridade, de onde ditava as regras da aula.

A utilização do relógio que tinha por objetivo a racionalização do tempo. Uma sociedade em que se configurava aos moldes capitalistas, a divisão do tempo se fazia presente, passando a existir o tempo escolar que delimitava os horários de entrada e saída, o intervalo para o recreio, gerando nos discentes, e na família desses, mudanças e novos valores acerca da temporalidade; a duração do tempo dedicado a ministrar cada disciplina, o que nos revelava o valor social dado a cada uma.

A organização do espaço, bem como a utilização de materiais e recursos didáticos, ou seja, a materialização da escola se fazia necessário para a realização da Pedagogia Moderna, para a concretização do método escolhido para os grupos escolares, a saber: o intuitivo (CRUZ, 2014). Com a adoção do método intuitivo entra no ambiente escolar diversos recursos didáticos, objetos que buscavam ajudar no processo de ensino-aprendizagem.

O estudo através da imagem ganha espaço, os mapas são exemplos disso, como também, a existência de vários tipos de mapa e de locais diferentes (mapa Mundi, do Brasil, da América do Sul, Ásia, África, Oceania, Termo geográficos, Globo geográfico e do RN) nos mostra a compreensão de um ensino pelo observável, próprio do método intuitivo, de uma educação enciclopédica que se pretendia abarcar parte considerável do conhecimento geográfico e de caráter nacionalista como afirma Pizzato (2001, p. 114).

Voltando ao papel que caberia a Geografia nestas políticas, vemos que a legislação ao oficializar para ela o papel de garantir o estudo mais profundo da realidade brasileira, de fato, quer garantir o papel de difusão do nacionalismo patriótico que a Geografia deveria desempenhar.

Os materiais didáticos geométricos e aritméticos (Compassos pequenos, Régua de madeira, objetos de formas geométricas, mapa de termos métricos) que esses estavam

vinculados a uma formação que devia estar preparado para o trabalho, servir seu país e respeitá-lo.

A utilização de jarros, filtros para água, bacias, certos para papel e lavatórios se faziam presente e se apresentavam como colaboradores da cultura do higienismo que se pretendia formar nas crianças. Segundo Vago (1999), muitas práticas cotidianas nas instituições escolares eram realizadas buscando inserir no aluno as concepções higienista, e existência de objetos como os citados acima, nos revelam que faziam parte do cotidiano do aluno práticas de asseio, de limpeza do corpo, das mãos, bem como os filtros para água nos conduz a compreensão da difusão da importância de se beber água filtrada na prevenção de doenças.

Contudo, a difusão do pensamento higienista vem desde o período imperial, porém ganharam maior expressão na República e a escola foi se apresentando como um dos meios, vias para o processo de higienização da população brasileira. Segundo Silva (2004), a passagem pela escola passava pela aprendizagem do cuidado com o corpo. A higiene e a disciplina aprendidas dos grupos através da pedagogia da higiene eram capazes de mudar essa situação e assim cumprir o objetivo de cuidar daqueles que seriam os cidadãos que iriam trabalhar na indústria emergente.

Outro pensamento que adentra a escola moderna é o nacionalismo, difundido e representado pelos heróis nacionais, esses não eram somente percebidos através das aulas de História e dos livros didáticos. Eram nitidamente notado através de objetos que faziam referência a esses, como os 'retratos de brasileiros ilustres'. No Grupo Escolar Barão de Mipbu encontramos nos relatórios de bens móveis a presença de retratos do Dr. Getúlio Vargas, então presidente do Brasil e de Miguel Ribeiro Dantas, o Barão de Mipibu, patrono do grupo. Consideramos estes instrumentos de ensino, atuantes no espaço escolar, como elementos nacionalistas, forjando mensagens de amor à pátria e de veneração aos 'heróis da Pátria'. "O ato de homenagear homens do cenário público era uma prática que buscava enaltecer os feitos da personagem como também criar no imaginário social novos heróis" (CRUZ, 2014, p. 89).

Além de objetos dedicados ao culto de grandes personalidades brasileiras, encontramos a bandeira nacional, símbolo por excelência do nacionalismo de um país. Nos Termos de visitas observamos diversas festividades mencionadas e em todas é

perceptível a descrição do hasteamento da Bandeira Nacional com o canto do Hino Nacional. As práticas vinculadas a tal materialidade, que buscavam construir e reforçar o sentimento patriótico nos estudantes, se via em outros momentos do cotidiano escolar no GE Barão de Mipibu, pois a bandeira estava relacionada não somente aos eventos escolares, mas aparecia nas aulas de História, através do livro didático que explicava as partes constitutivas da bandeira, bem como das aulas de Educação Física que dedicavam momentos para o ensaio dos desfiles cívicos.

No âmbito do material que compunha os bens móveis do GE Barão de Mipibu, encontramos algo que nos chamou bastante a atenção, a presença de símbolos religiosos como o crucifixo e um quadro do sagrado coração de Jesus.

Com o advento da República, houve uma ruptura nas relações entre a Igreja e o Estado, tornando-se esse laico e seguido pela federação como se pode observar na legislação educacional do Rio Grande do Norte, que afirmava no Artigo 8º do decreto nº 239 de 15 de dez de 1910, que “a nenhum mestre é permitido o doutrinamento religioso de qualquer natureza [...]” (RIO GRANDE DO NORTE, 1910, p. 120).

Sendo a escola pública laica, a presença de objetos que representem uma fé no ambiente escolar público nos parece contraditório. Contudo, isso nos revela algumas especificidades interessantes de serem pensadas, pois mesmo o Estado sendo laico e assim também a escola pertencente a esse, o povo em geral não o era. A religiosidade dos que frequentavam e faziam parte daquela instituição adentrava o espaço laico, ao ponto de ser ignorado essa premissa. Ao mestre era proibido o doutrinamento religioso, mas na escola existia símbolos que manifestavam esse doutrinamento.

Por fim, um material de suma importância na escola moderna é o livro, seja didático ou paradidático. No Grupo Escolar Barão de Mipibu, encontramos registros de entrada e saídas de livros a partir dos anos 40. Contudo, isso não significa que eles não existiam anteriormente, pois nos diários de classe de 1920 e 1930 encontramos menções de livros e cartilhas em sala de aula. Sabemos que pela estrutura física da escola, essa não possuía um espaço exclusivo para uma biblioteca como no grupo Escolar modelo Augusto Severo, na capital do Estado.

No entanto, segundo Faria (2012), é na década de 1930, a partir dos movimentos escolanovistas, que aumenta o incentivo de organização de bibliotecas infantis, bem como

da prática da leitura. Percebemos nisso, a preocupação com a formação de um povo alfabetizado, capaz de exercer a sua cidadania, que mesmo sem um ambiente definido para a instalação de uma biblioteca, possuía a dinâmica de empréstimo e incentivo a leitura.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Estudar a cultura material escolar nos insere em um universo de significados, colaborando na compreensão da cultura escolar, a qual possuía objetivos e finalidades claros, expressos por sua materialidade. Fazer um estudo da existência de mobílias, Cartilhas, mapas, livros de leitura, bandeiras, retratos de personalidades, nos fez compreender a construção da escola pelo seu interior e que tais objetos não eram neutros cumpriam a sua função no ambiente escolar, se encontrando em sintonia com o projeto desejável de cidade, ou seja, na formação de um novo sujeito urbano, higienizado, civilizado e patriótico.

### **FONTES**

DANTAS, Antônio Ribeiro. *Entrevista concedida a: Paula Lorena Cavalcante Albano da Cruz*. Realizada em Natal, 2013.

GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU. *Livro de Registro de Bens do GE Barão de Mipibu*. 1909-1921. São José de Mipibu, 1921.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n.º 204, de 12 de Agosto de 1909. Cria o Grupo Escolar Barão de Mipibu em São José de Mipibu. In: *Atos Legislativos e Decretos do Estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Tipografia de A República, 1909.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n.º 239 de 15 de dezembro de 1910. Código de ensino. In: *Atos Legislativos e Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Typ. d'A República, 1910.

### **REFERÊNCIAS**

AMARAL, Maria Lúcia. *Grupo Escolar Barão de Mipibu: orgulho mipibuense*. 1 ed. Natal, RN: Projeto Câmara cultural, 2009.

BARBALHO, Gilberto Guerreiro. *História do Município de São José de Mipibu*. Rio de Janeiro, RJ: Gráf. N P/S. A., 1960.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FARIA, Thais Bento. Cultura material escolar: objetos que contam história. In: XIV Semana da Educação. 2012. *Anais*. Londrina, SP: 2012. Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/eixo%20tematico%202.htm>> Acesso em: 27 set 2016.

BURKE, Peter. *O que é História cultural*. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2008.

CRUZ, Paula Lorena C. A. da. *A educação como instrumento na construção do imaginário republicano: Grupo Escolar Barão de Mipibu (1909-1920)*. 2014. Dissertação (Dissertação em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 5 ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.

PIZZATO, Maria Dilonê. A geografia no contexto das reformas educacionais brasileiras. *Geosul*. Florianópolis, v.16, n.32, p 95-137, jul./dez. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/14021/12871>> Acesso em: 10 out 2016.

VEIGA, Cynthia Greive. Cultura material escolar no século XIX em Minas Gerais. 2000. *1 CBHE*. Campinas, SP: 2000. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/040\\_cynthia.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/040_cynthia.pdf)> Acesso em: 27 set 2016.

SOUZA. Rosa Maria de Faria. *Templos de civilização: A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

VAGO, Tarcísio Mauro. Início e fim do século XX: Maneiras de fazer educação física na escola. *Cadernos Cedes*. São Paulo, ano 19, n. 48, São Paulo, Agosto/99. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n48/v1948a03.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n48/v1948a03.pdf)> Acesso em: 29 out 2016.

## **O USO DE FILMES COMO FERRAMENTA DIDÁTICO-METODOLÓGICA NAS AULAS DE HISTÓRIA**

Francisco de Assis Sousa Júnior<sup>44</sup>  
Antonio Robson de Oliveira Alves<sup>45</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A História como disciplina escolar tem sofrido significativas mudanças ao longo dos anos. Esta deixou de ser apenas uma disciplina de conteúdo, que era lecionada em sala de aula, e que tinha seu olhar voltado, sobretudo a fatos antigos e tradicionais, e passou a procurar um novo meio de abordar os fatos que acontecem em seu cotidiano, como também uma nova maneira de explicar os fatos passados, possibilitando assim, inseri-los dentro de uma nova perspectiva disciplinar.

Dessa forma, este trabalho foi desenvolvido a partir de uma experiência resultante do Estágio Supervisionado III, realizado na turma do 6º ano do turno vespertino, na escola (A) em Mossoró-RN. O objetivo deste artigo é analisar como os filmes podem auxiliar os professores de História em sua prática docente, propondo uma reflexão a respeito das contribuições que essa nova ferramenta didática pedagógica pode proporcionar ao processo de ensino-aprendizagem.

Deste modo, este trabalho encontra-se dividido em duas partes: na primeira parte, faz-se uma discussão a respeito das mudanças ocorridas no Ensino de História; a segunda parte, sobre a utilização de filmes na sala de aula, relacionando-a a experiência vivenciada no Estágio Supervisionado III.

### **O ENSINO DE HISTÓRIA E AS MUDANÇAS NOS DIAS ATUAIS.**

A disciplina de História tem sofrido muitas mudanças ao longo do tempo. Aos poucos ela vem deixando de ser uma disciplina isolada, que buscava enfatizar principalmente a compreensão dos fatos e acontecimentos do passado, pautada na

---

<sup>44</sup> Graduando do 7º Período do Curso de Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID/UERN, Sub-Projeto de História do Campus Central de Mossoró/RN.

<sup>45</sup> Graduando do 7º Período do Curso de Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID/UERN, Sub-Projeto de História do Campus Central de Mossoró/RN.



pesquisa de documentos oficiais, que muitas vezes seguia um padrão voltado para a história de grandes personagens. É certo que ainda são necessárias renovações no pensamento Histórico, no entanto, algumas mudanças ocorridas no decorrer dos tempos têm contribuído para uma valorização da disciplina e permitido ainda uma abertura para o estudo e compreensão dos acontecimentos do cotidiano. Se antes a História baseava-se em documentos oficiais, hoje, seu modo de pesquisa permite a utilização de vários tipos de documentos como livros, jornais, revistas, músicas, filmes, fotos e etc. Assim, Katia Abud (2003) acrescenta:

A História, como disciplina escolar, também é histórica. Isto é, também ela, como campo de conhecimento, passa por mudanças e transformações que a fazem filha do seu tempo. As novas abordagens, os novos objetos, outras fontes, outras linguagens foram se incorporando ao ensino de História (ABUD, 2003, p.184).

As novas abordagens teórico-metodológicas adotadas para o ensino de História vêm gradativamente ganhando espaço em nossas escolas. Existem muitas discussões em torno do ensino de História no Brasil, tais discussões refletem as mudanças que vem ocorrendo, os desafios, dificuldades e potencialidades a prática docente. Assim como aponta Souza e Pires (2010), as transformações no ensino de História ao longo de cada época foram constantes, tanto no meio escolar, como no âmbito acadêmico.

Contudo, o ensino de História vem se modificando a cada dia. Busca-se deixar para trás um ensino e uma visão tradicional da história, que só via e dava valor aos acontecimentos pautados nos grandes fatos e aos nomes de personagens importantes. Hoje busca-se uma história pautada nos acontecimentos diários, não que os acontecimentos do passado tenham sido esquecidos, mas que não dê prioridade aos acontecimentos dos grandes nomes, e sim, aqueles acontecimentos da história presente, feita por pessoas comuns em seu cotidiano, as suas ações, seu modo de ver a história.

Para Souza e Pires (2010) a História, enquanto disciplina escolar consolidada vem buscando ter maior autonomia, procurando responder aos questionamentos dos variados processos humanos e ainda preparar o cidadão para entender e participar dos processos democráticos do País, permitindo aos alunos a possibilidade de conviver em um mundo multicultural e multifacetado. E argumentam:

No entanto, para que esses objetivos sejam alcançados, há um longo caminho a ser percorrido, pois a falta de capacitação dos profissionais, os baixos salários e a falta de material impedem muito as potencialidades do ensino. (SOUZA e PIRES, 2010, p.3)

Assim, corroborando com o pensamento de Souza e Pires (2010), podemos perceber que mesmo o ensino de História tendo passado por relevantes mudanças ao longo dos anos, encontramos ainda diversas dificuldades na prática educativa, além dos já citados pelos autores, é possível identificar também as condições de infra-estrutura e o desinteresse por parte de alguns alunos pela disciplina. Este e outros fatores fragilizam o processo de ensino-aprendizagem.

Mesmo com tantas dificuldades encontradas no cotidiano escolar, notamos que algumas transformações através da inclusão de novas ferramentas pedagógicas no processo de ensino/aprendizagem, têm possibilitado ao professor buscar novas maneiras de socializar o conhecimento em sala de aula, através da utilização de fontes audiovisuais, como por exemplo: fotografia, filmes, músicas, documentários e etc.

Durante a aplicação da entrevista com o professor, após o término da observação das aulas no estágio, consideramos muito importante perguntar ao professor qual a finalidade do ensino de História? Por que e para que ensinar História? Onde ele nos responde:

A importância dessa disciplina no currículo escolar se justifica por sua capacidade possuidora e transformadora de uma formação humana, crítica, cidadã entre nossos alunos. Nosso compromisso como historiador e professor é discutir e construir entre nossos alunos caminhos que nos possam levar a autonomia do pensar, a autoconsciência como sujeitos históricos, transformadores de nossas realidades históricas. (Professor B).

## **A UTILIZAÇÃO DE FILMES NA SALA DE AULA**

Segundo Meirelles (2004) a utilização do filme como documento histórico e recurso didático detém grande importância do processo de socialização do ensino, pois, é impossível compreendermos a história da sociedade, vivenciada a partir do século XX, sem conhecermos as obras pelo cinema da época. Segundo este teórico:

Através do filme podemos observar nos seus personagens a distribuição dos papéis sociais e os esquemas culturais que identificam os seus lugares na sociedade. As lutas, reivindicações e desafios presentes no enredo e os diversos grupos envolvidos nessas ações (MEIRELLES, 2004, p.3).

Em muitos casos o filme é utilizado na sala de aula como uma forma mecanizada do aprendizado, onde o principal objetivo de professores que se utilizam dessa prática é a complementação ou reposição de horas/aulas.

Porém Freire e Caribé (2004, p.8), nos proporcionam uma verdadeira aula acerca do papel do professor. Segundo esses teóricos, o trabalho do professor é estimular o senso crítico do aluno, fazendo com que este levante, ou possibilite posteriormente o levantamento de questões acerca do tema. Porém, isso não deve se apresentar como uma imagem de que o professor é um detentor absoluto do saber, e que este tem todas as informações relacionadas ao assunto. O professor é antes de tudo também um aprendiz, e sendo assim, deve comporta-se como tal, a ele não compete um conhecimento acabado sobre o tema, este precisa estar sempre aberto para novas formas de aprendizado.

A utilização de filmes na sala de aula surgiu como uma proposta didática, a fim de auxiliar o educador em sua prática docente, além de proporcionar aos alunos, melhor compreensão dos conteúdos escolares. Porém, devemos ressaltar que só a utilização do filme na sala de aula, não se configura uma forma inovadora de ensino. Cabe ao professor analisar qual a melhor alternativa para a utilização do filme, como também, que método irá utilizar para discutir com os alunos a relação do filme apresentado, com o conteúdo que será abordado. Para Moura (2009, p.6):

A contribuição metodológica das novas tecnologias (Os recursos de multimídia, fotografia, vídeo, imagens, sons, filmes) quando usadas corretamente se tornam ferramentas de apoio para a apresentação, construção e transmissão do conhecimento histórico.

Com base nesses teóricos, procuramos durante o processo de observação no estágio, nos atentar principalmente a maneira como o professor conduzia sua forma de socialização do conhecimento. Durante esse processo, percebemos que o mesmo buscava realizar esta tarefa de forma clara e sucinta, buscando sempre interagir com os alunos, os estimulando a expor seus conhecimentos adquiridos através de suas vivências diárias.

No estágio o professor utilizou o filme “*A múmia: a tumba do imperador dragão*”. No filme é retratado cenas de modos de vida e cultura dos povos orientais, assim, ele utilizou o filme para introduzir o assunto sobre a Civilização da China. O objetivo do professor era fazer com que os alunos associassem o referido filme com o conteúdo que seria explicado posteriormente.

Assim, como argumenta Kátia Abud (2003) às imagens devem fazer parte da sala de aula porque a sua leitura nunca será passiva. Nelas existe o poder de provocar uma atividade psíquica intensa nos alunos, que será realizada através das seleções, de relações entre os elementos que existem na obra, como também uma relação com outras imagens e representações que podem ser criadas e expressas através de outras formas de linguagem.

Corroborando com o pensamento de Kátia Abud (2003), percebemos que a utilização de filmes na sala de aula pode ser considerada como uma ferramenta positiva para a socialização do conhecimento, uma vez que permite a inserção da visão do aluno no processo de aprendizagem, confirmando assim, aquilo que foi perceptível nas observações do estágio.

Segundo Kátia Abud (2003) “O cinema seria um bom recurso, pois atrairia a atenção dos jovens mais que as aulas e exposições orais realizadas pelo professor em sua sala de aula”. E ressalta:

Não se trata ainda de encarar a linguagem imagética como um recurso com características próprias, nem de propor métodos de trabalho pedagógico com a exploração das imagens. Como elas têm suas próprias regras de funcionamento, e atualizam um conjunto de configurações significantes especificamente icônicas, ao serem analisadas permitem que se compreendam melhor os aspectos que os currículos escolares propõem. (ABUD, 2003, p.188).

Dessa forma o filme como recurso didático torna-se uma ferramenta pedagógica de grande relevância no processo educacional na sala de aula, pois, a sua utilização possibilita ao aluno enxergar o assunto através de uma óptica diferente daquela que é abordado pelo livro didático.

Assim, após finalizarmos o processo de observação da prática docente, foi elaborada uma entrevista com o professor, com o objetivo de compreender e analisar os métodos que este utiliza em sala de aula, e principalmente a utilização do filme como

ferramenta pedagógica. Ao perguntarmos se há algum método específico para a utilização do filme no ensino de História?

A sala de cinema na escola pode se tornar um projeto complementar de ensino, ela se configura como uma verdadeira análise de documento. Filmes para mim são ferramentas interessantes na construção de uma análise do passado e do presente, claro sob uma perspectiva atrelada a arte filmográfica em si (Professor B).

Portanto, através da contribuição do pensamento do professor, percebemos a importância da utilização do filme como ferramenta didática no processo de mediação do ensino/aprendizagem, como uma forma de análise e apoio ao conteúdo abordado pelo professor em sala de aula. Outra questão de extrema importância que observamos durante o estágio foi à relação entre o uso do filme e o livro didático. Dessa forma procuramos saber do professor durante a realização da entrevista qual a diferença entre a utilização do Livro Didático e a utilização de filmes no ensino de História, no qual ele responde:

São instrumentos diferentes de se analisar a história em sala de aula, no entanto são complementares. O livro é imprescindível sob uma concepção de que em história é preciso leitura e análise iconográfica de documentos. A condição móvel, “viva” do filme pode ser um elemento complementar das análises feitas em sala. Sempre com a ciência de que o filme, assim como o livro é uma representação idealizada de um determinado contexto. (Professor B).

Segundo Cristiano de Souza (2012), a existência de um conceito tradicional quando pensamos no trabalho com filmes nas aulas de história, consiste primordialmente na ideia de que a aprendizagem do conteúdo pelos alunos poderá ser facilitada enquanto as aulas forem atraentes e dinamizadas através da utilização do filme em sala de aula. Porém como já foi falado anteriormente, e seguindo a visão deste meu autor, só a utilização do filme pelo professor não se caracterizara uma forma dinâmica e inovadora. O professor deve instigar nos alunos o desejo pela análise e reflexão, de fazer relações do conteúdo explicado com aquele que fora abordado no filme, permitindo a este aluno, que ele possa desenvolver o seu senso crítico acerca do que lhe foi mediado, através da relação do filme com a aula.

Assim como forma de tentarmos compreender melhor as mudanças que vieram a ocorrer com o passar dos anos, perguntamos ao professor: quais são os principais problemas no ensino de História hoje?

Precisamos repensar práticas e talvez métodos e currículos, o ensino de história hoje está caminhando para dias melhores. Considero a aula em progresso, pelos novos profissionais e pela abertura de rever práticas, materiais e métodos utilizados. (Professor B).

As perspectivas desse profissional quanto ao ensino de história são boas, o importante na fala do professor é que o mesmo percebe que é necessário repensar sobre a própria prática para assim desenvolver um trabalho significativo. A reflexão sobre ação constitui, portanto, fator primordial para a atividade docente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As mudanças que ocorreram e vem ocorrendo no ensino de História ao longo dos anos possibilitaram significativas mudanças que favoreceram o processo de ensino-aprendizagem na disciplina de história. Isto foi possível, dentre outros fatores, graças ao surgimento e introdução de novas ferramentas didático pedagógicas que possibilitaram aos professores inovarem suas metodologias de ensino.

Os filmes auxiliam a prática docente, favorecendo uma aula mais dinâmica, além de ser de fácil acesso. Contudo, é preciso salientar que a inserção de filmes em sala de aula não garante, em sua excelência, que aula seja produtiva, ou inovadora, deixando de lado o tradicionalismo. Pois, a utilização de filmes deve ser pensando numa perspectiva que envolva os alunos no conteúdo, não apenas para “ocupar” o horário da aula. Para os professores, existe um leque de instrumentos didáticos que podem contribuir para a aprendizagem, os filmes, trata-se apenas de um entre muitos outros.

Portanto de forma alguma adiantará ao professor ter acesso a inúmeros recursos tecnológicos, se este não for capaz de utilizá-lo a favor do ensino. O filme é, portanto, uma ferramenta que se for utilizada da maneira correta, proporcionará ao aluno uma formação crítica em relação ao que foi visto no filme e aquilo que foi estudado em sala.

## **REFERÊNCIAS**

ABUD, Kátia Maria. **A construção de uma Didática da História:** Algumas idéias sobre a utilização de filmes no ensino. *História*, São Paulo, 22 (1): 183-193, 2003.

CARIBÉ, Ana Luiza; FREIRE, Larissa Almeida. O filme em sala de aula: como usar? **Revista Eletrônica O Olho da História** - [www.oohodahistoria.ufba.br](http://www.oohodahistoria.ufba.br) - Artigos. Oficina Cinema-História. 1-12, 2004.

MEIRELLES, William Reis. O cinema na história. **O uso do filme como recurso didático no ensino de história.** *História & Ensino*, Londrina, v.10, p. 77-88, out. 2004.

MOURA, Mary Jones Ferreira de. **O Ensino de História e as Novas Tecnologias: da reflexão à ação pedagógica.** ANPUH - XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Fortaleza, 2009.

SOUZA, Éder Cristiano de. **O uso do cinema no ensino de história:** propostas recorrentes, dimensões teóricas e perspectivas da educação histórica. *Escritas Vol.4* (2012) ISSN 2238-7188, pp. 70-93.

PIRES, João Ricardo Ferreira; SOUZA, Renato João de. **Os desafios do ensino de História do Brasil.** Professores em Formação. ISEC/ISED, Nº1, 2º semestre 2010.



## EDUCAÇÃO E MEMÓRIA NA UFRN

Edilson Pedro Araújo da Silva<sup>46</sup>  
Sandra Mara de Oliveira Souza<sup>47</sup>

### INTRODUÇÃO

Em qualquer época e lugar, a memória tem papel fundamental. Ela é uma construção que repousa no presente a partir de vivências e experiências do passado. O sujeito carrega em si uma lembrança própria, mas, uma vez integrado à sociedade, seus grupos, sua “comunidade afetiva” e suas instituições, essa memória se situa num universo mais amplo, onde coexistem valores daquele determinado momento histórico. A rememoração individual se faz na tessitura das memórias dos diferentes grupos com que nos relacionamos. Por isso é tão importante o nosso lembrar a partir desse emaranhado de experiências e os modos pelos quais percebemos e vemos o que nos cerca.

Experiências significativas podem surgir após a retomada de fatos e trajetórias passadas, tanto no que se refere a compreender determinada época e contexto, quanto a permitir avaliá-las e traduzi-las no presente. Reviver situações vividas de modo particular permite construir novos olhares a respeito da experiência, ressignificando-a a partir de novas perspectivas. E se essa memória vincula-se a um espaço físico e a situações ali presenciadas, torna-se ainda mais perceptível que a história desse lugar pode ser contada de diversas formas e através de diversos canais, seja pela estrutura física e mobiliários, que revelam um tempo histórico específico, pelos documentos escritos, que oficializam e demarcam momentos importantes e pelos próprios sujeitos que vivenciaram aqueles espaços, recordações vivas, que podem se expressar por meio da narração dos fatos ocorridos. Revisitando Bosi (2003, p. 27), depreende-se que “as coisas que modelamos durante anos resistiram a nós com sua alteridade e tomaram algo do que somos”. Para

---

<sup>46</sup> Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e africana e licenciando em História pela UFRN, [edilsonrn@gmail.com](mailto:edilsonrn@gmail.com).

<sup>47</sup> Jornalista e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Roteirista e diretora de programas educativos e culturais, trabalha na Superintendência de Comunicação da UFRN. É também aluna regular do curso de Pedagogia nessa mesma instituição. E-mail: [sandramsouza@gmail.com](mailto:sandramsouza@gmail.com).

essa autora, a linguagem é o instrumento socializador da memória pois reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural vivências tão diversas como o sonho, as lembranças e as experiências recentes. Além disso, ela também reflete sobre o uso exclusivo de fontes oficiais para contar a história, uma vez que tal fonte não consegue abarcar as paixões individuais escondidas atrás dos episódios.

Para Halbwachs (2013), a memória individual é encarada como um ponto de vista sobre a memória coletiva, construído pelos indivíduos por meio do uso das palavras e das ideias, capturadas do ambiente social. Justamente por estar conectada à coletividade, a memória traz seletividades. Ela é um processo de negociação que busca conciliar memória coletiva e memórias individuais (POLLAK, 1989). Assim, contrariando Halbwachs, a memória nem sempre é feita de pontos de contato. Ela é também feita de esquecimentos, de escolhas seletivas e de conflitos. Para Pollak (1989, p. 3), “encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante”.

Essas ideias nos dão suporte para entender a importância de recuperarmos a história do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - campus central<sup>48</sup> e do Centro de Educação dessa mesma instituição. As tentativas de se recuperar uma parte dessa história passam por analisar diversas iniciativas pontuais, porém fundantes. A pesquisa sobre a história da educação na UFRN, em suas várias modalidades de ensino superior (graduação, pós-graduação e extensão), inscreve-se na perspectiva ao mesmo tempo histórica e identitária. O levantamento, recuperação e organização de fontes (registros, materiais, fontes orais) podem contribuir com a constituição de um espaço de memória da educação na UFRN, integrando o patrimônio cultural e história desta Universidade. Nesse sentido, a escrita da história da educação na UFRN, nas suas diferentes estruturas de ensino superior, contribui para a constituição de uma visão crítica e sistematizada das experiências, projetos, procedimentos e realizações desse espaço de formação da comunidade norte-riograndense. A criação, manutenção e uso desse acervo enseja novas possibilidades para o acesso público às informações e para

---

<sup>48</sup> É importante destacar que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, à época, tinha dois departamentos de Educação, um no campus central, DEPED, localizado em Natal, e outro no Centro de Ensino Superior do Seridó, DEDUC, localizado na cidade de Caicó. No presente artigo, refletimos sobre as experiências realizadas no campus central.

o reconhecimento de um vasto campo de estudos e pesquisas na área da educação. Neste artigo, optou-se por destacar experiências que se colocaram mais próximas dos autores, especialmente devido ao acesso a iniciativas, documentos e fontes orais.

Em 2008, o Professor Marcos Antônio de Carvalho Lopes, então chefe do Departamento de Educação da UFRN - campus central, juntamente com os Professores Maria Inês Sucupira Stamatto e Adir Luiz Ferreira elaboraram e submeteram o Projeto de Pesquisa PVE 3525-2009 à Pró-reitoria de Pesquisa, cujos objetivos eram: escrever a história do Departamento de Educação; estabelecer estratégias para a preservação dos registros de memória do DEPED; levantar e catalogar documentos para a constituição do acervo; realizar entrevistas com professores, diretores, coordenadores, funcionários e discentes que participaram da história do DEPED; preparar exposições por ocasião da inauguração do Centro de Educação; organizar painéis permanentes sobre a história do DEPED a serem instalados nas dependências do Centro de Educação; realizar filmagens com os participantes da memória do DEPED, como depoimentos e publicar livro e artigos sobre a história do DEPED.

Importa ressaltar que, nesse período, o Departamento de Educação estava vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e, após uma luta de décadas, o Departamento, através da resolução 009/2008 - CONSUNI, de 01 de dezembro de 2008, havia sido transformado em Centro de Educação e, aguardava, segundo o próprio documento previa, a construção da primeira etapa do edifício sede para efetivamente começar a funcionar. Em função das diversas atividades que envolveram esse período de construção, transição e posterior mudança, o projeto não atingiu os objetivos propostos, tendo ficado circunscrito às ações que envolveram a organização dos materiais em pastas e caixas para a mudança de sede.

Paralelamente, ainda em 2008, o Prof. Marcos Lopes submeteu à Pró-reitoria de Extensão, o projeto de produto PD027-2008. O objetivo principal do projeto era tomar conhecimento do estado e das condições dos documentos arquivados, do interesse em se manter ou não o arquivo em sua integralidade e possível digitalização. Foi também a ocasião para uma primeira classificação e organização dos documentos existentes, com vistas a sua transferência para o novo Centro de Educação. Nessa fase, foram classificados cerca de 5000 documentos e digitalizados um total de 234 documentos, correspondentes a

planos e programas de curso (Pedagogia, Pedagogia Probásica, Disciplinas Pedagógicas das Licenciaturas e Pós-graduação em Educação); estruturas curriculares (cursos de Pedagogia, Mestrado e Doutorado em Educação); processos de concursos públicos de provas e títulos; planos de gestão; relatórios de gestão; atas de colegiados e plenárias; ofícios e memorandos, portarias, resoluções e currículos de professores. Durante essa etapa do projeto, alguns problemas operacionais ocorreram: primeiramente, falta de pessoal para ajudar na seleção, organização, classificação do arquivo e na digitalização dos documentos selecionados. Em segundo lugar, falta de recursos para a compra de equipamentos apropriados para a digitalização dos documentos.

Nesse sentido, entre essa primeira fase a segunda, realizada somente no ano de 2014, seis anos se passaram. Assim, novamente sob a coordenação do Professor Marcos Lopes, naquele momento Vice-diretor do Centro de Educação da UFRN, foi submetido o Projeto de Extensão Memória Digital do Centro de Educação, no intuito de seguir com a organização, classificação e digitalização do acervo de documentos, ainda pouco conhecido, uma vez que, com a mudança, ficou instalado no espaço do almoxarifado no edifício do novo Centro, dentro de um armário de madeira e em estantes espalhadas por todo o espaço. Essa fase foi internamente denominada de fase 2 e visou a continuação da classificação para posterior digitalização de parte desses documentos. Nessa etapa, o projeto conseguiu a disponibilização, por parte da Pró-reitoria de Extensão, de duas bolsas. Após seleção, duas discentes do curso de Biblioteconomia foram incorporadas. Nesse ínterim, um *scanner* planetário, adquirido pelo Programa de pós-graduação em Educação, via edital do CT-Infra<sup>49</sup> foi instalado no CE, o que posteriormente viria a facilitar o trabalho.

Nessa etapa, o principal ganho qualitativo se concretizou a partir da aquisição do *scanner* planetário, que, embora não tenha sido utilizado de imediato, contribuiu para a sensibilização da comunidade do Centro em torno do projeto. Outro importante ganho qualitativo foi a concepção e elaboração do portal do Centro de Educação na internet,

---

<sup>49</sup> Fundo setorial da FINEP, criado para viabilizar a modernização e ampliação da infraestrutura e dos serviços de apoio à pesquisa desenvolvida em instituições públicas de ensino superior e de pesquisas brasileiras, por meio de criação e reforma de laboratórios e compra de equipamentos, por exemplo, entre outras ações.

passo fundamental para aproximar o Centro de Educação e as comunidades interna e externa à universidade.

Consistindo num patrimônio documental de inestimável valor histórico, o tratamento técnico exigiu planejamento de longo prazo, o que demandou um período considerável do projeto. Assim, o Memória Digital, em sua terceira fase, prosseguiu realizando ações estratégicas para ampliação e consolidação do controle sobre a documentação e o planejamento da cadeia de atividades de tratamento, visando possibilitar o acesso público. A digitalização do acervo seguiu sendo executada e, ao final dessa fase, mais de 15.000 documentos já haviam sido digitalizados.

### **INSIGHTS NO PERCURSO**

Durante a execução da terceira etapa (fase 3) do Projeto Memória Digital, percebemos mais claramente a qualidade e diversidade da natureza de documentos presentes no acervo. Entretanto, apesar de se tratar de um projeto de extensão de natureza eminentemente técnica, em função do perfil da equipe envolvida e das inquietações que foram surgindo ao longo do processo, emergiu a necessidade de “complementação de dados e impressões que escapam à documentação escrita” (MEIHY, 1998, p. 41). Assim, a partir de informações contidas nos documentos, a coordenação estabeleceu novos planos de análise que respeitassem o objetivo do projeto e ainda pudessem promover uma compreensão ampliada da história. Dessa forma, julgamos necessário desenvolver e articular outra metodologia a fim de buscar respostas para questionamentos que as fontes documentais suscitavam. Assim, foi preciso conhecer de forma mais ampla as instâncias, caminhos e trajetórias pessoais que conduziram ao que é hoje a área de Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a partir de diálogos com pessoas que vivenciaram o período, como professores e servidores. Compreender como essas pessoas foram sujeitos do seu próprio tempo parte de um ethos mais amplo, no qual essas mesmas pessoas foram agentes e produtos.

Recorreu-se, então, à história oral. Para dar continuidade à recuperação dessas memórias na voz de alguns de seus narradores, o mesmo grupo submeteu o Projeto de extensão PJ457-2016 intitulado “A escrita da história através da memória: fragmentos de

lembranças recuperam parte da história da Educação na UFRN” na tentativa de identificar atores que ajudaram a tecer a história do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenado por uma servidora técnico-administrativa do Centro e contemplado com uma bolsa, o projeto buscou reconstruir as trajetórias de alguns entrevistados, compreender seus anseios na área de educação, conhecer e contextualizar algumas de suas práticas, bem como identificar as razões que conduziram essas pessoas a escolher a educação como “projeto de vida”. Assim, elegeu-se uma colônia de narradores composta por docentes e técnicos que vivenciaram a Educação na UFRN desde o período em que era Departamento, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).

Dentre as várias questões suscitadas, a equipe do projeto discutiu a história da instituição e seus conflitos e a possibilidade ou não de utilizar as entrevistas para aprofundar ainda mais a compreensão daquele momento histórico. A essa altura, o grupo do projeto de extensão propôs a uma das docentes colaboradoras que um projeto de pesquisa fosse encaminhado a partir dessas inquietações. Dessa forma, revisitando o antigo projeto de pesquisa PVE 3525-2009, uma docente do Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação, do Centro de Educação da UFRN, submeteu e aprovou o PIN 13816-2016, projeto de pesquisa intitulado “A Educação na UFRN e no RN: histórias e preservação da memória”. Orientados pelas pistas de autores como Alberti (2006), Thompson (2002), Meihy (2002) e Amado & Ferreira (1998), iniciamos as entrevistas, todas partindo de um único questionamento, que o entrevistado poderia responder livremente “Como se deu a sua trajetória na área de Educação?” e seguindo as seguintes etapas: coleta das entrevistas e das autorizações, transcrição absoluta, revisão por parte do entrevistado e análise.

Nesse percurso, tivemos grandes entraves, desde as negativas para participação até a “autocensura”, que foi uma das estratégias mais utilizadas para não comprometer relações e assim garantir a estabilidade institucional. Cabe frisar, no entanto, que esse licenciamento foi utilizado e organizado de forma diferenciada nas sucessivas falas dos entrevistados. Algumas falas tentaram criar uma imagem positiva da linha sucessória entre os gestores, procurando resgatar uma visão otimista do ambiente educacional, a

fim de fortalecer a convicção de que problemas raramente existiram ou que foram facilmente superados, enfocados por uns até de maneira mítica, insistindo sempre nessas narrativas de retratação ou supressão pública de fatos controversos.

Vale ressaltar que o objetivo inicial que pautou a realização desse projeto estava centrado na análise dos documentos e que a partir de um dado momento, por identificar a lacuna que os documentos não preenchiam, tendemos para as narrativas orais objetivando contextualizar essas vozes e refletir sobre o conteúdo das entrevistas, e nesse sentido, entre outros aspectos, apontar quais eram os elementos predominantes nas declarações dos referidos integrantes. Buscava-se também, investigar e analisar as trajetórias de vida desses sujeitos na tentativa de recompor suas histórias, e compreender como elas levaram a esse lugar que hoje constitui o Centro de Educação. Nessa direção, foram registradas em áudio, editadas e transcritas, 13 entrevistas de ex-professores e técnico-administrativos do antigo Departamento de Educação do campus central desta universidade. Todas as transcrições absolutas foram enviadas aos entrevistados para conferência e revisão. Nesse momento, o grupo aguarda os devidos retornos.

No percurso, os dois projetos, que antes encontravam-se umbilicalmente conectados, acabaram por seguir caminhos bifurcados. “A escrita da história através da memória: fragmentos de lembranças recuperam parte da história da educação na UFRN” está em fase de finalização e acabou por se desdobrar numa pesquisa mais aprofundada. O projeto Memória Digital, por sua vez, encontra-se na fase 4, registrado como projeto de extensão sob o número PJ766-2016, e visa o processo de indexação do acervo digitalizado para posterior disponibilização pública sob a forma de uma plataforma *online*.

## **CONSIDERAÇÕES**

A construção de memórias na área de Educação, advindas de projetos que visam conhecer, preservar e disponibilizar o acervo documental e as narrativas orais de seus atores, propõe-se a ser mais um meio de interação entre a academia e a sociedade. As instituições produzem ao longo de sua trajetória uma significativa quantidade de



documentos que se tornam fundamentais para a preservação de sua própria memória enquanto instituição e, conseqüentemente, da sociedade na qual está inserida. Apesar da velocidade e liquidez da sociedade contemporânea, a elaboração de práticas de preservação e difusão da memória é fundamental e representa a preservação do patrimônio cultural de um povo. O Brasil, lamentavelmente conhecido como “nação de memória curta” tem, muito timidamente, iniciado políticas públicas de preservação. Esta realidade é percebida e vivenciada mais diretamente por pesquisadores, docentes e discentes das ciências humanas e sociais ao recorrer a lugares de memória públicos e privados (museus, memoriais, arquivos, centros de documentação, etc.) na busca pela construção e disseminação do conhecimento sob facetas diversas. Acreditamos que projetos dessa natureza se prestam a colaborar na preservação da memória institucional e no fortalecimento da importância dessa para a cultura dos diferentes grupos, bem como tende a tornar-se fonte de pesquisa, em qualquer tempo.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivido da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2013.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. Projeto História, n.10, dez. 1993, p.7 – 28.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989.

RIBEIRO, Antonio Marcos de Almeida. **História Oral Brasileira: Trajetória e Perspectivas.** Revista de Teoria da História. Ano 3, n. 6, dez/2011. Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892.

SILVA, Flora Cardoso da. **Dois abordagens para o estudo da História das instituições escolares.** Faculdade de Tecnologia de Sorocaba. Disponível em <[http://alb.com.br/arquivomorto/edicoesanterioresanais16/sem07pdf/sm07ss05\\_03.pdf](http://alb.com.br/arquivomorto/edicoesanterioresanais16/sem07pdf/sm07ss05_03.pdf)> Acesso em maio de 2016.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** História oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

## SERIDÓ CONTEMPORÂNEO: NOTAS SOBRE O ENSINO DE ARTE NO SERTÃO NORDESTINO

Jailson Valentim dos Santos<sup>50</sup>  
Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEEC/RN

*A tarefa magna do educador é ajudar o educando a  
conhecer a si mesmo e a capacitar-se para  
participar na construção de um mundo melhor.*  
Gustavo Alberto Corrêa Pinto

O sertão é uma imensidão de terra coberta de azul que tem seus limites demarcados por linhas de horizontes sinuosos. Um lugar que se reinventa na medida em que se abre às travessias, aos deslocamentos e aos devaneios poéticos. Neste artigo, caminhamos sobre este território porque nossos pés pedem esse chão para sentir. Chão que é nossa matriz criativa, que suporta nosso peso e nos permite sonhar. Isto porque andamos na contramão dos discursos políticos e culturais reducionistas, parciais e que mutilam a realidade sertaneja. Na contramão de discursos que contribuem para a construção de uma concepção de sertão que está atrelado ao atraso, à falta e à ignorância.

O pesquisador Durval Muniz de Albuquerque Júnior fez uma análise minuciosa da realidade nordestina a partir da mobilização de mitos e imagens estereotipadas construídas e aceitas socialmente, como o combate à seca. No livro *A invenção do nordeste e outras artes*, este estudioso parte de vários sentidos que são atribuídos ao território para afirmar que “o Nordeste, na verdade, está em toda parte desta região, do país, e em lugar nenhum, porque ele é uma cristalização de estereótipos que são subjetivados como característicos do ser nordestino e do Nordeste” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 343).

A produção artística e cultural vinculada ao sertão nordestino, seja ela musical, teatral, literária, fílmica ou plástica, muitas vezes contribui para a afirmação desse discurso de dependência e subdesenvolvimento que é enunciado sobre a região. A mídia reforça a imagem de feiura, miséria, exclusão, exploração e castigo do povo ao propagar imagens

---

<sup>50</sup> Professor/artista/pesquisador da rede pública estadual do Rio Grande do Norte. Possui graduação em Artes Visuais pelo Centro de Artes da UFPel e mestrado pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFPB/UFPE, na linha de pesquisa Ensino de Artes Visuais no Brasil. E-mail: valentim8@yahoo.com.br.

velhas com novas roupagens. Por isso é importante “ter um olhar crítico em relação a este olho grande que nos espia; ter uma voz dissonante em relação a estas grandes vozes que tentam nos dizer” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 347).

Neste texto, buscamos lançar um olhar sensível sobre o território sertanejo ao eleger Caicó-RN para destacar as demandas regionais que este município atende no campo educacional. O estudo avança ao trazer algumas reflexões sobre uma prática docente que esteve vinculada ao ensino de arte, com seus limites contidos em dezesseis aulas. Essa proposta foi realizada com uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental, da Escola Estadual Antônio de Azevedo, de Jardim do Seridó-RN. Dialogar diretamente com os espaços da cidade e perceber potencialidades artísticas e culturais presentes nas fachadas das edificações históricas, erigidas entre os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do XX, desse município seridoense, era o objetivo da proposta. Nessa perspectiva, era importante entender como a apreciação deste patrimônio arquitetônico seria capaz de contribuir com a formação do educando. Para tanto, o desafio estava em acessar a história e a memória local, articuladas a fundamentos da Arte e da Educação, sem se distanciar de uma concepção contemporânea de arte e seu ensino.

A prática desenvolvida em sala de aula envolveu várias etapas: planejamento, pesquisa, aquisição de materiais, construção e escolha de desenhos, transferência destes para o suporte, execução de pinturas, avaliação e reflexão crítica sobre todo o processo de trabalho, além de passeios expedicionários. A noção de expedição é deslocada para o contexto escolar pela estudiosa Mirian Celeste Martins (2009). Isto porque a palavra remete ao tempo das grandes navegações portuguesas e carrega um sentido científico, envolvendo a exploração de novos territórios que aconteciam por meio do domínio dos mares.

A noção de patrimônio artístico e cultural, bem como a produção poética da artista Adriana Varejão (Rio de Janeiro, 1964) foi estudada com os educandos. Essa artista vive e trabalha em Inhotim-MG e sua obra segue preceitos da arte contemporânea. Salientamos que a Abordagem Triangular<sup>51</sup>, sistematizada pela estudiosa Ana Mae Barbosa (1998), deu suporte

---

<sup>51</sup>A Abordagem Triangular está apoiada no tripé fazer, fruir e contextualizar a arte e foi sistematizada por Ana Mae Barbosa no livro *A imagem do Ensino da Arte* (BARBOSA, 1991), sendo denominada inicialmente de Metodologia Triangular. Posteriormente, a própria pesquisadora teve oportunidade de revisar o texto, como podemos consultar no livro *Tópicos Utópicos* (BARBOSA, 1998). Deste modo, foi possível melhorar alguns pontos da ideia inicial e corrigir outros.

teórico a proposta. Além de Barbosa, outros estudiosos do campo da Arte e da Educação contribuíram com suas reflexões para o embasamento teórico do texto.

A partir da leitura de Marli Meira (MEIRA, *et al.*, 2010) compreendemos que o educador tem o papel de alimentar a inteligência afetiva e sensível de seus educandos, estimulando o fortalecimento das experiências humanas entre crianças e jovens no contexto escolar. Neste sentido, o professor de arte deve aproximar suas pedagogias dos processos criativos e do reestabelecimento dos valores humanos, enquanto assume um compromisso com a educação transformadora, que mobiliza valores e atitudes em prol da coletividade, da inclusão social e do exercício da cidadania.

A prática docente exige compromisso profissional, social e político porque está intrinsecamente ligada aos processos formativos do humano. Nesta perspectiva, Freire contribui para ampliarmos este entendimento quando assegura, no documentário *Paulo Freire Contemporâneo*, que “a Educação enquanto formação humana é um esforço indiscutivelmente ético e estético. A Educação enquanto busca de boniteza necessariamente busca a decência do ser” (VENTURI, 2006).

Para entender melhor o sertão e as práticas educativas e sensíveis que são realizadas nesse território, exploraremos agora as trilhas da educação de um contexto específico, o Seridó norterriograndense.

## **A EDUCAÇÃO NO SERIDÓ**

De 2014 a 2016 ficamos intimamente envolvidos com uma pesquisa de mestrado realizada na região do Seridó. Esta estava vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba em associação com a Universidade Federal de Pernambuco. Seu objetivo era investigar a formação dos professores que ministram aulas de arte, bem como suas concepções e práticas docentes, realizadas na rede pública do ensino formal do Seridó-RN (SANTOS, 2016).

Durante esta pesquisa tivemos oportunidade de levantar dados gerais da situação educacional e cultural desse complexo território, dos quais fizemos um recorte para evidenciarmos neste texto o exemplo da educação que é realidade em Caicó, por ser o maior município da região, contando com uma população estimada em 66.246 habitantes, de

acordo com dados de 2013, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Caicó é um importante polo de formação universitária do Rio Grande do Norte. Além das instituições privadas, Faculdade Católica Santa Teresinha, que oferece cursos universitários de Administração, Ciências Contábeis e Serviço Social, e da Faculdade de Teologia Eugênio Sales, que disponibiliza o curso de Teologia, a rede de ensino público abrange o Centro Regional de Ensino Superior do Seridó (CERES/UFRN)<sup>52</sup>. O CERES de Caicó oferece cursos presenciais de Ciências Contábeis, Direito, Geografia, História, Pedagogia, Matemática, Sistema de Informação e Medicina. A Secretaria de Educação a Distância (SEDIS/UFRN) oferece cursos de Administração Pública, na modalidade Bacharelado, Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia, Letras, Pedagogia e Química, na modalidade licenciatura. A Universidade Estadual do Rio Grande do Norte/UERN, *campus* Caicó, dispõe dos cursos de Enfermagem, Filosofia e Odontologia. O Instituto Federal do Rio Grande do Norte/IFRN, *campus* Caicó, oferece graduação em Física, além de cursos técnicos na área de Vestuário, Eletrotécnica e Informática. O IFRN está presente também em outros municípios da região: Currais Novos e Parelhas.

Outra demanda que o Seridó tenta cobrir diz respeito ao ensino técnico profissionalizante. Para isso, o município de Caicó criou parcerias com instituições como SESC, SENAC, SENAI, SEBRAE e SESI, entidades que compõe o sistema “S”. Estas entidades trabalham no sentido de melhor preparar os trabalhadores brasileiros, uma vez que atua em todos os estados da federação, fazendo a diferença na formação profissional do país com a oferta de diversos programas de Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência Social.

Ainda nesta perspectiva de educação profissional técnica e tecnológica, salientamos as ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) são realidade em Caicó e região. O Pronatec oferece diversos cursos no Seridó por meio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais e municipais de educação profissional e tecnológica. Outras instituições, devidamente habilitadas pelo

---

<sup>52</sup> Existe também um Centro Regional de Ensino Superior do Seridó CERES/UFRN na cidade de Currais Novos, que oferece cursos presenciais de Administração, Letras e Turismo. Já na modalidade à distância a Secretaria de Educação a Distância (SEDIS/UFRN) oferece os seguintes cursos para este polo: Administração Pública – modalidade Bacharelado –, Ciências biológicas, Educação Física, Letras, Matemática, Pedagogia, Química e História, estes na modalidade licenciatura.

Ministério da Educação, também trabalham no sentido de ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional dos jovens seridoenses. Vários outros cursos ainda são oferecidos no setor privado, especialmente no ensino de idiomas, por meio de escolas franqueadas.

Com todas estas possibilidades de ensino apenas em Caicó, é oportuno pontuar que o Seridó tenta atender da melhor maneira as demandas do campo educacional. Em Jardim do Seridó, assim como nos demais municípios da região, o acesso dos jovens às instituições de ensino universitário é facilitado pela disponibilidade de ônibus escolares que beneficia os estudantes quanto à formação profissional e o exercício da cidadania.

É fato que os moradores do Seridó enfrentam muitos desafios, de diversas ordens, como a falta de um Centro de Artes que ofereça formação específica nesta área do conhecimento, como mostrou a pesquisa já citada. Ressalto que alimentar o desejo da implantação de um Centro de Artes com cursos no campo das Artes Visuais, Teatro, Dança e Música é uma “utopia possível”, como diria Freira. Um Centro de Artes seria da maior relevância para atender uma necessidade das instituições de ensino básico, que carecem com urgência de licenciados, mas também pela sua importância à formação profissional dos próprios artistas e dos produtores culturais que atuam na localidade. À medida que cursos como Design, Cinema, Animação, Arquitetura, Moda, Museologia, Conservação e Restauo, entre outros, forem sendo agregados ao Centro, certamente valorizará ainda mais a qualificação profissional que acontece no interior do Rio Grande do Norte. Isso contribuirá para projetar a região no sentido de uma educação da sensibilidade que se apoie em princípios éticos, sociais e políticos, considerando a singularidade regional e a força da cultura local no processo formativo dos jovens. Um centro dessa natureza também promoveria a produção do saber e o acesso amplo das pessoas ao conhecimento e a criatividade, estimulando os fazeres artísticos e estéticos na sociedade. O ganho no tocante à questão econômica seria inevitável e da maior relevância para o crescimento e o desenvolvimento regional, uma vez que é sabido que as pessoas bem preparadas têm melhores perspectivas de oportunidade de trabalho e aumento de renda, o que contribui para a autonomia do sujeito e o pleno exercício da cidadania.

Acreditamos que a luta pela educação da sensibilidade no sertão potiguar precisa ser reforçada com a participação de educadores das redes de ensino municipal, estadual e



federal para conseguirmos encantar mais pessoas pela força da arte, da beleza e dos bons sentimentos. Isso porque a área de Arte, assim como a da Educação, exerce uma função emancipatória quando contribui para o desenvolvimento de uma mente crítica e ativa daqueles que são submetidos a ela, podendo, inclusive, favorecer que todos possam exigir direitos e assumir deveres. Ser perseverante na luta e agir por meio de ações políticas ao cobrar que o Estado assuma o seu papel de atender demandas da sociedade nas áreas em questão pode significar, na prática, transformação social advindas de processos democráticos, decisórios e políticos.

Apesar dessa lacuna na formação artística e estética, as informações acima contrariam as construções estereotipadas feitas sobre o semiárido nordestino, onde se observa o sertão a partir de um espaço imaginário, cristalizado por muitos discursos enviesados que vêm sendo reproduzidos acriticamente ao longo do tempo. É interessante pensar que, “se a vida é amiga da arte, é possível com arte inventarmos outros Nordeste, que signifiquem a supressão das clausuras desta grande prisão que são as fronteiras” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 354).

### **O CONTEXTO ESPECÍFICO**

Jardim do Seridó é um pequeno município que fica situado no semiárido potiguar, a duzentos e vinte e quatro (224) km de distância da capital do Estado, Natal. Conforme dados do Censo Demográfico do IBGE, de 2010, a população do município neste ano era de 12.113 habitantes. O centro da cidade é composto por um conjunto de edificações de inspiração colonial, que data do final do século XIX, e eclética, pois contêm elementos do barroco e neoclássico que são do início do século XX. Salientamos, a título de exemplificação, o edifício que abriga a Casa de Cultura Popular (Casa de Câmara e Cadeia), bem como a primeira casa da fazenda Conceição e a Casa da Vila da Conceição (Casa do Rosário, onde se concentra a irmandade dos Negros do Rosário, fundada em 1863). Ainda merece relevo o Solar Padre Justino, um prédio assobradado erigido nos anos 1840. Atualmente este Solar abriga a Prefeitura Municipal e o Museu Histórico da cidade. O próprio prédio da centenária Escola Antônio de Azevedo é digno de nota, pois é uma edificação que remonta aos anos de 1928 e que está vinculado à história da Educação do Rio Grande do Norte.

Das construções destinadas à fé religiosa destacamos duas: o prédio da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e o prédio do Santuário do Sagrado Coração de Jesus. A edificação dedicada a Nossa Senhora da Conceição fica situada em diagonal com a Escola Antônio de Azevedo, no lote de terra destinado ao primeiro traçado arquitetônico da cidade – trata-se de uma construção histórica de 1860 (AZEVEDO, 1988, p. 30). Esta igreja possui duas torres encimadas por bandeiras de metal, sendo que uma representa a Virgem, enquanto a outra representa as Armas do Império. O interior da igreja chama a atenção pela opulência, enquanto a imagem de Nossa Senhora da Conceição embeleza seu altar-mor. O Santuário do Sagrado Coração de Jesus, por sua vez, foi erigido entre 1888 e 1892. Esta edificação de inspiração gótica encontra-se situada no lugar mais alto da topografia citadina, podendo ser vista de qualquer ponto da cidade. Esta posição privilegiada permite que o Santuário sirva de orientação visual e contribua para o senso de direção de quem vence os percursos da urbe.

É importante ressaltar que Jardim do Seridó é vocacionada à arte e à cultura, haja vista que existe no município uma banda de música, a Banda Musical Euterpe Jardinense, que foi fundada em 1859 com o nome de Sociedade Musical da Vila Conceição do Azevedo, cuja história também se atrela à história da própria cidade<sup>53</sup>. Esta Banda presta serviços no campo cultural, educacional e musical a população local, com destaque para as alvoradas e os desfiles em datas festivas, sejam estas religiosas ou cívicas. Seu repertório oscila entre o popular e o erudito e encanta os tímpanos mais exigentes pela beleza das peças executadas.

Em viagem exploratória pela terra do algodão, como era conhecido o Seridó potiguar durante seu segundo ciclo econômico, Mario de Andrade fez um registro no livro *O turista aprendiz* que evidencia sua passagem pela cidade. Este fato aconteceu no final de 1928, na companhia do estudioso potiguar Câmara Cascudo. Na ocasião, o artista/pesquisador paulista observou:

Às 9 [horas] cortamos Jardim de Seridó, uma cidadezinha de Tarsila, toda colorida limpa e reta. Catita por demais, lembrando Araraquara por isso. Cidade pra inglês ver. Mas não tem dúvida que é um dos momentos de

---

<sup>53</sup>Para saber mais, consultar: José Nilton de Azevedo (1988).

cor mais lindos que já tive neste aprendizado pra turista (ANDRADE, 2015, p. 336)<sup>54</sup>.

Sabendo disto, ressaltamos ainda que no tocante a demanda educacional, a Escola Estadual Antônio de Azevedo é um exemplo em Jardim do Seridó. Esta escola é uma entidade pública destinada ao desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem que atende educandos do ensino fundamental, de 1º ao 9º ano. A instituição foi fundada em 1910 e fica situada à Praça Doutor José Augusto, nº 220, no centro da cidade. A partir de 1928 a escola passou a funcionar em sede própria, numa edificação de esquina de quarteirão que se encontra em bom estado de conservação (Imagem 1).

**Imagem 1:** Fachada da Escola Antônio de Azevedo.



**Fonte:** Acervo da Prefeitura Municipal.

A escola tem boa infraestrutura. São 930m<sup>2</sup> de área construída, sendo que possui oito (8) salas de aula com bom mobiliário, porém, apenas três (3) delas são climatizadas. O corpo docente é composto por vinte e seis (26) educadores, entretanto, existem mais vinte e três (23) profissionais que exercem outras funções. O número de matrículas efetivas anualmente

---

<sup>54</sup> É interessante notar que aproximadamente cem anos antes do ilustre paulista passar por Jardim, em 1824, o carmelita Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, mais conhecido por Frei Caneca, já havia deixado registros em seu diário de bordo sobre sua estada no então Povoado da Conceição. De acordo com Moura (s/d), estas são as palavras do carmelita: “Saindo muito cedo, viajamos a Povoação da Conceição, três léguas e meia de distância. É uma povoação com uma Igreja nova, ainda por acabar. Aí achamos farinha, milho, aguardente, queijo etc”. Disponível em: <<http://elielbezerra.blogspot.com.br/2009/04/antiga-casa-da-fazenda-conceicao.html>>. Acesso em: 24 set. 2016.

ultrapassa as quatrocentas (400), distribuídas nos turnos matutino e vespertino, além do noturno, que atende a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos).

## O ESTUQUE

A noção de patrimônio cultural foi abordada em sala de aula conforme define a Constituição Federal (BRASIL, 1988): “Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Esta definição despertou para a busca do conceito de estuque, que, conforme o *Dicionário da arquitetura brasileira* (CORONA & LEMOS, 1972) é: “genericamente dá-se o nome de estuque a toda argamassa de revestimento que depois de seca adquire grande dureza e resistência ao tempo”. Esta noção é ampliada quando lemos: “é a argamassa que serve de vedação, preenchendo interstícios de uma armação qualquer (...) como telas de arame trançado”. A partir desta definição, compreendemos que o estuque seja o material utilizado, por meio de técnica específica, na construção dos elementos ornamentais empregados nas fachadas dos prédios erigidos em Jardim do Seridó entre o final do século XIX e início do XX. Esses elementos eram confeccionados, multiplicados ou copiados nos ateliês dos artesãos que existiam em algumas cidades como Natal e Olinda. Porém, é possível que algum artesão local tenha se deslocado até um desses centros para aprender a técnica e empregar esses elementos nas edificações do Seridó.

A presença deste patrimônio ornamental nas caixas murais da arquitetura historicista jardinense foi o que motivou o desenvolvimento do trabalho em sala de aula. Esse patrimônio remete a um período específico da história da arquitetura universal, mostrando que o município de Jardim do Seridó desde os seus primórdios esteve atento às tendências estéticas seguidas nos demais centros urbanos. Sendo assim, é possível fazer uma leitura das linhas e formas desses elementos que compõem as fachadas dos prédios, atentando para as técnicas construtivas dos mestres de obras e as ideologias dos proprietários dos prédios daquele período. Esses elementos eram inicialmente confeccionados a partir de uma argamassa composta pela mistura de cal, areia e água. A partir do advento do cimento, produto de alta resistência, durável e menos suscetível a

incidências das intempéries climáticas, este novo material foi sendo incorporado à mistura da argamassa, visando garantir ao elemento estucado maior resistência e durabilidade.

Os elementos ornamentais em estuque que foram utilizados nas fachadas externas de edificações públicas, comerciais e residenciais em Jardim do Seridó exploraram basicamente linhas e formas orgânicas, fitomórficas. É possível que alguns prédios de inspiração colonial tenham recebido a ornamentação em estuque tardiamente, para se adaptar a tendência do momento. Isso porque, para além de ornamentar as caixas murais dos prédios, eles revelavam ainda o prestígio, o *status* social e o poderio econômico que gozava a elite local do período em questão.

## **O ENSINO DE ARTE**

O ensino de arte nesta contemporaneidade vem se reinventando, mesmo quando praticado em salas de aulas tradicionais. A sala é mais do que o local destinado ao ensino e aprendizagem, é um lugar de construção coletiva do conhecimento, bem como de compartilhamento de saberes e afetos. Ela deve ser um espaço vivo e favorecer uma boa convivência grupal. A compreensão deste espaço extrapola o entendimento de que a sala seja a única alternativa para as práticas artísticas e estéticas no contexto da educação formal. Não a vemos como a única opção para o ensino de arte, especialmente porque já temos a compreensão da desmaterialização da obra de arte nesta contemporaneidade. Este é um fenômeno que já vinha se desenhando desde o início do Século XX, porém foi acelerado ainda mais no final deste mesmo século com o advento das novas mídias e tecnologias. Com isso se alterou o comportamento de artistas e apreciadores de arte no que diz respeito ao modo de elaborar e se relacionar com a produção criativa.

São poucas as escolas que conseguem atender satisfatoriamente as demandas que chegam da comunidade porque fica difícil acompanhar a velocidade com que ocorrem as mudanças culturais na sociedade, notadamente na vida de nossos educandos, crianças e jovens de escolas públicas. Para tanto, é fundamental que nos dias atuais o arte-educador consiga expandir os limites da sala de aula, pois não dá mais para ensinar e aprender apenas no confinamento dos muros escolares, restrito às quatro paredes da sala e a um espaço fechado, hermético.

É bom que se diga que as pequenas cidades do sertão são ótimas para se planejar caminhadas pelo entorno da escola com o fim de observar os cenários que se apresentam. Em suas ruas é possível sentir nos educandos o encantamento provocado pela beleza das cores e dos cheiros, enquanto se descobre ou se rememora seus sons. Os espaços urbanos são propícios para ressignificar conceitos que já foram naturalizados sobre a cidade, permitindo aos educadores e educandos que eles lancem olhares de espanto sobre as paisagens costumeiras que a cidade oferece. Além do mais, em muitos municípios do sertão existem museus, teatros, casas de cultura, ateliês de artistas, entre outros locais de fomento a arte e a expressão humana. Repentistas, cordelistas, oleiros, santeiros, artesãos e outros profissionais que têm a arte como ofício também podem ser visitados com a intenção de expandir as experiências dos educandos e seus repertórios artísticos e culturais.

O docente que se aproxima de uma noção de educação que implica em seu processo formativo a retomada da consciência profunda de si mesmo e do outro, conforme compreendia o mestre Paulo Freire, é um profissional comprometido em mobilizar saberes universais, concomitantemente com aqueles construídos na própria comunidade. Além do mais, o processo de ensinar e aprender envolve a construção mútua entre educador e educando, sendo possível abrir espaço para o prazer e o maravilhamento, pois é onde se constrói a “boniteza de ser gente”. O mestre postula que “ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria” (FREIRE, 1996, p. 142).

As provocações de Freire em fazer educação na perspectiva da busca, da boniteza e da alegria podem ser aproximadas das concepções de ensino de arte, pois elas vêm se reinventando nesta contemporaneidade. O estudioso João-Francisco Duarte Junior, em certa medida, retoma uma discussão já feita pelo estudioso Freinet sobre *classe-passeio*, para avançar com reflexões sobre as possibilidades que as vias públicas oferecem como potência criadora. As ruas são lugares que se abrem ao acaso, portanto, elas se prestam aos encontros casuais com pessoas diversas, a identificação de costumes, ao redescobrimento de banalidades que de tão óbvias escapam do alcance do nosso olho. Tudo isso são exemplos de ganhos que podem ser obtidos a partir da exposição da turma ao espaço urbano e de questionamentos sobre a rua e seus fluxos. Sobre o ato de se deslocar pelos espaços urbanos, Duarte Junior acredita que ele constitui

um prolongamento das relações que o ser humano mantém com a sua habitação, pois a cidade, de certa forma, nada mais é do que a grande moradia de toda a coletividade. O exercício do passeio por ruas, jardins e praças do lugar onde se mora funciona, basicamente, como um processo de identificação entre o homem e o seu ambiente vital. Processo esse do qual resulta uma dupla identidade: primeiro, a de quem passeia, um indivíduo que, em seu caminhar, pode se reconhecer cotidianamente na paisagem, verdadeiro repositório de símbolos e marcos de sua biografia pessoal, e, depois, da própria cidade, a qual, antes de ser um mero conjunto utilitário de prédios e ruas, mostra-se sobretudo como uma ideia e um sentimento no corpo de seus habitantes (2006, p. 85).

Entendemos que os deslocamentos pedagógicos que extrapolem os limites da sala de aula e dos muros disciplinares da escola precisam de um planejamento que seja elaborado de maneira mais flexível, pois lida com a imprevisibilidade do cotidiano da cidade. Essas práticas podem aumentar a consciência do educando quanto ao território, pois é possível estabelecer diálogos outros com a sociedade e favorecer que o educando vivencie novas experiências nos fluxos da cidade. Entretanto, transformar passeios ou visitas em expedição – artística, exploratória, científica, pode deixar a atividade mais provocante, como sugere Mirian Celeste Martins (MARTINS *et al*, 2009). Nesta perspectiva, os educandos viraram expedicionários em Jardim do Seridó e saíram da sala de aula para explorar as vias públicas como sujeitos do mundo real, com seus corpos em contato direto com as coisas do mundo. Assim, eles foram se integrando à paisagem urbana enquanto descobriam potências criativas da cidade por meio de uma postura ativa, disposta a aprender no contexto circundante.

As observações feitas *in loco* pelos educandos despertavam para a beleza dos elementos ornamentais presentes nas fachadas dos prédios residenciais e públicos (Imagem 2). Desta maneira os estudos sobre o estuque foram sendo aprofundados, chegando a compreender sua função simbólica, seus modos de fazer, de preservar e de restaurar, além de podermos deslocar sentidos por meio da expressão artística.



**Imagem 2:** Fachada de residência no centro de Jardim do Seridó.



**Fonte:** Acervo pessoal do autor.

Estudando a realidade sociocultural do período, os educandos questionaram o estigma que o Nordeste carrega de que esta é uma região desprivilegiada quando comparada às demais regiões do país. Este fato é agravado quando se pensa no contexto sertanejo, onde está situado o Seridó. A fala de uma educanda deixa claro ainda sua percepção quanto ao papel da grande mídia no reforço da construção da identidade nordestina.

Não sei por que quando se fala em nordeste na televisão, a gente sempre ver uma mulher carregando uma lata d'água na cabeça ou um homem cavando a terra seca com uma enxada. Eu não conheço ninguém que carregue água na cabeça ou que cave o chão com enxada aqui em Jardim (Educanda do 9º ano).

O que percebemos em sala de aula é que, de modo geral, os educandos não se identificam mais com a imagem do sertanejo que é veiculada pela mídia. São imagens que estão sempre atreladas à seca, à falta d'água, às péssimas condições de vida, como se todos os nordestinos fossem marcados para viverem em condições de degradação. Isso só ressalta uma imagem cristalizada, genérica, construída ao longo dos tempos, mas que não condiz com a realidade percebida neste território, nesta escola. Portanto, o ensino de arte precisa avançar junto com todos aqueles que fazem a Educação no Seridó norterio-grandense, para corresponder às expectativas desta contemporaneidade e emocionar educandos e educadores num cenário real deste luminoso Nordeste.

## **DESDOBRAMENTO DAS EXPEDIÇÕES**

As expedições foram disparadoras de uma prática expressiva que consistiu na realização de uma pintura feita a partir de fragmentos dos desenhos dos estuques. Inicialmente os educandos coletaram imagens de cinco prédios históricos diferentes. Estas imagens foram exibidas e comentadas em sala de aula. No momento seguinte elas foram aproximadas de reproduções da obra de Adriana Varejão e problematizadas. Ainda foi exibido um documentário sobre a artista carioca e proposto uma pesquisa sobre os suportes e os materiais utilizados por ela em seu trabalho. Adriana é uma das mais bem sucedidas artistas contemporâneas brasileiras, reconhecida inclusive no circuito internacional de arte. Sua investigação abarca o período colonial brasileiro e várias de suas obras carregam traços do barroco mineiro, estendendo-se aos azulejos de botequins cariocas e de banheiros públicos europeus.

O estudo sobre os elementos ornamentais em estuque da cidade foi retomado e os educandos fizeram esboços de fragmentos desses elementos em seus cadernos de viagem (Imagens 3, 4 e 5). Os desenhos são importantes no processo criativo porque contribuem com a elaboração e a estruturação do trabalho expressivo, especialmente no que tange aos elementos fundamentais para uma boa composição, como as relações de proporção, equilíbrio, contraste, figura e fundo etc. Esses esboços foram fotografados e projetados por meio do datashow para ampliar seu tamanho e fazer a transferência para o suporte, antes de iniciar a pintura. Levantamos ainda a discussão da pintura dentro da cultura artística, chamando a atenção para sua evolução ao longo da História da Arte, enquanto ressaltávamos o trabalho de alguns artistas contemporâneos.

**Imagem 3, 4 e 5:** Esboços dos elementos ornamentais feitos pelos educandos



**Fonte:** Acervo pessoal do autor.

O procedimento técnico utilizado nesta etapa do trabalho envolveu conhecimentos básicos sobre desenho e pintura. A exploração desses saberes foi motivo de grande euforia e expectativa por parte dos educandos justamente por envolver um suporte que, mesmo sendo “ordinário”, uma vez que se tratava de papelão adquirido em lojas do comércio local, eles não estavam acostumados a utilizar suportes naquelas dimensões: 0,80cm x 0,80cm. As cores azul e branca escolhidas para serem utilizadas em todos os trabalhos substituíram a ideia inicial, que era de trabalhar com pigmentos naturais. Elas podem remeter de imediato ao trabalho de Adriana Varejão, mas também lembrar azulejos portugueses do Século XIX.

No ensino de arte, cabe ao educador a tarefa de planejar, viabilizar e orientar as várias etapas da proposta criativa, de modo que os conteúdos e os saberes da Arte estejam em sintonia com a realidade circundante do educando. Compreendendo que cada material carrega em si propriedades que são fundamentais para o desenvolvimento do trabalho expressivo, o educando pode ampliar as experiências artísticas e criativas para além do contexto escolar. Portanto, é muito importante estimular o educando a seguir as trilhas da investigação para que ele aprenda mais sobre os procedimentos técnicos e os diversos materiais expressivos.

As questões conceituais foram sendo colocadas e trabalhadas à medida que o percurso de trabalho ia sendo definido. Vale salientar que os educandos já conheciam muitos fatos e situações que marcaram a história desse conjunto arquitetônico. Esses saberes tiveram grande relevância na hora de discutir e aproximar as teorias, pois adensaram as reflexões sobre os processos criativos em sala de aula.

Para a realização das pinturas, a sala foi transformada em um ateliê de arte. Alguns birôs sem uso foram justapostos às mesas dos educandos, construindo assim uma grande bancada que permitiu que fosse utilizada para apoiar os suportes e os demais materiais (Imagem 6, 7 e 8).

**Imagem 6, 7 e 8:** Processo criativo e produção dos educandos.



**Fonte:** Acervo pessoal do autor.

Registros feitos em caderno de anotações sobre as atividades criativas realizadas na escola contribuem muito com as reflexões do educador acerca dos fazeres docentes que ele propõe em sala de aula. Acreditando nisso, persistimos com a prática de anotar, fotografar, gravar e desenhar, bem como com a de produzir e coletar material sobre a nossa atuação e a dos educandos. Desta maneira, atentamos aos processos criativos individuais e ao contexto que essa atividade foi realizada. Isso porque compreendemos que revisitar este material é fundamental para o processo reflexivo. Ao articular os saberes técnico, prático e teórico sem o suporte das anotações e das marcas do processo vivenciado deixado no caderno de viagem, fica muito difícil manipular dados e informações apenas confiando na memória, fato que pode comprometer a escrita e a divulgação do trabalho.

Nessa perspectiva, orientamos os educandos para que eles também fossem escrevendo e registrando suas percepções sobre as várias fases da proposta. Cada etapa era seguida de discussão em roda, de maneira que era possível fazer ponderações mais aprofundadas quanto ao fazer artístico e estético no contexto escolar, ao mesmo tempo em que favorecia a participação, a conscientização quanto ao patrimônio e ao envolvimento de todos com a proposta criativa. Este material foi analisado e discutido ao final do trabalho.

Conhecer a obra da artista Adriana Varejão serviu de apoio para a construção do trabalho expressivo do educando, pois eles conseguiram ressignificar os elementos ornamentais em estuque que embelezam fachadas de prédios públicos e privados de Jardim do Seridó. A metodologia de trabalho mais aberta garantiu um espaço bem qualificado para se destinar ao ensino de arte no Seridó potiguar, contemplando propostas no campo da arte contemporânea e favorecendo a realidade sociocultural dos educandos.

As atividades artísticas realizadas no âmbito escolar envolveram o fazer, o fruir e o contextualizar, conforme preceitos da Abordagem Triangular. Os passeios expedicionários proporcionam aos educandos o exercício do olhar, do ouvir, do tocar, do cheirar, bem como a ressignificação dos lugares visitados por meio do pensamento e do sentimento, reverberando em ação criadora na sala de aula. Alimentar o olhar dos educandos com práticas que exploram a investigação do espaço público com o seu potencial artístico e arquitetônico pode aguçar suas percepções, além da sensibilidade, da imaginação e do pensamento crítico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo realizado com educandos do 9º ano da Escola Estadual Antônio de Azevedo, em Jardim do Seridó, evidenciou um modo de se praticar a docência em Arte no sertão potiguar que se afina com as últimas discussões da Arte/Educação. A proposta partiu da apreciação do patrimônio artístico e arquitetônico existente no entorno da escola e seguiu pela ressignificação e deslocamento de sentido num jogo típico dos processos artísticos e inventivos. As expedições realizadas com o fim de explorar este patrimônio arquitetônico contribuíram para desconstruir algumas imagens cristalizadas do imaginário dos próprios educandos sobre uma noção de sertão e de ensino de arte no interior do nordeste. Os educandos mostraram-se abertos a investigação das práticas artísticas contemporâneas,

justamente por não se reconhecerem com a imagem desse sertão que por vezes lhes é apresentada, especialmente pela mídia, mas também pela escola, como um lugar que tem sua história atrelada apenas a falta, a miséria e ao desolamento. A produção pictórica que foi realizada em sala de aula e as discussões sobre o seu processo apontaram para o aumento do repertório cultural dos educandos, o reconhecimento desse patrimônio e a tomada de consciência do outro e de si mesmo.

A proposta que levantou esta discussão revelou a potência de se praticar a docência em Arte no sertão potiguar. As reflexões que são produzidas e publicadas acerca das pedagogias que visam atender demandas específicas de crianças e jovens junto à educação da sensibilidade ainda são insipientes no Seridó. Vale ressaltar que nessa região também não existe curso de formação em arte e o número de arte-educadores atuando na rede pública de ensino municipal e estadual não chega à meia dúzia. Este déficit no número de educadores com formação específica em arte contraria a Resolução CEB nº 7, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 2010, que garante profissionais com formação específica para assumir as turmas de 6º ao 9º ano, bem como as do Ensino Médio, em todas as escolas da federação, visto que se trata de um direito de todo cidadão.

No município de Jardim do Seridó, a técnica do estuque foi empregada basicamente na elaboração de elementos ornamentais que se fazem presentes nas fachadas dos prédios históricos, não sendo costume sua utilização na decoração da parte interna das edificações. Essas fachadas carregam traços que definem uma época e um estilo dos prédios. Neste sentido, trabalhar, com uma turma de 9º ano, o patrimônio artístico e cultural do município atrelado a arte contemporânea foi uma maneira de mobilizar o interesse dos educandos para questões da Arte, relacionando-as com questões da vida.

#### **REFERÊNCIAS**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Mario de. **O turista aprendiz**. Brasília, DF: Iphan, 2015.

AZEVEDO, José Nilton de. **Um passo a mais na história de Jardim do Seridó**. Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BARBOSA, Ana Mae. T. B. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

----- . **Tópicos utópicos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 24 set. 2016.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.

DUARTE JUNIOR, João-Francisco. **O Sentido dos sentidos**. A educação (do) sensível. Curitiba: Criar, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

----- . **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=240570>>. Acesso em: 15 set. 2016.

MARTINS, Mirian Celeste; *et al*. **Teoria e prática do ensino da arte: a língua do mundo**. São Paulo: FTD, 2009.

MEIRA, Marli Ribeiro; PILLOTTO, Silvia Sell Duarte. **Arte, afeto e educação: a sensibilidade na ação pedagógica**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MOURA, Andrey Jonathon de Medeiros. **Antiga casa da fazenda Conceição**, primeira casa de Jardim do Seridó. Disponível em: <<http://elielbezerra.blogspot.com.br/2009/04/antiga-casa-da-fazenda-conceicao.html>>. Acesso em 24 set. 2016.

SANTOS, Jailson Valentim. **SERTÃO de luz, pedra e resistência: caminhando por territórios docentes em artes visuais no Seridó-RN**. 2016. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/8377>>. Acesso em: 15 set. 2016.

## **VÍDEO**

**Paulo Freire Contemporâneo**. Documentário. Direção: Toni Venturi (Brasil, 2006, 55 min.).



## FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE EM ARTES VISUAIS NO SERIDÓ POTIGUAR

Jailson Valentim dos Santos<sup>55</sup>

Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEEC/RN

### INTRODUÇÃO

*uma sociedade só é artisticamente desenvolvida quando ao lado de uma produção artística de alta qualidade há também uma alta capacidade de entendimento desta produção pelo público.*  
Ana Mae Barbosa, 2009, p. 32.

Este artigo é parte de uma investigação<sup>56</sup> que foi realizada durante os anos de 2014 e 2015 sobre a formação dos professores que ministram aulas de arte, concentrando-se em seis escolas da rede pública de ensino de três municípios: Caicó, Currais Novos e Parelhas. O estudo seguiu preceitos da cartografia (DELEUZE & GUATTARI, 1995) e caracterizou-se pelo movimento típico dos processos de criação da realidade, uma vez que abarcou as relações humanas e intersubjetivas num jogo que atendeu o singular e o coletivo ao mesmo tempo, pois atuou no “entre”. Merece destaque a contribuição de autores do campo da Arte e da Educação como Ana Mae Barbosa (2002; 2005; 2009), Paulo Freire (1996), Rosa Iavelberg (2003), Antônio Nóvoa (1999), Maurice Tardif (2014), entre outros, por terem sido fundamentais à compreensão da problemática.

Ao discutir a formação e a prática docente em artes visuais é importante ouvir Ana Mae Barbosa para entender que “a arte na educação contrapõe-se às supostas verdades

---

<sup>55</sup> Professor/artista/pesquisador vinculado a rede pública estadual do Rio Grande do Norte. Possui formação em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas e mestrado em Artes Visuais pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais das Universidades Federal da Paraíba e Pernambuco, na linha de pesquisa Ensino de Artes Visuais no Brasil. E-mail: [valentim8@yahoo.com.br](mailto:valentim8@yahoo.com.br)

<sup>56</sup> Trata-se da dissertação de Mestrado em Artes Visuais (PPGAV-UFPB/UFPE, 2016), intitulada “Sertão de luz, pedra e resistência: caminhando por territórios docentes em artes visuais no Seridó-RN”. Esta pesquisa foi orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Betânia e Silva.

educacionais e às mais suspeitas ainda certezas da escola” (BARBOSA, 2005, p.12). A estudiosa assegura que o ensino de arte “afeta a invenção, inovação e difusão de novas ideias e tecnologias, encorajando um meio ambiente institucional inovado e inovador”. Barbosa ainda complementa seu argumento salientando que a arte na escola pretende, em primeiro lugar, “formar o conhecedor, fruidor, decodificador da obra de arte” (BARBOSA, 2009, p. 32).

Para tanto, o educador tem direito a uma boa formação (IAVELBERG, 2003) na área em que atua profissionalmente, assim como o educando merece vivenciar propostas pedagógicas que considere a experimentação, o entendimento do universo simbólico, o despertar da consciência e o senso crítico. Desta maneira é possível que educador e educando se tornem sujeitos das práticas que realizam em sala de aula e fora dela. Isso abre para caminhos outros que levam ao aprofundamento dos vínculos com a escola e a família, tecendo diálogos para criar uma consciência política, ética e social entre todos aqueles que fazem a educação. Paulo Freire destaca que

desde os começos do processo (de ensino e aprendizagem), vai ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. [...] Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE, 1996, p. 23).

Estes pressupostos apontam o sentido do estudo que mostrou uma realidade específica do ensino de arte e da formação docente no Brasil. No contexto do Seridó potiguar qualquer educador da rede pública de ensino pode assumir o componente curricular Arte nas escolas. No entanto, existe uma predominância nas instituições escolares que acompanhei, dos seus gestores direcionarem profissionais da área de ‘humanidades’ para ministrar as aulas de arte.

## **FORMAÇÃO DOCENTE**

A busca por um redimensionamento dos rumos do Ensino de Arte no Brasil passa por uma luta que afeta diretamente a formação dos professores de Arte e pela reivindicação da garantia de que todos aqueles que estejam à frente do componente curricular Arte, tenham formação específica nesta área do conhecimento. Essa luta não desmerece os educadores que assumem este componente curricular sem que possuam

graduação na área, especialmente aqueles que trabalham em regiões onde o Estado brasileiro não forma profissionais para atuar nesse campo do saber, como é o caso do Seridó norterio-grandense.

É preciso reconhecer a realidade como ela se apresenta e pensar, juntamente com aqueles que já fazem a educação, nas possibilidades de mudanças e avanços do campo. É importante ter claro o que já é feito, como é feito, para quê é feito e quem faz o Ensino de Arte, para que se possa apreender as boas práticas já existentes na localidade e, por outro lado, poder avançar, seja na direção de garantir a formação específica em Arte ou no sentido de bem qualificar o trabalho que é realizado pelo educador em sala de aula.

Para quem ainda não tem formação específica, mas que já faz um bom trabalho, e posso assegurar que vi excelentes práticas sendo realizadas no Seridó, o curso de Artes Visuais pode servir para dar maior segurança e ampliar ainda mais as possibilidades de atuação desses profissionais em suas regências de classe. Além do mais, um curso desta natureza servirá para consolidar o livre debate e depurar a crítica sobre a produção cultural que é engendrada e socializada no contexto local. Nesta perspectiva, Paulo Freire amplia a compreensão de que

nenhuma formação docente verdadeira pode fazer-se alheada, de um lado, do exercício da criticidade que implica a promoção da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica, e de outro, sem o reconhecimento do valor das emoções, da sensibilidade, da afetividade, da intuição ou adivinhação (FREIRE, 1996, p. 45).

A garantia de cursos de atualização constante deve ser assegurada ao profissional da Arte, assim como deve ser assegurada também aos outros profissionais das diversas áreas do conhecimento. Com a garantia desses cursos de aperfeiçoamento é que se consegue a renovação dos conteúdos com mais facilidade, atendendo melhor as expectativas dos educadores e dos educandos, além de poder tornar as metodologias de ensino mais atrativas. O material didático merece cuidado para que seja favorável ao processo de ensino e de aprendizagem, sem desmerecer a avaliação. É importante que a avaliação não seja realizada apenas para melhorar os ranques educacionais, mas funcione como diagnóstico, evidenciando os acertos e, especialmente, as falhas, para poderem ser refletidas e corrigidas.

Garantir que todos os professores de Arte que atuam nas escolas tenham formação específica vai de encontro a melhoria da qualidade de educação e da valorização dos profissionais da área, como previsto no Art. 2º, do Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014. A meta quinze (15) desta Lei deixa claro que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, em regime de colaboração, devem garantir uma política nacional de formação dos profissionais de educação, assegurando que todos os educadores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Penso com Lessard e Tardif (LESSARD & TARDIF, 2008, p. 260) que tudo isso passa por um processo de reestruturação das escolas, que tem como um de seus componentes essenciais o estímulo à formação inicial e continuada, justamente por ser um caminho para a profissionalização do ensino.

É mais fácil para o educador atualizado, reflexivo e crítico propor práticas criativas aos educandos na sua atuação docente, pois uma postura de constante busca do educador pode gerar uma profunda consciência profissional, o que contribui para adequar as propostas pedagógicas ao desenvolvimento individual do educando. Convém inserir Rosa Iavelberg à discussão, pois a estudiosa acredita que para o educador

em exercício, o aprender com satisfação e orgulho de seu papel de estudante em formação permanente está ligado à consciência que adquire sobre as transformações constantes que ocorrem no conjunto de conhecimentos necessários para seu desempenho profissional. Não se trata de um ideário moral, mas ético, de conduta respeitosa, que, ao mesmo tempo, é acompanhada de um sentido de identificação e entusiasmo que se experimenta na profissão, ao promover a educação de crianças, jovens e adultos. O professor exerce, de fato, sua profissão quando pode participar como alguém que permanentemente cresce em sua ação profissional e colabora com ela (IAVELBERG, 2003, p. 62).

A experiência com o belo muda com o passar do tempo, assim como muda também a relação de educadores e educandos com os diversos conteúdos da Arte e seu ensino. As implicações da dimensão sensível também são interessantes que sejam revisitadas, pois as abordagens se transformam na escola, sendo atualizadas pelo imaginário de cada um. Isso contribui para melhor aguçar os sentidos do apreciador/produtor cultural, de modo que esses possam contemplar com maior sensibilidade a produção artística, clássica ou contemporânea, além da arte de novo gênero como a relacional, a colaborativa, a

performática e a intervencional. No entendimento de Rosa Iavelberg o conhecimento vive em constante transformação e a formação do educador também deve seguir essa lógica, como bem exemplifica a pesquisadora:

saímos do desenho clássico – com regras preestabelecidas de beleza, harmonia e proporções, formas ideais – para adentrarmos ao desenho contemporâneo, com suas intenções de estranhamento, que se aprimora no fazer e admite a inclusão do erro ou da aproximação como parte da criação (IAVELBERG, 2003, p. 78).

Os tempos são outros, seja na vida em sociedade ou no contexto escolar e a realidade cotidiana dos educadores nos mostra que não é mais possível aprender e ensinar arte como se fazia no passado. Faz-se necessário “a renovação da educação como espaço público”, defende Nóvoa, afirmando que este debate não pode ser mais adiado. O mestre português acredita que “as soluções do passado não respondem mais às questões do presente” (NÓVOA, 2013, p. 225).

No entendimento de Maurice Tardif é interessante insistir em determinados pontos para tangenciar as estruturas organizacionais em que os educadores atuam, como o modo de organizar o trabalho, o controle e o planejamento realizado, entre outros pontos. Ele percebe e salienta a importância de considerar aspectos das constantes interações que acontecem cotidianamente “no seio do processo concreto do trabalho, entre o trabalhador, seu produto, seus objetivos, seus recursos, seus saberes e os resultados do trabalho” (TARDIF, 2013, p. 49). A respeito do trabalho e do ensino, veja o que salienta Tardif e Lessard:

trabalhar é agir num determinado contexto em função de um objetivo, atuando sobre um material qualquer para transformá-lo através do uso de utensílios e técnicas. No mesmo sentido, ensinar é agir na classe e na escola em função da aprendizagem e da socialização dos alunos, atuando sobre sua capacidade de aprender, para educá-los e instruí-los com a ajuda de programas, métodos, livros, exercícios, normas, etc. (TARDIF & LESSARD, 2013, p. 49).

A estudiosa Rosa Iavelberg vai além com suas reflexões ao discorrer sobre o ensino da apreciação e da produção artística. É ela quem pontua:

ensinar a apreciar trabalhos artísticos requer a compreensão das transformações que ocorrem nas possibilidades de apreciar ao longo do desenvolvimento dos alunos, assim como ensinar a fazer trabalhos artísticos requer o conhecimento sobre a gênese da arte na criança e no jovem (IAVELBERG, 2003, p. 99).

Diante do exposto é possível assegurar que o Ensino de Arte exige novos rumos das práticas pedagógicas e das buscas formativas nesta atualidade, para que se consiga uma melhor base profissional que possa reverberar em propostas de trabalho mais conscientes para o educador e atraentes para os educandos. O momento é de encontro com a Arte, mas também com a política e a ética. Isso para tentar conseguir avanços no que tange as boas práticas sensíveis e educativas, que levam à autonomia crítica e à liberdade imaginativa de todos os envolvidos no processo de ensinar e aprender, inclusive no contexto do semiárido.

#### **FORMAÇÃO NO SEMIÁRIDO**

É importante pensar nas formações docentes em que o seu aporte teórico esteja em consonância com a prática e a realidade sociocultural daqueles que vão passar pelo processo de ensino e de aprendizagem. Isso vale para os cursos de formação inicial e continuada de educadores, mas especialmente, para as classes de Ensino Fundamental e Médio. Na visão do Prof. Espedito Cardoso de Araújo (ARAÚJO, 2013, p. 67) se acontecer o inverso disso no sertão é possível que alargue ainda mais a distância existente “entre a teoria dos projetos e a realidade dos habitantes do semiárido”. Os conteúdos didáticos não podem estar atrelados a realidades outras que não seja a dos educandos, para que estes não soem falsos e sem sentido. Esse estudioso defende uma melhor educação no semiárido e luta para que esta esteja atrelada a valores reais, que neguem os estereótipos ou as caricaturalizações dos conteúdos. É o mestre quem chama a atenção para o fato que segue:

no semiárido, não só de imagem da seca se vive, assim como, em outras regiões do Brasil, não se vive só de imagens das chuvas. No semiárido, não se tem somente a imagem da vaquinha magra, morta à beira das estradas, como reforçam os meios de comunicação, mas também há o gado gordo, que alimenta e sustenta a economia da região (ARAÚJO, 2013, p. 68).

Adotar abordagens pedagógicas desatualizadas, que escondem a verdade é uma postura que pode denegrir e estereotipar o semiárido, a caatinga, e a arte que é produzida

no sertão. Este é um modo no mínimo perverso de atuar em sala de aula. Não estou dizendo que o educador deva ficar preso aos conteúdos regionais, mas que ele dê a devida atenção às questões locais em diálogo com as universais.

Defendo bons cursos de formação inicial e continuada no sertão para que cada educador tenha melhores condições de combater a força da mídia e das ideologias que distorcem e tentam inculcar nas pessoas uma noção de que o semiárido é uma região desprivilegiada, naturalmente desfavorecida e, portanto, inferior. Essas ideologias são perversas porque geram a negação da identidade do povo, especialmente das crianças.

Quanto às abordagens que aproximam determinadas regiões do país com o intuito de contrastar aspectos naturais em que uma mostra a vegetação verde e a outra uma imagem negativa da vegetação catingueira, sempre 'cinzenta' e 'sem vida', é no mínimo uma abordagem de má-fé, aos olhos do Prof. Araújo. Ouvindo sua voz compreendo que uma abordagem deste tipo

perpassa pela má-fé de querer negar as belezas que poderiam também estar nos conteúdos e nos livros das escolas do semiárido. Fazendo assim, tira-se da criança que está nessa escola a possibilidade de refletir, de experimentar e de descrever o milagre da natureza em sua região, a cada novo período chuvoso. Tira-se da criança a possibilidade de entender que, assim como em outras regiões do Brasil, torna-se igualmente importante o período das chuvas e o período das estiagens, pois a natureza também precisa de sol, assim como precisa da água. Procura-se inculcar, cada vez mais, a ideia de combater a seca, como se o homem do semiárido não tivesse a capacidade de buscar meios para conviver com esse fenômeno natural (ARAÚJO, 2013, p. 67-68).

Esse estudioso seridoense tem ciência de que não é possível combater os fenômenos naturais, no entanto, é perfeitamente viável conviver com esses a partir das buscas de alternativas e de transformações favoráveis a uma boa convivência com a natureza. Aponto à questão da singularidade regional do ensino para que cada educador atente aos modos de receber os conteúdos (prontos) do Estado, por meio dos livros didáticos, sem se distrair na hora de realizar suas práticas nas escolas. Para o Prof. Araújo, essa preocupação com o ensino vem atrelada a exigência de um processo de formação de educadores. É importante que esta formação esteja diretamente ligada ao contexto, ao mesmo tempo em que vise resgatar o valor da escola e da vida (ARAÚJO, 2013, p. 69), e eu acrescentaria, da Arte,



porque por meio da arte é possível encontrar a potência criadora capaz de desvelar e transcender diversas questões importantes que são inerentes a existência humana.

Diante do exposto é oportuno que cada educador que atua dentro dos limites do semiárido, mas também, aqueles que estão para além destas fronteiras, fique atento aos processos de formação inicial e continuada que vivencia, cuidando para que ela esteja em consonância com o seu contexto de atuação docente. A apropriação que os educadores fazem dos conteúdos curriculares é importante, pois juntamente com o arsenal teórico/metodológico que é produzido, disponibilizado e utilizado por ele no exercício de suas práticas em sala de aula, de forma crítica e responsável, reflete diretamente na qualidade das suas ações pedagógicas que são realizadas na escola.

### **PRÁTICA DE ENSINO**

Na perspectiva de ampliar os saberes sobre os modos de atuar na docência em artes visuais no Seridó, evidencio uma prática de ensino realizada em Currais Novos. Isto porque reinventar a pedagogia e criar espaços de trocas na sala de aula parece ser uma postura adotada pelos professores da região.

Vem do Prof. Paulo Gomes, da Escola Prof.<sup>a</sup> Trindade Campelo, o exemplo de que é possível criar espaços para trabalhar o conteúdo de Arte, sem deixar de atentar à fala dos educandos e às potências que se apresentam no contexto de aprendizagem. Ele realizou o projeto “Entre o azul e a ausência” para trabalhar com fotografia nas turmas do 7º, 8º e 9º ano. As imagens (Imagens 1, 2 e 3), produto desta ação, foram expostas na câmara de vereadores do município.

**Imagem 1, 2 e 3:** Produção dos participantes do projeto *Entre o azul e a ausência*.





**Fonte:** acervo da Escola Prof.<sup>a</sup> Trindade Campelo.

A produção surgiu a partir de aulas passeio, feitas num açude público que fica por trás da escola. Como era período de estiagem o açude encontrava-se praticamente seco. O educador fez três passeios com cada turma pelo açude, em horários diferentes. No primeiro momento os educandos estranharam um pouco a proposta, porque não viam potência na paisagem, costumeira. Porém, o Prof. Paulo falou entusiasmado sobre o projeto e relatou que incentivou e disponibilizou câmeras para a captura das imagens:

[...] no primeiro dia que a gente foi ao açude os alunos ficaram muito a vontade. No início tínhamos só três câmeras: uma que peguei emprestado com a minha esposa, a minha e a da escola. Aí dividimos a turma em grupos para cada grupo ficar com uma. A ideia era fotografar o que cada um achasse que era bonito, mesmo sendo numa paisagem que muitos consideram não bonita, porque aqui tem a questão da seca. [...] Só tinha uma regra, não podia ter fotografia de pessoas, tinha que ser o ambiente natural, sem paisagem urbana, sem pessoas, era só isso (Prof. Paulo - entrevista concedida ao autor em 07/04/2015).

O projeto foi executado em um período de três meses e antes das aulas passeios foram discutidas as noções básicas de fotografia e de operação da máquina. Em campo, os adolescentes ficaram à vontade para caminhar pela paisagem e escolher o que agradasse ao olhar. O educador acredita que *as pessoas são sensíveis por natureza, então é a sensibilidade delas* que deve ser explorada, por isso ele não interferia nas escolhas, nem como deveriam ser capturadas as imagens. Ao retornar à sala de aula o educador

descarregava todas essas fotos no computador, projetava e aí eles (os educandos) iam começar a debater sobre aquilo tudo, olhar como ficou a foto... eles mesmos, eu só dava o tiro inicial e eles é que saiam pra corrida. Aí, falavam: - Isso ficou legal. - Essa foto não é boa porque tá assim... e eles debatiam (Prof. Paulo - entrevista concedida ao autor em 07/04/2015).

Depois de produzirem e discutirem sobre essa produção, mais de trezentas imagens, foi preciso ainda fazer uma seleção, uma curadoria, e cinquenta e oito fotos foram escolhidas pelos estudantes para serem expostas. É importante salientar que o momento final anunciado pelo educador foi o da avaliação. Veja qual foi sua estratégia:

como é que você avalia um trabalho desses? Porque a escola precisa de uma nota e você acha que eu tive trabalho de dá nota pra esses meninos? Não dei não, eles é que se autoavaliaram. Fichinha de avaliação, de autoavaliação e eles consideravam, porque eles fizeram as fotos, selecionaram... eles fizeram tudo. Eu não fiz nada, só dei a fundamentação inicial e incentivei: vamos... (Prof. Paulo - entrevista concedida ao autor em 07/04/2015).

Chama a atenção o modo como o educador da Escola Trindade Campelo se articula para realizar a atividade criativa, posicionando-se muitas vezes mais como um proponente da situação, incentivando, mediando, estimulando novos modos de ver a realidade, *dando o tiro inicial*. Indagar e provocar os educandos nos momentos da reflexão não é estar à frente da ação, ditando as maneiras como cada um deveria proceder, mas estar presente nela, participando com os educandos, interagindo com eles. Como as regras eram mínimas, porém bem definidas, sobrava mais tempo para a liberdade poética do educando em meio ao ambiente natural. O tempo para apreciar e refletir sobre o material produzido é um ponto importante que saliento aqui, pois a partir dessa reflexão feita na coletividade é

possível adensar o próprio entendimento do educando quanto aos processos vivenciados, atentando para a autoavaliação, para um tempo dedicado à observação de si mesmo, para que cada um pudesse atribuir uma nota sobre sua própria participação, produção e desempenho na proposta. Considerando o exposto aqui, reconvoco Maurice Tardif, pois o estudioso assegura que

os saberes que servem de base para o ensino, tais como são vistos pelos professores, não se limitam a conteúdos bem circunscritos que dependem de um conhecimento especializado. Eles abrangem uma grande diversidade de objetos, de questões, de problemas que estão relacionados com seu trabalho. Além disso, não correspondem, ou pelo menos muito pouco, aos conhecimentos teóricos obtidos na universidade e produzidos pela pesquisa na área de Educação: para os professores de profissão, a experiência de trabalho parece ser a fonte privilegiada de seu saber-ensinar (TARDIF, 2014, p. 61).

O Prof. Paulo acredita que *a beleza pode, às vezes, estar onde, aparentemente, não existe beleza*. Ela se ausenta, *porque se você for ver a paisagem, castigada pela seca, você poderia pensar: não, não é uma paisagem bonita*. Mas a beleza está lá, do seu jeito, às vezes imperceptível para um olhar comum, superficial, raso. Alguém pode olhar para o sertão, ver a caatinga e dizer que a caatinga é uma vegetação seca, mas, para o Prof. Paulo, não é. - *Pra mim não. Ela é uma vegetação super expressiva e hiperresistente. Se der um sereno, ela revela seu “vestidinho” e de repente, puff, tudo é verde. Então a caatinga pode se manifestar de outras formas*. Por isso, *entre o azul e a ausência existe esse olhar que enxerga o entre, entre o que não existe e o que existe*.

Os desvios transgressivos no território da docência fazem o educador assumir o risco da incerteza e do desaprender para transformar suas aulas em momentos de aprendizagem significativa, de compartilhamentos e deslumbramentos artísticos e estéticos que nos fazem sentir em profundidade, abrindo os olhos para “revelar a cegueira da consciência” (NOVAIS, 1993, p. 13). Assim, vou aprendendo e ensinando no ambiente escolar, (des)formando-me à medida que reinvento percursos e ressignifico a docência em arte.

Esta prática realizada na Escola Prof.<sup>a</sup> Trindade Campelo me remeteu ao documentário *Ensuciarse La lengua: Idea para una película* (BONDIA, 2004). Nesta película o

estudioso espanhol Jorge Larrosa Bondia apresenta um modo de fazer educação que envolve a expedição exploratória com os educandos. “Caminhar, olhar e escrever e não se deixar levar pela correnteza”. Resistir com os próprios pés aos modelos prontos que chegam as salas de aula, expandir os limites da escola e ampliar as possibilidades de ensino. Deste modo o educador transgride com as ideias cristalizadas que podem paralisar, ao invés de estimular. O vídeo mostra uma prática pedagógica em que o educador viaja com um grupo de estudantes, de Barcelona - Espanha para Tirana - Albânia. A ideia do educador-viajante era confiar para poder explorar outra realidade a partir de um itinerário inventado e percorrido a pé pelas ruas de uma cidade ‘desconhecida’. Lê o território, perceber tudo o que ele apresentava de potente aos olhos, escrever sobre a experiência, compartilhá-la. Por experiência Bondia (2002, p. 21) entende que seja tudo “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”.

O que me atravessa e faz a diferença se aproxima aqui, no meu entender, da noção de experiência, como é compreendida pelo estudioso espanhol, pois nos deslocamentos pelo Seridó pude conhecer modos de praticar o ensino e a formação em arte que pode ser enriquecedores para aqueles que se permitem experienciar a docência para além da sala de aula. Nessa perspectiva, acredito que produzir e expandir a documentação sobre o ensino e a formação docente em arte soa como uma estratégia de *caminhar, olhar e escrever, sem que sejamos levados pela correnteza*. Escrever e publicar são modos de dar visibilidade à questão do componente curricular Arte no contexto escolar e social. Reitero que refletir e analisar nossos fazes docentes, tornando disponível e em circulação, em um contexto mais amplo, é uma maneira de facilitar a difusão e a expansão dos saberes artísticos e estéticos que são produzidos no âmbito escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No contexto do Seridó não existe cursos regulares e presenciais de formação específica em nenhuma das linguagens artísticas que possa atender, satisfatoriamente, as necessidades dos educadores que estão à frente do componente curricular Arte. Conseqüentemente, não existe nas escolas da rede pública um número suficiente de educadores com formação específica para atender suas demandas. Em toda a região

encontrei apenas oito profissionais com esta formação, sendo que três deles trabalham nos institutos federais. Os encontros de formação, quando acontecem entre os professores de arte, são caracterizados como ações pontuais ou esporádicas. Acredito que o enfrentamento de questões como esta é fundamental para a construção do próprio modo de ser professor de arte.

Dos oitos professores de arte que trabalhei diretamente nas escolas, quatro tem formação em Letras, sendo que uma educadora possui dois cursos: Letras e Pedagogia. Com esta titulação encontrei mais três educadores, ou seja, dos oitos acompanhados, quatro também são pedagogos e apenas um tem formação em História (em curso). Com exceção deste, os demais possuem ou estão cursando uma pós-graduação, *lato sensu*. O estudo mostrou ainda que a maioria dos professores de arte passou por uma formação prática, sem grandes estímulos para investigar suas próprias práticas docentes, articulando-as as teorias especializadas.

Esses educadores reconhecem que suas formações iniciais não lhes prepararam adequadamente para exercerem as competências atribuídas à área de Arte. Por outro lado, foi possível perceber na maioria dos docentes sua disposição para buscar recursos capazes de contribuir com uma melhor organização profissional que favorecesse, inclusive, as práticas pedagógicas em sala de aula.

Esses profissionais não estão à frente do componente curricular Arte apenas para preencher suas cargas horárias, pois também atendem a uma necessidade das próprias instituições de ensino, que, por não existir no seu quadro de servidores educadores com formação específica na área, necessitam de um profissional, mesmo com outra formação, para exercer este papel.

As práticas docentes realizadas no Seridó são diversas e aqui foi evidenciado apenas um recorte de uma proposta que surgiu do projeto “Entre o azul e a ausência”. Este tentou desconstruir nos educandos a prática do olhar viciado, um olhar que de tanto conviver com uma determinada coisa/objeto/cenário, não conseguia mais enxergar suas potências. Ao mesmo tempo, esse projeto abriu para o desassossego de encontrar beleza onde aparentemente só existia ausência, chamando a atenção para o educador que se manteve atento ao contexto sociocultural e ambiental.



A maioria dos educadores seridoenses possui bastante experiência com o ensino de arte e suas escolhas ao longo da vida profissional foram delineando um percurso que favoreceu a formação e o protagonismo como professores de arte junto às escolas da região. A pesquisa mostrou que, ainda que sejam produzidos registros preciosos sobre as práticas docentes realizadas nas escolas, eles raramente passam pelo crivo da crítica.

Documentar as práticas que são realizadas em sala de aula e analisar estes registros ao mesmo tempo em que se tece reflexões sobre os fazeres docentes na escola, pode render bons textos sobre os processos formativos e profissionais da docência em arte. Acompanhar os processos docentes formativos, registrar, escrever e publicar textos com ponderações críticas sobre a experiência vivenciada é uma maneira de promover o fortalecimento da área de Arte, compreendendo as dinâmicas do ensino e da aprendizagem, dentro do complexo processo de formação humana.

#### **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Espedito Cardoso de. **Cantar para não desencantar**: uma postura didático-pedagógica que desafia a crise da evasão e da repetência na realidade educacional. 2ª ed. São Paulo: Scortecci, 2013.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte/Educação contemporânea**: consonâncias internacionais. São Paulo: Cortez, 2005.  
----- . **A imagem no ensino da arte**: anos 1980 e novos tempos. São Paulo, Perspectiva, 2009.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *In: Revista Brasileira de Educação* - Nº 19. Trad. João Wanderley Geraldi. Campinas: ANPEd, 2002.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**. v.1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34 Letras, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IABELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte**: sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: ArtMed, 2003.

LESSARD, Claude; TARDIF, Maurice. As transformações atuais do ensino: três cenários possíveis na evolução da profissão de professor? In: TARDIF, M.; LESSARD, C. (Org.). **O ofício do professor**: história, perspectivas e desafios internacionais. Petrópolis: Vozes, 2008.

NÓVOA, António. O Passado e o presente dos professores. *In: Profissão Professor*. Porto-Portugal: Porto Editora, 1999.



\_\_\_\_\_. **Os professores e o “novo” espaço público da educação.** *In:* O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais. TARDIF, Maurice & LESSARD, Claude (Org.). Trad. Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2013.

SANTOS, Jailson Valentim dos. **Sertão de luz, pedra e resistência:** caminhando por territórios docentes em artes visuais no Seridó-RN. 2016. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidades Federal da Paraíba e Pernambuco. João Pessoa, 2016.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Trad. Francisco Pereira. 17ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

*TARDIF Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis: Vozes, 2013.*

#### **VÍDEO**

**Ensuciarse la lengua:** idea para una película. Documentário. Direção: Jorge Larrosa Bondía (Tirana-Barcelona, 2004, 60 min.).

## **AS COMIDAS TÍPICAS DE MILHO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA CIDADE DE JARDIM DE PIRANHAS/RN**

Natália Raiane de Paiva Araújo<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

As festas juninas são celebradas em todo o Brasil durante o mês de junho, em devoção a Santo Antônio (dia 13), a São João (dia 24) e a São Pedro (dia 29), mesmo com a religiosidade outros elementos formam esta festa, como por exemplo: as fogueiras, canjica, milho verde, quadrilhas, bombinhas e brincadeiras.

Poderíamos dizer que as comidas feitas de milho é um elemento indispensável desta festa, principalmente quando se enfoca a região do Seridó. Pois é no mês de junho que se colhe o milho, portanto, uma maior abrangência dessas comidas na região, mas quando há o período de estiagem os cultivadores deixam para colher o milho no ano seguinte, sendo assim fazem a chamada “quebra do milho” que consiste na virada da espiga em direção ao solo.

Nas literaturas seridoenses, como por exemplo, a obra de Oswaldo Lamartine de Faria “Sertões do Seridó” (1980), um dos seus capítulos fala especificamente sobre a conservação dos alimentos percebemos que, apesar de retratar sobre a culinária seridoense, não se tem uma análise mais profunda sobre as comidas de milho e as festas juninas. Como também se observou na tese de Jucicléa Azevedo, “Culinária do Seridó: um elemento da identidade territorial” (2011), na monografia de Maria das Vitórias Macêdo e Maria Elineuza da Silva “Gastronomia Sertaneja: o sabor da história seridoense” (2000), na obra de Juvenal Lamartine de Faria “Velhos Costumes do meu Sertão” (1965), e na obra de Luís da Câmara Cascudo “Dicionário do Folclore Brasileiro” (2000) e História da alimentação no Brasil (2004), que retratam sobre a alimentação no Seridó e no país, mas não há um maior aprofundamento sobre a temática das comidas de milho. Utilizaremos de Barros (2009), a partir da abordagem da História do Discurso, pois analisaremos como também questionaremos os discursos presentes nas obras que serão utilizadas para a construção da pesquisa.

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Licenciatura em História – UFRN-CERES-Campus de Caicó. E-mail para contato: natalia\_raianejrpn@hotmail.com.

A cidade de Jardim de Piranhas no Seridó não fora desta tradição todos os anos são comemorado as festividades juninas, com fogueira, fogos, entre outras, comidas de milho. Em algumas das casas podemos encontrar as comidas de milho nesta época, sejam elas compradas ou feitas pelos moradores.

Elaboramos um questionário com seis questões no Google Docs disponibilizado na web, no caso, divulgado nas redes sociais como ferramenta para alcançar mais pessoas para darem o seu parecer acerca das comidas típicas de milho. De acordo com Barros (2009), abordando a História Quantitativa, pois trabalharemos com os dados obtidos no questionário através da observação e problematização da fonte. Avaliando assim, de forma sistemática as respostas dadas, analisando a construção de uma tradição perpetuada através dos tempos de um valor hoje imaterial para a cidade.

Abrimos espaço para uma análise em torno de patrimônio imaterial, a partir do que discute Sandra Pelegrini. Portanto o tema desta pesquisa se torna bastante relevante para a cidade e para o desenvolvimento de novas pesquisas. Diante do exposto, levantamos a seguinte questão: As comidas de milho identificam os cidadãos de Jardim de Piranhas nas festas juninas como patrimônio imaterial?

O presente trabalho será dividido em três momentos: em primeiro será feita uma análise historiográfica sobre as obras nacionais, regionais e locais a cerca da temática abordada, enfatizando a ausência de um aprofundamento a cerca das comidas de milho; em segundo será abordado o questionário onde analisaremos as respostas obtidas; em terceiro faremos uma discursão sobre patrimônio imaterial e as comidas de milho na cidade de Jardim de Piranhas.

## **O MILHO NA HISTÓRIA**

O milho não nasce naturalmente em nenhuma região, por isso sua origem gera investigações no meio científico. Alguns afirmam que a sua origem esta ligada a uma semente ancestral chamada teosinto, enquanto outros falam que sua origem se dá pela sua domesticação e mistura com outras sementes. Segundo estudos realizados o nascimento do milho viera a ser encontrado no vale do rio Balsas, no sul do México (FILIPIM; QUEDA, 2005).

Na América latina o cultivo do milho *Zea mays* foi o mais promissor das sementes, foi exportado e utilizado na fabricação de bebidas e comidas, ganhou a Europa e depois a África Ocidental e Oriental na segunda metade do século XVI. Sua primeira utilização seria

pela espiga assada, e a grão, dando pipoca e a farinha de milho, doces com rapadura ou açúcar, canjica, mingaus e papas (CASCUDO, 2004).

Uma das tribos indígenas que mais cultivaram o milho foi a Guarani Mbyá, diversificaram nas comidas preparadas com o milho e nas variações de sementes, como por exemplo, o milho pipoca e o milho avaxí eteí. Era plantado de forma escalonar e tinha grande valor cultural (FILIPIM; QUEDA, 2005).

Portugal ao colonizar o Brasil trouxe alguns de seus rituais como a comemoração ao santo São João, quando veio para o Brasil esta festa passou a ser comemorada juntamente com a colheita do milho, este foi bastante valorizado, em Portugal se têm 23 variedades da semente de milho alternando as colheitas. Com a chegada do Zea mayz deu-se um novo rendimento nutricional na alimentação portuguesa, o pão de milho torna-se elemento tradicional, o milho também foi usado na alimentação de animais.

Faria (1965) relata que os festejos juninos eram celebrados nas fazendas onde se encontravam os amigos e parentes que moravam nas fazendas vizinhas e na cidade, era uma das festas mais populares da época. Conta que primeiramente se acendia a fogueira em frente a casa, por volta das 7 ou 8 da noite era servido a ceia onde predominava as comidas de milho verde. Divertiam-se tirando sorte e fazendo-se compadres ou padrinhos. Havendo a presença dos fogos e foguetões a festa terminava com danças e cantorias.

Segundo Lamartine (1980), foi com a conservação das sementes, que nasce às primeiras lavouras. É no São João quando se dá um bom inverno que já se pode comer verde com a quebra do milho necessário para a feitura dos pratos regionais juninos. É colhido, carregado para casa, debulhado a máquina, a cacete ou manualmente e ao anoitecer em rodas de conversas, seco pode ser guardado em silos ou paióis. Outros guardam a espiga. O milho representa ainda o cereal de maior significado, é alimento e participante da culinária regional e ração para animais, suínos e aves.

Vemos a partir dos relatos de Faria (1965) e Lamartine (1980), alguns traços da tradição da festa junina para o sertanejo como também a importância da semente do milho. O milho aparece como elemento de destaque na alimentação do sertanejo, mas não há enfoque sobre as comidas típicas e seu preparo. Destacamos ainda que devido ao processo de secas o sertanejo aprende a lidar com o plantio de forma a preparar para sua alimentação aquilo que é semeado.

Cascudo (2004) parte da etnografia na alimentação ao elencar o indígena o negro e os portugueses, a alimentação é superior aos demais hábitos do ser humano, sendo um fator importante na história. A diferença muitas vezes se encontra na cultura regional, pois quando se tem abundância aprende-se a preparar e conservar.

“A convergência e fusão da culinária indígena, africana e portuguesa levaram ao brasileiro o “complexo” alimentar do milho que a industrialização tornou permanente. Junho, mês do S. João, é mês de milho, festivo, sonoro, inesquecível, da humilde pipoca ao bolo artístico. Junho, no império dos Incas, era a “Páscoa do Sol”, Inti-Raymi, colheita do milho dominador” (CASCUDO, 2004, p.111).

Os indígenas plantavam o milho, era então uma assistência saborosa. Era assado ou cozido, fazia-se vinho, bolos e farinha de milho. “Esse milho, *Zea mayz*, é uma revelação ameríndia, e nenhum outro povo da terra o provou antes que o Novo Mundo aparecesse” (CASCUDO, 2004, p.109).

Os negros se alimentavam de farinha de milho e este era plantado abundantemente. Fornecia bolos (massa de milho molhada no molho comido com alguma carne) e bebidas quando fermentados.

A comida do escravo consistia numa porção diária, nela se encontra milho fresco ou assado. Faziam da farinha de milho (fubá) o angu dava cor e vontade de comer, papa usada para crianças e o pirão misturava o milho cozido com óleo de coco, o mungunzá seria o milho fervido com leite de vaca, e bolo. O milho fazia parte de sua alimentação desde sua saída da África para o Brasil, pois deviam se acostumar com os víveres presentes neste novo espaço.

O milho torna-se o sorgo, milheto ou milhos miúdos, encontrado na África. Nos engenhos tinha-se autonomia, pois o milho era plantado juntamente com outras sementes. Para aqueles que iam ficar no paul a alimentação era milho cozido misturado com mel de furo. Os negros também escondiam em seus casebres alguns víveres entre eles o milho seco. Também a inclusão do milho como oferenda aos deuses.

“Nas cidades os recursos cresciam-se pela venda de viveres preparados e oferecidos pelas negras nas praças e cais; angu, mingau de carimã ou milho, peixe assado, milho cozido, em grãos, servidos no caldo, com açúcar, mungunzá dos negros e também chamado no Sul “canjica” (...) (CASCUDO, 2004, p. 204).

Segundo Macêdo e Silva (2000), os negros introduziram o modo de preparo os temperos, modificando a culinária existente com a junção de elementos indígenas e portugueses. O sertanejo comia a base de feijão e derivados de milho. No café tinha o pão de milho, no almoço o mungunzá. Na falta do milho para a preparação das comidas típicas nas festas juninas o substitui pelo fubá em algumas receitas, pois hoje já não se tem tanta fartura do milho.

Na alimentação do sertanejo o milho aparece presente no mungunzá, cuscuz e farinha de milho torrada em suas refeições diárias. Aparece também nos dias de festas e domingos como bebida chamada aluá que seria feita a partir da fermentação do milho. Ao se referir aos pobres e aos escravos o milho com rapadura aparece como elemento substancial em suas alimentações.

Vemos que ao mesmo tempo em que os autores enfocam a festa junina e o milho e seus derivados, ou seja, as comidas obtidas através deste cereal, não há um aprofundamento em suas menções, pois não enfatizam o modo de preparo, o sabor, apesar de parecer algo natural a nós, enxergamos a falta de um diálogo maior a cerca das comidas de milho, pois as mesmas são somente citadas. Cascudo enfatiza que o milho era dado como fruta aos negros e que “no Brasil agregou-se às comidas de milho, como em Portugal às doçarias, desenhando dedicatórias e lembranças no relevo açucarado”. (CASCU DO, 2004, p. 247).

As comidas de milho enlaçam todo um saber/fazer, tradição e sabor, seja como complemento alimentar ou como alimento essencial na culinária sertaneja, traz a junção de elementos etnográficos na composição de feitura das comidas. Falta nos discursos elencar o processo que ocorre na preparação das comidas e sua representatividade a importância para as famílias sertanejas na falta do milho para a elaboração dos pratos típicos proporcionados pela colheita do milho.

## **TECENDO SOBRE OS DISCURSOS**

Ao abordarmos o questionário disponibilizado na web, recebemos os dados para compor a nossa pesquisa. O formulário foi planejado para que os respondentes possam afirmar as comidas típicas de milho como patrimônio imaterial da cidade de Jardim de Piranhas, levando em conta o significado destas para o cidadão piranhense objetivando construir um panorama geral das referências destas comidas para o patrimônio na cidade. Tal questionário é composto por seis questões relacionadas entre si, sobre as comidas

típicas e a relação desta com as festas juninas e a identificação que traz ao indivíduo. Recebemos respostas de pessoas de 19-52 anos, todas da cidade de Jardim de Piranhas, ao todo foram 24 entrevistados, as profissões variam desde estudantes a funcionários públicos.

Indagamos a importância das comidas de milho, um dos nossos respondentes diz: “São parte da tradição e fazem ficar registrados na memória momentos alegres” (BRENA, 2016). As demais são questões abertas e fechadas para que os respondentes possam discorrer sobre as referências das comidas típicas em sua vida. Ao analisar os questionários respondidos, percebeu-se o quanto essas comidas identificam a comunidade alguns chegaram a relatar que desde sua infância que as comidas de milho fazem parte da sua alimentação e hoje elas trazem as memórias deste tempo quando consumidas; como também escolheram a canjica como a comida mais saborosa feita de milho, ficando atrás o milho assado, a pamonha e o bolo de milho. Assim descreve Cascudo sobre a feitura da canjica:

Canjica. Canjiquinha, creme de milho verde, papa de milho verde, com a massa do milho, leite de vaca ou de coco, açúcar, enfeitado com letras e desenhos de canela e pequeninos “confeitos”, da própria canjica prato tradicional, indispensável e típico nas festas de São João (junho), a primeira das comidas de milho (CASCUDO, 2000, p. 236).

A culinária local abrange tanto a transformação do alimento como as representações simbólicas contidas nesse conjunto. Hoje, segundo Azevedo (2011), usa-se leite de gado ou em pó, milho verde, nata ou creme de leite, manteiga da terra e açúcar, na produção das comidas típicas o diferencial da elaboração de cada uma encontra-se na espessura da massa, ou seja, houve uma alteração no modo de fazer e nos ingredientes utilizados.

A autenticidade aos costumes é que dá o sabor diferencial, ao perguntarmos sobre as diferenças entre as comidas produzidas na cidade e outras das demais localidades recebemos como resposta “acredito que o tempero regional influência muito e talvez até o modo como é cultivado, armazenado também” (DUTRA, 2016).

Segundo o percentual quantitativo obtido de 66,7% as comidas feitas de milho em Jardim de Piranhas não teriam o mesmo sabor caso comparadas há outras encontradas em demais localidades. Outros 75% dizem que as festas juninas não teriam o mesmo significado na falta das comidas típicas, fazendo com que a mesma perdesse o seu significado tradicional e cultural para sociedade.



Segundo Soares (2016), a mesma aprendeu o saber/fazer das comidas típicas de milho com a avó no sítio de sua família desde sua infância, participava da preparação ativamente, pois sua avó fazia questão de passar o ensinamento, ao relatar sobre o preparo da canjica ela nos diz: que como era na zona rural primeiro se plantava o milho, função essa exercida pelo pai e o avô, quando no período de colheita ia buscar o milho no roçado, fazia-se a quebra do milho, depois espalhava no chão para secar e tirar os cabelos da espiga, logo após cortava, moía e peneirava com leite e água, o caldo produzido desse processo ia ao fogo no fogão a lenha com açúcar e temperos, sempre mexida com colher de pau. Todo esse processo de produção tem ajuda masculina, mas quem faz todo o preparo é a mulher, a mesma ainda relata que os sabugos eram utilizados pela avó para fazer bonecas, utilizava também para fazer castelos e servia para alimentação dos animais. Enfatiza o fato da presente tradição passada pela avó as filhas e netas e com pesar fala que há alguns anos não se tem mais esse momento em família devido às secas e não ter o milho verde durante o período de colheita.

As comidas típicas aqui apresentadas mostram o contexto cultural presente na mesa dos piranhenses, tornando símbolo de sua identidade, marcando a culinária local a partir do modo como se alimenta, por isso se associam ao território, ao espaço em que são produzidas. Entrelaçando ingredientes, receitas e técnicas culinárias.

Diante dos discursos de nossos interlocutores, percebermos a construção da identidade local quando referenciado em suas falas “desde a infância estão presentes na minha alimentação, além de saborosas, trazem a memória os momentos em família” (SOUSA, 2016), relacionando os sentimentos e o social elegendo esses pratos como símbolos de identificação da cidade, enaltecendo assim a subjetividade presente em sua alimentação. O patrimônio cultural não se detém somente a materialidade mais as pessoas que são detentoras dessas referências. E o território passa a ser o lugar onde se expressam as práticas simbólicas e referências da construção da identidade individual e coletiva.

#### **AS COMIDAS DE MILHO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE JARDIM DE PIRANHAS**

O milho por ser colhido no mês de junho, e por termos essa data como simbólica para ser elaboradas as comidas típicas, mostra a cultura preservada através dos anos, pois o sertanejo costuma elaborar sua culinária através dos elementos plantados e colhidos durante o ano, por isso trazem uma identificação e diferencial com a sua cultura. É através

do simbolismo das relações que ocorrem que afirmam o sentimento de pertencimento ao local. Por isso, o saber/fazer tradicional e a culinária são protagonistas nesse cenário.

A produção das comidas de milho antigamente era feita pelas famílias em suas fazendas, nas cidades hoje foram perdidas algumas referências no modo de fazer, mas ainda é uma prática exercida pelas mulheres. A população da cidade prefere comprá-las prontas a fazer, pois as mesmas requerem muito trabalho em sua feitura.

Muitas vezes esquecemo-nos de olhar para o nosso cotidiano, e as memórias por nós guardadas revelam as experiências, sentimentos, os modos de saber/fazer, entre outros, sabores. São essas memórias que nos identificam nesse sistema de selecionar aquilo que é mais importante para o grupo. Essa identidade também é regida pelo sentimento de pertencimento a uma determinada região, e sua cultura que se torna o diferencial entre o “eu” e o “outro”.

O patrimônio cultural imaterial afirma-se através dos espaços e tempos e suas significações e pelo desejo de se conservar o que se tem de valioso na cultura de uma comunidade. O patrimônio pode ser para um e outro não, pois são os sujeitos envolvidos que demarcam esse processo, caracterizando aquilo que deve ou não ser preservado. A partir disso, vemos que as comidas de milho tornam-se referências culturais para os piranhenses. “Falar em referências culturais significa dirigir o olhar para representações que configuram uma ‘identidade’ da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e aos objetos, aos ‘fazeres’ e ‘saberes’, às crenças e hábitos” (FONSECA, 2000, p. 11, apud CASTRO, 2008, p. 21).

Durante o processo de identidade alguns hábitos culturais se destacam de outros, no caso, a culinária, que não se reporta somente a alimentação. A territorialidade também se estabelece através dessas relações. A relação com a natureza transformando-a em cultura, a escolha dos alimentos e como são preparados. Elaborando uma história dos aspectos físicos e sociais do lugar, como por exemplo, a convivência no lugar, demarcando um estilo de se alimentar diferenciado dos demais locais, marcado pela subjetividade.

Nesse sentido, índio, branco e negro, com menos intensidade, proporcionaram uma mistura de saberes e sabores para a preparação de uma identidade culinária. Mesmo procedentes de culturas diferenciadas, estes contribuíram fortemente com suas maneiras de fazer, com suas técnicas e com suas tradições, herdadas de seus antepassados, na formação

do território seridoense, conseqüentemente, da sua culinária (AZEVEDO, 2011, p. 60).

As festividades marcadas no calendário com seus aspectos culturais fazem com que a comida estimule o consumo de alimentos, especialmente por causa do seu valor simbólico. “Todavia a identidade torna-se simbolicamente representada em diversas situações como forma de localizar os sujeitos no tempo e no espaço, produzindo um auto reconhecimento nas relações sociais do seu povo” (AZEVEDO, 2011, p. 41-42). Estas por sua vez fazem parte da memória de infância, seja porque era o prato mais consumido, ou pelo fato de que o sujeito não pôde consumi-las quando criança.

Esses pratos são denominados de típicos representando “fielmente” a culinária local que convertidos em patrimônio – nesse caso acrescentemos o termo imaterial, já que o produto culinário é efêmero devorado em instantes, restando apenas a lembrança de um prazer gustativo – concernem a vivência da cultura alimentícia seridoense em meio as novidades que rebatem no território, alimentando o seu resistir, conseqüentemente, o sentimento de pertencer a um grupo que possui uma identidade pautada na culinária (AZEVEDO, 2011, p. 104).

Os bens imateriais interligam-se a natureza, que se integram as diversas culturas presente em nosso meio formador de nossa identidade, transmitindo os saberes de geração a geração. Essas práticas se relacionam com a subjetividade, englobando a culinária como um modo saber/fazer presente desde antiguidade. O que marca o termo imaterial é o fato de não podermos toca-lo sabemos que existe mais é algo subjetivo ao grupo a sua cultura, ou seja, seu cotidiano. “(...) Ela está articulada ás transformações das formas de convívio social e aos padrões culturais que regem a existência humana” (...) (PELEGRINI, 2008, p. 31). Sendo marcada pela alteridade sua forma de mudança de acordo com as gerações. As festas aos santos estão marcadas pela religiosidade, as comidas e as danças, que evocam aos saber fazer presente na culinária e todo o sistema envolvido.

Sendo assim, esse processo passa a ser marcado pela afirmação das comidas típicas como elemento de identidade, transformado em patrimônio imaterial de Jardim de Piranhas, resistindo às mudanças ocorridas durante os anos, por isso cria-se um modo de ser, dentre eles a culinária, ordenando assim a maneira de comer dos piranhenses. As comidas típicas de milho produzidas na cidade de Jardim de Piranhas, afirma-se como patrimônio imaterial, pois identificam os piranhenses, sendo vivenciada desde sua infância, resguardando os valores regionais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A semente de milho ao longo da história fornece ao homem indagações sobre sua origem e comensalidade, faz parte da dieta, seja como elemento de subsistência ou como complemento alimentar, têm múltiplas variações de sementes, plantio e colheita. Marca o calendário do brasileiro no mês de junho, caracterizado pelas festas juninas que envolvem a religiosidade e a colheita do milho, conseqüentemente com a tradição das feitura das comidas típicas de milho.

Em especial no Seridó a cultura desta festa torna-se bastante relevante, e um dos elementos de maior destaque são as comidas típicas de milho que trazem todo o saber/fazer e sabores encontrados na preparação e degustação destas comidas que fazem parte da vida do sertanejo desde sua infância.

Na cidade de Jardim de Piranhas, constatamos a particularidade que as comidas de milho verde têm para o cidadão piranhense, mostrando o diferencial em seu modo de fazer a cultura passada e pais para filho e a importância que se têm as comidas como elemento de identidade e territorialização para a cidade.

As comidas típicas de milho trazem elementos da etnicidade e etnográficos, que encontramos a partir dos depoimentos e resultados da nossa pesquisa, tendo como principal elemento o saber e o fazer na preparação destas comidas que se relaciona ao sentimento de pertencimento. Por isso, as comidas típicas de milho afirmam-se como patrimônio imaterial, pois, ligam os piranhenses ao espaço em que vivem e ao grupo ao qual estão inseridos, sendo suas referências. Por fim, elencamos este presente trabalho como eximia fonte para produção de novos trabalhos e pesquisas que tratem sobre alimentação enfatizando que esta pesquisa se mostra pioneira em relação às comidas típicas de milho.

## **REFERÊNCIAS**

AMARAL, Rita. **Festa à brasileira: sentidos do festejar no país que “não é sério”**. Edição: e-BooksBrasil, São Paulo, 1998.

AZEVEDO, Jucicléa Medeiros de. **Culinária do Seridó: um elemento da identidade territorial**. Dissertação (UFRN), 2011.

BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Fontes históricas:** revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, Canoas, n. 12, mai/ago. 2012, p. 129-159.

\_\_\_\_\_. **O projeto de pesquisa em história.** 8ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro.** São Paulo: Global, 2000.

\_\_\_\_\_. **História da alimentação no Brasil.** 3ª edição. São Paulo: Global, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Disponível em: <[http://www.scielo.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0378-18442005000300007](http://www.scielo.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0378-18442005000300007)>. Acesso em: 28 out. 2016.

FARIA, Juvenal Lamartine de. **Velhos Costumes do meu Sertão.** Natal: Fundação José Augusto, 1965.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Sertões do Seridó.** Brasília: CGS, 1980.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. 2ª edição. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **O que é patrimônio cultural imaterial.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan na Paraíba. Casa do Patrimônio da Paraíba. Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade; Organização, Átila Bezerra Tolentino... [et al.]. – João Pessoa: Iphan, 2014. 116 p.: il.; 30 cm. – (Caderno Temático; 4).

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Superintendência do Iphan na Paraíba. Educação patrimonial: educação, memórias e identidades; Átila Bezerra Tolentino (Org.). – João Pessoa: Iphan, 2013. 108 p.: il. 30 cm. – (Caderno Temático; 3).

Castro, Maria Laura Viveiros de Patrimônio imaterial no Brasil / Maria Laura Viveiros de Castro e Maria Cecília Londres Fonseca. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

Ofício das Baianas de Acarajé. \_ Brasília, DF: Iphan, 2007. 104 p.: il. Color, 25 cm. + CD ROM. – (Dossiê Iphan; 6).

Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. – Brasília, DF: Iphan, 2006. 70 p.: il. Color, 25 cm. – (Dossiê Iphan; 3).

## **O PATRIMÔNIO HISTÓRICO MATERIAL EDIFICADO NA CIDADE DE CRATO-CE NOS ANOS DE 1930 A 1950: ENTRE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO.**

Ana Laís Lopes da Silva (URCA)<sup>2</sup>  
Sandra Nancy Ramos Freire Bezerra (URCA)<sup>3</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Se faz notório que a discussão acerca da preservação do patrimônio quaisquer que sejam as especificações, são discussões quem vem sendo tecidas a longos períodos e que mesmo na contemporaneidade, essa temática é pouco discutida e levada em consideração por parte da sociedade cratense, ou em até maior quantidade, que parece desconhecer a sua principal finalidade, e as contribuições que esta pode trazer, acerca das suas memórias, identidades e culturas, que merecem ser salvaguardadas, deixando posteriormente, esse legado para as futuras gerações.

O início do século XX, foi um século em que principalmente as cidades brasileiras de grandes fluxos comerciais sofreram elevadas transformações, principalmente em torno da economia, da urbanização, “modernização” das cidades em variados aspectos como dentre um desses, a sua arquitetura, e por fim, a expansão em torno das indústrias.

Portanto, por meio deste presente trabalho o objetivo que se busca é analisar as questões voltadas ao Patrimônio Histórico Material na cidade de Crato – CE entre os anos de 1930 à 1950, fazendo o uso da conceituação de Memória e Esquecimento. Pretende-se por meio deste trabalho, identificar e analisar aspectos do patrimônio material, tanto urbanísticos, quanto arquitetônicos, em torno das fachadas dos edifícios, o estilo predominante do período ressaltado, a concepção que a sociedade tem da importância e da preservação do patrimônio, em torno desses anos que se procederam cotidianamente, grandes modificações estruturais nas edificações no centro de Crato, na primeira metade do século XX.

---

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de História da Universidade Regional do Cariri (URCA). Orientador: Sandra Nancy Ramos Freire Bezerra – Departamento de História (URCA). E-mail: analais141@gmail.com

<sup>3</sup> Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Graduada em História, Especialista em Teoria e Metodologia da História, Especialista em Arte Educação pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Professora Assistente, da Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: Sandranfb@hotmail.com.

A análise está inserida no campo da História Cultural que, para Chartier, o objetivo é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada e dada a ler.

A principal finalidade e despertar de interesse acerca desse tema, veio por meio da observação e diálogo sobre os monumentos históricos do centro da cidade juntamente com um dos responsáveis por a organização do Museu de Crato, Ricky Seabra, onde este, desenvolve por iniciativa própria, um projeto que visa revitalizar o museu, as fachadas e prédios históricos<sup>4</sup>. Em suma, pretendo por meio deste projeto, conscientizar a sociedade cratense o papel principal desses patrimônios e o da sua importância, que é de remontar uma historicidade e identidade da cidade, e por fim, o papel da sociedade que é o da preservação dos mesmos.

#### **ELUCIDANDO CONCEITOS PREVIAMENTE SOBRE PATRIMÔNIO**

Alguns órgãos nacionais e internacionais, cumprem papéis fundamentais em torno da preservação do patrimônio, porém, resalto que não foi do dia para a noite que se teve a idéia de ter um cuidado adiante acerca dessa temática, e nem posteriormente, a partir da sua criação pode-se resolver todos os problemas propiciados pela ação do homem e do tempo.

Inicialmente, A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), onde essa discute temáticas variadas em torno das sociedades como um todo, buscou e propôs, acerca da temática do Patrimônio em uma Conferência Internacional que ocorreu no ano de 1972 em Paris, no remonte da preservação do Patrimônio Cultural Mundial. A Unesco, cumpriu um papel de grande estima, pois através desse órgão, onde se foi possível se (re)pensar na importância da preservação do patrimônio material e imaterial de variadas características e sociedades, na salvaguarda das culturas, identidades e memórias.

Art. 1º Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio cultural:

*Os monumentos* – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico,

---

<sup>4</sup> Os prédios históricos referidos, se remontam aos prédios do centro da cidade do Crato, Ceará. Como, por exemplo, o prédio Câmara e Cadeia, Casino Sul Americano, Praça da Sé, Estação Ferroviária, ou seja, os prédios mais antigos da cidade.



inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

*Os conjuntos* – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem tem valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

*Os locais de interesse* – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 2005, p 6)

Percebe-se que em torno do que a Unesco definiu como Patrimônio Cultural esta fez um recorte, fazendo definir apenas uma pequena parcela do que seria patrimônio cultural, mas que na realidade existe outros fatores como sociais, econômicos, culturais que constituem uma construção como um todo e que merecem respaldo.

Segundo Vargas & Castilho (2006) “não apenas os edifícios expressivos e monumentais merecem ser preservados, mas também as edificações de todas as classes sociais que fazem parte da história, sem que essa concepção signifique um congelamento da cidade”.

Conclui-se, portanto, que independente de ser um monumento ou apenas um edifício de qualquer outra especificação, estes devem ser levados em conta, pois todos esses constituem parcelas que constroem a história, qualquer que seja ela, todos esses trazem em si memórias, remetem a uma identidade e historicidade das pessoas e do lugar. Por vez, diante da discussão, não apenas serão analisados o patrimônio do centro da cidade de Crato, mas como também, outras edificações como as casas de moradia.

Posteriormente, partindo de todos esses pressupostos mencionados anteriormente, o que se faz jus nesse presente momento seria repensar nas práticas culturais que se tem remontado no ensejo da salvaguarda ou não, do Patrimônio da cidade de Crato, cidade que fica localizada sobre as proximidades de Juazeiro do Norte e Barbalha, sendo que essa última já existe políticas de preservação, parte da sociedade é inteirada da importância que os bens tangíveis e intangíveis tem em seu município, e ressalto que alguns bens já foram tombados pelo Iphan e por último tentaremos buscar algumas respostas que tem nos inquietado em torno da dispersão do Patrimônio da referida cidade, e tentar elucidar conceitos e categorias através de conhecimentos prévios, e outros que ao tecer do trabalho, irão abrir horizontes para novos questionamentos.

Mais antes de qualquer coisa precisamos entender o que especificamente a palavra Patrimônio significa. Quando nos referimos a conceituação do que seria patrimônio, o que

se remete posteriormente seria a idéia do velho, acabado, abandonado, sem utilidade. Porventura, o que se diz respeito quanto ao que seria Patrimônio é que:

Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, pater ou *pater familias*, pai de família. (FUNARI, 2006, p.10)

Já de acordo com a Constituição Federal do ano de 1988, situando-se no artigo 216, se diz que o que “constitui patrimônio cultural brasileiro são os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Por vez, ressalto, que quanto as práticas culturais de uma sociedade e tudo que caracteriza como simbólico, ou não, nem sempre para as demais culturas podem ser consideradas como de suma importância, sendo que cada local, cada pessoa, em cada tempo, sempre existe as transformações de interesses e escolhas por de trás e por parte da sociedade coletiva ou até mesmo do indivíduo por si só.

Em Crato, a questão não será diferente, faremos análise dentro do contexto da História Cultural, tentando entender porque o modo em diferentes lugares e momentos, algumas realidades são construídas, e vistas de maneiras diferentes, principalmente em torno dos simbolismos, e do que é ou não, importante para as pessoas.

## **HISTORICIZANDO O CRATO ANTIGO EM TORNO DO SEU PATRIMÔNIO**

A cidade do Crato, é um município do interior do estado do Ceará, localizado no sopé da Chapada do Araripe, sendo considerada uma das cidades do interior cearense de suma importância, tanto por sua tradicionalidade em torno da comercialização de produtos rurais, oriundos da agricultura local da região do Cariri, como também, por ser uma das cidades mais antigas do Ceará, sendo fundada em 21 de junho de 1764, hoje constituída de 252 anos. Se originou como núcleo urbano no século XVIII, a partir da Missão dos Frades Capuchinos, que posteriormente, denominou-se de “Missão do Miranda”.

Segundo Renato Braga, quanto a aldeia dos Cariris, sob direção do frei Carlos Maria de Ferrara, “ficava nas cabeceiras do Miranda dos Cariris novos. Veio daí chamar-se Aldeamento do Miranda, Missão do Miranda e, por vezes, Missão dos Cariris Novos, Brejo do Miranda, Brejo Grande ou simplesmente Brejo”.

O seu povoamento ser fez pelo domínio das Capitâneas do Pernambuco, tornando assim suas relações bem mais proximais com a cidade de Recife, onde a comunicação entre ambas era decorrente a partir do Porto de Aracati, que se localizava na região litorânea da Província do Ceará.

A cidade de Crato, como mencionado anteriormente, inicialmente, desde o seu povoamento até as suas transformações urbanas e arquitetônicas, sempre esteve sob influência de Fortaleza e Recife, considerando-se mais sob influência de Recife, por ser um local de maior facilidade de acesso, do que para Fortaleza.

Fortaleza e Recife, são consideradas como de suma importância e meio que a influenciar as cidades proximais ao seu eixo, a partir das primeiras décadas do século XX, principalmente pelo seu modelo arquitetônico, onde essas se constituía de vários sistemas estilísticos, se fazendo misturas de elementos da arquitetura grega, gótica, romana e etc.

Nos anos iniciais do século XX, Crato sofreu variadas transformações mais sendo consideradas meio que a passos lentos. Posteriormente, de quando em vez, através de iniciativas da Igreja Católica, onde essa começou a transformar e construir edifícios cujos objetivos era de cunho assistencial, como construções em torno de colégios, acabou seguindo-se através da sua influência para outros centros, dando destaque aos centros econômicos, em torno de mercados e bancos, que logo em seguida, sob essa influência se passa para as edificações de moradia, casas, praças, bares, cassinos, lanchonetes e ruas, caindo assim, no gosto de maior parte da população.

Era considerada uma das cidades do interior do Ceará nos anos iniciais do século XX como uma das cidades mais avançadas, principalmente pelo grande crescimento e expansão do comércio (perdendo apenas para Fortaleza), crescimento urbano e populacional, econômico, e como sempre sob influência de Recife em torno do seu comércio, onde se provinha grande abastecimento de mercadorias.

Vale ressaltar, que no ano de 1920, em torno da sua população, Crato já contava precisamente, com valores estimados de cerca de 35.000 mil habitantes, sendo que esses, a maior parte ocupava o centro urbano da cidade.



Estação Ferroviária. Foto: Acervo do ICC, cedida por Waldemar Arrais

A datação do ano de 1926, se designa como o ano em que chegou a estrada de ferro que ligava Fortaleza a Crato, sendo que esse último era o destino final. Segundo alguns pesquisadores que tem analisado os avanços urbanos da cidade de Crato, como Gurguel e Farias Filho, ressaltam que a partir da chegada da estrada de ferro na cidade, além de outros fatores atrelados como o seu processo de industrialização que ocorreram com forças expressivas, foram responsáveis pela sua expansão em vários segmentos, e dentre um deles a sua urbanização, considerado naquele período como modernista.

A partir do ano de 1930, se evidencia a expansão de bairros já existentes, como também à criação de novos bairros, dentre esses o Bairro Pimenta, Bairro do Seminário e dentre outros, ficando proximais ao centro da cidade. Será notório a criação de novos bancos e por fim, do canal, onde esse último, perpassa praticamente toda a cidade de Crato. Quanto as transformações em torno das suas edificações, serão característicos do novo estilo que vigorava durante esse período, a “Art Déco”.

A arquitetura de Crato entre os anos de 1930 a 1950, ficaram sob influência de uma arquitetura “Art Déco”, que predominou nesse período sob influência da cidade de Recife. As suas substituições ocorreram gradativamente no compasso em que o comercio e o centro urbano se expandia juntamente com a consolidação de outros bairros e o surgimento de novos estilos na arquitetura. Esse estilo só chega em Crato no final dos anos 30 na gestão

administrativa de Alexandre Arraes de Alencar, perdurando até os anos 50 do recorrente ano.

A substituição das construções ocorreu ao longo da evolução da cidade, inicialmente em razão da perenidade da arquitetura que foi edificada (casas de barro, telhado em palha de tosca construção). Transformações neste sentido ocorrem também depois por motivações que atrelam o incremento populacional da cidade e a justificativa de “modernização” – do traçado urbano e da arquitetura – para acompanhar o seu desenvolvimento. Verificaram-se experiências neste sentido na década de 1950 com a demolição do Mercado Arapuca para dar origem aos bancos do Brasil e Caixeiral; ou no alargamento das ruas do centro visando à adequação ao veículo, mas que destituiu parcelas de seu patrimônio edificado; e, tantas outras substituições que ocorrem até aos dias de hoje. (GURGEL, 2008).

Segundo Farias Filho (2007), várias casas que foram construídas no Crato na década de 1950, ficaram sob influência da arquitetura construída em torno do Crato Tênis Clube, sendo essa, “Art Déco”. A partir dessa construção, o Bairro Pimenta, por vez, obteve uma maior elevação, fazendo assim surgir, maior proporcionalidade de casas, comércios, e dentre outros segmentos.

Segundo uma nota publicada da revista Itaytera no ano de 1955, faz jus que no ano de 1950 o centro do Crato e especificamente no Bairro Pimenta, grandes transformações continuaram em seu percurso.

O ritmo das construções atingiu cifras consideráveis, principalmente no magnífico bairro pimenta onde foi enorme a venda de terrenos e onde surgiu um bairro elegantíssimo. Grandes vendas de terrenos se registraram também em outros bairros da cidade. O aspecto das nossas ruas também melhorou consideravelmente, principalmente no centro da cidade, onde a construção do edifício do Banco Caixeiral veio dar nova visão a um dos nossos principais logradouros [...] Houve progresso em todos os setores. Várias ruas receberam pavimentação. Foi construído e inaugurado um novo sistema de posteamento, ao mesmo tempo em que vários serviços de urbanização foram executados [...] (In Revista Itaytera No. 1, 1955).

Ressalto, que a Art Déco, será um estilo muito presente nas fachadas e platibandas desses monumentos, não somente no Crato, como também em outras cidades da região do Cariri, como Santana do Cariri e Barbalha. Este estilo foi inspirado em um movimento internacional, que teve origem na Europa no ano de 1910, tendo seu grande apogeu durante o ano de 1930 no Brasil, que designa movimentos como as decorações, arquiteturas, como

também a moda e o cinema, se valendo de linhas esféricas ou retas das figuras geométricas. As cidades que mais ficaram sob influência desse estilo foram as de grandes centros econômicos, e urbanísticos, como Recife, São Paulo, Rio de Janeiro.

Vale ressaltar, que no mesmo período em que esse movimento arquitetônico surgia no Brasil, é de saber notório que estava em vigor a Era Vargas. O objetivo dessas edificações com características “Art Déco”, era de demonstrar o poder ditatorial de Vargas e de uma idéia imatura de modernidade. Esse estilo, por último, só se consagrou no Brasil em meados dos anos de 1940 em exposições que ocorreram no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.



Correios e Telégrafos. Foto: Acervo do ICC

Trazendo para a contemporaneidade, alguns edifícios de Crato, como na Rua Nelson Alencar, algumas casas na Praça da Sé, Correios e Telégrafos, com características Decó, resistiram a ação do tempo e do homem em torno das suas edificações. Dentre os demais, a falta de preservação, políticas públicas, ação do homem e outros fatores, que pudessem assegurar esses bens, fez com que se dispersasse e perdesse um pouco da originalidade da cidade de Crato, principalmente em torno do centro.

Dentro desse contexto, é relevante mencionar, que as cidades que tem o maior acervo em torno da Art Déco no Brasil, são as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Goiânia.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> <https://arquiteturaunochoapeco.wordpress.com/art-deco/>



No ano de 1941 em Crato, segundo Farias Filho (2007), contava com 4 praças, sendo essas, Praça da Sé, Siqueira Campos, Juarez Távora e Praça Francisco Sá, ficando essa última próxima a estação ferroviária.

Já no ano de 1950, essa contava com 1 avenida, 8 praças, 2 travessas e outros crescimentos dentre outros segmentos. Nesse mesmo ano, sua população já contava com cerca de 46.000 habitantes, sendo considerada um grande salto comparado ao ano de 1920.

Partindo para os edifícios em torno do setor econômico da cidade, antes mesmo da fundação do Banco Cariri que foi instalado no ano de 1950, o primeiro banco da região, sendo fundado pelo então D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, bispo da Diocese de Crato, no suposto local em que funcionara o banco, era anteriormente um mercado, o Mercado Arapuca e o Açougue que foram demolidos no ano de 1948 para posteriormente dar lugar a novas construções, onde iria funcionar o Banco Cariri. Por vez, no edifício onde funcionava o então Banco Cariri se sucedeu ao funcionamento do Banco do Brasil e Banco Caixaerial, ficando suas localizações bem proximais.



Banco Caixaerial nas proximidades do Banco do Brasil ficando sua parte inferior. Foto: Arquivo pessoal de Ana Laís





Praça Siqueira Campos no ano de 1940. Foto: Arquivo do ICC cedida por Waldemar Arrais

Outros edifícios que valem ser mencionados são as praças Siqueira Campos, Praça da Sé, Praça São Vicente, Praça Francisco Sá, localizada nas proximidades dos núcleos centrais da cidade, onde nessas durante esse período analisado e outros que não farei jus, eram locais onde as moças e jovens se reuniam e se concentravam em rodas de conversa, a observar o cotidiano da cidade, os idosos se reuniam em torno de jogatinas e conversas sobre a política.

Essas praças sofreram algumas transformações, mais nesse quesito vale ressaltar que de um certo modo elas continuam preservadas e com uma movimentação um pouco parecida com as do início do século XX, porém, a importância que elas tinham antes não se pode comprar com o hoje.

O Cassino Sul Americano é outro edifício de suma importância, foi inaugurado no ano de 1918, por alguns anos funcionou na sua parte superior o Crato Tênis Clube, e em outra divisão funcionou o Cine Cassino sendo um dos primeiros cinemas da cidade, ficava localizado na Praça Siqueira Campos, onde era ponto de encontro da sociedade como meio de diversão e passa tempo. Dentro desse estabelecimento funcionava um café, jogos de variados estilos, onde era ponto de encontro da mais alta sociedade de Crato.

Hoje, o que resta de seu edifício é apenas a fachada, onde a sua parte interna foi toda demolida. Em suma, através de ações por parte de interesse individual, acabou sendo tombado, apenas a parte que resta, mantendo assim a sua preservação.



Cassino Sul Americano. Foto: Waldemar Arraes de Farias Filho

O Museu / Câmara e Cadeia é outro edifício que remonta a uma grande historicidade acerca da cidade de Crato. Foi fundado como Museu no ano de 1953 pela iniciativa do ICC (Instituto Cultural do Cariri), no intuito de ajudar nos estudos da sociedade que faz jus a história do Crato, vale lembrar que antes do funcionamento de museu, este foi sede da Câmara e Cadeia da cidade. Hoje, continua em pleno funcionamento, mais vale mencionar que, de uma certa maneira, seu estado de conservação em torno das pinturas, organização, políticas públicas de manutenção, é preocupante, mesmo que esta seja tombado pelo Iphan. Dando um significado que mesmo sendo protegido por um órgão que tem o papel de preservar e zelar por este bem, este continua se desfigurando e se desfragmentado, parcelas consideráveis que merecem respaldo, mas que por fim, não tem.



Museu do Crato, Câmara e Cadeia. Foto: Acervo do ICC

Diante de relatos de memorialistas, como Huberto Cabral que muito se sabe sobre o Crato, Doutor Waldemar Arrais de Farias Filho, que escreveu um livro sobre a arquitetura do Crato, e Ricky Seabra que é um dos ativistas em torno da preservação dos patrimônios do Crato, se fez notório o grande saudosismo em torno do Crato antigo, onde esse viveu momentos de grandes excepcionalidades como a Revolução de 1817 sob domínio da família Alencar e outras figuras consideradas importantes, mas que pouco a pouco se tem perdido sua identidade e originalidade, suas memórias tem caído no esquecimento, parecendo sumir aos poucos por parte da sociedade.

Ricky Seabra, por vez, desenvolve no Crato um papel meio que ativista de proteção em torno dos patrimônios, dirigiu o Museu Histórico de Crato por vários anos, propôs as gestões administrativas projetos de iniciação pessoal, em torno da proteção e elaboração de leis que assegurassem os bens materiais e imateriais da cidade, mas em suma, não obteve sucesso. Ricky Seabra continua na luta pela preservação dos patrimônios, age de maneira individual e melhor forma possível quanto na salvaguarda desses bens que se diz muito sobre a identidade da sociedade, e afirma que tem buscado maneiras para conscientizar a sociedade da importância da preservação dos bens.

Através dos relatos coletados, as memórias são sempre retratando o quanto Crato era magnifico em torno da sua arquitetura, remontando a ideia de cidades europeias, com

arquiteturas consideradas modernistas, das alegrias vivenciadas em torno dos cines e cassinos, os clubes de lazer, os encontros ao entardecer nas praças, mas que ao tecer dos anos essas vivências se perderam no meio do caminho que não se sabe ao certo por que, de forma tão repentina, Crato se desfigurou da maneira que se encontra hoje. Mencionam o descaso por parte da sociedade e das gestões administrativas.

Quanto as gestões administrativas, essas se mostram pouco se importar com a degradação desses bens, as formas de se tratar sobre os mesmo é meio que romantizada, sem preocupação, esquecendo do real que se procede no dia-a-dia.

Em suma, quanto ao patrimônio do Crato como um todo, esses estão desaparecendo ao tecer dos anos, onde não existe políticas de proteção a esses bens, é perceptível um silenciamento e descaso por parte de gestões e por parte da sociedade, tendo uma quebra de identidade, as memórias caindo no esquecimento e Crato por vez, se desfigurando a cada dia em torno da sua história.

Por fim, ressalto que uma cidade sem história é uma cidade sem vida. Se nela não se faz presente a sua história, lembrar dela pouco será importante.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Trazendo para a atualidade, todos esses monumentos constituíram e constituem parte da história de Crato e da sociedade como um todo, neles há referências da historicidade que cada um deles remonta, mais que com o passar dos dias se tem dissipado, são destruídos pouco a pouco, a cidade ficando descaracterizada, principalmente por elas ser uma cidade histórica com mais de 250 anos de existência, a sociedade se mostrando não lembrar de vários acontecimentos que se envolveram em torno desses anos em meio a esse patrimônio, e as identidades que permeiam essa sociedade são reformuladas e substituídas em torno de outras.

Ressalto que, quanto à identidade e a memória das sociedades, tanto coletivas, quanto individuais, não é algo imutável, sem transformações, mas sim estruturas mutáveis, que se transformam, que se reinventam, que podem-se inserir outros elementos cujos sejam mais relevantes que outros, havendo choque entre ambos, onde tanto os indivíduos coletivos quanto os individuais escolhem o que realmente é importante para cada um, fazendo assim com que algumas memórias e identidades sejam reformuladas e por vezes substituídas.

Quanto à existência e a sobrevivência das nossas identidades não é algo único, porém são construções ao longo da vida, mesmo havendo interrupções sejam estas como o esquecimento ou simplesmente o ato de lembrar. Vale lembrar que mesmo havendo conflitos entre memória e esquecimento, onde a primeira tenta ocupar o lugar da segunda, ambas são indispensáveis entre si, tornando assim uma relação de interdependência.

Em suma, busco por meio deste trabalho salientar a sociedade como um todo o quanto é imprescindível a preservação de cada bem, seja ele material e imaterial, sendo que os bens imateriais não são os objetos de estudo, mais que cada um dele, qualquer que seja, constitui parcelas favoráveis para identidade, para a cultura não apenas da cidade, como também da região, e por vez as memórias que podem ser contadas e repassadas para as futuras gerações, deixando esse legado de conhecimento para quem pouco conhece e sabe sobre a cidade de Crato.

Por fim, ressalto que uma cidade sem história é uma cidade sem vida. Se nela não se faz presente a sua história, lembrar dela pouco será importante.

## **REFERÊNCIAS**

DANTAS, Gabriela Cabral Da Silva. "**Memória**"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/psicologia/memoria-1.htm>>. Acesso em 31 de maio de 2016.

FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Zahar, 2006. 80p.

LEMONS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos). 115p.

BODEI, Remo. **Livro da memória e da esperança**. Tradução Letizia Zini Antunes. – Bauru, SP: EDUSC, 2004. P.35-68.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In. **A história cultural – entre práticas e representações**, Lisboa: Difel, 1990. P.17.

GURGEL, Ana Paula Campos. **Crato: formação e transformações morfológicas do seu centro histórico**. 2008. 213f. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

QUEIROZ, Francisco Assis. **Industrialização e Modernização no Brasil: 1930-64**. 2002. 10f.



BRAGA, Renato. *Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará. 1967.

PINHEIRO, Irineu. FIGUEIREDO FILHO, José de. **Cidade do Crato**. 1.ed. Fortaleza: UFC, 2010. (Serie Memória).

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato: Evolução Urbana e Arquitetura 1740-1960**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007. 272p.

VARGAS, Heliana Comim; CASTILHO, Ana Luiza Howard de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri: Monole, 2006. 213p.

UNESCO. Textos fundamentais da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972. Edição 2005. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/uploads/news/documents/news-239-1.pdf>>. Acesso em: 05 de Dezembro de 2016.

(LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. P. 101.

## **SITIOS ARQUEOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DE ACARI, RIO GRANDE DO NORTE/BRASIL**

Adriano Campelo da Silva

### **INTRODUÇÃO**

O Rio Grande do Norte conta com uma importante área arqueológica, que se localiza no interior, esta microrregião sertaneja situa-se no vale do rio Seridó. E é referência por contar com dois sítios arqueológicos muito importantes para os estudos em arqueologia, anteriormente pesquisados eles forneceram datações a restos de corpos humanos, enterrados com cerca de 9.410 anos, é o caso do sítio arqueológico pedra do Alexandre em Carnaúba dos Dantas/RN e o sítio arqueológico Mirador em Parelhas/RN. A região também conta com a existência de uma variedade de grafismos rupestres identificados por três tradições gráficas: Tradição Nordeste, Agreste e a Itacoatiara, estudadas e definidas por Gabriela Martin.

O primeiro seridoense a registrar as pinturas e gravuras rupestres foi José de Azevedo Dantas, nascido no sítio xique-xique em 1890 há quatro quilômetros do povoado Carnaúba, que na época ainda era município de Acari. Registrou muitos sítios arqueológicos, desenhando pinturas e gravuras rupestres que para ele eram feitas por uma civilização antiquíssima. No ano de 1924 ele registra as gravuras situadas ao longo do rio Acauã até a desembocadura do Açude Marechal Dutra (Gargalheira) onde ali tinham iniciado a construção da barragem. Sua atitude em registrar as gravuras no Rio Acauã foi muito importante, tendo em vista que algumas hoje se mantem submersas em alguns trechos. Ele registrou também gravuras e pinturas no sítio Canoas e Caiçarinha (uma parte), e em 1927 visitou o sítio cacimbinhas (lajedos do mulunguzinho), sítios pertencentes hoje aos limites do município de Acari.

É neste período, que os primeiros sítios arqueológicos presentes no município de Acari são “registrados”, o próprio José de Azevedo Dantas reconhece que os registros não foram descobertos por ele, que pessoas mais antigas de sua região já mencionavam a existência dessas “letras” e “figuras”.

O interesse em registrar os sítios arqueológicos no município de Acari surgiu a partir da curiosidade, admiração e interesse nos “artistas” que teriam produzido essa “arte”,



assim era o pensamento em relação a quem tinha produzido e o como produziram. Claro que não tinha o conhecimento de o porquê e com que finalidade essas pinturas e gravuras teriam sido feitas nos paredões e blocos de pedras em serras e leitos de rios.

Após percorrer alguns sítios arqueológicos do Seridó e com bom acervo fotográfico disponível, pode-se ter conhecimento sobre os grupos realizadores dos registros e com que finalidade eles pintavam, gravavam e produziam suas ferramentas. Contou-se com o apoio de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e principalmente de pessoas que residem próximos aos locais onde se localizam os sítios arqueológicos, estes contribuíram com informações importantes para que pudéssemos com esforço chegar às grutas, paredões, riachos, rios e tanques em que estavam registradas a ação de homens pré-históricos e ferramentas de sua cultura material.

Na área que hoje é inundada pelas águas do açude Gargalheiras encontra-se um sítio com pinturas quase extintas da tradição Nordeste e da tradição Agreste, que não tinham sido registradas até o momento, assim como outros sítios que chegaram ao nosso conhecimento por informações de caçadores e moradores próximos a essas localidades.

Além dos sítios com pinturas e gravuras, podemos registrar achados arqueológicos da cultura material desses povos, os mais frequentes são os materiais líticos, que conservaram-se ao longo de milhares de anos, podendo nos fornecer informações importantes sobre essa tecnologia usada por estes homens primitivos em seu cotidiano.

Assim como os líticos temos com muita frequência também a cerâmica, que se preserva muito bem, por serem feitos de barro cozido, embora que o uso da cerâmica seja bem mais recente que as pedras lascadas. Em visitas aos sítios registrou-se fragmentos de cerâmica associadas as fogueiras, além de algumas descontextualizadas, embora que muito suspeitas devido a sua forma.

Diante dos registros fotográficos dos painéis com pinturas e gravuras, dos achados de materiais líticos, cerâmicos e de estruturas de combustão, pode-se catalogar os sítios existentes no município de Acari. Com o intuito de contribuir para as futuras pesquisas arqueológicas e estudantes da área de história que trabalham esses espaços, e também para se perceber os caminhos que eram em épocas remotas fluxo desses grupos caçadores coletores dentro dos atuais limites do município de Acari.

## **DESCRIÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NOS LIMITES MUNICIPAIS DE ACARI/RN**

Neste trabalho é importante entendermos o que é um Sítio Arqueológico, e para isso recorreremos a André Prous que diz: “Os sítios arqueológicos não são entidades isoladas, mas elementos dentro da ocupação de um território por uma população”. (PROUS, 2006. p.15)

E ainda fala sobre a abordagem diferenciada para cada sítio, e que cada um pode guardar vestígios de várias atividades diferentes:

“Alguns mostram apenas atividades precisas e limitadas {...} enquanto outros guardam vestígios de atividades diversificadas. Uns evidenciam a exploração de zonas baixas, enquanto outros correspondem ao uso casual. Cada sítio deve ser abordado de uma maneira específica, e nenhum deles apresenta uma visão completa da ocupação do território” (PROUS, 2006. p.16).

Apresenta-se aqui os sítios arqueológicos com suas devidas informações, localizações, registro fotográfico e coordenadas, seguido de um mapa que direciona os pesquisadores, estudantes e turista para os locais dos registros. A sequência dos sítios apresentados não segue nenhuma ordem. O registro dos sítios presentes neste trabalho foi feito entre os anos de 2012 e 2016, e poderá continuar conforme a disponibilidade e a identificação de novos sítios por parte dos arqueólogos ou moradores locais.

Vale lembrar que as localidades são propriedades privadas e requer o aviso prévio para visita, portanto trata também de informar os proprietários de cada sítio.

### **SÍTIO ARQUEOLÓGICO VOLTA DO RIO. (LAGOA DE MACAGUÁ):**

Localiza-se na zona rural do município, nas seguintes coordenadas: -6.402948, -36.587030. Trata-se de um sítio com pinturas rupestres das tradições Nordeste e Agreste, localizado em um abrigo de rocha granítica, a margem esquerda do açude Marechal Dutra (Gargalheiras). O nome da localidade é Santo Antônio, conhecido também como volta do Rio, está situado alguns metros do local onde provavelmente se localizava a lagoa de Macagua<sup>1</sup>. Seu acesso (o açude estando cheio) é pela prainha na margem direita do açude, seguindo de Canoa até a outra margem. Quando o açude está com o nível muito baixo o acesso segue da prainha até o local, de veículo ou a pé. Também pode se chegar indo pela BR 427 entrando no Km 13 entrada para o Povoado Bulhões, ou seguindo pela Carnaubinha. A propriedade pertence a um Francês. Pontos de referências, casa de João Enéas Pires, ilha

do cruzeiro e poço do Barbosa. O sítio ainda conta com registros de materiais líticos em suas proximidades. O painel que apresenta as pinturas rupestres encontra-se em péssimo estado, devido ter sido local de armazenagem de peixe e sal, além de ter sofrido implosão em uma das laterais do abrigo para melhor acesso, porém parece que não abrigava pinturas no local afetado, mas houve um grande aterro dentro do abrigo, para colocar os recipientes e acomodar os pescados, além de ter sofrido intervenções de caçadores. Contudo as pinturas foram através de programa de computador trabalhadas e recuperadas, sendo possível a leitura das imagens. Registramos o sítio em 9 de Dezembro de 2013, após relatos de familiares, que ainda lembravam quando as pinturas eram mais vivas. Diante do aterro que o abrigo sofreu ao longo dos anos podemos ter a provável certeza que o mesmo mantém conservado diversos restos materiais dos nossos antepassados indígenas.

Este sítio está em contexto com os de Carnaúba dos Dantas e Parelhas, pois as pinturas existentes são da tradição Nordeste, representando cenas de sexo, luta e caça, com figuras típicas da Sub-tradição Seridó, representadas com a cabeça de Caju, algo comum para esta região. Todos estes sítios estão localizados na área arqueológica do Seridó.

“Chamamos de áreas arqueológicas as divisões geográficas que comportem das mesmas condições ecológicas e nas quais é delimitado um número expressivo de sítios pré-históricos. Estes correspondem a assentamentos humanos onde se tenha observado condições de ocupação suficientes para se poder estudar os grupos étnicos que os povoaram”. (MARTIN, 1997. p. 87)



Visão panorâmica do sítio arqueológico Volta do Rio (Lagoa de Macaguá). Foto: Adriano Campelo, 2013.

O sítio ainda ganha notoriedade por ser o local em que os índios Tarairiú se reuniram para realizar seus rituais de passagem, além de caça e pesca, tudo registrado pelos cronistas Holandeses.

#### **SÍTIO ARQUEOLÓGICO CABEÇO BRANCO (PEDRA DA BOTA):**

Localiza-se na zona rural do município e esta nas proximidades da divisa com o município de Currais Novos e do estado da Paraíba, apresenta-se nas seguintes coordenadas: -6, 383601, -36.547542. No alto de uma serra está a pedra que tem um formato de uma bota, no seu interior existem dois abrigos, um deles com pinturas, alguns traços ou linhas. No entorno do Sítio foram coletados por moradores locais machadinhas de pedra, Cerâmicas quase intactas e também fóssil animal. Este local fica bem próximo ao Rio Acauã e outros riachos importantes como o do Tapuia. Foi identificado a partir de informações repassadas por moradores. A propriedade Cabeço Branco pertence a Francisca Pires, é de difícil acesso, mas pode se ter acesso pela estrada que leva ao Povoado Bulhões.

#### **SÍTIO ARQUEOLÓGICO ACAUÃ:**

Esta localidade é muito mencionada nos relatos históricos do município de Acari e da região do Seridó, as primeiras sesmarias tinham seus limites ou início na serra da Acauã em conjunto com as da Puridade. Foi neste local que ocorreu uma das batalhas mais sangrentas da Guerra dos Bárbaros. Portanto além de um sítio arqueológico é um sítio histórico. Está localizado na represa do Açude Gargalheiras, bem próximo ao Rio e serra Acauã. Está nas seguintes coordenadas: -6. 382089, -36.574647. O sítio apresenta vestígios como: estrutura de combustão e cerâmica associada, material lítico (Machadinha, sílex e raspadores plano convexo-lesma), garrafas de “Grés”. Os materiais se encontram dispersos por vários locais da localidade, inclusive em partes mais altas que favorecem uma observação dos arredores. A localidade pertence a diversos moradores: Dimas Pereira da Silva, Ailson Pereira, Assis Medeiros, Marcelo Oliveira e Mario Medeiros. A falta de conhecimento em relação aos materiais por parte de alguns moradores podem ocasionar a perda e a descontextualização, embora alguns tenham o conhecimento no entanto os recolhem. Tem-se acesso aos locais pelo povoado Bulhões.

### **SITIO ARQUEOLÓGICO BULHÕES:**

O povoado Bullhões se configurou como se encontra atualmente na década de 1960, mas os relatos sobre a localidade vêm desde o século XVIII quando em 1840 o seu principal morador era João Damasceno Pereira. O constante uso desse espaço para a agricultura e habitações para pescadores contribuiu para a perda de materiais arqueológicos. O local se encontra nas seguintes coordenadas: -6.387039, -36.579458 os materiais são identificados por todos os lados da comunidade. Além de material lítico, muito sílex foi identificado, mas o mais importante são as fogueiras dispostas pelo campo de futebol. Com o jogos realizados em um espaço plano próximo ao rio Acauã e o fluxo de carro na estrada revelou estruturas de combustão com indícios de queima. Podemos deduzir que o espaço pode ter sido usado como acampamento indígena, principalmente se confrontarmos com os dados históricos dos cronistas Holandeses no século XVII. O acesso ao povoado pode ser feito pela BR427, com entrada no KM 12 vindo de Acari, ou por gargalheiras através de transporte marítimo ou de carro quando o açude esta com seu volume reduzido.

### **SITIO ARQUEOLÓGICO RIACHO DA QUIXÁBA:**

O sitio localiza-se no riacho da quixaba, ainda não foi registrado o ponto topográfico pois a identificação do registro foi feito por caçadores que relataram e fizeram fotos do local. Caracteriza-se por registro rupestre Itacoatiara contornado de tinta vermelha, não sabemos informar se tem outros materiais no local, a visita futura poderá fornecer as informações hora vagas. O acesso ao sítio se da pelo cabeço branco e esta encravado no alto de uma serra próximo a nascente do riacho. Também pode se ter acesso pela estrada vinda do Bico da Arara. A propriedade pertence ao filho de Maria José Mamede Galvão, Jássio.

### **SITIO ARQUEOLÓGICO SERRA DO ABREU:**

O sítio Abreu é fantástico por abrigar dois moradores idosos em um alto de uma serra de difícil acesso com cerca de duas horas de caminhada. O olho d'água garante a sobrevivência deles e dos animais. O sitio esta nas seguintes coordenada: - 6.425599, - 36.594259, caracteriza-se por duas fogueiras ao lado da casa, opostas uma da outra, ainda registrou-se a existência de faiança provavelmente do século XIX. A existência do olho d'água deve ter sido um fator para que os grupos indígenas permanecessem por este local, além da proximidade com a Lagoa de Macaguá (açude gargalheiras) mencionada nos relatos

históricos dos cronistas. O acesso ao local é feito por trilha única e pesada, pela propriedade de Vânia dos Camarões, localizada por trás da parede do Açude gargalheiras.

#### **SITIO ARQUEOLÓGICO POÇO DO SATURNO:**

Este sítio esta localizado por trás da parede do Açude gargalheiras, atualmente se forma um poço decorrente das águas que escorrem da estação de tratamento e pelas sangrias do açude, um local apertado entre serras ajuda a armazenar durante anos água. Foi registrado inicialmente por José de Azevedo Dantas quando trabalhou na construção do açude, identificando no interior de um abrigo e por fora gravuras Itacoatiaras. Na época pode ser feito os desenhos, pois o local não tinha água, atualmente só se pode identificar as gravuras que ficaram fora do abrigo as do interior estão submersas e não se tem acesso até o momento. Localiza-se nas seguintes coordenadas: -6,427276, -36. 602108, o acesso é feito pelo povoado Gargalheiras ate a parede do açude. Como é um local público não se preocupou em identificar proprietários do local. A identificação do sítio foi feito graças aos registros de José de Azevedo Dantas.

#### **SITIO ARQUEOLÓGICO POÇO DO ARTHUR 1:**

Esse é o sítio mais referenciado no município de Acari, embora não estudado ainda, juntamente com o poço do Arthur II. Está localizado no Rio Acauã nas seguintes coordenadas: -6. 433985, -36. 607582, o acesso se dá pela estrada asfaltada que liga Acari ao povoado Gargalheiras, na metade do caminho entre em um mata-burro, seguindo por uma porteira de ferro chegando até uma casa com curral de gado. Não conseguiu identificar o nome do proprietário.

Caracteriza-se por gravuras Itacoatiaras dispostas sobre uma rocha (grande bloco) ali estão diversas gravuras de diferentes formas. Não se pode ter contato direto com as gravuras pois o painel esta circundado de água com parte submersa.

#### **SITIO ARQUEOLÓGICO POÇO DO ARTHUR 2:**

Este sítio está localizado pouco abaixo do Poço Arthur I tem a mesma caracterização, também conhecido com estreitinho localiza-se nas seguintes coordenadas: -6. 439637, -36.611751. Diferente do outro as gravuras se estendem por cerca de uns 500 metros rio acima, tendo como ponto de partida o poço que se concentra um maior numero de

gravuras. Está próximo a estrada, e se tem acesso pela estrada que liga Acari a Gargalheiras com entrada no mata-burro a direita, antes de chegar na porteira de ferro enrola a direita até chegar ao Rio. Não se obteve informações do proprietário. O sítio foi identificado por José Dantas de Azevedo na década de 1920. Até chegar ao poço do Arthur I serão identificadas gravuras dispersas umas das outras. Algumas registradas por Jose de Azevedo não foram encontradas.

#### **SITIO ARQUEOLÓGICO ACARI (RIACHO DA JULIANA):**

Este sítio foi descoberto em 2015 quando se fazia trilha nas proximidades da sede do município. Caracteriza-se por uma fogueira com cerâmica associada, além de material lítico bem próximo a estrutura. A mesma se encontra a beira do Riacho da Juliana que desce e corta a cidade do lado Leste. Esta nas seguintes coordenadas: -6.431294, -36.633988. se tem acesso a estrutura subindo riacho acima, podendo sair do açude próximo ao pontilhão da rua Ana Fernandes. O sítio ainda pode ser explorado e revelar mais vestígios e estruturas de combustão.

#### **SITIO ARQUEOLÓGICO CAIÇARINHA:**

Localiza-se no sítio do mesmo nome próximo a estrada. Saindo de Acari pela estrada velha que ligava a Jardim do Seridó, passa pelo Açude Maria Ferreira, antes de chegar em uma das pontes esta uma formação rochosa classificada de Jucurutu, nela esta pintada com tinta vermelha pinturas da tradição Agreste. O painel esta voltado para o poente e os grafismos se encontram muito apagados, mas o interessante é que estão quase no nível do sedimento. Por cima da formação rochosa ainda tem um grafismo isolado, uma figura geométrica em forma de círculos. Distante dali uns 500 metros existem mais três grafismos em tinta vermelha em blocos de rocha isolados. Também registrado por José Dantas de A. o sítio está nas seguintes coordenadas: -6.499288, -36.684504.

#### **SITIO ARQUEOLÓGICO CANOAS:**

O acesso ao sítio se da pela BR 427 e entra pela estrada do Sitio Pitombeira antes de chegar a Rajada. Localiza-se nas seguintes coordenadas: -6. 503267, -36.672824. o sítio caracteriza-se por gravuras que se localizam logo abaixo, do lado direito do sangrador do açude. A propriedade parece pertencer a Senhora Maria Cecília e fica próximo a



Propriedade de Marcos da Pitombeira. Foi também um dos sítios registrados por José de Azevedo Dantas.

#### **SÍTIO ARQUEOLÓGICO GROSSOS:**

Este sítio foi um dos únicos trabalhados em dissertação de mestrado por Raonir Bernardo Maranhão Vale no ano de 2003. Caracteriza-se por um grande número de gravuras contínuas nos blocos e lajedos ao longo do riacho. Esta após a parede do açude localizado no sítio de mesmo nome. Não se teve acesso a tese para saber se foram encontrados mais materiais arqueológicos associados as gravuras, isso pode ser feito futuramente. Localiza-se nas seguintes coordenadas: -6, 536448, -36.704908. O Sítio pertence ao Sr. Genilson de Carnaúba dos Dantas.

#### **SÍTIO ARQUEOLÓGICO FURNA DA ONÇA (PICOS DE CIMA):**

Um dos poucos sítios com pinturas no Município de Acari, da tradição agreste em uma furna, as pinturas tanto se localizam por fora com bonecos grandes característicos dessa tradição rupestre que estão muito apagados e que graças ao efeito de computação foi possível reconstituir a cena. Também no interior da furna com alguns grafismos geométricos bem conservados. O acesso ao sítio se dá pela estrada que segue pelo açude Maria Ferreira já chegando na Beira do Rio. Por ter sido visitado em um momento não programado não temos as coordenadas geográficas, será feito futuramente.

#### **SÍTIO ARQUEOLÓGICO CAI PEIXE (BARRA DA CARNAÚBA):**

O sítio também foi trabalhado por Raonir Bernardo Maranhão Vale no ano de 2003 para sua dissertação de mestrado. Localiza-se nas proximidades da Beira do Rio onde o rio Carnaúba faz barra com o Rio Acauã, por isso também é conhecido como Barra da Carnaúba. No local existe uma enorme formação rochosa com enormes bueiros formados ao longo de milhares de anos e no interior dessas enormes valas estão as gravuras da tradição Itacoatiara. Encontra-se nas seguintes coordenadas: -6.495266, -36.692800. o acesso ao local se dá pela Beira do Rio ou Pela estrada que leva ao açude Maria Ferreira.

### **SITIO ARQUEOLÓGICO PINTURAS:**

Localiza-se na Fazenda Pinturas propriedade de Dr. Paulo Bezerra. Caracteriza-se por gravuras Itacoatiaras em um único bloco de Rocha “preta”, diversos símbolos faz o desenho contornando a borda da rocha. Em visita ao sítio em 2013 podemos identificar uma pintura em vermelho do lado inferior da pedra, a mesma esta encravada em um sangradouro do açude já muito aterrado. Por ser muito antigo não sabemos se existiam mais pinturas ou gravuras. O único grafismo existente esta quase totalmente apagado e coberto pela pátina, só que é da área de arqueologia reconhece que se trata de um registro rupestre. O acesso se da pela BR 427 na entrada para o talhado ou pela RN que liga Acari a Cruzeta na entrada para o Sítio Saco dos Pereiro. Durante a visita ao sítio não foi possível registrar os pontos geográficos.

### **SITIO ARQUEOLÓGICO LAJEDO DO MULUNGUZHINHO (CACIMBINHAS):**

O sítio Cacimbinhas foi registrado por José de Azevedo Dantas e caracteriza-se por gravuras da tradição Itacoatiara. Os desenhos das gravuras por ele registrados encontram-se no livro *Indícios de uma civilização antiquíssima*, um manuscrito deixado por ele e que foi publicado pela Universidade Federal de Pernambuco. O sítio ainda não foi visitado para que se registre o ponto topográfico e as fotos, no entanto fica registrado graças ao trabalho feito Por José D. de Azevedo. Futuramente será feita a visita e os registros necessários para a catalogação do sítio. O acesso se da pela BR 427 +ou- no KM 11 vindo de Acari para Currais Novos, na entrada para o Sitio Talhada entra, seguindo até o referido sítio.

### **METODOLOGIA**

Para identificar os Sítios foi necessário a leitura do livro de José de Azevedo Dantas, *Indícios de uma civilização antiquíssima*, tendo em vista que o mesmo realizou visitas e registrou em desenho parte dos sítios aqui mencionados, durante a década de 1927. Assim como relato de moradores e de caçadores que conhecem alguns desses lugares com registros rupestres foram essenciais para se chegar aos locais. Além do mais, o esforço próprio do pesquisador que realizou visitas em lugares de difícil acesso identificando novos vestígios arqueológicos. Todos os sítios visitados foram registrados por fotografias e alguns a identificação do ponto topográfico. Alguns materiais coletados por moradores foram identificados como útil para a identificação dos sítios, pois os moradores lembram bem

onde os coletaram possibilitando a descrição do ponto topográfico. É com base nisso que o Professor Doutor Fabio Mafra Borges nos explica:

“Tais artefatos, apesar de não serem coletados mediante a aplicação de técnicas arqueológicas apropriadas, apresentam características formais e tecnológicas que permitem sua identificação com um universo de valores simbólicos, bem delimitados espacialmente, mas ainda sem cronologias definidas”. (BORGES, 2010. p. 92)

## **CONCLUSÃO**

Este trabalho não é conclusivo. Alguns sítios ainda não foram registrados neste trabalho, embora se tenha o relato que foram encontrados matérias que remetem a grupos indígenas. Isso poderá ocorrer após a visita e identificação do sítio e os materiais registrando o ponto topográfico, para que o pesquisador e arqueólogo possa coleta-los se caso houver campanhas arqueológicas no município de Acari.

A tendência é que a partir de novas visitas e relatos de moradores locais possa ocorrer a identificação de novos sítios, o trabalho vem sendo feito e o número de Sítios arqueológicos no município de Acari pode aumentar. Por volta do ano de 2013 eram apenas descrito em trabalhos locais sete sítios com registros pintados e gravados, hoje se tem registrados dezessete com tipologias diferentes das especificadas acima.

O trabalho é mais descritivo, pois as intervenções a ser realizadas diretamente no local para se obter resultados e datações depende de campanhas arqueológicas autorizadas.

A maioria dos sítios encontram-se isentos de pichações, isso nos mostra o quanto a comunidade está valorizando os vestígios. Mas isso não quer dizer que estarão sempre protegidos. Para isso deve haver por parte dos professores locais, escolas, Secretaria de Educação e o Museu Histórico de Acari uma conscientização para com os alunos da rede pública através da educação patrimonial. Esta nova geração esta despreendida dos valores culturais de seu povo, a internet e as redes sociais influenciam neste distanciamento.

Aos sítios mais degradados com exceção de um (volta do Rio), deve-se aos fatores ambientais, sol, chuva, pátina são os principais causadores do desaparecimento dos registros. O Açude Gargalheiras antes de ser construído abrigava provavelmente uma quantidade enorme de vestígios, pois atualmente ainda é possível a identificação de materiais dentro e aos seus arredores. O sítio mais importante é o Volta do Rio (lagoa de

Macaguá), foi o que mais sofreu ação do homem, que inexperiente armazenava peixes e sal no abrigo, contribuindo para sua degradação.

Para concluir podemos atentar para o que nos diz Valdecir dos Santos Júnior: “A necessidade de um planejamento a curto, médio e longo prazo, para a preservação do patrimônio histórico e pré-histórico, pelos poderes públicos e, principalmente, pela educação da sociedade, tornou-se imperativo”. (SANTOS JR. 2004. p. 330)

Espera-se o reconhecimento desses locais como espaço histórico e que haja salvaguarda dos mesmos, favorecendo e contribuindo para as pesquisas arqueológicas do Brasil.

## **REFERÊNCIAS**

BORGES, Fabio Mafra. Os sítios arqueológicos Furna do Umbuzeiro e Baixa do Umbuzeiro: caracterização de um padrão de assentamento na Área Arqueológica do Seridó – Carnaúba dos Dantas - RN, Brasil. 2010. 322 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de pós-graduação em Arqueologia, UFPE, Recife, 2010.

DANTAS, José de Azevedo. Índícios De Uma Civilização Antiquíssima: Manuscrito Existente No Instituto Histórico E Geográfico Paraibano. In: Biblioteca Paraibana, n. XI. João Pessoa: Editora União, 1994.

MACEDO, H. A. M. de. Patrimônio Arqueológico Em Carnaúba Dos Dantas: Pesquisas Realizadas entre 1924 E 2005. In: Coleção Mossoroense – Série “C”, v. 1564. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2009.

MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Índios do Açu e Seridó. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses & relação da viagem ao país dos Tapuias. São Paulo: Editora Itatiaia, 1979.

PROUS, André. O Brasil Antes Dos Brasileiros: A Pré-história Do Nosso País. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

SANTOS JR. Valdeci dos. A influência das cartas Internacionais sobre as leis nacionais de proteção ao patrimônio histórico e pré-histórico e estratégias de preservação dos sítios arqueológicos brasileiros. MNEME. Caicó, v. 6, n.13. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme>.

## **OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM REGISTROS RUPESTRES GRAVADOS NA ÁREA DA SERRA DE SÃO BERNARDO, CAICÓ - RN**

Mizael Manoel Santos da Costa  
Mestrando – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – UFPE  
E-mail: [mizaeslcosta16@gmail.com](mailto:mizaeslcosta16@gmail.com)

Joadson Vagner Silva  
Mestrando – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – UFPE  
E-mail: [joadsonvagnersilva@gmail.com](mailto:joadsonvagnersilva@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

No Brasil, há indícios de vestígios arqueológicos antigüíssimos, que remetem ao século XVI, muitos desses achados foram noticiados, mas as primeiras pesquisas arqueológicas só aconteceram no século XIX, na região de Lagoa Santa, em Minas Gerais, pelo paleontólogo Peter Lund. As escavações em Lagoa Santa levaram a descoberta de fósseis de animais da megafauna, ossadas humanas, e vários instrumentos, como pontas de projeteis, furadores e machados, que não puderam ser datados, pois não existia a tecnologia necessária na época. Assim, até os anos 50 do século XX a arqueologia no Brasil era realizada ou por profissionais de outras áreas ou por arqueólogos amadores (PROUS, 1990; MARTIN, 2008).

No nordeste brasileiro, podem ser destacadas como pioneiras as pesquisas de Valentin Calderón no estado da Bahia, a partir dos anos de 1970, e o início dos estudos na área arqueológica de São Raimundo Nonato, no Piauí, pela arqueóloga Niède Guidon. No que diz respeito ao registro rupestre, foram definidos “dois horizontes culturais nas pinturas (MARTIN, 2008, p. 230): a Tradição Nordeste e a Tradição Agreste, ambas de pinturas pré-históricas, além disso, também foi identificada uma tradição de gravuras rupestres, a Tradição Itaquiara. As tradições são categorias de entrada para o estabelecimento de classes, partindo de características gerais das pinturas e gravuras rupestres (MARTIN, 2008).

Enquanto estavam sendo realizados os primeiros estudos na região de São Raimundo Nonato, entre o fim dos anos de 1970 e início dos 1980, ocorreu à redescoberta dos manuscritos de José de Azevedo Dantas, por Gabriela Martin, no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). José de Azevedo Dantas foi um autodidata que documentou

a presença de sítios arqueológicos com grafismos rupestres no Seridó Potiguar e Paraíba na década de 1920. Gabriela Martin iniciou as pesquisas na região a partir do manuscrito citado, no início da década de 1980. Com suas pesquisas a arqueóloga identificou uma nova sub-tradição<sup>6</sup> da Tradição Nordeste, a sub-tradição Seridó, além de sítios da Tradição Agreste e Itaquiara (DANTAS, 1994; MARTIN, 2008).

Durante trinta (30) anos, as pesquisas sistemáticas que foram realizadas na área arqueológica do Seridó, que engloba dezenas de municípios nos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, focaram nos municípios potiguares de Carnaúba dos Dantas e Parelhas. Devido a grande concentração de vestígios arqueológicos encontrados, as pesquisas priorizam os sítios com registros rupestres e rituais funerários (MARTIN, 2008).

A partir da publicação de trabalhos acerca das pesquisas desenvolvidas em mais de trinta anos na área arqueológica do Seridó notamos que existem poucos estudos enfocando às gravuras rupestres e os vestígios arqueológicos dos outros municípios que compõem a área arqueológica do Seridó, que não Carnaúba dos Dantas e Parelhas. Contudo, é preciso salientar que a área é um território vasto, abrangendo vários outros municípios com grande potencial arqueológico (Imagem 1). É assim que surge nossa pesquisa no município de Caicó<sup>7</sup>, no qual até o ano 2013 só era conhecido um sítio arqueológico pré-histórico, a Gruta da Caridade, mas a partir de relatos de trabalhadores rurais chegamos a descoberta de oito (8) sítios nos arredores da Serra de São Bernardo. Este consiste em um inselberg<sup>1</sup>, com 638 metros de altitude, localizado a leste da sede da cidade, é cortada por córregos e afluentes da margem esquerda do rio Seridó (IDEMA, 2013).

Em nossa pesquisa evidenciamos oito (8) sítios arqueológicos que contem painéis de várias dimensões, com registros rupestres gravados, no entorno a Serra de São Bernardo. Alguns sítios estão passando por um avançado processo de intemperismo em seu suporte, além de atos de vandalismo, o que vem a comprometer as informações que os registros gráficos e seus conjuntos possam fornecer.

---

<sup>6</sup> As sub-tradições se estabelecem segundo critérios ligados a diferença na apresentação gráfica de um mesmo tema e a distribuição geográfica (PESSIS, 1997).

<sup>7</sup> O município de Caicó fica localizado na região Seridó Potiguar, na depressão Sertaneja, entre o planalto da Borborema e da chapada do Apodi, em terras baixas no encontro dos rios Seridó, Sabugi e Barra Nova, na bacia hidrográfica Piranhas-Açu. (IDEMA, 2013).



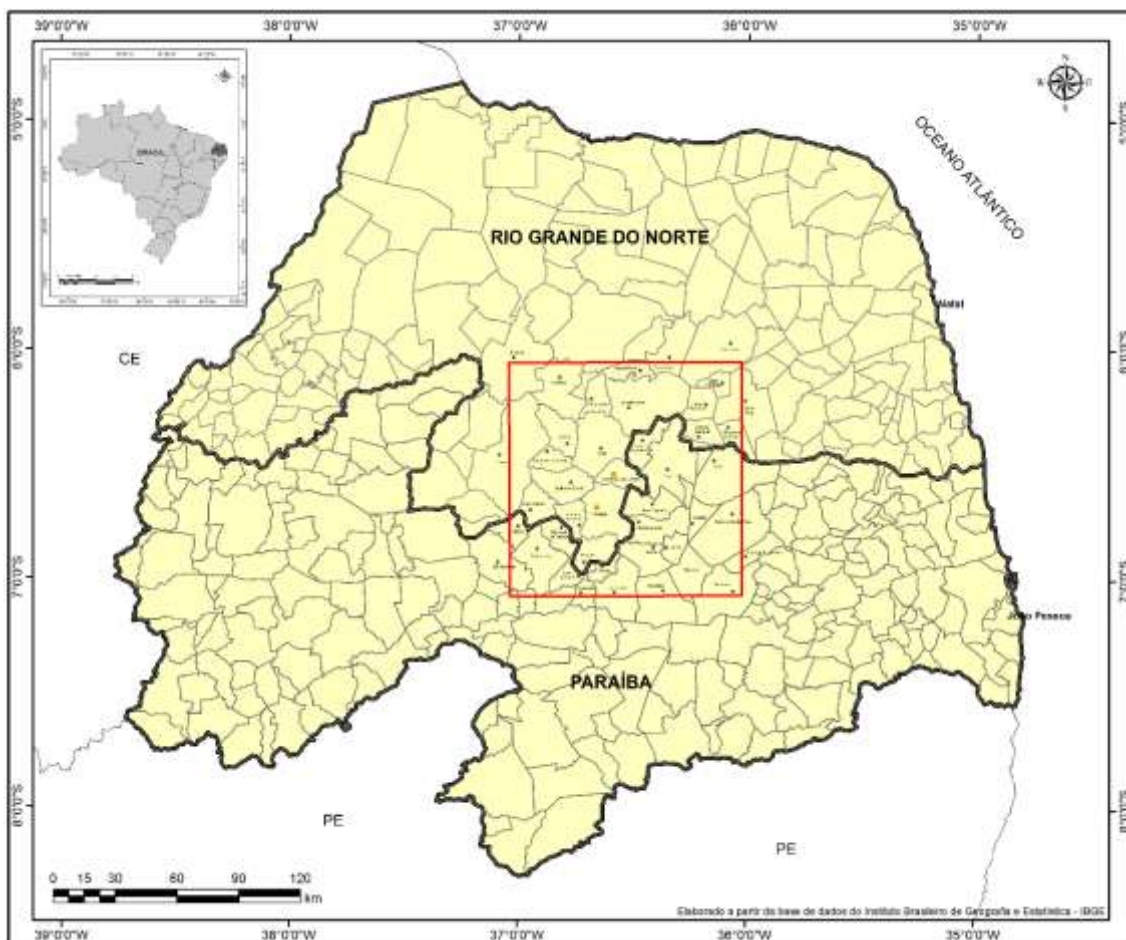


Imagem 1: Mapa da área arqueológica do Seridó, representada em vermelho. Fonte: IBGE – Elaboração: Anderson Adailson da Silva, 2012.

Com isto, vemos a importância de nosso trabalho para as pesquisas dessa nova parte da área arqueológica do Seridó, a título de exemplo, os únicos trabalhos sobre as gravuras do Seridó que temos como referência são as dissertações de mestrado de Raoni Bernardo Maranhão Valle (2003) e Francisco de Paula Brito (2011), que mostram a defasagem de pesquisas no que diz respeito aos registros gravados no Seridó.

Assim, com a pouca produção acadêmica em relação à tradição itacoatiara e as outras regiões da área arqueológica do Seridó, bem como a preservação do registro rupestre a partir da sua catalogação e pesquisa, nossa pesquisa mostra-se ser de grande importância para que novos dados possam ser englobados aos já existente, e além disso, divulgados não somente para a comunidade científica, mas também para as outras esferas da sociedade.



Portanto o objetivo desse trabalho é apresentar oito (8) sítios arqueológicos, identificados no entorno da Serra de São Bernardo – em Caicó – que tem como vestígios registros rupestres gravados. Esses sítios são: Alegre, Cachoeiras do Samanaú, Carro Quebrado, Mundo Novo, Saco do Bode I, Saco do Bode II, São Bernardo e Várzea Comprida.

## METODOLOGIA

Inicialmente foi realizado o registro dos sítios arqueológicos identificados. Utilizou-se para tanto de fotografias digitais e do registro das coordenadas geográficas – por meio de GPS (*Global Positioning System*). Os oito sítios estudados estão distribuídos no entorno da Serra de São Bernardo na cidade de Caicó. Os sítios estão próximos uns aos outros, todos inseridos em córregos e riachos afluentes do rio Seridó (Imagem 2):



Imagem 2: Mapa com a localização dos sítios identificados, juntamente com os pontos que mostram as cidades de Caicó, São José do Seridó e a Serra de São Bernardo. Fonte: Google Earth, 2016. Elaboração: Mizaël Manoel, 2016.

Após esse primeiro momento, foi realizado o preenchimento de fichas catalográficas, através de anotações e das fotografias dos sítios. Com isso, foi possível fazer uma análise dos grafismos, segregá-los a partir das técnicas de execução, recorrências, escolha de suporte e temática.

Com a análise dos painéis e grafismos dos sítios em nossa pesquisa, pretendemos seguir como exemplo as três dimensões do fenômeno gráfico definidas por Pessis (1992) dimensão material, dimensão temática e às formas de apresentação gráfica, criando assim um parâmetro de classificação prévio em relação a escolha de suporte, técnicas empregadas e escolha temática.

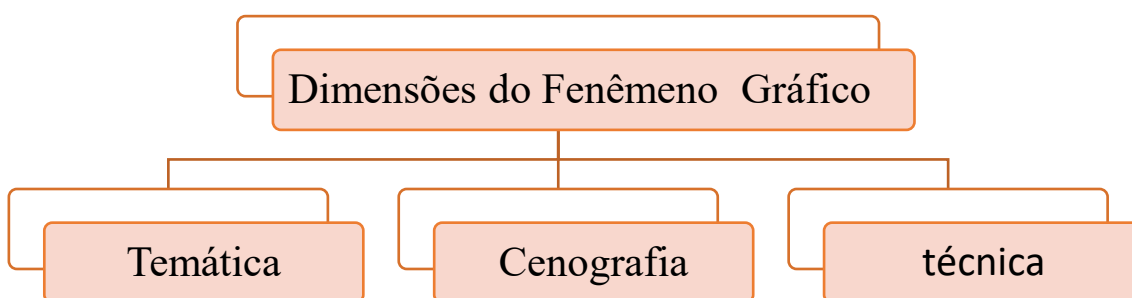


Tabela 1: Dimensões do Fenômeno Gráfico (PESSIS,1992).

As dimensões do fenômeno gráfico serviram para a análise dos suportes, e dos grafismos que os compõem, da seguinte forma:

- Dimensão **material** do registro gráfico, trata de todos os aspectos da realização técnica, em nossa pesquisa foi utilizada para segregarmos as diferenças nas técnicas empregadas para a gravação nos suportes horizontais e verticais.
- Dimensão **temática**, integrada pelas escolhas feitas pelos autores pertencentes à determinada sociedade, utilizaremos para exemplificar a escolha do suporte e os grafismos que estão gravados neles, existe algumas

diferenças entre os grafismos dos suportes Verticais e Horizontais, relativas aos elementos cognitivos essenciais para o reconhecimento dos grafismos.

- Apresentação gráfica, relativa às formas de **apresentação gráfica**, na qual se representam as escolhas temáticas, no caso da nossa pesquisa os grafismos circulares nos suportes horizontais, “referentes ao agenciamento e isolamento das unidades no espaço gráfico, suas dimensões e disposições espaciais e geomorfológicas, estabelecidos a partir de análises morfométricas” (CISNEIROS, 2008, p. 57).

A partir das dimensões do fenômeno gráfico foi desenvolvido variáveis seguindo uma ordem que estipulamos a partir de Cisneiros (2008), mas adequada ao nosso objeto de estudo, as gravuras rupestres. Acreditamos que as variáveis que Cisneiros utilizou em seu trabalho podem servir como base para nossa pesquisa. A autora teve como tema de pesquisa as representações zoomorfas das pinturas da tradição Nordeste no Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí.

A primeira variável trabalhada foi a temática. Analisou-se a disposição dos grafismos circulares e não circulares, levando em consideração a hipótese de que esses servem como uma das principais características diferenciadoras dos suportes verticais e horizontais.

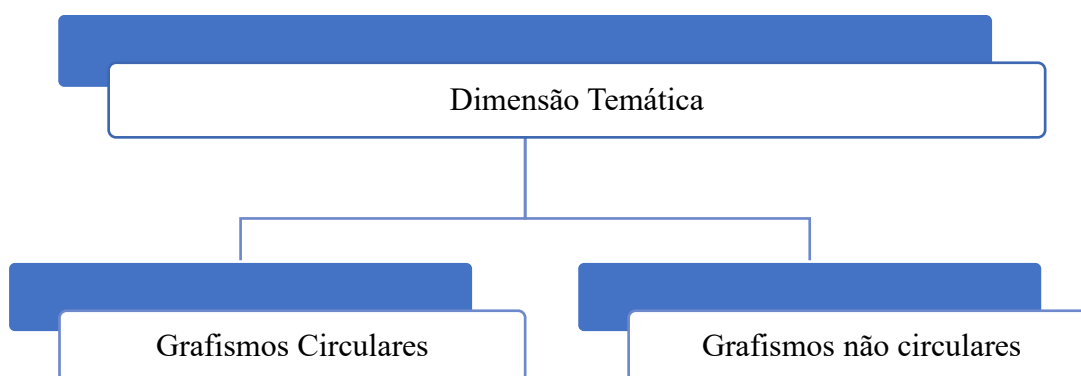


Tabela 2: Dimensão Temática.

Dentro da apresentação gráfica, ou cenografia, segregaremos as seguintes variáveis: composição, orientação, tamanho e profundidade, sendo a composição a mais importante, seguida pelas demais. A composição é formada pela justaposição das gravuras no painel,

mostra se elas estão arranjadas de forma agrupada ou isolada (CISNEIROS, 2008, p. 60). Partindo da composição, analisou-se as gravuras de acordo com seu tamanho, profundidade e orientação, de acordo com sua localização no suporte.

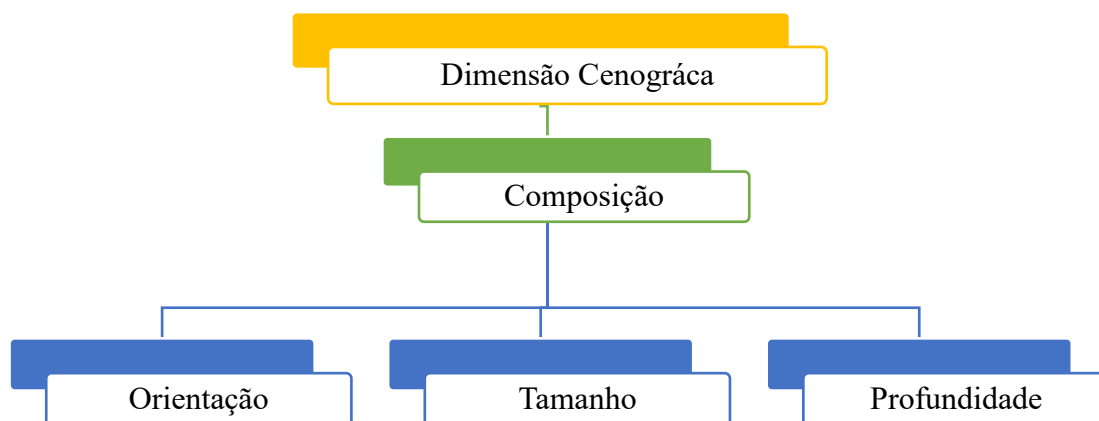


Tabela 3: Dimensão Cenográfica.

Na dimensão técnica foram trabalhadas três variáveis: tratamento do suporte, técnica de confecção das gravuras e suas respectivas espessuras.

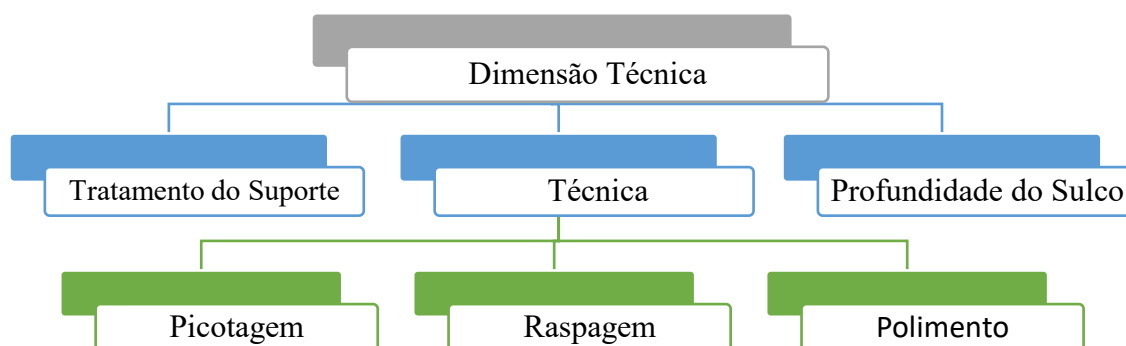


Tabela 4: Dimensão Temática.

Durante a análise, procuramos criar um caráter comparativo entre os sítios, partindo disso, tentou-se achar uma relação entre os mesmos. Foi estudo do emprego das técnicas utilizadas para a elaboração das gravuras rupestres, com isso, evidenciou-se um perfil de uso das técnicas em determinados grafismos nos suportes verticais e horizontais,

pois “na gravura é que as características técnicas passam a ter maior importância devido à falta de reconhecimento dos grafismos apresentados” (PESSIS, 1992). Além da criação das variáveis a partir das dimensões do fenômeno gráfico, também quantificou-se os sítios a partir dos critérios exibidos abaixo (Tabela 5):

Do tipo de suporte dos sítios:

Sítios	Suportes	
	Vertical	Horizontal
Mundo Novo		X
São Bernardo	x	
Cachoeiras do Samanaú	x	X
Alegre	x	
Saco do Bode I	x	
Saco do Bode II		X
Várzea Comprida		X
Carro Quebrado	x	X

Tabela 5: Sítios arqueológicos e seus respectivos suportes.

Número de Grafismos com polimento, e número de grafismos circulares:

Sítios	Nº de Grafismos com Polimento	Nº de Grafismos Circulares
Mundo Novo		
São Bernardo		
Cachoeiras do Samanaú		
Alegre		
Saco do Bode I		
Saco do Bode II		
Várzea Comprida		
Carro Quebrado		

Tabela 6: Número de Grafismos com Polimento, Número de Grafismos Circulares.

Quanto ao contexto ambiental dos sítios:

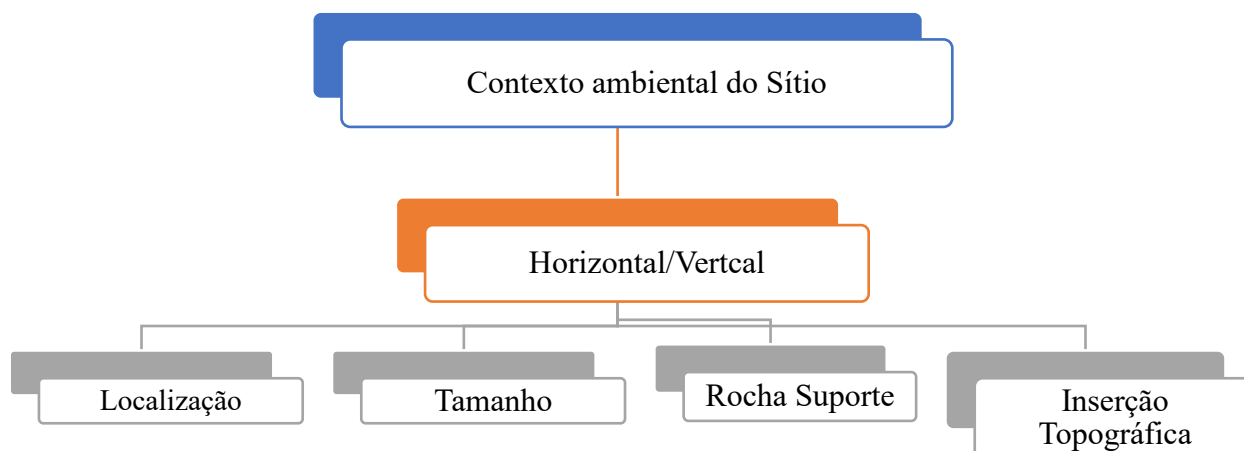


Tabela 7: Contexto Ambiental dos Sítios.

procedimento para se estabelecer pontos de referência cronológicos (PESSIS, 1992). As super-posições indicam momentos distintos do fenômeno pictórico, o que ocorre em cinco (5) dos oito (8) sítios abordados.

Assim como Valle (2003), também trabalhamos com uma amostra de sítios inseridos numa mesma unidade ambiental geral, a “arqueologia de áreas”, uma linha de pesquisa arqueológica aplicada no Nordeste. Esta objetiva o estudo sistemático do meio ambiente, considerado como variável adaptativa integrada ao contexto arqueológico. Este contexto não está manifesto num único sítio, mas sim, no conjunto de relações entre os registros arqueológicos de vários sítios inseridos num mesmo ecossistema (MARTIN, 1997).

Dessa maneira a linha de pesquisa nos ajudará a entender o fenômeno pictórico dos sítios escolhidos, que ficam no entorno da Serra de São Bernardo, sítios que fazem parte da mesma bacia hidrográfica, a bacia do rio Seridó, e o mesmo ecossistema. Segundo Valle (2003) o elemento ecológico seria um condicionante considerável nas estratégias culturais de sobrevivência e adaptação, portanto, estaria refletido no acervo gráfico de um conjunto de sítios inseridos num determinado ambiente.

## OS SÍTIOS IDENTIFICADOS

A seguir têm-se uma lista com os sítios identificados, depois algumas observações preliminares acerca da diferenciação entre os tipos de suportes nos quais os registros foram gravados e as técnicas de confecção empregadas.

*a) Sítio Alegre*

O sítio Alegre está localizado em um afloramento granítico, apresentado gravuras em suporte horizontal. As técnicas de confecção das gravuras identificadas são a raspagem simples, picotagem com polimento e picotagem simples. O intemperismo presente no suporte rochoso é a esfoliação esferoidal de granito e intemperismo físico e químico atuante devido a amplitude térmica presente nas regiões de clima semiárido e devido a passagem d'água em épocas de chuva

*b) Cachoeiras do Samanaú*

O sítio arqueológico em questão (Imagem 3) está localizado num afloramento de rocha granítica que em épocas de chuvas forma um córrego. Possui dois painéis com registros rupestres gravados, tanto no suporte rochoso vertical quanto horizontal. O painel maior mede vinte e nove (29) metros de comprimento e o menor três (3) metros.

As técnicas de confecção observadas para a execução das gravuras são: raspagem simples, picotagem com polimento, raspagem com posterior polimento e picotagem simples.

O suporte rochoso no qual estão inseridas as gravuras apresenta os seguintes tipos de intemperismo: esfoliação esferoidal típica de granito, intemperismo químico gerado pela atuação da água, causando reações que alteram a composição da rocha e dos minerais. Além de intemperismo físico devido a amplitude térmica presente na região.





Imagem 3: Detalhe do painel Central. Sítio Cachoeiras do Samanaú, Caicó –RN.  
Foto: André Pessoa, 2013.

*c) Carro Quebrado*

O sítio (Imagem 4) encontra-se num afloramento de rocha calcária a margem de um córrego. É composto por grafismos isolados, espalhados em aproximadamente noventa metros quadrados. As técnicas de confecção identificadas são raspagem simples, picotagem com polimento e picotagem simples. Apresenta intemperismo químico e físico gerado pela atuação da água na época das chuvas.



Imagem 4: Grafismo Puro. Sítio Carro Quebrado, Caicó – RN. Foto: Mizael Costa, 2015.

*d) Mundo Novo*

O sítio (Imagem 5) possui gravuras isoladas em ângulo vertical, num afloramento composto por rocha granítica e gnaiss. As técnicas de confecção das gravuras observadas são a raspagem simples, picotagem com polimento e picotagem simples. Os tipos de intemperismo presente no suporte rochoso são esfoliação esferoidal de granito, e intemperismo físico atuante devido a amplitude térmica.



Imagem 5: Detalhe de Grafismo Puro. Sítio Mundo Novo, Caicó-RN. Foto: Joadson Vagner, 2014.

*e) Saco do Bode I*

O sítio em questão (Imagem 6) apresenta um painel que mede quatro (4) metros em rocha granítica na margem de um riacho. O ângulo do painel gravado é vertical. As técnicas de confecção dos grafismos foram raspagem simples, picotagem com polimento, raspagem com posterior polimento e picotagem simples. Quanto ao intemperismo, foi identificado esfoliação esferoidal típica de granito, intemperismo químico gerado pela atuação da água. Intemperismo físico amplitude térmica presente na região.



Imagem 6: Concentração de grafismos Puros, Sítio Saco do bode I, Caicó –RN. Foto: Mizaël Costa, 2014.

*f) Saco do Bode II*

Sítio localizado aproximadamente há cinquenta (50) metros do Saco do Bode I. Está localizado num afloramento de rocha granítica, apresenta mancha gráfica de um metro quadrado em suporte com ângulo horizontal (Imagem 7). As técnicas de execução das gravuras identificadas foram raspagem simples, picotagem com polimento, raspagem com posterior polimento e picotagem simples. O intemperismo presente no suporte rochoso é esfoliação esferoidal típica de granito, intemperismo químico gerado pela atuação da água e físico devido a amplitude térmica presente na região.



Imagem 7: detalhe de concentração gráfica. Sítio Saco do Bode II. Caicó – RN. Foto: Joadson Silva, 2014.

*g) São Bernardo*

O sítio São Bernardo (Imagem 8) apresenta um painel em suporte vertical gravado em um afloramento de rocha granítica na margem de um riacho, o qual em épocas de chuva forma um açude. As técnicas de execução das gravuras foram a raspagem simples, picotagem com polimento e picotagem simples.

O intemperismo identificado no sítio São Bernardo é o mesmo descrito para os outros sítios com suporte de granito nesse trabalho apresentado: esfoliação esferoidal típica de granito, intemperismo químico gerado pela atuação da água, gerando reações que alteram a composição da rocha e dos minerais, além de intemperismo físico causado pela amplitude térmica presente na região.



Imagem 8: Detalhe de cena com Grafismos Puros. Sítio São Bernardo, Caicó – RN.  
Foto: Joadson Silva, 2014.

#### *h) Várzea Comprida*

Tal qual o sítio Carro Quebrado, o Várzea Comprida (Imagem 9) também apresenta gravuras em um suporte formado por um afloramento de rocha calcária, atualmente formando o sangradouro de um açude. A área em que estão as gravuras é composta por um painel horizontal de aproximadamente três (3) metros quadrados, apresentando, em sua maioria, grafismos circulares. As técnicas de execução observadas são raspagem simples, picotagem com polimento e picotagem simples. O intemperismo atuante no sítio é químico e físico, gerado pela ação da água em épocas de chuvas.





Imagem 9: Detalhe do Painel. Sítio Várzea Comprida, Caicó – RN. Foto: Joadson Silva, 2014.

#### OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Notamos que os registros rupestres gravados da área em estudo possuem um padrão de apresentação. Supomos que é correto afirmar que existe um sistema de códigos de comunicação fechado que é acessível apenas nas suas características morfológicas e temáticas (PESSIS, 1992), os estudos de Pessis nos remetem a ideia que os grafismos rupestres seriam uma linguagem própria dos povos pré-históricos.

Essa suposição é cabível, pois notamos que existem características distintas em determinados painéis de ângulos diferentes, e esses grafismos estão estrategicamente posicionados. Analisamos previamente os painéis seguindo as três dimensões do fenômeno gráfico:

[...] dimensão **material** do registro gráfico, que trata de todos os aspectos da realização técnica, a dimensão **temática**, integrada pelas escolhas feitas pelos autores pertencentes à determinada sociedade e a apresentação gráfica, relativa às formas de **apresentação gráfica** na qual se representam as escolhas temática. (PESSIS, 1992).



Esses painéis se diferenciam de acordo com a posição do suporte rochoso escolhido, nos sítios pesquisados, a maioria está localizada em afloramentos<sup>8</sup> e matacões<sup>9</sup> em próximos ou no interior do leito de cursos d'água.

Notamos que existem diferenças entre os grafismos que dependem do ângulo de apresentação dos suportes rochosos em que foram realizadas as gravuras, suporte vertical e suporte horizontal. Assim, surge o problema de nossa pesquisa: existem diferenças técnicas, temáticas e cenográficas entre os ângulos verticais e horizontais dos suportes escolhidos?

Supomos que existe, de fato, uma diferenciação entre os suportes. O padrão horizontal de suportes apresenta grafismos com uma grande quantidade de recorrências, ou semelhanças, na qual houve uma maior utilização das técnicas de raspagens, picotagem (percussão) e picotagem com polimento (fricção). Em todos os casos os grafismos apresentam-se em um plano espacial horizontal no suporte, como se fossem gravados para serem vistos de cima para baixo. A seguir (Imagem 10) observa-se um painel horizontal com gravuras, com formas circulares recorrentes.

---

<sup>8</sup> Exposição natural ou artificial de rocha mãe a superfície da Terra. Afloramentos naturais são as exposições da rocha devido à ação de processos naturais, como erosão e deslizamentos de solos, em rios, cachoeiras, escarpas; já os afloramentos artificiais são devido à ação humana: cortes de estradas, túneis, poços, entre outras (Winge, M., *et al.*, 2001).

<sup>9</sup> Já os matacões são produzidos pelo processo de intemperismo, a esfoliação esferoidal ou pelo desgaste de blocos arrastados por correntes fluviais, a erosão fluvial. É comum a existência de matacões na área de ocorrência de afloramentos, principalmente em afloramentos de granito. Assim na maioria dos casos onde existem cursos de água é provável encontrar o suporte para os painéis.



Imagem 10: Detalhe painel horizontal no sítio arqueológico Saco do Bode II, Caicó – RN. Foto: Mizaël Costa, 2014.

Ainda sobre o suporte horizontal notamos uma grande quantidade de grafismos com traços geométricos circulares (Imagem 11), grafismos com características abstrais (Imagem 12) e figuras antropomórficas. A junção de todos esses grafismos em uma temática (Imagem 13) nos remontam a uma apresentação gráfica totalmente diferente daquelas existentes nos suportes verticais.

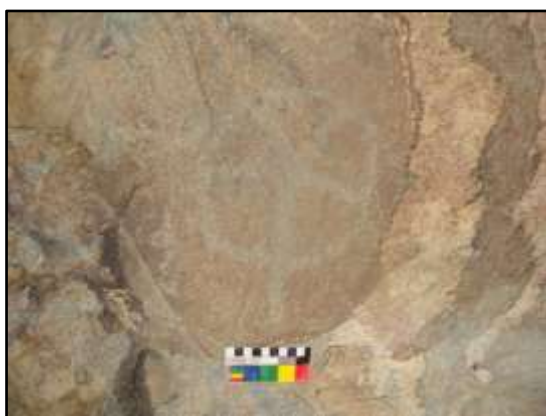


Imagem 11: Detalhe de grafismo circular, Sítio Mundo Novo, Caicó – RN, Foto: Joadson Silva, 2014.



Imagem 11: grafismos com características abstrais Sítio Várzea Comprida, Caicó-RN, Foto: Joadson Silva, 2014.



Imagem 13: Sítio Várzea Comprida, Caicó – RN, Foto: Joadson Silva, 2014.

Diferente do suporte horizontal, o suporte vertical, no qual os grafismos se apresentam em um plano em que o indivíduo vê os painéis frontalmente, é encontrado com mais frequência. Eles se localizam em afloramentos e matacões, mas seus grafismos são mais trabalhados, tem uma maior profundidade nos sulcos. Apesar das técnicas usadas para serem produzidas as gravuras ser as mesmas identificadas no suporte horizontal – raspagem, picotagem e picotagem com polimento (fricção) – a diferença é a maior utilização da técnica do polimento, exemplo figura abaixo (Imagem 14).



Imagem 14: Detalhe de parte do Sítio Cachoeiras do Samanaú, Caicó –RN, Foto: Joadson Silva, 2014.

Supomos que a maior profundidade nos sulcos dos grafismos verticais se dava devido a duas hipóteses:

- Proximidade com água: como a grande maioria dos suportes verticais está no nível da água, seu desgaste é maior devido a erosão provocada por esse agente natural. Assim, partindo da ideia de que os grafismos eram feitos como formas de comunicação, não era viável ter informações perdidas tão facilmente. Com isso, deve ter surgido a necessidade da profundidade dos grafismos.
- Incidência solar: notamos que os painéis verticais geralmente estão em posições viradas para leste e oeste, ou seja, nascente e poente, assim uma maior profundidade dos grafismos geraria sombra no sulco o que faria com que o painel fosse visível durante todo o dia, independente do horário. Podemos notar que os suportes horizontais, na sua grande maioria, possuem grafismos feitos com técnicas simples como a picotagem, pois durante todo dia esse tipo de suporte rochoso é visível.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho faz parte apenas do início dos estudos sobre as gravuras rupestres encontradas no entorno da Serra de São Bernardo. O desenvolvimento da pesquisa tem

grande importância dada a carência de produções científicas voltadas ao entendimento das itaquatiaras não somente na região Seridó, mas em todo o Brasil.

A identificação de diferença entre os grafismos rupestres localizados em suportes rochosos verticais e horizontais e das técnicas de confecção dos mesmos é uma observação preliminar. Tal observação será constatada ou refutada com o desenvolvimento das análises nos sítios abordados e em outros da mesma região que são conhecidos pelos moradores.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. J. N. **As pinturas rupestres da área arqueológica Vale do Catimbau – Buíque, Pernambuco**: estudo das fronteiras gráficas de passagem. 2007, 142 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

BARBOSA, R. J. N. **Perfil gráfico das pinturas rupestres pré-históricas do Vale do Moxotó e quadrante nordeste da Bacia Hidrográfica do Pajeú – Pernambuco, Brasil**. 2013, 195 f. Tese (Doutorado em Arqueologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

BINFORD, Lewis. **A Consideration of Archaeological Research Design**. *American Antiquity*, n. 4, v. 29, p. 425 – 441. Washington: Society for American Archaeology, 1964.

BUNGE, Mario. **La ciencia**. Su método y su filosofía. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1979.

CISNEIROS, Daniela. **Similaridades e diferenças nas pinturas rupestres pré-históricas de contorno aberto no Parque Nacional Serra da Capivara - PI**. 2008. 322 f. Tese (Doutorado em Arqueologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

DANTAS, José de Azevedo. **Indícios de uma civilização antiqüíssima**. João Pessoa, 1994.

GUIDON, Niède. Da aplicabilidade das classificações preliminares. **CLIO – Revista do curso de Mestrado em História**. n. 5, p. 117. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1982.

GUIDON, Niède. Tradições rupestres da área de São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil. **CLIO – Série Arqueológica**, n. 5, p. 5 – 10. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1989.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA); SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS (SEPLAN). **Perfil do Rio Grande do Norte – 2013**. Disponível em: < <http://www.seplan.rn.gov.br/arquivos/download/PERFIL%20DO%20RN.pdf> >. Acesso dia: 02 jul. 2016.



LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra: técnica e linguagem**. Tradução de Vitor Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

MARANHÃO, Raoni B. **Gravuras pré-históricas da área arqueológica do Seridó potiguar/paraibano: um estudo técnico e cenográfico**. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MARTIN, Gabriela. A sub-tradição Seridó de pintura rupestre pré-histórica do Brasil. **CLIO** - série arqueológica, n.5, p. 19 – 26. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1989.

MARTIN, Gabriela. Novos dados sobre as pinturas rupestres do Seridó, Rio Grande do Norte. **Clio** – Série Arqueológica, Anais do I simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, n. 4, p. 141 – 145. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1991.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do nordeste do Brasil**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2008.

MORAIS, J. M. Itaquatiaras do Seridó Paraibano. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1994.

PESSIS, A. M. Métodos de documentação cinematográfica em arqueologia. **CLIO**, Revista do Mestrado em História, n. 5, p. 129 – 138. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 1982.

PESSIS, A. M. Identidade e classificação dos registros rupestres pré-históricos do Nordeste do Brasil. **CLIO** – Série Arqueológica, n. 8, p. 35 – 68. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 1992.

PESSIS, A. M. Registros rupestres, perfil gráfico e grupo social. **CLIO** – Série Arqueológica n. 9. p. 7 – 14. Recife: Ed. Universitária, UFPE, Recife, 1993.

PESSIS, A.M. Do estudo das gravuras rupestres pré-históricas no Nordeste do Brasil. **CLIO** – Série Arqueológica, n.15, v. 1, p. 29 – 44. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 2002.

PESSIS, A.M. **Imagens da Pré-História. Parque Nacional Serra da Capivara. Images de la Préhistoire. Images from Pré-History**. FUMDHAM/PETROBRÁS, 2003.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Ed. UNB, Brasília, 1992.

WINGE, M., Crósta, A., Neves, B., Alvarenga, C., Schobbenhaus, C., Carneiro, C. **Glossário Geológico Ilustrado**. Disponível em:< <http://sigep.cprm.gov.br/glossario/>>. Acesso: 11 nov. 2016.

## OS REGISTROS DE UM *DIÁRIO*: REPRESENTAÇÕES E O IMAGINÁRIO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE - PB (1957-1965) POR MEIO DE UM VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO IMPRESSO

Laysa Cristina de Barros Silva<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar as transformações da cidade de Campina Grande a partir da inauguração de um jornal diário em outubro de 1957. O tema que fora eleito para este, privilegiando seu contexto nos fins dos anos 1950 e na primeira metade dos anos 1960, diz respeito às transformações do cenário citadino campinense, é representado nas páginas do *Diário da Borborema* já nos seus primeiros números; este jornal local a projeta como cidade desenvolvida que caminha inexoravelmente para o progresso, integrante dos Diários Associados e capitaneados por Assis Chateaubriand.

Desse modo sabemos que sua produção está condicionada a sua posição política no Brasil e a sua relação com o governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. A partir disso, podemos nos debruçar sobre as condições de produção e a recepção do jornal no período de sua circulação. O fato é que o DB se propõe a uma tarefa grandiosa que é colaborar com o desenvolvimento da cidade; com isso está óbvia a sua intenção em contribuir para alterar o imaginário da população e convencê-la nos termos de quais medidas eram necessárias para trilhar o caminho rumo ao desenvolvimento que o país passava a experimentar. Sendo assim um conjunto de medidas teriam de ser postas em prática para legitimar sua imponência e grandeza perante as demais cidades, com isso uma política industrializante ganha corpo e anseia em transformá-la em um centro industrial.

Com o olhar direcionado para as transformações urbanas e as suas implicações para um novo imaginário que se constrói a partir do afã de um projeto industrializante, é possível perceber que uma nova roupagem é tecida para a cidade por meio do discurso do

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, pesquisa apoiada pela CAPES. E-mail: laysacristina22@gmail.com.



jornal que confere uma nova identidade para a sociedade e alterações nas vidas dos campinenses.

### **TEORIZANDO A CIDADE: REPRESENTAÇÃO E IMAGINÁRIO DA SOCIEDADE CAMPINENSE (1957-1965)**

A ampliação das fontes possibilitada pela Nova História, a partir da revolução no conceito de documento abre novos caminhos para o fazer historiográfico. A esse respeito temos

Com o advento da chamada Nova História Cultural, o conceito de fonte historiográfica foi ainda mais diversificado: dessa forma qualquer vestígio ou indício que restou do passado pode servir como fonte ao historiador, dependendo da pergunta que este se faça (...). (SILVA, 2013, p.196)

Com isso, pode-se incorporar as fontes jornalísticas como uma categoria documental aceita dentro dos parâmetros historiográficos, ainda sobre essa incorporação temos que

As mudanças paradigmáticas que ocorreram, desde então, no seio das chamadas Ciências Sociais, abriram muitas perspectivas ou possibilidades de usos de informações buscadas nos mais diversos veículos, capazes de fornecer aos pesquisadores indícios para a realização dos seus trabalhos de forma que, contemporaneamente, os pesquisadores não mais se sentem constrangidos – pelo contrário – a coletarem junto à produção da imprensa pistas que ofereçam meios para significarem os seus objetos de estudo. (CABRAL FILHO: 2007, p.14)

Com relação à concepção historiográfica acerca dos periódicos enquanto fontes, Cabral Filho tece as seguintes considerações:

Se os materiais fornecidos pela imprensa já foram desprezados pelos caçadores da *verdade*, por considerarem-nos “enciclopédias do cotidiano” produzidas no calor das batalhas diárias; escritos fragmentários movidos por interesses, compromissos e paixões, que não captavam o ocorrido, dele fornecendo apenas imagens parciais, distorcidas e subjetivas – hoje tais materiais têm outra importância na medida em que não cabe mais ao pesquisador buscar uma verdade cartesiana, mas identificar o passado através das representações dele

elaboradas a partir das expectativas, dos desejos, dos sonhos e das frustrações legados por aqueles que nele viveram. (Op. Cit., p.15)

A pesquisadora Tânia Regina Luca, ao apresentar em seu trabalho “*História dos, nos e por meio dos periódicos*” um cuidadoso histórico da concepção historiográfica acerca dos periódicos como fontes históricas (PINSKY, 2010. p.18) também nos fornece contribuições relevantes.

Assim, o *Diário da Borborema* nos fornece, através de suas matérias, o acesso aos mais diversos aspectos dessa cidade que passava, naquelas circunstâncias, por importantes transformações materiais e simbólicas; particularmente nos conduz à compreensão de uma matriz discursiva que pretendia instituir, pela via industrial, um novo mundo do trabalho em Campina Grande.

A História Cultural, a partir da sua emergência, na década de 1990, possibilita que o cenário citadino seja abordado de uma nova maneira, conforme as discussões a respeito do trabalho de Sandra Jatahy Pesavento. Para estudar a cidade, ou seja, tomá-la como objeto de pesquisa, é necessário enfrentar o desafio de considerá-la “como um problema e objeto de reflexão a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais”, (PESAVENTO: 2007, p. 13).

Ao recorrer aos estudos de Maria Stella Bresciani sobre *Cidades*, temos a afirmativa que a idéia de cidade se transforma a partir da industrialização. Para além do surgimento da sanitização dos ideais, que buscam “sanear” os corpos e a moral dos trabalhadores, ou da população humilde, identificada por ela como pobre, temos a transformação da representação de Campina Grande como polo comercial, que era uma característica sua datada desde sua fundação com as trocas comerciais dos boiadeiros e almocreves que por ela passavam, para polo industrial, uma representação que se sobrepõe às demais e altera o imaginário citadino.

A partir das proposições de Pesavento temos que

o imaginário é esse motor de ação do homem ao longo de sua existência, é esse agente de atribuição de significados à realidade, é o elemento responsável pelas criações humanas, resultem elas em obras exequíveis e concretas ou se atenham à esfera do pensamento ou às utopias que não

realizaram, mas que um dia foram concebidas” (PESAVENTO: 2007, p.11-12)

Esse conceito de imaginário contribui para o amadurecimento das nossas reflexões que nos conduzem para esse caminho, que desvela a não concretização das aspirações e desejos dos idealizadores, ao passo que revela a importância do seu conhecimento para compreensão do passado.

A temática trabalhada na presente pesquisa também nos permite caminhar por entre os pressupostos teóricos da História Cultural, presentes no trabalho de Roger Chartier, intitulados *A História Cultural: Entre práticas e representações* e *O mundo como representação*. Assim, recorreremos a sua definição de *Representação*, que contribui para iluminar o nosso olhar sobre a cidade, a partir de seus aspectos culturais e das práticas sociais, no intuito de reconstituir essa experiência vivenciada no espaço citadino campinense, privilegiando as práticas sociais e destacando os seus traços culturais em um determinado período, que é de 1957 a 1965.

No que concerne ao seu conceito de *representação*, temos que

As representações do mundo social [...], embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1988, p.23)

Como recurso metodológico, utilizaremos o *paradigma indiciário*, proposto por Carlo Ginzburg<sup>2</sup>, no tratamento desse material, a fim de buscar a aproximação com o passado pela via da verossimilhança, tentando compreender as representações e o significado do passado a partir dos seus *indícios, pistas e vestígios* para os quais nos voltamos por meio das edições do jornal *Diário da Borborema*.(GINZBURG, 2002).

Sandra Jatahy Pesavento observa bem a maneira que Ginzburg trabalha com o método do paradigma indiciário: “(...) Carlo Ginzburg define seu paradigma indiciário apresentando um método interpretativo que se baseia nos traços deixados pelo passado e

---

<sup>2</sup> Veja-se GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo, Cia. das Letras, 1980, sobretudo o ensaio “Sinais: raízes do paradigma indiciário” (p. 143-179).

que se apresentam como elementos reveladores que combinados entre si, possibilitam leituras mais ‘finas do real’.” (2000. p. 214)

### **PLANEJAR PARA INDUSTRIALIZAR: UM DESEJO E ALGO MAIS**

Tais transformações não deram-se da noite para o dia, elas resultaram do esforço de um grupo, que enxergou na industrialização, assim como também na educação, a saída para a superação de um momento de crise. Daí elaboraram uma política industrializante, que vai contar com a contribuição de um jornal local com um importante papel na sociedade, que através de seus noticiários elaboram um discurso favorável a essas mudanças e a esses planos desenvolvimentistas. A respeito das articulações dos letrados e governantes para inserir Campina Grande no Plano de desenvolvimento nacional, temos a reivindicação da criação de uma das operações do presidente da República para o desenvolvimento do nordeste, a OPENO (Operação Nordeste).

#### Operação Nordeste

(...) A “Operação Nordeste traria a esta sofredora região do país um sentido novo de existência e progresso, pois que aqui temos recursos e possibilidades que só exigem, para frutificarem, a mesma ajuda que o poder central tem prestado às regiões próximas da sede do governo.” (D.B. 13.09.1958. p.2.)

Segundo o que opinam os articuladores do jornal com esta operação, o Nordeste se industrializaria, seria a saída para o “primo pobre” (D.B. 31.07.1958. p. 3)<sup>3</sup> que não recebia a atenção merecida e os investimentos necessários do governo federal. A OPENO, que passa a ser reivindicada nos idos de setembro de 1958, ao que tudo indica, preparou o terreno para a criação da SUDENE, ocorrida no ano de 1959. Não podemos nos esquecer da contribuição que foi dada também pelo grupo desenvolvimentista<sup>4</sup>, tal como define Lima, desde a realização do I Encontro dos Bispos do Nordeste no período de 21 a 26 de maio de

---

<sup>3</sup> Essa denominação foi encontrada em um título de um artigo de Epitácio Soares, publicado a esta data. O referido artigo tem como tema a representação do nordeste atrasado em relação ao desenvolvimento do país, que cada vez mais vem sendo divulgada, o autor atribui essa desigualdade aos poucos investimentos que são feitos nessa região.

<sup>4</sup> “Grupo de empresários e de intelectuais defensores da industrialização como forma de superar os problemas vivenciados pela cidade e pela região.” (LIMA, 2004.p. 71)

1956, até a criação do GTDN<sup>5</sup> no dia 14 de dezembro de 1956 pelo governo federal com o objetivo de fazer um estudo sobre os problemas da região e criar uma “nova classe dirigente imbuída do espírito de desenvolvimento” (LIMA, 2004. p.71). Tais reivindicações, bem como a criação de instituições, foram as condições necessárias para a preparação do terreno tão almejado pelas aspirações do grupo desenvolvimentista, que paulatinamente foi adquirindo adesões de representantes políticos e tornando os seus desejos em projetos concretos.

No dia 6 de dezembro de 1959, temos notícia que naquela semana seria sancionada a lei que criaria a SUDENE, sob o título “Começou a batalha para a aprovação da SUDENE” (D.B. 06.12.1959). Sabe-se que a SUDENE foi criada pela lei 3.692 de 15 de dezembro de 1959. Esta instituição fora responsável pelo considerável crescimento da implantação de unidades industriais em Campina Grande nos primeiros anos da década de 1960, com aprovações de importantes projetos, a exemplo da implantação da CANDE (Campina Grande Industrial Ltda.), produtora de tubos plásticos, e da implantação da WALLIG NORDESTE S/A, indústria de grande porte produtora do ramo de fogões a gás liquefeito.

As ações que foram sendo desenvolvidas em prol da industrialização campinense proporcionaram a Criação dos Distritos Industriais na Paraíba, tanto em Campina Grande como na capital, através do mesmo decreto assinado pelo governador Pedro Gondim. Com relação ao distrito campinense temos

A construção do Distrito Industrial surgiu através do Decreto nº 3.491 de 31 de dezembro de 1963 e também foi outro fator preponderante para aumentar o número de estabelecimentos industriais, já que ele era dotado de toda infraestrutura necessária para o funcionamento das empresas. O município também contou com o Fundo Municipal de Industrialização de Campina Grande (Fumingra), criado em 13 de dezembro de 1963, e que foi administrado pela Companhia de Industrialização de Campina Grande (Cingra), sociedade de economia mista com participação majoritária do município. (FERNANDES, 2011. p. 62-63.)

---

<sup>5</sup> GTDN é a sigla do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Este foi criado em 1958, e coordenado pelo paraibano Celso Furtado, que foi nomeado pelo Presidente Juscelino Kubitschek. As suas funções eram planejar o desenvolvimento do Nordeste e diagnosticar as causas do atraso do desenvolvimento dessa região.

O ano de 1963, a partir do que nos informa Fernandes foi um ano de acontecimentos de grande importância para o plano desenvolvimentista, com a criação do FUMINGRA e CINGRA pelo prefeito Newton Rique <sup>6</sup>. O jornal não poderia deixar de fora acontecimentos dessa amplitude, com isso no dia 14 de dezembro de 1963 publica uma matéria que informa a população sobre o envio de uma mensagem do prefeito a câmara de vereadores, que criaria a Companhia de Industrialização, para administrar o Fundo Municipal de Industrialização que em um primeiro momento teria sido chamado de FUMIND, nela temos que a Companhia teria como objetivo principal “promover medidas desenvolvimentistas, no agenciamento de investimentos industriais de outras fontes para o município” (D.B. 14.12.1963. p.8), tais medidas seriam responsáveis por cumprir o plano desenvolvimentista proposto por Newton em seu governo, e ainda completa que essas viriam a cumprir a dimensão da propaganda que era feita da cidade com relação aos atrativos industriais, pois não se tinha “os instrumentos para promover de fato a industrialização desejada” (D.B. 14.12.1963. p.8). Além disso, conclui “Não esqueceu o prefeito Newton Rique de mencionar a grande aspiração coletiva, dos campinenses pela industrialização do município” (D.B. 14.12.1963. p.8). O que nos leva a concluir que em seis anos, o discurso que difundia que a industrialização era uma aspiração não só das classes dirigentes, mas também da população humilde, trabalhadora, ou seja, da população campinense no geral, ainda tinha força.

Em 1965, o setor industrial de Campina Grande recebera por aprovação da SUDENE um projeto de ampliação da IPELSA (D.B. 14.03.1965. p.6) uma indústria especializada na fabricação de papel de embalagem. Tal projeto visava triplicar a sua capacidade de produção, sendo este o maior incentivo dado por esse órgão de desenvolvimento para a ampliação de indústria no estado da Paraíba. Em dezembro de 1965, comemora-se o sucesso desse investimento: “Uma indústria por dia – IPELSA: Exemplo de relevância do nosso parque industrial” (D.B. 08.12.1965. p. 3.), com isso podemos afirmar que mesmo

---

<sup>6</sup> **Newton Vieira Rique** Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Recife. Candidatou-se e elegeu-se prefeito de Campina Grande, cargo que exerceu apenas entre 30/11/1963 e 15/06/1964, o que soma sete meses, tendo sido deposto por força do Golpe militar de março de 1964. Presidiu a Associação Comercial, diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico dirigiu com seu irmão, Nivaldo Vieira Rique, o Banco Industrial de Campina Grande.

com as mudanças na política econômica nacional, para os articuladores do Diário da Borborema o ano de 1965 foi um ano importantíssimo, com grande destaque para a industrialização campinense.

O que sabemos e podemos afirmar é que o projeto industrializante representou para Campina Grande, durante os sete anos que privilegiamos como recorte temporal, algo mais que mera aspiração e desejo, haja vista que promoveu na cidade transformações materiais, no que toca à instalação de um distrito industrial em 1963, que recebeu importantes indústrias, e a criação de instituições voltadas para o incentivo industrial; e simbólicas, no que toca a essa nova representação como pólo industrial que é bem difundida por meio de um veículo de comunicação impresso, causando transformações no imaginário social e criando um novo mundo.

Certos estamos de que o projeto industrializante, que recebeu grandes investimentos por um grupo de campinenses, não se desenvolveu conforme todo o planejamento que fora feito para ele, pois a cidade de Campina Grande não saiu do século XX com o mesmo êxito que obtivera nos anos 1950 até meados dos anos 1960. Segundo a tese desenvolvida por Lima (2004), os anos que se seguiram com a Ditadura Militar foram responsáveis pela decadência da Rainha da Borborema, por sua perda em termos de importância política e econômica. Assim sendo, podemos afirmar que a política econômica centralizadora<sup>7</sup> empreendida pelos militares, pouco a pouco tolheu os ideais do grupo desenvolvimentista campinense.

O que nos interessa e merece destaque é a ideia do imaginário criado sobre a cidade, e com relação a isso José D'Assunção Barros observa muito bem o seguinte:

Reconhecer estas diversificadas bases imaginárias a partir das quais se lança o estudioso, nos seus esforços de perceber o fenômeno urbano, constituirá um ponto de partida particularmente interessante para construir um panorama sobre a reflexão urbana no século XX. (BARROS: 2012, p. 18)

---

<sup>7</sup> A política econômica centralizadora do regime militar caracteriza-se pela ação dos militares, que ao assumir o poder executivo deixaram clara a intenção de ter o total controle todas as esferas do poder. Tal política, tinha como principal meta a centralização política e administrativa do país, o que implica na concentração do poder executivo no eixo Sul-sudeste.



O que sintoniza-se com a ideia de Pesavento de que

no desdobramento das abordagens que se fazem sobre o fenômeno urbano no final do século XX e no início do novo século, não se estudam apenas processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem *na* e *sobre* a cidade, ou seja, com o imaginário criado sobre ela. Em outras palavras, os estudos de uma história cultural urbana se aplicam no resgate dos discursos, imagens e práticas sociais de representação da cidade. E o imaginário urbano, diz respeito a formas de percepção, identificação, e atribuição de significados ao mundo, o que implica dizer que trata das representações construídas sobre a realidade – no caso, a cidade. (PESAVENTO: 2007, p. 15)

#### **FONTES**

DIÁRIO DA BORBOREMA – *Campina Grande - Outubro de 1957 a Dezembro de 1965 (Coleção completa pertencente aos Diários Associados)*.

#### **REFERÊNCIAS**

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. 2ª Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012. P. 7-18.

BRESCIANI, Maria Stella. *Cidade e História*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *CIDADE: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002.

CABRAL FILHO, Severino. *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese de doutorado, PPGS/UFPB, 2007.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988. p. 7-28.

FERNANDES, Silvana Torquato. *Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960-1980)*. Dissertação de Mestrado, PPGH/UFCG, 2011

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo, Cia. das Letras, 1980 (p. 143-179).

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo, Cia. das Letras, 2002.

LIMA, Damião de. *Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)*. Tese (Doutorado em História Econômica). Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.27, n.53, pp. 11-23, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Esta história que chamam micro*. In: GUAZZELI, César Augusto Barcelloset al (org). *Questões da teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas. 2ª Ed.* São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Josinaldo Gomes da. *Cidade, cultura e fontes*. In: *Epistemologia, historiografia e linguagens*. Orgs. ARANHA, Gervácio Batista & FARIAS, Elton John da Silva. Campina Grande: EDUFPG, 2013. p. 174-203.

## IMPACTOS DO PROJETO BAIXO AÇU SOBRE A VIDA URBANA DE SÃO RAFAEL

Francisco Leandro Duarte Pinheiro<sup>8</sup>

### INTRODUÇÃO

Em julho de 1975, o governo federal publicou no Diário Oficial da União um decreto que tornava de utilidade pública uma extensa faixa de terra no baixo vale do rio Piranhas-açu, no estado do Rio Grande do Norte. Era a primeira medida para a efetivação do Projeto Baixo Açu (que desde a década anterior vinha sendo amadurecido por meio de estudos técnicos de todo tipo). O projeto estava dividido em três etapas, que consistiam na construção de uma barragem próximo ao município de Açu, na instalação de um programa de irrigação nas proximidades do açude e na implementação de um polo pesqueiro nas águas represadas (GOMES DA SILVA, 1992, p. 89). Desde a publicação do referido decreto, uma série de transtornos se abateu sobre a população local: problemas envolvendo financiamento agrícola, falta de indenizações ou indenizações a valores considerados injustos, falta de transparência por parte do governo quanto ao processo, incertezas quanto ao destino das famílias desinstaladas (FERNANDES, 1992). Dentre os transtornos que se instalaram em decorrência do projeto, um deles estava fadado a adquirir contornos particularmente traumáticos: diversas comunidades se localizavam na área de inundação e seu deslocamento precisava ser providenciado, inclusive o do inteiro núcleo urbano do município de São Rafael, além de comunidades rurais desse mesmo município e dos municípios de Açu, Ipanguaçu e Jucurutu. Esses deslocamentos ganharam relevo no quadro geral do evento de implantação da barragem. Interessa à pesquisa apresentada nesse texto, especialmente, a solução apontada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) para o núcleo urbano a ser inundado: a construção de um novo aparelhamento urbano para o abrigo da antiga cidade de São Rafael. A construção da barragem se deu entre os anos de 1979 e 1983, quando a nova São Rafael foi

---

<sup>8</sup> Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, campus Nova Cruz; mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN. Orientador: Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais - PPGH-UFRN. E-mail: leandro.dpinheiro@gmail.com.

inaugurada. É sobre a construção de uma nova cidade destinada a receber uma comunidade urbana desinstalada em virtude da completa inundação de seu antigo espaço urbano que trata esse texto. Esse é, efetivamente, um evento cuja densidade histórica convida à reflexão espacial.

Aqui, pretende-se apresentar algumas das questões que emergiram a partir do contato inicial do autor com o tema, por ocasião da pesquisa desenvolvida no mestrado, ainda em andamento, no Programa de Pós-graduação em História da UFRN. São questões preliminares que devem ser desenvolvidas e amadurecidas em etapas posteriores da pesquisa, mas que já delineiam uma problemática muito precisa, apontam possibilidades instigantes e permitem a construção de possíveis respostas: que cidade é a nova São Rafael? Trata-se da mesma cidade de antes? É possível que a cidade de São Rafael tenha sobrevivido sem graves sequelas ao deslocamento, atravessando incólume o violento processo que sobre ela se abateu? Ou o que temos é concretamente uma nova cidade, que precisou se constituir a partir de uma nova realidade e cujo resultado seria, simbolicamente, e não apenas materialmente, também novo, absolutamente diverso daquela antiga experiência espacial? Em outras palavras, procuramos pelos elementos de continuidade (no caso de ter-se a mesma cidade no novo núcleo urbano) e de descontinuidade (no caso de uma nova experiência espacial ter emergido) que marcaram o evento.

Para dar respostas a tais questões, é preciso levar em conta a experiência das pessoas que passaram pelo acontecimento, suas vozes, suas expressões, suas memórias. Diversos autores se interessaram pelo drama enfrentado pelos varzeanos do baixo-açu, e desde o momento em que o evento sucedeu até o presente, alguns trabalhos sobre o tema foram publicados, a partir de diferentes abordagens. Algumas dessas pesquisas se valeram de entrevistas e deixaram registros fundamentais das falas das pessoas. Nenhum desses trabalhos, no entanto, se preocupou estritamente com a questão espacial, de maneira geral, e com o urbano, de maneira particular, como se pretende fazer nesse artigo. A despeito disso, é possível identificar em tais entrevistas elementos que ajudam a perceber a maneira como o drama do deslocamento urbano foi experienciado, e identificar os significados subjacentes às falas que ajudam a responder às perguntas que dão eixo a esse

texto. Desse modo, alguns dos autores que se debruçaram sobre o tema serão invocados aqui para a compreensão do processo de implantação da barragem – em outras palavras, por causa do conteúdo que produziram, das informações publicadas que ajudam a elucidar o processo; mas, ainda mais e de maneira mais sistemática, por causa do testemunho que deixaram registrado das vozes dos beiradeiros que sofreram a violência da construção da barragem. São trabalhos particularmente importantes na medida em que se fizeram em diferentes momentos: alguns captaram os sentimentos no momento mesmo em que o evento se desenrolava; outros, registraram memórias de dez ou vinte anos depois do acontecimento; outros, ainda, foram realizados recentemente.

As primeiras indagações sobre o evento, portanto, surgiram a partir do contato com essa bibliografia. Tendo formulado os questionamentos apresentados anteriormente, e de posse de algumas suspeitas que se construíram no momento mesmo em que as questões apareciam, foi-se a campo para as entrevistas diretas. Elas também serão utilizadas aqui para, somadas às que foram publicadas anteriormente por outros pesquisadores, se desenhar um quadro que viabilize uma possível resposta, ainda que provisória, mas não inconsistente, à problemática desse artigo. Por fim, é importante, a fim de se construir um quadro mais completo dessa trama, apresentar o discurso do governo em relação ao evento e confrontá-lo com as respostas dos entrevistados. Lembre-se que, no presente texto, pretende-se compreender a dinâmica entre continuidade e descontinuidade no fenômeno de deslocamento da população de São Rafael para um novo núcleo urbano, a fim de se responder à pergunta: a nova São Rafael era a mesma cidade de antes? Para tanto, há que se tecer algumas considerações.

#### **A NOVA SÃO RAFAEL: ENTRE A CONTINUIDADE E A RUPTURA DA EXPERIÊNCIA URBANA**

O governo federal apresentou-se ambíguo nas suas medidas e no seu discurso em relação à nova cidade. Por um lado, pretendia minimizar o sentido de perda, investindo num discurso de continuidade. Por outro, prometia entregar uma cidade melhor, insinuando que o novo representaria um *upgrade* para a cidade, investindo, nesse sentido, num discurso de descontinuidade, de superação do antigo e despontamento do novo. A

ambiguidade, nesse caso, se dava por uma postura que, de diferentes maneiras, procurava justificar a implantação da barragem e demonstrar que dela não decorreriam prejuízos significativos; que a mesma comunidade instalada na antiga São Rafael poderia tocar naturalmente a sua vida depois da mudança, apenas deslocada alguns metros na geografia do Vale do Açu; e que, além de nada perder, havia muito a se ganhar com a construção de uma nova cidade, moderna e devidamente aparelhada para o recebimento dos seus primeiros moradores.

É possível perceber claramente a ideia de continuidade, de que a Nova São Rafael era, na verdade, a mesma cidade de sempre, a partir dos aspectos que serão destacados nos parágrafos seguintes. Pensando a cidade numa escala que a englobe inteiramente, ou seja, numa identidade *da* cidade, em contraste, portanto, com as identidades que se constroem numa escala mais reduzida, nas identidades *dentro* da cidade, pode-se concluir, como nos adverte o historiador dedicado ao campo da história urbana, Raimundo Arrais, ao tratar da ideia de identidade urbana, que “a cidade é uma forma social impregnada no espaço, ela é essa figura identificada numa unidade, com uma delimitação espacial, um nome, um poder que a dirige, um sentimento de coletividade que reúne seus moradores” (ARRAIS, 2012, p. 31). A partir dessa definição, pode-se identificar alguns aspectos da nova São Rafael que, como já se afirmou, reforçavam a continuidade, por meio da mobilização de elementos centrais da identidade urbana.

“Uma figura identificada numa unidade”.<sup>9</sup> E um dos componentes de tal unidade é precisamente o seu nome. Ora, a estrutura urbana que surgiu para o abrigo da população removida recebia o mesmo nome. É São Rafael até hoje. Embora o nome de um lugar possa parecer algo irrelevante, à primeira vista, ele não o é para os moradores que encontram sua identidade justamente no nome que delimita as fronteiras de sua experiência espacial e, portanto, os permite se distinguir dos outros, daqueles que pertencem a outra localidade e a outro nome. Seria algo absolutamente diverso se o governo, ao transferir a população rafaélense, afirmasse claramente que eles estavam indo para outra cidade – o sentimento de ruptura seria provavelmente muito maior. Mas não foi o que aconteceu.

---

<sup>9</sup> Essa é apenas uma maneira de olhar, uma escala a partir da qual se compreende a cidade. O mesmo autor discute no texto citado a relatividade (não se trata de identidade única e fixa) e a complexidade que se encontra dentro dessa unidade.

Talvez porque o governo intuisse a importância do nome como moldura de uma rede de significados para a constituição da identidade coletiva. Ao manter o nome, o governo inseria um flagrante elemento de continuidade que, possivelmente, servia ao propósito de amenizar o trauma da mudança.

O nome de São Rafael já havia sido instituído desde meados do século XIX para designar o antigo povoado de Caiçara – embora só tenha se imposto efetivamente no uso dos seus moradores a partir do início do século XX (COSTA, 2010, p. 45). Apesar de não se saber a razão pela qual a localidade fora rebatizada pelo frei capuchinho Serafim de Catânea com o nome de São Rafael,<sup>10</sup> pelos idos de 1850, o fato é que, na segunda metade do século XX, quando aconteceu a inundação da antiga cidade e o deslocamento de sua população para a nova São Rafael, o nome do município já havia se estabelecido na identidade e na memória coletiva de seus moradores. A própria manutenção do nome São Rafael, quando da emancipação do município, em 1948, é relevadora dessa identidade – aliás, a luta pela emancipação se deu exatamente em torno dela.<sup>11</sup>

Outro componente da identidade urbana é a sua delimitação espacial, conforme a definição de Arrais. Essa, em São Rafael, foi claramente comprometida com a inundação. A cidade foi deslocada. Em princípio, não há o que se considerar a respeito. No entanto, após o deslocamento, a comunidade permaneceu no interior das fronteiras do município, e esse é um dado que merece alguma consideração. Os rafaélenses continuaram vivendo em seu município e, portanto, não preservaram apenas o nome, como também o território. O núcleo urbano sofreu uma modificação profunda de sua estrutura física, como veremos adiante, mas acabou sendo deslocado dentro do território do próprio município. O sentido de contiguidade pautou o processo: a nova cidade ficava a cerca de apenas quatro quilômetros da antiga. Os territórios fronteiriços dispunham de condições para abrigar uma nova localidade e receber novos moradores: Açú, Ipanguaçú, Santana do

---

<sup>10</sup> Uma possibilidade que imediatamente ocorre é da relação com o padroeiro. No entanto, a localidade, quando da visita do frei, ainda não tinha igreja e, conseqüentemente, padroeiro. Posteriormente, quando a localização da construção da igreja foi definida pelo padre Ibiapina, em visita realizada no ano de 1862, a padroeira passou a ser Nossa Senhora da Conceição (COSTA, 2010, p. 46).

<sup>11</sup> Sobre as tensões em torno da emancipação de São Rafael, que pertencia ao município de Santana do Matos, ver: COSTA, Rafael Arcanjo da. **São Rafael: a história da cidade que o progresso naufragou**. Gráfica São Expedito: Jucurutu/RN. pp. 69-72.



Matos (de quem São Rafael fora distrito). Por que não construir a nova cidade em qualquer um desses municípios? Tal solução certamente representaria a extinção do município de São Rafael. Essa é, portanto, mais uma indicação da tentativa do Estado de comunicar um sentido de continuidade da identidade rafaélense.



Imagem 2: delimitação territorial de São Rafael  
Fonte: Googlemaps

Uma unidade com um poder que a dirige, definiu o historiador da cidade. Em São Rafael, o aparelho administrativo também se manteve, a composição da prefeitura e da Câmara dos Vereadores não foi alterada. Em 1982, houve eleições, e no ano seguinte, os candidatos eleitos tomaram posse e governaram a antiga cidade por poucos meses. Logo depois, seguiram governantes, mas na nova cidade. Mais um flagrante da continuidade entre a antiga e a nova São Rafael.

Há, ainda, um “sentimento de coletividade que reúne os seus moradores”. É possível que houvesse uma solução mais prática para o destino dos moradores desapropriados, como, por exemplo, a sua distribuição pulverizada por municípios próximos. Não haveria o dispêndio com a construção de uma nova cidade (prédios administrativos, prédios comerciais, praças etc.), senão de, no máximo, alguns conjuntos habitacionais. Isso, no entanto, aniquilaria completamente o sentimento de coletividade, já fragilizado no processo de desenraizamento. Todos os moradores do antigo núcleo

urbano que não optaram pela indenização por sua propriedade receberam uma casa na nova cidade, medida que, ainda que minimamente, preservou esse sentimento de coletividade que caracteriza a vida comunitária de qualquer núcleo urbano. O templo da igreja católica, vértice simbólico dessa rede de familiaridade, foi replicada na nova São Rafael: testemunha física da importância da fé na configuração espacial e na construção do sentimento de coletividade.

Por fim, se procurarmos pela história do município, seremos de pronto remetidos à data de 23 de dezembro de 1948, quando ocorreu a emancipação político-administrativa da localidade até então pertencente ao município de Santana do Matos, por meio da lei estadual nº 146, sancionada pelo então governador José Augusto Varela. Por ocasião da inauguração da nova São Rafael, não houve uma nova lei organizando uma nova cidade. Portanto, a rigor, e a partir de um ponto de vista oficial, não poderíamos falar no surgimento de outra cidade, senão de um novo aparelhamento urbano para a acomodação da mesma cidade de sempre.

Enfeixados, os elementos acima comunicam uma narrativa de prolongamento da história do município de São Rafael. Embora percebamos na fala das pessoas um profundo sentimento de perda, e, portanto, de ruptura profunda em sua dinâmica de vida, o discurso que procurou suavizar o trauma da construção da barragem reverberou. Abre-se, hoje, o site da prefeitura de São Rafael, por exemplo, e lê-se, na janela “perfil da cidade”, uma pequena referência ao evento de que trata o presente artigo: “No início da década de 80 com a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, toda a população urbana e rural tiveram *[sic]* que mudar para a nova sede do município onde residem até os dias de hoje”.<sup>12</sup> Apenas isso. A fissura que a chegada da barragem provocou na dinâmica de vida do município não é senão uma pequena ranhura, segundo o texto da prefeitura. É evidente que o objetivo do site não é o de problematizar o evento e o texto destina-se apenas à apresentação sumária do município aos interessados. Mas, apresentada dessa forma, a cidade de hoje parece ser a mesma de ontem – evidência de que a ideia de continuidade teve seus desdobramentos.

---

<sup>12</sup> <http://saorafael.rn.gov.br/perfil-da-cidade/>. Acesso em 13 de junho de 2016.

Até aqui, discorreu-se sobre alguns dos aspectos que compõem a cidade. Mas de que mais é feita uma cidade? Em 2005, Laurent Vidal publicou um livro intitulado “O Mazagão”,<sup>13</sup> no qual ele estuda o deslocamento da cidade cujo nome empresta ao livro o seu título, que foi deslocada da África (Marrocos) para a Europa (Lisboa) e da Europa para a América do Sul (Amazônia). Embora esse tenha sido um processo cheio de eventos que o tornam mais complexo do que o de São Rafael (o traslado é mais extenso, passando por três continentes, a espera é maior – alguns moradores passaram dez anos nesse processo – e o deslocamento é mais difícil), as questões de fundo que direcionam a investigação de Vidal são absolutamente pertinentes e cabem inteiramente na reflexão sobre o deslocamento dos rafaélenses. Sobretudo um questionamento que ele coloca na introdução e que procura responder por meio de uma pesquisa densa: “e o que é que se desloca: os homens, os tijolos, as pedras, as formas, o imaginário?” (VIDAL, 2008, p. 10). Ele menciona um espírito da cidade, que excede, obviamente, o aspecto político-administrativo e material. A pergunta se impõe é: esse espírito ou *ethos* da cidade acompanhou os moradores de São Rafael na nova experiência espacial? É preciso dar voz às pessoas. Nesse caso, são os moradores as legítimas fontes dessa pesquisa.

A despeito do esforço do Estado no sentido de amenizar o processo, o fato é que as pessoas permaneceram com um sentimento muito forte de perda e muitos resistiram a sair da antiga cidade. Alguns foram expulsos pelas águas e saíram no limite do possível. Seu João do Sindicato, entrevistado direto, foi um desses: saiu para trabalhar pela manhã, na agricultura, e quando voltou, à tarde, encontrou a casa sendo invadida pela água. Teve que sair às pressas. O documentário “águas passadas que movem moinhos”, produzido por alunos do curso de Comunicação Social da UERN, registra muitas pessoas expondo a mais profunda indignação diante daquilo que consideravam um verdadeiro gesto de violência: a expulsão de sua cidade, o seu desenraizamento. O documentário dá testemunho de uma resistência afetiva comovente (RODRIGUES; OLIVEIRA; DANTAS, 2012). Recentemente, o professor Francisco das Chagas realizou uma série de entrevistas para sua pesquisa de doutorado que foram depois publicadas no livro “Escafandristas do tempo”. Vejamos alguns trechos que ilustram essa ruptura:

---

<sup>13</sup> O livro foi publicado originalmente na França, em 2005. No Brasil, a primeira publicação é de 2008.

Me lembro da mudança como se fosse hoje. Só se via muita tristeza, você via choro. Toda hora que saísse na rua, você se encontrava com gente chorando. Foi a maior tristeza que eu já vi na minha vida! Quando disseram: “hoje é dia da mudança”, que os caminhões desceram (...) já foi a tristeza. A maioria do povo vivia em desespero (...) Teve gente que morreu, gente que foi embora daqui e nunca mais voltou. Foi muito triste! (SOUZA, 2014, p. 60-61)

(...) Aquelas pessoas mais velhas que tinham nascido e se criado ali, teve delas que chegou até à morte devido isso, a mudança. Porque foi assim, ninguém ficou perto do vizinho que morava, houve uma mudança total. Eles diziam: “não, lá vai ser a mesma coisa, os mesmos vizinhos”, só que não foi. Então eu, pelo menos no início, ainda hoje, São Rafael pra mim não é como eu cheguei, sinceramente (...) Era o caminhão saindo com a gente e a mudança e o trator já estava ali, só era destruir. A gente ficava muito triste, é por isso que teve pessoas que foram a óbito, que não resistiram (SOUZA, 2014, p. 69, 70)

Por que essa resistência em deixar a antiga cidade? Era apenas o medo do novo, ou possuíam uma autêntica vinculação com o espaço que identificavam como seu e rejeitavam, por conseguinte, o espaço indiferenciado, novo em todos sentidos, no qual haveriam de reconstruir suas vidas? Além disso, depois de chegarem à nova cidade, como foi o processo de reconstrução da rotina? Como eles percebiam a nova cidade? Consideravam que o que morreu da antiga cidade foi apenas a materialidade e que iriam dar continuidade às suas vidas em outro local, ou pensavam a nova São Rafael concretamente como outra coisa absolutamente diversa? Os relatos acima nos apontam uma ruptura. A maior parte dos entrevistados com os quais tivemos contato revelam esse mesmo sentimento de perda afetiva de que os trechos acima dão testemunho. A compreensão da experiência como ruptura está patente e se mistura ao sentimento de saudade, a uma construção imagética da experiência espacial da antiga cidade como algo idílico, bom, harmonioso, como na experiência de dona Cesarina:

Eu nasci e me criei lá [na antiga São Rafael], nunca saí de lá pra canto nenhum. Só pra vim pra aqui. Pra mim foi muito difícil [a mudança para a nova cidade], que eu passei fome e passei sede, e lá ninguém nunca passou fome nem passou sede. Porque lá tinha o rio Piranhas. Aí, quando eu não tinha as coisas eu lavava roupa de ganho. Quando eu terminava de ensaboar a minha roupa, ia arrancar batata e apanhar feijão mais um rapaz de Mané Viado, e aí ele me dava o feijão e me dava a batata.

Passava outro, eu pedia pra que ele desse o peixe que ele pescava, ele me dava. Nunca passei fome, nunca passei sede. E aqui, já passei fome e passei sede. Desde que eu cheguei aqui, foi um sofrimento.<sup>14</sup>

A vida na nova cidade se revelou, afinal, muito difícil, diversa daquela prosperidade que o governo prometia instaurar a partir do Projeto Baixo Açu. A vocação agrícola da cidade foi inviabilizada pela infertilidade do solo da nova cidade, que contrastava absolutamente com a terra fértil da várzea. Um novo ofício precisou ser aprendido: a pesca. Na antiga cidade a pesca era mais uma atividade recreativa do que ofício. Foi preciso ao rafaense aprender não apenas a pescar, mas a se tornar pescador. Perguntada sobre a diferença entre as duas cidades, uma moradora respondeu:

É outra cidade. É outro modo de vida, né? [a vida] Mudou. Porque lá a gente vivia de quê? De agricultura, tinha o rio, esse rio [em] que foi construída essa barragem, ele era, como se diz? Caldeloso, nunca secava, esse rio. Lá se plantava vazante, nesse rio se pescava, se plantava vazante, e a gente vivia assim, de agricultura, muitas coisas, né? (...) Aí quando a gente veio pra cá é como estou dizendo, tudo mudou. Aí quando a gente veio pra cá o meu marido já tinha deixado de trabalhar em agricultura. Ele já trabalhava nas firma, como ele trabalhou na construção daqui da cidade (...) Aí ele trabalhou nessas firma, aí a gente ficou nas casinhas da gente, as firma arribou, foi embora, ele ficou desempregado, então a barragem encheu e a gente foi viver da pesca.<sup>15</sup>

Apesar de se encontrar, na maior parte das falas, uma invocação saudosista da vida na antiga cidade, há também aqueles que absorveram o discurso do novo, que compraram a ideia de uma cidade moderna. Mas mesmo nesses casos, percebe-se com muita clareza a noção de ruptura, de uma experiência completamente diversa daquela vivida na Rua Velha (como os moradores chamam a Antiga São Rafael). Nesse caso, uma experiência melhor. Afinal, o Estado também procurou atenuar o trauma através de um discurso de descontinuidade que apostava no novo como mecanismo de justa compensação pelas perdas, e alguns foram embalados por essa perspectiva. Um panfleto que circulou no período anterior à construção da barragem revela a ideia de novo, de moderno, sendo

---

<sup>14</sup> Entrevista direta com moradora de São Rafael.

<sup>15</sup> Entrevista direta com moradora de São Rafael.

agenciada pelo governo no sentido de convencer a população local dos benefícios do Projeto Baixo Açú:

Sim, a cidade de São Rafael e sua igreja vão ficar na saudade. Submersa num ponto qualquer dos 40.000ha que o rio vai cobrir. Em troca, melhoria de vida, vida nova. Uma nova São Rafael será totalmente construída pelo DNOCS, dentro dos mais rigorosos critérios de conforto e urbanismo. (VARGAS, 1987, p. 151)

A mesma moradora que forneceu a entrevista imediatamente anterior, deu também um depoimento que, embora identifique a cidade nova como um lugar melhor, também denuncia a descontinuidade que a construção da nova cidade representou na sua experiência particular. Perguntada se foi difícil a mudança, ela respondeu:

Não. Num foi muito difícil não, porque logo uma coisa alegrava a gente, né?, porque nossas casinhas lá era muito humilde, casinhas de barro. Aí quando a gente veio pra aqui, aí foi construída a cidade nova, tudo casa nova, tudo novinho. A gente tinha muito desejo de vir morar aqui, porque era as casas nova, né?

A cidade construída “dentro dos mais rigorosos critérios de conforto e urbanismo” gerou boa expectativa para a entrevistada. A saída de uma casa humilde, de barro, para uma casa de alvenaria, representava uma melhoria no seu padrão de vida – ainda que a casa recebida fosse pequena (chamadas R1, as casas mais simples construídas na nova cidade dispunham de apenas 46 m<sup>2</sup> de área construída). Essa mudança da estrutura física da cidade, incluindo-se as suas casas, é fundamental para a compreensão do sentido de ruptura causado pelo deslocamento e pela construção da nova cidade. Embora a cidade não seja composta somente de sua materialidade, é a estrutura física que efetivamente dá suporte às experiências, às elaborações simbólicas e à fruição da cidade. A modificação da estrutura física, da geografia urbana, da localização e do padrão dos prédios, das praças e das casas, do mapa da cidade; a interferência sobre o espaço, na sua dimensão mais primária e tangível, enfim, implica numa fatal modificação da percepção e da fruição da cidade pelos seus moradores. É impossível modificar a estrutura urbana sem interferir nas projeções simbólicas e nos usos que dela se faz.





Imagem 3: centro da antiga São Rafael  
Fonte: Facebook Richardson Rodrigo Cortez

A nova cidade foi construída de acordo com os padrões de um conjunto habitacional. Foram entregues 454 imóveis do tipo R1, conjugados dois a dois, com 46 metros quadrados de área construída em um terreno de 300 m<sup>2</sup> (7,5m x 40m); 331 do tipo R2, isolados, com 54m<sup>2</sup> de área construída, em terreno de 400m<sup>2</sup> (10m x 40m); 31 imóveis do tipo R3, isolados, com área construída de 68m<sup>2</sup>, em terreno de 400m<sup>2</sup> (10m x 40m); 17 casas especiais, com áreas construídas variáveis, em terrenos de 600m<sup>2</sup> (15m x 40m). Foram entregues, ainda, 74 prédios comerciais e industriais e 13 institucionais, além de um para terreno para o Banco Nacional e outro para o Banco do Brasil (ambos de 10m x 40m).<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> DNOCS. Oitava reunião da comissão de acompanhamento do Projeto Baixo Açú. Açú-RN, 1983.





Imagem 4: residências do tipo R1  
Fonte: DNOCS

A cidade foi inaugurada em 1983: asfaltada, as ruas tendendo ao xadrez, saneada, com abastecimento de água e energia elétrica, as casas todas se repetindo na forma e na brancura de suas fachadas. Ali, pelos menos duas temporalidades se cruzaram naquela morfologia urbana: uma cidade moderna, pensada para um uso racional, mas entregue a uma população cuja experiência pertencia a uma temporalidade diversa. As casas, feitas com fio de prumo, cimento, ferro e matemática, foram pensadas pelos engenheiros apenas como construção, como ciência. Foram, portanto, produzidas em série e erguidas para serem funcionais. Nada foi perguntado aos seus futuros moradores, que, no entanto, não foram produzidos em série. Eram individualidades que pouco entendiam de ciência, mas como todo ser-humano, sentiam o espaço. Por isso chegaram fazendo um puxado atrás da cozinha: a cozinheira não podia sofrer no quintal (onde ficava o forno à lenha)

com o sol calcinante do semiárido (não usavam fogão, mas forno à lenha, e a casa havia sido planejada para o uso do gás de cozinha, que os mais pobres não tinham condições de pagar) (VARGAS, 1987, p. 130); realizando reformas, na intenção de dar uma feição individualizada à residência pessoal, tal como seu Gregório: “isso aqui era um buraco mais feio do mundo. O acidente maior do mundo. Eu recebi, mas porque era solta... não era pegada com ninguém. Eu fiz essa casa e ajeitei” (CARVALHO, 1999, p. 48); cultivando suas plantas no quintal da casa, transformado em pomar. A pesquisadora Nazira Abib Vargas, num livro publicado em 1987, dá testemunho dessa modificação do espaço entregue pelo DNOCS por meio da pequena plantação:

A cidade de São Rafael é, hoje, à primeira vista, uma cidade alegre, bonita. É que na total perda de suas estratégias por sobreviver, essa gente, no terreno anexo às casas, plantou todos os produtos possíveis de se ter naquela faixa de chão. Os quintais da nova cidade se viram, assim, decorrido certo tempo, transformados em pequenos roçados e pomares, de onde se retira uma pequena colheita para sobreviver (VARGAS, 1987, p. 130).

A nova São Rafael, da maneira como fora produzida, não servia inteiramente aos interesses dos rafaélenses. Desse modo, mecanismos de estriamento daquele espaço liso e indiferenciado foram logo desenvolvidos para que a nova vida se tornasse mais familiar e suportável.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Sobre os conceitos de espaço liso e estriado, ver: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O liso e o estriado. In.: \_\_\_\_\_. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997, p. 179-214.



Imagem 5: planta da nova São Rafael

Fonte: panoramio.com

## CONCLUSÃO

A resposta à pergunta que dá ocasião às reflexões desse artigo não pode ser simplória. A realidade é por demais complexa para comportar um simples “sim” ou “não”. O que as considerações aqui apresentadas a respeito do evento de deslocamento da população urbana de São Rafael para uma nova cidade nos indicam é que, a um só tempo, elementos de ruptura e de permanência se cruzavam na experiência analisada, numa tensão dinâmica cujo resultado talvez ainda esteja em construção. Afinal, são pouco mais de trinta anos decorridos desde a mudança até hoje, tempo historicamente reduzido para que se possa fazer uma síntese conclusiva do processo. No entanto, é o processo mesmo que nos interessa: a tensão, por um lado, entre o discurso oficial de continuidade e a narrativa dos atores sociais que evidenciam o trauma e a ruptura; e, por outro, entre o discurso oficial de descontinuidade, de uma vida nova e melhor, e as estratégias dos indivíduos de mobilização de antigos recursos, numa denúncia silenciosa de que o novo, pensado por técnicos como o melhor, não era entendido como melhor pelas pessoas que

tiveram de tocar suas vidas, que estavam ajustadas a uma dada experiência espacial, a da antiga São Rafael, em outra realidade completamente nova e sem significado para elas.

Em função da cidade ser relativamente nova e o processo aqui analisado ainda se encontrar em andamento, não se estabeleceu um recorte temporal preciso no subtítulo do texto. Embora o artigo tenha se detido sobre o ano de 1983, quando aconteceu o deslocamento, a antiga cidade persiste na memória coletiva, numa evocação que remonta a uma temporalidade imprecisa, impossível de ser definida. E essa evocação continua sendo realizada ainda hoje, de tal maneira que se torna difícil definir os limites temporais desse processo, sempre revivido. Uma das entrevistadas chegou a confidenciar a esperança de que, um dia, a barragem irá secar e São Rafael voltará a ser feliz naquela antiga espacialidade carregada de múltiplos significados. Prova de que essa tensão ainda sobrevive.

## **REFERÊNCIAS**

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. As identidades da cidade. In.: VIANA, Hélder do Nascimento; ROCHA, Raimundo Nonato A.; ARRAIS, Raimundo Pereira de A. (Orgs.). **Cidade e diversidade: itinerários para a produção de materiais didáticos em História**. Natal: EDUFRN, 2012.

CARVALHO, Jô (coord.). **São Rafael: memória de uma cidade submersa**. Natal: EDUFRN, 1999.

COSTA, Djalmir Arcanjo da. **São Rafael: a história da cidade que o progresso naufragou**. Jucurutu/RN: Gráfica S. Expedito, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O liso e o estriado. In.: \_\_\_\_\_. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997, p. 179-214.

**DNOCS**. Oitava reunião da comissão de acompanhamento do Projeto Baixo Açu. Açu-RN, 1983.

FERNANDES, Ana Amélia. **Autoritarismo e resistência no Baixo-Açu**. Natal: CCHLA/UFRN, 1992.

GOMES DA SILVA, Aldenor. **O domínio do processo de trabalho na agricultura irrigada do Nordeste: a persistência da parceria**. Campinas: UNICAMP, 1992. Tese (doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.

RODRIGUES, André Araújo; OLIVEIRA, Aurelina Alves de; DANTAS, Maria da Conceição Guilherme. **São Rafael: águas passadas que movem moinhos**. Mossoró, UERN, 2012. Vídeo documentário produzido como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Comunicação, com habilitação em Radialismo. Departamento de Comunicação Social, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2012.

SOUZA, Francisco das Chagas. **Escafandristas do tempo: memórias e histórias de vida em São Rafael-RN**. Natal, RN: EDUFRN, 2014.

VARGAS, Nazira Abib. **Beiradeiros do Baixo-Açu: canto e lamento de Rafael Arcanjo da Costa**. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1987.

VIDAL, Laurent. **Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico**. São Paulo: Martins, 2008.

## **LINHAS QUE DESENHAM A CIDADE: A IMPLANTAÇÃO DA MODERNIDADE NO CENÁRIO URBANO DE MOSSORÓ (1908-1928)**

Ionara Rafaela Costa de Oliveira<sup>18</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Nas primeiras décadas do século XX as cidades brasileiras tiveram seu perímetro urbano remodelado, tais modificações podem ser pensadas no tocante a estrutura física das cidades, mas também nos comportamentos e hábitos dos cidadãos que vivenciaram um período de conflito entre as permanências e as mudanças emergentes do ideário da Modernidade. A cidade de Mossoró nas primeiras décadas do século XX encontrava-se em volta de um conflito entre novo e antigo no seu cenário urbano, as mudanças estruturais projetadas pelos grupos dirigentes na cidade contrastavam com as permanências indesejadas que se faziam presentes nos costumes e hábitos da sua população, ainda sendo acrescentável a escassez investimento financeiro para realização de obras consideradas essenciais aos planos deste grupo dirigente.

Na passagem do século XIX para o século XX o cotidiano e o formato urbano das cidades tiveram a inserção de novos saberes, equipamentos e hábitos, que se faz interessante pensar a cidade como palco do ideário da Modernidade, e como sobre esta égide um novo cenário urbano que se formatava, onde tais conjunturas deste período como a industrialização, as relações econômicas emergentes do capitalismo e a ciência se expandiu aos locais mais remotos. As remodelações do traçado urbano e o equipamento da cidade com os trens, bondes, iluminação elétrica estavam presentes nas cidades que pretendiam ser civilizadas, logo, modelos de cidade moderna foram propagadas.

Em Mossoró as remodelações urbanas, apesar de pontuais, foram significativas para o formato urbano da cidade, mesmo que o meio urbano de Mossoró ainda fosse pequeno, a aquisição de elementos que representam o moderno, as promulgações de leis que regulamentavam o perímetro urbano, o alinhamento das ruas e a construção de

---

<sup>18</sup> Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) no ano de 2014. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: ionara\_r\_costa@hotmail.com.

edificações estabeleciam ou pretendiam estabelecer diretriz para o espaço urbano da cidade de Mossoró, e ainda servia de legitimação a projeção de cidade ideal dos grupos mais abastados da sociedade mossoroense.

No que se refere ao corpus documental serão utilizados fontes administrativas da Intendência Municipal de Mossoró, como as Atas da Intendência Municipal, Relatórios dos Intendentes, Resoluções Municipais e código de Posturas, além, da análise de Jornal “O Mossoroense”, buscando observar como os membros de agrupamentos mais abastados de Mossoró formularam suas apropriações sobre o ideário da Modernidade, e considerando que a ação e interpretação desses grupos sobre o que seria a Modernidade estão associados as determinações fundamentais do grupo que projetam as práticas constituintes desta interpretação (CHARTIER, 1990, p. 27 ). Os agrupamentos mais abastados da cidade de Mossoró tinham lugares sociais heterogêneos, formado por médicos, engenheiros, comerciantes, latifundiários, políticos, tais sujeitos assimilaram a Modernidade à suas condicionantes sociais, portanto, quando se edita uma lei que regulamenta a construção de prédios, casas, ruas e comportamentos em via pública, se está pondo em prática ideias e formas de ver os saberes condizentes do ideário da Modernidade.

Por entre as projeções de traços de um núcleo urbano racionalizado sobre a égide da Modernidade, na mesma proporção eram encontrados desalinhamentos provocados pelas burlas cotidianas dos habitantes de Mossoró, assim, tecendo-se conflitos no cenário urbano de Mossoró. O objetivo deste trabalho é observar o conflito entre as mudanças e as permanências no cenário urbano da cidade de Mossoró nas primeiras décadas do século XX, e como as remodelações no perímetro urbano da cidade foram projetadas pelos os grupos mais abastados da sociedade, os quais buscavam legitimar suas perspectivas de cidade moderna, mas tinham que lidar com o “atraso” e a inadequação da estrutura física da cidade e dos costumes da população mossoroense.

## **MOSSORÓ COMO A CIDADE IDEAL**

Analisando Mossoró como uma cidade pela definição do seu aparelhamento diferenciado e privilegiado de sediar autoridade, não sendo definida por seu tamanho ou



aglomeração demográfica, mas pelo contraste entre grupos que exercem domínio sobre os demais grupos a estes submetidos (PEREIRA, 2001, p. 268), busca-se desvincular o sentido de cidade como coisificação, personificação e redução, logo, perscrutar as sociabilidades e as relações de poder, econômicas e sociais estabelecidas na cidade. Mossoró, apesar de que se possa fazer ponderações quanto ao seu poderio econômico e populacional<sup>19</sup>, tinha o núcleo urbano crescente nas primeiras décadas do século XX, composto por grupos de comerciantes e políticos que ansiavam pelo progresso da cidade, que buscavam legitimar através de leis, códigos e resoluções uma cenário urbano condizente com o ideário da modernidade. Almejando construir a cidade ideal no encontro da projeção da “cidade que se tem” sobre a “cidade que se quer ter” (PESAVENTO, 2015, p. 379).

Os grupos dirigentes partiram de suas apropriações do seria a “cidade ideal” e estabeleceram planos para gerir suas ações, as estratégias traçadas para racionalização do espaço urbano de Mossoró pelos grupos dirigentes da cidade se ancoravam em leis em limitavam a ação da população quanto a edificação de suas casas, comércios, ocupação de novos espaços, e compartimentavam o perímetro urbano em zonas para que ter maior controle sobre estes espaço urbano que estava por se formatar.

O perímetro urbano de Mossoró em 1908 foi dividido em área urbana e área suburbana<sup>20</sup>, na análise do código de posturas do Município percebe-se que existia uma preocupação maior na legislação da lei em formatar o espaço na zona urbana, na feita da lei observa-se maior quantidade de restrições quanto a edificar, conservar, higienizar os bairros da zona urbana. Ainda, menciona-se que era reservando às edificações antigas e os sítios ficarem em setores da zona urbana afastadas do centro da cidade, exemplo disso era a obrigatoriedade de construção de choupanas somente no bairro do Canto. Pode se observar nos artigos 21º e 22º do Código de Posturas:

---

<sup>19</sup> De acordo com o livro “Ruas, caminhos da saudade” de Raimundo Nonato, a população mossoroense em 1917 era de 16.000 pessoas, sendo que 13.000 estavam concentrados na cidade e o restante da população espalhada pela zona rural.

<sup>20</sup> Na zona urbana ficava o bairro da Cidade, do Canto, do Matadouro e do Campo Santo; a suburbana era composta pelos bairros dos Macacos, do Sacco, do Pinto e do Marcolino. Ver em: Código de posturas do Município de Mossoró em 1908. ESAM/FGD, 1991. Série B, nº 844. p. 2 e 3.

Art. 21- Na area urbana só é permitida a construcção de Choupanas no bairro do Canto.

Art. 22- Fica expressamente prohibido o concerto ou reconstrucção de choupana e respectivos quintaes nos Bairros da Cidade, Matadouro e Campo Santo, a contar de 1 de Janei de 1910, o concerto e reconstrucção dos cercados de madeira, arame e quintaes de madeira e curraes existentes no bairro da Cidade, Matadouro e Campo Santo.<sup>21</sup>

Dentro da zona urbana era perceptível a distinção entre os bairros, sendo que o bairro da Cidade concentrava a maior parte das restrições e recomendações:

Art. 79º- É prohibido no bairro da Cidade:

§ 1º- Ter salgadeiras, cortume ou outra qualquer fabrica que poss prejudicar a saúde publica.

§2º- Ter paiol de sal, podendo todavia nas quintadas e botequins conservar o necessário dentro de caxões para a venda retalho. A intendência designará logares onde se possa ter próximo a Cidade taes paios.

§ 3º- Ter cloacas imundas e mouturo dentro dos quintaes

§ 4º - Lançar nas ruas, praças e fundos dos quintaes animaes mortos, matérias fecaes, lixos e qualquer imundice.

Art. 80º- É prohibido expressamente a creação de porcos no bairro da Cidade

[...]

Art. 81º- É permitida a creação de porcos nos bairros do Canto, Matadouro e Campo Santo, somente em pocilgas e quintaes.<sup>22</sup>

O bairro da Cidade constituía o centro da cidade de Mossoró, onde se deveria ter cuidado em manter as ruas limpas, as casas vistosas, e hábitos civilizados e higiênicos, como se representasse a “cidade ideal” dos grupos dirigentes, assim, renegando aos outros bairros da área urbana e suburbana práticas indesejadas, como a criação de porcos que poderia trazer imundices e tornar o local pouco agradável a vista do cidadão de bem, por isso tais práticas eram deslocados para lugares distantes do centro. Essa distinção entre os bairros projetava a imagem de duas cidades diferentes, uma cidade que era moderna, vistosa e limpa, e a outra era símbolo do antigo em que se podiam ter choupanas, currais e pocilgas.

---

<sup>21</sup> Código de posturas do Município de Mossoró em 1908. ESAM/FGD, 1991. Série B, nº 844. p. 6.

<sup>22</sup> Ibid. p. 17 e 18.

O entendimento de “cidade ideal” também perpassa o entendimento do que seria uma “cidade moderna”, ao ponto que esta racionalização do espaço urbano estava ligada aos saberes emergentes da Modernidade. Para discussão de Mossoró como uma cidade moderna é necessário compreender a noção de “cidade moderna”, assim, lançou-se mão no trabalho do historiador Gervácio Aranha<sup>23</sup> que discuti a significação do que foi a cidade moderna e como este sentido pode ser expresso ou aproximado na experiência urbana das cidades do Norte, o que hoje é a região Nordeste. Aranha aponta as perspectivas da atribuição da conceituação de “cidade moderna” para as cidades do norte e os limites quanto à sensibilidade produzidas no cotidiano dos habitantes das cidades nortistas, não podendo tomar como referências diretas os grandes centros urbanos como Paris e Londres com seu rush cotidiano nas ruas e sua estrutura física. Segundo o pensamento de Aranha, a percepção da vida moderna no espaço regional do Norte, pode ser observada da seguinte maneira:

Trata-se de considerar que a idéia de modernidade, no espaço regional em apreço se configura menos por cenários urbanos marcados pela agitação frenética no cotidiano das ruas com seu ‘rush’ característico, e mais por uma ou outra novidade vinda do estrangeiro, seja as que se relacionam aos transportes e comunicações, seja aquelas relacionadas aos equipamentos do ‘conforto’, não esquecendo das que remetem à vida elegante e/ou entretenimento. Cidade que se quer ‘civilizada’ ou que estaria a ‘civilizar-se’ deveria contar ao menos com uma dessas novidades. (ARANHA, 2001, p. 254-255)

No tocante ao estudo destas remodelações urbanas e do cotidiano de seus habitantes da cidade de Mossoró a noção de “cidade moderna” é bastante relevante, pois não se deve ter como referência direta as grandes metrópoles europeias ou outras cidades de maior expressão no Brasil, as modificações que emergem das remodelações urbanas em Mossoró são de um âmbito mais regional e restrito. No que diz respeito a pensar Mossoró e outras as cidades de menor expressão econômica e populacional no contexto das remodelações e a projeção de uma “cidade moderna” é recomendado que se leve em

---

<sup>23</sup> Ver em: ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP, 2001.

consideração as visões de Modernidade chegaram de maneiras diferentes a alguns lugares marcados por singularidades próprias, as cidades do Norte ou cidades de menor poder aquisitivo se apropriaram da sua perspectiva de cidade moderna diferentemente dos grandes centros urbanos. Essas visões de Modernidade que foram apropriadas por alguns grupos muitas às vezes era aquisição de modernização, que buscaram a representação do viver moderno a partir da aquisição de novos elementos como o trem, a energia elétrica, o automóvel entre outras coisas, no desejo que estas aquisições possibilitariam novas cotidianidades na população mossoroense.

O desejo dos grupos mais abastados da sociedade mossoroense em demonstrar estarem alinhados as perspectivas modernas, também poderia ser visto como algo que era de interesse próprio. Algumas melhorias como a reforma do mercado público foram financiadas por empréstimos feitos aos intendentess<sup>24</sup>, um mercado publico aseado e condizente com as normas da arquitetura moderna tornava-se importante como espaço de sociabilização do viver moderno, mas, da mesma forma beneficiaria os comerciantes da cidade que em sua maioria ocupavam um lugar de intendentess na Câmara Municipal.

No relatório apresentando por Francisco Vicente Cunha da Mota, intendente de Mossoró, no ano de 1917, ao apresentar o que foi feito a na sua gestão<sup>25</sup> aos outros intendentess, relata que foi enviado 20 contos de reis, pela prefeitura do Rio de Janeiro e Porto Alegre, para pagar os flagelados por serviços realizados na cidade, de saneamento, de aterramento de ruas e praças, e canalização de águas. Como também foi enviado 20 contos de reis pelo governo Federal, e depois mais 15 contos, sendo este dinheiro distribuído pelos flagelados, e ainda tendo ficado como ônus para o cofre do município, para pagar o frete de mercadorias e dos telegramas que pediam a ajuda do Governo Federal.<sup>26</sup> Ao continuar o relatório Mota fala sobre as dificuldades financeiras encontradas no sua administração, do dinheiro que foi gastos em melhoramentos para a cidade, gastos e perca com seca, no final de sua fala agradece aos comerciantes da cidade pelos

---

<sup>24</sup> ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ (1905-1918). IN: ROSADO, Vingt-un (ORG). Boletim Bibliográfico- Ano III, Nº 39, Mossoró- RN: Coleção Mossoroense, 1957. Ata da Camara Municipal do dia 09-01-1908.

<sup>25</sup> O triênio de 1914- 1916.

<sup>26</sup> FILGUEIRA Filho, Antonio. et alii, **Relatórios, leis e resoluções da intendência municipal de Mossoró 1905-1916**. 2ª Ed. Mossoró: ESAM/FGD, 1980. p.205

empréstimos a título de adiantamento de impostos<sup>27</sup>. Percebe-se que o sustento dessas melhorias urbanas vinha parte também de comerciantes locais, sendo a maioria dos intendentos eram comerciantes, como o próprio Mota, que era dono da firma Vicente de Mota & C.

Em 19 de março de 1915 houve a inauguração da estrada de ferro Mossoró-Porto Franco, que ligava a cidade de Mossoró a Porto Franco<sup>28</sup>, um trecho de 38 quilômetros, considerado de pequeno porte, mas que nutria o sonho mossoroense de entrar para o mundo do progresso, pois o trem representava avanço na comunicação via terrestre de Mossoró com outros centros comerciais, assim favorecendo a economia da cidade, mas também o trem mexia com o imaginário das pessoas, agora elas poderiam se locomover com mais rapidez, portanto se mudaria a rotina das pessoas, o que antes demoraria dias para se chegar a um local, agora poderia ser feita em menos tempo, mudando a noção de tempo e espaço dos que se utilizavam do trem, e muito mais além da questão da locomoção, sendo o trem sinônimo de progresso, as pessoas poderiam ter hábitos que o progresso oferece, as estações ferroviárias estavam sempre cheias de pessoas que nem sempre esperavam alguém, mas que se dirigiam a estação de trem em busca de um ambiente de socialização, sempre bem vestidas, ostentando bons costumes, ou não, pois na estação também tinha pessoas de diversas camadas sociais, curiosos pela novidade. A chegada da estrada férrea em Mossoró foi dotada de muita importância, ao se notar pela fala do então intendente do município, Francisco Vicente Cunha da Mota:

Fatos notáveis

Em 19 março de 1915, foi inaugurado solenemente o trecho da estrada de ferro de Mossoró, ligando esta cidade Porto Franco. [...]  
[...] Estava realizado assim em pequena parte, o ideal que há mais de um século ocupava a nossa atenção e sobre o qual dispendimos sem vacilações a nossa energia. <sup>29</sup>

O trem como símbolo do progresso torna-se notável para o projeto de cidade moderna que estava sendo gestada pelos grupos mais abastados de Mossoró, embora não

---

<sup>27</sup> Ibid. p. 213

<sup>28</sup> Porto de carga de mercadoria de Mossoró na época, hoje pertencente a cidade de Areia Branca.

<sup>29</sup> FILGUEIRA, Filho Antonio. et alii. Op cit. p. 209. (fac-similar).

sendo uma ferrovia de grande extensão sua construção proporcionou a experiência do viver moderno aos habitantes de Mossoró, e ao mesmo tempo satisfazia os interesses comerciais dos grupos mais abastados da sociedade mossoroense. A importância da estrada de ferro pode ser sinalizada na confecção da planta da cidade de Mossoró no ano de 1928<sup>30</sup>, que se concentrou em estabelecer diretrizes para o crescimento da cidade em torno do caminho percorrido pela estrada de ferro, assim, ampliando o alcance da zona urbana da cidade.

### **MOSSORÓ COMO CIDADE INDESEJADA**

A Mossoró indesejada era aquela que escapava aos planos dos grupos dirigentes de se estar vivenciando uma cidade moderna. Apesar das mudanças urbanas ocorridas na cidade de Mossoró deve ser pensar em continuidades que se tornavam presentes no espaço urbano e no cotidiano dos seus habitantes. Ruas desalinhadas, casebres de madeira, o hábitos da população que eram considerados impróprios de serem praticados na área urbana da cidade continuavam presentes no cotidiano da cidade, os melhoramentos urbanos acrescentam algo novo no espaço urbano da cidade, mas não significam rupturas imediatas. Analisando o parágrafo único do artigo 22º do código de Posturas percebe-se a preocupação com as casas com quintais de madeiras:

§ Único. – Ficam obrigados a substituir, em tempo que será determinado pela Intendencia, por construção de alvenaria, os proprietários das casinhas bem alinhadas, em ruas menos importantes, que tenham quintaes de madeira correspondendo as larguras das casas.<sup>31</sup>

A intervenção da Intendência Municipal nas edificações das casas no perímetro urbano demonstra que este período de reformulação urbana teria que ser feita de forma gradual, as casas ou casebres de madeira continuavam a ser construídas pela população da cidade, por isso, a preocupação em legitimar leis que limitasse a construção desse tipo

---

<sup>30</sup> A planta da cidade de 1928 pode ser encontrada nos anexos de PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. **O processo de Urbanização em Mossoró: dos processos históricos à estrutura atual.** 2006. 135 f. Dissertação de mestrado(Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Forma Urbana e Habitação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

<sup>31</sup> Código de posturas do Município de Mossoró em 1908. ESAM/FGD, 1991. Série B, nº 844. p. 6.

de edificação. Outro fato interessante a ser notado neste paragrafo era o controle sobre a construção dessas casas que se encontravam nas ruas menos importantes da cidade, nas zonas mais afastadas do centro da cidade a fiscalização das edificações tornava-se dificultosa, primeiramente pela distancia do centro que propiciava falhas na fiscalização das construções, como ainda, pela quantidade de novas aglomerações urbanas que surgiam nesses locais mais longínquos.

O centro da cidade era local onde se respirava os ares da cidade moderna em Mossoró, era o local onde ficavam as ruas alinhadas, as casas luxuosas, os equipamentos de modernização, nesta área deveria ser uma amostra do progresso e civilização da população mossoroense. Mas, em contraponto da “cidade ideal” planejada pelos grupos dirigentes estava à cidade vivenciada pelos habitantes de Mossoró, que se reapropriavam a sua maneira esta projeção de “cidade moderna”.

“Não houve uma voz, única, autorizada, em Mossoró, que se rebellasse contra o acto de energia, de critério e moralizador do cel. Rodolpho Fernandes em mandar fechar o “Cabaret” da Avenida Tavares de Lyra. [...]

Ora, um “Cabaret” funcionando ás escancaras numa das ruas mais centraes de nossa cidade sò pode ser u’a ameaça aos bons costumes de nossa gente, já desviando moços do commercio de algumas horas de estudo, já implantado nos lares quando não serias desavenças, algumas desconfianças, já arrastando á depravação quantas as criaturas incautas e dignas de melhor sorte. E a “importação” de elementos novos que esse estabelecimento attrae!...”<sup>32</sup>

O cabaré era local de depravação, aonde os homens iam para se divertir, beber, jogar baralho e se encontrar com mulheres libertinas, sem moral, que os pervertiam, destruindo a juventude e os lares. As prostitutas, mulheres de vida fácil representavam um perigo para a sociedade, sendo estas um exemplo de má conduta, e que precisava ser normatizados a fim de manter a ordem e a moral da sociedade, dentro deste quadro, portanto, encontra-se a prostituta, aquela que representa uma ameaça à integridade da família e ao cerne da pirâmide social (ALVES, 2009, p. 105). O fato de se ter um cabaré na área central da cidade causava espanto e indignação aos jornalistas do jornal “O

---

<sup>32</sup> Jornal “O Mossoroense”, 14-04- 1927.



Mossoroense”- impresso representava os interesses dos grupos mais abastados da sociedade mossoroense- demonstrando a importância que se era dada a imagem de “cidade ideal” nas partes centrais de Mossoró. No final da citação do jornal percebe-se o teor da ameaça que o cabaré poderia trazer aos planos da “cidade ideal”, quando diz “E a “importação” de elementos novos que esse estabelecimento atrae!”<sup>33</sup>, ou seja, burlas e má adequação da população ao que era pretendido pelos grupos dirigentes para a representação da cidade de Mossoró que progredia.

A projeção do habitante ideal, consumidor da Modernidade e perpetuador da mesma estava presente nos jornais da cidade, como o jornal “Mossoroense” forte promulgador dos os bons costumes dos habitantes de Mossoró, onde se encontrava críticas relacionadas mau comportamento da população, que não possuía posicionamentos condizentes aos costumes civilizatórios de se comportar em sociedade com refinamento, educação, ordeiramente, em ser gentil e em consonância com as novidades da época. Na reportagem “Pelos nossos costumes” se vê bastante isso, reclamações dos modos como a população se comportava diante a um ambiente de sociabilização como o cine Almeida Castro:

#### **Pelos Nossos Costumes**

E’ deveras lastimável o q’ por vezes assistimos no “Almeida Castro” a casa de diversões publicas que possui a nossa Mossoró, centro de reunião das suas mais distintas familias. Em parte alguma se vê nos cinemas, nem mesmo aplausos aos artistas que a tela nos apresenta, [ilegível] mais assuadas, gritarias e outros ditos de suposto chiste. Esses proceder apenas sobressalta os espectadores e dá péssima mostra aos forasteiros, da nossa cultura social [...]

Não queremos atribuir a pratica disto, á nossa *jeunesse dore*, que compreende qual seja o modo de permanecer ante pessoas de respeito. Devemos, porem, procurar impedir que nessas ocasiões gente em que a deficiencia de convívio em sociedade tenha gerado costumes tão maus, repita o que estamos a presenciar constantemente, com flagrante quebra da rigorosa linha de postura que todos somos obrigados a manter.<sup>34</sup>

Na reportagem acima mostra como se quer estabelecer determinados costumes considerados como modernos a sua população, ao reclamar do mau comportamento dos

---

<sup>33</sup> Jornal “O Mossoroense”, 14-04-1927.

<sup>34</sup> Jornal “O Mossoroense”, 28-11-1919.

habitantes em lugares públicos, este utiliza do contraponto para embutir quais seriam os comportamentos ideais para serem realizados pela população, comportamentos que correspondem com os grupos mais abastados da sociedade, condenando ações que não fossem aptas da civilização. Torna-se perceptível quando o jornal relata que se deve impedir que pessoas com comportamentos indesejados atrapalhassem o bom convívio em sociedade, e que contaminem aqueles de bons comportamentos. Para se ter uma boa análise de como se estabelece um cenário urbano ideal, basta observar na passagem “com flagrante quebra da rigorosa linha de postura que todos somos obrigados a manter”<sup>35</sup>, onde deixa claro que está projetada uma linha de postura para população, e espera que a população tenha compreensão desta linha, e não saia do alcance dessa linha, existe um cidadão ideal que precisa nutrir hábitos condizentes as projeções dos grupos mais abastados.

## **CONCLUSÃO**

Por fim, as cidades na segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX estavam em momento de ebulição de algumas mudanças significativas, no que se refere a sua estrutura física e a experimentação do viver moderno de seus habitantes. A aquisição de elementos que representavam o moderno como o trem, a energia elétrica, os automóveis, a racionalização do espaço urbano, a emergência de novos hábitos de higiene e do viver moderno se fizeram presentes na maioria das cidades do mundo, em algumas de forma mais contundentes do que nas demais, contudo, as proporções de alcance dessas mudanças em cada cidade devem ser salvaguardadas.

As mudanças no cenário urbano de Mossoró não se fizeram hegemônicas, pois, mesmo ao redor de tantas inovações existiam permanências, tais como o traçado urbano que surgia e não obedecia as normas, mas que se fazia de acordo com as necessidades da população, possibilitando visualizar a má adequação da população aos pressupostos estabelecidos pelos grupos dirigentes, portanto, as cidades encontravam-se em um jogo de luzes e sombra, entre o conflito da “cidade ideal”, desejada e planejada por uns, e a “cidade real” que era vivenciada em seu cotidiano por seus habitantes.

---

<sup>35</sup> Ibid.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Fernanda Karoline Martins Lira. **Urbe vigiada: modos de morar e viver na cidade de parahyba do norte – 1910-1930**. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em História)- Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP, 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 3 ed. 1998.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930**. 2004. 281 f. Tese de doutorado(doutorado em História)- Centro de Filosofia e Ciências Humanas , Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CHARTIER, Roger. **História Cultural – Entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

FERNANDES, Paula Rejane. **Mossoró: uma cidade impressa nas páginas de O Mossoroense (1872-1930)**. 2009. 114 f. Dissertação de Mestrado(Mestrado em História)- Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Cidade: sobre a importância de novos meios de falar e de pensar as cidades. IN: BRESCIANI, Maria Stella Martins. (ORG.) **Palavras da cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. IN: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiros; PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. 2ª edição- Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles: INTC, 2015.

PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. **O processo de Urbanização em Mossoró: dos processos históricos à estrutura atual**. 2006. 135 f. Dissertação de mestrado(Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Forma Urbana e Habitação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. **Natal, outra cidade!:** o papel da Intendência municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana (1904-1929). Dissertação

(Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2012.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. **Código de postura e regulamentos: vigiar, controlar e punir**, IX encontro estadual de História: Associação Nacional de História, seção Rio Grande do Sul- ANPUH-RS; 2008.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso; Capital Irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das letras, 1997, vol.3.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes. Cidade nova ou cidade das lágrimas?: a construção do terceiro bairro oficial de natal no início do século xx. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 7, n. 1, jan./jun. 2014, p. 63-84.

#### **FONTES**

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ (1905-1918). IN: ROSADO, Vingt-un (ORG). Boletim Bibliográfico- Ano III, Nº 39, Mossoró- RN: Coleção Mossoroense, 1957.

CASCUDO Luís da Câmara. **Notas e documentos para a história de Mossoró**. 3ª Ed. – Volume da Coleção Centenário de Luís da Câmara Cascudo. FVR/CM, 1995.  
Código de posturas do Município de Mossoró em 1908. ESAM/FGD, 1991. Série B, nº 844.

FILGUEIRA Filho, Antonio. et alii, **Relatórios, leis e resoluções da intendência municipal de Mossoró 1905-1916**. 2a. Ed. ESAM/FGD, 1980.  
Jornal “O Mossoroense”, 14-04- 1927.

Jornal “O Mossoroense”, 28-11-1919.

SILVA, Raimundo Nonato da. **Evolução urbanística de Mossoró**. Mossoró: FJA, 1974.  
..... **Ruas, caminhos da saúde**. Mossoró: FVR/CM, 1973.

## MELHORAMENTOS URBANOS E NOVAS SOCIABILIDADES: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PORTO PARA A CIDADE DE NATAL (1900-1930)<sup>36</sup>

Gabriel Barreto da Silveira Oliveira<sup>37</sup>  
Bárbara Luiza Araújo Valença<sup>38</sup>

Na cidade de Natal, entre os anos de 1900 e 1930, foi realizada uma série de mudanças materiais, executadas pelo governo da capital. A intenção dos grupos dirigentes era a de distanciar cada vez mais Natal da paisagem remanescente do período colonial, símbolo de insalubridade e falta de ordem, não condizente com a nova cidade proposta, que deveria viver sob o ideal de progresso.

A maior parte dessas intervenções foram executadas em benefício dos aspectos tidos como essenciais para o desenvolvimento da cidade, como higiene salubridade urbana. Além disso, também foram criadas áreas de expansão que proporcionaram melhorias no espaço urbano. A capital norte-rio-grandense era constituída oficialmente por apenas dois bairros: a Cidade Alta e a Ribeira, os quais eram divididos por uma área alagada que passou a ser vista como um foco de insalubridade. No ano de 1904 é realizado o aterro e ajardinamento dessa região, interligando ambos os bairros com a criação da praça Augusto Severo. Efetuada a obra, a antiga área pantanosa é transformada em lugar de passeio e um dos principais símbolos da *Belle Époque* natalense.

Em 1906, em matéria do jornal *A República*, a praça Augusto Severo, o teatro Carlos Gomes e o Congresso da capital natalense são mencionados como obras que embelezavam a cidade de Natal (ARRAIS et. al., 2008, p. 93). O melhoramento na fisionomia da cidade

---

<sup>36</sup> Trabalho apresentado faz parte do projeto de pesquisa “O porto e a cidade: a cidade de Natal e sua inserção na economia e nos fluxos do mundo moderno pelas rotas do oceano (1900-1940)” do Grupo de Pesquisa Espaços na Modernidade. Orientador: Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais – Departamento de História (UFRN).

<sup>37</sup> Discente do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista de Iniciação Científica PIBIC UFRN. E-mail: gabrielbso12@gmail.com

<sup>38</sup> Discente do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: barbara\_luiza98@hotmail.com

também estava nos interesses dos grupos dirigentes, uma vez que a beleza, o bem-estar e a saúde eram considerados importantes para o desenvolvimento da capital.

Contudo, para se tornar uma cidade realmente desenvolvida seria necessário solucionar alguns problemas, como a questão da iluminação. Natal havia chegado ao século XX ainda com uma iluminação precária, baseada na utilização de lâmpões a querosene. Frente a essa dificuldade o governo da capital, no ano de 1905, concentrou esforços na melhoria da iluminação urbana utilizando inicialmente o gás acetileno, que foi substituído, em 1911, pela chegada da luz elétrica, muito comemorada pela população.

A chegada da eletricidade também causou mudança nos transportes públicos que, anteriormente constituído por bondes de tração animal, foram substituídos pelos bondes elétricos. Essa melhoria no transporte público possibilitou o acesso aos espaços mais afastados do centro e a expansão da cidade para novas áreas. Nesse contexto de melhorias no sistema de transporte da capital é que se inicia o projeto do bairro da Cidade Nova, que foi a primeira grande intervenção no espaço urbano da cidade. A Cidade Nova era organizada por sete avenidas paralelas, cortadas por dez ruas perpendiculares (ARRAIS et. al., 2008, p.115), organização que proporcionava uma melhor entrada dos ventos e a de iluminação natural do bairro, o que o situava como um espaço nobre pela perspectiva da salubridade.

Inúmeras outras mudanças materiais foram realizadas no âmbito da cidade de Natal entre os anos de 1900 e 1930, como a criação de uma rede de distribuição de água, saneamento e coleta de lixo. Essas intervenções ocorreram com o intuito de criar uma nova Natal, construída a partir de uma racionalidade técnica que oferecesse salubridade, beleza e exibisse as inovações tecnológicas da época (ARRAIS et. al., 2008, p. 82).

No entanto, era necessário que Natal se expandisse para além do Rio Grande do Norte, se inserindo no mercado mundial e ligando-se com outros pontos de comércio do Brasil e do mundo. Esta inserção ocorreria pelo porto, portanto era importante que as mudanças materiais ocorridas na cidade também chegassem à zona portuária, construindo um porto desenvolvido para a capital norte-rio-grandense.

Khalil Jobim (2015) destaca o relato do viajante inglês Henri Koster sobre o porto de Natal. Em obra publicada em 1816, Koster sequer mencionou a existência de cais e de

armazéns, espaços fundamentais dentro de uma visão moderna de porto adotada na Europa. O porto descrito ainda se encaixa nos moldes coloniais, com funções limitadas e participação restrita do poder público na sua estrutura interna.

As limitações do porto começam a preocupar os administradores locais, uma vez que os problemas encontrados na área eram considerados causa da estagnação econômica que acompanhava a capital e o Rio Grande do Norte. Natal tinha sua posição quanto capital questionada uma vez que era impossibilitada de receber navios de grande porte em seu ancoradouro e não conseguia realizar o escoamento da produção vinda do interior da província (JOBIM, 2015, p. 32). Dessa forma o desenvolvimento do porto significava, para o governo dirigente, romper com o isolamento vivido pela cidade pelas condições de seu porto, além de acabar com a dependência das praças comerciais pernambucanas, mediação que privava Natal da absorção de recursos importantes.

O porto natalense torna-se a esperança no futuro de Natal e do Rio Grande do Norte, o que levou à sua inserção nos discursos dos grupos políticos da cidade, demonstrando os benefícios do novo regime e a eficiência do Regime Republicano no Rio Grande do Norte (JOBIM, 2015, p. 14). As obras de melhoramento do porto são iniciadas com a criação da comissão de melhoramentos do porto, em 1893, e se inserem nesse contexto da busca pelo progresso e desenvolvimento da cidade.

A ideia de progresso aparece com frequência em discursos veiculados pela imprensa entre o final do século XIX e o início do século XX em Natal. Essa ideia se traduz em uma espécie de culto ao otimismo, a crença de que nada mais é impossível para a humanidade (DUPAS, 2012). Estaríamos todos em uma marcha para a frente e, pela lógica da acumulação de experiências e aperfeiçoamento do conhecimento, passando de um estágio “menos bom” para um melhor. Esse conceito de progresso surge no momento em que a sociedade deixa de ser compreendida como um passado onipresente, regido por conceitos como o de “costume”, “tradição” e “genealogia”, para ser guiada por uma projeção de futuro.

Uma das figuras que melhor exemplifica essa crença no ideal de progresso na Natal do início do século XX é o cronista Manuel Dantas, notadamente ao construir a imagem de uma cidade futurista para sua conferência proferida em 1909 e intitulada “Natal daqui a



cinquenta anos”. Natal é imaginada como uma cidade do futuro, a “rainha das dunas, com um porto gigantesco no qual um “palácio flutuante” de quarenta mil toneladas batizado de *Cidade do Natal* é capaz de aportar, trazendo milhares de passageiros. (JOBIM & BENTES FILHO, 2015).

O porto aparece recorrentemente na obra do referido cronista como um espaço privilegiado que materializa e torna evidente a chegada do progresso em Natal. A mesma ideia aparece em uma crônica que esse mesmo intelectual publicou no jornal *A Republica* em agosto de 1908:

Sexta-feira passada, deveres de amizade levaram-me ao caes “Augusto Lyra” para os votos de boa viagem a dois distintos moços [...]. Escaleres e canôas, pejudos de gente e mercadorias, iam e vinham de terra para o “Orator”, o “Bragança”, o “Planeta”, o “Cabral”, o “Alagoas”, cinco vapores que affirmavam a vida do nosso porto e a prosperidade do nosso commercio. No alto da torre da Matriz, o telegrapho optico annunciava o “Pirangy”, demandando a barra carregado de trilhos e bondes para a Ferro-Carril do Natal.<sup>39</sup>

Pelas observações do cronista, os navios da companhia de navegação Lloyd Brasileiro chegavam carregados de passageiros que davam vida ao porto, de mercadorias que eram consideradas responsáveis por dar uma maior dinamicidade ao comércio da cidade, e também dos trilhos de ferro que permitiriam o trajeto de bonde, o encurtamento das distâncias, a melhoria do deslocamento e da comunicação na cidade. A conclusão de Manuel Dantas no final de seu texto é exemplar do otimismo típico do período: “Si isto não é o progresso [...] então é que mudou-se a noção de todas as idéas que concebemos sobre a grandeza dos povos”.<sup>40</sup> A chegada de passageiros e de novas mercadorias, desembarcando de grandes navios no porto da própria cidade, era motivo de orgulho e símbolo da chegada do progresso.

Mas é possível perceber que esse ideal de progresso não se manifestava apenas em uma dimensão material pois este também aparece associado ao desenvolvimento de novas formas de sociabilidade, e isso fica igualmente claro na crônica de Manuel Dantas sobre o

---

<sup>39</sup> DANTAS, Manoel. Coisas da terra. *A Republica*. Natal, 10 ago. 1908

<sup>40</sup> Ibid.

porto. Tendo ido ao cais para se despedir dos seus amigos, ele nos mostra como a zona portuária emerge como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de sociabilidades para um determinado grupo de moradores da cidade, que frequentavam a área para confraternizar, recepcionar ou se despedir daqueles que podiam arcar com as viagens de navio.

Essas novas formas de sociabilidade são, em grande medida, estabelecidas em contraposição a padrões já existentes. Sobre isso, em dezesseis de abril de 1903, Henrique Castriciano de Souza publicou, sob o pseudônimo João Brás, um artigo no jornal Gazeta do Comércio, intitulado “Aspectos Natalenses”, repleto de críticas aos costumes e práticas sociais vividas na capital do Estado do Rio Grande do Norte. Dizia ele no artigo:

Somos um grupo de indivíduos cuja única preocupação cifra-se em espiar uns aos outros. Povo sem comércios, sem arte, sem literatura, e, por conseguinte, sem intuição clara da vida moderna, a nossa existência parece a de um corpo sem cabeça, sem capacidades volitivas, sem órgãos de sentimento, sem vontade.

[...]

moramos numa capital e não temos aos domingos para onde ir.<sup>41</sup>

Em uma segunda publicação, sem data precisa<sup>42</sup>, Castriciano continua:

Talvez me chamem pedante ou pregador de maus costumes. Mas tenham paciência: não conheço nada mais nocivo do que a nossa educação feminina, os nossos hábitos excessivamente caseiros, macambúzios, traduzindo uma existência sem arte e sem civilização.<sup>43</sup>

Os dois textos constituem um exemplo dos esforços de seu autor como reformador social. Castriciano considerava que era preciso superar o hábito de vigiar a vida dos outros e desenvolver uma cultura intelectual entre os natalense, deixar os hábitos caseiros e buscar outros espaços de sociabilidade, outras formas de uso do urbano, lugares “para onde ir aos domingos”. Podemos observar que se tratam de críticas a hábitos

---

<sup>41</sup> SOUZA, Henrique Castriciano de. *Seleto: textos - poesias*. Natal RN: Sebo vermelho, 2011. Org.: José Geraldo de Albuquerque. p. 170

<sup>42</sup> No volume em que foram selecionados, esse texto aparece fora de ordem, junto a outros documentos não datados. Podemos supor que seja uma continuação visto que o anterior se encerra com o escrito “Voltarei”.

<sup>43</sup> SOUZA, *Op. Cit.* p. 15

considerados ultrapassados, incompatíveis com os que deveriam ser praticados em uma cidade que pretendia viver sob o ideal de progresso, a capital de um Estado brasileiro no regime republicano.

O que observamos em Natal parece similar ao que Jeffrey D. Needell percebe no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. O autor percebe que após a proclamação da República, a capital federal cresce em importância como centro administrativo e que os dirigentes se utilizam das reformas urbanas como uma espécie de vitrine para esse novo regime. Intelectuais, principalmente através dos jornais, divulgavam a importância dessas mudanças como um trabalho de “civilização” do país. Nesse processo, alguns costumes tradicionais seriam motivo de vergonha e precisariam ser combatidos. (NEEDELL, 1993).

Após as críticas aos costumes natalenses, Henrique Castriciano elogia a paisagem natural ao redor de Natal, elegendo um espaço que considera adequado para ser frequentado pelos natalenses aos domingos: “Os meus olhos ainda não viram nada mais encantador que o nosso Potengi, descendo para o mar, nas horas de vazante [...]”<sup>44</sup>. Para Castriciano, apesar de Natal possuir aspectos naturais louváveis, os natalenses ainda não faziam um bom uso deles em sua vivência cotidiana.

Nos anos que se seguiram às críticas de Henrique Castriciano é possível notar uma série de intervenções na zona portuária da cidade que visavam transformá-la em um espaço para novas sociabilidades. Essas mudanças são mostradas por Khalil Jobim em sua dissertação de mestrado sobre o porto de Natal, que é, até este momento, o principal trabalho sobre as transformações efetuadas naquele espaço entre o final do século XIX e o início do século XX. Entre 1904 e 1905, o antigo cais da praça Deodoro da Fonseca passou por uma reforma e recebeu um novo nome, passando a se chamar cais Augusto Tavares de Lyra; uma resolução da intendência determinou que aquele seria o ponto exclusivo para o desembarque de passageiros; a praça em frente foi arborizada e foi instalada uma grade de ferro que foi muito utilizada por observadores para se aproximar o máximo possível do rio (JOBIM, 2015, p. 52).

Com obras de melhoramento, o porto se convertia num espaço elegante, situado no final de uma avenida calçada e iluminada e preparada para que os natalenses

---

<sup>44</sup> SOUZA, *Op. Cit.* p. 16

contemplassem a paisagem, o rio, as dunas e os navios. O porto era transformado num cenário adequado às novas sociabilidades que se afirmavam naquela cidade. As transformações não se davam apenas no entorno da zona portuária. Outras obras visavam o melhoramento da estrutura do porto, como a barra, o ancoradouro, serviço de dragagem e também, o arrasamento da Baixinha, rochedo localizado na barra do Potengi cujas obras estavam entre as primeiras apontadas como necessárias para o melhoramento do porto pelos engenheiros responsáveis. A localização das rochas dificultava a entrada dos navios no porto, tornando necessária uma manobra rápida que descrevesse cuidadosamente uma curva em “S”<sup>45</sup> a fim de se evitar colisões com as rochas. A necessidade das obras de arrasamento da Baixinha era constantemente mencionada em discursos veiculados pelo jornal *A Republica*:

Feito isto, aprofundado alguns pontos do canal (poucos) e competentemente balizado este, fica preparada franca e fácil entrada para o comércio libertado de Pernambuco. Podemos então dizer, que alguns mezes de Republica valeram para nós mais, muito mais que 67 anos de monarquia.<sup>46</sup>

E também: “Ultimar o arrezamento da Baixinha é uma necessidade inadiável, para que a barra do Natal possa dar fácil acesso aos navios que a demandam.”<sup>47</sup>

É possível perceber nos discursos referentes às obras da Baixinha a articulação de vários aspectos relacionados ao ideal de progresso. As características naturais que antes constituíam limitações agora poderiam ser superadas por meio da intervenção técnica e pelo uso de tecnologias como uma draga e o escafandro.<sup>48</sup> Nota-se também a expectativa criada pela possibilidade de receber navios maiores com mais facilidade já que estes eram fundamentais para o transporte de passageiros e mercadorias que dinamizavam a vida social de uma parcela da população da cidade e a vida comercial.

Chama muita atenção nos discursos o antagonismo dos republicanos para com os monarquistas, que, na visão dos primeiros, nada fizeram durante os anos do Brasil

---

<sup>45</sup> O PORTO de Natal e os seus melhoramentos. *A Republica*, Natal, 3 out. 1914. p. 1.

<sup>46</sup> A BARRA. *A Republica*, Natal, 21 fev. 1890.

<sup>47</sup> O PORTO de Natal. *A Republica*, 17 dez. 1909.

<sup>48</sup> OBRAS do porto. *A Republica*. Natal, 22 fev. 1907. p. 1

imperial para trazer o progresso para a cidade de natal. Isso acontece porque tão forte quanto a imagem do futuro projetada é aquela construída sobre o que representam os tempos passados. A ideia de regresso é tão forte quanto a de progresso, por isso os republicanos se referem ao período monárquico como um passado ao qual não se deveria retornar, ao mesmo tempo em que se projetam como os únicos capazes de impedir que isso aconteça através de sua atuação na política e suas intervenções na cidade – o que legitimava que formassem o grupo dirigente da cidade, pois seriam os agentes do progresso.

Os republicanos afirmavam que nada fora feito durante a monarquia, porém, não mostravam toda a eficiência que tentavam transmitir em suas falas. A entrada no porto de Natal continuou causando problemas anos após o início das obras da Baixinha, como podemos observar no ano de 1905, com o caso do encalhe do Vapor Brasil na barra e também em 1914, com o encalhe da barcaça Diva<sup>49</sup>. Um exemplo foi o caso do encalhe do cargueiro americano “Cokate”, o qual motivou uma troca de acusações entre o engenheiro chefe da comissão de obras do porto, Décio Fonseca, e o sr. João Lyra sobre o motivo do encalhe. Décio Fonseca defende que a causa do encalhe fora o mau funcionamento de suas máquinas, enquanto João Lyra culpa o atraso das obras do porto, principalmente do canal de acesso.<sup>50</sup>

Os discursos dos membros do Partido Republicano possuíam contradições. As ações que segundo esse grupo materializavam a chegada do progresso não escapavam das críticas realizadas pela oposição (ARRAIS, 2006). Membro do Partido Republicano e governador do Estado, Alberto Maranhão considerava que obras como a construção do teatro e os jardins eram essenciais para a melhoria da educação para as sociabilidades dos natalenses, e não meros incrementos estéticos à paisagem urbana. A oposição, por sua vez, as denunciavam como uma excentricidade de um governador fútil, vaidoso e inconsequente que deveria estar priorizando as obras contra as secas que promoveriam um verdadeiro desenvolvimento social e econômico no interior do Estado ligado a

---

<sup>49</sup> VARIAS. *A Republica*, Natal, 25 de jul. de 1914.

<sup>50</sup> COMISSÃO Administrativa de Estudos e Obras do Porto de Natal. *A Republica*. Natal, 3 jan. 1920. p. 1; O PORTO de Natal e o sr. João Lyra. *A Republica*. Natal, 8 jan. 1920. p. 1; VARIAS. *A Republica*. Natal, 15 jan. 1920. p. 1; OBRAS do porto de Natal. *A Republica*. 20 jan. 1920. p. 1

agricultura e a pecuária. Foram feitas denúncias quanto ao caráter partidário que conduzia a realização das obras de melhoramentos, as aberturas de estradas, de ferrovias. Criticava-se a prática de utilizar as obras como maneira de empregar protegidos políticos e as obras do porto não eram exceção. Ainda no final do século XIX, a formação da comissão de melhoramentos do porto, a gestão do engenheiro-chefe Cunha Lima era atacada por este preferir empregar bacharéis em direito que estavam entre os seus protegidos em vez de priorizar outros engenheiros com formação adequada para o serviço (JOBIM, 2015, p. 34-50).

Mas as transformações urbanas na Natal do início do século XX também tiveram seus entusiastas, aqueles que acreditavam que a cidade estava crescendo ao deixar para trás formas tradicionais de convivência e adotando novas, desfrutando de novos espaços de sociabilidade, caminhando cada vez mais para distante do estado de natureza e rumo ao caminho da civilização através da intervenção técnica (ARRAIS, 2005). O porto de Natal, além de se transformar um espaço de convivência e de encontros de recepção ou despedida, tornava-se também o local por onde grandes navios traziam novas mercadorias que proporcionavam mais conforto e saúde e maiores facilidades para a vida daqueles que podiam pagar, além do ganho do status a elas associado. Essas mercadorias eram anunciadas destacando seu local de origem e o nome do navio pelo qual chegaram como uma forma de garantir sua qualidade: “Quando este destroyer ancorar em nosso porto, já se acha em exposição na Alfaiataria Brazil, o grande e bello sortmento de casemiras inglezas que pelo Warrior, recebeu o seu proprietário.”<sup>51</sup>

Anúncios como este, bem como a maioria dos discursos dos membros do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, entusiastas das transformações que operavam na capital do Estado, podiam ser lidos por natalenses no jornal *A Republica*, veículo oficial do partido e que é a principal fonte reveladora dos interesses e ações desse grupo. Trata-se de um periódico com poucas imagens, apresentação sóbria e linguagem formal, características que no início do século XX eram típicas de um jornal voltado para um público de “elite”, na análise de Maria Helena Capelato (1988). Seu público-alvo podia ler

---

<sup>51</sup> ANNUNCIOS. *A Republica*, 1 dez. 1909, p. 2.

as notícias que os davam a certeza de que Natal estava melhorando dia após dia e que aquilo que se testemunhava na cidade era a chegada do progresso.

Mas esse mesmo progresso pode ser entendido sob a perspectiva de Gilberto Dupas (2012) como um mito, ou seja, uma forma imperfeita de verdade, usada como ferramenta de controle social. Há um conjunto de regras, discursos e pautas morais (o que o referido autor chama de ideologia) que sustentam o progresso e o mostra com uma certeza, algo inevitável e o legitimando perante aquela sociedade. Mas ao mesmo tempo em que se cria a imagem de uma cidade ideal, determina-se aquilo que é indesejado, que destoia da ordem e/ou a transgrede.

No dia 26 de dezembro de 1909, ancorou no porto de Natal o vapor inglês *Italian Prince*. Seis tripulantes do navio fugiram para o Passo da Pátria a bordo de um escaler e “começaram a praticar desordens”, mas foram logo detidos pelo vice-cônsul da Inglaterra, coronel Odilon Garcia, e pelo delegado de polícia, major Joaquim Fernandes.<sup>52</sup> Vapores estrangeiros geralmente são noticiados de maneira exaltada por serem uma das formas de materializar que Natal agora estava se inserindo em um movimento que se dava em nível mundial. Entretanto, o tipo de sociabilidade que aqueles seis tripulantes buscavam não estavam entre a que eram almeçadas, portanto a notícia foi veiculada para divulgar a atuação dos referidos delegado e vice-cônsul como os mantenedores da ordem desejada na capital. Membros de grupos sociais menos abastados, marinheiros e trabalhadores atribuíam diferentes significados à zona portuária de Natal. Todavia, no que diz respeito ao Jornal *A Republica*, percebe-se apenas o silêncio em relação as falas dessas camadas sociais.

## REFERÊNCIAS

ARRAIS, Raimundo. Da natureza à técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George (Org.). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)*. Natal: EDUFRN, 2006. p. 121-135

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: EDUFRN, 2008.

---

<sup>52</sup> VARIAS. *A Republica*. Natal, 27 dez. 1909. p. 1



CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso, ou progresso como ideologia*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2012.

JOBIM, Khalil. *Do ancoradouro à sala de espera: as obras de melhoramento do porto e a construção de uma Natal moderna (1893-1913)*. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

JOBIM, Khalil; BENTES FILHO, Giovanni Roberto Protásio. Rompendo fronteiras espaciais e construindo geografias imaginadas: o porto de Natal na conferência de Manuel Dantas (1909). In: COLÓQUIO NACIONAL HISTÓRIA CULTURAL E SENSIBILIDADES, 5, 2015, Caicó. *Anais Eletrônicos*. Caicó: UFRN, 2015. p. 158 - 167. Disponível em: <<https://cnhcs2016.wordpress.com/cnhcs-2015/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

NEEDELL, J. D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

## **CIDADE SÃ, CORPO SÃ: O JORNAL A REPÚBLICA E A BUSCA DA SAÚDE PARA A CIDADE DE NATAL (1900-1930)**

Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho<sup>53</sup>  
Clara Maria da Silva<sup>54</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho é fruto das pesquisas realizadas para o projeto “O porto e a cidade: e a cidade de Natal e sua inserção na economia e nos fluxos do mundo moderno pelas rotas do oceano (1900-1940)” coordenado pelo professor Raimundo Arrais, vinculado ao grupo de pesquisa Espaços na Modernidade.

O período que escolhemos, 1900 a 1930, para ser analisado neste artigo, se justifica por ser um período de difusão dos ideais republicanos - de modernidade e progresso - e por percebermos que, junto com ele, ocorreram na cidade de Natal intensas transformações.

O fato de que se trata, também, de um período que antecede a Segunda Guerra Mundial, ou seja, momento que a capital potiguar, assim como a cidade de Parnamirim, passaram a ser utilizadas como base militar dos Estados Unidos, nos influenciou na escolha deste recorte. A Segunda Guerra proporcionou uma outra maneira de olhar a cidade, assim como nos seus usos, como também outros valores passaram a entrar em contato com a esfera social.

A escolha do jornal *A República*, se deu pelo fato de que este periódico era um dos principais veículos de informação da cidade, com uma grande quantidade de tiragens e jornalistas renomados. Tal periódico era o meio de comunicação oficial do governo, vinculado a classe dirigente da cidade, no qual eram publicadas as decisões da Intendência Municipal, por exemplo.

---

<sup>53</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientador: Prof. Dr. Raimundo Pereira de Alencar Arrais - Departamento de História. E-mail: giovannibentes@yahoo.com.br.

<sup>54</sup> Discente do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientador: Raimundo Arrais - Departamento de História (UFRN). E-mail: claramaria\_s@hotmail.com.

O jornal *A República* foi um dos meios utilizados pela classe dirigente para a difusão dos ideais e valores considerados modernos - valores esses que eram inspirados nos grandes centros urbanos como Paris, Nova York e Rio de Janeiro - por meio de matérias e reclames publicitários, para a sociedade natalense, ou melhor, uma parcela dessa sociedade, a mais abastada.

Nesse sentido, nosso objetivo é perceber, a partir da análise do *A República*, a importância do papel da imprensa na divulgação de um novo tipo de mercado, àquele voltado aos cuidados do corpo. Faz parte de nossa proposta tentar perceber como essa propaganda sobre produtos e cuidados com o corpo refletiu no cotidiano da sociedade natalense.

#### **O JORNAL A REPÚBLICA E A BUSCA DA SAÚDE PARA A CIDADE DE NATAL**

A cidade de Natal, nas três primeiras décadas do século XX, passou por uma série de transformações estruturais, nos hábitos, nas formas de consumo e de sociabilidade (ARRAIS, 2008). De acordo com Helder Viana, alguns agentes, possuidores de saberes técnicos e específicos, estavam à frente dessas modificações. Médicos, engenheiros e pedagogos, cada um à sua maneira, criticavam os hábitos e costumes tradicionais, pois, dessa forma, a caminhada rumo ao progresso não avançaria. Os detentores desses saberes faziam parte da classe dirigente da cidade, ou seja, estavam ansiosos por apagar os vestígios de um passado colonial e incutir na sociedade os novos valores e ideais republicanos, inserindo Natal dentro de uma ordem “civilizada” (VIANA, 2007).

Esses três campos do saber - medicina, engenharia e educação - atuaram como articuladores de um processo de modernização da sociedade brasileira nas décadas iniciais do século XX. As ideias que circulavam giravam em torno da regeneração física e moral do corpo social, da modernização técnica como uma ponte para o progresso da nação, assim como a utilização de meios que preparassem os indivíduos para um novo ritmo urbano industrial (HERSCHMANN, 1996).

Um dos meios mais utilizados para difundir os ideais de modernidade e progresso foi a imprensa. Geralmente articulada com as classes dirigentes, a imprensa noticiava desde a chegada de navios com mercadorias, provenientes dos grandes centros urbanos

como Paris e Rio de Janeiro, até notícias referentes a obras realizadas na cidade.<sup>55</sup> Como dito anteriormente, nosso objetivo é analisar o papel da imprensa, no caso o jornal *A República*, na divulgação de um novo tipo de mercado. O mercado voltado para a saúde e os cuidados com o corpo. Isso quer dizer que daremos ênfase a discussão do saber médico com relação a cidade.

A preocupação com a saúde e o cuidado com o corpo pode ser percebida por meio dos reclames publicitários. Quando comparamos os jornais produzidos no século XIX com os produzidos no século XX, podemos perceber que há uma diferença na maneira como são dispostas na página, ou seja, sua diagramação. O jornal *A República*, por exemplo, passou a adotar espaços maiores para os anúncios e propagandas. Percebemos a utilização de imagens e textos bem produzidos, que tem o objetivo de convencer o leitor/consumidor. No século XIX, as propagandas ocupavam apenas algumas notas no pé da página em meio a matérias políticas, já no século XX, os reclames chegam a ocupar uma ou duas páginas inteiras. (VIANA, 2007).

Este novo tipo de comércio e a propaganda de seus produtos não eram voltados para todas as classes sociais, mas sim para a classe mais abastada da cidade que disponibilizavam dos recursos necessários para obter esse tipo de mercadoria. Como afirma Helder Viana, o aparecimento deste comércio significou mudanças sociais mais profundas, sobretudo para esta camada da população, pois a expressiva proliferação das propagandas, do comércio e dos serviços indicam um novo sentido dado à noção de viver. Os cuidados com o corpo entram nessa nova lógica do consumo.

Podemos perceber no jornal *A República* uma significativa quantidade de reclames publicitários voltados para a divulgação de produtos e locais especializados ligados à saúde como remédios e farmácias. Os médicos e seus consultórios estavam cada vez mais presentes na sociedade. Em relação ao século XIX, os serviços médicos deixavam de ser quase uma exclusividade de uma elite abastada e se tornam uma profissão mais popularizada, acessível, sobretudo, às camadas médias. Algumas farmácias, inclusive, desempenhavam também a condição de consultórios médicos, como plantões médicos

---

<sup>55</sup> OBRAS NA CAPITAL. *A República*, Natal, 25 mar. 1911. p. 1.

durante o seu horário de funcionamento, ampliando assim a área de atendimento médico à população.

Os anúncios de medicamentos, por exemplo, podemos perceber que há uma gama variada de remédios para várias finalidades, sem falar que há uma recorrência no discurso de “cura completa”, ou seja, de que o remédio proporcionaria ainda mais vigor e saúde. Algumas propagandas, em certa medida, parecem substituir o papel dos próprios médicos.

Em alguns casos, aparecem nos anúncios muitos detalhes dos tipos e sintomas de doenças e os efeitos positivos causados após a ingestão do medicamento. Como é o caso do “Específico Aureo Harvey”<sup>56</sup>:

“Cura rapida e radicalmente todos os casos de debilidade nervosa, impotencia, espermatorrhéa, [...] inflamação dos testiculos, prostração nervos, molestias dos rins e da bexiga [...] Este especifico faz a cura positiva em todos os calos quer de moços quer de velho, dá força e vitalidade pos órgãos genitais, revigora todo o systema nervoso[...]

De certo modo, a maneira como isso era difundido proporcionava ao consumidor a sensação de que seus problemas estariam resolvidos e seu corpo estaria curado. Fato que merece destaque no anúncio do “Específico” é a sua procedência. O medicamento é proveniente da Inglaterra, ou seja, que para obtê-lo era necessário importá-lo. Isso quer dizer que nem todos poderiam ter acesso a esse medicamento.

No século passado, a consulta com um médico particular não era algo acessível a toda a população, nem mesmo os hospitais, as doenças eram sanadas ou por curandeiras ou com os recursos que se tinham em casa mesmo, como o repouso, por exemplo.

As farmácias surgem com o propósito de serem locais de atendimento ao público, local onde seria proporcionado atendimento médico a população - algumas - e a venda de medicamentos. O foco era o bem estar, a saúde e a limpeza da população natalense. Será mesmo que o bem estar da população era o alvo das preocupações ou todo esse cuidado era uma maneira da classe dirigente adequar a cidade de Natal aos moldes dos valores republicanos?

---

<sup>56</sup> ESPECIFICO AUREO DE HARVEY. *A Republica*. Natal, 15 de abril de 1902, p.2

A propaganda da farmácia “Vianna & Lyra” demonstra como eram realizados os anúncios das mercadorias. Um ponto a destacar é como na propaganda fica clara a procedências dos medicamentos, a fim de demonstrar o cuidado em proporcionar os melhores produtos aos seus clientes. Também podemos perceber, de certa maneira, uma tentativa de valorização da indústria nacional<sup>57</sup>.

O NOVO SECULO. Com o intuito de bem servirmos ao publico, acabam de receber directamente das fabricas de Porto Alegre e Rio de Janeiro completo e variadissimo sortimento em sabonetes, tonicos e agua dentifricia e que vendemos por preço ao alcance de todos. Um pequeno exemplo:

Sabonete de No[ilegível] \$800

Sabonete mel (enohente) um \$800

Sabonete familia um \$800

Sabonete companhia de maio 1\$500

O artigo que ora anunciamos honra a industria nacional, de todos os pontos de vista perfeito acabamento,dilicioso aroma naba deixando desejar comparando como similar estrangeiro.

VIANNA & LYRA

Rua Correia Tellec

Ribeira

O caso da “Pharmacia Maranhao” é outro exemplo que podemos utilizar para demonstrar como eram feitas as propagandas. Numa das páginas do jornal *A República*, no dia 12 de maio de 1902, ocupando quase a metade da página, estava o anúncio da “Pharmacia Maranhão”. O anúncio referia-se a chegada, do estado do Ceará, de algumas “especialidade pharmaceuticas”.

O que chama atenção é a maneira como são descritos os produtos. A descrição leva em consideração a procedência do medicamento e sua finalidade como, por exemplo, a “Cajurema de Soares Amorim”<sup>58</sup>. De acordo com o anúncio, o referido medicamento é bastante apreciado pela “Junta de Hygiene Publica do Rio de Janeiro” e afirma que o melhor “depurativo do sangue”. São também alvos do medicamento: o “rheumatismo”, a “syphilis”, “ulceras”, “fistulas”, “tumores”, “impigens”, “coceira” e “toda a sorte de molestias da pelle, como provam muitos atestados de pessoas curadas. Uma garrafa

<sup>57</sup> O NOVO SÉCULO. *A República*. Natal. 15 abril de 1902, p.3

<sup>58</sup> PHARMACIA MARANHÃO. *A República*. Natal. 12 de maio de 1902, p.3

5\$000”. Outros produtos que são descritos na propaganda são o “Peitoral de Juca composto”, que servia para constipações, bronquites, escarros de sangue, laringites, etc., a garrafa custava em média 2\$500; o “Elixir de Café Quinado” é outro desses medicamentos, servia para cura de febres, dores de cabeça e enxaquecas, um vidro 2\$500.

A “Emulsão Scott”, medicamento a base do óleo do fígado de bacalhau, era outro medicamento bastante utilizado e anunciado. Na mesma página onde estavam sendo divulgados os produtos da “Pharmacia Maranhao”, havia uma nota sobre a Emulsão Scott. A nota afirmava os efeitos positivos do medicamento, apesar do “aspecto e gosto repugnantes”, como no tratamento da tuberculose e no raquitismo, assim como para o desenvolvimento “fhyfico e intellctual.”

O cuidado com o corpo aparecia, também, na crescente quantidade de anúncios esportivos. A preocupação com os exercícios físicos demonstra esse novo ideal de beleza. Homens e mulheres saudáveis, com uma estrutura física avantajada, com músculos definidos e um bom preparo físico era o modelo que a população deveria seguir. Havia uma busca pela regeneração física e moral da sociedade. Percebemos este crescente interesse pelo esporte na cidade do Natal quando ainda na década de 1910 surgem os dois principais clubes náuticos da cidade: o Esporte Clube de Natal e o Centro Náutico Potengi<sup>59</sup>.

O que podemos perceber é que as propagandas e os anúncios tinham um grande poder de convencimento, mas que isso poderia ser um perigo. De acordo com médico Januário Cicco, no seu livro *Notas de um médico de província*, as propagandas representavam um perigo, principalmente para a população pobre.

O cliente pobre, que assina o nome e tem a infelicidade de ler jornal, cata nos anúncios a nomenclatura dos remédios em voga e suas aplicações, e compra o que lhe convém, certo da cura que lhe promete o industrial. Conta-se que uma vez uma senhora leu, num jornal de certa província, o atestado de seu médico, recomendando uma droga farmacêutica muito ‘vantajosa’ para incômodos femininos. Comprou um vidro e o resultado foi negativo. Dirigiu-se, então, ao médico e narrou os males que lhe advieram com o tal preparo, respondendo-lhe o esculápio que “atestado de jornal é receita para o drogista. (CICCO, 1926).

---

<sup>59</sup> VIANA, 2007,p.7



As primeiras décadas do século XX testemunharam a proliferação de casas comerciais, em Natal, especializadas em roupas. Armazéns e magazines voltados para a venda de tecidos e roupas prontas, casas especializadas apenas em tecidos ou em chapéus, em vestuários femininos e/ou masculinos, adultos e infantis. As referências ao que “há de mais moderno” eram constantes nas propagandas deste tipo de comércio. Além disso, a preocupação com a higiene e a segurança também eram ressaltadas na moda, devido ao medo de epidemias, doenças, o que fazia o público consumidor escolher roupas que atestassem graus de higiene e de saúde<sup>60</sup>.

A seguir temos a propaganda de uma loja de roupas. A loja “O Novo Mundo”, de propriedade de Fontes & Comp., aparece no jornal *A República* no dia 15 de abril de 1902. O anúncio, alvo de nossa análise, ocupa um terço de uma das páginas do jornal, na qual descreve detalhadamente as novidades que chegaram na loja. Eles destacam também a procedência destes produtos, com a intenção de demonstrar que buscavam sempre as últimas tendências da moda para oferecer aos seus clientes.

A seguir temos um pequeno recorte da propaganda, em que palavras como “conceituado”, “luxuoso”, “magníficas”, “elegante” aparecem de forma bastante forte. São as estratégias para conquistar os clientes, chamar atenção de um público consumidor que, nesta época, pede por produtos “modernos” e elegantes, uma cidade que possui uma classe dirigente que pretende difundir os ideais de progresso para a população.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> VIANA, 2007, p.10

<sup>61</sup> GRANDE EXPOSIÇÃO, *A República*, 15 abril de 1902, p.3



As mudanças ocorridas no comércio geraram mudanças tanto nos hábitos cotidianos quanto na ordenação do espaço natalense. Novos costumes e valores estavam embutidos nos produtos, cheios de significações. Além disso a localização destas casas comerciais e a crescente necessidade de consumo deles gerou uma mudança na significação e localização dos espaços. Segundo Viana,

Todas as mudanças nas maneiras de consumo estiveram associadas a uma reordenação do espaço urbano de Natal. Em grande parte, tais mudanças ligavam-se à importância crescente do comércio e de outros serviços que passaram a localizar-se em certas partes específicas da cidade, produzindo uma nova geografia do urbano. Ruas foram abertas ou receberam calçamento e iluminação elétrica, novas edificações foram construídas e antigas foram reformadas, os transportes urbanos modernos se instalam definitivamente, o telegrafo e o telefone possibilitaram encurtar as distâncias, integrando parte da cidade em expansão. (VIANA, 2007, p.19)

O jornal *A República* foi fundamental na divulgação deste novo tipo de mercadoria voltado para o cuidado com o corpo. Ao destinar espaços maiores para as propagandas, publicadas diariamente, os consumidores passam a ter necessidade de obter esses produtos, pois seria uma maneira de se adequarem aos modos “civilizados”. Podemos observar que tal ação é tão eficaz, que ao longo dos anos há um crescimento na

quantidade de anúncios. A preocupação com o corpo e o uso de certas mercadorias, seja para cuidado ou a valorização deste, se tornam cotidianas para esta classe média e alta, que a todo momento buscam produtos para satisfazê-los.

A seca também estava diretamente ligada ao problema de salubridade da cidade. O número de retirantes que chegaram em Natal afetava tanto as questões de salubridade do espaço urbano como ia na contramão da imagem de progresso pensada pela classe dirigente “instruída”, “letrada” e “iluminada” que almejava uma cidade no moldes dos grandes centros urbanos.

Com o aumento da população na cidade, por causa dos retirantes da seca, os grupos responsáveis por gerir a cidade passaram a realocar essa população para os bairros periféricos. Natal estava passando por mudanças e entre elas estava a construção de Cidade Nova, uma espécie de projeção no espaço físico dos anseios da classe dirigente.

Isto quer dizer que os retirantes não podiam ocupar qualquer lugar da cidade. Mais de 15 mil retirantes estavam em Natal no período da seca de 1904. Esse fato pode ter agravado a situação da salubridade da cidade, ou seja, os retirantes representariam um perigo para a salubridade urbana. O bairro de Cidade Nova foi criado com a intenção de ser o oposto à cidade colonial. Um lugar longe do lixo, do matadouro e das fontes infectas da cidade (FERREIRA, 2006).

O bairro de Cidade Nova foi planejado pela Intendência Municipal e seria dotado de equipamentos técnicos, como linhas de bonde, água encanada, energia elétrica, clubes, cafés, estádios, ao mesmo tempo que continuava tendo a presença da natureza.

O bairro era destinado a um público específico, aos membros mais influentes da cidade, não era um lugar para os retirantes que foram relegados às periferias. Cidade Nova deveria concretizar as mudanças que vinham sendo implementadas pela Intendência Municipal, a qual, nesse período, vinha aprovando uma série de resoluções municipais com o intuito de definir novos hábitos para esta sociedade, para impor mudanças no modo como as pessoas deviam se comportar nos espaços públicos. (SIQUEIRA, 2014)

Tudo isso decorre da crescente preocupação com o corpo, com a saúde e o bem estar do indivíduo. Projetados nas mudanças estruturais da cidade, são bem perceptíveis

também no aumento de casas comerciais com produtos específicos para diversas necessidades e situações. A busca por ambientes mais abertos, que possibilitassem a circulação do ar, espaços mais abertos para as famílias passearem ao final da tarde nas praças, ambientes que pudessem ser utilizados para a socialização dos indivíduos. A construção de um bairro planejado, mais perto da praia, organizado com avenidas largas, demonstra essa preocupação.

Paralelamente a isso, a crescente quantidade de propagandas no jornal *A República* de produtos referentes ao corpo, ao cuidado com a saúde, demonstram essa nova preocupação da modernidade com o bem estar social. As próprias estruturas materiais da cidade estavam em constante transformação e progresso, a preocupação em modernizar e ao mesmo tempo tornar a cidade um ambiente mais limpo, era uma das intenções dos administradores locais. As casas comerciais, paralelamente a isso, publicavam nos jornais, a cada ano com uma maior frequência, propagandas de produtos voltados para o corpo, destinado a cura de doenças ou fortalecimento da saúde, roupas com tecidos mais leves que possibilitassem a maior circulação do ar. A partir do século XX tem-se um constante movimento de cuidado e preocupação com o corpo e com a saúde.

#### **FONTES**

OBRAS NA CAPITAL. **A República**, Natal, 25 mar. 1911. p. 1.

ESPECIFICO AUREO DE HARVEY. **A República**. Natal, 15 de abril de 1902, p.2

O NOVO SÉCULO. **A República**. Natal. 15 abril de 1902, p.3

PHARMACIA MARANHAO. **A República**. Natal. 12 de maio de 1902, p.3

GRANDE EXPOSIÇÃO. **A República**, 15 abril de 1902, p.3

#### **REFERÊNCIAS**

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. **O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930**. Natal: EDUFRN, 2008.

\_\_\_\_\_. Da natureza a técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: FERREIRA, Angela; DANTAS, George (org.). **Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)**. Natal: Editora da UFRN, 2006.

FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George (org). **Surge et ambula**: a construção de uma cidade moderna Natal, 1890-1940. Natal: Edufrn - Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. **Missionários do progresso**: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro, 1870-1937. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

MARINHO, Márcia. **Natal também civiliza-se**: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense. Natal: EDUFRN, 2011.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. **Por uma “Cidade Nova”**: apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2014.

VIANA, Hélder do Nascimento. A invenção do viver bem: transformações nos hábitos de consumo do Natal, 1900-1930. In: **Colóquio História e Espaços**, 2, 2007, Natal, RN. Anais do II Colóquio História e Espaços. Natal, 2007.

## ATUAÇÃO DA MAÇONARIA NO MUNICÍPIO DE GARANHUNS/ PERNAMBUCO

Ana Cláudia Pontes de Lima<sup>62</sup>  
Herika Paes Rodrigues Viana<sup>63</sup>

### INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa buscou analisar o envolvimento da Maçonaria com a sociedade local, como tem se dado e suas repercussões ao longo da História no Município de Garanhuns. Tendo em vista a atuação da Maçonaria com a História do Brasil e na observação da continuidade da existência dessa Instituição notou-se a relevância desse estudo na história municipal.

Diante da falta de informações a respeito da Maçonaria junto à sociedade local e sabendo que isto deixa uma lacuna na História de Garanhuns, mostrou-se viável este estudo em particular para um melhor conhecimento a respeito da história do Município e melhor ciência acerca do assunto aludido.

Nesta perspectiva, a princípio a pesquisa conta com breve exame da definição da Maçonaria, sua filosofia e de sua História. Em seguida no texto trata-se de um breve percurso até o Brasil. O último item faz uma alusão a sua trajetória até Garanhuns, o contexto em que a Instituição se insere no Município, a atuação e relação junto à sociedade, trazendo a tona uma melhor noção da história local.

Para metodologia utilizou-se fontes específica da Maçonaria e também bibliografia que não estavam diretamente voltadas a Instituição, mas que trazem dentro dos estudos históricos a sua participação. Além da observação de obras históricas locais, foram realizadas entrevistas com maçons e membros da sociedade para um entendimento da relação entre ambos.

---

<sup>62</sup> Professora de História e Sociologia da Rede Estadual de Ensino na Escola de Referência em Ensino Médio Professora Ismênia Lemos Wanderley na cidade de Brejão/Pernambuco. E-mail: euhana@msn.com

<sup>63</sup> Especialista em História de Pernambuco pela Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: herikapaes@gmail.com

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Epistemologicamente, o termo maçonaria está relacionado à “pedreiros livres”. Mas, sua conceituação passou por remodelações ao longo da História, e, além disso, a Instituição abre hoje caminho para muitas interpretações, diante disto é enigmática uma definição do seu significado.

Segundo o maçónólogo Naudon (1967) (apud BENIMELI, 1998, p.47), mesmo existindo muitas obras voltadas à Maçonaria, é difícil conceituá-la principalmente, em países latinos americanos onde se tem muitas informações por ouvir dizer, sendo esta situação pertinente a criar idéias preconcebidas.

No entanto observa-se que a dificuldade em entender o que é a Maçonaria está ligada ao seu caráter secreto:

As verdades da filosofia maçônica não podem ser desvendadas integralmente aos profanos (...) motivo pelo qual os maçons se rodearam de mistérios, emblemas, símbolos, toques, palavras e sinais, cujos sentidos escapam inteiramente àqueles. Daí, a incapacidade em que se encontra um indivíduo não maçom por mais culto que seja de apreender o fundo real da arte maçônica, tornando-se até ridículo se tentar fazê-lo. Não que ela seja impenetrável, mas porque é absolutamente vedada (...) (LYRA, 1953, p.77).

A Instituição Maçônica, assim como outras instituições, tem deixado espaços vazios na análise de sua atuação na História e ao mesmo tempo brechas para preconceitos ou deturpações. Muitos dos livros escritos sobre o assunto não trazem imparcialidade já que são ou de maçons ou de opositores radicais, esta situação dificulta as pesquisas, o que acarreta perda à História, visto que as fontes se contradizem.

Enquanto no espaço histórico, nos locais mais distantes que alcançam, tem sido percebidos sinais de ações sociais que os mesmos têm realizado. O que nos fez buscar o trajeto até Garanhuns, cenário principal da pesquisa que trata do papel e atuação social da Maçonaria.

Mesmo assim, alguns maçons explicam a necessidade do segredo através da história da própria sociedade maçônica que muitas vezes agiu em oposição aos sistemas impostos em contextos diversos. Conforme Barata (1999, p.34) “Contudo esta verdadeira



liberdade civil praticada no interior das lojas maçônicas, dentro do contexto do Antigo Regime, só era possível sob a proteção do secreto”.

O fato de ser uma associação secreta permite o desenvolvimento de opiniões diversas, que tanto podem ufaná-la quanto criticá-la. Sendo ao longo de sua história acusada de sociedade conspiratória.

Nas primeiras condenações da Maçonaria, tanto da parte da Igreja quanto das autoridades civis, procedia-se sobre a base do direito romano, segundo o qual toda sociedade secreta era ilícita e, por conseguinte – e aqui se executava uma passagem equívoca – imoral (BENIMELI, 1998, p.45).

No seu conteúdo a Maçonaria traz elementos díades e tríades desde seu ideário a sua simbologia: razão e perfeição, liberdade, igualdade e fraternidade, compasso, esquadro e livro sagrado, o triângulo equilátero, sabedoria, força e beleza. Esta característica pode ser facilmente percebida na descrição de seu templo ou loja, local onde realizam seus ritos.

Esta simbologia utilizada está ligada à mesma do período medieval. Embora mantenha uma tradição, novos símbolos foram inseridos ao longo do tempo e pode se dizer hoje que se trata de uma instituição carregada de significados representados em ritos e símbolos, que os “leigos”, ou seja, toda a sociedade não maçônica, não tem conhecimento explícito, o que também, ocorre de forma mais generalizada com outras instituições por quem não as conhece.

Os templos maçônicos ou lojas são construídos de forma semelhante em qualquer lugar do mundo. Os ritos também seguem um padrão uniforme que não são rígidos, podem variar, mas seguem uma linha fundamental, além disto, existem toques e sinais que apenas os membros reconhecem, como cumprimentos, forma de sentar, palavras e assinaturas.

É difícil encontrar uma definição à Maçonaria uma vez que existem muitas apreciações a respeito, pontos de vista variados determinados por situações históricas ou posições sociais, que faz buscar compreender neste espaço, o objeto de estudo no

Município de Garanhuns, como também situações políticas e religiosas, ainda assim, consta no 1º artigo da Constituição Maçônica uma acepção:

A Maçonaria é uma Instituição essencialmente caritativa e filantrópica, filosófica e progressista, que tem por objetivo a indagação da verdade, o estudo da moral e a prática da solidariedade, trabalhando pelo melhoramento material e moral e pelo aperfeiçoamento intelectual e social da humanidade (LYRA, 1953, p. 472).

Para muitos, no entanto, a Instituição é considerada uma seita onde se praticam ações bizarras, supersticiosas e profanas. Esta avaliação pode ser originada por pessoas que não têm contato algum com a Instituição e que estão ofuscadas pelo preconceito, ou pode ser provocada por certa distância entre a Maçonaria e a sociedade, suas contradições e seus mistérios.

No seu caminho pela América Latina a Maçonaria alcançou o Brasil, enquanto Colônia de Portugal, em um momento hostil de suas relações, no qual não cabia mais a este manter o domínio. Compete, neste trabalho, compreender no próximo capítulo como foi instituído no país até Pernambuco. Sendo esta Província destaque nas revoluções que marcaram a História do país é um campo fértil para uma instituição como a Maçonaria lançar suas ideias.

## **A MAÇONARIA NO BRASIL**

No entendimento da Instituição Maçônica e sua participação social no Município de Garanhuns é interessante um estudo voltado ao caminho percorrido por ela da Europa ao Brasil, destacando a relevante participação de seus membros em movimentos revolucionários e decisivos da História, embora esta relevância tenha sido ocultada por muitos historiadores. Foi, portanto, necessário analisar o papel intermediário, que ela assume, das ideias liberais entre os séculos XVIII e XIX, anteriores ao alcance no Município.

O momento de disseminação dos pensamentos da ilustração é favorável à expansão da Maçonaria, de modo que a segunda metade do século XVIII foi marcada pela difusão deste ideário na Europa. Em Portugal, o peso cultural das ordens religiosas era

muito forte, por isto o iluminismo francês não marcou os portugueses da época e sim o italianizado.

É dentro desta perspectiva que:

No período pombalino, multiplicaram-se as academias literárias e científicas, assinalando-se uma intensa atividade no plano intelectual. O fenômeno da sociabilidade, tão marcante no movimento francês, encontrava grande receptividade na sociedade portuguesa que passava a discutir, com base em L. Verney e Ribeiro Sanches, as noções de razão, civilização, progresso e individualismo, tão caros ao ideário ilustrado (BARATA, 1999, p.56).

Todo este fervilhamento intelectual penetra no Brasil através de uma geração de estudantes, filhos de grandes fazendeiros, que vão estudar na Europa e de volta à terra natal trazem novas ideias que podem ser consideradas germes de mudanças.

Mais uma decisiva fonte de inspiração, a da Universidade, não só de Coimbra quanto de Paris, Montpellier e Edimburgo, para onde afluíam os estudantes brasileiros das famílias ricas ou de relacionamento. Rumavam para estudar Ciências, não só apenas Letras. Era a libertação diante da mentalidade jesuítica e legista das elites anteriores, preparando-se para uma concepção mais ousada do papel da inteligência na vida social e das relações entre Metrópole e Colônia (CHACON, 1984, p.17).

Nesse entendimento que traz as Universidades supracitadas, no acolhimento das sociedades, organizações de cunho reflexivo como a Maçonaria, percebe-se que os estudantes foram também o meio pelo qual a Ordem Maçônica se inseriu no Brasil. Apesar de até o final do século XVIII a organização ainda não ter se institucionalizado na então Colônia, já havia uma forte atuação e presença no meio político e reflexivo, provocando questionamentos sobre a estrutura vigente.

(...) o movimento maçônico então nascente logo assumiu um caráter nitidamente antimetropolitano, ou seja, engajado nas articulações de emancipação política da colônia. Isso significa dizer que, neste período, a luta pela emancipação esteve associada à expansão das ideias liberais e à expansão da própria Maçonaria como instituição. Ao recrutar homens dispostos a organizar o movimento de luta contra o Pacto Colonial, as lojas maçônicas criavam, ao mesmo tempo, suas bases e as bases político-

ideológica para o rompimento definitivo com a metrópole (BARATA, 1999, p.59).

Portugal estava em um momento de dificuldade econômica e esta corrente de novas ideias preocupava a Coroa, que mais do que nunca precisava reafirmar a condição colonial no Brasil. O sistema encontrava-se fragilizado, cheio de contradições e conflitos internos e a intervenção da Maçonaria, com um papel estimulante, veio contribuir para o que era tendente acontecer. O sentimento nacionalista já havia despertado em alguns e uma Instituição bem organizada e articulada forneceu a estes ideais um aparato.

É importante ressaltar que nesta situação, não foi apenas a Maçonaria que se expandiu, ocorreu a formação de muitas sociedades secretas. Estas eram uma consequência do próprio Iluminismo que provocou um alastramento, na Europa e na América, de reuniões intelectuais que precisavam manter-se em segredo por ameaçarem à ordem estabelecida.

Nesta pesquisa não é objeto de estudo a análise da História do Brasil junto a Maçonaria, contudo para um melhor entendimento da Instituição e do que ela tem significado para Garanhuns é primordial observar seu trajeto até esta cidade pernambucana.

As conjurações do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais puderam contar com alguns maçons, mas foi apenas na de Pernambuco que a Maçonaria agiu como Instituição. E é esta considerada o primeiro levante a favor da descolonização que se concretizou.

O “Areópago de Itambé” fundado em 1798 por Arruda Câmara, situado na divisa entre Pernambuco e Paraíba, foi acusado de participar de uma conspiração que pretendia tornar a Província de Pernambuco uma república independente, sofreu perseguição e foi desintegrado em 1801. Não é considerada por alguns historiadores uma sociedade maçônica e de fato seus ritos não estão de acordo, mas suas concepções político-ideológicas sim e, após a sua dissolução, foram instituídas algumas lojas que tiveram forte atuação na Revolução de 1817.

Apesar da repressão oferecida ao Areópago, esta Revolução foi fruto de seus desígnios e palco de muitas expressões, grandes homens como Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, Cipriano Barata, Arruda Câmara, Domingos Jose Martins, os padres João

Ribeiro e Miguel Joaquim de Almeida e Castro, entre outros, em sua maioria maçons, se destacaram em tal movimento. O objetivo deste, tornar-se uma República independente, foi alcançado e até conseguiu atrair outras Províncias como Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Durou apenas dois meses e meio, mas deixou fortes marcas sociais, a primeira delas um dano de 1600 revoltosos mortos pela coerção.

No processo que leva à emancipação política ressalva-se o papel da imprensa maçônica na propagação de ideias emancipacionistas. Em evidência: O Jornal Revérbero Constitucional Fluminense, de Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa; Correio Braziliense de Hipólito José da Costa; Reclamação do Brasil de José da Silva Lisboa; o Regulador Brasileiro de Frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio; o Tamoyo, dirigido por José Bonifácio e por Vasconcelos Drummond, Thyfis Pernambucano de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca.

A proclamação da Independência do Brasil foi o fruto de um longo período de revoltas, articulações, conspirações e tensões. Ainda assim não foi logo vivenciada pelo povo. Trata-se de uma mudança provocada por elites que não alterou internamente a estrutura político-social. Além disso, o país encontrava-se em uma situação economicamente crítica.

Há sem dúvida participação de muitos maçons e da própria Maçonaria nos momentos mais culminantes da História brasileira, entretanto foi muitas vezes ocultado. Mesmo assim é de suma importância estar atento às intenções de alguns autores maçons, que se aproveitando da obscuridade dos registros, buscam propagar a imagem da Instituição. É fato que houve contribuições por parte dela, mas como já foi visto, não ocorreu de forma ingênua e sim carregada de intuítos políticos e econômicos, sendo muitas vezes utilizada como instrumento das grandes potências industriais da época.

#### **GARANHUNS: CHEGADA DA MAÇONARIA**

Segundo Cavalcanti (1983, p.14), os registros históricos de Garanhuns em seu início remontam o século XVII com o estabelecimento da tribo dos cariris, denominada Unhauhu, de onde se origina Garanhu, o primitivo nome da terra. O desbravamento dos sertões, a penetração do interior, o começo de guerrilhas dos escravizados negros fugidos

para os “quilombos” dos Palmares, a tentativa de fuga dos homens brancos com a chegada dos holandeses vieram a contribuir para o surgimento de fazendas, sítios e vilas. Datando de 1813 a formação da Vila de Santo Antônio, a *posteriori* cidade de Garanhuns.

Seu crescimento, no decorrer do século XIX, se deu de forma gradual e lenta, basicamente rural, apoiada na agricultura e pecuária, possuía poucas casas residenciais e uma ou outra de comércio, muitos dos proprietários daquelas casas eram fazendeiros que mantinham uma residência na vila apenas para se abrigar nas festas religiosas, passando esta todo o ano praticamente vazia.

O clima agradável atraía pessoas que vinham tratar doenças e outras que se interessavam por este lugar calmo e ameno, dentre estes o senhor deputado Silvino Guilherme de Barros, Barão de Nazaré, que veio a Garanhuns em 1878 para repousar, e voltou para Recife encantado e decidido a intermediar para que a vila fosse elevada à categoria de cidade, o que ocorreu em 1879 ( *ibid.*, p.193).

No final do século XIX e começo do século XX, Garanhuns tão nova em sua emancipação política, contudo bem conceituada dentro do Estado, quando estava se tornando uma das mais importantes cidades, por sua participação econômica e sua forte representação política. Isto só foi possível de forma tão rápida devido à construção do terminal ferroviário, em 1887.

A cidade encontrava-se na ocasião em esplendor e dinamismo, atraindo visitas célebres e com bom desenvolvimento econômico, foi neste momento que contou com um maior desenvolvimento educacional com a fundação de colégios como o Quinze de Novembro e logo depois o Santa Sofia e o Colégio Diocesano, chegando os colégios da rede pública um pouco mais tarde, somente no início dos anos sessenta, os acontecimentos já do século XX foram marcantes para a História educacional da jovem cidade.

Este espaço foi propício à formação de uma cidade de homens cultos, interessados nas letras e de costumes pouco habituais em outras cidades, o de leitura, de reuniões intelectuais, discussões filosóficas e preocupados com assuntos sociais, o que se afinava com a ideia de “civilizados” no país, conforme era intencionado.

Dentro desta realidade, a Maçonaria encontra um campo fértil para sua disseminação, aos poucos vai adentrando no convívio social e intelectual da região,

através de personalidades como: comerciantes, estudiosos, pesquisadores que em Garanhuns então residiam.

Foi no ano de 1903 que se deu a criação da primeira Loja maçônica na cidade, a Loja Mensageiros do Bem, ligada à Ordem Grande Oriente do Brasil, que segue o rito escocês, antigo e aceito. Guarda características típicas da origem e se adequou às condições da realidade histórico-social do Município.

Localizada no centro da cidade, na Avenida Barão do Rio Branco, onde ainda encontra-se até os dias atuais. Logo após a sua organização, seus membros trataram de fundar a Escola Sete de Setembro - hoje extinta - para alfabetização de adultos e crianças carentes, iniciando assim na época uma obra social muito forte, também criou a Biblioteca Manoel Arão, com um grande acervo de obras preciosas, que acabou servindo de inspiração para a criação de outras bibliotecas no Município e continua atendendo o público garanhuense, até hoje.

A chegada da Maçonaria a Garanhuns está relacionada à estação ferroviária, foi o engenheiro da Great Western, Eronides de Holanda o responsável por sua disseminação, ele era maçom de um grau elevado, e aqui chegando em contato com um grupo seletivo que existia na cidade, de homens cultos, poetas, jornalistas, entre outros, começou a divulgar o que era a Maçonaria, criando um grupo que se interessou em estudar tal instituição. A primeira loja maçônica foi então cogitada antes de 1903, na voz de maçons acredita-se que as primeiras reuniões foram realizadas na casa do já citado Eronides de Holanda, que corresponde hoje à casa do Bispo Diocesano.

Já em seu próprio prédio, a Maçonaria realizava reuniões atuando de forma notável no Município que prosperava. Até que em meados da década de 30, com o Governo de Getúlio Vargas, a Loja Mensageiros do Bem sofreu forte repressão, tendo as portas fechadas e suas reuniões coibidas. Os seus membros tiveram que se encontrar em suas próprias casas, às escondidas daqueles que vigiavam. Os arquivos, documentos, livros foram rasgados, queimados e jogados a rua e sua História é prejudicada pela ausência dessas fontes. O que foi uma perda não só para a Instituição como para a sociedade e a História do Município.



No período da ditadura militar, enquanto sociedade fechada, mais uma vez foi reprimida. A Maçonaria provocou por muito tempo temor às ordens vigentes em diferentes épocas e lugares, em Garanhuns não foi diferente. O que faz perceber ainda hoje na sociedade uma sombra de ideias preconceituosas que podem ser oriundas desse processo repressor. Embora os maçons afirmem que a relação de sua Instituição com a sociedade garanhuense seja conveniente, observa-se por parte da população certa repulsa ou desconhecimento.

Em 1975 houve a inauguração de uma nova loja maçônica chamada Bandeirantes da Ordem, que há algum tempo já realizava suas reuniões dentro da Loja Mensageiros do Bem, mas que pertence a Ordem da Grande Loja de Londres e também segue o rito escocês, antigo e aceito.

Esta Loja também acolheu algumas reuniões até a construção do prédio de uma nova loja, Unidos de Nazaré, que foi iniciada no ano de 1991, e pertence ao Grande Oriente Independente de Pernambuco, do mesmo modo segue o rito escocês, antigo e aceito.

A sociedade mais ampla não tem o conhecimento da existência de Lojas Maçônicas em Garanhuns, muitas vezes passam despercebidas por seus templos, realidade não só do Município em estudo, mas também de outros, bem como a identificação de símbolos maçônicos nas entradas de várias cidades, e talvez isso seja uma questão de descaso com a própria história, pois isso não se dá só com as lojas Maçônicas, mas com praticamente todos os prédios e pontos históricos da cidade. Neste sentido, para modificar esta visão haveria necessidade de um trabalho intenso junto às escolas, através da implementação de aulas sobre a história municipal, por meio de divulgação durante as principais atividades culturais da cidade.

#### **ATUAÇÃO DA MAÇONARIA NA FUNÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE GARANHUNS**

A partir da entrada da Instituição em Garanhuns, o clima intelectual que o município ofereceu de forma ampla tem sido propício ao desenvolvimento de sociedades de cunho filosófico e a Maçonaria se destaca nesse meio. A sua História em Garanhuns já é secular e embora os maçons entrevistados aleguem a não participação política da mesma, observa-se que a maioria dos maçons, reconhecidos na sociedade como tais, são influentes

nesta dimensão. Exemplo disso são cargos políticos, entre prefeitos e secretários, que já foram ocupados no Município. Há também informações que a Câmara dos Deputados conta em média cinquenta e seis membros da Instituição, quando se faz a análise da atuação da Maçonaria na História brasileira nota-se o seu evidente envolvimento político.

A reconstrução histórica carece de uma valorização da memória, fonte primordial da produção desta parte da pesquisa, que se baseia na entrevista de pessoas da sociedade local e de membros da Maçonaria, para entender como se dá essa relação, sendo necessário interpretar as falas dos mesmos a partir da visão de oralidade e memória de Antônio Montenegro. *“À medida que os depoimentos populares são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que os segmentos populares têm das suas vidas e do mundo ao redor.”*(MONTENEGRO, p. 16, 1994).

Neste sentido, de compreender melhor a atuação da Maçonaria, foram entrevistados cinco maçons e quatro não maçons. Ao tratar-se da relação com a sociedade local os maçons declaram-na boa, atuante no campo social, porém na sua maioria asseguram a necessidade que a Instituição encontra hoje em se abrir mais para a população reconhecendo a barreira que o segredo lhe traz. Já os não maçons, entre eles o entrevistado E que pertence à classe média afirma ter ouvido falar: *“É já ouvi falar que ela ajuda a população carente da cidade. Inclusive já ouvi dizer que ela costuma distribuir alimentos e, fazer campanhas de agasalhos na época do inverno”*.

Quanto ao entrevistado D, de baixa renda, afirma que: *“Não sei de ajuda dessa Instituição não, se eles ajudaram alguém, no meu bairro que não foi...”*. Nesta fala, percebe-se que ainda há pessoas sem conhecimento da atuação da Maçonaria, quando não, desconhecem até mesmo o que seria a entidade.

Os trabalhos sociais da Maçonaria são pouco conhecidos, segundo seus membros, eles pretendem seguir o preceito da Bíblia: *“faz com a mão direita para que a outra não saiba”*. Isto pode ser considerado benéfico e ao mesmo tempo prejudicial porque as pessoas desconhecem a Maçonaria e tendem a acreditar que é um lugar onde homens de preto se reúnem às escondidas e não fazem nada de útil. E, segundo os maçônicos, criam-se mitos diante das vestimentas escuras, onde na realidade são para simbolizar o luto diante das injustiças e desigualdades sociais no país, da não participação das mulheres,

quando se sabe que elas têm importante função nos trabalhos sociais, e são respeitadas por eles, do segredo que causa receio e uma idéia de algo perigoso, como sociedade conspiratória, inúmeras idéias distorcidas perseguem então a Instituição Maçônica.

A Maçonaria declara-se preocupada com assuntos sociais, desde sua chegada a Garanhuns com a Loja Mensageiros do Bem tem contribuído. No início, criou duas escolas para atender a comunidades carentes, depois, há quatorze anos atrás, achou por bem transformar estas escolas em uma creche que atende ainda hoje, funcionando integralmente. A mesma, atualmente, está localizada no bairro mais violento e pobre da cidade, o Manuel Chéu. A creche atende as necessidades dos pais e da criança, tomando conta da criança desde o nascimento até os quatro anos de idade, oferecendo assistência médica, assistência farmacêutica, roupas, higiene, alimentação e a escolinha maternal, proporcionando assim aos pais disponibilidade para trabalhar durante o dia, já que a criança só volta para casa à noite.

A mesma Loja unida às instituições como Lions Club, Rotary e Igreja Católica criaram um abrigo para atender senhoras idosas, o Abrigo São Vicente de Paulo, na cidade de Garanhuns. A necessidade da criação deste Centro Social foi percebida na observância da existência de um grande número de mendigos pelas ruas da cidade. Fator que colaborou para evitar a falsa mendicância, um problema grave da época. Hoje já se cogita a idéia da criação de um centro para acolher os senhores idosos, uma vez que o outro Abrigo só atende a mulheres.

A Loja Bandeirantes da Ordem mantém em seu estabelecimento uma escola onde funciona uma turma com programa de Alfabetização Solidária, sabendo-se que a mesma esta localizada em um bairro pobre da cidade, o Indiano, acredita-se que este trabalho educacional só vem favorecer a comunidade. Ao mesmo tempo estuda um projeto para a fundação de um pequeno posto de saúde cuja função é dar assistência médica e odontológica.

É apoiada também pela Loja, uma sociedade de jovens, os DeMolay, filhos de pessoas comuns, integra meninos na faixa etária de doze a vinte e um anos de idade, e podem depois a convite de algum maçom e obviamente se tiver uma boa conduta, fazer parte da Maçonaria. Esta sociedade tem como objetivo realizar estudos e discussões, neste

sentido é importante destacar que eles têm a sua filosofia própria, sendo interessante para a formação desses jovens.

A Loja Unidos de Nazaré colabora com diversas campanhas, entre elas doações de cestas básicas e agasalhos, e ainda na manutenção de uma creche no bairro do Magano. O entrevistado B afirma que: *“Nós nos sentimos no dever e obrigação de ajudar, então, esta é uma relação muito boa da Loja, não só da nossa Loja, mas de toda a Maçonaria com a sociedade de Garanhuns”*.

A princípio a mulher não podia ser maçom, hoje se tem conhecimento de que esta situação vem sofrendo suaves modificações e elas estão ganhando espaço na Instituição. No Brasil, já existe uma Loja mista, em Mato Grosso, onde uma mulher exerce a função de 1º Vigilante que é a segunda autoridade de uma Loja maçônica.

As mulheres esposas de maçons, conhecidas como cunhadas, são intercessoras nos trabalhos sociais, sendo assim seu papel de grande destaque. O que também pode ser evidenciado na fala dos seus membros.

Ao se pronunciar o entrevistado A diz:

Aí de nós se não fossem as mulheres! A mulher é a pedra fundamental... É a mulher que é mãe, que compreende, que pondera, e que nos auxilia nos trabalhos sociais. Ela trabalha muito mais que nós... Se o país fosse governado por mulheres talvez não haveria tantos problemas a serem resolvidos.

Enquanto o entrevistado C:

A mulher sofreu muito na sociedade porque ela foi sempre vista como a coitadinha, como incapaz, como se ela não pudesse fazer ou deixar de fazer algo, sempre esta tutelada a alguém ou a alguma situação... Se a mulher tivesse cem anos mais cedo se libertado desse mundo, seria diferente, hoje nós tínhamos mais mulheres no poder... Se a gente olhar as mulheres, em geral são mais ponderadas que os homens. Eu acredito que no dia que as coisas mudarem as mulheres vão assumir o seu papel no nosso seio de que foi primazia dos homens.

Há muito a ser desmistificado no ideário da sociedade frente à Maçonaria, e isto tem sido trabalhado levemente no decorrer do tempo, exemplo disto é o desfile que ocorre

anualmente na cidade no dia sete de setembro, data de Independência do Brasil e, que desde 2005 começou a contar com a participação dos maçons, expondo os símbolos e vestimentas da Instituição o que é uma tentativa de aproximação com a população.

Seu envolvimento com as igrejas locais em Garanhuns, é passivo, conquanto se tratando de uma Instituição filantrópica poderia haver uma aproximação maior. Ora, não há mais acirramento declarado e não haveria porque isto hoje.

Devem-se separar as ações da Instituição maçônica dos trabalhos individuais de alguns maçons, e que em qualquer lugar do mundo eles encontram mãos amigas, por ser este um dos papéis fundamentais dentro do filosofismo maçônica, o de estar a dispor do seu irmão em toda situação que necessitar.

Faz aqui entender que as associações preocupadas com o melhoramento social no Município, trabalhassem unidas, fortaleceria e facilitaria, uma vez que viria envolver mais pessoas neste sentido. Na vida social a Maçonaria precisa neste processo de modernização abrir-se, não só para a sociedade, mas também para as outras instituições, poderia exercer outros trabalhos sociais. Esta situação de lenta aproximação com o mundo externo pode ser considerada por sua história, mas hoje as barreiras deixadas por estas circunstâncias devem ser rompidas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na pesquisa, percebe-se que seu segredo atrapalha em muito a desenvolvimento da Maçonaria junto à sociedade, na realidade ele não tem um verdadeiro sentido além do tradicional. E só vem a atribuir força a série de mitos, como o de sociedade satânica, de adoradores de deuses, de que todo maçom pertence à alta sociedade, criados no decorrer de toda sua história e se encontra engessado no imaginário social.

Essa onda de mistério tem gerado uma perturbação quanto às fontes, deixando uma página em branco na História, não só local, mas também nacional. Uma Instituição que agiu de forma constante não pode deixar de ser mencionada, inclusive nos livros didáticos.

A Maçonaria não se disseminou em Garanhuns, ou seja, não houve um crescimento no sentido progressista da palavra, visto que cada uma das três lojas pertence

a uma ordem ou potência diferente. Estas cisões internas da Instituição são de difícil compreensão para o senso comum, e alguns pesquisadores, sobre a qual é entendida como uma sociedade una, quando se percebe que ela tem muitas divisões e particularidades nas ações dos maçons.

Esta pesquisa não pretendeu defender ou criticar a sociedade maçônica, muito menos as concepções populares, sabendo que para todas essas situações existem explicações históricas, e sim levantar questionamentos para se pensar ao seu respeito e assim poder suscitar um entendimento, uma compreensão científica que deverá ser buscada por outros estudiosos.

O estudo fez perceber mais sobre a História de Garanhuns e que tem muito a apresentar na sua (re)construção, bem como desmistificar a Instituição maçônica frente à população, trazendo questionamentos dentro da temática, despertando a curiosidade e instigando a busca do conhecimento da história local e da Instituição, voltando à atenção para os problemas sociais da cidade em que poderá servir de suporte para outros estudos que aprofundem mais sobre o tema investigado.

Desse modo, não se pode esquecer o papel social que a Maçonaria exerce discretamente e, hoje, na cidade de Garanhuns é o que a justifica. Seus objetivos poderiam até ser mais alcançados, em longo prazo, à medida que se aproximassem mais dos cidadãos e de outras instituições podendo, assim, trabalhar melhor na perspectiva da igualdade social dos garanhuenses, de brasileiros, de homens e mulheres no mundo.

## **REFERÊNCIAS**

BARATA, Alexandre Mansur. Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: CMU – Editora da Unicamp, 1999.

BENIMELI, J.A.F. CATRILE, G.; ALBERTON, U. Maçonaria e igreja católica: ontem, hoje e sempre. 4ªed. São Paulo: Paulus, 1998.

CAVALCANTI, Alfredo Leite. História de Garanhuns. Recife: Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 1983. v. 18

CHACON, Vamireh e LEITE, Leonardo (org.). O Thyphis Pernambucano / Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Brasília: Senado Federal – Centro Gráfico, 1984.

D'ALBUQUERQUE, A. Tenório. A Maçonaria e a independência do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Espiritualista, 19 –.

LYRA, Jorge Buarque. A Maçonaria e o cristianismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Barão S. Felix, 1953.

MENDES JÚNIOR, Antonio, (org.) et al. Brasil história: texto & consulta – império. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória: a cultura popular revisada. 3ªed. São Paulo: Contexto, 1994. – (Caminhos da História)

VIANA FILHO, et al. A inteligência multiforme de José Bonifácio: o pensador, o poeta, o político (...). Rio de Janeiro: Paralelos; Brasília: INI, 1974.



## **AS TRANSFORMAÇÕES DA CIDADE MEDIEVAL: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS (SÉC. XII – XIV)**

Daniel Oliveira de Medeiros<sup>64</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Entre os séculos XII a XIV ocorreu um crescimento das cidades no medievo, iremos analisar alguns aspectos que contribuíram para esse desenvolvimento. Para isto, serão debatidas temáticas como: a economia que permeia as cidades e a sociedade derivada dela, em conjunto com os papéis referidos a cada indivíduo alusivo ao recorte temporal exposto anteriormente.

O crescimento das cidades medievais está pautado no desenvolvimento econômico advindo da produção e comercialização dos excedentes agrícolas e do aumento demográfico na Europa Ocidental entre os séculos XII e XIII. Nestes séculos, o setor de produção era essencialmente agrícola sob o domínio senhorial, baseado na exploração da terra por camponeses, servos de um senhor feudal, que exercia sobre os mesmos poderes e direitos.

As cidades nasciam geralmente próximas às terras de algum senhor, nas localidades chamadas de burgos, uma espécie de pequeno povoado fortificado onde os produtores levavam seus produtos e lá faziam uma espécie de feira trocando suas mercadorias por outras ou por dinheiro. Os moradores dos burgos dedicavam-se a atividades ligadas ao comércio e à produção artesanal, e eram chamados de burgueses, cujo crescimento e poder desse grupo social se consolidariam no século XIX como classe, com a Revolução Industrial de 1750.

Daí organizou-se a produção e surgiram máquinas como os moinhos hidráulicos que eram utilizados tanto no beneficiamento de grãos como também pelos moleiros e outros que se dedicaram aos ofícios têxteis.

---

<sup>64</sup> Discente do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientador: Prof. Dr. Elton John – Departamento de História (UFRN). E-mail: [irdanielmedeiros@hotmail.com](mailto:irdanielmedeiros@hotmail.com).

Esse contexto é composto também de Corporações de Ofício que se dedicaram a atividade artesanal com destaque na produção têxtil, ou seja, a produção de tecidos de lã e seda, entre outros. Nessas corporações, onde todos desenvolviam uma atividade congênere, encontravam-se pessoas de uma mesma profissão, de uma mesma religiosidade e que mantinham um corporativismo funcional mútuo.

Os principais produtos comercializados são os grãos, vinho, sal, couros, peles, tecidos, minerais e metais além de madeira, sendo as feiras o ponto de encontro de pessoas e culturas haja vista que nessa dinâmica comercial havia trocas de saberes, experiências que possibilitaram avanços em diversas áreas do conhecimento.

Ocorria entre os senhores e cidadãos um intenso jogo de interesses. Os senhores pretendiam continuar exercendo um amplo domínio sobre os habitantes e seus negócios que aconteciam dentro de sua área de jurisdição, enquanto os cidadãos, representados pelos burgueses, tinham como diz Jacques Le Goff:

[...] três preocupações essenciais: o direito de enriquecer, o direito de administrar e a possibilidade de dispor facilmente da mão-de-obra. É preciso, portanto, que não haja sobre a produção artesanal e o comércio direitos senhoriais exorbitantes; os burgueses devem ser livres e poder dedicar-se aos seus negócios, ter o direito de se reunir livremente e a possibilidade de controlar a vida econômica e administrativa da cidade; todos os habitantes devem ser livres como os burgueses, que poderão assim obter a mão-de-obra, sobre a qual não pesa nenhuma coação senhorial. Atendidas essas condições, os burgueses não têm razões para se opor ao modo de produção senhorial, que lhes proporciona a baixo preço as matérias-primas para o artesanato e o comércio. (LE GOFF, 1992, p.56)

Nesses embates, vemos a burguesia buscando um espaço cada vez maior e inevitavelmente ocorreram choques por vezes violentos nos quais os cidadãos buscavam uma maior autonomia enquanto os senhores cediam o mínimo em seus direitos e lucros.

As cidades do período medieval se caracterizaram por seu dinamismo e equilíbrio, independente da sociedade que as construiu, seja ela urbana ou rural. Na sua estrutura se destaca principalmente as muralhas com o objetivo da proteção almejada no período e erguida sob a responsabilidade da Igreja. No século XII a esfera econômica da cidade é

marcada, em sua primazia, pela prática agrícola na qual é denominada de “modo de produção feudal”<sup>65</sup>.

Sob esta ótica ocorre uma relação e atuação mercadológica em que o senhor passa a adquirir os seus bens com a venda dos produtos da terra, e o camponês, com o pouco que adquire, através de seu trabalho paga a fatia monetária ao senhor e depois comercializa seus bens. Nesse sentido, percebemos a importância do mercado urbano para, até então, o mundo rural. Esse mercado passa a ser indispensável ao mundo urbano na qual há a necessidade do uso dele por parte do senhor, para a venda de seus produtos e adquirir bens que deseja, e do lado do camponês, para possuir bens de que precisa, e que ele não produz, e com isso passa a comercializá-los. Portanto, o mercado torna-se um fenômeno social devido aos atos coletivos ocorridos em seu território.

É a partir dele que entra em atuação o sistema feudo-burguês<sup>66</sup> que priorizava, além da prática agrícola, a integração campo e cidade numa única realidade culminando na expansão das cidades. Isto ocorria devido a esse sistema não visar à acumulação, por meio disto, esses espaços passaria a ter senhores urbano, contudo, em sua maioria não dominante por estarem sujeitos aos burgueses. Essa situação levou, por exemplo, ao não desenvolvimento do sistema capitalista nesse período.

As relações estabelecidas entre o espaço urbano e o feudalismo são permeadas por falsas visões que constroem a cidade medieval, entre elas destaca-se: a ideia de que se trata de um fenômeno, essencialmente, “antifeudal”, quando na verdade ela encontra seu lugar no sistema feudal e forma com ele novo sistema que se renovava rapidamente por meio de empreendimentos sem longa duração. É um território marcado pela lógica econômica relacionada mais ao dinheiro do que a terra e por seu sistema de valores de caráter vertical, de duração, de ociosidade, e largueza. A partir disso inaugura-se uma

---

<sup>65</sup> Modo de produção Feudal, segundo (FRANCO JUNIOR, 2004, p.120), é o conjunto da formação social dominante no Ocidente da Idade Média Central, com suas facetas política, econômica, ideológica, institucional, social, cultural, religiosa. Em suma, uma totalidade histórica, da qual o feudo foi apenas um elemento.

<sup>66</sup> Feudo-burguesa: adjetivação dada por José Luis Romero (82) à fase, entre 1150 e 1300, de grandes transformações globais que iriam aos poucos descaracterizar a sociedade feudal clássica ou feudo-clerical\*, com a lenta mas firme difusão dos valores sociais burgueses. (Franco Júnior, Hilário, 1948- A Idade média : nascimento do ocidente / Hilário Franco Júnior. -- 2. ed. rev. e ampl. -- São Paulo : Brasiliense, 2001).

nova concepção de tempo, trabalho e do cálculo que dá início a *deterioração* do sistema feudal.

Nesse sistema em transição ainda havia limitações que impediam a total liberdade dessa burguesia ascendente, entre elas está o poder exercido pelos senhores feudais no solo urbano a partir de prerrogativas dominantes, esses sujeitos não se restringiam apenas à nobreza aristocrática, mas incluíam membros que compunham o corpo eclesiástico e que em alguns casos exerciam seu poder sobre partes consideráveis da cidade. Dessa forma, como aponta Le Goff<sup>67</sup>, os burgueses eram os burgueses de um ou outro desses senhores, eles geralmente eram julgados por este corpo eclesial em questões civis ou criminais. A administração do ban, denominado, era exercida em nome do abade por dois oficiais senhoriais, que defendiam os interesses dos nobres, por um monge e pelo prefeito. Por seu intermédio o abade cobrava diversas taxas, fiscalizava as transações comerciais, verificava os pesos e as medidas cuja guarda era confiada ao deão da abadia.

Essas questões além de estarem atreladas a funções organizacionais da cidade e do comércio, envolviam também uma tentativa da Igreja de combater a usura, condenada no período. Em suma a comunidade burguesa nessa época não gozava de uma representação permanente e não poderiam reunir-se sem autorização do abade, entretanto essa realidade não se aplicava a todas as regiões, uma vez que em Chartres a burguesia como intermediária desenvolve seu papel entre os poderosos e o mundo em evolução, chegando a enriquecer com negócio de excedentes e abusando dos poderes consentidos aos seus membros. Alguns chegaram a adquirir no século XIII em Metz terras enfeudadas no interior da cidade apesar de certa resistência dos senhores eclesiásticos. Eram os limites do sistema feudal que começavam a se fragmentar com o surgimento de novos sujeitos e novas práticas.

Forja-se assim um espaço de “liberdades”, que se caracterizava pelo comércio e artesanato intimamente ligados ao seu desenvolvimento e autonomia. Os produtos que movimentavam o grande comércio dos centros urbanos eram predominantemente os grãos, o vinho, o sal, os couros e as peles, os tecidos, os minerais, os metais e a madeira. A hierarquia dos homens, envolvidos nessas atividades econômicas, estava divididas em três

---

<sup>67</sup> LE GOFF, Jacques. O apogeu da cidade medieval p. 58.

tipos de negociantes, os artesãos-lojistas, os mercadores e os banqueiros. Eles atuavam, a princípio, nas feiras e no mercado de caráter local ou regional.

Durante os séculos XI e XII as cidades desenvolveram com a multiplicação de habitações de forma desordenada. Nos períodos do ano em que as estradas se tornavam intransitáveis, mercadores procuravam cruzamentos de grandes rotas em portos fluviais e marítimos, ou próximos a castelos fortificados e ali se instalavam fazendo surgir bairros mercantis, inicialmente compostos por “um emaranhado de vielas, cloacas e pocilgas” exprimidas entre muralhas e portões que se fechavam a noite. Esses burgos, nascidos próximos aos domínios dos castelos ou catedrais, não tardaram muito tempo sobre o jugo dos senhores feudais, obtendo sua autonomia em outro momento através da compra da carta de franquia, mediante uma indenização paga ao conde ou barão ou pela guerra.

Os grupos ascendentes desse movimento urbano no medievo procuraram como já foi mencionado, se integrar ao mundo rural e feudal, adquirindo terras e palácios e posteriormente casando-se com membro da aristocracia, apesar de serem vistos com maus olhos, tendo a sua profissão associada a grandes tentações condenadas pela Igreja. José de Assunção Barros<sup>68</sup> levantou a discussão de que o aparente crescimento urbano não significaria nenhuma razão primordial para que os senhores feudais lutassem contra a atuação da burguesia, senão nas ocasiões em que os burgueses, individualmente, e as comunidades urbanas, passaram a disputar esses espaços ou tentaram privar os senhores da totalidade de seus direitos na cidade.

Quanto aos burgueses não teriam, nenhuma razão primordial igualmente para se oporem ao sistema feudal, tendo em vista que eles se beneficiavam da produção senhorial e de seus excedentes. Os confrontos entre esses grupos só surgem em três situações específicas, quando ocorre o exercício exorbitante dos direitos senhoriais sobre o comércio, ou quando se cria obstáculos para os burgueses exercerem sua autonomia na cidade, além de quando era restringida a essas comunidades sua liberdade pessoal. Deste modo, o que desestabilizava essas relações era o ataque ao direito burguês de enriquecer, e de autonomia administrativa, admitindo choques entre os interesses desses grupos

---

<sup>68</sup> BARROS. Cidade Medieval e Feudalismo – Um balanço da questão. Artigo publicado na revista *Publicatio*, 16, n°2. Ponta Grossa: UEPG, 2008. p.289-300.

indistintos. De resto, os acontecimentos costumavam a evoluir no tocante a adaptação entre as cidades e as forças senhoriais.

O burguês, enquanto termo, só irá se consolidar por volta do século XIV, definindo como uma categoria jurídica frequentemente definida pelo pagamento de uma taxa. Dessa forma, reconhecer a burguesia a partir desse conceito é admitir o surgimento de uma categoria social original, segundo Le Goff, na história do Ocidente. Apesar de não haver ainda um espírito de lucro e de ganho nesse novo mundo de agressividade econômica trazida pelos burgueses. Eles desconhecem a poupança, mas já se lançam nos prazeres antes restritos somente à nobreza, é na verdade um espírito de ascensão social diferente do desperdício comungado pela nobreza medieval.

Com a crise que afeta o sistema feudal no século XIV, tem-se início uma estratificação dessa sociedade com a emergência de grupos marginais, principalmente, num mundo em que o trabalho é instável. Os frutos dessa urbanização acelerada preocupa a Igreja que procura construir uma cristandade pura livre de marginais, estrangeiros, infiéis e heréticos, tornando-se uma das principais responsáveis juntamente com a realeza pela exclusão e marginalização em sociedade.

Em suma, em todos os tempos necessitamos compreender a cidade a partir de sua inserção em sistemas complexos, ou seja, a partir de sua própria organização e do seu modo de vida. Levando em conta aspectos primordiais como a sua função política, econômica e social, distribuídas em relações específicas que irão compor o imaginário triunfante no caso da sociedade medieval.

É a demanda por lucros suplementares e pela aquisição de novos produtos que permeiam o desenvolvimento das cidades no medievo, inserindo nesses espaços novas dinâmicas sociais, econômicas e políticas. Elas irão se constituir sob os antigos espaços e relações medievais, marcadas pela forte presença dos senhores feudais e da Igreja Católica, responsáveis, pela construção de cidades presas às relações de associações, clientelismo e defesa desses territórios, que mais tarde irão adquirir um caráter comercial.

Será no espaço das cidades que os sujeitos irão almejar apesar do jugo senhorial a liberdade pessoal e fundiária, isto é, a liberdade de transferir e adquirir propriedade. Tais

privilégios seriam concedidos por meio da criação de códigos municipais, criando um distrito legal para o qual habitar uma cidade corporativa poderia anular as obrigações de servidão, entretanto esses acordos eram limitados pela influência exercida pelos senhores feudais, que não permitia a perda integral dos seus direitos e de seus lucros.

Dotada de uma forma legal e territorial específica que lhe conferia um *status* excepcional e benefícios, pela exclusão das massas rurais. Entretanto, para poderem exercer o domínio sob os monopólios era preciso se associar em grupos (corporações), uma vez que não havia segurança longe deles, nem liberdade que não reconhecesse as obrigações de uma vida corporativa. Nesse sentido, se configuram os contornos das cidades, em suas relações e estruturas físicas com vias, limites, bairros, entre outros elementos que irão compor essa paisagem coletiva. Trata-se de ambientes mais íntimos, com sistemas de defesa que acompanham o seu crescimento, delimitando a forma, tamanho e imagem da “cidade protegida”, de acordo com Mumford<sup>69</sup>.

As construções arquitetônicas de maior destaque ainda eram as igrejas e as sedes governamentais, que exerciam grande influência na organização social. As cidades são nesse momento domínio de bispos, arcebispos, reis e senhores feudais. Entretanto, o essencial é a conquista de seus habitantes, resultado de uma luta social. Tais lutas irão permitir o surgimento de um novo tipo de estratificação social ligado à economia, à propriedade urbana, ao dinheiro e a influência na cidade. Os indivíduos desses novos estratos nem sempre eram dotados de grandes capitais, desconstruindo assim a imagem da cidade povoada por burgueses no meio de um campo dominado pela nobreza dos castelos. As cidades no medievo constituem territórios de atuação de diferentes setores da sociedade, inclusive, a nobreza que fazia parte dos lucros no comércio, são estratos flutuantes que mais tarde poderão ser adquiridos por meio de acordos selados com casamentos. Trata-se da lenta e gradual inversão de uma sociedade dividida horizontalmente, que aos poucos adquire aspectos verticais, cumulativos de bens e fortunas.

---

<sup>69</sup> MUMFORD, L. A cidade na história: suas origens, transformações, 1982. [...] Quando a ponte levadiça era erguida, e fechados os portões ao pôr do sol, ficava a cidade desligada do mundo. O fato de se achar assim fechada ajuda a criar um sentimento de unidade bem como de segurança (p.331).



## AS FEIRAS

A cidade medieval comumente cercada por muralhas fortificadas não a tornava um lugar de isolamento, haja vista as conexões entre as cidades próximas como ocorreu no Reino Franco sendo que esse comércio estendeu-se através de diversas rotas terrestres e marítimas. Citamos as feiras de Champagne que se situava geograficamente num ponto equidistante que interligou através do comércio povos tanto de outras áreas da Europa como outras que eram ligadas através do mediterrâneo incluindo o norte da África e Ásia.

Leo Huberman<sup>70</sup> diferencia os mercados locais das feiras. Os mercados locais comerciariam apenas produtos locais essencialmente agrícolas enquanto que as feiras Os mercados eram pequenos e negociavam produtos locais, essencialmente agrícolas. As feiras, ao contrário,

Eram imensas, e negociavam mercadorias por atacado, que provinham de todos os pontos do mundo conhecido. A feira era o centro distribuidor onde os grandes mercadores, que se diferenciavam dos pequenos revendedores errantes e artesãos locais, compravam e vendiam as mercadorias estrangeiras procedentes do Oriente e Ocidente, Norte e Sul (HUBERMAN,1986, p. 19).

As feiras se revestiram de tamanha importância que em Champagne<sup>71</sup> foram criados acordos comerciais vantajosos para atrair a vinda de mercadores dos mais variados países que desfrutavam de vantagens especiais bem como a promessa de segurança no trajeto através de salvo-condutos essencial nesse período onde os ladrões assolavam as rotas de comercio. Havia também isenção de pedágios como incentivo. Evidentemente que as taxas cobradas para comercialização de produtos nessas feiras eram compensadoras para aqueles que detinham o controle do espaço onde essas feiras eram realizadas. Outro fator de relevância era a presença de trocadores daí entendemos que as feiras eram importantes não apenas por causa do comercio de produtos, mas também das transações financeiras que ali eram realizadas.

---

<sup>70</sup> HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. P.19.

<sup>71</sup> HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. P.20.

## **A USURA**

Apesar das concessões aos burgueses, principalmente os senhores eclesiásticos continuavam a “amofiná-los” em seus negócios, condenando o lucro que chamavam de usura<sup>72</sup> principalmente quando advindos das transações econômicas de empréstimos a juros ou outras práticas equivalentes.

Apesar desses desentendimentos os senhores terminaram por adaptar-se à dinâmica da cidade e esta ao modo de produção senhorial.

No século XII a necessidade de dinheiro vai de encontro à insuficiência das disponibilidades pecuniárias principalmente dos camponeses da Idade Média, haja vista que a venda de produtos agrícolas nesse período era de baixo valor. LE GOFF diz que “nos Pirineus orientais, no século XIII, um grande numero de homens do campo tinham judeus como credores de empréstimos”.

A Igreja nesse período condenava veementemente a prática de usura entre cristãos o que também acontecia entre os judeus tendo por base a Bíblia e a Torá. Essa prática, porém acontecia entre judeus e cristãos ou vice-versa. A taxa desses juros advinda desses empréstimos chegava a 20%.

Até o século XIII as instituições monásticas eram quem emprestavam, depois,

Quando o emprego do dinheiro urbanizou-se, os judeus desempenharam um importante papel de emprestadores, uma vez que, segundo a Bíblia e o Antigo Testamento [...] o empréstimo a juros era, teoricamente, qualquer que fosse o caso proibido entre cristãos, por um lado, e judeus, por outro, mas autorizado se de judeus para cristãos e vice-versa, e os judeus, mantidos fora da agricultura, acharam em certos ofícios urbanos, como a medicina, uma fonte de rendimentos que puderam aumentar emprestando a cristãos urbanos sem fortuna (LE GOFF, 1924. p.42).

---

<sup>72</sup> LE GOFF. *A Idade Média e o Dinheiro*, 1924. p. 42. O Código de direito canônico classificava como usura “tudo aquilo que se pede em troca de um empréstimo para além do empréstimo em si mesmo; pedir isso é um pecado proibido pelo Antigo e o Novo Testamento; a só esperança de um bem de retorno para além do bem emprestado é um pecado; as usuras devem ser integralmente restituídas a seu verdadeiro dono; preços mais altos por uma venda à credito são usuras implícitas”.

Considerada pecado pela Igreja Católica, a Usura era proibida com base no Antigo e Novo Testamento,<sup>73</sup> porém permitida aos estrangeiros.

A prática da usura, com a expulsão dos judeus nos séculos XII e XIII de partes da Europa passou para os cristãos, desconstruindo assim a ideia antissemita do século XIX.

No mundo medieval islâmico nesse interim havia um equivalente controle exercido pelos dogmas religiosos onde também condenavam a prática da usura. Isso porque, segundo os dogmas do islamismo, a usura não é nem comércio nem lucro, e é completamente contrária ao zakat<sup>74</sup>. O Profeta Muhammad pregava que “Deus amaldiçoou aquele que cobra juros, aquele que os paga, aquele que redige o contrato e aquele que testemunha a transação”. O livro sagrado do Alcorão, portanto, rechaça a prática da usura. Vejamos:

“Quando emprestardes algo com usura, para que vos aumente (em bens) às expensas dos bens alheios, não aumentará perante Deus; contudo, o que derdes em zakat, anelando contemplar o Rosto de Deus (ser-vos-á aumentado)”. (Alcorão 30:39).

“Ó crentes, não exerçais a usura, multiplicando (o emprestado) e temei a Deus para que prospereis”. (Alcorão 3:130).

“Ó crentes, temei a Deus e abandonai o que ainda vos resta se sois crentes!” (Alcorão 2:278).

## **O JUSTO PREÇO**

Quando as corporações aumentavam os preços das mercadorias e auferiam lucros excessivos, as autoridades municipais poderiam intervir, abolindo os seus privilégios ou licenças para comercializar. Conforme a descrição de um juramento proferido por Bailio de Carlisle, ao tomar posse no cargo [...] Fiscalizarei para que toda sorte de mercadorias que venham a este mercado sejam boas e integrais, e vendidas por preço razoável

---

<sup>73</sup> Deuteronômio 23:19,20 - A teu irmão não emprestarás com juros, nem dinheiro, nem comida, nem qualquer coisa que se empreste com juros. Ao estranho emprestarás com juros, porém a teu irmão não emprestarás com juros; para que o Senhor teu Deus te abençoe em tudo que puseres a tua mão, na terra a qual vais a possuir.

<sup>74</sup> Zakat é uma palavra árabe que não tem outra correspondente na língua portuguesa. Dentre os seus significados possíveis estão aumento, crescimento, purificação. O zakat diz respeito à responsabilidade social que o muçulmano deverá ter em relação ao seu semelhante. Uma espécie de contribuição para ajudar os muçulmanos sem condições financeiras de subsistência. Esse percentual é de 2,5% da riqueza de cada islâmico.

(Huberman, 1981, p. 41). Essa noção de preço justo durou até que o comércio se ampliasse ou as cidades crescessem.

No início do período medieval, o mercado ainda limitado pelo espaço reunindo apenas os habitantes da cidade e dos campos imediatamente vizinhos. Não tinha ligações com mercados externos e não eram afetados pelos mesmos, sendo seus preços determinados apenas pelas condições locais. Mesmo assim, as condições também eram diversas e os preços só poderiam ultrapassar os valores comumente praticados em caso de escassez de produtos ocasionados principalmente por más colheitas. Nesse caso poderiam ser vendidos aqueles que pudessem pagar por ele alto preço. Isso obviamente é diferente da alta intencional provocada por um determinado grupo que desejasse auferir maiores lucros elevando sem motivos os preços.

Contudo, com o crescimento do comércio, as condições variavam bastante tornando essa prática obsoleta sendo substituída finalmente pelo preço do mercado. Jehan Buridan, reitor da Universidade de Paris no século XIV: "O valor de uma coisa não deve ser medido por sua validade intrínseca é necessário levar em conta as necessidades do homem, e avaliar as coisas em suas relações para com essa necessidade". Assim os preços deveriam variar de acordo com a oferta e procura. Dessa forma a prática do preço justo foi substituído pelo preço de mercado.

## **A FEUDO-CLERICALIZAÇÃO**

A igreja exercia um papel preponderante na sociedade feudal, sendo a maior detentora de terras naquela sociedade agrária onde recebia e concedia feudos. Como instituição religiosa, controlava os homens nos seus aspectos mais íntimos: a consciência (através da confissão), a sexualidade dos indivíduos pelo casamento, enfim, a vida e a morte com os ritos de passagem através da ministração de sacramentos que determinavam a condição de salvo exercendo uma mediação com o divino, ou seja, o único canal de ligação com Deus. Partindo dessa prerrogativa, o clero se colocava acima da lei humana arvorando o direito de superioridade sobre os demais grupos daquela sociedade. O clero devido o Celibato, não se reproduzia, renovava seus quadros com membros oriundos da mais alta nobreza. Foi ela quem legitimou o contrato feudo-

vassálico, justificando assim a dependência servil. Assim a Igreja agia ideologicamente inculcando nas camadas sociais uma imagem de como elas deveriam agir como escreveu o bispo Adalberon de Laon,

“O domínio da fé é uno, mas há um triplo estatuto na Ordem. A lei humana impõe duas condições: o nobre e o servo não estão submetidos ao mesmo regime. Os guerreiros são protetores das igrejas. Eles defendem os poderosos e os fracos, protegem todo mundo, inclusive a si próprios. Os servos, por sua vez, têm outra condição. Esta raça de infelizes não tem nada sem sofrimento. Fornecer a todos alimentos e vestimenta: eis a função do servo. A casa de Deus, que parece una, é portanto tripla: uns rezam, outros combatem e outros trabalham. Todos os três formam um conjunto e não se separam: a obra de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros” (FRANCO JUNIOR, 1992, p.121).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Sociedade Feudal era sustentada num esquema piramidal (oratores, bellatores e laboratores), assim Hierarquicamente distribuída cujas relações sociais e religiosas entre os grupos envolvidos deveriam ser respaldados pela ordem e obediência onde a elite clerical utilizava desses pressupostos para manter-se hegemonicamente sobre as demais, pois segundo o seu discurso ideológico, o Clero detinha um poder divinizado outorgado pelo próprio Deus e dessa forma mantinha o monopólio do sagrado. Essa distribuição hierárquica de ordens impedia uma mobilidade social

Com a ascensão da burguesia, que encontrara no comércio uma maneira de subsistência econômica, essa pirâmide sofre abalos em sua estrutura basilar e ao longo dos séculos citados, esse emergente extrato social passa a cada dia reivindicar uma liberdade que antes era impensável desfrutar dentro do sistema medieval europeu gerando tensões constantes e revoltas quando os seus interesses não eram satisfeitos. Observamos que aos poucos os senhores feudais vão perdendo a sua hegemonia e sendo substituídos pela burguesia, que detentora de um poder econômico, passa a financiar reis onde a cada dia aumentava sua influência dentro de outros setores dessa sociedade.

O comércio em expansão exige novos tipos de transações cambiais com trocas de moedas e conseqüentemente juros advindos dessas práticas que mesmo sendo

condenadas pela Igreja elas continuavam a acontecer o que possibilitava acúmulo de capital. Vale salientar que a prática da usura era condenada pela Igreja e pelo Governo, porém ambos a praticavam em muitas ocasiões.

O acúmulo de capital por parte da burguesia possibilitou também a mobilidade social através de casamentos arranjados com membros da aristocracia. Enfim, o crescimento das cidades do medievo europeu, especialmente no reino franco, permitiu mudanças indeléveis nas relações sociais e econômicas que ocorreram até certo ponto de forma gradual e lenta.

#### **REFERÊNCIAS**

BARROS, José D'Assunção. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Abril/ Maio/ Junho de 2008. Vol. 5 Ano V nº 2 ISSN: 1807-6971

BARROS, José D'Assunção. Cidade Medieval e Feudalismo: um balanço da questão. revista Publicatio, 16, nº2. Ponta Grossa: UEPG, 2008. p.289-300.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A idade Média, nascimento do Ocidente. São Paulo-Brasiliense,2004.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Feudalismo: uma sociedade religiosa, guerreira e camponesa. São Paulo. Moderna. 2002.

LE GOFF, Jacques. O apogeu da cidade medieval/ Jacques Le Goff; (tradução Antônio de Padua Danise). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média /1924; tradução Rogerio Silveira Muoio; revisão técnica Hilário Branco Júnior. São Paulo :Brasiliense, 2004.

MUMFORD, L. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. 2.ed. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 1982.

União Islâmica - O sistema econômico no Islam. Disponível em: <http://www.uniaoislamica.com.br/index.php?r=conteudo/view&id=158> – acesso em 05.08.2016.

## **CAICÓ E SUA ÁREA DE EXPANSÃO URBANA: EMBATES CULTURAIS NAS NORMAS DO ITR E IPTU, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Rui Paulino de Medeiros Sena<sup>75</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho visa o espaço geográfico de Caicó no tempo, especificamente, o Bairro Maynard, Zona Leste e o Bairro Vereador Antônio Bernardino de Sena, Zona Norte nessa cidade como área de expansão urbana de dessa cidade que invadiu o primeiro “Sítio Bulandeira” e o segundo a margem direita do Cemitério Campo Jorge, no terreno que já fez parte da antiga propriedade rural “Arabutan”. Caracterizam-se, dessa maneira não mais um espaço geográfico, mas também o espaço cultural e espiritual dos caicoenses que ficam aborrecidos com a burocracia da legislação municipal para fins de cobrança de impostos como se fosse uma confraria de privilegiados.

Nele temos por objetivo problematizar os loteamentos irregulares frente à cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, no Código Tributário Municipal de Caicó, na vigência da Lei nº 3.282, de 29 de dezembro de 1989, em conflito de normas aparentes com a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que regulamenta a apuração anual do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.

A metodologia sobre tema foi após um levantamento de dados sobre os Bairros, Loteamentos e Ruas de Caicó na história dos discursos nas leis municipais pela análise e estratégia de leitura para produção acadêmica de nas trilhas e lacunas deixadas por Carlos Eugênio de Faria: “Os eventos geográficos e expansão urbana de Caicó: desigualdades e coexistências na urbe” para entender o fenômeno da expansão dos bairros em Caicó frente a tributação dos impostos devidos.

---

<sup>75</sup> Historiador, Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte- Bacharelado –UFRN. Advogado, Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco- FDE-UFPE, Pós-Graduação em Direito Tributário para Magistério Superior *latu sensu* – Especialização em Direito Tributário. E-mail: ruiymsena@gmail.com.



## CAICÓ E SUA ÁREA DE EXPANSÃO URBANA NA CONTEMPORANEIDADE: EMBATES CULTURAIS NAS NORMAS DO ITR E IPTU

O domínio trabalhado será pelo fruto das caminhadas e pedaladas pelos bairros de Caicó, observando a problemática da cultura os loteamentos irregulares, parcialmente privados de áreas verdes, academias públicas e demais carências da modernidade que ainda se encontram muito presente na cidade. Uma forma de resistência e persistência nesse tipo de expansão dos bairros que invadiu o campo. Assim, também não como deixar de falar da dicotomia do espaço rural e do espaço urbano, pois haverá um choque dessas duas culturas, como os costumes e o modo de viver no campo, como também as características e a maneira da *urbe*. Deveras, quando se trabalha o Domínio da História, teremos várias possibilidades de combinações, como ficou registrado no *Campo da História* e defendido por Barros:

Um domínio corresponde a uma escolha mais específica, orientada em relação a determinados sujeitos ou objetos para os quais será dirigida a atenção do historiador (campos temáticos como o da 'história das mulheres' ou da 'história do Direito'. Desnecessário dizer que os historiadores podem unir em única perspectiva historiográfica uma dimensão (por exemplo, a História Econômica), e uma determinada abordagem (a História Serial), e um certo domínio (a História dos Camponeses). Na verdade, muitos outros tipos de combinações serão possíveis, até mesmo no interior de um grupo de critérios, mas deixaremos para mencionar isto no momento apropriado.(BARROS, 2011)

Para dialogar com Barros e contribuir com a nossa problemática, fizemos uso do exercício de pesquisa de Carlos Eugênio de Faria que nos forneceu arcabouço teórico sobre o alargamento do perímetro urbano de Caicó, a partir dos anos de 1970, que mostrou um quadro parcial da degradação humana falta de acesso as “novidades” trazidas pela disponibilização de espaço público na contemporaneidade, vislumbrou-se na arrecadação a substituição do ITR pelo IPTU:

Desde os anos de 1970, com o aumento do perímetro urbano, o avanço da urbe sobre as terras rurais faz com que a Prefeitura perceba uma parcela maior dos impostos. O IPTU substitui o ITR e faz com que a arrecadação aumente significativamente. (FARIA, 2011)

Assim, realizar um estudo sobre a maneira de morar nos bairros, seus serviços de iluminação e de coletas de lixos, elucidar também as suas práticas cotidianas históricas, topográficas e socioetnográficas da vida cotidiana do caicoense que veio da Zona Rural, em busca de trabalho, prestação de serviços, educação, saúde e lazer, principalmente, qualidade de vida, traz consigo as suas raízes da cultura popular de conversas nas calçadas, encontro de esquinas e brincadeiras de meninos, que representamos nas palavras de Michel de Certeau:

O bairro surge como domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja se deslocar-se por ele a pé saindo de sua casa. Por conseguinte, é o pedaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma caminhada, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência. (CERTEAU, 2011)

Entre essa dicotomia entre o “campo” e a “cidade” vamos representar a convivência desses dois mundos ligados direta ou indiretamente da nossa subsistência e das relações de convivências dentro de uma sociedade, com o surgimento de projetos do Governo Federal, “Minha Casa Minha Vida” que facilita e financia os créditos pela Caixa Econômica Federal e a resistência cultural da liberdade muita das vezes desigual, nas palavras de Raymond Williams como um antagonismo negativo entre os dois:

a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. O contraste entre o campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica. (WILIAMS, 2011)

Essa consequência da mudança nas regras de ocupação do espaço sofre uma transformação radical com financiamento de casa pelo capital público, como também na postura do cidadão frente à sistematização das regras escritas da municipalidade que vai disciplinar os espaços públicos e privados, com a coexistência do presente com o passado, assim como os relatos de Raquel Rolnik sobre a história da legislação urbana em São Paulo:

A separação entre a propriedade e a efetiva ocupação ocasionou uma transformação radical na forma da cidade, na medida em que aparecem a figura do loteamento ou arruamento, o desenho das ruas e lotes prévios ao próprio ato de construir. (ROLNIK, 1997)

A política urbana e rural com seus subespaços intermediários com suas funções públicas bem definidas e custeadas pela arrecadação de impostos municipais, para proporcionar conforto e conectividade aos cidadãos caicoenses, mas como a cidade e viva e se expande ora horizontalmente ora verticalmente, necessário se faz a cidade como centro de um lugar de debates, buscaremos fundamentos, desta maneira, na Lei Orgânica do Município de Caicó, como consta no art. 110, em seu parágrafo primeiro a previsão da expansão da área urbana sobre a rural, *ex vi legis*:

Art. 110 – A política de desenvolvimento Urbano, executada pelo Poder Executivo Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar dos seus habitantes.

§ 1º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumprirá sua função social, quando atender as exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressa no plano diretor.[...]

Já a partir de um olhar dobre o Plano Diretor previsto na Lei Orgânica Municipal está materializado na Lei nº 4.204, de 17 de outubro de 2006, para entender e contemplar o desenvolvimento espacial urbano, político e social da cidade de Caicó, com viés voltado para polifonia da história viva da cidade, com um coro de várias vozes nas suas orientações voltadas para o público e privado *ipsis verbis*:

Art. 2º - O Plano Diretor de que trata esta lei, fundamentando-se nos artigos 110 e 111 da Lei Orgânica Município e no que couber nos termos da Lei Federal nº 10.257.2001 – Estatuto da Cidade – é o instrumento básico de ordenamento do desenvolvimento do Município e de orientação de todos os agentes públicos e privados de forma abrangente, contemplando todas as dimensões do desenvolvimento político, social, econômico, espacial, administrativo e financeiro, garantindo o bem estar dos munícipes, promovendo a distribuição equitativa dos bens e serviços urbanos, propiciando a ocupação ecologicamente equilibrada e sustentável do território Municipal e o acesso a terra urbana.

Observa-se que ainda falta a regularização de alguns bairros de Caicó, pois apesar deles serem criados de fato a décadas, descobre-se que de direito não tem uma legislação. Entretanto, em 15 de dezembro de 2011, a Câmara Municipal de Caicó aprovou a Lei nº 4.501 que denominou uma artéria projetada no loteamento “São José da Bulandeira”, de Rua Geraldo Bernardino de Sena, localizado no Bairro Maynard, para fins residenciais, que adveio da propriedade rural do Sr. Jefferson Maynard, dando continuidade a legalização dos bairros em Caicó. Oeste desse Bairro tem a Cidade Judiciária, onde está localizada a Justiça Federal, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça Estadual (Fórum Amaro Cavalcante) e em construção a sede da Promotoria de Justiça Estadual, todas prestadores de serviços a Região do Seridó, revela novos tempos, de um período técnico mais contemporâneo que valoriza o solo nessa área urbana. Noroeste desse Bairro está a Associação Atlética do Banco do Brasil – AABB que trouxe a função de lazer, com quadre de tênis, vôlei, futebol de salão, parque aquático, restaurante, salão de festa e shows. Dessa maneira, o espaço geográfico em expansão, revela-se em arranjos no território, moldado por interferência de fatores externo e internos. Pois, o bom é estar perto de tudo, onde as coisas acontecem. Pelo outro lado, vejamos o conceito de zona urbana no *Código Tributário do Município de Caicó*, da época, regulamentado na Lei nº 3.282, de 29 de dezembro de 1989, conforme talhado no seu art. 4º:

Art. 4º - Para os efeitos deste imposto, considera-se zona urbana a definitiva e delimitada em Lei Municipal onde existam, pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público.

I - meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

A importância dessas duas melhorias será para que fato gerador antes era da União, por conseguinte passa a ser do Município de Caicó, com o aumento da arrecadação do Município, em tese, volte por meio de melhorias das ruas calçadas, clareadas pela

iluminação pública, praças, jardins, áreas verdes, pavimentação, academias públicas, ginásios desportivos, como ilustra Oswaldo Lamartine a melancolia do homem do campo e suas poucas benfeitorias:

Cerca de pedra, pé-de-pedra e arame ou madeira – onde havia fartura de pedra; pé de xiquexique e arame, onde o espinho tomava lugar da pedra – crescendo, se espichando, limitando pastos e retalhando quinhões de herança. Os boqueirões dos riachos tomados por barragens – represando água, criando peixes e vazantes. A tradição do queijo de manteiga ou Seridó se esparramando pelas ribeiras. Os bangalôs crescendo nas ruas sertanejas – ruas já calçadas de pedras e clareadas de eletricidade; barulhenta pela boca ‘estrangeira’ do rádio. As estradas ganhando o chão das caatingas – zoando caminhões. Caminhão que carregava algodão e depois minério, agora também ‘araras’. O sertão crescendo e descaracterizando, parecendo hoje ter vergonha de ontem... (FARIA, 1980)

A dificuldade de legalizar os bairros em Caicó e a especulação imobiliária de pessoas, que compram terreno para investimento como se fosse uma poupança, há aqueles que compram para construir casas de alugueis, lojas para o comércio e escritórios para prestação de serviços. Entretanto, os loteamentos tidos como “clandestinos” resistem nas cidades contemporâneas, também são muito utilizados por população mais modesta para fins de moradias ilegais, mesmo assim com tolerância do Poder Público com esses subespaços de rarefação técnica abandonados a própria sorte, sendo chamado no Rio de Janeiro de “favelas”, não só uma dificuldade do interior do Rio Grande do Norte, haja vista o trabalho de Raquel Rolnik relatar os preconceitos dentro da área urbana de São Paulo de acordo com o tempo e a divisão do espaço:

A legalidade urbana em São Paulo foi construída sobre a divisão de tempos, e a cada um correspondia uma divisão de espaço: tempo do lar, que se dava no interior da casa familiar; tempo de trabalhar na fábrica, no escritório ou na loja; tempo para a movimentação de um espaço para outro, nas ruas; tempo para o prazer, nos cafés, cabarés, bordeis ou bares. Qualquer espaço que misturasse esses tempos estava destinado a ser estigmatizado como desviante. (ROLNIK, 1997)

Caso o Município de Caicó não consiga realizar as duas benfeitorias necessárias para caracterizar o fato gerador do IPTU, mesmo assim será cobrado o ITR pelo domínio

útil ou a posse de imóvel em zona rural a cada 1º de janeiro anual, ressalvado a imunidade dos 50 ha para imóveis localizados no Polígono das Secas, como Caicó que não incidirá esse imposto sobre essas pequenas glebas rurais. Esse imposto será calculado com base no Valor da Terra Nua Tributável – VTNT, em nenhuma hipótese seu valor será inferior a R\$ 10,00 (dez reais). Com a finalidade de delegar atividades de fiscalização das informações sobre imóveis rurais, a Secretaria da Receita Federal poderá celebrar convênios com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Essa Imunidade da zona rural encontra-se talhada no Art. 2º, da Lei nº 9.393/1996:

Art. 2º Nos termos do art. 153, § 4º, in fine, da Constituição, o imposto não incide sobre pequenas glebas rurais, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, pequenas glebas rurais são os imóveis com área igual ou inferior a:

I - 100 ha, se localizado em município compreendido na Amazônia Ocidental ou no Pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense;

II - 50 ha, se localizado em município compreendido no Polígono das Secas ou na Amazônia Oriental;

III - 30 ha, se localizado em qualquer outro município.

O Município de Caicó sofre com hostilidade do clima está inserido no Polígono das Secas, uma variante no espaço e no tempo, castiga os rios e açudes, com a escassez d'água, prejudicando a agricultura de subsistência e a criação de gado, abrangem outros municípios do Brasil, segundo os limites do art. 2º, da Lei nº 175, de 07 de janeiro de 1936:

Art. 2º A área dos Estados do Norte, a considerar no plano referido no art. 1º, é limitada pela polygonal, cujos vertices são os seguintes: cidades de Aracaty, Acarahú e Camocim no Ceará; intersecção do meridiano de 44º W. G., com o paralelo de 9º; intersecção do mesmo meridiano, com o paralelo de 11º e cidade de Amargosa, no Estado da Bahia; cidade de Traipú no Estado de Alagôas; cidade de Caruarú, no Estado de Pernambuco; cidade de Campina Grande, no Estado da Parahyba; e cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Nessa linha, a cidade cresce e se expande a partir do seu centro surgindo novos bairros de Caicó. Em 09 de setembro de 2016, foi sancionada a Lei 4.892, de autoria do Vereador JOSÉ MARIA, onde denomina o loteamento Serrote Branco I, II e III, que

oficializou como BAIRRO VEREADOR ANTÔNIO BERNARDINO DE SENA, Zona Norte nessa cidade, no qual existem ruas calçadas, iluminação pública, vias de mão dupla, praça em círculo, com um serrote ao meio, no alto de uma colina com bancos para apreciar a paisagem das Serras de São Bernardo e da Serra da Formiga. Um projeto em andamento do Shopping Center Caicó, proporcionará tranquilidade, conforto e boa vizinhança para optarem residir nessa localidade. Desta maneira, há um resgate na denominação dos bairros na simbologia dos cidadãos mais ilustres, do reencontro dos serviços prestados a comunidade caicoense com o reconhecimento do cidadão para com sua comunidade e para com os seus que aqui ficaram.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Fizemos uma análise do comportamento dos loteamentos irregulares na cidade frente à legislação, demonstrando como a cultura permanece resistente ao tempo, apesar das regras técnicas-estruturais e legislativas da cidade. Uma simbiose detalhada pelos IPTU de Caicó e ITR da União.

Nesse sentido, em meio ao desenvolvimento de uma sistematização das abordagens existentes nas leis e doutrinas. Discutimos os limites da cultura que resiste ao tempo com a estrutura, funcionamento e transformação da Cidade de Caicó com sua área de expansão urbana no decorrer do tempo, já que o ser humano é vivo e com ele a História e o Direito também são vivos para acompanhar um fazer, desfazer e refazer, de acordo com os anseios e práticas sociais.

Observa-se também que ruas do bairro Maynard de Caicó e do Bairro Vereador Antônio Bernardino de Sena foram regulamentados por lei, o cadastramento no Município gerando arrecadação do IPTU, com emissão do Carnê anualmente, produz-se um comprovante de residência para implementação da prestação dos serviços de água, luz, telefones, bancários, entre outros, que facilitará a entrega de correspondências diversas pelos Correios.

Outra forma de regularização fundiária, seria o usucapião especial de imóvel urbano previsto no Estatuto da Cidade para área ocupada de até 250m<sup>2</sup> por população de baixa renda para fins de moradia, após 5 anos de posse mansa e pacífica ininterruptos,



podendo ser feito de forma coletiva como instrumento de regularização fundiária. São propostas e perspectivas para se transformar a cidade em pleno ordenamento buscando a equidade e qualidade de vida na cidade expandida em consideração do interesse público sobre o privado.

O imóvel unifamiliar, portanto, que possua área construída de até 42 m<sup>2</sup> encravado num terreno igual ou inferior a 120m<sup>2</sup>, quando resida nele e não possua outro imóvel no Município e esteja inscrito nos programas sociais fará jus a isenção do IPTU.

#### **REFERÊNCIAS**

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **O campo da história:** especialidades e abordagens. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CERTEAU. Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2.** morar/cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: 1.** artes de fazer. tradução de Ephraim Ferreira Alves . Petrópolis: Vozes, 1994.

FARIA, Carlos Eugênio de. **Os eventos geográficos e expansão urbana de Caicó:** desigualdade e coexistência na urbe. Natal: IFRN, 2011.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Sertões do Seridó.** Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando A Cidade:** Caicó em sua dinâmica espacial. Natal: Editora do Senado, 1999.

RODRIGUES, André Figueiredo. **Como elaborar artigos.** 2.ed. São Paulo: Humanitas, 2013.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: Fapesp, 1997.

WILIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. Tradução de Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.